Carlos Manuel da Silva Gonçalves

EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DOS ECONOMISTAS EM PORTUGAL

PORTO
1998

Carlos Manuel da Silva Gonçalves

EMERGÊNCIA E CONSOLIDAÇÃO DOS ECONOMISTAS EM PORTUGAL

Dissertação de Doutoramento em Sociologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Orientação do Professor Doutor António Teixeira Fernandes

PORTO
1998

A

Elvira, Olívia e Fernanda

Agradecimentos

Não posso deixar de sublinhar que no decurso da investigação que realizei recebi variados apoios de pessoas e instituições que importa agora referenciar.

Gostaria, em primeiro lugar, de expressar o meu profundo agradecimento ao Prof. Doutor António Teixeira Fernandes pela sua orientação científica, aconselhamento e incentivo que foram cruciais para a concretização do meu trabalho de investigação.

Um agradecimento à Junta Nacional de Investigação Científica pelo apoio financeiro prestado, às diversas instituições que permitiram a consulta dos seus acervos documentais e aos economistas entrevistados.

O apreço pelas ajudas do José Azevedo e da Ana Brandão ao longo do trabalho de investigação. Agradeço também à Maria de Lurdes Rodrigues. As discussões que tivemos sobre a temática das profissões foram-me bastante frutuosas.

À Natália Azevedo agradeço a recolha de informação estatística sobre o sistema de ensino. Contei sempre com o seu empenhamento e amizade. A Sandra Gomes participou em alguns dos momentos da investigação empírica. Fico devedor da sua dedicação, disponibilidade e paciência. À Susana Januário agradeço o trabalho informático que realizou no decorrer da elaboração deste texto.

Uma palavra especial de gratidão pelo apoio, pelas sugestões e críticas da Cristina Parente, da Luísa Veloso e da Helena Vilaça. Acederam gentilmente e com total disponibilidade a ler e a questionar o presente texto. A sua amizade é para mim inestimável.

Ao Fernando Rei, tão longe e simultaneamente tão perto, um abraço fraterno.

À minha família exprimo um sentido reconhecimento pelo apoio que me deu. Por último, o presente trabalho não teria chegado a "bom porto" sem o apoio afectivo e a ajuda da Fernanda. Ao longo de vários anos a sua compreensão foi infinita para as minhas ausências e comigo partilhou as vicissitudes e as angústias que permearam a investigação.

ÍNDICE

ABREVIATURAS XI

INTRODUÇÃO 1

PARTE I
PROFISSÕES: REFLEXÕES EM TORNO DE ALGUMAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

CAPÍTULO I - ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS PROFISSÕES: A DIVERSIDADE DE CONSTRUÇÕES TEÓRICAS 13

1. As abordagens clássicas das profissões 13
2. As propostas teóricas renovadoras 32
2.1. Contestação às abordagens clássicas e emergência do paradigma do poder 32
2.2. Teses neo-weberianas e marxistas 54
2.3. A importância do monopólio profissional: as teses de M. Larson e A. Abbott 84
2.4. Profissões e acção do Estado 103

CAPÍTULO II - PROFISSÃO DE ECONOMISTA 123

1. A evolução histórica da profissão de economista. Contribuições para o debate 123
2. Os conhecimentos e as práticas profissionais dos economistas 144

CAPÍTULO III - OPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS 151

1. Teorias e objecto de estudo 152
2. Abordagem metodológica enformadora do trabalho de investigação 196

PARTE II
A PROFISSÃO DE ECONOMISTA EM PORTUGAL

CAPÍTULO IV – INSTITUTOS SUPERIORES DE COMÉRCIO E COMERCIALISTAS 201

1. As dinâmicas institucional e morfológica do ensino superior comercial 202
2. O mercado de emprego dos diplomados pelos Institutos Superiores de Comércio 228

CAPÍTULO V - SINDICATO NACIONAL DOS COMERCIALISTAS E RECOMPOSIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR COMERCIAL 255

1. A corporativização das associações dos comercialistas 256
2. Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras: a não ruptura pedagógica e científica com a visão comercialista do económico 282
3. O insucesso da criação da Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade do Porto e o encerramento do Instituto Superior de Comércio do Porto 312

CAPÍTULO VI - OS LICENCIADOS PELO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS: MERCADO DE EMPREGO E CIÊNCIA ECONÓMICA NOS ANOS 30 E 40 335

1. O posicionamento dos licenciados pelo Instituto Superior de Ciências Económicas no mercado de emprego estatal 337
2. O controlo da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos por parte dos juristas e engenheiros: algumas pistas de análise 358
3. O conflito pelo controlo da função de contabilista 397
3.1. O ensino médio comercial e as actividades contabilísticas 398
3.2. Os contornos do conflito 415

3.3. A não concretização da regulamentação dos técnicos de contabilidade 427
3.4. Defesa da credibilização da contabilidade e da criação dos Institutos Superiores de Contabilidade 446
3.5. A Reforma do ensino técnico de 1948: a derrota das aspirações dos estudantes e diplomados pelos Institutos Comerciais 463

CAPÍTULO VII - SINDICATO NACIONAL DOS COMERCIALISTAS E ESTADO NOVO 479

1. A luta por um novo título profissional e pela "Ordem dos Técnicos--Economistas" 481
2. O conflito com o Ministério das Corporações e da Previdência Social 514

CAPÍTULO VIII - OS ECONOMISTAS NOS ANOS 50 E 60 559

1. Anos 50: a emergência da profissão 561
2. Anos 60: a afirmação profissional dos economistas 608
2.1. A "Pró-Organização dos Economistas Portugueses". O reconhecimento pelo Estado dos economistas 608
2.2. As novas áreas de inserção profissional e o discurso desenvolvimentista dos economistas 620
2.3. Transformações no ensino universitário da economia 649

CAPÍTULO IX - CONSOLIDAÇÃO DA PROFISSÃO DE ECONOMISTA 679

1. Mercado de emprego e ensino universitário da economia e da gestão 680
2. Actividade do Sindicato dos Economistas e da Associação Portuguesa dos Economistas - alguns eixos de análise 707

CONCLUSÃO 737

ANEXOS 753

Anexo A 755
Anexo B 759
Anexo C 763
Anexo D 771
Anexo E 775
Anexo F 785
Anexo G 789
Anexo H 797
Anexo I 801
Anexo J 809

FONTES E BIBLIOGRAFIA 815

ABREVIATURAS

AA – Associações Académicas

ACNP – Associação dos Comercialistas do Norte de Portugal

ACP – Associação dos Comercialistas Portugueses

AEA – American Economic Association

APEC – Associação Portuguesa de Economistas

CUF – Companhia União Fabril

ETN – Estatuto de Trabalho Nacional

FDC – Faculdade de Direito de Coimbra

FEC – Faculdade de Economia de Coimbra

FENSIQ - Federação Nacional de Sindicatos de Quadros

FEP - Faculdade de Economia do Porto

FLUP – Faculdade de Letras da Universidade do Porto

ICL – Instituto Comercial de Lisboa

ICP – Instituto Comercial do Porto

IC – Institutos Comerciais

IICL – Instituto Industrial e Comercial de Lisboa

INTP – Instituto Nacional do Trabalho e Previdência

ISA –Instituto Superior de Agronomia

ISC – Institutos Superiores de Comércio

ISCEF – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras

ISCL – Instituto Superior de Comércio de Lisboa

ISCP – Instituto Superior de Comércio do Porto

ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa

ISE – Instituto Superior de Economia

ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão

MUD – Movimento de Unidade Democrática

MUNAF – Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista

OCT – Organização Científica do Trabalho

SCE – Sociedade de Ciências Económicas

SE – Sindicato dos Economistas

SNC – Sindicato Nacional dos Comercialistas

SNCGP – Sindicato Nacional dos Contabilistas, Guarda-Livros do Distrito do Porto

SPC – Sociedade Portuguesa de Contabilidade

SUP – Senado da Universidade do Porto

UTL – Universidade Técnica de Lisboa

INTRODUÇÃO

Na actualidade subsiste uma notória centralidade das comummente designadas questões económicas e empresariais no âmbito dos plurais discursos sobre a dinâmica social. Confrontamo-nos no quotidiano com discursos permeados pelo jargão e pela racionalidade da ciência económica, por exemplo sobre os movimentos da bolsa e dos mercados financeiros, a situação económica e financeira das empresas, a dívida pública, as variações das taxas de juro e da inflação, as políticas fiscais e de distribuição dos rendimentos, a competitividade e a globalização. Do conjunto socialmente diferenciado dos (re)produtores desses discursos sobressaem os economistas. Sobressaem na qualidade de especialistas, de profissionais detentores de uma formação académica longa e específica e de um corpo de conhecimentos científicos e de modos de agir nos contextos organizacionais. Sobressaem, também, porque glorificados em períodos marcados pelo crescimento económico, por baixas taxas de desemprego e pela melhoria da qualidade de vida das populações e severamente considerados culpados em contextos de crise e de recessão económica.

Nas últimas décadas em Portugal, o volume de economistas aumentou, manifestação de uma complexidade crescente da divisão social do trabalho. A profissão ganhou maior visibilidade social por força, em particular, do reconhecimento da sua imprescindibilidade para as organizações, públicas e privadas, e de um mais amplo protagonismo político dos seus membros. Economistas que se auto-identificam como profissionais e se agregam em torno

de um mesmo título. Paralelamente, as instâncias de representação política da profissão desencadearam acções com o objectivo de formar uma Ordem profissional. Todo este movimento induziu a uma maior espessura e evidência dos economistas ao nível da trama das relações profissionais e sociais.

Quando há anos atrás levámos a cabo um estudo sobre os quadros[1], deparámo-nos analiticamente com dois aspectos que, em relação aos economistas, adquirem realce: por um lado, a luta do Sindicato Nacional dos Comercialistas - na década de 50 - pela valorização socioprofissional dos licenciados em ciências económicas e financeiras e, por outro, as tentativas dos economistas, passados cerca de 30 anos, para consolidarem a sua presença ao nível do mercado de emprego, por intermédio de estratégias direccionadas para a diferenciação profissional e para a conquista de áreas de actividade específicas. Aspectos que nos motivaram para a realização de um projecto de investigação que se focalizasse nos economistas e para o qual assumimos que aquele estudo se apresentava como um dos pontos de partida.

O objecto central do nosso trabalho circunscreve-se ao equacionamento da emergência e consolidação da profissão de economista em Portugal. De modo mais preciso, pretende-se obter respostas para uma questão global: qual a dinâmica, a forma e o encadeamento temporal que caracterizam a construção social dos economistas?

Tal objecto insere-se primordialmente no âmbito disciplinar da sociologia das profissões. Apesar de alguns estados de crise teórico-metodológica que caracterizaram nos anos 60 esse domínio disciplinar, mantém-se no momento presente o interesse analítico pelos grupos profissionais, já não unicamente centralizado nas denominadas profissões liberais, o caso em particular dos médicos e dos advogados, mas dando conta também das características e das dinâmicas das profissões organizacionais, em que se incluem os economistas. A

---

[1] Carlos Manuel Gonçalves, *Construção Social dos Quadros: uma proposta para a sua análise*, Dissertação de Mestrado apresentada na FCSH/UNL (documento mimeografado), 1990.

reflexão sobre estas profissões está predominantemente referenciada a novas formulações teóricas, produzidas no contexto daquela crise, sobre o fenómeno profissional nos países capitalistas, as quais têm como denominador comum uma forte posição crítica quanto à abordagem funcionalista das profissões. Quer os estudos sincrónicos, baseados numa estrita articulação entre os contributos específicos da sociologia dos grupos profissionais, das classes sociais e das organizações, quer os estudos diacrónicos, enformados pelas interacções virtuosas entre a sociologia e a história, têm produzido novos modos de pensar sociologicamente as profissões que apontam para um feixe de questionamentos teóricos inovadores dos quais salientamos: a associação entre o desenvolvimento do capitalismo e as dinâmicas da profissionalização; o reconhecimento das profissões como protagonistas importantes de lutas sociais pela conquista de áreas de actividade específicas, controladas monopolisticamente, ao nível do mercado de emprego; a articulação entre o conhecimento científico e o poder profissional; as plurais relações entre as acções do Estado por um lado, e a formação, a consolidação, o reconhecimento social, a afirmação do poder e da autoridade das profissões, por outro; os discursos simbólico-ideológicos produzidos pelas profissões.

Tomamos como referência teórica primeira os contributos dos novos modos de pensar as profissões, convocando igualmente para o nosso estudo propostas teóricas, provenientes sobretudo da sociologia do trabalho, da educação e das organizações. Neste movimento de posicionamento da investigação face a diversos âmbitos disciplinares, o nosso principal objectivo focaliza-se na formulação de um quadro teórico-metodológico que possa problematizar a seguinte questão: como perspectivar sociologicamente a emergência e a consolidação da profissão de economista tendo, em simultâneo, presente que a mesma se configura na actualidade como uma profissão organizacional cujos membros possuem uma formação académica de nível universitário e se encontram predominantemente inseridos em empresas e em departamentos

estatais, na situação de assalariados, sujeitos a normas e a procedimentos particulares a essas organizações.

Formulamos um quadro teórico-metodológico específico estruturado em torno de diversos vectores analíticos.

Em primeiro lugar, a nossa análise alicerça-se numa abordagem construtivista sobre o social. Refuta-se, portanto, um olhar substancialista. Abordagem que induz, entre outros aspectos, ao estudo das profissões como construídos sócio-históricos - referenciadas a determinadas coordenadas espácio-temporais - o que, por sua vez, faz destacar a singularidade que toma a objectivação de cada profissão no espaço social. Singularidade que, entretanto, só adquire uma ampla expressão significativa se for adoptada, igualmente, uma abordagem sistémica que possibilite dar conta tanto das múltiplas relações de aliança, conflito e negociação que subsistem entre as profissões, como da dimensão de globalidade caracterizadora do fenómeno profissional.

Em segundo lugar, e na sequência directa do que se acabou de apontar, entende-se a institucionalização da profissão de economista como um movimento lento no tempo, complexo, caracterizado por rupturas e continuidades, por contradições e conflitos, pela instabilidade. Adoptando outras propostas teóricas, defendemos que não existe uma formação caracterizada pela linearidade e dominada pelo consenso social. O estudo sobre a emergência e a consolidação dos economistas, como também de qualquer outro grupo profissional, configura-se teoricamente como exequível desde que se efectue por intermédio de um olhar que privilegie, no plano analítico, um longo período temporal.

Em terceiro lugar, perspectivamos a construção social da profissão de economista como resultante da conjugação de plurais processos sociais: a dinâmica económica do capitalismo; a expansão e diversificação das actividades estatais; a consolidação da ciência económica no campo científico; a constituição e sedimentação do ensino universitário da economia; a produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos; a criação e divulgação do título e

das definições da profissão; o trabalho social e político desenvolvido pelas instâncias de representação política dos economistas com o objectivo de conquistar privilégios materiais e simbólicos; a acção do Estado. Processos que, por sua vez, terão que ser (re)situados face às dimensões social, política e económica caracterizadoras do contexto em que se desenvolveram.

Formulamos, portanto, um quadro teórico-metodológico que assenta numa perspectiva sócio-histórica e valoriza, em termos analíticos, a complexa malha de interdependências que subsiste entre aqueles processos sociais que concorrem para a construção da profissionalidade dos economistas em Portugal.

No âmbito da construção da profissionalidade dos economistas dois marcos importantes se destacam. Um, consubstanciado na Reforma curricular do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras em 1949 e na criação da Faculdade de Economia do Porto em 1953, na medida em que, ao valorizar cientificamente o ensino universitário da economia e ao direccioná-lo para a formação académica de "técnicos económicos e financeiros", contribuiu decisivamente para a emergência dos economistas como profissionais, no decurso da década de 50. Outro, no derrube do Estado Novo em 25 de Abril de 1974, tendo em conta as profundas transformações políticas, económicas e sociais que se lhe seguiram e que conduziram à consolidação plena dos economistas na sociedade portuguesa.

Tomando como referência estes marcos temporais, e apesar das características que configuram a construção social da profissionalidade dos economistas não serem propiciadoras de uma delimitação estrita de etapas dessa mesma construção, identificamos três grandes períodos. Sublinhe-se desde já que não se trata de uma demarcação rígida, em termos de formalização, mas mais de um instrumento que permite uma leitura ordenada da objectivação social dos economistas.

O primeiro - os antecedentes longínquos da profissão de economista - que vai do início dos anos 10 ao final dos anos 40, abrange a I República e as duas

primeiras décadas do Estado Novo. Como a própria designação do período deixa entender, optamos pelo estudo de factos, acontecimentos e processos diversos que ocorreram nessas quatro décadas, porque são fundamentais, como demonstraremos, para a compreensão do recorte que teve a emergência da profissão de economista. Importa fazer um esclarecimento adicional, justificativo da escolha do limite inferior desse período: em 1911, criava-se o Instituto Superior de Comércio de Lisboa, o qual, em 1931 no contexto da Ditadura Nacional, dará lugar ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, concretizando-se, assim, a integração dos estudos comerciais e económicos na Universidade. Ora atendendo ao facto desta integração não ter representado uma clara ruptura, científica e curricular, com o ensino que era ministrado anteriormente, consideramos pertinente começar o nosso estudo pela análise dos traços principais da institucionalização do ensino superior comercial levada a cabo pelos dirigentes republicanos.

O segundo período - emergência e início da consolidação da profissão - tem como um dos principais pontos de partida as já indicadas transformações no ensino universitário da economia e estende-se até à queda do Estado Novo. Ocorre, portanto, num contexto de um mais amplo crescimento económico, mas também de mudanças sociais que se foram aprofundando para o final do período, em simultâneo com a desagregação política do regime.

O terceiro período - consolidação plena da profissão - desenvolve-se desde Abril de 1974, no quadro da instalação e institucionalização do regime democrático. Retenha-se que, em termos analíticos, decidimos prolongar o nosso olhar sobre os economistas até aos primeiros anos da década de 90, de modo a equacionar as acções desenvolvidas (destacando os seus principais elementos) por instâncias de representação política da profissão com o objectivo de formar uma organização de cariz corporativo, configurada como Ordem dos Economistas, protagonizando assim a reivindicação da fixação jurídica de um monopólio profissional.

Tomamos, por conseguinte, como referência temporal para o nosso estudo o período que medeia entre os primeiros anos da I República e o início dos anos 90. Um arco temporal longo, cerca de 80 anos, mas também complexo atendendo, por exemplo, aos diferentes regimes políticos e às mudanças sociais, económicas e culturais que foram marcando sucessivamente a sociedade portuguesa.

O estudo sócio-histórico da profissão de economista incorpora a análise quer da pluralidade de processos sociais estruturais, de natureza económica, social, política, cultural, quer das estratégias protagonizadas por diversos agentes institucionais em defesa dos seus interesses, quer dos momentos de conflito ou de alianças estratégicas entre esses mesmos agentes, quer ainda do papel assumido pelo Estado. A complexa conjugação entre estes diferentes elementos da sociedade portuguesa determinou, ao longo do tempo, a dinâmica e a forma de institucionalização da profissão. Em termos analíticos tenta-se realizar, sempre que possível, uma articulação entre os processos sociais estruturais e os acontecimentos singulares, limitados no tempo. Os últimos, ao constituírem por vezes momentos marcantes na construção social dos economistas, conduzem-nos, em particular no plano da estrutura da redacção do presente texto, inevitavelmente a realçar a trama de relações sociais que os enforma.

Tendo presente o que acabámos de indicar, estrutura-se a apresentação do nosso trabalho em duas partes. Na primeira, que integra os três capítulos iniciais, explana-se o enquadramento teórico-metodológico do nosso objecto de estudo. No Capítulo I, a nossa atenção direcciona-se para a exploração analítica da literatura sociológica sobre os grupos profissionais. É uma revisão da literatura que tem por fio condutor não só os trabalhos que fazem da questão da emergência e consolidação das profissões um dos seus temas centrais, mas também os de carácter mais global sobre o fenómeno profissional nas sociedades capitalistas contemporâneas, considerados importantes para a problematização dessa questão. No Capítulo II, faz-se uma referência a diversos estudos que

tomam por objecto a evolução histórica da profissão de economista, a partir de abordagens históricas e sociológicas, e as práticas profissionais dos economistas. Não se pretende ser exaustivo e portanto a análise restringe-se às propostas que caracterizamos como heuristicamente mais relevantes para a nossa investigação, em particular atendendo às singularidades que a profissão assume em Portugal. No último capítulo da Parte I, avançamos com a apresentação das opções teóricas e metodológicas. Tributários de uma perspectiva construtivista sobre as profissões, carreamos para este momento da nossa exposição um conjunto de formulações teóricas que nos permite elaborar um quadro analítico da institucionalização dos economistas. Enumera-se, por sua vez, os procedimentos metodológicos que enformaram a nossa investigação.

Na Parte II equaciona-se, em termos empíricos, a construção social da profissão de economista. O Capítulo IV centra-se na caracterização do ensino superior comercial e do mercado de emprego dos seus diplomados, no período da I República. Convocam-se para tal acontecimentos e dados que nos introduzem nas dinâmicas e múltiplas interacções que subsistem entre ensino e quadro sócio-económico. Nos dois capítulos seguintes, tomando por referência temporal as duas primeiras décadas do Estado Novo, a análise prossegue através da identificação do processo de corporativização das associações dos comercialistas e da recomposição científica e curricular do ensino superior comercial. Por outro lado, procura-se estudar a inserção laboral dos licenciados em ciências económicas e financeiras e o seu posicionamento face aos juristas e aos engenheiros no plano global da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos. Na análise daquelas duas décadas destacam-se, portanto, processos sociais, de natureza diversa, conflitos, estratégias de afirmação no espaço social que se influenciam mutuamente. Por sua vez, no Capítulo VII, aborda-se o conflito entre o Sindicato Nacional dos Comercialistas e o Ministério das Corporações e Previdência Social, na sequência da luta daqueles licenciados por um novo título, distintivo da sua condição laboral, que

substituísse o de comercialista e pela criação da Ordem dos Técnicos-Economistas. O Capítulo VIII toma por objecto a emergência e o início da consolidação dos economistas. Demonstra-se como para estes dois momentos da objectivação da profissão concorreram, de modo decisivo nos anos 50 e 60, um conjunto de processos sociais, referenciados à dinâmica económica, à expansão das actividades do Estado, ao ensino universitário da economia e à produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos. Examina-se, para além do protagonismo de economistas na defesa das teses do desenvolvimento sócio-económico, as acções desencadeadas por jovens licenciados em economia e em finanças, no sentido de criação da Ordem dos Economistas. O Capítulo IX confina-se ao equacionamento da construção social da profissão de economista no pós 1974. Pretende-se não propriamente obter respostas, mas sim avançar com pistas enunciativas. No seguimento das tendências estudadas para a década de 60, a profissão apresenta uma forte expansão quantitativa que se insere na crescente importância dos denominados profissionais científicos e técnicos. Caracterizada a evolução sócio-demográfica dos economistas, analisam-se os principais vectores de transformação do ensino universitário da economia e da gestão. Por outro lado, investiga-se em que medida o trabalho social e político das instâncias de representação política dos economistas concorre para a construção da sua própria profissionalidade, através de um complexo jogo de contratualização das correspondentes relações laborais e da revitalização do projecto da Ordem dos Economistas.

Na conclusão apresentam-se, necessariamente de modo sintético, os principais traços caracterizadores da exposição desenvolvida ao longo do trabalho. Destacam-se os processos sociais fulcrais da construção da profissão e desenham-se outros olhares sobre os economistas.

PARTE I

PROFISSÕES: REFLEXÕES EM TORNO DE ALGUMAS PERSPECTIVAS DE ANÁLISE

CAPÍTULO I

ANÁLISE SOCIOLÓGICA DAS PROFISSÕES: A DIVERSIDADE DE CONSTRUÇÕES TEÓRICAS

1. As abordagens clássicas das profissões

A reflexão sociológica sobre o fenómeno profissional encontra as suas origens mais significativas em alguns dos textos de dois dos denominados fundadores da sociologia como ciência. E. Durkheim na conclusão de *O Suicídio* (1897)[1] e, anos mais tarde, no prefácio à segunda edição *Da Divisão do Trabalho Social* (1902)[2] defende a ideia de que as associações profissionais, constituídas ou não de forma idêntica às antigas corporações, pelas características que apresentam de agregação dos indivíduos e de constrangimento dos seus comportamentos, possibilitariam a coesão entre os membros de uma sociedade. As associações gerariam uma nova disciplina moral, baseada em normas éticas e regras sociais, que seria mais um dos elementos do antídoto que poderia contrariar o egoísmo individualista e os intensos conflitos de interesses

[1] Emile Durkheim, *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença, 1973. Para um estudo mais detalhado das considerações dos pensadores sociais do século XIX sobre as profissões consulte-se Robert Nisbet, *The Sociological Tradition*, New York, Basic Books, 1967.

[2] Emile Durkheim, *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Editorial Presença, 1984.

existentes, na transição do século XIX para o século XX, nas sociedades industriais permeadas por uma complexa divisão do trabalho. Os grupos profissionais, ao exercerem uma função de integração e regulação, preservariam as sociedades industriais de um acréscimo patológico de situações anómicas, sendo, por conseguinte, uma das condições necessárias para o consenso e coesão social. Em M. Weber[3], a questão crucial assenta na profissionalização como indicador da passagem de uma sociedade tradicional, caracterizada pela existência de uma socialização comunitária e onde impera a transmissão hereditária do estatuto social, para uma sociedade baseada na socialização societária, na autoridade legal, burocrática, em que o estatuto dos indivíduos vai depender das funções desempenhadas e dos critérios de racionalidade e de competência existentes ao nível das organizações. A profissionalização é vista como um elemento, entre outros, do processo de modernização vivido pelas sociedades. Em simultâneo, o conhecimento é interpretado como uma das principais fontes de poder, o que confere aos profissionais, na sua qualidade de detentores desse conhecimento, uma centralidade no processo de racionalização.

A emergência de uma nova especialização disciplinar, a sociologia das profissões, encontra-se relacionada com uma estratégia de profissionalização encetada pelos sociólogos norte-americanos face aos desafios decorrentes da Grande Depressão de 1929[4]. A estratégia consubstanciou-se na estreita colaboração entre os sociólogos e as entidades governamentais, a pedido destas, de modo a possibilitar ao governo do presidente H. Hoover um melhor entendimento da evolução da sociedade e uma "correcta" definição das várias políticas estatais a desenvolver. A sua liderança coube a um grupo de jovens investigadores, entusiastas dos métodos quantitativos, que defendiam uma sociologia "neutral" e "imparcial". Arredados do poder no âmbito da disciplina

---

3 Consulte-se, em particular, Max Weber, *Economie et Société*, Paris, Plon, 1971.

4 Cf. Pierre Desmarez, *La Sociologie industrielle aux États-Unis*, Paris, A. Colin, 1986, pp. 25-27.

ficaram os continuadores da tradição teórica e dos trabalhos de campo da Escola de Chicago, que se batiam por uma sociologia social e politicamente "implicada" e de carácter moral que fornecesse à sociedade uma nova filosofia social e científica.

Ora no quadro global das transformações económicas e sociais de ordem estrutural que caracterizavam os EUA no pós 1929, a concepção dominante sobre a natureza científica da sociologia e o papel do sociólogo privilegiou, no plano empírico, entre outros assuntos, o interesse pelas profissões e respectivas associações profissionais, considerando-as como modelos de organização societal, ao mesmo tempo que decrescia o interesse pelos sindicatos e pelas denominadas classes populares. O modelo do profissional por contraposição aos modelos do operário industrial e do empresário passou a ter um lugar importante na globalidade da produção sociológica sobre a sociedade norte-americana[5].

Para isso contribuiu decisivamente a aprovação, em 1947, no Senado dos EUA, da *Taft Hartley Act.* A lei impôs uma distinção entre associação profissional e sindicato, separando, no plano jurídico, as profissões das ocupações.[6] Será, portanto, a partir deste modelo que os sociólogos vão estudar as profissões. Como P. Tripier[7] e P. Desmarez[8] destacam, esse facto jurídico constituiu um importante contributo para a institucionalização da sociologia das profissões nos EUA.

Se a génese da sociologia das profissões historicamente se localiza do outro lado do Atlântico, até à Segunda Guerra Mundial o trabalho que alcança

---

5 Cf. Claude Dubar, *La Socialisation*, Paris, A. Colin, 1991, p. 139.

6 A lei aponta que só podem ser considerados profissionais aqueles que estejam munidos de uma certificação. Tal certificação só pode ser obtida por quem tiver um curso universitário. Por outro lado, a transformação de uma ocupação em profissão, que ocorre perante o tribunal, só se concretiza desde que a "profissão seja socialmente necessária" e os profissionais sigam um código deontológico. Em França, encontramos um exemplo de tal legislação nas leis e decretos de Vichy (1941-1943), os quais foram retomados em 1945.

7 Cf. Pierre Tripier, *Du Travail à l'Emploi,* Bruxelles, Institut de Sociologie, 1991, pp. 143 e segs.

8 Cf. Pierre Desmarez, *op. cit.*, p. 154.

mais notoriedade e pioneirismo é o dos britânicos Carr-Saunders e Wilson, *The Professions*[9]. Nele se encontra um estudo sistemático das características centrais das profissões. Definindo profissão "como uma ocupação cujo objectivo é fornecer a outrem serviços ou conselhos altamente qualificados a troco de determinados honorários ou salários"[10], na obra faz-se a apologia do profissionalismo como um dos importantes fenómenos sociais do século XX. Como elementos importantes desse profissionalismo são apontados: especialização dos serviços; criação de associações profissionais definidoras de códigos de ética e de deontologia profissional e, por conseguinte, controladoras do comportamento dos profissionais; existência de um saber teórico obtido através de uma formação específica, permitindo a criação de uma cultura profissional. Os profissionais ao adoptarem o ideal de serviço à comunidade, em prejuízo da pura comercialização dos seus conhecimentos, surgem, no plano da vida social, como uma alternativa às práticas dos empresários cujo objectivo fundamental se reduziria exclusivamente ao do lucro. Deste modo, reúnem-se nesta análise sobre o mundo profissional uma visão enumerativa - a ênfase nas características ou atributos - com uma naturalista, as quais vão constituir as bases da designada perspectiva taxinómica ou essencialista, desenvolvida pelos funcionalistas e estruturo-funcionalistas, que irá dominar a sociologia das profissões até aos anos 60.

A sociologia das profissões consolida-se fundamentalmente com as teorizações de T. Parsons. O seu trabalho inicial, *The Professions and Social Structure*[11], publicado em 1939, apresenta-se como um clássico no âmbito global da abordagem anglo-saxónica. No seguimento dos trabalhos de M. Weber sobre a burocracia, investiga os traços caracterizadores, no seio da organização, dos profissionais e dos não-profissionais. As funções e o papel desempenhados pelos

---

9 Carr-Saunders e Wilson, *The Professions*, London, Oxford University Press, 1933.

10 Id., *ibid.*, p. 5.

11 Talcott Parsons, "The professions and social structure", in *Essays in Sociological Theory*, Glencoe, The Free Press, 1958, (1° edição de 1939) pp. 34-50.

primeiros surgem como elementos anti-burocráticos e altruísticos, contraditórios com as lógicas hierarquizadoras e centralizadoras das organizações modernas. Mais tarde, em 1951, a tónica é colocada na relação terapêutica existente entre o médico e o paciente como modelo de relação profissional - cliente. No final dos anos sessenta, num texto inserido na *International Encyclopedia of the Social Sciences*, mais uma vez, e de forma peremptória, reafirma a importância das profissões:

> "A importância estratégica do crescimento e desenvolvimento das profissões constitui a mudança mais importante ocorrida no sistema ocupacional das sociedades modernas"[12].

Para T. Parsons, e no seguimento da formulação teórica de E. Durkheim, as profissões são consideradas como elementos sociais fundamentais para a integração e coesão sociais, como também, e de modo principal, para o funcionamento democrático e liberal das sociedades capitalistas, em especial da norte-americana. Quais são os atributos das profissões que lhes conferem este papel axial? Três são apontados:

> - a posse de determinadas competências científicas e técnicas alicerçadas quer em saberes teóricos, quer numa determinada prática profissional. Competências científicas que foram adquiridas ao longo de uma formação de nível universitário;

---

12 Id., "Professions", in *International Encyclopedia of the Social Sciences*, London, Macmillan Company, 1972, vol. 12, p. 536. Os trabalhos monográficos sobre as profissões produzidos por T. Parsons são escassos. Encontramos unicamente dois, um sobre os juristas e outro sobre os médicos (veja-se Talcott Parsons, *El Sistema Social*, Madrid, Alianza Editorial, 1982, pp. 399-444, 1ª edição de 1951). Esta escassez, na opinião de J. Chapoulie, terá de ser compreendida como um efeito da divisão do trabalho entre teóricos e sociólogos empíricos. Enquanto os textos de T. Parsons se centralizam na análise dos valores, os investigadores tomaram como objectivo principal o estudo das características dos grupos profissionais. Cf. Jean-Michel Chapoulie, "Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels", in *Revue Française de Sociologie*, XIV, 1973, pp. 91 e segs.

- a existência de meios institucionais que possibilitem a certificação e validação das competências científicas e técnicas. Além disso, esses meios devem assegurar que a utilização das referidas competências se efectue de forma socialmente responsável;
- o altruísmo da prática profissional orientada a favor do bem da humanidade.

Assim, as profissões adquirem e consolidam a sua legitimidade social não através do poder político e do sucesso económico, mas sim pela posse de conhecimentos científicos, técnicos e culturais, os quais são sempre equacionados em termos da sua funcionalidade face à globalidade do sistema social. O desinteresse mercantilista dos profissionais opõe-se à ética egoísta e individualista daqueles que dominam o mundo dos negócios; e este aspecto é considerado como uma das condições de sucesso da consolidação das profissões nas sociedades capitalistas.

É a partir destas primeiras contribuições teóricas, com destaque para a abordagem estruturo-funcionalista de T. Parsons, e de um contexto social e político favorável ao modelo de organização das profissões, o qual assenta nos princípios das profissões liberais do século XIX, que um conjunto de sociólogos norte-americanos, de tradição funcionalista, no pós Segunda Guerra Mundial, vai enveredar pelo aprofundamento da investigação empírica sobre as profissões.

O seu interesse focaliza-se na função social das profissões, nas respectivas estruturas e formas de organização, na sua evolução, mas principalmente nas características que as diferenciam das ocupações em geral. O último aspecto ganha de tal modo relevância que rapidamente se constitui na questão principal da abordagem funcionalista: quais as características ou atributos das profissões?

As respostas centram-se na elaboração de vários tipos-ideais de profissão, os quais genericamente se encontram alicerçados nas profissões liberais predominantes nos finais do século XIX e começos do século XX, isto é, nos

médicos e nos advogados. Já vimos as propostas de Carr-Saunders e Wilson, como igualmente a de T. Parsons. Para E. Greenwood uma profissão define-se pelos seguintes atributos:

> "1. fundamento numa teoria sistemática; 2. autoridade reconhecida pela clientela; 3. ampla sanção e aprovação comunitárias dessa autoridade; 4. um código ético regulador das relações com clientes e colegas; 5. uma cultura profissional sustentada por associações profissionais"[13].

Numa outra visão, encontramos a posição de H. Wilensky que faz da adesão do profissional à ética e deontologia do respectivo grupo e à posse de um saber técnico baseado num conhecimento teórico sistemático obtido durante um longo período temporal, os dois atributos qualificativos de uma profissão[14]. Outras subsistem como a de W. Goode[15], B. Barber[16], W. Moore.[17] A lista é bastante extensa. Uma das características destes estudos de natureza iminentemente sociográfica e micro-sociológica são as descoincidências, em termos dos atributos privilegiados. Não obstante isso, análises comparativas dos atributos têm revelado que existe uma certa unanimidade quanto ao facto de os grupos profissionais se caracterizarem, quer por constituírem comunidades onde os indivíduos se encontram unidos pelos mesmos valores e pela ética de serviço, quer por possuírem um saber científico obtido após a frequência de uma instituição de ensino especializado durante um longo período de tempo[18].

---

13 Cf. Douglas Klegon, "The sociology of professions: an emerging perspective", in *Sociology of Work and Occupations*, vol. 5, nº 3, 1978, p. 261.

14 Harold Wilensky, "The professionalization of Everyone?", in *The American Journal of Sociology*, vol. LXX, nº 2, 1964, pp. 142-145.

15 William Goode, "Encroachment, charlatanism and the emerging professions: psychology, sociology and medicine", in *American Sociological Review*, nº 25, 1960, pp. 902-914.

16 Bernard Barber, "Some problems in the sociology of the professions", in Kenneth Lynn (ed.), *The professions in America*, Boston, Houghton Mifflin Company, 1965, pp. 664-688.

17 Wilbert Moore, *The professions: roles and rules*, New York, Rusell Sage Foundation, 1970.

18 Consulte-se Geoffrey Millerson, *The Qualifying Associations: a study of professionalization*, London, Routledge e Kegan Paul, 1964 e Jean-Michel Chapoulie, *op. cit.*, pp. 91 e segs., Claude Dubar, *op. cit.*, p. 142.

Entretanto, a sedimentação dos contributos provenientes das investigações empíricas realizadas conduziu à difusão de um tipo-ideal de profissão com determinados atributos[19]:

- ocupação da profissão em plena dedicação, destacando a ética do trabalho como valor estruturante das práticas profissionais, o que remete para a adesão ao modelo protestante de concepção do trabalho. A dedicação em pleno funciona como atributo distintivo entre o profissional e o amador;
- ideal de serviço a favor da sociedade em geral e do problema humano, em particular, que se pretende resolver. A realização de um ideal nobre, como este, assenta na responsabilidade do profissional pelos seus actos e conduz à resistência aos princípios produtivistas e lucrativos das organizações empresariais. A prática da profissão de modo altruísta;
- posse de conhecimentos científicos e técnicos sobre um determinado domínio do saber e de uma preparação especializada e longa adquirida em instituições vocacionadas para esse efeito, em particular na Universidade;
- autonomia perante o cliente, o que conduz à resistência face à burocratização e funcionalização das actividades profissionais;
- relação profissional-cliente pautada pela não afectividade, pelo não mercantilismo e pela autoridade científica e técnica do primeiro, expressa em comportamentos, opiniões e na própria linguagem usada de carácter esotérico;
- compromisso vocacional como orientador da escolha da profissão e posteriormente do seu exercício;
- organização em associações profissionais específicas, fundamentalmente de natureza corporativista e cujo objectivo principal é o controlo do acesso e do exercício da profissão;

---

19 Cf. Jaime Martín-Moreno e Amando Miguel, *Sociologia de las Profesiones*, Madrid, CIS, 1982, pp. 21-51.

- existência de um código deontológico regulador das práticas dos profissionais, em que estão expressos alguns dos atributos anteriores, bem como a permanência de uma cultura profissional corporizada em modos de vida próprios.

Para os essencialistas, o tipo-ideal, além de se apresentar como um conceito que pretende fixar os atributos fundamentais da profissão, serve no plano metodológico como instrumento de classificação das diferentes formas de actividade ocupacional numa hipotética escala segundo a proximidade ou não destas ao tipo-ideal[20].

Uma das consequências deste raciocínio classificatório e hierarquizador da vida social é que além das profissões e das ocupações existem igualmente as "semi-profissões" ou as "quasi-profissões". Na literatura sociológica, os enfermeiros e os assistentes sociais são exemplos reconhecidos como tal. Apresentam-se como situações imperfeitas do tipo-ideal de profissão, particularmente face aos atributos do conhecimento e do ideal de serviço[21]. Por sua vez, a delimitação das semi-profissões, e simultaneamente o seu estudo, justifica-se no plano da argumentação funcionalista por duas ordens de razões: em primeiro lugar, porque prova ao nível teórico-metodológico a fundamentação correcta do tipo-ideal: em segundo, como resposta, de natureza positivista, a todos aqueles que, nos anos 50 e 60, defendiam a existência de uma forte tendência para a profissionalização das diversas situações ocupacionais nos EUA[22]. Todavia, estas razões acabam por ser incompletas. A comparação das semi-profissões com as profissões estabelecidas é fundamentalmente feita a partir da natureza das tarefas realizadas, o que demonstra que a apreciação negativa daí

20 António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs*, I vol., Lisboa, INIC, 1987, p. 26.
21 Jean-Michel Chapoulie, *op. cit.*, p. 97
22 Id., *ibid.*

resultante expressa o etnocentrismo de classe média corporizado na análise funcionalista das actividades ocupacionais[23].

Concomitantemente à definição dos atributos das profissões, o interesse dos sociólogos funcionalistas dirige-se para a natureza da sua inserção social. Nas sociedades industrializadas, as profissões desempenham uma função social de estabilização e controlo do sistema social e de integração dos indivíduos na vida social. Tal decorre, nomeadamente, da sua neutralidade social e política, do altruísmo dos profissionais, do comportamento ético e normativo dos mesmos e do espírito anti-burocrático e anti-comercialista. Por outro lado, as profissões, na sua condição de elementos sociais, respondem a determinadas necessidades existentes ao nível da sociedade. T. Parsons caracteriza mesmo as profissões pela sua posição intersticial ao nível do sistema social[24]. São consideradas como mediações entre as necessidades individuais e as necessidades sociais. Atendendo aos princípios teóricos do funcionalismo, a questão das necessidades sociais assume particular relevância. A partir do postulado de que as sociedades têm determinadas necessidades que devem ser socialmente satisfeitas (necessidade de ensino, necessidade religiosa, necessidade médica, etc.), são elas que conduzem à existência de grupos profissionais, os quais têm por objectivo satisfazê-las de acordo com determinadas regras científicas e técnicas e no âmbito de normas socialmente estabelecidas. Equacionar as profissões em termos do binómio necessidade/função, afasta completamente o interesse pelas condições sociais e históricas que estiveram presentes na emergência e consolidação das profissões no espaço social, bem como pela sua posição ao nível da divisão social do trabalho.

Um dos elementos de renovação teórica das teses funcionalistas encontra-se na introdução, como elemento analítico, do conceito de profissionalização. Tal conceito pretende dar conta da forma de evolução das

---

23 Id., *ibid.*, p. 98.
24 Id., *ibid.*, p. 90.

profissões ou, mais propriamente, como um determinado grupo ocupacional ascende ao estatuto profissional. A ênfase dos investigadores centra-se na delimitação e especificação das várias etapas da evolução. Profissionalização passa a ser um tema obrigatório. Das análises realizadas vamos dar conta dos traços mais importantes de duas delas que marcaram decisivamente a sociologia das profissões.

T. Caplow identifica uma evolução marcada por quatro etapas principais[25]: a criação de uma associação que passa a delimitar os critérios de pertença ao grupo profissional; a mudança de nome da profissão, rompendo com o passado e possibilitando quer a construção de uma nova imagem e identificação mais consonantes em termos de competência e de respeitabilidade com o estatuto profissional pretendido, quer a obtenção do monopólio de uma determinada actividade especializada; a assunção de um código de ética profissional de modo a regular a actividade e fazer face aos incompetentes e à competitividade interna à profissão; a acção face ao poder político para obter o reconhecimento da profissão e legislação protectora do monopólio da respectiva actividade.

É com o artigo de H. Wilensky, *"The professionalization of everyone"*[26] publicado em 1964, que a questão da evolução das profissões vai adquirir uma mais ampla projecção e interesse. A partir de uma análise dos principais eventos históricos ocorridos no desenvolvimento de dezoito profissões norte-americanas é proposta uma sequência linear de etapas. Na primeira, o exercício da profissão a tempo inteiro. Na segunda, a criação de escolas e universidades para a formação de futuros profissionais. Na seguinte, as instituições de formação vão promover a criação da associação profissional. Nesta etapa, os profissionais mais activos desenvolvem, por vezes, esforços no sentido da mudança do nome da ocupação, sendo tal acompanhado por uma distinção entre os competentes e os

---

25 Teodoro Caplow, *The Sociology of Work*, Minneapolis, University of Minnesota, 1954, pp. 139-140.

26 Harold Wilensky, "The professionalization of everyone", in *American Journal of Sociology*, vol. LXX, nº 2, 1964, pp. 137-158.

incompetentes. Por sua vez, são definidas as tarefas principais da profissão e as de natureza mais rotineira e menos técnica passam a ser exercidas por ocupações subalternas. Assiste-se a conflitos intraprofissionais entre gerações mais novas formadas nas escolas e as mais velhas que alicerçam a actividade fundamentalmente na experiência e também as relações com outras profissões são permeadas por conflitos derivados da definição de áreas de competência. Na quarta etapa, o desencadear de acções políticas para obter a protecção da actividade profissional por intermédio de disposições legais. Na última, o estabelecimento de um código ético como meio de expulsar os não qualificados e os profissionais pouco escrupulosos, de promover o altruísmo e de defender os clientes e de reduzir a competição no seio da profissão.

Estamos perante uma concepção de profissionalização como um processo, em que as várias etapas se sucedem de modo interligado no sentido sempre de um momento culminante materializado na consagração da ética profissional. As diferenças face ao modelo de T. Caplow apresentam-se em dois aspectos: um de natureza formal, a delimitação das etapas e a respectiva ordem temporal; outro intrínseco à evolução - o modelo deste autor apresenta-se com uma acentuada componente estática, reduzindo, de certo modo, as etapas a momentos estanques. Como sublinha A. Abbott[27], a narrativa de H. Wilensky tem certos pontos mal esclarecidos, principalmente no que diz respeito às razões que estão subjacentes à sequência cronológica e ao modo como a profissão se vai delimitando. Todavia, tal não é impeditivo do próprio A. Abbott considerar, em artigo recente, que é a análise empírica em que a profissionalização se encontra mais bem delimitada e de tentar mesmo, a partir da conceptualização proposta, reconstruir a história da profissionalização da medicina nos EUA[28].

---

27 Cf. Andrew Abbott, *The System of Professions*, London, The University of Chicago Press, 1988, p. 11.

28 Consulte-se Andrew Abbott, "The order of professionalization. An empirical analysis", in *Work and Occupations*, Vol. 18, nº 4, 1991, pp. 355-384.

H. Wilensky defende o carácter modelar do processo de profissionalização estruturado nas cinco etapas antes indicadas. Os desvios apresentados pela evolução de algumas das dezoito profissões estudadas face ao modelo, leva-o a conceber uma tipologia em que as profissões se localizam conforme o seu grau de profissionalização. Assim existem[29]: *"established professions"* (contabilistas, arquitectos, engenheiros civis, dentistas, advogados e médicos); *"professions in process or marginal"* (bibliotecários, enfermeiros, optometristas, farmacêuticos, professores, assistentes sociais e veterinários); *"new professions"* (gestores urbanos, urbanistas, administradores hospitalares); *"doubtful professions"*, (publicitários e directores funerários). Ao contrário da opinião de outros sociólogos funcionalistas norte-americanos, a resposta ao título do seu artigo, *"The professionalization of everyone?"*, é negativa. Efectivamente, ele subscreve a tese da impossibilidade de todas as ocupações se poderem vir a transformar em profissões, pois algumas delas não se encontram em condições objectivas de controlar determinados aspectos, tais como a formação escolar, a entrada no grupo de novos praticantes, os próprios padrões de desempenho da actividade ocupacional.

Perante o carácter estático da análise funcionalista, proveniente da sua natureza taxinómica e comparativa, a utilização do conceito de profissionalização é um instrumento heuristicamente válido para o equacionamento das dinâmicas que se encontram subjacentes ao fenómeno da evolução das profissões. Contudo, o mesmo continua, nos dois modelos acima analisados, a ser equacionado no quadro dos pressupostos básicos das teses funcionalistas sobre as profissões. Aspecto este que conjugado quer com uma perspectiva fixista e linear das diversas fases, quer com a natureza universalista que se pretende obter, tem como resultado uma concepção naturalista e taxinómica da história das profissões, o que propriamente T. Johnson apelida de "história natural da profissionalização"[30].

---

29 Harold Wilensky, *op. cit.*, pp. 140 e segs.

30 Cf. Terence Johnson, *Professional and Power*, London, Macmillan, 1971, p. 28.

Assim, são teoricamente ocultados os condicionalismos históricos, sociais, políticos, económicos e culturais subjacentes e enformadores dos próprios processos de profissionalização e que poderão configurá-lo, em termos das fases e da sua sequência, de modo diferente ao que se encontra estabelecido no modelo que serve de padrão. Não existe um processo de profissionalização, mas sim vários processos de profissionalização. A esta questão voltaremos mais à frente.

A análise dos grupos profissionais encontra nas teses do interaccionismo simbólico, em especial nos trabalhos desenvolvidos por E. Hughes, uma primeira alternativa teórica ao funcionalismo. O interaccionismo apresenta-se como uma perspectiva especificamente norte-americana que vem no seguimento das contribuições de sociólogos, tais como W. Thomas e R. Park, pertencentes à denominada Escola de Chicago. Não é muito correcto considerá-lo como um *corpus* teórico unificado, profundamente coerente e articulado, mas mais a reunião da produção teórica de autores como G. Mead, H. Blumer, E. Hughes, H. Becker e E. Goffman. Embora sejam patentes diferenciações entre eles no plano teórico, afirmamos, no seguimento de outros, que subsistem alguns denominadores comuns. Por um lado, o privilegiar a observação *in situ,* seguindo, assim, a tradição antropológica da Escola de Chicago. Por outro, o destaque dado ao conceito de interacção social[31]. É ao nível das interacções que se encontram todos os elementos da vida social, o que, por sua vez, leva o investigador, no plano da observação, a sobrevalorizar os processos em detrimento da posição positivista de recolha, ordenação e classificação dos factos sociais de ordem estrutural.

Desde os anos 30, E. Hughes e os seus estudantes, precisamente na mesma época em que se desenvolvia o funcionalismo, encetaram um conjunto de estudos focando vários aspectos da vida ocupacional. A ênfase colocada no trabalho deriva de o considerarem como uma das áreas centrais das sociedades

31 O conceito de interacção social expressa a unidade mínima de relações sociais, como igualmente designa uma situação social na qual o indivíduo age e se comporta face a outro.

contemporâneas. Todavia, em traços gerais, não o estudam no âmbito da tradição da sociologia industrial norte-americana. Privilegia-se a análise diacrónica, alicerçando-a na noção de carreira, em detrimento da análise de E. Mayo e genericamente da Escola de Relações Humanas, centradas na situação de trabalho. Em simultâneo, e no quadro dos pressupostos teóricos que enformam o interaccionismo simbólico, valoriza-se "o mundo vivido do trabalho". O trabalho não se pode reduzir unicamente a uma relação de carácter monetário (trabalho *versus* salário). Envolve também a personalidade e a identidade do sujeito, as esperanças deste, a respectiva imagem e reconhecimento sociais[32]. O interesse empírico não se focaliza nos temas desenvolvidos pela sociologia industrial dominante (organização industrial, psico-sociologia das organizações, burocracia, relações entre a indústria e a sociedade, profissões liberais), mas sim em outros, como é o caso do estudo de determinadas ocupações consideradas pelo quadro científico instituído como marginais ou mesmo desprovidas de qualquer interesse científico.

Por outro lado, a observação do trabalho humano, em geral, e das ocupações, em particular, terá, segundo os interaccionistas, de se basear na divisão do trabalho. Qualquer actividade ocupacional não pode ser isolada das restantes e fundamentalmente das articulações que mantêm entre si no âmbito do sistema em que se inserem. Em consequência importa ter em consideração, num primeiro nível, as relações inter-individuais ao nível da actividade laboral e, num segundo, as relações entre a profissão e a sociedade[33]. Assim, obtém-se um alargado campo de investigação das profissões, em que a divisão do trabalho se assume como objecto de análise - sem dúvida um primeiro passo para questionar o modo como a mesma se constitui e desenvolve - ao contrário dos funcionalistas que a entendem como um dado, um pressuposto inquestionável, a partir do qual se alicerçam as investigações empíricas.

---

32 Cf. Claude Dubar, *op. cit.*, p. 147.

33 Pierre Desmarez, *op. cit.*, p. 166.

E. Hughes expõe algumas das suas teses sobre as profissões numa colectânea intitulada *Men and Their Work*[34], publicada em 1958. Não estamos perante uma teoria integral. A análise sociológica daquilo que o autor considera o *"social drama of work"*[35] aponta determinados aspectos, essencialmente de carácter analítico, não abordados pela sociologia industrial dominante, mas que irão, como veremos mais à frente, exercer uma influência significativa no movimento de renovação teórica da sociologia das profissões, iniciado em meados dos anos 60.

A originalidade da teorização proposta começa desde logo por considerar o termo profissão como uma categoria da prática quotidiana, não de natureza descritiva, mas que fundamentalmente implica um juízo de valor e de prestígio por parte da sociedade. Consequentemente, em termos de investigação é essencial formular a questão inicial de um modo diferente da dos funcionalistas:

> "(...) deixem-me unicamente referir que nos meus próprios estudos passei da falsa questão 'É esta ocupação uma profissão?' para uma mais fundamental, 'Quais são as circunstâncias em que pessoas com uma ocupação tentam transformá-la numa profissão, e a si próprias em profissionais?"[36]

A problemática teórica desloca-se, portanto, da enumeração e da caracterização dos atributos das profissões - as únicas respostas possíveis que se poderiam obter no âmbito da pergunta funcionalista - para as diversas práticas sociais que os indivíduos desenvolvem no sentido de constituírem e reproduzirem a identidade profissional do grupo a que pertencem, de serem reconhecidos pela sociedade por intermédio de um jogo de categorização social (*"label theory"*) como especialistas e detentores de um monopólio de uma determinada actividade profissional, de obterem, preservarem e consolidarem o prestígio e o estatuto

---

34 Everett Hughes, *Men and Their Work*, Connecticut, Greenwood Press, 1958. Consulte-se também Id., "Professions", in *Daedalus*, vol. 92, nº 4,1963, pp. 655-668.

35 Id., *ibid.*, p. 48.

36 Everett Hughes, *op. cit.*, p. 45.

social que detêm. Em consequência, a definição de profissão passa a colocar a tónica na questão das práticas profissionais, ou melhor, na multiplicidade de processos que enformam essas mesmas práticas[37]. As profissões são então consideradas como objectos da prática quotidiana.

Estamos, assim, perante uma problemática que pretende compreender o mundo profissional, não através das noções de consenso e de integração sociais utilizadas pelos funcionalistas, mas pela observação dos complexos jogos de interacção, entre indivíduos e entre grupos, caracterizados pela conflitualidade e pelo poder de controlar e monopolizar determinadas actividades profissionais. Por sua vez, tal pretensão traduz-se numa análise que não aponta para um arquétipo de profissão. Aquilo que ela permite é destacar a pluralidade de situações, produto dos diferentes contextos sociais em que são exercidas as profissões. A importância precisamente de compreender as diversas situações existentes ao nível do trabalho como sendo o produto de processos sociais e não como pressupostos meta-teóricos encontra-se corporizada na abordagem das ocupações a partir do conceito de carreira. Esta deve ser analisada, segundo E. Hughes, em termos objectivos e subjectivos. Objectivamente, uma carreira numa sociedade rigidamente estruturada apresenta-se como uma sequência temporal de estatutos e de papéis sociais previamente estabelecidos. Subjectivamente, configura-se como a perspectiva mutável de como o indivíduo vê a sua vida e interpreta os significados dos vários atributos, acções e acontecimentos que se encontram com ele relacionados.

Em simultâneo, com a alteração de problemática, a análise interaccionista afronta a sociologia dominante de cariz funcionalista em dois aspectos[38]. Primeiro, no plano metodológico, é privilegiada a observação qualitativa,

---

37 Como precisa P. Desmarez para os interaccionistas, *"[...] une profession est un métier qui a obtenu que ses praticiens disposent d'un monopole sur les activités qu'il implique et d'une place dans la division du travail qui les empêche d'avoir affaire à l'autorité de profanes dans l'exercice de leur travail"*. Pierre Desmarez, *op.cit.*, p. 169.

38 Cf. Id., *ibid.*, p. 168.

centrada na monografia e, por sua vez, no campo das técnicas de investigação, na observação participante e nas histórias de vida, o que vem na tradição etnográfica da Escola de Chicago. O enveredar por esta estratégia de pesquisa irá possibilitar a análise das interacções sociais, revelando processos que subsistem ocultos aos olhares teórico-metodológicos da sociologia industrial dominante dos anos 30 e anos 40, subjugada ao peso e à importância dos inquéritos por questionário. Segundo, o interesse dos investigadores não se dirige para as denominadas profissões liberais, tais como a de advogado e a de médico (objectos empíricos por excelência dos funcionalistas, principalmente os últimos que constituíram durante décadas o paradigma do profissionalismo), mas para ocupações consideradas socialmente menos prestigiantes, tais como os porteiros, os músicos de jazz, os boxeurs, os osteopatas, os vendedores de imóveis, etc[39].

Um dos campos particulares de investigação dos interaccionistas situa-se nos diversos modos como as ocupações adquirem o estatuto social de profissão. Para muitos autores funcionalistas, com excepção, nomeadamente, de T. Caplow e H. Wilensky que referenciámos antes, a questão é ignorada. Estrutura ocupacional e profissões são utilizadas como dados, o que importa é a enumeração dos atributos ocupacionais e as relações funcionais entre o sub-sistema profissional e o sistema social. Tratar da génese é, por sua vez, introduzir o conceito de processo de profissionalização, não como uma sequência universal de etapas, como faz a perspectiva taxinómica, mas sim dando ênfase, no quadro de uma visão histórica, às estratégias dos grupos para obterem uma posição monopolista ao nível da divisão do trabalho.

E. Hughes considera que as profissões se caracterizam por possuírem dois elementos distintivos: *"licence"* e *"mandate"*[40]. A primeira representa o direito que detêm certos indivíduos, expresso num documento legal, para exercerem determinadas actividades, as quais exigem competências específicas e que não

39 Everett Hughes, *op. cit.*, p. 49.
40 Everett Hughes, *op. cit.*, pp. 78 e segs.

podem ser praticadas por outros. O *"mandate"* implica uma delimitação de direitos e de deveres na relação cliente-profissional, isto é, um código deontológico, bem como a existência de sentimentos de identidade e de solidariedade entre os indivíduos que detêm a mesma *"licence"*. Tais mecanismos apresentam-se como mecanismos socialmente reconhecidos e, portanto, legais no plano das relações jurídicas entre os indivíduos possibilitando, por um lado, não só separar os profissionais conforme as respectivas actividades, como igualmente marcar a distinção entre eles e os não profissionais. Por outro, conferem à profissão, particularmente através do *"mandate"*, legitimidade social. Deste modo, logo que uma ocupação declara perante a sociedade a posse de uma *"licencie"* e, fundamentalmente, de um *"mandate"*, passa a ser considerada, nos planos do reconhecimento e legitimidade sociais, como uma profissão.

Importa ainda sublinhar que a defesa da *"licence"* e do *"mandate"* é feita por intermédio de organizações profissionais. Na perspectiva de E. Hughes, elas têm a missão de impedir a intromissão de estranhos, de servir de intermediário entre o Estado e os profissionais e de vigiar o cumprimento do código deontológico, principalmente as designadas faltas profissionais[41].

A título conclusivo, importa reter que a análise sociológica das profissões foi inicialmente marcada de forma desigual por duas perspectivas profundamente descoincidentes quanto às problemáticas, aos problemas de investigação, aos métodos e técnicas de recolha e tratamento da informação. A taxinómica ou essencialista desenvolvida pelos funcionalistas dominou essa análise, nomeadamente no espaço cultural anglo-americano. As questões privilegiadas circunscrevem-se aos atributos, à definição e à função das profissões, bem como às respectivas estruturas, formas de organização e modelo de evolução. Ganham destaque os conceitos de profissão, e correlativamente de ocupação, profissionalismo e profissionalização. O conhecimento, a autonomia e o

41 Everett Hughes, *op. cit.*, p. 88.

altruísmo face à sociedade, o estatuto e prestígio sociais são aspectos distintivos face a outras formas de actividade laboral, como seja o operariado. A interaccionista considera o termo profissão como uma categoria da prática quotidiana - categoria "*folk*" para H. Becker - e destaca, em termos de problemática axial, as práticas que os indivíduos desenvolvem no sentido de constituírem e reproduzirem a identidade do grupo profissional a que pertencem, de construírem, através de diversas estratégias, situações de controlo e de monopolização de determinadas actividades profissionais. As questões da estrutura, da forma, do consenso e da funcionalidade dão lugar às das práticas profissionais, dos jogos de poder e de monopolização, dos processos de profissionalização.

2. As propostas teóricas renovadoras

2.1. Contestação às abordagens clássicas e emergência do paradigma do poder

No decurso dos anos 60 e 70, o corpo teórico-metodológico da sociologia das profissões sofre profundas recomposições. As transformações políticas, económicas e sociais que trespassaram a década de 60, associadas à crise teórica do funcionalismo, potenciaram a emergência de outros modos de pensar as profissões. É um período fatídico para as teses funcionalistas que perdem a sua posição dominante. Como igualmente o é para as próprias profissões que vão ser criticadas nas suas práticas, nos seus privilégios, nas suas imagens prestigiadas. O discurso anti-profissional ganha notoriedade e protagonismo em determinados espaços sociais.

Genericamente, os novos modos de pensar as profissões são designados por "escola revisionista", a qual deu os seus passos iniciais mais importantes com os trabalhos sobre o poder profissional de E. Freidson e T. Johnson. O termo escola pode ser considerado abusivo face à diversidade teórica que caracteriza as

investigações. Marxistas e neo-weberianos, por exemplo, vão produzir diferentes interpretações sobre as profissões. Contudo, dois elementos unem estas interpretações:

- a constatação de profundas recomposições sociais ao nível das profissões que se consubstanciaram no seu importante acréscimo absoluto e relativo no seio da população activa, na emergência de novas profissões e no predomínio dos profissionais na situação de assalariados;
- o posicionamento crítico face à perspectiva taxinómica.

A crítica, por sua vez, não se confina unicamente ao espaço anglo-americano. Em França, o artigo de M. Maurice[42] e o já referido de J. Chapoulie, publicados no início dos anos 70, são igualmente referências importantes para a contestação, a qual se tem prolongado até ao presente.

No seio da escola revisionista, a investigação sociológica vai, por exemplo, face às teses funcionalistas passar dos estudos micro para os macro, dos sincrónicos para os alicerçados numa abordagem sócio-histórica, dos ancorados no consenso e integração sociais para a conflitualidade, do centramento exclusivo na dinâmica interna das profissões para as plurais relações destas com o contexto social em que se inserem. Sinteticamente, podemos afirmar que, nas duas últimas décadas, os novos modos de pensar as profissões se têm vindo a caracterizar pelo aparecimento e exploração teórico-metodológica de determinadas problemáticas das quais destacamos as seguintes[43]:

---

42 Marc Maurice, "Propos sur la sociologie des professions", in *Sociologie du Travail*, nº 2, 1972, pp. 213-225.

43 Cf. António Nóvoa, *op. cit.*, p. 34; Mike Saks, "Removing the blinkers? A critique of recent contributions to the sociology of the professions", in *Sociological Review*, nº 31, 1983, pp. 1-21; Keith Macdonald e George Ritzer, "The sociology of the professions", in *Work and Occupations*, vol. 15, nº 3, 1988, pp. 251 - 272.

- articulação entre o desenvolvimento capitalista e a redefinição dos perfis laborais das tradicionais profissões liberais e, igualmente, a emergência de novas profissões;
- desprofissionalização, proletarização e burocratização dos grupos profissionais;
- relações das profissões com o Estado em que ganha notoriedade a intervenção deste nos processos de profissionalização;
- articulação das profissões com as classes sociais;
- análise do poder e dos privilégios profissionais;
- processos de controlo das actividades por parte das profissões;
- conflitos inter e intraprofissionais;
- relações entre conhecimento científico e poder profissional.

Antes propriamente de entrarmos na explanação de alguns destes eixos, optamos por avançar com algumas considerações quanto às críticas formuladas às teses funcionalistas. Em termos globais, as críticas têm incidido sobre as debilidades conceptuais e metodológicas destas teses, para além de pretenderem demonstrar os pressupostos sociais e políticos que as enformam.

No plano conceptual, como já referenciámos, a abordagem funcionalista alicerça-se no conceito de tipo-ideal, fazendo do mesmo o instrumento axial na caracterização/classificação das profissões. A primeira questão coloca-se ao nível do modo como é construído o conceito. A opção por determinados atributos em detrimento de outros tem como base a observação da realidade social por parte do investigador. Uma das consequências de tal opção encontra-se bem expressa na diversidade de definições de profissões (definições que são de carácter enumerativo e raramente explicativo). Duas notas importa introduzir na argumentação. Por um lado, subjacente a esta construção encontra-se a ilusão de querer fixar um conceito através da observação da prática social, sem que, em simultâneo, se questionem - diríamos ao nível metodológico - os fundamentos

sociais dos atributos que são utilizados[44]. Por outro, o facto dos funcionalistas adoptarem os parâmetros de interpretação específicos das classes médias, como elementos definidores da posição social dos profissionais, nomeadamente em aspectos como a divisão do trabalho ou então na importância que para aquelas têm o conhecimento e a ética profissional[45].

Todavia, as críticas no plano conceptual não se limitam ao modo como é construído o tipo-ideal, elas vão mais longe e colocam em dúvida a pertinência de alguns dos atributos que são accionados para caracterizar as profissões. O modo ambíguo e impreciso como alguns deles se encontram formulados é um obstáculo que o investigador defronta, principalmente se pretende fazer comparações entre profissões ou mesmo entre estas e as ocupações. Por exemplo, para H. Wilensky, um dos atributos principais é a posse de um saber técnico alicerçado num conhecimento teórico sistemático obtido após um longo período de formação escolar. Este atributo origina desde logo algumas interrogações: o que é um conhecimento técnico? Ou, mesmo, o que se deve entender por um conhecimento teórico sistemático? E qual a duração concreta de um longo período de formação? Existem várias espécies de conhecimentos técnicos e teóricos e o adjectivo "longo" pode ter soluções temporais diferenciadas. A situação torna-se ainda mais complexa quando para efeitos de comparação se pretende isolar o(s) atributo(s) mais relevante(s). Uma possível via para ultrapassar este obstáculo passa, para alguns sociólogos, pelo acréscimo da formalização no plano da construção e da operacionalização conceptual. Só que é uma via produtora de um efeito perverso - torna não visível empiricamente as complexas e plurais acções sociais que se encontram presentes ao nível do fenómeno profissional.

Da imprecisão dos atributos resulta que a fronteira entre ocupações e profissões poderá, por vezes, não ser assim tão clara como pretendem os funcionalistas. A alternativa passa, por exemplo para os interaccionistas, não na

---

44 Marc Maurice, *op. cit.*, p. 215.

45 Jean-Michel Chapoulie, *op. cit.*, p. 95.

delimitação apriorística dos atributos, mas sim na compreensão da definição social da profissão.

A hipervalorização da selecção dos atributos e a consequente construção do tipo-ideal de profissão - o que demonstra uma postura essencialista - por parte dos funcionalistas conduz à centralização, nas análises monográficas sobre os grupos profissionais, nos aspectos internos das próprias profissões. Fica de parte um conjunto de factores externos, tais como as relações institucionais com o Estado, as mudanças sócio-económicas, os quais se apresentam como fundamentais para o equacionamento da dinâmica profissional[46]. O que se contesta é o centramento excessivo nas especificidades das profissões, atribuindo-lhes uma natureza explicativa privilegiada. E quando a análise aborda as relações entre profissões e sistema social, fá-lo no âmbito do binómio necessidade/função, o que só vem reforçar o papel social determinante das profissões, não dando espaço teórico à interrogação sobre as mudanças ocorridas nestas, induzidas por influências sociais externas.

Por outro lado, e na sequência do que se acabou de referenciar, não existe uma problematização das relações entre as profissões e a estrutura de classes. A profissão é tomada como um elemento social isolado. Ora a análise das profissões terá precisamente de ter presente a posição que as mesmas ocupam na estrutura de classes, sem esquecer a origem social dos seus membros. Ou mesmo, em determinadas situações, considerar que algumas profissões se constituem em meios de mobilidade ascensional para parte dos respectivos profissionais[47].

No plano metodológico, isto é, ao nível da operacionalização empírica do tipo-ideal de profissão outras críticas se levantam. Em primeiro lugar, a que defende a existência de uma descoincidência entre o significado dos atributos e a

---

46 Sobre este assunto, consulte-se Douglas Klegon, *op. cit.*, pp. 268 e segs.

47 Um exemplo demonstrativo de mobilidade ascensional encontra-se presente ao nível da profissão docente portuguesa. Para um mais amplo desenvolvimento da questão, consulte-se Manuel Braga da Cruz *et al*, "A situação do professor em Portugal", in *Análise Social*, nºs 103/104, 1988, pp. 1187-1293.

prática profissional. Tal remete, em última análise, para as ideologias veiculadas pelas próprias profissões. Com efeito, as profissões, particularmente as suas instâncias de representação política - as associações profissionais - (re)produzem discursos, alicerçados em determinados enunciados de atitudes, valores, normas e ideias gerais e/ou específicas, dirigidos quer para os respectivos praticantes, quer para a sociedade na sua globalidade. São discursos que inegavelmente têm um objectivo normativo e de socialização, por vezes de carácter intenso, destes praticantes. Se tal objectivo tinha já sido sublinhado pelos funcionalistas, as perspectivas críticas dão a estes discursos uma outra significação. Fundamentalmente uma significação que os configura como construções ideológicas que justificam as diferenças, de ordem económica, social e política, existentes no seio da estrutura ocupacional, e os privilégios. Legitimam, também, os plurais interesses do grupo profissional.

Em segundo, o tipo-ideal de profissão ao tomar como paradigma, de modo não explícito, as principais profissões liberais - médicos e advogados - existentes nos finais do século XIX, torna-se instrumentalmente inadequado para observar as profissões, maioritariamente constituídas por assalariados que, no decorrer do presente século, se foram desenvolvendo.

Além destas críticas, outra adquire estatuto de grande importância na literatura consultada. O tipo-ideal de profissão, ao servir de instrumento de classificação das diferentes ocupações, coloca-as numa hipotética escala, segundo a sua proximidade ao modelo das profissões liberais não tomando em consideração nem as mudanças ao nível da divisão social do trabalho, nem as condições sociais, económicas e históricas que caracterizam a sua evolução. Ora tal acaba por fornecer às teses funcionalistas um significado a-histórico[48]. O tipo-ideal de profissão torna-se num instrumento de desconhecimento do fenómeno

48 Terence Johnson, *Professions and Power*, London, Macmillan Press, 1972, pp. 9 e segs. O autor desenvolve uma crítica bastante contundente às teses funcionalistas, em particular aos conceitos de profissionalismo e profissionalização, veja-se pp. 32 e segs.

profissional em geral, como igualmente de outras importantes formas de organização do trabalho[49].

Assim, ficam afastadas as hipóteses de, por um lado, relacionar os atributos da profissão com a forma e a dinâmica que assumiu o respectivo processo de profissionalização e, por outro, de destacar as condições sociais e históricas que determinaram este último, em particular revelar as lutas sociais que lhe estão subjacentes[50].

A contribuição para o debate antes indicado só é possível no âmbito de uma perspectiva que assuma o conflito social como um dos elementos intrínsecos às sociedades, o que não é o caso do funcionalismo, o qual, pelo contrário, faz do consenso e da integração sociais dois dos seus pressupostos teóricos básicos. Deste modo, como destacámos no ponto anterior, para os funcionalistas faz sentido pensar as profissões como comunidades, cujos membros estariam unidos por normas e valores, fornecendo à sociedade uma imagem de um grupo coeso e homogéneo. Investigações desenvolvidas nos anos 60 e 70 vieram colocar em causa esta postura. As principais profissões encontram-se segmentadas, não tanto de acordo com a origem social dos profissionais, mas sim de acordo com aspectos como: a divisão de trabalho intraprofissional[51]; a existência de diferentes projectos políticos para o futuro da profissão; a posição no mercado de trabalho (empregado/desempregado ou emprego estável/emprego precário). Tais aspectos acabam por ser fomentadores de diversos processos de conflitualidade social interna aos próprios grupos profissionais.

Como corolário do que temos vindo a explanar, outra crítica pode ser formulada à abordagem funcionalista. Esta constitui, de modo quase completo, a reduplicação em linguagem científica do modelo profissional construído pelos

---

49 António Nóvoa, *op. cit.*, p. 28.

50 Mike Saks, "Removing the blinkers? A critique of recent contributions to the sociology of professions", in *Sociological Review,* nº 31, 1983, p. 3.

51 Sobre esta questão, consulte-se Keith Macdonald e George Ritzer, "The sociology of Professions ...", pp. 257 e segs. e Jaime Martín-Moreno e Amando de Miguel, *Sociologia de las Profesiones*, Madrid, CIS, 1982, pp. 177 e segs.

próprios profissionais[52]. A objectivação científica não existe, o que, consequentemente, acaba por invalidar a metodologia adoptada, na qual persiste a confusão entre as teorias sobre as profissões e as categorias interpretativas da prática quotidiana[53], bem como os resultados obtidos no âmbito das investigações realizadas. Entretanto, duas questões decorrem desta reduplicação. Em primeiro, o pretenso objecto científico que é defendido acaba por justificar os comportamentos dos profissionais e, de modo menos visível socialmente, as suas prerrogativas e os seus plurais interesses. Em segundo, as representações sobre o tipo-ideal, a funcionalidade, o papel e a estruturação interna das profissões apresentadas pelos estudos publicados instituem-se em paradigma para as ocupações, o que, juntamente com a ideia amplamente difundida nos EUA nos anos 40 e 50 de que a profissionalização era sinal de modernização da sociedade, conduziu a que as mesmas tentassem enformar os respectivos processos de profissionalização de acordo com aquele paradigma[54]. Assim, os próprios sociólogos acabaram por contribuir para a consolidação institucional das profissões.

Passámos em revista as principais críticas às debilidades conceptuais e metodológicas das teses funcionalistas. Abordaremos, de imediato, a questão da significação sócio-política que se encontra presente nestas teses. Separámos, no plano da formalização escrita, o que se encontra profundamente inter-relacionado ao nível da prática social. Sem dúvida que tal opção é discutível, como o demonstram as últimas críticas abordadas, as quais se podem situar numa zona de fronteira entre as partições que foram criadas no presente texto.

Permeando a linguagem científica funcionalista, encontra-se um pressuposto valorativo sobre as profissões. As profissões são apresentadas de um modo positivo, os seus atributos - ideal de serviço em favor da comunidade,

---

52 Jean-Michel Chapoulie, *op. cit.*, p. 99. Tenha-se presente o modo como a *Taft Hartley Act* influenciou os padrões de investigação dos sociólogos norte-americanos.
53 Id., *ibid.*, p. 91.
54 Id., *ibid.*, p. 93.

altruísmo, não mercantilismo e conhecimento científico - configuram-nas como um modelo de organização do trabalho que se contrapõe aos outros dois existentes nas sociedades industrializadas - o empresarial e o operário - pela sua funcionalidade face ao sistema social e, por isso mesmo, deve ser entendido como paradigmático e estendido, o mais amplamente possível, às ocupações em geral. Dito por outras palavras, difunde-se uma imagem dignificante das profissões e, em simultâneo, defende-se que elas representam um bem para os indivíduos e para a sociedade na sua globalidade. Por sua vez, e na sequência desta ideia, os estudos funcionalistas apontam para a existência de uma tendência acentuada para a profissionalização[55].

Para as diversas perspectivas críticas, este pressuposto é eminentemente ideológico. A imagem de excelência social que foi construída e difundida serve, no fundamental, para legitimar o poder e os privilégios dos grupos profissionais[56]. Nem mesmo empiricamente ficou comprovada a existência de uma tendência para a profissionalização, em termos idênticos aos processos ocorridos com as profissões tipo, médicos e advogados.

A crítica apontada abrange igualmente outros elementos que os funcionalistas designam como intrínsecos aos grupos profissionais: a objectividade; a imparcialidade; a neutralidade social e política. No caso deste último, por exemplo, as análises sócio-históricas vieram demonstrar que as profissões são instrumentos de luta e dominação política e social, assim como económica[57]. Saliente-se, a título indicativo, o papel importante desempenhado pelas instâncias de representação política das profissões perante o Estado e outros grupos profissionais com o objectivo de preservarem ou ampliarem as prerrogativas, em termos de mercado de trabalho. A tão difundida neutralidade

---

55 Cf. Jean-Michel Chapoulie, *op. cit.*, p. 95.

56 Ronald Pavalko, *Sociology of Occupations and Professions*, Illinois, Peacock Publishers, 1988, p. 30.

57 Consulte-se Magali Larson, *The Rise of Professionalism. A sociological analysis*, London, University of California Press, 1977.

social e política - um dos eixos da análise funcionalista sobre as profissões - cai, assim, pela base[58].

Em síntese, como sublinha M. Larson, a sociologia das profissões baseada no modelo das profissões liberais, em particular da medicina do século XIX, (que é o caso da análise funcionalista) apresenta-se incapacitada de teoricamente avançar com pistas explicativas sobre o fenómeno profissional nas sociedades ocidentais contemporâneas. O modelo das profissões liberais deve ser encarado exclusivamente como um momento específico da história mais global da profissionalização[59].

Quanto à abordagem interaccionista simbólica, as apreciações críticas que se encontram na literatura sociológica são menos extensivas e contundentes do que acontece em relação às funcionalistas. Poderemos encontrar as razões explicativas de tal constatação em dois aspectos:

- na sociologia das profissões, de modo genérico, o interaccionismo é interpretado como um passo em frente, no plano teórico-metodológico, na análise dos grupos profissionais. Simultaneamente, apresenta-se crítico das teses funcionalistas e avança com soluções analíticas alternativas;
- mas, no fundamental, porque as principais abordagens críticas, de cariz neo-weberiano e neo-marxista, foram e continuam a ser parcialmente influenciadas, embora as primeiras de modo mais profundo e amplo do que as segundas, pelo interaccionismo nos planos da conceptualização e no da pesquisa de terreno.

Uma das características que apresenta o interaccionismo é o estudo intensivo, de cariz monográfico, das profissões, dando primazia teórica à análise

---

58 Para uma crítica cerrada ao modelo das profissões liberais, consulte-se Gabriel Gyarmati, "La doctrine des professions: fondement d'un pouvoir", in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. 27, nº 4, 1975, pp. 673-699.

59 Cf. Magali Larson, *op. cit.*, p. 219.

do vivido no trabalho, das significações atribuídas pelos indivíduos à sua condição de trabalhador. Tal opção acaba por accionar uma perspectiva micro-sociológica atenta à diversidade de interacções sociais existentes, mas, paralelamente, não dando espaço à emergência, no plano da descoberta, de aspectos de outra grandeza. O centralizar a análise no plano micro implica, por conseguinte, que não seja equacionada, numa visão mais global, a contextualização sócio-económica e cultural das actividades profissionais[60].

Embora os interaccionistas tenham presente que uma profissão é essencialmente uma ocupação que detém o monopólio da respectiva actividade - o que representa uma significativa mudança de problemática face aos funcionalistas -, como indica M. Saks,

> "(...) eles não explicitaram de modo preciso o que a reivindicação do *status* profissional envolvia em termos de privilégios mais latos, nem iniciaram a exploração das condições estruturais sob as quais determinados grupos teriam probabilidade de serem bem sucedidos. À luz desta deficiência, é talvez compreensível que a proposta interaccionista não tenha persistido fortemente na análise da natureza e papel das profissões na sociedade - visto que foram estudados sobretudo profissionais individuais mais do que os traços institucionais mais característicos das profissões"[61].

À crítica da postura micro-sociológica vem juntar-se, na opinião de alguns sociólogos, a incapacidade do interaccionismo romper de modo absoluto com o modelo das profissões liberais. Significativo disso é assumirem como pressuposto a existência de ocupações e profissões. Nem mesmo a utilização do conceito de processo de profissionalização - conceito chave e que é encarado como não universalista - tem possibilitado, no plano da descoberta, a produção de um conhecimento heuristicamente mais abrangente sobre as trajectórias das profissões. E isto fundamentalmente porque o processo de profissionalização não

60 Mike Saks, *op. cit.*, p. 4.
61 Mike Saks, *op. cit.*, p. 5.

é directamente relacionado com as dimensões económicas, culturais, políticas e sociais que configuram o contexto em que ele se desenrola. O reducionismo da análise ao plano micro implica, por conseguinte, que não seja equacionada, numa visão mais global, a contextualização sócio-económica, política e cultural das actividades profissionais[62].

Não perfilhamos totalmente a crítica radical de M. Sacks de que os sociólogos interaccionistas são incapazes de uma teorização adequada das funções e comportamentos das profissões[63]. Não obstante as debilidades e insuficiências apontadas, algumas delas decorrentes do carácter fragmentado e disperso dos contributos daqueles sociólogos, e as potencialidades teórico-metodológicas formuladas e não amplamente concretizadas em termos de investigação empírica, a abordagem interaccionista avança em determinadas direcções teóricas, problematiza questões consideradas marginais por outros quadros teóricos, dos quais se destaca o funcionalista, o que a configura efectivamente como um avanço, em termos teórico-metodológicos, na evolução do pensamento sociológico sobre as profissões.

Até ao momento, tem sido tratada indirectamente uma das questões relevantes da sociologia das profissões: a definição de profissão. Essencialistas e interaccionistas simbólicos elaboraram as suas definições. Para os primeiros, tal constitui quase que uma obsessão teórica, pois só assim podiam distinguir as profissões das ocupações[64]. Como teremos oportunidade de enunciar no seguimento deste texto, as correntes críticas, conforme o seu enfoque teórico, irão igualmente privilegiar determinadas configurações de definições. Estas

---

62 Id., *ibid.*

63 Id., *ibid.*

64 A questão da definição não pode ser interpretada como unicamente pertencente ao foro linguístico. O objectivo de definir o que é uma profissão, em especial para os próprios profissionais, é um meio para alcançar uma demarcação face a outros profissionais, isto é, uma classificação que vai ser importante no plano das relações inter-profissionais. Por outro lado, como veremos mais à frente, definição é um importante instrumento de ordenação dos agentes no espaço social.

articulam-se com perspectivas teóricas diferentes sobre a natureza e o papel dos grupos profissionais nas sociedades ocidentais[65].

No âmbito global da investigação sociológica, a questão da definição do conceito de profissão tem sido tratada a partir de três posições distintas[66]:

- como um conjunto de atributos de natureza diferenciada que inter-relacionados conferem a uma determinada ocupação o estatuto de profissão;

---

65 Ao nível da língua portuguesa, o termo profissão remete para "acto ou efeito de professar; declaração pública; mister; emprego; ocupação". Em termos de linguagem comum, poderemos afirmar que ele é usado de forma corrente e extensiva para qualificar indistintamente qualquer actividade em termos de emprego. Por sua vez, é igualmente patente que à qualificação se encontra intimamente ligada a produção de juízos de valor sobre uma determinada actividade laboral. É assim que encontramos apreciações em que a profissão designa exclusivamente uma actividade a tempo inteiro e remunerada (neste caso se situa a distinção efectuada, por exemplo, entre o desporto amador e o desporto profissional) ou então exercida com competência e responsabilidade. A própria utilização do termo profissional aponta a diferenciação entre aqueles indivíduos que sabem exercer a profissão, os tais competentes e responsáveis, e os outros que não o fazem e passam a ser classificados negativamente como incompetentes e não profissionais. Na terminologia administrativo-estatística expressa, por exemplo, na Classificação Nacional das Profissões, define-se profissão como "um conjunto de tarefas que concorrem para a mesma finalidade e que pressupõem conhecimentos semelhantes". Tal como na linguagem comum, da qual aquela é profundamente tributária, encontramo-nos perante uma definição abrangente cujo objectivo principal é o de descrever, classificar e hierarquizar as diversas actividades laborais formalmente existentes num determinado momento histórico ao nível do país. Embora não queiramos ser preciosistas ao nível linguístico, a questão dos significados que apresenta o termo profissão exige ainda outra consideração. No caso dos estudos sociológicos em língua portuguesa é patente, por vezes, a distinção entre profissão e ofício. Tal distinção só adquire sentido desde que, mais uma vez, analisada a partir de uma perspectiva histórica. Como salienta A. Nóvoa, nos séculos XVII e XVIII, o termo profissão abrangia um conjunto de actividades laicas e religiosas, sendo o ensino um dos exemplos apontados. É só nos inícios do presente século que o termo se torna cada vez mais sinónimo de profissão liberal, agregando três profissões: medicina, direito e clero. Paralelamente, acentua-se a oposição entre o ofício e a profissão. Se em termos de civilização ocidental ambos tiveram uma origem comum, as corporações da Idade Média, a oposição que se vem a aprofundar com a evolução do capitalismo cobre não só diferenças em termos da natureza do saber e dos rituais de passagem e de aprendizagem, mas fundamentalmente outras de ordem sociológica. À profissão corresponde por excelência o trabalho intelectual, o desenvolvimento da personalidade humana, a posse de um conjunto amplo de conhecimentos adquiridos na Universidade. De modo contrário, o ofício é caracterizado pelo trabalho manual, pelas duras condições físicas em que o trabalho globalmente ocorre, pelos conhecimentos empíricos aprendidos ao longo da actividade laboral no próprio local de trabalho. Sinteticamente, a oposição traduz-se no confronto entre o trabalho intelectual e o trabalho manual. Cf. António Nóvoa, *op. cit.*, pp. 23 e segs.

66 Cf. Eliot Freidson, *Professional Powers*, London, The University Chicago Press, 1986, pp. 30-32.

- valorização do conceito de processo de profissionalização em detrimento do de profissão. O interesse fundamental desta segunda posição centra-se na caracterização e no faseamento do processo de transformação de uma ocupação em profissão. Recusa-se a perspectiva taxinómica que enforma a posição anterior para dar lugar a uma abordagem evolutiva;
- defesa da não validade teórica e empírica de um conceito de profissão. Decorrente da abordagem fenomenológica da dinâmica societal, a profissão é interpretada como uma categoria da prática quotidiana, não de natureza descritiva, mas que implica essencialmente um juízo de valor e de prestígio por parte dos indivíduos.

A existência de diferentes conceitos de profissão é, portanto, um facto intrínseco ao modo como se foi estruturando a análise sociológica[67]. Dito por outras palavras, o problema da heterogeneidade conceptual coloca-se, essencialmente, em dois planos: quais os atributos; qual o modo como metodologicamente estes foram construídos. Das definições menos abrangentes que adoptam a solução clássica de incluir unicamente as denominadas profissões liberais tradicionais, médicos e advogados, às mais abrangentes que englobam

---

67 Subsiste mesmo por parte de alguns sociólogos uma profunda recusa do termo profissão. É o caso de P. Bourdieu. Para ele *profession* é uma "noção perigosa" porque fundamentalmente se encontra na "ordem da aparência" socialmente construída, não existindo perante a mesma, principalmente no quadro dos trabalhos funcionalistas, uma postura de ruptura. Como indica: "Falar de *profession*, era tratar de uma verdadeira realidade, de conjuntos de pessoas com o mesmo nome, os *lawyers* por exemplo, dotados de um estatuto económico quase equivalente e, sobretudo, organizados em associações profissionais dotadas de uma deontologia , de instâncias colectivas que definiam regras de entrada, etc. *Profession* é uma palavra da linguagem comum que entrou de contrabando na linguagem científica; mas é, sobretudo, uma construção social, produto de todo um trabalho social de construção de um grupo e de uma representação dos grupos, que se insinuou docemente no mundo social". In Pierre Bourdieu, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989, p. 40. Deste modo, a aparência de cientificidade em que se encontra imbuída a noção de profissão quer a usada acriticamente pelos funcionalistas, quer a presente nas nomenclaturas sócio-profissionais, configura-se como um verdadeiro obstáculo ao prosseguimento da investigação sociológica.

além destas as profissões científicas e tecnológicas encontramos uma diversidade que marca, de modo inequívoco, a sociologia das profissões.

O aprofundamento da questão do conceito de profissão remete-nos directamente para um outro aspecto que não pode ser ignorado. No plano da análise sociológica é necessário ter-se presente, como indica E. Freidson, que aquele conceito é uma construção histórica de determinadas sociedades[68]. Ele encontra-se profundamente relacionado com um período histórico específico, o século XIX, e com as características macro-estruturais de países como a Inglaterra e os EUA. Tal facto é decisivo para se compreender a importância daquilo que muitos sociólogos designam de profissionalismo, como modelo particular de organização do trabalho nestes países. De modo contrário, na Europa continental, o fenómeno profissional só adquiriu certa visibilidade social, principalmente nos meios académicos e universitários, no pós segunda Guerra Mundial, anos 50 e 60. Por outro lado, como construção histórica que é, o conceito de profissão é igualmente mutável[69], o que implica uma postura de reserva de carácter metodológico face a qualquer tipo de generalização, principalmente aquelas que, fazendo uma completa omissão das origens e evolução temporal e geográfica do conceito, o aplicam como instrumento analítico de realidades laborais profundamente diferenciadas das existentes no espaço social anglo-americano.

Um dos perigos que encerra a discussão sobre os diversos significados do conceito de profissão é o seu encaminhamento por uma via taxinómica, cujo objectivo central se circunscreva à fixação de uma definição óptima, deixando de lado todo um conjunto de aspectos a merecerem um tratamento aprofundado[70]. À

---

[68] Eliot Freidson, "The theory of professions: state of art", in R. Dingwall and P. Lewis (eds.), *The Sociology of Professions: Lawyers, Doctors and Others,* New York, St. Martin's, 1983, p. 30.

[69] Id., *ibid.,* p. 32.

[70] Ao nível da sociologia anglo-americana é pacificamente aceite uma separação entre sociologia das ocupações e sociologia das profissões. Consulte-se, por exemplo, Ronaldo Pavalko, *op., cit.,* pp. 29 e segs.

esterilidade científica desta via, importa, sim, ter presente que qualquer definição de um termo usado na linguagem corrente ou na linguagem científica é o produto de uma complexa teia de interdependências de várias dimensões, de ordem política, económica, cultural e histórica. E que, por outro lado, é manifestamente importante distinguir as definições construídas, qualquer que seja o seu registo, do conjunto de agentes sociais que são o suporte das propriedades que caracterizam um determinado grupo profissional.

Analisadas que foram as críticas mais explícitas às teses clássicas sobre as profissões, vamos situar-nos na caracterização de algumas propostas elaboradas no seio da escola revisionista que tiveram uma importância fundamental no desenvolvimento da sociologia das profissões. Referimo-nos particularmente à designada "perspectiva do poder" que rapidamente, nos anos 70, assume uma posição teórica predominante. O argumento principal desta perspectiva assenta no seguinte: as profissões utilizam o respectivo poder para construir e defender os seus interesses e prerrogativas, como igualmente para obter o reconhecimento social. É precisamente isto que as diferencia das ocupações[71]. Englobadas nesta perspectiva vamos encontrar diferentes leituras sociológicas das profissões. Duas sobressaem[72]. Uma que vem no seguimento da tradição do interaccionismo simbólico e que encontra em E. Freidson um dos seus principais teóricos. Outra, em que se destaca T. Johnson e que se aproxima em alguns pontos das teses marxistas. A relevância das problematizações elaboradas por estes dois autores em torno das questões do poder e do controlo profissional, bem como do modo como elas se assumem como alternativas, no plano teórico-metodológico, às teses taxinómicas, torna imprescindível revisitá-las, para se obter um equacionamento mais extensivo da problemática do desenvolvimento das profissões.

---

[71] Saliente-se que, para a perspectiva essencialista ou taxinómica, o poder profissional tem outra interpretação. É sempre visto como um meio para promover o bem-estar dos indivíduos. Unicamente impera o interesse pelo progresso científico e pela humanidade.

[72] Cf. Keith Macdonald, *The sociology of the Professions*, London, Sage, 1995, p. 5.

Em 1970, E. Freidson publica *The Profession of Medicine*[73] em que desenvolve uma proposta sobre a natureza do trabalho e a posição social dos médicos ao nível das sociedades industriais capitalistas. A partir de uma recusa das teses funcionalistas dominantes sobre o fenómeno profissional, essa proposta vai esquematicamente estruturar-se em determinados eixos. Desde logo, enfatiza que a análise sociológica das profissões deve centrar-se em duas questões[74]: nos modos como evolui, organiza e se sustenta a autonomia e o prestígio da profissão; na relação do conhecimento e prática profissional com a forma organizativa da profissão e com o mundo profano. Profissão passa a ser considerada precisamente como aquela ocupação que tem uma posição determinante ao nível da divisão do trabalho que lhe permite controlar a natureza da sua própria actividade. Ora, a conquista desta posição de autonomia profissional vai depender das acções levadas a cabo pelas ocupações de modo a obterem do Estado a exclusividade no desempenho de tarefas específicas. Daqui decorre que as profissões assumem um estatuto político e económico particular, o qual, por sua vez, é sustentado por um sector elitista da sociedade. A dependência face a este sector termina quando as profissões conquistam plenamente a autonomia e, em simultâneo, uma posição social de prestígio.

A ênfase colocada, por E. Freidson, na questão da autonomia, a qual decorre da capacidade da profissão em monopolizar o respectivo conhecimento científico, tem subjacente uma concepção do mundo profissional que se articula em torno do conceito de processo, mais do que propriamente do de estrutura. Embora não refutando totalmente a utilidade instrumental da delimitação dos atributos profissionais (o que vai acontecer com as propostas mais ortodoxas no seio da "escola revisionista"), considera que os mesmos não podem ser tomados como dados, por força da sua mutabilidade ao longo do tempo. O interesse da

[73] Eliot Freidson, *La Profesión Médica,* Barcelona, Ediciones Península, 1978.
[74] Id., *op. cit.*, p. 15.

análise deve dirigir-se, primordialmente, para a problematização daqueles atributos no âmbito mais global do desenvolvimento das profissões.

Por outro lado, os atributos profissionais são concebidos pelo autor como "proclamações ideológicas"[75] que as profissões fazem sobre a sua própria actividade, utilizando-as para conseguirem apoio, por exemplo por parte do poder político, para os seus privilégios e pretensões de autonomia e de controlo sobre um determinado domínio de actividade. Fundado naquelas proclamações, desenrola-se o processo de negociação política e de persuasão entre a ocupação e poder político e económico fundamental para que a sociedade conceda a uma dada ocupação a designação de profissão. Como E. Freidson esclarece quanto aos médicos,

> "A posição da profissão na sociedade não reflecte necessariamente (embora possa fazê-lo) uma perícia distintiva e especialmente superior, uma aprendizagem teórica ou um comportamento ético por parte de todos os membros, ou da maioria, da ocupação. Existem sempre ocupações com tais características, às quais não é concedido o estatuto de profissão, e há ocupações às quais se concede este estatuto, ainda que careçam destas características. O que o estatuto reflecte é a crença da sociedade em que a ocupação tem tais atributos e a crença da sociedade na dignidade e na importância do seu trabalho."[76]

Deste modo, resolve-se o eterno problema dos funcionalistas da delimitação das profissões. Mais uma vez importa reafirmar, em jeito de conclusão, que aquilo que vai interessar a E. Freidson é precisamente, num primeiro momento, o modo como uma dada sociedade concede o estatuto profissional, para em seguida atender como, por exemplo, os próprios profissionais desencadeiam todo um conjunto de acções - nas quais se inclui o discurso ideológico - que vão suportar a sua autonomia, em particular face a

---

[75] Id., *ibid.*, p. 9.
[76] Id., *ibid.*, p. 193.

outras profissões ou mesmo ocupações que se lhes encontram tecnicamente subordinadas, como é o caso dos enfermeiros face aos médicos[77].

T. Johnson apresenta, em *Professions and Power*[78], uma análise em que o ponto central são as relações entre produtor e consumidor de serviços profissionais e o modo como o primeiro pode controlar as relações, entre ambos, em seu próprio benefício. O profissionalismo passa a ser interpretado como uma forma particular de controlo ocupacional e, por conseguinte, não como o resultado que decorre directamente da natureza específica dos atributos das profissões. O que se encontra subjacente ao mundo profissional são fundamentalmente relações de poder. O poder das profissões aparece como um elemento axial. No sentido de tornar mais consistente uma operacionalização empírica sobre as suas teses do poder profissional, o autor propõe uma tipologia que se estrutura em torno de três diferentes tipos de controlo, historicamente definidos, que envolvem as relações entre produtor e consumidor.

O primeiro caracteriza-se pelo produtor definir quer as necessidades do consumidor, quer os modos como devem ser satisfeitas. O produtor controla a relação e tal é aceite pelo cliente. Estamos perante um tipo designado como *"collegiate control"*, o qual apresenta como variante mais significativa o *"professionalism"*[79]. Historicamente, este emerge quando subsiste uma procura de serviços profissionais por parte de um grupo de consumidores, tal como aconteceu na segunda metade do século XIX na Grã-Bretanha. Consumidores pertencentes à classe média que se vão pautar pela sua individualização e

---

77 E. Freidson designa algumas destas ocupações como paraprofissões. Não obstante os esforços que as mesmas desenvolvem no sentido de obter o *status* profissional, criando instituições de ensino, conhecimentos teóricos e códigos deontológicos e tentando impor um controlo ao exercício da própria actividade, acabam por fracassar quando pretendem, nomeadamente, a autonomia completa na formulação da educação e igualmente na definição e execução concreta do trabalho. No seio da divisão do trabalho, encontram-se subordinadas a uma profissão dominante e com uma autonomia parcial. Ora tal aspecto retira-lhes a possibilidade de ascenderem à condição de profissão, mantendo-se, por conseguinte, unicamente como paraprofissões. Cf. E. Freidson, *op. cit.*, p. 87.

78 Terence Johnson, *Professions and Power,* London, Macmillan, 1972.

79 Id., *ibid.*, pp. 49 e segs.

heterogeneidade, o que os torna socialmente desprovidos de um forte poder face aos profissionais. Por sua vez, a comunidade profissional, tipicamente constituída pelos médicos e advogados que desenvolvem isoladamente a sua actividade, é caracterizada pela sua homogeneidade e pelo baixo grau de especialização do respectivo conhecimento. As associações profissionais têm uma actuação importante. Em paralelo com a manutenção da uniformidade e identidade entre os profissionais, através de um controlo da entrada no grupo, da definição de papéis e da imposição de um código ético, as associações impõem mecanismos de monopolização da respectiva actividade. Tal monopolização é reforçada pelas ideologias profissionais que, igualmente, contribuem para a lealdade e partilha de valores entre os membros da profissão. Profissionalismo corresponde, portanto, a uma forma de controlo em que o consumidor se encontra globalmente submetido ao poder dos profissionais. Para T. Johnson, foi neste tipo de controlo que se alicerçou a literatura que dominou a sociologia das profissões até aos anos 60. Contudo, como sublinha, ele corresponde ao passado. A situação do profissional, no início dos anos 70, é caracterizada por outros dois tipos de controlo: o *"corporate patronage"* e a *"state mediation"*.

O *"corporate patronage"*[80] surge quando existe uma procura de serviços profissionais por parte de uma clientela restrita, unificada e socialmente poderosa. É o consumidor a definir as suas próprias necessidades e o modo como devem ser satisfeitas. O produtor fica reduzido a uma situação de mero fornecedor de serviços com uma autonomia bastante circunscrita. Tipo específico da evolução do capitalismo encontra-se intimamente associado ao crescimento das organizações burocráticas, abrangendo profissionais como, por exemplo, os engenheiros e os contabilistas. Ao contrário do *"professionalism"*, a comunidade profissional é fragmentada e encontra-se hierarquizada. Os conhecimentos profissionais são delimitados pelas necessidades concretas dos clientes, o que vai

80 Id., *ibid.*, pp. 63 e segs.

induzir que eles se tornem particulares a uma dada situação. Ora é precisamente a característica do particularismo que vai inviabilizar o desenvolvimento amplo e extenso desses conhecimentos. Igualmente como consequência do particularismo a responsabilidade profissional torna-se mais limitada. O interesse no bem comum, atributo do *"professionalism"*, contrasta com o facto do profissional ter em conta unicamente as consequências da sua acção para um único consumidor.

O outro tipo aponta para a existência de uma terceira parte, mediadora, na relação entre produtor e consumidor, à qual cabe a definição das necessidades e dos modos de as satisfazer. Subsistem várias formas de mediação. T. Johnson desenvolve unicamente a designada por *"state mediation"*[81], isto é, a intervenção do Estado, ao nível das sociedades capitalistas, em particular no contexto histórico de construção e manutenção do Estado-Providência, naquela definição em detrimento das possíveis acções de consumidor e produtor[82]. A intervenção pode ocorrer através de dois processos: a delegação por parte do Estado de determinados poderes a favor da profissão ou então o próprio Estado assegurar a prestação dos serviços, criando para o efeito instituições específicas com esse objectivo e que empregam os profissionais. Como é destacado no texto, os efeitos da intervenção do Estado fazem-se sentir historicamente a vários níveis[83]: a criação de uma clientela específica para a profissão, garantindo deste modo uma oferta de consumidores, o que se apresenta como uma condição importante para a manutenção da própria profissão; o controlo do acesso ao grupo profissional, basicamente através da acção poderosa das instituições de ensino; a incorporação significativa, em termos quantitativos, de algumas profissões nas diversas organizações do Estado; a alteração das funções das associações profissionais que se transformam em grupos de pressão no sentido de obtenção de melhores condições remuneratórias, perdendo poderes efectivos de determinar a natureza e

81 Id., *ibid.*, pp. 75 e segs.
82 Id., *ibid.*, pp. 77 e segs.
83 Id., *ibid.*

conteúdo da actividade profissional em favor do Estado. A relação entre o profissional e o cliente modifica-se, particularmente no plano do pagamento dos serviços prestados. Tal passa a ser feito por intermédio de um salário directamente assegurado pela instituição. Por outro lado, a expansão deste tipo de controlo está associada ao processo global de burocratização. Neste ponto particular, a tese de T. Johnson aponta para que os profissionais, ao contrário do que acontece no *"professionalism"*, tenham a sua autonomia e conhecimentos especializados cerceados pelos objectivos e estruturas das instituições burocráticas. A actividade da profissão deixa de ser um elemento importante para o avanço do conhecimento[84].

Subjacente à proposta tipológica que sinteticamente apresentamos, encontra-se uma associação entre a evolução do capitalismo e a profissionalização. As diferentes formas de controlo profissional são pensadas como produtos de um determinado momento histórico, o que lhes confere uma capacidade explicativa de uma questão global como é a da relação entre profissão e sociedade. Capacidade que de certo modo é prejudicada pelo esquematismo que enforma, em determinados aspectos, a análise de T. Johnson.

Os textos sinteticamente abordados de E. Freidson e F. Johnson marcam indubitavelmente um momento de reformulação das problemáticas e dos problemas da sociologia das profissões, em especial no espaço cultural e académico anglo-americano. Apesar das diferenças conceptuais, é a partir das contribuições destes dois sociólogos que a perspectiva crítica ao funcionalismo se vai desenrolar.

---

[84] Id. *ibid.*, p. 88.

2.2. Teses neo-weberianas e marxistas

Como sublinhámos anteriormente, nas décadas de 70 e 80, a sociologia das profissões é marcada pela afirmação da perspectiva do poder. Só que esta designação abrange um leque diversificado de trabalhos, alguns dos quais profundamente divergentes no plano da respectiva filiação teórica. As propostas de E. Freidson e T. Johnson constituem exemplos possíveis, filiadas, respectivamente, no interaccionismo simbólico e no marxismo. A unidade que o funcionalismo tinha imposto no seio da abordagem das profissões foi substituída por uma multiplicidade de caminhos teóricos e metodológicos que, no plano da pesquisa empírica, tem potenciado resultados heuristicamente frutuosos. As perspectivas neo-weberianas e marxista são precisamente dois desses caminhos que vão enformar diferentes estudos sobre o poder dos profissionais. Interessa-nos percorrê-los, nos seus pontos axiais, fundamentalmente pelo modo como permitem pensar os processos sociais que contribuem para a emergência e consolidação das profissões.

A denominada perspectiva neo-weberiana sobre os grupos profissionais abrange as investigações que, de um modo explícito ou implícito, tomam por referência básica o conceito de "fechamento social" de Weber. Em *Economia e Sociedade*[85], "fechamento" é apresentado como o processo pelo qual as colectividades sociais pretendem regular as condições de mercado de acordo com os seus interesses, face aos competidores externos, restringindo o acesso aos recursos e às oportunidades a um limitado grupo de eleitos. Os atributos dos grupos - raciais, étnicos, linguísticos, sexuais, origem social, propriedade - são usados para monopolizar o mercado, ou seja, as oportunidades económicas nele existentes, limitando o acesso a determinados recursos como a terra, as armas, os meios de produção e o conhecimento. Para Weber, o fechamento do mercado

[85] Max Weber, *Economia y Sociedad*, México, Fondo de Cultura Economica, 1964, pp. 278 e segs.

apresenta-se como uma das características mais importantes do capitalismo, encontrando-se, por outro lado, subjacente à formação dos grupos de *status* - o caso das profissões - e das classes.

O conceito de fechamento social começou a destacar-se no seio da sociologia a partir de meados dos anos 70. Para isso, contribuíram decisivamente os trabalhos de J. Beshers desenvolvidos, na década anterior, na continuação da tradição da sociologia urbana norte-americana[86]. Aquele conceito tem vindo recentemente a ser aplicado ao estudo da estratificação social, do género e do mundo profissional. Neste último caso, os neo-weberianos consideram as profissões, de modo genérico, como grupos legalmente privilegiados que conseguiram realizar com sucesso a monopolização do mercado, mantendo um controlo e um uso exclusivo sobre os recursos e as oportunidades, afastando dos mesmos actuais e potenciais competidores. Dito de outra forma, o fechamento remete para as estratégias de exclusão e de usurpação desencadeadas por parte de um grupo, neste caso de carácter profissional, de modo a ampliar ou defender as respectivas recompensas ou recursos. Por sua vez, são estas estratégias que possibilitam a mobilização do poder por parte do grupo.

No âmbito desta perspectiva, assume particular relevância o livro de F. Parkin, intitulado *Marxism and Class Theory. A Bourgeois Critique*[87]. Alicerçado no desenvolvimento mais aprofundado das teses weberianas sobre o fechamento social, em particular na sua relação com a teoria da estratificação social, e na aplicação deste conceito à análise das sociedades capitalistas modernas, nele encontramos uma leitura diferente, fundamentalmente da marxista, de questões globais como as da exploração e dominação sociais, do poder, das relações entre classes sociais e partidos políticos.

---

86 Cf. Keith Macdonald, *op. cit.*, p. 51.

87 Frank Parkin, *Marxism and Class Theory. A Bourgeois Critique*, London, Tavistock Publications, 1978.

F. Parkin argumenta que existem dois tipos de fechamento social[88]: a exclusão, caracterizada pelo exercício do poder por parte de um grupo socialmente superior, no sentido de fechar as oportunidades de acesso às respectivas recompensas ou recursos por parte de um outro grupo ou grupos socialmente inferiores; a usurpação, como as estratégias desencadeadas pelos grupos menos privilegiados para adquirir recompensas ou recursos monopolizados pelos grupos dominantes. Enquanto no primeiro tipo o poder é exercido no sentido descendente do sistema de estratificação social e com o objectivo primordial de manter e/ou alargar a exploração e dominação sociais, no outro assistimos ao movimento contrário, de resistência e de tentativa de alteração do posicionamento social por parte dos agentes ou grupos nele implicados.

Os neo-weberianos partem de um conceito alargado de exploração, o que os diferencia dos marxistas. Enquanto para estes tal conceito está limitado à questão da propriedade dos meios de produção e à consequente apropriação real da mais-valia produzida no âmbito do processo de trabalho; por outro lado, a proposta teórica de F. Parkin - que vem no seguimento do que já anteriormente tinha sido apontado por Weber - reflecte sobre a exploração, tendo presente que atributos como a propriedade e a riqueza, a etnia, a linguagem, as credenciais escolares e o sexo podem ser usados para criar situações de controlo monopolístico por parte de determinados grupos. É neste sentido que o sociólogo britânico afirma:

> "(...) a distinção familiar entre burguesia e proletariado, quer na sua forma clássica, quer moderna, pode ser concebida como uma expressão do conflito entre classes, definida não especificamente em relação ao seu lugar no processo produtivo mas face aos modos dominantes de exclusão e usurpação, respectivamente"[89].

---

88 Id., *ibid.*, p. 44.
89 Id., *ibid.*, p. 46.

Nas sociedades capitalistas, a exclusão apresenta-se como o tipo predominante de fechamento, o qual, por sua vez, é baseado na monopolização de dois tipos de recursos[90]: propriedade; qualificações académicas ou profissionais e respectivas credenciais. Enquanto a propriedade impede o acesso dos não proprietários aos meios de produção e aos proventos resultantes do seu accionamento, a segunda - mais comummente referenciada por credencialismo - possibilita aos grupos dominantes, em termos globais, o controlo da entrada nas posições chave da divisão social do trabalho.

O uso da estratégia credencialista[91], em especial nas sociedades capitalistas desenvolvidas onde a ideologia meritocrática tem uma acentuada influência, é crucial para determinados grupos, entre eles as profissões. Como defende F. Parkin, a profissionalização pode ser interpretada como uma estratégia de fechamento que assenta no credencialismo. Estratégia que[92]: limita e controla a entrada dos efectivos e dos potenciais candidatos no grupo profissional de modo a manter ou a elevar o respectivo valor das suas actividades no mercado; controla os padrões morais e técnicos dos profissionais; possibilita a monopolização do acesso a benefícios e honrarias. Profissionalização não seria mais do que um movimento com o objectivo de limitar e controlar a quantidade de trabalho potencialmente disponível para uma profissão, criando condições objectivas para delimitar o valor dos respectivos serviços no mercado.

Em simultâneo com esta perspectiva sobre a profissionalização, são avançadas outras pistas de análise das profissões. No âmbito do discurso profissional, a ênfase colocada na posse das credenciais escolares e na selecção rigorosa dos candidatos é justificada pela complexidade que os mesmos terão de desempenhar na sua futura condição de profissionais. Contrariamente a esta

---

90 Id., *ibid.*, p. 48.

91 Sobre as questões globais do credencialismo, consulte-se Randall Collins, *The Credential Society - an Historical Sociology of Education and Stratification*, Orlando, Academic Press, 1979.

92 Cf. Frank Parkin, *op. cit.* p. 54.

ideia, segundo aquele sociólogo - e baseado em estudos efectuados - as credenciais e a selecção prefiguram-se fundamentalmente como meios que simplificam e legitimam o processo de exclusão. Legitimação que encontra um apoio fundamental nos valores de ordem meritocrática que enformam o sistema de ensino e as próprias actividades profissionais, como igualmente, de modo global, as sociedades capitalistas modernas[93].

A exclusão ocupacional não se encontra somente ao nível das profissões, ela é também praticada por algumas ocupações manuais qualificadas. Todavia, subsiste uma diferença importante. Genericamente, as profissões baseiam as suas estratégias de exclusão num monopólio de carácter legal que lhes foi outorgado pelo Estado[94]. Facto que confere aos profissionais uma situação de privilégio nas sociedades capitalistas face aos restantes membros das ocupações. Entretanto, outra diferença subsiste:

> "O fechamento social por parte dos trabalhadores qualificados tem sido uma estratégia empreendida no decurso de lutas contra um opositor superior e altamente organizado e não prioritariamente com intenção consciente de reduzir as oportunidades materiais de outros membros da força de trabalho. O credencialismo, por outro lado, não pode ser visto como uma resposta à exploração por empregadores poderosos; as profissões liberais não foram nunca directamente subordinadas a uma classe empregadora durante o período em que efectuaram o fechamento social. O seu conflito, oculto sob a retórica da ética profissional, foi, se existente, com o público leigo. Foi uma luta para estabelecer um monopólio de certas formas de conhecimento e práticas e para ganhar uma protecção face à interferência leiga. O objectivo era garantir que o relacionamento profissional/cliente fosse um relacionamento em que os pouco organizados confrontassem os muitos desorganizados."[95]

Um dos aspectos relevantes é a importância dada ao credencialismo como forma de exclusão social tão importante como a propriedade[96]. Não obstante

---

93 Id., *ibid.*, p. 55.
94 Id., *ibid.*, p. 57.
95 Id., *ibid.*, p. 58.
96 Id., *ibid.*, p. 58.

considerarmos que, nas sociedades capitalistas, dimensões como a (re)configuração da divisão social do trabalho e a estrutura de classes mantêm estreitas relações de interdependência com o sistema de ensino e respectivos produtos - as credenciais - pensamos, no seguimento da argumentação de R. Murphy[97], não ser pertinente conferir ao credencialismo e à propriedade o mesmo grau de importância. Torna-se necessário relativizar a importância de cada um deles, pois são recursos que apresentam diferenças significativas quanto à sua influência estruturante, no âmbito das relações estabelecidas com aquelas duas dimensões. De um modo mais específico, a propriedade dos meios de produção exerce, em nossa opinião, uma influência mais determinante do que o credencialismo.

Ambos os tipos de fechamento social - exclusão e usurpação - podem ser utilizados em simultâneo, combinação que é designada por F. Parkin como *dual closure*[98]. Grupos de trabalhadores organizados desenvolvem actividades de usurpação contra os empregadores e o Estado, combinadas com actividades de exclusão contra outros grupos de trabalhadores socialmente inferiores, em particular minorias étnicas e mulheres[99]. O fenómeno da *dual closure* não se restringe exclusivamente aos grupos de trabalhadores industriais, sendo também comum às denominadas semi-profissões, as quais são caracterizadas pela sua incapacidade em estabelecer um monopólio profissional e em controlar o número e a qualidade dos praticantes[100]. Precisamente uma das consequências do incompleto fechamento profissional que caracteriza as semi-profissões é a adopção por estas de uma estratégia em que se combina o credencialismo - colocando em destaque os certificados escolares e os atributos de peritos e profissionais - com os métodos de usurpação específicos da actividade dos

97 Raymond Murphy, "The structure of closure: a critique and development of the theories of Weber, Collins and Parkin", in *The British Journal of Sociology*, vol. XXXV, nº 35, 1984, p. 552.
98 Frank Parkin, *op. cit.*, pp. 89-118.
99 Id., *ibid.*, p. 91.
100 Id., *ibid.*, p. 102.

sindicatos. Métodos de usurpação que se baseiam em greves e outras formas de protesto, de cariz fortemente reivindicativo, desencadeadas contra as políticas de determinadas instituições, incluindo o próprio Estado e apresentam um objectivo primordial - a transformação das semi-profissões (professores primários, assistentes sociais, enfermeiros e outras) em profissões.

A inexistência de estratégias de usurpação por parte das profissões é um dos aspectos que as distingue das semi-profissões, caracterizadas precisamente pela prática de estratégias deste tipo[101]. Tendo isto presente, como interpretar as greves e outras formas de reivindicação desencadeadas por algumas profissões, a partir dos anos 70, precisamente formas que se incluem nas estratégias de usurpação? F. Parkin rejeita que se esteja perante a dissolução da distinção entre exclusão profissional e as acções de usurpação das semi-profissões e outros grupos ocupacionais organizados. As acções desencadeadas pelos profissionais são feitas com o objectivo de prevenir uma possível proletarização[102].

O conceito fundamental de fechamento social permite à perspectiva neo-weberiana uma abordagem distinta das teses funcionalistas ou interaccionistas simbólicas da problemática da natureza e do papel social dos grupos profissionais nas sociedades contemporâneas. Alguns aspectos que enformam essa perspectiva foram já abordados quando sintetizámos os pontos axiais da argumentação de F. Parkin, inquestionavelmente aquele que mais tem contribuído para a extensão das ideias weberianas ao estudo das profissões. Num artigo publicado no passado recente, 1990, R. Collins[103] retoma a questão. Partindo de determinadas premissas weberianas - a possibilidade de explicar o comportamento e a estrutura social em termos dos interesses dos actores individuais no sentido de maximizarem o seu poder, riqueza e prestígio; as profissões como grupos de

---

101 Id., *ibid.*, p. 110.

102 Id., *ibid.*

103 Randall Collins, "Market closure and the conflit theory of the professions" in Michael Burrage e Rolf Torstendahl (orgs.), *Professions in Theory and History*, London, Sage Publications, 1990, pp. 24-43.

status que simultaneamente fazem parte da divisão do trabalho e a estruturam, processo que toma a designação de *"market closure"*[104] - defende que existem condições que possibilitam referenciar determinados grupos ocupacionais como profissões, tais como[105]: dimensão relativamente pequena; pré-existência de determinados privilégios; capacidade para controlar monopolisticamente o mercado a favor da profissão, afastando os competidores.

Contudo, além destas condições, outra assume uma notória importância: as profissões são consideradas como *"occupational status honour"*[106], ou seja, a profissão encontra-se encerrada numa envolvente ideológica que a configura perante a sociedade não como um mero emprego, mas como uma vocação, em que a respectiva actividade é norteada por motivos sociais de natureza prestigiante, como o altruísmo, a glória, a moral, a obrigação ascética contra os benefícios mundanos. É, assim, que R. Collins sustenta que as profissões são *"(...) a combination of market closure with high occupational status honour"*[107].

Perante a formulação de F. Parkin, esta definição apresenta-se mais restritiva na delimitação de quais as ocupações que podem ser consideradas como profissões, decorrente da introdução da questão do *status* profissional. Entre as práticas monopolistas dos profissionais e o *status* dos mesmos subsistem relações de interdependência, não obstante seja de considerar a existência de situações em que se encontram separadas, o caso por exemplo dos militares.

A relevância que é conferida pelo autor ao *"high occupational status honour"* concretiza-se em interpretá-lo como o factor primordial responsável pelas elevadas recompensas que são auferidas pelas profissões. Por sua vez, esta característica é produzida pelo ensino, o qual é entendido como um ritual que

104 Id., *ibid.*, p. 25.
105 Id., *ibid.*, pp. 32 e segs.
106 Id., *ibid.*, p. 35.
107 Id., *ibid.*, p. 35.

fornece aos aspirantes a profissionais um conjunto de recursos necessários à sua futura profissionalização[108].

A importância do ensino não fica por aqui. R. Collins sublinha, de igual modo, que a posição de ambivalência em que vivem as profissões nas sociedades contemporâneas resulta deste mesmo ensino. Simultaneamente, as profissões são aduladas e olhadas com desconfiança. Aduladas pelas "classes populares" que vêem nas qualificações e nos recursos detidos pelos profissionais, nos próprios rituais, que aos profanos se apresentam como mágicos, meios importantes para solucionar os problemas das sociedades modernas[109]. Contudo, a magia pode não ocorrer e então, neste caso, surge e desenvolve-se uma desconfiança que é o produto quer do desmembrar de uma interpretação que vê os profissionais como heróis por parte dos não profissionais[110], quer da capacidade de auto-crítica por parte dos próprios grupos profissionais[111].

A posição de ambivalência retrata bem a complexidade e as contradições que se encontram subjacentes à relação entre profissional e cliente e, de um modo mais global, entre aquele e a sociedade. Não perfilhamos o tom generalizante que R. Collins atribui ao facto das profissões serem aduladas. É necessário assumir uma postura mais relativista e específica. Se é presumível que tal aconteça com algumas profissões, por razões decorrentes da natureza do papel social que desempenham na sociedade e das características intrínsecas ao trabalho que executam, tal será o caso dos cientistas ligados às denominadas ciências naturais e tecnológicas, o mesmo já não se poderá afirmar de algumas das tradicionais profissões liberais, os médicos e os advogados, que nas últimas décadas têm sido alvo privilegiado de um discurso contestatário e, em certos momentos, mesmo

---

108 Id., *ibid.*, p. 38.

109 Id., *ibid.*, p. 39.

110 Saliente-se que tal postura é, em parte, explicada pelo grau de abstracção e de especificidade do conhecimento científico, pelo carácter esotérico da linguagem utilizada, pela invisibilidade social em que decorrem algumas das práticas profissionais, pelas plurais estratégias de fechamento social levadas a cabo pelos profissionais face aos estranhos.

111 Id., *ibid.*, p. 40.

difamatório da sua condição de peritos. Equacionar os problemas dos profissionais em termos de adulação ou desconfiança só adquire uma maior pertinência teórica desde que validada por estudos empíricos, o que manifestamente não se encontra expresso no artigo de R. Collins. O modo como as profissões são percepcionadas e interpretadas, no quadro dos valores globais das sociedades ocidentais, constituiria uma possível linha de investigação a desenvolver.

Quanto à atitude de desconfiança por parte dos profissionais face ao seu próprio trabalho, ela deverá ser entendida como o resultado da discussão sobre a natureza e os plurais usos da ciência e da tecnologia, a qual se tem vindo a desenvolver de forma mais intensa e com maior visibilidade social graças à acção dos meios de comunicação social, particularmente a partir dos anos 70. Poderemos afirmar que actualmente é patente um acréscimo da auto-reflexão e da auto-crítica por parte dos profissionais face às suas próprias práticas e igualmente à essência do conhecimento científico que se encontra subjacente à profissão.

A partir desta abordagem, várias pistas emergem para um estudo mais amplo do fenómeno profissional nas sociedades ocidentais contemporâneas. Desde logo, a formulação de problemas e das consequentes respostas no âmbito restrito do grupo profissional, porque alarga e consolida o conhecimento profissional, porque acresce a visibilidade social da profissão, deve ser perspectivada como uma das dimensões do processo de profissionalização. Em segundo, e já numa fase em que a profissão se encontra socialmente institucionalizada, aquela prática acaba por se configurar como uma estratégia de reprodução da profissão, a vários níveis e, em paralelo, de consolidação do respectivo monopólio sobre o mercado, os conhecimentos e as competências.

A alternativa teórico-metodológica expressa nas teses neo-weberianas face à postura funcionalista não se esgota na problematização da natureza e do papel dos grupos profissionais nas sociedades contemporâneas. Essa mesma alternativa, que se prefigura igualmente como uma crítica, está presente na análise dos

processos de desenvolvimento das profissões. Um dos denominadores comuns aos estudos empíricos realizados reside na abordagem histórica da dinâmica deste processo, destacando as condições sócio-políticas que se encontram subjacentes à emergência social das profissões. É tendo presente essas condições que se torna possível dar relevo às diversas estratégias desencadeadas pelas profissões no sentido de obterem o controlo monopolístico e, assim, concretizarem o fechamento social.

Tal é demonstrado, por exemplo, no estudo de Parry e Parry[112] sobre os médicos britânicos. Após anos de conflitos entre várias ocupações - *physicians*, farmacêuticos, cirurgiões e barbeiros - a *Medical Act* de 1858 veio proporcionar aos primeiros a capacidade, reconhecida legalmente, de regular, ou melhor, de controlar, a educação médica, o acesso à profissão e a actividade dos profissionais. Deste modo, foi consagrado o predomínio político e social desta profissão face às outras que se apresentavam como concorrentes - o caso dos farmacêuticos era um deles - bem como o monopólio do respectivo mercado profissional. A monopolização profissional foi acompanhada pela mobilidade social colectiva dos médicos.

As investigações desenvolvidas por K. Macdonald sobre os contabilistas apresentam, igualmente, pistas que concretizam algumas das conceptualizações neo-weberianas. O estudo dos contabilistas escoceses pretende dar conta do modo como a profissão se formou, no período de 1800 a 1880, e como, paralelamente, os seus membros se integraram na então emergente classe média[113]. Este enfoque espelha desde logo a influência do trabalho de M. Larson que, como veremos de um modo mais detalhado, relaciona a mobilidade social colectiva com o controlo do mercado. A tese defendida por K. Macdonald aponta

---

112 Noel Parry e José Parry, *The Rise of the Medical Profession: A Study of Collective Social Mobility*, London, Croom Helm, 1976.

113 Keith Macdonald, "Professional formation: the case of scotish accountants", in *British Journal of Sociology*, nº 35, 1984, pp. 174-189. O tema é igualmente tratado em outro texto: Id., *The Sociology of the Professions*, London, Sage, 1995, pp. 187 e segs. Nele, a evolução da profissão de contabilistas é pensada a partir do conceito de projecto profissional de M. Larson.

para o facto de o sucesso da constituição da profissão decorrer fundamentalmente da associação dos respectivos líderes à pequena nobreza, à burguesia comercial e aos juristas. Ora tal associação viabilizou o reconhecimento da sua respeitabilidade e dos seus conhecimentos especializados em contabilidade, actuarismo e direito. Em simultâneo com a conquista de um outro estatuto social, os contabilistas conseguem controlar o mercado e igualmente o acesso à profissão[114].

Em outro texto, e tendo como conceito fundamental o de fechamento social, K. Macdonald analisa o abandono por parte das associações de contabilistas ingleses da pretensão de inscrição obrigatória de todos os profissionais[115]. Com efeito, a inscrição como condição prévia para o exercício profissional constitui uma estratégia fundamental para instaurar e manter o controlo do acesso à própria profissão e, paralelamente, assegurar o prestígio e os benefícios dos respectivos membros. Cria-se, deste modo, um "monopólio legal" que afasta concorrentes indesejáveis. A pretensão de inscrição obrigatória constitui desde os finais do século XIX um dos objectivos dos contabilistas. A natureza da clientela específica da profissão, a natureza do conhecimento essencial à actividade profissional, a estratificação da profissão, o contexto histórico e social da Inglaterra são apontados como elementos fundamentais para se compreender a dinâmica daquela longa luta. Todavia, no passado próximo, finais dos anos 40, a defesa da inscrição deixou de ser uma pretensão unanimemente aceite no seio da profissão. Para o autor, o facto da inscrição no momento da sua aplicação possibilitar quer o alargamento do número de membros, quer a entrada na profissão de sujeitos com um baixo estatuto social, conduziria precisamente a uma alteração das condições económicas e sociais dos contabilistas. Decréscimo dos rendimentos e um abaixamento do prestígio e do

114 Id., "Professional formation:...", p. 188.
115 Id., "Social closure and occupational registration", in *Sociology*, vol. 19, nº 4, 1985, pp. 541-556.

poder passariam a caracterizar a profissão[116]. Mais uma vez, é feita, no plano analítico, a relação entre controlo do mercado e mobilidade social. A inexistência de um monopólio legal no caso da actividade dos contabilistas ingleses é, de certo modo, compensado por algumas estratégias que, no plano da acção concreta, permitem que o respectivo mercado possa ser sujeito a um controlo. A acção das associações profissionais no sentido da actividade se pautar pela competência, probidade e honorabilidade e a existência de limitações, de ordem estatutária, à ascensão a níveis hierárquicos elevados nas organizações são apontadas, no texto, como as estratégias que historicamente têm possibilitado aquele controlo[117].

As críticas globais às teses neo-weberianas desenvolvem-se em dois planos. Em primeiro, e na opinião de R. Murphy[118], a principal lacuna da conceptualização de M. Weber, F. Parkin e R. Collins reside na insuficiente problematização teórica das relações que subsistem entre as várias normas do fechamento social, isto é, como se encontram estruturadas, da preponderância de certas normas do "fechamento" sobre as restantes e, por último, como esta preponderância se modifica em função da natureza e estrutura das sociedades. Em segundo, alguns dos trabalhos que analisam a natureza e o papel das profissões ao nível das sociedades capitalistas ocidentais elaboram determinadas considerações, geralmente de carácter crítico face ao poder, ao prestígio e às estratégias de monopolização, as quais são enunciadas como evidentes, sem que concomitantemente sejam apresentadas, de modo explícito, as constatações empíricas que permitem a sua verificação[119].

Não se pode afirmar que no âmbito da abordagem marxista subsista um forte interesse teórico pelas profissões. Foi mesmo patente, no passado recente,

116 Id., *ibid.*, p. 552.
117 Id., *ibid.*, p. 554.
118 Raymond Murphy, *op. cit.*, pp. 550-555.
119 Mike Saks, *op. cit.*, p. 11.

uma desvalorização do tema, o que decorreu, em nossa opinião, de se entender que, genericamente, este e o próprio conceito de profissão são um produto directo do funcionalismo norte-americano e, por conseguinte, teoricamente não utilizáveis. É uma leitura simplista e mecanicista - muito vulgar na década de 60 marcada pela então ortodoxia marxista predominante - que, nas décadas seguintes, foi abandonada, sem que, contudo, os estudos sobre as profissões aumentassem de modo notório e não deixassem, com raríssimas excepções, de apresentar um cariz acentuadamente teorizante.

No conjunto dos estudos marxistas sobre as profissões, uma primeira ideia fulcral se destaca: a natureza do fenómeno profissional reflecte directamente as características macro-estruturais do capitalismo e as profissões são perspectivadas no âmbito da dinâmica global das sociedades baseadas nas relações de produção capitalistas. Aspectos como a divisão do trabalho no interior das profissões, a produção, difusão e utilização dos conhecimentos profissionais e o controlo sobre as práticas profissionais são determinados pela evolução das estruturas económicas, políticas e culturais das sociedades capitalistas. Assume-se, portanto, esta ideia como um pressuposto teórico-metodológico radicalmente contrário àquele que enforma o funcionalismo, que explica a dinâmica das profissões pelas suas funções face ao sistema social e, fundamentalmente, pela acção dos profissionais que nas mesmas se encontram inseridos. Acentuar os factores endógenos ou, de modo oposto, os factores exógenos apresenta-se, de modo relevante, como um traço diferenciador das diversas perspectivas sobre as profissões.

Encontramos um exemplo do que acabámos de afirmar no equacionamento do seguinte problema: para os neo-weberianos, a configuração da divisão do trabalho de um determinado domínio de actividade económica e social é o produto de negociações entre diferentes grupos, durante as quais eles vão utilizar recursos, principalmente de carácter científico, mas também de apoios políticos, de modo a obterem e legitimarem uma posição privilegiada nessa divisão do

trabalho. O presente argumento não é aceite pelos marxistas, principalmente porque são ignorados os factores externos àquele domínio de actividade económica e social. São as características globais da divisão capitalista do trabalho, nos planos das relações de dominação económica e política, de separação entre trabalho intelectual e trabalho manual, de processos de extorsão e de distribuição da mais-valia, que se encontram expressas na divisão do trabalho do domínio de actividade em questão[120]. Por outro lado, o posicionamento dos profissionais ao nível da estrutura de classes é igualmente fundamental para se explicar aquela configuração da divisão do trabalho, sendo a estrutura ocupacional congruente com a estrutura de classes.

Nesta linha de raciocínio contextualizante do fenómeno profissional, T. Johnson considera que a posição de uma profissão na divisão do trabalho depende da sua contribuição para a produção da mais-valia e para a reprodução das relações sociais que asseguram a manutenção do modo de produção capitalista[121]. A relação de subordinação das profissões a estas funções globais do capital conduz não só a inseri-las na estrutura de classes, como igualmente a reconhecê-las como instrumentos de luta e dominação política e económica. Assim, e de modo mais específico, as profissões apresentam-se como formas de controlo político do trabalho, o qual foi adquirido por um determinado grupo social num dado momento histórico[122]. Para aquele sociólogo, como salientámos anteriormente, a transformação social de uma ocupação em profissão, ou melhor, o processo de profissionalização é interpretado como um processo político com o objectivo de obter o controlo sobre uma actividade social específica[123]. Destaca-se a dimensão política do processo, colocando as profissões no centro da

120 Cf. Gilles Dussault, "La régulation des professions sanitaires; l'expérience du Québec", in *Sociologie et Sociétés*, vol. XX, nº 2, 1988, p. 135.

121 Terence Johnson, "The professions in the class structure", in R. Scase (ed.), *Industrial Society: Class Cleavage and Control*, London, Allen & Unwin, 1977, pp. 93 e segs.

122 Terence Johnson, *Professions and Power*, London, Macmillan Press, 1972, pp. 19 e segs.

123 Id., *ibid.*

conflitualidade social entre os grupos e as classes sociais[124]. Em simultâneo, rejeita-se a conceptualização da profissionalização como uma via centrada unicamente num desenvolvimento autónomo das profissões, na qual os atributos do conhecimento científico e da natureza do trabalho se apresentariam como impulsionadores desse mesmo desenvolvimento.

Tendo por base a ideia de que a natureza do fenómeno profissional reflecte directamente as características macro-estruturais do capitalismo, a sociologia das profissões de inspiração marxista, no pós anos 60, estruturou-se em torno de várias problemáticas[125]: articulação entre o desenvolvimento das profissões e a evolução do capitalismo; relações entre as profissões e o Estado; processo de proletarização dos profissionais.

A sociologia marxista vai dar destaque à relação entre a evolução do capitalismo e a profissionalização. O modelo das profissões liberais, em que pontificavam médicos e advogados, que se expandiu fortemente em alguns dos países europeus do século XIX estava intimamente ligado à evolução das relações de produção capitalistas, como igualmente a uma forte protecção por parte do Estado. A dinâmica própria do capitalismo monopolista vai induzir a emergência e consolidação de outras profissões em que predomina a situação de assalariamento. É, por conseguinte, avançada a tese de uma estreita articulação entre as etapas do capitalismo e os modelos profissionais. Mas mais: aos estudos

---

124 Cf. António Nóvoa, *op. cit.*, pp. 39-41.

125 Não é nossa intenção enumerar exaustivamente as plurais problemáticas que enformam a abordagem marxista das profissões. Unicamente trazemos a debate as que se relacionam directamente com o nosso objecto de análise. Para além das que são apontadas, outra subsiste: o posicionamento das profissões na estrutura de classes. Como é sabido tal problemática tem constituído um ponto de acesa discussão e de confrontação no seio do pensamento sociológico marxista. Sobre a mesma consulte-se, entre outras, as seguintes obras: Nicos Poulantzas, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, Paris, Maspero, 1968 e Id., *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*, Paris, Seuil, 1974; Erik Olin Wright, *Classes*, London, Verso Editions, 1985; G. Carchedi, *On the Economic Identification of Social Class*, London, Routledge and Kegan Paul, 1977; R. Hyman e R. Price (eds.), *The New Working Class? White-Collar Workers and their Organizations*, London, Macmillan, 1983; Rosemary Crompton, *Clase y Estratificación*, London, Madrid, Tecnos, 1994; Stewart Clegg (ed.), *Organization Theory and Class Analysis. New Approches and New Issues*, New York, Walter de Gruyter, 1989.

realizados encontra-se subjacente a tese de que as transformações económicas, políticas e culturais ocorridas nas sociedades capitalistas se apresentam como a causa global do desenvolvimento das profissões.

J. Ehrenreich e B. Ehrenreich consideram, por sua vez, que a emergência e o desenvolvimento da "classe profissional-dirigente", onde se incluem os profissionais assalariados, foi historicamente determinada por três factores intrínsecos ao capitalismo monopolista[126]: a reorganização do processo produtivo, em particular a introdução e difusão da Organização Científica do Trabalho (OCT); o aparecimento de instituições de controlo social, tais como o sistema escolar e organizações de assistência social; a expansão do consumo como elemento de integração da classe trabalhadora na sociedade capitalista. Factores que não só ampliam o número de profissionais como requerem a participação consciente destes nas actividades sociais em causa. Opinião idêntica encontramos em G. Esland[127]. Parte de uma constatação de que o crescimento das profissões se encontra profundamente relacionado com a industrialização capitalista, em especial na fase monopolista, e com a expansão do Estado-Providência. Por outro lado, este crescimento é simultâneo a um movimento de "racionalização tecnológica". Para o autor, as profissões são grupos-chave nas sociedades capitalistas e isto, fundamentalmente, porque

> "(...) a consolidação do poder político e económico na sociedade moderna ocorreu através quer da incorporação de qualificações técnicas e científicas emanadas das profissões, quer do controlo centralizado de muitos dos seus recursos. As profissões enquanto grupos de interesse chave podem, assim, ser vistas como tendo-lhes sido permitido o seu desenvolvimento enquanto agentes de controlo de um Estado poderoso."[128]

---

126 Barbara Ehrenreich e John Ehrenreich, "The professional-managerial classe", in Pat Walker (ed.), *Between Labor and Capital*, Boston, South and Press, 1979, p. 9.

127 Cf. Geoff Esland, "Professions and professionalism", in Geoff Esland e George Salaman (eds.), *The PolitIC of Work and Occupations*, London, Open University Press, 1980, pp. 213-250.

128 Id., *ibid.*, p. 214.

O reconhecimento do papel importante que as profissões desempenham nas sociedades capitalistas industrializadas não lhes confere, na óptica marxista, prerrogativas de poder, autoridade e autonomia perante os grupos sociais que possuem e controlam os meios de produção. Pelo contrário, numa crítica bastante radical são designados como *"servants of power"*[129] e vistos como agentes com um objectivo particular: possibilitar a reprodução das relações sociais e económicas capitalistas.

A literatura marxista expressou sempre de forma mais ou menos contundente uma crítica à natureza do trabalho e à acção dos profissionais[130]. Desde logo, no quadro do pensamento marxista, a natureza do trabalho dos profissionais só adquire significado teórico se for equacionada no seio das lógicas que se encontram subjacentes às relações de produção das sociedades capitalistas. Em simultâneo com a crescente visibilidade na sociologia das profissões da perspectiva do poder enformada pelos pressupostos do interaccionismo, esta crítica foi acompanhada, nos anos 70, pela formulação genérica da tese de que o assalariamento dos profissionais, com a sua inserção em organizações burocráticas - aquilo que M. Guillén[131] afirma como a passagem do modelo de profissão de mercado ao de profissão organizativa - implicaria a alteração da natureza do trabalho dos profissionais. O processo de assalariamento e, concomitantemente, de burocratização conduziriam à proletarização das profissões[132].

---

129 Id., *ibid.*, p. 214.

130 Por exemplo para B. Ehrenreich e J. Ehrenreich o profissionalismo é interpretado como um estratagema usado pela grande maioria dos membros da classe profissional-dirigente de modo a garantir a sua segurança e a autonomia do seu poder. Barbara Ehrenreich e John Ehrenreich, *op.cit.*, pp. 26 e segs.

131 Mauro Guillén, "Profesionales y burocracia: desprofesionalizacion, proletarizacion y poder profesional en las organizaciones complejas", in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 51, 1990, pp. 37 e segs.

132 Associada com aquela delimitação das causas da proletarização encontra-se uma questão mais abrangente: a da localização dos profissionais na estrutura de classes e, mais especificamente, a importância que para essa localização apresenta a propriedade dos meios de produção ou a posse de determinados saberes.

Uma das primeiras explicitações da tese do processo de proletarização é formalizada por M. Oppenheimer[133]que defende que todas as profissões - profissões tradicionais, novas profissões e semi-profissões - se encontram tendencialmente sujeitas àquele processo por força da sua inserção em contextos organizacionais de natureza burocrática. Entretanto, a tese da proletarização só adquiriu um alargamento de interesse com a publicação por H. Braverman, em 1974, do seu livro intitulado sugestivamente, *Trabalho e Capital Monopolista: a Degradação do Trabalho no Século XX*[134]. A partir de uma análise marxista da evolução histórica do processo de trabalho no estádio do capitalismo monopolista, é defendida a existência de um processo de destruição da autonomia da classe trabalhadora na realização das várias facetas do trabalho que executa. Concomitantemente à desqualificação dos trabalhadores manuais assiste-se, no quadro da lógica capitalista, a um processo de proletarização que abrange não só os assalariados administrativos, mas que se estende igualmente aos engenheiros, aos técnicos industriais, a determinadas categorias de profissionais ligadas à gestão das empresas como, por exemplo, os contabilistas, o qual se concretiza no decréscimo relativo dos rendimentos salariais e na perda de controlo sobre o conteúdo do trabalho[135].

Perfilhando globalmente das teses de H. Braverman, bem como sustentando que quer as novas profissões provenientes da emergência do capitalismo e da expansão das ideologias e das políticas das instituições do Estado-Providência desencadeadas ao longo do século XX, quer as profissões tradicionais - medicina e advocacia - se tornaram agentes de controlo social e político do capitalismo, G. Esland é peremptório em chegar a uma conclusão[136]: a

---

133 Cf. Martin Oppenheimer, "The proletarianization of the professional", in *Sociological Review Monographes*, nº 20, 1973, pp. 213-227.

134 Henry Braverman, *Trabalho e Capital Monopolista: a Degradação do Trabalho no Século XX*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

135 As teses de Henry Braverman têm sido alvo de forte contestação, em particular em relação aos seus argumentos sobre a desqualificação global dos assalariados. Sobre esta questão, consulte-se Paul Thompson, *The Nature of Work*, London, Macmillan Press, 1983.

136 Geoff Esland, *op. cit.*, p. 231.

lógica do capitalismo proletariza algumas das profissões, transformando-as em simples agentes do capital. Conclusão que no plano empírico é unicamente sustentada pela apresentação de estudos de outros analistas, defensores da tese da proletarização sobre os médicos e os advogados norte-americanos. A questão pertinente que fica por resolver é a de saber se são estas as únicas profissões em processo de proletarização ou se, pelo contrário, existem outras. Como iremos constatando, a imprecisão e a ambiguidade marcam, no plano teórico-metodológico, as teses da proletarização dos profissionais.

Um importante esforço de reflexão sobre esta problemática é, por outro lado, produzida por D. Lacalle. Em primeiro lugar, assenta a sua atenção nos denominados trabalhadores intelectuais e numa definição estrita de proletarização - "considera-se que uma classe ou camada social, ou melhor, alguns ou a maioria dos seus membros, proletariza-se quando começa a fazer parte da classe denominada proletariado na terminologia de Karl Marx"; e acrescenta: "por sua vez, pode definir-se como proletário aquele membro do corpo social que não possui para fazer face à sua subsistência outra coisa a não ser a sua força de trabalho, seja esta manual ou intelectual, a qual tem que vender num mercado"[137]. Em segundo lugar, delimita conceptualmente um modelo do processo de proletarização que permita captar as transformações sociais a que estão submetidos determinados grupos ocupacionais. Esse modelo é constituído por diversos componentes que caracterizam a situação sócio-laboral e que, igualmente, devem ser interpretados como dimensões a serem accionadas no trabalho empírico conducente à verificação da tese da proletarização. São eles[138]: massificação; assalariamento; quebra de homogeneidade profissional; concentração do trabalho intelectual em organizações de dimensões diferenciadas; super-especialização; perda do controlo do processo de trabalho;

137 Daniel Lacalle, *Los Trabajadores intelectuales y la Estructura de Clases,* Madrid, CIS, 1982, p. 27.
138 Id., *ibid.*, pp. 29-55.

repetitividade das tarefas e acréscimo da dependência face à estrutura hierárquica; hierarquização, burocratização e aumento do controlo disciplinar; inserção no mercado de trabalho com a consequente submissão aos mecanismos que regulam, por um lado, a formação e a evolução dos salários e, por outro, a formação e evolução do emprego; conflitualidade laboral e, por último e interligado com o componente anterior, a sindicalização.

D. Lacalle defende que a essência do processo global de proletarização é caracterizada por contradições, decorrentes dele se desenrolar numa sociedade dividida em classes antagónicas e que, portanto, o configuram como não linear, em termos históricos[139]. Afirmá-lo apresenta-se como uma das virtualidades do estudo efectuado, o que não impede de o mesmo falhar numa análise mais fina de certos micro processos, ao nível da reformulação do conteúdo do trabalho, da elitização salarial, da autonomia e do poder dos profissionais nas organizações, os quais poderão não ser perspectivados como contraditórios face ao processo de proletarização, mas sim como elementos, de natureza marcadamente complexa, que caracterizam uma nova situação que para a maioria dos profissionais não é a da proletarização.

As crescentes críticas ao carácter mecanicista da tese da proletarização dos profissionais, associadas a alterações entretanto ocorridas no âmbito da estrutura e dinâmica das organizações onde estes se inserem, levaram alguns sociólogos marxistas a enveredar por análises mais sofisticadas[140]. No conjunto de trabalhos realizados, destacamos os de C. Derber. Num dos primeiros textos publicados em 1983[141], ele defende uma distinção entre a proletarização técnica e a

---

139 Id. *ibid.*, pp. 55 e segs.

140 Segundo R. Murphy, a constatação de mudanças ao nível das profissões por parte dos marxistas é feita por intermédio de dois tipos de hipóteses. "A hipótese forte de proletarização" em que pontificam os trabalhos de H. Braverman e a "hipótese de fraca proletarização" em que se destacam, como veremos de imediato, as considerações de C. Derber. Cf. Raymond Murphy, "Proletarianization or bureaucratization: the fall of the professional?", in Rolf Torstendahl e Michael Burrage, *The Formation of Professions*, London, Sage, 1990, pp. 72 e segs.

141 Charles Derber, "Ideological proletarianization and post-industrial labour", in *Theory and Society*, nº 12, 1983, pp. 281-308.

proletarização ideológica que possibilita um contraste entre a situação dos profissionais e a dos outros assalariados. A primeira forma de proletarização caracteriza estes assalariados, os quais se vêem desapossados de qualquer controlo sobre o processo e o produto do seu trabalho. Os profissionais enfrentam essencialmente um processo de proletarização ideológica que lhes retira qualquer autoridade na selecção dos objectivos do seu trabalho e dos clientes e, igualmente, na tomada de decisões de natureza orçamental ou estratégicas para a organização. Em suma, são expropriados face aos valores e propósitos do trabalho que desenvolvem. Por outro lado, estes mesmos profissionais mantêm, no plano estritamente técnico da sua actividade, uma importante capacidade discricionária e um elevado grau de qualificação. Sem negar a tese de que os profissionais assalariados são proletários, C. Derber aponta, portanto, para que o processo de proletarização destes se venha historicamente a desenvolver de um modo diferente do que tem acontecido com os restantes assalariados.

A proposta de C. Derber *et al* decorre de uma investigação empírica realizada entre 1981 e 1983 na área de Boston[142]. Abrangendo cientistas, advogados, médicos e engenheiros trabalhando em diferentes organizações, num total de 700 inquiridos, a investigação teve como um dos objectivos principais equacionar empiricamente certos parâmetros do trabalho destes profissionais, mais propriamente os da autonomia e autoridade, satisfação, fontes de *stress* profissional, atitudes perante as tarefas desempenhadas, a profissão, a empresa e, ainda, o posicionamento político. Um dos primeiros resultados considera precisamente que não existem, por parte dos profissionais, perdas notórias de autonomia e autoridade ao nível da execução técnica do trabalho. Todavia, tal não é impeditivo que estes profissionais estejam sujeitos a uma forma própria de proletarização, a já designada proletarização ideológica. Outra das dimensões mais relevantes sobre a actividade dos profissionais nas organizações, reveladas

142 Charles Derber *et al*, *Power in the Highest Degree*, New York, Oxford University Press, 1990, pp. 119 e segs.

pelo estudo, aponta para os diversos modos como eles têm convertido os seus empregos dependentes em situações de autoridade e prestígio. No âmbito da sociedade norte-americana, os profissionais criaram hierarquias "logocráticas", baseadas no saber, que se entrelaçam com os sistemas de poder formando, por sua vez, sistemas complexos de autoridade de natureza capitalista.

A forma mais pura de empresa logocrática - a intitulada logofirma *"logofirm"* - encontra a sua expressão nos consultórios privados de advogados e médicos, como igualmente nas empresas de contabilistas, gabinetes de arquitectos e nas agências privadas de trabalho social. Nesta forma são unicamente os profissionais que colectivamente detêm a propriedade. A direcção é por eles assegurada. Tal permite, por conseguinte, a associação entre, por um lado, a propriedade e o controlo e, por outro, a posse de um determinado saber especializado. A sua actividade desenvolve-se globalmente de acordo com as regras capitalistas. Tal como acontece em outras empresas, o objectivo principal é a obtenção do lucro. Só que a diferença substancial face a estas empresas reside na organização democrática, embora com algumas nuances, criada pelos próprios profissionais, da qual, sublinhe-se, estão completamente arredados os assalariados não profissionais das logofirmas.

A maioria dos profissionais trabalha em empresas privadas ou então nos departamentos estatais. Encontram-se sujeitos a uma divisão do trabalho implementada e controlada pelas direcções das organizações. A sua autonomia está cingida aos interesses dos capitalistas. Para C. Derber os profissionais têm evitado uma proletarização mais intensiva, a qual, a ocorrer, seria em todo idêntica à que abrange os restantes assalariados[143], através da criação de "logofirmas internas" no seio das organizações. Os departamentos jurídicos das grandes empresas, os departamentos académicos das universidades, os grupos formais de médicos nos hospitais, as secções de empresas ligadas à investigação

---

143 Id., *ibid.*

científica e tecnológica são alguns dos exemplos de logofirmas internas. Estas não são mais do que formas de defesa institucional que pretendem imitar a estrutura e os processos de funcionamento das logofirmas. Os profissionais têm uma notória autoridade não obstante a mesma estar limitada pela direcção. Autoridade face à dimensão técnica do processo de trabalho. Eles não têm qualquer influência sobre as questões ligadas à definição dos objectivos e das políticas globais das organizações, dos investimentos a realizar. Deste modo, e segundo o estudo, os profissionais tornam-se numa "classe subdominante" de assalariados com determinados privilégios que, por intermédio da gestão que fazem do seu saber especializado como recurso económico imprescindível para a rendibilidade das organizações, conseguiram obter uma posição social marcada por uma dupla identidade: parte assalariados, parte empresários. Sem colocar em causa, de modo peremptório, a tese da proletarização dos profissionais, uma das virtualidades da proposta de C. Derber encontra-se na formulação de uma leitura mais complexa do processo em causa, rejeitando o esquematismo e o mecanicismo que estão subjacentes à tradição marxista.

Concomitantemente à expansão das análises marxistas, nos anos 60 e 70 emerge um outro grupo de teses sobre a natureza das mudanças ocorridas nas profissões, em particular no quadro dos EUA. Designadas por teses da desprofissionalização, vão prever o declínio do poder profissional e, em paralelo, o declínio político e social dos grupos profissionais. Para M. Haug[144] - uma das sociólogas que mais se destacou na formulação daquelas teses - essa desprofissionalização materializa-se na redução do monopólio sobre o conhecimento por parte dos profissionais e na perda consequente de poder, autonomia e autoridade. Quais as principais causas sociais da nova situação

144 Consulte-se Marie Haug, "Deprofessionalization: an alternate hypothesis for the future", in *Sociological Review Monograph*, nº 20, 1973, pp. 215-228 e Id., "The deprofessionalization of everyone?", in *Sociological Focus*, vol. 8, nº 3, 1975, pp. 197-213. E ainda Nina Toren "Deprofessionalization and its sources", in *Sociology of Work and Occupations*, vol. 2, nº 4, 1975, pp. 323-337.

profissional? Desde logo, o aumento da escolarização e a divulgação de conhecimentos científicos e técnicos que tornam os conhecimentos profissionais mais acessíveis, em termos de compreensão e de controlo, à população, diminuindo o fosso entre o profissional e cliente. O acréscimo da participação política e a difusão de concepções igualitárias sobre a vida social vão traduzir-se num questionar das relações formais de autoridade. Um mais amplo controlo dos profissionais pela justiça e igualmente um maior poder reivindicativo por parte dos movimentos de consumidores. O incremento da divisão do trabalho entre as profissões - aprofundamento da especialização - tornando-as mais interdependentes, sendo os seus respectivos campos de actividade objecto de interesse e de tentativas de controlo por parte de outros profissionais. Além destas causas, outra igualmente apresenta relevância: o carácter cada vez mais rotineiro que assume o conhecimento profissional facilita o seu tratamento informático, acabando por aumentar as possibilidades de acesso dos não profissionais. O âmago da hipótese de M. Haug encontra-se na crescente desvalorização do conhecimento - cada vez mais difundido e vulgarizado - e, consequentemente, no decréscimo da importância social do profissionalismo.

A verificação empírica da hipótese da desprofissionalização tem sido tentada por alguns sociólogos. F. Bernard e P. Hamel[145] defendem que não obstante os contabilistas da província do Quebec deterem uma posição vantajosa ao nível do mercado de trabalho, que deriva directamente da sua crucial intervenção no âmbito da economia, encontram-se sujeitos a determinados processos - assalariamento, especialização do conhecimento, restrições à autonomia e declínio do prestígio social - que conduzem à perda de determinadas prerrogativas profissionais, apresentando-se, por conseguinte, como uma profissão em vias de desprofissionalização. Uma linha de argumentação

145 Francine Bernard e Pierre Hamel, "Vers une deprofessionnalisation de la profession comptable? La situation au Québec", in *Sociologie du Travail*, nº 2, 1982, pp. 117-134.

semelhante encontramos na análise de R. Rothman[146] sobre os advogados norte-americanos. O declínio da autonomia e dos privilégios monopolistas - elementos essenciais do processo de desprofissionalização - não são mais do que o resultado de um conjunto de factores dos quais sobressaem a rotinização e a especialização do conhecimento, a consolidação dos direitos dos consumidores, a usurpação de áreas de intervenção por parte de outras profissões, o rápido e substancial acréscimo de profissionais, acompanhado de um crescente assalariamento das novas gerações.

No quadro do recente desenvolvimento da sociologia das profissões - anos 80 - as teses da proletarização e da desprofissionalização têm sido sujeitas a fortes críticas. C. Dubar[147], M. Guillén[148], R. Murphy[149] e E. Freidson[150] apresentam-se como alguns dos críticos. O problema principal para eles não se encontra especificamente na constatação das transformações que trespassam o mundo profissional. Com efeito, todos estão genericamente de acordo com a constatação das transformações ocorridas. Em simultâneo, com a consolidação do capitalismo monopolista processou-se a concentração e a centralização dos capitais, e o avolumar do número de grandes empresas estruturadas de forma burocrática. Por outro lado, decresceu o peso absoluto e relativo de profissionais liberais tradicionais, no seio da estrutura da população activa. Recomposição socioprofissional que tem sido, por sua vez, acompanhada por um movimento inverso dos profissionais assalariados. A divergência entre aqueles autores surge, sim, no equacionamento dos presumíveis efeitos das transformações sobre as plurais dimensões que caracterizam a profissionalidade nas sociedades capitalistas contemporâneas. Estamos a referir-nos, em especial, à natureza do

---

[146] R. Rothman, "Deprofessionalization: the case of law in America", in *Work and Occupations*, nº 11, 1984, pp. 183-206.
[147] Charles Derber, *op. cit.* pp. 318 e segs.
[148] Mauro Guillén, *op., cit.*, pp. 41 e segs.
[149] Raymond Murphy, *op. cit.*, pp. 82 e segs.
[150] Eliot Freidson, *op. cit.*, pp. 109 e segs. Ver igualmente, Id., *Professionalism Reborn*, London, Polity Press, 1994.

trabalho profissional e à sua articulação com as questões do poder e autonomia no seio das organizações.

Dos sociólogos apontados, E. Freidson assume a posição crítica mais consistente e contundente[151]. A sua recusa das teses da desprofissionalização assenta basicamente nos seguintes argumentos: a constatação que actualmente desapareceram parcial ou totalmente, ou então tornaram-se convencionais, todos os movimentos políticos e culturais que, para os anos 60 e princípios dos anos 70, foram interpretados pelos adeptos das teses do declínio dos profissionais como indutores da quebra do poder das profissões. Os seus prognósticos de manutenção e intensificação desses movimentos ao longo das décadas seguintes acabaram por falhar, retirando, assim, qualquer validade analítica ao argumento avançado; quanto à redução do desnível, em termos de conhecimentos especializados, entre profissional e cliente, a situação apresenta uma pluralidade de dimensões que impede uma leitura esquemática e simplista. Desde logo, porque segundo E. Freidson, o monopólio legal das profissões sobre o conhecimento não foi objecto de um importante cerceamento. Por sua vez, se o conhecimento ao dispor dos clientes aumentou, igualmente aumentou, em termos de volume e de qualidade, o conhecimento detido exclusivamente pelos profissionais. Consequência da evolução científica e técnica, novos conhecimentos são por eles adquiridos e utilizados, como igualmente se aprofunda a especialização profissional. Ora estes movimentos acabam por manter o desnível entre profissionais e leigos. Os profissionais continuam a deter o monopólio sobre segmentos fundamentais do conhecimento[152].

---

[151] No âmbito da sociologia das profissões, E. Freidson destaca-se pelo número elevado de trabalhos publicados. A sua trajectória intelectual está marcada por uma persistente e continuada intenção de debater as questões em torno das profissões. Para uma análise da sua obra consulte-se Steven Brint, "Eliot Freidson's contribution to the sociology of professions", in *Work and Occupations*, vol. 20, nº 3, 1993, pp. 259-278.

[152] Importa ter em consideração que actualmente aquele monopólio é cada vez mais posto em causa. As acções desenvolvidas pelos não profissionais, quer de forma individual, utilizando estrategicamente os meios de comunicação, quer organizados em associações de defesa do consumidor, e pelo próprio Estado, apontam genericamente para a institucionalização de

O exame que E. Freidson faz das teses da proletarização é igualmente marcado por uma recusa liminar das mesmas. É um dado empírico não controverso que a maioria dos profissionais exercem directamente a sua actividade em organizações e que, portanto, se encontram na condição de assalariados e enquadrados por determinados parâmetros normativos de cariz organizacional. Ao contrário do que defendem os marxistas, o assalariamento dos profissionais, isto é, a sua passagem do estatuto de independente ao de empregado, não implica necessariamente a desvalorização das respectivas condições de trabalho e a perda de autonomia e controlo sobre o próprio trabalho. Tal não acontece, para aquele sociólogo, desde que a actividade do profissional, independentemente deste ser assalariado ou não, se encontre valorizada ao nível do mercado. Se ela se encontra valorizada, o profissional imporá ao cliente as condições, os objectivos e os conteúdos do trabalho que especificamente exerce[153]. Manterá, por conseguinte, a autonomia e o controlo. A posse ou não dos meios de produção deixa de ser analiticamente relevante para dar lugar, seguindo de perto a tradição weberiana, à questão da dinâmica do mercado e da posição que neste é ocupada por parte da profissão.

Por outro lado, E. Freidson[154] salienta que, ao nível das organizações, mesmo as de natureza burocrática, os profissionais diferem dos restantes assalariados pelo grau de controlo que possuem das suas tarefas, mas também por aspectos como os elevados salários recebidos comparativamente aos outros, a persistência de um controlo sobre as qualificações que dão acesso à profissão, a manutenção e difusão de determinados valores vocacionais e éticos adquiridos durante o período de formação universitária. Ora a congregação destes aspectos permite-lhes deter uma posição favorável para a defesa e manutenção das suas

---

mecanismos de contra-poder, simultaneamente controladores e limitativos parcialmente das práticas dos profissionais. Um exemplo deste contra-poder é-nos dado pelo estudo de Juan Llovet, "El control de la prensa sobre la profesión médica: el caso de "El País", in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 59, 1992, pp. 261-285.

[153] Id., *Professional Powers*, p. 136.

[154] Id., *op. cit.*, pp. 158 e segs.

prerrogativas profissionais no seio da organização. Daqui decorre que para o autor não faz sentido interpretar as mudanças ocorridas ao nível das profissões a partir das teses da proletarização.

As críticas apontadas por E. Freidson às duas grandes teses sobre o declínio profissional entroncam numa perspectiva mais global sobre a dinâmica do fenómeno profissional, em particular no âmbito da sociedade norte-americana. Em primeiro lugar, e a partir de uma definição de profissão estruturada em torno do mercado de trabalho protegido e das credenciais escolares e ocupacionais[155], ele propõe uma outra leitura daquelas mudanças ocorridas no pós anos 60. Defende que novas formas de regulação social, nas quais se incluem diferentes tipos de intervenção por parte do Estado, estão a mudar a estrutura do controlo das profissões, sem todavia colocar em causa a extensão desse mesmo controlo[156]. Apesar da mudança verificada na natureza do controlo profissional, E. Freidson acentua que persiste o poder dos profissionais nas organizações, porque, no essencial, eles controlam o conteúdo das suas tarefas, o que, por sua vez, lhes garante autonomia. É preciso realçar que tal poder das profissões se caracteriza por dois aspectos, os quais são igualmente considerados como geradores desse mesmo poder[157]. Um concretiza-se no monopólio do conhecimento científico e técnico base que é fundamental para o desenvolvimento da actividade. Embora tal monopólio se apresente diferenciado conforme a profissão, ele surge como essencial em contexto organizacional. O outro concretiza-se no controlo por parte dos profissionais da prestação aos clientes de determinados bens ou serviços que são recursos escassos no mercado

---

[155] E. Freidson define profissão e profissionalismo do seguinte modo: "Uso o termo 'profissão' para me referir a uma ocupação que controla o seu próprio trabalho, organizado por um conjunto especial de instituições, sustentada em parte por uma ideologia particular de especialidade e serviço. Uso o termo 'profissionalismo' para referir-me a essa ideologia e conjunto especial de instituições", Eliot Freidson, *Professionalism Reborn*...p. 10.

[156] Id., *Professional Powers*..., pp. 158 e segs.

[157] Id., *ibid.*

(*gatekeeping*). A associação destes dois aspectos do poder vai permitir ao profissional uma ampla atitude discricionária face, em particular, aos leigos.

Em segundo, E. Freidson assume uma postura de defesa das profissões, a partir de três argumentos principais[158]: o profissionalismo como uma força de oposição ao poder administrativo no seio das organizações burocráticas; as profissões são, pela natureza da sua actividade e longa formação escolar, a antítese do trabalho alienado; por último, estas constituem uma forma protectora de organização do mercado de trabalho face à ignorância, à incompetência e, em simultâneo, salvaguardam os interesses dos próprios consumidores. É uma postura que poderemos qualificar de *sui generis* perante outros contributos sociológicos, em particular os de T. Johnson e M. Larson, distanciando-se das teses da proletarização e da desprofissionalização, como igualmente das teorias do domínio profissional formuladas por D. Bell[159] e I. Illich[160], profundamente antagónicas no equacionamento das consequências deste domínio para a dinâmica societal.

A partir da análise das relações entre profissões e mercado de trabalho, C. Dubar[161] considera que existem movimentos contraditórios de proletarização. É recusado o estabelecimento, no plano teórico-metodológico, de uma clara tendência de proletarização ou então de não-proletarização. Isto depende das designadas "transacções"[162] entre empregadores e profissionais. Os primeiros estão interessados em que os profissionais usem os seus conhecimentos nas empresas e se enquadrem nos objectivos das mesmas. Em troca, existe o

---

[158] Id., *Professionalism Reborn...*, pp. 149 e segs.

[159] D. Bell postula o domínio das profissões por intermédio da imprescindibilidade dos seus conhecimentos para o funcionamento das sociedades industriais, perfilhando, portanto, uma perspectiva optimista sobre a evolução dos grupos profissionais. Daniel Bell, *Vers la Société post-industrielle*, Paris, Laffont, 1976.

[160] Defensor de um forte discurso anti-profissional desenvolvido nos anos 70, cujo objectivo principal seria o de acautelar os interesses dos não-profissionais face ao poder desmedido que os grupos profissionais detêm nas sociedades industriais. Para mais desenvolvimentos, consulte-se Ivan Illich, *Towards a History of Needs*, New York, Bantam Books, 1980.

[161] Charles Dubar, *op. cit.*, pp. 164 e segs.

[162] Id., *ibid.*, p. 165.

reconhecimento do poder e das competências dos profissionais[163]. Ora é na base destas "transacções", as quais são sempre instáveis e se encontram sujeitas a dinâmicas do mercado de trabalho, que assenta "um novo modo de gestão da mão-de-obra" dos profissionais que evita a proletarização e, por conseguinte, possibilita que o modelo de organização profissional se mantenha. Modelo que se encontra estruturado, em termos do "espaço interno da empresa" - onde a forma como se organiza o trabalho pode criar áreas "de autonomia e de iniciativas dos profissionais assalariados" - e do "espaço externo à empresa" - onde impera o associativismo e igualmente formas de construção e de defesa das competências e capacidades de especialização dos profissionais. Face às intensas e complexas transformações por que passam, no actual contexto de globalização, quer as empresas dos diversos sectores de actividade - em termos tecnológicos, de divisão e organização do trabalho, de estrutura organizacional, de competitividade e concorrência - quer os mecanismos de utilização e circulação de mão-de-obra no âmbito do mercado de trabalho, a proposta de C. Dubar, afigura-se-nos como um instrumento que, ao esbater as fronteiras institucionalizadas da sociologia das profissões, gera mais-valias teórico-metodológicas para a compreensão das dinâmicas da profissionalidade nas sociedades capitalistas, como igualmente, na própria opinião do autor, para a exploração da construção das identidades profissionais.

2.3. A importância do monopólio profissional: as teses de M. Larson e A. Abbott

Como temos vindo a salientar ao longo do presente capítulo, as alternativas teóricas ao funcionalismo vieram em parte revigorar a sociologia das profissões, não obstante a diversidade de perspectivas que as enformam. Todavia,

---

163 Historicamente subsiste para C. Dubar uma interacção entre a relação salarial e a relação profissional, as quais correspondem a duas fontes de poder, de um lado o capital, do outro o saber. Cf. Id., *ibid.*, p. 162.

esta ideia não é unanimemente aceite. Para R. Hall[164], no início da década de 80, era patente o decréscimo do interesse pela análise sociológica das profissões e mesmo, em determinados trabalhos, a sua dissolução em outras áreas de investigação. A morte anunciada desta análise era resultante da desvalorização teórica que tinham sofrido as questões da natureza do modelo profissional e do processo de transformação das ocupações em profissões, por força do predomínio que no mesmo adquiriu a perspectiva do poder, a partir principalmente das contribuições de E. Freidson e T. Johnson. Esta perspectiva ao pretender explicar a natureza das profissões pelo seu poder, o que conduziu a um fechamento teórico, associada ao carácter limitado que veicula sobre esse mesmo poder tornou impossível a expansão da sociologia das profissões. O futuro encontrar-se-ia, para aquele autor, no equacionamento das profissões no quadro de alguns dos recentes desenvolvimentos das teorias organizacionais.

Em resposta a esta formulação prospectiva, K. Macdonald e G. Ritzer[165], tendo por base estudos britânicos e alguns norte-americanos publicados durante a década de 80, propõem, pelo contrário, uma leitura optimista. A ideia básica que defendem é que a sociologia das profissões não se encontra em vias de desaparecimento; aquilo que efectivamente tem vindo a reduzir-se substancialmente, em particular no caso da sociologia norte-americana, é a investigação das diferenças entre profissões e ocupações. Em contraposição, a sociologia britânica estruturada basicamente em grandes eixos de investigação - conflitos inter e intraprofissionais, profissões e Estado, estratificação social e profissões - privilegiando o estudo das profissões inseridas no seu contexto social e dando especial relevo às teses marxistas e neo-weberianas, vem demonstrando

---

[164] Richard Hall, "Theoretical trends in the sociology of occupations", in *The Sociological Quartely*, nº 24, 1983, pp. 5 e segs.

[165] Keith Macdonald e George Ritzer, "The sociology of the professions", in *Work and Occupations*, vol. 15, nº 3, 1988, pp. 251-272. Igualmente sobre a produção teórica mais recente no seio da sociologia das profissões consulte-se, Yvette Lucas, "Introduction. Qu'est-ce qu'une sociologie des groupes professionnels?", in Yvette Lucas & Claude Dubar, *Genèse & Dynamique des Groupes Professionnels*, Lille, Press Universitaires de Lille, 1994, pp. 11-26;

o seu vigor teórico e metodológico na análise dos complexos e plurais fenómenos sociais que se encontram subjacentes à dinâmica dos grupos profissionais.

Comungamos globalmente da tese que a sociologia das profissões não se encontra com a morte anunciada. E fazemo-lo baseados em dois aspectos. Até aos finais dos anos 60, a sociologia das profissões no espaço da denominada Europa continental tinha uma reduzida expressão. Os artigos de M. Maurice[166] e J. Chapoulie[167] ilustram isso. Até essa data, por exemplo, a sociologia de trabalho francesa estava maioritariamente centrada nos efeitos do progresso técnico, na evolução do trabalho, no movimento operário e na consciência de classe, na posição classista e nas práticas políticas dos técnicos[168]. É somente nos anos 80 que se assiste à emergência de um interesse mais amplo pelas profissões. Em países como a Espanha, a França e a Itália, a produção de trabalhos de investigação expande-se[169].

---

166 M. Maurice defende mesmo que a sociologia das profissões deveria estar integrada numa sociologia mais ampla, a "sociologia da divisão social do trabalho". O objectivo seria dar relevo às condições objectivas comuns em que se desenrola a actividade laboral em geral, não separando as profissões do conjunto global das ocupações.

167 J. Chapoulie desvaloriza teoricamente as perspectivas funcionalistas e interaccionistas e elege como problemática nuclear as relações entre grupos profissionais e classes sociais.

168 A título de ilustração confira-se, por exemplo, Georges Friedman e Pierre Navile, *Tratado de Sociologia do Trabalho*, S. Paulo, Cultrix, 1973, como igualmente a colecção da revista *Sociologie du Travail.* Para além destes, consulte-se em especial Marc Maurice, "Le determinisme technologique dans la sociologie du travail (1955-1980). Un changement de paradigme?", in *Sociologie du Travail*, nº 1, 1980, pp. 22-37.

169 Destacamos entre outros os seguintes trabalhos: Gian Prandstraller, *Sociologia delle Professioni*, Roma, Cittá Nouva Editrice, 1980, Jaime Martín-Moreno e Amando Miguel, *Sociologia de las profesiones*, Madrid, CIS, 1982 (obra com uma extensa lista de referências bibliográficas sobre as profissões em Espanha); Mauro Guillén, *La Profesión de Economista*, Madrid, Ariel, 1989; Jesus de Miguel e Juan Salcedo, *La Profesión Farmacéutica*, Madrid, CIS, 1987; Jesús de Miguel, "Para un analisis sociologico de la profesión medica", in *Revista Española de Investigaciones Sociales*, nº 20, 1982, pp. 101-120; J.-P. Maniez e C. Pernin, *Un métier moderne. Conseiller d'orientation*, Paris, L'Harmattan, 1988; Isabelle Benjamin e François Aballea, "Evolution de la Professionalité des architectes", in *Recherche Sociale*, nºs 113/114, 1990, pp. 3-109; Geneviève Poujol, *Profession: animateur*, Paris, Editions Privat, 1989. Nos últimos anos destacam-se: Rolf Torstendahl e Michael Burrage (edit.), *The Formation of Professions*, London, Sage, 1990; Id., *Professions in Theory and History*, London, Sage, 1990; Yvette Lucas & Claude Dubar, *Genèse & Dynamique des Groupres Professionnels*, Lille, Presses Universitaires de Lille, 1994, Keith Macdonald, *The Sociology of the Professions*, London, Sage, 1995 e, ainda, a *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 59, 1992 e a *Sociologie ete Sociétés*, nº 2, 1988 que tomam por objecto central as profissões. Em Portugal constata-se a escassez de estudos sociológicos sobre as profissões, não obstante se ter verificado,

Tal vai permitir um reforço da sociologia das profissões, particularmente em contextos nacionais, em que a mesma tinha uma fraca expressão, o que, contudo, ocorre sem colocar em causa a posição maioritária que os trabalhos de origem anglo-americana detêm no conjunto da actual produção sobre os grupos profissionais. O interesse demonstrado terá de ser equacionado face ao contexto de crise económica, social e cultural vivido na própria Europa. Assim, as profissões, em especial as de natureza científica e técnica e as respectivas instâncias de representação política, adquiriram uma mais ampla visibilidade social decorrente das suas plurais estratégias, de cooperação ou de conflito face ao Estado ou a outros agentes institucionais, muitas vezes de carácter profundamente corporativista, com o objectivo de travar processos de desvalorização social ou então, pelo contrário, de ampliar o seu poder e prestígio social. Acréscimo de visibilidade social que é igualmente o produto das alterações ocorridas ao nível das estruturas ocupacionais, em que as profissões, em termos absolutos e relativos, têm vindo a adquirir um peso bastante significativo.

O outro aspecto a favor da defesa da sociologia das profissões encontra-se situado nas propostas teóricas de M. Larson e A. Abbott. Elas marcam de modo

---

nos últimos anos, um acréscimo importante de publicações nesta área. Destacamos as seguintes obras: António Nóvoa, *op.cit.*, Helena Araújo, "Profissionalismo e ensino", in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 3, 1985, pp. 25-40, Rui Gomes, *Culturas de Escola e Identidades dos Professores*, Lisboa, FPCE, 1993, Duarte Pimentel *et al*, "A estruturação das identidades no quotidiano do trabalho. O caso dos profissionais de enfermagem", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 9, 1991, pp. 43-56, Fernando Ruivo, "A construção de um projecto profissional: o caso da medicina", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 23, 1987, pp. 129-139, Graça Carapinheiro, *Saberes e Poderes no Hospital*, Porto, Edições Afrontamento, 1993, Luís Garcia e José Castro, "Os produtores de opinião pública: entre o grupo profissional e o grupo de status", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento - Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 141-156, António Firmino da Costa, "Cultura profissional dos sociólogos", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 5, 1988, pp. 107-124, Braga da Cruz *et al*, "A situação do professor em Portugal", in *Análise Social*, nºs 103-104, 1988, pp. 1187-1293, Noémia Lopes, *A recomposição dos saberes, ideologias e identidades de enfermagem - estudo sociológico em contexto hospitalar*, Dissertação de Mestrado em Sociologia (Documento mimeografado), 1994, Maria de Lurdes Rodrigues, *Os engenheiros na sociedade portuguesa. Profissionalização e protagonismo*, Dissertação de Doutoramento realizada no ISCTE, (texto policopiado), Lisboa, 1996

substantivo a produção sociológica mais recente e são um exemplo bastante significativo da vitalidade teórico-metodológica existente. Não obstante as propostas serem teoricamente descoincidentes, apresentam um elemento comum, a análise da profissionalização. E é especificamente a partir desse elemento comum que nos interessa explorar algumas das suas principais contribuições.

A obra de M. Larson, *The Rise of Professionalism*[170], apresenta-se principalmente como uma leitura alternativa às teses funcionalistas sobre os movimentos de profissionalização. Na sua parte introdutória, a autora é suficientemente clara sobre os seus objectivos teóricos:

> "A minha intenção é analisar aqui como as ocupações que apelidamos de profissões se organizam para obter poder no mercado. Considero a profissionalização o processo pelo qual os produtores de serviços especiais se esforçam por constituir e controlar um mercado para a sua especialidade. Visto que uma especialidade vendável é um elemento crucial na estrutura da desigualdade moderna, a profissionalização apresenta-se também como uma afirmação de um *status* especial e como um processo colectivo de mobilidade social ascendente."[171]

Propõe-se, por conseguinte, ver a profissionalização como um duplo processo, só analiticamente separável, em que de uma parte se realçam as múltiplas conexões entre profissões, saberes e mercados e, de outra, os diversos modos como se articulam profissões e sistema de estratificação, sem olvidar em cada um deles o papel fundamental desempenhado pela Universidade. Mas mais: a profissionalização terá de ser pensada entrando em consideração com as acções de monopolização do mercado, do conhecimento e das qualificações profissionais, e da posição dos indivíduos no sistema de estratificação, cujo objectivo é o de manter a raridade de um determinado serviço, neste caso de natureza profissional.

---

170 Magali Larson, *The Rise of Professionalism. A Sociological Analysis.*, London, University of California Press, 1977.

171 Id., *ibid.*, p. xvi.

Qualquer daqueles processos - mobilidade social e controlo do mercado - não são concebidos como meros factos circunstanciais da evolução económica e social. Eles são, sim, o resultado do que a autora designa como o "projecto profissional" - conceito que pretende destacar a existência de uma linha coerente e consistente entre uma diversidade de acções aparentemente desconexas[172]. A reconstituição histórica, a partir deste conceito, e do que teoricamente lhe está subjacente em termos de problematização da reflexividade dos actores sociais face às suas acções, bem como a formulação global do processo de profissionalização elaboradas por M. Larson apresentam-se como tributárias das teses de M. Weber, em particular quanto à importância do mercado na evolução social e à noção de que o conhecimento é uma das fontes principais de rendimento.

É, pois, a partir do conceito de projecto profissional que são analisados comparativamente os movimentos de profissionalização ocorridos na Inglaterra e nos EUA desde os inícios do século XIX - os casos históricos da medicina, da advocacia e da engenharia - até à actualidade - as profissões de assistente social, intendentes escolares e cientistas.

Como a autora salienta, o modelo profissional surge historicamente durante as grandes transformações económicas e sociais que moldaram a configuração da Europa no pós século XV[173]. A extensão e consolidação do modo de produção capitalista presidem a essas transformações. É em torno do mercado que se estruturam a economia e a sociedade, criando-se as condições, no âmbito do capitalismo concorrencial, para o desenvolvimento da primeira parte do projecto profissional: a constituição dos mercados profissionais. Mais uma vez é sublinhado na obra que tal constituição não é fruto do acaso histórico. Determinadas dimensões concorreram para esse resultado[174]: diferenciação e

172 Id., *ibid.*, p. 6.
173 Id., *ibid.*, pp. 2 e segs.
174 Id., *ibid.*, pp. 14 e segs.

standardização dos serviços profissionais; eliminação da concorrência e tendência para a monopolização; acção protectora do Estado face aos praticantes sem qualificações e às profissões concorrentes; persuasão do potencial público que determinados serviços só poderão ser prestados por indivíduos qualificados; existência de instituições que permitam a formação de profissionais. Em simultâneo, assistiu-se à mercantilização dos serviços profissionais, o que implicou não só a sua standardização, mas igualmente o estabelecimento das "bases cognitivas"[175] em que assentam aqueles serviços. O processo de estabelecimento destas bases é feito pelos próprios profissionais no quadro de um esforço colectivo para criar e controlar o mercado. Torna-se essencial realizar a codificação e a racionalização do conhecimento profissional (interpretado pela autora como um conhecimento abstracto) de modo a fazer-se socialmente a identificação daqueles serviços e, por outro lado, conquistar a "exclusividade cognitiva". Ora a exclusividade passou, em termos dos movimentos de profissionalização estudados, pela imposição, por parte das profissões nascentes de determinados "mecanismos institucionais"[176]: definição de uma linguagem comum de natureza esotérica; currículos de estudo e sistema de formação iguais para todos os futuros praticantes; exames de qualificação e licença para o exercício profissional. Assim, não basta a criação por parte dos profissionais de um mercado, este terá de ser alicerçado num conjunto de aspectos cognitivos - o conhecimento profissional - que possibilitem a sua fixação e controlo.

A partir da análise contrastante dos movimentos de profissionalização dos médicos e dos engenheiros, em Inglaterra e nos EUA, M. Larson argumenta que o sucesso ou insucesso dos grupos profissionais em controlar o mercado depende de alguns aspectos[177]: a natureza do serviço comercializado quanto à sua universalidade e evidência; o tipo de mercado, mais ou menos competitivo,

175 Id., *ibid.*, pp. 40-52.
176 Id., *ibid.*, pp. 9 e segs.
177 Id., *ibid.*, pp. 47-48.

independente ou não do capital; o tipo de cliente, em termos da sua universalidade e organização; o grau de cientificidade, standardização e esoterismo dos conhecimentos fundamentais; a maior ou menor institucionalização da forma, bem como da standardização do processo de formação académica dos profissionais; a independência ou não do mercado profissional face a outros mercados; a maior ou menor afinidade da ideologia da profissão com a ideologia dominante. Mais do que outros aspectos apontados, a Universidade como instância de "produção de produtores"[178] é um elemento importante no desenrolar do projecto profissional. Nela se concentra a produção de conhecimentos e se efectua a relação entre esta produção e a aplicação dos conhecimentos ao mercado profissional.

Por outro lado, no âmbito de uma perspectiva macro sobre a evolução das profissões, a dinâmica que o mercado profissional vai assumir ao longo do tempo histórico terá de ser pensada em função da estrutura social em que a mesma se inscreve. Estrutura de classes, composição étnica, grau de desenvolvimento da economia, volume e mecanismo de distribuição do rendimento, nível de vida da população, natureza do Estado e tipo de políticas desencadeadas e configuração da ideologia dominante são dimensões que se afiguram como determinantes da dinâmica do mercado profissional.

Numa posição crítica face ao funcionalismo, M. Larson defende que não existe um único modelo de profissionalização. O sucesso da medicina, como igualmente o da advocacia, no controlo dos respectivos mercados no espaço anglo-americano, face às dificuldades que os engenheiros enfrentaram, constituem exemplos históricos que apontam para aquela conclusão. Por intermédio da sua abordagem de cariz sócio-histórico - característica que reportamos de essencial - a autora salienta a existência de diferentes caminhos e etapas no projecto profissional. Conclusão tão mais importante, quanto

---

178 Id., *ibid.*, p. 59.

igualmente defende que se deve abandonar como padrão de profissionalização a profissão médica, entre outras razões pela natureza da actividade que lhe está subjacente, e privilegiar, sim, os engenheiros. Só deste modo se pode ultrapassar o obstáculo teórico-metodológico que é balizar o desenvolvimento global das profissões, especialmente daquelas que historicamente emergem no capitalismo monopolista, a partir em exclusivo do modelo das profissões liberais. A consequência de tal obstáculo materializa-se na incapacidade analítica para compreender, na sua diversidade e complexidade, a história global da profissionalização.

A segunda parte do projecto profissional concretizou-se com o processo de mobilidade social colectiva desencadeado pelas profissões. Segundo M. Larson, o controlo do mercado profissional é precedente ao da mobilidade social. O argumento da relação entre os dois processos leva igualmente a considerar que a conquista de estatuto se encontra balizada por diversas dimensões. Desde logo, o prestígio profissional está intimamente ligado ou não ao posicionamento da profissão no mercado. Por outro lado, o *status* pode ser atribuído, como acontecia nas situações de legitimação aristocrática e de patrocínio da elite, ou então conquistado na base das qualificações e da competência profissional. Por último, os meios empregues no processo de mobilidade podem ser controlados pela própria profissão ou então controlados por outros elementos da sociedade.

Para terminar este breve equacionamento da obra de M. Larson[179], é importante destacar que à abordagem que a autora faz do processo de profissionalização subjaz, no seguimento das teses weberianas, a conceptualização das profissões como actores sociais. As profissões são pensadas como grupos de interesses, de ordem económica e social, constituindo-se como elementos importantes da sociedade e as acções colectivas que desencadeiam visam precisamente obter o fechamento social. É uma leitura completamente

179 Id., *ibid.*, pp. 49 e segs.

oposta à funcionalista que vê os grupos profissionais como elementos passivos e explica o desenvolvimento destes mesmos grupos a partir da relação orgânica entre necessidade e função.

Uma ideia fulcral atravessa a análise desenvolvida por M. Larson: a íntima relação entre o processo de profissionalização e a evolução do capitalismo. O modelo das profissões liberais foi configurado pelo capitalismo concorrencial. Com a expansão do capitalismo monopolista emergem novas profissões, as denominadas "profissões organizacionais"[180]. Mais especificamente estas são o produto quer da expansão da ciência e da tecnologia, quer do fenómeno global da burocratização. A burocratização apresenta para a autora diferentes dimensões. Uma concretiza-se na tendência principal de concentração de tarefas de gestão ao nível principalmente das grandes empresas. É uma característica peculiar do capitalismo monopolista. Esta tendência vai gerar uma categoria de profissionais, em que se destacam os administradores, os gestores, os intendentes escolares que desempenham tarefas de natureza "tecnoburocrática" e se reivindicam de uma especialização e perícia profissionais para justificar as suas acções no seio das organizações. A outra decorre da extensão das prerrogativas e das áreas de intervenção do Estado. Encontram-se neste caso as profissões ligadas à educação - professores - e às funções globais do serviço público - entre outras, assistentes sociais, planeamento urbano, conservadores de museus. Tal como acontece com a anterior categoria de profissões, a especialização e a perícia profissionais - certificadas por diplomas escolares - são fundamentais na definição do seu posicionamento organizacional.

M. Larson avança com uma formulação heuristicamente relevante que se distancia criticamente das teses clássicas, nas quais sobressai a proposta de T. Parsons, que postulam a existência de um conflito entre os modos de organização do trabalho dos profissionais e a burocracia. Em sociedades em que predominam

---

180 Id., *ibid.*, p. 178.

formas organizativas de natureza burocrática - empresas, universidades, Estado - as quais constituem um importante espaço para a actividade dos profissionais, as profissões não devem ser analisadas como elementos sociais que se prefiguram inevitavelmente como anti-burocráticas. E isto porque:

> "Quer as profissões quer a burocracia pertencem à mesma matriz histórica: ambas se consolidaram no início do século XX como modos de organização do trabalho distintos mas contudo complementares. A análise efectuada até este momento tentou estabelecer as afinidades subjacentes entre profissão e burocracia, afinidades que ultrapassam os modelos de reconciliação e interdependência realçados pelos estudos sociológicos contemporâneos."[181]

O conflito entre profissionais e burocratas só existe no quadro de um ideal de organização do trabalho profissional assente num modelo das profissões liberais, advogados e médicos. Tal não passa para a autora de uma ideia "mítica" que se encontra completamente contrastante com o próprio padrão de evolução do fenómeno profissional. No período histórico do capitalismo monopolista é o modelo do profissional assalariado numa "organização burocrática heterónima"[182] que domina. No âmbito deste tipo de organização, os profissionais estão subordinados aos objectivos globais da mesma. Subordinação que, por sua vez, resulta parcialmente quer da socialização a que foram sujeitos durante a trajectória de formação escolar que lhes incutiu a ilusão da autonomia ao nível da organização, quer da especialização, em termos de conteúdo de trabalho, que priva o profissional de um mercado alargado para os seus serviços.

Na sequência desta argumentação, e contrariando a perspectiva do poder, M. Larson advoga que muitos profissionais têm pouco poder no seio das organizações[183]. O objectivo central destes é a conquista de *status*. Todavia, tal

---

181 Id., *ibid.*, p. 199.

182 Id., *ibid.*, p. 179.

183 Id., *ibid.*, pp. 190 e segs. A questão do poder dos profissionais no seio das organizações é, sem dúvida, uma das mais polémicas no seio da sociologia das profissões. Com uma opinião

conquista acaba por produzir uma ilusão. Ela unicamente dá a possibilidade de os profissionais terem perante os outros uma imagem socialmente relevante, acabando por ter um efeito de encobrimento para os próprios da sua condição fundamental, o não serem possuidores dos meios de produção e, portanto, se encontrarem numa posição de subordinação económica. Historicamente, as profissões fracassaram na transformação do seu *status* em poder e autonomia. A leitura apresentada, e que corresponde no plano do texto a um dos temas explanados no capítulo final significativamente intitulado, *"Monopolies of competence and bourgeois ideology"*, aproxima-se da perspectiva marxista da falsa consciência, bem como retoma alguma da argumentação das teses da proletarização. A especificidade do contributo de M. Larson radica na tentativa de construção de um modelo de análise pluriparadigmático que recolhe as propostas quer de Weber, face nomeadamente aos mercados profissionais e à articulação entre profissões e estratificação social, quer de E. Friedson sobre a construção do prestígio profissional, quer ainda de Marx sobre a ideologia e as características de mercadoria que assumem os serviços profissionais, particularmente quanto ao seu valor de troca no quadro do capitalismo. Por outro lado, importa realçar que as considerações elaboradas quanto ao poder dos profissionais conduzem a algumas interrogações. Desde logo, porque a análise elaborada é de âmbito geral, não especificando nem profissões nem contextos organizacionais em que as actividades de trabalho se desenvolvem. Ora se para profissões como a de engenheiro, de economista ou de cientista industrial, a questão não se apresenta completamente clarificada, existindo situações profissionais detentoras de poder e outras não, o que, em nossa opinião, decorre precisamente da configuração do contexto organizacional em que se inserem, o mesmo já não pode ser afirmado para os médicos. Eles constituem a profissão

---

contrária à de M. Larson consulte-se, entre outros, Dietrich Rueschemeyer, *Power and the Division of Labour*, London, Polity Press, 1986, pp. 104 e segs.

que no quadro de organizações burocráticas, como são parcialmente os hospitais, apresentam um grau elevado de controlo sobre o seu próprio trabalho.

Para M. Larson, a abordagem do fenómeno profissional implica necessariamente o enveredar pela exploração, em termos teóricos e empíricos das ideologias veiculadas pelas profissões. A sua proposta, ancorada no marxismo, apresenta-se fortemente crítica e desmistificadora das ideologias profissionais. Para a compreensão desta questão introduz, no plano analítico, a conceptualização do profissionalismo como ideologia, isto é, um conjunto de crenças, de valores e ideias com determinadas funções, principalmente ao nível das sociedades capitalistas, e interligado com a ideologia social dominante[184].

Historicamente, a ideologia do profissionalismo emerge durante e como consequência do processo de profissionalização das profissões liberais clássicas - a advocacia e a medicina - vindo a ser adoptada pelas profissões tecno-burocráticas específicas do capitalismo monopolista. Para M. Larson, esta ideologia apresenta determinados elementos caracterizadores, dos quais destacamos[185]:

- ética do trabalho, alicerçada no conteúdo intrínseco à actividade profissional;
- noção de vocação profissional;
- ideal de serviço universal, em favor da humanidade;
- rejeição dos interesses comerciais;
- capacidade das profissões se auto-governarem e se auto-disciplinarem;
- ênfase no individualismo profissional;
- monopólio de conhecimentos e de competências;
- concepção tecnocrática sobre a ciência, destacando a sua objectividade e a sua neutralidade social;

184 Id., *ibid.*, pp. 208 e segs.
185 Id., *ibid.*

- defesa da meritocracia como justificadora da desigualdade social.

Elementos que têm origem pré-capitalista, como seja o do não mercantilismo, e burguesa, que é o caso da concepção tecnocrática sobre a ciência. Precisamente a autora argumenta que a ideologia do profissionalismo não pode ser interpretada como circunscrita às profissões. Ela incorpora no seu seio elementos gerais que se encontram presentes ao nível da ideologia dominante. Tal articulação leva a colocar a questão: quais as funções do profissionalismo? Segundo M. Larson[186], o profissionalismo justificaria as diferenças, os privilégios e legitimaria os interesses da profissão. Em suma, pretende justificar o conjunto de atributos que fazem parte do modelo das profissões liberais. A esta função mais restrita, junta-se outra de ordem mais global: a legitimação da natureza e forma das relações sociais das sociedades capitalistas. Deste modo, pode-se concluir que, para a autora, o papel importante das profissões encontra-se na capacidade política e social que elas têm de manter um determinado sistema social, neste caso o capitalista. Dito por outras palavras, as profissões apresentam uma função ideológica, de carácter conservador e reprodutor, no quadro da ordem social capitalista.

Todavia, tal postura é reducionista, conduzindo à perda das virtualidades explicativas que o conceito apresenta para dar conta da complexidade e heterogeneidade das situações profissionais. A diversidade de significações e de funções que uma ideologia apresenta possibilita equacioná-la também como um elemento, entre outros, da mudança social. Num estudo realizado por H. Araújo sobre as representações e práticas de um grupo de professores do ensino secundário público, o sentido do profissionalismo caracteriza-se pela[187]:

---

186 Id., *ibid.*, p. 243.

187 Helena Araújo, "Profissionalismo e ensino", in *Cadernos das Ciências Sociais*, nº 3, 1985, pp. 35 e segs.

- afirmação de um saber especializado e práticas próprias para o exercício da sua actividade;
- defesa de uma formação profissional que os habilite para a actividade pedagógica;
- reivindicação de organizações profissionais que possam intervir na definição das políticas de educação;
- recusa da presença no ensino de "amadores", como elementos que permitem a "desvalorização do estatuto do professor";
- autonomia perante agentes e instâncias de controlo e de poder do Estado, afirmando assim o "monopólio da competência" na área do exercício da sua profissão;
- existência de um ideal de serviço.

Alguns destes aspectos apontam para a obtenção e preservação de um nível elevado de prestígio e de poder, mas também de liberdade perante constrangimentos burocrático-administrativos, o que permite à autora não avançar com a conclusão de que os professores, em termos da sua prática e dos seus discursos, se encontram perfeitamente sintonizados com os objectivos globais de reprodução do sistema escolar.

A hegemonia que o trabalho de M. Larson conseguiu ao nível da sociologia das profissões no pós final dos anos 70 foi, de certo modo, colocada em causa com o aparecimento, em 1988, do texto de A. Abbott, *The System of Professions*[188].

O texto estrutura-se basicamente em torno da procura de respostas para três questões[189]: como é que as profissões se desenvolvem? como se relacionam entre si? o que determina o tipo de trabalho que executam? A proposta do autor

188 Andrew Abbott, *The System of Professions. An Essay on the Division of Expert Labour.*, London, The University of Chicago Press, 1988.
189 Id., *ibid.*, p. 2.

fundamenta-se, desde logo, numa demarcação face ao conceito de profissionalização que tradicionalmente tem sido usado na análise sociológica. Ao colocar em exclusivo a ênfase no modo como se desenvolvem as profissões, aquele conceito deixa em omisso determinadas dimensões caracterizadoras da actividade profissional. Encontram-se entre elas o conteúdo do trabalho dos profissionais e a competição interprofissional, especialmente quando a mesma se desenrola a partir do controlo do conhecimento científico e das respectivas aplicações técnicas. Uma das propostas a destacar elaborada por A. Abbott[190] encontra-se na demonstração que subsistem diferenças, formais e substantivas, entre as várias concepções de profissionalização.

É, por conseguinte, tendo por base aquela demarcação, indicativa de alguns aspectos relevantes da sua argumentação, que A. Abbott defende um modelo teórico sobre as profissões que se segmenta em vários níveis analíticos. Desde logo, uma concepção holística sobre o fenómeno profissional. Quer numa abordagem diacrónica, quer sincrónica, elas constituem um sistema estruturado em torno das respectivas relações de interdependências - o "sistema de profissões"[191]. Por outro lado, no seio deste sistema, as profissões apresentam um objectivo central: a criação e manutenção de jurisdições, as quais genericamente se apresentam como formas legalmente instituídas de repartição do conhecimento científico (abstracto) e das técnicas por ele geradas[192],. Ora o aspecto nuclear deste sistema encontra-se na constante conflitualidade entre profissões para a definição de novas jurisdições ou para a defesa das já existentes. As "fronteiras jurisdicionais" encontram-se em permanente disputa. Em determinados contextos históricos, as profissões têm um controlo total sobre as jurisdições ou então parcial, subordinado ou não, face a outros grupos profissionais. Assim, aquela conflitualidade em torno das jurisdições torna-se num elemento determinante da

190 Id., *ibid.*, pp. 9 e segs.
191 Id., *ibid.*, p. 33.
192 Id., *ibid.*, p. 20.

história das profissões[193]. O processo de profissionalização só se torna perceptível se atendermos ao contexto em que ocorre a formação da jurisdição e se desenrola a luta interprofissional para a sua conquista, defesa ou consolidação.

Entretanto, para se compreender as profissões, segundo A. Abbott é necessário equacionar outros aspectos além da conflitualidade. Se as jurisdições corporizam a relação entre a profissão e o conteúdo das respectivas tarefas, então torna-se pertinente uma análise mais fina deste mesmo conteúdo. Tendo como referência o modelo fornecido pela actividade do médico, o conteúdo do trabalho é interpretado através de três actos[194]: diagnóstico, inferência e tratamento. Qualquer destes actos apresenta traços particulares a cada profissão que os respectivos profissionais tendem a valorizar, de maneira a distinguirem-se entre si, permitindo o estabelecimento da já referida relação entre a profissão e um conjunto determinado de tarefas. Deste modo, e face ao conteúdo do trabalho, dar particular relevância aos elementos que o compõem, às alterações que historicamente se verificaram na sua configuração e aos processos que a própria profissão utiliza para o produzir, reproduzir e controlar apresenta-se, para A. Abbott[195], como um instrumento-chave na compreensão do desenvolvimento profissional. A elaboração de uma abordagem histórica das profissões passa igualmente pelo equacionamento do nível mais micro que é o conteúdo do trabalho. Esta argumentação coloca o autor numa posição distanciada face a outras perspectivas sobre as profissões que valorizam unicamente os elementos estruturais, deixando na escuridão a resposta à questão crucial para a Escola de Chicago: o que fazem concretamente os profissionais e como o fazem?

Por outro lado, a capacidade que as profissões têm para controlar o conteúdo do trabalho aparece como fundamental para se constituírem as jurisdições. Contudo, não basta este controlo. É também decisivo que

193 Id., *ibid.*, p. 22.
194 Id., *ibid.*, pp. 40 e segs.
195 Id., *ibid.*, p. 55.

socialmente exista o reconhecimento da exclusividade (monopólio) de actuação dos profissionais. Reconhecimento obtido ao nível da opinião pública e das normas administrativas e jurídicas. A edificação e defesa da jurisdição passam a ser o produto de um processo complexo de luta inter-profissões, a qual ocorre a vários planos, em que sem dúvida para A. Abbott, o mais importante é especificamente o do conteúdo do trabalho.

Ora para que o controlo se efective sobre uma determinada actividade é imprescindível que a profissão controle o conhecimento formal do qual essa actividade deriva[196]. Conhecimento formal que se caracteriza pelo nível de abstracção e que precisamente gera um conjunto de técnicas que possibilita a sua aplicação. É a partir da posse de um corpo específico de conhecimento abstracto que se pode identificar uma profissão[197]. Como o autor sublinha:

> "Unicamente um sistema de conhecimento determinado por abstracções pode redefinir os seus próprios problemas e tarefas, defendê-los dos intrusos, e compreender novos problemas - tal como a medicina recentemente compreendeu o alcoolismo, a doença mental, a hiperactividade nas crianças, a obesidade e numerosas outras coisas. A abstracção garante a sobrevivência no sistema competitivo das profissões. Se os mecânicos de automóveis possuíssem esse tipo de abstracção, se contivessem uma parte relevante do que presentemente é a profissão de engenheiro, e se se tivessem apossado de todas as reparações dos engenhos internos de combustão de modo abstracto, eles seriam, segundo os meus pressupostos, uma profissão."[198]

Introduzida a questão decisiva do conhecimento abstracto na definição de profissão, importa atender ao modo como o autor equaciona outras dimensões importantes no desenvolvimento dos grupos profissionais. O sistema de profissões é profundamente influenciado por tendências exteriores de ordem

---

196 Id., *ibid.*, pp. 86 e segs.

197 A. Abbott define as profissões "como grupos ocupacionais exclusivos que aplicam conhecimentos abstractos a casos particulares". É uma definição marcada pela abrangência, o que é um sinal manifesto do afastamento do autor das definições reducionistas das teses essencialistas. Id., *ibid.*, p. 9.

198 Id., *ibid.*, p. 9.

social e cultural[199]. Quanto às primeiras destaca-se a evolução tecnológica e a crescente importância das grandes organizações. Os efeitos directos destas tendências concretizam-se na criação de novas áreas de trabalho para as profissões, acabando por destruir um escasso número de áreas. Simultaneamente permitiram que a mercantilização do conhecimento profissional se tornasse um dos elementos caracterizadores da vida dos grupos profissionais. Por outro lado, consequência das profundas transformações sociais deste século, é patente um movimento de burocratização ao nível das profissões, o qual abrange não só a própria actividade nos locais de trabalho, mas também as associações profissionais.

As mudanças de ordem cultural, ocorridas particularmente a partir de meados do século XIX, acabaram por afectar as estruturas das jurisdições. Com efeito, o crescimento e a complexificação do conhecimento profissional, as novas formas de legitimidade desse conhecimento, a ascensão cultural e política da Universidade são, para A. Abbott, factos que vão conduzir quer à redefinição do conteúdo e da organização do trabalho das profissões, quer à emergência de novas reclamações jurisdicionais, quer ainda a alterações substantivas no poder e na legitimidade das profissões.

Como sublinhámos anteriormente, no âmbito da perspectiva teórica estruturalista de A. Abbott, um dos aspectos nodais das profissões é a sua capacidade ou não para manter a respectiva jurisdição no quadro de um sistema competitivo interprofissional. Ora esta capacidade depende de um conjunto de factores[200]: coesão interna e capacidade de mobilização dos respectivos membros; características da organização interna da profissão; apoio institucional por parte da Universidade; influência da profissão nos meios de comunicação social e na opinião pública em geral. Entretanto, a luta pela sobrevivência institucional da profissão encontra-se intimamente relacionada com a acção das associações

199 Id., *ibid.*, pp. 115 e segs.
200 Id., *ibid.*, pp. 150 e segs.

profissionais. As múltiplas vertentes desta acção - controlo do número de profissionais; defesa de determinadas compensações económicas; estabelecimento e controlo de padrões de actividade profissional; controlo do sistema educacional específico da profissão - são instrumentos importantes para garantir as práticas de controlo, e de um modo mais forte de monopolização, de uma determinada jurisdição.

2.4. Profissões e acção do Estado

Temos vindo a equacionar algumas das contribuições teóricas que, de modo directo ou indirecto, se referem ao desenvolvimento das profissões. Fizemo-lo seguindo de perto alguns dos momentos principais de estruturação da sociologia das profissões. O que iremos realizar no presente sub-ponto apresenta uma estratégia argumentativa diferente. Envereda-se por uma problematização mais extensiva assente na conjugação de várias leituras sobre um tema central, as relações entre o Estado e as profissões.

A análise micro-sociológica das profissões de cariz funcionalista, centrada no estudo dos atributos do trabalho e na relação assimétrica existente entre profissional e cliente, oferece uma concepção de profissionalidade e de processo de profissionalização nas quais o Estado desempenha um papel passivo. São as ocupações que no decurso do processo de transformação em profissões, através fundamentalmente da aquisição de determinados atributos característicos e distintivos, desenvolvem esforços no sentido de obter do Estado determinadas prerrogativas. Postura teórica que é o resultado da dinâmica social e política global de países como a Inglaterra e os EUA no século XIX em que imperou a ideologia do Estado liberal, do *laissez-faire*. Nestes países, a profissionalização das profissões liberais mais significativas - medicina e direito - ocorre principalmente movida pela acção colectiva dos próprios profissionais, não tendo

o Estado assumido um papel directo e destacado no processo em causa[201]. Esta postura encontra-se teoricamente inadequada para dar conta quer do fenómeno profissional naqueles países no pós II Guerra Mundial, quer dos processos de profissionalização ocorridos na Europa Continental, em que historicamente o Estado sempre teve uma marcada intervenção[202].

As diversas propostas teóricas alternativas ao funcionalismo surgidas no pós anos 60 vão apresentar uma outra leitura daquelas relações. Nem sempre as propostas alternativas apresentam, de um modo explícito, a tese de que as profissões, de modo a organizarem o sucesso do seu processo de profissionalização, pretendem que a intervenção do Estado seja feita nesse sentido. Enquanto E. Freidson se refere de modo abreviado à questão, remetendo-a para um plano secundário no seio do seu esquema teórico, M. Larson defende que o papel do Estado se fez sentir na definição dos sistemas de educação subjacentes às profissões, contribuindo deste modo para o sucesso do projecto profissional. Como veremos, outros sociólogos como T. Johnson[203], K. Macdonald[204], G. Ritzer[205], A. Fielding e D. Portwood[206] e T. Halliday[207] dão importância nos seus textos às relações do Estado com as profissões. Na globalidade, esse destaque vai no sentido de conferir ao Estado um papel activo face às profissões. Em termos globais, tal ideia encontra-se enquadrada por um pressuposto teórico-metodológico: a análise sócio-histórica do fenómeno profissional. Enquanto a tese do Estado neutral valoriza os estudos sincrónicos, tentando a partir dos resultados obtidos construir uma representação científica de

---

201 Veja-se Keith MacDonald e George Ritzer, *op. cit.*, pp. 260 e segs.

202 Para um maior desenvolvimento da questão, consulte-se: Hannes Siegrist, "Professionalization as a process: patterns, progression and discontinuity", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl, *op. cit.*, pp. 194-195.

203 Terence Johnson, *Professions and Power...*

204 Keith Macdonald, *The Sociology of the Professions*, London, Sage, 1995, pp. 100-123.

205 Keith Macdonald e George Ritzer, *op. cit.*

206 Alan Fielding e Derek Portwood, "Professions and state - towards a typology of bureaucratic professions", in *Sociological Review,* vol. 28, nº 1, 1980, pp. 23-53.

207 Terence Halliday, "Professions, class and capitalism", in *Archives Européens de Sociologie*, nº 24, 1983, pp. 321-346.

cariz universalista daquele fenómeno, a sua opositora defende que as análises efectuadas só têm validade científica desde que assentes numa perspectiva diacrónica que, tendo presente a diversidade de contextos sócio-históricos e de modos de acção colectiva por parte dos grupos profissionais, bem como dos condicionalismos económicos, políticos e culturais, possibilite captar as diversas formas como o Estado intervém nas profissões. Defende-se, por conseguinte, um Estado interventor e uma abordagem contextualizante. Os sociólogos marxistas apontam mesmo para que a intervenção do Estado, ao nível estrutural, ocorra para coordenar o acréscimo da divisão do trabalho, mediar o conflito entre classes sociais, manter as condições necessárias para a acumulação do capital, assegurar o poder da classe dominante.

Uma primeira consequência disto concretiza-se na transferência do centro de interesse da sociologia das profissões da questão dos processos de controlo e de monopolização do mercado para uma outra mais abrangente, como é a da relação entre Estado e profissão.

Em torno da ideia do papel activo desempenhado pelo Estado face às profissões tem-se vindo a desenvolver um conjunto de estudos empíricos marcados pela pluralidade de vias metodológicas escolhidas, pela comparação retrospectiva entre profissões, pela realização de estudos localizados ou então de carácter global. Diversidade que se apresenta, em nossa opinião, como um dos aspectos identificadores do trabalho sociológico na área das profissões e que deve ser interpretado como potenciador de uma mais fecunda capacidade heurística do fenómeno profissional nas sociedades capitalistas ocidentais. A ênfase no papel do Estado permite a emergência de novas linhas de investigação: articulação entre a formação dos Estados modernos e os movimentos de profissionalização; apropriação por parte do Estado dos conhecimentos profissionais; criação de áreas de intervenção por parte do Estado e surgimento de grupos profissionais; relações entre o Estado, as classes sociais e as profissões.

A formação e a institucionalização de determinadas actividades profissionais, o caso dos médicos, dos magistrados e dos advogados, encontram-se intrinsecamente relacionadas com as políticas dos Estados modernos. Esta é uma das conclusões obtidas por H. Heidenheimer[208] no seu estudo sobre a evolução histórica das relações entre aquelas profissões e o Estado ao nível de países como a Grã-Bretanha, a Prússia/Alemanha e os EUA. Como se salienta, os países considerados apresentam-se diferenciados face ao papel do Estado perante a sociedade, como também aos processos de democratização e de industrialização. Na sequência disto, as profissões vão ter evoluções descoincidentes. Enquanto na Prússia/Alemanha o Estado, de natureza absolutista, interveio profundamente no processo de profissionalização dos médicos e dos advogados, o mesmo já não aconteceu nos outros dois países, os quais apresentando sistemas políticos baseados numa fraca acção estatal possibilitaram a estas profissões uma maior autonomia e, sobretudo, a oportunidade de serem os principais protagonistas na construção social e política da sua institucionalização.

Por sua vez, M. Larson[209] considera que na Inglaterra e nos E.U.A, no período em que dominou a doutrina política e económica do *laissez-faire,* as profissões serviram-se do Estado, de modo a obter as garantias imprescindíveis para a delimitação das competências e do campo de actividade profissional, isto é, tentaram obter a intervenção do Estado com o objectivo de serem estabelecidas, no plano jurídico-institucional, situações profissionais assentes em práticas monopolistas. Por conseguinte, subsistem historicamente importantes diferenças nas relações Estado/profissões entre os países anglo-americanos e os da Europa Continental, o que decorre genericamente da conjugação do passado histórico das profissões com a natureza do próprio Estado, tendo como elemento

208 Arnold Heidenheimer, "Analyse historique comparée du savoir professionnel et des politiques étatiques: les juristes et les médecins en Grande-Bretagne, en Allemagne et aux Etats-Unis", in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, nº 122, 1989, pp. 587-615.

209 Magali Larson, *The Rise of Professionalism...*, pp. 5 e segs.

determinante de tal conjugação o contexto político, económico e cultural prevalecente num determinado momento histórico ao nível dos diferentes países[210].

Entretanto o trabalho de H. Heidenheimer não se esgota nas diferentes modalidades de intervenção dos Estados face ao desenvolvimento das profissões. Correspondendo a um desdobramento do tema tradicional ao nível do património teórico da sociologia das profissões, o seu interesse dirige-se para a compreensão do modo como,

> "As profissões podem desempenhar um papel importante em diversos tipos de regimes políticos. A sua importância foi capital nos Estados absolutistas, em domínios como as políticas demográficas, a aplicação efectiva das leis e a legitimação dos esforços de edificação do Estado; mas elas não contribuíram menos, em seguida, para legitimar e para tornar governável o Estado Liberal, quando este estava em transição para o Estado-Providência."[211]

Ora tal interacção passou principalmente pelo recrutamento dos profissionais detentores de conhecimentos e de títulos reconhecidos socialmente para ocuparem determinados postos/funções na administração pública. A tónica é colocada nos contributos que as profissões deram para a consolidação dos Estados modernos. Com efeito, estes são os únicos com as competências necessárias para responderem à mudança dos objectivos e das prioridades dos Estados do século XIX. E é a partir dessa exclusividade de conhecimentos que vão, de forma directa ou indirecta, constituir-se em protagonistas importantes - como no caso, por exemplo, dos médicos ingleses face ao Serviço Nacional de Saúde - na formulação das políticas estatais.

---

210 Decorrente dos diferentes contextos políticos e culturais que marcaram no século XIX estes dois grupos de países, os movimentos de profissionalização apresentam configurações descoincidentes face à acção do Estado. Nos primeiros, prima o Estado não interventivo, ao contrário do que acontece nos outros. Em consequência disto, as variações de enfoques teórico-metodológicos no campo da sociologia das profissões, entre sociologia anglo-americana e sociologia europeia, terão de ser percepcionadas como produto daquelas descoincidentes configurações.

211 Arnold Heidenheimer, *op. cit.*, p. 588.

Nas sociedades capitalistas contemporâneas, a multiplicação das valências do Estado-Providência com a consequente expansão do aparelho burocrático estatal, gerou novas profissões, nas quais se incluem os consultores de várias áreas de actividade, os bibliotecários, os urbanistas, os conservadores de museus[212].

Desta exploração inicial da intervenção do Estado face às profissões, importa destacar duas notas:

- a actual análise sociológica das profissões passa necessariamente pela compreensão do papel desempenhado pelo Estado face aos movimentos de profissionalização;
- e, na sequência da anterior, ganha relevância teórico-metodológica uma perspectiva interdisciplinar, fundamentada na história e na sociologia, como condição necessária para uma ruptura com conclusões universalistas e etnocêntricas sobre as relações Estado/profissões[213].

Defendemos, por conseguinte, que estas relações se inscrevem numa complexa matriz de plurais dimensões - económicas, políticas, sociais e culturais - que se encontra espacial e temporalmente localizada. Nesta matriz ganha particular acuidade analítica, a natureza do próprio Estado e as transformações que a enformam ao longo do tempo.

Passando para uma caracterização mais fina da intervenção do Estado, apontamos outras acções importantes[214]:

---

212 Cf. Magali Larson, *op. cit.*, pp. 178 e segs. e Margareta Bertilsson, "The welfare state, the professions and citizens", in Rolf Torstendahl e Michael Burrage (eds.), *The Formation of Professions*, London, Sage, pp. 114-123.

213 Sobre esta questão, consulte-se Michael Burrage, "Introduction: the professions in sociology and history", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl, *op. cit.*, pp. 1-23.

214 Cf. António Nóvoa, *op. cit.*, pp. 44 e segs.; Arnold Heidenheimer, *op. cit.*, pp. 593 e segs.; Elliot Krause, "Les guildes, l'État et la progression du capitalisme: les professions savantes de 1930 à nos jours", in *Sociologie et Sociétés*, vol. XX, nº 2, 1988, pp. 91-124.

- reconhecimento da profissão em termos jurídicos;
- definição das áreas de exercício da actividade profissional;
- criação, regulamentação e controlo das instituições especializadas na transmissão dos conhecimentos básicos necessários ao exercício da profissão;
- delimitação das condições de acesso a estas instituições;
- delimitação das condições de acesso à profissão;
- definição das regras do exercício profissional e controlo da respectiva actividade;
- institucionalização de uma clientela específica para a profissão;
-protecção dos interesses económicos, sociais e políticos dos profissionais;
- possibilidade de delegação por parte do Estado das suas prerrogativas em favor das associações profissionais.

Por outro lado, importa ter sempre presente, embora assumindo particularidades conforme o contexto histórico, que a expansão do Estado e a sua capacidade de sobrevivência só foram (e ainda são) possíveis pela participação dos profissionais na concepção e aplicação das respectivas políticas. Daqui emerge uma pista de investigação que valoriza primeiramente os diversos modos de inter-relação entre os interesses dos profissionais, de carácter científico e corporativo, e os eixos estruturadores das políticas do Estado. T. Halliday propõe-se, especificamente, dar atenção à acção dos profissionais sobre o Estado. Tendo como referência empírica determinados grupos profissionais - advogados, médicos, engenheiros, militares, professores universitários, religiosos - em Inglaterra e nos EUA, a problemática central cinge-se em analisar a influência dos mesmos, em termos de extensão e de intensidade, em função de quatro

dimensões[215]: fundamentos epistemológicos; formas de autoridade que exercem; estatuto institucional da actividade profissional que desenvolvem; características organizacionais das associações profissionais.

Ora a partir destas quatro dimensões é possível compreender que a influência na governação difere com a profissão. Por exemplo, as profissões científicas - engenharia e medicina - apresentam uma extensão de influência restrita, enquanto as designadas "profissões normativas" - advogados e religiosos - têm uma extensão ampla[216]. T. Halliday apresenta dificuldades em situar naquela dicotomia os militares e os académicos. E isto porque denotam fundamentos epistemológicos sincréticos, levando-o a constituir com as mesmas uma outra categoria. A explicação para tal encontra-se nas especificidades dos fundamentos epistemológicos que enformam os dois tipos de profissões. Engenheiros e médicos caracterizam-se pelas suas "declarações prescritivas", enquanto as outras duas profissões têm um discurso eminentemente valorativo. Quanto à intensidade da influência, o estudo aponta para uma outra conclusão. Ela será tanto mais intensa quanto mais bem organizadas estiverem as profissões. É o caso dos médicos e dos advogados[217].

Demonstrativo de um equacionamento mais detalhado da problemática das relações Estado/profissões, encontramos o estudo de A. Fielding e D. Portwood[218]. Partindo da recusa do papel passivo do Estado, os autores consideram que a principal distinção entre profissões não se encontra em aspectos como o *status* e os privilégios profissionais, mas na fixação pelo Estado de uma clientela específica à profissão[219]. Deste modo, propõem o conceito de "profissão burocrática"[220] como instrumento de clarificação das relações entre o

---

215 Terence Halliday, "Knowledge mandates: collective influence by scientific, normative and syncretic professions", in *The British Journal of Sociology*, vol. XXXVI, nº 3, 1985, pp. 421-447.

216 Id., *ibid.*, p. 426.

217 Id., *ibid.*, p. 441.

218 Alan Fielding e Derek Portwood, *op. cit.*

219 Id., *ibid.*, p. 27.

220 Id., *ibid.*, pp. 26 e segs.

Estado e as profissões. Neste conceito encontram-se englobadas as profissões que detêm uma importante relação de dependência face às acções do Estado, no que toca à remuneração dos seus serviços, à existência de uma clientela particular, encontrando-se, por sua vez, sujeitas a procedimentos disciplinares por parte daquele. Como se especifica no artigo em causa:

> "Temos tendência a retermo-nos naquelas ocupações que alcançaram uma relação de trabalho entre os genéricos objectivos gerais do Estado, racionais e ideologicamente determinados, que visam proporcionar eficazmente, isto é, eficientemente em termos de custos, determinados serviços e os objectivos da profissão mais específicos, baseados em valores que sublinham o seu idealismo e capacidade única para desempenhar um determinado serviço pessoal. Esta realização tem-se manifestado num leque de relações administrativas formais com o Estado ao nível central, regional ou local. Concretamente o elemento chave deste relacionamento é a forma e estatuto do serviço ao cliente."[221]

De modo a operacionalizar empiricamente o conceito e a permitir uma especificação mais fina e categorização das várias formas de relações entre profissões e Estado, os autores propõem uma tipologia de profissões burocráticas alicerçada em quatro critérios[222]:

1. Possibilidade de receberem clientes durante o período de normal funcionamento da instituição;
2. Dependência do Estado face a aspectos como: a nomeação para o posto de trabalho; a disponibilização de uma clientela própria; a autorização para o exercício de actividade profissional;
3. Fundamentos das reivindicações profissionais;

---

221 Alan. Fiellding e Derek. Portwood, *op. cit.*, p. 29.

222 Id., *ibid.*, p. 45. É a partir desta tipologia que A. Nóvoa efectua o seu estudo sobre o processo de profissionalização dos professores primários.

4. Grau de autonomia face quer à selecção dos clientes, quer ao modo como o profissional deve desenvolver a sua actividade em relação ao cliente.

Conceito e tipologia das profissões burocráticas apresentam importantes virtualidades para a investigação empírica. Desde logo, uma compreensão mais detalhada das relações Estado/profissões, o que se concretiza, por sua vez, em conferir especial destaque, no plano analítico, às origens das profissões, às interdependências destas com o Estado - em particular às plurais situações de dependência que um conjunto importante de profissões tem perante o Estado - e à intervenção estatizante no processo profissionalizante.

Por outro lado, o uso do conceito de profissões burocráticas torna teoricamente possível uma análise das relações Estado/profissões inserindo-as numa matriz mais ampla em que são igualmente considerados os clientes e outras profissões interessadas nas mesmas áreas de actividade. A importância que os autores dão ao Estado é igualmente expressa em outro trabalho publicado posteriormente e que defende precisamente que as negociações com o Estado são um dos meios fundamentais que as profissões têm para obter privilégios sociais[223].

Uma estimulante abordagem do tema abrangente que temos vindo a equacionar está presente no artigo de E. Krause[224]. O objectivo central não se confina a uma análise estrita da relação Estado e profissões, tal como acontece em outros estudos. Estamos perante uma complexificação analítica daquela relação, a qual passa pelo equacionamento do poder dos grupos profissionais, no que toca principalmente às suas prerrogativas para controlarem a formação e o trabalho dos seus próprios membros, tendo em consideração já não só o Estado

223 Veja-se Derek Portwood e Alan Fielding, "Privilege and the professions", in *Sociological Review*, vol. 29, nº 4, 1981, pp. 749-773.

224 Elliot Krause, "Les guildes, l' État et la progression du capitalisme: les professions savantes de 1930 à nos jours", in *Sociologie et Sociétés*, nº 2, 1988, pp. 91-124.

mas também o capital. As relações entre profissões, Estado e capital emergem, portanto, como elementos-chave para a compreensão da dinâmica do profissionalismo nos países ocidentais. No plano teórico, não obstante considerar a importância da intervenção do Estado na profissionalização e, principalmente, na desprofissionalização, rejeita a tese marxista de que o Estado age directamente em função dos interesses das classes dominantes. Mais concretamente, a proposta assenta em colocar, em primeiro plano, a acção directa ou indirecta (por via dos órgãos do Estado) das designadas forças capitalistas sobre as profissões[225].

Optando por uma abordagem sócio-histórica, E. Krause desenvolve um estudo comparativo entre profissões - médicos, engenheiros e advogados - ao nível de vários países - EUA, Itália, França e Grã-Bretanha[226]. Dois exemplos: enquanto os advogados tiveram um papel importante no desenvolvimento do capitalismo nos EUA e na Grã-Bretanha decorrente da crescente importância da interpretação jurídica, tornando imprescindível a colaboração intensa entre Estado, capital e profissionais, o mesmo já não acontece em França e Itália. Neste último, são os partidos políticos que fazem a ligação entre o Estado e o capital e, em França, tal desenvolve-se por intermédio dos diplomados das escolas direccionadas para a formação da elite da administração pública. Mas mais: em

---

225 Id., *ibid.*, p. 190.

226 O autor desenvolve uma análise bastante detalhada. Para atingir este objectivo constrói uma grelha estruturada a partir de determinados parâmetros. 1. Estado: grau de centralização do Estado; poder do Estado sobre as regiões; poder do Estado sobre as profissões; grau de unificação do Estado; legitimidade social do Estado; relações do Estado com o capital; existência ou não do Estado-Providência; poder do sistema legislativo; posição do Estado face ao sistema de formação profissional; mecanismos e estratégias de regulamentação das profissões utilizados pelo Estado. 2. Capital: poder do capital face ao Estado; poder sobre as profissões; importância do sector semi-público; estrutura das relações do Estado com os diversos sectores do capital (sector bancário e financeiro, sector produtivo). 3. Profissões: profissão como grupo de acção integrado e politicamente solidário; adesão dos profissionais às associações; estrutura hierárquica no seio das profissões; divisão dos profissionais pelos sectores público e privado; divisão do trabalho no seio das profissões; origem social dos profissionais; influência dos partidos políticos nas actividades da profissão; Universidade e formação profissional; evolução do controlo do mercado de trabalho; repartição dos profissionais por diferentes situações laborais (profissão liberal, funcionário, empregado de uma empresa privada); percentagem de desempregados e de profissionais na situação de sub-emprego; controlo do trabalho profissional; dependência do financiamento público; associativismo profissional. Cf. E. Krause, *op. cit.*, pp. 94 e segs.

consequência de uma elevada produção escolar de advogados e de uma forte concorrência com outras profissões, os advogados italianos e franceses - com excepção das respectivas elites - encontram-se sujeitos a um processo de proletarização[227].

A recusa da postura etnocêntrica torna impossível teoricamente a formulação de uma única explicação para a ascensão ou declínio de um grupo profissional. Outro caminho tem de ser traçado. Desde logo considerar que a dimensão do tempo histórico é indispensável, ou melhor, a análise monográfica, sincrónica, deve dar lugar a uma perspectiva mais dinâmica[228]. Em simultâneo, o autor rejeita que a evolução dos grupos possa ser determinada pelo poder dos seus conhecimentos e competências indispensáveis para o exercício da actividade profissional. O poder decorrente do conhecimento profissional não explica a evolução da profissão. A explicação desta evolução surgirá do equacionamento de vários vectores: a estrutura particular de cada Estado e de cada profissão; a solidariedade interna à profissão; a história do Estado e da profissão; a história das relações do Estado e das profissões com o capital[229].

A intervenção do capital face às profissões (sublinhe-se, mais uma vez, um dos pontos inovadores do estudo que temos vindo a explorar) abre novas pistas de investigação. Como se processa essa intervenção? A intervenção é directa ou é mediatizada pelo próprio Estado? Se é mediatizada, qual a forma das relações entre o capital e o Estado? O que origina outra questão mais abrangente: qual a natureza e o papel do Estado nas sociedades capitalistas desenvolvidas? Por exemplo, o poder directo do capital sobre os engenheiros é elevado em países como os EUA, a Grã-Bretanha e a França, sendo baixo na Itália. Por outro lado, o poder indirecto do capital sobre as profissões por intermédio do Estado é elevado

227 Id., *ibid.*, p. 116.
228 Id., *ibid.*, p. 120.
229 Id., *ibid.*

para os médicos norte-americanos, bem como para os advogados ingleses e engenheiros italianos[230].

Por último, outra conclusão é de destacar - a importância das acções dos partidos políticos face às profissões, em particular no que diz respeito ao poder profissional. Como o autor destaca, a existência em alguns dos países de partidos de esquerda, bem como a influência directa da respectiva ideologia política influenciaram o poder e a autonomia das organizações profissionais[231].

Na linha de exploração, mais intensiva, da cumplicidade das relações entre o Estado e as profissões encontramos o trabalhos de M. Burrage. Especificamente o seu interesse não se reduz àquelas relações. Ele centra-se na formulação de uma matriz analítica sobre as profissões, o que coloca o autor numa trajectória tangencial às propostas de M. Larson e A. Abbott.

A forma, o sucesso ou o insucesso do processo de profissionalização, segundo M. Burrage e outros[232], são o produto das interacções entre quatro actores fundamentais: os praticantes da profissão, o Estado, os clientes e as Universidades. Actores que se diferenciam pelos seus interesses, pelos recursos de que dispõem e pelos modos como se posicionam na profissionalização. Os praticantes são os "actores-chave" visando principalmente controlar a profissão, em termos de entradas e das próprias práticas profissionais. Para isso vão dispor de dois recursos fundamentais, a organização e a ideologia. Várias formas de organização são apontadas (em termos de tipos ideais) por M. Burrage[233]: as que se estruturam em torno do conhecimento científico base da profissão; as que assumem um papel reivindicativo e de negociação em todo semelhante ao sindical; as que pretendem fundamentalmente representar a profissão e influenciar em seu nome; as que têm como objectivo regular o exercício

230 Id., *ibid.*, p. 117.
231 Id., *ibid.*, p. 119.
232 Michael Burrage *et al*, "An actor-based framework for the study of the professions", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl, *op. cit.*, pp. 203-225.
233 Id., *ibid.*, p. 208.

profissional. A eleição de uma das formas organizativas e dos correspondentes objectivos não é determinada pelos praticantes, ela decorre da acção dos restantes actores, encontrando-se, por sua vez, historicamente datada. Deste modo, é introduzida uma componente de contextualização e de inter-relacionamento essencial na sustentação da matriz analítica que nos é proposta. Quanto ao recurso ideológico, o mesmo é assumido, na esteira da perspectiva de M. Larson, como justificador de privilégios e, em simultâneo, como elemento de coesão intraprofissional e de "reconhecimento e aceitação externa"[234].

Além daqueles dois recursos, as profissões, e de modo distintivo dos restantes grupos, têm outros recursos, que são designados como de *"persistence"* e *"proximity"*[235]. Para M. Burrage, o primeiro remete para o facto das profissões terem mantido, ao longo do tempo, uma uniformidade e consistência dos próprios objectivos. O outro referencia uma situação peculiar em que os profissionais estão directamente interessados na evolução do conhecimento profissional e nas tentativas para controlar a relação entre esse conhecimento e o comportamento dos próprios profissionais.

Os clientes dos serviços profissionais são diversos. Abrange desde o cliente individual até ao empregador privado e ao empregador público, passando pelo Estado como cliente e por associações filantrópicas ou de cariz assistencial[236]. Qualquer destes possui recursos específicos e estabelece com as profissões relações próprias e distintas. Recursos e relações têm variado ao longo do tempo, apresentando-se o século XX como paradigmático da influência do cliente organizado e do modo como o mesmo determina a organização e a estratégia das profissões.

Uma das particularidades da matriz analítica de M. Burrage reside na distinção que faz entre os praticantes e "os especialistas na produção e

234 Id., *ibid.*, p. 209.
235 Id., *ibid.*, p. 209-210.
236 Id., *ibid.*, p. 213.

reprodução do conhecimento profissional", os quais são genericamente designados como professores ou académicos[237]. A Universidade concentra estes especialistas e apresenta, como principais recursos, o conhecimento científico e o estatuto social proveniente dos graus académicos[238]. A separação proposta conduz à discussão sobre a importância para a prática profissional do conhecimento académico e das relações entre "profissionais" e "professores". Segundo o autor, actualmente o conhecimento académico tem uma notória importância entre os profissionais, aceitando estes a intervenção das universidades na formação dos futuros membros da profissão, contrariamente ao que aconteceu em momentos históricos anteriores. Só que esta aceitação não impede que entre profissionais e professores subsistam o "conflito e discordância originados nas diferenças de carreiras e de papéis ou mesmo nas suas atitudes face à ideologia e ética profissionais"[239].

Após termos em consideração estes elementos da proposta de M. Burrage, encontramo-nos em condições de retomar o objecto deste ponto do nosso texto, centrando-nos na formulação que o autor faz do quarto actor, o Estado. A sua importância advém de ser simultaneamente "regulador da vida profissional e instrumento de desenvolvimento profissional"[240]. O Estado promove, junto das profissões, diferentes interesses que se encontram consonantes com os seus próprios objectivos. É assim que para estabelecer e consolidar a sua autoridade incita o desenvolvimento das profissões jurídicas ou, por outro lado, de modo a exercer a função de regulação social, se interessa para além daquelas profissões, igualmente pelos professores, médicos e assistentes sociais.

M. Burrage, sem esquecer o papel do Estado, não lhe confere, no entanto, uma relevância que o destaca dos restantes actores. O propósito que se encontra

---

237 Tal distinção pode conduzir a uma certa separação artificial dentro da própria profissão. Sobre a questão, consulte-se Keith Macdonald, *op. cit.*, pp. 18-19.

238 Id., *ibid.*, p. 215.

239 Id., *ibid.*, p. 217.

240 Id., *ibid.*, p. 210.

subjacente à sua matriz é precisamente o de estabelecer uma certa igualdade entre eles, o que só nos parece ser aceitável se tivermos presente o argumento do autor de que tal matriz permite fundamentalmente dar conta das interacções entre os actores. E como tais interacções vão variar ao longo do tempo de acordo com os interesses, recursos e estratégias de cada actor, não é teoricamente possível elaborar proposições gerais e universais sobre o fenómeno da profissionalização.

O ponto mais polémico da proposta que temos vindo a apresentar encontra-se na omissão de um quinto actor, precisamente as outras profissões, tal como A. Abbott defende. A dimensão das relações inter-profissionais não é visível, o que impossibilita, em nossa opinião, uma compreensão mais ampla do fenómeno profissional.

Nem sempre a intervenção do Estado se efectiva de modo a favorecer uma determinada profissão, pelo contrário, poderá ter como objectivos, por vezes não concretizados, o cerceamento de determinados poderes e privilégios profissionais ou então o acréscimo do controlo directo ou indirecto sobre a actividade profissional. Encontramos um exemplo deste acréscimo de controlo num artigo de G. Dussault[241] sobre as profissões sanitárias no Quebec, região em que o associativismo profissional é politicamente forte e onde persistem monopólios profissionais desde 1847. A acção do Estado por via legislativa, em 1973, tinha como objectivo primordial aquilo que o autor designa de regulação das profissões, de modo a impedir que os respectivos privilégios profissionais pudessem ter efeitos negativos sobre os consumidores dos serviços de saúde. Regulação que se baseou em duas medidas[242]: imposição de uma inspecção das actividades dos profissionais; instituição de formas de delegação de determinados actos profissionais. Todavia, estas medidas reguladoras não produziram os efeitos inicialmente esperados. A explicação para tal situação articula-se em torno de

241 Gilles Dussault, "La régulation des ...", pp. 125-139.
242 Id., *ibid.*, pp. 129-133.

dois argumentos[243]: a falta de vontade política do Estado para modificar radicalmente a actividade profissional ao nível da saúde, decorrente de não querer afrontar os interesses dominantes; a força política e social dos grupos profissionais para resistirem à intervenção. Por outro lado, o declínio do poder das profissões dominantes - o caso dos médicos e dos farmacêuticos - em favor de profissões subordinadas - enfermeiros, dietistas, etc. - o papel activo dos consumidores em defesa dos seus direitos, a acção mais gestionária do Estado no sector da saúde, o poder do sistema empresarial ligado ao sector apresentam-se como aspectos, que inter-relacionados com aqueles dois argumentos, introduziram uma nova dinâmica no sector da saúde, em particular entre os diversos agentes nele inseridos[244].

Igualmente os advogados britânicos e os médicos franceses, no contexto da crise do Estado-Providência, foram sujeitos, por parte do Estado, ao cerceamento das suas prerrogativas profissionais e de prestígio[245].

Como destacámos anteriormente, T. Johnson, no seu livro *Professions and Power*, aprofunda a matriz das relações entre o Estado e as profissões. A formulação que defende, no quadro do pensamento marxista, recusa a existência de um papel neutral do Estado, tal como é assumido pelos funcionalistas. Uma das virtualidades daqui decorrente é colocar o próprio Estado, ou mais especificamente, as respectivas acções face às profissões, no centro da análise do fenómeno profissional. É de certo modo constatando a complexidade e diversidade das relações Estado/profissões que um dos últimos trabalhos de T. Johnson expressa uma perspectiva teoricamente inovadora[246]. Desde logo critica os estudos sociológicos que problematizam as relações entre o Estado e as profissões, a partir de conceitos como intervenção do Estado ou autonomia

243 Id., *ibid.*, pp. 135-136.
244 Id., *ibid.*, pp. 136-138.
245 Elliot Krause, *op. cit.*, pp. 104 e segs.
246 Terence Johnson, "The state and the professions peculiarities of the British", in Anthony Giddens e Gavin Mackenzie (eds.), *Social Class and the Division of Labour*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982, pp. 186-280.

profissional. A assunção de um destes conceitos em detrimento do outro afigura-se-lhe como uma postura não só simplista, como igualmente profundamente errónea, no plano conceptual, para analisar os complexos processos históricos que enformam as relações entre aquelas duas entidades sociais. Apoiando-se no estudo de dois casos - a relação entre o Estado e o direito e a participação das associações profissionais, em particular de medicina, de contabilidade e de arquitectura, no desenvolvimento do Estado imperial britânico - defende que na Inglaterra, do século XIX a meados do presente século, se assistiu a uma articulação de processos entre a formação do Estado e a profissionalização. Como sublinha, as profissões surgem como uma condição da formação do Estado e, por sua vez, esta é a principal condição da autonomia profissional[247].

A oposição analítica entre a intervenção do Estado e a autonomia profissional deixa de ter pertinência teórica. A oposição dá lugar à exploração das múltiplas inter-relações entre o Estado e as profissões. Deste modo, o conceito de profissionalização adquire um outro significado. Ele é sempre indiciador de modos específicos de inter-relação Estado e profissão, em particular daqueles que vão ter um papel na própria evolução do Estado. Para T. Johnson não se pode equacionar a evolução dos grupos profissionais sem se ter presente a acção do Estado. Equacionamento que deve ser elaborado no quadro de uma perspectiva histórica. Não obstante a proposta deste sociólogo encontrar a sua validade circunscrita unicamente a um determinado momento histórico da sociedade inglesa, ela vem mais uma vez demonstrar que não existem modos universais de articulação entre profissões e Estado.

Como anteriormente frisámos, existe a possibilidade de delegação por parte do Estado das suas prerrogativas de intervenção face às profissões nas respectivas associações profissionais. Como se processa a delegação de poderes do Estado para os profissionais? Quais os poderes que são delegados? E,

247 Id., *ibid.*, p. 189.

principalmente, quais as causas de ordem económica, social e política que explicam a delegação de poderes?

Em determinados momentos históricos, o Estado delega nas associações profissionais determinadas prerrogativas, particularmente as que dizem respeito à definição do campo do exercício da actividade profissional e do controlo da profissão, em termos de acesso, de ética e de deontologia profissional. A delegação de poderes não é feita ocasionalmente. Subjacente a este acto de Estado, encontra-se uma complexa rede de relações, consensuais e/ou conflituosas, entre diversos grupos e instituições, sendo, por conseguinte, a delegação o produto de uma negociação política[248].

Através deste processo de delegação, as associações vêem-se capacitadas, em termos jurídico - o que implica o seu reconhecimento social -, para serem instâncias de controlo e de representação política dos profissionais que as constituem. Representação política que se vai fazer junto de outras profissões, especialmente em casos de conflito interprofissional motivado pela concorrência ao nível do mercado de trabalho, perante o Estado e, principalmente, perante os não profissionais. Conforme o quadro institucional em que se inserem e o tipo de relações (maior ou menor dependência) face ao Estado, assim as associações podem ser interpretadas como instâncias de forte ou fraca acção de defesa dos interesses e dos privilégios daqueles que representam.

A delegação de poderes por parte do Estado a favor de algumas profissões, apresenta-se, portanto, como um acto político. Mais uma vez importa sublinhar que uma das questões relevantes a tratar, em termos de investigação empírica, situa-se em saber como é obtido o apoio do Estado para a monopolização de uma área de actividade social por parte de um grupo profissional, bem como as razões, de ordem política, económica e social, que determinam que a delegação seja feita em favor de determinadas profissões e em detrimento de outras.

---

248 António Nóvoa, *op. cit.*, p. 45

Por outro lado, a intervenção do Estado nos vários momentos do desenvolvimento da profissões confere por si só uma dimensão política e social às mesmas, o que desmente o argumento da sua neutralidade social. Mas mais: a actividade das associações profissionais e das instâncias sindicais (baseada simultaneamente no poder institucional e na autoridade decorrente do exercício da profissão) exercida em situações de confronto ou de conciliação quer perante o Estado, quer perante os outros grupos profissionais e instituições sociais, retira também qualquer credibilidade àquele argumento.

Ao longo do presente capítulo destacámos alguns dos principais eixos da análise sociológica sobre os grupos profissionais, tendo como fio condutor a questão global da emergência e consolidação das profissões. Uma das possíveis conclusões que se pode retirar remete para que, no plano teórico-metodológico, é heuristicamente frutuoso ter-se presente que subsiste uma pluralidade de vias de construção social da profissionalidade. A institucionalização das profissões no espaço social ocorre segundo dinâmicas, formas e encadeamentos diversos e profundamente determinada por contextos económicos, sociais e políticos referenciados a coordenadas espácio-temporais.

CAPÍTULO II

PROFISSÃO DE ECONOMISTA

1. A evolução histórica da profissão de economista. Contribuições para o debate.

A produção científica no âmbito da sociologia das profissões tem tomado maioritariamente como objecto de análise os grupos profissionais dos médicos e dos advogados. Já enunciámos que tal é resultado do domínio exercido pela matriz teórico-metodológica essencialista. Mais notoriamente no pós anos 60, na sequência das profundas transformações ocorridas na estrutura ocupacional dos países capitalistas, os sociólogos começam a deslocar a sua atenção para outras profissões, as profissões organizacionais, abandonando, parcial ou totalmente, o modelo da profissionalidade liberal. Assim, surgem estudos, por exemplo, sobre os professores, os engenheiros, os assistentes sociais, as novas profissões ligadas à saúde, os contabilistas[1]. A transferência de atenção, em termos de objecto empírico, é inseparável, como antes salientámos, de novas formulações teóricas, de novos modos de pensar, sobre as profissões quer face à sua dinâmica presente,

[1] No capítulo anterior indicámos algumas das obras que se referem especificamente às profissões organizacionais.

em que se caracterizam pela sua condição de assalariamento e de inserção organizacional, quer sobre a sua profissionalização. Os estudos sincrónicos primam por uma interna articulação teórica entre a sociologia das profissões e a das organizações, tendo igualmente presente os contributos da psicologia social[2]. Por outro lado, os de cariz diacrónico são exemplos heuristicamente válidos do cruzamento das análises históricas e sociológicas[3].

Os economistas não fogem ao interesse que no momento persiste sobre as profissões. Só que é um interesse mais limitado em termos do volume dos trabalhos publicados, das temáticas predominantes na sociologia das profissões, da diversidade de investigadores. Para isso, em nossa opinião, devem contribuir diversos aspectos. Em princípio, os próprios economistas não se apresentam, em especial perante os sociólogos das profissões, como um grupo profissional que se encontra estruturalmente formado, regulamentado por códigos deontológicos, inserido de modo estritamente corporativo no espaço social, nos mesmos moldes que outras profissões que foram erigidas à condição de paradigmas - engenheiros, médicos, advogados - não se prefigurando, por conseguinte, como um daqueles "bons exemplos"[4] para determinadas concepções do que deve ser a investigação científica. A. Coats considera mesmo que os economistas não "alcançaram o estatuto de profissão"[5]. Entenda-se que o autor se refere ao conceito de profissão no sentido forte que é utilizado pelas abordagens mais essencialistas do fenómeno profissional. Razões intimamente relacionadas com o contexto cultural, social e económico encontram-se, com certeza, presentes nas

---

[2] Sobre esta questão, consulte-se os artigos da *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 59, 1992.

[3] Consulte-se, especialmente, Michael Burrage e Rolf Torstendanhl (orgs.), *Professions in Theory and History*, Londres, Sage, 1990.

[4] Cf. Luc Boltanski, *Les Cadres. La formation d'un groupe social*, Paris, Les Editions de Minuit, 1982, p. 180. A relevância dos "bons exemplos" na constituição das representações que os agentes possuem dos diversos aspectos do real social tem sido destacada principalmente pela psicologia cognitiva.

[5] A. Coats, *The Sociology and Professionalization of Economics*, London, Routledge, 1993, p. 399.

explicações das condições profissionais dos economistas. Por agora, importa sublinhar que os próprios economistas defendem, em particular os que partilham as teses neoclássicas como abordaremos mais à frente, que a instituição do monopólio profissional não é mais do que uma acção impeditiva do funcionamento livre do mercado, acabando por cercear as presumíveis opções dos consumidores. G. Stigler em artigo recente discute mesmo a possibilidade de os economistas serem possuidores de uma licença para o exercício da sua actividade profissional, isto é, de se instituir o fechamento social da profissão[6]. Tal oposição ao monopólio, decorrente de uma formulação teórica específica, pode ser considerada como um dos elementos explicativos, no âmbito das sociedades anglo-americanas, para a não idêntica configuração dos economistas aos padrões de profissionalidade predominantes. Contudo, importa sublinhar que em outros contextos sócio-culturais, a monopolização mantém-se, na actualidade, como um objectivo principal a alcançar, o caso de Portugal, ou mesmo como uma prática reconhecida legalmente, o caso de Espanha.

Em segundo, os conteúdos do ensino da economia, a pluralidade de correntes teóricas no seio da ciência económica, a diversidade de tarefas e a natureza da actividade profissional, os modelos organizativos em que se inserem e a imbricação nas organizações entre os perfis de actividade dos economistas com outros especialistas, ligados igualmente às questões económico-financeiras e de gestão, a diversidade de títulos profissionais e respectiva significação, em termos internacionais, são outros tantos elementos que contribuem para um interesse mais limitado pelos economistas.

É intenção do presente ponto dar conta de trabalhos de referência que tomam por objecto a evolução histórica da profissão de economista, embora descoincidentes nas perspectivas de abordagem e no contexto histórico-

---

[6] George Stigler, "Occupational Licensure for Economists?", in Simon Rottenberg (ed.), *Occupational licensure and regulation*, New York, American Entreprise Institute, 1980, pp. 349-353.

geográfico. Vamos fazê-lo dando particular destaque aos principais momentos daquela evolução, tendo sempre presente a preocupação de captar a diversidade histórica.

Em 1989, M. Guillén publica um texto com um título bem sugestivo para a época, *La profesión de economista. El auge de economistas ejecutivos y empresarios en España*[7]. O objectivo principal é, especificamente, realizar uma análise da evolução da profissão de economista, integrando conceptualmente a abordagem da história e da sociologia e situando essa evolução no contexto social e político da sociedade espanhola. À análise sócio-histórica junta-se-lhe uma visão crítica do papel dos profissionais, em particular nos anos 80. Tributário da tese de H.Wilensky sobre o processo de profissionalização, dos contributos de E. Freidson sobre a importância do conhecimento profissional, da concepção de profissão organizacional e assalariada em "burocracias heterónimas" de M. Larson, da competição interprofissional para a delimitação de áreas de actividade de A. Abbott, M. Guillén defende que a acumulação e a monopolização do conhecimento formal e, por sua vez, o estabelecimento e reprodução do ensino desse conhecimento, por intermédio de instituições e programas próprios, de forma recorrente ao longo do tempo, constituíram as condições necessárias - não as iniciais, mas somente as mais importantes - para "assegurar a existência" da profissão de economista[8].

Os economistas (neste caso os espanhóis) na qualidade de assalariados caracterizam-se por serem uma profissão a "tempo completo", de natureza técnica, de terem um compromisso vocacional e alicerçarem a sua posição na posse de um conhecimento esotérico e complexo. É daqui que M. Guillén define os economistas como

---

[7] Mauro Guillén, *La Profesión de economista. El auge de economistas, ejecutivos y empresarios en España*, Barcelona, Ariel, 1989.

[8] Id., *ibid.*, p. 15.

"(...) pessoas que estudam, aconselham ou tomam decisões técnicas ou políticas, colocando em relevo um certo conhecimento formal adquirido no decurso de processos institucionalizados de aprendizagem profissional"[9].

Perspectivar a evolução da profissão a partir da acumulação histórica do conhecimento económico - formal e prático - conduz consequentemente a atender como esse mesmo conhecimento tem sido recebido e usado, em suma institucionalizado, pelos próprios economistas nos diferentes espaços organizacionais onde exercem a sua actividade e também ao nível da própria sociedade. Mas mais: atender como a institucionalização da ciência económica ocorre em cada um dos principais momentos do processo de profissionalização dos economistas.

Atentemos, por conseguinte, naqueles momentos. Para o autor, a origem histórica da profissão pode encontrar-se na actividade dos mercadores e dos cambistas medievais, mas é só, no pós guerra civil (1936-1939) que a profissionalização dos economistas avança de um modo consolidado. À entrada do século XX era patente que a ciência económica em Espanha se encontrava num estado de "subdesenvolvimento" comparativamente a outros países europeus, Inglaterra e França, o que decorria quer do atraso económico e industrial, quer da falta de fenómenos económicos relevantes para estudo por parte dos especialistas económicos, quer, ainda, da decadência em que se encontrava o ensino universitário[10]. Não obstante as tentativas, todas frustradas, para criar mais cedo um curso universitário de economia, só em 1943 tal foi possível, num momento em que o taylorismo se divulgava e se aplicava no país e em que as ideias de Keynes eram motivo de discussão, mas não de adesão por

---

[9] Id., *ibid.*, p. 14. M. Guillén parte da ideia de que existe um conjunto de actividades - produção, comércio de bens e serviços, circulação fiduciária que visam satisfazer as necessidades da vida em sociedade - que se designam de "económicas". Daqui decorre que existia a "profissão económica", constituída por economistas, executivos ("*ejecutivos*") e empresários. Os economistas são, portanto, uma parte de uma profissão mais ampla. Cf. Id., *ibid.*, p. 14.

[10] Id., *ibid.*, p. 74.

parte do franquismo e da Universidade[11]. Entre aquela data e 1959, o ensino universitário da economia expande-se, em termos de volume de alunos e de novas faculdades, cria-se o "Colégio de Economistas" - organismo corporativo da profissão - e o Estado constitui-se em empregador predominante, vindo as empresas privadas a empregar economistas a partir de meados dos anos 50 e, de modo bastante amplo, na década de 70, na sequência da abertura económica e política da Espanha. Entretanto, o Estado franquista reconhece por intermédio da criação do "Grupo de Economistas del Estado", em 1956, a importância dos conhecimentos daqueles profissionais e a sua imprescindibilidade para o funcionamento do próprio Estado.

Contudo, as características estruturais da economia do país, como igualmente os vectores políticos e ideológicos em que assentava o regime, tornaram impossível uma aplicação expansiva do modelo keynesiano, então em voga nos países capitalistas ocidentais. Decorrente disto, o papel do economista encontrava-se diminuído e desvalorizado socialmente. Situação que vem a modificar-se com a recente participação do país na Divisão Internacional do Trabalho, durante a década de 50, com cada vez mais notória influência do keynesianismo e, principalmente, a partir de 1964 com o início do período dos "Planos de Desarrolo"[12]. Os macro-economistas espanhóis aproveitam-se da situação económica favorável, dos reduzidos preços da energia, da permissão de importação de bens de capital e da descompressão no mercado de trabalho, por força da corrente emigratória, para explicitarem e afirmarem as suas pretensões a serem os "administradores da economia"[13].

Deste modo, o arco temporal de 1959 a 1973 - período de intenso crescimento económico - é visto como um momento histórico em que o "economista alcança momentos de esplendor moderados"[14]. Entretanto, e de

---

[11] Id., *ibid.*, pp. 106 e segs.
[12] Id., *ibid.*, p. 133.
[13] Id., *ibid.*, p. 134.
[14] Id., *ibid.*, p. 238.

modo indissociável com a crescente visibilidade da profissão, os economistas vão distinguir-se das restantes profissões por afirmarem uma mentalidade com traços particulares. Mentalidade de "cálculo", "prescritiva" e de "imperialismo científico"[15]. Ora, tal maneira de ver a sociedade confere-lhes um poder de persuasão, que é, igualmente, um dos elementos importantes para o desenvolvimento da própria profissão.

Por outro lado, aquele período patenteia um aumento da procura de profissionais de economia - fruto da dinâmica industrializadora dos anos 60 e da cada vez maior fulcralidade do conhecimento económico de cariz keynesiano - e do alargamento do sistema de ensino da economia, correspondendo, deste modo, a um mais intenso interesse por parte dos jovens pela ciência económica. A profissão amplia-se a outros centros geográficos, que não apenas Madrid e Barcelona, cresce em volume, abrange cada vez mais outros sectores de actividade para além do Estado - os anos 70 e 80 vêem os sectores de serviços, em especial financeiro e seguros, serem os principais empregadores de economistas - e feminiza-se.

M. Guillén aponta que uma parte do sucesso da profissão se deve à celeridade como a instituição de representação política da profissão - o Colegio de Economistas - se modernizou, passando do "modelo colegial ou corporativo", como tinha sido fundado nos anos 40, para o "associativo ou assalariado"[16].

O primeiro modelo visava - tal como para outras profissões, médicos e advogados - a garantia de condições monopolistas para a actividade, a defesa dos níveis de honorários, a acção política no seio do Estado franquista.

> "Dado que esta organização profissional não traz aos economistas assalariados nenhum benefício - salvo o eventual trampolim político - a proporção de membros era reduzida, e o entusiasmo e interesse pelas actividades colegiais escasso"[17].

---

[15] Id., *ibid.*, p. 166.
[16] Id., *ibid.*, p. 147.
[17] Id., *ibid.*

Com a aceleração da decadência política do franquismo, nos inícios dos anos 70, e posterior começo da transição democrática, com o crescendo do número de licenciados, com a criação de colégios em outras cidades, o modelo colegial entra em ruptura. Para isso contribuíram, ainda, as lutas entre conservadores e "evolucionistas", no Colegio de Madrid, em 1972, a propósito de questões estatutárias. A conquista do poder por parte destes últimos conduziu nos anos subsequentes à adopção de um modelo associativo que, assentando no facto da esmagadora maioria dos profissionais serem assalariados, agregou a profissão em torno das questões do conhecimento científico, da investigação e da divulgação da imagem da utilidade da profissão[18]. Se os economistas vivem um "certo desprestígio" durante a segunda metade dos anos 70[19], em que a sua imagem de magos do crescimento e do bem-estar é colocada em causa pelos principais vectores da crise - desemprego e inflação elevados - , em suma pela derrocada teórica do Keynesianismo[20], a década seguinte, pelo contrário, e não obstante se ampliarem alguns dos vectores da crise como, por exemplo, o desemprego, é interpretada como a do "auge da profissão"[21].

No contexto político de consolidação do sistema democrático, os economistas afirmam o seu poder e prestígio. Segundo o autor, vários fenómenos,

---

[18] Na opinião de M. Guillén, para o reconhecimento social desta utilidade um facto ocorrido em 1974 foi crucial: "(...) la creación de la Comisión de Estudios Económicos, que emite el *Manifesto de los economistas,* informe cuyo título original es 'Sobre la situación y desenvolvimento de la economia española'. El Manifesto aborda los problemas coyunturales y estructurales de la economia española, así como exhorta a la apertura de un diálogo entre todas las fuerza sociales dados los objectivos contrapuestos que cada una de ellas persigue. En el fondo, el informe supone una crítica técnica y social de la política económica del gobierno y sirve para intensificar la presencia de los economistas en las primeiras páginas de la actualidade. Se trata del inicio de la consagración social, tardía en el caso español, de una profesión aspirante a la dirección de los asuntos del país" Id., *ibid.*, p. 149.

[19] Tal parece não ter afectado o grau de empregabilidade dos economistas que tinham a especialidade de economia da empresa.

[20] A imagem de desprestígio não foi impeditiva de, em 1977, o governo aprovar o Estatuto Profesional de Economistas y Profesores y Perites Mercantiles que delimita a profissão e lhe confere poderes de intervenção exclusiva em determinadas áreas.

[21] Id., *ibid.*, p. 230.

interdependentes, concorrem para tal efeito[22]: renovação da elite política com o acréscimo do número de economistas em posições hierarquicamente mais elevadas nos departamentos do Estado; renovação que se processa, igualmente, embora de modo mais lento e sem uma definição tão explícita, ao nível das elites financeiras e empresariais[23]; a "ênfase micro-económica" da década; a liberalização e a crescente integração económica e financeira internacional que torna indispensável o domínio dos conhecimentos económicos; e, por último, o intenso interesse por conhecimentos desta natureza motivado por serem considerados uma importante via de triunfo profissional, num contexto marcado pela "febre financeira" e pelos valores do *yuppismo*, o que conduziu, por sua vez, à intensificação da procura do ensino da economia e da administração de empresas. De modo associado a este interesse vão proliferar os cursos de pós-graduação naquelas áreas. Como consequência da modernização da estrutura colegial, os economistas, neste período, transformam-se no grupo mais forte no seio da profissão económica. O conflito e a concorrência permitem-lhes ocupar novas áreas de actividade criadas pela dinâmica do sistema financeiro.

Por outro lado, para o "auge da profissão" contribui, também, o surgimento de publicações periódicas de difusão de informação económica. Os problemas da economia passam a ocupar espaços importantes nos órgãos de comunicação diários, em particular na imprensa escrita, saltando para a ribalta as opiniões de economistas na qualidade de especialistas. Ora os conteúdos e cambiantes da retórica legitimadora dos profissionais concorrem, portanto, para a consolidação da profissão.

Em simultâneo com este momento de protagonismo, em que sobressai a produção e manutenção de elites de economistas ligados ao governo e, de um

---

[22] Id., *ibid.*, p. 158.

[23] Embora referenciado a um contexto social substancialmente diferente, atenda-se ao texto de M. Loureiro sobre o acesso dos economistas brasileiros às elites dirigentes. Veja-se Maria Loureiro, "L'ascension des économistes au Brésil", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 108, 1995, p. 70-78.

modo mais global, a diversas instituições estatais, e aos grandes grupos económicos, principalmente financeiros, é verificável, para os anos 80, a existência de um número importante de licenciados em economia quer subempregados, quer descontentes com as condições em que exercem a sua actividade. Um vector contributivo para tal situação encontra-se no acréscimo substancial de licenciados que em cada ano lectivo saem das diversas faculdades e que não conseguem encontrar empregos que satisfaçam as suas expectativas e aspirações geradas ao longo da formação escolar.

Para M. Guillén, não obstante o forte prestígio social, a profissão tem vindo a enfrentar três crises[24]. A primeira situa-se ao nível do conhecimento científico com o questionamento dos princípios do modelo Keynesiano de política económica. A importância do seu fracasso ainda é mais notória quando o mesmo teve um papel marcante para a afirmação e reconhecimento da própria profissão de economista. A segunda remete para o crescente assalariamento da profissão nos departamentos burocráticos do Estado, nas empresas públicas e nas grandes empresas do sector financeiro que tem conduzido os profissionais a valorizarem mais a segurança no emprego, a carreira e o consumismo, em detrimento do "espírito empresarial". Os economistas deixaram de interessar-se por desencadear novas actividades ou mesmo de melhorar a condição de "bem-estar da população". Como o autor sublinha,

> "A cultura dos yuppies e dos executivos agressivos não faz senão prejudicar o prestígio e a transcendência da profissão económica na sociedade actual; ainda que traga poder, fascínio e recursos úteis para o desenvolvimento da profissão a curto prazo."[25]

[24] Id., *ibid.*, p. 234.
[25] Id., *ibid.*, p. 240.

Na falta de adequação do ensino universitário na área da economia e da administração das empresas, por se encontrar demasiado segmentado à dinâmica económica, consiste a terceira crise.

A proliferação de economistas na sociedade espanhola comporta para o autor alguns riscos. O mais importante deles circunscreve-se a que, por força da influência destes profissionais, os únicos problemas relevantes e respectivas soluções sejam os de natureza económica[26]. Se tal reducionismo pode ser interpretado como intrinsecamente perverso, não é menos verdade que tem induzido junto da população e da própria elite política uma maior preocupação com o funcionamento da economia. E, por acrescento, a consolidação do protagonismo daqueles que socialmente são reconhecidos como os especialistas na matéria, os economistas.

Em síntese, o processo de profissionalização dos economistas espanhóis teve como principais momentos: a institucionalização do ensino universitário da economia; a criação dos organismos corporativos e as acções que desenvolveram; o reconhecimento profissional por parte do Estado, na formulação de regulamentos de actuação profissional com pendor monopolista; a expansão da oferta institucional e da procura social do ensino da economia; as sucessivas imagens sociais da profissão. Historicamente tem sido um processo profundamente marcado pelas especificidades sócio-culturais que enformaram a sociedade espanhola do presente século.

O texto de M. Guillén que analisámos envereda, em determinadas passagens, por um acentuado descritivismo, que acaba por levar a olvidar determinadas dimensões do processo de evolução histórica da profissão em Espanha. Uma delas é a relação entre o Estado franquista e os economistas. Relação que teria todo o interesse em ser interpretada, fundamentalmente pela forma como se desenvolveu e configurou historicamente face à natureza

---

[26] Id., *ibid.*

corporativa e fascista que o regime espanhol assumiu, embora com algumas nuances em determinados momentos, até meados dos anos 70.

Poderemos considerar, não de uma forma abusiva, que o trabalho de M. Guillén é tributário das múltiplas análises que A. Coats tem elaborado sobre os economistas. Tributário, em particular, da articulação que este último defende entre a evolução do conhecimento económico e a própria dinâmica de afirmação da profissão. Não mais do que perspectivar simultaneamente a economia como ciência e como profissão, sem esquecer a dimensão do próprio ensino. É um caminho que, em nossa opinião, potencia uma leitura heuristicamente válida e enriquecedora da profissão de economista. Por isto, optámos por dar conta de algumas das considerações analíticas desenvolvidas por A. Coats a propósito da evolução da profissão. Fazemo-lo, tendo presente que a formulação dessas considerações encontra-se circunscrita ao espaço económico e sócio-cultural anglo-americano.

É de certo modo aceite consensualmente que, no caso dos EUA e da Inglaterra, os economistas como profissão emergiram na viragem do século XIX[27]. Mais do que fixar um momento histórico, de um modo perfeitamente datado, importa sublinhar que para aquele facto concorreram diferentes tendências no plano da edificação das bases da economia como ciência. Autores da denominada escola clássica inglesa como David Ricardo, T.R. Malthus e J.R. McCulloch marcaram o pensamento económico na primeira metade do século XIX. Reconhecidos actualmente como o primeiro grupo de especialistas em economia vão afirmar a sua autoridade científica junto do público letrado e do próprio poder político, num contexto social em que economista não significava uma categoria ocupacional, nem existia uma distinção clara face a outros pensadores sociais[28]. Foi, entretanto, com a revolução marginalista de 1870 que se estabeleceu um dos momentos fulcrais para a evolução da profissão de

[27] A. Coats, *op. cit.*, p. 396.
[28] Id., *ibid.*, p. 402.

economista. Fulcral, principalmente, porque com a influência da escola marginalista a economia ganha o estatuto de independência no meio universitário. A Universidade de Londres cria, em 1845, a London School of Economics and Political Science, a primeira instituição de ensino da economia. As transformações no sistema educacional permitiram a criação dos meios institucionais, não só para a (re)produção da ciência económica, como também para a formação de futuros profissionais. Em paralelo, à institucionalização universitária da disciplina foram criadas as associações profissionais: A American Economic Association, em 1885, e a British Economic Association, em 1891. Por outro lado, iniciou-se a publicação de revistas especializadas em questões económicas nas quais pontificam o instrumental teórico-matemático da escola marginalista. A consolidação da economia como ciência passou inequivocamente pela fixação desse instrumental, pela progressiva afirmação do carácter esotérico e, concomitantemente, pelo abandono das intenções iniciais de reforma social[29]. Exemplo dessa consolidação encontramos na formulação teórica de A. Marshall, em particular nos seus *Princípios de Economia*, de 1840. Para J. Maloney, os contributos deste economista e dos seus seguidores foram significativos para a profissionalização em Inglaterra[30].

Segundo A. Coats, a profissionalização dos economistas nos EUA foi "lenta e incerta", não tomando a configuração que tinha prevalecido nas profissões liberais tradicionais[31]. Nos finais do século XIX, quando o conjunto das ciências sociais surge como disciplinas diferenciadas, a economia apresentava uma posição destacada. E isto porque ela se referenciava a questões de interesse público - industrialização, urbanização, modernização - e, comparativamente às outras ciências sociais, assentava em bases teóricas mais consistentes herdadas da escola clássica[32]. Será, portanto, a partir daquela

---

[29] Mauro Guillén, *op. cit.*, p. 66.
[30] A. Coats, *op. cit.*, p. 403.
[31] Id., *ibid.*, p. 433.
[32] Id., *ibid.*, p. 435.

posição que a criação e as acções desenvolvidas pela American Economic Association (AEA) vão ser um contributo importante para a profissionalização. Acções que num contexto favorável às formalizações da ciência económica conduziram a um acréscimo da respeitabilidade dos profissionais em economia, ao qual não foi estranho a composição das direcções da própria AEA e as posições que os membros das mesmas ocupavam no respectivo campo científico, e a uma maior oportunidade desses profissionais participarem nos departamentos estatais. A expansão da empregabilidade dos economistas, já nos anos 20 do nosso século, vai abranger igualmente as empresas privadas.

Embora historicamente os economistas americanos, tal como aconteceu com os ingleses, se tivessem mantido afastados face ao modelo das profissões liberais tradicionais assente, como se sabe, no controlo do acesso à profissão e na criação e controlo de áreas de actividade específicas para a profissão, foi naquele contexto de expansão de empregabilidade, e na sua sequência, que a questão da ética profissional se colocou. E colocou-se em torno de três aspectos: responsabilidades profissionais como conselheiros do governo e das empresas; participação dos economistas na especulação financeira; participação na procura de grandes investimentos. Aspectos que expressavam preocupações de alguns sectores no seio da AEA pelas estreitas relações entre a profissão e a comunidade empresarial.

Nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, para A. Coats[33] é patente que, não obstante o carácter lento do processo de profissionalização, os economistas apresentavam-se como uma comunidade profissional em que, por um lado, se aliava o prestígio científico com a crescente empregabilidade e, por outro, o desejo de participar no debate dos problemas económicos da altura.

A "revolução Keynesiana" de 1930/40 é outra das linhas separadoras na profissionalização da economia. Aspectos como a produção de dados estatísticos,

---

[33] Id., *ibid.*, p. 405.

a formulação de indicadores de natureza macro-económica, o avanço nos sistemas de contabilidade nacional, a própria possibilidade de a partir daqueles dados e indicadores se realizarem estudos previsionais contribuíram significativamente para os economistas demonstrarem a sua "utilidade" perante a sociedade, isto é, tal teve um efeito importante para a profissão de economista, com expressão num maior reconhecimento social e numa inserção mais ampla no mercado de emprego.

Na "era Keynesiana" do pós Segunda Guerra Mundial, aquela tendência de aumento do número de economistas a exercerem a sua actividade em funções não académicas acentuou-se. Tal tendência tinha sido particularmente notada na administração pública, em Inglaterra e nos EUA, no período de duração do conflito e derivou das acções de planificação e controlo tomadas pelo Estado. Durante os "trinta anos gloriosos", a expansão da procura de economistas por parte das empresas e também dos departamentos estatais, em especial naqueles países, foi sendo o produto, entre outros aspectos, quer da influência directa das propostas teóricas e das políticas de inspirações keynesianas, com o correspondente intervencionismo do Estado e enfoque macro-económico, quer do aumento da complexificação da divisão social do trabalho, principalmente em contextos organizacionais, quer, ainda, da própria dinâmica do ensino da economia que se pautou por uma oferta crescente de diplomados[34].

Quanto à inserção dos economistas nos departamentos públicos, o caso da Inglaterra é de algum modo exemplificativo. Neste país, a profissionalização desenvolveu-se, em traços gerais, de forma idêntica à que ocorreu com os economistas norte-americanos. Nela vai ter um papel inicial as acções da Royal Economic Association no sentido de criar um "espírito de corpo", uma comunidade profissional, o que, de certo modo, foi dificultado pelo carácter difuso das funções que os economistas ocuparam durante as primeiras duas

[34] Id., *ibid.*, p. 518.

décadas deste século[35]. Não obstante tal carácter, o mercado estatal para economistas alargou-se, nos anos 50, sedimentando-se progressivamente um perfil de funções mais particular ao economista, mas paralelamente mais inserido na própria dinâmica governamental. Inserção que, para A. Coats[36], não foi completamente isenta de conflitos inter-profissionais, entre economistas e estatísticos, e entre os primeiros e os engenheiros. Nos anos 60, e por força da prossecução do intervencionismo estatal por via da ênfase colocada no planeamento económico (período dos governos trabalhistas), os economistas profissionais, além de crescerem em volume, ficaram mais estreitamente ligados às questões macroeconómicas[37]. As tarefas dos economistas ingleses iam desde as do nível mais baixo, marcadas pela rotina e pela compilação de dados, até ao nível elevado de administração, com funções de decisão ou de aconselhamento directo do próprio pessoal político, passando pelos desempenhos mais característicos do trabalho profissional como são o da análise económica, do planeamento, da concepção e implementação de políticas económicas.

Quer em Inglaterra, quer nos EUA, a crescente participação dos economistas nos departamentos estatais, assumindo diversas posições, entre elas a de conselheiros directos dos próprios governos, veio colocar em debate a questão da ética profissional. As respectivas associações representativas posicionaram-se no debate através de algumas tentativas de elaboração de normas profissionais que se estruturavam com base numa separação entre funções económicas, estrito senso, e funções de decisão política[38]. Por outro lado, ao longo do tempo, em particular nos anos 60 em Inglaterra, foi patente que essa separação não se adequava à prática profissional. O papel dos "economistas governamentais" jogava-se de modo interligado, para além da decisão política, na formulação dos objectivos, na adequação dos recursos a esses mesmos objectivos

---

[35] Id., *ibid.*, p. 520.
[36] Id., *ibid.*, p. 535.
[37] Id., *ibid.*, p. 541.
[38] Id., *ibid.*,p. 541.

e, por fim, na implantação das decisões tomadas. Tinha sido, por conseguinte, uma prática que para alguns sectores da profissão esbatia as distinções que se pretendem instituir entre as respectivas dimensões técnicas e políticas. Com efeito, o economista governamental não se podia furtar, de modo pleno, à responsabilidade social que o seu desempenho profissional tinha ao nível da acção política.[39]

A questão da ética integra-se por sua vez, numa outra questão de âmbito mais global, a relação entre a ciência económica e valores. Nomeadamente a partir dos anos 50, a discussão sobre o modo como os valores permeavam a produção científica saltou para a ribalta. A discussão fez-se a partir de diferentes posições, desde aqueles que defendiam que a ciência económica teria de ser separada dos valores, a outros que aceitavam que tal não fazia qualquer sentido, no plano epistemológico, pois existia uma permanente imbricação entre ciência e valores. Nesta última posição, encontra-se o economista G. Myrdal[40] que considera as valorações como necessárias aos diversos momentos do trabalho científico. Outros economistas, como R. Solow, J. Galbraith e P. Samuelson, tomaram igualmente posição no debate. Não é este propriamente o espaço para enveredarmos por um aprofundamento da questão e por uma análise detalhada das diferentes considerações que foram formuladas no seio do campo disciplinar da economia. O que nos importa destacar é que o desenvolvimento da polémica veio colocar em causa a imagem do economista como técnico apolítico, neutral,

---

[39] Num estudo comparativo internacional coordenado por A. Coats, abrangendo os EUA, Austrália, Brasil, Índia, Canadá, Noruega e Grã-Bretanha, é analisada a participação dos economistas nos organismos estatais, conferindo-se particular relevo ao mercado estatal para estes profissionais e às relações que mantêm com as burocracias. Veja-se A. Coats (coord.), *Economists in government (an international comparative study)*, Durham Duke University Press, 1981. Sobre este tema, consulte-se também: Robert Nelson, "The economics profession and the making of public policy", in *Journal of Economic Literature*, vol XXV, 1987, pp. 49-91 e C. G. Uhr, "Economists and policymaking 1930-1936: Sweden's experience", in *History of Political Economy,* nº 9, 1977, pp. 89-105 e William Allen, "Economics, economists and economic policy: modern american experiences", in *Idem,* pp. 48-88.

[40] Consulte-se, por exemplo, Gunnar Myrdal, *A Objectividade nas Ciências Sociais*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1970.

marcadamente tecnocrático e racionalista que alicerçava as suas concepções numa distinção que considerava clara entre o plano científico (construção teórica e análise) e o da política económica (formulação e implementação das políticas)[41]. Um dos vectores da ideologia profissional dos economistas, a "mentalidade da ciência", desenvolvido durante a "era Keynesiana" aparecia, assim, como objecto de contestação e deixava de poder funcionar plenamente como justificativo das actividades profissionais.

Por outro lado, o colocar em causa aquela imagem do economista, por parte dos sectores da profissão em que pontificavam os académicos, encontra-se inter-relacionado com a recomposição dos próprios conhecimentos económicos. Durante o período que nos tem servido de referência, anos 50 e 60, a par de uma mais extensa empregabilidade dos economistas, assumindo estes perfis profissionais diversos, assistiu-se ao aprofundamento da tendência de sofisticação do formalismo matemático-estatístico da economia, com especial destaque para os avanços na área da econometria, e ao apuramento da própria linguagem científica[42]. Contudo, para alguns analistas tal esforço, cujo objectivo principal visava a aquisição de um maior grau de cientificidade, tentando esbater a designação de pré-científicas como eram rotuladas as ciências sociais, conduziu parcialmente a uma incapacidade crescente, no plano teórico-metodológico, dos diversos modelos analíticos apresentarem notórias virtualidades heurísticas na apreensão e explicação da dinâmica complexa da realidade[43]. O nível elevado de abstracção daqueles modelos tinha conduzido a um certo estado de cegueira cognitiva. Numa apreciação crítica desta situação, J. Galbraith defende que a ênfase na abstracção teórico-matemática e na complexificação econométrica

---

[41] A. Coats, *op. cit.*, p. 397.

[42] Para D. Bell, a economia no pós Segunda Guerra Mundial fez progressos científicos basicamente em relação a seis aspectos: "revolução keynesiana"; contabilidade do produto nacional; análise de *input-output*; análise matemática e modelos econométricos; modelos de crescimento; economia do bem estar. Cf. Daniel Bell, *Las Ciencias Sociales desde la Segunda Guerra Mundial*, Madrid, Alianza, 1982, pp. 40 e segs.

[43] Veja-se sobre a questão, por exemplo, John Galbraith, *Viagem Através da Economia do nosso Século*, D. Quixote, Lisboa, 1996.

encontra fundamentalmente a sua explicação, por um lado, na tentativa de igualar a economia à física, ciência paradigmática e, por outro, na própria defesa da ciência económica e da profissão da invasão por intrusos[44]. É sobejamente conhecido que precisamente uma das estratégias usadas por parte de um grupo profissional para manter a sua identidade e preservar as suas áreas de actividade passa por tornar o respectivo conhecimento base inacessível a não especialistas através do acentuar do formalismo e do esoterismo da sua linguagem.

Entretanto, durante o período pós Segunda Guerra Mundial, e a par da divulgação das ideias keynesianas, a ciência económica ganhou cada vez mais um pendor americano.

> "A americanização da economia (e gradualmente também a sua internacionalização) deve-se ao facto de os métodos americanos de formação avançada, teorias e técnicas, valores intelectuais e padrões profissionais se terem tornado cada vez mais conhecidos e adoptados pelo mundo, obviamente com atrasos e graus de resistência variáveis."[45]

Tal teve como origem remota a fraca actividade científica durante o conflito. Mas é fundamentalmente pela intensa procura por parte de estudantes estrangeiros do ensino da economia nos EUA, pela deslocação de professores americanos, com funções de ensino e investigação, a outros países, pela realização de conferências e proliferação de contactos internacionais, pela divulgação de manuais de ensino (o caso de P. Samuelson é paradigmático)[46] e de revistas da especialidade que a "americanização" se processou de modo tão rápido e consistente[47].

A crise económica dos anos 70 teve importantes repercussões ao nível da ciência económica e do próprio prestígio da profissão. Os problemas da elevação

---

[44] Cf. John Galbraith, *Economics in Perspective. A Critical History*, Boston, Mifflin, 1987, p. 285.
[45] A. Coats, *op. cit.*, p. 406.
[46] Veja-se Paul A. Samuelson, *Economia*, 2 vols., Lisboa, F.C.G., 1977.
[47] Id., *ibid.*

da taxa de inflação, da instabilidade monetária, do declínio da produção industrial, do aumento do défice dos orçamentos estatais, do desequilíbrio da balança de pagamentos e, principalmente, do desemprego de um número crescente de pessoas não encontram respostas no quadro do modelo keynesiano. Novas propostas teóricas surgem, as quais genericamente apontam para uma menor intervenção macro-económica do Estado, colocando directamente em causa as políticas do Estado-Providência, e para uma valorização das concepções políticas e económicas assentes na matriz do *Homo economicus*. Sinteticamente, perfilham-se três grandes propostas teóricas críticas e alternativas ao Keynesianismo[48]: o monetarismo cuja argumentação fundamental é elaborada por M. Friedman, líder da denominada Escola de Chicago, que defende a desregulação dos mercados e uma política monetária controlada; a teoria da oferta protagonizada pelos conservadores nos EUA e na Inglaterra, nos anos 80, e que postula acerrimamente o decréscimo dos impostos e dos investimentos directos por parte do Estado; a escola das expectativas racionais desenvolvida por R. Lucas na Universidade de Chicago. De modo contrário aos monetaristas, considera que o dinheiro não é o elemento fundamental, pois os agentes económicos procedem com base na informação de que dispõem, independentemente da evolução das taxas monetárias.

A crise teórica do modelo keynesiano de política macro-económica, a persistente incapacidade dos economistas, em particular daqueles que trabalham nos departamentos estatais, em oferecer soluções credíveis para fazer frente aos problemas económicos e sociais dos anos 70 e 80, o descrédito da excessiva formalização matemática e da abstracção conceptual, conduziram a profissão económica, segundo M. Guillén, a uma situação de desprestígio[49]. Uma das reacções dos profissionais tem sido cada vez mais a de privilegiar os

---

[48] Sobre a questão, consulte-se por exemplo: John Galbraith, *op. cit.*, e Michel Beaud e Gilles Dostaler, *La Pensée Économique depuis Keynes*, Paris, PUF, 1996.

[49] Cf. Mauro Guillén, *op. cit.*, p. 123.

denominados (e divulgados) aspectos micro-económicos, acompanhados de uma procura intensa de áreas de especialização (economia dos transportes, da saúde, etc.)[50].

Como é que aquele desprestígio profissional afectou directamente a empregabilidade dos economistas é uma questão para a qual não temos qualquer resposta, consultando os poucos trabalhos que versam as condições do mercado de emprego dos economistas. Um dos mais recentes, feito em 1987 por encomenda da Royal Economic Society para a Grã-Bretanha, apontava para a existência de um excesso de oferta de diplomados em economia[51]. Contudo, não ia mais longe do que esta constatação tão parcelar e localizada temporalmente.

Basicamente através dos contribuições de A. Coats, passámos em revista a evolução da profissão de economista nos EUA e na Inglaterra. Estamos perante processos de profissionalização em que é patente uma estreita imbricação entre as sucessivas recomposições do conhecimento económico e a inserção profissional dos economistas. No contexto de sociedades nacionais enformadas genericamente por uma não intervenção directa do próprio Estado face ao mercado dos serviços profissionais, os economistas conseguiram construir uma profissão com um perfil específico, em termos de funções e de condições de trabalho, que alicerçam o seu poder e prestígio precisamente nos conhecimentos científicos de base que possuem.

---

[50] Apesar disto, a participação dos economistas internacionais mantém-se relevante. Veja-se A. Coats (edit.), *Economists in International Agencies*, New York, Praeger, 1986.

[51] Cf. Ruth Towse e Mark Blaug, "The current state of the british economics profession", in *The Economic Journal*, nº 100, 1990, pp. 227-236. Estudos sobre as condições de trabalho foram elaborados em outros países, para os EUA, "The structure of economist' employment", in *American Economic Review*, vol. LV, nº 5, 1990, pp. 320-350; Estudos de cariz semelhante foram realizados para Espanha: R. Trías Fargas e P. Puig Bastard, *Las condiciones de trabajo de los economistas españoles: el empleo y la remuneración de los licenciados en ciências económicas*, Barcelona, Sirven Sae, 1972 e Colegio de Economistas de Barcelona, *El economista en Cataluña*, Barcelona, CED, s/ data. Para Portugal encontramos: Jorge Santos *et al*, "Estudo sobre o economista na sociedade portuguesa", in *Gestão e Economia*, nº 3, 1988, pp. 3-ll. Partindo de um quadro teórico diferente dos estudos anteriores, consulte-se J. Y. Caro, *Les économistes distingués. Logique sociale d'un champ scientifique*, Paris, PFMSP, 1983.

2. Os conhecimentos e as práticas profissionais dos economistas

Como se indicou antes, um dos objectivos principais do presente capítulo é dar conta de algumas abordagens que têm tido por objecto os economistas. No ponto anterior fizemo-lo a partir do tema global da evolução histórica da profissão de economista, utilizando para isso os casos dos EUA, Inglaterra e Espanha. No presente ponto, vamos equacionar alguns eixos temáticos relacionados com a questão global dos conhecimentos e práticas profissionais dos economistas[52]. Tais conhecimentos acabam por constituir, em nossa opinião, um elemento basilar para a construção do poder e do prestígio, em particular numa profissão que genericamente não se encontra enformada por normas rígidas de controlo do mercado, nem por valores deontologicamente explícitos.

Se tivermos presente a heterogeneidade de funções dos economistas, a diversidade dos sectores de actividade em que as exercem, a pluralidade de abordagens teóricas sobre a dinâmica económica - aspecto característico de uma ciência social como é a economia, mas também da quebra do efeito agregador que foi fornecido, durante décadas, pelo *corpus* teórico keynesiano -, é legítimo interrogarmo-nos se a profissão mantém, em termos de elementos conceptuais e analíticos, uma situação de consenso.

B. Frey *et al*[53] publicaram, em 1984, um estudo em que se pretende especificamente determinar o grau de consenso e discussão entre os economistas. As conclusões do estudo que abrangeu profissionais de vários países - EUA, Áustria, França, República Federal Alemã e Suíça - apontam para que o consenso existe primordialmente em torno de um aspecto: o sistema de mercado constitui

---

[52] Num estimulante artigo, José Arriscado Nunes defende a necessidade de uma abordagem sociológica da ciência económica, tendo em vista captar especificamente os contextos da sua produção, os resultados obtidos, os usos sociais e os diversos modos como é transformada em "senso comum económico". Cf. José Arriscado Nunes, "A poética e a política da Ciência Económica: para uma sociologia da economia", in *Notas Económicas,* nº 3, 1994, pp. 112-122.

[53] Cf. Bruno Frey *et al.*, "Consensus and dissension among economist: an empirical inquiry", in *The American Economic Review,* vol. 74, nº 5, 1984, pp. 986-994.

um mecanismo de escolha social eficaz[54]. Por sua vez, a dissenção emerge principalmente nas proposições ligadas às formas de regulação praticadas pelas autoridades oficiais, à relação entre o desemprego e taxa de inflação, ao volume das despesas estatais. Estes posicionamentos são atribuídos às diferenças culturais, históricas e, igualmente, às condições políticas e económicas dos vários países objecto de estudo. O balanço quantitativo das opções teóricas mostra bem estas diferenças nacionais. Os Franceses e os Austríacos são mais estatistas, enquanto os Suíços perfilham notoriamente o monetarismo e os Alemães defendem o liberalismo. Os Americanos ficam-se por um posicionamento intermédio e não assumem, de modo nítido, posições anti-estatistas.

Se a dissenção pode ser explicada, entre outros aspectos, por aquelas diferenças nacionais, o que dizer do aspecto consensual? Uma pista talvez possa ser encontrada no modo como se processa a circulação do conhecimento científico económico. O peso determinante que nesta circulação ocupam os conhecimentos económicos de origem anglo-americana parece-nos relevante para a questão. Um exemplo disto encontramos no plano da difusão das publicações periódicas[55]: a *American Economic Review* estava posicionada em 1° lugar nos EUA e em 2° em outros países, Reino-Unido, França e província canadiana do Quebec. A. *Econometrica* em 1° lugar no Reino-Unido e Quebec. O *Journal of Political Economy* em 1° lugar em França. Somente duas revistas francesas estavam posicionadas no conjunto das 10 principais revistas económicas mais difundidas em França. Com efeito, tal produção acaba por influenciar, de modo determinante, o discurso económico geograficamente descoincidente com aquela origem. Os economistas nas suas actividades incorporam os produtos científicos, por vezes de forma acrítica e reproduzindo um efeito de moda, o que possibilita gerar consensos em torno de determinadas proposições, as quais são, por vezes,

---

[54] Id., *ibid.*, p. 994.

[55] Cf. David Colander, "Research on the economics profession", in *Journal of Economic Perspectives*, vol. 3, n° 4, 1989, pp. 137-148.

não mais do que ideias vulgarizadas sobre a dinâmica económica (senso comum económico), que têm tido, em contextos específicos, uma acrescida importância na formulação das políticas governamentais.

No plano da circulação e apropriação do conhecimento económico, outros estudos têm-se debruçado sobre o ensino da economia. D. Colander e A. Klamer[56] dirigem a sua atenção para os "processos de produção de um economista" descortinando, nas universidades americanas, os diversos efeitos do ensino ministrado pelos professores e as correspondentes reacções dos estudantes ao mesmo[57]. Um dos aspectos que sobressai desde logo é a importância que dão à matemática e à história, como igualmente um interesse pelas questões da macro-economia e da política económica. Interrogados sobre as condições do sucesso universitário, os futuros economistas americanos valorizam principalmente a capacidade intelectual para resolver problemas, sem serem fortemente competentes em matemática. Aspectos como um bom conhecimento da literatura económica ou do funcionamento da economia são escassamente preferidos[58]. Resultados ilustrativos de uma formação escolar de economistas em que adquirem relevo as questões mais instrumentais em detrimento de uma mais sólida preparação académica, no plano teórico.

No início deste capítulo, apontámos para o facto de alguns dos quadros de pensamento da ciência económica terem uma postura anti-monopólio profissional. Decisivamente tal contribui para gerar representações e modos de relacionamento prático entre economistas, ou pelo menos entre uma parte deles, e a profissão, que, em termos principais, são disjuntos do modelo de

---

[56] Cf. David Colander e Arjo Klamer, "The making of an economist", in *Economic Perspectives*, vol. 1, nº 2, 1987, pp. 95-111. Veja-se também Id., *The Making of an Economist*, Bouedes, Westview Press, 1990.

[57] Dentro da temática global do ensino da economia, várias questões têm sido abordadas. Uma delas é o posicionamento hierárquico entre estabelecimentos de ensino de economia, a partir de estudos de opinião e das publicações efectuadas. No plano jornalístico, entre nós, as revistas *Exame* e *Fortuna* têm publicado alguns estudos de posicionamento das escolas de economia e gestão.

[58] Cf. David Colander e Arjo Klamer, *op. cit.*, p. 100.

profissionalidade imperante em outras profissões, principalmente no que diz respeito à exclusividade parcial ou total das actividades.

É precisamente nesta perspectiva que nos interessa recolocar aqui elementos das abordagens que os próprios economistas - economistas académicos - têm elaborado sobre as profissões. Em resposta a uma questão central - quais as consequências sociais do profissionalismo? - podemos detectar dois tipos de formulações teóricas diferenciadas.

A primeira que se inscreve na tradição do pensamento económico que elege o funcionamento livre do mercado como elemento central da dinâmica da economia. M. Friedman[59] considera desnecessária a existência de autorizações específicas para o exercício profissional, como acontece, por exemplo, com os médicos. A economia geraria livremente meios que possibilitassem que o valor e a competência dos profissionais fossem reconhecidos pela sociedade. Ora a persistência de um sistema formal de certificação profissional não só expressa a forma de actuação de *lobbying* das profissões no seio das sociedades capitalistas, como igualmente, e este é o aspecto essencial, impede o funcionamento livre do mercado, gerando situações de monopólio face à própria natureza difusa dos interesses dos consumidores. Os profissionais são os únicos beneficiários em termos quer da consolidação do seu poder como especialistas, quer dos benefícios económicos. No seio desta abordagem, Stigler aponta, por sua vez, para que determinadas profissões - consideradas como grupo de interesses - desenvolvem formas de regulação apoiadas pelos legisladores[60]. A capacidade de as próprias profissões controlarem o acesso à respectiva actividade tem dependido do modo como transformam as suas características - dimensão,

---

[59] Cf. Milton Friedman, *Capitalism and Freedom*, Chicago, University of Chicago Press, 1961. O autor segue de perto a postura de Adam Smith que aponta para: "A pretensão de que as corporações são necessárias para uma melhor governação da ocupação não tem qualquer fundamento. A disciplina que é exercida sobre os trabalhadores não é a da sua corporação, mas a dos seus clientes. É o medo de perder o seu emprego que constrange as suas fraudes e corrige a sua negligência. Uma corporação exclusiva necessariamente enfraquece a força dessa disciplina".

[60] George Stigler, *op. cit.*, p. 350.

rendimentos - em poder político face ao Estado no sentido deste consignar, no plano jurídico-institucional, aquela capacidade de controlo[61].

Em síntese, a abordagem que destaca o funcionamento livre do mercado aponta para que o profissionalismo gera um conjunto de consequências restritivas ao natural funcionamento do mercado. Decréscimo da produtividade, rigidez nos processos de mobilidade geográfica dos profissionais, restrições discriminatórias no acesso à profissão, acentuada dependência dos consumidores face aos profissionais, elevados benefícios económicos para os profissionais, dificuldades de acesso livre aos serviços profissionais, inibição ao desenvolvimento da inovação são especificamente algumas das consequências geradas.

A outra abordagem assume que o modelo de livre mercado não funciona. Os consumidores são incapazes de produzir juízos sobre a qualidade dos produtos e serviços, por escassez de informação, ao contrário do que acontece com o produtor. Existe, portanto, uma, "assimetria de informação" que torna imprescindível, segundo Arrow[62], uma intervenção de carácter corrector. Nesta abordagem, o profissionalismo funciona, ao nível da sociedade, como uma resolução para essa assimetria. O profissional encontra-se socialmente investido num papel de delegação e de confiança, condições fundamentais para uma protecção dos interesses do consumidor. Ele será um garante para o funcionamento do mercado.

No seguimento das teses da "assimetria funcional", alguns economistas argumentam que em determinadas condições de mercado o profissionalismo justifica-se. Só que os defensores do livre mercado contestam precisamente aquelas condições, pois elas não decorrem naturalmente da dinâmica do mercado,

---

[61] Igualmente o economista M. Olson, no quadro das suas teses sobre a acção colectiva, explora os denominados "lobbies profissionais" e como os mesmos exercem uma acção coercitiva sobre os não-profissionais. Veja-se Mancur Olson, *Logique de l' Action Collective,* Paris, PUF, 1978, pp. 105 e segs.

[62] Cf. K. J. Arrow, "Uncertainty and the welfare economics of medical care", in *American Economic Review,* nº 53, 1963, pp. 941-973.

mas são, na sua maioria, objecto de intervenções e de manipulações, de natureza corporativa, por parte dos próprios profissionais.

Para J. Begun[63], as abordagens económicas do profissionalismo são um importante instrumento de trabalho que a análise sociológica deveria ter presente[64]. O autor vai mais longe e avança com uma proposta de interpretação que estabelece similitudes teóricas entre as abordagens económicas e as sociológicas. Enquanto as teses do livre mercado são consistentes com as do poder desenvolvidas na sociologia, as da "assimetria funcional" com a importância que confere ao conhecimento científico, ao modo como o mesmo é transmitido, à sua natureza esotérica geradora de desconhecimentos por parte dos não-profissionais são idênticas ao modo como os estruturo-funcionalistas (Carr-Saunders, Greenwood, Goode) pensam as profissões. Só que esta similitude é paradoxal, como o autor destaca:

> "É interessante e irónico que as semelhanças conceptuais nas abordagens económica e sociológica do profissionalismo não se estenda às suas respectivas orientações ideológicas gerais. Os economistas liberais são usualmente identificados nos E.U. com posições políticas conservadoras, tais como o não intervencionismo na economia, e por seu lado, na sociologia das ocupações, a abordagem do poder é identificada com estratégias de mudança intervencionistas e marxistas. Os estruturo-funcionalistas, na sociologia, são ideologicamente conservadores, e a falência do mercado requer medidas governamentais de reparo, que geralmente não são apoiadas pelos conservadores."[65]

---

[63] Cf. James Begun, "Economic and sociological approaches to professionalism", in *Work and Occupations*, vol. 13, nº 1, 1986, pp. 113-129.

[64] Como já deixámos claro, os médicos são a profissão mais bem estudada, em particular no contexto anglo-americano. Além das abordagens sobre a liberdade ou não de mercado, os economistas, igualmente, assentaram a sua posição crítica face ao facto de os médicos, mais do que outras profissões, poderem induzir a procura. Sobre esta questão, veja-se: V. Reinhardt, "The theory of physycian-induced demand: reflections after a decade", in *Journal of Health Economics*, nº 4 (2), 1985, pp. 187-193 e M. Stano, "A further analysis of the physician inducement controversy", in *Journal of Health Economics*, nº 6, 1987, pp. 227-238.

[65] Id., *ibid.*, p. 119.

Não obstante tal construção retirar parcialmente virtualidades à proposta de J. Begun, ela mantém a sua pertinência por tentar equacionar pontos de contacto, de natureza complementar, entre economia e sociologia.

Qualquer uma das respostas apontadas retrata, de certo modo, o relativo interesse analítico que os economistas têm sobre a natureza das profissões. Ora esse interesse, como aponta P. Foley *et al*[66], tem potenciado, tendo por âmbito as relações entre profissional e cliente, ou melhor, utilizando a terminologia da economia contemporânea das relações entre profissional e consumidor, a produção de formulações, de índole teórica ou teórico-empírica, sobre várias questões, entre as quais, a da determinação do preço do serviço prestado e do rendimento dos profissionais, o modo como a posição monopolista dos profissionais influencia a qualidade dos seus actos perante o cliente ou então como num contexto de livre concorrência se desenrola a procura dos serviços profissionais por parte dos consumidores. Mais uma vez naquele texto as posições diferenciam-se profundamente, conforme os autores perfilham ou não uma posição corporativista das profissões.

[66] P. Foley, *et al., The economics of the professions: an introductory guide of literature*, London, London School of Economics, 1981. Obra que apresenta uma extensa referência de artigos e monografias de economistas filiados em diferentes correntes teóricas que desenvolvem análise económicas sobre as profissões quase exclusivamente tomando como referência o espaço anglo-britânico.

Capítulo III

OPÇÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A estratégia de redacção prosseguida até ao momento levou-nos a formular no Capítulo I uma abordagem das contribuições teóricas que se reportam, directa ou indirectamente, à emergência e consolidação das profissões, o que, em paralelo, nos permitiu tratar temas de natureza mais global sobre o fenómeno profissional nas sociedades capitalistas contemporâneas. No Capítulo II, tentou-se situar a discussão ao nível, mais limitado da evolução histórica da profissão de economista e das práticas profissionais dos economistas. Em ambos os momentos não pretendemos levar por diante uma revisão exaustiva da literatura sociológica, convocámos as abordagens heuristicamente mais relevantes para o nosso projecto de investigação. O presente capítulo é simultaneamente um ponto de chegada e de partida. Nele interessa-nos formular, de modo mais particular, o quadro teórico-metodológico que enformou o nosso trabalho de investigação.

1. Teorias e objecto de estudo

Uma parte importante dos estudos realizados no âmbito da sociologia das profissões tem tentado dar resposta a uma pergunta - como é que as profissões se desenvolvem?

Para responder a tal pergunta, importa retomarmos, de modo esquemático, algumas das questões abordadas anteriormente

A perspectiva essencialista ou taxinómica assume que a existência de grupos profissionais decorre do facto de estes terem por função a satisfação de determinadas necessidades sociais. Será então a necessidade social, por exemplo, de cuidados médicos que cria e institucionaliza a profissão de médico. As profissões têm como objectivo satisfazer essas necessidades, baseando a sua actuação no conhecimento científico, no altruísmo e num conjunto restrito de regras éticas. O vector explicativo é, portanto, o binómio necessidade/função.

Embora não rompendo com os aspectos principais da perspectiva essencialista, T. Caplow, com a sua proposta de sequência de funções da profissionalização e H. Wilensky, com as etapas da evolução das profissões, apresentam-se com contribuições renovadoras no âmbito da perspectiva essencialista. Para este último, os elementos estruturais destacam-se face às funções. Por outro lado, relembre-se, o conceito da profissionalização reporta-se ao processo pelo qual uma ocupação se torna profissão[1]. Processo que faz parte da modernização global da sociedade - no sentido de uma maior racionalização da vida social - e que nela encontra o seu quadro explicativo fundamental. O conceito de profissionalização introduz, assim, a noção de temporalidade, de

[1] Este conceito de profissionalização não é completamente contraditório daquele que, no âmbito da sociologia das organizações, remete para a formação de um tipo de consciência, de práticas e de representação dos objectivos das organizações. Uma forma que a organização tem de esbater potenciais conflitos e, em simultâneo, criar as condições para uma mais ampla inserção dos seus membros é precisamente promovendo a respectiva profissionalização, isto é, a assunção de normas, valores, procedimentos que não sejam descoincidentes com os objectivos globais da própria organização.

dinâmica, tão importantes para esbater o carácter estático e sincronicamente atributivo de propriedades que os essencialistas usam para caracterizar as profissões[2].

Os interaccionistas simbólicos rompem com a ideia organicista que está presente nas teses essencialistas de cunho mais marcadamente funcionalista. A profissionalização exige, para eles, que se atenda a dois aspectos[3]: a emergência de uma necessidade social específica e, concomitantemente ou não em termos históricos, a produção de um saber que a problematize, no plano cognitivo; o aparecimento de uma profissão que vá satisfazer essa necessidade através de um bem específico e desenvolver esse mesmo saber. O ponto nodal desta argumentação caracteriza-se pelo facto de que o último aspecto se desenrola, de modo genérico, de acordo com os objectivos e plurais interesses das profissões.

Na sua globalidade, a perspectiva do poder profissional, acérrima crítica das teses essencialistas, preocupa-se sobretudo com as dinâmicas inerentes à profissionalização, enfatizando o seu carácter político e o conflitual. A questão central passa a ser a do modo como as profissões constroem o seu poder e o utilizam em benefício próprio.

Em parte tributários da perspectiva do poder, encontramos os trabalhos dos neo-weberianos que abordam a profissionalização conceptualizando-a eminentemente como um processo em que ganham relevo as dimensões políticas e económicas. Processo de fechamento social através do qual grupos produtores de serviços de índole profissional procuram, e por vezes conseguem, restringir o acesso a uma área de mercado a um número limitado e específico de sujeitos. O fechamento concretiza-se pela exclusão de efectivos e potenciais concorrentes. As profissões acabam por ser consideradas como grupos que realizaram a monopolização do mercado, em geral com o apoio do Estado. Obtido o

---

[2] Relembre-se que sobre a questão do processo de profissionalização subsistem divergências entre os dois sociólogos.

[3] Cf. António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs*, vol. I, Lisboa, INIC, 1987, p. 31.

fechamento, por intermédio da luta política e social, os profissionais ficam beneficiários das vantagens, de cariz económico, mas não só, também em termos de *status*. É, por conseguinte, por intermédio de estratégias de exclusão, de limitação das acções e de subordinação política e económica face a grupos ocupacionais já existentes que outras ocupações conseguem alcançar o estatuto de profissão.

A perspectiva marxista considera que o desenvolvimento das profissões, e de um modo global as alterações na estrutura ocupacional, devem ser explicadas em exclusivo por factores exteriores à própria actividade profissional. Daqui decorre que o destaque principal, no plano analítico, se dirija para a relação entre a evolução do capitalismo e esse desenvolvimento. O capitalismo nas suas múltiplas dimensões gera profissões, transforma as existentes, em termos das suas características sócio-demográficas, natureza do trabalho e estatuto social, conduz ao desaparecimento de outras. O eixo nuclear para os marxistas que abordam o fenómeno profissional situa-se rigorosamente no facto de que uma profissão ocupa ao nível da divisão do trabalho uma determinada posição, a qual está em função da respectiva contribuição para os objectivos e dinâmica do capitalismo. Contribuição entendida como decisiva quer para a produção da mais-valia, quer para a reprodução das relações sociais que possibilitam a manutenção das formações económico-sociais capitalistas[4].

Seria reducionista da nossa parte incluir as contribuições de M. Larson e A. Abbott em qualquer um dos grandes quadros teóricos que, de modo sintético, referenciámos acima. M. Larson observa a profissionalização dando especial destaque a dois processos - mobilidade social e controlo do mercado - os quais integram o "projecto profissional"[5]. A sua abordagem histórica permite ressaltar a

---

[4] Cf. Gilles Dussault, "La régulation des professions sanitaires: l'expérience du Québec", in *Sociologie et Sociétés*, vol. XX, nº 2, 1988, p. 135.

[5] Vamos encontrar uma aplicação do conceito de projecto profissional à profissão de contabilista no livro de Keith Macdonald, *The Sociology of the Professions*, London, Sage, 1995, pp. 187 e segs.

existência de uma pluralidade de processos de profissionalização. O tempo, o contexto social e político - as estruturas sociais - são elementos importantes para se responder à questão colocada no início - como é que as profissões se desenvolvem? As profissões surgem para a autora como grupos activos - como autênticos actores sociais - que pretendem alcançar o domínio e autoridade sobre determinadas áreas de actividade e, ao mesmo tempo, conquistar um *status* mais elevado. Portanto, a profissionalização não é um processo natural, decorrente estritamente da configuração evolutiva das sociedades, ela visa a constituição de um "monopólio de mercado".

A. Abbott aborda o estudo da profissionalização através de uma perspectiva estruturalista. Essa profissionalização passa, recorde-se, pela criação do que denomina de jurisdições. O reconhecimento social da exclusividade de uma determinada área do conhecimento formal, que se caracteriza pelo seu grau de abstracção, é um elemento crucial para o sucesso da profissão. Todavia, a profissionalização não se encontra somente relacionada com o conhecimento formal e, fundamentalmente, abstracto; ela é também expressão da competição interprofissional, da afirmação ideológica, das estratégias para aumentar ou consolidar o estatuto social colectivo dos profissionais.

Saindo do âmbito da sociologia das profissões, vamos encontrar alguns trabalhos que têm tomado por objecto a formação e consolidação de grupos sociais. Encontra-se precisamente neste caso o estudo de L. Boltanski sobre os quadros em França[6]. A problemática sociológica principal não se reduz, como acontece em outras análises, a uma caracterização social e demográfica dos quadros, aos seus papéis e conflitos no seio das organizações ou à sua posição político-sindical, mas pretende interrogar o passado da sociedade francesa sobre quais os mecanismos sociais que conduziram à formação deste grupo específico. Qual o contexto social e político em que os quadros emergiram, como se

[6] Luc Boltanski, *Les cadres. La formation d'un groupe social*, Paris, Les Editions Minuit, 1982.

processou o trabalho de objectivação do grupo, mas também a construção e difusão das suas representações e da sua identidade que tornaram possível o reconhecimento do grupo no espaço social, são questões em que aquela problemática central se desdobra. Encontramo-nos, portanto, perante uma interpretação que recusa qualquer concepção substancialista dos fenómenos sociais, sobretudo aquela que é pretensamente veiculada por algumas categorias pré-fabricadas - o caso das categorias socioprofissionais - e que tem um efeito de naturalização ao nível da investigação empírica. Essa recusa passa desde logo por colocar de modo diferente a questão de partida:

> "A ciência política trata hoje frequentemente os grupos sociais como objectos exteriores e anteriores às práticas políticas. Ela considera assim, como objecto privilegiado, o comportamento político (isto é, de facto na maioria dos casos, o comportamento eleitoral) dos agentes sociais, procurando estabelecer correlações entre uma tipologia dos comportamentos e uma tipologia dos grupos ou ainda (sobre o modelo da economia do consumo) esforçando-se por relacionar as escolhas que os agentes operam, num determinado momento, num sistema de oferta política e os grupos sociais aos quais estes agentes pertencem. Nesses trabalhos, a tipologia dos grupos quer se fale das "classes sociais" ou das "categorias socioprofissionais" é utilizada como um dado pré-existente às práticas políticas, o qual constitui para o politólogo um instrumento de análise, mas não um objecto de análise."[7]

O trabalho de L. Boltanski demonstra, de forma convincente, que a formação dos quadros não é o resultado de uma qualquer mutação económica e tecnológica, mas, sim, de um longo processo político de reagrupamento de agentes provenientes de diferentes posições sociais. Os quadros nem sempre existiram, foi preciso "inventá-los", num contexto político e ideológico particular da sociedade francesa - a crise social dos anos 30 - dar-lhes um nome, o de quadro, e uma imagem que simultaneamente os designasse e os diferenciasse. Por outro lado, o grupo dotou-se de instâncias de representação política - associações,

---

[7] Cf. Id., *ibid.*, p. 53.

sindicatos - e, dependendo da conjuntura política e social, em particular do estado das relações entre grupos e classes sociais, vai ser um pólo atractivo que, por intermédio de um trabalho de mobilização em todo idêntico ao dos partidos políticos, se irá constituir entre os anos 30 e os anos 60, em França, numa "pessoa colectiva". Em paralelo a este trabalho de construção, ocorre um trabalho simbólico permanente de definição e de redefinição das sucessivas imagens que o grupo dá de si mesmo, o que permitiu sedimentar, perante os não quadros, a existência específica dos quadros. Em suma, L. Boltanski abre vias interpretativas que reputamos de fundamentais, na sua qualidade de instrumentos heuristicamente válidos para a apreensão da complexidade da construção dos grupos sociais, em especial daqueles que têm por elemento agregador o trabalho.

É um facto incontroverso que na actualidade a esmagadora maioria dos profissionais exercem a sua actividade em organizações de índole diversa, públicas ou privadas, com objectivos lucrativos ou não, com estruturas formais, complexas e burocráticas ou informais e não-burocráticas. O número daqueles que unicamente trabalham de modo independente tem vindo tendencialmente, em termos relativos, a deter uma menor expressão no seio da estrutura da população activa. O modelo de profissão liberal que foi adoptado pelas teses essencialistas, no auge da expansão da sociologia das profissões, deixou há muito de constituir um instrumento virtuoso para se compreender o fenómeno profissional. As profissões liberais não são mais do que uma etapa social e historicamente datada[8]. Assim, uma abordagem sociológica das profissões nas sociedades capitalistas contemporâneas terá de ter presente que, fundamentalmente, desde a Segunda Guerra Mundial, o modelo das profissões organizacionais se tornou dominante. Pensar no presente as profissões implica fazê-lo, pois, a partir da sua inserção organizacional. As mais recentes teorias organizacionais expressas nos

[8] Cf. Magali Larson, *The Rise of Professionalism. A sociological analysis*, London, University of California Press, 1977, p. 47.

trabalhos de H. Mintzberg, C. Perrow e R. Scott[9] apontam que as profissões encontram nas organizações complexas, tais como as empresas e o Estado, um meio frutuoso para as suas actividades, refutando, deste modo, as teses da proletarização e da desprofissionalização. A mesma conclusão, como vimos antes, é defendida, por exemplo, por C. Dubar, M. Guillén, R. Murphy e E. Freidson. Constitui, por conseguinte, um importante desafio analítico para a sociologia das profissões ampliar o seu interesse a grupos que se distinguem basicamente pelo conhecimento formal que detêm, pela assunção de determinados valores - carreira, prestígio, meritocracia - mas que não agem profissionalmente por conta própria. Os economistas e outras profissões relacionadas com a dinâmica empresarial - por exemplo, contabilistas e engenheiros - inserem-se nesta genérica caracterização.

Como se apontou antes, o objecto central do nosso trabalho circunscreve-se ao equacionamento da emergência e consolidação da profissão de economista em Portugal. Como se desenrolou a construção social da profissão da profissionalidade dos economistas? É esta a pergunta axial a que se pretende responder[10].

Desde logo, a resposta a tal pergunta implica uma ruptura, no seguimento do trabalho acima indicado de L. Boltanski, com uma perspectiva teórico-metodológica que aceita tomar os plurais factos da dinâmica social como dados, tal como acontece com a abordagem substancialista. O interesse deve

---

[9] Dos autores enunciados, destacam-se as seguintes obras: Henry Mintzberg, *La Estructuración de las Organizaciones*, Barcelona, Ariel, 1979; Charles Perrow, *Sociologia de las Organizaciones*, Madrid, McGraw-Hill, 1991; Richard Scott, *Organizations: rational, natural and open systems*, New Jersey, Prentice-Hall, 1987. Consulte-se ainda Josep Rodríguez y Mauro Guillén, "Organizaciones y profesiones en la sociedad contemporânea", in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 59, 1992, pp. 9-18.

[10] Como avançámos antes, o trabalho que realizámos sobre os quadros apresentou-se como um ponto de partida para o nosso projecto de investigação sobre os economistas. Neste capítulo reelaboramos, de modo crítico e no sentido do seu aprofundamento, algumas das considerações teóricas então expressas. Veja-se Carlos Manuel Gonçalves, *Construção Social dos Quadros: uma Proposta para sua análise,* Dissertação de Mestrado apresentada na FCSH/UNL (documento mimeografado), 1990.

direccionar-se para os diversos processos sociais que têm contribuído de modo interdependente e complexo para a construção da profissão, tomando como referência temporal o período que medeia entre os primeiros anos da I República e o início da década de 90. Processos que, por sua vez, se encontram determinados pelas estruturas económica, política, cultural e social, caracterizadores da sociedade portuguesa no decurso desse período. Assim, estes processos tomam relevo como elementos construtivos em detrimento de uma qualquer interpretação naturalista.

Por outro lado, a emergência e consolidação da profissão encontram-se determinadas por dimensões espácio-temporais. Daqui decorrem dois aspectos nucleares que norteiam a perspectiva teórico-metodológica adoptada. Em primeiro, a profissão deve ser olhada como um construído sócio-histórico. Na qualidade de grupo social, ela incorpora um processo histórico que ilustra o modo como se foi formando ao longo do tempo. Recusamos, por isso, quer uma perspectiva que assenta na intemporalidade do grupo, quer na sua geração espontânea[11]. Em segundo, o desenvolvimento da profissão prefigura-se como um caso único que, não obstante apresentar traços comuns a outras profissões, indiciadores de certas regularidades, mantém um conjunto de elementos reveladores de uma singularidade que importa destacar.

Quanto ao último aspecto, partilhamos as considerações de E. Freidson e M. Millerson[12]. Em suma, a emergência e consolidação de uma profissão - neste caso a de economista - encontram-se sempre referenciadas a uma determinada sociedade e período histórico, inscrevendo-se no quadro mais global da evolução global das sociedades capitalistas. Face a isto, as generalizações ou o estabelecimento de modelos padronizados universais e a-históricos não têm qualquer cabimento.

---

[11] Cf. Magali Larson, *op. cit.* e Luc Boltanski, *op. cit.*

[12] Cf. Eliot Freidson, *La Profesión Médica*, Barcelona, Ediciones Península, 1978 e Geoffrey Millerson, *The Qualifying Associations: a study in professionalisation*, London, Routledge e Kegan, 1964.

A defesa da singularidade não deve ser interpretada como uma postura que analise isoladamente o desenvolvimento da profissão. Propõe-se que se adopte uma perspectiva de análise sistémica que insira os economistas no âmbito da globalidade das denominadas profissões científicas e técnicas. Tal passa, nomeadamente, por colocar, no plano da descoberta, a ênfase nas relações interprofissionais, de carácter conflitual ou consensual, para delimitação das respectivas áreas de actividade e relações com o Estado de modo à profissão obter um quadro jurídico favorável, mas também na capacidade para a produção e reprodução de um conhecimento científico base específico à profissão, crucial para a sua consolidação no espaço societal. Damos, portanto, relevância ao trabalho social rico em acontecimentos, em factos, em lutas e negociações sociais, em estratégias de controlo e monopolização que ocorre sempre que um grupo profissional conquista progressivamente o direito a definir-se, a delimitar-se dos restantes, a adquirir legitimidade e reconhecimento sociais[13].

De acordo com L. Boltanski, vemos que a constituição de um grupo profissional é lenta no tempo, atravessada longitudinalmente por uma multiplicidade de contradições e de conflitos sociais. Como acima deixámos claro, a formação espontânea não existe. Por outro lado, o próprio desenvolvimento da profissão não é marcado pela linearidade e pela continuidade. Ele apresenta-se sob a forma de ciclos[14], resultantes de mudanças mais ou menos profundas, ao nível da sociedade, ou então de uma dinâmica interna à profissão mais intensa decorrente, por exemplo, de uma ampla participação de jovens profissionais ou da recomposição dos conhecimentos científicos de base.

---

[13] Cf. Luc Boltanski, *op. cit.*, p. 56.

[14] Para a exploração de uma abordagem da profissionalização, a partir do conceito de ciclos, consulte-se Hannes Siegrist, "Professionalization as a process: patterns, progression and discontinuity", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl (org.), *Professions in Theory and History*, London, 1990, pp. 177-202.

A construção social da profissão de economista incorpora, genericamente, um trabalho social e político de institucionalização que tem conduzido à visibilidade da profissão, ao seu reconhecimento no espaço social como integrando profissionais detentores de um corpo de conhecimentos científicos, de natureza abstracto, de uma formação escolar longa e específica, de formas de formulação e de resolução de problemas, de modos de agir nos contextos organizacionais que apresentam traços diferenciadores face a outras profissões. No seguimento do que temos vindo a defender, damos, portanto, ênfase a uma abordagem construtivista sobre o fenómeno profissional, aceitando conceptualizar o termo construção social, de acordo com P. Corcuff, como a articulação entre, por um lado, "um movimento de materialização, de objectivação e de institucionalização" e, por outro, "um trabalho mental de percepção, de representação e de tipificação"[15]. Optar por tal conceptualização afasta-nos de um construtivismo de cariz mais fenomenológico representado na proposta de P. Berger e T. Luckmann e que, parcialmente, tem vindo a nortear alguns dos trabalhos realizados no âmbito da sociologia[16].

Como temos vindo a defender, a construção social da profissão de economista é o resultado da conjugação de vários processos de índole diversa. No texto que se segue, iremos unicamente enunciar esses processos no plano abstracto-formal, tendo como parâmetro global que nos estamos a situar face a uma profissão organizacional, como é a de economista. O estudo desses processos no quadro da sociedade portuguesa, durante o período que medeia entre 1910 e a actualidade, será o objectivo privilegiado dos restantes capítulos deste trabalho.

---

[15] Cf. Philipe Corcuff, *Les Nouvelles Sociologies*, Paris, Nathan, 1995, p. 79.

[16] No seio do quadro construtivista subsistem genericamente importantes diferenciações teóricas e metodológicas. Por um lado, temos o trabalho de Peter Berger e Thomas Luckmann, *A Construção Social da Realidade*, que confere uma maior importância à dimensão simbólica, sendo portanto um "construtivismo fenomenológico" e, por outro, o "construtivismo estruturalista" de Pierre Bourdieu, que se posiciona mais adjacentemente à tradição objectivista. Sobre esta questão, consulte-se Alain Accardo e Philippe Corcuff, *La Sociologie de Bourdieu*, Bordéus, Le Mascaret, 1988, pp. 23-32 e Philippe Corcuff, *op. cit.*, pp. 30-47 e pp. 79-95.

Vejamos, então, quais são esses processos sociais.

Em primeiro lugar, a evolução do capitalismo nos países ocidentais do centro, principalmente com a passagem do capitalismo concorrencial para o monopolista, com a consequente concentração do capital, conduziu historicamente, em termos globais, a uma crescente divisão social do trabalho, caracterizada pela complexidade e diversidade, pelo aprofundamento da especialização das actividades laborais e, concomitantemente, pela criação, desaparecimento e diferenciação entre ocupações. Como consequência são patentes importantes transformações na estrutura socioprofissional, como o acréscimo, em termos absolutos e relativos, das denominadas profissões intelectuais e científicas, as quais são, por sua vez, sujeitas a processos de recomposição social - crescente assalariamento, feminização, alteração dos perfis de actividade predominantes e de áreas de actuação, importância crescente das profissões ligadas ao terciário.

Embora com nuances teóricas, a tese de uma associação entre a evolução do capitalismo e a profissionalização é defendida, como salientámos no Capítulo I, por vários autores, T. Johnson, M. Larson, G. Esland, entre outros. Por exemplo, e reforçando o que se expressou anteriormente, T. Johnson é bem explícito sobre aquela associação ao nível dos contabilistas:

> "As características gerais da contabilidade, desde o seu desenvolvimento no final do século XIX em Inglaterra, indicam-nos que a ocupação tem sido sujeita a uma série de medidas de controlo corporativo. A moderna profissão de contabilista foi largamente introduzida pela procura das empresas, inicialmente como uma forma de controlo interno e depois como uma forma de contabilizar o volume de risco através de uma auditoria pública. As funções do contabilista ao fornecer os meios de custo ou controlo de gestão foram consideradas tão cruciais para o desenvolvimento das empresas capitalistas que Weber definiu estas últimas como um estabelecimento que determina a sua subjugação às receitas, calculando-as pelos métodos do moderno guarda-livros e o rigor de uma balança."[17]

[17] Terence Johnson, *Professions and Power*, London, Macmillan Press, 1972, p. 66.

Por sua vez, F. Bernard e P. Hamel referem que a história da profissão de contabilista na província do Quebec se confunde com a evolução do próprio capitalismo[18].

Com a consolidação do capitalismo monopolista no pós Segunda Guerra Mundial, assiste-se à expansão das grandes organizações - o caso das empresas - que, com o aumento do número de membros, do volume dos negócios e da diversificação das actividades, apresentam um incremento da diferenciação estrutural, da formalização e da burocratização. Ora este movimento - que ocorre principalmente anos 50 e 60 - conduz a uma valorização qualitativa das funções de investigação científica, de gestão da produção e da mão-de-obra, de sistematização da informação, de comunicação, de controlo e direcção global da própria organização. Aos engenheiros - profissão central nas empresas industriais dos países capitalistas desde os finais do século XIX - vêm juntar-se os especialistas em economia e, mais tarde, em *marketing*, publicidade, relações públicas, informática, cientistas e especialistas em gestão da mão-de-obra.[19]

Embora extensa, não podemos aqui deixar de registar a notável descrição, que R. Sainsaulieu faz deste processo:

---

[18] Francine Bernard e Pierre Hamel, "Vers une déprofessionnalisation de la profession comptable? La situation au Québec", in *Sociologie du Travail*, nº 2, 1982, pp. 117-134.

[19] Sobre esta questão consulte-se, entre outros: Eugene Schneider, *Sociologia Industrial - revoluções sociais entre a indústria e a comunidade*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970, p. 183; Antonio Lucas Marin, *Sociologia de la Empresa*, Madrid, Iberico, 1984, pp. 171 e segs; Chandler, *Strategy and Structure*, Cambridge, MIT Press, 1962. R. Pintor estabelece uma relação entre os perfis profissionais existentes nas empresas e o grau de desenvolvimento da industrialização, baseado na experiência espanhola. Assim: o baixo nível de industrialização corresponde a uma empresa tradicional, geralmente de pequena dimensão, em que predominam os engenheiros e advogados. O estilo de direcção é pessoal; no médio nível de industrialização, a empresa apresenta uma diversificação estrutural, um número elevado de assalariados e de especialização de tarefas, os economistas e os psicólogos vão fazer a sua entrada para tarefas ligadas à informática, marketing, publicidade e gestão de pessoal; o alto nível de industrialização é o exemplo da empresa moderna virada para a produção em massa. Os novos problemas das relações interpessoais, da produtividade, da satisfação e motivação tornam imprescindível o emprego de sociólogos e outros especialistas ligados à gestão da dinâmica organizacional. Cf. Rafael Pintor, *Sociologia Industrial*, Madrid, Alianza Editorial, 1986, p. 205.

"À medida que as empresas se desenvolvem, tanto na história industrial como na vida própria de cada estabelecimento, a questão de organização desloca os seus objectos de análise e de intervenção. É antes de mais o acto produtivo de base na oficina ou no escritório que constitui um estudo das tarefas, das condições de trabalho, da especialização das competências e qualificações dos indivíduos. Depois vêm problemas de articulação e de comunicação entre grandes funções de produção: manutenção, fabricação, comercial, finanças, *marketing,* que devem ser progressivamente definidos nos seus objectivos e meios e ligados por circuitos de comunicação apropriados. Com a extensão da empresa são quatro problemas humanos de subordinação, formação e enquadramento, recrutamento e promoção, que ocupam o primeiro dos esforços de racionalização. Enfim, com as empresas organizadas em estabelecimentos diversificados e face à amplitude dos investimentos e aos riscos tomados para assegurar o futuro económico, são os problemas de decisão, de gestão preventiva, de planificação e de reestruturação que constituem o objecto de estudos específicos, porque já não é possível confiar nas instituições e no saber de um único dirigente. A prazo, serão mesmo os projectos de futuro e as relações com a concorrência, a pesquisa científica, o Estado e os bancos que entram nesta zona de racionalização das decisões e mais recentemente ainda a gestão do emprego."[20]

No campo das ciências sociais, nos anos 60, o crescimento das empresas, a complexidade tecnológica e organizativa das mesmas, o aumento das profissões intelectuais e científicas, a transformação do sistema de poder no seio da empresa com a separação entre a direcção e propriedade são interpretadas, por exemplo por J. Galbraith, em termos de formação da tecnoestrutura[21]. Esta tecnoestrutura apresenta-se como uma "entidade colectiva" que, principalmente pela associação

---

[20] Renauld Sainsaulieu, *Sociologie de l'Organisation et de l'Entreprise*, Paris, PFNSP, 1987, p. 21.

[21] Como explicita J. Galbraith, a tecnoestrutura "(...) compreende o presidente do conselho de administração, o director-geral, os directores com importantes funções quer pelo número de pessoas envolvidas, quer pela responsabilidade do sector, elementos com outras importantes funções internas e, talvez, chefes de departamento ou de serviços. Estes, contudo, são apenas uma pequena fracção de todos aqueles que participam na tomada de decisão colectiva, que são muitos e vão desde os funcionários mais graduados da empresa até aos que estão na hierarquia imediatamente superior aos empregados de escritório e aos empregados fabris, cuja função é cumprirem, mais ou menos mecanicamente, as instruções e os trabalhos de rotina. Compreende todos os que contribuem com conhecimentos ou experiência especializada para a tomada de decisão em grupo. Estes, e não a administração, são a inteligência orientadora, o cérebro da empresa". Cf. John Galbraith, *O Novo Estado Industrial*, Lisboa, D. Quixote, 1973, p. 97.

entre o respectivo posicionamento organizacional e os conhecimentos e experiência especializados de que dispõe, é decisiva, em termos de influência, para a concepção e concretização das estratégias das respectivas empresas.

Por sua vez, no quadro global do contexto económico e social de crise dos anos 70 e 80 e da crescente globalização das actividades económicas e culturais, é verificável uma tendência para a complexificação e diversificação do desenvolvimento tecnológico e organizacional das empresas. É o período histórico da aplicação, nem sempre extensiva, de novas formas de organizar a produção de bens e serviços e de gerir as próprias empresas. É também um período marcado pela redistribuição global dos sectores económicos, com um crescente peso da actividade terciária - onde vão precisamente proliferar empregos para economistas. Como resultado destes movimentos cresce a importância absoluta e relativa das profissões científicas e técnicas no cômputo global das ocupações[22].

As transformações que se acabaram de explicitar, além de conduzirem ao já detectado aumento daquelas profissões, podem ser igualmente interpretadas como uma procura de uma determinada racionalidade no seio das sociedades capitalistas. É na ciência e na tecnologia que se alicerça a racionalidade. Esta é o objecto privilegiado dos engenheiros e com a qual se entrecruza a racionalidade burocrático-administrativa, em que pontificam os economistas, os contabilistas, os gestores de mão-de-obra, entre outros. Para G. Esland[23], as profissões são em

---

[22] Tal como J. Galbraith conferia, no início dos anos 70, uma notória importância social aos profissionais, na medida em que detinham os conhecimentos científicos e técnicos, fundamentais na sua perspectiva, para a formação de sociedades mais avançadas, D. Bell, como vimos antes, vai enfileirar pela defesa do papel dos profissionais no âmbito das suas teses sobre a sociedade pós-industrial. Também A. Touraine aponta para a centralidade do conhecimento e informação no que designa por sociedade programada. Nesta sociedade, os tecnocratas, os burocratas e os racionalizadores integram as novas classes dominantes. Mais recentemente quer A. Giddens, quer R. Reich abrem novas pistas analíticas ao enfatizarem a relevância do conhecimento e da informação. Consulte-se Alain Touraine, *A Sociedade Pós-Industrial,* Lisboa, Moraes Editora, 1970; Anthony Giddens, *As Consequências da Modernidade,* Oeiras, Celta, 1992; Robert Reich, *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal, 1993.

[23] Geoff Esland, "Professions and professionalism", in Geoff Esland e George Salaman (eds.), *The PolitIC of Work and Occupations*, London, Open University Press, 1980, pp. 217 e segs.

simultâneo agentes impulsionadores - o caso mais paradigmático é o dos engenheiros face à aplicação da denominada OCT ou mesmo das novas formas de organização do trabalho - e objecto dessas racionalizações. Assiste-se à burocratização interna das profissões, a sua organização estrutura-se em torno do controlo do acesso, da hierarquia profissional e da limitação da autonomia da actividade desenvolvida pelos profissionais.

A partir das considerações globais que sinteticamente acabámos de expor, afigura-se-nos pertinente, em termos dos processos constitutivos da profissão de economista, em primeiro lugar, associar a institucionalização desta profissão à dinâmica económica global que caracterizou a evolução do capitalismo em Portugal durante o pós Segunda Guerra Mundial. Esta associação é mediada por mutações estritamente de carácter económico, científico-técnicas e organizacionais que, de um modo complexo e não linear, para se (re)produzirem, tornam imprescindível a utilização de novos conhecimentos, de novos modos de acção e de desempenho que induzem, por sua vez, à criação de funções inovadoras ou, então, à reformulação das existentes, cujo perfil de tarefas exige a intervenção de novas profissões, no caso específico a de economista. Mutações que contribuem para a construção social da profissionalidade[24].

Na panóplia dessas mutações encontramos: a diversificação das actividades económicas, consubstanciada, num primeiro momento histórico, pela industrialização e, num segundo, pela terciarização; o aumento do volume e da diversidade de bens e/ou serviços produzidos; a crescente complexidade científica e técnica dos processos de trabalho, em particular ao nível das tarefas de concepção, controlo e gestão da organização do trabalho; o incremento da diferenciação estrutural, da formalização e da burocratização no seio das

[24] Sobre a conceptualização da "construção da profissionalidade" veja-se Maria de Lurdes Rodrigues, *Os Engenheiros na Sociedade Portuguesa. Profissionalização e Protagonismo*, Dissertação de doutoramento apresentada no ISCTE, 1996, pp. 463 e segs. Conceptualização que tomámos em consideração no nosso trabalho. Saliente-se que a autora desenvolve uma análise sobre a condição socioprofissional dos engenheiros ao nível da empresa, onde precisamente aquelas mutações são bem visíveis.

organizações e, em simultâneo, da racionalidade burocrático-administrativa; a expansão das relações das organizações com o seu meio envolvente.

Do exposto pode aferir-se que somos tributários das teses globais que articulam a evolução do capitalismo com a emergência e consolidação de novas profissões[25]. Contudo, afastamo-nos no plano teórico, de qualquer forma de determinismo absoluto e historicamente inevitável entre capitalismo e fenómeno profissional. A apreensão deste, como veremos, não se pode reduzir a um raciocínio linear e mecânico, o que, além do mais, seria perfeitamente contraditório com o enfoque construtivista que perfilhamos.

Se a consolidação do capitalismo é um dos processos geradores da expansão das novas profissões científicas e técnicas através do crescimento do emprego gerado nas "burocracias heterónimas"[26], como são as empresas, outro processo que deve ser considerado, e que se encontra indissociável do primeiro, é do incremento da expansão das actividades e das atribuições por parte do Estado. Como debatemos no Capítulo I, as intervenções do Estado na área económica e ao nível da edificação e consolidação do Estado-Providência constituem, em particular esta última, importantes fontes criadoras de emprego para diversas profissões em países capitalistas avançados. O Estado apresenta-se como um importante empregador, principalmente no caso dos economistas, quando assume uma postura fortemente intervencionista. Em suma, quer as dinâmicas económicas globais que caracterizam a evolução do capitalismo, nas suas múltiplas dimensões, quer a expansão das actividades e das atribuições do Estado vão contribuir decisivamente para gerar empregos, ou melhor, para a formação e consolidação de um mercado de emprego para os economistas. Por outro lado, a acção do Estado acaba, de igual modo, por reconhecer o carácter de

---

[25] Não esquecendo que no caso do nosso país a evolução do capitalismo - dos anos 40 aos anos 80 - apresenta particularidades que, mais uma vez, reforçam o carácter *sui generis* da análise a realizar.

[26] Cf. Magali Larson, *op. cit.*, p. 178.

imprescindibilidade da profissão para o funcionamento dos respectivos departamentos e para a concepção e aplicação das suas políticas.

A compreensão da construção social da profissão não se esgota, de modo algum, no equacionamento da evolução do capitalismo e da expansão das actividades estatais. É necessário ir mais longe. É pertinente equacionar a problemática do conhecimento científico que enforma a própria actividade profissional.

O tema do conhecimento tem gerado ao nível da sociologia das profissões uma pluralidade de questões e de pistas interpretativas. De modo sintético, trazemos a debate tal pluralidade. Para os funcionalistas o conhecimento científico, de carácter específico, apresenta-se como um dos atributos básicos, simultaneamente caracterizador e distintivo, das profissões. A análise limita-se a descrever as suas particularidades e a pensá-lo, no âmbito mais amplo das relações entre profissões e o sistema social, em termos de funcionalidade face a este mesmo sistema. Encontra-se, portanto, excluída - como salientámos em capítulo anterior - uma problematização sobre os fundamentos sociais do conhecimento científico como atributo de um determinado tipo-ideal de profissão, o que igualmente acontece em relação a todos os outros atributos. Tal conduz, no plano da análise, à naturalização do conhecimento científico utilizado pelos profissionais.

A perspectiva do poder, nas suas diversas posturas críticas ao funcionalismo, envereda na globalidade por uma problematização do conhecimento científico em termos teóricos radicalmente diferentes. O fundamental é a construção de uma grelha de análise a várias dimensões intimamente ligadas entre si, isto é: considerar as condições políticas e sociais que enformam o que M. Pinto conceptualiza por produção, circulação e apropriação sociais do conhecimento científico[27]; relacionar o processo de

---

[27] Cf. José Madureira Pinto, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1994, pp. 99 e segs.

profissionalização com a dimensão anterior; e sobretudo compreender como o conhecimento científico é monopolizado por um grupo profissional específico e usado, através de diversos processos sociais, na construção e manutenção da sua posição social, em termos de estatuto socioprofissional e correspondentes recompensas materiais e simbólicas.

É assim que E. Freidson valoriza o papel do conhecimento especializado na construção da própria realidade profissional, considerando que o processo de profissionalização pressupõe o domínio de uma área de conhecimento formal por parte daqueles que se reclamam de profissionais. Por sua vez, e de acordo com o pressuposto que "conhecer é poder", a utilização dos conhecimentos formais deve ser interpretada como um efectivo exercício de poder, de dominação sobre aqueles que não são mais que os clientes dos profissionais. T. Johnson, dentro do seu quadro analítico de relações entre o produtor e consumidor de serviços profissionais, coloca a tónica, que mais tarde irá ser explorada pela corrente anti-profissional, que quem detém o conhecimento detém também a capacidade, o poder, não só para delimitar as necessidades dos outros, mas igualmente o modo como vão ser satisfeitas. M. Larson é sem dúvida uma das analistas que mais valoriza o papel do conhecimento científico no processo de profissionalização. A standardização do conhecimento - formulada, por exemplo, nas universidades - condição imprescindível para a comercialização de serviços profissionais, e a monopolização das "bases cognitivas" apresentam-se como recursos cruciais para o projecto profissional. Num registo teórico-metodológico diferente, A. Abbott subscreve que uma das características que determina a evolução das profissões é a sua capacidade em controlar o conhecimento abstracto e as actividades técnicas derivadas da aplicação do mesmo. Por sua vez, o sucesso da profissionalização está profundamente relacionado com o grau de abstracção da área de conhecimento que serve de base à profissão, bem como com a exclusividade desses conhecimentos face aos das outras profissões integrantes do sistema.

Em outros registos teóricos, os defensores das teses da proletarização e da desprofissionalização apontam para que a evolução das profissões seja cada vez mais marcada pela perda da posição nuclear do conhecimento científico controlado por essas mesmas profissões.

A análise sociológica sempre considerou, qualquer que fosse a sua matriz teórica, o conhecimento científico formalizado como elemento básico caracterizador e estruturador das profissões. Dito por outras palavras, um grupo ocupacional só ascende ao estatuto de profissão desde que possua, pelo menos, um conhecimento especializado que lhe seja próprio - o seu conhecimento base - e profissionais que o interpretem e apliquem[28].

Na opinião de K. Macdonald, as profissões só se tornaram historicamente possíveis quando o conhecimento científico se transformou numa entidade sócio-cultural independente e quando a própria sociedade o utilizou de forma diferente relativamente a momentos históricos anteriores[29]. No quadro da evolução do capitalismo, com a passagem da fase concorrencial para a monopolista, com a intensificação da industrialização, o conhecimento científico e tecnológico adquire pouco a pouco um lugar de destaque nos planos social, económico e cultural. É pacificamente aceite que um dos traços principais do pós Segunda Guerra Mundial reside no crescimento rápido da circulação e apropriação do conhecimento científico, acompanhado por uma crescente especialização e por uma íntima ligação entre sistema económico e instituições científicas. A profissionalização pode ser entendida precisamente como uma das formas institucionais que enformam aquele crescimento.

O desenvolvimento da profissão passa no seu início por um "trabalho sobre a ciência"[30]. Trabalho que consiste em alcançar o reconhecimento da cientificidade da matriz cognitiva que serve de base à profissão. Como se pode

---

[28] Catherine Paradeise, "Rhétorique professionnelle et expertise", in *Sociologie du Travail*, nº 1, 1985, p. 25.

[29] Keith Macdonald, *The Sociology of the Professions*, London, Sage, 1995, p. 157.

[30] Cf. Catherine Paradeise, *op. cit.*, p. 23.

ver pelo exemplo dos médicos, dos advogados ou mesmo dos contabilistas - tomando como referência o espaço anglo-americano - é um trabalho temporalmente longo, permeado por conflitos e consensos[31]. O novo grupo profissional entra em concorrência com os interesses académicos já institucionalizados, os quais, sublinhe-se, expressam, nem sempre de uma forma directa, interesses de carácter económico - o controlo de determinadas áreas de actividade ao nível do mercado de emprego - e simbólico. A comunidade terá de aceitar o carácter científico da disciplina para a profissão ganhar credibilidade e visibilidade científica. Assim que tal reconhecimento esteja conquistado, a profissão pode valer-se do mesmo para consolidar o seu desenvolvimento.

Uma profissão organiza-se na base de um corpo de conhecimentos científicos formalizados, caracterizado pelo seu grau de abstracção e por um conjunto de técnicas que representam a aplicação dos primeiros, os designados saber-fazer. Ora tal corpo de conhecimentos terá de ser possível de ser reproduzido e ensinado a outros, aos futuros profissionais[32]. É uma das condições básicas para a sobrevivência da própria profissão. Dito de outra forma, a constituição de instituições de nível superior é outro dos processos fundamentais para a construção social da profissão. O conhecimento profissional base terá de ser possível de ser produzido - para isso um dos locais mais importantes são as universidades, o que não exclui, antes pelo contrário, o papel notório para algumas profissões, o caso dos farmacêuticos é exemplar, dos centros de investigação pública e privada ligados ou não a empresas - reproduzido e transmitido para outros, para os futuros profissionais. As instituições de formação não são mais do que instâncias de "produção de produtores"[33], onde se produz e reproduz o conjunto de conhecimentos científicos e as respectivas aplicações técnicas básicas para o exercício da profissão. O seu funcionamento implica a

---

[31] Cf. Magali Larson, *op. cit.* e Keith Macdonald, *op. cit.*
[32] Cf. António Nóvoa, *op. cit.*, p. 37.
[33] Cf. Magali Larson, *op. cit.*, pp. 40 e segs.

standardização dos processos de ensino-aprendizagem, dos conteúdos curriculares como, por outro lado, a constituição de um corpo de professores - que é visto socialmente como um dos componentes da elite profissional. É um movimento extenso de codificação e formalização, que se prolonga ao longo do tempo e é objecto de conflitos intra e interprofissionais a respeito do que deve ser ensinado e também face à posição que a instituição de ensino deve ocupar no seio da hierarquia de prestígio das escolas. Em paralelo, a ascensão ao espaço universitário produz um processo de reclassificação social dos profissionais, tornando-os, pelo menos no plano nominalista, idênticos, em termos de elementos de referência social - titulação académica, entre outros - às profissões já instituídas. Estamos pois, frente a um movimento de mobilidade ascencional que, como M. Larson[34] sublinha, integra qualquer processo de profissionalização.

As universidades vão então constituir um espaço privilegiado de produção e de reprodução de conhecimentos científicos de carácter abstracto. Num texto recente, M. Larson, a propósito da diferenciação intraprofissional, vai propor uma leitura das profissões como "campos de discursos"[35]. Campos constituídos

---

[34] Cf. Id., *ibid.*, pp. 60 e segs.

[35] Cf. Magali Larson, "A propos des professionnels et des experts ou comme il est peu utile d'essayer de tout dire", in *Sociologie et Sociétés,* vol. XX, nº 2, 1988, pp. 23-40. Neste artigo, M. Larson desenvolve uma proposta analítica que consideramos de grande utilidade teórica para a abordagem da diferenciação intraprofissional. Enquadra o seu estudo nas relações de génese e funcionais entre o saber e o poder e fundamenta-se, teoricamente, nos contributos de M. Foucault e P. Bourdieu. A sua argumentação estrutura-se do seguinte modo: se uma das características das profissões se encontra em apresentar, simultaneamente, diferentes discursos, os quais são considerados como verdadeiros, então é possível compreender a sua organização interna em função das relações que as diferentes categorias de profissionais têm com a produção e a difusão dos respectivos discursos. A atenção dirige-se para o conteúdo e para o modo como os diversos discursos são produzidos. Tendo isto em consideração, a observação incide fundamentalmente sobre determinados aspectos: localização dos conflitos no seio das profissões decorrentes da produção de um verdadeiro discurso; quais os códigos da prática profissional contestados e quais os lugares sociais que o fazem; saber se essa contestação tem por objecto o lugar central ou então é de carácter mais limitado. Por outro lado, abordar a diferenciação, e também a conflitualidade, intraprofissional no quadro desta conceptualização torna exequível a resolução da sempre questionável comparabilidade entre profissões. Como a autora acaba por salientar, as profissões diferenciam-se pela natureza e pela estrutura do seu campo de discurso. Também J. Goldstein, na análise que desenvolve sobre as profissões, vai utilizar as teses de Foucault sobre as relações entre os saberes e os poderes. Veja-se Jan Goldstein, "Foucault among the sociologists: the disciplines and the history of professions", in *History and theory,* nº 2, 1984, pp. 170-192.

por três lugares sociais. O lugar central corresponde ao sistema de ensino e de investigação, incluindo os sujeitos que produzem e difundem o conhecimento, que apresenta um discurso coerente nos planos epistemológico e teórico e cujo objectivo é o de defender determinados códigos sobre a prática profissional. Os outros dois lugares são: o lugar intermédio, constituído pelos agentes que têm a tarefa de promulgar aqueles códigos e de defender as instituições profissionais - *"les administrateurs"*, como são designados pela autora. O seu discurso pretende justificar precisamente os elementos do discurso emitido pelo centro que são favoráveis às suas teses; o lugar periférico, onde imperam os práticos que difundem o saber e possibilitam a visibilidade social da profissão, baseando a sua actividade concreta em interpretações próprias do discurso difundido pelo centro.

Se é reconhecida a centralidade das universidades no plano da produção e reprodução do conhecimento científico, é também visível que concomitantemente ao acto de ensinar subsiste um trabalho de socialização contínua dos potenciais profissionais. Socialização em normas, valores, disposições, retóricas discursivas geradoras de aspirações e projectos e que vão antecipar a futura actividade profissional. Tal é mais notório nas escolas que formam agentes para profissões cujo perfil de actividade se encontra perfeitamente institucionalizado, como é o caso da medicina ou mesmo da engenharia.

O conhecimento científico que constitui a base da profissão distingue-se também por se encontrar credenciado. Um dos papéis das universidades é outorgar essa credenciação que genericamente atesta, perante a sociedade, a posse de determinadas qualificações, e que funciona como a condição mínima para entrada na profissão. O controlo deste processo de credencialismo é da responsabilidade das universidades, o que não exclui que posteriormente as associações profissionais, tomando-o como referência, acrescentem outras práticas de verificação das propriedades escolares e sociais dos potenciais candidatos. São as primeiras que conferem os graus académicos, os diplomas, os certificados. Daqui infere-se que o único conhecimento científico que pode

alicerçar as acções das profissões é aquele que está credenciado pelo sistema de ensino. Deste modo, as universidades vêem reforçado o seu papel e intervenção face ao mundo profissional. Intervenção que deve ser igualmente lida no sentido de uma "estratégia de fechamento"[36]. A Universidade, directamente ou por imposição do próprio Estado, pode estabelecer *numerus clausus*, o que vai funcionar como um controlo efectivo sobre o número de profissionais certificados.

Falarmos no "trabalho sobre a ciência" e nas instituições de formação, implica trazer a debate outra questão: a produção social de conhecimentos científicos em economia . O nosso trabalho não é uma exploração da evolução do pensamento científico, neste caso em economia; esta só irá ser trazida a debate como elemento coadjuvante na interpretação do desenvolvimento da profissão de economista. Sobre aquela produção importa unicamente relembrar, em primeiro lugar, que os conhecimentos científicos são o produto de condições teóricas, de condições sociais e institucionais.[37]. Dar conta disto, como faz M. Pinto, é destacar que a caracterização daquelas condições sociais ("que se encontram associadas aos sistemas de estruturas e práticas económicas, políticas, ideológicas e culturais de uma formação social"[38]), localizadas no tempo e no espaço, é um elemento heurístico nuclear para se responder a uma questão tão complexa como é a da produção da ciência. Todavia, ficar por aqui é trilhar uma via analítica que é manifestamente insuficiente. Como salienta aquele sociólogo,

> "Se as grandes tendências do desenvolvimento científico são sempre determinadas pelas condições sociais globais, na medida em que estas delimitam 'espaços' de possibilidades do que é pensável e estudável em dado momento histórico, a verdade é que a materialidade específica dos objectos científicos faz com que o sentido preciso da transformação seja

---

[36] Cf. Klas Amark, "Open cartels and social closures: professional strategies in Sweden, 1860-1950", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl, *op. cit.*, pp. 102-104.

[37] Cf. José Madureira Pinto, *op. cit.*, p. 99.

[38] Id., *ibid.*

definido, neste domínio da acção social, pela qualidade dos meios de trabalho teórico existentes."[39]

Até ao momento, podemos considerar que a construção social da profissão encontra quer na produção e reprodução de conhecimentos, quer na formação e consolidação de um sistema de ensino específico, alicerçado em universidades, titulações académicas e credenciais, elementos de sustentação importantes.

Reafirmamos o que acima indicámos: uma profissão organiza-se na base de um corpo de conhecimentos científicos formalizados e abstractos e num conjunto de técnicas que representam a aplicação dos primeiros, o tal saber-fazer. Tal como M. Larson e A. Abbott destacam, esse conhecimento deve ser tomado como exclusivo para uma determinada profissão. Portanto, implica a existência de demarcações ao nível do campo científico, o estabelecimento de fronteiras. Como igualmente implica o accionamento de estratégias pelos grupos profissionais para obter essa exclusividade. Estratégias que, por sua vez, passam por diversas acções tomadas isoladamente ou em conjunto: relações de conflitualidade interprofissional para delimitação daquelas fronteiras; trabalho político junto do Estado, de modo a que confira à profissão prerrogativas e benefícios que podem passar pela fixação jurídica do monopólio ou então pela criação, de modo directo ou indirecto, de uma clientela específica; obtenção do reconhecimento, em especial por parte de outras profissões e dos agentes posicionados no campo científico, que a profissão efectua um "discurso científico autorizado e autorizante", isto é, fala a verdade científica[40]; argumentação demonstrativa, perante o potencial público, de que a utilização do conhecimento e das respectivas técnicas tornar-se-ia perigosa por aqueles que não estivessem formalmente credenciados como profissionais.

---

[39] Id., *ibid.*, p. 100.

[40] Magali Larson, "A propos des professionnels et des experts ou comme il est peu utile d'essayer de tout dire", in *Sociologie et Sociétés*, vol. XX, nº 2, 1988, p. 33.

As duas últimas acções têm subjacente um aspecto decisivo: deve existir o reconhecimento social do conhecimento como científico e, sobretudo, que o grupo profissional é o "legítimo proprietário" do mesmo. Ao nível dos não-profissionais, em termos de senso comum, a visibilidade da imprescindibilidade da profissão é forte, quando de facto se torna possível fazer a ligação entre esta mesma profissão e os respectivos conhecimentos científicos[41]. Por outro lado, A. Abbott sublinha que o controlo de um grupo profissional sobre o conhecimento encontra-se fundamentalmente na posse de "sistemas abstractos que geram as técnicas práticas"[42]. Sem estes sistemas abstractos, as profissões não conseguem subsistir ao nível do "sistema de profissões"[43]. Mas mais: o carácter abstracto do conhecimento profissional não só o diferencia de outros tipos de conhecimentos, como se constitui crucial porque permite a formulação de novos problemas e a reformulação dos já existentes e, consequentemente, a procura de soluções[44].

Subscrevemos na íntegra esta postura de A. Abbott, principalmente para uma profissão organizacional como a de economista. E isto por uma razão fundamental que passamos a indicar. A. Coats[45] defende, como vimos no Capítulo II, que muito se sabe sobre a natureza da ciência económica, no plano intelectual e científico, mas bastante pouco sobre o modo como os economistas

---

[41] Tenha-se presente que a difusão do conhecimento científico base de uma profissão junto dos não-profissionais, através dos meios de comunicação social, permite acrescer a visibilidade do grupo profissional, consolidando, assim, o seu reconhecimento no espaço social. No caso dos economistas, a difusão dos conhecimentos económicos aliada à própria actualidade das questões económicas ao nível da população - inflação, desemprego, juros dos empréstimos bancários - tem um efeito, embora mediatizado por um conjunto de aspectos cognitivos e institucionais, de (re)conhecimento da profissão, sem que tal muitas vezes se traduza nas representações sociais veiculadas pelos não-profissionais em imagens nítidas do que correspondem as actividades dos profissionais. Existe (re)conhecimento sem definição estrita da actividade da própria profissão.

[42] Cf. Andrew Abbott, *The System of Professions. An Essay on the Division of Expert Labour*, London, The University of Chicago Press, 1988, pp. 9 e segs.

[43] Relembre-se que para A. Abbott, o que identifica as profissões é a questão do conhecimento abstracto. As ocupações podem ter um código de ética ou uma licença para o exercício profissional, mas somente um "sistema de conhecimento governado por abstracções" pode defender os interesses das profissões, pois possibilita a contínua redefinição de problemas. Cf. Id., *op. cit.*, p. 8.

[44] Cf. Id., *ibid.*, pp. 9 e segs.

[45] Cf. A. Coats, *The Sociology and Professionalization of Economics...*, pp. 395 e segs.

não-académicos usam, nas suas diversas funções, esse património científico. Se articularmos esta constatação, pelo menos com o carácter pluriparadigmático da economia como ciência social e com a transversalidade que os próprios conhecimentos económicos têm face a diferentes fileiras de formação académica, como é o caso do direito, da contabilidade e, em menor importância, da própria engenharia, então temos que atender que estamos perante um grupo profissional em que parcelas do seu conhecimento base poderão ser partilhadas por outras profissões.

O mesmo acontece face a todas as profissões. É, portanto, completamente erróneo estabelecer uma relação directa e fixa entre um *corpus* de conhecimentos científicos e uma determinada profissão. Só que uma parte das profissões - o caso dos médicos, engenheiros, advogados, entre outros - por apresentarem os seus respectivos mercados de emprego legalmente fechados, actuando, pois, na base do monopólio dos serviços profissionais, impossibilitam que a partilha possa dar origem à substituição entre profissões ou melhor à intermutabilidade de titulações académicas dentro de áreas específicas do mercado de emprego. Como iremos abordar mais à frente, tal não acontece com os economistas, o que genericamente se reflecte na sua incapacidade para concretizar um controlo completo da respectiva esfera de actividade. Ora quanto mais elevado o grau de abstracção, mais possibilidades as profissões, segundo A. Abbott, têm de defender as suas áreas científicas e de intervenção laboral, e mesmo ampliá-las, reduzindo aquela intermutabilidade. Por exemplo, a expansão crescente nos países capitalistas, a partir sobretudo dos anos 40, da formalização matemática das lógicas descritivo/explicativas no seio da ciência económica gerou o afastamento dos juristas do equacionamento das questões económicas, na medida em que os mesmos não possuíam uma formação académica em matemática.

Tendo isto presente, interessa-nos equacionar, no âmbito da construção social da profissão de economista, em primeiro lugar, o respectivo sistema de ensino e como o mesmo se articulou com a própria dinâmica de mercado de

emprego, em segundo, os modos como a codificação e formalização dos conhecimentos económicos - em particular, os que foram recepcionados do estrangeiro, o caso do keynesianismo - influenciaram a construção da profissão. O equacionamento destes aspectos só fará sentido teórico-metodológico, desde que sejam pensados no quadro das plurais condições sociais, políticas, económicas e culturais em que os mesmos ocorreram.

A procura resultante da dinâmica societal é crucial para explicar a produção e reprodução de conhecimentos científicos por parte da profissão, o que ocorre através dos sistemas abstractos já enunciados, e tem consequências ao nível da própria expansão do respectivo mercado de emprego. Todavia, é uma explicação insuficiente. Na relação entre o conhecimento científico e as competências profissionais, outra questão pertinente é referenciada por R. Collins[46] - a distinção entre conhecimentos e competências que são produzidos como resposta a uma determinada procura exterior e aqueles que têm por único objectivo responder a problemas formulados no seio das próprias profissões. Enquanto na primeira situação, os conhecimentos e as competências se consideram extrínsecos à estrutura profissional, na outra, eles são de carácter intrínseco, fazem parte desta estrutura e, por conseguinte, ela não existe sem eles. Para o autor, encontram-se exemplos disso na actividade profissional dos advogados e dos cientistas.

Ora esta aproximação parece-nos útil no quadro da descoberta dos processos construtivos de uma profissão. Em determinados momentos do seu desenvolvimento, as respectivas elites científicas ou as associações profissionais ou mesmo grupos profissionais informais vão formular problemas científicos e técnicos no seio da própria comunidade científica e profissional. Conforme o momento em que se encontra o desenvolvimento da profissão, tal terá

---

[46] Randall Collins, "Changing conceptions in the sociology of the professions", in Rolf Torstendahl e Michael Burrage (eds.), *The Formation of Professions*, London, Sage, 1990, pp. 20-21.

significados diferentes: como uma etapa prévia de discussão/reflexão para em ocasião posterior se reivindicar publicamente, em especial junto de outras profissões, a posse das devidas competências para o tratamento do problema em questão, o que traz como resultado objectivo que o mesmo passa a pertencer à área de intervenção exclusiva do grupo; como uma acção conjugada para ganhar espaço de intervenção, mesmo face a problemas tratados por outras profissões, só que caracterizada por uma nova abordagem científica com as consequentes novas propostas de solução[47].

Afigura-se-nos que estes dois aspectos são os mais notórios. Ambos acabam por se constituir em outros tantos processos construtivos da profissão. Será, por conseguinte, crucial para a evolução da profissão a sua capacidade intrínseca de reformulação continuada dos problemas científicos, a qual se encontra estritamente dependente do grau de abstracção do conhecimento científico de base.

A esmagadora maioria dos economistas exercem as suas actividades em contextos organizacionais. No sector público ou no privado, ocupando diferentes funções - desde as de mero apoio funcional, passando pelas de assessoria técnica e científica e pelas de enquadramento organizacional. Se tivermos isto presente, o papel que o conhecimento profissional desempenha no desenvolvimento dos economistas como grupo profissional assume ainda outras características. Não vamos aqui retomar a discussão, que acima foi traçada em linhas gerais, sobre as relações entre as profissões e a burocracia ou então sobre o conhecimento científico como fonte ou não de poder dos profissionais. Para que não existam dúvidas, perfilhamos genericamente a tese de que o "conhecimento é poder" ao nível das designadas profissões científicas e técnicas. Dizemos genericamente

---

[47] Sublinhe-se que esta acção poderá ser um meio de expansão da profissão através, precisamente, da criação de mais empregos necessários para a resolução dos problemas científicos e técnicos entretanto formulados. Mais uma vez esta estratégia conduz-nos a ter sempre presente que as profissões vão continuadamente (re)construindo o seu próprio mercado de emprego.

porque, tal como se demonstra, o poder profissional efectivo encontra-se estreitamente conectado a um conjunto interdependente de aspectos: natureza do conhecimento profissional utilizado; divisão social do trabalho no seio da profissão; estrutura, dinâmicas e objectivos das organizações; estatuto e prestígio da profissão; grau de imprescindibilidade do conhecimento científico; capacidade de controlo do conhecimento e do mercado por parte da profissão; funções desempenhadas pelos profissionais; posição hierárquica na estrutura organizacional. Só uma análise fina das diferentes relações que se estabelecem nos conduzirá a uma validação ou não daquela tese. Afastamo-nos, portanto, de qualquer forma de generalização sobre a questão.

A partir destas considerações, podemos concluir que existe sempre a probabilidade do corpo de conhecimentos científicos de base ser passível de desvalorização[48] fruto, por exemplo, da concorrência interprofissional, da rotinização ou mesmo da incapacidade dos próprios profissionais renovarem os alicerces cognitivos em que assenta a sua actividade. Como podem as profissões fazer face a estas desvalorizações? Principalmente se atendermos que vivenciamos um momento histórico impregnado por um rápido progresso científico e técnico, que torna os conhecimentos rapidamente obsoletos, assim como existe por parte dos utilizadores dos serviços profissionais uma dupla posição: de desconfiança face à ciência radicada numa atitude mais crítica perante os respectivos usos; de controlo de alguns segmentos daqueles serviços, resultado da elevação geral do nível médio de escolaridade e da difusão, extensiva em determinadas áreas de conhecimentos, que gera, na maior parte dos casos, aquilo que se pode designar por um senso-comum esclarecido. No caso dos médicos, G. Carapinheiro sublinha que

> "(...) os processos de especialização médica e técnica retalham o saber médico em diversas especialidades, desqualificando as áreas tradicionais desse saber. Pode mesmo ocorrer rotinização do trabalho médico no caso

[48] Cf. Graça Carapinheiro, *Saberes e Poderes no Hospital*, Porto, Afrontamento, 1993, p. 73.

de extrema especialização das práticas médicas, quando assentes fundamentalmente no manuseamento de tecnologias sofisticadas."[49]

P. Borelham e K. Macdonald[50] sugerem a "indeterminação" como um meio para impedir a desqualificação. A formulação inicial deste conceito é elaborada por H. Jamous e B. Pelloile[51]. As profissões baseadas no conhecimento científico criam a incerteza sobre esse mesmo conhecimento, o que impossibilita a codificação e a racionalização. Como sublinha P. Borelham:

> "É importante assinalar aqui que a indeterminação não necessita de ser de início inteiramente conhecida. É uma dimensão subjectiva da ideologia profissional que pode ser desenvolvida e enfatizada à medida que a racionalização e a especialização começam a corroer a autonomia de certas profissões."[52]

Estamos, pois, perante uma mística que envolve o processo de produção, reprodução e utilização dos conhecimentos, sujeita a interpretações diversas, que permite às profissões subtraírem-se a um controlo estrito por parte quer dos seus clientes, quer da estrutura burocrática das organizações.

Temos sublinhado que as profissões não podem ser interpretadas como estruturas imóveis, elas são essencialmente entidades que se modificam, que são permeáveis às transformações sociais. Afirmar isto não implica enveredar por uma análise que conceba as profissões como meros grupos passivos e determinados em exclusivo pela dinâmica societal - tal aproximar-se-ia da postura das teses essencialistas ou taxinómicas. No seguimento da proposta de M. Larson, vemos as profissões como agentes activos, muito interessadas, através de estratégias concertadas, em construir a sua própria profissionalidade.

---

[49] Id., *ibid.*, p. 74.

[50] Paul Boreham, "Indetermination: professional knowledge, organization and control", in *The Sociological Review*, nº 31, 1983, pp. 693-718 e Keith Macdonald, *op. cit.*, pp. 164 e segs.

[51] H. Jamous e B. Pelloile, "Changes in the french university-hospital system", in J. Jackson (ed.), *Professions and Professionalization*, Cambridge, Cambridge University Press, 1970.

[52] Paul Boreham, *op. cit.*, p. 698.

Por sua vez, embora de modo indirecto, temos sugerido que não perfilhamos a tese de que o dinamismo societal possa constituir por si só, por exemplo, um indutor de empregos para a profissão. É essencial ter presente que a construção social da profissão passa igualmente por estratégias concretas que os próprios profissionais desenvolvem com esse objectivo. Tentámos demonstrar isso para a questão global da produção e reprodução dos conhecimentos científicos de base da profissão. Intrinsecamente associadas às estratégias desencadeadas em torno desta questão, encontram-se outras conduzidas pela profissão no sentido de delimitação e controlo de uma área de actividade específica, as quais se caracterizam pela sua diversidade, por exemplo: as já enunciadas (re)formulações dos problemas científicos e técnicos no seio do grupo profissional; a indução directa por parte das próprias profissões da sua procura social; a obtenção por via da intervenção directa do Estado de uma área de actividade específica. Ora isto só se torna possível, se o acesso ao mercado for limitado, o que implica a expulsão das profissões concorrentes e dos sujeitos não credenciados. O objectivo último destas estratégias é alcançar a monopolização, nem sempre conseguida por força das acções contrárias de outras profissões ou então por ausência de apoio por parte do Estado. Estamos no plano da conflitualidade interprofissional quanto à definição e controlo de áreas de intervenção e de segmentos específicos do mercado de emprego.

Com efeito, a restrição da competição vai ser um dos objectivos primordiais que as profissões pretendem alcançar no percurso do seu desenvolvimento e isto não obstante as sociedades capitalistas democráticas estarem associadas a essa mesma competição. Para K. Amark, quer o *"open cartel"* - em que o preço e as condições de venda dos serviços são regulados por acordos entre pares, sendo o cartel um espaço aberto - quer o "*closed cartel*" - que abrange um número limitado de participantes que estabelecem as condições de mercado - apresentam-se como estratégias restritivas e, simultaneamente,

construtivas do mercado para os serviços profissionais[53]. Mas nem sempre o cerceamento da competição se resume ao desencadear de estratégias restritivas. Em determinados contextos históricos, e fruto da interacção de um conjunto de factores - económicos, condições teóricas da produção científica, solicitações dos clientes e acção do Estado - é objectivamente possível ampliar e valorizar em termos sociais a área de actividade da profissão. É uma estratégia de valorização que acaba por instituir novas normas de competição, neste caso favoráveis ao grupo profissional em causa[54].

Por sua vez, importa sublinhar que as acções apontadas são, na maioria das situações, a expressão de um trabalho social e político elaborado pelas instâncias de representação política da profissão que entretanto foram formadas. O associativismo profissional, como enfatiza G. Millerson[55] no seu estudo sobre as profissões em Inglaterra, é um elemento importante no processo de profissionalização. As estratégias de carácter colectivo das instâncias de representação política visam de modo interligado: a agregação dos profissionais em torno de determinados objectivos, científicos ou laborais e, paralelamente, a sua mobilização para a concretização desses objectivos; a socialização dos profissionais em normas, valores, práticas, o que em geral se encontra formalizado e regulado num código deontológico, bem como a formação de uma cultura profissional corporizada em *habitus* e estilos de vida próprios; a representação política e social face quer às instâncias governamentais, quer às restantes profissões, quer, ainda, aos próprios clientes; a obtenção do Estado, por delegação, de determinadas prerrogativas legais. Na sequência destas estratégias,

---

[53] Apoiando-se numa análise dos processos de profissionalização na Suécia, entre 1860 - 1950, K. Amark pretende complementar a tradição weberiana, assente na estratégia de "fechamento social", com a de Marx, em particular no que respeita à formação dos preços dos serviços profissionais. Cf. Klas Amark, "Open cartels and social closures: professional strategies in Sweden, 1860 - 1950", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl, *Professions in Theory and History*, London, Sage, pp. 94-114.

[54] Cf. Magali Larson, *op. cit.*, p. 51.

[55] Cf. George Millerson, *The Qualifying Associations: a Study in Professionalization*, London, Routledge e Kegan, 1964.

as instâncias de representação política, em determinados momentos da construção social da profissionalidade, têm uma intervenção na qualidade de poderosas organizações de controlo dos profissionais.

Por outro lado, todas as estratégias apresentam genericamente um objectivo global, um denominador comum, a defesa, de um modo mais ou menos corporativo, dos interesses e benefícios económicos, de um *corpus* de conhecimento abstracto e específico, de uma área de actividade profissional e do estatuto social do grupo profissional. Com efeito, podemos considerar as profissões como instâncias sociais corporativas[56]. Para A. Abbott, o desenvolvimento de uma estratégia de jurisdição por parte das profissões encontra-se articulada com a criação de organizações profissionais[57]. Com efeito, o controlo do número de profissionais e das recompensas económicas inerentes à actividade que estes exercem, a capacidade de determinar e garantir os parâmetros da prestação de serviços, a criação e o controlo das instituições de ensino que permitem a formação dos futuros praticantes são práticas daquelas organizações que visam estabelecer e manter uma actividade profissional alicerçada na monopolização do mercado. Em especial, a última consubstancia-se na intervenção das organizações em aspectos como: estabelecimento de condições de acesso ao ensino e ao exercício da profissão; possibilidade de criação de mecanismos de controlo desta intervenção (por exemplo, provas); capacidade para definir o perfil académico dos candidatos à profissão. Historicamente, na sua génese encontra-se, portanto, uma dupla estratégia, o controlo dos próprios profissionais, o que em paralelo lhes confere a força

[56] Para uma análise do fenómeno do corporativismo consulte-se, entre outros, Denis Segrestin, *Le phénome corporatiste: essai sur l'avenir des systèmes professionnels fermés en France*, Paris, Fayard, 1985.

[57] Andrew Abbott, *op. cit.*, pp. 159 e segs.

política resultante do agrupamento e, igualmente, uma representação, perante a sociedade, dos respectivos interesses[58].

Entretanto, o controlo do mercado remete-nos para outra questão que deve estar presente na análise empírica - observar as profissões como instrumentos de luta e de dominação social, política e económica. A emergência e a consolidação de uma profissão tem subjacente o desenvolvimento de estratégias de conquista e de manutenção de áreas específicas de actividade profissional. Mas não só, essas estratégias visam também obter o reconhecimento da profissão junto do público, a monopolização da produção e difusão de conhecimentos científicos e técnicos de modo a permitir que se processe, de modo consistente, a sua consolidação social e política. Ora tal insere-se no âmbito de uma, por vezes intensa, conflitualidade inter-profissões, na qual desempenham um papel axial as profissões dominantes, existentes ao nível do "sistema de profissões". Por sua vez, importa igualmente não esquecer que através da imposição, por estes grupos profissionais dominantes, de uma distribuição pelos lugares diferenciados da divisão social do trabalho das outras profissões e ocupações, de acordo com os seus interesses económicos, políticos e ideológicos, aqueles grupos contribuem para a reprodução dos sistemas de poder existentes (materializados, por exemplo, na estrutura hierárquica das organizações), para a desigual distribuição dos rendimentos e dos benefícios sociais, para a permanência dos mecanismos de distinção social baseados no prestígio e no estatuto social das profissões, em suma, para a recomposição das classes sociais. É que as profissões ao se constituírem em instrumentos, e simultaneamente em objectos, das lutas sociais, protagonizadas no plano institucional pelas respectivas instâncias de representação política, colocam-se também no centro de uma complexa rede de mecanismos de classificação/desclassificação/reclassificação accionados pelos

---

[58] Para G. Millerson, as organizações profissionais pretendem inicialmente construir a solidariedade entre os profissionais e diferenciar a profissão das restantes. Só num momento posterior as questões da exclusividade da profissão se colocam. Cf. id., *ibid.*, p. 10.

diferentes grupos e classes sociais[59]. Daqui se pode concluir que o desenvolvimento das profissões encontra-se articulado com a estrutura de classes sociais[60].

Detectar o trabalho social e político da profissão e a dinâmica do associativismo constitui um passo importante para a formulação do quadro global dos processos construtivos dos grupos profissionais. Entretanto, a abordagem do associativismo conduz-nos, contrariamente ao que as teses essencialistas defendem, a questionar a imagem das profissões como organizações homogéneas. Subsistem elementos de diferenciação interna que importa equacionar quando se analisa o processo de desenvolvimento de uma dada profissão. Em primeiro lugar, há que realçar o papel que as denominadas elites profissionais têm neste processo. No sentido destas considerações vão os trabalhos antes apontados de K. Macdonald sobre os contabilistas escoceses[61]. Essas elites apresentam-se como porta-vozes do grupo, como aqueles que, por exemplo, detêm, em termos de meios de comunicação, maior visibilidade social. A legitimidade que possuem, decorrente em parte do lugar ocupado pela profissão na organização e divisão do trabalho, possibilita-lhes desencadear acções de persuasão demonstrativas da imprescindibilidade social dessa mesma profissão junto do público e de várias instituições, entre elas o Estado. Em segundo, a diferenciação encontra-se intimamente relacionada com a conflitualidade no seio da própria profissão. Na fase inicial do processo de desenvolvimento, a conflitualidade é produzida pela existência de diferentes projectos sobre a natureza e o papel da profissão no espaço societal. O confronto entre projectos torna-se mais visível socialmente, quando estamos perante a existência de grupos ou tendências organizadas no

---

[59] Cf. Pierre Bourdieu, *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Editions Minuit, 1979.

[60] Sobre esta questão consulte-se, entre outros, Keith Macdonald, *op. cit*, pp. 36 e segs.

[61] Consulte-se: Keith Macdonald, "Professional formation: the case of scottish accountants", in *British Journal of Sociology,* nº 35, 1984, pp. 117-189; Id., "Social closure and occupational registration", in *Sociology*, vol. 19, nº 4, 1985, pp. 541-556; Id., *The Sociology of the Professions*, London, Sage, 1996, pp. 187 e segs.

interior da própria profissão que pretendem com os mesmos defender ou expandir interesses bastante particulares, obtidos em momentos anteriores à formação do grupo.

A argumentação produzida pela profissão com vista ao acréscimo da sua visibilidade social e à defesa dos respectivos interesses não deve ser analiticamente descurada quando se abordam os processos construtivos de um grupo profissional. C. Paradeise faz especificamente depender o sucesso da profissionalização do "valor da argumentação" usada pelos candidatos a profissionais[62]. A argumentação implica um trabalho de construção da resposta a uma necessidade - a forma de utilidade individual dos serviços profissionais - e, concomitantemente, de defesa de que uma determinada competência constitui a resposta a essa mesma necessidade[63]. Ora para a autora, subjacente à

---

[62] Cf. Catherine Paradeise, *op. cit.*, pp. 22 e segs. Igualmente é de sublinhar que, no caso das profissões já estabelecidas, torna-se crucial manter a capacidade para a formulação permanente de argumentos enquadradores das respectivas práticas.

[63] O termo necessidade é, indiscutivelmente, polémico no seio da sociologia pela sua origem organicista/funcionalista. No campo da sociologia das profissões, contrapondo-se radicalmente à perspectiva funcionalista, encontram-se alguns sociólogos críticos como, por exemplo, G. Poujol que defende, face aos animadores sociais franceses, que não foi a necessidade de animação que criou a profissão de animador. A profissão surgiu historicamente porque os próprios animadores a instalaram socialmente (veja-se Geneviève Poujol, *Profession: animateur*, Paris, Editions Privat, 1989). A tónica é colocada, por conseguinte, na acção de "invenção" da necessidade por parte dos profissionais. C. Paradeise afasta-se desta posição mais radical: "Sem necessidade, sem procura, não há actividade. A profissão não pode, portanto, pretender existir anteriormente a qualquer necessidade. Pode contudo estender a procura e, sobretudo, fazer valer o seu interesse de serviço público. Uma e outra actividade são bem frequentemente interdependentes: os médicos que apoiam ou suscitam o reembolso pela segurança social de novas prestações, os peritos-contabilistas que reivindicam a obrigação de revisão das contas para todas as sociedades por um perito, o publicista que trabalha com a argumentação cujo resultado deveria ser aumentar a procura e, em última instância, transformar a necessidade do utilizador (empresa, consumidor, Estado) num direito. (Catherine Paradeise, *op. cit.*, p. 23) Consideramos que caminhando nesta linha de debate rapidamente a questão começa a ser pensada em termos de "quem nasceu primeiro? O ovo ou a galinha?", o que se torna manifestamente improdutivo no plano científico. As necessidades de natureza social ou económica são o produto do desenvolvimento técnico e económico e da própria dinâmica da organização societal, encontrando-se, pois, intimamente, associadas a uma determinada época histórica. O que interessa sublinhar é que para a génese e evolução das necessidades, ao nível de uma determinada sociedade marcada no tempo e no espaço, contribuem diferentes agentes que, para o caso, vão desde o Estado às organizações económicas, aos grupos profissionais, passando pelos clientes ou mesmo pelas universidades. Estabelecem-se entre eles múltiplas relações, de consenso ou de conflito, que geram uma forte rede de interdependências em torno das necessidades sociais.

argumentação encontra-se o que designa por uma "retórica da verdade"[64]. É uma retórica sobre a própria necessidade, mas também sobre a ciência, a relação ciência/necessidade e a competência. A retórica, forma institucionalizada de argumentação, pretende no essencial justificar a existência da profissão. Ela permite o reconhecimento da profissão e, em especial, da sua competência, fundada num conhecimento científico, para a satisfação de uma determinada necessidade. É, portanto, um trabalho plurifacetado com os objectivos de: reconhecer a cientificidade da profissão (como apontámos antes); convencer os clientes sobre a utilidade da mesma; formar e socializar os profissionais; pressionar o Estado para a protecção jurídica da profissão; dar dela uma imagem homogénea; defender os respectivos interesses económicos e simbólicos. Por outro lado, esse mesmo trabalho decorre perante diversos auditórios - clientes, comunidade científica, potenciais profissionais e Estado - os quais vão ter um papel diferenciado, segundo a autora, na construção do estatuto de profissão.

Só que a argumentação, entendida como retórica justificativa, não se pode confinar em exclusivo ao período mais intenso de formação da profissão. Para que esta sobreviva no espaço social, permanentemente atravessado pela conflitualidade interprofissional, a retórica terá que ser continuamente produzida, assumindo formas e conteúdos decorrentes das especificidades dos diversos momentos históricos, sempre reavivando a "crença" de que existe uma adequação entre os conhecimentos profissionais e as "necessidades" dos diversos públicos[65].

Em suma, aquilo que aqui está em equacionamento cinge-se à capacidade que a profissão tem - desde que as pressões externas não sejam insustentáveis, como por exemplo, alterações radicais do contexto económico, político e cultural - de fazer valer perante os públicos as suas qualificações e, decorrente disto, convencê-los da sua importância, a qual será sempre referenciada às dimensões tempo e espaço. Por sua vez, importa ter presente que tal só adquire um sentido

---

[64] Id., *ibid.*, p. 19.
[65] Id., *ibid.*, p. 29.

sociológico se considerarmos que é fundamental, no plano teórico-metodológico, a adopção de uma perspectiva sistémica sobre a profissão, permitindo interpretar o seu desenvolvimento sempre no âmbito das múltiplas relações existentes que mantém com as outras profissões, em especial com aquelas em que potencial ou manifestamente subsistem problemas de delimitação social de fronteiras quanto a áreas do conhecimento científico ou então do mercado de emprego.

Considerámos, até ao momento, a argumentação e a sua respectiva retórica discursiva, como mais um dos processos construtivos da profissão. Contudo, é preciso não esquecer que para muitos autores não subsistem demarcações nítidas entre argumentação e ideologia profissional. Para C. Paradeise, a argumentação entendida como retórica da verdade é completamente disjunta de uma formulação conceptual de ideologia como elemento mistificador. Para outros, a argumentação integra a ideologia profissional - como é o caso de M. Larson - sem que, contudo, exista acordo teórico sobre a sua natureza mistificadora. Aponta-se mais para um equacionamento que faz do simbólico-ideológico um elemento inerente a toda e qualquer dinâmica societal.

No aprofundamento deste raciocínio, defende-se que a abordagem do fenómeno profissional implica não só uma análise das estruturas organizativas e das práticas das profissões, como também a exploração, em termos teóricos e empíricos, das ideologias veiculadas pelas próprias profissões. Com efeito, as profissões, particularmente as suas instâncias de representação política - as associações profissionais - (re)produzem discursos, alicerçados em determinados enunciados de atitudes, valores, normas e ideias gerais e/ou específicas, dirigidas quer para os respectivos praticantes, quer para a sociedade na sua globalidade. São discursos que inegavelmente têm um objectivo normativo, de socialização, por vezes de carácter intenso, destes praticantes. Se tal objectivo tinha já sido sublinhado pelos funcionalistas, as perspectivas críticas - neo-weberianos e marxistas - dão a esses discursos uma outra significação. Fundamentalmente, uma significação que os configura como construções ideológicas que justificam

as diferenças, de ordem económica, social e política, os privilégios existentes no seio da estrutura ocupacional e, também, que legitimam os plurais interesses do grupo profissional.

Para M. Larson, a ideologia do profissionalismo apresenta, recorde-se, uma função global de reprodução da ordem social capitalista. Esta interpretação afasta-se, parcialmente, de outras posturas teóricas. Em termos genéricos, estas centram-se mais em determinados elementos, como, por exemplo, no caso de E. Freidson que aponta que os atributos como o conhecimento, a destreza, a preocupação com os outros indivíduos devem ser compreendidos, no plano da análise sociológica, como "[...] proclamações ideológicas que uma profissão efectua sobre si mesma para obter apoio público e político para os seus privilégios"[66]. A tónica coloca-se, por conseguinte, em percepcionar os discursos de carácter ideológico (os quais, destaque-se, são produzidos pelas profissões, fornecendo imagens e ideias, de modo geral, estereotipadas, sobre a sua própria actividade) como instrumentos de persuasão da sociedade relativamente à existência e necessidade social dos grupos profissionais.

A eficácia social da ideologia do profissionalismo depende de algumas condições objectivas que enformam a actividade dos grupos profissionais. Entre essas condições objectivas ganham destaque: a natureza do processo de profissionalização; o conteúdo do trabalho profissional, em particular o grau de intelectualização das tarefas; o poder e a autonomia das profissões não só perante o Estado, mas também perante os clientes; o monopólio exercido pela profissão.

Em termos do âmbito dos estudos da sociologia das profissões, grupos como o dos professores, médicos, advogados, farmacêuticos e enfermeiros são os objectos privilegiados da temática da ideologia profissional. Estudos que privilegiam o modo como essa mesma ideologia intervém no desenvolvimento das profissões. Deste modo, é compreensível que os estudos valorizem que,

---

[66] Eliot Freidson, *La Profesión Médica*, Barcelona, Ediciones Península, 1978, p. 9.

subjacente à ideologia do profissionalismo, se encontram dois mecanismos de idealização importantes[67]: a perspectiva humanista e a retórica de índole religiosa. A primeira enforma as imagens e discursos sobre as profissões. O altruísmo, o ideal de serviço universal, o não mercantilismo das actividades profissionais são elementos dessa perspectiva que se encontram essencialmente presentes nas ideologias das profissões liberais. A outra remete-nos para uma diferente leitura do fenómeno profissional. A "metáfora religiosa"[68] coloca a sua ênfase na origem sagrada das profissões. Etimologicamente, o termo profissão remete para o "acto ou efeito de professar". E aquele que professa fá-lo por vocação, por apelo de uma entidade divina, que assim o predestina para o exercício de uma determinada actividade profissional. Em momentos históricos, como é aquele em que se situam no presente as sociedades ocidentais capitalistas, profundamente secularizadas, a vocação como apelo divino persiste nas representações que os indivíduos têm da sua vida social.

No plano simbólico-ideológico, outro processo é importante para se perceber a construção social da profissão: a formação da designação identificadora do grupo. Se defendemos acima que a formação de um grupo não é espontânea e que na sua fase inicial pode agregar sujeitos com trajectórias sociais e provenientes de fileiras profissionais diversas, então existe a necessidade de investir num nome comum, numa designação profissional. Subjacente ao nome - ao título profissional - encontra-se uma imagem identitária dominante. Ambos, título e imagem, vão sendo objecto, ao longo do tempo, de trabalhos de reconversão simbólico-ideológica[69]. Por exemplo, lutas pela reconversão

---

[67] Cf. Carmen Domínguez-Alcón, *et al., Sociología y Enfermería*, Madrid, Ediciones Pirámide, 1983, p. 43.

[68] Id., *ibid.*, pp. 65 e segs.

[69] Sobre esta questão, consulte-se: Pierre Bourdieu, *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Les Editions de Minuit, 1979; Alain Accord, *Initiation à la Sociologie de l'Illusionnisme Social*, Bordeaux, Editions Le Mascaret, 1983; Pierre Bourdieu e Luc Boltanski, "Le titre et le poste: rapports entre le système de production et le système de reproduction", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 2, 1975, pp. 95-107; Alain Desrosiéres e Laurent Thévenot, *Les Categories Socioprofessionnelles*, Paris, Les Editions La Découverte, 1988; Idem,

taxinómica por parte das instâncias de representação política da profissão no plano das nomenclaturas profissionais - nomeadamente aquelas que se encontram consagradas pelo juridismo estatal - que directamente visam no plano nominalista, e correlativamente no plano dos benefícios sociais e económicos, ou que a profissão não seja sujeita a mecanismos de desclassificação ou então a mecanismos de classificação/reclassificação. Genericamente, o mesmo se verifica com a imagem identitária da profissão. Com estas considerações, mais uma vez reafirmamos que nos afastamos das concepções que assentam na intemporalidade dos grupos profissionais ou mesmo em outras que, num esforço mais que peregrino e baseadas num historicismo meramente factual, pretendem localizar no tempo uma data precisa para o aparecimento de uma profissão.

Para terminar a enumeração dos processos sociais que, segundo a nossa proposta, contribuíram para a construção social da profissão de economista falta-nos abordar o papel do Estado. Não nos vamos alongar em extensas

---

"Les mots et les chiffres: les nomenclatures socioprofessionnelles", in *Economie et Statistique*, nº 110, 1979, pp. 49-65; Laurent Thévenot, "L'économie du codage social", in *Critiques de l'Economie Politique*, nºs 23/24, 1983, pp. 188-222; José Madureira Pinto, "Questões de metodologia sociológica (III)", in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 3, 1985, pp. 133-156; Pedro Lima *et al*, "Classificações de profissões nos Censos de 91", in *Sociologia - Problemas e Práticas* nº 10, 1991, pp. 43-66. Em particular, os trabalhos desenvolvidos por A. Desrosières e L. Thévenot sobre as classificações de profissões e as categorias socioprofissionais são uma referência para quem pretende explorar vias que se encontram diferenciados das abordagens tradicionais sobre as nomenclaturas sociais. Afigura-se-nos importante destacar algumas dessas vias. Em primeiro lugar, uma perspectiva histórica sobre as nomenclaturas profissionais, colocando a tónica na interligação existente por um lado, entre a estrutura do sistema classificatório, as designações utilizadas, a descrição das tarefas correspondentes a cada profissão e por outro, entre as condições sócio-institucionais caracacterizadoras da sociedade francesa. Em segundo lugar, o equacionamento da cadeia de operações sucessivas de construção das nomenclaturas. O interesse dirige-se para a acção colectiva dos representantes institucionais das ocupações ou das profissões - sindicatos, associações profissionais - no sentido de colocar a descoberto o modo como ela se interacciona com a prática e os rituais, mais ou menos codificados, dos taxinomistas (representantes das instituições estatais de categorização e de contabilização social) no trabalho de formação da representação taxinómica, elemento constitutivo, entre outros, da identidade social de um determinado grupo ocupacional. Em terceiro, uma análise da utilização das nomenclaturas, e quanto ao processo de recolha e tratamento da informação estatística. Neste caso, a atenção dirige-se para o trabalho de interpretação das nomenclaturas por parte daqueles que são inquiridos e dos profissionais de codificação e como esta interpretação é profundamente influenciada pelo trabalho de representação política desenvolvido pelas próprias profissões.

considerações, o essencial ficou dito no Capítulo I. Esse papel que, repita-se, decorre da natureza e forma político-institucional do próprio Estado, concretiza-se em determinadas acções. Destacamos: reconhecimento da profissão em termos jurídicos; definição do campo de exercício da actividade profissional; criação, regulamentação e controlo das instituições especializadas na transmissão dos conhecimentos básicos necessários ao exercício da profissão; imposição das regras de ingresso nestas instituições; delimitação das condições de acesso à profissão; definição das regras do exercício profissional e controlo da respectiva actividade no sentido do cerceamento das suas prerrogativas e interesses; definição de uma clientela específica para a profissão; protecção dos interesses económicos, sociais e políticos dos profissionais; possibilidade de delegação por parte do Estado das suas prerrogativas em favor das associações profissionais.

Pelos exemplos históricos já apontados, não podemos pensar o desenvolvimento da profissão, no espaço político e social da Europa, sem ter presente o papel do Estado. Tanto mais que os profissionais são no presente, e historicamente nunca o deixaram de ser, um dos pilares das plurais actividades dos Estados modernos.

Em síntese, segundo a nossa proposta teórica, enformada por uma abordagem sócio-histórica, perspectivamos a construção social da profissão de economista como resultante da conjugação de plurais processos sociais: a dinâmica económica do capitalismo; a expansão e diversificação das actividades estatais; a consolidação da ciência económica no campo científico; a constituição e sedimentação do ensino universitário da economia; a produção, circulação e apropriação social dos conhecimentos económicos[70]; a criação e divulgação do título e das definições da profissão; o trabalho social e político desenvolvido pelas instâncias de representação política dos economistas com o objectivo de

[70] Elaborámos tal categoria analítica, tomando como referência a análise de Madureira Pinto sobre a produção social dos conhecimentos científicos. Veja-se José Madureira Pinto, *op. cit.*, pp. 99 e segs.

conquista de privilégios materiais e simbólicos; a acção do Estado. Consideramos mais uma vez que, não obstante a sua diferente natureza, são processos interdependentes que, no decurso do tempo histórico, vão dar forma e encadeamento à objectivação da profissão no espaço societal.

O nosso estudo abrange o período que medeia entre os primeiros anos da I República e o início dos anos 90. Delimitamos três grandes períodos: o primeiro referente aos antecedentes longínquos da profissão de economista (do início dos anos 10 ao final dos anos 40); o segundo, emergência e início da consolidação (anos 50 a 1974); o terceiro, consolidação plena da profissão (desenvolve-se desde 1974).

Uma última questão. Como vimos no Capítulo I, um dos problemas que se tem colocado ao nível da análise sociológica é o dos plurais significados que apresenta o termo profissão. A. Coats nos seus estudos sobre os economistas anglo-americanos aborda directamente o problema. Num texto marcante, *"Economics as a profession"*[71], defende que os economistas pelas suas propriedades científicas decorrentes da formação académica, da natureza do conhecimento, das características do respectivo mercado de emprego, das funções e posições nas estruturas organizacionais, das suas normas e valores, apresentam-se como um caso difícil de ser padronizado. São caso único, precisamente como os respectivos processos de profissionalização que se foram desenrolando nos diferentes países. Perante isto, o autor recusa em absoluto uma definição tradicional da profissão de economista. Defende, sim, que esta deve dar realce a aspectos como: "sentido de identidade corporativa"; "valores partilhados"; "corpo de conhecimento reconhecido"; "linguagem comum e esotérica"; "capacidade de reproduzir gerações de profissionais"; "formação universitária"; reconhecimento pelos próprios como economistas, como profissionais e, por último, reconhecimento pelos outros da profissão de economista[72].

---

[71] A. Coats, *op. cit.*, p. 434.
[72] Id., *ibid.*, p. 358.

Os aspectos enumerados apontam para uma dimensão interna da profissão e outra externa .

> "Pelo presente é conveniente distinguir as dimensões interna e externa da profissão de economista. De um ponto de vista intraprofissional o pré-requisito essencial é a existência de um grupo de indivíduos subjectivamente cientes deles próprios como profissionais, com conhecimentos, interesses, competências e padrões de conduta e desempenho partilhados - embora esses padrões possam não ser explicitados nem definidos de forma precisa. Os requisitos extraprofissionais são o reconhecimento público do seu domínio de conhecimento especializado, geralmente na forma de graus académicos ou qualificações, não facilmente acessíveis aos leigos. Este reconhecimento leva a nomeações especiais, remunerações diferenciais e elevadas, derivado da não elasticidade da oferta, delegação de responsabilidade ou autoridade, e uma medida de estima social."[73]

Adoptámos a posição expressa por A. Coats. Afigura-se-nos como fundamental que os economistas se vejam como profissionais e que socialmente a comunidade científica, as outras profissões, os diversos públicos os reconheçam e, simultaneamente, os valorizem, como especialistas com uma formação académica que os credencia para o tratamento das designadas questões económicas[74].

Julgamos ser esta a postura teórico-metodológica mais apropriada para compreender o desenvolvimento de uma profissão como a de economista que, como veremos mais à frente, foi construindo e reconstruindo os seus perfis de actividade (nem sempre de uma forma nítida para o investigador) maioritariamente inseridos em contextos organizacionais. Essa inserção, aliada ao correspondente assalariamento e, por vezes, ao estreito envolvimento na estrutura

---

[73] Id., *ibid.*, p. 434.

[74] Reafirmamos que a definição de profissão é produto de um determinado contexto sócio-histórico. Não existe uma definição intemporal. Ela não pode ser tomada, no plano teórico-metodológico, como um dado. A virtualidade da investigação é revelar como ela se foi construindo e reconstruindo ao longo do tempo. Deste modo, a própria definição se transforma em objecto de análise.

burocrática - é preciso ter sempre presente que os economistas representam, por exemplo, nas empresas a racionalidade burocrático-administrativa - constituem parâmetros de análise que se destacam na caracterização da profissão.

2. Abordagem metodológica enformadora do trabalho de investigação

Interessa agora dar conta, de modo sistematizado, da metodologia utilizada na investigação. Optámos por utilizar os procedimentos metodológicos que considerámos que nos permitiriam descortinar os plurais processos sociais que têm contribuído para a construção social da profissão de economista em Portugal. Tendo também presente quer a perspectiva sócio-histórica que foi necessariamente accionada para dar conta desses processos, quer o arco temporal abrangido pelo estudo - cerca de 80 anos -, a análise documental configurou-se como a técnica por excelência utilizada no decurso da investigação empírica.

A análise documental incidiu sobre uma ampla variedade de documentos escritos. Seria fastidioso neste momento estar a enumerar detalhadamente as plurais fontes que foram objecto de análise. Elas encontram-se indicadas na bibliografia. Todavia importa reter que no conjunto das fontes primárias ganharam relevo para a investigação as seguintes: as publicações periódicas e monografias das instituições de representação política dos economistas - sindicatos e associações profissionais; os escassos fundos documentais existentes sobre o já extinto Sindicato Nacional dos Comercialistas (SNC), as colecções privadas de documentos avulsos (estudos, actas de reuniões, relatórios) sobre as actividades de economistas tendentes à criação de uma Ordem Profissional nos anos 60; publicações periódicas de difusão dos conhecimentos económicos. As diversas listagens de membros do SNC referentes aos anos 50 foram objecto de tratamento estatístico através do programa informático *Statistical Package for the Social Sciences*. Por outro lado, foi utilizado um apuramento especial elaborado, a nosso pedido, pelo INE a partir da informação não publicada do

Recenseamento Populacional de 1991 que nos permitiu um tratamento mais fino da situação socioprofissional dos economistas.

A análise documental foi conjugada com a realização de entrevistas directivas e semi-directivas. Pretendemos alcançar com o accionamento desta técnica três objectivos: o aprofundamento de determinadas questões e temas que ganharam relevo durante a fase inicial da análise documental; a recolha de informações que pudessem colmatar a ausência de documentos sobre alguns dos momentos da construção social da profissão de economista; a verificação de dados entretanto recolhidos. Deste modo, as entrevistas visaram apoiar e aprofundar a análise documental. Os guiões foram construídos a partir de uma matriz global, sofrendo as correspondentes adaptações decorrentes dos objectivos mais particulares de cada entrevista ou então da geração a que o economista entrevistado pertence (veja-se Anexo A).

De acordo com os objectivos apontados, as entrevistas foram efectuadas a economistas que exerceram ou ainda exerciam a sua actividade profissional nos departamentos do Estado, no ensino universitário da economia e nas empresas públicas e privadas, em épocas diferentes. Além destes, recorreu-se a outros que participaram nas actividades do SNC e que pertenciam aos órgãos directivos das instituições de representação política da profissão. Realizaram-se vinte e uma entrevistas, das quais unicamente dezanove foram gravadas totalizando cerca de vinte e três horas de gravação. No Anexo B encontra-se explicitada a codificação das entrevistas, mantendo-se o anonimato dos entrevistados.

Do vaivém constante entre teoria e investigação empírica foi-nos possível ir mudando, afinando os múltiplos eixos de análise, caminhando por vias inicialmente desvalorizadas, e mesmo traçando novas vias. A estratégia de investigação delineada no início dos trabalhos foi assumida, exclusivamente, como uma referência global que numa postura ambivalente foi em simultâneo respeitada, mas também reequacionada face aos acontecimentos aleatórios que permeiam o trabalho de investigação.

Uma última nota sobre a apresentação da informação estatística sobre a população discente das várias escolas universitárias de economia. No caso daqueles escolas em que essa informação corresponde a um longo período temporal e que, em simultâneo, não se encontra homogeneizada, por força das alterações curriculares que foram ocorrendo, enveredou-se pela sua apresentação em anexo, de modo a possibilitar uma leitura contínua da evolução quantitativa da respectiva população discente.

PARTE II

A PROFISSÃO DE ECONOMISTA EM PORTUGAL

Capítulo IV

INSTITUTOS SUPERIORES DE COMÉRCIO E COMERCIALISTAS

O primeiro período da construção social dos economistas abrange o que designamos por antecedentes longínquos da profissão de economista. Primordialmente pretende-se o equacionamento de factos, de acontecimentos e processos ocorridos entre o início dos anos 10 e o final dos anos 40 que influenciaram a emergência da profissão na década seguinte. O presente capítulo e os dois seguintes centralizam-se nesse período.

A criação, em 1931, do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) no seio da Universidade Técnica de Lisboa (UTL) apresenta-se como um momento de referência global no âmbito do primeiro período da construção social da profissionalidade dos economistas. E isto, no fundamental, porque materializa a passagem para o campo universitário dos estudos comerciais e económicos, dando corpo, assim, a uma reivindicação feita desde o início da década de 10 por parte de alguns sectores intelectuais e académicos.

Ora atendendo ao facto que aquela nova escola não irá romper, em termos curriculares e científicos, com o ensino ministrado no Instituto Superior de Comércio de Lisboa (ISCL), a que institucionalmente sucedeu, afigura-se-nos

relevante estudar a trajectória deste último, desde a sua formação em 1911, bem como a do Instituto Superior de Comércio do Porto (ISCP), criado passado sete anos.

Para além, portanto, do estudo das transformações institucionais e morfológicas ocorridas no ensino superior comercial durante a I República, importa também identificar, para esse mesmo período, a dinâmica do mercado de emprego dos respectivos diplomados, em particular daqueles que eram designados por comercialistas. Os dados existentes não permitem uma caracterização fina dessa dinâmica; unicamente apontaremos os vectores essenciais dando, sim, um particular relevo a algumas das acções colectivas de controlo de áreas de actividade, por parte daqueles diplomados, sobretudo ao nível do mercado de emprego estatal.

Em suma, o recuo temporal expresso no presente capítulo não pretende mais do que delimitar, nos seus aspectos axiais, acontecimentos e processos de transformação social, os quais vão influenciar a emergência da profissão de economista.

1. As dinâmicas institucional e morfológica do ensino superior comercial

Os republicanos herdaram um país em que a instrução pública se encontrava numa situação calamitosa. A maioria da população era analfabeta, 75,1%, a rede de escolas primárias escassa e o número de escolas normais primárias pautava-se pela insuficiência. Frequentavam o ensino liceal e o profissional um número reduzido de alunos, respectivamente 8.691 e 7.153 no total. O ensino universitário dispunha de uma única Universidade, a de Coimbra, cujo número de alunos era igualmente exíguo. O professorado primário

enfrentava o desemprego, baixos salários e uma crescente desvalorização social da sua actividade[1].

É perante este quadro da instrução pública que ganham significado as medidas que no ano de 1911 foram tomadas pelo Governo Provisório. Elas corporizavam uma das principais vertentes do "ideal republicano", o incremento da instrução como meio de transformação da sociedade portuguesa, no sentido de a colocar a par do progresso que para a altura se manifestava em outros países da Europa[2]. Um novo clima intelectual, uma intervenção directa do Estado na melhoria da instrução pública e um empenhamento mais forte das elites políticas foram aspectos importantes que nos anos imediatos à implantação da República deram alguns frutos.

Um dos primeiros alvos da acção política dos novos dirigentes foi a Universidade de Coimbra. Julgada como conservadora e reaccionária, em torno dela a contestação vinha a adensar-se desde a revolução de 1820. Fazendo uso do seu poder político, tinha conseguido resistir às tentativas de mudança que pudessem colocar em causa a sua posição de exclusividade. Envolto em forte tensão política, o Governo Provisório, em Abril de 1911, desferiu o seu ataque à Universidade por intermédio de duas importantes medidas: reforma dos respectivos cursos e Faculdades; criação das Universidades de Lisboa e do Porto[3]. O novo quadro legislativo conferia às três universidades o estatuto de

---

[1] Sobre a questão da instrução pública na I República consulte-se nomeadamente: Manuel Ferreira Patrício, "A instrução pública: os limites de uma reforma", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, 1990, pp. 233-252; Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Universidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986; Filipe Rocha, *Fins e Objectivos do Sistema Escolar Português*, Aveiro, Livraria Estante Editora, 1987; António Nóvoa, *Le temps des professeurs*, Lisboa, INIC, 2 vols., 1987.

[2] Para um aprofundamento dos princípios doutrinários dos republicanos consulte-se A. H. Oliveira Marques, *Ensaios de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1988 e ainda Rui Ramos, "A Segunda Fundação (1890-1926)", vol. VI, in José Mattoso (dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

[3] Os principais documentos legislativos sobre a Universidade publicados nos primeiros anos da República são: Decreto de 22 de Março de 1911 (criação das Universidades de Lisboa e do Porto); Decreto de 19 de Abril de 1911 (estabelece as bases da nova constituição universitária); Decreto de 6 de Julho de 1918 (define o Estatuto Universitário).

"estabelecimentos públicos de carácter nacional" com determinados objectivos principais: progressão e ensino das ciências; promoção do estudo dos problemas nacionais; preparação de uma elite intelectual; difusão da cultura e extensão universitária. Destes objectivos, os dirigentes republicanos vão colocar uma particular ênfase, no plano da justificação das suas medidas face ao ensino universitário, na formação e consolidação daquela elite, o que foi sempre interpretado como necessário, nos planos político e social, para a sobrevivência do próprio regime democrático e parlamentar. Ao nível da organização académica, as universidades passaram a estar estruturadas do seguinte modo: a de Lisboa com Faculdades de Ciências, de Letras, de Medicina, de Agronomia, de Ciências Económicas e Políticas, Escolas de Farmácia, de Medicina Veterinária e Escola Normal Superior; a de Coimbra com Faculdades de Ciências, de Letras, de Direito, de Medicina e com a Escola de Farmácia e Escola Normal Superior; a do Porto compreendia as Faculdades de Ciências e de Medicina às quais se acrescentava a Faculdade de Comércio e uma Escola de Farmácia.

Como a querer justificar plenamente a criação de uma Faculdade de Comércio na Universidade do Porto, o governo estipulou, no decreto de 19 de Abril, que ela teria por objectivo fornecer "(...) habilitações para a direcção superior dos estabelecimentos de crédito, bancos, seguros, empresas industriais e financeiras, etc. (...)" e que só seria efectivamente criada de acordo com o desenvolvimento da própria Universidade, as necessidades dos interesses económicos e desde que existissem recursos financeiros por parte do Tesouro.

Importa frisar que, num primeiro momento, a constituição da Universidade do Porto foi recebida na cidade com uma grande indiferença, só um dos jornais transcreveu integralmente o decreto de 19 de Abril, o que poderá ser explicado pelas atenções estarem, na época, fundamentalmente dirigidas para o debate que se fazia em torno da lei de separação da Igreja e do Estado. Somente nos dois meses seguintes, *O Primeiro de Janeiro* publicou uma entrevista com um ex-professor e um longo artigo de opinião que tinham como denominador comum

uma crítica à recém-criada Universidade[4]. A medida do governo era contestada por duas ordens de razão. Em primeiro, afirmava-se que nada de novo e concreto se acrescentava ao ensino superior já existente na cidade[5]; sendo a Faculdade de Comércio entendida como uma mera promessa de concretização imprevisível. Com efeito, e não obstante os esforços desenvolvidos nos anos subsequentes por professores do ISCP, aquela Faculdade nunca passou de um mero projecto[6]. Em segundo, comparativamente às Universidades de Lisboa e de Coimbra, à do Porto faltavam Faculdades fundamentais para as críticas a considerarem uma "verdadeira" Universidade. A "pseudo Universidade do Porto" - assim era designada pelo articulista[7] - não tinha na sua constituição as Faculdades de Letras e Direito, nem igualmente uma Escola Normal Superior. A referida lacuna conferia-lhe uma posição menos prestigiante no contexto do campo universitário[8], em particular num momento histórico em que o governo republicano através das reformas do ensino superior, cujo principal mentor foi António José de Almeida, ministro do Interior, quebrava a exclusividade de Coimbra e, paralelamente, se lançava no desenvolvimento deste sector do sistema de ensino.

---

[4] *O Primeiro de Janeiro* de 17 de Maio e 29 de Junho de 1911.

[5] A constituição da Universidade do Porto converteu as então existentes Escola Médico-Cirúrgica e Academia Politécnica, respectivamente na Faculdade de Medicina e na Faculdade de Ciências, a qual englobava uma secção de engenharia. Esta secção vai, em 1915, dar lugar à Faculdade Técnica do Porto.

[6] Na sessão de inauguração da Universidade do Porto, realizada em 16 de Julho de 1911, o ministro do Interior, António José de Almeida, vai considerar a criação da Faculdade de Comércio como uma "necessidade inadiável para o Porto". Cf. Alexandre Alberto Pinto, *Anuário da Universidade do Porto, 1961/62*, Porto, p. 36.

[7] *O Primeiro de Janeiro* de 29 de Junho de 1991.

[8] Utilizamos aqui o conceito de campo desenvolvido por Pierre Bourdieu. Veja-se, nomeadamente, as seguintes obras: Pierre Bourdieu, *Questions de Sociologie*, Paris Editions Minuit,1980, pp. 113-116; Id., *La Noblesse d'État*, Paris, Editions Minuit, 1989, pp. 185-283; Id., *Homo academicus*, Paris, Editions Minuit., 1984, pp. 99-167. Na análise do ensino superior em Portugal, vários autores adoptam a mesma conceptualização. Salientam-se: Maria Eduarda Cruzeiro,"Capital simbólico e memória institucional", in *Análise Social*, nºs 101-102, 1988, pp. 593-607; Sérgio Grácio, *Destinos do Ensino Técnico em Portugal (1910-1990)*, Dissertação de Doutoramento apresentada na FCSH/UNL (texto policopiado), Lisboa, 1992; Maria Manuel Vieira, "Transformação recente no campo do ensino superior", in *Análise Social*, nºs 131-132, 1995, pp. 315-373.

É plausível admitir que a questão não se resumia a ser unicamente um problema de prestígio institucional. Ponderemos alguns aspectos. Para a época, o curso de Direito ocupava a posição mais elevada na hierarquia dos títulos académicos; pelo seu forte poder simbólico, era o curso por eleição dos jovens de origem social burguesa, permitindo o acesso dos respectivos diplomados a uma das profissões liberais mais prestigiadas para a época, a advocacia, e a funções de direcção na administração pública e em empresas privadas, bem como a cargos de notoriedade no campo político. Actividades caracterizadas pelos seus elevados benefícios económicos, pelo seu poder simbólico, o que não acontecia com as que decorriam dos outros cursos, com excepção do de medicina, que faziam parte da Universidade do Porto. Deste modo, a cidade do Porto via-se afastada de se tornar um centro de formação dos quadros políticos e do pessoal dirigente, não ombreando com Lisboa e Coimbra. Esta era a questão essencial, a qual ganhava maior relevância se considerarmos que subjacente ao ataque dos republicanos à Universidade de Coimbra se encontrava o intuito de a substituir, em especial, como centro de formação da elite política. Será a Universidade de Lisboa, através fundamentalmente da inicialmente designada Faculdade de Ciências Económicas e Políticas, que estava próxima da ideologia e do *ethos* político republicano, que irá desempenhar o papel de centro de formação durante a I República[9].

Se a Faculdade de Comércio acabou por não ser mais do que mera letra morta de um decreto, não se criando as condições para a inserção, no campo universitário, dos estudos comerciais e económicos, na qualidade das então designadas ciências aplicadas, a evolução institucional da Faculdade de Ciências Económicas e Políticas da Universidade de Lisboa foi, por outro lado, marcada pelo facto da aplicação da medida, que presidiu à sua criação, ter ficado bastante aquém da intenção inicial. Provavelmente a intenção de António José de Almeida

[9] Sobre esta questão, consulte-se Sérgio Grácio, *op. cit.*, pp. 70 e segs. Para o autor, aquela Faculdade funcionou como uma "escola do regime" republicano, fornecendo para os sucessivos governos um número importante de professores.

passava pela constituição de um espaço académico mais amplo para o ensino das ciências económicas. Contudo, as sucessivas alterações de denominação, primeiro para Faculdade de Estudos Sociais e Direito, em 1913, por decisão de Afonso Costa, quatro anos depois para Faculdade de Direito, assim como a adopção no ano lectivo de 1913/14, data de início das actividades escolares, da organização dos estudos jurídicos da Faculdade de Direito de Coimbra (FDC), apontam provavelmente para a desvalorização progressiva de um espaço académico para as ciências económicas e concomitantemente uma supremacia dos estudos jurídicos[10].

O ano de 1911 ficou igualmente marcado pela reforma do ensino superior industrial e comercial. Por decreto de 23 de Maio, o então ministro do Fomento, José Estêvão de Vasconcelos, cindiu o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (IICL) em duas escolas autónomas: o Instituto Superior Técnico (IST) e o Instituto Superior do Comércio de Lisboa (ISCL)[11]. Esta transformação institucional surgiu, no essencial, como uma medida para impedir a continuação da situação de precaridade científica e pedagógica que vinha caracterizando o IICL. Como principal mentor desta reforma esteve Alfredo Bensaúde, que ocupava desde Outubro de 1910 o cargo de director do IICL. Num relatório apresentado a Brito Camacho, ele tece críticas ao papel e ao funcionamento da escola e ao baixo aproveitamento escolar dos alunos[12]. Por sua vez, a posição estatutária da escola encontrava-se desvalorizada socialmente. Instalada nuns barracões do lado ocidental de Lisboa, os quais tinham sido anteriormente utilizados como depósito de bacalhau, o Instituto era, no meio académico de Lisboa, rotulado, de forma depreciativa, por "Universidade do Bacalhau"[13].

---

[10] Consulte-se Marcello Caetano, "Apontamentos para a história da Faculdade de Direito de Lisboa", in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XIII, 1959, pp. 11-182.

[11] Decreto de 23 de Maio de 1911.

[12] Cf. Caetano Beirão da Veiga, "A instrução superior comercial. Sua génese, metamorfoses e actual aspecto", in *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 8, 1954, p.18.

[13] Id., *ibid.*, p. 18.

Num primeiro momento, a acção de Alfredo Bensaúde vai direccionar-se exclusivamente para a implantação do IST. Enquanto o "Técnico" entrava em funcionamento imediatamente após a sua criação, o ISCL só o fará um ano depois, em 1912. Este hiato temporal levanta certas interrogações. O material recolhido não abunda em informações sobre a questão. Unicamente Beirão da Veiga, numa conferência realizada em 1954[14], tece algumas considerações sobre o assunto, as quais apontam para conflitos entre o director do IST, Alfredo Bensaúde, e professores da secção comercial do extinto IICL que impediram uma mais célere formação do ISCL. Só graças à intervenção directa dos professores Rodrigo Pequito e Luís Viegas junto daquele director foi possível desbloquear a situação.

O Regulamento de 1912, que estabelece as condições de funcionamento do ISCL, aponta-lhe um objectivo genérico "(...) ministrar aos seus alunos uma instrução desenvolvida e adaptada às necessidades económicas e comerciais do país"[15]. O documento materializa, igualmente, a "emancipação do ensino comercial superior" obtida no ano anterior. Emancipação em vários sentidos. Desde logo, no plano da organização interna. Tomando por referência os princípios aplicados no IST[16], os quais se distinguiam pelo seu carácter inovador para a época, eram consignados vários aspectos: a autonomia pedagógica e administrativa; a existência de uma comissão administrativa própria; a possibilidade de as vagas existentes no quadro do pessoal docente poderem ser preenchidas por convite ou por concurso de provas públicas; novas normas de avaliação pedagógica que limitavam a aplicação do exame final e davam uma maior importância à avaliação realizada ao longo do ano lectivo.

---

[14] Id., *ibid.*

[15] Decreto de 7 de Maio de 1912.

[16] Um importante documento explicativo sobre a organização inicial que tomou o IST encontra-se em Alfredo Bensaúde, "Notas histórico-pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico", in *Técnica*, nº 170, 1947, pp. 101-107.

Por outro lado, ao nível do critério de admissão dos alunos, o ISCL rompia com as normas do extinto IICL[17]. Aos alunos era exigida a posse do curso complementar dos liceus (ciências)[18]. Não existindo para a altura o ensino comercial médio, os diplomados provenientes das escolas comerciais ficavam sem acesso aos cursos ministrados no ISCL. Somente anos mais tarde, pela Reforma do ensino técnico de 1918, se estabelece uma linha de continuidade com a criação daquele ensino médio.

A consagração daquele critério de admissão configurava, no plano nominal, uma estratégia para dotar o ISCL dum estatuto institucional não só idêntico ao do IST (o qual, sublinhe-se, mais uma vez serviu de modelo de organização escolar), como em alguns aspectos não dissemelhante da Universidade, e que criava as condições para o recrutamento de alunos provenientes da burguesia e de fracções da pequena-burguesia com um maior património económico e cultural - aqueles que constituíam a esmagadora maioria dos que concluíam o ensino liceal - possuidores, portanto, de propriedades escolares e sociais distintas das dos alunos que frequentavam o extinto IICL. Só que tal estratégia poder-se-ia não concretizar, fundamentalmente porque o ensino superior comercial dava acesso a funções nas empresas e na administração pública que simbólica e economicamente se encontravam menos valorizadas do que aquelas que decorriam dos títulos universitários - por excelência dirigidos para as profissões liberais - levando, em consequência, a um baixo número de matrículas, o que iria colocar em causa a existência do próprio ISCL. Em suma, para os autores do regulamento, e mesmo antes do Instituto ter produzido os primeiros diplomados, subsistia uma certeza: o diploma do ISCL apresentava

---

[17] Eram admitidos alunos provenientes da Escola Rodrigues Sampaio e com o 5° ano dos Liceus.

[18] Na sessão solene de abertura das aulas do ISCL em Novembro de 1913, Rodrigo Pequito, na qualidade de seu director, explicava a razão de tal medida: "Os estudos superiores exigem para a sua eficácia, observação profunda e largueza de vistas; e para isto é indispensável que os alunos tenham instrução média adequada e disciplina intelectual, a fim de poderem, sem esforço, ocupar-se dos problemas que são apresentados ao seu exame e sujeitos à sua apreciação. Razão houve, pois, em ampliar os estudos preparatórios, para admissão aos novos cursos", in Rodrigo Affonso Pequito, *A Instrução Comercial Superior*, Lisboa, Editora Limitada, 1914, p. 16.

uma rentabilidade económica e simbólica inferior àquela que era esperada pela maioria dos alunos com uma trajectória escolar liceal.

Conscientes destas consequências nefastas para a futura existência do ISCL, os autores do regulamento inscreviam no mesmo dois procedimentos com a finalidade expressa de impedir uma presumível escassa procura do ensino. O primeiro apontava para a possibilidade de realização de um exame para candidatos com 17 anos, ou mais, de idade e sem estarem habilitados com o curso liceal complementar, com objectivo deliberado de "(...) aproveitar alguns possíveis autodidactas e *self-made-men* que se encontram lutando na arena da vida, por vezes com notória eficiência"[19]. Os dados recolhidos para o ISCL são lacunares face aos efeitos desta prerrogativa regulamentar. Não nos surpreenderia se efectivamente os resultados não tivessem correspondido às intenções que estiveram subjacentes à sua formulação. Nesse sentido, aponta precisamente a supressão daqueles exames no ano imediato. O segundo estipulava a organização de cursos diferentes no seio de ISCL. O Regulamento de 1912 criava 22 cadeiras, abrangendo as áreas da matemática e estatística, da física e da química, do direito, da geografia, da climatologia, da contabilidade, do comércio e da economia, que integravam vários cursos: o curso especial de agentes comerciais com a duração de três anos; o curso aduaneiro com a mesma duração; o curso consular de quatro anos; o curso superior de comércio de cinco anos. O programa curricular dos três primeiros cursos estava organizado de forma que eles pudessem constituir parcelas do curso mais longo, isto é, do curso superior de comércio. Era uma solução organizativa híbrida, com cursos de duração diferente e, por isso mesmo, implicando diferentes investimentos educacionais, o que potenciaria, para aqueles que conceberam esta organização, o acesso de alunos socialmente diferenciados - não mais que uma tentativa de adequar a oferta institucional a uma hipotética configuração da procura[20].

---

[19] Caetano Beirão da Veiga, *op. cit.*, p. 22.

[20] Segundo Beirão da Veiga, para os autores do regulamento, a intenção inicial quedava-se pela criação de um único curso, o curso superior de comércio. Só o "receio" de uma "possível fuga de

Uma das consequências desta solução organizativa foi a criação de uma hierarquia entre os cursos e respectivos diplomas. A duração e simultaneamente a finalidade, em termos de ocupações ao nível do mercado de emprego, dos vários cursos vão funcionar, ao longo dos cerca de 15 anos em que se mantém aquele tipo de organização curricular, como critérios balizadores do valor simbólico e material dos cursos. Desde o início que o curso superior de comércio se apresentou como o mais importante e valorizado. Era o mais longo. Unicamente os diplomados com este curso podiam usufruir do título de comercialista, assim como tinham sempre preferência, ao nível do mercado de emprego estatal, face aos outros cursos. Decorrente disto, a procura de ensino dos Institutos Superiores de Comércio (ISC) vai situar-se predominantemente no curso superior de comércio, como veremos mais à frente, o que acabou por contrariar, em parte, o pressuposto que esteve subjacente à solução organizativa tomada.

Assim, no plano curricular, o ISCL iniciava a sua vida institucional a partir de uma posição menos valorizada que outra escola do ensino técnico superior, o IST, que apresentava para a época, para todas as especialidades em engenharia, a duração de cinco anos e que se iria acentuar, nos anos 20, quando, seguindo o que já se praticava na Universidade do Porto, o ensino passou para 6 anos. Somente a configuração que tomou a procura do ensino superior comercial, com a prevalência da opção pelo curso mais longo, acabou por impedir que, até ao início da década de 30 quando foi criado o ISCEF, a posição do ISCL ficasse ainda mais fragilizada. Na época foi mesmo comentado que este último apresentava um desenvolvimento curricular não justificado, não se afastando de soluções programáticas do ensino médio e superior comerciais existentes antes de 1911[21].

A organização que inicialmente o ISCL tomou vai ser contestada pela Associação dos Comercialistas Portugueses (ACP). Num documento intitulado a

alunos", para a qual seria determinante razões de ordem económica, levou aqueles a optarem pela pluralidade de cursos. Id., *ibid.*, p. 22.

[21] Sérgio Grácio, *op. cit.*, p. 45.

"Reforma do Ensino Comercial" defende-se a supressão do curso de agentes comerciais e aponta-se a necessidade de se fazerem alterações curriculares e de funcionamento pedagógico. Genericamente pretendia-se um maior aprofundamento da área temática da contabilidade, a existência de concursos públicos para as vagas de docentes e a autorização para o exercício da advocacia comercial[22]. Esta última reivindicação, se concretizada, permitiria a entrada dos diplomados pelo ISCL num importante segmento do mercado de emprego. Unicamente a pretensão da supressão do curso de agentes comerciais apresentada pela associação seria concretizada em 1913.

Além dos aspectos apontados que balizaram a criação do ISCL, o Regulamento de 1912 instituiu uma "Comissão de Aperfeiçoamento do Ensino", a qual será constituída pelo director do Instituto, por dois membros do Conselho Escolar eleitos anualmente e por dois representantes da Associação Comercial de Lisboa. No âmbito do sistema escolar da altura, a comissão era um elemento inovador. Ela expressava um dos pressupostos subjacentes à organização do ensino técnico: a articulação entre os conhecimentos produzidos e transmitidos no meio escolar e as qualificações requeridas para o desempenho das diversas funções ocupacionais. Os membros da comissão tinham de ser consultados sobre os conteúdos programáticos, além de terem uma função de ligação entre os estudantes do Instituto e a actividade comercial. Não obstante as intenções, a comissão funcionou esporadicamente, sem assumir qualquer papel relevante[23].

A criação do ensino superior comercial representava para os seus defensores uma medida de importante alcance social porque permitiria alterar uma situação: o "estado decadente" em que se encontrava, segundo eles, a economia nacional decorria fundamentalmente da inexistência nas empresas de

---

[22] Cf. Caetano Beirão da Veiga, *op. cit.*, p. 21.

[23] Como sublinha Beirão da Veiga: "Talvez por motivo de orgulho (um pouco de chauvinismo) pedagógico do professorado, a dita Comissão nunca prestou palpáveis serviços, pois, raramente, foi convocada e ouvida. Embora ainda sobreviva nominalmente em vários regulamentos posteriores, vem a fenecer prática e ingloriamente no período mais avançado da Escola, após o seu ingresso no âmbito universitário". Id., *ibid.*, p. 25.

"pessoal técnico" devidamente preparado, ao contrário do que acontecia na Inglaterra e a na Alemanha, países em que o ensino comercial desempenhava para a altura um papel importante na respectiva expansão económica. Como defende Francisco Correia, professor e director do ISCL,

> "(...) o ensino comercial de grau superior dá ao comércio as capacidades necessárias para constituir o seu estado-maior, ditando às indústrias a sua vontade, dirigindo-as, procurando o consumo de que carecem para se manterem e progredirem imprimindo-lhes as alterações indispensáveis para corresponderem às suas exigências, adaptando-as aos desejos, às preferências da clientela."[24]

Era, sem dúvida, uma perspectiva demasiadamente optimista face aos possíveis efeitos do ensino na dinâmica económica, em especial à receptividade por parte das empresas aos diplomados do ensino superior comercial. Ela não se irá concretizar de uma forma abrangente. Como veremos mais à frente, os diplomados do ISCL vão fundamentalmente engrossar as fileiras do funcionalismo público.

Entretanto, aquela mesma perspectiva apontava, de modo significativo, para uma estrita correspondência entre o diploma e o posto de trabalho. Os diplomados pelo ISCL não eram um mero "pessoal técnico", deveriam, sim, aceder a posições hierarquicamente superiores nas organizações empresariais. Por conseguinte, o que pretendiam os apologistas do ensino superior comercial era um duplo reconhecimento: por um lado, que os conhecimentos e qualificações ministrados neste ensino, além da sua utilidade social e económica, se constituíssem como indispensáveis ao funcionamento das empresas e, por outro, que os diplomados fossem os legítimos possuidores desses conhecimentos e qualificações e pudessem aceder a funções de notória responsabilidade técnica e social. Dito por outras palavras, para os protagonistas do próprio ensino, como

---

[24] Francisco António Correia, *A função económica do ensino comercial superior*, Porto, Renascença Portuguesa, 1918, p. 11.

era o caso do director, Francisco Correia, que representaria os docentes, subsistia uma relação entre a hierarquia dos diplomas e a hierarquia das ocupações. Sendo para eles indiscutível que se o diploma do ensino superior se encontrava nas posições cimeiras da hierarquia, então os alunos saídos do ISCL somente poderiam concorrer a funções ocupacionais hierarquicamente superiores. Assim, esses protagonistas ao valorizarem, no plano nominalista e da retórica discursiva, o ensino que ministravam, em termos do modo como o mesmo era reconhecido pelo mercado de emprego, estavam, por sua vez, não só a legitimar a sua actividade profissional, mas também a auto-valorizarem-se socialmente. Atitude estratégica que tentava minimizar a sua inferior condição social e profissional face aos professores da Universidade. Só que tudo isto não passava de aspirações - que desde que traduzidas em retóricas discursivas exerciam um efeito de pressão no espaço social, em especial ao nível dos diversos agentes presentes no sistema de ensino - uma parte das quais, no futuro, como veremos, não teriam uma tradução directa no plano das dinâmicas quer do ensino superior, quer do mercado de emprego.

Os cerca de vinte anos de vida institucional do ISCL foram marcados por sucessivas alterações regulamentares, de âmbito e importância diferenciada. A instabilidade política e governativa que caracterizou a I República foi, de certo modo, responsável pelas alterações que se foram sucedendo, sem contudo se ter assistido a uma radical mutação dos princípios pedagógicos e científicos, bem como da organização da escola. Logo em 1913, um ano após a organização inicial, o ministro do Fomento em exercício, António Maria da Silva, publicava um decreto reorganizando o ISCL[25]. O aspecto mais importante cingiu-se, como acima foi referido, à extinção do curso especial de agentes comerciais, mantendo-se o quadro de cadeiras dos outros cursos. Em 1915, com o Instituto integrado no Ministério da Instrução Pública, procedeu-se a mudanças mais substanciais[26]. O

[25] Decreto de 5 de Junho de 1913.
[26] Decreto de 23 de Setembro de 1915.

número de cadeiras passou para vinte e quatro, com alterações nos conteúdos de algumas delas. Paralelamente, criou-se o curso superior de finanças com a duração de três anos. Podemos considerar que ambas as medidas tiveram um efeito de reforço da área da economia, em prejuízo principalmente das áreas da física e da química, as quais cada vez mais se tornavam, em exclusivo, importantes para a frequência do curso aduaneiro.

Em 1918, já no quadro da derrocada política do Sidonismo, Azevedo Nunes, Secretário de Estado do Comércio, fez publicar uma reorganização do ensino técnico[27]. As mais recentes leituras, de natureza histórica e sociológica, do sistema de ensino da I República conferem um importante destaque ao documento, em termos dos princípios que o enformam, e aos efeitos das medidas nele preconizadas[28]. A Reforma de 1918, como ficou conhecida para a posteridade, teve subjacente um discurso valorizador do ensino técnico, em particular do ensino elementar industrial e comercial, no quadro de uma afirmação nacionalista das capacidades de superação do atraso económico e social em que o país se encontrava, encerrando, por sua vez, uma postura antagónica a um certo diletantismo intelectual. Não se encontrava em jogo uma simples medida de reorganização de um sector do sistema escolar. O decreto incorpora um conjunto de medidas que veicula uma notória vontade política de expandir o ensino técnico, como "ensino de massas"[29], face ao cunho marcadamente elitista do ensino liceal. A estrutura gradativa que vai impor para o ensino industrial e comercial irá manter-se, nos seus aspectos principais, até ao final dos anos 60.

O ensino técnico comercial passava a estruturar-se em três graus. O elementar que, de modo não claramente definido, agregava escolas com níveis

---

27 Decreto nº 5.029 de 1 de Dezembro de 1918. O decreto apresenta uma importante exposição preambular em que se tenta fazer o relato da evolução histórica do ensino técnico desde o Marquês de Pombal.

28 Veja-se Sérgio Grácio, *op. cit.*, p. 54 e Rómulo de Carvalho, *op. cit.*, pp. 685.

29 Cf. Sérgio Grácio, *op. cit.*, p. 54.

diferentes: as aulas comerciais de duração de 2 anos; as escolas elementares de comércio de 3 anos; as escolas preparatórias de 4 anos[30]. O ensino médio que era professado nos Institutos Comerciais de Lisboa e do Porto. O superior, constituído pelos dois Institutos Superiores do Comércio sedeados nestas cidades.

Quanto especificamente ao ensino superior comercial, o único aspecto importante da reforma encontra-se na expansão da oferta educativa com a formação do ISCP[31]. A nova escola vai apresentar uma organização, em termos administrativos, pedagógicos e científicos, idêntica ao do ISCL, funcionando com os mesmos cursos - curso superior aduaneiro, curso superior de finanças, curso superior consular e curso superior de comércio.

De forma nítida, com a Reforma de 1918, os dirigentes republicanos estabeleceram uma hierarquia de graus e de escolas ao nível do ensino técnico, de acordo com as diferentes procuras sociais que pretendiam captar para o ensino. Era a moldagem da configuração da oferta institucional, segundo o que os republicanos concebiam como uma procura óptima, social e politicamente, para o ensino técnico. No texto preambular da lei - exemplo acabado da representação social da sociedade portuguesa de então, em parte permeada por uma sociologia vulgar - aponta-se o seguinte:

> "Nos indivíduos que se consagram às carreiras comerciais devem distinguir-se dois grupos: aqueles que por falta de meios se viram obrigados a procurar uma colocação imediata que lhes desse os necessários meios de vida e não puderam frequentar escolas; e aqueles que, tendo suficientes recursos, seguiram estudos regulares, sistemática e metodicamente coordenados. Os primeiros, entram, em regra, muito novos na vida do comércio e só à força de trabalho, de persistência e de energia conseguem trepar, subir até uma situação desafogada. Os últimos entram na vida prática possuindo cabedais adquiridos por um estudo regular e

[30] A diferença entre as escolas elementares comerciais e as escolas preparatórias não era unicamente a duração dos respectivos cursos. As primeiras davam direito à matricula no ensino médio comercial depois do candidato obter aprovação no exame de admissão, enquanto a outra, equivalente à 2ª secção do 5º ano do curso liceal, dava acesso directo àquele ensino médio.

[31] A secção comercial da antiga Escola de Construção, Indústria e Comércio transformou-se no Instituto Comercial de Lisboa, enquanto o desdobramento da secção comercial do Instituto Industrial e Comercial do Porto dava origem ao ISCP e ao Instituto Comercial do Porto.

ocupam desde logo lugares proeminentes. Na massa dos desprotegidos da sorte há também homens de inteligência viva, arguta e fina, e que se vêem forçados a um trabalho secundário, muitas vezes extenuante, e raros são os que conseguem uma posição razoavelmente lucrativa. Muitos deles ocupam no comércio lugares que deveriam ser desempenhados por mulheres. Aos primeiros reserva-lhes a desdita todas as dificuldades; aos últimos concede-lhes o futuro todos os sorrisos. Secundariamente o caso vem reflectir-se, ainda, na miséria moral da sociedade, desviando para outro caminho muitas mulheres que deveriam ter no comércio uma colocação, como elementos de trabalho, enquanto que actualmente só servem para avolumar o chamado peso social."

Foi tendo presente esta representação - indicadora de modo inequívoco da divisão sexual do trabalho existente ao nível do comércio - que os dirigentes republicanos determinaram os três graus acima indicados, como igualmente, entre outros aspectos, uma certa flexibilização na organização do nível elementar do ensino comercial, o caso específico das aulas comerciais[32].

Segundo o modelo de organização e divisão do trabalho administrativo que os republicanos adoptam no texto da Reforma de 1918, era para eles claro que as aulas comerciais fossem destinadas aos sujeitos que não tivessem nem tempo, nem meios para frequentar o ensino regular. De acordo com o ideário republicano de expansão da instrução, as aulas comerciais a funcionar em regime diurno e nocturno, regidas pelo professor primário, visavam unicamente ministrar noções gerais [33].

No âmbito da tipificação jurídica da relação entre graus de ensino - e correspondentes diplomas quando existiam - e postos de trabalho que os republicanos enfatizavam na Reforma de 1918, o ensino ministrado nas escolas

---

32 As aulas comerciais deveriam funcionar com o apoio das Câmaras Municipais e em pequenas localidades.

33 As aulas comerciais tinham objectivos pedagógicos de uma mera iniciação. Segundo a lei, o ensino ministrado englobaria: aritmética comercial elementar; noções de escrituração comercial; caligrafia; dactilografia, correspondência comercial. Para a sua frequência seria exigido como habilitação o exame de instrução primária complementar. Teriam preferência na matrícula os indivíduos que exercessem a actividade de empregado de escritório. No caso das crianças que se encontravam a trabalhar - as únicas que poderiam cursar as aulas comerciais diurnas - era sugerido que o patrão as dispensasse uma hora por dia para as frequentar.

comerciais serviria para as actividades de caixeiro de balcão, caixeiro-viajante e auxiliares de escritório. Já os institutos comerciais (IC) destinavam-se à formação de auxiliares de contabilidade para funções secundárias na administração pública e nas empresas, para além da preparação académica para ingresso no ensino superior comercial. Este grau de ensino tinha como finalidade "ministrar aos seus alunos uma instrução desenvolvida e adaptada às necessidades económicas e comerciais do país", isto é, a formação de comercialistas e de indivíduos para os cargos superiores do Estado, em particular para os serviços aduaneiros e consulares. Deste modo, se concretizava a hierarquia de graus no ensino comercial.

A criação do ensino comercial médio com a Reforma de 1918 vai corporizar uma solução para a situação precária que, desde 1911, viviam os antigos Institutos Industriais e Comerciais. No caso do ensino comercial, a reforma implantava uma linha de continuidade entre os diversos graus. Só que essa linha de continuidade acabava por ser penalizante para todos aqueles que a queriam seguir para alcançar o ensino superior comercial, pois eram necessários oito anos (quatro anos de frequência nas escolas comerciais, mais quatro dos IC, enquanto aos alunos provenientes do liceu bastavam sete anos para ingressarem nos ISC. Para Beirão da Veiga, tal desigualdade acabava por prejudicar a existência de um ensino comercial completo, constatando o seguinte:

> "Sendo um dos problemas da pedagogia actual descongestionar os liceus desviando para o ensino técnico o maior número de indivíduos, parece-nos que, sob este particular aspecto, a reforma não conseguirá o menor resultado. Atendendo à tendência natural, proveniente de preconceitos e correntes de opinião estabelecidos, de cada um de nós dirigir os filhos para os liceus e à nula economia de tempo que resultará de os sujeitar a outra orientação, bem como ao facto dos cursos liceais lhes abrirem mais variados horizontes, parece-nos evidente que a organização trará uma pequena difusão ao ensino técnico comercial completo."[34]

---

[34] Caetano Beirão da Veiga, "Reorganização do ensino comercial", in *Revista do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*, Junho de 1917, p. 107.

A estrutura adoptada para o ensino técnico comercial, com os seus três graus, copiava a do ensino industrial. Se tal era, sem dúvida, importante para que aquele não ficasse numa posição desvalorizada comparativamente ao restante ensino técnico, conduziu, por outro lado, a algumas indefinições. O ensino comercial não apresentava uma clara separação entre o grau médio e o superior, o que decorria em especial de algumas das matérias curriculares serem ensinadas no primeiro de um modo desenvolvido e em profundidade, facto considerado excessivo por Beirão da Veiga, face aos objectivos dos IC. Estas escolas deveriam unicamente habilitar para o exercício de funções não superiores de administração. Esse seria, sim, o objectivo fundamental comummente aceite para os ISC, mas mais,

> "Nas escolas médias a teoria deve ser dada exclusivamente sob o ponto de vista de habilitar o pessoal que desempenha na vida mercantil funções auxiliares da gerência com os conhecimentos precisos para conhecer a razão das várias operações praticadas, e as correlativas responsabilidades, o motivo dos múltiplos processos de trabalho empregados, e a estrutura orgânica das várias emprêsas."[35]

Não fazia, por conseguinte, sentido para aquele professor que os currículos contemplassem o "estudo das matemáticas gerais" que a química estivesse largamente desenvolvida ou mesmo que outras cadeiras tivessem designações consideradas pomposas para o conteúdo que apresentavam. Somente no ensino superior era plausível o desenvolvimento especulativo da teoria e igualmente o tratamento da "filosofia dos fenómenos económicos".

A não separação clara entre os dois graus de ensino era o resultado de determinados aspectos. Desde logo, o incipiente estado de desenvolvimento em que para a época se encontravam os conhecimentos científicos e técnicos nas áreas da contabilidade, do comércio e da administração de empresas,

---

[35] Caetano Beirão da Veiga, *op. cit.*, p. 109.

fundamentalmente em Portugal, mas também em termos europeus, conduzia a que os conteúdos ensináveis ficassem aquém do grau de aprofundamento e de especialização imprescindíveis à manutenção de um grau médio e de um superior, no ensino comercial. Por sua vez, a fraca especialização da divisão do trabalho ao nível quer dos escritórios das empresas industriais, quer das actividades financeiras e do comércio em geral, tributária do baixo nível e ritmo que assumiu o crescimento económico do país durante a I República, acabava por justificar, e consequentemente reforçar, a inexistência daquela separação clara (a esta questão voltaremos mais à frente). Importa igualmente ter presente que o próprio Estado tinha contribuído para esta situação com a equiparação que efectuou, em 1914, dos cursos superiores do comércio dos IICL ao do ISCL. O mesmo já não aconteceu para o ensino industrial. O curso superior industrial do IICL nunca seria equivalente aos cursos de engenharia do IST e da Faculdade Técnica do Porto[36].

No contexto político da Ditadura Militar saído do golpe de 28 de Maio de 1926 e na sequência directa do conflito académico desenrolado no mesmo ano (que abordaremos de modo mais detalhado em momento posterior do presente capítulo), efectuou-se uma das importantes reformas no ensino ministrado nos dois ISC. O novo enquadramento jurídico estabelecia, naquele mesmo ano, um curso geral com a duração de três anos, ao qual se sucederiam cursos especiais de administração comercial, de finanças, aduaneiro, diplomático e consular, todos com a duração de um ano[37]. Além destes cursos, era igualmente fixado um curso complementar de ciências económicas e comerciais, em que, segundo o regulamento, se exigia a aprovação em todas as cadeiras e aulas práticas, o que, no mínimo, conduzia a que os alunos tivessem de permanecer mais um ano nos ISC, continuando como anteriormente a perfazer 5 anos de estudos.

---

36 Cf. Sérgio Grácio, *Destinos do Ensino Técnico...*, p. 334.

37 Decreto 12.771 de 30 de Novembro de 1926. O regulamento referente ao ISCL e ao ISCP seria publicado no Decreto 14.291 de 15 de Setembro de 1927.

Em termos internos a cada um dos institutos, a reforma tornava o ensino mais homogéneo num duplo sentido. Por um lado, através do tronco comum que era o curso geral, levava os alunos a terem que fazer a sua opção de especialização numa fase mais adiantada da frequência do ensino superior comercial. Por outro, terminava com a situação de existirem cursos com diferentes durações, o que, como sublinhámos antes, tinha influência directa no valor económico e simbólico dos respectivos diplomas. Além disto, a homogeneização veio ao encontro das críticas que desde a formação do ISCL, em 1911, se fazia à opção pela pluralidade, em vez de se ter alicerçado num único curso. Só se mantinha a excepção do curso complementar de ciências económicas e comerciais (equivalente ao extinto curso superior de comércio) que exigia no mínimo a frequência dos ISC por mais um ano lectivo, somando, portanto, uma duração total de cinco anos. Era efectivamente este o curso que permitia a equiparação, nem que fosse em termos nominais, entre o ensino superior comercial e outros sectores do ensino superior.

No plano curricular são introduzidas novas cadeiras, algumas delas correspondendo a um desdobramento doutras já existentes, em particular na área da contabilidade e da administração comercial, passando o seu número para 28, distribuídas por 5 grupos disciplinares: matemáticas financeiras, ciências físico-químicas, ciências económicas e geográficas, ciências políticas e jurídicas, administração comercial e financeira. O ensino nos ISC mantinha a preponderância da vertente comercialista, o que reflectia, segundo A. Castro, a "própria situação social e mental do país"[38]. Subsistia a importância das cadeiras de índole jurídica. Por outro lado, a economia como disciplina científica encontrava-se reduzida a 4 cadeiras[39].

---

[38] Armando de Castro, "O ensino da ciência económica na segunda metade dos anos trinta e a acção pedagógica do Professor Doutor Teixeira Ribeiro", in *Boletim da Faculdade de Direito*, nº especial, 1978, p. 250.

[39] Eram as seguintes as cadeiras de economia: "Economia política. Legislação industrial"; "Política económica internacional; "Regimes aduaneiros"; "Geografia económica geral e especial"; "Geografia económica de Portugal e suas colónias. Geografia económica do Brasil".

O ISCL apresenta uma evolução do número de alunos matriculados pautada por uma certa irregularidade (Quadro IV-1). Pelo contrário, a procura social do ensino ministrado no Instituto do Porto (Quadro IV-2) manteve um crescimento de certo modo estável.

Em ambas as escolas, a preferência maioritária era dada ao curso superior de comércio enquanto ele existiu. Como já o destacámos, tal correspondia à opção pela formação académica que, face ao respectivo perfil curricular, poderia assegurar a posse de um diploma mais valorizado. Entretanto, esta opção indicia a adesão de alunos provenientes da burguesia, como também a dos que tinham uma origem social pequeno-burguesa, os quais, na expectativa de obterem benefícios económicos e simbólicos mais elevados, preferiam aquele curso, assumindo, durante a frequência do mesmo, a contrapartida de terem de efectuar um investimento financeiro superior ao que os seus colegas faziam para os outros cursos de menor duração.

Quadro IV-1

Evolução do número de alunos matriculados e de diplomados do Instituto Superior de Comércio de Lisboa, por curso e por ano lectivo

Anos Lectivos	Aduaneiro		Finanças		Consular		Superior do Comércio		Geral		Total	
	Ma.	Dip.	Ma.	Dip.	Ma.	Dip.	Ma.	Dip.	Ma.	Dip.	Ma.	Dip.
1913/14	25	-	-	-	8	-	88	-	-	-	121	-
1914/15	22	-	-	-	10	-	93	-	-	-	125	-
1915/16	21	-	4	-	8	-	114	-	-	-	147	-
1916/17	11	-	5	-	9	-	103	-	-	-	128	-
1917/18	6	-	4	-	5	-	116	-	-	-	131	-
1918/19	5	-	5	-	7	-	177	-	-	-	194	-
1919/20 a)	9	1	17	-	18	1	273	7	-	-	317	9
1920/21	11	-	9	2	25	1	218	6	-	-	263	9
1921/22	12	-	12	-	30	1	233	2	-	-	287	3
1922/23	11	-	10	-	30	-	209	2	-	-	260	2
1923/24	20	-	6	-	26	1	237	1	-	-	289	2
1924/25	16	7	7	-	20	11	176	12	-	-	219	30
1925/26	30	5	9	-	36	1	201	5	-	-	276	11
1926/27	51	4	14	5	37	6	202	5	-	-	304	20
1927/28	35	8	11	5	34	8	152	10	71	-	303	31
1928/29	33	15	11	2	24	10	105	10	71	-	244	37
1929/30	47	12	8	1	33	13	107	12	62	-	257	38
1930/31	41	35	26	15	52	35	56	14	87	-	262	99

a) Dados englobando os Instituto Superior de Comércio de Lisboa e do Porto.
Fonte: Ministério da Fazenda, *Anuário Estatístico de Portugal* e Ministério das Finanças, *Anuário Estatístico de Portugal.*

Quadro IV-2

Evolução do número de alunos matriculados e de diplomados do Instituto Superior de Comércio do Porto, por curso e por ano lectivo

Anos Lectivos	Aduaneiro		Finanças		Consular		Sup. do Comércio		Geral		Outros		Total	
	Ma.	Dip.	Ma.	Dip.	Ma.	Dip.	Ma.	Dip.	Ma.	Dip.	Ma.	Dip.	Ma.	Dip.
1920/21	1	-	3	-	8	-	50	6	-	-	-	-	62	6
1921/22	6	-	1	-	9	1	49	2	-	-	-	-	65	3
1922/23	3	1	2	-	7	-	56	-	-	-	-	-	68	1
1923/24	7	-	2	-	17	1	72	1	-	-	-	-	98	2
1924/25	7	-	3	1	18	5	44	2	-	-	-	-	72	8
1925/26	11	-	-	-	18	-	40	-	-	-	-	-	69	-
1926/27	24	8	2	1	36	6	43	3	-	-	-	-	105	18
1927/28	14	12	1	1	33	8	20	4	50	-	-	-	118	25
1928/29	17	6	4	-	24	10	28	1	55	-	-	-	128	17
1929/30	10	5	4	3	15	4	21	1	61	8	-	-	111	21
1930/31	3	3	1	1	13	2	17	1	99	13	-	-	133	20
1931/32	6	4	7	5	3	-	3	-	93	11	16	11	128	31
1932/33	6	6	2	1	10	4	4	3	113	20	23	16	158	50
1933/34	9	9	3	-	5	1	2	2	80	12	15	9	114	33
1934/35	8	8	2	-	2	2	1	1	47	22	21	21	81	54
1935/36	28	26	15	15	42	39	-	-	-	-	11	10	96	90

Fonte: Ministério da Fazenda, *Anuário Estatístico de Portugal* e Ministério das Finanças, *Anuário Estatístico de Portugal*.

Embora a frequência dos cursos menos valorizados pudesse ser considerada diminuta, a procura centrava-se mais nos cursos aduaneiro e consular. Para tal deveria concorrer o facto de garantirem o acesso a um mercado de emprego estável, como era o da administração pública. Além disso, o curso de finanças, que potencialmente lhes poderia fazer concorrência, era de criação recente, apresentando-se mais desconhecido quanto à sua estrutura curricular e mesmo às áreas de inserção laboral dos respectivos diplomados. Em ambos os Institutos, o número de alunos que concluíam os cursos caracterizava-se por ser baixo face ao volume de matriculados, o que decorria, genericamente, de uma forte taxa de insucesso ao nível da maioria das cadeiras.

Um dos aspectos marcantes da I República, ao nível do ensino, encontra-se na promoção da oferta do ensino técnico superior, comercial e industrial. Com

efeito, criou-se o ensino superior comercial, o ensino da engenharia remodelou-se, sofrendo um forte impulso dinamizador através do IST e o ensino da agronomia e da veterinária foi igualmente reformado. Em simultâneo, tornou-se patente, no seio do quadro global do ensino técnico, a desclassificação que sofreram os institutos médios, comercial e industrial. Como interpretar a promoção efectuada? Não subsistem indícios, segundo S. Grácio, que a mesma tenha sido induzida pela dinâmica económica e pelas necessidades das empresas, mas sim, fundamentalmente, por razões doutrinárias e ideológicas - a ideia do progresso científico e técnico como elemento impulsionador da dinâmica social no sentido do desenvolvimento do país tão difundida pelos republicanos[40] - e como meio de reprodução do próprio poder político de então; era a reprodução, em particular do pessoal político, feita na base do meritocracismo escolar, para além do clientelismo partidário, mecanismo sempre presente durante a vigência da I República[41]. Subsistiu, portanto, um nexo, construído sempre em termos de obtenção de resultados futuros, entre as medidas governativas tomadas para o ensino técnico superior e o sistema político. É, por sua vez, verdade que algumas destas razões estiveram também presentes na expansão do ensino universitário - tenha-se presente, por exemplo, a luta contra a Universidade de Coimbra.

No caso do ensino superior comercial, a promoção da oferta, com a criação de estabelecimentos de ensino em Lisboa e no Porto, não se mostrou suficiente para que alunos e professores enveredassem pela consolidação dos ISC no seio do ensino técnico. Ao longo da curta história destes Institutos, as atenções vão estar direccionadas para a Universidade, que é percepcionada como

---

[40] Para S. Grácio, a futura concretização do desenvolvimento do país, almejada pelos republicanos, iria "(...) aumentar o peso social e o papel político dos segmentos sociais mais propensos a apoiar o regime, da média burguesia industrial à vasta panóplia dos assalariados pequeno-burgueses, incluindo os de muito baixo estatuto social". Cf. Sérgio Grácio, *op. cit.*, p. 74.

[41] Sérgio Grácio, *op. cit.*, pp. 74 e segs. Para este sociólogo, além das razões apontadas outra subsistia, embora com um "carácter mais hipotético", como explicativa da expansão do ensino superior - a acção dos republicanos de imporem como fonte dominante do poder o património cultural alicerçado no meritocracismo escolar. Cf. Id., *ibid.*, pp. 94 e segs.

uma referência ou mesmo como um espaço institucional onde o ensino das questões comerciais e económicas deveria estar integrado com um estatuto idêntico às áreas de conhecimento que nele se encontravam cientificamente reconhecidas. O objectivo principal era simplesmente o de reclassificar os ISC no seio do ensino superior ou, mais especificamente, alunos, professores e cursos, por via da sua integração, com uma nova configuração institucional, na Universidade.

A preferência assinalada afigura-se-nos traduzir dois aspectos. Desde logo, a situação de precaridade institucional que caracterizava os dois ISC e que era resultante da conjugação de vários elementos, tais como: o incipiente estatuto científico que detinham os conhecimentos nucleares - contabilidade, comércio e economia - que enformavam os currículos ministrados naquelas escolas; a existência de cursos diferentemente valorizados no mercado de títulos académicos e no mercado de emprego; a persistência de funções profissionais decorrentes destes cursos que não geravam benefícios materiais e simbólicos tão elevados como acontecia para as que tinham subjacentes outras titulações. Por outro lado, a importância da Universidade como espaço institucional primordial - no âmbito da estrutura de classes sociais do Portugal das primeiras décadas do nosso século - de atribuição de prestígio profissional e social aos detentores dos respectivos títulos académicos. Títulos que, saliente-se, apresentavam uma elevada rentabilidade material e simbólica.

Dois factos são reveladores do que se tem vindo a defender. Pressionado pelos alunos do ISCL, o Conselho Escolar da mesma escola, em Outubro de 1922, avançou com uma proposta de lei que foi apresentada na Câmara dos Deputados pelo ministro do Comércio e das Comunicações e que criava o grau de Doutor em várias especialidades - ciências económicas e comerciais, ciências económicas e financeiras, ciências comerciais e jurídicas, ciências comerciais e fiscais - para os diplomados dos vários cursos então existentes que tivessem defendido uma tese ou dissertação original. Os argumentos aduzidos para tal

ficavam-se quer pelo facto de estabelecimentos estrangeiros da mesma área de ensino conferirem aquele grau, quer por serem um "poderoso incentivo à frequência e um notável estímulo à aplicação dos alunos"[42]. Se a proposta tivesse passado à forma de lei, então o ensino superior comercial ficaria equiparado ao universitário. Pretendia-se, assim, invalidar o efeito socialmente desvalorizante que a ausência de determinados símbolos da gramática das instituições académicas tinha no plano dos benefícios simbólicos e materiais auferidos pelos diplomados dos ISC, como era o caso do grau de Doutor.

A pretensão do Conselho Escolar do ISCL acabou por não avançar porque entretanto a apresentação, em 21 de Junho de 1923, na Câmara de Deputados da proposta de Estatuto da Educação Pública pelo ministro da Instrução Pública, João Camoesas, gerou fortes expectativas face ao futuro do ensino superior comercial. Pretendia-se que esse futuro se baseasse na integração dos dois Institutos na Universidade e isto não obstante aquele documento vincar a importância do ensino técnico superior. No dia 25 do mesmo mês, uma proposta de lei assinada por aquele ministro e pelo do Comércio e Comunicações dava entrada na Câmara dos Deputados para posterior discussão e votação. O objectivo encontrava-se perfeitamente definido, como se pode ler no respectivo art.°1: "O Instituto Superior de Comércio de Lisboa e o Instituto Superior de Comércio do Porto são integrados, respectivamente, na Universidade de Lisboa e na Universidade do Porto, formando cada um deles uma Faculdade de Ciências Económicas e Comerciais e constituindo uma pessoa jurídica".

As informações são escassas quanto ao modo como se desenrolou o processo que conduziu à proposta de lei. Unicamente se retém que o documento foi previamente apreciado pelos Conselhos Escolares das duas escolas e que o mesmo salvaguardava a autonomia pedagógica e administrativa que, desde 1911,

---

[42] Cf. *Anuário do Instituto Superior de Comércio de Lisboa* 1922/23, Lisboa, s/ edit., 1924, p. 5.

pautava a gestão do ensino superior comercial[43]. As condições específicas de funcionamento das escolas impeliam a isso:

> "(...) visto que o ensino técnico, exigindo mais trabalhos práticos, mais provas de frequência e ainda porque as próprias cadeiras de instrução geral, que fazem parte dos cursos professados nesta escola, exigem uma determinada especialização, como preparatórias das de aplicação, dificilmente poderiam subordinar-se ao regime actualmente seguido nas Universidades."[44]

Pretendia-se o ingresso na Universidade, mas não de um modo que pudesse anular os aspectos organizativos que estavam presentes nos ISC. A proposta de lei acabou por ser remetida para o esquecimento, após a dissolução do governo em Novembro de 1923. Ficavam, deste modo, frustradas as expectativas geradas e que tinham tido o apoio do poder político. Somente passados sete anos, já no quadro político e social do Estado Novo, o ensino técnico superior faria a sua entrada no campo universitário por via da criação da UTL. Durante este curto período, vamos assistir ao desenvolvimento de conflitos estudantis que marcaram a vida institucional dos ISC e a configuração do mercado de emprego para os respectivos diplomados.

---

[43] No início do ano lectivo de 1924/25, Francisco António Correia, director do ISCL, destacava que a autonomia concedida pela lei aos Institutos Superiores de Comércio e ao IST constituía o "segredo" do êxito dessas escolas. E acrescentava: "A autonomia, quer considerada sob o ponto de vista pedagógico, quer sob o ponto de vista administrativo, a bem do ensino, deve ser cada vez mais ampla, dentro dos preceitos regulamentares. Dá-nos liberdade de movimentos, tão necessária para o andamento regular dos serviços escolares, mas impõe-nos responsabilidades efectivas. Dispensa-nos de pedidos de autorizações, de orçamentos oficiais, de informações, de uma série interminável de trâmites, de formalidades, em que se consome muito papel, mas exige-nos a apresentação das nossas contas, que são submetidas a julgamento." *In Anuário do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*, 1924/25, Lisboa, s/ edit., 1926, p. 23.

[44] *Ibid.*, p.24.

2. O mercado de emprego dos diplomados pelos Institutos Superiores de Comércio

O ponto anterior permitiu-nos traçar as principais linhas de transformação institucional e morfológica do ensino superior comercial durante a I República. Interessa neste momento passar a analisar o modo como se estruturou um conjunto de actividades ocupacionais desempenhadas pelos diplomados pelos ISC. É uma primeira aproximação ao estado do mercado de emprego para estes diplomados, a qual, desde já se sublinha, será efectuada de acordo com a escassa informação disponível. Relembre-se que a aproximação proposta decorre da importância teórica que conferimos ao estabelecimento de áreas de emprego nos processos de emergência e consolidação de uma profissão.

Os antecedentes longínquos da profissão de economista encontram-se nas actividades laborais daqueles que provinham do ensino superior comercial, em particular de uma parcela deles, os comercialistas. A história do título de comercialista é fundamentalmente marcada pela sua fixação no plano jurídico e pela ambiguidade do próprio significado do título. Como se pode ler num decreto de 1903[45] que dava corpo ao regulamento do IICL, o ensino superior comercial tinha por objectivo "Formar comercialistas ou habilitar pessoal técnico de administração económica para os diversos ramos do comércio e para determinados lugares da administração pública". Nos Regulamentos de 1912, 1913 e 1919 do ISCL, a qualidade de comercialista era atribuída somente aos diplomados com o curso superior de comércio. No Regulamento de 1927, e posteriores, deixa-se de fazer qualquer referência ao título. Não sendo um título académico, mas apenas de cariz profissional, a sua inclusão naqueles regulamentos pretendia provavelmente expressar uma relação entre uma formação escolar e determinadas áreas de actividade profissional, como igualmente um sinal de distinção para todos aqueles que detivessem aquele curso,

[45] Decreto de 9 de Julho de 1903.

especificamente o que se encontrava socialmente mais valorizado. Só que o título de comercialista era igualmente sinónimo de especialista em direito comercial, o que originava, ao nível da globalidade dos títulos profissionais, uma certa ambiguidade. Com efeito, será a partir desta outra noção do título que a Associação dos Comercialistas Portugueses irá reclamar a autorização para o exercício da advocacia comercial. Se tal reivindicação fosse concretizada, permitiria a entrada dos comercialistas num importante segmento do mercado de emprego, no qual os advogados deixariam de exercer a sua actividade em condições monopolistas. Pretensão francamente irrealizável face ao poder e prestígio que a profissão de advogado manifestava no quadro da sociedade portuguesa da altura.

Não podemos deixar de considerar que a ambiguidade do título de comercialista era, por outro lado, influenciada pelas condições que caracterizavam a actividade ocupacional dos diplomados pelos ISC e pela imagem que os mesmos detinham no seio da sociedade, em particular ao nível do mercado de emprego.

Maria Oliveira Belo, em 1918, ao abordar o papel do ensino superior comercial queixava-se amargamente que o mesmo persistia em não ser amplamente destacado em Portugal, ao contrário do que acontecia em outros países europeus. Aquilo que este professor do ISCL considerava ser a "péssima noção que muita gente tem de qual seja a função que o comércio desempenha no progresso do país" era jocosamente retratado por um facto da vida quotidiana:

> "Um amigo meu pediu-me para colocar um filho em uma das empresas a que pertenço. Perguntando-lhe eu quais as habilitações que o rapaz em questão possuía, respondeu-me que tinha passado por média no primeiro e segundo ano do curso dos liceus, ficando reprovado no terceiro, e acrescentou: - 'Mas o rapaz não sabe nada. Estou convencido de que é um burro. Foi por isso que me resolvi a metê-lo no comércio!"[46]

---

[46] Maria Oliveira Belo, "A missão do Instituto Superior de Comércio de Lisboa na nossa preparação económica", in *Anuário do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*, 1918/19, Lisboa, s/edit., p. 67.

Por outro lado, nos anos 20, os diplomados pelo ISCP eram conhecidos na cidade por "doutores em mercearia"[47]. Rótulo bem significativo do modo como se desenrolava o seu reconhecimento no mercado dos títulos académicos. Em 1923, um representante dos estudantes do ISCL traçava publicamente um quadro pouco abonatório:

> "Qual será o José das Dornas capaz de consentir, ao mandar o filho para a cidade seguir estudos, que êle venha a aprender comércio? O que êle quere é um filho doutor: pode transigir em que o rapaz seja oficial porque as várias meninas Franciscas da terra têm paixão pelo botão amarelo, mas que êle estude para o comércio, nisso é que êle não pode consentir. Comerciante, muito honrado e que tem feito casa é o João da Esquina, e êsse nunca saíu da terra a gastar dinheiro ao pai com os estudos."[48]

Estes três apontamentos ilustram uma representação social dos diplomados dos ISC que se apresentava fracamente prestigiada, em comparação com a que detinham outros diplomados, em particular os universitários[49]. Representação que estava profundamente inter-relacionada com vários aspectos que importa aqui ter presente.

---

47 Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 70, 1950, p. 231.

48 *Anuário do Instituto Superior de Comércio de Lisboa de 1923/24*, Lisboa, s/edit., 1925 p. 23.

49 Para os dirigentes republicanos a criação do ensino superior comercial foi encarada, entre outros aspectos, e de acordo com o seu ideário político, como uma medida que conduziria a alterações quer no modo como decorria a actividade comercial, quer nas qualificações e práticas laborais dos próprios comerciantes. "No exercício da vida commercial opera-se sobre productos naturais e manufacturados, e está-se em contacto com os elementos sociais. D'ahi a necessidade do commerciante conhecer, tanto o que diz respeito aos productos - a sua origem, as condições de produção, a sua composição e o lugar do consumo - como o que se refere ao meio social productor e consumidor, a sua economia, a sua legislação, as formalidades aduaneiras e sanitárias e as condições internacionais. Por último, deve igualmente inteirar-se da parte technica, que é a que trata do transporte das mercadorias, das regras da compra e da venda, das firmas de pagamento, da intervenção das instituições bancárias e de seguros, da legislação privativa dos actos de commercio, e do registo do movimento mercantil", in Rodrigo Affonso Pequito, *op. cit.*, p. 16. Sem dúvida fortes aspirações quanto ao papel do ensino na transformação de atitudes e comportamentos. A evolução do ensino superior comercial e a própria dinâmica que tomou a economia durante a I República não concretizaram essas aspirações.

Atentemos, desde já, na configuração que tomou a dinâmica económica durante a I República. Um país dominado por uma agricultura pobre, assente predominantemente na pequena propriedade e de baixa produtividade, que se combinava em determinadas regiões com alguma produção agrícola capitalista - o vinho, o trigo, a cortiça -, às quais se vem juntar uma agricultura marcadamente latifundiária e absentista no Alentejo; segundo o censo de 1911, a população activa era de 2.585.262 pessoas, da qual 55,7% se dedicava à agricultura. Uma actividade industrial que tinha progredido lentamente entre 1911 e 1930, não se afastando do arranque ocorrido nos finais do século XIX e que abrangia 24,5% do total da população activa à data daquele censo. E isto, não obstante ser naquele período que emergiram as primeiras grandes organizações industriais, entre as quais cedo se vai destacar a Companhia União Fabril (CUF), sedeada no Barreiro e liderada por Alfredo da Silva[50], assim como novos sectores de actividade - química, metalurgia, madeira, moagem - que se vieram juntar, por sua vez, aos sectores tradicionais, têxtil e conservas de peixe. Um sector financeiro que evoluiu no sentido da concentração do capital bancário, com a formação de algumas das casas bancárias que irão ter um papel crucial no desenvolvimento do capital financeiro no pós anos 30, mas que se manterá arredado de um papel cimeiro no âmbito da dinâmica económica durante a I República[51]. O comércio englobava somente 6,0% da população, em 1911. Por seu turno, o peso da "fôrça pública"[52] e da administração pública situava-se nos 2,1% e o das denominadas profissões liberais, em 1,6%.

---

50 Alfredo da Silva era diplomado pelo IICL, comercialista e membro da Associação dos Comercialistas Portugueses.

51 Para mais desenvolvimentos, consulte-se: Armando de Castro, *A Economia Portuguesa 1900-1925*, Lisboa, Seara Nova, 1973; Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesa na Origem do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979; Manuel Villaverde Cabral, *Portugal na alvorada do século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979; António José Telo, "A busca frustrada do desenvolvimento", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 123-170.

52 O censo populacional de 1911 estava organizado segundo a nomenclatura de Bertillon que dividia a população por grandes áreas de actividade económica. A "Fôrça Pública" incluía o exército, a armada, a guarda republicana, a polícia e a guarda fiscal.

Entretanto, verificava-se a divulgação por uma elite intelectual - médicos, engenheiros, professores - a partir de informação recebida do estrangeiro, Europa e EUA, dos princípios da OCT, em particular das teses e das experiências de Taylor. O trabalho de divulgação iniciou-se, em meados dos anos 10, e irá desenvolver-se até aos anos 30, quando decorrente do anti-industrialismo, da defesa do ruralismo, da opressão da classe operária por parte do Estado Novo se assistirá à travagem do projecto de racionalização organizacional e técnica. Os bloqueios económicos, em particular em termos da débil industrialização existente, das próprias crises económicas e sociais que atravessaram o período da I República impediram que o projecto fosse aplicado nas empresas - tal irá acontecer somente nos anos 40. Projecto que, sublinhe-se por um lado, se encontrava intimamente associado a novas propostas sobre o papel e organização do ensino técnico, assim como das condições de vida do operariado e, por outro, recebia fortes injunções do ideário republicano sobre a importância crucial para a sociedade portuguesa, entre outros aspectos, do progresso técnico e científico, do aproveitamento racional da mão-de-obra e dos recursos económicos[53].

Ora o quadro económico apontado, unicamente nos seus aspectos principais, em que as situações produtivas marcadas pela modernidade e pela inovação no plano técnico-organizativo seriam esparsas, não possibilitava, por manifesta não imprescindibilidade para o seu funcionamento, uma ampla utilização dos conhecimentos científicos e técnicos das áreas do comércio, da economia e da administração ao nível das empresas industriais e comerciais de que eram portadores os diplomados pelos ISC, o que, consequentemente, poderia criar obstáculos à inserção destes mesmos diplomados.

---

[53] Sobre a questão da introdução da OCT, veja-se Marinús P. de Lima, "Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-80) - alguns resultados preliminares de uma investigação em curso", in *Análise Social*, nºs 72-73-74, 1982, pp. 1299-1366. Um exemplo de uma proposta de relação entre organização do ensino e racionalização do trabalho, no sentido de articular esse ensino com o mundo do trabalho, podemos encontrar na Proposta de Lei sobre "Reorganização da Educação Nacional" formulada pelo ministro João Camoesas, em 1923. João Camoesas que vai ser um dos principais publicistas da OCT.

Criticando a inexistência de uma racionalidade técnica predominante, vários autores apontam a configuração que tomava a dinâmica económica como um dos factores geradores de uma procura limitada de diplomados pelos ISC por parte das empresas[54]. Com efeito, tal é amplamente demonstrado pela informação inserta no seguinte quadro[55]:

Quadro IV-3

Distribuição percentual dos comercialistas por categorias socioprofissionais

Categorias socioprofissionais	Nº	%
Proprietários agrícolas	3	1,4
Proprietários industriais	8	3,6
Proprietários comerciais	13	5,9
Empregados do Estado	112	50,9
.Alfândegas	(63)	(28,6)
.Negócios Estrangeiros	(7)	(3,2)
.Professores	(16)	(7,3)
.Outros serviços do Estado	(26)	(11,9)
Militares	9	4,1
Empregados da Banca	27	12,3
Empregados de Empresas Industriais e Comerciais	29	13,2
Misericórdias	6	2,7
Outras Actividades	13	5,9
Total	220	100,0

Fonte: *Boletim da Associação dos Comercialistas Portugueses*, nº 1, 1915, pp. 44-48.

Conclui-se precisamente que o Estado, em especial os serviços da Alfândega, era o empregador mais importante, seguido, embora distanciadamente, pela Banca e pelas Empresas Industriais e Comerciais[56], o que

[54] Alguns destes críticos são precisamente professores dos ISC, o que confere às suas posições um cunho particular. Ao apontarem a inexistência de racionalidade técnica, faziam, em simultâneo, a apologia do ensino ministrado nestas escolas e como o mesmo poderia ser um elemento fundamental para as empresas.

[55] O Quadro IV-3 foi construído a partir de um recenseamento elaborado pela ACP junto dos comercialistas.

[56] A importância do Estado como principal empregador dos diplomados pelos ISC seria muito mais notória se entrássemos em linha de conta com os diplomados com os cursos superiores

decorre basicamente de uma parte dos cursos estarem dirigidos para os serviços de Estado, mas não só, como veremos mais abaixo. Face ao número escasso de diplomados por ano lectivo, em particular nos anos 20 (Quadro IV-1), provavelmente não se teria assistido a um acentuado desajustamento entre a oferta daqueles licenciados e as oportunidades de inserção laboral.

Conduzindo a nossa análise para aspectos mais específicos da situação laboral dos comercialistas recenseados, outras pistas emergem. Se atendermos à posição hierárquica que os comercialistas tinham nas Alfândegas (Quadro IV-4), destaca-se o peso importante da categoria de aspirantes, o que decorria da típica estrutura técnico-burocrática de cariz piramidal em que assentava a administração pública.

Quadro IV-4

Distribuição percentual dos comercialistas a exercerem a sua actividade nas Alfândegas por categoria na carreira

Categoria na carreira	%
Director	3,3
Chefe de Serviço	7,9
Inspector	7,9
Sub-Inspector	23,8
Aspirante	57,1
Total	100,0

Fonte: *Boletim da Associação dos Comercialistas Portugueses*, nº 1, 1915, pp. 44-48.

É por outro lado importante, e não obstante o escasso volume de comercialistas recenseados, reter a nossa atenção naqueles que trabalhavam em determinados segmentos do mercado de emprego privado. Dentro deste, os Bancos e as casas bancárias sobressaem (Quadro IV-5), apresentando as

aduaneiro e consular, direccionados unicamente para funções na administração pública e que, por não terem o título de comercialista, não estão incluídos no Quadro IV-3.

empresas uma forte dispersão. Unicamente a Companhia dos Fósforos e a CP apresentavam cada uma 3 comercialistas e a União Fabril, 2[57].

Quadro IV-5

Distribuição percentual dos comercialistas a exercerem a sua actividade em Bancos e Casas Bancárias

Bancos e Casas Bancárias	%
Banco Ultramarino	3,7
Banco de Portugal	51,9
Montepio	22,2
Crédito Predial	7,4
Banco Comercial de Lisboa	3,7
Banco Eborense	3,7
Casa Borges & Irmão	3,7
Casa Burnay	3,7
Total	100,0

Fonte: *Boletim da Associação dos Comercialistas Portugueses*, nº 1, 1915, pp. 44-48.

Confirma-se, então, o que anteriormente se disse quanto à criação do ensino superior comercial não ter ocorrido prioritariamente impulsionado pela dinâmica económica empresarial. A supremacia do mercado de emprego estatal para os diplomados pelos ISC poderá ter decorrido, como vimos, do facto de uma parte dos cursos estarem direccionados para o funcionalismo público, das condições de trabalho atractivas que o Estado oferecia em termos de carreiras, de segurança do emprego, de estatuto ocupacional e da inexistência de uma ampla procura de emprego de diplomados por parte das empresas. Nesta última situação, a opção pelo Estado era a única solução económica e socialmente possível, funcionando o mesmo como um espaço refúgio de inserção laboral. Se o quadro acima aponta a situação em 1915, esta tendencialmente não se alterou,

57 A escassez de informação não nos permite efectuar uma análise mais fina das posições hierárquicas e funções que os comercialistas desempenhavam nas empresas. Director, guarda-livros, actuário eram algumas das situações recenseadas.

de modo substancial, nas décadas seguintes. Passados 6 anos, pode ler-se no *Anuário do ISCL* o seguinte comentário feito pelo respectivo director:

> "Não é só a circunstância de poderem encontrar remuneração mais avultada para a sua actividade que nos deve levar a aconselhar os nossos alunos a porem de parte a tendência, tão acentuada entre nós, de engrossarem a imensa legião dos funcionários públicos; é, sobretudo, a necessidade de levar ao nosso comércio e à nossa indústria novos elementos de vida, que lhes abram novos horizontes, eliminando os processos rotineiros, tão nefastos para a economia nacional; intensificando a nossa produção, procurando para ela novos mercados e conservando os existentes."[58]

Entretanto, a escassa utilização dos conhecimentos científicos e técnicos, acima indicada, era acompanhada pela concorrência, em termos de mercado de emprego, que sujeitos não habilitados com a formação escolar específica faziam aos diplomados pelos ISC.

> "Não devemos, porém, esquecer que, se outrora raramente procurava um aluno saído de uma escola superior exercer a sua actividade no comércio ou na indústria, hoje, pelo contrário, o desdém por essas profissões desapareceu; e tão completamente, que é vulgar vermos a exercê-las médicos, advogados, militares; enfim, todos aqueles que são impelidos para profissões diversas das suas, não tanto seduzidos pela miragem falaz de grandes lucros, como para conseguirem um suplemento de receita, necessário à manutenção da dignidade da existência."[59]

Escrito em 1923, este pequeno excerto aponta para a intermutabilidade dos títulos académicos face ao conteúdo das funções administrativas e comerciais ao nível das empresas. Provavelmente, tal era o resultado do baixo grau de cientificidade e tecnicidade que era então exigido para a sua execução. Assim, aquelas funções tornavam-se objecto de usurpação por sujeitos não especificamente detentores das qualificações, devidamente sancionadas por um diploma, como era o caso dos diplomados pelos ISC. Dentro da lógica de defesa

---

[58] *Anuário do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*, 1923/24, Lisboa, s/ edit., 1925, p. 21.
[59] Id., *ibid.*, p. 22.

dos ISC, a usurpação, na medida em que restringia ainda mais o já limitado mercado de emprego não estatal potencialmente existente para aqueles diplomados, era fortemente criticada:

> "Muitas empresas de impecável organização técnica têm fracassado no nosso meio, por insuficiência de administração comercial, e isto, pela falta de escrupuloso cuidado na escolha de administradores, gerentes, contabilistas, que, em vez de recair nos mais competentes, tem beneficiado os parentes e amigos dos sócios capitalistas, com manifesto prejuízo para a propriedade das empresas."[60]

Outro aspecto concorria para a imagem fracamente prestigiante dos diplomados pelos ISC: a sua carreira escolar não se encontrava sancionada por um título académico valorizante, como o de licenciado ou de bacharel, exclusivo daqueles que tinham concluído um curso universitário. Estes títulos conferiam aos seus possuidores prestígio e legitimidade social, indispensáveis para o usufruto dos benefícios materiais e simbólicos que lhes eram inerentes. O ser-se diplomado pelo ISCL ou pelo ISCP, ou mesmo o uso do título profissional de comercialista, não tinha esse poder. Na busca dessa valorização, como destacámos antes, professores e estudantes do ensino superior comercial pugnaram pela sua integração na Universidade. Era uma das estratégias possíveis de reclassificação social para ambos os grupos.

Por último, e intimamente associado com posse de um título de valia limitada no mercado dos títulos académicos, encontrava-se a posição hierarquicamente subalterna que detinham na sociedade portuguesa de então as actividades profissionais ligadas ao comércio e aos aspectos administrativos das empresas, e às quais concorriam no início da sua carreira uma provável maioria dos diplomados pelos ISC. O ser comercialista não conferia um estatuto profissional amplamente reconhecido. A situação agravava-se para quem não

---

[60] Francisco António Correia (Director do ISCL), in *Anuário do Instituto Superior de Lisboa de 1918/19*, Lisboa, Tipografia Universal, 1918, p. 5.

tinha as habilitações necessárias para ter direito àquele título; a sua nominação cingia-se a ser diplomado por um dos ISC, acrescentando-lhe o curso ou cursos frequentados. Por outro lado, as actividades comerciais - as denominadas popularmente funções de "manga de alpaca" - não tinham um peso simbólico importante, o que era induzido, em parte, por uma cultura dominante que menosprezava as ocupações de foro técnico. As designadas profissões liberais, em que se destacavam, em termos de distinção social, médicos e advogados, persistiam como referências marcantes na estrutura social. Profissões liberais que se concentravam primordialmente nas cidades de Lisboa e do Porto. Segundo o Censo Extraordinário da População daquelas cidades realizado em Dezembro de 1915, o volume e a composição das profissões liberais apresentavam os valores insertos no quadro seguinte[61]:

Quadro IV-6

Distribuição das profissões liberais nas cidades de Lisboa e Porto em 1915

Profissões	Lisboa	Porto
Profissões judiciárias	951	259
Médicos, farmacêuticos, etc	3.433	847
Professores	6.144	1.178
Ciências, letras e artes	1.406	506
Total	11.934	2.790

Fonte: *Censo Extraordinário da População das Cidades de Lisboa e do Porto*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1926.

Foram historicamente algumas das fracções da pequena-burguesia urbana, como também da burguesia com um escasso volume de capital económico, que formaram a base política do regime republicano, que ocupou de forma destra uma

[61] Face a Lisboa, as profissões liberais representavam 2,3% da população inquirida, enquanto no Porto, 1,4%. O sistema de classificação usado no censo agrega na mesma categoria actividades ocupacionais com posições sociais diferenciadas, o que conduz a que a leitura do quadro terá de se fazer com algumas precauções. O caso dos professores é disso exemplo, pois engloba desde o professor primário ao professor universitário, quando o único factor em comum entre eles era estarem integrados no mesmo ministério, apresentando-se, entretanto, fortemente diferenciados quanto aos benefícios materiais e simbólicos que recebiam pelas suas funções, como igualmente ao reconhecimento social do seu estatuto profissional.

parte importante dos cargos políticos e da administração pública e que, no plano da luta política, tinha como forte opositora a burguesia ligada à agricultura, à exploração dos recursos coloniais e ao seu comércio[62]. Foram igualmente essas fracções que viram as suas posições económicas e sociais enfraquecidas durante a fase terminal do regime republicano e que paulatinamente foram aderindo às teses emergentes sobre uma nova ordem económica, social e moral.

É especificamente tendo presente que o Estado era o principal empregador dos diplomados pelos dois Institutos que importa analisar o desenrolar dos conflitos académicos que ocorreram no ano de 1926.

Antes propriamente de o fazer, torna-se importante prosseguir um pouco mais com a análise do mercado de emprego dos diplomados pelos ISC. O Quadro IV-5 deu-nos uma primeira aproximação, a qual abrange unicamente os comercialistas. Outro elemento de análise desse mercado, embora de carácter indirecto, encontra-se fixado nos próprios textos dos regulamentos que balizavam o funcionamento daqueles Institutos[63]. Neles estipula-se, para cada um dos cursos, as possíveis áreas de inserção profissional. O Quadro IV-7 mostra-nos

---

62 Sobre as classes sociais durante a I República, consulte-se entre outros: A. H. Oliveira Marques, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Palas Editores, 1973, pp. 209-210; Paulo Guinote, "A sociedade: da agitação ao desencanto", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 188 e segs.

63 Optámos metodologicamente por usar quer a listagem da Associação dos Comercialistas Portugueses, quer o que se encontra estipulado nos Regulamentos dos ISC como elementos parcialmente caracterizadores do mercado de emprego dos diplomados por estes Institutos. Os dois tipos de documentos dão-nos necessariamente acesso a leituras diferentes desse mercado. O primeiro aponta-nos, numa perspectiva mais quantitativa, para uma situação efectiva num determinado momento histórico que, como dissemos antes, não se encontra completamente delimitada por insuficiência da própria fonte. O segundo fornece-nos o enquadramento jurídico do mercado que se traduz, em termos da dinâmica do mesmo, na criação ou não de condições de empregabilidade para os diplomados. São, por conseguinte, duas leituras diferentes, mas simultaneamente complementares, que nos permitem compreender alguns aspectos do mercado de emprego específico dos diplomados pelos ISC, deixando ambas completamente invisíveis outros aspectos mais relacionados, por exemplo, com o volume e estrutura do desemprego ou com os processos de mobilidade entre diferentes contextos organizacionais por parte dos diplomados.

Quadro IV-7

Correspondência entre cursos e funções no mercado de emprego para os diplomados pelos Institutos Superiores de Comércio

Cursos	Regulamento de 1912	Regulamento de 1913	Regulamento de 1919
Agentes Comerciais	. Formar pessoal auxiliar para os serviços do comércio e da indústria .		
Aduaneiro	. Habilitação de preferência para lugares nas Alfândegas.	. Habilitação exclusiva para os lugares do quadro do serviço interno das Alfândegas.	. Habilitação exclusiva para os lugares do quadro do serviço interno das Alfândegas.
Consular	. Habilitação de preferência para os lugares de cônsules de 1ª e 2ª classes.	. Habilitação de preferência para os lugares de cônsules de 1ª e 2ª classes.	. Habilitação de preferência para os lugares de cônsules de 1ª e 2ª classes.
Finanças			. Habilitação exclusiva para os lugares de terceiros oficiais da Junta de Crédito Público e de preferência para os lugares de inspectores e secretários de finanças.
Superior de Comércio	. Destina-se a formar comercialistas ou pessoal técnico para os cargos de administradores, gerentes, actuários e guarda-livros de empresas comerciais, bancárias e industriais. . Habilitação exclusiva para o professorado das escolas secundárias e elementares do comércio e para os lugares de adidos comerciais. . Habilitação de preferência para os lugares de professores do ensino superior comercial, das Direcções Gerais da Fazenda Pública, de Estatística, de Contabilidade Pública, da Fiscalização das Sociedades Anónimas, da Secretaria do Conselho Superior da Adminstração Financeira do Estado e em geral para os lugares de todas as Repartições do Ministério das Finanças. . E ainda para os lugares da Direcção Geral do Comércio e da Indústria, e para os lugares de cônsules de 1ª e 2ª classes.	. Destina-se a formar comercialistas ou pessoal técnico para os cargos de administradores, gerentes, actuários e guarda-livrosde empresas comerciais,bancários e industriais. . Habilitação exclusiva para o professorado das escolas secundárias e elementares do comércio e para os lugares de adidos comerciais. . Habilitação de preferência para os lugares de professores do ensino superior comercial, das Direcções Gerais da Fazenda Pública, de Estatística, de Contabilidade Pública, da Fiscalização das Sociedades Anónimas, da Secretaria do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado e em geral para os lugares de todas as Repartições do Ministério das Finanças. . E ainda para os lugares da Direcção Geral do Comércio e da Indústria, e para os lugares de cônsules de 1ª e 2ª classes.	. Destinar-se a formar comercialistas ou pessoal técnico para os cargos de administradores, gerentes, actuários e guarda-livros de empresas comerciais,bancários e industriais. . Habilitação exclusiva para o professorado das escolas secundárias e elementares do comércio e para os lugares de adidos comerciais. . Habilitação de preferência para os lugares de professores do ensino superior comercial, das Direcções Gerais da Fazenda Pública, de Estatística, de Contabilidade Pública, da Fiscalização das Sociedades Anónimas, da Secretaria do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado e em geral para os lugares de todas as Repartições do Ministério das Finanças. . E ainda para os lugares da Direcção Geral do Comércio e da Industria, e para os lugares de cônsules de 1ª e 2ª classes.

uma panorâmica global, abrangendo três Regulamentos: o de 1912; o de 1913 e o de 1919. Mais uma vez se constata a supremacia do curso superior de comércio face aos restantes cursos. Supremacia não só na extensão das áreas abrangidas, como igualmente no carácter de exclusividade ou de preferência em que a inserção se concretizava. O caso da docência no ensino comercial, em qualquer dos seus graus - secundário, médio e superior -, é disto exemplo. No período abrangido, o curso superior de comércio manteve a sua posição hierarquicamente superior, sendo a partir de 1927 substituído pelo curso complementar de ciências económicas e comerciais. Como se observa da informação expressa em ambos os quadros, os outros cursos dos ISC tinham uma inserção laboral mais estreita ou mesmo unicamente centrada na Administração Pública - caso específico dos cursos superiores aduaneiro e consular - o que poderia não constituir em si um factor desvalorizante face precisamente ao estatuto social e à segurança do emprego que caracterizavam o funcionalismo público. Em termos globais, entre 1912 e 1926 (último ano em que vigorou o regulamento publicado em 1919), as alterações nos regulamentos são reduzidas. Assiste-se, unicamente, a partir de 1913, ao reforço da posição dos diplomados com o curso superior aduaneiro nas alfândegas.

Mais de que um mero formalismo legitimado pela normatividade jurídica, o que se pretendia com aqueles regulamentos era o estabelecimento de uma correspondência directa, marcada pela ilusão da intemporalidade e da invariabilidade - e essa ilusão seria tanto mais consistente quanto a dinâmica económica e social não assumisse uma forte intensidade indutora, por sua vez, do acréscimo do emprego e da necessidade de novas qualificações profissionais -, entre habilitações académicas e funções ocupacionais, ou melhor entre diploma e posto de trabalho. Portanto, não era mais de que um exercício enformado por um "jurisdismo formalista"[64]. Ora tal exercício concretizava-se, por sua vez, na

[64] Cf. Sérgio Grácio, *Política Educativa como Tecnologia Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p. 153.

delimitação de funções para os diplomados, que integravam áreas de actividade mais amplas, algumas das quais em termos de monopólio. Deste modo, os regulamentos além de, em parte, expressarem as relações de forças entre grupos com interesses socialmente descoincidentes quanto ao modo como o mercado de emprego deveria ser partilhado - neste caso prefiguram-se os próprios regulamentos como representações desses mesmos interesses -, constituíam-se, no plano da sua aplicabilidade pelos grupos em causa, como elementos permanentes de construção social de áreas de empregabilidade para os sujeitos que por eles eram abrangidos. Não só garantiam direitos e benefícios para alguns como, paralelamente, excluíam outros da possibilidade de a eles acederem. O que estava em jogo era a luta por segmentos do mercado de emprego, em especial o estatal, entre os diplomados pelos Institutos e entre estes e os diplomados por outros estabelecimentos de ensino, os quais se perfilhavam igualmente como concorrentes a algumas das mesmas áreas ou funções.

Por outro lado, naquele jogo o Estado, ao fixar nos regulamentos as correspondências entre diplomas e postos de trabalho, intervinha directamente no quadro das relações entre as ocupações, estabelecendo ou não as condições favoráveis para o exercício das respectivas actividades. Não assumia, portanto, um papel neutral na disputa por segmentos do mercado de emprego. Criava espaços de intervenção parcial ou totalmente decisivas para a sua afirmação. No contexto económico e social da I República, em que, como já frisámos, eram patentes as dificuldades de inserção dos diplomados pelos ISC em organizações económicas privadas, a acção do Estado aparece, portanto, como decisiva, particularmente quando possibilitava que essa inserção se concretizasse maioritariamente nos próprios serviços estatais, servindo, por conseguinte, como impeditiva de um possível desemprego ou subemprego mais extenso dos diplomados.

Só que o carácter decisivo da acção apontada acabava por ser relativizado, se não mesmo banalizado, a partir do momento em que, de uma forma directa ou

indirecta, o Estado infringia os compromissos, tacitamente assumidos, nos regulamentos dos ISC. Uma das situações apuradas é bem ilustrativa disso mesmo. A reorganização do Ministério das Finanças ocorrida em Maio de 1919 ignorava parcialmente o que, quatro meses antes, tinha sido fixado num novo regulamento para ambos os ISC. Os diplomados pelo curso superior de comércio passavam a ter a sua condição de preferência no acesso ao Ministério, restringida unicamente à Direcção Geral da Contabilidade Pública, enquanto os habilitados com o Curso Superior de Finanças perdiam a preferência para os "lugares de inspectores e secretários de finanças".

Será precisamente em torno do não cumprimento, por parte do Estado, dos regulamentos dos ISC e do modo como se efectuava a partilha do mercado de emprego estatal pelos diversos diplomados do ensino superior[65] que se vai iniciar, em 1926, um importante movimento contestatário estudantil. Aliás, desde o princípio dos anos 20 que o descontentamento grassava no seio dos alunos. Além da contestação àquele não cumprimento, reivindicava-se, igualmente, para os diplomados pelos ISC quer um título académico prestigiante, quer uma maior protecção por parte do Estado em termos de emprego. Questionava-se, em suma, as finalidades do próprio ensino ministrado nos ISC. Na sessão de abertura do ano lectivo de 1923/24 das escolas técnicas superiores, perante o Presidente da República, o Presidente do Ministério e vários ministros, o representante dos alunos expressava a sua contestação:

> "Pois S. Exa [referia-se ao orador anterior, o Director do ISCL] não sabe que apesar de se professar aqui um curso superior aduaneiro êle não é exigido para a entrada nos quadros das Alfândegas e que não se reservou, ao menos, nenhum grau da hierarquia aduaneira para os diplomados? (...)

---

[65] Para uma parte importante dos diplomados do ensino superior, o volume da oferta de emprego por parte da Administração Pública era decisivo, em particular ao nível do ensino, para garantir a sua empregabilidade. E isto não obstante durante os últimos dez anos do regime republicano-parlamentar se ter assistido a uma significativa depauperação do nível de vida do funcionalismo público decorrente dos respectivos salários terem evoluído mais lentamente que os preços. Cf. Paulo Guinote, "A sociedade: da agitação ao desencanto", in António Reis (dir.), *op. cit.*, pp. 197 e segs.

> Não sabe S. Exa que havendo neste Instituto um Curso Superior de Finanças, êle não habilita especialmente para nenhuma carreira do Estado, onde há um Ministério com êsse nome e onde há a Caixa Geral de Depósitos? Não saberá também S. Exa que, havendo aqui um curso superior Consular, se pode ser Cônsul sem ter êsse Curso? Curso que julgo até quási nenhum Cônsul tem, e um Cônsul não é bem o gato maltês que toca piano e fala francês! Ignora acaso S. Exa que o Curso Superior de Comércio não tem privilégio algum do Estado, que nem os lugares de Actuário das Companhias de Seguros, lhes garante?"[66]

Para os estudantes, a solução para tal questão passava pelo Estado impôr a obrigatoriedade, tal como acontecia para o exercício da medicina, da advocacia ou da farmácia, da posse de um diploma académico, isto é, no caso específico a posse do diploma de um dos ISC. Pretendia-se, portanto, que o exercício de profissões, como por exemplo, a de cônsul, empregado aduaneiro, guarda-livros ou director da contabilidade de bancos, fosse exclusiva dos diplomados pelo ensino superior comercial.

Em 16 de Janeiro de 1926, os alunos do ISCL decidiam, em Assembleia Geral, entrar em greve, o que se concretizaria passados quatro dias[67]. Uma primeira razão que se encontra subjacente a tal postura prendia-se com a existência de legislação, desde Novembro de 1925[68], que permitia a contratação pelo governo para as escolas comerciais de professores nacionais e estrangeiros, academicamente não habilitados com o curso superior de comércio. Legislação fundamentada pelo próprio governo na falta de professores para fazer face à expansão que sofria então o ensino técnico, ela cerceava a preferência que, até ao momento, usufruíam os diplomados com aquele curso para o exercício da docência nas escolas comerciais. Encontrava-se em causa um segmento do mercado de emprego estatal que se regia, segundo os estudantes, por um "regime

---

[66] *Anuário do Instituto Superior de Comércio de Lisboa de 1923/24*, Lisboa, s/edit., 1925, p. 30. As reclamações faziam-se igualmente em relação aos diplomados pelo IST.

[67] *O Século* de 21 de Janeiro de 1926.

[68] Decreto nº 11.225 de 7 de Novembro de 1925.

de favoritismo" e de "compadrio" entre clientelas partidárias levado a cabo pelo Ministério do Comércio[69].

Mas outras razões subsistiam. Num documento apresentado pelos estudantes das designadas "Escolas Superiores de Ciências Aplicadas"- ISCL, IST e Faculdade Técnica do Porto - às duas Câmaras do Parlamento, em 9 de Fevereiro, a amplitude das reivindicações torna-se mais explícita[70]. Assumindo-se como aqueles que se encontravam mais injustiçados, os estudantes do ISCL apontam um extenso rol de reivindicações consideradas como justificadoras da sua ausência às aulas: reorganização dos cursos dos ISC, respeito por parte do Estado dos regulamentos dos institutos no que se refere às condições de acesso aos empregos na Administração Pública, alteração das normas dos concursos para entrada e das respeitantes à progressão nas carreiras dos diplomados pelo ISC no Ministério dos Negócios Estrangeiros e no Ministério das Finanças, obrigatoriedade de todas as sociedades nacionais cotadas na Bolsa e de todas as instituições de previdência, públicas e privadas, terem, nos respectivos quadros, diplomados com o curso superior de comércio, regulamentação da actividade dos peritos contabilistas, conferindo-se prioridade no exercício a estes diplomados. Com excepção da primeira reivindicação, todas as outras remetiam para a questão mais global do domínio, em exclusivo ou não, de segmentos específicos do mercado de emprego. Os estudantes defendiam uma intervenção estatal indutora directa da criação de empregos quer na própria administração pública, quer no sector empresarial privado. E, se possível, que pudesse garantir condições de monopolização.

Nos dias imediatos ao início da greve, a mesma generaliza-se às outras escolas técnicas. Alunos do ISCP, do IST, do Instituto Superior de Agronomia (ISA) abandonam as aulas, manifestam a sua solidariedade com os colegas do ISCL e igualmente formulam as suas próprias reivindicações. À defesa das

---

[69] O ministro que estava no centro da polémica era Nunes Simões. As acusações dos estudantes estendiam-se igualmente ao Director Geral de Ensino Superior Comercial e Industrial.

[70] *O Século* de 10 de Fevereiro de 1926.

prerrogativas de cada curso no mercado de emprego estatal, acresce-se, por exemplo, a pretensão dos alunos de transformar o ISCP em Faculdade de Ciências Económicas ou então a defesa do título de engenheiro por parte do IST, que era secundada pela Faculdade Técnica do Porto. Ao movimento grevista das escolas superiores técnicas, na sua face inicial, vêm juntar-se os alunos das Faculdades de Letras de Lisboa, do Porto e de Coimbra. Reclamam igualmente a reposição da exclusividade no ensino, nos liceus e nas escolas técnicas, de disciplinas que correspondiam às respectivas especialidades científicas.

Pressionado pela amplitude do movimento grevista, o governo nos primeiros dias de Fevereiro, forma uma comissão, que rapidamente passou a ser reconhecida como a "Comissão das Reclamações Académicas", constituída pelos directores gerais do Ensino Superior, das Alfândegas, dos Negócios Comerciais e Consulares, do Ensino Comercial e Industrial, do Ensino e Fomento com o objectivo explícito de analisar os protestos dos estudantes. A composição desta comissão reflecte a abrangência das reclamações dos estudantes face ao emprego, nos diversos departamentos estatais. Posteriormente, a comissão foi alargada ao reitor da Universidade de Lisboa, aos directores do ISC, do IST, do ISA, das Faculdades de Letras, Ciências, de Direito e Medicina, como igualmente a representantes do Instituto Industrial de Lisboa (IIL), do Instituto Industrial do Porto (IIP) e dos engenheiros maquinistas navais. A comissão de alunos do ISCL eleita no início da greve - de que faziam parte Augusto Castro, Castro Fernandes e Pires Cardoso - e que vinha a desenvolver contactos com ministros, deputados e senadores, em entrevista publicada no jornal *O Século* de 7 de Fevereiro[71], repudia a presença do director-geral do Ensino Industrial e Comercial por ter sido um dos mentores do decreto nº 11.225. Tal contestação não conduziu à pretendida exoneração.

[71] O jornal *O Século* durante todo o conflito estudantil vai dar um importante destaque às posições dos estudantes, assumindo directamente uma posição crítica face ao governo.

Não obstante o início dos trabalhos por parte da Comissão de Reclamações Académicas, o movimento grevista estendeu-se às três academias do país. Os alunos do ISCL recebem o apoio manifesto da ACP, que publicamente se pronuncia contra a contratação de "professores que não são os mais idóneos para o ensino técnico, em detrimento dos diplomados pelos institutos"[72]. Por outro lado, mantém uma posição de forte intransigência e desconfiança política face à actuação da comissão e igualmente do governo. O volume, a extensão e a diversidade de reclamações apresentadas pelos alunos conduzem a que os processos de elaboração de pareceres no seio da comissão, segundo o respectivo presidente, se tornem morosos, defraudando as expectativas dos estudantes de uma rápida e favorável resolução do conflito. Os meses de Fevereiro, Março e Abril decorrem sem que os estudantes, e em especial os dos ISC e os do IST, alterem as suas reivindicações, permanecendo os mesmos em greve.

A luta académica era um autêntico "cadinho" onde estavam reunidas diferentes reivindicações. Diferentes basicamente em termos substantivos. Cada instituição de ensino apresentava as suas pretensões específicas e tornava-as em autênticas "bandeiras" de destaque. Algumas das reivindicações eram antagónicas entre si. Subsistem lutas dentro da luta mais global dos estudantes face ao governo. O uso do título de engenheiro era objecto de disputa entre, por um lado, os alunos do IST e da FTP e, por outro, os alunos dos Institutos Industriais[73]. Disputa em que participavam também os diplomados por aquelas escolas. Em Maio, os estudantes da FDC, que estavam em greve, contestam as pretensões dos seus colegas dos ISC, em particular de monopolização, quer de algumas das carreiras e funções no Ministério dos Negócios Estrangeiros, quer de actividades junto das empresas privadas, por as considerarem "ofensivas dos bacharéis de Direito"[74]. Era uma reacção contra o cunho expansionista que enformava as

[72] *O Século* de 27 de Janeiro de 1926.
[73] Sobre esta questão, consulte-se Sérgio Grácio, *Destinos do Ensino Técnico...*, pp. 25 e segs.
[74] *O Século* de 23 de Maio de 1926.

reivindicações dos alunos dos ISC. Entretanto, os alunos dos IC encetavam, em meados de Abril, uma greve com objectivos bastante precisos: admissão à matrícula nos ISC de todos os indivíduos com o "curso geral" do ensino médio comercial; concorrer juntamente com os diplomados pelos ISC e pelas Faculdades às escolas elementares comerciais. Para o ensino das disciplinas de natureza técnica nas escolas comerciais pretendiam que, em termos de concurso, fossem colocados imediatamente a seguir aos diplomados com o curso superior de comércio, ficando assim remetidos para a terceira posição todos os outros diplomados pelos ISC[75].

Apontando o incipiente carácter científico do ensino nos IC, os alunos dos ISC rejeitam completamente aquelas pretensões, as quais, como já sublinhámos, tinham como principal fundamento uma não separação nítida, no plano dos currículos, em especial em matérias como a contabilidade e o comércio, entre o grau médio e o grau superior do ensino comercial. Tal aspecto permitiu gerar aspirações aos alunos dos IC, cuja formação académica naquelas matérias se pautava por um evidente empirismo e praticismo, quanto à possibilidade de conquistarem um espaço mais alargado no ensino técnico que se encontrava em fraca expansão durante a década de 20.

Podemos avançar que o conflito académico de 1926 conferiu uma maior visibilidade à luta por segmentos do mercado de emprego que opunha alunos e diplomados dos ISC aos de Direito e dos IC. Nas décadas seguintes veremos que essas mesmas lutas, embora nem sempre assumindo uma forma tão explícita como aconteceu naquele ano, vão ser importantes no desenvolvimento da profissão de economista.

As lutas inter-estudantes, como referenciámos, desenvolvem-se no período pré-movimento de 28 de Maio. Os dias anteriores ao golpe foram particularmente agitados - manifestação dos estudantes junto do Ministério da Instrução, em que existem escaramuças com a polícia, conversações dos alunos grevistas com os

[75] *O Século* de 24 de Maio de 1926.

leaders parlamentares[76]. Entretanto, os pareceres já elaborados pela Comissão de Reclamações Académicas, os quais apontavam genericamente para a aceitação das reclamações estudantis, continuavam a não ter qualquer tipo de despacho por parte do governo, ocupado como estava, entre outros assuntos, com a "Questão dos Tabacos", o que contribuiu para a própria radicalização do movimento grevista, com uma manifestação de protesto dos estudantes da academia de Coimbra à passagem do ministro da Instrução pela cidade.

Não podemos dissociar a amplitude, a força reivindicativa, o prolongamento no tempo - note-se desde Janeiro de 1926 - que vinham caracterizando o movimento grevista estudantil da agitada luta política que progressivamente minava os alicerces do regime republicano-parlamentar e que se tinha profundamente acentuado nos últimos anos. A importância que acaba por tomar o movimento grevista estudantil foi, de certo modo, uma consequência dessa própria agitação política. A incapacidade política do governo do Partido Democrático, chefiado por António Maria da Silva, para encontrar rapidamente uma solução para as pretensões dos estudantes, a qual, sublinhe-se, reflectia igualmente a autêntica guerrilha institucional que a partir das duas câmaras do Parlamento as oposições faziam ao governo, levou a que o conflito académico se arrastasse penosamente ao longo do tempo, contribuindo este, por sua vez, para o clima social que antecedeu o 28 de Maio[77].

Será já no quadro da instabilidade e ambiguidades políticas dos meses seguintes ao 28 de Maio que vemos surgir, por parte dos governos em exercício,

---

[76] *O Século* de 27 de Maio de 1926.

[77] Passados alguns anos era publicamente afirmada a relação entre o conflito estudantil e o movimento do 28 de Maio: "Em 1926, os alunos dos Institutos Superiores de Comércio reconhecendo que as suas escolas, mercê duma organização deficiente não correspondiam à finalidade para que tinham sido criadas e depois de terem esgotado todos os meios suasórios tendentes a uma profunda e racional remodelação do seu ensino, lançam o grito de protesto, rastilho rápido de um movimento depois generalizado a tôdas as escolas superiores, que, pelo seu alcance e significado moral, muito contribuiu para a criação da atmosfera de simpatia que envolveu, de início, a jornada do 28 de Maio", in Jorge Coelho, "O ensino superior de economia", in *Economia*, Dezembro de 1932, p. 8. Para uma caracterização mais fina do período imediatamente anterior ao golpe do 28 de Maio, consulte-se Arnaldo Madureira, *O "28 de Maio". Elementos para a sua compreensão*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 1978.

um conjunto de medidas regulamentares, baseadas nos pareceres da Comissão de Reclamações - que tinha terminado os seus trabalhos em Maio -, sobre o conflito académico. A greve ainda se manteve durante os meses de Junho e Julho. Com o aproximar das férias de Verão e a resolução das reivindicações estudantis pelo governo, o movimento grevista foi progressivamente extinguindo-se.

Após cerca de 7 meses de greve, de confronto directo com o poder político do regime republicano-parlamentar, quais os resultados alcançados pelos estudantes?

Os alunos dos ISC vêem revogado o decreto de Novembro de 1925, que colocava em causa o seu monopólio em determinadas áreas específicas do ensino técnico comercial[78]. Não só foi revogado aquele decreto, como também o mercado de emprego estatal, nomeadamente a docência nas aulas comerciais e nas escolas comerciais, alargou-se a todos os diplomados dos ISC, embora com algumas limitações[79], ao contrário do que acontecia anteriormente, em que a habilitação para a docência era exclusiva daqueles que detinham o curso superior de comércio. Entretanto os diplomados pelos IC viam as suas reivindicações recusadas. Continuavam a não ter acesso prioritário, como pretendiam, às designadas cadeiras técnicas, sendo relegados para segundo lugar no acesso ao ensino técnico comercial. O seu conflito com os diplomados pelos ISC iria

---

[78] Decreto nº 12.147 de 19 de Agosto de 1926.

[79] Segundo o Decreto nº 12.147 de 19 de Agosto de 1926, e para as disciplinas mais específicas, as habilitações para a docência são as seguintes: "Para o ensino de aritmética comercial e geometria elementar, os diplomados com os cursos superiores de comércio ou de finanças dos Institutos Superiores de Comércio"; "Para o ensino de elementos do direito comercial e de economia política, os licenciados nas Faculdades de Direito e os diplomados com qualquer curso dos Institutos Superiores de Comércio"; "Para o ensino de geografia comercial, vias de comunicação e transportes, e história pátria geral, os diplomados com qualquer curso dos Institutos Superiores de Comércio"; "Para o ensino de noções gerais de comércio, escrituração e contabilidade comercial, os diplomados com qualquer curso dos Institutos Superiores de Comércio"; "Para o ensino de elementos de física, química, história natural e noções de tecnologia e mercadorias, os diplomados com os cursos superiores de comércio, aduaneiro ou consular dos Institutos Superiores de Comércio". Os diplomados com o curso superior de comércio mantinham a sua posição de primazia ao serem os únicos que se encontram habilitados para a docência naqueles quatros grupos de disciplinas. Os diplomados pelos restantes cursos podiam habilitar-se somente a três daqueles grupos.

manter-se, e agravar-se nos próximos anos, tomando formas assaz particulares, como teremos oportunidade de referenciar mais à frente.

Outras reivindicações vão ter globalmente uma resolução favorável para os estudantes. No caso do Ministério dos Negócios Estrangeiros, os diplomados pelos ISC viram as suas condições de admissão e de carreira reforçadas, em algumas posições, e tinham mesmo obtido a nomeação em primeiro lugar face aos licenciados pelas Faculdades de Direito unicamente para os consulados que não fossem de carreira, sem contudo atingirem, como reivindicavam, um objectivo crucial para o controlo deste segmento específico do mercado de emprego estatal: a admissão exclusiva de diplomados com o curso superior consular à carreira consular[80]. Por outro lado, ao nível da Direcção Geral das Alfândegas e da Direcção Geral das Contribuições e Impostos - departamentos estatais de emprego por excelência, respectivamente para diplomados com o curso superior aduaneiro e com o curso superior de finanças -, estes diplomados conseguiam obter um melhor posicionamento ao nível das condições de admissão e de concurso. A reivindicação da reorganização dos cursos dos ISC vai ser concretizada nos seus aspectos principais, como já apontámos, em Novembro de 1926[81], materializando, no plano jurídico, uma proposta que se encontrava na Câmara dos Deputados desde o ano anterior. Passado um ano, publicou-se o novo regulamento dos ISC[82], que no caso específico das correspondências, juridicamente instituídas, entre cursos e funções, como se pode observar no Quadro IV-8, traduz as mudanças entretanto verificadas na sequência do conflito académico.

---

[80] A concretização desta reivindicação afastaria os licenciados em Direito da possibilidade de concorrerem em simultâneo com os diplomados pelo curso superior consular. Aqueles só o podiam fazer se o número de aprovados fosse insuficiente para o preenchimento das vagas existentes e, no âmbito de um novo concurso, ao qual poderiam ser igualmente admitidos os alunos do último ano do curso superior consular. A formulação desta reivindicação, quanto a nós, é exemplificativa da luta entre os dois cursos e da própria estratégia de afirmação por parte dos diplomados pelos ISC.

[81] Decreto nº 12.771 de 30 de Novembro de 1926.

[82] Lei nº 14.291 de 14 de Setembro de 1927.

Quadro IV-8

Correspondência entre cursos e funções no mercado de emprego para os diplomados pelos Institutos Superiores de Comércio em 1927

Curso	Finalidade/Funções
Administração Comercial	. Forma pessoal técnico para os lugares de administradores e gerentes de empresas comerciais, bancários e industriais. . Habilitação de preferência para lugares de adidos comerciais . Habilitação para o professorado das escolas preparatórias e elementares, comerciais e industriais.
Finanças	. Forma pessoal técnico para o lugar de actuários. . Habilitação para os lugares de aspirantes do quadro da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, nos termos do decreto nº 12.320 de 16 de Setembro de 1926. . Habilitação de preferência para lugares das Direcções-Gerais do Ministério das Finanças. . Habilitação para o professorado das escolas preparatórias e elementares, comerciais e industriais.
Aduaneiros	. Habilitação para os lugares de aspirantes das alfândegas, nos termos do decreto nº 12.152 de 14 de Agosto de 1926. . Habilitação para o professorado das escolas preparatórias e elementares, comerciais e industriais.
Diplomático e Consular	. Habilitação para os lugares de cônsules de 3ª classe e terceiros secretários de legação no Ministério dos Negócios Estrangeiros, nos termos do decreto 11.770 de 12 de Junho de 1926. . Habilitação para o professorado das escolas preparatórias e elementares, comerciais e industriais.
Complementar de Ciências Económicas e Comerciais	. Habilitação necessária para o professorado nos Institutos Médios e Superiores de Comércio. . Ao curso eram reconhecidos, com preferência, todos os direitos que pela legislação eram igualmente reconhecidos a outros cursos.

Fonte: Regulamento dos ISC de 1927.

Em relação às reivindicações apontadas, podemos considerar que os estudantes saem vitoriosos. Face às outras reivindicações o resultado é nulo. Os estudantes dos ISC não obtêm, nomeadamente, a obrigatoriedade de as sociedades nacionais, colocadas na bolsa, nem as instituições de previdência

terem diplomados com o curso superior de comércio ou a regulamentação da actividade de perito contabilista, em que ficasse estipulada a prioridade para o exercício dessa actividade por parte dos diplomados com o curso superior de comércio. Reivindicações difíceis de alcançar fundamentalmente porque o tecido empresarial, pela sua natureza económica incipiente, não tinha condições para concretizar tais medidas.

A capacidade reivindicativa dos estudantes do ISCL, assim como a dos do IST, foi crucial para a configuração que tomou o desfecho do conflito. Não estamos perante uma vitória retumbante. Todavia, as cedências governamentais acabaram por permitir que, em especial na partilha do mercado de emprego estatal, os diplomados pelo ensino comercial superior vissem as suas posições consolidadas. O preço que tiveram que pagar para obter isso foi elevado: os alunos do ISCL reprovaram por faltas, o mesmo acontecendo aos do IST[83]. No final dos anos 20, subsistia, embora com algumas fragilidades, um mercado de emprego para os diplomados dos ISC, em que o Estado aparecia como o principal empregador. Mercado que sofria a pressão das alterações institucionais e morfológicas que tinham marcado o ensino superior comercial desde 1911 e cujos professores e alunos, por sua vez, lutavam por uma revalorização simbólica dos respectivos cursos através da sua integração no ensino universitário e consequentemente dos próprios diplomados. Só efectivamente a posse dos títulos universitários, em especial o de licenciado, permitiria a criação das condições para encetarem a conquista dos privilégios sociais, materiais e simbólicos que lhes estavam intrinsecamente associados. Nas décadas seguintes, as principais lutas que se encontram subjacentes à conquista de visibilidade social pelos diplomados dos ISC irão ocorrer, precisamente, em torno do mercado de emprego.

[83] Cf. Sérgio Grácio, *op. cit.*, p. 30.

Capítulo V

SINDICATO NACIONAL DOS COMERCIALISTAS E RECOMPOSIÇÃO DO ENSINO SUPERIOR COMERCIAL

Nos primeiros anos da década de 30, importantes mudanças institucionais ocorreram ao nível do associativismo dos comercialistas e do ensino superior comercial.

A instauração da orgânica corporativa em que se apoiava o regime do Estado Novo fez extinguir as associações de comercialistas então existentes, como aconteceu com as outras associações de operários e empregados, e impôs uma nova solução organizativa, o Sindicato Nacional dos Comercialistas (SNC). Tinham sido desfeitas as aspirações de criação de uma outra forma de organização que valorizasse socialmente aqueles que eram diplomados com o curso superior de comércio dos ISC. A compreensão do processo de corporativização da sociedade portuguesa leva-nos a ter em conta os aspectos principais, nos planos político, económico e social, que caracterizaram as primeiras décadas do Estado Novo.

Entretanto, ainda no período da Ditadura Nacional, em 1930, as várias escolas que faziam parte do ensino técnico superior, criadas durante a I República, com excepção do ISCP, passavam a integrar um novo espaço

universitário, a UTL. Esta medida política, direccionada para a valorização simbólica daquele ensino, veio ao encontro das aspirações e reivindicações dos que vinham pugnando por uma Universidade não exclusivamente centrada nos estudos clássicos.

No quadro daquela integração na Universidade, o ISCL era convertido no ISCEF. Sem dúvida que a criação deste último representou, no plano institucional, mais um elemento contributivo para o acréscimo da visibilidade social das qualificações ocupacionais daqueles que passaram a ser preferencialmente reconhecidos como licenciados em ciências económicas e financeiras. Por seu turno, a não inclusão da escola do Porto no campo universitário colocou-a numa precária posição institucional. Todas as soluções organizativas propostas, principalmente pelos respectivos docentes e também pelo Ministério da Instrução Pública, vão sendo sucessivamente abandonadas, por razões diversas, das quais sobressai a não assunção plena por parte da Universidade do Porto de uma nova Faculdade que, em parte, continuasse o trabalho pedagógico e científico iniciado naquele Instituto em 1918. A postura política generalizada de alunos e docentes não favorável ao Estado Novo vai ser aproveitada pelo governo para, em 1933, acabar com a indefinição institucional da escola no seio do sistema de ensino, mandando-a encerrar.

É, por conseguinte, em torno da análise destes acontecimentos e processos sociais ocorridos no primeiro período da construção social dos economistas (que designamos por antecedentes longínquos da profissão de economista) que se estrutura o presente capítulo.

1. A corporativização das associações dos comercialistas

Em 1913 criava-se, em Lisboa, a ACP. Passados dois anos, a respectiva direcção expressava na nota de abertura do primeiro número do Boletim da associação o principal objectivo que presidia à mesma:

> "Creados n'um mesmo meio, educados com uma orientação comum, procuraram os comercialistas portuguezes, aproveitando a afinidade de conhecimentos que os caracterisa, formar uma associação destinada a zelar os seus interesses e, sobre tudo, a fazer conhecer ao paiz os serviços que pode e deve exigir d'aqueles que receberam a sua educação em escolas mantidas e custeadas pelo mesmo paiz."[1]

Era claro para esses mesmos dirigentes que a defesa dos interesses dos denominados comercialistas passava prioritariamente pela importância que o Estado deveria conferir aos dois ISC, mas também pela capacidade dos próprios comercialistas em demonstrar as suas qualificações. E isto num contexto económico e social dos primeiros anos da I República em que, como vimos no capítulo anterior, era patente um fraco reconhecimento dos comercialistas por parte da sociedade. A direcção na nota de abertura colocava a questão nos devidos termos:

> "Uma grande parte do paiz desconhece quasi a existencia do Curso Superior de Comercio e uma outra parte, não menor, tendo uma errada comprehensão mercantil de nossos dias, quasi olha com desprezo e desdem para o ensino comercial, julgando-o confinado nos principios da arithmetica elementar e regras de deve e de haver. É preciso pois que o paiz saiba, para seu beneficio, o que produz o ensino superior comercial, o que elle é, as vantagens, que d'elle podem derivar."[2]

O que estava principalmente em jogo era tentar vencer o obstáculo decorrente da incipiente visibilidade social dos comercialistas, sem todavia esquecer que a ACP representava igualmente um meio de os agregar para a qual seria essencial a própria enumeração dos que potencial ou efectivamente poderiam pertencer à associação. A condição de associado encontrava-se restringida a todos aqueles que por força dos regulamentos dos ISC possuíssem o título de comercialista, o que implicava, recorde-se, que tivessem como

---

[1] *Boletim da Associação dos Comercialistas Portugueses*, nº 1, 1915, p. 7.
[2] Id., *ibid.*, p. 8.

habilitação académica o curso superior de comércio. No capítulo anterior, e tendo como fonte um recenseamento elaborado pela ACP, vimos que os comercialistas exerciam as suas actividades predominantemente no Estado e no sector financeiro[3].

A escassez de informação documental impossibilita-nos uma exploração da dinâmica institucional da ACP. Dos poucos elementos compulsados, ressalta que uma parte das questões tratadas estruturaram-se em torno da defesa dos "interesses da classe". Encontrámos, fundamentalmente, pretensões quanto ao cumprimento das disposições legais que estipulavam as condições de acesso ao mercado de emprego estatal ou então o apoio às reivindicações dos estudantes do ISCL durante o conflito académico de 1926.

Entretanto, em Julho daquele ano, precisamente no período de rescaldo do conflito académico, no ISCP constituía-se a Associação dos Comercialistas do Norte de Portugal (ACNP), tendo como primeiro presidente da direcção o professor do ISCP, Raul Tamagnini Barbosa[4]. Entre 1926 e 1935, a ACNP promoveu um conjunto de acções em dois sentidos[5]. Num primeiro, durante o ano de 1928, propõe (a sempre recorrente questão) a integração dos ISC nas universidades das duas cidades, através da criação de Faculdades de Ciências Económicas. Num segundo, reivindicava para os comercialistas quer a participação em diversas comissões e conselhos estatais, quer o preenchimento de determinadas funções na administração pública e na fiscalização das empresas, quer ainda, em 1933, a organização do Quadro dos Comercialistas no Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura em tudo semelhante aos já existentes

---

[3] O recenseamento feito pela ACP e publicado no primeiro número do Boletim da Associação dos Comercialistas Portugueses - a par de um conjunto limitado de artigos que pretendiam, para a época, servir de difusores de uma perspectiva inovadora sobre temas comerciais e administrativos - não deixa de testemunhar uma intenção de divulgação de quem eram os comercialistas e das posições que os mesmos ocupavam ao nível das organizações.

[4] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 4, 1952, pp. 45 e segs. Raul Tamagnini Barbosa, além de professor do ISCP, foi director da Alfândega, deputado por Tomar entre 1919 e 1921, e após esta data Governador Civil do Porto.

[5] Cf. Id., *ibid.* e *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 1, 1933, p. 65 e nº 4, 1933, p. 364.

Quadros dos Agrónomos e dos Engenheiros. Por outro lado, reclamava do Ministério das Finanças que a aplicação do Código das Falências e a fiscalização das Sociedades Anónimas fossem levadas a cabo por comercialistas. A institucionalização do ensino universitário e a delimitação de uma área de mercado para os comercialistas emergem, portanto, como os assuntos enformadores das acções da ACNP.

Em 1935, no âmbito do processo de corporativização dos sindicatos, as duas associações dos Comercialistas - ACP e a ACNP - extinguem-se e davam lugar ao SNC. Era a solução possível face aos parâmetros jurídico-institucionais impostos pelo então emergente Estado Novo.

Ora iluminar aquele processo, como também a configuração que tomou o desenvolvimento inicial da profissão de economista, implica, neste momento, enveredar por percorrermos um conjunto de elementos caracterizadores, de natureza diversa, sobre o Estado Novo, em particular referente ao período anterior à Segunda Guerra Mundial. Vamos fazê-lo, em termos sintéticos, e de modo a possibilitar, de acordo com a formulação do modelo teórico adoptado, o enquadramento espácio-temporal essencial para a compreensão, o mais ampla possível, do objecto empírico de referência do presente trabalho, ou dito por outras palavras, a delimitação, em termos axiais, da vertente sócio-histórica crucial para a compreensão do fenómeno profissional.

Desde logo, importa sublinhar que subscrevemos a tese de que o Estado Novo não constituiu um fenómeno historicamente anacrónico nem o produto de um destino predestinado, baseado na clarividência do chefe, para a salvação de Portugal do liberalismo e do bolchevismo. Para F. Rosas, um dos apologistas dessa tese, o Estado Novo foi a resposta à crise política e económica que atravessava a sociedade portuguesa do final dos anos vinte e à debilidade e incapacidade da burguesia, na qualidade de classe dominante, de impor uma

estratégia de superação dessa mesma crise, no âmbito global dos princípios político-institucionais do regime liberal[6].

Deste modo, o Estado Novo não foi mais que uma resposta ditatorial e socialmente conservadora, influenciado predominantemente, no plano ideológico, pelo integralismo lusitano, pelo ideário católico conservador e pelas formulações fascistas italianas, que durante a década de 30 irá estruturar-se em torno de multifacetados e instáveis equilíbrios sociais e políticos face aos interesses específicos das diferentes fracções da burguesia. Apontamos três[7]. Em primeiro, "a contenção/repressão do movimento operário". Em torno dele se vai reunir uma ampla base política de apoio ao Estado Novo que englobava tanto as diferentes fracções da pequena-burguesia, de raiz urbana, assustadas pela intensa conflitualidade social dos últimos anos da I República, como a burguesia que se

---

[6] Como explicita concretamente num texto recente, o Estado Novo seria a "(...) a modalidade nacional de superação autoritária da crise em que se debatiam os sistemas liberais em geral, e o português em particular, desde finais do século XIX". Fernando Rosas, "O Estado Novo (1926-1974)", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal,* Vol. 7, Lisboa, Estampa. 1994, p. 10. No plano da sociologia, da história e da ciência política, as décadas mais recentes têm sido férteis na produção de leituras, com importantes pontos de discordância, sobre a natureza do Estado Novo. Além da já expressa por Fernando Rosas, outras se destacam. Manuel Lucena e Manuel Villaverde Cabral subscrevem globalmente a tese da existência de um "Fascismo sem movimento fascista". Enquanto Braga da Cruz aponta para que o Estado Novo não era mais do que um regime autoritário, ditatorial e conservador. Por sua vez, Hermínio Martins acentua o carácter fascizante do salazarismo. Consulte-se nomeadamente: Manuel Lucena, *Evolução do Sistema Corporativo Português*, 2 vols., Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976; Id., "Interpretações do Salazarismo: notas de leitura crítica", in *Análise Social*, nº 83, 1984, pp. 423-451; Manuel Villaverde Cabral, "Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal: ensaio de interpretação, a pretexto de alguns livros recentes", in *Análise Social*, nº 48, 1976, pp. 873-915; Manuel Braga da Cruz, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Ed. Presença GIS, 1980; Id., "Notas para a caracterização política do Salazarismo", in *Análise Social*, nº 72-73-74, 1982, pp. 773-794; Id., *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, D. Quixote, 1989; Hermínio Martins, "Portugal", in M. S. Archer and S. Guiner (eds.), *Contemporary Europe. Class, Status and Power*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1971; António Costa Pinto, "O Salazarismo e o fascismo europeu. Os primeiros debates nas ciências sociais", in Fernando Rosas e José Brandão de Brito (orgs.), *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, D. Quixote, 1989. Para além destas obras, outras têm vindo a surgir que se focalizam ou nas origens ou na evolução do próprio regime até 1974. Apontam-se, nomeadamente, algumas delas: VVAA, *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia (1926-1929)*, 2 vol., Lisboa, Fragmentos, 1987; Fernando Rosas e Brandão de Brito, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, D. Quixote, 1989; Revista *Vértice*, nº 13 de 1989 sobre a temática "Salazar e os fascismos".

[7] Seguimos de perto a proposta de Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 245 e segs. e Id., (coord.), *Portugal e o Estado Novo*, Lisboa, Presença, 1992, pp. 130-143.

encontrava incapacitada politicamente de impor com sucesso as condições globais de gestão da mão-de-obra operária, consentâneas com o objectivo primordial de acumulação e reprodução do capital. Neste quadro surge a supressão da greve, o desmantelamento dos sindicatos livres e a imposição, trespassada por conflitos e equívocos, dos sindicatos nacionais[8], o cerceamento da negociação colectiva livre, a repressão das lutas operárias, a prisão e a perseguição política dos dirigentes sindicais. Acções que foram concomitantes de restrições económico-financeiras e de uma política agressiva face ao operariado, por parte do patronato, que conduziram ao aumento do desemprego e ao decréscimo dos salários reais. Na criação das novas condições de gestão da mão-de-obra mais conformes, pelo seu carácter genericamente cerceador de direitos e regalias dos assalariados, à valorização dos interesses empresariais, o Estado vai ser, como em outros domínios da vida social, fortemente interventor, em particular por intermédio da actividade do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência (INTP). Intervenção que se fez igualmente no sentido de se tentar estabelecer o "equilíbrio do sistema" corporativo - nem sempre concretizado a não ser no plano da retórica e do discurso ideológico - quando a situação de sobre-exploração da mão-de-obra, pelas potenciais rupturas e conflitos sociais daí emergentes, o poderiam colocar irremediavelmente em causa, socorrendo-se para tal de algumas medidas políticas - subsídio de desemprego, instauração, ainda que incipiente, de esquemas de previdência social, fixação dos preços dos bens alimentares, incentivos ao paternalismo patronal, horário de oito horas diárias de trabalho, entre outras - e da própria contenção de práticas excessivamente abusivas por parte do patronato[9].

Em segundo, o "equilíbrio entre os principais blocos de interesses contraditórios que compõem a classe dominante". Configurava-se como um papel

---

[8] Sobre a questão da corporativização dos sindicatos, consulte-se Fátima Patriarca, *A Questão Social do Salazarismo 1930-1947*, 2 vol., Lisboa, I.N.C.M., 1995.

[9] Veja-se Fátima Patriarca, *op. cit.*, pp. 351 e segs.

de um Estado-árbitro dos diferentes interesses económicos, por vezes antagónicos, e relativamente autónomo dos mesmos. No plano económico, o Estado Novo vai apresentar-se fortemente pragmático na condução dos conflitos entre os grandes agricultores e a indústria ou entre estes e os *lobbies* do comércio internacional e do comércio colonial.

Por último, a economia passou a ser dirigida autoritariamente a partir de uma conciliação forçada, e subordinada aos interesses estratégicos da classe dominante, entre grandes e pequenos proprietários da agricultura, da indústria e do comércio. Sem dúvida que em prejuízo de um mais intenso e rápido desenvolvimento económico, mas com o objectivo de manter os equilíbrios sociais, o Estado estabeleceu a cartelização corporativa em alguns sectores de actividade, instituiu o condicionamento industrial, restringiu a concorrência, criou organismos de coordenação económica que passaram a dirigir milimetricamente as actividades dos sectores de actividade. Em simultâneo, estabeleceu medidas no sentido do proteccionismo do mercado continental e colonial e, por sua vez, de incremento da autarcia económica, concretizando o equilíbrio orçamental das despesas públicas e implementando condições financeiras para a actividade empresarial.

Os três equilíbrios económicos e sociais apontados que caracterizam o período de afirmação do Estado Novo, ultrapassados que estavam os conflitos, as incertezas e os equívocos ocorridos no longo processo de superação política do regime democrático-republicano após o 28 de Maio, adquirem um significado mais abrangente se tivermos presente, de um modo necessariamente esquemático, alguns traços identificadores da sociedade portuguesa no início dos anos 30[10].

Portugal era um país periférico e dependente no espaço europeu, com vastos territórios coloniais sob o seu domínio, apresentando uma estrutura económica e social em que predominava a agricultura, na qual se destacava a

---

[10] Tivemos em atenção Fernando Rosas, *op., cit.*, pp. 19 e segs., Fernando Medeiros, *A sociedade e economia portuguesa nas origens do salazarismo*, Lisboa, Regra do Jogo, 1978.

agricultura familiar minifundista e de auto-subsistência, a par de um reduzido número de explorações capitalistas e de um grupo de grandes proprietários absentistas e rentistas, os quais constituíam um influente *lobby* político e económico[11]. Por outro lado, a indústria apresentava-se estruturalmente débil, acossada por problemas de falta de mão-de-obra e de mercados para os produtos e composta por uma miríade de empresas, na sua grande maioria direccionadas para os sectores de actividade tradicionais, descapitalizadas, de reduzida dimensão, de baixo volume de produção, de fraca produtividade, enquanto as indústrias de ponta da época eram escassas e encontravam-se dominadas pelo capital estrangeiro. A maioria do patronato industrial vai sobreviver na dependência estreita das políticas estatais durante os anos 30 e 40, período em que a intensificação da intervenção do Estado vai aumentar precisamente essa dependência. O comércio distinguia-se pela sua notória importância económica decorrente dos negócios de *import/export* e das transacções de e para as colónias. Era dominado por uma forte burguesia urbana e estava profundamente relacionado com a banca comercial; simultaneamente subsistia, em particular nas cidades de Lisboa e do Porto, um vasto conjunto de pequenos comerciantes ("lojistas"), com escassos capitais e vivendo nos interstícios da dinâmica económica global do país Do Quadro V-1 destaca-se a predominância da agricultura na configuração que tomou a evolução da distribuição da população activa por grandes sectores de actividade. Quanto à indústria o seu aumento na década de 40 deve-se fundamentalmente à dinâmica económica que se instaurou no país durante a Segunda Guerra Mundial. O peso dos serviços, em especial nos anos trinta, não indica qualquer situação de modernização, mas fundamentalmente expressa a importância que detinham situações de trabalho tradicionais como as da criadagem.

[11] É por demais conhecida e analisada a importância do mundo rural para a manutenção do regime do Estado Novo.

Quadro V-1

Evolução da população activa em Portugal
(em percentagem)

Sectores	1930	1940	1950
Primário	50,7	52,6	49,1
Secundário	19,0	21,1	24,5
Terciário	30,3	26,3	26,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Recenseamentos da População* e Ana Bela Nunes, *População Activa e Actividade Económica em Portugal*, dissertação de doutoramento, ISE, 1989.

Sobretudo no período anterior à Segunda Guerra Mundial, o Estado Novo configurava-se, em termos de princípios fundamentais, como um Estado intervencionista, nacionalista e corporativo[12]. Aquando da indicação dos equilíbrios económicos e sociais fizemos referência, embora de modo indirecto, a esses princípios. Profundamente relacionados entre si, aos quais se deve juntar um discurso simbólico-ideológico marcadamente conservador e nacionalista, eles apontam genericamente para uma concepção, que ao longo da existência do regime vai sofrendo nuances, de um Estado autocrático, omnipresente e intencionalmente enformador e dirigista das diferentes dimensões da dinâmica social.

Como diversos estudos têm concluído, o corporativismo português assume-se primordialmente como estatizante, não mais do que o produto de uma intervenção directa por parte do Estado, e de cariz económico e social[13]. Os princípios doutrinários, que inicialmente apontavam para um corporativismo de associação edificado na base da liberdade de organização, não passaram da sua formulação doutrinal. O que imperou foi um corporativismo de Estado. O

[12] Cf. Rogério Roque Amaro, "O salazarismo na lógica do capitalismo em Portugal", in *Análise Social*, nºs 72-73-74, 1982, pp. 1008 e segs.

[13] Cf. Id., *ibid.*, Fernando Rosas, *op. cit.*, Daniel Bessa, *O processo inflacionário português, 1945-1980*, Porto, Afrontamento, 1988. Veja-se igualmente Manuel Braga da Cruz, *O partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1988.

corporativismo integral, reconhecido no texto constitucional de 1933 como abrangendo os interesses de ordem moral, cultural e económica, acabou por se transformar num corporativismo económico. E mesmo este levará tempo a ser organizado em alguns dos aspectos essenciais; somente em 1957, num contexto político e económico diferenciado do início da década de 30, serão instituídas as primeiras corporações nacionais, elementos considerados, desde o início, como fundamentais para a organização corporativista. Por fim, e mais uma vez de forma contrária ao que as teses iniciais advogavam e decorrente dos compromissos políticos que estiveram presentes na fixação dos princípios constitucionais de 1933, a Câmara Corporativa terá unicamente atribuições de carácter consultivo e técnico. O poder legislativo - poder central no quadro do regime - será exercido, no fundamental, pelo Governo. Para a Assembleia Nacional, desapossada que estava da sua primordial função de ser o órgão de Estado legislador por excelência, não ficará mais do que uma capacidade de intervenção, limitada e subalternizada, sendo fundamentalmente um espaço institucional de expressão, e por vezes de confronto sempre mitigado, dos vários sectores políticos apoiantes do regime[14].

O carácter estatal e económico que assumiu o corporativismo decorreu das próprias condições políticas e económicas que estiveram presentes na emergência e nos objectivos iniciais do Estado Novo[15]. Com efeito, a natureza e extensão dos conflitos entre patrões e assalariados, a crise económica e social do início da década de 30, a incapacidade da burguesia de impor, no seu seio, às diversas fracções em conflito, mas principalmente ao operariado, uma solução para essa mesma crise acabaram por determinar, na sua matriz inicial, o corporativismo. A par disto, a configuração que tomou a evolução da organização corporativa na década do seu lançamento e na seguinte não expressava um plano abrangente de organização da vida económica e social. Um objectivo inicial encontrava-se bem

[14] Veja-se Manuel Braga da Cruz, *op.cit.*, pp. 38 e segs.
[15] Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 255.

delimitado: a contenção da contestação operária. Para isso criaram-se os sindicatos nacionais. O resto da estrutura política e económica vai surgindo genericamente ao sabor dos acontecimentos. Por exemplo, os organismos corporativos, com especial destaque para os de coordenação económica, instituem-se como respostas a situações de crise concretas e suficientemente graves. Como sintetiza F. Rosas:

> "A organização corporativa surge assim marcada por uma clara conjunturalidade no processo de desenvolvimento do capitalismo português. É o expediente estabilizador e protector de certos interesses importantes em termos económicos globais (exportações) ou social e politicamente influentes (grande agricultura tradicional, interesses coloniais, sectores tradicionais sem força própria para imporem a sua liderança) característico de uma fase de crise económica e, principalmente, de uma classe dominante fraca e dividida, onde o capital industrial não tem ainda a capacidade de hegemonizar claramente o processo produtivo intra e intersectorialmente e de colocar o Estado ao serviço desse objectivo."[16]

Não obstante a apontada conjunturalidade, a organização corporativa, como instrumento, entre outros, da intervenção económica do Estado, paulatinamente foi erigindo uma pesada e burocrática rede de organismos. De uma forma mais notória no pós anos 40, no contexto das alterações induzidas pela Segunda Guerra Mundial, ela irá tornar-se num importante obstáculo à modernização política e económica da sociedade portuguesa.

No plano do estabelecimento formal do corporativismo, assumiu particular relevância o Estatuto de Trabalho Nacional (ETN) publicado em 1933[17]. Inspirado na "Carta del Lavoro" de 1927 da Itália de Mussolini e permeado pela doutrina social de Igreja, nele encontramos, entre outros, os princípios doutrinários sobre o trabalho e as relações entre assalariados e patrões. Vale a pena chamar a atenção para alguns deles. Ao Estado competia promover o

---

[16] Id., *op. cit.*, p. 257.

[17] Decreto-Lei nº 23.048 de 23 de Setembro de 1933.

desenvolvimento da economia corporativa, regulando e coordenando a vida económica e social, utilizando para isso e, sempre que necessário, o seu poder coercivo, sem contudo esquecer a importância que tinha a iniciativa privada. Aquele desenvolvimento assentaria, por sua vez, no princípio da colaboração entre o capital e o trabalho. O que deveria prevalecer era a cooperação em detrimento do conflito entre classes. Por sua vez, a propriedade, o capital e o trabalho desempenhavam "uma função social em regime de cooperação económica e solidariedade". Só que não se constituíam como factores equivalentes. O trabalho era um dever, mais propriamente "um dever de solidariedade social" que se irá encontrar durante o regime do Estado Novo preso a uma colaboração obrigatória e efectivamente subordinada aos interesses do capital. O trabalhador passa a ser considerado como "colaborador nato da empresa" e simultaneamente estava "associado aos destinos dela pelo vínculo corporativo". Deixava, por conseguinte, de ter o estatuto, no plano dos princípios doutrinários, de assalariado. Para que aquela colaboração se efectuasse, os organismos corporativos, em particular os sindicatos e grémios, deveriam conduzir a "sua actividade com espírito de paz social", cabendo exclusivamente ao Estado a "função da justiça"no âmbito das relações de trabalho. Neste quadro doutrinário, a greve e o *lock-out* foram proibidos[18]. Só que as intervenções de um Estado-árbitro não se concretizaram. Subsistiu, sim, um Estado-parceiro que intervinha, regulamentava e impunha o denominado "interesse nacional". Trabalho e capital, de acordo com o ETN, passam a estar representados, numa primeira linha, pelos "organismos corporativos primários" de que faziam parte os sindicatos nacionais, os grémios, as Casas do Povo e as Casas dos Pescadores.

Como salientámos antes, os sindicatos nacionais emergiram essencialmente como instrumentos de "contenção/repressão do movimento operário". Através do cerceamento da liberdade sindical, acompanhada pela

[18] Decreto-Lei nº 23.870 de 28 de Maio de 1937.

queda da liberdade política dos cidadãos, pela proibição da greve e pela perseguição dos dirigentes operários, entre outras medidas tomadas nos anos 30, o Estado Novo limitou fortemente a conflitualidade social (tentando que os sindicatos nacionais funcionassem como gestores da mesma, o que foi marcado pelo insucesso), recriando as condições objectivas para uma exploração capitalista mais intensiva da mão-de-obra.

De acordo com o ETN e com o Decreto-Lei nº 23.050 de 23 de Setembro de 1933 (que criava os sindicatos nacionais, estabelecendo as orientações ideológicas e o modo de organização a que deveriam obedecer)[19], a organização sindical estruturava-se em torno de alguns princípios básicos[20]: o do nacionalismo, em que para além dos sindicatos subordinarem os seus interesses aos "interesses da economia nacional" deveriam exercer a sua actividade no "plano nacional" e nunca de forma contrária "aos interesses da nação Portuguesa"; o da colaboração com o Estado e com o capital, sempre no sentido do "repúdio da luta de classes"; o da unicidade sindical corporativa e do estatuto publicista dos sindicatos. Com efeito, os sindicatos passavam a estar fortemente dependentes e controlados pelo Estado Novo, funcionando como organismos de "Administração Indirecta do Estado"[21].

Decorrente disto, e no quadro proibicionista de uma actividade livre, cerceados que estavam da utilização da greve como meio reivindicativo fundamental, os sindicatos nacionais apresentavam as seguintes atribuições: de carácter político - enquadramento dos seus representados no seio e nos objectivos da organização corporativa, o que se irá traduzir na quase estagnação do

---

[19] O Decreto-Lei nº 23.050 substituiu os Decretos sobre as associações profissionais de 9 de Maio de 1891 e de 27 de Dezembro de 1914. Com a data de 23 de Setembro de 1933 eram igualmente publicados o Decreto-Lei nº 23.049, que criava os grémios obrigatórios, e o Decreto-Lei nº 23.051, que estabelecia as Casas do Povo.

[20] Sobre a questão dos sindicatos nacionais, consulte-se: Fátima Patriarca, *op. cit.*; Manuel Lucena, *op. cit.*; Daniel Bessa, *O processo inflacionário português, 1945-1980*, Porto, Afrontamento, 1988; Mário Pinto e Carlos Moura, "As estruturas sindicais portuguesas", in *Análise Social*, nº 33, 1972, pp. 140-190.

[21] Mário Pinto e Carlos Moura, *op. cit.*, p. 141.

sindicalismo durante o estado Novo -, de negociação colectiva - limitada, tutelada pelo Estado e subordinada aos interesses da Nação que, de modo contrário ao preconizado pelo corporativismo, se concretizou no interesse de um dos parceiros, o capital -, de constituição com os grémios das corporações e de financiamento das instituições de previdência.

Os sindicatos nacionais organizavam-se por profissão e eram de âmbito distrital[22]. Com um mínimo de cem associados, imperava, recorde-se, a unicidade sindical corporativa (para cada distrito o "Estado só reconhece como entidade de direito público um único sindicato nacional por categoria profissional"). Por outro lado, encontravam-se excluídos da organização os trabalhadores rurais e pescadores, agrupados respectivamente nas Casas do Povo e nas Casas dos Pescadores, como também os funcionários do Estado e organismos corporativos. Abrangendo unicamente empregados e operários da indústria e do comércio, os

---

[22] O Decreto-Lei. nº 23.050, no seu artigo 4º, previa uma excepção,"as profissões que, na sede de cada distrito, não compreendam o número de indivíduos suficiente para a constituição do sindicato nacional encorporar-se-ão no sindicato que maior correlação com elas tiver". Outra excepção subsistia: as profissões livres e os ferroviários organizavam-se em sindicatos de âmbito nacional. Por sua vez, o Decreto-Lei nº 27.228 de 23 de Novembro de 1936 criou a possibilidade dos sindicatos nacionais terem por âmbito áreas geográficas superiores ao distrito quando especificamente a solução consignada no Decreto-Lei nº 23.050 não fosse exequível com a representação das profissões. Como sublinha F. Patriarca, a conjugação do que se encontrava legislado com as interpretações, nem sempre coincidentes, dos funcionários do INTP que tutelavam os sindicatos e com os interesses, directamente relacionados com as questões da representatividade e da capacidade de acção, por parte daqueles que pretendiam constituir o sindicato, conduziu a que o critério da profissão, em que deveria assentar a estrutura sindical, acabasse, no decurso da aplicação da lei, por ser fortemente ultrapassado. No início dos anos 60, o número de sindicatos de ramo de actividade ultrapassava o de profissão, respectivamente 161 (49%) e 169 (51%). Cf. Fátima Patriarca, *op. cit.*, pp. 283 e segs. Outra questão merece ser realçada: no âmbito da análise do sindicalismo corporativo encontrou-se instalada, durante muitos anos, a tese de que o regime jurídico instituído com o Decreto-Lei nº 23.050 e a prática política e administrativa desencadeada pelos organismos estatais tinha conduzido à pulverização organizativa e à debilidade do sindicalismo português (encontramos esta tese em Mário Pinto e Carlos Moura, *op. cit.*, pp. 180-181 e Daniel Bessa, *op. cit.*, p. 249). F. Patriarca sustenta uma posição diferente: no plano organizativo não subsistiram importantes alterações antes e depois de 1933. Efectivamente foram as leis sindicais de 1891 que induziram a pulverização sindical e não tanto a legislação de 1933. Esta, em grande parte dos casos, não fez mais do que incorporar o modo de organização já existente. Quanto à debilidade do sindicalismo, ela foi a consequência directa do próprio regime do Estado Novo. Cf. Id., *ibid.*, pp. 283 e segs.

sindicatos podiam constituir-se em Federações e Uniões. Encontrava-se expressamente proibido a formação de Confederações.

Indicados que foram alguns elementos caracterizadores do Estado Novo nos anos 30, importa retomarmos a análise que vínhamos sustentando sobre a instância sindical representativa dos comercialistas.

A fundação em 15 de Janeiro de 1935 do SNC, com cerca de 150 sócios, a partir da extinção da ACP e da ACNP, não foi consensual no seio dos comercialistas. No início de 1934, expirado que já estava o período que o Decreto-Lei nº 23.050 impunha para as "associações profissionais de empregados, operários e trabalhadores" apresentarem para aprovação governamental os novos estatutos, a ACP remetia à ACNP uma proposta para a criação de um sindicato[23]. Em assembleia geral expressamente convocada para o efeito e presidida pelo presidente da ACNP, Raul Tamagnini Barbosa, os comercialistas nortenhos rejeitaram a criação de um sindicato em todo semelhante aos das restantes profissões. Para isso argumentaram com dois factos: a sua formação académica era de nível superior, credenciada com os títulos de licenciado e de doutor em ciências económicas e financeiras, após a criação, em 1930, do ISCEF; desempenhavam "funções de administração superior" que não permitiam equiparações a qualquer outro tipo profissão. Se equiparações existiam, elas deviam ser feitas com profissões que detinham a mesma formação académica e igualmente funções prestigiantes, como era o caso dos engenheiros e advogados. Ora se no âmbito do sindicalismo corporativo, estas duas profissões passariam a organizar-se em Ordens, o mesmo deveria acontecer para os comercialistas. A reivindicação era explícita: constituição de uma "Ordem dos Comercialistas"[24].

Em particular, os associados da ACNP reviam-se não numa organização de tipo meramente sindical, mas sim numa ordem profissional. Não se rejeitava a

---

[23] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 7, 1934, p.151.
[24] Cf. Idem.

corporativização dos sindicatos, ao contrário do que aconteceu com outras associações[25], unicamente se reivindicava uma solução organizativa diferente da que lhes era imposta pela lei dos sindicatos nacionais.

Antes de prosseguirmos, esclareçamos uma questão. O parágrafo único do artigo 1 do Decreto-Lei. n.º 23.050 diz: "As profissões livres organizar-se-ão num único sindicato nacional, com sede em Lisboa, podendo criar secções distritais em tudo sujeitas à disciplina do sindicato. Os sindicatos nacionais dos advogados, dos médicos e dos engenheiros podem optar a denominação de ordens" A formulação adoptada seguia de perto as leis italianas[26]. Assentava na expressão profissões livres que, para a época, apresentava certas imprecisões. Por um lado, e numa acepção mais rigorosa, essa expressão não pretendia mais do que indicar as profissões que se exerciam "independentemente da subordinação a um patrão ou empresário"[27]. Situação que manifestamente não existia, pois todas as profissões se podiam exercer no quadro de uma relação contratual por conta de outrem. Por outro, confundia-se com a de profissão liberal que exigia predominantemente uma actividade intelectual, para a qual seria usual a posse de um grau universitário, em detrimento de uma de natureza manual. As imprecisões manter-se-ão no próprio discurso simbólico-ideológico produzido pelas profissões; as duas expressões, e respectivos significados, vão-se mesclar.

Além disto, aquela disposição do Decreto-Lei n.º 23.050 estabelecia uma clara divisão no seio das profissões livres: umas que se poderiam organizar em

---

[25] A corporativização dos sindicatos não constituiu um processo linear. Uma parte importante das associações operárias tiveram uma posição contra a aplicação do Decreto-Lei nº 23.050. Mais do que a contestação dos princípios organizativos impostos por esta lei, os quais, em parte, recuperavam os que subsistiam antes de 1933, os dirigentes sindicais opunham-se à ordem corporativista, ao poder tutelar do Estado sobre os sindicatos, à perda da liberdade de acção, ao cerceamento da greve, à colaboração forçada com o capital e com o Estado. As associações opositoras e recalcitrantes acabaram por desaparecer. Nestas foi frequente o aparecimento de comissões organizadoras de futuros sindicatos nacionais. A par da contestação, existiram associações que enveredaram pela sua conformação ao novo quadro político-jurídico. Sobre esta questão, consulte-se Fátima Patriarca, *op. cit.*, pp. 227 e segs.

[26] Cf. Luís da Cunha Gonçalves, *Princípios de Direito Corporativo*, Lisboa, ISCEF, 1935, p. 158.

[27] Cf. Marcello Caetano, *Lições de Direito Corporativo,* Lisboa, s/edit., 1935, p. 63.

sindicatos nacionais adoptando a denominação de ordens; outras cujas instâncias de representação em nada diferiam, em termos de princípios, funções e atribuições, da organização das profissões comuns. A divisão feita pelo governo, abrangendo advogados, médicos e engenheiros, não expressava somente uma distinção honorífica para estas profissões, como pretendia, no essencial, criar organismos, em tudo parecidos aos denominados colégios profissionais, e, paralelamente, enquadrá-los na orgânica corporativa. Se no meio dos defensores do Estado Novo, e especialmente dos seus ideólogos, tal enquadramento era inquestionável e decorria dos princípios doutrinários, de natureza autocrática e coercitiva, caracterizadores do regime, a solução organizativa encontrada - constituição de sindicatos nacionais - foi passível de contestação[28].

Por outro lado, aquela mesma divisão, como igualmente a formulação global sobre as profissões livres, reflectia determinados factos que subsistiam à data da publicação da lei dos sindicatos corporativos. Desde 1926 que existia a Ordem dos Advogados; no seio dos engenheiros desenrolaram-se, pelo menos de modo visível desde 1929, movimentações no sentido de criação de uma ordem profissional e de regulamentação da própria profissão. Pelo lado dos médicos, vários profissionais, que ocupavam importantes posições na profissão, pugnavam publicamente por uma ordem[29]. Deste modo, a criação das ordens não era propriamente uma questão nova. Tal correspondia à consagração, no plano jurídico, da situação social privilegiada que qualquer daquelas profissões detinha na sociedade portuguesa de então. Em particular, médicos e advogados - profissões liberais tradicionais por excelência - que constituíam o alforge de onde saíam os elementos predominantes da elite política e económica. Os engenheiros

[28] Sintomaticamente é Marcello Caetano, um dos defensores e ideólogos do novo regime, que expressa publicamente o seu desagrado quanto à organização em sindicatos nacionais das profissões livres. Id., *ibid.*, p. 65.

[29] Veja-se, por exemplo, Mário Cardia, *Ordem dos Médicos*, Lisboa, Cadernos Corporativos, 1933 e Id., *Nem individualismo, nem estatismo; mas sim corporação médica*, Lisboa, s/edit., 1937.

começavam a perfilhar-se, de modo decisivo, como protagonistas principais da estratégia - alvo de intensas polémicas - de industrialização mais intensa do país.

Era com os advogados, médicos e engenheiros - aqueles que detinham um estatuto profissional distintivo e prestigiante que se encontrava associado a elevados benefícios materiais e simbólicos - que os comercialistas pretendiam uma equiparação, a qual se consubstanciava, como destacámos, na criação da ordem. No âmbito do enquadramento político-jurídico do corporativismo, as três Ordens profissionais, e não obstante a sua configuração como sindicatos nacionais, apresentavam-se como importantes organismos que vão historicamente possibilitar o fechamento social das respectivas profissões. E era esse precisamente um dos objectivos que os comercialistas pretendiam alcançar com a sua pretensão.

O caso dos engenheiros poderá servir de exemplo ilustrativo daquele fechamento social. Em 24 de Novembro de 1936, constitui-se a Ordem dos Engenheiros[30]. Nos anos anteriores, mesmo antes da publicação do Decreto-Lei n.º 23.050 - como vimos acima - as questões da regulamentação da profissão (recorde-se que a exclusividade do título de engenheiro pertencia aos diplomados do IST e da FCT desde 1924) e da Ordem estiveram no centro do debate, dinamizado em particular pelas novas gerações provenientes do IST[31]. A Ordem dos Engenheiros, segundo os seus estatutos, estruturava-se em torno dos seguintes elementos básicos: monopólio da representatividade profissional dos engenheiros; agregação exclusiva de todos aqueles que se encontravam devidamente habilitados para o exercício da profissão; obrigatoriedade de filiação de todos os que exerciam a profissão (patrões, trabalhadores independentes, assalariados); capacidade de execução da normatividade jurídica relativamente ao

---

[30] Decreto-Lei nº 27.288 de 24 de Novembro de 1936.

[31] Cf. Maria de Lurdes Rodrigues, *Os Engenheiros na Sociedade Portuguesa. Profissionalização e Protagonismo*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento, 1996, pp. 320 e segs. consulte-se ainda a *Revista da Associação dos Engenheiros Civis Portugueses,* nº 650, 1929, nº 656, 1930, nº 669, 1931, nº 684, 1932, nº 693, 1933, nº 708, 1934, nº 717, 1935.

título e ao exercício da profissão de engenheiro; dinamização de "estudos e de progressos da engenharia e do desenvolvimento da preparação profissional". Assim, o Estado acabava por delegar na Ordem determinadas prerrogativas, particularmente as que diziam respeito à definição e à defesa da área de actividade profissional e ao controlo em termos de acesso, uso do título, exercício, ética e deontologia profissional. A Ordem passava a ser o organismo corporativo por excelência da profissão, a ter capacidade jurídica - a ser socialmente reconhecida - e de defesa dos plurais interesses - económicos, sociais e simbólicos - dos engenheiros; passava a ser, igualmente, um instrumento fundamental na consolidação da própria profissão.

Se no caso dos engenheiros, a formação da respectiva Ordem decorreu sem subsistir qualquer conflito com o governo, o mesmo já não aconteceu com os advogados. Recorde-se que a Ordem dos Advogados tinha sido criada pelo Estatuto Judiciário de 1927[32]. Entretanto o Decreto-Lei n.º 23.050 veio obrigar a sua conformação, como sindicato nacional, à nova ordem corporativa, a qual seria reforçada, em 1934, com a disposição legal de inclusão de representantes da Ordem nas secções da Câmara Corporativa[33]. A direcção da Ordem não acatou as decisões do governo por as considerar atentatórias da independência da profissão, regulada que estava pelo Estatuto Judiciário. Numa postura de força, o governo, em Janeiro de 1935[34], decretou que a Ordem dos Advogados se integrava como elemento primário na organização corporativa, ficando, por conseguinte, submetida à lei dos sindicatos nacionais. A profissão de advogado passava a estar

---

[32] A Ordem dos Advogados vinha na sequência da Associação dos Advogados de Lisboa que foi criada em 23 de Março de 1836. Veja-se Augusto Lopes Cardoso, *Da Associação dos Advogados de Lisboa à Ordem dos Advogados/Subsídios históricos e doutrinais para o estudo da natureza jurídica da Ordem dos Advogados*, Lisboa, ROA, 1988.

[33] Decreto-Lei nº 24.683 de 27 de Novembro de 1934, que organizou as secções da Câmara Corporativa, incluindo a Ordem dos Advogados na 20ª secção - Justiça -, a Ordem dos Médicos nas secções 15ª e 18ª - Interesses espirituais e morais e política e administração geral -, a Ordem dos Engenheiros nas secções 8ª, 9ª, 10ª e 21ª que se ocupavam dos problemas da electricidade, construção, transportes, obras públicas e comunicações.

[34] Decreto-Lei nº 24.904 de 10 de Janeiro de 1935.

enquadrada pela organização corporativa. A postura governativa assume especial significado, porquanto ocorre face a uma profissão em que o regime tinha fortes defensores e importantes ideólogos, alguns dos quais publicamente vão criticá-la, assumindo a defesa de uma Ordem independente[35]. Como resultado da contestação generalizada dos advogados, o governo passado um mês recua e suspende a medida[36], até à publicação de legislação específica sobre os sindicatos nacionais com a natureza de Ordens, a qual nunca aconteceu, facto indiciador de alguma dificuldade do regime em tratar das ordens profissionais[37]. Deste modo, a Ordem dos Advogados, ao abrigo da sua inserção no Estatuto Judiciário e igualmente decorrente da importância política e social da profissão que representava, acabou por ter um tratamento diferenciado por parte do Estado Novo.

A pretensão de uma Ordem dos Comercialistas não foi atendida. Os contactos efectuados com o subsecretário das Corporações e Previdência não conduziram à alteração da postura governamental[38]. O Estado Novo deliberadamente considerava os comercialistas, como também os farmacêuticos e os veterinários, profissões livres, mas sem representatividade e prestígio profissionais necessários para se poderem organizar em Ordens. Aos comercialistas não restava senão cingirem-se à única solução organizativa possível dentro dos parâmetros do ETN e da lei dos sindicatos corporativos, a criação de um sindicato.

Em termos estatutários, o SNC apresentava âmbito nacional - de acordo com o que se encontrava preceituado para as profissões livres - e englobava os diplomados com o curso superior de ciências económicas e financeiras

---

[35] São o caso de Luís da Cunha Gonçalves e Marcello Caetano. Sobre a contestação à medida governamental, consulte-se: Alberto Sousa Lamy, *A Ordem dos Advogados Portugueses*, Lisboa, Ordem dos Advogados, 1984, pp. 25 e segs.

[36] Decreto-Lei nº 25.037 de 12 de Fevereiro de 1935.

[37] O Decreto-Lei nº 23.050 é omisso quanto às normas específicas a que deveriam obedecer as Ordens. Serão os respectivos Estatutos que irão fixar essas normas, sem que subsistam diferenças de monta entre particularmente a Ordem dos Engenheiros e a dos Médicos.

[38] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 7, 1934, p. 35.

habilitados com as quatro secções (aduaneira, diplomática e consular, finanças e administração comercial, as quais tinham sido criadas no âmbito da transformação do ISCL no ISCEF, em 1930) e igualmente os diplomados com o curso superior de comércio ou com o curso complementar de ciências económicas e comerciais. Em síntese, só se podiam filiar no SNC aqueles, que de acordo com as habilitações académicas, fossem comercialistas. Os outros diplomados pelos então já extintos ISC ou pelo ISCEF, possuidores respectivamente, por exemplo, de um único curso ou de uma única secção, encontravam-se estatutariamente impedidos de serem sócios do SNC.

Vai ser em torno da definição do âmbito profissional representado pelo SNC que se desencadeou uma importante discussão entre os comercialistas sindicalizados. Segundo as informações disponíveis, a partir de 1938, a questão passou a integrar os assuntos das escassas assembleias gerais realizadas. Pires Cardoso, presidente da direcção do sindicato naquele ano, encabeça um grupo favorável à admissão ao SNC dos licenciados com qualquer das secções do ISCEF ou dos indivíduos legalmente a eles equiparados[39]. Para os opositores à proposta de alteração, o que estava principalmente em causa era a natureza do próprio título de comercialista. Com efeito, por intermédio da inscrição no sindicato e não propriamente pela formação académica, todos os licenciados em ciências económicas e financeiras seriam comercialistas, terminando, portanto, a "pureza" do título profissional quer no plano do mercado de emprego, quer no dos benefícios materiais e simbólicos.

Algumas propostas emergiram que pretendiam conciliar aquelas duas posições. Uma que apontava para o ingresso de todos os licenciados no sindicato, ficando o título unicamente reservado para aqueles que possuíssem as quatro secções. Outra que, tal como a anterior, abria o sindicato a todos os licenciados, todavia somente considerava elegíveis para a direcção os indivíduos com as

[39] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 21, 1938, p. 38.

quatro secções do ISCEF ou equivalente. A última é mesmo aprovada em assembleia geral, sendo posteriormente abandonada pelo seu flagrante carácter discricionário[40].

Na sequência do estudo feito por uma comissão constituída especialmente para o efeito[41], os sócios em assembleia geral, realizada em meados de 1941, pronunciam-se favoravelmente pelo alargamento do âmbito profissional do SNC. Cerca de três anos foram precisos para se chegar a uma decisão definitiva. A amplitude temporal é, em parte, indicativa do carácter não consensual, além de "bastante melindroso" - nas palavras de um dos comercialistas - que revestiu o processo. Entretanto, em 22 de Outubro de 1941, o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, autorizava as consequentes alterações aos estatutos do sindicato. O SNC passava a admitir como sócios efectivos os licenciados em ciências económicas e financeiras por qualquer das secções do respectivo curso superior e, em simultâneo, continuava a instituir-se como o representante da "profissão liberal de comercialista"[42].

A abertura do sindicato era, por sua vez, para os seus defensores, uma importante oportunidade para o acréscimo do número de sócios e, correlativamente, para a expansão da respectiva posição de representatividade, o que era considerado - por exemplo por Pires Cardoso, em 1938 - como factor fundamental para levar o governo a reconhecer a "necessidade de criar a Ordem dos diplomados pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras"[43].

---

[40] Idem, nº 35, 1941, p. 375.

[41] Composta por Pires Cardoso, Pereira Jorge e Faria Lopes. Cf. Id., *ibid.*

[42] Dos Estatutos do SNC destaca-se o seguinte: "Artigo 1º - O Sindicato Nacional dos Comercialistas (SNC) é o único agrupamento dos comercialistas portugueses ou estrangeiros, que exerçam qualquer das modalidades desta profissão liberal, feito em termos das leis vigentes, e rege-se pelos estatutos. Entende-se por profissão liberal de comercialista a actividade dos indivíduos Licenciados em Ciências Económicas e Financeiras para o exercício da qual seja necessária a aplicação das ciências económicas e financeiras. Artº 7º - Sócios efectivos são os indivíduos Licenciados em Ciências Económicas e Financeiras por qualquer das secções do respectivo curso superior, ou ainda os diplomados com qualquer curso de Instituto ou Faculdade estrangeira que venha a ser equiparado por Lei àquelas habilitações, quando solicitada e obtida a sua admissão nos termos destes estatutos."

[43] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 21, 1938, p. 35.

As expectativas de um acréscimo do volume de sindicalizados goraram-se: em 1941, ano em que ocorreu a alteração estatutária do âmbito profissional do sindicato, o número de sócios era de 212, em 1949 encontrava-se em 234 (Anexo H). A fraca adesão sindical por parte dos diplomados pelos ISC e licenciados pelo ISCEF é um sinal bem explícito da debilidade institucional do SNC. As suas condições de funcionamento eram precárias. Somente em 1948 a direcção em exercício conseguiu instalar o sindicato em sede própria - inicialmente funcionou numa sala do ISCEF, passando depois para as instalações da Sociedade de Ciências Económicas (SCE). Por outro lado, dos textos das actas das escassas assembleias gerais realizadas até 1945, pode-se inferir que a dinâmica sindical foi restrita[44]. A discussão sobre a generalização ou não do título de comercialista, que agitou a vida interna dos primeiros anos do sindicato, terá sido um dos raros acontecimentos de maior participação e actividade sindical.

A situação de uma certa letargia que caracterizou o SNC de 1933 a 1945, a qual era igualmente patente em outros sindicatos nacionais, era resultante da acção espartilhante da organização corporativa em que o mesmo se encontrava inserido e do próprio quadro político e social mais geral instaurado pelo Estado Novo. Mas, para além desta, outras razões, de ordem interna, subsistiam talvez até mais importantes: a "animosidade"[45] que existia por parte dos titulados pelos ISC e pelo ISCEF face ao título de comercialista e a recusa de integrarem um organismo sindical, o qual por ser em tudo idêntico ao dos operários e empregados, em nada era consentâneo com o seu estatuto social de licenciados - como se sabe, a sua preferência para a formação de uma Ordem profissional vinha desde os anos 30.

Na sequência da recusa pelo governo da "Ordem dos Comercialistas", um grupo de licenciados em ciências económicas e financeiras fundava, em Maio de 1941, a SCE. Pretendia-se, no fundamental, dar corpo a uma instância de

---

[44] Cf. Livro de Actas das Assembleias Gerais do Sindicato Nacional dos Comercialistas, nº 1.
[45] *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 12, 1969, p. 6.

representação política, a qual, ao deter como finalidade a divulgação cultural e científica[46], pudesse parcialmente identificar-se com as Ordens profissionais então existentes e funcionasse, em especial para aqueles que recusavam o sindicalismo pela razão acima apontada, como elemento atributivo de distinção social e profissional.

Ora aquela finalidade adquiria uma maior importância política e simbólica, se atendermos ao facto da constituição da SCE ter sido protagonizada, no contexto social do início dos anos 40, pela elite dos licenciados em ciências económicas e financeiras. Os primeiros corpos gerentes integravam, entre outros, docentes do ISCEF - Mosés Amzalak, António Godinho, Gonçalves Pereira -, funcionários superiores da administração pública - Aureliano Felismino, Carmona e Costa, Jorge Felner da Costa, Tomás Lança Revez - e administradores de empresas - Ricardo Espírito Santo, Luís Sousa[47].

Importa igualmente destacar que a nova Sociedade introduzia, na perspectiva de alguns sectores dos diplomados e licenciados, uma diferenciação entre a actividade sindical, do foro exclusivo do SNC, e a de divulgação cultural e científica. Era uma consequência inevitável e de certo modo estrategicamente assumida pelo grupo impulsionador da SCE e gerada pela atitude de antagonismo face ao sindicalismo.

---

[46] Como afirmavam os promotores da SCE: "De há muito que se vinha reconhecendo a necessidade da existência de uma instituição cultural, que se dedicasse ao estudo, ao aperfeiçoamento e vulgarização das ciências económicas e financeiras, especialmente na época presente em que os fenómenos económicos se sucedem com uma rapidez desconcertante. Por outro lado, era interessante que se dessem a conhecer ao grande público os vários problemas económicos e financeiros e as acções propostas para os resolver, interessando-o e despertando-lhe o interesse por estas questões. Pensava-se, também, que da fundação de uma Sociedade desta natureza resultaria o estreitamento de relações entre os vários economistas e que, infalivelmente, das suas discussões sôbre a economia nacional e mundial, alguma coisa resultaria para a resolução dos importantíssimos problemas do momento, tanto mais que é imprescindível preparar a economia de amanhã, depois da terminação do caos em que o mundo está lançado. Portanto, da sua existência alguma coisa de útil poderia resultar para o País.", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 37, 1942, p. 107.

[47] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 37, 1942, p. 109.

A partir de 1941, passaram portanto a existir duas instâncias representativas dos diplomados e licenciados: o SNC e a SCE. Ambas apresentando nos últimos anos da década de 40 um número aproximado de associados - cerca de 200 e 180, respectivamente[48]. Afigura-se-nos que uma parcela desses associados encontrava-se inscrita, em simultâneo, nas duas instâncias[49]. Para a época, o volume ainda restrito de diplomados pelos ISC e de licenciados pelo ISCEF induz esta conclusão (Quadros IV-1 e IV-2, Anexo C). Por seu turno, a simultaneidade de inscrição reforça a ideia que um conjunto deles não reconhecia o SNC como estando direccionado para as questões culturais e científicas, não obstante elas integrarem as finalidades estatutárias[50].

As informações recolhidas sobre a SCE permitem-nos concluir que as suas actividades foram escassas ao longo dos anos 40, resumindo-se a um conjunto restrito de conferências realizadas pelos respectivos associados[51]. A partir de 1947, a Sociedade entra em declínio vindo progressivamente a extinguir-se nos anos seguintes.

Entretanto, no pós 1946, o SNC entrou num período de debate de algumas das questões laborais dos seus associados. Nesse mesmo ano, a letargia do Sindicato vai ser abanada com as reivindicações dos estudantes e diplomados pelos IC de acesso exclusivo a determinados lugares na administração pública e nas empresas privadas, no decorrer da apreciação da proposta do governo de Reforma do ensino técnico comercial e industrial pela Câmara Corporativa. Consideradas como lesivas dos interesses económicos dos diplomados pelos ISC e dos licenciados em ciências económicas e financeiras, ao nível do mercado de emprego, o SNC vai dinamizar uma discussão interna, realizando num curto

---

[48] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 11, 1957, p. 8.

[49] Para além disto, alguns dos membros dos órgãos sociais da SCE integraram igualmente os do SNC.

[50] Como se pode ler nos Estatutos, o SNC deveria "concorrer para o desenvolvimento e divulgação das ciências económicas e financeiras".

[51] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 50, 1945, pp. 206-207 e nº 57, 1947, p. 180.

espaço de tempo três assembleias gerais[52]. O resultado da discussão concretizou-se na apresentação à Câmara Corporativa de um protesto que repudiava as reivindicações feitas, o qual foi atendido[53].

A defesa pelos associados do SNC das respectivas áreas de actividade, no sentido de preservar as conquistas de lugares de emprego já feitas, gerou uma dinâmica importante para o revigoramento institucional do Sindicato. As condições de trabalho na administração pública - estruturas das carreiras, vencimentos, não equiparação a outros titulados pelo ensino universitário -, o não reconhecimento das qualificações académicas e da imprescindibilidade para o funcionamento das organizações, a crítica ao carácter obsoleto do título de comercialista passaram, em 1947, a ser alguns dos temas que obrigatoriamente integraram as ordens de trabalho das várias assembleias gerais do SNC[54]. Para esta nova dinâmica contribui igualmente, e de modo decisivo, a eleição nesse ano de uma direcção para o triénio 1947/1949[55], mais empenhada em obter um acréscimo da visibilidade social e do reconhecimento profissional para aqueles que politicamente representava.

Por intermédio das acções daquela direcção, nos últimos anos da década de 40, ocorreram dois factos da maior importância. Por um lado, assistiu-se a uma mudança do posicionamento do SNC face aos problemas laborais dos seus associados, embora não se tenha obtido resultados expressivos, o que, recorde-se, era uma consequência directa do papel subalterno, em termos económicos e políticos, que a maioria dos sindicatos desempenhavam na época. Por outro, à criação das condições, em termos de organização e de participação dos

---

[52] Veja-se Livro das Actas das Assembleias Gerais do Sindicato dos Comercialistas,nº 2, p. 15.

[53] No capítulo seguinte, trataremos, de modo mais desenvolvido, as reivindicações que foram feitas e a posição do SNC.

[54] Veja-se Livro das Actas das Assembleias Gerais do Sindicato Nacional dos Comercialistas, nº 2, p. 20.

[55] Dessa direcção faziam parte os seguintes elementos: Vasco Furtado, Álvaro Afonso, Joaquim Valadas, Mário Gomes e Ernesto Pratas. Todos licenciados pelo ISCEF. Em termos de sector de actividade distribuíam-se pelo ensino técnico comercial e Alfândegas, pela Junta Nacional de Frutas e por empresas privadas - Companhia de Electricidade e Automática Eléctrica Portuguesa.

associados, para que no início da década seguinte ocorresse um importante debate sobre a sua condição profissional, centrado num outro título e na criação de uma Ordem, o qual irá constituir um momento crucial, entre outros, na emergência da profissão de economista.

2. A criação do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e a recomposição do campo universitário

Antecedendo a corporativização sindical da ACP e da ACNP, e a sua consequente transformação no SNC, processou-se a integração do ensino superior de comércio na Universidade. Em 2 de Dezembro de 1930[56], o então ministro da Instrução Pública, Cordeiro Ramos, criou a UTL que agrupava o IST, o ISA, a Escola Superior de Medicina Veterinária (ESMV) e o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (ISCEF) que sucedia ao ISCL. De uma assentada, as escolas técnicas superiores, com sede em Lisboa, passavam a estar reunidas na mesma instituição de ensino universitário, concretizando-se, assim, para algumas delas, uma reivindicação que vinham fazendo há anos [57].

A existência de uma Universidade Técnica subsistia como projecto, desde 1913, defendido por um grupo de professores das escolas técnicas superiores, entre os quais preponderava Alfredo Bensaúde[58]. O processo de formação da UTL não foi isento de conflitos e críticas. No então Conselho Superior de Instrução Pública motivou "acaloradas discussões"[59]. A polémica centrava-se em torno de uma questão de princípio: deveria o ensino técnico superior integrar o sistema universitário com a consequente obtenção dos respectivos graus

---

[56] Decreto nº 19.081 de 2 de Dezembro de 1930.

[57] Tenha-se presente que a publicação do Estatuto da Instrução Universitária, em 27 de Julho de 1930, ao não fazer qualquer referência às escolas técnicas superiores tinha-as colocado numa posição institucional indefinida.

[58] Cf. Moisés Bensabat Amzalak, *Para a História da Universidade Técnica de Lisboa - A fundação da Universidade*, Lisboa, Editorial Império, 1956, p. 11.

[59] Cf. Id., *ibid.*, pp. 12 e segs.

académicos - licenciatura e doutoramento - ou manter-se sedeado em escolas superiores como vinha acontecendo?

No preâmbulo do Decreto, o Governo justifica a sua medida:

> "A cultura das mais altas carreiras económicas, como a engenharia, a veterinária, a agronomia e a actividade mercantil já atingiu entre nós, uma elevação científica não inferior à das chamadas carreiras liberais. Ao lado das Universidades clássicas, centros de alta cultura e de investigação científica, é tempo de se formarem Universidades técnicas, ensinando como se deve desenvolver a vida económica, com todas as exigências materiais da civilização moderna."

Será, todavia, Azevedo Nunes no seu discurso, no acto de posse como reitor, que indica, de modo mais claro, quais os objectivos que se pretendiam atingir:

> "À face do decreto criador, a Universidade Técnica de Lisboa é um novo organismo eminentemente nacional, diverso das Universidades clássicas nas suas bases, orientação e espírito, moderno, de índole social, centro de investigação científica e de finalidade prática, foco de propaganda do ensino técnico, órgão destinado a servir o Estado por meio de inquéritos e estudos de que o Governo especialmente o encarregue ou que ele entenda dever propor e executar, centro de cooperação mútua dos diversos institutos, elemento destinado a auxiliar as Associações Técnicas no estudo dos vários problemas de fomento nacional."[60]

Sintomaticamente, por parte dos proponentes governamentais, a UTL emergia enformada por uma concepção distintiva face às universidades clássicas, mormente quanto aos fins, ao relacionamento com o próprio Estado e com as actividades económicas. Constituía para aqueles, portanto, a consagração institucional de uma perspectiva mais modernizante de ensino no quadro do espaço universitário.

---

[60] *Anuário da Universidade Técnica de Lisboa*, Lisboa, UTL, 1954, p. 7.

Perspectiva que em nada era subscrita pelos opositores à medida governamental. Pugnavam estes, no essencial, por universidades onde o ensino técnico não teria lugar, porque o mesmo se apresentava, no seu julgamento, falho de credibilidade científica, com propósitos de cariz profissional[61], gerador de uma permanente subordinação da ciência às aplicações técnicas[62]. Valorizavam em absoluto o conhecimento abstracto face ao aplicado, ou melhor a ciência, face à técnica. Defendiam a manutenção da configuração do ensino superior existente em Portugal no final da década de 20: de um lado as Universidades Clássicas, do outro os Institutos e Escolas técnicas superiores. Isto representava não mais do que uma postura, no seguimento da tradição clássica, desvalorizante do ensino técnico, que reflectia, em parte, o posicionamento elitista que a Universidade tinha no Portugal de então.

O Governo, ao não integrar directamente o ensino técnico superior na Universidade Clássica[63], criando, sim, uma outra Universidade, mostrou que não

---

[61] José de Macedo, defensor intransigente da integração do ensino técnico na Universidade, contra-argumentava: "Hoje todo o ensino superior é, por finalidade profissional, ensino técnico. [...]Todas as faculdades universitárias são destinadas a crear aptidões, cada vez mais amplas, de forma a que os diplomados venham, na vida quotidiana, exercer uma profissão e dar à colectividade recursos económicos", in *Jornal do Comércio e das Colónias* de 10 de Dezembro de 1930.

[62] Na imprensa diária da época a única voz crítica à criação da UTL que se fez ouvir foi a do *Diário de Notícias*. Num artigo publicado em 5 de Dezembro de 1930, insistia-se noutro ponto: a UTL não teria condições de ser uma "verdadeira Universidade", pois ao ser construída não de raiz , mas sim através da reunião de diferentes escolas, tal não permitiria a formação do "espírito universitário". Segundo o articulista, as Universidades de Lisboa e do Porto, constituídas do mesmo modo, serviam de exemplo quanto a este aspecto. Eram simplesmente organizações burocráticas e não Universidades. No país, unicamente Coimbra se apresentava com um verdadeiro "espírito universitário".

[63] Tenha-se presente que a Universidade do Porto albergava desde 1926 uma Faculdade de Engenharia. Para a altura existiam na Europa diferentes soluções organizativas quanto ao posicionamento do ensino técnico superior no sistema de ensino. A integração plena do ensino técnico na Universidade - a tendência mais forte da época - que genericamente subsistia em Inglaterra e que passou a existir em Itália, a partir de 1933, e no ano seguinte na Alemanha. Além desta solução, por exemplo em França, mantinha-se a mais tradicional, o ensino técnico fora da Universidade, e uma outra que decorria desta, os institutos superiores técnicos estarem anexos à Universidade. Para uma abordagem mais detalhada da questão, consulte-se Armando Marques Guedes, "O ensino técnico superior e a Universidade", in *Indústria Portuguesa*, nºs 189-190, 1943, pp. 12 e segs.

queria entrar em conflito aberto com o academismo mais conservador e tradicional, acabando por acolher, em parte, as suas críticas.

Por outro lado, os apologistas da universitarização do ensino técnico contrapunham que as escolas tinham "categoria científica" para constituir uma Universidade[64]. Mas mais, para eles a criação da UTL justificava-se:

> "(...) pela necessidade de inclinar de preferência para as carreiras económicas as gerações novas demasiadamente desviadas, sobretudo por factores de ordem psíquica, para as profissões liberais tradicionais. Ao Estado compete equilibrar a marcha colectiva das suas actividades sociais."[65]

Justificava-se, também, por permitir a utilização das ciências nas actividades económicas e a dignificação por intermédio da concessão dos títulos académicos, das denominadas "profissões úteis", tornando-as equiparáveis, no plano social, às antigas profissões liberais[66].

No contexto global do sistema de ensino do início dos anos 30, a criação da UTL configura-se como uma medida política que pretendia revalorizar simbólica e materialmente os cursos e diplomas do ensino técnico superior - e correlativamente as profissões para as quais tendencialmente aqueles formavam - na medida em que anulava um dos elementos principais que no passado tinha conduzido à fragilização institucional daquele ensino - não conferir os títulos de licenciado e de doutor. Em particular, o título académico de licenciado que sancionava um percurso escolar de nível universitário, caracterizado este pela sua longa duração e pela aquisição de um conjunto de conhecimentos científicos que a esmagadora maioria da população não dominava, constituía publicamente o

---

[64] Alguns dos defensores da integração do ensino técnico na Universidade pugnavam para que a mesma se fizesse na Universidade Clássica e não por intermédio de uma nova Universidade composta unicamente por institutos técnicos.

[65] *Novidades* de 4 de Dezembro de 1939.

[66] Cf. Moisés Bensabt Amzalak, *op. cit.*, o *Novidades* de 4 de Dezembro de 1930, o artigo de Marques Guedes no *Primeiro de Janeiro* de 5 de Dezembro de 1930, o artigo de José Macedo no *Jornal do Comércio e das Colónias* de 10 de Dezembro de 1930.

reconhecimento da legitimidade dos seus detentores ascenderem aos grupos profissionais dominantes, como era o caso das designadas profissões liberais, e a elevadas posições hierárquicas nas organizações. O título de licenciado, como sublinha P. Bourdieu, é simbolicamente um "título de nobreza"[67] que vai ser utilizado por aqueles que o possuem, nos diversos contextos em que se processam as relações sociais, como elemento justificativo dos seus benefícios e privilégios ou mesmo para os ampliar. Não podemos deixar de apontar que nos anos 30, por razões intrinsecamente associadas aos aspectos axiais da estrutura social portuguesa, o título conferido pelas universidades, além de ser um atributo classificatório e distintivo para quem o usasse, em termos do seu posicionamento na hierarquia social, tinha uma "elevada rentabilidade económica e simbólica"[68].

Ora a impossibilidade do ensino técnico superior, antes de 1930, de conferir os títulos de licenciado e de doutor, poderia ter gerado uma diferença entre o investimento escolar e a sua remuneração simbólica e material que não permitiria tornar atractivo o ensino ministrado nos diferentes institutos superiores, razão mais que suficiente para afugentar potenciais candidatos. Com a nova Universidade, para os defensores da medida governamental encontravam-se, portanto, criadas as condições (entre as quais pontificavam, sublinhe-se, o acesso àqueles títulos), para o acréscimo da procura social do ensino técnico e, consequentemente, uma menor procura das universidades clássicas[69].

---

[67] Cf. Pierre Bourdieu, *La Noblesse d'Etat*, Paris, Editions Minuit, 1989.

[68] Cf. Maria Manuel Vieira, "Transformação recente no campo do ensino superior", in *Análise Social*, nºs 131-132, 1996, p. 321.

[69] Armando Marques Guedes, professor do ISCL e do ISCP, defensor da integração do ensino técnico na Universidade afirma o seguinte sobre a questão: "Muitos dos nossos comerciantes e industriais - digamos francamente a verdade! - mandam os seus filhos às Universidades clássicas, fazer formatura em Direito, em Medicina ou em Letras, e fogem das escolas técnicas superiores, porque aos seus cursos difíceis e demorados não corresponde qualquer grau académico. Muitos deles, depois de diplomados, com uma formatura inútil, voltam ao comércio ou à indústria dos seus pais", in *Primeiro de Janeiro* de 5 de Dezembro de 1930. Tenha-se presente que, de modo significativo, os defensores da integração do ensino técnico na Universidade argumentavam com a inutilidade social dos cursos da Universidade Clássica.

A integração do ensino técnico comercial na Universidade constitui para aqueles que já durante a I República a reclamavam - como vimos no capítulo anterior - uma importante vitória. Os cursos do ISCEF passavam a ter o mesmo estatuto académico, pelo menos no plano nominal, dos cursos professados nas universidades clássicas. Entretanto, a polémica gerada em torno do ensino técnico universitário abrangeu, de modo específico, a própria constituição do ISCEF. Beirão da Veiga, professor do ISCL, opunha-se inicialmente a que tal integração se concretizasse, porque poderia, em sua opinião, conduzir a que as matérias não específicas, o caso por exemplo do Direito, da Matemática, da Geografia, passassem a ser ministradas não no Instituto, mas respectivamente na Faculdade de Direito, na de Ciências, na de Letras. O resultado seria a diluição e o desmembramento do próprio Instituto; isso não veio a acontecer durante a vida institucional do ISCEF[70].

Como José Macedo sublinha, "a concessão da categoria universitária, em Portugal, aos estudos superiores comerciais", sustentada pela Associação Comercial de Lisboa [71], pelas Associações Académicas do ISCL e do ISCP, pelos Conselhos Escolares destes institutos, pela ACP, teve pela frente, durante a discussão sobre o futuro do ensino técnico, realizada a partir de Maio de 1930, a oposição da maioria dos membros do Conselho Superior de Instrução Pública, em particular os representantes dos senados universitários[72]. Consultado pelo

---

[70] Numa conferência realizada em 1954, Caetano Beirão da Veiga refere-se explicitamente ao assunto: "Felizmente as cousas tomaram rumo diferente, mas, para impedi-lo de vingar [o projecto de desmembramento], foi necessário, em momentos críticos de certas ameaças, titular as cadeiras com rótulos diversos, tirando-lhes as aparências de semelhança que poderiam apresentar com outras não situadas no Instituto. Creio que, para ser atingido o objectivo académico do Instituto e atingi-lo com total eficiência, sempre fora condição que os alunos vivessem o período escolar dos seus cursos, dentro do ambiente próprio do Instituto, onde o ensino deveria ser especulativo e superiormente orientado, sem menosprezo pela respectiva aplicação prática simultânea", in Caetano Beirão da Veiga, "A instrução superior comercial", in *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 8, 1954, p.28.

[71] A Associação Comercial de Lisboa tinha desenvolvido um importante esforço de apoio à integração do ISCL na Universidade.

[72] Cf. artigo de José de Macedo no *Jornal do Comércio e das Colónias* de 29 de Outubro de 1930. Em conferência realizada para Dirigentes Superiores da Administração Pública, em Maio de 1958, a propósito das Universidades Clássicas englobarem uma Escola Superior de

Conselho sobre a integração do ISCL na Universidade, o Senado da Universidade do Porto (SUP) pronunciou-se contra[73] Como abordaremos mais à frente, tal posição foi tomada para impedir que depois de integrado o ISCL, fosse a vez do ISCP, o que manifestamente os senadores não aprovavam. O ministro da Instrução Pública, Gustavo Cordeiro Ramos, havia já submetido a pretensão de estudantes e docentes de criação de uma Faculdade de Ciências Económicas, apoiada directamente pela ACL, ao Conselho Superior de Instrução Pública, o qual acabou por não emitir qualquer parecer definitivo[74]. Recorde-se que, como vimos no capítulo anterior, durante a I República diversas movimentações tinham sido efectuadas com o mesmo propósito.

Na discussão sobre o futuro do ensino técnico, os membros do Conselho Superior assentavam a sua opinião desfavorável à passagem para a Universidade dos estudos comerciais em três argumentos[75]: as funções profissionais para que habilitavam os cursos superiores comerciais não se coadunavam, em termos tradicionais, com os graus de licenciado e de doutor - "(...) porque não é costume tratar por doutor um guarda-livros"; a confusão que o título da Faculdade a criar (subsistiam várias hipóteses de designação para a nova faculdade - Faculdade Universitária de Estudos Comerciais, Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras, Faculdade de Ciências Económicas e Administrativas, Faculdade de Comércio) poderia gerar com os das já existentes, como era o caso da Faculdade de Ciências; a não nomeação de professores do ISCL por intermédio de concursos de provas públicas.

Administração Pública, Francisco de Paula Leite Pinto afirma: "Lembro-me perfeitamente da relutância geral, verificada em Dezembro de 1930, quando se fundou a Universidade Técnica e nela se incluiu o então Instituto Superior de Comércio. Isso de Comércio não assentou bem aos lentes de então. Porquê? Não sei dizer. O que sei é que o actual Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras é hoje uma das escolas de maior prestígio em Portugal e além fronteiras", in Francisco de Paula Leite Pinto, "O papel da Universidade na Formação dos dirigentes ", in *Análise Social*, nº 22-23-24, 1968, p. 634.

[73] Cf. Actas das Sessões do Senado da Universidade do Porto, vol II, p. 9.

[74] José de Macedo, *ibid.*

[75] Segundo a opinião de José Macedo expressa no artigo anterior.

É plausível admitir que subsistiam outros argumentos muito mais importantes - que enformavam os atrás indicados - embora não explicitados publicamente. Em primeiro, o já referido incipiente estatuto científico que caracterizava matérias como a contabilidade, o comércio e a economia ministradas nos ISC, não conforme, segundo os padrões de valoração científica dos opositores, com o grau de exigência do ensino universitário. Em segundo, os saberes ministrados naqueles institutos, no plano da hierarquia dos saberes, encontravam-se, pela sua natureza teórico-prática[76], mais desvalorizados face aos da Universidade, eminentemente teóricos. Argumentos estes, por sua vez, reforçados pelos ISC deterem, em relação às outras escolas superiores, em especial ao IST, uma posição institucional menos valorizada e, em consequência, um peso simbólico menos notório.

Contra os argumentos aduzidos no Conselho Superior de Instrução Pública, mais uma vez José de Macedo, em *O Jornal do Comércio e das Colónias*, encetou uma aguerrida, e por vezes contundente, crítica, ao reafirmar a "justíssima aspiração" dos estudantes do ISC, utilizando para isso um discurso que veiculava uma imagem social prestigiante dos diplomados por aqueles institutos. Como afirma o articulista:

> "Há hoje como directores geraes, chefes de serviço, directores de bancos e casas bancárias, diplomatas, consules e professores, algumas centenas de individuos, formados pelos Institutos que desempenham essas altas funções com uma intelligencia, um conhecimento de causa e uma correção que não poderá, em caso algum, ser excedida. Para completar um curso d'esta natureza precisa-se ter uma predisposição especial e ser dotado d'uma inteligencia viva e curiosa. Deverá aprender os mais variados assumptos: as mathematicas, o direito, as sciencias naturais, económicas e financeiras, n'uma série de cadeiras, com divisões, sub-divisões e ramificações, o que só com uma boa e segura equilibrada inteligencia se poderá conseguir."[77]

---

[76] O que era igualmente característico de outras escolas técnicas superiores.

[77] *O Jornal do Comércio e das Colónias* de 10 de Dezembro de 1930.

Digamos que desta interpretação da realidade - que peca pelo esquematismo - sobressaem somente os denominados "bons exemplos"[78] de profissionais, precisamente aqueles que se coadunavam com o objectivo central que o texto pretendia atingir: conduzir ao reconhecimento que o ensino ministrado nos ISC, em termos da sua qualidade, tinha mérito para ser integrado na Universidade. E assim, obtido esse reconhecimento, o mesmo iria constituir-se num elemento importante para a consolidação e ampliação da imagem, que se pretendia prestigiante, dos profissionais oriundos do ISC. No âmbito desta lógica, o reconhecimento académico conduziria, pelo menos em parte, ao reconhecimento profissional.

O discurso sobre "os bons exemplos" de profissionais fazia parte de uma tese mais geral explicitada no momento de formação da UTL: o da imprescindibilidade social e económica das actividades dos diplomados pelo ensino técnico superior e correlativamente dos respectivos cursos. Neste sentido, aponta-se para que,

> "(...) ao passo que as profissões liberais tradicionais tendem a generalizar os seus progressos em fórmulas de aplicação acessível a todas as classes pela higiene, pela arbitragem etc., reduzindo assim a necessidade da sua intervenção para muitos dos casos a que dantes eram chamadas, as profissões liberais novas tendem, pelo contrário, a complicar-se em crescentes especializações, aumentando a necessidade da sua intervenção para muitos dos casos em que dantes se dispensavam. Daí deriva a conveniência de se ir alargando o número dos diplomados das escolas superiores técnicas, sendo um dos meios a consagração social dos seus títulos em condições de apreço que não sejam inferiores aos das profissões

[78] A importância dos "bons exemplos" na formação das representações que os sujeitos possuem dos diversos aspectos do real social tem sido destacada principalmente pela psicologia cognitiva. Por exemplo, os estudos empíricos realizados por Boltanski e Thévenot concluem, por um lado, que os bons exemplos do grupo dos quadros, escolhidos no âmbito de uma amostra estratificada de quadros, afastam-se consideravelmente da representação estatística do dito grupo e, por outro, que a sua escolha é principalmente explicada por princípios de categorização social, que se encontram intimamente ligados ao trabalho de objectivação social e de representação social que ocorreu, em particular, a partir dos anos 50, em França. Veja-se: Alain Desrosières e Laurent Thévenot, *Les catégories socio-professionnelles*, Paris, La Découverte, 1988, pp. 59 e segs.

liberais tradicionais, tanto mais que manifestamente não são inferiores a estas nem em exigências científicas nem em utilização social."[79]

No plano da retórica, aquela imprescindibilidade era defendida, como vemos, a expensas das "profissões liberais tradicionais". Com efeito, todo o discurso justificativo da formação da UTL encontrava-se permeado por uma continuada argumentação de cariz desvalorizante destas profissões. Isto representava, no essencial, uma forma de tentar conquistar um espaço económico e social, a par do reconhecimento do mesmo, para as "profissões liberais novas". Subjacente à contraposição entre as Universidades Clássicas e a UTL encontrava-se uma outra contraposição: a das "profissões liberais tradicionais" *versus* "profissões liberais novas". Significativamente as últimas eram também designadas por "profissões úteis" e constituíam, no discurso dos defensores da UTL, elementos fundamentais da sociedade.

Em síntese, no processo de criação da UTL não só se vão confrontar diferentes concepções sobre a natureza e os objectivos principais que deveriam enformar as Universidades, como também, e de modo estritamente articulado com essas concepções, são patentes tentativas de legitimação e de valorização, simbólica e material, das profissões originadas tendencialmente pelos diferentes cursos da UTL, face às que decorriam dos cursos das Universidades Clássicas. Para os alunos e diplomados pelo ensino técnico superior, a UTL é percepcionada como um espaço institucional, cuja frequência, com sucesso, dos seus cursos e a consequente obtenção das correspondentes titulações académicas, legitimaria socialmente o acesso a posições sociais hierarquicamente superiores caracterizadas pelos seus elevados benefícios materiais e simbólicos. Em última análise, o que estava em jogo, em particular para os sujeitos não oriundos da

[79] *Novidades* de 4 de Dezembro de 1930.

burguesia, era tentarem fazer da UTL um importante canal de mobilidade social ascencional[80].

O ISCEF aparece, no regulamento de 1931[81], como "(...) tendo por fim a cultura dos altos estudos económicos e financeiros em relação com as necessidades do comércio nacional e dos mais importantes cargos do Estado, dos municípios e das grandes emprêsas a que êsses estudos mais directamente interessam". Objectivo mais lato em relação àquele que se encontrava anteriormente definido para o ISCL e que no caso específico dos "estudos económicos e financeiros" somente a partir da Reforma do ISCEF de 1949 irá ter uma materialização ao nível curricular. Sublinhe-se que a designação da nova escola - Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras - apontava, no plano nominal, para uma autonomização da economia face às questões comerciais. Contudo, a ciência económica não ganhou autonomia, o seu ensino continuou a estar intimamente relacionado com as questões comerciais[82].

Com efeito, se a formação daquele Instituto, no contexto da UTL, representava o início de uma nova etapa na respectiva vida institucional, ela não foi acompanhada de uma mutação radical do leque das cadeiras que integravam a organização curricular. Em termos dos principais vectores científicos e pedagógicos existia uma linha de continuidade com o ISCL.

O ensino ministrado no ISCEF apresentava-se dividido em quatro secções: aduaneira; diplomática e consular; finanças; administração comercial. Cada uma delas com quatro anos de estudo. Assim, o curso geral de três anos, ao qual se sucediam cursos especiais naquelas mesmas secções com duração de um ano que, recorde-se, existiam desde 1927 no ISCL, dava lugar a cursos

---

[80] Tenha-se presente que a relação entre diploma e posição social não é automática. Ela é mediatizada por um conjunto de factores sociais, tais como, a origem social do estudante, o estado de desenvolvimento da estrutura das classes sociais, a configuração da dinâmica económica.

[81] Decreto nº 20.440 de 27 de Outubro de 1931.

[82] Relembre-se que em 1923 se tinha tentado criar, sem êxito, no âmbito da Universidades de Lisboa e do Porto, Faculdades de Ciências Económicas e Comerciais.

autónomos. Entretanto, no plano curricular formal, desaparecia o curso complementar de ciências económicas e financeiras[83]. De acordo com o novo Regulamento, todos os diplomados com o curso superior de ciências económicas e financeiras habilitados com as quatro secções - o que obrigava geralmente à frequência do ISCEF pelo menos por mais um ano lectivo - ficavam equiparados em termos de direitos e regalias aos diplomados dos ISC com curso superior de comércio ou com aquele curso complementar. Tendo isto presente, teríamos no ISCEF diplomados com 4 anos de estudos e outros com 5 anos[84]. Ora quanto à duração dos estudos para a obtenção dos respectivos títulos académicos subsistiam discrepâncias entre as escolas que constituíam a UTL: no ISA e na ESMV a duração era de 5 anos, no IST de 6 anos. Face ao critério da duração dos estudos, como meio de medição do valor dos estabelecimentos de ensino e correspondentes títulos académicos, o ISCEF encontrava-se, no caso dos diplomados com 4 anos - a situação que mais predominava - em desvantagem[85]. Com efeito, diferentes durações dos percursos escolares não podiam deixar de gerar uma hierarquia entre as escolas e respectivos cursos. Os mais curtos seriam mais penalizados simbólica e materialmente. Por sua vez, os títulos conferidos na UTL, apesar de se apresentarem homólogos em termos de grau de ensino, isto é, todos os diplomados daquela universidade, independentemente do curso

---

[83] Tenha-se mais uma vez presente que o curso complementar de ciências económicas e comerciais implicava a aprovação em todas as cadeiras e aulas práticas do ISCL, conforme o Regulamento de 1927.

[84] Segundo os nossos entrevistados RP, AZ e AV era frequente os licenciados pelo ISCEF possuírem mais que uma secção, assumindo isso como uma estratégia de protecção contra o desemprego.

[85] No plano teórico-metodológico, o valor material e simbólico de um título académico pode medir-se segundo determinados factores: pelo correspondente número de anos de formação; pelas condições de acesso ao curso e pelo tipo de trajectória escolar anterior que os estudantes apresentam; pelo tipo de conhecimentos ministrados, de pendor mais abstracto ou mais prático; pelo acesso que permite a profissões e ocupações caracterizadas pelo seu poder e prestígio; pela cotação económica que lhe é atribuída no mercado de emprego, decorrente, entre outros elementos, da existência ou não de um desajustamento entre a oferta de títulos pelo sistema escolar e a procura por parte do sistema económico. Além destes factores é de considerar a própria posição da escola na hierarquia do sistema escolar, a qual expressa não só os aspectos anteriores, como, por sua vez, os vai influenciar de modo determinante.

frequentado, titulavam-se como licenciados, e porque resultavam de investimentos escolares com tempos e custos económicos não idênticos, teriam consequentemente um valor diferente no mercado dos títulos académicos. Deste modo, o ISCEF estaria, no âmbito da UTL, numa posição institucional mais desvalorizada do que as outras escolas, o que consequentemente conduzia a que o ensino aí ministrado e o título académico fossem igualmente desvalorizados.

Face ao que acabou de se defender, a integração do ensino superior comercial na UTL não deixa de ser, no mínimo, dúbia. Foi revalorizante na medida em que permitiu o acesso aos títulos de licenciado e de doutor e aos benefícios simbólicos, em termos de prestígio, intrínsecos ao campo universitário e limitou a ambiguidade posicional que aquele ensino detinha no plano do sistema de ensino, mas não o suficiente para produzir uma equiparação institucional com as restantes escolas da UTL, pois não existiram no ISCEF, em 1930, alterações radicais ao nível pedagógico e curricular que permitissem que tal viesse a acontecer, pelo menos até à Reforma de 1949.

Retomamos a análise dos aspectos pedagógicos e curriculares deste Instituto. Os conteúdos de ensino distribuíam-se por 25 cadeiras. Além destas, existia o ensino prático para todas as secções englobado nas denominadas "Práticas de Técnicas Comerciais". Alterações de pouca monta subsistiam face ao leque de cadeiras anterior à reforma de 1930. Persistia uma fraca importância das cadeiras específicas de economia, unicamente 4. Entretanto predominavam as cadeiras de matemática (5), de administração e contabilidade (7) e de ciências jurídicas (4). Estamos, portanto, longe de um ensino estruturado quer em torno da economia como disciplina científica e autónoma - pelo contrário esta encontrava-se desvalorizada no currículo - quer com o objectivo de formar explicitamente economistas[86]. O ISCEF mantinha, nos seus aspectos principais, a tradição

[86] Cf. Jochen Oppenheimer e António Romão, *O ensino e a investigação na ciência económica em Portugal - um contributo*, ISE, documento mimeografado, 1985, pp. 2 e segs.

comercialista que tinha enformado o ensino nos ISC[87]. A sua designação deixava transparecer uma autonomização do ensino da economia, mormente face às questões comerciais. Só que tal autonomização era unicamente de ordem nominal. Somente no período pós Reforma de 1949, ela se concretizou em termos científicos e pedagógicos. Até esta data, e de modo paradoxal, subsistiu uma escola de nível universitário em que o ensino e a investigação em economia se reduziam a uma expressão minimalista.

Quanto ao currículo de cada uma das secções são patentes algumas diferenças que importa ter presente. A mais importante situava-se ao nível das cadeiras de matemática. As secções aduaneira e diplomática e consular unicamente tinham uma cadeira desta disciplina, enquanto a de finanças tinha 5 e a de administração comercial, 4. O peso das cadeiras de matemática nos currículos era, por si só, um factor que implicava um maior nível de exigência e de dificuldade, acabando por polarizar a organização curricular do ISCEF[88], entre secções com uma forte componente em matemática e secções com uma expressão ínfima desta disciplina. Outra diferença, embora de menor importância, encontrava-se no número de cadeiras para cada secção: a de administração comercial apresentava o maior número, 19, seguida da diplomática e consular com 17 e da aduaneira e de finanças, cada uma com 16.

Os alunos que tivessem concluído todas as cadeiras de qualquer uma das secções existentes teriam direito ao diploma do curso superior de ciências económicas e financeiras, o que constituía o "título profissional" segundo o decreto instituidor da UTL, e ao título académico de licenciado em ciências económicas e financeiras. Como temos vindo a sublinhar, o título académico de licenciado para os estudantes do ISCEF representava a consagração de uma

---

[87] Sobre a questão, consulte-se A. Castro, *op. cit.*, p. 250.

[88] Segundo informação de um dos entrevistados, JU, as secções aduaneira e diplomática e consular, por não terem uma acentuada componente matemática, eram consideradas, no seio do ISCEF, como "secções menos nobres".

importante reivindicação feita ainda no tempo dos ISC. Recorde-se que, em 1923, apontava-se claramente para a questão:

> "Necessário se torna que os governantes prestigiem sempre, e muito, os diplomados por êste Instituto [refere-se ao ISCL], que inspire consideração ao povo, que lhes dêem um título sonoro e vulgar, que lhes garanta alguns lugares do Estado para aqueles que pela sua mediania disso necessitem, e sobretudo que lhes garanta o exclusivo do exercício da profissão, para que estão legalmente habilitados."[89]

O título académico estava conquistado, a exclusividade profissional ficará como objecto de permanente discussão e luta.

A questão dos títulos merece alguma atenção. As outras escolas da UTL conferiam os títulos profissionais de engenheiro agrónomo (ISA), engenheiro (IST) e médico veterinário (ESMV)[90]. Como se pode verificar, o diplomado com o curso de ciências económicas e financeiras era um título profissional em nada equiparável, no plano nominal, aos restantes. Estes significavam, em termos globais, actividades profissionais delimitadas e socialmente reconhecidas como tais. O título de comercialista já não fazia parte da legislação escolar e o de economista ainda não era socialmente reconhecível como aplicável aos licenciados pelo ISCEF. Deste modo, ao nível do léxico da taxinomia profissional, persistia uma indefinição que, em parte, poderia ter estado na origem do recurso ao termo de diplomado[91].

---

[89] *Anuário do Instituto Superior de Comércio de Lisboa de 1923/24*, Lisboa, s/edit, p. 23.

[90] A Base 7 do Decreto nº 19.081 que criou a UTL estipula o seguinte: "É reconhecido às escolas que constituem a Universidade Técnica a faculdade de conferir os graus de licenciado e de doutor, correspondendo as suas licenciaturas aos seguintes títulos profissionais: Engenheiro agrónomo - Licenciatura em ciências agronómicas pelo Instituto Superior de Agronomia. Engenheiro - Licenciatura em engenharia pelo Instituto Superior Técnico. Diplomado com o curso de sciências económicas e financeiras - licenciado em sciências económicas e financeiras pelo Instituto Superior de Sciências Económicas e Financeiras. Médico veterinário - licenciatura em ciências médico-veterinárias pela Escola Superior de Medicina Veterinária".

[91] Para alguns dos nossos entrevistados que cursaram o ISCEF nos anos 30 e 40, a sua nominação pública era a de licenciado em ciências económicas e financeiras, ou então recorrentemente de doutor, sem que existisse a utilização do título de economista. Mais à frente

Como vimos acima, o Regulamento de 1931 do ISCEF previa que todos os diplomados com o curso superior de ciências económicas e financeiras habilitados com as quatro secções[92] ficassem equiparados, em termos de direitos e regalias - e um deles era precisamente o uso do título de comercialista -, aos diplomados pelo curso superior de comércio ou pelo curso complementar de ciências económicas e financeiras. De acordo com esta disposição, e tendo em conta as equiparações feitas, o título de comercialista, não obstante o seu desaparecimento da legislação, poderia continuar a ser usado pelos diplomados com as quatro secções.

Estes diplomados tinham preferência, em termos de concursos públicos, sobre aqueles que possuíssem um menor número de secções. Existia, por conseguinte, uma hierarquia entre os licenciados conforme o número de secções em que se encontravam diplomados. Ora quanto mais amplo o número de secções, mais opções de inserção laboral haveria para os diplomados, em especial ao nível estatal. Tal como se encontra nos vários Regulamentos dos ISC, o do ISCEF de 1931 estabelece para cada secção, no plano da normatividade jurídica, as possíveis áreas de inserção profissional. No que diz respeito ao mercado de emprego, estes regulamentos corporizam interesses e são, em simultâneo, representações da realidade e elementos, entre outros, enformadores dessa mesma realidade, sobre os quais o Quadro V-2 nos fornece algumas pistas.

A secção de administração comercial, face às restantes, era aquela que habilitava para um conjunto de funções que se caracterizavam por possibilitarem aos seus titulares auferir benefícios materiais e simbólicos elevados. As outras

---

abordaremos, de modo desenvolvido, a questão do título profissional para os licenciados do ISCEF.

[92] A posse simultânea das quatro secções implicava diferentes tipos de investimento escolar conforme a secção a que o aluno pertencesse inicialmente. Os da aduaneira tinham de fazer mais 9 cadeiras, 4 delas na área da matemática. Os da diplomática e consular 8, das quais 4 de matemática. Os de finanças 9. Os de administração comercial 6. Segundo as informações obtidas, a posse das quatro secção implicava frequentar o ISCEF, pelo menos, por mais um ano lectivo.

secções encontravam-se direccionadas para o mercado de emprego estatal, o que vinha na linha de continuidade dos regulamentos do ISCL.

Quadro V-2

Correspondência entre as secções ministrados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e as funções no mercado de emprego para os licenciados por esse Instituto conforme o Regulamento de 1931

Secções	Finalidades/funções
Administração Comercial	. Habilita para os lugares de administradores e gerentes de empresas comerciais, bancários e industriais . Habilita para os lugares de administradores de falências, peritos comerciais e corretores de bolsa de fundos públicos e mercadorias . Habilita para o professorado dos institutos comerciais e das escolas do ensino técnico profissional. (Decreto nº 20.420 de 21 de Outubro de 1931)
Finanças	. Habilita para actuários. Habilita para cargos da Direcção-Geral das Contribuições e Impostos, da Inspecção de Seguros, da Direcção-Geral da Fazenda Pública, da Direcção-Geral da Estatística, do Tribunal de Contas, da Direcção-Geral do Comércio da Indústria e da Direcção-Geral da Contabilidade Pública . Habilita para o professorado dos institutos comerciais e das escolas do ensino técnico profissional. (Decreto nº 20.420 de 21 de Outubro de 1931)
Aduaneira	. Habilita para os lugares de aspirantes das alfândegas Decreto nº 12.152 de 14 de Agosto de 1926. Habilita para o professorado dos institutos comerciais e das escolas do ensino técnico profissional (Decreto nº 20.420 de 21 de Outubro de 1931)
Diplomática e Consular	. Habilita para os lugares de terceiro secretário de legação ou cônsules de 3ª classe no Ministério dos Negócios Estrangeiros.(Decreto nº 16.822 de 2 de Maio de 1929). Habilita para o professorado dos institutos comerciais e das escolas do ensino técnico profissional (Decreto nº 20.420 de 21 de Outubro de 1931)

Todas as secções habilitavam para o professorado das escolas de ensino técnico comercial. Subsistiam, contudo, algumas diferenças entre elas que importa precisar. Antes de o fazermos, convém dar conta da evolução das mudanças que se processaram, em termos das habilitações para a docência, entre

a publicação dos Regulamentos do ISCL e do ISCP de 1927 e a do ISCEF de 1931.

Com a Reforma do ensino técnico profissional de 1930[93], os diplomados pelos ISC viram restringida a sua actividade no ensino: perdiam a possibilidade de leccionarem as disciplinas de línguas estrangeiras, inglês e francês, do ensino comercial e industrial e outras disciplinas do ensino industrial; o curso de finanças deixava de habilitar para a docência; o curso de administração comercial, bem como o curso complementar de ciências económicas e financeiras habilitavam para os 7°, 8° e 9° grupos (precisamente aqueles que eram específicos do ensino comercial)[94], enquanto o curso diplomático e consular para os 8° e 9° e o aduaneiro para este último[95].

Entretanto, o período de vigência daquela reforma foi curto. Em Outubro de 1931, o Ministério da Instrução Pública publicava outra Reforma do ensino técnico profissional[96], a qual irá vigorar até 1948. O Regulamento de 1931 do ISCEF, no que diz respeito às habilitações para o ensino técnico, incorpora as disposições contidas nesta última reforma (Quadro V-2). A licenciatura na secção de administração comercial habilitava para os 7° e 9° grupos disciplinares. Face à Reforma de 1930, e considerando que aquela licenciatura equivale, em termos gerais, ao curso de administração existente naquele ano no então ISCL, é patente a perda de um grupo disciplinar. Entretanto, e mantendo-se esta equivalência, a licenciatura na secção diplomática e consular habilitava para o 9° grupo e, em regime de exclusividade, para o 8° grupo. Por outro lado, a licenciatura na secção de finanças passava a habilitar somente para o 7° (reentrando, assim, no quadro

---

[93] Decreto n° 18.420 de 4 de Junho de 1930.

[94] O 7° grupo englobava as disciplinas de "Técnica comercial, escrituração comercial, aritmética comercial, operações comerciais". O 8° grupo, as de "Geografia comercial, vias de comunicação e transportes, história, economia política, legislação comercial". O 9° grupo, as de "Física e química, ciências naturais, matérias primas, tecnologia das mercadorias".

[95] As mudanças que se verificaram acabaram por retirar aos diplomados parte daquilo que eles tinham conquistado durante o conflito académico de 1926 e se encontrava fixado no Regulamento dos ISC de 1927.

[96] Decreto n° 20.420 de 21 de Outubro de 1931.

das habilitações para a docência) e na secção aduaneira, de igual forma, para o 9º grupo.

A Reforma do ensino técnico de 1931, como acabámos de indicar, tinha conduzido à recomposição das habilitações para o professorado do ensino comercial. As licenciaturas na secção de administração comercial e na diplomática e consular, na medida em que constituíam habilitação para dois grupos disciplinares, encontravam-se em vantagem - e a última de modo mais acentuado pela sua posição de exclusividade - entre as restantes que habilitavam, por sua vez, unicamente para um grupo[97]. Deste modo, era patente uma outra hierarquia entre as várias secções ministradas no ISCEF, e respectivos licenciados.

Como se salientou acima, durante a vida institucional dos ISC, a questão do acesso aos lugares de docência no ensino técnico comercial não passou despercebida aos respectivos alunos e diplomados. Relembre-se, ela esteve, entre outros aspectos, no centro do conflito académico de 1926. O que se encontrava então em disputa não era mais do que a partilha do emprego no sistema de ensino, traduzível no maior ou menor grau de empregabilidade nesse sistema, por parte dos diplomados dos diferentes cursos do ensino superior e do universitário. A Reforma de 1931 do ensino técnico profissional impôs novas regras nessa partilha que irão vigorar durante cerca de 17 anos, ou seja até à Reforma deste ensino em 1948. Parece-nos plausível admitir que uma parte não exígua dos licenciados pelo ISCEF tenha enveredado, transitória ou definitivamente, pela profissão de professor do ensino técnico comercial. Dois aspectos deveriam ter concorrido para isso. O acréscimo da procura social do ensino comercial - em 1932/33 estavam matriculados 8.575 alunos, em 1940/41 19.341, passando para

[97] O critério do número de grupos disciplinares por cada secção deve ser acompanhado, sob pena de conduzir a conclusões erróneas, do número de horas semanais respeitantes às disciplinas que integravam cada grupo. No Curso de Comércio, com uma duração de três anos, o 7º grupo tinha 15 horas semanais e o 8º 3 horas. No Curso Complementar do Comércio, com uma duração de quatro anos, o 7º tinha 18 horas semanais, o 8º, 12 horas e o 9º, 6 horas. Como se pode testemunhar, a vantagem apontada persiste.

25.910 em 1947/48 [98] - o que conduziu ao aumento da oferta de lugares de professores. As dificuldades de inserção laboral dos licenciados resultavam não só da inexistência nos anos 30 e 40 de uma forte dinâmica económica geradora de um acréscimo da oferta de emprego, como da receptividade limitada por parte, em especial, das empresas, mas também, embora de modo menos expressivo, por parte da administração pública àqueles licenciados, por razões de ordem organizacional e técnico-administrativa. Naquele período, o mercado de emprego para os licenciados em ciências económicas estruturava-se, principalmente, em torno da administração pública, incluindo nesta a docência no ensino comercial[99]. Nas empresas encontravam-se com frequência licenciados a exercerem funções de contabilistas ou guarda-livros[100].

Caracterizados que foram alguns dos aspectos institucionais e curriculares do ISCEF e das habilitações para o mercado de emprego dos respectivos licenciados, procuraremos agora dar conta dos eixos principais da procura social do ensino que nele era ministrado.

A população estudantil aumentou em 669 indivíduos entre o ano lectivo de 1931/32 e o de 1948/49 (veja-se Anexo C). É um acréscimo relativo de 231,5%, encontrando-se para o mesmo período, bastante acima dos 65,0% do ensino universitário (embora o fraco volume inicial de matriculados no ISCEF seja importante para a expressão que assume o valor apontado). Numa análise mais fina por ano lectivo, verifica-se que o acréscimo se processa de modo paulatino, sem grandes saltos, e entrecortado, por vezes, de pequenas inflexões negativas.

---

[98] Cf. *Boletim Oficial do Ministério da Instrução Pública*, nº especial de 1934 e *Estatísticas de Educação*, INE, 1940 e 1947. Entretanto, o número de estabelecimentos que ministravam o Curso de Comércio e o Curso Complementar de Comércio passaram de 27 em 1932/33 para 37 em 1947/48.

[99] Segundo informação dos entrevistados AZ e AR.

[100] De certo modo exemplificativo destas actividades, encontra-se a designação inserta no Censo de 1940, "Comercialistas, contabilistas e técnicos de organizações comerciais".

Se nos detivermos ao nível das diferentes secções (Quadro V-3), que se caracterizam globalmente pelos seus baixos valores absolutos, verificamos a existência de ritmos de crescimento descoincidentes.

Quadro V-3

Alunos matriculados por secções do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras - Ritmo de crescimento (%)

Secções	1931/32 a 1939/40	1939/40 a 1948/49
Aduaneira	76,1	32,8
Diplomática e Consular	1,0	100,0
Finanças	720,0	47,0
Administração Comercial	61,3	126,0
Total	88,6	75,8

Fonte: Anexo C

Todas as secções apresentam uma evolução quantitativa com maiores ou menores traços de irregularidade, com excepção da de finanças. Com efeito, a opção pela secção de finanças torna-se mais explícita a partir de 1936/37, talvez como consequência de uma maior visibilidade e de uma representação simbólica sobre a mesma que acentuava a sua utilidade económica e potencial empregabilidade. Entretanto, o peso relativo de cada uma das secções teve igualmente variações conforme se pode observar no Quadro V-4. Nas vésperas da Reforma do ISCEF de 1949, a procura assentava prioritariamente nas secções de finanças e de administração comercial, precisamente aquelas que, por força da importância que as cadeiras de matemática tinham no seu currículo, eram consideradas as mais "nobres" e "prestigiantes"[101]. A secção aduaneira vinha a diminuir a sua participação relativa no conjunto das secções.

[101] Segundo informação do entrevistado AE.

Quadro V-4

Distribuição percentual dos alunos matriculados no ISCEF por secções e anos lectivos

Secções	1931/32	1938/39	1948/49
Aduaneira	24,6	24,1	17,3
Diplomática e Consular	36,3	21,6	22,1
Finanças	6,9	27,4	25,2
Administração Comercial	32,2	26,9	35,4
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Anexo C.

Por outro lado, o volume de licenciados indicava uma baixa produtividade do ensino ministrado (Anexo C), o que era comum às restantes instituições universitárias. Constata-se, por outro lado, que no ano lectivo de 1931/32, apenas 9 mulheres estavam matriculadas no ISCEF, correspondendo a uma taxa de feminização de 3,1%. Em 17 anos, passaram para 120 e para uma taxa de 12,5%, através de um crescimento progressivo e sem quebras. A partir de meados dos anos 40, tornou-se mais notória a procura por parte das estudantes femininas do ensino ministrado no ISCEF, o qual não deixará de ser, até finais da década de 50, uma instituição escolar predominantemente masculina. Se se considerar agora o modo como as estudantes se distribuíam pelas diferentes secções (não esquecendo que estamos perante valores bastante baixos sujeitos, por vezes, a fortes variações) é unicamente plausível apontar para que, em especial nos anos 40, a secção aduaneira surja como a menos procurada, enquanto a de administração perfilha-se como uma importante opção, em termos relativos. Não obstante a carreira diplomática e consular se encontrar vedada às mulheres, persistem alunas matriculadas, embora em número diminuto, na respectiva secção!

Não dispomos de dados que nos permitam avançar com uma caracterização da procura em termos das suas propriedades sociais. Unicamente na informação estatística disponível referente a 1940/41 aparecem elementos que

nos possibilitam algum exercício reflexivo que, por força de se reportarem a uma situação isolada no tempo, não ultrapassará a mera enunciação de algumas hipotéticas pistas, a merecerem, um outro estudo de cariz e objectivos diferenciados do que realizámos, de modo a serem aprofundadas e passíveis de verificação.

Apesar do ISCEF ser o único estabelecimento do género no país - o ISCP tinha sido encerrado em 1933 -, dos respectivos 611 alunos matriculados no ano lectivo de 1940/41, 45,3% tinha como naturalidade o distrito de Lisboa[102]. Em segundo lugar, vamos encontrar o de Santarém com 6,4%, enquanto o do Porto representava somente 5,7% da população total[103]. Os restantes provinham de outros distritos do continente, das ilhas e das colónias, apresentando valores relativos baixos[104]. Provavelmente vários aspectos, relacionados entre si, concorriam para esta distribuição territorial do estudantado do ISCEF. Desde logo, era em Lisboa e no Porto, embora neste com menor expressão quantitativa, que se concentravam as fracções de classes e as classes cujos jovens se perfilhavam como potenciais candidatos ao Instituto. Em segundo, para as famílias residentes na "província", o investimento económico que implicava uma deslocação para Lisboa dos seus filhos para frequentarem uma das secções do ISCEF, poderia afigurar-se, no mínimo, duvidoso face ao resultado obtido passados quatro anos: um título profissional de diplomado com o curso superior de ciências económicas e financeiras, com uma fraca visibilidade da sua utilidade e não tão valorizado no mercado dos títulos, como acontecia com os oferecidos por outros estabelecimentos de ensino universitário. Dúvida que poderia ser reforçada por se começar a viver, em 1940, um momento de crise marcado pela

---

[102] Cf. INE, *Estatísticas da Educação de 1940/41.*

[103] Para o mesmo ano dos 153 alunos matriculados pela primeira vez no 1° ano, a esmagadora maioria tinha como naturalidade Lisboa (79,7%).

[104] Ao longo da década de 40 não existiram importantes alterações na proveniência geográfica dos alunos. O distrito de Lisboa mantém-se sempre em primeiro lugar, fortemente distanciado dos restantes distritos.

instabilidade económica e social decorrente da deflagração da Segunda Guerra Mundial.

Dos 153 alunos matriculados pela primeira vez no 1° ano curricular do ISCEF, no ano lectivo de 1940/41, 74,5% tinham como procedência o ensino liceal[105]. A estes têm de juntar-se os 9,6% de alunos oriundos do Institutos Comerciais de Lisboa e do Porto. Constituíam dois conjuntos de alunos com trajectórias educativas desiguais. Os primeiros possuíam o Curso Geral e o Curso Complementar dos liceus num total de 7 anos de escolaridade. Os que prosseguiram o ensino técnico comercial frequentaram inicialmente o Curso Complementar de Comércio e a correspondente habilitação para a matrícula nos IC[106] (4 anos, o curso diurno e 5 o nocturno), seguindo-se-lhe o Curso Geral dos IC (2 anos) que dava habilitação ao ISCEF, perfazendo, assim, 6 anos de escolaridade (para os alunos que seguiam a via nocturna, seria de 7 anos).

A vantagem comparativa da via do ensino técnico comercial no acesso ao ISCEF (que iria terminar com a Reforma do ensino técnico de 1948) poderia ter funcionado como um factor, de ordem institucional, entre outros, gerador de aspirações para parte dos jovens que frequentavam esta via quanto a um futuro ingresso no ensino universitário. Na tentativa de concretização dessas aspirações, os IC - ensino médio comercial - eram predominantemente procurados como instituições de ensino de transição para o ISCEF, através da frequência do seu Curso Geral, ao invés de o serem para a formação de contabilistas[107]. Assim, e como abordaremos mais à frente, a finalidade principal dos IC - a formação de contabilistas - encontrava-se completamente desvirtuada.

Mas não é só quanto às trajectórias educativas que subsistiam desigualdades entre os dois conjuntos acima apontados. As trajectórias educativas

---

[105] Os restantes 5,9% tinham como proveniência o Colégio Militar e escolas estrangeiras.

[106] A habilitação complementar para a matrícula nos institutos comerciais constava de duas disciplinas - "Elementos de álgebra" e "Física e química" - a frequentar no último ano do Curso Complementar do Comércio.

[107] O curso de contabilidade tinha a duração de 4 anos.

são elas próprias profundamente condicionadas pela origem social dos estudantes. Os estudantes provenientes de sectores mais qualificados do operariado, bem como de algumas fracções da pequena burguesia urbana constituídas, em particular, por empregados administrativos e por funcionários públicos, os quais apresentavam fracos recursos económicos e educacionais, frequentavam as escolas técnicas de modo a obterem uma preparação escolar tendencialmente profissionalizante, o mais curta possível, com vista a uma futura inserção específica no mercado de emprego. No âmbito do sistema de ensino dos anos 30 e 40, o ensino técnico representava a única forma institucional destes jovens prosseguirem os seus estudos após terem terminado a instrução primária, e igualmente acederem, no âmbito das organizações empresariais privadas e da administração pública, a posições de maior qualificação profissional.

O ensino liceal estava, no essencial, reservado para estudantes com outra origem social - jovens oriundos da burguesia e das fracções da pequena burguesa que globalmente detinham um volume, pelo menos superior à média, de capital económico e/ou capital cultural[108]. Provavelmente nas cidades de Lisboa e do Porto, filhos de empregados de escritório e de funcionários públicos, numa proporção restrita, frequentavam igualmente o ensino liceal[109], juntando-se aí aos filhos cujos pais integravam as profissões liberais e o conjunto de funcionários superiores de empresas e da administração pública. Sem uma referência explícita e directa ao mercado de emprego, o ensino liceal - o denominado "ensino desinteressado"[110] - direccionava-se especialmente para o ingresso na

---

[108] Cf. Pierre Bourdieu, *La Distinction. Critique social du jugement*, Paris, Editions Minuit, 1979 e Id., "Le capital social", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 31, 1981, pp. 2 e segs.

[109] Apesar de reportado a meados dos anos 70, o estudo de M. Eduardo Cruzeiro e M.L. Marinho Antunes, "Ensino Secundário: duas populações, duas escolas", in *Análise Social*, nº 55, 1978, pp. 443-502, fornece-nos uma panorâmica preciosa das clivagens sociais existentes entre as populações do ensino técnico profissional e a do ensino liceal. Ver igualmente Vitor Ângelo, "O ensino discriminatório: liceu e escola técnica: resultados de um inquérito", in *Análise Social*, nº 44, 1975, pp. 576-629 e Sérgio Grácio, *Política Educativa como Tecnologia Social*, Lisboa, Livros Horizontes, 1986.

[110] Cf. Sérgio Grácio, *ibid.*, p. 83.

Universidade. Embora os diplomas do Curso Geral e do Curso Complementar dos liceus se apresentassem valorizados para determinados empregos da administração pública e de escritório no comércio e na banca[111].

Quanto à idade, constata-se que 667 alunos matriculados no ano lectivo de 1943/44, 26,2%, tinham 26 anos e mais[112]Tal valor que se irá manter sem variações apreciáveis nos anos 40 poderá ser indicativo, em simultâneo, de duas situações[113] Por um lado, o atraso nos estudos por uma parte dos alunos. Por outro, a existência de uma procura "tardia"[114] do ensino ministrado no ISCEF, por quem já estava inserido no mercado de emprego e tinha como objectivo prioritário a conclusão de um curso universitário e a correspondente posse do título académico de licenciado. Objectivo que funcionaria como um meio não só de valorização profissional, traduzido no acesso no seio das organizações a posições que se caracterizavam pelos seus benefícios materiais e simbólicos mais elevados, mas igualmente de reclassificação social dos próprios sujeitos. Deste modo, o acréscimo das qualificações académicas poderia contribuir - associadas a outros factores sociais - para a mobilidade ascensional daqueles estudantes.

Outro elemento caracterizador da população estudantil do ISCEF está presente no modo como a mesma se distribuía pelos diferentes regimes de

---

[111] Como esclarece António Nóvoa, a política restritiva de acesso - limitar o acréscimo da população escolar e a abertura a novos grupos sociais - aos liceus imposta pelo Estado Novo obteve sucesso até à Segunda Guerra Mundial. Contudo, a dinâmica que tomou a sociedade portuguesa após o conflito acabou por desencadear uma forte procura do ensino liceal, conduzindo a mudanças estruturais importantes. Entre 1930 e 1950, o ensino liceal passou de 19.268 alunos para 48.485 (um aumento de 151,6%). Em 1960, subia para 111.821 (uma variação de 480,3% face a 1950). In Fernando Rosas, *O Estado Novo...*, pp. 485 e segs.

[111] Cf. INE, *Estatísticas da Educação de 1943/44*. Não se referenciam os dados relativos a 1940/41 na medida em que impossibilitam, por utilizarem escalões etários diferentes dos são adoptados a partir de 1943/43, a construção de uma série temporal referente aos anos 40.

[113] Note-se que face à inexistência de informação estatística que permita pelo menos esclarecer para aquela população a idade de ingresso no ISCEF e a sua condição perante o trabalho, as considerações que iremos de imediato apontar devem ser tomadas como meras pistas indicativas que teriam de ser objecto de um estudo mais particularizado.

[114] Cf. Adérito Sedas Nunes, "O sistema universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento", in *Análise Social* nº 22-23-24, 1968, pp. 391 e segs. Como veremos em próximo capítulo, a procura "tardia" do ensino ministrado no ISCEF irá manter-se no pós anos 40.

frequência das aulas. Dos 611 alunos inscritos, em 1940/41, 19,8% estavam na condição de "aluno ordinário", 55,8% na de "voluntário" e 24,4% na de "livre"[115]. Coexistiam, por conseguinte, no Instituto alunos com diferentes direitos e obrigações[116]. O aluno ordinário era, na generalidade dos casos, o indivíduo que não tinha outra ocupação senão estudar. Das outras duas condições fariam parte, entre outros, aqueles que a par do exercício de uma actividade ocupacional remunerada estudavam. E isto era provavelmente mais notório para os que estavam inscritos com a condição de livres. Ora a importância relativa que assumem a condição de voluntário e a de livre, indicia-nos que ISCEF se configurava como um estabelecimento de ensino universitário onde preponderavam os indivíduos que, em simultâneo, eram trabalhadores e estudantes.

Tal situação social era pouco consentânea com as propriedades sociais dos jovens oriundos, em particular da burguesia e das fracções da pequena-burguesia com maiores recursos económicos e culturais. A sua inserção no mercado de emprego ocorreria após a conclusão do curso. Deste modo, consideramos que na situação de trabalhador-estudante se deveriam encontrar, em termos maioritários, os jovens provenientes de famílias com escassos recursos económicos pertencentes às fracções da pequena burguesia urbana que ao matricularem-se no ISCEF já se encontravam empregados, por exemplo, em actividades ocupacionais no âmbito do funcionalismo público e nas secções administrativas das empresas,

---

[115] Cf. INE, *Estatísticas da Educação de 1940/41*. Segundo o artº 10º do Regulamento do ISCEF de 1931, existiam "três classes de alunos: a) Ordinários, os que na frequência do curso seguem a ordem do quadro I [currículo de cada uma das secções] anexo a este regulamento, matriculando-se em todas as disciplinas de qualquer ano e tendo aprovação nas do ano ou anos anteriores; b) Voluntários, os que não seguem aquela ordem, devendo contudo sujeitar-se às precedências estabelecidas; c) Livres, os que são obrigados à presença nas lições teóricas, devendo contudo sujeitar-se às precedências estabelecidas."

[116] A frequência das aulas teóricas era obrigatória para os alunos ordinários e voluntários e facultativa para os livres. As aulas práticas de técnica comercial eram obrigatórias para qualquer das três classes de alunos. Os alunos ordinários e voluntários com uma classificação igual ou superior a 12 valores seriam dispensados de exame final. Os alunos livres seriam sempre submetidos a exame final. Cf. artºs 11 e 12 do Regulamento do ISCEF de 1931.

ou então que enveredavam pela entrada antecipada no mercado de emprego, antes mesmo de concluírem o curso. Se a isto associarmos o que acima se indicou acerca quer dos alunos que tinham percorrido a via do ensino técnico comercial, quer da existência de uma procura "tardia", afigura-se-nos plausível - embora sujeito a verificação empírica - afirmar que uma parcela, de certo modo importante da população estudantil do ISCEF provinha de classes e de fracções de classe que não eram as predominantes na globalidade do ensino universitário[117].

Atentemos agora na população estudantil universitária. Em cerca de 20 anos a população duplica, apresentando contudo valores de partida baixos - em 1931/32, 6.977 e 1950/51, 12.903 (veja-se Anexo F). No decorrer dos anos 30, o ritmo de crescimento é 24,9%. Na década seguinte, existe uma aceleração, passando para 48,1%. A população estudantil distribuía-se por quatro universidades, duas em Lisboa, uma no Porto e outra em Coimbra. Um facto significativo diz respeito ao acréscimo da participação feminina na Universidade. Em 1935/36 representava 11,0%, quinze anos depois 26%, concentrando-se nos cursos das Faculdades de Ciências e de Letras. Acréscimo que se irá consolidar nas décadas seguintes e que constituirá uma das principais tendências da evolução do ensino universitário.

Face à população total do país, os universitários apresentavam quantitativos absolutos reduzidos[118]. Os títulos universitários representavam, por conseguinte, um bem escasso e socialmente concentrado em determinadas classes e fracções de classes. No contexto sócio-económico e cultural enformador da sociedade portuguesa de então, o sistema universitário, alicerçado numa intensa selecção social dos estudantes, configurava-se como um campo em que acediam

---

[117] Vários entrevistados referem precisamente que, nos anos 40, o ISCEF era frequentado por indivíduos provenientes de uma "classe média-baixa". Segundo informação dos entrevistados JU, AZ e RP.

[118] A inexistência de informação detalhada sobre as idades dos alunos universitários nas *Estatísticas da Educação* impede o cálculo da respectiva taxa de escolarização.

maioritariamente os jovens oriundos da burguesia e de algumas fracções da pequena-burguesia urbana. Não obstante as categorias expressas no Quadro V-5 não permitirem, por vezes, uma leitura isenta de imprecisões, sobressai que eram precisamente as classes e fracções de classe que possuíam um notório capital económico e/ou capital cultural que se encontravam, em termos relativos, em número expressivo no seio do sistema universitário. Para algumas das famílias pertencentes a essas classes e fracções de classes, como sublinha M. Vieira, a posse de um diploma universitário, que testemunhava um notório investimento escolar, constituía a única forma de assegurarem a sua reprodução social[119].

Quadro V-5

Distribuição percentual dos estudantes universitários, segundo a profissão do pai para o ano lectivo de 1952/53

Profissão do pai	%
Trabalhador	3,0
Empregado ou auxiliar	3,1
Membro de patente inferior das forças armadas	2,7
Funcionário do Estado	19,2
Funcionário superior do Estado	13,4
Pequeno industrial/comerciante a retalho	12,1
Empregado categorizado de empresa	9,7
Industrial ou comerciante grossista	9,0
Professores do ensino primário e do secundário, Director ou funcionário superior de empresas particular, Profissão liberal	16,1
Oficial das Forças Armadas ou de marinha mercante	8,8
Proprietário rural ou urbano	16,4
Proprietário rural	12,3
Total	100,0

Fonte: Rui Machete, "A origem social dos estudantes portugueses", in *Análise Social*, nº 20-21, 1968, pp. 226.-227

Interessa ter também presente que em 1952/53 não existiam descendentes de analfabetos matriculados na Universidade, verificando-se quanto aos graus de instrução dos pais dos estudantes a seguinte distribuição: instrução primária,

[119] Cf. Maria Manuel Vieira, "Transformação recente no campo do ensino superior", in *Análise Social*, nºs 131-321, 1995, pp. 319 e segs.

32,3%; instrução secundária 25,7%; curso médio 11,7%; curso superior 30,3%[120]. Do que aqui se enunciou, conclui-se que a Universidade se apresentava como uma instituição fundamental, no âmbito do regime do Estado Novo, de (re)produção da estrutura social, em particular dos grupos profissionais dominantes e da elite política e económica. O sistema universitário legitimava, por intermédio dos respectivos títulos académicos, as posições sociais ocupadas por aqueles grupos e pela elite política e económica e, consequentemente, os benefícios materiais e simbólicos de que os mesmos se apropriavam.

A participação relativa do total de alunos matriculados no ISCEF no total da população estudantil universitária acresce 2,9% na década de 30, mantendo na década seguinte uma evolução pautada por uma certa irregularidade, representando 7,3% daquela população em 1950/51 (veja-se Anexo F). A procura social do ensino universitário durante as duas décadas dirigiu-se prioritariamente para os cursos das designadas Ciências Naturais e Exactas, Letras, Medicina e Direito[121]. Este movimento apresenta-se como uma tendência pesada do sistema universitário, que se irá prolongar, como veremos, nas décadas posteriores. A opção dos jovens e respectivas famílias, pertencentes predominantemente à burguesia, orientava-se para cursos que, na Universidade de então, se encontravam valorizados socialmente por, em especial, darem acesso directo a títulos profissionais marcados pelo prestígio e pela remuneração material elevada[122].

---

[120] Cf. Rui Machete, "A origem social dos estudantes portugueses", in *Análise Social*, nº 20-21, 1968, p. 235.

[121] A proporção de alunos matriculados face ao total dos universitários era a seguinte: Ciências Naturais e Exactas, 1940/41 - 27,8% e 1950/51 - 24,0%; Letras - 12,5% e 12,8%; Medicina 14,3% e 20,3%; Direito; 10,9% e 11,1%. Cf. INE, *Estatísticas da Educação*.

[122] Os cursos das Faculdades de Letras e de Ciências concentravam a esmagadora maioria das estudantes universitárias. A preferência feminina pelos cursos daqueles faculdades estava estritamente articulada, na sociedade portuguesa de então, com o estatuto social da mulher e com a configuração da divisão sexual do trabalho. As licenciadas enveredavam por uma trajectória profissional baseada quase exclusivamente no professorado do ensino liceal e ensino técnico.

3. O insucesso da criação da Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade do Porto e o encerramento do Instituto Superior de Comércio do Porto

Salientámos anteriormente que no âmbito da Reforma do ensino superior de 1911, o governo republicano decretou a criação de uma Faculdade de Comércio na Universidade do Porto, a qual nunca chegou a ser instalada. Passados 7 anos, com a Reforma do ensino técnico de Azevedo Nunes constituía-se o ISCP. Desde o início que a nova escola apresentou uma organização, em termos administrativos, pedagógicos e científicos, idêntica à do ISCL. Manteve-se, portanto, desde 1918 uma perfeita uniformidade entre os dois Institutos de ensino superior comercial.

A uniformidade é quebrada aquando da transformação do ISCL no ISCEF. Mais propriamente, a partir de 10 de Maio de 1930, quando veio a público que o Conselho Superior de Instrução Pública iria tratar da integração do ISCL, a questão do futuro institucional do ISCP foi colocada, de forma abrupta, no terreno da discussão. Só que essa questão estava profundamente interligada com uma outra: a da gorada criação, até ao momento, da Faculdade de Comércio do Porto. Ambas remetem, em última instância, para a configuração institucional que tomou no norte do país o ensino superior comercial. Até meados de 1932, assistir-se-á à formulação de propostas, de estratégias por parte de diferentes agentes - Universidade do Porto, professores do ISCP e Ministério da Instrução Pública - no sentido duma resolução daquelas questões, de acordo com os interesses próprios de cada um deles. Entretanto, em 1933, o governo encerrava o ISCP. No presente ponto pretende-se, e não obstante a lacuna de informação escrita com que nos confrontámos - a qual, é em parte uma consequência da política de cerceamento da liberdade de expressão imposta pelo Estado Novo -, dar conta não só da discussão em torno do futuro do ensino comercial superior na

cidade do Porto, como igualmente dos processos e do contexto que estiveram presentes no encerramento do ISCP.

A integração do ISCL no campo universitário foi polémica. As posições extremaram-se e os meses que antecederam a decisão ministerial foram férteis em polémica, parte dela no seio das instituições universitárias. Em 16 de Maio de 1930, recorde-se, o SUP foi solicitado pelo Conselho Superior da Instrução Pública, por intermédio do Reitor, a pronunciar-se sobre aquela integração. A resposta foi pronta e negativa. Mas negativa não tanto a pensar naquilo que poderia acontecer em Lisboa, mas principalmente no Porto. Integrado o ISCL, encontrava-se gerada uma situação institucional que favorecia que o mesmo procedimento fosse tomado para o ISCP. Essa vai ser, para nós, uma das razões cruciais que conduziu à posição inicial do SUP. Para além destas, uma outra que se encontrava intrinsecamente ligada à vida interna da Universidade do Porto fundamenta o voto negativo que foi tomado. Não fazia qualquer sentido para os senadores que, hipoteticamente, o ISCP fosse integrado na Universidade, por via da sua transformação numa Faculdade de Comércio, num momento em que as preocupações fundamentais estavam direccionadas para outros assuntos: a criação de uma Faculdade de Direito - antiga aspiração que sistematicamente vinha a ser negada pelo poder político - e, principalmente, o restabelecimento da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) encerrada em 1928.

No seguimento do 28 de Maio, vivendo-se ainda um período caracterizado por situações de instabilidade política e de indecisões que marcavam o processo algo sinuoso de implantação do Estado Novo, os governos da Ditadura Nacional, depois de algumas medidas tomadas face a outros graus de ensino[123], vão atacar o

[123] Em 1926, os governos militares extinguem o ensino primário superior, uma das medidas dos republicanos para alargar a escolaridade obrigatória. Nos anos seguintes, outras medidas se seguem: abolição das escolas primárias mistas e das escolas móveis de alfabetização e os programas do ensino primário foram modificados. Assistiu-se a uma redução dos objectivos do ensino primário à trilogia básica - "ler, escrever e contar". Cf. Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal*, Lisboa, F.C.G., 1986, pp. 651 e segs.; António Nóvoa, *Le Temps des Professeurs*, Vol. II, Lisboa, INIC, 1987, pp. 728 e segs.; Maria Filomena Mónica, *Educação e Sociedade em Portugal de Salazar*, Presença, 1978.

ensino superior. Medidas que se inseriam numa estratégia de desmantelamento das realizações da I República na instrução pública pretendendo-se, assim, atingir directamente um dos eixos axiais do ideário republicano. O ministro da Instrução Pública, José de Magalhães, em 12 de Abril de 1928[124], alegando redução das despesas públicas, extingue, de uma assentada só, a Faculdade de Direito de Lisboa, a FLUP, a Faculdade de Farmácia de Coimbra, as Escolas Normais Superiores de Coimbra, Braga e Ponta Delgada. Além destes estabelecimentos, foi igualmente extinto o Liceu da Horta[125].

Se tivermos presente que a Faculdade de Direito de Lisboa, onde preponderavam, como professores, políticos importantes da República, como por exemplo Afonso Costa, funcionou como a escola do regime republicano parlamentar[126], então a sua extinção configurou-se nitidamente como uma medida política e não estritamente financeira. Deste modo, voltava a Faculdade de Direito de Coimbra (FDC) à posição de exclusividade no ensino do direito que detinha antes de 1911, o que, por outro lado, era um sinal de um certo reconhecimento do poder político em exercício pela intervenção directa de professores desta Faculdade, ligados ao Centro Democrático Cristão e ao Integralismo Lusitano, na caminhada para o derrube da I República e para a preparação da emergência do novo regime político.

Só que foi uma medida pautada pelo fracasso. A contundência do protesto por parte de alunos e professores da Faculdade de Direito de Lisboa iniciada de imediato, com o apoio das outras duas Academias, em especial por parte dos seus alunos que reagiram igualmente contra o encerramento das outras Faculdades e escolas, desencadeia uma greve estudantil que se manterá até Junho. Perante o protesto, o governo recua e restabelece aquela Faculdade em Outubro de 1918.

---

[124] Decreto nº 15.365 de 12 de Abril de 1928.

[125] A medida de extinção do Liceu da Horta foi revogada no próprio ano de 1928.

[126] Como sublinha S. Grácio, doze dos vinte professores integraram durante a I República postos governativos. Cf. Sérgio Grácio, *op. cit.*, p. 70.

Quanto à FLUP, a sua extinção foi igualmente uma medida de índole política, de ataque a um dos seus principais professores, Leonardo Coimbra, que se posicionava discordantemente face às intenções e às medidas políticas da Ditadura Nacional[127].

Em 2 de Dezembro de 1930, o ISCL transformado em ISCEF foi integrado na UTL. Sem uma solução de cariz idêntico, o ISCP passava a encontrar-se numa posição institucionalmente desvalorizante no domínio do ensino das questões comerciais e económicas, tanto mais que, como se sublinhou atrás, a nova escola de Lisboa o que tinha de substancialmente inovador face à respectiva antecessora era unicamente a nominação[128]. Em termos principais, nos planos pedagógico e científico, a similitude mantinha-se entre o ISCEF e o ISCP, só que o primeiro passava a ser considerado como ensino universitário, com todos os benefícios materiais e simbólicos daí decorrentes para a instituição - professores e alunos - e respectivos licenciados em ciências económicas e financeiras, enquanto o ISCP ficava completamente isolado, impossibilitado de aceder à mesma posição estatutária. Podemos aceitar que tal situação representou o início do processo que paulatinamente foi conduzindo ao encerramento deste último em 1933.

Não sabemos se decorrente de pressões junto do Ministério da Instrução Pública de instituições da cidade, como por exemplo o Centro Comercial do Porto, na reunião do SUP de Janeiro de 1930 foi apresentado um ofício da Direcção Geral do Ensino Superior, em que o ministro solicitava o estudo da criação de uma Faculdade de Ciências Económicas e Comerciais na Universidade do Porto[129]. Com tal consulta, o ministério demonstrava, de modo directo, que estava, em princípio, interessado em manter uma equiparação, entre as duas

---

[127] Sobre o encerramento da FLUP, consulte-se Cândido dos Santos, *Universidade do Porto. Raízes e Memórias da Instituição*, Porto, UP, 1996, pp. 302 e segs.

[128] Marques Guedes, no *Primeiro de Janeiro* de 5 de Dezembro de 1930, colocava a tónica na "situação anómala" em que ficava o ISCP. Com efeito, a criação da UTL e a integração do ISCL no campo universitário colocou o ISCP numa situação de inferioridade legal e social.

[129] Cf. Actas das Sessões do Senado da Universidade do Porto, vol. II, p. 11. Sobre a discussão pelo SUP, entre 1930 e 1932, da criação daquela Faculdade, veja-se Cândido dos Santos, *op. cit.*, pp. 242 e segs.

cidades, no plano do ensino na área da economia e do comércio. Naquela reunião do SUP não se avançou para qualquer resolução a remeter ao ministério: optou-se, sim, pela formação de uma "Comissão Científica" presidida pelo Reitor para o estudo da questão[130].

Conscientes de que a posição estatutária do ISCP se deteriorava cada vez mais com o avançar do tempo, sem que se vislumbrasse a emergência de uma medida governamental favorável ao Instituto, os membros do respectivo Conselho Escolar, por intermédio do seu presidente Alfredo Magalhães[131], apresentaram, ainda no mês de Janeiro de 1931, ao ministro da Instrução Pública três soluções, das quais deram conhecimento ao Reitor da Universidade do Porto[132]: o ISCP poderia ser incorporado na UTL, que passaria a denominar-se de "Universidade Técnica Portuguesa"; constituir-se-ia uma Universidade Técnica no Porto, à qual pertenceria o Instituto; por último, este integrar-se-ia na Universidade do Porto. Em simultâneo, o Presidente do Conselho Escolar deixava claro

> "(...) que a transformação do actual Instituto em Faculdade tem de obedecer, antes de tudo, ao propósito de manter a índole do ensino que nêle se professa, respeitando a finalidade dos seus cursos e reconhecendo, como fundamentais, na sua organização, tôdas as ciências que se prendem com a vida das emprêsas, como são, particularmente, as Contabilidades que, hoje, fazem parte do quadro de estudos de muitas Universidades, não só europeias como americanas."[133]

Soluções cuja concretização teriam consequências institucionais bem diversas. No contexto político da altura, e tendo presente igualmente o modo

---

[130] Cf. Actas das Sessões do Senado da Universidade do Porto, vol. II, p.11.

[131] Alfredo Magalhães vai ser o principal protagonista nas diferentes tentativas de alteração estatutária do ISCP. Advogado, professor do extinto Instituto Industrial e Comercial do Porto, director do ISCP desde 1929 até à sua extinção em 1933, passou a ser director do Instituto Comercial do Porto, a partir desse ano. Governador civil do Porto durante a I República.

[132] Alfredo Magalhães, *Relatório do Instituto Comercial do Porto (1933-1945)*, Porto, Imprensa Moderna, 1945, pp. 342 e segs.

[133] Id., *ibid.*, p. 345.

como o sistema de ensino universitário se encontrava estruturado, afigura-se-nos que unicamente a última proposta poderia ser aceite para discussão, como efectivamente veio a acontecer. Por outro lado, para início de negociação foram apresentadas demasiadas propostas de soluções. Ora tal pode ser considerado como um sinal de que a posição negocial da direcção do ISCP se encontrava fragilizada por não ter uma opção bem definida quanto à configuração institucional pretendida. Na verdade, qualquer uma delas serviria para atingir o objectivo prioritário: o seu não encerramento. É, por conseguinte, credível aceitar que os docentes do Instituto tivessem consciência que a não concretização de uma destas propostas colocaria irremediavelmente a sua "escola de altos estudos comerciais" à beira da extinção. A avaliar pelo crescimento da procura social do ensino ministrado no ISCP após 1930 (Quadro IV-2), a percepção do futuro não era tão dramática. Entre 1930/31 e 1932/33 essa mesma procura situou-se nos 18,8%. As expectativas mantinham-se, como se os jovens e famílias confiantes numa solução socialmente valorizante, como seria a da integração na Universidade, optassem por arriscar um investimento educativo num estabelecimento cujo futuro era incerto.

Entretanto, outras diligências foram feitas pelo Presidente do Conselho Escolar junto de dirigentes do Estado, em Lisboa e no Porto, de directores das Faculdades que integravam o SUP e fundamentalmente junto do próprio ministro, Cordeiro Ramos[134].

Da consulta das actas do SUP conclui-se que o Reitor não deu conhecimento das propostas avançadas pelo Conselho Escolar do ISCP. É de esperar que os membros do senado tivessem tido notícia por intermédio, em particular, das diligências formais e informais que os defensores do ISCP iam fazendo. Em Maio de 1931, o SUP apreciou as conclusões da comissão

[134] No seu livro que temos vindo a citar, Alfredo Magalhães, em jeito de memórias, deixa bem vincado que o ministro estava "com intenção de criar no Porto a Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras". Cf. Alfredo Coelho Magalhães, *op. cit.*, p. 347.

encarregada de estudar a questão da Faculdade de Ciências Económicas e Comerciais, sem tomar contudo uma decisão final[135]. Na reunião de Junho seguinte, o debate foi polarizado em torno de duas propostas[136]. Uma subscrita por Pires de Lima que aceitava a criação de uma Faculdade de Comércio "organizada em moldes universitários". Porém, fazia caucionar a constituição da nova Faculdade ao restabelecimento prévio da FLUP. A outra de Almeida Garrett apontava que não deveria existir uma Faculdade unicamente de estudos comerciais, pois os mesmos não tinham "carácter universitário". O que propunha era, em alternativa, a criação de uma Faculdade de Estudos Económicos e Sociais.

A última proposta posicionava-se de modo mais abrangente face à questão em debate. Existia lugar para os estudos comerciais, mas nunca assumindo estes uma posição institucional isolada. Deste modo, no Porto era mais uma vez retomado o debate sobre se o ensino técnico comercial teria credibilidade científica para poder vir a integrar o campo universitário. Cerca de um ano após a conclusão formal desse debate, aquando da criação da UTL, ele reacendeu-se no SUP. Pensamos que os senadores faziam-no, tendo por referência as imagens não valorizadas que as actividades comerciais e o funcionamento científico-pedagógico do próprio ISCP tinham no seio da intelectualidade académica. O rótulo, já referenciado, que os diplomados deste Instituto tinham na cidade de "doutores em mercearia" era um dos sinais explícitos dessa imagem.

Naquela reunião de Junho de 1931, o SUP acabou por dar uma configuração final à resolução que deveria ser transmitida ao ministro: sim à nova Faculdade, a qual não se deveria designar de "Ciências Económicas e Comerciais", mas de "Ciências Económicas e Sociais"[137]. No plano das aspirações dos senadores quanto ao futuro do ensino da economia, pugnava-se

---

[135] Cf. Actas das Sessões do Senado da Universidade do Porto, vol. II, p. 12.
[136] Cf. Idem, p.14.
[137] Cf. Actas das Sessões do Senado da Universidade do Porto, vol. II, p. 14.

pela disjunção desta disciplina face ao ensino das questões comerciais e também pelo estreitamento das relações com as ciências sociais[138]. Por outro lado, exigiam-se contrapartidas ao ministro Cordeiro Ramos: a nova Faculdade só poderia ser criada depois de restabelecida a de Letras e seria sempre organizada de acordo com as normas universitárias.

A exigência quanto à FLUP dificilmente poderia ser aceite pelo governo. Desde logo, porque as razões políticas que tinham determinado o seu encerramento se mantinham para os apoiantes do Estado Novo, tanto mais que as sucessivas crises e revoluções que ocorreram durante o ano de 1931, em especial a denominada Revolta militar da Madeira, Açores e Guiné e a agitação estudantil e popular[139] vão permanentemente relembrar a esses mesmos apoiantes que o regime que queriam impor se encontrava ainda ameaçado. A reabertura da FLUP teria inequivocamente um sentido de recuo político por parte do governo.

Com aquela decisão do SUP atingia-se o final do primeiro período de discussão de criação de uma Faculdade, para a qual era proposto que se designasse de Ciências Económicas e Sociais. Os apologistas da inclusão do ensino técnico na Universidade tinham obtido uma primeira vitória. Vitória, de certo modo parcial. E isto porquê? A resolução apresentada pelo SUP, de que a nova Faculdade deveria ser organizada de acordo com as normas universitárias, coarctava qualquer possibilidade de integração do ISCP no campo universitário, mantendo este as suas características principais, como era pretendido pelo respectivo Conselho Escolar. Aspecto que era, por sua vez, reforçado pela oposição que desde o início do processo alguns dos senadores tinham demonstrado a qualquer tentativa de transformação do ISCP na Faculdade que se pretendia formar. Deste modo, em meados de 1931, as aspirações daqueles que pugnavam pela integração de alunos e professores deste Instituto na Universidade

[138] Não possuímos informações sobre quais as ciências sociais a que porventura a resolução do SUP se referia.

[139] Sobre a questão, consulte-se Fernando Rosas, "O Estado Novo"...., pp. 221 e segs.

do Porto desfaziam-se progressivamente. O ISCP parecia estar marcado por uma "morte anunciada".

Consciente das consequências do posicionamento do SUP para a sobrevivência do ISCP, Alfredo Magalhães avança mais uma vez. Em Julho de 1931 apresenta ao ministro outra proposta[140]: manutenção deste estabelecimento de ensino como autónomo face à Universidade do Porto, com uma nova designação, Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras do Porto e com a possibilidade de conferir os graus de licenciado e doutor. Essa mesma proposta nem chegou a ser considerada pelo SUP; a Universidade nunca abdicaria de ter o monopólio da certificação e da concessão das titulações académicas.

Seria a derradeira proposta apresentada por parte do ISCP, tentando-se com ela um volte face na questão. O facto do Regulamento do ISCEF não ter sido publicado até esse momento, criou espaço para o *lobby* pró-ISCP exercer as suas influências. Marques Guedes, acérrimo defensor do ensino técnico universitário, veio publicamente à liça. Num artigo publicado em *O Primeiro de Janeiro* de 5 de Setembro daquele ano, sugestivamente intitulado "A Universidade do Porto e os altos estudos económicos e financeiros", defende a criação da Faculdade de Estudos Económicos e Financeiros e fá-lo de modo veemente:

> "Por várias vezes se fez a tentativa de integração daqueles estudos na Universidade. Esta, porém, misoneista e instruida dum sentimento indefinido e indefinível, a que se chama - o espírito universitário - tem resistido à inclusão dos estudos económicos e financeiros nos quadros das suas faculdades. Se à Universidade, num conceito já há muito abandonado, se reserva a função exclusiva da alta cultura científica e da criação da ciência, núcleo de estudos desinteressados, não chega a compreender-se que ela se não restrinja então às faculdades de Ciências e de Letras, e já tenha absorvido, sem reacção, as matemáticas aplicadas nas engenharias civis e nas de máquinas electrotécnicas."

---

[140] Alfredo Magalhães, *op. cit.*, p. 344. Tal situação tinha sido apontada, embora sem êxito, para o ISCL em 1922.

E finaliza, o seu artigo, com um recado:

> "A Universidade empresta ao ensino técnico o prestígio da sua tradição. O ensino técnico, por sua vez, representa na Universidade uma infusão de sangue novo, renovando os estudos e pondo-os de harmonia com as necessidades da sociedade moderna."[141]

O regulamento do ISCEF acabou por ser publicado em Outubro de 1931, vindo confirmar, por não introduzir alterações científicas e pedagógicas de substancial relevo face ao extinto ISCL, o modo discriminatório como o futuro institucional do ISCP tinha sido tratado até ao momento.

Na reunião do SUP de Novembro daquele ano, após a análise de um ofício do ministro, os senadores concluíram que a resolução deste ia no sentido da criação de uma Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras[142]. Tal decisão vinha ao arrepio das pretensões apresentadas pelo SUP. Desde logo porque o ministro optava por uma nova Faculdade, sem todavia apontar para a reabertura da FLUP, o que ia frontalmente contra as decisões tomadas na reunião de Junho daquele órgão.

Por outro lado, Cordeiro Ramos não escolheu uma Faculdade de Ciências Económicas e Sociais, mas sim de Ciências Económicas e Financeiras. Como é perfeitamente compreensível, a questão da designação em nada era inócua. Em primeiro, no âmbito de uniformização e padronização que marcou o período de 1930 a 1936 da política educativa do Estado Novo[143], a escola do Porto teria de

---

[141] *O Primeiro de Janeiro* de 5 de Setembro de 1931.

[142] Cf. Actas das Sessões do Senado da Universidade do Porto, vol. II, p. 17.

[143] Segundo A. Nóvoa, o período de 1930 a 1936, que antecede a entrada de Carneiro Pacheco no Ministério da Instrução Pública, foi pautado por um "certo desnorte" na governação e pela sucessão de ministros. O único propósito que subsistia, e que acima apontámos, materializava-se na aniquilação do ideário e das práticas republicanas no sistema educativo. Surgem medidas de "compartimentação do ensino", no plano sexual e de grupos sociais, de abaixamento da rentabilidade pedagógica e científica, de centralização e de autoritarismo na administração do ensino, de "desprofissionalização do professorado", em especial do primário. Cf. António Nóvoa, "A educação nacional" in Fernando Rosas, *o Estado Novo (1930-1960)*, vol. XII, 1990, pp. 457-458. No que diz respeito ao ensino universitário, as atenções do governo, entre 1930 e 1932, dirigem-se principalmente para a revisão do Estatuto da Instrução Universitária (em Julho de

ter uma designação, em termos científicos, idêntica à de Lisboa. Além de que para a época, e fruto da importância que os problemas financeiros tinham na governação, o termo finanças adquiriu uma forte visibilidade, sendo o mesmo interpretado nos meios académicos como um espaço cientificamente autónomo da economia. Em segundo, o termo "sociais" em nada era consentâneo com os princípios políticos e ideológicos do regime que estava em formação. Veiculava uma proximidade com a dinâmica política e social da I República, desde logo rejeitada pelo novo poder político, à qual se acrescentava uma desconfiança visceral que as forças apoiantes do Estado Novo detinham pelo próprio termo.

A resposta do ministro não foi totalmente bem acolhida pelo SUP. Nas declarações feitas para a acta, isso é patente[144]: os senadores aceitaram a nova Faculdade, mas não deixam de frisar, mais uma vez, que não desistiam da reconstituição da Faculdade de Letras. Os próprios senadores encontravam-se numa posição institucional, no mínimo caracterizada por uma certa delicadeza, na medida em que não tinha sido o SUP a propor a criação da nova Faculdade; a proposta veio de fora da Universidade e por indicação do ministro e, por conseguinte, sentiam-se obrigados - ao nível do modo de funcionamento da Universidade - a emitir uma opinião, a defendê-la e a votar sobre um assunto que não integrava, em finais dos anos 30, o conjunto das suas preocupações cruciais. Uma destas era certamente o restabelecimento da Faculdade de Letras. Só que Reitor e senadores se devem ter apercebido, logo no início do processo, que o sim à Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras poderia funcionar como moeda de troca para terem de volta Letras. Este jogo não tinha funcionado, até ao momento, a favor das pretensões da Universidade do Porto. A acrescentar a isto, o futuro institucional do ISCP constituía um factor que não podia ser completamente omitido da discussão, principalmente porque as pressões sobre os

1930) para a criação da UTL e para o prosseguimento da reformulação dos regulamentos das escolas universitárias, que tinha sido iniciado em 1928.

[144] Cf. Actas das Sessões do Senado da Universidade do Porto, vol. II, p. 7.

senadores persistiam, no sentido de ser encontrada uma solução que não conduzisse à extinção do Instituto.

Igualmente, na reunião do SUP de Novembro, era criada uma comissão composta pelos Directores das Faculdades e presidida pelo reitor para a formulação do projecto de regulamento da futura Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras [145]. Somente após cerca de dez meses - Agosto de 1932 - o SUP apreciou esse projecto, deliberando aceitá-lo, sem todavia não deixar de reafirmar perante o ministro a "aspiração" da Universidade na reabertura da FLUP[146].

Numa assinalável mudança de opinião, os senadores sugeriam ainda a Cordeiro Ramos o seguinte: se o projecto da nova Faculdade não fosse aprovado pelo governo, então o ISCL deveria ser transformado "em Faculdade isolada"[147]. A ausência de documentação detalhada sobre o conteúdo do projecto da nova Faculdade não nos permite estabelecer um quadro interpretativo devidamente fundamentado sobre a decisão tomada[148]. Perguntas importantes ficam sem uma resposta concisa: que formulações conteria o projecto que pudessem originar a recusa da criação da Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras por parte do ministro, quando ele foi o principal impulsionador da ideia? Provavelmente a persistência na reabertura em primeiro lugar da Faculdade de Letras por parte dos senadores da Universidade do Porto - que se irá manter continuadamente nos discursos e textos de reitores e professores até à sua concretização em 1961 - impediu a criação da Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras[149]; o que

---

[145] Cf. Idem.

[146] Cf. Idem, p. 23.

[147] Cf. Idem.

[148] Tenha-se presente que o incêndio, em meados dos anos 60, de uma parte do edifício da Faculdade de Ciências, onde funcionavam os serviços da Reitoria, destruiu documentos fundamentais para se aclarar o tema que temos vindo a tratar, bem como a própria história da Universidade do Porto.

[149] A decisão do ministro, Cordeiro Ramos, em criar uma Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras poderá ser entendida como uma medida de recomposição do espaço dos estabelecimentos de ensino universitário após a criação da UTL onde se integrou o ISCL. A

levou o SUP a mudar a sua posição face ao ISCP, admitindo, passado cerca de 2 anos do seu voto negativo, considerar que o mesmo podia constituir uma "Faculdade isolada"? Se compulsarmos o Estatuto do Ensino Universitário então em vigor[150], este tipo de inserção orgânica da Faculdade não se encontra estipulada na lei. Ou foi um erro de formulação da proposta ou então subsistia mesmo uma intervenção clara de manter o ISCP, renomeado de Faculdade, numa situação orgânica autónoma, o que não deixava, em parte, de contrastar com a posição que o SUP tinha tomado dois anos antes.

O projecto da Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras caiu no esquecimento. O SUP não conseguiu que Cordeiro Ramos aceitasse criar a nova Faculdade, reabrindo previamente a Faculdade de Letras[151]. O jogo tinha produzido um resultado de soma nula. Aquele projecto será retomado, nos finais dos anos 40, com objectivos e em moldes orgânicos diferentes.

Entretanto, a decisão do SUP de propor que o ISCP pudesse passar para uma situação institucional de "Faculdade isolada" não desagradava completamente a alguns daqueles que defendiam acerrimamente o Instituto. Durante todo o processo de discussão do futuro institucional do ISCP posicionaram-se, embora de forma não muito visível, duas correntes de opinião no seio dos defensores do ensino superior comercial: uma que pugnava pela integração universitária, com a consequente criação de uma Faculdade específica; outra que, vendo tal integração como uma perda de autonomia pedagógica e administrativa, optava pela manutenção do ISCP, mas com outra configuração organizativa. Um dos defensores desta última corrente, Jorge Coelho, expressava de modo detalhado, em Dezembro de 1932, o seu plano[152]:

---

criação daquela faculdade seria, de certo modo, a contrapartida encontrada para equilibrar o ensino universitário entre as duas cidades, Lisboa e Porto.

[150] Decreto nº 18.717 de 2 de Agosto de 1930.

[151] Cordeiro Ramos seria exonerado de ministro da Instrução Pública em 24 de Julho de 1933.

[152] Jorge Coelho, "O ensino superior de economia", in *Economia - Revista de Comércio, agricultura e indústria,* nº 1, 1932, p. 8. O autor considera despropositada a divisão entre economia e finanças, a última deveria ser parte integrante da primeira. A revista *Economia* publicou-se a partir de Junho de 1932 até Março de 1934. O seu objectivo editorial era a

"1° Transformação do Instituto Superior de Comércio em um novo estabelecimento de ensino superior, intitulado Instituto Superior de Economia, no qual se professaria um único curso, o Curso Superior de Economia, que seria o actual Curso Complementar de Ciências Económicas e Comerciais, com a criação das seguintes cadeiras: 'Direito Fiscal-Contencioso Aduaneiro'. 'Processo Comercial'. 'Tecnologia da Electricidade'. 2° Transformação, em anuais, das seguintes cadeiras: 'Organização e Administração de Emprêsas'. 'Operações, Legislação e Contabilidade Bancárias'. 'Contabilidade Industrial'. 'Administração Colonial'. 'Estatística Geral e Aplicada'."

Deste modo, e mesmo face à então existente organização do ISCEF e do ISCP, as respectivas secções e cursos desapareceriam, colocando toda a ênfase numa formação o mais abrangente possível em economia[153]. O que resultava da proposta era a profusão de cadeiras de economia quer de âmbito geral, quer de carácter especializado, mantendo-se o peso importante do 2° Grupo - Ciências Físico-Químicas - e desaparecendo, pelo menos ao nível nominal das cadeiras, a

---

divulgação de questões económicas sobre a actualidade não assumindo a generalidade dos artigos publicados uma posição teórica influenciada pelas teses corporativistas então em voga no momento. O seu corpo redactorial confinava-se fundamentalmente a diplomados e professores do ISCP, entre eles encontrando-se, por exemplo, Lopes Amorim e Raúl Tamagnini Barbosa.

[153] Em jeito de nota, importa deixar registado qual a proposta de organização curricular do Curso Superior de Economia, de acordo com os grupos disciplinares que o autor subscrevia: "1° Grupo-Matemáticas Financeiras. a)-Matemáticas superiores - Álgebra. Princípios de análise infinitesimal. Geometria analítica, (anual). b)-Matemáticas superiores - Análise infinitesimal. Cálculo das probabilidades e suas aplicações, (anual). c)-Operações financeiras a longo prazo, (2 semestres). d)-Seguros. Instituições de previdência, (2 semestres). 2° Grupo-Ciências Físico-Químicas. a)-Métodos gerais físicos e químicos de análise, (anual). b)-Matérias primas, (anual). c)-Análise de mercadorias, (anual). d)-Tecnologia industrial e comercial, (anual). e)-Tecnologia da electricidade, (semestral). f)-Classificação pautal de mercadorias, (anual). 3° Grupo-Ciências económicas e geográficas. a)-Economia política, (anual). b)-Estatística geral e aplicada, (anual). c)-Finanças, (anual). d)-Política económica internacional. Regimes aduaneiros, (anual). e)-Geografia económica geral, (anual). f)-Geografia económica de Portugal e suas colónias. Geografia económica do Brasil, (anual). g)-Organização e exploração dos transportes terrestres, fluviais e marítimos, (anual). h)-História económica, (anual). i)-Economia colonial, (anual). 4° Grupo-Ciências políticas e jurídicas. a)-História política e diplomática, (anual). b)-Princípios de direito civil, político e administrativo, (anual). c)-Direito comercial e marítimo, (anual). d)-Direito internacional público, (anual). e)-Direito internacional privado. Legislação consular, (anual). f)-Direito fiscal - Contencioso Aduaneiro, (anual). g)-Processo comercial, (semestral). 5° Grupo-Economia pública, industrial, comercial e agrícola. a)-Orçamentologia, (anual). b)-Economia industrial e agrícola, (anual). c)-Economia comercial, (anual). d)-Economia bancária, (anual). e)-Organização de emprêsas, (anual)." Jorge Coelho, *op. cit.*, p. 9.

contabilidade e toda a propedêutica comercial. Deste modo, os diplomados por este hipotético curso apresentar-se-iam na sua vertente profissional como técnicos de economia - o autor designava-os em termos de título profissional, como "engenheiros administrativos"-, o que ia parcialmente ao arrepio do que para o momento se passava, em termos de mercado de emprego, com os diplomados pelo ISCEF e pelo ISCP, em que uma das importantes áreas de actividade onde eles se inseriam ocupacionalmente era a contabilidade. Posição descoincidente do autor - de certo modo desajustada relativamente às necessidades das próprias empresas - face aos interesses imediatos de empregabilidade daqueles diplomados pelo ISCEF e pelo ISCP.

Em 26 de Junho de 1933, cerca de um ano após a última decisão do SUP sobre a questão da Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras, o governo extinguia o ISCP[154], encontrando-se ainda em funções Cordeiro Ramos. Em parte era uma medida esperada, perante a inexistência de qualquer decisão, por parte do Ministério da Instrução Pública, quanto à criação da nova faculdade. Quais as justificações apresentadas pelo governo? Desde logo, dizendo que de modo forçado nos anos 20 se pretendeu afirmar a existência do ISCP, com custos adicionais para o orçamento de Estado, e em prejuízo de um desenvolvimento mais amplo do Instituto Comercial do Porto (ICP). E o legislador aponta como justificação principal:

> "A verdade é, como era então, que a instrução comercial não comporta no nosso País dois estabelecimentos de ensino superior. O Instituto Superior de Comércio do Pôrto vive, desde a sua origem, uma vida artificial, fora do contacto das realidades económicas. A sua população escolar é diminuta. A selecção natural na frequência universitária faz-se pelo sentido do prestígio das diferentes escolas. Verificando-se que a utilidade dum estabelecimento de ensino, a adaptação do seu meio académico ao habitat cultural que o rodeia e a finalidade das suas funções em relação ao interêsse geral da Nação são os factores que determinam o seu prestígio, encontramo-nos, desde o início, diante dum círculo vicioso que encerra a vida agitada desta escola superior."

[154] Decreto-Lei nº 22.739 de 26 de Junho de 1933.

A medida da extinção foi de tal modo absoluta que não se salvaguardava, de uma forma o mais rentável possível no plano pedagógico, os interesses dos alunos já matriculados no ISCP. Os que queriam continuar o curso teriam de o fazer no ISCEF durante um período transitório de 4 anos.

Assim terminava a curta existência, cerca de 15 anos, do ISCP. Pelo menos ao nível da imprensa escrita, não transparece uma forte reacção de protesto à medida governativa; tal não deve ser de estranhar face às apertadas restrições à liberdade de expressão que o Estado tinha entretanto imposto. Contudo, numa leitura dos jornais do Porto torna-se possível encontrar algumas breves notícias. Nos dias imediatos à publicação do decreto, algumas reacções sucedem-se. O Centro Comercial do Porto e a Associação dos Comerciantes do Porto contestam a decisão. O primeiro defendia que, em contrapartida à extinção, o governo deveria constituir uma Faculdade de Ciências Económicas, Financeiras e Coloniais[155]. Entretanto deslocava-se a Lisboa, ao Ministério da Instrução Pública, uma comissão rapidamente formada para o efeito, de que fazia parte Alfredo Magalhães do ISCP, Xavier Esteves como representante do Governador Civil e José Magalhães na qualidade de Presidente da Câmara do Porto[156]. Os contactos em Lisboa foram completamente infrutíferos. Com a aproximação do início do ano lectivo de 1933/34 é perceptível que para algumas das instituições da cidade a medida se vai tornando cada vez mais irrevogável. Em Agosto, a Associação dos Comerciantes do Porto, a par da reafirmação do restabelecimento

---

[155] *Jornal do Comércio e das Colónias* de 29 de Junho de 1933 e *Primeiro de Janeiro* de 27 de Junho de 1933. Quer o *Comércio do Porto*, quer o *Jornal de Notícias* desta última data publicam na íntegra o Decreto-Lei, não emitindo qualquer comentário.

[156] Recorde-se que como ministro da Instrução Pública, José Magalhães, em 1927, tinha extinto a Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Em nada favorecia o ISCP perante o SUP, a comissão integrar o autor daquela decisão. Do relato que Alfredo Magalhães faz da viagem salienta "(...) conversou-se, como era natural, sobre questões de ensino, e então o antigo ministro de Instrução, falando-se de escolas comerciais superiores, afirmou que, ao extinguir aquela Faculdade, projectava substituí-la por uma Faculdade de Ciências Económicas", in Alfredo Magalhães, *op. cit.*, p. 349.

da escola, sintomaticamente vai defendendo "(...) se tal não for a vontade do ministro, então que seja estabelecido um período provisório para os alunos acabarem os seus cursos"[157]. Decorrente das pressões efectuadas, o ministro da Instrução Pública em exercício, Sousa Pinto, Professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, em Outubro[158] autorizava que aquele período terminasse no ano lectivo de 1935/1936.

A extinção do ISCP, sem que fosse criada a Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras na Universidade do Porto, constituiu um rude golpe para os defensores da existência do ensino comercial superior na cidade. Vai criar-se um hiato temporal até 1953, ano em que foi formada, após fortes movimentações e pressões, a Faculdade de Economia do Porto. Esta questão será abordada em capítulo posterior.

Torna-se agora importante equacionar, de modo mais fino, as razões pelas quais o ISCP foi extinto. Subsistem interpretações diferentes, colocando ou não a ênfase no carácter estritamente político que a acção governativa tomou.

Se retomarmos o preâmbulo do Decreto-lei nº 22.739 de 26 de Julho de 1933, que nos aparece como o discurso oficial, o governo vai argumentar, de modo indirecto, que o fecho do ISCP se enquadrava no âmbito das contenções das despesas ao nível do orçamento estatal - vivia-se ainda internamente o período do equilíbrio orçamental como um dos instrumentos principais de política económica no modelo económico e social do Estado Novo dos anos 30. Era mais importante no momento dar apoio, particularmente financeiro, ao Instituto Industrial e ao Instituto Comercial.

A este primeiro eixo argumentativo vem juntar-se outro: a frequência de alunos era escassa. Se observarmos novamente o Quadro IV-2, verifica-se que entre 1920/21 e 1932/33 o ISCP teve um importante ritmo de crescimento (154,8%), de carácter continuado, com excepção do ano lectivo de 1931/32.

---

[157] *Jornal do Comércio e das Colónias* de 7 de Agosto de 1933.
[158] Decreto-Lei nº 23103 de 9 de Outubro de 1933.

Talvez se explique tal situação por uma retracção da procura, decorrente do posicionamento indefinido do ISCP no âmbito do sistema de ensino, que foi restrita a esse ano, pois o volume de alunos matriculados no ano lectivo seguinte aumentou, apresentando uma variação anual de 23,4%. Em termos comparativos, a procura era cerca de metade da do ISCEF e do IST e idêntica à do ISA. Não se pode considerar a população escolar tão diminuta como o governo pretendia crer, como era igualmente patente que a procura se encontrava, após 1926/27, num ciclo de importante crescimento. Com efeito, ela só poderia ser julgada como diminuta se a comparação, que de certo modo é abusiva, fosse feita com a procura do ICP (veja-se Quadro VI-4). O encerramento do ISCP irá beneficiar o acréscimo da procura deste último - os alunos impedidos de prosseguir estudos de nível superior no Porto, e sem recursos económicos para frequentarem em Lisboa o ISCEF, acabaram por enveredar pelo ensino médio comercial.

Por outro lado, no quadro do discurso do governo o "desprestígio da escola" e a sua "vida artificial" justificavam também a extinção. Já por várias vezes referimos como nos meios intelectuais e académicos da cidade se percepcionava o ISCP - a escola dos "doutores em mercearia" -, sinal explícito do modo como o ensino que nele era ministrado estava desvalorizado socialmente para determinados grupos.

Por sua vez, a existência de um movimento contestatário de um escasso número de alunos, iniciado em 1932, vai ser aproveitado pelo governo para fundamentar a sua tese do desprestígio da instituição. Mas mais importante que isso: no processo que conduziu ao encerramento do ISCP, o protesto dos alunos foi publicamente invocado como tendo constituído o facto que acabaria por levar o governo a tomar a decisão de encerramento do ISCP[159].

---

[159] Interessa aqui dar conta, de modo sintético, do que se passou. Onze alunos apresentaram um protesto em que se solicitava que os trabalhos práticos fossem abolidos. O protesto foi remetido para o Conselho Escolar do ISCP e posteriormente para o Conselho Superior de Instrução Pública, o qual enviou ao Porto um vogal para apreciação *in loco* da contestação estudantil. A questão assumiu algum dramatismo nas relações entre o ISCEF e o ISCP, pelo facto desse vogal - Luís Viegas - ser docente do primeiro Instituto e o respectivo relatório ter sido apresentado nos

Uma outra razão para o encerramento do ISCP era apresentada pelo governo: "(...) a instrução comercial não comporta no nosso País dois estabelecimentos de ensino superior". Ora tudo indica que o ministro Cordeiro Ramos se mostrou interessado na criação da Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras, o que, se se tivesse concretizado, levaria à existência de dois estabelecimentos de ensino superior, em termos globais idênticos, um em Lisboa e outro no Porto. Assim, para o ministro tal situação institucional era comportável com as necessidades do país, unicamente não era a que mantivesse em funcionamento simultâneo o ISCEF e o ISCP. A discrepância de critérios de apreciação, formuladas num curto espaço de tempo, só vem reforçar a tese de que a medida de extinção do ISCP foi principalmente motivada, e isso o governo não estava em condições de o declarar publicamente, por razões de índole política. Como sublinham os nossos entrevistados, neste Instituto era visível, por parte do

---

meses anteriores ao encerramento do ISCP. Daí subentendeu-se, em especial pelos docentes deste Instituto, que o ISCEF poderia estar igualmente interessado - tal como o governo, mas por razões diferentes - no fecho do seu congénere do Porto. A insistência nesta tese foi de tal modo forte que Lino Neto, director do ISCEF, em 3 de Agosto de 1933, se viu obrigado, em *O Primeiro de Janeiro* de 3 de Agosto de 1933, a declarar que: "(...) demitia de si e da sua escola (o ISCEF) qualquer responsabilidade, directa ou indirecta, na extinção do Instituto Superior de Comércio do Porto". Desmentia, portanto, publicamente que existisse qualquer relação entre o inquérito realizado e a dissolução do ISCP. Às declarações de Lino Neto, respondeu passados poucos dias Alfredo Magalhães que refuta que no Instituto os procedimentos pedagógicos não se encontravam contrários ao estabelecido nos respectivos regulamentos, deixando veladamente presente que o ISCEF poderia não ter sido mero espectador do processo. A finalizar a sua resposta afirma: "Começa a despertar-me interesse a inquietação do Sr. Dr. Lino Neto e a sua preocupação de demonstrar que, nem directa nem indirectamente, contribuiu para a extinção do Instituto Superior de Comércio do Porto. É um facto curioso este em que a defesa precede a acusação". Ao longo do livro de Alfredo Magalhães que se assume, em simultâneo, como um repositório de informações detalhadas, mas também de memórias, acontece, por vezes, a nossa leitura "tropeçar" em frases que, de modo directo ou indirecto, apontam para que as relações entre os dois ISC tenham sido permeadas por certas conflitualidades. E isso agrava-se precisamente quando o ISCL se transformou no ISCEF e o ISCP foi caminhando inexoravelmente para a sua extinção. Cf. Alfredo Magalhães, *op. cit.*, p. 352 e segs. Antecedendo o protesto dos estudantes, algumas das condições pedagógicas de funcionamento do ISCP tinham sido colocadas em causa por Artur Malheiros num folheto editado pelo próprio intitulado *Um modelo de técnica futurista.* Em Setembro de 1932, 12 professores do ISCL contestam as afirmações feitas, reafirmando a vitalidade pedagógica do Instituto - consulte-se *Resposta dos Professores do Instituto Superior de Comércio do Porto ao folheto do Sr. Artur Malheiros "Um modelo de técnica futurista"*, Porto, Gráfica do Porto, 1932.

estudantado e de docentes, uma posição de não alinhamento com o regime autoritário saído do 28 de Maio[160].

Em 1930/31, o ISCP tinha ao serviço 17 professores e 3 mestres. No quadro docente pontificavam, entre outros, professores como Bento Carqueja, Ezequiel de Campos e Lopes Amorim, que tinham dado provas do seu mérito científico e que no início dos anos 30 não se vão mostrar adeptos incondicionais das teses dos salazaristas. No plano do ensino da economia, em que imperavam as contribuições de Bento Carqueja, não se detectava para a altura o emparceiramento por abordagens corporativistas[161].

Por parte dos alunos, a adesão ao regime político emergente nunca se fez sentir de modo notório. Bem pelo contrário. No ano de 1931, os alunos do ISCP vão participar activamente na greve estudantil que a partir de meados de Abril se iniciou na Faculdade de Medicina de Lisboa e se alargou aos outros centros universitários. A implantação da República em Espanha e o início, dias antes, da Revolta Militar da Madeira, Açores e Guiné - uma das derradeiras tentativas de revolta militar encabeçada pelo reviralhismo republicano[162] - tinham funcionado como um forte incentivo para o arranque da luta dos estudantes. O conflito académico ganhou uma forte expressão e dramatismo no Porto com a morte de um estudante do Instituto Industrial, a 28 de Abril, na sequência da intervenção das forças policiais numa assembleia geral de estudantes a decorrer na Faculdade de Medicina[163]. O funeral do estudante, a 30 de Abril, tornou-se numa imponente manifestação contra a ditadura. Igualmente as manifestações do 1° de Maio, no

---

[160] Conforme depoimento dos entrevistados DA, CC e ME.

[161] Cf. Carlos Bastien, *op. cit.*, p. 281. Veja-se Bento Carqueja, *Economia Política*, Porto, s/edit., 1927.

[162] Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 222 e segs.

[163] No dia posterior à morte do estudante, o *Diário de Notícias* noticiava o seguinte: "no Instituto Superior de Comércio do Porto e no Instituto Industrial e Comercial do Porto registaram-se hoje novamente ruidosas manifestações. Pelas 15 horas, os alunos do ISCP hastearam ali uma bandeira vermelha o que deu motivo a novas manifestações, tendo sido lançados ao ar alguns foguetes."

Porto e em Lisboa, ocorreram num forte clima de contestação e de apoio à revolta militar[164].

A postura política da generalidade de alunos e docentes não favorável ao regime que se ia instalando em Portugal, em particular desde o início dos anos 30, deve ter contribuído, de modo decisivo, para que o governo optasse pelo encerramento do ISCP. O contexto político e social era propício à medida política que foi tomada. Em Junho de 1933 o governo encontrava-se numa posição politicamente forte para o fazer. Em 1931 tinham sido derrotadas as tentativas dos reviralhistas republicanos de derrube de Salazar, reforçando-se a partir desse ano a política de repressão ao sindicalismo livre e ao movimento operário, que teve como um dos momentos principais o esmagamento da Revolta da Marinha Grande de 18 de Janeiro de 1934 e o desmembramento que se lhe segue das organizações operárias resistentes ao Estado Novo. A Constituição da República seria aprovada em Abril de 1933 num contexto profundamente marcado pela propaganda nacionalista, por parte dos salazaristas, a favor da futura configuração da organização corporativa, que tomaria expressão jurídica em Setembro desse ano no ETN e nas leis dos organismos primários, e pelo reforço dos mecanismos estatais de controlo político-ideológico e policial[165]. Estava-se, portanto, numa fase crucial da institucionalização do Estado Novo em todo propícia à tomada de decisões - autoritárias e discricionárias - que anulassem politicamente aqueles que não se mostravam afectos ao novo regime. Em suma, o período de 1932 a 1934 representou a consagração das teses de Salazar e dos seus apoiantes - após alguma conflitualidade pela hegemonia no seio das forças anti-democráticas - com a consequente implantação dos princípios políticos - recusa

---

[164] Sobre estes acontecimentos tenha-se, ainda, em atenção os textos de Fátima Patriarca, *A Questão Social no Salazarismo...*, pp. 106 e Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista - Presidência do Conselho de Ministros, *Os estudantes no regime fascista*, Lisboa, CLMRP/PCM 1984, p. 31.

[165] Após o plebiscito constitucional de Abril de 1933 sucedem-se, nesse mesmo ano, um conjunto de medidas que vão complementar a Constituição aprovada: em Abril, a reorganização da censura prévia; em Agosto, a criação da Polícia de Vigilância e Defesa do Estado; em Setembro, a criação do Secretariado de Propaganda Nacional .

da democracia liberal, defesa de um corporativismo nacionalista e de um Estado forte, coercitivo e interventor no domínio económico e social, assunção plena do império colonial português[166] - que irão, nas décadas seguintes, enformar a evolução do próprio regime.

Outro dado importa ainda ter presente na análise da extinção do ISCP. No quadro das acções tomadas por Cordeiro Ramos, enquanto ministro da Instrução Pública, esta extinção pelo seu cunho vincadamente político não foi um acto isolado. Pelo contrário, insere-se no endurecimento no plano político e ideológico que a sua actividade vinha denotando, como sublinha R. de Carvalho, em particular desde 1932 e que se entrecruzava com a fase de emergência do regime do Estado Novo[167].

Defendemos, por conseguinte, que o encerramento do ISCP pelo governo foi essencialmente uma medida de natureza política que teve como objectivo primeiro anular um estabelecimento de ensino que já se tinha mostrado contrário aos propósitos e às acções dos governos da Ditadura Nacional e igualmente não se perfilhava favorável aos princípios do novo regime que os salazaristas iriam institucionalizar a partir de 1933. As razões apontadas pelo governo tentaram encobrir esse objectivo. Elas funcionaram como uma autêntica cortina de fumo perante a opinião pública.

A medida do governo conduziu à recomposição do espaço dos estabelecimentos que ministravam o ensino na área do comércio, contabilidade e economia na cidade do Porto. Passava a existir unicamente o nível médio do

---

[166] Para um maior desenvolvimento destes princípios consulte-se Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 197 e segs.

[167] Alguns exemplos: em 12 de Fevereiro de 1932 proíbe as críticas, as apreciações e outras considerações, por parte dos professores, dos actos dos respectivos superiores hierárquicos; passado cerca de um mês, mais propriamente em 19 de Março, no sentido do controlo ideológico e político dos conhecimentos transmitidos no sistema de ensino, é indicado um conjunto de 113 frases, de índole diversa, algumas delas da autoria de políticos e intelectuais do regime, que deveriam ser inscritas nos livros de leitura adoptados pelo ministério; em 30 de Março de 1933, procede à reorganização dos serviços do Ministério da Instrução Pública, no sentido da sua centralização. In Rómulo de Carvalho, *História do Ensino no Estado Novo*, Lisboa, FCG, 1986, pp. 734 e segs.

ensino comercial, condicionando, assim, socialmente a procura do ensino superior daquela área. Somente os alunos com disponibilidades financeiras que lhes possibilitassem a estadia em Lisboa passavam a poder aceder ao grau superior, frequentando o ISCEF. Tal situação manteve-se até à criação da Faculdade de Economia do Porto (FEP) em 1953. Durante os vinte anos de interregno, a esperança do restabelecimento do ensino superior comercial e económico na cidade manteve-se e, em determinados momentos - como veremos mais à frente - foi fortemente alimentada por acções desencadeadas nesse sentido.

Capítulo VI

OS LICENCIADOS PELO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS: MERCADO DE EMPREGO E CIÊNCIA ECONÓMICA NOS ANOS 30

Caracterizámos anteriormente o modo como ocorreu a corporativização das associações dos comercialistas e a dinâmica incipiente que a vida institucional do SNC assumiu na sua globalidade, o que reflectia o não reconhecimento, de forma clara, das qualificações ocupacionais dos diplomados pelos ISC e licenciados pelo ISCEF[1]. E isto não obstante a integração do ensino superior comercial no campo universitário e as disposições regulamentares que conferiam aos seus titulados o acesso a determinadas funções, em particular na administração pública. Importa neste capítulo retomar alguns aspectos meramente aflorados em momentos antecedentes do nosso trabalho para podermos prosseguir a nossa análise do primeiro período da construção social da profissionalidade dos economistas.

Tomando como referência as décadas de 30 e 40, propomo-nos estudar três questões: o mercado de emprego estatal para os diplomados pelos ISC e para os licenciados pelo ISCEF, as suas estratégias de expansão ao nível da globalidade do mercado de emprego e os processos de controlo da produção,

[1] Por comodidade de redacção, ao longo do texto usaremos indistintamente as expressões licenciados pelo ISCEF e licenciados em ciências económicas e financeiras.

circulação e apropriação dos conhecimentos económicos por parte dos juristas e engenheiros.

Estas questões encontram-se interligadas e remetem, por sua vez, para dois vectores fundamentais na construção social de um grupo profissional: o conhecimento científico base da profissão e as áreas de actividade ao nível do mercado de emprego. Ao nível do primeiro vector, diplomados pelos ISC e licenciados pelo ISCEF ficaram arredados, nos anos 30 e 40, do controlo da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos, o qual foi exercido pelos engenheiros e juristas. Quanto ao outro, em particular os licenciados desenvolveram estratégias de conquista da função de contabilista. No decurso daquelas duas décadas, os diplomados e licenciados construíram espaços de empregabilidade - conquistando-os, por exemplo, aos diplomados pelos ICs - os quais lhes permitiram ganhar uma maior visibilidade social e reconhecimento das suas qualificações, em especial, como funcionários ao serviço da burocracia estatal ou então como contabilistas das empresas privadas.

Por outro lado, as principais mudanças quanto às procuras sociais, por parte de empresas e do Estado, dos que detinham as licenciaturas em economia ou em finanças - instituídas com a Reforma de 1949 do ISCEF - quanto ao volume e ao perfil das qualificações requeridas, vão ocorrer, de modo mais significativo, durante os anos 50. Até lá, como vinha acontecendo desde a I República, em primeiro lugar os diplomados pelos ISC e depois os licenciados em ciências económicas e financeiras foram alicerçando - através de complexos processos sociais caracterizados por contradições, conflitos e derrotas - as suas posições nas organizações, modos de intervenção, recursos cognitivos importantes no seu conjunto para a construção da futura profissionalidade dos economistas.

1. O posicionamento dos licenciados pelo Instituto Superior de Ciências Económicas no mercado de emprego estatal

Sublinhámos no capítulo anterior que o Estado era o principal empregador dos diplomados pelos ISC. Para isso concorreu, entre outros aspectos, o facto de uma parte dos cursos ministrados nestas escolas se encontrarem direccionados para a formação académica de futuros funcionários públicos. E mesmo quando isso não acontecia, a docência no ensino técnico comercial era utilizada como um importante espaço de empregabilidade para os diplomados pelo ensino superior comercial. A atestar a importância do mercado de emprego encontra-se o conflito académico de 1926. Igualmente os vários Regulamentos que enformaram a vida institucional do ISCL e do ISCP, durante os anos 10 e 20, que de uma forma minuciosa estabeleciam as correspondências entre a formação académica e os postos de trabalho, são outro exemplo que se deve convocar para testemunhar essa importância.

Não seria a criação do ISCEF que iria mudar tal situação. Continuou-se a formar para o funcionalismo público. A inexistência de uma ruptura com o passado, com o ISCL, em termos curriculares, pedagógicos e científicos, não criou as condições para a ocorrência de transformações nas procuras sociais dos licenciados, comparativamente aos seus antecessores. A própria dinâmica económica que a sociedade portuguesa tomou, nas primeiras décadas do Estado Novo, não conduziu provavelmente a que o sector empresarial privado se instituísse como uma alternativa consistente, em termos de criação de empregos, aos serviços estatais. Em suma, em termos de mercado de emprego tudo aponta para que, de modo mais significativo entre os anos 10 e 50, o Estado se tenha mantido como o principal empregador, primeiro, dos diplomados pelos ISC e depois, dos licenciados pelo ISCEF.

Ora tendo isto presente, justifica-se nesta parte do texto aprofundar a abordagem de alguns aspectos que caracterizavam a inserção laboral dos

diplomados pelos ISC e dos licenciados pelo ISCEF, nas décadas de 30 e 40. Note-se que a nossa atenção será prioritariamente dirigida para os últimos[2].

A propósito da criação do ISCEF e da hierarquia existente entre as várias secções, demos conta, tendo por fonte o respectivo Regulamento de 1931, do que juridicamente estava instituído como sendo potenciais segmentos de mercado do emprego para os respectivos licenciados. No âmbito da administração pública, e segundo os dados recolhidos para o período que tomámos por referência, recorde-se que eles apontam para que os diplomados e os licenciados se concentravam na docência no ensino técnico comercial e nos diversos serviços do Ministério das Finanças (em particular nas Alfândegas), do Ministério da Economia[3] e do Ministério dos Negócios Estrangeiros (carreiras diplomática e consular), o que vinha na continuidade da situação existente na I República.

Entretanto é plausível admitir que, nas duas primeiras décadas do Estado Novo, por um lado a criação da panóplia de novos organismos administrativos estatais, como por exemplo o INTP, de organismos corporativos - Federações, Uniões, Grémios -, de organismos de coordenação económica - institutos, juntas, comissões reguladoras -, de instituições de previdência social[4] e, por outro, a aplicação de medidas de política económica, entre elas, o condicionamento industrial, o incremento do proteccionismo alfandegário, no quadro da assunção do nacionalismo e do dirigismo económicos por parte do Estado, tenham gerado empregos directos numa primeira fase para os diplomados do ISC que se encontravam ainda desempregados e posteriormente para os licenciados pelo

---

[2] A inexistência de informações estatísticas não nos permite avançar qualquer tipo de análise sobre a dinâmica quantitativa que tomou o mercado de emprego nos anos 30 e 40 para os licenciados pelo ISCEF. Em parte, colmatámos esta lacuna socorrendo-nos de informações que indirectamente nos podiam sugerir algumas pistas sobre a questão e dos depoimentos dos entrevistados sobre a sua experiência laboral durante o período em análise.

[3] O Ministério da Economia foi criado em Agosto de 1940, para o qual transitaram os serviços dos Ministérios da Agricultura e do Comércio e da Indústria.

[4] Segundo o Recenseamento Populacional de 1950, existiam 14.394 indivíduos a exercer a sua actividade laboral em organizações corporativas, de coordenação económica e instituições de previdência social.

ISCEF. Para isso concorria, igualmente, o facto da formação académica ministrada neste Instituto (no seguimento do perfil pedagógico e científico do ensino superior comercial) não só nas secções exclusivamente direccionadas para o emprego estatal - o caso específico da secção aduaneira e da secção diplomática e consular -, como também nas restantes, coadunar-se, em termos globais, com as funções de cariz eminentemente burocráticas e de pendor fiscalizante predominantes na administração pública, na medida em que se dava destaque às matérias jurídicas e contabilístico-administrativas.

Por parte das empresas, as actividades dos diplomados pelos ISC e dos licenciados pelo ISCEF, nos anos 30 e 40, vão frequentemente cingir-se à função de contabilista ou então ao tratamento de questões de índole comercial (mantinha-se, portanto, a tendência já verificada nas décadas anteriores). Era o reconhecimento possível das suas competências profissionais ou, dito por outras palavras, era a relação que social e economicamente se estabelecia entre os respectivos títulos académicos e os postos de trabalho. Oscilava-se, no plano do senso-comum, entre considerar o ensino ministrado no ISCEF como dirigido para o comércio (o que decorria para muitos da associação que se fazia, no plano dos significados, entre actividade comercial e o título de comercialista ainda em uso) ou para as actividades contabilísticas ou, ainda, reconhecê-lo como o "curso do Salazar" - por este ser considerado um perito em finanças, que na verdade era formado em direito pela Universidade de Coimbra -, o que constituía uma estratégia, geralmente accionada pelos próprios estudantes, de reclassificação social e também política[5]. Por outro lado, a pluralidade de secções ministradas no ISCEF (o mesmo já tinha acontecido com os ISC) contribuía também para a inexistência de um claro reconhecimento, em especial por parte dos diversos agentes empregadores, das actividades laborativas onde os licenciados se poderiam inserir.

[5] Segundo informação dos entrevistados RP, PO e DA.

Tal como tinha acontecido durante a I República com os diplomados pelos ISC, era fundamental para os licenciados em ciências económicas e financeiras o alargamento e a consolidação dos segmentos do mercado de emprego em que se podiam inserir ocupacionalmente. Em Novembro de 1933, um grupo deles (auto-designando-se como licenciados pelo ISCEF) fez a entrega ao ministro das Finanças, e simultaneamente Presidente do Ministério, Oliveira Salazar, de uma "representação". Mais uma vez, e assim será por longas décadas, as pretensões giram em torno[6]: da "necessidade de se aproveitarem, em determinadas actividades económicas, os diplomados pelo respectivo instituto", traduzindo-se na luta contra a invisibilidade parcial a que estavam sujeitos no mercado de emprego; da reorganização do ensino comercial elementar e médio com a criação de novas escolas, novos cursos complementares de comércio, escolas técnicas nas colónias, equiparação do 2° ano das escolas técnicas ao 2° ano dos liceus, concessão de um grau profissional para os alunos do ensino elementar comercial, com o objectivo de alargar o mercado de emprego ligado à docência do ensino técnico e a simultânea reclassificação socioprofissional dos respectivos professores decorrente da reclassificação estatutária dos alunos; da existência de fiscalização das sociedades comerciais, que seria unicamente efectuada pelos licenciados do ISCEF, "aos quais caberia igualmente a administração das empresas de interesse público e o exercício das funções de chefes de contabilidade das empresas de interesse público e o exercício das funções de chefes de contabilidade e de tesoureiro dos municípios, além dos lugares superiores nas repartições de assuntos comerciais". No âmbito do Ministério das Colónias reivindicavam a "preferência para nomeação de delegados do governo junto das empresas comerciais coloniais de interesse público e de agentes de propaganda do intercâmbio comercial, chefia das repartições de assuntos económicos e para os serviços aduaneiros", o que expressava a aspiração ao

[6] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, n° 4, 1933, p. 353.

alargamento do mercado de emprego privado e estatal com o acesso a funções técnicas e políticas e aos elevados benefícios materiais e simbólicos daí provenientes, em termos da hierarquia da administração pública.

Além destas pretensões acrescentavam ainda uma outra: exclusividade no acesso aos lugares de adidos comerciais e preferência absoluta para os lugares de cônsules que não fossem de carreira. A exclusividade, a concretizar-se, seria em detrimento dos licenciados em direito. Quanto aos lugares de cônsules, a pretensão apresentada ia no sentido de reconquistar uma regalia perdida. Com efeito, uma das conquistas do conflito académico de 1926, como se recorda, foi a de que para os consulados que não estivessem integrados na carreira do Ministério dos Negócios Estrangeiros seriam nomeados, em primeiro lugar, os diplomados dos ISC (curso superior de comércio ou curso superior consular) à frente dos licenciados em direito[7]. Com a reforma de 1929 daquele ministério esta prerrogativa desapareceu[8]. Conquista efémera, incapaz de ser mantida por aqueles diplomados no quadro político e económico da Ditadura Nacional. Na reforma seguinte de 1935 manteve-se a situação, com a agravante de que às admissões ao quadro diplomático e consular, além de concorrerem os licenciados em direito e os licenciados pelo ISCEF, com a secção diplomática e consular, podiam igualmente fazê-lo os licenciados em ciências histórico-filosóficas das Faculdades de Letras. Quanto ao lugar de adido continuava a ser disputado pelos dois primeiros tipos de licenciados[9].

Parte das pretensões acima apontadas vão sendo continuadamente apresentadas ao longo dos anos, sem contudo obterem uma solução favorável aos interesses dos licenciados, por parte do governo. Em 1933, a lista, que como vimos era extensa, retomava principalmente as que não tinham sido obtidas aquando do conflito académico de 1926 e, mais uma vez, entravam em choque

---

[7] Cf. Decreto nº 11.770 de 12 de Junho de 1926.
[8] Cf. Decreto nº 16.822 de 2 de Março de 1929.
[9] Cf. Decreto nº 26.162 de 28 de Dezembro de 1935.

com interesses de outros licenciados, em particular os de direito, mas igualmente com os dos diplomados em contabilidade pelos ICs. O conflito directo com estes diplomados assumirá uma relevante expressão social. O seu objecto era os lugares de contabilistas, nas empresas e no Estado. Os licenciados pelo ISCEF principalmente, alicerçados numa estratégia ofensiva de conquista destes lugares, nos anos 30 e 40 irão consolidar a sua posição no mercado de emprego, assumindo mesmo uma predominância na área dos serviços contabilísticos. A análise do conflito será feita, de modo desenvolvido, em momento posterior.

Com efeito, eram muitas as pretensões e demasiadamente amplas, em termos das funções que os licenciados pelo ISCEF queriam abranger face ao seu débil poder político e social e fraco reconhecimento profissional. Subsistia uma clara disparidade entre o que se pretendia e a capacidade para o obter. E isto não obstante argumentarem - como os seus antecessores dos ISC também o fizeram - que o ensino universitário que frequentaram, o qual se encontrava sancionado por um título académico nominalmente idêntico aos outros, os habilitava para o desempenho das funções que desejavam ver incluídas nas suas potenciais áreas de empregabilidade.

Só que, para a época, era um argumento passível de ser contestado por duas ordens de razões. Em primeiro, o título académico que detinham - licenciados em ciências económicas e financeiras - não era tão valorizado no mercado dos títulos como os dos outros licenciados - juristas e engenheiros - a quem pretendiam disputar funções, em especial ao nível dos organismos estatais. Em segundo, no domínio global das questões económicas incluindo nestas as financeiras, por um lado, os licenciados em direito, em especial os licenciados pela FDC, apresentavam-se-lhes como fortes opositores, na medida em que o ensino daquelas questões se encontrava mais valorizado curricularmente que no ISCEF; por outro, os engenheiros também lhes faziam concorrência, visto que no quadro da estratégia de construção do respectivo estatuto profissional e correspondentes áreas de empregabilidade, vinham cada vez mais a defender que

a técnica não podia ser desligada das questões económicas e comerciais. Estes consideravam-se como os sujeitos privilegiados para abarcar essa relação e começaram a tentar demonstrar isso mesmo aquando da defesa das suas teses industrialistas face às dos ruralistas[10].

Além disto, os juristas detinham uma forte posição económica e social como profissão liberal por excelência e tradição, no âmbito das profissões então existentes em Portugal. Aspecto que era, por sua vez, reforçado pelo protagonismo que a globalidade da elite da profissão assumiu na edificação doutrinária e jurídico-institucional do Estado Novo. Entretanto, os engenheiros caracterizavam-se, no início dos anos 30, pela força de uma profissão em fase de expansão, dirigida por uma elite profissional ávida em protagonismo para a profissão não só no campo estritamente económico, mas também no político e no social. Em suma, os licenciados pelo ISCEF aspiravam a aceder a determinadas funções, por vezes em termos de monopólio ocupacional, e subsequentes posições sociais, para a conquista das quais não dispunham de recursos académicos, institucionais (por exemplo, a existência de uma importante associação profissional), sociais e políticos suficientemente fortes de modo a oporem-se, com êxito, aos interesses de grupos profissionais já instituídos.

Nas duas primeiras décadas do Estado Novo encontramo-nos ainda distanciados, em termos temporais, do economista como actividade profissional autónoma e visível nos contextos organizacionais. Com efeito, não podemos falar da existência de uma profissão de economista. O termo economista encontrava-se fundamentalmente reservado para os pensadores sobre as questões económicas, na generalidade possuidores de uma formação em direito ou em engenharia, mas nunca era entendido como significando uma actividade laboral delimitada e devidamente sancionada por uma formação e um título académico específicos. Em especial no âmbito da dinâmica económica e social daquele período não se

[10] Voltaremos a abordar, de modo desenvolvido, o domínio das questões económicas pelos licenciados em direito e pelos engenheiros - um dos aspectos centrais do presente capítulo.

tinham criado as condições, ao nível de diversos contextos organizacionais, para a emergência e desenvolvimento de um outro profissional - neste caso o economista - com qualificações e uma racionalidade próprias, importantes para o funcionamento desses mesmos contextos.

A partir destas considerações introdutórias, passaremos agora a dar conta das posições que os licenciados pelo ISCEF vão ocupar no seio da administração pública nas décadas de 30 e 40. Afigura-se-nos que é um caminho importante para descortinar como se foi construindo durante este período a empregabilidade não tanto dos diplomados dos ISC, os quais já estavam inseridos no Estado, mas mais das sucessivas gerações de licenciados em ciências económicas e financeiras. Esta construção será decisiva, como veremos, para a emergência, nos anos 50, dos economistas na qualidade de profissionais.

Importa desde já avançar com uma primeira consideração: o posicionamento daqueles licenciados no seio da administração pública pautava-se por algumas desigualdades, no plano da hierarquia das profissões/ocupações e dos vencimentos. Não só subsistiam desigualdades no seio dos licenciados, conforme a secção em que se tivessem diplomado, como entre eles e os licenciados provenientes de outros estabelecimentos de ensino integrados na UTL. A partir dos dados indicados no documento da Reforma de vencimentos do funcionalismo civil de 1935[11], é possível, conforme o indicado no Quadro VI-1, avançar com alguns aspectos caracterizadores dessas desigualdades.

[11] Decreto-Lei nº 26.115 de 23 de Novembro de 1935. O objectivo central deste texto legal é o reordenamento da colocação das várias ocupações por classes de vencimento - as famosas letras do escalão hierárquico da administração pública. Além deste objectivo, outros existiram com uma igual importância: redução dos quadros de funcionários; restrições das categorias superiores do funcionalismo; reclassificação ou desclassificação de algumas ocupações; novas disposições sobre emolumentos e acumulações. Os elementos fundamentais da Reforma manter-se-ão até 1969, sendo nesse ano aprovado outro ordenamento das várias profissões/ocupações que constituíam o funcionalismo público.

Quadro VI-1

Distribuição de algumas das categorias do pessoal da administração pública em 1935

Classes de vencimento	Vencimento Mensal	Categorias do pessoal
C	4.000$00	Engenheiros inspectores superiores. Juízes. Professores catedráticos com 20 anos de serviço.
F	2.750$00	Chefes de Repartição. Inspectores chefes. Engenheiros de 1ª classe. Arquitectos de 1ª classe. Agrónomos de 1ª classe.
H	2.250$00	Engenheiros de 2ª classe. Arquitectos de 2ª classe. Agrónomos de 2ª classe. Silvicultores e veterinários de 1ª classe. Professor efectivo dos liceus com 20 anos de serviço.
J	1.800$00	Chefes de secção. Inspectores. 1° Secretário de Legação. Cônsul de 1ª classe. Silvicultores de 2ª classe. Veterinários de 2ª classe. Professor efectivo dos liceus com 10 anos de serviço.
K	1.600$00	Engenheiros de 3ª classe. Arquitectos de 3ª classe. Agrónomos de 3ª classe. Professor efectivo dos liceus sem diuturnidades. Técnico especializado em assuntos económicos. Assistentes da Acção Social. Delegados do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência.
L	1.500$00	Primeiros oficiais. 2° Secretário de Legação. Cônsul de 2ª classe. Agentes técnicos de engenharia de 1ª classe. Condutores de 1ª classe. Silvicultores de 3ª classe. Veterinários de 3ª classe. 1° verificador das alfândegas. Contabilistas da Inspecção Geral das Finanças. Secretários de finanças de 1ª classe.
M	1.300$00	Professor efectivo do ensino técnico com 20 anos de serviço. Agentes técnicos de engenharia de 2ª classe. Condutores de 2ª classe. Regentes agrícolas e florestais de 1ª classe.
N	1.200$00	Segundos Oficiais. 3° Secretário de Legação. Cônsul de 3ª. Agentes Técnicos de engenharia de 3ª classe. Condutores de 3ª classe. Regentes agrícolas e florestais de 2ª classe. Professor agregado dos liceus. Professor efectivo com 10 anos de serviço do ensino técnico. 2° verificador das alfândegas
O	1.100$00	Professor efectivo do ensino técnico sem diuturnidades. Regentes agrícolas e florestais de 3ª classe.
Q	900$00	Terceiros Oficiais. Professor agregado do ensino técnico. Oficial das Alfândegas.
S	700$00	Aspirantes.

Fonte: Decreto-Lei nº 26.115 de 23 de Novembro de 1935.

Centrando-nos nos licenciados pelo ISCEF e considerando o momento de acesso ao funcionalismo público, o qual se encontrava instituído quer pelos regulamentos dos concursos públicos, quer no Regulamento daquele Instituto de

1931, destaca-se que: os licenciados com a secção aduaneira iniciavam a sua carreira como, por exemplo, aspirantes das Alfândegas na letra S, com um vencimento base mensal de 700$00[12], o mesmo acontecendo para os licenciados com a secção de finanças integrados na categoria de aspirantes da Direcção Geral das Contribuições e Impostos[13], enquanto os licenciados com a secção aduaneira e consular podiam ingressar no funcionalismo como terceiros cônsules ou terceiros secretários de legação, o que correspondia à classe N com um vencimento de 1.200$00; para os licenciados com qualquer uma das quatro secções, o acesso ao quadro do professorado do ensino técnico comercial (passada que era a fase de professor provisório, o qual não tinha vínculo contratual ao Estado e unicamente recebia vencimento durante dez meses de cada ano civil) era feito na categoria de professor efectivo na classe O e com um vencimento de 1.100$00.

Os três exemplos apontados patenteiam desigualdades, por vezes importantes, no plano da posição hierárquica a ocupar e dos vencimentos entre licenciados provenientes da mesma instituição escolar. Efectivamente eles, em termos de propriedades académicas e no plano nominal, não eram idênticos. Diferenciavam-se conforme a secção que detinham, o que, por sua vez, só lhes possibilitava, de acordo com as normas vigentes, o acesso às funções para as quais cada secção habilitava. O que se destacava como critério principal de classificação dos licenciados pelo ISCEF eram as funções que efectivamente

---

[12] Conforme a categoria do funcionário público e o ministério em que trabalhava, ao vencimento base acrescia rendimentos provenientes de gratificações e de emolumentos por serviços prestados directamente ao público pelo próprio funcionário. Muitos desses emolumentos constituíam formas indirectas para aumentar os próprios vencimentos.

[13] As Alfândegas e a Direcção Geral das Contribuições e Impostos reuniam uma parte importante dos diplomados pelos ISC e licenciados pelo ISCEF que trabalhavam no Estado. No caso das Alfândegas existia o quadro de serviço interno que era exclusivo de diplomados e licenciados com a secção aduaneira. Note-se, por outro lado, que englobava sujeitos com trajectórias educativas diferenciadas. Entre 1911 e 1926 o curso aduaneiro teve a duração de 3 anos, passando para 4 com a Reforma dos ISC de 1926. O mesmo aconteceu com os diplomados em finanças. Ora tal desigualdade acabava por enfraquecer o poder reivindicativo destes funcionários perante as instâncias dirigentes do Estado.

desempenhavam ou poderiam vir a desempenhar, ou seja, o que induzia as desigualdades acima indicadas não era mais do que as diferenças que subsistiam entre as funções a que os licenciados concorriam. Diferenças em termos quer da maior ou menor relevância que elas apresentavam para a concretização das acções do Estado, quer do seu valor económico e prestígio social.

Quais as consequências destas desigualdades hierárquicas e de vencimento? Afigura-se-nos que elas não poderiam gerar, ao nível da administração pública, uma representação valorizada e valorizante material e simbolicamente dos licenciados pelo ISCEF. As desigualdades acabavam por fragilizar a sua própria posição. Como também contribuíam, entre outros factores, para que se mantivesse o incipiente e indefinido reconhecimento da relação entre o ensino ministrado nesse Instituto (tal como tinha acontecido anteriormente com os ISC) e a inserção profissional dos respectivos licenciados, ou melhor, do reconhecimento das suas competências profissionais, não só ao nível da administração pública como de outros sectores da actividade económica.

As desigualdades salariais que detectámos adquirem ainda outra expressão, se tivermos em linha de conta o nível de vida e os salários existentes em meados dos anos 30. Num período marcado pelas falências e pelo desemprego, em especial no sector dos serviços[14], o ingresso no funcionalismo público era visto como um meio de encontrar estabilidade e de garantir uma pensão de aposentação para a velhice. E isto não obstante os baixos salários praticados só serem aceitáveis num período (1934 a 1938) em que os bens tinham preços baixos e não se fazia sentir um movimento inflacionista[15]. A elite do funcionalismo público, civil e militar, politicamente afecta ao regime e estreitamente relacionada com os grandes interesses económicos[16], auferia

[14] Cf. Fernando Rosas, "Estado Novo (1926-1974)", in José Mattoso, *História de Portugal*, vol. VI, Lisboa, Estampa, 1994, p. 107.

[15] Id., *ibid.*, pp. 107 e segs.

[16] A elite do funcionalismo público era criteriosamente escolhida dentro do conjunto de apoiantes incondicionais do regime do Estado Novo. Os benefícios materiais e simbólicos que auferiam tornavam-se ainda mais relevantes num país em que só uma ínfima parte da população tinha

ordenados cerca de 13 vezes superior aos das categorias ocupacionais mais baixas[17]. De acordo com um estudo realizado por Daniel Barbosa, em 1938, uma família operária ou a de um simples funcionário público para fazer face às suas despesas básicas necessitava de um salário mínimo de 1.080$00[18]. Se compararmos este valor com os salários auferidos por uma parte dos funcionários públicos com cursos médios e superiores (Quadro VI-1) - integrados nas classes de vencimento K a S, onde provavelmente se incluía a maioria dos diplomados pelos ISC e licenciados pelo ISCEF -, e tendo presente que a sua posição social de titulares de um curso superior os obrigava a um montante acrescido de despesas, por exemplo, em habitação, vestuário, educação dos filhos, não podemos deixar de considerar que estes tinham uma situação económica balizada pelas restrições a um mais amplo consumo. Para alguns deles, como também para sectores das profissões liberais, a única forma de equilibrarem o orçamento familiar passava por acumularem diversas ocupações: dar explicações, leccionar nos cursos nocturnos das escolas técnicas, fazerem o acompanhamento

---

instrução universitária, em que o poder era exercido de um modo discricionário, em que a elite cultural e política era bastante restrita. Por outro lado, essa mesma elite mantinha uma estreita relação com os interesses económicos. Parte dela era mesmo recrutada nesses meios e, em contrapartida, quando terminava o período de desempenho dos respectivos cargos políticos, dava-se a sua inserção em funções de topo nas grandes empresas. Esta circulação da elite entre o Estado e as organizações económicas privadas conduzia, segundo F. Rosas, ao equilíbrio entre os interesses dos diferentes sectores económicos, possibilitando gerar os compromissos políticos, económicos e sociais tão importantes para a sobrevivência do regime do Estado Novo. Veja-se Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 109.

[17] Com o vencimento base mensal de 5.000$00 (referente ao vencimento mais elevado - classe A) encontravam-se, entre outros, ministros, o Presidente e Juízes do Supremo Tribunal de Justiça e o Procurador Geral da República. Os directores gerais auferiam um vencimento de 4.500$00, o mesmo do Presidente e Juízes do Supremo Tribunal Administrativo e do Supremo Tribunal de Contas. Tendo por base o apuramento apresentado no Decreto da Reforma dos vencimentos de 1935 sobre os funcionários públicos a que a mesma se aplicava (25.588 indivíduos) é possível apurar a seguinte repartição: no escalão de 5.000$00 a 4.000$00 encontravam-se 1,2% dos funcionários; no escalão de 3.500$00 a 2.500$00, 2,4%; no escalão 2.250$00 a 1.250$00, 15,1%; com um vencimento mensal inferior a 1.100$00, 81,3%. Se fizermos uma análise mais fina do último escalão observa-se que 21,5% dos funcionários ganhavam entre 110$00 e 800$00, enquanto para 59,3% o salário estava compreendido entre os 400$00 e 700$00. Em termos de exército, os capitães auferiam vencimentos de 1.800$00 mês, enquanto os generais de 4.000$00.

[18] Daniel Barbosa, *Alguns aspectos da economia portuguesa,* Porto, Lello & Irmão, 1949, pp. 65 e segs.

contabilístico de empresas, serem representantes comerciais, proprietários de empresas, etc[19]. Para uma parte importante dos funcionários públicos e empregados de comércio e de escritórios, o conjunto mais amplo dos cerca de 513.000 assalariados dos serviços recenseados em 1940[20], os salários eram manifestamente baixos[21], não permitindo às respectivas famílias mais do que uma vida marcada pela luta pela subsistência que irá ser ainda mais penosa durante a Segunda Guerra Mundial. Tal como nas categorias ocupacionais intermédias, nestas igualmente se aproveitavam todas as formas de evitar a penúria absoluta. O recurso a outros trabalhos era usual, os filhos entravam precocemente no

---

[19] Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 109 e Paul Descamps, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Didot, 1935, pp. 417 e segs.

[20] Eduardo de Freitas, "Polarização das relações sociais em Portugal: 1930-1970", in *Análise Social*, nº 39, 1973, p. 496.

[21] Os baixos ordenados proliferavam igualmente no sector privado dos serviços. Na sua descrição, por vezes apologética e enfileirada com o regime do Estado Novo, Paul Descamps fornece-nos, em jeito de apontamentos, alguns números que importa reter. Um empregado bancário estagiário auferia um ordenado mensal de 300$00, enquanto o do empregado bancário médio se situava entre os 500$00 e os 1.000$00. As dactilógrafas poderiam ganhar entre 200$00 e 500$00 e uma balconista de um grande armazém de Lisboa de 500$00 a 700$00. O professor primário quedava-se por cerca de 650$00. O ordenado de um contabilista poderia ir dos 1.000$00 a 1.500$00, o de um gerente de um banco era igualmente de 1.500$00. Para aqueles que auferiam ordenados baixos, como sublinha o autor, as condições de vida eram bem particulares: "Para apreciar as condições de vida dos empregados é preciso ter em conta vários factores. Primeiro, muitos dos pequenos assalariados são jovens que vivem com os pais. Os que têm a vida mais difícil são os que não chegam aos postos superiores e que têm uma família a seu cargo. É preciso notar que o cálculo das despesas tem um aspecto completamente diferente do que se encontra nos países do Norte. Gozam-se poucos prazeres e estes nada custam. Os homens conversam na rua e se vão ao café consomem pouco e barato. O consumo habitual é a chávena de café que custa 0$60 ou 0$80. Nas cidades, dança-se pouco. Pelo contrário, fumam-se cigarros, faz-se a toilette, as pessoas perfumam-se, mandam engraxar os sapatos. As jovens que trabalham fazem-no sobretudo para ajudar a família. Os seus gostos são geralmente modestos e a toilette muito simples. Mesmo na capital, as ruas não são animadas pelo exército nem pela tagarelice das jovens operárias. É também mais raro encontrar uma empregada de armazém ou uma dactilógrafa que viva num quarto e deva sustentar-se a si própria, porque elas recrutam-se sobretudo na cidade; poucos vêm do campo, visto a educação ser aí pouco difundida." Cf. Paul Descamps, *op. cit.*, pp. 411 e segs. Os salários dos operários eram também baixos, a que se vinha juntar o desemprego, a própria precariedade dos empregos e o incumprimento corrente por parte de algumas entidades patronais das oito horas diárias de trabalho fixadas em 1934 pelo governo. A situação apontada resultava quer das condições estruturais da indústria portuguesa - fraco desenvolvimento tecnológico que implicava o recurso extensivo à mão-de-obra e a baixos salários como forma primeira de obtenção da rentabilização das empresas -, quer da incapacidade política do operariado em lutar por melhores condições de trabalho, espartilhado e reprimido como estava pela nova ordem nas relações laborais imposta pelo Estado Novo e sem sindicatos livres que pudessem desenvolver essa luta.

mercado de emprego de modo a trazerem para casa mais rendimentos imprescindíveis ao sustento da família.

Se passarmos a comparar os posicionamentos dos licenciados do ISCEF com os licenciados provenientes de outros estabelecimentos de ensino da UTL, outros aspectos se evidenciam. Mas antes de avançarmos nessa comparação, e de modo a torná-la mais frutuosa no plano teórico-metodológico, faz sentido retomarmos algumas das particularidades que se encontram presentes na Reforma dos vencimentos do funcionalismo civil de 1935. A listagem das diferentes categorias ocupacionais distribuídas por classes de vencimento, as quais, por sua vez, estavam organizadas por ordem decrescente de vencimentos, não é mais do que uma classificação ocupacional. Assim, essa listagem apresenta-se como uma taxinomia ocupacional - designa actividades laborais por um nome -, expressando, também, uma hierarquia económica e social entre as ocupações que a integram. Por seu turno, ela é classificadora dos sujeitos aos quais se referencia, enunciando a sua posição ao nível da divisão social do trabalho no espaço mais restrito da orgânica estatal e, em paralelo, no âmbito mais alargado da estrutura de classes sociais.

Se, portanto, tivermos presente que uma classificação como a da listagem das categorias ocupacionais constitui um poderoso instrumento de hierarquização e categorização sociais, não podemos entender a sua formulação como um mero acto administrativo-burocrático. O estabelecimento de uma classificação é sempre um acto intrinsecamente social e, por isso mesmo, político. Assim, são produtos sociais não neutrais; as classificações - em especial as ocupacionais - são representações de uma determinada realidade social[22] e o produto e o objecto

[22] Defendemos que não se deve operar uma oposição entre a representação e a realidade - esta última inclui a representação. A representação da realidade - que é o caso das classificações ocupacionais - é de certo modo uma força simbólica que age em retorno sobre os agentes e grupos sociais que aderem a essa representação. Reciprocamente, a acção destes agentes e grupos sociais mobilizados pela representação contribui para modificar o real e torná-lo mais conforme à representação que eles têm dele. Sobre a questão, consulte-se Pierre Bourdieu, *La Distinction. Critique sociale du jugement*, Paris, Les Editions Minuit, 1979, p. 136.

de luta social entre os vários grupos e classes sociais que as tornam em elementos importantes para o seu reconhecimento social e para as suas estratégias de classificação/desclassificação/reclassificação social[23], que necessariamente conduzirão ou não à conquista e/ou preservação de determinados benefícios materiais e simbólicos.

De acordo com o que se acabou de defender, e retomando a informação contida no Quadro VI-1 destaca-se, numa primeira leitura, que as diferentes licenciaturas da UTL não possibilitavam o acesso a posições iguais na hierarquia estatal. Vejamos o momento do início de carreira: os engenheiros do IST (como igualmente os da FEP) e os agrónomos do ISA situavam-se na classe K, enquanto os veterinários da ESMV e os silvicultores do ISA, na L. A diferença de uma classe mantinha-se, por sua vez, na situação terminal de cada uma das carreiras das quatro profissões apontadas. Como vimos acima, os licenciados pelo ISCEF no início da sua carreira, quer ao nível das Alfândegas e das Finanças (departamentos estatais privilegiados para o seu emprego), quer do Ministério dos Negócios Estrangeiros por exemplo, iniciavam as suas carreiras na classe S e na classe N, respectivamente. Encontravam-se, portanto, face àquelas profissões numa classe hierarquicamente muito mais baixa.

Que interpretação dar a estas desigualdades? Três elementos, embora de natureza diversa mas intrinsecamente relacionados entre si, poderiam ter concorrido para isso. Em primeiro lugar, o já antes referido valor económico e social das funções para as quais os diferentes cursos habilitavam. No âmbito da administração pública, as funções desempenhadas, por exemplo, pelos engenheiros ou mesmo pelos agrónomos estavam mais valorizadas do que as dos licenciados pelo ISCEF. Em termos de carreira, os primeiros rapidamente ascendiam a cargos de direcção e de ampla responsabilidade, incorporando-se, assim, no conjunto restrito do funcionalismo mais qualificado. Em parte, isto era

[23] Id., *ibid.*, pp. 166 e segs.

consequência directa das actividades e dos conhecimentos profissionais daqueles licenciados serem imprescindíveis ao funcionamento dos serviços do Estado. A política de infraestruturas que o Estado tinha lançado desde os finais dos anos 20 e que se vai estender por toda a década seguinte - melhoramentos portuários, incremento da rede viária, construção, embora limitada, de edifícios para os serviços públicos - representou um momento importante, por exemplo, para os engenheiros verem com certeza reafirmada a sua imprescindibilidade como profissionais para o próprio Estado. Entretanto, a posição hierarquicamente elevada que os engenheiros ocupavam no funcionalismo público[24], em relação não só aos licenciados do ISCEF, como também aos titulados por outros estabelecimentos de ensino universitário, decorria igualmente de um certo protagonismo político e económico que os começava a caracterizar no seio da sociedade portuguesa da década de 30. Por um lado, foi todo o movimento que se desenrolou em torno da definição do papel e da importância do engenheiro, bem como da constituição da respectiva ordem profissional, em 1936. Não mais que um movimento de institucionalização da engenharia e dos engenheiros cujo eixo principal, recorde-se, passava pelo fechamento social da profissão. Por outro, a defesa pública de um modelo económico para o país que deveria assentar prioritariamente na industrialização. No caso específico do Estado, os engenheiros traduziram esse protagonismo em vantagens, comparativamente a outras profissões, acrescidas nos planos material e simbólico, o que, por sua vez, contribuiu, de modo decisivo, para o reconhecimento e valorização da respectiva profissão. A esta questão voltaremos mais adiante.

Em segundo lugar, a própria duração dos cursos. Enquanto cada uma das quatro secções do ISCEF correspondia a 4 anos de escolaridade - recorde-se que aqueles que desejavam obter o diploma equivalente ao curso superior do

[24] Estamo-nos a referir unicamente à carreira no Ministério das Obras Públicas, aquela que agrupava o maior número de engenheiros a trabalharem na administração pública. Os engenheiros, tal como os licenciados pelo ISCEF, podiam concorrer à carreira de professor do ensino técnico profissional.

comércio e ao curso complementar de ciências económicas e financeiras teriam de permanecer no ISCEF pelo menos mais um ano lectivo, de modo a completar a totalidade das secções - os engenheiros obtinham a sua licenciatura ao fim de 6 anos, os agrónomos e veterinários em 5 anos. Ora, como se sublinhou anteriormente, uma duração mais longa era, em concomitância com outros elementos, geradora de um mais notório peso simbólico do curso, e do respectivo título académico, no campo universitário (o mesmo passaria a ocupar uma posição mais elevada na hierarquia existente entre os vários cursos universitários) acabando, por sua vez, por determinar uma conquista de benefícios materiais e simbólicos mais elevados por parte da respectiva profissão. Ao contrário dos engenheiros, os licenciados pelo ISCEF, com os seus quatro anos de estudo, manifestamente não tinham essa possibilidade. Para eles, a duração das secções funcionava como um autêntico obstáculo ao acesso a funções na administração pública mais bem remuneradas e prestigiadas social e profissionalmente.

Em terceiro lugar, outro elemento concorreu para as desigualdades acima apontadas. No texto da Reforma de vencimentos de 1935, o próprio legislador deixava claro que, nomeadamente, "os professores, os engenheiros, os arquitectos, os agrónomos, os silvicultores, os médicos, os veterinários, os juízes" tinham sido favorecidos, colocando-os em classes de vencimentos superiores e criando para eles quadros especiais[25]. Encontra-se, portanto, patente que o próprio Estado, no processo de concepção da categorização dos funcionários públicos, acabou por, deliberadamente, valorizar alguns deles (encontramos outro factor explicativo, como referimos a propósito dos engenheiros, no carácter de imprescindibilidade que as formações académicas de alguns dos funcionários tinham para a acção do Estado), sendo este acto em parte influenciado pelas próprias estratégias de reclassificação social desenvolvidas pelos grupos profissionais. E nestes grupos não se pode incluir os licenciados pelo ISCEF e

[25] Decreto-Lei nº 26.115 de 23 de Novembro de 1935.

principalmente (porque mais antigos ao serviço do Estado) os diplomados pelos ISC. Em 1935, alguns deles - os comercialistas - andavam atarefados com a formação do SNC, não tinha capacidade política, nem representatividade ocupacional para se constituírem em grupo de pressão junto da elite política do Estado Novo. A reforçar tal situação encontrava-se o facto de, por parte das empresas, existir um reconhecimento dos diplomados pelos ISC e dos licenciados em ciências económicas e financeiras sobretudo como contabilistas. E isso passava-se em geral de modo idêntico no Estado, para aqueles que possuíam as habilitações académicas em finanças ou em administração comercial. Só os que se tinham formado nos cursos/secções - diplomática e consular e aduaneira - directamente direccionados para o emprego estatal obtiveram na Reforma de 1935 um reconhecimento mais directo das suas qualificações académicas. Nem a reivindicação feita pela ACNP, em 1933, de constituição de um quadro próprio para os comercialistas foi atendida, o que a acontecer iria de encontro ao que então existia para os engenheiros e os agrónomos, no Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura.

Os diplomados pelos ISC e os licenciados pelo ISCEF não tinham um quadro específico no âmbito da orgânica do Estado. Unicamente o "quadro do serviço interno" das Alfândegas era monopólio dos que tivessem habilitação na área aduaneira. Com a Reforma Aduaneira de 1941, a situação manteve-se[26]. Por outro lado, recorde-se que a carreira docente no ensino técnico comercial (grupos disciplinares 7°, 8° e 9°), e a docência de algumas das cadeiras dos Institutos médios comerciais constituíam igualmente monopólio ocupacional de diplomados e licenciados. Em suma, três áreas de actividade laboral em que estes detinham uma posição privilegiada.

Entretanto, durante os anos 30 e 40, os licenciados pelo ISCEF não só ocupavam posições inferiores na hierarquia da administração pública face aos

[26] Decreto-Lei n° 31.665 de 22 de Novembro de 1941. O "Quadro técnico-aduaneiro" abrangia, naquela data, 395 licenciados pelo ISCEF.

outros licenciados pela UTL, como também no início e durante alguns momentos das suas carreiras se encontravam equiparados a categorias ocupacionais que exigiam habilitações académicas de nível não superior (Quadro VI-1). Um primeiro exemplo: as carreiras de secretário de legação e de cônsul, às quais, recorde-se, concorriam licenciados do ISCEF[27], iniciava-se na classe N. Nesta começava também a dos agentes técnicos de engenharia e a dos condutores[28] diplomados pelos Institutos Industriais - ensino técnico médio. Estes últimos atingiam a posição mais elevada da sua carreira na classe L, enquanto os primeiros, na J. Subsistia, por conseguinte, uma equiparação inicial que não se iria manter ao longo das duas carreiras, mas que não se transformaria, no terminus de cada uma destas, numa diferença substancial. Outro exemplo: a categoria de aspirantes representava a posição mais baixa da carreira dos licenciados pelo ISCEF no "quadro do serviço interno" das Alfândegas[29], conforme se pode observar no Quadro VI-1; aquela categoria encontrava-se numa posição inferior (classe S) em relação ao início da carreira dos regentes agrícolas e florestais (classe O). À categoria de aspirantes sucedia-se a de 2° verificador, terminando na de 1° verificador, correspondendo à classe L. Se compararmos esta carreira com a dos agentes técnicos de engenharia e condutores, e tal como acontecia no primeiro exemplo, existem evidentes paralelismos. Todas elas

---

[27] Além dos licenciados pelo ISCEF habilitados com a secção diplomática e consular, podiam concorrer os sujeitos licenciados em direito e em ciências histórico-filosóficas das Faculdades de Letras.

[28] O título de condutor tinha sido retomado pelo Decreto n° 20.328 de 21 de Setembro de 1931, em substituição do de agente técnico de engenharia, na sequência da reforma dos Institutos Industriais elaborada na mesma altura, o que veio aumentar as diferenças curriculares entre o ensino técnico médio de engenharia e o ensino superior processado no IST e na FEP. O título de agente técnico de engenharia passou a ser unicamente usado pelos diplomados pelos Institutos Industriais que o tivessem obtido antes daquela reforma. Sublinhe-se que a Reforma de 1931 do ensino técnico médio industrial representou historicamente, para os respectivos diplomados, uma importante derrota política e social. Sobre a questão, consulte-se: Maria de Lurdes Rodrigues, *op. cit.*, pp. 311 e segs. e Sérgio Grácio, *op. cit.*, pp. 144 e segs.

[29] Recorde-se que o quadro de serviço interno das Alfândegas era exclusivo dos licenciados com a secção aduaneira do ISCEF.

terminavam na classe L, precisamente aquela que constituía a classe de acesso para os engenheiros silvicultores e para os médicos veterinários.

Pelo menos nos dois casos apresentados (sublinhe-se, mais uma vez, que uma parte importante dos diplomados pelos ISC e dos licenciados pelo ISCEF a trabalharem na administração pública faziam-no nos serviços alfandegários), a equiparação dos licenciados pelo ISCEF não ocorria predominantemente com os licenciados de outros cursos da UTL, mas sim com os diplomados pelo ensino técnico médio. Equiparação que, em parte, poderia ser favorecida pelo facto do número de anos de estudo para a obtenção de um título do ensino médio industrial se aproximar daquele que correspondia ao do ISCEF, o que não acontecia, por exemplo, face aos de engenheiro e agrónomo[30]. Por outro lado, não é de excluir que a importância que detinham os agentes técnicos de engenharia e os condutores na administração pública fosse ainda o resultado das suas lutas com os engenheiros, as quais lhes possibilitaram transitoriamente alguns benefícios[31]. Em 1935, no que respeita à estrutura curricular e âmbito científico do seu ensino, à designação profissional que lhes tinha sido imposta, à não equiparação funcional com os engenheiros, eles viviam um período de desclassificação profissional e social que se iria prolongar até aos anos 70. Para isso tinha sido decisivo quer a promoção social e profissional que o Estado Novo fez dos engenheiros, quer a capacidade política que um grupo circunscrito dos mesmos teve na construção do estatuto e papel profissional, bem como da própria Ordem dos Engenheiros[32].

---

[30] Depois da Reforma dos Institutos Industriais de 1931 acima referida, a carreira escolar tinha a seguinte evolução: 4 anos de ensino primário, seguidos de 5 anos de um curso complementar das Escolas Industriais, e, por último, 4 anos de Instituto Industrial, num total de 13 anos de escolaridade. A carreira escolar dos licenciados pelo ISCEF, via ensino técnico comercial, era de 14 anos, enquanto a via liceal era de 15 anos. A obtenção do título de engenheiro era de 17 anos e a dos restantes títulos académicos pertencentes à UTL, de 16 anos.

[31] S. Grácio, *op. cit.*, pp. 44 e segs.

[32] Maria de Lurdes Rodrigues, *op. cit.*, pp. 311 e segs.

Desta análise, direccionada primordialmente para o posicionamento em termos hierárquicos e para os vencimentos dos licenciados pelo ISCEF, durante os anos 30 e 40 no seio dos serviços do Estado, alguns elementos conclusivos são passíveis de serem destacados. Em primeiro lugar, na generalidade das situações, esses licenciados não ocupavam funções ou cargos hierarquicamente superiores caracterizados por elevados benefícios materiais e simbólicos. Em segundo lugar, a nítida situação de desigualdade em que se encontravam, em determinados momentos de algumas das carreiras que podiam prosseguir, perante os licenciados provenientes dos restantes estabelecimentos de ensino da UTL, visto o seu título académico não ser um instrumento eficaz para aceder àquelas funções e cargos e apresentar um valor económico e simbólico mais baixo face ao dos títulos dos licenciados por outras escolas universitárias. Em terceiro lugar, a equiparação que existia, em determinados momentos da progressão na hierarquia da administração pública, entre os diplomados pelo ensino técnico médio e os licenciados pelo ISCEF. Em conjunto, estes elementos acabavam por os remeter para uma situação de subalternidade ocupacional e de desclassificação social comparativamente à generalidade dos licenciados pela UTL.

A sua reclassificação profissional no seio do funcionalismo - e também a sua reclassificação social - exigia a concretização de dois aspectos, os quais se encontravam integralmente associados. Um era a valorização das funções que desempenhavam, o que, em parte, resultaria da sua crescente participação como profissionais ao serviço do Estado, na dinâmica económica capitalista. No âmbito desta dinâmica, as actividades e as atribuições do Estado contribuirão, no pós anos 50, de forma interligada, como veremos mais à frente, para a criação de emprego para os licenciados em ciências económicas e financeiras e para o reconhecimento das suas qualificações académicas. Outro, a alteração da estrutura curricular e científica do ensino ministrado no ISCEF, na sequência da Reforma de 1949, que o transformará numa escola universitária de economia, conferindo-lhe uma maior credibilidade e legitimidade institucional no campo

universitário. Em simultâneo com o reforço da posição estatutária do Instituto, o título académico que outorgava seria valorizado. Até lá, quer o ensino ministrado no ISCEF, quer os licenciados em ciências económicas e financeiras encontrar-se-ão marcados pela subalternidade e desvalorização sociais ao nível quer do sistema de ensino, quer do mercado de emprego.

2. O controlo da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos por parte dos juristas e engenheiros: algumas pistas de análise

Como já enunciámos, uma profissão organiza-se na base de um corpo de conhecimentos científicos formalizados e de natureza abstracta e de um conjunto de técnicas que materializam a aplicação desses mesmos conhecimentos. Referimo-nos, portanto, à dimensão cognitiva que enforma a realidade profissional. No processo de desenvolvimento de uma profissão, na construção permanente da sua profissionalidade, o conhecimento científico desempenha um papel fundamental. Funciona como um elemento, entre outros, caracterizador e distintivo da própria profissão, em termos cognitivos, face às outras profissões. Mas esse papel fundamental cumpre-se ainda em torno de outros dois aspectos. Em primeiro, o processo de construção do corpo nuclear de conhecimentos científicos da profissão, que ocorre por via da produção científica ou da apropriação de conhecimentos controlados por outros grupos, concorre decisivamente para a sedimentação da profissão no espaço social. O objectivo primeiro a atingir é o controlo daquele corpo, o que, por sua vez, vai permitir a transformação dos respectivos produtos-conhecimentos em recursos profissionais. Em segundo, a posse de um corpo de conhecimentos específico é uma condição imprescindível para a definição e apropriação de uma área de actividade - frequentemente através do conflito com outros grupos - por parte do grupo profissional. Assim, o desenvolvimento de uma profissão é enformado, para além de outros factores que atrás enunciámos aquando da formulação do

modelo teórico por nós adoptado, pela produção social de conhecimentos científicos, pelo modo como os mesmos se difundem entre profissionais e não profissionais e pela forma como são apropriados, em especial por parte dos profissionais que os manipulam como recursos cognitivos fulcrais para a sua actividade laboral e para o seu reconhecimento profissional e social. Por outro lado, a reafirmação das bases cognitivas em que assenta a profissão passa, igualmente, pelas características das instituições de formação escolar dos respectivos profissionais, em termos, nomeadamente, do desenvolvimento científico e curricular do ensino ministrado e da qualidade pedagógica que esse mesmo ensino assume. Instituições que, recorde-se, são espaços privilegiados não só de produção e transmissão de conhecimentos científicos, como também de (re)construção da própria profissionalidade.

Para uma compreensão mais ampla da situação de subalternidade profissional e desclassificação social vivenciada pelos licenciados em ciências económicas e financeiras, vamos centrar a nossa análise em algumas das características da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos nos anos 30 e 40. Em especial ao nível do ensino universitário da economia. No decorrer do texto, far-se-á também referência, ainda que sinteticamente, ao modo como juristas e engenheiros se apropriaram daqueles conhecimentos.

Com a Reforma de 1930 do ISCEF, como antes apontámos, não se assistiu, a um acréscimo do número de cadeiras de economia nos currículos das quatro secções. Tudo se resumia às seguintes cadeiras anuais: "Economia política e Legislação industrial", "Política económica internacional", "Finanças", "Geografia económica geral", "Geografia económica de Portugal e suas colónias" e "História económica". A não valorização da economia no currículo era, desde logo, um sério obstáculo a que o ISCEF fosse considerado, no campo universitário, como uma escola de economia. Como sublinha A. Castro, o ensino da economia na "primeira escola superior de economia" existente em Portugal

"vivia ainda sobre a influência directa da Aula de Comércio" criada em 1754, isto é, imperava uma "visão comercial do económico"[33], em nada consonante com a possibilidade de autonomizar o ensino da economia - na qualidade de disciplina científica - conferindo-lhe uma posição nuclear ao nível da estrutura curricular do ISCEF.

No caso particular do ensino da economia política, este não se distinguiu por ser globalmente inovador no plano dos conteúdos, quer em meados dos anos 30 em que a cadeira se encontrava à responsabilidade de Lino Netto, quer já nos finais dos anos 40 em que era leccionada pelo jurista A. Marques Guedes[34] . Nas vésperas da Reforma de 1949 do ISCEF, o ensino da economia política era em parte um compósito, em termos de conteúdos, de marginalismo, de ideologia corporativa - embora sem grande ênfase com veremos - e de uma perspectiva institucionalista inspirada em autores franceses[35]. Os conhecimentos económicos ministrados no ISCEF caracterizavam-se pela sua natureza exígua e pouco desenvolvida, em termos científicos e curriculares. Em simultâneo, o Instituto

---

[33] Armando de Castro, "O ensino da ciência económica na segunda metade dos anos trinta e a acção pedagógica do Professor Doutor Teixeira Ribeiro", in *Boletim da Faculdade de Direito*, nº especial, 1978, pp. 248 e segs.

[34] Consulte-se A. Lino Netto, *Elementos de Economia Política*, Lisboa, s/edit., 1936 e Armando Marques Guedes, "Notas para um curso de economia política" in *Economia e Finanças*, vol.12, 1944, pp. 131-226; vol.13, 1945, pp. 5-118; vol.14, 1946, pp. 15-115.

[35] Cf. Carlos Bastien, *Para a História das Ideias Económicas no Portugal Contemporâneo. A crise dos anos 1945-54*, dissertação de doutoramento apresentada no ISE, Lisboa, (texto policopiado), 1989 e Jochen Oppenheimer e António Romão, *O ensino e a investigação na ciência económica em Portugal - um contributo*, Lisboa, (texto policopiado), ISE, 1985. Recorde-se que não faz parte dos objectivos do presente trabalho fazer um estudo da produção social de conhecimentos científicos em economia. A evolução do pensamento económico será trazido a debate sempre como elemento importante, entre outros, para a interpretação do desenvolvimento da profissão de economista. E vamos fazê-lo socorrendo-nos, o mais apropriadamente possível, das análises já efectuadas que não se apresentam abundantes. É notória a inexistência de uma ou mais obras que abarquem globalmente o pensamento económico em Portugal a partir do início do século; existem, sim, trabalhos de referência obrigatória que se circunscrevem, por vezes de modo detalhado, a períodos temporais limitados. Com excepção de algumas notas esparsas e sintéticas, encontra-se por fazer o estudo do próprio ensino da economia, como disciplina científica, quer no ISCEF, quer na Faculdade de Economia do Porto, o que, a existir, nos permitiria, para o caso particular dos anos 30 e 40, trazer para o debate questões sem dúvida importantes para o conhecimento da formação académica dos licenciados em ciências económicas e financeiras.

não se apresentava como um espaço importante da produção de ciência económica. Esta situação não podia deixar de ter determinadas consequências. A principal configurava-se no facto daqueles que obtinham no ISCEF o seu título académico não possuírem um significativo património de conhecimentos sobre ciência económica. Eram nominalmente licenciados em ciências económicas e financeiras, mas não especialistas, por via do ensino que lhes tinha sido ministrado, em questões económicas. Em suma, a existência de um notório deficit quer ao nível da produção científica, quer do ensino dos conhecimentos económicos, afigura-se-nos que concorreu, entre outros aspectos, para que aqueles licenciados ficassem arredados, nos anos 30 e 40, do grupo de profissões que controlavam - no caso dos juristas por via fundamentalmente das Faculdades de Direito - a produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos.

Entretanto na FDC, cujo objectivo fundamental era formar juristas, o ensino da ciência económica caracterizava-se, a partir de meados dos anos 30, por ser mais amplo e profundo do que aquele que ocorria no ISCEF, o que decorreu da acção directa de Teixeira Ribeiro. Como é por demais conhecido, com a Reforma de 1836 do ensino jurídico, impulsionada pela ditadura setembrista, era criado o ensino da economia na FDC com uma cadeira de Economia Política que englobava, a par da ciência económica, a estatística e noções de finanças. Até ao princípio do século XX assistiu-se, por um lado, ao desdobramento daquela cadeira, criando-se a de Finanças e a de Economia Política e Finanças. Entre outros professores pontificam Adrião Sampaio e José Frederico Laranjo. Como destaca R. Ferreira, neste período o ensino da economia era feito em torno da divulgação da escola clássica - com particular ênfase para Jean Baptiste Le Say, ao qual se juntam Stoch e Rau[36] - não tanto no sentido de transformar as respectivas formulações teórico-económicas em instrumento de

[36] Além dos autores da escola clássica, José Frederico Laranjo foi o primeiro economista português, em 1874, a fazer um estudo de *O Capital* e *A Miséria da Filosofia* de Karl Marx. Cf. Rui Viseu Ferreira, *op. cit.*, p. 105.

conhecimento da sociedade portuguesa, mas mais destacando-lhe os contornos doutrinários[37]. O ensino da economia na FDC nas primeiras décadas deste século sofreu algumas alterações curriculares: o 2º grupo, Ciências Económicas, passou a integrar as cadeiras de Economia Política, de Finanças, o curso de Estatística e de Economia Social[38].

Sob a regência de Marmoco e Sousa, iniciada em 1900, este ensino sofreu alterações notórias: a introdução da escola marginalista na versão de Marshall que não recorria ao instrumental matemático; um certo eclectismo na exposição das diversas teorias económicas; uma tentativa de exploração sistemática e aprofundada das instituições económicas; tudo isto ministrado a partir de uma perspectiva predominantemente teórica[39]. Oliveira Salazar sucedeu a Marmoco e Sousa após a morte deste em 1916. Para Rui Ferreira é patente uma certa linha de continuidade com os trabalhos pedagógicos elaborados anteriormente ao nível das cadeiras de Economia Política e de Finanças, embora com um cunho mais descritivo, focando a sua atenção no estudo dos problemas económicos, a partir de várias vertentes, e tendo por pano de fundo as teorias económicas[40]. No período pós 1928 - ano da saída definitiva de Oliveira Salazar da Universidade de Coimbra para o governo - é por demais consensual que a acção científica e pedagógica, em primeiro de Costa Leite (Lumbralles) e depois de Teixeira Ribeiro foi decisiva para o ensino da ciência económica na FDC[41]. Em particular

---

[37] Id., *ibid.*, pp. 101 e segs.

[38] Em 1922, o curso de Estatística era extinto e em 1933 o de Economia Social dava lugar ao curso de Direito Corporativo.

[39] J. J. Teixeira Ribeiro, "A Faculdade de Direito de Coimbra na renovação do ensino e do estudo da economia", in *Boletim de Ciências Económicas*, vol. XXXVI, 1993, p. 249 e Rui Viseu Ferreira, *op. cit.*, pp. 97 e segs.

[40] Sobre os textos económicos produzidos por Oliveira Salazar consulte-se Nuno Valério, "Oliveira Salazar (1889-1970) et le régime autoritaire portugais (1926-1974)", in *Estudos de Economia*, nº 2, 1993, pp. 129-144 e José Brandão de Brito, "Sobre as ideias económicas de Salazar" in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, D. Quixote, 1989, pp. 35-58.

[41] No contexto intelectual dos anos 30 assumiram particular relevo duas obras apresentadas para fins académicos por aqueles autores: João Pinto da Costa Leite (Lumbralles), *Ensaio sobre a Teoria das Ciências Económicas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1933; J. J. Teixeira Ribeiro, *Teoria Económica dos Monopólios*, Coimbra, Coimbra Editora, 1934. Qualquer destes dois

este último, a partir de 1935, vai desenvolver um ensino que assentava, de acordo com os padrões dominantes para a época em termos de teoria económica, na teoria marginalista e neoclássica abordando, ainda que de uma forma rápida, a teoria marxista. Apelidado de "renovador do ensino da economia"[42], por Jacinto Nunes, Teixeira Ribeiro como o próprio explicita em texto recente deu relevância ao "ensino teórico sobre a descrição dos fenómenos económicos"[43]. Segundo Armando de Castro, a acção pedagógica do Professor de Coimbra representou "(...) uma importante fractura relativamente às longas tradições pré-científicas que permeavam todo o ensino da Ciência Económica em Portugal (...)"[44].

Face à amplitude e ao conteúdo das teorias económicas tratadas, à forma como as próprias matérias estavam organizadas curricularmente, à recusa de cingir o económico a uma perspectiva comercialista, o ensino da economia ministrado por Teixeira Ribeiro na FDC era qualitativamente superior ao praticado no ISCEF[45]. Não obstante o contexto político e social já profundamente marcado, no plano dos conteúdos ministrados nas universidades, pelo regime conservador e cerceador da liberdade intelectual e científica do Estado Novo, o ensino da economia para os juristas coimbrões não se ficava pela imposição de uma única teoria económica. Optava-se, sim, por uma leccionação de teorias económicas inovadoras para a época em Portugal.

Será igualmente em torno da acção de Teixeira Ribeiro que, em 1941, o Instituto para a Alta Cultura criou na FDC o Centro de Estudos Económicos-Corporativos. Em termos da investigação realizada, vai imperar a tendência dos

---

estudos são de natureza eminentemente teórica e incorporam um conhecimento actualizado sobre o panorama da teoria económica no estrangeiro.

[42] Manuel Jacinto Nunes, *Os economistas*, Lisboa, Ed. do Autor, 1989, p. 18.

[43] J.J. Teixeira Ribeiro, "A Faculdade de Direito de Coimbra na Renovação do Ensino e do Estudo da Economia", in *Boletim de Ciências Económicas*, vol. XXXVI, 1993, p. 231.

[44] Armando de Castro, *op. cit.*, p. 249.

[45] Armando de Castro, *op. cit.*, pp. 249 e segs. e Jochen Oppenheimer e António Romão, *op. cit.*, p. 4.

estudos de economia teórica[46], o que vinha no seguimento dos trabalhos levados a cabo por Lumbralles e Fernando Pinto Loureiro[47]. Não tinha sido sempre assim: os estudos efectuados entre 1916 e 1928 vão ser inicialmente de economia aplicada para no final já se aproximarem da economia descritiva[48]. Entretanto no ISCEF anos antes, mais propriamente em 1938, tinha sido criado o Centro de Estudos de Matemática Aplicada à Economia, protagonizado pelos trabalhos de Bento de Jesus Caraça, que vai direccionar-se - enquanto subsistiu, pois foi mandado encerrar pelo ministro da Educação, Carneiro Pacheco, em 1946 - para a aplicação da matemática à economia, ocorrendo no seu seio as primeiras tentativas de introduzir na Universidade a econometria.

Apesar da importância de que o ensino da economia se revestiu na FDC e dos pequenos avanços realizados na investigação nos anos 30 e 40, em Portugal "vivia-se sob a influência dum nível claramente pré-teórico"[49]. O ensino da economia não se encontrava autonomizado, estando enquadrado ainda, por um lado, no âmbito dos estudos jurídicos e, por outro, numa perspectiva comercialista. Nem mesmo a já longa tradição do ensino da economia na FDC tinha conduzido à formulação de uma escola económica portuguesa, nos finais dos anos 20[50]. As condições económicas do país eram pautadas por um

---

[46] Esse centro desenvolveu um conjunto de estudos e teve como bolseiros iniciais os licenciados em Direito Fernando Alberto Seabra, Armando de Castro e Armando Ramos de Paula Coelho. Sobre a actividade do centro consulte-se J.J. Teixeira Ribeiro, *op. cit.*, p. 256 e segs.

[47] Veja-se Fernando Pinto Loureiro, "Teoria económica dos câmbios", in Suplemento IV ao *Boletim da Faculdade de Direito*, 1942.

[48] Para J.J. Teixeira Ribeiro "os estudos económicos podem ser de quatro espécies: de economia descritiva, de economia teórica, de economia aplicada, de política económica. De economia descritiva, quando se limitam a expor factos económicos; de economia teórica, quando tentam descobrir as relações constantes entre fenómenos económicos, reais ou supostos, de modo a formular as respectivas leis, que ou são leis apenas tendenciais, se obtidas através do método dedutivo, ou apenas empíricas, se obtidas através do método indutivo; de economia aplicada, quando procuram pôr as teorias em relação com os fenómenos reais, quer explicando-as à luz delas, quer buscando comprová-las; de política económica quando, com base nas teorias, enunciam as regras a observar para se atingirem os fins", in J. J. Teixeira Ribeiro, *op. cit.*, p. 248.

[49] Armando de Castro, *op. cit.*, p. 249.

[50] Rui Viseu Ferreira, *op. cit.*, p. 115.

capitalismo com fortes debilidades estruturais, impregnado ideologicamente pelas teses ruralistas adversárias da industrialização e de um crescimento mais acelerado por essa via, as quais foram, entre outros factores sociais, obstáculos importantes a uma mais ampla e profícua produção, circulação e apropriação de conhecimentos científicos em economia. Com efeito, as estruturas e práticas económicas, políticas, ideológicas e culturais, as denominadas condições sociais enformadoras da produção científica, que subsistiam ao nível da formação social portuguesa, não criaram importantes "espaços de possibilidades"[51] para que tal acontecesse. Nos espaços que subsistiam, os meios teóricos existentes eram, na generalidade, débeis e insuficientes e encontravam-se enquadrados num sistema de ensino universitário institucional e morfologicamente reduzido, em que a economia estava longe de obter a sua plena consagração académica. Somente nos anos 50, no contexto económico e social do pós Segunda Guerra Mundial, com o ISCEF já posicionado como uma escola universitária de economia, não obstante os aspectos constrangedores para o ensino e para a investigação em geral impostos pelo Estado Novo, vamos assistir à progressiva autonomização do ensino da economia como disciplina científica.

Encontramos um elemento que indica o protagonismo das Faculdades de Direito na tentativa, por parte fundamentalmente de alguns dos respectivos professores a partir de meados dos anos 30, de elaboração conceptual de uma teoria económica corporativa, influenciada pelos pensadores fascistas italianos. Na generalidade das situações não são propriamente textos que assumam a natureza de tratados de economia, mas antes trabalhos que, ao abordar, a partir da perspectiva jurídica, alguns princípios do regime do Estado Novo, acabam também por discorrer sobre os fundamentos axiais da economia corporativa que se pretendia erigir - a tentativa de criação de "uma espécie de economia política

[51] José Madureira Pinto, *Propostas para o ensino das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1994, p. 100.

do corporativismo"[52]. Referimo-nos, entre outros, às obras de Marcello Caetano, J. J. Teixeira Ribeiro, Mário de Figueiredo, Lumbralles e Pedro Teotónio Pereira[53].

As Faculdades de Direito foram durante aquele período[54] espaços relevantes para a produção e reprodução de um pensamento económico de cariz corporativo - a par de um pensamento jurídico e político - o qual vai ser importante para a consolidação do próprio Estado Novo[55].

Vários analistas sublinham que os contributos dados no sentido de formulação de uma teoria económica corporativa não se concretizaram num corpo conceptual, de natureza intrinsecamente científica, que fosse unificado e sistematizado de modo coerente[56]. Subsistiam importantes lacunas e descoincidências, em termos de formulação, entre os principais autores. Uma

---

[52] Carlos Bastien, *op. cit.*, p. 195

[53] Referimo-nos, em particular, a: Marcello Caetano, *Lições de Direito Corporativo*, Lisboa, s/edit., 1935; J. J. Teixeira Ribeiro, *Lições de Direito Corporativo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1938; Mário Figueiredo, *Princípios Essenciais do Estado Novo Corporativo*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1936; J. P. Costa Leite (Lumbralles) *A Doutrina Corporativa em Portugal*, Clássica Editora, 1936; Pedro Teotónio Pereira, *A Batalha do Futuro - Organização Corporativa*, Lisboa, Clássica Editora, 1937. Descoincidente com esta linha editorial encontram-se, entre outros, os trabalhos de Carlos Hermenegildo de Sousa, *Tratado de Economia Corporativa*, s/d.(licenciado pelo ISCEF) e António Jorge da Motta Veiga, *A Economia Corporativa e o problema dos preços*, Lisboa, s/edit., 1941. Como sublinha B. Brito, enquanto Salazar se entregava à sua condição de governante, visando as suas intervenções públicas dar resposta a problemas concretos, aqueles primeiros autores ficavam com a função de teorizadores. Cf. José Brandão de Brito, "Sobre as ideias económicas..., p. 53

[54] Período bastante profícuo na elaboração de peças doutrinais e políticas cruciais para o regime, como a Constituição da República Portuguesa, o ETN, a legislação sobre os organismos corporativos primários, entre outros.

[55] Vai ser de facto às Faculdades de Direito que vai caber o principal esforço na tentativa da formulação da teoria económica corporativa. Por parte das instâncias governativas não se verificou qualquer acção notória nesse sentido, com excepção dos textos escritos por Salazar, durante os anos 30. O discurso político sobre o económico vai girar, principalmente, em torno de slogans ideológicos, revelando uma ausência de conceptualização económica. Disso queixava-se Carlos H. de Sousa no III Congresso da União Nacional - ver Carlos Hermenegildo de Sousa, "O congresso da União Nacional e a questão económica", in *Brotéria*, nº 1, 1952. Sobre esta questão, consulte-se: Carlos Bastien, *op. cit.*, pp. 277 e segs. e José Brandão de Brito, "Sobre as ideias económicas ...", pp. 51 e segs.

[56] Veja-se Carlos Bastien, *op. cit*, pp. 189 e segs. e José Brandão de Brito, "Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo", in José Luís Cardoso (org.), *Contributos para a história do pensamento económico em Portugal*, Lisboa D. Quixote, 1988, pp. 210-234.

certa unanimidade entre eles antevê-se, no entanto, na recusa do liberalismo económico - simultaneamente da teoria clássica e, em especial da neoclássica - e do socialismo. Para a generalidade dos autores, tal posição não se materializa na negação do carácter capitalista do corporativismo. A economia corporativa seria uma variante do capitalismo: nada mais que uma "forma aperfeiçoada do capitalismo pós-liberal"[57]. Em termos muito sintéticos, os esforços daqueles autores incidiram em diversas questões[58]. Em primeiro lugar, na natureza e forma de intervenção do Estado. Em segundo, na negação da noção de *homo economicus* - central para os neoclássicos - sem que tivesse existido uma contra-proposta coerente da relação entre indivíduo e sociedade. As posições diferenciam-se quanto à importância a conferir ao indivíduo, ao grupo ou à nação. A noção de *homo corporativus* avançada por Teixeira Ribeiro mostrou-se manifestamente insuficiente. De modo contrário ao que os liberais pugnavam, o Estado deveria ter para os corporativistas um papel crucial na regulação da actividade económica em particular e da sociedade em geral. Tal encontra-se perfeitamente indicado no ETN, não obstante a maioria dos teóricos do corporativismo se inclinar, na altura, para a tese da autodirecção da economia - o corporativismo de associação - o que manifestamente nunca passou de ser um princípio sem qualquer reflexo nas políticas económicas que ocorreram durante a vigência do Estado Novo. Em terceiro lugar e intimamente ligada com esta questão, encontra-se a da concorrência no quadro de uma sociedade que se queria

[57] Conforme sublinha B. Brito: "Em termos conceptuais, a economia do corporativismo aspirava a ser a sucessora da economia liberal, a construir uma nova teoria, a constituir-se numa outra organização social sem repudiar os elementos essenciais do capitalismo". Os teóricos corporativos consideravam-na superior ao liberalismo, como sublinha o mesmo autor: "enquanto o liberalismo admite, por definição, a total liberdade de comportamentos divergentes, o corporativismo privilegia o carácter construtivo da convergência de interesses do capital e do trabalho em substituição do antagonismo destruidor de riqueza: o liberalismo transformou-se num incessante destruidor de riqueza; o corporativismo, através da congregação de esforços, aproveita todos os contributos e fá-los convergir para a satisfação das necessidades comuns" in José Brandão de Brito, *op. cit.*, pp. 215-216.

[58] Para esta limitada síntese, tomámos como referência as obras de Carlos Bastien, *op. cit.*, pp. 191 e segs. e José Brandão de Brito, *op. cit.* pp. 21-216.

corporativa. Sem negarem a concorrência, as propostas - diferentes quanto ao significado e soluções a dar a este mecanismo económico - apontavam tendencialmente para que o equilíbrio entre os produtores fosse o resultado daquela autodirecção da economia. Em quarto, mantinha-se como uma das peças fundamentais da teoria económica corporativa a empresa, a qual se estabeleceria sempre no âmbito do regime de colaboração entre o capital e o trabalho e nunca subordinando o seu funcionamento exclusivamente ao interesse particular. Este deveria estar sim subordinado, em última instância, ao interesse nacional. Para além destas questões, os teóricos corporativos vão ainda abordar determinadas categorias económicas como a noção de preço, de distribuição e de salário.

Para C. Bastien, a elaboração de uma teoria económica corporativa nos anos 30, pensada como um contributo original e autónomo, que funcionasse como elemento de referência científico, em especial no período de implantação do corporativismo, fracassou - importa reter que a debilidade que apresentava a teoria económica foi, em parte, mais um aspecto que não permitiu uma reflexão de cariz notoriamente científico - apesar dos diversos contributos que foram produzidos com aquele objectivo terem acabado por ser uma referência importante na esfera da economia, o que só pode ser explicado porque estes se encontravam intrinsecamente ligados ao campo universitário e legitimados pelo poder político.

Várias razões contribuíram para esse fracasso[59]: utilização de princípios não científicos como o primado "dos interesses nacionais"; imprecisão em termos de conceitos económicos; formulações contraditórias e imprecisas quanto ao pressuposto básico da relação indivíduo/sociedade; dificuldades da perspectiva jurídica em recolher os contributos do pensamento económico; debilidade da teoria neoclássica no país; "natureza ideológica das propostas" que foram

[59] Cf. Carlos Bastien, *op. cit.*, pp. 217 e segs.

avançadas, em particular no que diz respeito ao *homo corporativus*, à negação da luta de classes e à autodirecção da economia.

Conforme aponta C. Bastien[60], não existiu uma teoria económica corporativa, mas sim "uma ideologia económica corporativa" - a sua produção e desenvolvimento vão ter uma função de legitimação, nos planos científico e económico, da própria organização institucional do Estado Novo e das políticas económicas levadas a cabo pelo governo corporativo. Com efeito, os diversos contributos elaborados no sentido de formulação de uma teoria económica corporativa contribuíram para enquadrar, antecipar soluções e justificar, em particular no quadro dos conhecimentos económicos, algumas das acções políticas empreendidas nos anos 30 e 40. Referimo-nos, desde logo, à Constituição de 1933, ao ETN e a toda a panóplia de textos legais sobre as relações de trabalho. Por outro lado, aos princípios que presidiram à acção económica - autarcia, nacionalismo e dirigismo estatal - os quais, como vimos antes, já se encontravam enunciados naqueles documentos políticos fundamentais para o Estado Novo. Como também às medidas de política económica que foram tomadas[61]: equilíbrio orçamental e reforma da política do crédito; contenção do crédito externo; condicionamento industrial; proteccionismo aduaneiro;

---

[60] No quadro de uma perspectiva crítica sobre os "processos sociais de produção, circulação e consumo de formulações teóricas e ideológicas económicas", e tomando por matriz teórica o marxismo, C. Bastien vai apresentar no seu texto uma visão bastante particular do pensamento económico em Portugal nas décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. Para este economista: "como é de regra, também o processo de produção e reprodução das estruturas económicas capitalistas subjacentes ao Estado Novo se desenvolveu em articulação com um processo de produção e reprodução ideológicas, designadamente de ideologia económica, cuja função consistia, entre outros aspectos, na orientação e na legitimação de políticas e de práticas económicas prosseguidas pelo Aparelho de Estado e pela própria sociedade civil. Em muitos momentos foi possível ver os principais agentes do corporativismo português, na sua acção de regulação do sistema, e designadamente no desenrolar da história do condicionamento industrial, apelarem ao pragmatismo ou ao simples bom senso, enquanto instâncias legitimantes da prática. No entanto, tal apelo não liquidou a necessidade de recorrerem adicionalmente a um corpo de ideologia-teórica minimamente elaborado e sistematizado, sob pena de deixarem livre às posições adversárias um importante terreno de afirmação e de luta." Id., *ibid.*, pp.187-188 e pp. 216 e segs.

[61] Para uma análise mais detalhada destas medidas, consulte-se Fernando Rosas, *op.cit.*, pp. 251 e segs.

construção de infra-estruturas; acção do sector económico estatal; corporativização das actividades económicas estreitamente associada à desvalorização salarial da mão-de-obra; Campanha do Trigo; lei de reconstituição económica de 1935.

Qual a configuração que tomou a intervenção do ISCEF na produção de uma pretensa formulação económica corporativa nos anos 30 e 40? Em primeiro lugar, foi patente a existência de uma nítida conformação daquele Instituto ao corporativismo. Em 1934, às disciplinas existentes acrescentou-se um curso semestral de Direito Corporativo que era leccionado no último ano de cada uma das secções[62]. Manoilesco veio ao Instituto, em Março de 1936, dar duas conferências - "O destino do corporativismo" e "Um erro funesto da economia clássica"- nas quais enaltecia, obviamente, a doutrina corporativa e criticava as posições clássicas, em particular David Ricardo[63]. Entretanto Bruno Biagui recebia o título de Doutor *honoris causa*. De modo paralelo a tais eventos, ocorreu a "ideologização dos conteúdos do ensino processado", no sentido, em especial, do enaltecimento das virtudes políticas do regime. Contudo tal não foi, por sua vez, acompanhado por um papel relevante do ISCEF para a formulação económica corporativa; a escola continuava a persistir como um lugar institucional de fraca valia nos processos de produção do pensamento económico[64], por não ter um amplo e consistente património científico acumulado nesta área de conhecimentos.

Defendemos anteriormente que as Faculdades de Direito tinham constituído espaços importantes para a produção e reprodução do pensamento económico e, em especial, para a tentativa de concepção de uma teoria económica corporativa, acabando igualmente por revelar

---

[62] Decreto nº 24.702 de 29 de Novembro de 1934.

[63] Cf. *Economia e Finanças*, vol. IV, 1936, p. 323.

[64] Cf. C. Bastien, p. 281. Para o autor, um sinal indicativo desta situação encontrava-se no facto de professores de importantes cadeiras, como era, por exemplo, "Economia Política" terem tido um passado político ligado ao regime republicano.

"(...) uma maior proximidade e sensibilidade relativamente às determinações oriundas do poder político e uma posição destacada na elaboração e disseminação de um saber político, jurídico e económico corporativo que se oferecia como caução da acção prática do Estado e como ingrediente de um novo conteúdo da hegemonia".[65]

Com efeito, tanto no período da Ditadura Militar, como no do regime do Estado Novo, aquelas Faculdades foram importantes espaços de formação dos quadros políticos dirigentes - uma autêntica "escola de quadros" - apresentando um corpo de docentes notoriamente considerado como uma elite, que se manifestou a favor do regime, que ascendeu às principais posições políticas do regime e manteve fortes ligações, na qualidade de "experts" em questões jurídicas e económicas, com diversos grupos de interesses económicos que se vão consolidar no pós Segunda Guerra Mundial[66].

---

[65] Carlos Bastien, *op. cit.*, p. 282.

[66] Sobre esta questão, consulte-se Cristina Faria, "A elite universitária da ditadura", in *História*, nº 23/24, 1996, pp. 42-59. Com referência ao período da Ditadura Nacional e dos primeiros anos do Estado Novo, a autora sublinha que dos 35 professores das duas Faculdades de Direito, 18 integraram posições políticas durante a Ditadura Nacional e o Estado Novo. Posteriormente, vieram juntar-se outros professores que entretanto foram admitidos, em especial nos anos 30 e 40. Por outro lado, a esmagadora maioria manteve, por exemplo, posições de membro de conselhos de administração, director bancário, delegado do governo em empresas privadas. Deste modo, desenvolvia-se uma estreita interdependência entre as organizações económicas e o Estado. Uma parte importante do pessoal político passava a integrar essas organizações, e o contrário igualmente acontecia: dirigentes económicos eram chamados ao desempenho de cargos políticos. No sistema de ensino pós I República, o ensino universitário de Direito passou por algumas transformações importantes. No estatuto orgânico de 1928 das Faculdades de Direito (Decreto-Lei nº 16.044 de 13 de Novembro de 1928), o ensino foi reformado. A acção de Duarte Pacheco então ministro da Instrução Pública, enformada por uma concepção do papel fundamental das Faculdades de Direito na formação de uma elite profissional, vai dar primazia aos exames de admissão e a uma estrutura curricular assente num Curso Geral com a duração de 4 anos, composto por diferentes grupos disciplinares: Ciências Históricas, Políticas, Jurídicas e Económicas. Os aprovados no curso obtinham o título de bacharel em direito. Todos aqueles que obtivessem uma média final igual ou superior a 12 valores poderiam frequentar os cursos complementares, fazendo a sua opção entre o de Ciências Jurídicas e o de Ciências Político-Económicas, que conferiam o grau de licenciado. Em termos de mercado de emprego, a licenciatura em Político-Económicas estava dirigida para a magistratura nos tribunais fiscais e administrativos, para os cargos de director-geral, chefe de repartição ou outros de igual nível no Ministério do Interior ou, ainda, para o de secretário-geral dos Governos Civis. A licenciatura em Ciências Jurídicas era a habilitação para a magistratura judicial e do Ministério Público, para a advocacia, para os cargos de director-geral, chefe de repartições ou outros de igual categoria do

Ora essa importância e proximidade face ao poder político por parte das Faculdades de Direito era indissociável da considerável notoriedade que os juristas detinham, em particular na sociedade portuguesa dos anos 30 e 40 na qual pesavam de modo determinante as questões jurídico-institucionais. Para Manuel Lucena "(...) o Estado Novo é obra de juristas; de modo que a doutrina está no Direito como em casa própria"[67]. Dito por outras palavras, foram de modo primordial os juristas - em que se destacavam, no plano doutrinal, os professores das Faculdades de Direito - os agentes privilegiados na concepção e na aplicação das acções políticas que acima indicámos. Vão ser eles os principais edificadores da pesada máquina burocrático-administrativa da organização corporativa, para além de, pelo menos até aos anos 60, predominarem ao nível da elite política que ocupava os diversos órgãos do Estado Novo[68]. Se observarmos os resultados das primeiras eleições legislativas do Estado Novo realizadas em 1934, constata-se que dos 90 deputados da União Nacional, 24,4% eram advogados, seguidos distanciadamente pelos funcionários públicos, 15,5%, e engenheiros, 10,0%. Se tivermos em conta a formação académica, os licenciados em direito são a maioria com 52,2%, imediatamente seguidos pelos licenciados em engenharia 14,4% e pelos oficiais provenientes das Escolas Superiores das Forças Armadas com 12,2%. Por outro lado, subsistia um peso importante dos profissionais a

---

Ministério da Justiça e dos Cultos. Qualquer das duas licenciaturas dava acesso às funções de consultor jurídico da administração pública. Face aos protestos dos bacharéis em 1936, foram alargadas as áreas de actividade profissional (Lei nº 1.935 de 24 de Fevereiro de 1936). Contudo, continuava-lhes interdita a advocacia. Passados oito anos, pelo Decreto-Lei nº 34.850 de 21 de Agosto de 1945, o curso de Direito sofreu uma profunda reestruturação. O grau de bacharel foi abolido, o curso passou para 5 anos, conferindo o grau de licenciado. Subsistiam dois cursos complementares - Ciências Jurídicas e Ciências Político-Económicas correspondentes a um 6º ano - os quais só podiam ser frequentados pelos licenciados com uma média final igual ou superior a 14 valores. Do grupo das ciências económicas faziam parte as cadeiras de "Economia Política", "Direito Corporativo", "Finanças", "Direito Fiscal", isto é, 4 cadeiras num total de 23.

[67] Manuel Lucena, *op. cit.*, p. 22.

[68] Note-se que a predominância dos juristas não se fazia unicamente no seio dos apologistas do regime do Estado Novo, no quadro dos opositores ao regime eles vão igualmente pontificar.

exercerem a sua actividade na administração pública, 41% do total. Unicamente existia um licenciado em ciências económicas e sociais[69].

Com efeito, a racionalidade jurídica - que se contraporá, em determinados momentos históricos do regime do Estado Novo, à racionalidade de pendor tecnocrático dos engenheiros - fundada quer num juridismo formalista, quer numa concepção do Direito como instrumento simultaneamente normativo e punitivo que possibilitasse montar uma malha social cerceadora e constrangedora dos comportamentos individuais, vai dominar as décadas iniciais do Estado Novo. Perante a crise política, económica e social e a perda de poder político por parte da burguesia face ao operariado que caracterizaram os últimos anos da I República, a elite política do novo regime (que tanto propagandeou estes aspectos como consequências nefastas da sociedade liberal e republicana) usará amplamente o direito como conformador do real social aos seus interesses, sempre mais norteada pelo pragmatismo do que pela aplicação directa de princípios doutrinários, no âmbito alargado da gestão dos equilíbrios económicos e sociais imprescindíveis para a preservação do próprio Estado Novo.

Por último, a posse do título de licenciado em direito correspondia a um "título de nobreza" com particularidades face ao dos outros licenciados. Como acima sublinhámos, pelo peso determinante que as questões jurídico-institucionais detinham na sociedade portuguesa de então, as competências dos juristas eram por excelência as mais reconhecidas para o exercício de determinadas funções e cargos, em especial ao nível do Estado. Se aliada a essas competências se encontrasse a adesão aos princípios doutrinários e políticos do Estado Novo, então estava parcialmente assegurada a inserção do jovem jurista no mercado de emprego estatal. Uma parte desses juristas concorria para funções e cargos caracterizados pelos seus elevados benefícios materiais e simbólicos.

---

[69] Esse licenciado era José Penalva Franco Frazão, proprietário rural. Foi subsecretário de Estado da Agricultura em 1933 e secretário-geral do Congresso Internacional de Oleicultura. Cf. Fernando Rosas, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, O Jornal, 1985, pp. 48-49.

Perante algumas fracções da burguesia e da pequena-burguesia possuidoras de um maior volume de capital cultural e económico, o curso de direito exercia um poder simbólico importante. Com efeito, a procura do ensino do direito - curso que ocupava uma posição estatutária elevada no seio do campo universitário e, por isso mesmo, enformado por uma imagem de prestígio social - materializava um dos elementos axiais da estratégia conducente à sua reprodução social.

O controlo da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos não era exclusivo dos juristas, ele era partilhado com os engenheiros. Quem efectivamente estava arredado desse domínio eram os licenciados em ciências económicas e financeiras. E para isso concorreu decisivamente não só o facto de os conhecimentos económicos ministrados no ISCEF se caracterizarem por uma natureza exígua e pouco desenvolvida, em termos científicos e curriculares, como também o facto do Instituto não ser um espaço importante da produção de ciência económica. Encontrava-se excluída a autonomização do ensino da economia, considerando-se esta como disciplina científica.

Ao longo do presente texto referenciámos, de modo sucinto, um certo destaque que os engenheiros tiveram nos anos 30 e 40, o qual irá ser fortemente ampliado nas décadas seguintes. Neste momento, interessa-nos ir um pouco mais longe e tentar equacionar os traços fulcrais dos discursos que produziram sobre as questões económicas e também abordar, embora de forma sintética, o modo como eles participaram no controlo da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos. Vão fazê-lo diferentemente dos juristas, tentando impulsionar e dirigir importantes mudanças na estrutura económica do país. Como sublinha B. Brito,

> "Se grande parte dos conceitos económicos do corporativismo passou pelo crivo das faculdades de direito, o pensamento teórico e a correspondente aplicação política, sobretudo no domínio industrial, foi obra dos engenheiros".[70]

[70] José Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 218.

Uma nova geração formada no IST, voluntarista e dinâmica, defensora de um Estado Novo, numa versão acentuadamente industrializante e de crescimento económico, irá liderar o protagonismo dos engenheiros, entre outros aspectos, no domínio lato das questões económicas quer na sua vertente mais conceptual - embora aí, com honrosas excepções, de um modo débil -, quer na sua vertente de concepção e implantação de políticas económicas. Ora esse protagonismo enquadrou-se e foi fortemente influenciado por todo um conjunto de elementos que deram forma e sentido à engenharia, no plano científico, e aos engenheiros como profissionais no decorrer dos anos 30 e 40. Detenhamo-nos nos mais relevantes. Em primeiro lugar, a conquista do título de engenheiro para os licenciados pelo IST e pela FEP, a reformulação do ensino da engenharia, a criação, em 1936, da Ordem dos Engenheiros, como instrumento principal de defesa e de protecção do título e dos interesses da profissão, concretizando, assim, uma estratégia de fechamento social da profissão. Em segundo, e de modo concomitante com o anterior, desenvolveu-se todo um movimento de "promoção do estatuto profissional dos engenheiros"[71] que passou por acções de conquista de novos segmentos do mercado de emprego ou então de consolidação dos já existentes com o afastamento dos potenciais concorrentes[72]. Foi um movimento de conquista de uma mais ampla empregabilidade para os engenheiros. Em terceiro, a promoção da engenharia como área científica imprescindível para o crescimento económico do país. O esforço económico-financeiro deveria ser dirigido para uma mais ampla industrialização, para um aproveitamento técnico-comercial dos recursos naturais, para a electrificação, para o incremento tecnológico das unidades produtivas, entre outros. Em quarto, e de certo modo na sequência dos elementos acima apontados, os engenheiros deixavam de querer

[71] Maria de Lurdes Rodrigues, *op. cit.*, p. 311.

[72] Os casos de delimitação de áreas de intervenção profissional com os arquitectos e com os agentes técnicos de engenharia e condutores são exemplos que se podem apontar. Veja-se Id., *ibid.*, pp. 325 e segs.

ser vistos unicamente como meros técnicos, de certo modo subalternos no espaço industrial. Pretendiam, sim, assumir um novo papel social, alicerçado em outros tipos de conhecimentos, nos quais se incluíam os de natureza económica, e em mais amplas responsabilidades nas empresas e no Estado, o que lhes possibilitaria o acesso à elite dirigente. E tudo isto se verifica em torno daquilo que Lurdes Rodrigues designa de "utopia tecnocrática" que erigia o engenheiro como o único profissional, no contexto da sociedade portuguesa dos anos 30 e 40, capaz de dirigir a industrialização e o desenvolvimento económico[73].

O interesse dos engenheiros pelas questões económicas, não só no plano teórico, mas também em termos da formulação de instrumentos de intervenção no contexto económico e social, encontra-se bem patente em textos produzidos no virar dos anos 20 para os 30. Em 1927, o engenheiro Araújo Correia, num artigo sugestivamente intitulado "A função social do engenheiro", tomando como referência o que se desenrolava em outros contextos nacionais mais prósperos que o português, afirma a propósito (pelo carácter elucidativo e exemplar que assume o texto optámos por dar a palavra, de modo mais extensivo, ao respectivo autor):

> "O vertiginoso progresso mundial operou, pela fôrça de leis naturais e sociais prodigiosas, modificação completa na feição das sciencias aplicadas. O engenheiro não é o sábio pretensioso e orgulhoso que no seu gabinete directorial ordena ou concebe projectos técnicos - nem sómente o cumpridor paciente, devotado e modesto que lentamente executa os planos estudados muitas vezes fóra das realidades económicas e sociais do logar em que vão ser postos em prática. A função do engenheiro modesto não se limita a escrever relatórios, a emitir opiniões, a visionar planos, de ordem puramente técnica ou teórica. A sua missão alargou-se, dilatou-se com a complexidade e dificuldade da vida moderna. De simples técnico que na fábrica ou na mina dirige a exploração, passou com proveito universal a formular, dirigir e executar a concepção financeira e comercial do empreendimento industrial. Ainda não há muitos anos a tendencia, egoísmo, e interesse das classes dominantes, excluia-o das funções administrativas e prescrevia a sua acção a assuntos puramente técnicos.

[73] Id., *ibid.*, pp. 336 e segs.

> Mas a engenharia é caracterizada nos tempos de concorrência comercial pela complexidade dos problemas económicos que caem sob a sua alçada. E perante a gravidade desses problemas, e a sua importância na vida meramente particular da companhia ou emprêsa ou na vida do país de que ela é célula productora, o engenheiro iniciou a sua nova fase: - depois de cuidar apenas dos detalhes técnicos, aperfeiçoando e melhorando a produção, passou a ocupar os lugares administrativos, orientando a parte comercial e financeira do empreendimento. Ele é hoje o director, o mentor activo dos grandes organismos industriais do mundo - e tão grande importância êste novo aspecto da sua profissão vai assumindo que as grandes escolas do novo e velho continente entenderam indispensável completar os cursos normais de engenharia, com uma educação económica e comercial que lhes désse a base indispensável à nova função orientadora e administrativa que as exigências, magnitude e complexidade da técnica moderna impuzeram. Na política e na finança a sua acção começa também a dominar. E de aqui resulta que a profissão passou a exigir sólida consciência económica, séria educação comercial, conhecimentos profundos de psicologia humana, enfim atributos especiais dispensáveis em outras profissões. E simultâneamente se lhes exige uma devoção constante à sua função, e dedicação absoluta ao seu mister."[74]

Mais claro não se podia ser naquilo que se pretendia para a engenharia e para os engenheiros em Portugal. A função do engenheiro passava a abranger, para além dos problemas técnicos, igualmente os económicos, financeiros e comerciais. Sem dúvida, a parcela fundamental das funções técnicas e dirigentes das empresas. Na revista *Técnica* editada pelos estudantes do IST, outros textos a propósito da função de engenheiro foram colocando a tónica na expansão das competências económicas e financeiras que estes profissionais deveriam possuir e assumir nas empresas. Em 1929 defende-se:

> "Assim a mentalidade do engenheiro apresenta-se hoje sob um aspecto triplo de técnico, organizador e de educador. E sob cada uma destas feições a sua missão é sempre nobre, elevada, visto que sempre consiste criar ordem e prosperidade. O engenheiro como organizador vê a sua actividade repartida por três campos distintos: a) organização interna da indústria ou trabalho que dirige; b) organização das relações dessa indústria com os mercados onde compra as matérias-primas e subsidiárias, e com aquelas onde há-de colocar os seus produtos; c) propaganda das

[74] Araújo Correia, "A função social do engenheiro", in *Técnica*, nº 6, 1927, pp. 1-2.

novas doutrinas económicas e criação de sindicatos profissionais adaptados às necessidades da vida industrial e aos interesses do país, e dos diferentes agentes de produção".[75]

Passado um ano, um outro engenheiro vai mais longe:

"O engenheiro director, ou o director aconselhado por um engenheiro consultor competente, levará ao problema financeiro as mesmas normas que na prática da engenharia se aplicam às estruturas materiais."[76]

O engenheiro auto-apresentava-se como aquele que na sociedade - de acordo com a já designada "ideologia tecnocrática" - podia fazer mais proficuamente a relação entre a técnica e a economia. Ele era o organizador, o administrador, o que tinha os conhecimentos para que a natureza e os meios técnicos fossem utilizados de uma forma racional - o que queria dizer para a época a aplicação da OCT - e de acordo com os preceitos económicos[77]. Só que para os apologistas deste novo posicionamento, a formação académica em matérias económicas e comerciais teria de ser ampliada. Em finais dos anos 20, no IST existiam duas cadeiras, de certo modo programaticamente heterodoxas: "Economia política. Estatística. Direito industrial" e "Contabilidade geral e industrial". Nos anos 40 foram alteradas, passando a existir: "Economia política e Direito industrial" e "Contabilidade e Administração". Quanto à FEP, do 8º Grupo (Ciências económicas e sociais) faziam parte: "Economia política e social", "Finanças. Contabilidade" e "Direito industrial". Não dispomos de informações que nos permitam ter uma visão dos conteúdos ensinados e da predominância da teoria económica ministrada nas cadeiras.

Num trabalho continuado de argumentação sobre quais deveriam ser as novas funções da engenharia e o novo estatuto do engenheiro, os jovens

---

[75] José Queiroz Vaz Guedes, "A função social do Engenheiro", in *Técnica*, nº 18, 1929, p. 36.

[76] Teixeira Duarte, "As funções do engenheiro em relação ao capital", in *Técnica*, nº 29, 1930, p. 335.

[77] Maria de Lurdes Rodrigues, *op. cit.*, p.339.

engenheiros foram conquistando importantes áreas de intervenção na abordagem das questões económicas. Embora com as diferenças acima assinaladas, estes começaram, de certo modo, a ombrear com os juristas na produção e difusão de discursos sobre o económico.

O protagonismo dos engenheiros passou também, e de modo mais visível, pela defesa de um modelo de desenvolvimento e de modernização do país assente primordialmente num crescimento mais acelerado da indústria. As teses pró-industrialização encabeçadas por eles e apoiadas por alguns industriais, defendidas e divulgadas nos inícios dos anos 30, num contexto económico favorável surgido na sequência da Grande Depressão de 1929, vão encontrar pela frente os argumentos e os fortes interesses económicos e políticos dos ruralistas.

A compreensão destas teses só adquire visibilidade se tivermos em conta o estado da luta entre as várias fracções da burguesia. O que representavam os denominados ruralistas? A sociedade portuguesa dos anos 30 era dominada económica e politicamente pelos grandes proprietários agrários absentistas e rentistas e pela fracção da burguesia ligada aos interesses bancários e comerciais, sendo também profundamente marcada pela autarcia económica e pelos valores ultra-conservadores, apoiados numa interpretação maniqueísta da sociedade. Neste contexto, assistiu-se à predominância de uma concepção sobre o futuro do país - não mais do que uma ideologia - que valorizava em absoluto a vida rural assente nas ancestrais tradições e num modo de vida em todo contrário ao carácter dissoluto do cosmopolitismo urbano. Concepção tradicionalista e conservadora da sociedade, vai encontrar-se intimamente associada à defesa dos grandes interesses agrários - em especial dos proprietários latifundiários do sul e das escassas empresas capitalistas agrícolas - materializados na manutenção dos lucros oriundos da reserva do mercado nacional para os seus produtos a preços economicamente compensadores e na não alteração das estruturas fundiárias. Os agrários serão, em termos históricos, forças bloqueadoras quer de uma reforma agrária que modernizasse a agricultura e constituísse um factor impulsionador da

industrialização[78], quer de um crescimento industrial mais acentuado, o qual só se iria processar no pós Segunda Guerra Mundial. Eram, por outro lado, opositores de algumas das indústrias de transformação de produtos agrícolas, como por exemplo a moageira. Detentores de fortes influências ao nível dos organismos estatais e defensores do Estado Novo, naquilo que o caracterizava como mais conservador e imobilista, os ruralistas vão manter a sua influência económica e política, mesmo ainda nos anos 50 e até ao desaparecimento do Estado Novo, período em que o poder económico e político da burguesia industrial e financeira estava consolidado.

A oposição às teses industrialistas não se confinava simplesmente aos grandes proprietários absentistas e rentistas. De igual modo, embora por razões diferenciadas, vamos encontrar essa mesma oposição não só ao nível de uma parte da burguesia bancária e da que era proprietária de empresas de *import/export* - a reorganização industrial e o respectivo acréscimo da produção defendido pelos modernizadores conduziria à retracção do volume de transacções comerciais - mas também por parte daqueles sectores industriais mais obsoletos tecnologicamente, baseados na exploração intensiva da mão-de-obra barata, com produções de carácter tradicional que viam na reorganização industrial, com o consequente aumento da concentração empresarial, da concorrência e da subida dos salários, um tiro certeiro nos seus interesses, arrastando-os para a falência[79].

Nos anos 30 e 40, a oposição entre industrialistas e grandes proprietários agrários expressava, de certo modo, as intenções de carácter afirmativo e "homogeneizante" por parte da burguesia industrial mais empreendedora que se começava a afirmar política e economicamente contra as posições privilegiadas dos grandes senhores do mundo rural. Deste modo, tal oposição não pode ser

---

[78] A partir de meados dos anos 30 oporão uma resistência que levará de vencida a generalidade das medidas que Rafael Duque, ministro da Agricultura, tentava impor no sentido de uma modernização da agricultura. Enquadrada por uma concepção neofisiocrática, essas medidas passavam, no principal, pela hidráulica agrícola, pela diversificação de culturas, pela colonização interna, pela reestruturação fundiária. Cf. Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 260.

[79] Sobre esta questão consulte-se Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 112 e segs.

vista exclusivamente na sua expressão económica, porque era muito mais ampla do que isso: confrontavam-se diferentes concepções do que deveria ser o modelo de desenvolvimento sócio-económico do Portugal corporativo. A luta entre industrialistas e ruralistas prolongou-se durante duas décadas e, tal como outras que existiam no seio da burguesia, vai ser arbitrada, como realçámos antes, pelo governo no sentido de se obter sempre o equilíbrio económico e social, crucial para a sobrevivência do próprio regime no período anterior ao conflito mundial[80].

A apologia das teses pró-industrialização será feita, como indicámos acima no caso dos engenheiros, por um conjunto de jovens recém-licenciados, maioritariamente pelo IST[81], usando para isso uma argumentação que nos aspectos principais: criticava o estado incipiente e obsoleto da indústria nacional e o atraso económico em que o país se encontrava; realçava a técnica, a organização racional do trabalho e dos recursos naturais como aspectos fundamentais do progresso e da ultrapassagem desse atraso; pugnava por um Estado interventivo - o que estava de acordo com o dirigismo económico do ideário do Estado Novo - e pela concentração industrial[82].

Com efeito, Portugal estava longe de ser considerado como um país industrial. Factores bloqueadores de ordem estrutural, como por exemplo a não realização de uma reforma agrária, a inexistência de mão-de-obra abundante, suficiente e qualificada e de um mercado interno amplo cuja capacidade de

---

[80] Nos anos trinta, o estado da luta entre as fracções de classe da burguesia caracterizava-se do seguinte modo: "(...) os grandes interesses rurais já não governavam como queriam, mas a burguesia industrial não podia governar como desejava. O regime salazarista é a arbitragem, a busca de um equilíbrio para esta conflitualidade central mas historicamente transitória. A caducidade e a inadequação das suas fórmulas políticas, institucionais, económicas, sociais, doutrinárias, etc. tornar-se-á crescentemente clara para a classe dominante portuguesa à medida que, no contexto da Segunda Guerra Mundial e do pós-guerra, a burguesia industrial e posteriormente o capital financeiro afirmam progressivamente a sua hegemonia sobre o conjunto da sociedade. O que os levará a postular a necessidade de uma nova política a todos os níveis, isto é, de um novo Estado diferente do Estado Novo. "In Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 150.

[81] Esses jovens engenheiros foram apoiados pelo sector mais empreendedor da burguesia industrial.

[82] Cf. José Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 219 e Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos trinta*, Lisboa, Estampa, 1986, pp. 148-154 e pp. 184-251.

consumo viabilizasse as empresas industriais existentes vão impedir, na primeira metade do século XX, a concretização de um verdadeiro surto de industrialização. Nesse período, o crescimento industrial foi globalmente moderado, assumindo o respectivo sector determinadas particularidades, algumas das quais, saliente-se, eram, por sua vez, tendências que permaneciam desde períodos anteriores[83]. Não existia um crescimento sustentado e contínuo, a industrialização vinha-se processando por "surtos" induzidos pelos momentos de crise internacional, proporcionadores de políticas de substituição de importações; o tecido industrial encontrava-se, com raras excepções, tecnologicamente ultrapassado, imperando os estabelecimentos de pequena dimensão, com uma fraca produtividade; o patronato vivia e sobrevivia às expensas de proteccionismo tentacular do Estado; mantinha-se uma exploração intensiva da mão-de-obra. Baixos salários, jornadas de trabalho longas, emprego extensivo de mulheres e crianças, parte da mão-de-obra semicamponesa - condição importante para a manutenção de formas de produção pré-capitalistas na agricultura -, cerceamento das liberdades sindicais e da contestação por parte do movimento operário contribuíram, em conjugação com outros aspectos, para a viabilização económica da esmagadora maioria das empresas, funcionando, por outro lado, como inibidores de um investimento produtivo que impulsionasse o crescimento acelerado e sustentado da indústria.

Perante este quadro sócio-económico, os engenheiros industrialistas pensaram o devir de Portugal e vão intervir na dinâmica económica, não tanto tendo por base uma conceptualização estruturada das questões económicas - neste aspecto a argumentação científica é pobre e escassa com raras excepções como vai ser a de A. Correia - mas sim a partir de uma posição pragmática, voluntarista e não fatalista face aos então potenciais recursos económicos e

[83] Cf. Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 62.

naturais, a qual se pode considerar, à luz das análises mais recentes, como uma importante empresa na história do pensamento económico[84].

Para F. Rosas, os engenheiros não só foram os "principais ideólogos do fomento industrial até aos anos 50", como igualmente cumpriram o papel de "intelectuais orgânicos da burguesia industrial"[85]. Importa esclarecer isto de modo mais preciso. Aquele historiador não defende que os engenheiros fossem meros representantes da burguesia industrial que, recorde-se, nos inícios dos anos 30, no quadro da estrutura das classes sociais, pretendia começar a ser ouvida e a intervir nas dinâmicas económicas e sociais do país. Era patente a não existência no seu seio de líderes industriais doutrinários que desenhassem uma estratégia industrializante conducente com os seus interesses globais. Isso ficará para os engenheiros que estavam mais esclarecidos cientificamente, actuando, por conseguinte, na qualidade de "intelectuais orgânicos."[86]

Com efeito, torna-se ainda mais significativo o protagonismo que os engenheiros pretendiam conquistar no final dos anos 20 - e vieram a consegui-lo nas décadas seguintes - se olharmos para quem era o patronato industrial. Decorrente das condições estruturais que enformaram a evolução da indústria nacional, em especial desde finais do século XIX, o patronato nos anos 30 caracterizava-se, maioritariamente, pelo seu baixo nível educacional e técnico, pelo seu amadorismo e autodidactismo e por uma acção norteada, na maioria das vezes, pelo pragmatismo, pela prevalência da oportunidade oferecida pelo negócio conjuntural, pela dependência do Estado que o regime corporativo, com toda a sua panóplia de organismos e políticas (proteccionismo alfandegário,

---

[84] Cf. Brandão de Brito, *op. cit.*, e Fernando Rosas, *op. cit.*

[85] Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 81 e 89.

[86] Para F. Rosas, os engenheiros "(...) definiam, no sentido rigoroso do termo, os 'interesses objectivos' do conjunto da burguesia industrial, eram os seus 'intelectuais orgânicos', preparavam-lhes o caminho. Estavam, por isso mesmo, vários passos adiante do seu horizonte médio, viam para além dele e queriam impor, sobre ele, e, se necessário, contra ele e contra a mentalidade dominante que o enformava, os verdadeiros interesses da indústria que coincidiam, a seu ver, com o País: a electrificação, o lançamento das indústrias básicas e a reorganização industrial". In Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 89.

condicionamento industrial, cartelização corporativa, mão-de-obra barata e politicamente enquadrada, cerceamento das actividades sindicais livres e da greve) não fez mais que consolidar e ampliar. Uma parte substancial do patronato industrial, e no seguimento de uma tendência pesada da sociedade portuguesa, mantinha-se à sombra protectora do Estado, não investindo, não desenvolvendo tecnologicamente as empresas, não qualificando a sua mão-de-obra através, por exemplo, de uma contratação mais volumosa de pessoal técnico saído das universidades. As empresas eram exclusivamente vistas como meios de obtenção de lucros, muitas vezes utilizados em consumos sumptuários, a partir de aplicações de capitais próprios limitados, e não como um negócio implicando investimentos continuados, mudanças e riscos.

Em 1940 existiam 40.000 patrões industriais, dos quais 45% eram proprietários de estabelecimentos com menos de 20 trabalhadores ao seu serviço[87]. Conforme se pode observar pelo Quadro VI-2, o grau de concentração no sector mais importante da indústria - a indústria transformadora - era relativamente baixo.

Quadro VI-2

Concentração da indústria transformadora segundo o pessoal operário (1937/39)[88]

Número de operários por fábrica	Número de fábricas	Percentagem do número de fábricas
Menos de 10	628	14,6
De 10 a 19	1.599	37,1
De 20 a 49	1.299	30,1
De 50 a 99	156	3,6
De 100 a 199	598	13,9
De 200 a 399	28	0,6
Mais de 400	6	0,1
Total	4.314	100,0

Fonte: Cf. Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 67.

[87] Cf. Eduardo de Freitas, "Polarização das relações sociais...", pp. 496 e segs. e Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 84.

[88] Os dados apresentados foram retirados do "Relatório da Proposta de Lei do Fomento e Reorganização Industrial", in *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa*, nº 85 de 2 de Novembro de 1944, pp. 486 e 487. O inquérito industrial realizou-se entre 1937 e 1939 e segundo os analistas peca por alguma ausência de fiabilidade.

Imagem bem expressiva da configuração que a estrutura industrial tinha nos finais dos anos 30. Com menos de 50 operários ao seu serviço existiam 3.526 fábricas - para a maioria delas o termo fábrica é, sem dúvida, pouco apropriado -, o que equivalia a 81,7% das unidades recenseadas. Contudo, importa ter presente que esta imagem agregativa torna invisível diferenças, algumas delas que já corporizavam fenómenos de concentração e de um maior desenvolvimento tecnológico e capacidade produtiva. Em simultâneo com as grandes empresas industriais, subsistia o mero artesanato industrial - produtor de bens de fraca qualidade e alicerçado no meio familiar e em técnicas rudimentares - passando pela média indústria com alguma capacidade técnica e produtiva. A indústria encontrava-se distribuída de modo desigual pelo território continental, concentrando-se uma parte das mais inovadoras em Lisboa e na sua periferia, geradora do operariado mais moderno. A região norte albergava as mais tradicionais - têxteis, chapelaria, cortiça, calçado -, em que os baixos salários eram unicamente compensados, em termos de orçamento familiar, pela condição de pequeno camponês que caracterizava o operariado. Além destas duas grandes zonas, subsistiam núcleos industriais espalhados pelo país - Covilhã, Tomar, Marinha Grande, entre outros - com diferentes produções, respectivamente lanifícios, papel, vidros[89].

Do lado oposto à miríade de pequenas e médias empresas - das quais só uma ínfima parte teria condições financeiras para o pagamento do salário de um engenheiro e necessidade das suas competências - e à mentalidade de algum patronato avesso ao investimento, à modernização e ao enfraquecimento da protecção estatal, encontravam-se os "capitães da indústria"[90]. Nomes como Alfredo Silva - diplomado pelo IICL e reconhecido socialmente como

[89] Para uma informação mais detalhada sobre a distribuição geográfica da indústria, atenda-se a Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos Trinta...*, pp. 115 e segs. e Id., *Portugal entre a paz e a guerra...*, pp. 29 e segs.

[90] Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 85-86.

comercialista - Henrique Sommer, Duarte Ferreira, Manuel Pinto Azevedo, Vinhais, Feteira, Pinto Basto, Cupertino de Miranda, entre outros, pertenciam a um pequeno núcleo de industriais. Com trajectórias sociais diferenciadas - encontramos desde os herdeiros de empresas tradicionais já firmemente estabelecidos no plano económico até aqueles que vivenciaram intensos processos de mobilidade ascensional - constituindo-se ou não em famílias industriais cujos antepassados capitalizaram os recursos financeiros para a aventura industrial no comércio e na agricultura, pertencendo ou não ao sector bancário e ao comercial ligado à exploração colonial, eis alguns dos elementos caracterizadores desse pequeno núcleo[91]. Alguns daqueles "capitães" vão ser os dirigentes dos grupos monopolistas dos anos 50 e 60. Mas no final dos anos 30, não se verificava, de modo expressivo, a existência de um capital monopolista industrial e de um capital financeiro. Estávamos num momento histórico fundamental onde se criaram as condições estruturais, no plano político e económico, para que tal viesse posteriormente a formar-se.

Eventos como o I Congresso de Engenharia, em 1931 - momento importante em que os engenheiros declararam publicamente que a sua intervenção era indispensável para a modernização do país e que deveriam ocupar um papel dirigente na vida económica -, o I Congresso da Indústria Portuguesa, em 1933, e mesmo o Congresso da União Nacional de 1934 foram cruciais para a difusão da proposta do novo modelo sócio-económico industrializante.

Entre 1930 e 1945, os projectos dos engenheiros não encontraram uma ampla adesão. Não se caminhou de forma clara para a industrialização, nem estes, por sua vez, assumiram de modo pleno o que reivindicavam explicitamente desde o início dos anos 30 - a liderança do desenvolvimento sócio-económico do país. Um conjunto de factores, profundamente interligados, pode fornecer algumas pistas explicativas para isso: o bloqueamento a qualquer alteração

[91] Para uma análise mais fina, consulte-se Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos trinta (1928-1938)*, Lisboa, Estampa, 1986, pp. 118 e segs e Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 84-87.

política e de modernização económica feita pelos agrários; os equilíbrios económicos e sociais obtidos pelo Estado Novo entre as várias fracções da burguesia com interesses contraditórios e as políticas de composição entre pequenos, médios e grandes interesses económicos, as quais, sublinhe-se, vão perdendo presença e força ao longo do período; a construção e consolidação de parte da organização corporativa - organismos primários ligados ao trabalho e cartelização de alguns sectores de actividade económica - acompanhada da assunção plena, no plano ideológico, dos valores conservadores em torno da autoridade do chefe, do ruralismo, da fé cristã, da Pátria, do Trabalho e da Família, elementos por excelência enformadores da identidade nacional[92]; o esforço feito pelo governo até meados dos anos 30 de estabilização financeira; a contenção de todas as tentativas de derrube do regime e a repressão e o desmembramento do movimento operário e sindical nos anos 30; o incremento dos mecanismos de repressão da liberdade de expressão e de pensamento; a instauração de forças para-militares e a consolidação do Estado policial; a guerra civil de Espanha (1936-1939); a crise económica e social durante o período da Segunda Guerra Mundial.

Os dirigentes do Estado Novo encontravam-se principalmente preocupados com a sobrevivência do próprio regime. E isso foi bastante notório nos anos 30. Equilibrados os interesses económicos contraditórios, obtido o sucesso com a política de estabilização financeira, com o Estado a ter uma função arbitral quanto às lutas intestinas da burguesia, com a economia a apresentar sinais de recuperação, o governo fez aprovar na Assembleia da República, em 1935, uma proposta de lei de Reconstituição Económica[93]. Na discussão da proposta, os industrialistas - com escassa representação parlamentar - voltam a reafirmar as suas teses. Araújo Correia subscreveu um projecto alternativo - o

---

[92] António Reis "Os valores salazaristas", in António Reis (dir.) *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 333-338.

[93] Lei nº 1.914 de 24 de Maio de 1935.

que desde logo denunciou a sua posição crítica - que tinha por objectivo transformar o texto num plano, não estritamente industrial, mas mais consentâneo com as necessidades de desenvolvimento económico. Como sublinha B. Brito, o que se pretendia era fornecer à proposta

> " (...) o carácter integrado do seu projecto e a ideia de progresso industrial, que está completamente arredado da proposta governamental e, sobretudo, a necessidade de ultrapassar a perspectiva estritamente financeira que, constituindo uma forma de ignorar as matérias em jogo, favorecia este ou aquele projecto, este ou aquele objectivo, consoante os interesses que de momento pretendesse privilegiar."[94]

A lei não vai dar relevância ao investimento industrial, distribuindo as verbas disponíveis por três grandes áreas: defesa; fomento; colónias. Entre 1936 e 1939, as duas primeiras absorveram, de modo equitativo, a quase totalidade dos recursos orçamentados. As expectativas dos industrialistas ficaram manifestamente goradas. O seu ímpeto modernizante, tão propagado nos Congressos de Engenharia e da Indústria Portuguesa realizados anos antes, foi politicamente arrefecido, os interesses dos agrários persistiam ainda com a força suficiente para se oporem a uma estratégia industrializante por parte do Estado.

Com efeito, durante a década de 30 não se vislumbra qualquer política industrial, muito menos económica, delineada pelo Estado. Os esforços no sentido da sobrevivência do regime levarão até bastante tarde - pelo menos anos 60 - a subordinação da economia à dinâmica política[95]. Apesar de não ter subsistido uma política industrial, da própria prática política seguida pelo governo ter cerceado a expansão da burguesia industrial e da governação da economia ter andado ao sabor da contingência da composição entre interesses para se obter a estabilidade e o equilíbrio no seio das fracções da burguesia, leituras mais recentes subscrevem a tese de que aquela década não representou

---

[94] Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 221.

[95] Fernando Rosas, *O Estado Novo...*, p. 267.

um período de pura estagnação económica[96]. A partir da segunda metade dos anos 30, é perceptível um crescimento económico, de cariz moderado, e um certo fomento industrial, embora pautado por valores baixos, bem como são visíveis fenómenos concomitantes de concentração empresarial e de uma certa modernização tecnológica[97]. Crescimento que se intensificou durante e como consequência da Segunda Guerra Mundial por via, principalmente, de uma política conjuntural de substituição das importações bloqueada pelo conflito e por um aumento da produção, em especial nos sectores industriais produtores de bens para os beligerantes.

Uma política de cariz industrial, embora permeada por incertezas e debilidades, emergirá unicamente no pós Segunda Guerra Mundial e na sequência da dinâmica económica e financeira que se criou no país durante o conflito. Até isso acontecer, os engenheiros industrialistas não vão ficar "de braços cruzados". O trabalho continuado de defesa das suas teses entre 1930 e 1945 pode ser considerado, no presente, como um dos elementos indutores, entre outros, das alterações verificadas depois daquela data. Dos engenheiros industrialistas, dois ganham particular relevo: Araújo Correia, já referido a propósito da Lei de Reconstituição Económica, e Ferreira Dias. Abordaremos, de modo sintético, alguns dos momentos do percurso intelectual e político de cada um deles. Fazemo-lo, no fundamental, por se tratarem de engenheiros que, de

---

[96] A leitura de F. Rosas é diferente de outras que no passado recente foram emergindo sobre os anos 30. Entre estas a tónica, na globalidade, é colocada na tese de que aquela década ficou marcada por um modelo de estagnação económica e social, de cariz essencialmente ruralista, com forte intervenção do Estado Novo. Encontram-se neste grupo os seguintes autores: Manuel Villaverde Cabral, "Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal - ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes", in *Análise Social*, nº 48, 1976, pp. 873-915; João Martins Pereira, *Pensar Portugal Hoje*, Lisboa, D. Quixote, 1971; Alfredo Marques, *Política económica e desenvolvimento...de Portugal (1926-1959)*, Lisboa, Horizonte, 1988.

[97] Sobre a questão consulte-se, para além dos textos já indicados de Fernando Rosas, os seguintes: Ana Bela Nunes, "Política económica, industrialização e crescimento", in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Presença, 1992, pp. 301-351; Ana Bela Nunes *et al*, "Portuguese economic growth, 1883-1995", in *Journal of European Economic History*, nº 2, 1989, pp. 291-330; Rogério Roque Amaro, "A economia nos primórdios do Estado Novo - estagnação ou crescimento?", in *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia*, I vol., Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 233-248.

modo indelével, e cada um com as suas particularidades e estilos, vão marcar o pensamento económico da época, constituindo-se como exemplos paradigmáticos de engenheiros-economistas.

A trajectória intelectual de Araújo Correia é disso exemplo. Deputado à Assembleia Nacional durante legislaturas sucessivas[98], não propriamente como apoiante indefectível nem doutrinador do regime - será mesmo relegado para cargos de menor importância, vendo as suas teses não perfilhadas pelo Estado Novo - o realce da acção que vai desenvolver encontra-se nas análises económicas que elaborou e nos cargos que ocupou como administrador da Caixa Geral de Depósitos e da Caixa Nacional de Crédito. Muito se tem escrito sobre este engenheiro, mas para nós importa reter unicamente alguns aspectos. Apologista da industrialização e do crescimento económico desde a primeira hora, para muitos tornou-se num dos primeiros fundadores do planeamento económico e de uma concepção de desenvolvimento económico e social que não se cantonasse, em exclusivo, à actividade industrial; a par disto, e no seio de uma racionalidade bastante específica à formação em engenharia, ao longo dos anos vai sedimentando a sua posição crítica face aos disfuncionamentos dos serviços do Estado e à própria governação económica do Estado Novo. Testemunhos disso encontramos nos seus Pareceres sobre as Contas Gerais do Estado - elaborados a partir de 1938 até 1955 e retomados em 1961 e 1962 -, nas intervenções no I Congresso da União Nacional de 1934, no debate da Lei de Reconstituição Económica de 1935 e da Lei do Fomento e Reorganização Industrial de 1945 e em diversas obras publicadas[99]. Para além disto participou nos trabalhos que antecederam a ajuda a Portugal no quadro do Plano Marshall, entre 1948 e 1949.

---

[98] Irá ocupar o cargo de deputado desde a 1ª legislatura da Assembleia Nacional até ao 25 de Abril.

[99] Salientam-se as seguintes: José Araújo Correia, *Portugal Económico e financeiro*, vols. I e II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938; Id., *Estudos de economia aplicada*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1949.

Se, com efeito, Araújo Correia integrou o grupo de precursores das teses industrialistas e pró-desenvolvimentistas, não o fez, segundo C. Bastien, produzindo uma "discussão dos temas económicos num plano teórico e abstracto" - o que aconteceu também com outros engenheiros industrialistas. O seu interesse nortear-se-á, sim, pelas análises mais concretas sobre a sociedade portuguesa, acolhendo nelas os instrumentos conceptuais da teoria económica[100]. Por outro lado, e mesmo já no contexto da recepção das teorias keynesianas em Portugal, apesar de ser patente nos seus textos um esforço de actualização teórica[101], Araújo Correia não vai

> "(...) penetrar nos aspectos essenciais, interiores, das estruturas económicas do capitalismo português (e suas leis de movimento histórico) e bem assim, o esquecimento das relações sociais que se fundam e se escondem por trás das categorias e relações de carácter económico. Deste alinhamento fundamental como a *economia vulgar* resulta, na formulação do programa desenvolvimentista, o quase completo ignorar dos diversos grupos e interesses sociais, designadamente da identificação de os que poderão constituir a base social de apoio ao processo de desenvolvimento preconizado, bem como dos que no passado se lhe têm oposto. Só avulsamente, e de modo por vezes contraditório, aborda esses problemas."[102]

Retenha-se que, de modo algum, tal postura analítica invalida a profusa argumentação sobre as questões económicas produzidas ao longo de décadas, a qual, não ao nível do pensamento económico em especial dos anos 30 e 40, mas sim no plano da intervenção política, não produziu resultados concretos.

Perfil diferente daquele que caracterizou a trajectória política de Araújo Correia encontramo-lo em Ferreira Dias. Licenciado pelo IST, participante activo na movimentação geral em prol do reconhecimento da engenharia e do novo estatuto para os engenheiros, igualmente enfileirou nas posições pró-

---

[100] Carlos Bastien, "O economista Araújo Correia", in *Estudos Económicos*, nº 3, 1985, p. 311.

[101] Veja-se, por exemplo, Araújo Correia, *Elementos de Planificação Económica*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1952.

[102] Carlos Bastien, *op. cit.*, p. 314.

industrialistas. A partir dos anos 30, como director da Junta de Electrificação Nacional e acompanhado por engenheiros da electrificação nacional, irá desencadear, através dos serviços do Estado[103] de que era responsável, uma notória campanha a favor do fomento industrial, da electrificação, do progresso técnico, de um Estado interventivo nestas áreas e de oposição às teses conservadoras dos agraristas. Prosseguiu essa campanha entre 1940 e 1944, no governo, como subsecretário de Estado da Indústria. Foi o momento de preparação das medidas legislativas, de que foi o principal mentor, tomadas em 1944 - Lei nº 2.002 da electrificação - e em 1945 - Lei nº 2.005 do Fomento e Reorganização Industrial[104].

O desenrolar do conflito mundial tinha tido importantes consequências económicas e sociais para Portugal, as quais foram acompanhadas, como já acima referimos, pela primeira grande vaga de contestação política que o regime teve de enfrentar. As debilidades estruturais da economia tornaram-se manifestamente visíveis - capacidade produtiva industrial escassa face às novas necessidades, não obstante se terem verificado acréscimos decorrentes da posição de neutralidade que o país assumiu; dependência estrangeira em termos energéticos, alimentares e outros bens, entre outras[105] - criando-se as condições, em conjugação com outros factores sociais, para uma receptividade às teses industrialistas. A indústria começava a ganhar um espaço crescente de notoriedade no plano económico. Em particular a Lei de Fomento e Reorganização Industrial, no plano legislativo, assume-se como um documento que pretende quebrar o obstáculo ruralista e

---

[103] Tal foi igualmente visível em outros serviços onde preponderavam os engenheiros, como por exemplo, as obras públicas. Assim, os defensores da industrialização lançaram as suas teses em diversos tabuleiros: ao nível da Associação Industrial Portuguesa por influência directa de alguns industriais, em alguns órgãos de informação controlados por estes industriais e na Assembleia Nacional pela voz de Araújo Correia.

[104] Lei nº 2.002 de 26 de Janeiro de 1944 e Lei nº 2.005, 14 de Março de 1945.

[105] Consulte-se Fernando Rosas, *Portugal entre a paz e a guerra. 1939-1945*, Lisboa, Estampa, 1990.

apresenta, pela primeira vez, uma política industrial[106]. Para os diversos analistas é um marco importante na derrota das teses ruralistas. O legislador dava prioridade à indústria transformadora - reorganização das já existentes no sentido da sua concentração e criação de indústrias base -, ao mercado interno e a uma política de substituição de importações. Na sequência da concepção do Estado forte, que tinha enformado todo o pensamento económico dos engenheiros industrialistas desde os anos 30, a lei consagra o Estado Novo como o principal decisor na condução da política industrial. Todavia, a aplicação da lei nos anos 50 irá ser permeada por indecisões, conflitos e alguns retrocessos face ao previsto inicialmente, consequências directas das lutas intestinas entre as várias fracções da burguesia.

Em 1945, Ferreira Dias[107], já ausente do governo, publicava *Linhas de Rumo, Notas de Economia Portuguesa*[108]. É considerado na actualidade um dos depoimentos mais notórios das teses industrialistas. Tendo por pano de fundo a justificação das medidas legislativas tomadas nesse mesmo ano, o autor vai, desde logo, colocar a tónica - como aconteceu em escritos e intervenções públicas de outros engenheiros industrialistas - nas debilidades estruturais da

---

[106] A discussão e aprovação da lei na Assembleia da República, bem como a discussão na Câmara Corporativa não foram de modo algum pacíficas. Os ruralistas conservadores continuavam a ocupar posições importantes nos órgãos de Estado e a profetizar as possíveis consequências funestas da industrialização. Por um lado, a desestruturação do mundo rural proveniente da migração populacional para os centros urbanos à procura de emprego nas indústrias, o que conduziria, para eles, à quebra dos valores tradicionais e do modo de vida rural, o que, por sua vez, elevaria os preços dos bens alimentares e, por último, dos salários. Por outro, a intensificação da urbanização criaria as condições propícias para a agitação, para a subversão, em síntese para o acréscimo do volume do operariado e da sua capacidade reivindicativa. No fundamental, para os ruralistas, a Lei do Fomento e Reorganização Industrial iria desestruturar o triplo equilíbrio económico e social que vigorou, sempre de alguma forma instável, desde os anos 30. Sobre esta lei, consulte-se: José Brandão de Brito, *op. cit.*; Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos....*, Id., *Portugal entre a paz...*

[107] As teses de Ferreira Dias constituíram um marco importante e influenciaram, em particular outros engenheiros. Entre eles encontram-se, por exemplo, Daniel Barbosa, ministro da Economia, e António Magalhães Ramalho, primeiro presidente do Instituto Nacional de Investigação Industrial.

[108] Ferreira Dias, *Linhas de Rumo, Notas de Economia Portuguesa*, vol. I, Livraria Clássica Editora, Lisboa, 1945.

economia portuguesa que, comparativamente, se posicionava para a altura na cauda dos países europeus. A actuação governativa do Estado Novo não tinha contribuído, de modo decisivo, para que tendencialmente a "economia de vão de escada"[109] tivesse vindo a desaparecer. E, segundo ele, isso devia-se, no fundamental, ao modo como os dirigentes do Estado Novo e principalmente os agrários conservadores percepcionavam a industrialização e a consideravam inviável para Portugal: o país era pobre de recursos e por isso mesmo deveria ser um país agrícola, era o primado ideológico da "fatalidade natural"; o desencadear da industrialização iria ser um elemento potenciador da conflitualidade social; o carácter passivo e abúlico da própria burguesia nacional que não afrontava o risco da iniciativa. O que persistia, ainda nos anos 40, no quadro do ideário conservador, não era mais do que o medo das consequências da modernização económica e social, do papel determinante da ciência e da técnica, enfim da própria mudança social.

Para Ferreira Dias tudo isto não passava de um conjunto de falsas questões - a pobreza virtuosa, a austeridade económica e financeira, a mediania empresarial, tão propagandeadas e colocadas em prática pelo regime, não conduziram ao bem-estar e ao progresso económico. Portugal possuía recursos naturais - a intervenção daquele engenheiro no planeamento da electrificação nacional através do aproveitamento dos recursos hídricos, aquando director da Junta de Electrificação Nacional, já o tinha provado - e um mercado interno a explorar. Existindo esses recursos deveria ser à indústria que caberia o papel de motor do crescimento económico num quadro mais amplo de uma política de substituição de importações.

Não obstante as questões estruturais da economia portuguesa terem sido tratadas por parte dos engenheiros a partir de uma posição marcada pelo voluntarismo, pelo pragmatismo, pela defesa acérrima do papel motor e

[109] Id., *ibid.*, p. 25.

determinante da técnica, mais do que de uma análise fundamentada na conceptualização dos fenómenos económicos, à luz das análises actuais, o discurso sobre o económico - como as acções que desencadeou - por eles assumido é apontado como um marco importante na história do pensamento económico português.

Até ao momento interessou-nos demonstrar que, durante os anos 30 e 40, o controlo da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos pertenceu aos juristas e aos engenheiros. Reafirmamos o que dissemos antes: a natureza exígua e pouca desenvolvida, em termos científicos e curriculares, dos conhecimentos económicos ministrados no ISCEF, contribuíram, entre outros aspectos, para que os licenciados em ciência económicas e financeiras - ainda para altura comummente designados como comercialistas - ficassem arredados daquele controlo. Como igualmente contribuíram, em conjugação com o facto do ISCEF não ter desempenhado um papel relevante na produção de conhecimentos económicos, para que este não fosse reconhecido, no campo universitário, como uma escola de economia. Entretanto, durante aquelas duas décadas, uma parte dos licenciados pelo ISCEF e dos diplomados pelos ISC, como veremos no ponto seguinte, encontravam-se profundamente inseridos numa estratégia de conquista dos lugares de contabilista, no Estado e nas empresas, disputando-os aos diplomados pelos Institutos Comerciais.

Ora o controlo da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos - apesar das fragilidades teórico-metodológicas que os mesmos apresentavam - permitiu transformá-los em importantes recursos cognitivos para engenheiros e juristas. Por sua vez, tais recursos ao serem agregados aos conhecimentos profissionais mais específicos de ambas as profissões induziu, em parte, a criação das condições objectivas para a expansão da sua empregabilidade. No plano do mercado de emprego, as áreas de actividade que tradicionalmente controlavam, algumas delas por via de um monopólio

legitimado pelo Estado, ampliam-se, o que lhes vai proporcionar um acréscimo dos benefícios materiais e simbólicos. Rapidamente juristas, e dentro destes em especial os advogados, e engenheiros passam a ser reconhecidos socialmente como *experts* em questões económicas.

Por seu turno, algumas das tímidas tentativas de expansão no mercado de emprego, em particular no estatal, por parte dos licenciados em ciências económicas e financeiras vão entrar em conflito com os interesses materiais e simbólicos dos juristas e engenheiros. Não temos informações que nos permitam avançar na caracterização ampla desses conflitos. Deixamos apenas uma pequena nota proveniente das entrevistas realizadas[110]. Eles tomaram a forma, não de conflitos abertos e socialmente visíveis, mas de lutas surdas, ocultas, principalmente nos contextos organizacionais estatais. Ocorriam no quotidiano dos serviços, nos concursos para acesso ao funcionalismo público ou para a promoção nas carreiras, nos tráficos de influências para a obtenção de uma nomeação para um cargo. Os licenciados em ciências económicas e financeiras tentavam a todo o custo demonstrar que detinham as qualificações académicas para as funções e os cargos a que se candidatavam. Eram, por outro lado, conflitos profundamente desiguais, em especial quanto aos recursos políticos, sociais e institucionais possuídos pelos contendores. Aqueles licenciados caracterizavam-se pela quase ausência destes recursos, o que os remetia inevitavelmente para a obtenção de ganhos pouco expressivos nos conflitos interprofissionais. Nem o próprio SNC poderia funcionar eficazmente na defesa dos interesses dos seus associados tolhido que estava pelas respectivas disposições estatutárias de mero sindicato nacional. Por sua vez, engenheiros e advogados eram profissões, que apesar de apresentarem diferenças em termos dos respectivos processos de profissionalização, tinham consolidado durante os anos 30 e 40 o seu fechamento social, detendo o monopólio legal sobre conhecimentos

[110] Segundo informação dos entrevistados UN, AC AZ e DA.

e segmentos do mercado de emprego, para o que contribuiu decisivamente o apoio dado pelo Estado Novo, nomeadamente com a criação das Ordens profissionais.

3. O conflito pelo controlo da função de contabilista

Em simultâneo com o processo de subalternização dos licenciados pelo ISCEF face aos juristas e engenheiros quanto à produção, apropriação e difusão dos conhecimentos económicos desenvolveu-se um conflito, nos anos 30 e 40 (que irá prosseguir, embora de forma menos polarizada e exacerbada, até meados dos anos 70), entre aqueles licenciados e os diplomados pelos IC pelo controlo da função de contabilista nas empresas e no Estado. O conflito marca indelevelmente o primeiro período da construção social dos economistas e expressa a estratégia de conquista dessa função, ao nível do mercado de emprego, por parte dos licenciados, a qual vai ser decisiva para a construção de uma área de actividade para os mesmos. Este é o objecto principal de análise que passamos a equacionar no presente ponto do nosso texto.

De acordo com o quadro teórico-metodológico adoptado, a análise do conflito será balizada por uma perspectiva que confere relevância às estratégias que, ao longo das duas décadas, aqueles licenciados e diplomados prosseguiram de conquista, de defesa e de consolidação da função de contabilista ao nível do mercado de emprego. Estratégias que, por sua vez, estão associadas, durante o período em referência, a determinados elementos: à construção do estatuto e da identidade profissional dos contabilistas; à dinâmica e às características que assumiram a formação escolar e as actividades laborativas dos diplomados em contabilidade pelos IC; à procura por parte dos licenciados pelo ISCEF de uma maior visibilidade para as suas qualificações académicas, condição fundamental para o acréscimo da respectiva empregabilidade e para a conquista de um posicionamento profissional gerador de benefícios simbólicos e económicos mais

consentâneos, de acordo com as representações sociais da época, com o título de licenciado que lhes tinha sido outorgado; ao acréscimo limitado de oportunidades de emprego gerado, em particular, pela expansão da organização burocrático-administrativa do Estado Novo.

A estratégia de conquista por parte dos licenciados pelo ISCEF será fundamentalmente lida a partir das acções dos diplomados pelos IC. Só tendo presente esta opção, se torna compreensível, no plano da redacção do texto, o destaque que damos às várias dimensões que caracterizaram socialmente esses diplomados. A história da profissão de contabilista está indissociavelmente ligada à progressiva afirmação profissional e social desses licenciados não só nos anos 30 e 40, como também nas décadas posteriores, como teremos oportunidade de mais à frente abordar.

Por seu turno, o conflito vai intersectar-se, de forma por vezes bastante directa, com elementos identificadores da sociedade portuguesa, parte dos quais já foram abordados ao longo do presente capítulo. A consolidação política e social do regime do Estado Novo, a configuração que tomou a dinâmica económica e as relações entre as classes sociais no período anterior à Segunda Guerra Mundial, o protagonismo político e profissional dos juristas e engenheiros, a tentativa de produção científica de uma escola económica corporativa e a recomposição do espaço de estabelecimentos do ensino técnico médio e superior ligado às questões comerciais e económicas são precisamente alguns desses elementos. Importa tê-los presentes, embora nem sempre referenciados de uma forma directa no texto, para se obter uma abordagem, o mais ampla possível, daquilo que esteve efectivamente no centro do conflito.

3.1. O ensino médio comercial e as actividades contabilísticas

A análise do conflito entre licenciados em ciências económicas e financeiras e diplomados pelos IC implica, entre outros aspectos, considerarmos

as respectivas instituições de formação escolar. Fizemos isso, anteriormente, para os extintos ISC e para o ISCEF, dando conta da evolução que tomaram institucional e morfologicamente, nas suas décadas iniciais de existência. Atentemos agora no ensino médio comercial produtor dos diplomados em contabilidade.

Como se recorda, os IC foram criados pela Reforma do ensino técnico de 1918, um em Lisboa e outro no Porto. Enformados pela posição política valorizante do ensino técnico como factor importante de crescimento económico - tão cara aos dirigentes republicanos -, o objectivo era o da formação de "auxiliares de comércio, agentes comerciais, guarda-livros e contabilistas"[111] para as empresas e administração pública. Detinham uma posição de charneira entre o ensino secundário e o superior de comércio, permitindo a existência de uma linha de continuidade entre os três graus de ensino comercial, nem sempre mais valorizante, como vimos antes, para os respectivos alunos que pretendiam alcançar os ISC, comparativamente aos que ingressavam no ensino superior comercial por via do liceu.

Só que aquela posição de charneira, ao longo dos anos, foi apresentando certas ambiguidades que acabaram por não conferir uma posição estatutária sólida aos IC no seio do sistema de ensino. Ambiguidades em termos da designação dos cursos e das respectivas habilitações para o mercado de emprego. Ambiguidades no plano dos conteúdos que, segundo alguns, por serem demasiadamente desenvolvidos encontravam-se descoincidentes do nível de conhecimentos que se pretendia alcançar com o ensino médio, aproximando-o do nível superior, gerando nos alunos aspirações ao acesso a lugares hierarquicamente mais bem posicionados, no quadro da organização e divisão do trabalho administrativo. Ambiguidades quanto ao objectivo central dos IC: serem escolas de transição para os ISC ou então de formação de diplomados para

[111] Cf. Regulamento do ICL, Decreto nº 5.162 de 18 de Fevereiro de 1919.

ocuparem posições intermédias nos serviços administrativos do Estado e das empresas.

Entre 1919 e 1930, o ensino ministrado nos dois IC estruturava-se em torno de dois cursos: o curso geral de duração de 2 anos e o curso médio de comércio de 4 anos[112]. Ao longo dos anos introduziram-se pequenas modificações[113]. Tendo em conta os Quadros VI-3 e VI-4, a procura do ensino médio comercial sofreu um acréscimo muito mais substancial no Instituto de Lisboa (297,4%) do que no do Porto (14,3%), apresentando mesmo este uma evolução irregular. Em ambas as escolas um facto ganha destaque: a procura dirigia-se maioritariamente para o curso geral, indicando, em contrapartida, a fraca atracção pelo curso médio de comércio.

Quadro VI-3

Evolução do número de matriculados no Instituto Comercial de Lisboa, por ano lectivo, tipo de curso e sexo

Anos	1			2			T			% de
Lectivos	H	M	T	H	M	T	H	M	T	M
1919/20	-	-	-	-	-	-	-	-	78	-
1920/21	-	-	83	-	-	7	-	-	90	-
1921/22	-	-	-	-	-	-	-	-	151	-
1922/23	-	-	141	-	-	18	-	-	159	-
1923/24	-	-	159	-	-	20	-	-	179	-
1924/25	-	-	128	-	-	33	-	-	161	-
1925/26	-	-	141	-	-	48	-	-	189	-
1926/27	-	-	170	-	-	24	-	-	194	-
1927/28	163	4	167	31	4	35	194	8	202	3,9
1928/29	214	8	222	44	2	46	258	10	268	3,7
1929/30	237	15	252	46	3	49	283	13	296	4,4
1930/31	256	12	268	40	2	42	296	14	310	4,5

Legenda: 1 - Curso Geral; 2 - Curso Médio de Comércio;T - Total
Fonte: Ministério da Fazenda, *Anuário Estatístico de Portugal* INE, *Estatísticas da Educação*

[112] O curso geral englobava 9 cadeiras, enquanto o médio, além destas, tinha mais 12. Numa primeira leitura, constata-se para o último uma diversidade de cadeiras, em que predominavam as que se encontravam direccionadas para um ensino mais técnico e profissional. Consulte-se o Decreto nº 5.020 de 1 de Dezembro de 1918.

[113] Veja-se Virgílio Rodrigues, "Apontamentos para a história do ensino médio comercial", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 21, 1938, pp. 101 e segs.

Quadro VI-4

Evolução do número de matriculados no Instituto Comercial do Porto, por ano lectivo, tipo de curso e sexo

Anos	1			2			3			4			T			% de
Lectivos	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	M
1919/20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	133	-
1920/21	-	-	22	-	-	6	-	-	91	-	-	18	-	-	137	-
1921/22	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	237	-
1922/23	-	-	72	-	-	14	-	-	27	-	-	135	-	-	248	-
1923/24	-	-	79	-	-	11	-	-	25	-	-	71	-	-	186	-
1924/25	-	-	59	-	-	26	-	-	15	-	-	-	-	-	100	-
1925/26	-	-	43	-	-	26	-	-	-	-	-	-	-	-	69	-
1926/27	-	-	57	-	-	22	-	-	-	-	-	-	-	-	79	-
1927/28	50	7	57	27	2	29	-	-	-	-	-	-	77	9	86	10,5
1928/29	79	10	89	17	2	19	-	-	-	-	-	-	96	12	108	11,1
1929/30	84	8	92	31	5	36	-	-	-	-	-	-	115	13	128	10,2
1930/31	127	13	140	9	3	12	-	-	-	-	-	-	136	16	152	10,5

Legenda: 1 - Curso Geral; 2 - Curso Médio de Comércio; 3 - Curso Preparatório; 4 - Curso Prático de Aperfeiçoamento Comercial; T - Total
Fonte: Ministério da Fazenda, *Anuário Estatístico de Portugal*. INE, *Estatísticas da Educação*.

Com efeito, o investimento educativo que era preciso fazer para concluir os 4 anos de duração do mesmo considerava-se, provavelmente, não compensador, face ao volume e qualidade dos benefícios materiais e simbólicos que se podiam auferir nas funções a ocupar ao nível do mercado de emprego. Então a opção recaía no curso geral, de menor duração e por isso mesmo exigindo um menor investimento educativo, o qual, contudo, ao não incorporar disciplinas de contabilidade, mas fundamentalmente disciplinas orientadas para a aprendizagem de conhecimentos gerais e práticos de escritório, não disponibilizava qualificações escolares para o exercício de actividades de maior grau de tecnicidade, na área da contabilidade e do comércio, em empresas de maior importância e no Estado.

Por outro lado, e apesar do tempo de permanência nos Institutos para a maioria dos alunos se limitar a 2 anos, o volume de conclusões é bastante restrito (Quadro VI-5). Afigura-se-nos que a baixa rentabilidade apresentada resulta,

entre outros factores, de uma parte dos alunos que frequentavam o ensino médio comercial fazerem-no na condição de trabalhadores-estudantes, o que consequentemente os induzia a um prolongamento da escolaridade de acordo com as suas disponibilidades temporais e financeiras, bem como com a sua situação ao nível do mercado de emprego.

Quadro VI-5

Evolução do número de diplomados pelo Instituto Comercial de Lisboa e pelo Instituto Comercial do Porto por ano lectivo

Anos Lectivos	Instituto Comercial de Lisboa	Instituto Comercial do Porto
1919/20	3	-
1920/21	1	6
1921/22	3	3
1922/23	2	6
1923/24	5	14
1924/25	11	5
1925/26	20	4
1926/27	20	3
1927/28	21	7
1928/29	18	7
1929/30	20	8
1930/31	47	13

Fonte: Ministério da Fazenda, *Anuário Estatístico de Portugal.*

A Reforma do ensino técnico de 1931[114] pretendeu especificamente reposicionar o ensino médio comercial, no seio do sistema de ensino, tentando colmatar parte das ambiguidades acima apontadas, através fundamentalmente de uma melhor definição das finalidades que o Estado lhe atribuía da alteração, da designação dos cursos, das estruturas curriculares e dos conteúdos programáticos. Não se prefigura, portanto, como uma medida institucional de alteração radical da organização existente. Contra o que o ministro da Instrução Pública em exercício, Cordeiro Ramos, declarava ser a confusão de objectivos e de títulos de

[114] Decreto-Lei nº 20.328 de 21 de Setembro de 1931.

cadeiras, herdada da I República, que predominavam nos IC, a nova reforma não pretendia mais do que definir de modo preciso e ordenado o futuro destas escolas, no seguimento do próprio ideário do regime político em gestação. A sua principal finalidade passaria a ser a formação de contabilistas, criando-se para isso o curso de contabilidade com a duração de 4 anos. Paralelamente, existiriam outros dois cursos: o curso preparatório para a admissão no ISCEF e no ISCP, de 2 anos; o curso para admissão à Escola Militar e à Escola Naval, de 4 anos.

No plano curricular, o curso de contabilista integrava 18 disciplinas, às quais se juntavam as de línguas - francês, inglês e alemão - e as de caligrafia, estenografia e dactilografia. Face ao currículo anterior, a mudança mais importante foi o acréscimo do número de disciplinas de contabilidade e sua concomitante especialização. De um total de 54 horas teóricas semanais para os 4 anos, 27,8% eram ocupadas com aulas teóricas das disciplinas de contabilidade, enquanto das 85 horas práticas semanais, 31,8% estavam preenchidas por aulas práticas daquela área disciplinar. Os dois primeiros anos eram generalistas, encontrando-se concentradas no 3° e 4° anos as disciplinas de contabilidade e de técnicas de escritório.

O Estado com a Reforma de 1931 passava a reconhecer que aos diplomados pelos IC com o curso de contabilidade pudesse ser outorgado o título académico de contabilista. Sem, todavia, estabelecer o monopólio do uso do título para esses mesmos diplomados. Nada fixou juridicamente, com as correspondentes consequências sociais e económicas, sobre o uso do título profissional de contabilista, isto é, não criou as condições para o estabelecimento do controlo monopolístico das actividades pelos diplomados. Unicamente avançou, como era tradição jurídica da época, na delimitação das possíveis funções para que habilitava o curso de contabilista. Peritos contabilistas dos tribunais de comércio, chefes de contabilidade dos estabelecimentos fabris do Estado e de empresas industriais e comerciais, administradores de falências,

fiscais de serviços contabilísticos e "comissários de contas" de empresas industriais e comerciais eram algumas dessas funções.

Entretanto, a conjugação das alterações introduzidas pela Reforma do ensino técnico de 1931 - criação do curso de contabilista com a duração de 4 anos e do curso complementar de comércio leccionado nas escolas comerciais igualmente de 4 anos - com a passagem de 5 para 6 anos do 2° ciclo do ensino liceal, em 1936, originou uma situação paradoxal ao nível do sistema de ensino. Os contabilistas diplomados pelos IC apresentavam a seguinte trajectória educativa, após a conclusão da instrução primária: 4 anos do curso complementar feito nas escolas comerciais, mais 4 anos do curso nos IC, perfazendo um total de 8 anos. Se o aluno entrasse nos IC com o 2° ciclo dos liceus, depois de 1936, concluindo o curso de contabilidade passados 4 anos, perfazia um total de 10 anos de escolaridade. Os licenciados pelo ISCEF que tivessem prosseguido sempre a via do ensino técnico teriam frequentado igualmente o curso complementar, nos IC realizavam os 2 anos do curso de admissão e posteriormente os 4 anos deste Instituto ou então no mínimo 5, se quisessem obter a aprovação em todas as secções, o que totalizava 10 ou 11 anos. Outra trajectória subsistia recorrentemente: os alunos possuíam o 7° ano dos liceus e prosseguiam depois o ISCEF, sendo o total de anos de estudo, pós primária, de 11 ou 12 anos com todas as secções.

O exercício comparativo entre aqueles 4 trajectos educativos permite-nos destacar dois pontos. Em primeiro, a obtenção do diploma de contabilista era penalizante para os alunos provenientes do liceu. Com o mesmo tempo de escolaridade, 10 anos ou então 11, finalizava-se a licenciatura do ISCEF. A consequência foi visível a partir de 1936, traduzindo-se na redução do número de alunos que se transferiam do liceu para o ensino médio comercial[115]. Em segundo,

[115] Cf. "Relatório da Comissão da Reforma do Ensino Técnico", in *Escolas Técnicas*, n°s 3 e 4, 1947, p. 256.

existia uma igualdade ou limitada diferença entre os tempos de escolaridade para a conclusão do curso dos IC e das secções do ISCEF.

Ora este último vai revelar-se como um dos factores institucionais gerador de fortes aspirações por parte dos diplomados do ensino médio comercial de o transformar em ensino superior de contabilidade. Por outro lado, irá também ser utilizado amplamente por eles como argumento justificativo das suas reivindicações de controlo, em termos de monopólio, das actividades contabilísticas. De facto, ao nível do ensino técnico industrial, a diferença de tempos de escolaridade entre o ensino médio e o superior era acentuada, bem como não subsistiam desde os anos 30 vias de passagem dos condutores ou agentes técnicos de engenharia para o IST ou para a FEP. O peso político e o protagonismo económico e social dos engenheiros foram determinantes para que o ensino da engenharia, de modo contrário aos interesses e reivindicações dos diplomados pelos Institutos Industriais, não tivesse uma configuração em todo idêntica à do ensino comercial.

Não obstante as intenções subjacentes à Reforma de 1931 de definir mais precisamente o posicionamento dos IC no seio do sistema de ensino, persistiu, até aos finais dos anos 40 - altura em que se implantou a reforma do ensino industrial e comercial de 1948 - uma não clara separação, em termos de finalidades e de alguns conteúdos programáticos, entre o ensino médio comercial e o ISCEF. No plano das hierarquias dos estabelecimentos de ensino, isso acabou por manter os IC numa posição de certo modo ambivalente. Estatutariamente pertenciam ao ensino médio, mas não estavam definitivamente afastados do ISCFE, em particular em termos curriculares, o que, em determinados momentos do conflito entre diplomados e licenciados, vai ser um ponto importante, como veremos, em favor das reivindicações dos primeiros.

Enquanto o ensino médio comercial se caracterizava por aquela ambivalência, o mercado de emprego para os diplomados em contabilidade era objecto de algumas clarificações que se materializavam no estreitamento da

respectiva empregabilidade. No âmbito particular do mercado de emprego estatal, os anos 30 foram tendencialmente pautados pela perda de determinados cargos e funções. A Reforma do ensino técnico profissional de 1930 e a de 1931[116] retiraram-lhes a possibilidade de serem professores do ensino comercial oficial, não obstante poderem continuar a sê-lo no particular. Além disso, estava-lhes interdita a docência nos IC, mesmo nas disciplinas de índole mais prática. Ainda ao nível do ensino, foi-lhes retirada passados alguns anos a faculdade que tinham, desde 1920, de se inscreverem na Escola Superior Colonial[117]. Por outro lado, os lugares de administradores de falências em Lisboa e no Porto com o Código de Falências de 1935[118] ficaram exclusivamente para os licenciados por qualquer das secções do ISCEF ou diplomados com o curso superior de comércio dos extintos ISC, tendo preferência, em termos de concurso, aqueles que fossem igualmente licenciados em direito. Quanto ao cargo de perito-contabilista, em 1939, a lei passava a estipular que a sua nomeação recaía em primeiro lugar entre os administradores de falências e só quando tal não fosse possível seriam escolhidos os diplomados pelos IC[119]. Neste último ano, aos concursos para chefes de contabilidade de organismos do Estado, quer dos serviços centrais, quer dos municipais só podiam habilitar-se licenciados pelo ISCEF ou licenciados em Direito[120].

Entretanto, em termos da hierarquia das funções ao nível do funcionalismo público, a partir de 1936[121], só poderiam ser nomeados chefes de serviço e de repartição os indivíduos que, no mínimo, possuíssem o curso superior adequado

---

[116] Decreto nº 18.420 de 4 de Junho de 1930 e Decreto nº 20.420 de 21 de Outubro de 1931. Com a Reforma de 1918 do ensino técnico, os diplomados com o curso médio comercial podiam ingressar no quadro do professorado das escolas comerciais. Tal disposição foi mantida pelo Decreto nº 12.147 de 19 de Janeiro de 1926.

[117] Cf. Vergílio Rodrigues, "Apontamentos para a história do ensino médio comercial", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 21, 1938, p. 107.

[118] Decreto-Lei nº 25.981 de 26 de Outubro de 1935.

[119] Decreto-Lei nº 29.637 de 28 de Maio de 1939.

[120] Cf. Luís Janeiro, "Objectivo técnico e cultural geral", in *Instituto Comercial de Lisboa*, nº 6, 1940, pp. 2-3.

[121] Decreto-Lei nº 26.115 de 23 de Novembro de 1935.

ao seu exercício, o que coarctava as possibilidades de progressão na carreira aos contabilistas dos IC.

Paulatinamente, as funções que lhes foram concedidas - sublinhe-se nunca em regime de monopólio profissional - pela Reforma do ensino técnico de 1931 vão sendo retiradas ou modificadas substancialmente pelo próprio Estado, a exemplo daquilo que já constatámos para outras formações académicas. Uma parte das restrições do mercado de emprego estatal que incidiram sobre os diplomados pelos IC vieram a beneficiar os licenciados pelo ISCEF, alargando as suas possíveis áreas de inserção profissional. E isso passava-se, de modo idêntico, ao nível dos organismos corporativos e de coordenação económica e das empresas privadas. Nestas últimas, as actividades daqueles licenciados, como sublinhámos antes, frequentemente se limitavam às funções contabilísticas, entrando, portanto, em conflito directo com os diplomados que as pretendiam ocupar. Para os diplomados, tal era considerado como uma usurpação indevida e que, ao longo dos anos 30 e 40, se apresentava sistematicamente recorrente. Mais do que uma estratégia ofensiva de conquista de uma área de actividade por parte dos licenciados em ciências económicas e financeiras, essa usurpação demonstrava igualmente que, por parte do patronato, o reconhecimento das suas qualificações académicas quedava-se, de modo principal, nos conhecimentos contabilísticos e administrativos que detinham. Resta saber se, em termos laborais, e exceptuando a particularidade que assumiam as funções estatais, aqueles licenciados poderiam ter outro tipo de intervenção nas empresas ou mesmo se estas, para o seu funcionamento e previsível expansão, faziam apelo a outras qualificações.

Para se entender o conflito entre os licenciados e os diplomados pelos lugares de contabilidade, importa ter presente, além da evolução institucional e morfológica dos respectivos espaços de formação escolar, qual era a clientela dos

serviços contabilísticos e qual a diferenciação que subsistia no seio daqueles que prestavam esses serviços[122].

No Portugal dos anos 30 e 40, se tivermos em conta os aspectos estruturais da economia portuguesa atrás referidos, em particular a dimensão das empresas, e a eles associarmos a distribuição das sociedades por tipo jurídico e volume de capital (Quadro VI-6), como mais um dos indicadores possíveis, afigura-se-nos que só um número escasso de sociedades, em particular as sociedades anónimas, deveriam recorrer a um contabilista habilitado com o curso médio ou a um licenciado pelo ISCEF.

Quadro VI - 6

Evolução do tipo de sociedades

Capital: 1.000 Contos

Sociedades \ Ano		1930	1940	1950
Anónimas				
	Nº	304	490	583
	%	6,1	4,0	2,7
	Capital	1.218	1.490	5.172
	%	58,9	50,3	58,2
Quotas				
	Nº	3.282	8.728	17.783
	%	65,7	71,4	83,3
	Capital	701	1.203	3.204
	%	33,9	40,6	36,0
Outras				
	Nº	1.413	3.003	2.970
	%	28,2	24,6	13,9
	Capital	148	271	513
	%	7,2	9,1	5,8
Total				
	Nº	4.999	12.221	21.336
	%	100,0	100,0	100,0
	Capital	2.068	2.964	8.889
	%	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Estatísticas das Sociedades*.

[122] Retomamos aqui a análise proposta por Keith Macdonald, "Social closure and occupational registration", in *Sociology*, nº 4, 1985, pp. 546 e segs.

Tudo aponta para que a esmagadora maioria das sociedades pelas suas características jurídicas, baixa dimensão em termos do número de trabalhadores, fraca capacidade tecnológica instalada e reduzido volume de negócios, como igualmente pelas resistências do patronato face à modernização administrativa, não possuísse serviços de contabilidade que, para o seu funcionamento, fizessem apelo às qualificações académicas dos licenciados e diplomados. A escrituração e contabilidade, quando existiam, eram asseguradas pelos denominados práticos - geralmente designados como guarda-livros, sem quaisquer habilitações académicas na área da contabilidade obtidas por via do ensino técnico público ou privado - ou então mesmo pelos próprios patrões, usando, frequentemente, métodos de trabalho rudimentares.

O reduzido volume de empregos consentâneos com as qualificações académicas dos diplomados e licenciados não era só o resultado da configuração que tomou a dinâmica económica durante o período em referência, mas também da existência de um enquadramento jurídico, não fortemente impositivo, quanto às regras de contabilidade e de escrituração a que as sociedades se deveriam submeter[123]. Mesmo no caso das sociedades anónimas subsistiam importantes lacunas que, nas duas décadas em análise, não vão ter qualquer tipo de resolução juridicamente consequente. E isto apesar do seu número ter aumentado, como se pode observar no quadro acima, dos anos 30 aos 50, em paralelo à importância que crescentemente tinham no processo de centralização de capital que então estava em curso. Para compensar esse reduzido número de clientes, os diplomados e licenciados direccionavam-se preferencialmente para o mercado de emprego estatal.

Dessa situação global se queixavam os estudantes do ICL:

---

[123] Durante os anos 30 e 40, estava em vigor o Código Comercial de 1888 elaborado por Veiga Beirão. O Decreto nº 27.153 de 31 de Outubro de 1936 veio tornar obrigatório certos livros de escrituração comercial para as sociedades anónimas e em comandita.

"Ao falar em contabilista, não o faço sem recordar que a maior parte dos diplomados por êste curso não desempenham funções de harmonia com as habilitações que colheram. Pode dizer-se que, na sua maioria, encaixaram-se em repartições públicas - e procuram a mesma situação os que ainda não o conseguiram -, nas quais desempenham serviços para cuja execução bastam poucas, e até nenhumas das matérias aprendidas no decorrer do seu curso. Na verdade o curso de contabilidade não tem, actualmente, uma finalidade directa. São praticamente nulos os casos em que um comerciante, uma empresa, etc., etc., procura, por consulta à respectiva escola ou por anúncio, um contabilista que vá superintender a sua contabilidade."[124]

Para os estudantes, uma parte da "culpa" de não exercerem a sua qualificação académica encontrava-se, em sua opinião, "no imobilismo", "no marasmo" que os patrões - "analfabetos e rotineiros" - demonstravam possuir. Mais concretamente para eles, a culpa era,

"(...) do grande atraso mental e da falta de preparação técnica da nossa classe comercial que prefere aos diplomados pelos cursos técnicos, os 'paisanos' da contabilidade, umas vezes por snobismo outras e mais gravemente por manifesta perseguição aos 'empregados letrados' que consideram o seu inimigo público nº1."[125]

A opção do patronato pelos práticos se era o resultado da heterogeneidade da clientela dos serviços contabilísticos, em termos de volume e da natureza dos serviços que pretendiam contratar, igualmente expressava a existência de uma diferenciação, que já assinalámos, no seio daqueles que tinham como ocupação a escrituração e a contabilidade.

Ao nível nomeadamente das empresas com serviços de contabilidade organizados vai ser usual, no decorrer dos anos 30 e 40, fazer-se a distinção, em

---

[124] Luís Duarte Janeiro, "Objectivo técnico e cultura geral", in ICL - *Jornal dos alunos do Instituto Comercial de Lisboa*, nº 6, 1940, p. 2.

[125] Francisco Biscaia, "Para que estudamos nós?...", in Idem, nº 7, 1940, p. 7. O autor refere ainda que os diplomados pelo IIL eram mais bem "recebidos na vida prática" do que aqueles que provinham do ICL. Isto poderá indicar que, para a altura, os empresários estavam mais receptivos à organização tecnológica da indústria do que propriamente a uma "contabilidade tecnicamente bem arrumada".

termos de tarefas e de responsabilidades hierárquicas, conforme a organização e divisão do trabalho se foi complexificando, entre o guarda-livros e o contabilista. O primeiro, genericamente, tinha como tarefa principal o registo dos dados nos diferentes livros das operações comerciais, o outro, colocado numa posição hierarquicamente superior - por exemplo ao nível dos serviços de contabilidade de uma empresa bancária ou seguradora -, distinguia-se por "exercer uma ciência" - a contabilidade - e não a "arte" do primeiro, e o seu trabalho consistia fundamentalmente no seguinte:

> "(...) agrupa e regista as operações à medida que elas se vão sucedendo, mas tem de tirar dos factos que vai registando as conclusões indispensáveis à vida e ao progresso da empresa, para que ela não soçobre, melhore as condições de produção e, possa, numa palavra, produzir cada vez mais e sempre em melhores condições."[126]

Importa ter presente que o mundo dos escritórios dos anos 30 e 40, cingindo-nos a Lisboa e Porto e a empresas com alguma importância, em termos do sector de actividade e do volume de negócios, revela modos de organização e divisão de trabalho não estruturados a partir de uma rígida separação de tarefas e de uma elevada especialização[127]. Como salienta J. Freire,

> "Dominando um conhecimento essencialmente burocrático, documental e contabilístico, estes trabalhadores só aparecem em organizações de média e grande dimensão - ao contrário do comércio onde predomina a muito pequena empresa. Tal facto, bem como a vizinhança física do patronato ou direcção e a partilha com estes de um ambiente ecológico muitas vezes semelhante, e ainda provavelmente razões adicionais decorrentes do meio social onde se faz o seu recrutamento, levam a que a cultura profissional destas categorias seja bastante diferenciada da cultura operária."[128]

---

[126] Luís Viegas, "Guarda-livros e contabilistas", in *Revista do Comércio e da Contabilidade*, nº 1, 1933, p. 20.

[127] Em termos de organização do trabalho administrativo, as propostas de Fayol no final dos anos vinte não eram completamente desconhecidas de certos meios intelectuais nacionais. Bento Carqueja refere-se a elas, embora de uma forma bastante esquemática. Consulte-se Bento Carqueja, *Economia Política*, 2 tomos, Porto, s/edit., 1927.

[128] João Freire, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento, 1992, p. 113.

Outra diferenciação caracterizava aqueles que se dedicavam à contabilidade e à escrituração. Não existindo para a época qualquer controlo sobre o acesso aos títulos de guarda-livros e contabilistas, o seu uso processava-se de forma discricionária e de acordo com os interesses dos agentes em presença. Assim, na globalidade do mercado de emprego dos serviços contabilísticos exerciam a sua actividade agentes com diferentes trajectórias educativas e experiências ocupacionais. A partir da bibliografia consultada, alguns exemplos podem ser trazidos aqui como demonstrativos disso. Os licenciados pelo ISCEF e os diplomados pelos extintos ISC geralmente ocupavam a função de contabilista, particularmente na posição hierárquica de chefe de contabilidade ou de escritório, o mesmo acontecendo para aqueles que provinham do ensino médio comercial. Constituíam a parte maioritária da elite do grupo ocupacional. Mas nesta função encontravam-se igualmente agentes com níveis de escolaridade mais baixos - curso de comércio, curso complementar de comércio[129] - que, partindo de uma iniciação escolar às questões da contabilidade e da escrituração, ingressavam precocemente nas empresas e iam adquirindo pela experiência e pelos ensinamentos de colegas mais idosos e experimentados um conjunto de conhecimentos, predominantemente de índole prática, isto é, saberes e saberes-fazer, que os capacitavam para o exercício de funções de mais responsabilidade técnica como era a de contabilista. Deste lato conjunto, outros ficavam pelas tarefas de guarda-livros elaborando a escrituração, tratando dos salários e dos impostos de pequenas e médias sociedades, mas não assumindo a condição de assalariados.

Àqueles dois conjuntos teremos ainda que juntar um outro: os designados "práticos". Eles não se diferenciavam de modo nítido de algumas das situações de trabalho vividas pelos segundos, com excepção talvez de um aspecto: não

[129] Os quais eram ministrados no ensino oficial e no particular. No Porto distinguia-se, ao nível do ensino particular, a Escola Prática Comercial Raul Dória.

possuíam habilitações escolares de âmbito comercial e mesmo uma parte deles tinha unicamente a instrução primária. E neste conjunto a profusão de situações diversas constituía um elemento caracterizador fulcral. Encontram-se referenciadas algumas delas: o indivíduo que entrava para a empresa para paquete, que posteriormente desempenha posições subalternas nos escritórios, como por exemplo, dactilógrafo, prosseguindo uma trajectória ocupacional ascensional passando por outras funções até se embrenhar nas questões da contabilidade; aquele que frequentou cursos de curta duração de contabilidade - nas cidades de Lisboa e do Porto existiam "escolas" que ministravam esses cursos, os quais eram certificados por um diploma em guarda-livros ou contabilista; e ainda outros que à sua ocupação principal - referenciámos antes que tal se passava, por exemplo, para licenciados, oficiais subalternos do exército, empregados bancários -, como forma de aumentarem os seus rendimentos familiares, juntavam a de prático de contabilidade, fora do horário normal de trabalho, com frequência à noite e em sua própria casa[130]. Em termos globais este conjunto de agentes pautava-se por uma qualificação obtida por via da experiência e do empirismo, da vivência interna dos contextos organizacionais; a aprendizagem desenrolava-se no decorrer das tarefas e sempre integrada nos objectivos comerciais e financeiros das próprias empresas.

Entretanto, a partir dos dados do Recenseamento da População de 1940 estamos em condições de analisar, de modo mais quantitativo, os agentes que exerciam a sua actividade ocupacional na área dos serviços contabilísticos, como se pode observar no Quadro -VI-7.

[130] Alguns desses agentes encontravam bibliografia do tipo *Guarda-livros sem mestre* que fornecia as bases para um certo autodidactismo.

Quadro VI-7

Distribuição das ocupações em 1940

Ocupações	Total	% de M	Cidade de Lisboa (%)	Cidade do Porto (%)	Resto do país (%)
Guarda-livros	3.969	2,8	30,8	18,2	51,0
Comercialistas, Contabilistas e Técnicos de Organizações Comerciais	394	9,1	44,9	15,0	40,1

Fonte: INE, *Recenseamento da População, 1940.*

O número dos que se reconheciam naquelas ocupações[131] era reduzido, predominando os práticos que se agregavam nos guarda-livros, e encontrava-se concentrado nas cidades de Lisboa e do Porto, em particular na primeira. Por seu turno, dos sectores de actividade onde exerciam o seu trabalho (Quadro VI-8)[132] destaca-se, de modo expressivo, "Comércio e Seguros" seguido da "Indústria Transformadora". Dados que vêm corroborar aquilo que anteriormente foi indicado.

Quadro VI-8

Distribuição percentual das ocupações por sectores de actividade em 1940

Sectores de Actividade	Guarda-livros	Comercialistas, Contabilistas e Técnicos de organizações comerciais
Agricultura e Pesca	2,2	-
Indústrias Extractivas	0,6	-
Indústrias Transformadoras	29,3	15,0
Obras Públicas e Construção	1,3	2,0
Transportes e Comunicações	6,4	14,4
Comércio e Seguros	40,2	47,1
Serviços de interesse geral	7,1	5,9
Serviços Diversos	1,9	2,6
Actividades mal definidas	11,0	13,0
Total	100,0 (N=2.988)	100,0 (N=153)

Fonte. INE, *Recenseamento da População de, 1940.*

[131] A agregação das ocupações de comercialista, contabilista e técnicos de contabilidade conduz à impossibilidade de se levar a cabo uma análise mais fina de cada uma delas, em particular das duas primeiras, a qual seria importante para o nosso trabalho.

[132] O Quadro VI-8 diz respeito unicamente às "profissões" exercidas por 100 e mais pessoas em cada distrito.

3.2. Os contornos do conflito

Caracterizados que foram alguns dos aspectos referentes ao ensino médio comercial e às particularidades em que se desenvolviam as actividades contabilísticas, regressemos, pois, à questão que norteia o presente momento deste trabalho: o conflito entre licenciados pelo ISCEF e diplomados dos IC pelos lugares de contabilidade.

Destacámos que existia uma diferenciação no seio daqueles que tinham como ocupação a escrituração e a contabilidade. Um dos principais eixos diferenciadores passava pelas qualificações académicas formalmente reconhecidas que os agentes possuíam na área da contabilidade. Por outro lado, e associado a esta diferenciação, o mercado de emprego para os diplomados e licenciados era restrito. A maioria das empresas optava provavelmente por soluções expeditas quanto à contabilidade. Face a isto, a concorrência entre os vários agentes, anteriormente tipificados, não ocorria simultaneamente entre todos.

O conflito entre licenciados e diplomados - aquele que nos interessa analisar - fazia-se, segundo os escassos dados apurados, prioritariamente pelo exercício das actividades contabilísticas, na qualidade de chefes de escritório ou de contabilidade, nas sociedades anónimas industriais, nas sociedades bancárias e de seguros, bem como em outras sociedades industriais e comerciais que tivessem sistemas de escrituração e de contabilidade organizados que necessitassem das qualificações daqueles agentes. Ao sector privado juntava-se a função de contabilista em outros contextos organizacionais: ao nível dos diferentes ministérios; chefes de contabilidade e de secretaria dos serviços autónomos do Estado, dos serviços municipalizados, das Câmaras Municipais de 1ª classe, das Misericórdias e das Instituições de Previdência e Assistência, dos organismos corporativos e de coordenação económica. As funções apontadas, estatais e

privadas, vão constituir o objecto central do conflito. Diplomados e licenciados, embora com uma maior visibilidade para os primeiros, desenvolveram estratégias com vista à sua conquista ou à sua defesa.

Por outro lado, os práticos faziam incidir os seus interesses, de modo preferencial, nas empresas de menor volume de negócios e que utilizavam sistemas de contabilidade simples, na medida em que não detinham competências e conhecimentos para assegurar outro tipo de serviços. Contudo, tal não era impeditivo de, em particular, nessas situações entrarem em conflito, em especial com os diplomados pelos IC, como salientámos anteriormente. Face à escassez de lugares para contabilistas qualificados academicamente, os diplomados acabavam por concorrer àquelas empresas.

Em suma, paralelamente ao conflito principal entre licenciados pelo ISCEF e diplomados pelos IC, subsistia outro que opunha, em especial, estes últimos aos denominados práticos. A intersecção destes conflitos vai conduzir os diplomados a viverem momentos, no seu processo de construção do estatuto socioprofissional de contabilista, de dupla conflitualidade, em que os lugares que pretendiam são conquistados, parcial ou totalmente, pelos licenciados e, simultaneamente, esses diplomados acabam por usurpar os lugares dos práticos.

Foi com a Reforma do ensino técnico industrial e comercial de 1931, que reposicionou o ensino médio comercial, em especial o curso de contabilista, no seio do sistema de ensino, que se iniciou publicamente, de uma forma mais veemente, o protesto dos diplomados dos IC contra a ocupação dos lugares de contabilistas por parte dos licenciados do ISCEF. De modo recorrente, nas páginas da *Revista de Contabilidade e Comércio* e no *Jornal dos Alunos do Instituto Comercial de Lisboa* começaram a surgir artigos e exposições denunciando a situação[133]. Para eles, um ponto era indiscutível: quem tinha

[133] A *Revista de Contabilidade e Comércio* iniciou a sua edição em 1933, a qual hoje em dia ainda se mantém. No período que estamos a analisar - anos 30 e 40 - a respectiva linha editorial era balizada pela publicação, mais profusamente, de artigos de índole prática, o que decorre principalmente do empirismo que reinava nos estudos contabilísticos, e igualmente de artigos e

direito, por força da formação académica que possuía, ao exercício da actividade de contabilista eram os diplomados pelos IC. E isto, no fundamental, por duas ordens de razões. A primeira era a de que os licenciados apresentavam, em sua opinião, uma "preparação medíocre em contabilidade."[134] E explicitavam:

> "A nossa preparação de contabilidade não admite comparação com a de qualquer outro curso, mesmo com a secção de Administração Comercial do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Temos até verificado que os conhecimentos de contabilidade dos licenciados nas secções aduaneira e diplomática - a grande maioria só tem estas secções - é igual para não dizer inferior à dos alunos das escolas comerciais."[135]

Para os diplomados era um argumento de peso que vai ser constantemente repetido, o qual para eles se encontrava reforçado pelo facto das cadeiras de contabilidade do seu curso terem uma natureza mais prática e utilitarista e, por conseguinte, proporcionadoras da aprendizagem de um conjunto de saberes-fazer importantes para o exercício "quotidiano" da contabilidade. A natureza mais teórica das cadeiras do ISCEF era, por sua vez apontada, como uma desvantagem curricular e de formação académica face às necessidades das empresas. Das várias secções existentes no ISCEF, a única que apresentava um desenvolvimento curricular mais amplo da contabilidade era a de administração comercial[136].

---

exposições em defesa dos interesses dos contabilistas, em especial dos diplomados pelos IC. A estes juntavam-se periodicamente artigos de afirmação da contabilidade como ciência e do estatuto social e económico dos respectivos profissionais, da defesa da regulamentação dos técnicos de contas.

[134] António Brito, "Algumas considerações profissionais", in *ICL - Jornal dos Alunos do Instituto Comercial de Lisboa,* nº 27, 1939, p. 301. E ainda acrescenta: "Os contabilistas com conhecimentos de contabilidade incontestavelmente muito superiores, tanto em profundidade como em extensão, só podem exercer cargos reputados secundários. Compreendemos, no entanto, a razão das coisas assim se passarem. Como há necessidade de dar ocupação a todos os licenciados, anexam-se os cargos de outros técnicos, o que, além de ser mais rápido evita tristes surpresas em concursos." Palavras duras e sugestivas da existência de favoritismos ao nível do mercado de emprego, as quais ganham maior relevo se atendermos que o seu autor era para a altura o director do jornal dos estudantes do ICL.

[135] Cf. António Brito, "Confusão de cursos e de funções", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 37, 1942, p. 113.

[136] Recorde-se que o curso de contabilidade apresentava no seu currículo 4 disciplinas da área da contabilidade: "Contabilidade Geral", "Operações Bancárias - sua contabilidade", "Contabilidade Industrial e Agrícola" e "Instituições de Previdência - sua contabilidade". No caso das secções do

Para os licenciados, o facto do ISCEF constituir uma escola universitária, portanto ocupando uma posição superior ao IC na hierarquia dos estabelecimentos de ensino, em que as matérias curriculares eram tratadas de um modo mais complexo face ao ensino médio, era por si só justificativo das pretensões e da ofensiva que os mesmos faziam no mercado de emprego[137]. Só que a proximidade entre a duração da escolaridade necessária para se obter o título académico de contabilista e o de licenciado em ciências económicas e financeiras, atrás apontada, tornava para os diplomados a questão das escolas estarem posicionadas em diferentes níveis de ensino como completamente irrelevante. A forma que a organização curricular do ensino médio comercial tomou, no plano institucional pós 1931, constitui-se em factor gerador das aspirações e em argumento de arremesso para os diplomados face aos que eles apontavam (licenciados), com uma marca de certa ironia, ser "mais doutores que homens de contas"[138].

Por seu turno, as trajectórias educativa e ocupacional de uma parte importante dos diplomados acabariam por reforçar o seu argumento de que eram mais qualificados do que os licenciados para o exercício dos lugares de contabilista.

Vejamos com um pouco mais de atenção cada uma das trajectórias. Quanto à trajectória educativa, e utilizando os dados do ano lectivo de 1940/41[139],

---

ISCEF, a situação era a seguinte: a secção aduaneira englobava no currículo as cadeiras de "Operações Comerciais. Contabilidade Geral" e "Contabilidade Pública e Administrativa"; a secção de finanças, além destas, tinha "Especulação Comercial. Organização bancária" e "Contabilidade industrial. Contabilidade agrícola (1ª Parte)"; a secção de administração comercial, às disciplinas já apresentadas acrescentava uma outra, indirectamente relacionada com a contabilidade, que era "Organização e administração de empresas (2ª Parte)". Para além destas, existia o ensino prático para todas as secções e para todos os anos que era ministrado sob a designação de Práticas de Técnica Comercial.

[137] Veja-se Vergílio Moreira, "Confusões", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 39, 1942, p. 371.

[138] Luís Mourão, "Da regulamentação dos técnicos de contas", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 8, 1934, p. 10.

[139] Cf. INE, *Estatísticas da Educação*. Apesar de ser o único ano em que existe informação detalhada sobre as trajectórias educativas anteriores à entrada dos estudantes nos IC, as informações documentais de natureza qualitativa recolhidas apontam para que a configuração e

dos 374 alunos matriculados pela 1ª vez no 1º ano no ensino médio comercial, 49,5% tinham o curso complementar de comércio, 11% o 2º ciclo do curso liceal, 24,1% o curso dos liceus ou o curso complementar de comércio incompleto e 16,6% nenhumas das habilitações exigidas nas condições de acesso (os dois últimos conjuntos de alunos haviam sido sujeitos a um exame de admissão).

Apresentava-se como uma população discente com particularidades que importa ressaltar: o volume importante de alunos admitidos que fizeram a aprendizagem das matérias do exame de admissão na base de um certo autodidactismo; a procura limitada por parte dos alunos liceais, o que resultava, recorde-se, do facto do ensino médio comercial ser para eles pouco atractivo, pois a duração do curso de contabilista de 10 anos era igual à da licenciatura em uma das secções do ISCEF. Entretanto, a particularidade mais notória decorria de uma parcela importante dos alunos transitarem do ensino comercial (não só os do curso complementar como também uma parte dos "autodidactas").

No decurso do ensino comercial, os alunos adquiriam conhecimentos, predominantemente de índole mais empírica, sobre, por exemplo, aritmética comercial, contabilidade e escrituração comercial, direito comercial, economia política e geografia comercial. Deste modo, as escolas técnicas comerciais funcionavam como importantes espaços de iniciação a estas matérias e de construção da própria identidade do empregado de escritório e de contabilidade. Eram por excelência um espaço de socialização e de inculcação de disposições importantes para a inserção no mundo do trabalho ou então para, uma minoria, prosseguir os seus estudos nos IC. Nestes, as aprendizagens básicas feitas no nível de ensino anterior, em particular quanto à contabilidade, iriam ser rentabilizadas e aprofundadas.

importância relativa das mesmas não sofreu variações significativas nas duas décadas em análise, anos 30 e 40.

Só indirectamente podemos ter alguma informação sobre a trajectória ocupacional dos diplomados pelos IC. Para isso observámos a condição em que se encontravam matriculados os alunos do ensino médio comercial.

Quadro VI-9

Condição dos alunos matriculados nos Institutos Comerciais

Anos lectivos	Total	% de Alunos Extraordinários
1943/44	1.189	82,8
1945/46	1.382	80,4
1946/47	1.381	81,9
1949/50	1.510	83,8

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação.*

A leitura do quadro acima permite-nos concluir do expressivo volume de alunos extraordinários face ao total de matriculados. Tal indicia que estamos perante uma população discente em que deveria ser frequente a situação de trabalhador-estudante, provavelmente laborando ao nível de escritórios ou do comércio[140]. O aspecto a destacar é que tal trajectória ocupacional, geralmente iniciada após a conclusão do curso comercial, possibilitava aos jovens a aquisição de um conjunto de qualificações ocupacionais, mormente ao nível das práticas quotidianas dos contextos organizacionais em que se encontravam inseridos. Essas qualificações entrecruzavam-se, por sua vez, com os conhecimentos teóricos e empíricos aprendidos na escola, acabando, em conjunto, por constituir um importante património qualificacional para o desempenho das funções contabilísticas. Isso era tanto mais válido, quanto o modelo de escrituração e de contabilidade existente na empresa fosse sustentado pelo empirismo e pela experiência rotineira.

[140] Essa situação foi-nos confirmada pelos entrevistados UN e AZ questionados sobre o tema. A existência de cursos nocturnos em algumas escolas comerciais era um factor organizativo que tornava possível a frequência das aulas por parte dos trabalhadores-estudantes.

Em suma, as trajectórias escolar e ocupacional, que caracterizavam uma parte substancial dos diplomados pelos IC, tinham-lhes permitido vivenciarem situações, em diferentes contextos organizacionais, escolares ou económicos, em que aprenderam um conjunto de conhecimentos, de natureza diversa, sobre escrituração, contabilidade e procedimentos de trabalho em escritório, os quais vão constituir, segundo eles, instrumentos fundamentais para o desempenho da actividade contabilística.

Para os diplomados, a conquista dos lugares de contabilista pelos licenciados adquiria ainda uma maior gravidade porquanto ao nível do mercado de emprego persistia uma "confusão de cursos e funções."[141] Confusão que directamente prejudicava os seus interesses e acabava por legitimar a "usurpação" desses lugares, como se deduz do seguinte:

> "É frequente a confusão entre comercialistas e contabilistas a ponto de, até nas exigências particulares e oficiais, se estabelecer como condição para o concurso a lugares de chefes de contabilidade o diploma do antigo curso superior de comércio, hoje curso superior de ciências económicas e financeiras, secção administração comercial. Para muitos o comercialista é o mesmo que um guarda-livros teórico diplomado; para outros é um contabilista ou perito contabilista, e até em decretos, se estabelece que a função de contabilista tem de ser desempenhada por um diplomado do Instituto Superior."[142]

Saliente-se, antes de prosseguirmos, que o excerto se reporta a 1933. Ele só vem confirmar o que atrás se apontou sobre o mercado de emprego dos licenciados pelo ISCEF. Mas mais: afigura-se-nos que nessa data, a confusão acabava por beneficiar directamente os licenciados, ao nível do mercado de

---

[141] Veja-se, em particular, Rafael dos Santos, *op. cit.*, Vergílio Moreira, "Confusões", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 39, 1942, pp. 371-374; Rafael dos Santos, "Ainda as confusões dos cursos", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 40, 1942, pp. 468-471; Vergílio Moreira, "Discussões", *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 41, 1943, pp. 44-48; António Brito, "Confusão de cursos e de funções", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 37, 1942, pp. 11-113.

[142] Caetano Dias, "A administração económica. Comercialistas", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 2, 1933, p. 77.

emprego, o que resultava, em parte, da sua própria estratégia expansionista de conquista dos lugares de contabilistas. Como se apontou antes, no início dos anos 30, a função de chefia de contabilista quer em empresas privadas, quer no Estado era por eles reclamada, tal como acontecia com os diplomados pelos IC. Não podemos excluir que as ambiguidades que caracterizavam, no plano da relação entre o ensino ministrado e o mercado de emprego, quer aqueles Institutos, quer o ISCEF - a par da fraca adesão da generalidade do patronato, por razões económicas e sociais, a sistemas de contabilidade inovadores - conduziam também à "confusão entre cursos e funções."

Nos finais dos anos 30 e meados dos anos 40, o tema voltava a ser recorrentemente debatido nas páginas da *Revista Contabilidade e Comércio*[143], sempre no âmbito mais global do conflito interocupacional pela área dos serviços contabilísticos[144]. Paradoxalmente, quer para diplomados, quer para licenciados a "confusão de cursos e funções" só poderia existir para aqueles que não estivessem completamente inteirados do assunto.[145] Unanimidade que escondia argumentos e estratégias diferentes. Os diplomados defendiam que a finalidade primeira dos IC, em termos regulamentares, era a formação de contabilistas. Por seu turno, se eles obtinham o título académico, igualmente deveriam ter, no mínimo, prioridade no acesso às respectivas funções no Estado e nas empresas.

---

[143] Em 1942, num artigo elaborado por um diplomado em contabilidade pode ler-se: "Se nos referimos em especial aos licenciados em Ciências Económicas, é porque há alguns anos estamos notando a lamentável confusão que se dá entre este curso e o de contabilista, tão diferentes na sua forma e na sua finalidade. Mas o pior ainda é que certas pessoas, confundindo a situação de favor que a ignorância de algumas entidades em questão de contabilidade lhes proporcionou, se julgam capacidades e discutem problemas da ciências das contas com um à-vontade que muito mal coloca o seu curso superior." In *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 37, 1942, p. 113.

[144] É de realçar que o debate ocorreu entre um número restrito de sujeitos. Da parte dos diplomados, alguns deles eram colaboradores assíduos da *Revista Comércio e Contabilidade* e do *ICL - Jornal dos Estudantes do Instituto Comércio de Lisboa.* Com uma posição mais consequente na defesa dos licenciados encontramos unicamente Vergílio Moreira, diplomado pelo ISCP e que nos 50 e 60 assumirá, como veremos mais à frente, a direcção do Sindicato Nacional dos Comercialistas.

[145] Veja-se Francisco Antunes, "Organizemos a câmara dos contabilistas portugueses", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 27, 1934, pp. 306-308.

Os licenciados deveriam desempenhar, segundo a sua perspectiva sobre a questão, outras funções:

> "Possuem os Institutos Comerciais maior número de cadeiras de contabilidade do que qualquer outro estabelecimento de ensino do país [...] porque tendo a finalidade de preparar profissionais contabilistas, devem fornecer habilitação técnica mais desenvolvida; ao Instituto Superior, por lhe competir preparar dirigentes, professores e orientadores da ciência económica, e nunca concorrentes dos contabilistas, embora proporcionando aos seus alunos aptidão científica e intelectual superior, corresponde um ensino especulativo, e não prático, como o daqueles Institutos."[146]

Ora os licenciados, em termos discursivos, não discordavam desta divisão de trabalho. A sua argumentação vai estruturar-se em vários planos. Primeiramente, em termos públicos não reclamavam de modo directo os lugares de contabilistas, unicamente repudiavam as reivindicações monopolistas feitas pelos diplomados, isto é, defendiam que o título académico de contabilista dos IC não deveria funcionar como condição exclusiva para o exercício da actividade[147]. Em segundo, a confusão não subsistia porque, de modo definitivo, os cursos encontravam-se posicionados hierarquicamente - um era curso médio, o outro superior[148]. Em terceiro, o principal papel profissional dos licenciados pelo

---

[146] *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 7, 1939, p.260.

[147] Cf. Vergílio Moreira, "Discussões", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 41, 1943, p. 46. E afirma: "Mas, porque há uma escola que prepara contabilistas, acontece que os diplomados por essa escola, procuravam e viam o significado restrito do termo. Onde se diz contabilista, eles vêem ou querem ver, diplomado com o curso de contabilidade, da escola tal."

[148] Como explicava Vergílio Moreira, "Desde que não se confundam os vários graus de ensino, nunca mais se pode falar em confusão de cursos. Nunca mais o diplomado pelos Institutos Comerciais sentirá a concorrência do licenciado em ciências económicas e financeiras; nunca mais o agente técnico sentirá a concorrência do engenheiro, como o enfermeiro não sente a concorrência do médico e o solicitador a do advogado. Embora o advogado não tenha como função fazer requerimentos ou exercer procuradorias, podê-lo-á fazer quando quiser; embora o médico não se destine a dar injecções e fazer pensos, nada impede de o fazer, como o engenheiro de dirigir obras e o licenciado em ciências económicas e financeiras de orientar e fazer escritas, se isso fôr necessário. Como os conhecimentos do enfermeiro, do solicitador, do agente técnico e do contabilista diplomado pelos Institutos Comerciais são muito limitados e especializados (embora possam ser superiores dentro de certo campo, principalmente da execução), êstes é que não podem nem devem ultrapassar o seu âmbito, sem que nada impeça que o grau imediatamente

ISCEF era serem "técnicos de administração" e não contabilistas[149]. Este era o ponto crucial da argumentação dos licenciados. Sem abandonarem, em termos de discurso, que poderiam exercer funções contabilísticas, vão aspirar à criação, no seio das empresas, de uma área de actividade específica, a da administração[150]. Área que seria desempenhada em exclusivo pelos licenciados do ISCEF.

Uma explicitação mais concreta das funções dos licenciados do ISCEF nessa área da administração aparece, em 1945, num artigo assinado por Vergílio Moreira:

> "A necessidade de técnicos de administração nas nossas êmpresas mais importantes é evidente. As condições anormais dos últimos anos, as exigências fiscais e de condicionamento, puseram à vista tôdas as deficiências existentes, deficiências de organização técnica e contabilística, deficiências principalmente de orientação e organização administrativa. Não basta um bom executor de contabilidade, um bom guarda-livros. Há necessidade de orientadores da contabilidade, de intérpretes dos números que dela resultam, que possam encaminhar a emprêsa de modo a modificar êsses números num sentido tal que traduzam uma melhoria da sua situação. São necessários *Técnicos de Administração.*"[151]

Com efeito, era uma argumentação que não rejeitava, em termos liminares, a conquista da função de contabilista por parte dos licenciados pelo ISCEF - o

---

superior possa, se necessário, descer à execução de serviços entregues aos outros." Cf. Vergílio Moreira, "Confusões", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 39, 1942, p. 372.

[149] Veja-se Caetano Dias, *op. cit.*, pp. 78 e segs; Vergílio Moreira, "Confusões", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 39, 1942, pp. 373-374, Id., "Técnicos da administração" in *Idem*, pp. 41 e segs.

[150] Em 1933, Caetano Dias sugeria esta solução organizativa. Considerava mesmo que era vexatório para um licenciado, que ele apelida ainda de comercialista, "(...) executar as leis e normas que a contabilidade estabelece para constatar o equilíbrio da movimentação económica de valores de um organismo. A missão do comercialista é dirigir o programa geral de acção de um organismo, de constituir o corpo social, de impulsionar e orientar a administração económica. Administrar economicamente é a função do comercialista. Para esse efeito, ele possui largos conhecimentos gerais e profundos conhecimentos da ciência de administração económica. Por conseguinte, para o contabilista ficaria a função da contabilidade, para o comercialista a da administração. Ao comercialista pertenceria a função nobre e hierarquicamente superior da administração prática de actos económicos". Caetano Dias, *op. cit.*, p. 78 e segs.

[151] Vergílio Moreira, "Técnicos de Administração", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 49, 1945, p. 43.

contrário a acontecer seria socialmente mistificador - e apontava a administração das empresas, ainda que estreitamente relacionada com as actividades contabilísticas, como um espaço de empregabilidade a privilegiar no futuro por esses mesmos licenciados. Temos de reconhecer que este último aspecto se apresentava como uma aspiração no mínimo não concretizável face às características organizacionais do tecido empresarial português de meados dos anos 40, no sentido de garantir um volume importante de empregos. Provavelmente com excepção de um grupo restrito de empresas, em que predominavam as bancárias, a esmagadora maioria não tinha uma configuração organizacional complexa em que existisse uma separação nítida entre a propriedade jurídica e a administração.

Em síntese, encontramo-nos perante uma argumentação por parte dos licenciados do ISCEF que propõe um "jogo" simultâneo, em termos de procura de emprego, em duas áreas das organizações: a contabilidade e a administração. Não se perdia "nem pau nem bola". Isso mesmo acusava Alfredo Magalhães, então Director do ICP, e defensor intransigente dos respectivos diplomados[152].

Daquele "jogo" não comungava inteiramente Gonçalves da Silva, professor do ISCEF, que numa conferência intitulada "A contabilidade e a administração das empresas", em 1945, persistia na importância que o Instituto deveria ter na formação de contabilistas,

> "Se para guarda-livros das pequenas e das médias empresas servem respectivamente e perfeitamente os diplomados das escolas elementares e médias, com alguns anos de experiência, a verdade é que para organizar, orientar ou chefiar os serviços de contabilidade das grandes empresas já estão naturalmente indicados os que adquiriram numa escola superior aqueles conhecimentos de economia e sem os quais nenhum contabilista pode aspirar a lugares menos modestos."[153]

---

[152] Alfredo Magalhães, *op. cit.*, p. 293.

[153] Fernando Gonçalves da Silva, "A contabilidade e administração de empresas", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 50, 1945, p. 139.

Estamos perante duas perspectivas não coincidentes do que deveria ser a actividade dos licenciados pelo ISCEF, às quais se veio juntar, nesse ano de 1945, uma outra da autoria de Pires Cardoso que se alicerçava na categoria dos "técnicos económicos".

No plano discursivo, diplomados e licenciados repudiavam a "confusão de cursos e funções". Posição que assentava na tentativa de demarcação de cursos e das respectivas áreas de inserção laboral; qualquer dos competidores tinha como um dos objectivos prioritários identificar e delimitar as fronteiras das áreas de actividade que considerava não só propiciadoras de um acréscimo da sua empregabilidade, e igualmente possibilitadoras do acesso a lugares em empresas ou no Estado, valorizados simbólica e materialmente no quadro da sociedade portuguesa dos anos 30 e 40.

Não obstante os esforços de negação, a "confusão de cursos e funções" entre diplomados e licenciados subsistia ao nível do mercado de emprego. Importa ter isso presente. Do lado da oferta de emprego, a confusão apontada pode sugerir que, de certo modo, para algumas das empresas seria indistinto empregar licenciados ou diplomados[154]. Existia, portanto, uma intermutabilidade de formações académicas face aos lugares de contabilistas, que acabava por ser reforçada pelo facto das representações sociais da relação entre cada um dos cursos e actividades ocupacionais acentuarem a natureza formalmente idêntica que subsistia entre os mesmos. A isto acresce que, para os anos 30 e 40, a função de contabilista encontrava-se limitada nos seus aspectos essenciais, fundamentalmente ao nível das organizações empresariais mais desenvolvidas e do Estado, sendo objecto de uma representação com contornos mais nítidos e visíveis. Ora os licenciados pelo ISCEF, como temos vindo a defender, até como consequência da pluralidade de secções existentes no Instituto, não eram

[154] Em termos de pista de análise a merecer uma outra abordagem sustentada quantitativamente, pode-se enunciar que o emprego indistinto de licenciados e diplomados conduziria a uma desvalorização remuneratória dos primeiros, não obstante favorecer a sua estratégia expansionista ao nível do mercado de emprego.

reconhecidos como estando associados a uma ocupação específica e se o contrário acontecia, em especial nas empresas privadas, era precisamente com a de contabilista.

Já o dissemos, a "confusão de cursos e funções" favorecia a estratégia expansionista dos licenciados no mercado de emprego. Como igualmente favorecia essa mesma estratégia o volume mais elevado de sujeitos que se licenciavam com a secção de finanças e com a de administração comercial face aos diplomados com o curso de contabilista. A chegada ao mercado de emprego destes em maior número conduzia ao desequilíbrio entre os competidores, que se tornou mais gravoso quando a própria dinâmica económica, nos anos 30 e 40, provavelmente não gerou ao nível das empresas as mudanças necessárias no sentido de se tornar rentável ao funcionamento das mesmas uma organização e divisão do trabalho administrativo com lugares diferenciados para contabilistas e para licenciados pelo ISCEF - os tais "técnicos administrativos" que Vergílio Moreira defendia. Não existindo estes lugares, a opção que restava aos licenciados nas empresas era considerar que a área dos serviços contabilísticos fazia parte do seu espaço de empregabilidade. Contudo, devido à exiguidade da procura privada, a opção determinante era feita a favor dos serviços de Estado mas, uma vez mais aqui, a conquista dos lugares de contabilistas apresentou-se como objectivo principal para os licenciados.

3.3. A não concretização da regulamentação dos técnicos de contabilidade

Até ao momento abordámos o conflito entre os licenciados pelo ISCEF e os diplomados pelos IC, focalizando a nossa atenção no objecto da disputa - os lugares de contabilista - e na argumentação produzida por ambas as partes. Em termos da estrutura expositiva optou-se por salientar, em especial, as relações interocupacionais. Interessa a partir de agora introduzir elementos, de natureza diversa, que no período em análise - anos 30 e 40 - nos permitam enveredar pela

complexificação do equacionamento do conflito, de modo a obtermos sobre este uma visão mais abrangente.

Perante a estratégia ofensiva de conquista de lugares de emprego de contabilistas levada a cabo pelos licenciados, ao nível dos serviços estatais e das empresas, os diplomados vão encetar um conjunto diversificado de acções com o objectivo primordial de defesa dos seus interesses. Quase todas elas se desenvolvem no plano discursivo, assumindo as características de instrumentos de reivindicação e de pressão, fundamentalmente perante o Estado. Vamos encontrar nessas acções: a reivindicação da publicação de legislação de defesa do uso do título, das condições de acesso e de exercício da ocupação de contabilista, do monopólio do exercício ocupacional, tudo isto no quadro da denominada "regulamentação dos técnicos de contas"; a defesa da credibilização social, técnica e científica da ocupação de contabilista; a proposta de reorganização da via do ensino técnico comercial que no essencial conduzisse à valorização da contabilidade em termos de ensino e do respectivo título académico; por último, como servindo de enquadramento ao apontado, a defesa do carácter científico e não exclusivamente empirista e utilitarista da contabilidade.

Neste ponto iremos abordar a questão da regulamentação, deixando as restantes acções encetadas pelos diplomados para o ponto imediatamente posterior.

No início do ano de 1933, o ministro do Comércio, Indústria e Agricultura criava uma comissão para "(...) estudar o problema da regulamentação das profissões de guarda-livros, contabilista e perito-contabilista, indicando as normas fundamentais em que devia basear-se semelhante regulamentação"[155]. Era

---

[155] Cf. Portaria de 30 de Janeiro de 1933. Veja-se igualmente *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 1, 1933, p. 71. Integravam a Comissão os seguintes elementos: Francisco e Cunha, doutor em ciências económicas e financeiras e licenciado em direito pelo Ministério do Comércio, Indústria e Agricultura, Mosés Amzalak, professor catedrático e representante do ISCEF, Emílio Azevedo, como representante da Associação Comercial de Lisboa, Sebastião Alfredo da Silva, representante da Associação Industrial Portuguesa, Octávio Brito, licenciado em ciências económicas e financeiras pela Associação dos Contabilistas Diplomados pelos Institutos Médios

a resposta, por parte do Estado, às reivindicações apresentadas, em 1931, pela ACP e pela Associação dos Diplomados pelos Institutos Médios de Comércio[156] e, em 1933, pela ACNP[157], quanto à formulação de um conjunto de regras reguladoras de uma ocupação que alguns denominavam, de forma inovadora para a época, de "técnicos de contas". Resposta que, sublinhe-se, ocorria num contexto social e político caracterizado quer pelo processo que então se iniciava, de corporativização da sociedade portuguesa, em particular das diversas ocupações existentes, quer pela reorganização do ensino médio comercial e do ensino universitário com a criação da UTL e a transformação do ISCL no ISCEF. Ambas as alterações institucionais, em nosso entender, vão indirectamente colocar em causa a posição de alheamento do Estado relativamente à delimitação de áreas de empregabilidade e do posicionamento, no seio da organização e divisão de trabalho administrativo, daqueles que eram formados pelo ISCEF e pelos IC.

Com a comissão em funcionamento, as reivindicações surgiram inevitavelmente. Em Novembro de 1933, os licenciados apresentavam ao ministro das Finanças, e simultaneamente Presidente do Ministério, Oliveira Salazar, uma longa lista de pretensões[158]. Anteriormente, a pretexto da caracterização de alguns dos principais elementos do mercado de emprego desses licenciados, fizemos uma ampla referência ao documento. Recorde-se que o documento exprimia, de forma clara, as fortes aspirações dos jovens licenciados pelo ISCEF a ocuparem uma diversidade de lugares não só ao nível de serviços públicos, mas também de empresas, entre eles os de chefes de contabilidade.

---

de Comércio e cursos equivalentes. Passados meses entra para a comissão o capitão Francisco Caetano Dias, em representação da Associação dos Contabilistas e Guarda-livros de Portugal. Unicamente a Associação dos Comercialistas do Norte de Portugal não teve qualquer delegado na Comissão.

[156] Cf. Alfredo Magalhães, *op. cit.*, p. 247.

[157] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 2, 1933, p. 10.

[158] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 4, 1933, p. 353.

Como então destacámos, tal confrontava-se com os interesses de juristas, mas também de diplomados e alunos dos IC.

Da parte destes últimos, as pretensões apresentadas ao governo foram várias. A Associação Académica do ICP[159] reclamava, em meados de 1934, o cumprimento integral por parte do Estado do que se encontrava estipulado na Reforma do ensino técnico de 1931 quanto às habilitações para o mercado de emprego dos diplomados em contabilidade, ao restabelecimento do acesso dos mesmos à condição de docentes das escolas comerciais e à possibilidade de exercerem em exclusividade os lugares de mestres das disciplinas práticas do ensino técnico (caligrafia, dactilografia e estenografia).

Enquanto as reivindicações dos licenciados assumiam um carácter expansionista, as dos diplomados e alunos dos IC apresentavam-se, na primeira metade dos anos 30, ainda imbuídas por uma certa debilidade argumentativa e cingidas à tentativa de reconquista de áreas de actividade perdidas, como era o caso do ensino técnico comercial. Contudo, rapidamente vamos assistir ao avolumar da discussão e da polémica, em particular após a comissão ter apresentado ao ministro, em Dezembro de 1934, a sua proposta de "Regulamento de Técnicos de Contabilidade."[160]

Na medida em que durante cerca de 30 anos constituiu o documento mais importante sobre o tema da regulamentação das actividades contabilísticas há que indicar, de modo mais fino, os seus pontos principais. O documento estabelecia as condições do exercício da "profissão" e do uso dos respectivos títulos, as atribuições dos técnicos de contabilidade, bem como os seus direitos e responsabilidades.

Desde logo uma questão de natureza taxinómica se expressa no texto do documento. Recorde-se que, a par da delimitação de funções que a comissão tinha por incumbência realizar, era imprescindível investir em definições e em

---

[159] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 6, 1934, p. 30.

[160] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 9, 1935, pp.45-49.

designações para essas mesmas definições. Em suma, cabia à comissão o papel de construção de nomenclaturas profissionais, apropriando-se ou não do que usualmente incorporava a linguagem corrente ou então mesmo das formulações taxinómicas que se encontravam explicitadas, por exemplo, nos vários instrumentos de registo dos movimentos populacionais, como eram os censos. Assim, emergia a designação ocupacional de "técnicos de contabilidade" - a comissão vai rejeitar a designação de técnicos de contas - que agrupava as seguintes ocupações: guarda-livros, contabilista e perito-contabilista[161]. Guarda-livros correspondia à posição hierárquica mais baixa.

A par deste trabalho de taxinomia, a comissão estipulou as condições do acesso e do uso de cada um dos três títulos ocupacionais.

Quadro VI-10

Requisitos para uso dos títulos de Técnicos de Contabilidade

Ocupação	Condições
Perito-contabilista	Maiores de 25 anos de idade. Diplomados com o antigo curso secundário de comércio ou o curso de contabilista dos IC. Além disto, deviam ter aprovação num concurso de admissão prestado junto do Conselho Superior dos Técnicos de Contabilidade.
Contabilista	Maiores de 22 anos de idade. Diplomados com o antigo curso secundário de comércio ou com o curso de contabilista dos IC e possuírem três anos de prática de contabilidade digráfica.
Guarda-livros	Maiores de 17 anos. Diplomados com o antigo curso secundário de comércio ou com o curso de comércio das escolas técnicas profissionais de comércio e possuírem dois anos de prática de contabilidade digráfica.

Fonte: *Revista Contabilidade e Comércio*, nº 9, 1935, pp. 46-47.

[161] A Comissão aponta para as seguintes definições dos técnicos de contabilidade: "Guarda-livros é o técnico que tem a função de, por si ou conjuntamente com os seus auxiliares, executar todas as operações de escrituração. Contabilista é o técnico cuja função consiste em superintender, organizar, orientar e dirigir os serviços de contabilidade dos organismos públicos e privados. Perito-contabilista é o técnico que tem por função a fiscalização e verificação da contabilidade e factos gestivos dos organismos económicos". Cf. Idem, p. 45. O uso do termo técnico dava um cunho de especialista a cada uma das categorias, tão importante para se esbater o carácter rotineiro e simplista do trabalho que os contabilistas e os guarda-livros executavam.

Um factor se destaca do quadro acima, a equivalência literal que se faz entre o curso secundário de comércio que funcionou entre 1913 e 1918 (recorde-se que neste último ano foram criados os IC, o que colocou um ponto final na posição ambígua dos cursos herdados dos extintos IIC) e o curso de contabilista dos IC. Se tal proposta tentava resolver o posicionamento dos que tinham aquele curso, acabava por paralelamente estabelecer uma equivalência que em nada valorizava, em termos de futuro, o ensino dos IC.

Quanto aos sujeitos oriundos do ISCEF, a comissão entendeu que:

> "Os diplomados com o curso superior de comércio ou os licenciados em ciências económicas e financeiras - secção administração comercial -, poderão, mediante inscrição respectiva, desempenhar quaisquer das funções de técnicos de contabilidade, logo após a terminação dos seus cursos."[162]

A enformar a proposta apresentada encontrava-se uma concepção que estabelecia, de forma não completamente explícita, uma equiparação entre os licenciados do ISCEF e os diplomados dos IC. Em termos de acesso aos títulos, aos licenciados não era exigida qualquer condição prévia de natureza específica mas, por outro lado, também não beneficiavam da exclusividade de serem peritos-contabilistas. Por seu turno, ao limitar-se o acesso unicamente dos licenciados com a secção de administração comercial, se tal era defensável face ao critério, por exemplo, de ser a secção com uma preparação académica mais alargada na área da contabilidade, levava inevitavelmente à redução do volume de opositores aos diplomados pelos IC, acabando por, de modo directo, beneficiar estes últimos. A aplicação dessa condição de acesso prejudicava a secção de finanças, em cujo currículo a importância das cadeiras de contabilidade não era de modo algum irrelevante.

---

[162] *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 9, 1935, p. 47.

Para aqueles que não possuíam qualquer uma das habilitações apontadas, os denominados práticos, estabelecia-se, conforme a ocupação, um conjunto de condições que agregavam a idade, tempos mínimos de exercício da actividade, posse de conhecimentos, tempo de experiência na execução do método contabilístico mais usual para a época (a contabilidade digráfica) e a permanência como chefe de contabilidade. Condições amplas que vão motivar contestação por parte daqueles que possuíam as habilitações académicas previstas na regulamentação. Deixamos para mais tarde a análise deste conflito.

Além destes aspectos, o documento, como acima indicámos, delimita a área de actividade dos "técnicos de contabilidade" e estabelece o respectivo monopólio ocupacional. Com efeito, propõe-se que o Estado institucionalize uma clientela específica para aqueles técnicos[163]. Clientela cuja contabilidade só poderia ser dirigida por um técnico credenciado. O reconhecimento de quem podia exercer a actividade, em termos de direitos e responsabilidades, a protecção dos títulos e dos interesses económicos, sociais e políticos dos técnicos e o desenvolvimento científico e técnico da contabilidade ficariam a cargo, segundo a comissão, de um órgão a criar no âmbito da própria orgânica estatal - o Conselho Superior dos Técnicos de Contabilidade[164].

Em termos globais, a comissão apontava para uma solução regulamentar que conduzia ao fechamento social da ocupação de técnico de contabilidade, indo assim ao encontro das aspirações, em especial dos diplomados. Com o acesso

---

[163] De acordo com a proposta de regulamento "as sociedades anónimas, as sociedades bancárias, as Juntas Gerais de distrito, as câmaras municipais de concelhos de 1ª classe, os organismos do Estado com autonomia e com contabilidade privativa e as corporações administrativas com um movimento de receitas ou despesas superior a 200 contos deverão ter a superintender e dirigir a sua contabilidade um contabilista." E acrescentava-se, "a partir de 6 meses da data da publicação do diploma a promulgar, nenhuma escrituração comercial se considerará devidamente arrumada nem fará fé em juízo, desde que os balanços não estejam devidamente assinados por um técnico de contabilidade inscrito", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 9, 1935, p. 47.

[164] O Conselho era constituído por um Presidente nomeado pelo governo e 6 vogais, dos quais quatro eram escolhidos igualmente pelo governo: 1 professor de contabilidade do ISCEF; 1 professor dos IC; 1 professor das Escolas Profissionais de Comércio; 1 perito contabilista diplomado; 1 contabilista diplomado; 1 guarda-livros diplomado. In Idem, p. 48.

controlado e a exclusividade ocupacional estabelecida, as actividades contabilísticas passariam a ser mais atractivas, em termos de benefícios materiais e simbólicos, para aqueles que detivessem as habilitações académicas na área da contabilidade. Só que a solução organizativa elaborada pela comissão apresentava-se completamente estatizante, pois o tal Conselho Superior dos Técnicos de Contabilidade não era mais do que um organismo que se inseria nos próprios serviços do Estado. Ao contrário do que na altura se preparava para as Ordens profissionais, o Estado não delegava, numa entidade jurídica autónoma, parte ou totalidade dos vários processos de controlo e defesa dos interesses dos técnicos de contabilidade[165].

As propostas alternativas à da Comissão não se fizeram esperar. Nos primeiros meses de Março de 1935, várias instâncias de representação de alunos - as Associações Académicas (AA), em especial a do ICP - e dos que exerciam a actividade contabilística vão intensamente defender os respectivos interesses. Uma questão vai polarizar a discussão entre as AA dos IC e o Sindicato Nacional dos Contabilistas, Guarda-livros do Distrito do Porto (SNCGP)[166]: as condições de acesso aos títulos e o exercício das práticas laborativas, em termos de contabilidade, por parte dos práticos[167]. Enquanto o sindicato pugnava por um

---

[165] Passados uns anos, mais propriamente em 1937, e perante o não avanço da regulamentação, o então presidente do Sindicato Nacional dos Contabilistas e Guarda-livros do Norte vai propor a criação de uma Ordem dos Contabilistas. In Idem, nº 18, 1937, pp. 4-6.

[166] O Sindicato Nacional dos Contabilistas e Guarda-livros do Distrito do Porto viu os seus Estatutos aprovados pelo subsecretário de Estado das Corporações em finais de 1933. Fez parte, portanto, do primeiro grupo de sindicatos corporativos. Antes da corporativização sindical existia unicamente a Associação dos Contabilistas e Guarda-livros de Portugal. Embora não dispúnhamos de informação sobre o processo de formação do sindicato, afigura-se-nos que a sua rápida constituição em todo esteve relacionada com a regulamentação que naquele ano, como vimos, estava a ser tratada pela comissão ministerial. A inexistência de instância de representação, como o sindicato, no período de discussão dos resultados (tenha-se presente que fazia parte dos objectivos da comissão a elaboração de um relatório final sobre a discussão, o que nunca foi tornado público) seria, de certo modo, desastroso para os interesses, em especial dos práticos.

[167] Consulte-se nomeadamente o seguinte: "Representação do S. N. de Contabilistas e Guarda-livros do Porto", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 9, 1935, pp. 50-57; "Representação dos alunos do Instituto Comercial do Porto", in Idem, pp. 57-62; "Nova Representação do S.N. dos Contabilistas e Guarda-livros do Distrito do Porto, in Idem, pp. 147-150; "Representação dos

regulamento que não só lhe fornecesse poderes de controlo do acesso aos títulos, mas também fosse mais abrangente das actividades desses práticos[168], dando fundamentalmente um amplo reconhecimento da sua importância nas empresas[169], as AA enveredavam pela defesa de um reconhecimento restrito e pela protagonização dos diplomados pelos IC.

Em suma, o que estava em jogo não era mais do que a delimitação do volume e da qualidade daqueles que podiam aceder ao exercício da actividade contabilística. Delimitação que tomava algumas particularidades, pois os opositores apresentavam-se quantitativamente desproporcionados. Face ao número limitado de diplomados em contabilidade, fruto da juventude das respectivas instituições de formação escolar, e ao tipo predominante de clientela dos serviços contabilísticos, a actividade ocupacional era dominada - referimo-nos em termos quantitativos -, nos meados dos anos 30, pelos práticos. Ora isso constituía uma desvantagem para os diplomados. Por sua vez, para o SNCGP que provavelmente deveria ser constituído, de modo maioritário por práticos[170], uma versão restrita das condições de acesso aos títulos teria como consequência uma redução do número de filiados, com a inscrição dos contabilistas em outros

---

diplomados da Escola Raul Dória", in Idem, pp. 150-152; "2ª Representação dos diplomados do Instituto Comercial do Porto", in Idem, pp. 145-146.

[168] Significativo da representação social que os dirigentes sindicais detinham dos estudantes é a seguinte frase: "As modificações ou alterações apresentadas agora a V. Exª e ao côrpo das Bases são aquelas apenas que exprimem um grito de Justiça, um desejo de não ver esmagados aquêles que fizeram as contas em benefício único dos que até aqui se limitavam a aprender, embora sintamos que serão, amanhã, inegavelmente os nossos mestres", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 9, 1935, p. 50.

[169] O sindicato unicamente tinha aquela posição abrangente face aos práticos que se dedicavam em exclusivo à prestação de serviços contabilísticos. Reivindicava, por exemplo, que fosse proibido o exercício profissional aos funcionários públicos, civis e militares. Para a altura era usual os mesmos terem um segundo emprego, neste caso como contabilistas, de modo a completar os salários não elevados da administração pública. Ora a sua presença no mercado de emprego, na generalidade, auferindo baixas remunerações, acabava por subtrair lugares aos práticos e tendencialmente levar ao decréscimo do nível global das remunerações. Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 9, 1935, p. 51.

[170] Em vários documentos, o sindicato afirma que entre os seus filiados se encontravam licenciados em ciências económicas e financeiras. Uma forma directa de tentar argumentar que a sua representatividade não se quedava pelos práticos, o que lhe possibilitava alguns trunfos na discussão com os alunos e diplomados pelos IC.

sindicatos como, por exemplo, o dos Empregados de Escritório, o que seria contrário a uma representatividade, o mais ampla possível, condição essencial para uma intervenção sindical mais forte, mesmo no quadro cerceador das liberdades sindicais imposto pelo Estado Novo.

O que se começava a desenhar era, no essencial, um conflito entre duas concepções de estatuto laboral dos denominados técnicos de contabilidade. Uma alicerçada na posse de qualificações académicas certificadas, na área do ensino comercial, principalmente ao nível médio; outra que desvalorizava essas qualificações e apontava para um estatuto em que a qualificação ocupacional obtida, por intermédio da experiência, do empirismo, da antiguidade nas empresas, se revelava como elemento não residual.

O período mais intenso de discussão ocorreu durante o ano de 1935. Não temos qualquer informação que os comercialistas ou então o conjunto mais alargado dos licenciados em ciências económicas e financeiras tivessem apresentado propostas. Recorde-se que somente em Junho de 1935 o SNC foi constituído. Até esse momento a pretensão essencial, em particular, dos comercialistas foi a criação da Ordem dos Comercialistas.

Em Fevereiro de 1936, as AA dos dois IC enviaram a vários membros do governo um documento com um conjunto amplo de reivindicações[171]. Os temas eram recorrentes: defesa do acesso a lugares nos serviços estatais; reposição da sua condição como professores do ensino técnico profissional antes da Reforma do ensino técnico de 1931; defesa da aprovação da regulamentação dos técnicos de contabilidade de acordo com as pretensões apresentadas pelos IC. Um dos aspectos que adquire mais ênfase no documento é o da reafirmação da superioridade dos diplomados face aos licenciados quanto aos conhecimentos

[171] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 13, 1936, p. 82. A representação apresentada pelas duas AA vinha no seguimento de uma reunião de diplomados e alunos do ICL feita em Dezembro anterior.

contabilísticos[172]. Como apontámos antes, este argumento vai ser fundamentalmente usado pelos estudantes, como também pelos diplomados, para justificar as suas pretensões em ocupar determinados cargos ou funções, em especial, os de administradores de falências, chefes de secção e chefes de repartição dos serviços de contabilidade.

Todavia, às pretensões apresentadas, os estudantes juntavam uma nova reivindicação, a qual a partir de 1936 será utilizada por eles repetidamente: o acesso aos cargos do Estado, na área das actividades contabilísticas, deveria ser sempre realizado por intermédio de concurso por provas públicas. Ao concurso seriam admitidos preferencialmente os diplomados pelos IC e os licenciados com a secção de administração comercial do ISCEF. Estamos simplesmente perante uma concepção meritocrática do acesso aos cargos. Em termos de objectivo central, tentava-se não só subverter a forma de acesso baseada exclusivamente na prova documental do capital escolar, como criar as condições, em termos dos procedimentos organizativos da burocracia estatal, para se testemunhar publicamente a superioridade reclamada pelos diplomados, ao nível dos conhecimentos de contabilidade. O mérito obtido na prova resultaria da qualidade da formação académica possuída pelo candidato e não do título académico.

Em simultâneo com aquela postura de índole defensiva face aos licenciados, desenha-se no documento apresentado pelas AA dos IC uma outra que pretendia, no essencial, limitar o acesso à via do ensino técnico comercial dos alunos provenientes dos liceus, isto é, excluir potenciais concorrentes. Reivindicavam que os exames de admissão aos IC e ao ISCEF dos candidatos provenientes, respectivamente, do 5° e 7° ano dos liceus (secção ciências) não deveriam ter como principal finalidade a comprovação dos conhecimentos

---

[172] Como se afirma no documento: "É bem evidente a superioridade de preparação dos contabilistas, sobre os licenciados nas secções aduaneira, diplomática e consular, e finanças, havendo ainda a ter em conta que a grande maioria dos alunos dos Institutos Comerciais possui o grau secundário do ensino técnico (5° ano do comércio), sendo por consequência mais seguros os seus conhecimentos", in Idem.

ministrados na via liceal, mas sim aqueles que eram considerados mais importantes - os "conhecimentos técnico-comerciais". E justificavam a sua pretensão:

> "Por esta forma evitar-se-ia os grandes inconvenientes que resultam da heterogeneidade de preparação de alunos, tais como num curso superior ser necessário ensinar contabilidade elementar, que os indivíduos que seguem regularmente o ensino técnico aprenderam nas escolas comerciais, prejudicando assim imenso estes últimos que em lugar de ampliarem e complementarem as noções adquiridas, fazem uma simples repetição das matérias já estudadas nos cursos secundário e médio."[173]

Conquanto a justificação seja plausível, no âmbito de uma estrita racionalidade curricular, ela teria determinados efeitos sobre a procura quer dos IC, quer do ISCEF. Desde logo, desencorajaria a procura proveniente dos liceus, na medida em que era exigido aos candidatos a realização de exames de admissão - ao ensino médio comercial e ao ensino superior - sobre matérias nas quais não tinham adquirido conhecimentos na sua trajectória educativa anterior. No caso do ISCEF, que maioritariamente era frequentado por alunos provenientes do liceu, tal retracção da procura, e desde que não fosse compensada por aqueles que transitavam dos IC, conduziria a um decréscimo da frequência escolar e, por conseguinte, de licenciados. Ora isto acabaria por vir a favorecer os diplomados com o curso de contabilista, na medida em que reduziria o número de potenciais concorrentes provenientes do ISCEF. Se a medida tivesse sido aceite pelo poder político, restringia-se a concorrência, como também se verticalizava o ensino técnico comercial, impedindo a sua licealização, em particular ao nível do ensino médio.

Entre 1937 e 1940, e perante o silêncio dos ministros face às reivindicações apresentadas, as AA dos IC vão persistir, embora de modo menos

---

[173] *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 13, 1936, p.80. Retenha-se que propostas semelhantes tinham sido feitas aquando da Reforma de 1918 do ensino técnico profissional.

intensivo, na difusão das suas pretensões[174]. Em Novembro de 1940, a AA do ICP reaviva a discussão sobre a regulamentação dos técnicos de contabilidade, apresentando uma proposta ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social[175]. Seria fastidioso dar conta, de modo detalhado, da proposta apresentada. Convirá sublinhar que ela segue, nos traços principais, a apresentada pela comissão ministerial 6 anos antes. Após anos de forte intransigência face às condições de acesso à actividade e uso dos títulos por parte dos práticos, o texto apresentado revela uma posição mais permissiva, embora continue a acentuar o protagonismo que os diplomados pelos IC deveriam ter na área dos serviços contabilísticos[176]. Quanto aos licenciados com a secção de administração comercial, os estudantes mantêm no seu documento a possibilidade dos mesmos exercerem qualquer uma das ocupações dos técnicos de contabilidade, imediatamente após terem terminado o respectivo curso. Tal como se encontrava previsto no texto da comissão de 1935. Também aqui, os estudantes recuaram nas suas pretensões, pelo menos, face a uma representação que apresentaram, em 1938, ao então ministro da Educação Nacional, Carneiro Pacheco, em que, de forma indirecta, reclamam a exclusividade dos diplomados pelos IC para as ocupações de contabilista e perito-contabilista[177].

Se subsistia, em 1940, algum consenso entre as AA dos IC e o SNCGP em torno dos aspectos essenciais, que deviam estar presentes numa hipotética regulamentação dos denominados "técnicos de contabilidade", o mesmo já não acontecia face a determinadas acções entretanto desencadeadas pelo sindicato. Desde a sua criação, em 1933, e animado por um grupo dirigente restrito e combativo, que o SNCGP se tinha transformado numa importante instância

---

[174] Consulte-se a *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 22, 1938 e a nº 27, 1939.

[175] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 34, 1941, pp. 223-232.

[176] A direcção do SNCGP em carta enviada ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência, em meados de 1941, concorda com a proposta dos estudantes sobre o acesso dos práticos às actividades dos técnicos de contabilidade. Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 34, 1941, pp. 231-232.

[177] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 22, 1938, pp. 293-296.

política representativa dos interesses dos contabilistas e guarda-livros, em particular dos práticos. Para tal deveria contribuir não só aquele posicionamento combativo, como igualmente o facto de ser a única organização sindical corporativa, ao nível do distrito do Porto, que abrangia aquelas ocupações[178]. As suas representações e contra-representações, reuniões e acções de sindicalização são disso exemplo[179].

Ao abrigo do Decreto-Lei nº 29.931 de 15 de Setembro de 1939[180], o sindicato obtém autorização do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência para cobrar a quotização a todos os contabilistas e guarda-livros nele não filiados que trabalhavam no distrito do Porto e para emitir a respectiva carteira profissional. Uma consequência directa desta prerrogativa foi o acréscimo dos sindicalizados e, consequentemente, daqueles que munidos desse documento, o qual funcionava com um autêntico certificado de qualificação ocupacional, se designavam de contabilista ou de guarda-livros.

Ora o que os estudantes contestavam era precisamente aquela via institucional de acesso às actividades contabilísticas, especialmente por parte dos

---

[178] A inscrição no SNCGP era vivamente contestada pelos Sindicatos dos Bancários, dos Seguros, dos Empregados de Escritório. Colocava-se o problema quer da representatividade de cada um dos sindicatos, quer dos técnicos de contabilidade serem ou não meras categorias do conjunto mais vasto dos designados empregados de escritório. Esta questão será abordada mais à frente.

[179] Veja-se entre 1933 e 1943, as notícias publicadas na *Revista de Contabilidade e Comércio* sobre a actividade do SNCGP. Fátima Patriarca referencia que, em 1936, o Sindicato, ao abrigo de um despacho do subsecretário de Estado das Corporações, tinha obtido o controlo da colocação dos desempregados, o que funcionou como factor de motivação para a filiação nos sindicatos nacionais. Ver Fátima Patriarca, *A Questão Social* ..., vol. I, p. 315.

[180] Com excepção das Ordens Profissionais, o Decreto-Lei nº 23.050 que permitiu a corporativização dos sindicatos não estabelecia a obrigatoriedade de sindicalização. A partir de 1934, vão sendo tomadas medidas legais que impelem à sindicalização. Não mais que uma forma de combater algum desinteresse que existia pelos sindicatos nacionais. Um dos momentos importantes deste processo consubstanciou-se na publicação do Decreto-Lei nº 29.931 de 15 de Setembro de 1939 e de outra legislação, que vieram impor a quotização obrigatória para os sindicatos, mesmo não se sendo filiado, bem como a possibilidade de ser emitida a carteira profissional pelo próprio sindicato. Sobre esta questão, veja-se Fátima Patriarca, *op. cit.*, pp. 315 e segs.

práticos[181]. Para eles, tal situação deveria terminar. Para isso apontavam, dentro do quadro jurídico-político que enformava a organização corporativa, que se deveria proceder à revisão dos estatutos do SNCGP. Essa revisão deveria ser feita num triplo sentido[182]: os sindicatos nacionais dos técnicos de contabilidade ficariam com a prerrogativa de emitir a carteira profissional, a qual constituiria o título indispensável para o exercício das profissões de guarda-livros, contabilista e perito-contabilista; esses mesmos sindicatos seriam responsáveis pela fiscalização do uso dos títulos e exercício das ocupações de técnicos de contabilidade; por último, os respectivos corpos dirigentes seriam unicamente constituídos por "técnicos de contabilidade diplomados".

A conjugação dos poderes do Conselho Superior dos Técnicos de Contabilidade[183] com os dos Sindicatos Nacionais conduzia, se a proposta de regulamento tivesse sido aplicada, a um apertado controlo ao acesso e uso dos títulos, à monopolização de segmentos de mercado de emprego, em suma obtinha-se, por esta via, o fechamento social, nos seus aspectos primordiais, da actividade dos denominados técnicos de contabilidade. Por outro lado, a proposta de organização já não se configurava completamente estatizante como a que foi apresentada pela comissão governamental em 1933. A presença dos sindicatos nacionais - embora não se possa esquecer a sua natureza de "organismos de

---

[181] Como apontam os estudantes: "Decerto que os diplomados pelos Institutos Comerciais reconheciam que, nos domínios da contabilidade, como em quási todos os outros ramos de competência profissional, há auto-didactas de merecimento e isso mesmo já foi afirmado, com respeito por certos direitos adquiridos, numa representação enviada sobre o assunto, há tempos, a Sua Excelência o Senhor Ministro da Educação Nacional, mas êsses casos, relativamente pouco numerosos, não invalidam a chocante impropriedade com que o título de contabilista está a ser usado por quem quer que assim o deseje". E quanto à "carteira profissional" deixavam bem claro: "Seria caso para renegarmos a escola em que o Estado nos formou (referem-se ao ICP) e socorrermo-nos apenas dum boletim de inscrição, garantido pelo simples carimbo duma casa comercial que estivesse disposta a dizer que já lá tínhamos feito contabilidade ainda que muito modesta e de poucas exigências, ou limitarmo-nos, sem mais preocupações, a usar os títulos respectivos". In *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 34, 1941, pp. 225-226.

[182] Idem, p. 230.

[183] A proposta das AA do ICP previa este órgão tal como acontecia na da comissão governamental, embora as suas competências ficassem mais limitadas.

administração indirecta do Estado"[184] e o cerceamento das suas capacidades de defesa livre dos associados a que estavam sujeitos pelo Estado Novo - conferia à proposta uma certa ambivalência institucional. Mas o mais importante é que a criação de sindicatos nacionais de técnicos de contabilidade, com as prerrogativas apontadas, não deixaria de afectar a representatividade do SNC. Os associados deste que quisessem exercer as actividades contabilísticas, como contabilistas ou peritos-contabilistas, teriam de possuir a respectiva carteira profissional, o que os compelia a transferirem-se para os sindicatos nacionais dos contabilistas.

A proposta de reorganização sindical avançada pelos estudantes foi vivamente contestada pelo SNCGP no que toca à impossibilidade dos não diplomados serem dirigentes[185]. Contudo, essa era talvez uma questão de menor importância face a outra que tinha emergido desde a apresentação da proposta de regulamentação pela comissão governamental, em 1933: deveriam os guarda-livros e os contabilistas terem sindicatos autónomos ou então filiarem-se nos sindicatos nacionais de escritório existentes? Por sua vez, esta questão encontrava-se intimamente articulada com outra: guarda-livros e contabilista seriam profissões - no sentido comum da época - ou meras categorias de uma profissão mais ampla que era a de empregado de escritório?

O que se encontrava em disputa cingia-se ao princípio de agrupamento em que assentavam os sindicatos nacionais (profissão ou outro), como igualmente ao modo como se deveriam classificar as actividades laborativas e à própria amplitude da representatividade política de cada sindicato. No ponto 1 do presente capítulo, destacámos que a implantação da organização sindical corporativa não foi um processo linear nem isento de conflitos; estes existiram face ao modo como se devia estruturar essa organização. Primeiro, o Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, em 1935[186], em segundo, o

---

[184] Mário Pinto e Carlos Moura, "As estruturas sindicais...", p. 141.

[185] Veja-se *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 34, 1941, pp. 231-232.

[186] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 10, 1935, pp. 156-162.

Sindicato dos Empregados de Escritório do Distrito de Lisboa, em 1942[187] vão questionar o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência sobre a legalidade da existência do próprio SNCGP, porquanto guarda-livros e contabilista não poderiam ser considerados como profissões, mas sim categorias da profissão de empregado de escritório. Assim, os técnicos de contabilidade deveriam filiar-se nos sindicatos dos bancários, de escritório e dos seguros.

Provavelmente como consequência desta contestação, e atendendo à influência política que os sindicatos de empregados de escritório e dos bancários detinham no seio da organização corporativa por força da sua extensa representatividade, em Fevereiro de 1942, o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência não autorizava a criação do Sindicato Nacional dos Contabilistas e Guarda-livros do Distrito de Lisboa[188]. Passados cerca de 6 meses, o mesmo governante decidia pela dissolução do SNCGP[189]. Em ambas as situações tinha vencido a tese da não autonomização profissional e sindical dos guarda-livros e dos contabilistas[190]. Estes passavam, portanto, a ser integrados no conjunto dos empregados de escritório.

Para além das razões apontadas como justificativas da dissolução do SNCGP - todas elas associadas às questões de organização sindical e do peso político e negocial dos sindicatos que advinha do volume de filiados que apresentavam - não podemos deixar de considerar que outra se nos afigura importante para explicar a acção governamental: a combatividade e o

---

[187] Cf. Idem, nº 39, 1942, pp. 386-393.

[188] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 42, 1943, p. 50.

[189] Cf. Idem, pp. 231-233.

[190] De certo modo, a existência do SNCGP estava condenada desde Outubro de 1941 quando o subsecretário elabora um despacho em que deixa explícito que "a representação legal dos guarda-livros e contabilistas ressalvado o caso especial dos diplomados pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras incumbe aos Sindicatos Nacionais dos Empregados de Escritório e aos que os abranjam", in Idem, p. 231. É de destacar que no seio do INTP subsistiram, desde o início da aplicação do ETN e da lei dos sindicatos corporativos, em 1933, divergências quanto ao princípio de agrupamento em que deveria assentar a organização dos sindicatos. Mais especificamente a questão passava pela diferença, em termos de significado jurídico, entre profissão e categoria profissional. Para um aprofundamento da questão, consulte-se Fátima Patriarca, *op. cit.*, pp. 287 e segs.

empenhamento reivindicativo que o sindicato desenvolvia desde a sua fundação, em 1934, na defesa dos interesses dos seus associados, começou, de certo modo, a contrastar com o conformismo e fraca capacidade mobilizadora dos outros sindicatos nacionais e a torná-lo politicamente incómodo para as instâncias governativas, em particular para aquelas que, no quadro da orgânica estatal, teriam de tomar uma posição face à regulamentação dos técnicos de contabilidade. A acção governamental aparece assim como uma medida política impeditiva da continuação da dinâmica social que se tinha gerado em torno da regulamentação. Aproveitando a contestação que outros sindicatos faziam à existência do SNCGP, e utilizando os argumentos desses mesmos sindicatos, o governo colocava um ponto final na sua curta vida como instância de representação política de uma parte dos contabilistas e guarda-livros do Porto.

A dissolução do sindicato e a inclusão dos técnicos de contabilidade nos sindicatos de empregados de escritório constituíram importantes derrotas na luta que, desde o início dos anos 30, vários agentes institucionais vinham desencadeando pela criação de um estatuto socioprofissional para aqueles que tinham a contabilidade como actividade laborativa principal. Derrotas que ocorriam num momento, 1943, em que as movimentações, em particular por parte dos estudantes dos IC, abrandavam, vivendo-se uma situação de uma certa "expectativa"[191] face à solução que o governo daria à questão da regulamentação. Só que essa solução não apareceu. A regulamentação nunca foi alcançada, de forma explícita, durante a vigência do Estado Novo. Em 1963, quando da aplicação do novo Código de Contribuição Industrial, foram implementadas um conjunto de normas, o que seria o primeiro passo para a institucionalização da então denominada profissão de técnico de contas nos anos 80. Contudo, isso é

[191] Cf. Alfredo Magalhães, *op. cit.*, p. 262. Note-se que de modo a ultrapassar o impasse em que se vinha caindo face à não aprovação por parte do governo de uma regulamentação dos técnicos de contabilidade, as direcções do ICL e do ICP apresentaram ainda, entre 1940 e 1943 - não temos informação da data precisa - uma outra proposta de regulamentação.

outra história, a qual, como veremos posteriormente, se encontra associada ao desenvolvimento da profissão de economista.

Em particular, os diplomados pelos IC consideravam a regulamentação como um instrumento que poderia travar a conquista a que estavam sujeitos os lugares de contabilistas por parte dos licenciados pelo ISCEF. E isto porque não só estipularia normas quanto ao acesso e ao uso do título, ao exercício da ocupação de contabilista e criaria uma situação de monopólio ocupacional, mas também lhes conferiria um papel de protagonistas na área dos serviços contabilísticos, como vinha acontecendo nas propostas apresentadas nos 30 e 40.

A não concretização por parte do governo dessa regulamentação pode ser apontada como mais uma derrota para os diplomados. Alguns dos licenciados vão continuar a ocupar parte daqueles lugares nas empresas e nos serviços do Estado, como chefes de contabilidade. Por seu turno, a classificação dos técnicos de contabilidade como empregados de escritório em nada foi valorizante social e simbolicamente para os licenciados em ciências económicas e financeiras. Ficava-lhes a opção de não se integrarem nos sindicatos de empregados de escritório, mas fazerem-no no SNC que, apesar da sua debilidade político-sindical, sempre era reconhecido como uma instância de representação de licenciados.

Quais as razões que conduziram ao insucesso da implementação da regulamentação? Afigura-se-nos que a diversidade de interesses protagonizados pelos agentes institucionais que exerciam as actividades na área da contabilidade e o consequente conflito entre eles, em maior ou menor grau, impossibilitou que se tivesse alcançado um consenso político e económico. Os mais prejudicados foram os diplomados pelo ensino médio comercial.

3.4. Defesa da credibilização da contabilidade e da criação dos Institutos Superiores de Contabilidade

Como apontámos anteriormente, de modo a impedir a estratégia de conquista de lugares de contabilistas por parte dos licenciados pelo ISCEF, os diplomados pelos IC desencadearam um conjunto de acções, as quais se encontram intimamente associadas. A reivindicação de uma regulamentação específica que enquadrasse a actividade dos técnicos de contabilidade foi, sem dúvida, uma das mais importantes por eles protagonizada. A par desta, existiram outras: a construção da credibilização social, técnica e científica da ocupação de contabilista; a proposta de reorganização da via do ensino técnico comercial que no essencial conduzisse à valorização da contabilidade em termos de ensino e de título académico; a defesa da natureza científica da contabilidade.

Passaremos a abordá-las, nem sempre seguindo, no plano expositivo, o critério da ordenação temporal, mas tentando fazer a sua análise a partir dos aspectos mais relevantes que caracterizam cada uma delas.

Em textos publicados durante os anos 30 e 40 pelos diplomados ressalta uma preocupação[192]: não seria suficiente regulamentar os aspectos principais a que a actividade dos técnicos de contabilidade teria de estar sujeita - embora tal fosse considerado como crucial - ou mesmo enfatizar, de modo recorrente, que os sujeitos provenientes dos IC detinham uma melhor preparação académica na área da contabilidade, para que a ocupação tivesse um amplo reconhecimento social.

---

[192] Entre outros consulte-se, por exemplo: Francisco Antunes, "Organizemos a Câmara dos Contabilistas Portugueses", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 27, 1939, pp. 306-308; Alfredo Magalhães, *op.cit.*; Id., "Os Institutos Comerciais e a formação do contabilista", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 27, 1939, pp. 235-240; Luís Mourão, "Da regulamentação dos técnicos de contas", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 8, 1934, pp. 355 e segs.

A fim de que tal acontecesse, seria igualmente decisiva a construção de uma forte imagem de credibilidade ocupacional[193].

Deste modo, os autores dos textos vão direccionar os seus esforços num duplo sentido. Por um lado, difundindo os valores da competência, da honradez e da respeitabilidade junto dos próprios contabilistas. Era um discurso para uso interno que tentava mudar algumas das condições em que se exercia a prática ocupacional, consagrando esses valores como referências axiais dessa mesma prática. Por outro, junto do Estado e de algum patronato, tentava-se também demonstrar que as novas gerações de contabilistas formadas nos IC se tinham afastado da rotina e do empirismo - tão característicos dos práticos - e pugnavam por uma contabilidade de natureza científica[194]. Em suma, e tendo por pano de fundo o discurso da credibilidade, pretendia-se fundamentalmente garantir o acesso ao mercado de emprego - aos lugares de contabilista -, por intermédio de uma afirmação, no plano dos discursos e da prática, da credibilidade ocupacional não de todos, mas fundamentalmente, dos diplomados pelos IC, daqueles que tinham transmutado o título académico de contabilista que lhes tinha sido outorgado no título ocupacional e reivindicavam a exclusividade no seu uso.

Além disto, dois outros aspectos tornavam importante colocar-se a ênfase no discurso da credibilização. Em primeiro lugar, uma parte considerável daqueles que exerciam a sua actividade na área da contabilidade não tinham as correspondentes habilitações, o que por si só gerava uma imagem pouco

---

[193] Por exemplo, sobre a estratégia de credibilização dos contabilistas escoceses consulte-se Keith Macdonald, *op. cit.*

[194] Alfredo Magalhães defendia que os IC tinham um papel importante na formação integral dos contabilistas. Como afirma: "(...) é preciso que a escola não se preocupe apenas com a sua educação profissional [refere-se aos estudantes dos IC], antes se ocupe também, cuidadosamente, da sua formação moral e mental. Não basta que o faça competente tecnicamente: é indispensável que lhe modele o carácter, despertando e avigorando nele sentimentos de dignidade e de responsabilidade e criando-lhe espírito de independência que irrompa e se afirme, nobremente, assim que a sua consciência profissional seja atingida". Alfredo Magalhães, *Relatório do Instituto...*, p. 22.

valorizada. Como sublinha Alfredo Magalhães a propósito da necessidade da existência da regulamentação, os contabilistas formavam, nos finais dos anos 30,

> "(...) uma classe em que, se porventura não predominam as competências nobres, tem isso de atribuir-se à preparação extra-escolar de muitos dos profissionais da contabilidade, preparação feita em circunstâncias tam irregulares e tam deficientes, sob o ponto de vista científico e pedagógico, que, logo, inferiorizam o título [de técnico de contas] assim obtido."[195]

Em segundo, a diversidade de agentes que prestavam serviços contabilísticos, em que, recorde-se, predominavam os não academicamente habilitados, tinha criado as condições para que subsistisse a dúvida sobre se alguns dos actos por eles praticados eram lícitos ou então se cingiam a uma fuga à acção fiscalizadora e tributária por parte do Estado.

Assim, o discurso da credibilização, ao colocar a tónica no carácter de imprescindibilidade que a imposição de normas por via da regulamentação da actividade dos técnicos de contabilidade exerceria sobre os infractores, excluindo-os das actividades - em simultâneo, a regulamentação teria igualmente uma acção de credibilização da actividade dos contabilistas -, pode ser interpretado como um trabalho social de dignificação e, paralelamente, de acréscimo de uma visibilidade social, não estigmatizada, da própria ocupação.

Ora para os diplomados a competência deveria ser afirmada quer pela certificação académica - posse de um diploma específico em contabilidade outorgado pelos estabelecimentos de ensino -, quer pela certificação ocupacional feita pela instituição que superintendesse os técnicos de contabilidade, quer ainda pelo desenvolvimento da própria actividade ocupacional. Por sua vez, a honradez e a respeitabilidade inseparáveis, em termos da prática social, da competência seriam, no essencial, o resultado da aplicação quotidiana das normas da regulamentação por parte dos contabilistas. Todavia, tal só seria exequível se nas

---

[195] Alfredo Magalhães, "Os Institutos Comerciais e a ...", p. 239.

empresas a administração e a contabilidade estivessem separadas, em termos de estrutura organizacional. O contabilista deveria encontrar-se numa "situação de independência moral perante o empresário."[196]

Todo o trabalho social de credibilização que nos anos 30 e 40 foi levado a cabo pela elite dos técnicos de contabilidade, usando para isso as páginas da *Revista de Contabilidade e Comércio*, foi acompanhado, por um lado, pela afirmação da imprescindibilidade da actividade destes na empresa e, por outro, pela defesa da contabilidade como ciência.

O discurso sobre a ocupação realçava o contabilista como o "principal colaborador da empresa", o "motor da empresa", que em conjunto com o engenheiro formavam os "elementos principais da empresa."[197] O destaque não tinha como referência o contabilista em termos abstractos, mas sim o contabilista diplomado pelos IC, já que para aqueles que faziam a apologia da centralidade do papel da ocupação, como acontecia com Alfredo Magalhães, ela era elaborada, recorde-se, a partir de uma dupla recusa: os práticos não deveriam pertencer ao futuro que se pretendia para o exercício da contabilidade; a não aceitação do paralelismo curricular e pedagógico entre ISCEF e IC.

Encontramo-nos perante um discurso, de cariz simbólico-ideológico, que não era mais que uma proclamação retórica que tentava justificar a necessidade de um aumento e diversificação institucional das procuras sociais de contabilistas. Em suma, pretendia-se, em simultâneo à obtenção de uma mais ampla visibilidade e reconhecimento dos contabilistas, a indução nas empresas da necessidade dos serviços contabilísticos. Trabalho particularmente difícil, nos anos 30 e 40, devido a diversos factores: a própria dinâmica económica que não era propiciadora de uma expansão organizativa e produtiva da esmagadora maioria das empresas que gerasse empregos para contabilistas; o enquadramento jurídico aplicado à contabilidade e escrituração comercial das sociedades não era

---

[196] Alfredo Magalhães, *op. cit.*, p. 23.

[197] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 1, 1933, pp. 10 e segs.

fortemente impositivo, o que, de certo modo, como antes destacámos, contribuía para que os patrões não optassem por terem contabilidades organizadas de modo racional e dirigidas por sujeitos devidamente habilitados do ponto de vista académico.

Associada à tese da imprescindibilidade da intervenção dos contabilistas nas organizações encontrava-se uma outra: a contabilidade deveria ser considerada como uma ciência e não como um conjunto de técnicas, vincadamente empíricas, ou mesmo como uma arte ensinada por via da experiência. Mais uma vez, os diplomados pelos IC tiveram um papel importante na defesa desta tese. Durante os anos 30 e 40, como também nas décadas subsequentes, eles persistentemente vão reafirmando, em particular nas páginas da *Revista de Contabilidade e Comércio*, que face aos avanços, que entretanto se iam registando, em termos teóricos e metodológicos, a contabilidade deveria ser considerada uma disciplina científica. Pretendia-se, pois, o reconhecimento da cientificidade da matriz cognitiva em que assentava a sua actividade laborativa, o que, a acontecer, contribuíria decisivamente para a valorização material e simbólica do estatuto ocupacional dos contabilistas. Note-se que desse reconhecimento seriam igualmente beneficiários os licenciados do ISCEF que trabalhavam como contabilistas. O rótulo dos "homens das contas" que os englobava também acabaria por perder alguns dos seus efeitos socialmente desvalorizantes.

Alfredo Magalhães, na sua qualidade de director do ICP, apresentava-se como um dos defensores de que a contabilidade não poderia ser olhada como uma mera técnica:

> "O que se torna necessário é valorizar e não desprestigiar as escolas destinadas à formação do contabilista, impondo, antes de tudo, o prestígio que a Ciência da Contabilidade assumiu pela alta importância da função que desempenha na vida económica moderna. Mesmo em Portugal, onde tantos desdenham ainda do técnico de contas, porque ignoram ou esquecem o que êle representa como valor social, há quem queira ver

dignificada a sua profissão. Começa a perceber-se que, por detrás da arte de escriturar os livros de comércio, está um sistema de princípios, de normas e de leis, cuja aplicação e interpretação constituem, muitas vezes, a mais segura condição do êxito das emprêsas e, portanto, da prosperidade da economia nacional. O técnico de contas não tem apenas a função mecânica de escrever números: compete-lhe interpretá-los, e, com o poder de previsão que êles dão, orientar o empresário de quem deve ser um dos melhores auxiliares."[198]

Não vamos trilhar a via do questionamento da natureza epistemológica da contabilidade[199]. É uma tarefa que extravasa os objectivos do presente trabalho. Aqui interessa-nos reter tão somente que, no período que nos tem servido de referência, é patente, ao nível do país, uma intensificação da produção, circulação e apropriação de conhecimentos, não estritamente de natureza prática, na área da contabilidade. Para isso, contribui decisivamente a *Revista de Contabilidade e Comércio*, não só com os artigos que publicou, mas igualmente com as referências bibliográficas que em cada número indica[200] e que constituíam um importante acervo do que de mais inovador se produzia sobre contabilidade.

Mas mais importante foi a publicação em 1929 das *Lições de Contabilidade Geral* de Jaime Lopes Amorim[201]. O livro integrava as aulas dadas na cadeira de "Contabilidade Geral" do ISCP e abordava, pela primeira vez em Portugal, a contabilidade em termos teóricos, afastando-se, deliberadamente, das publicações que até aí colocavam única e exclusivamente a tónica na perspectiva prática e utilitarista. Numa actual apreciação crítica da história da contabilidade no nosso país, o texto é perspectivado como um marco fundamental que dá início à "fase científica do ensino da contabilidade em Portugal."[202]

---

[198] Alfredo Magalhães, *op. cit.*, p. 21.

[199] Sobre a questão da cientificidade ou não da contabilidade, consulte-se, por exemplo, J. S. Gonçalves da Silva, "Ciência ou Arte?", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 185-186, 1983, pp. 239-242.

[200] Dava-se particular destaque ao desenvolvimento da contabilidade no Brasil e na Espanha, sendo igualmente divulgadas obras de autores desses países.

[201] Jaime Lopes Amorim, *Lições de Contabilidade Geral*, Porto, Gráfica do Porto, 1929.

[202] Cf. Camilo Cimourdain de Oliveira, Lopes Amorim e a Escola do Porto, *Separata da Revista de Contabilidade e Comércio*, Porto, 1984, p. 9. J. Gonçalves da Silva referindo-se à obra diz,

Lopes Amorim estava perfeitamente consciente de que era fundamental, no início dos anos 30, e face ao empirismo que caracterizava a contabilidade que então se praticava, enveredar por um outro caminho, isto é, pela abordagem que valorizasse o "ponto de vista teórico ou científico". Tanto mais que esse empirismo tinha tido consequências,

> "O predomínio da feição prática na literatura logismológica tem sido, de facto, tão acentuado que, ainda hoje, não se pode pronunciar a palavra 'sciência' com respeito à contabilidade, sem que os ouvidos de certas criaturas, de natureza assaz delicada, não fiquem logo aturdidos com a aspereza daquilo a que elas chamam um perfeito disparate."[203]

A esta obra outras se seguiram, em particular de professores de contabilidade no ensino médio e universitário[204], bem como a tradução de obras estrangeiras que constituíram importantes mananciais de informação.

Por outro lado, face ao movimento no sentido de se alcançar o reconhecimento da cientificidade da matriz cognitiva que estava na base da actividade dos contabilistas, os IC não ficaram passivos[205]. Ora quando os Institutos intervinham junto do poder político, tentando exercer uma acção de pressão no sentido de concretizar aquele reconhecimento - cuja eficácia deveria ser reduzida na medida em que o ensino médio comercial não detinha uma posição prestigiante no seio do sistema de ensino -, faziam-no sempre a partir de uma postura de defesa da cientificidade da contabilidade. Neste aspecto, como

---

"Tal obra de cunho acentuadamente teórico e que acusa fortes influxos de certos tratadistas, designadamente Gomberg, Mari e Dumanchey, teve efeito análogo ao duma pedrada num charco; teve, de facto, o condão de tirar a contabilidade portuguesa da desoladora estagnação em que jazia. Sem exclusão dos que lhe apontaram alguns defeitos, todos reconheceram que foi por ela que os contabilistas nacionais tiveram primeiramente notícia de factos, autores, e doutrinas de que a grande maioria deles jamais ouvira falar", in F. Gonçalves da Silva, "Boquejo duma sucinta história da contabilidade em Portugal", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nºs 187-192, 1983/1984, p. 512.

[203] Id, *ibid.*, p.5.

[204] Por exemplo, o caso de F. Gonçalves da Silva, docente do ISCEF.

[205] Recorde-se que aquele movimento é indissociável da reivindicação dos diplomados pelos IC junto do Estado, no sentido de se regulamentar a actividade dos técnicos de contabilidade.

igualmente no da defesa global dos interesses dos diplomados dos IC, em especial face aos licenciados em ciências económicas e financeiras, o papel de Alfredo Magalhães vai ser profundamente marcante.

Encontramos um exemplo daquela não passividade na realização em Dezembro de 1937 da I Semana da Contabilidade organizada pelo ICL. Com a participação de professores do ISCEF, em que pontificou Mosés Amzalak, e de ambos os IC, o centro das comunicações e dos debates localizou-se na reafirmação das bases científicas da contabilidade, na diferenciação e delimitação das funções dos técnicos de contabilidade e na defesa da regulamentação[206].

A posição dos IC só poderia ser de apoio à afirmação da contabilidade como ciência. Essa afirmação, a ocorrer, traria para os Institutos um valor acrescentado fundamental. Passariam a ser considerados como espaços de ensino não só estritamente direccionados para a transmissão de conhecimentos de índole técnica, o que consequentemente os colocaria numa posição mais valorizada, ao nível da hierarquia de estabelecimentos do ensino.

Contudo, para os diplomados, alunos e professores dos IC as acções desencadeadas no sentido do reconhecimento da contabilidade como ciência não teriam os efeitos desejados se não fossem acompanhadas de uma alteração da posição institucional do próprio ensino da contabilidade. Houve então que acrescentar uma outra reivindicação àquelas que se foram formulando durante os anos 30: a criação do ensino superior da contabilidade.

Em 1936, ano em que o movimento dos alunos e dos diplomados dos IC assumiu uma forte expressão reivindicativa, como forma de pressionar o trabalho de uma Comissão de Reforma do ensino técnico médio industrial e comercial que então se encontrava em funcionamento[207], foi apresentada a essa mesma comissão

---

[206] Sublinhe-se que estamos em 1937, ano em que subsistiam ainda fortes expectativas em que o Estado aprovasse a Regulamentação dos Técnicos de Contas.

[207] Criada por Carneiro Pacheco, Ministro da Educação, a Comissão era constituída por Alfredo Machado e Costa, Director do ICL, João Baptista Araújo, professor do ISCEF, Raúl Valentim Lourenço, Director da Escola Comercial, Veiga Beirão e Alfredo Coelho Magalhães, Director do ICP. Dos trabalhos realizados resultou um projecto de reorganização do ensino comercial

uma proposta de criação dos Institutos Superiores de Contabilidade, um em Lisboa e outro no Porto[208]. A proposta não se cingia a estes Institutos. Ela integrava uma alteração radical do ensino técnico comercial, com a criação de três graus articulados entre si[209], como se pode observar no quadro seguinte:

Quadro VI-11

Proposta de Organização do Ensino Técnico Comercial apresentada em 1936

1° grau	Profissional Escolas Comerciais. Duração de 4 anos. Habilitação para auxiliar de comércio.
2° grau	Médio Escolas Médias. Duração de 2 anos. Preparação para o ingresso nos Institutos Superiores de Contabilidade e no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.
3° grau	Superior Escolas Superiores Institutos Superiores de Contabilidade Duração de 4 anos Formação de Contabilistas Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras Duração de 4 anos Formação de Economistas

apresentado, em 1936, ao governo, o qual nunca foi transformado em lei. Cf. Alfredo Coelho Magalhães, *op. cit.*, pp. 325-327. Igualmente tinha sido formada uma Comissão para a Reforma do ensino técnico superior e uma outra para o ensino técnico profissional. Veja-se Diário do Governo de 15 de Junho de 1936.

[208] Cf. *Revista da Contabilidade e Comércio*, n° 16, 1936, pp. 377 e segs.

[209] A organização proposta pretendia a todo o custo tornar o ensino técnico comercial uma via de ensino de certo modo interdita aos alunos provenientes do liceu. Já tínhamos detectado isso anteriormente a propósito de outros documentos emitidos pelos diplomados e alunos dos IC. Os alunos com o 7° ano dos liceus (ciências) teriam de efectuar um exame de admissão aos Institutos Superiores dos quais constavam matérias como: noções de comércio; contabilidade geral; aritmética comercial; francês; inglês; alemão; trabalhos práticos (caligrafia, estenografia e dactilografia). Profusão de matérias deliberadamente geradoras do desinteresse pelo prosseguimento dos estudos na área da contabilidade e da economia por parte daqueles alunos.

Propunha-se transformar o ensino médio em mero estádio de passagem para o superior. Mas mais importante do que isso: tentava-se estabelecer a igualdade do ensino da contabilidade, em termos de posicionamento no seio do sistema de ensino, com aquele que era ministrado no ISCEF. Este era o objectivo principal que se pretendia atingir e que iria permitir, se alcançado, uma equiparação entre contabilistas e licenciados em ciências económicas e financeiras em termos da duração do percurso escolar e da titulação académica, mas fundamentalmente ao nível do mercado de emprego. Não temos informação que a comissão da reforma tivesse dado acolhimento à proposta apresentada. Os resultados dos trabalhos publicados por Alfredo Magalhães unicamente se referem às habilitações para o mercado de emprego[210].

A pretensão de criação do ensino superior de contabilidade, em 1936, era para os seus apologistas fortemente apoiada, em dois aspectos. Salientámos no início deste ponto que a Reforma de 1931 que abrangeu o ensino médio comercial tinha, por um lado, consolidado uma certa equivalência entre os IC e o ISCEF, em termos de tempos de escolaridade para a conclusão dos cursos e, por outro, desenvolvido e especializado, pelo menos no plano do número de cadeiras, o ensino da contabilidade. A associação destes aspectos institucionais vai gerar, como também sublinhámos, por parte de alunos e diplomados fortes aspirações, no sentido de obterem o controlo das actividades contabilísticas - por isso, a recorrente apresentação nas suas exposições da correspondência entre habilitações académicas e cargos nas empresas e no Estado - e a criação do ensino superior de contabilidade.

Tal como aconteceu com a defesa do estatuto socioprofissional e da regulamentação dos técnicos de contabilidade, com as propostas e acções de credibilização social, científica e técnica da ocupação ou mesmo com a

[210] De modo global, a comissão acolhia no seu documento as reclamações apresentadas pelos alunos e pelos diplomados dos IC, que nós passámos em revista anteriormente. Cf. Id., *ibid.*, p. 326.

reivindicação do estatuto de ciência para a contabilidade, a pretensão de criação do ensino superior da contabilidade assume-se igualmente como mais uma estratégia defensiva que visava, entre outros aspectos, limitar a conquista dos lugares de contabilistas no mercado de emprego e, em paralelo, valorizar, em termos científicos e técnicos, os contabilistas oriundos dos IC.

Durante 10 anos, mais propriamente entre 1936 e 1946, a reivindicação de criação dos Institutos Superiores de Contabilidade passou para segundo plano. O empenhamento e a atenção de alunos e diplomados pelos IC encontravam-se concentrados em outras reivindicações, em particular na da regulamentação dos técnicos de contabilidade. Isto correspondia a uma opção feita por dirigentes das AA dos IC e do próprio SNCGP. Em particular na segunda metade dos anos 30, o que seria importante obter do Estado era especificamente a regulamentação. Só depois de fixada, no plano jurídico, a diferenciação e delimitação dos títulos ocupacionais e do conjunto de tarefas dos técnicos de contabilidade, bem como a respectiva área de actividade exclusiva, fazia sentido avançar na reforma do ensino técnico comercial, não excluindo dela, obviamente, o grau superior. Era uma opção que tentava, por outro lado, inserir os técnicos de contabilidade no seio do processo de implantação da organização corporativa que então ocorria, em especial ao nível dos organismos primários.

O contexto social e político oferecia, segundo os dirigentes das AA dos IC e do SNCGP, uma importante oportunidade de concretizar o objectivo da regulamentação. Só que para isso, como vimos, teria sido crucial a existência de um consenso entre os diversos agentes sobre a configuração da regulamentação e, em simultâneo, de força política, decorrente da representatividade social de cada um desses agentes, para a impor quer aos outros grupos socioprofissionais interessados em alargar a sua esfera de acção político-sindical com a integração, nos respectivos organismos sindicais, dos técnicos de contabilidade, quer aos dirigentes e funcionários do regime responsáveis pela produção da normatividade jurídica em que se ia estruturando a organização corporativa.

A luta foi marcada pelo insucesso para o qual contribuiu decisivamente a ausência daquele consenso entre os diversos agentes interessados nos técnicos de contabilidade. Contudo, não podemos deixar de apontar que essa mesma luta, embora de modo indirecto, foi negativamente influenciada pela evolução que teve o ensino médio comercial no pós Reforma do ensino técnico de 1931. Por sua vez, tal evolução acabou por não constituir um elemento propiciador da tese do ensino superior de contabilidade.

Passados uns anos após o início da aplicação daquela reforma, tornava-se visível que a mesma tinha fracassado quanto ao objectivo de conferir aos IC uma posição estatutária mais sólida ao nível do sistema de ensino. As ambiguidades quanto ao objectivo central dos IC - serem escolas de transição, de mera passagem, para o ensino superior ou então de formação de contabilistas - persistiam.

Vejamos este ponto. É notório que subsiste entre 1932/33 e 1948/49 uma crescente procura social do ensino ministrado no ICL e no ICP[211], em que a participação feminina aumenta progressivamente (Quadro VI-12 e Quadro VI-13). Só que uma parte importante da procura não se dirigia para o Curso de Contabilista - a fileira de formação organicamente mais importante -, mas sim, para o curso preparatório de admissão ao ISCEF[212]. Alguns destes alunos, por sua vez, vão prosseguir estudos ao nível superior, outros ficavam com essa habilitação e integravam-se posteriormente no mercado de emprego. Deste modo,

---

[211] No caso do ICP, esse aumento está relacionado com o encerramento do ISCP. Não existindo a possibilidade de frequentarem o ISCEF, certamente por razões de carácter económico, os alunos vão optar pelo Curso de Contabilista. Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 11, 1935, p. 32.

[212] Curiosamente o registo publicado pelo Instituto Nacional de Estatística, nas *Estatísticas de Educação*, encobre aquela diferenciação na procura do ensino. Da opção dos alunos dos IC em não enveredar pelo curso de contabilista se queixa amargamente Alfredo Magalhães: "Hoje, uma grande parte dos alunos que se matriculam no Instituto Comercial do Porto (e presumo que o mesmo se dará no de Lisboa) vêm animados do desejo e da esperança de transitarem para o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras (...)". In Alfredo Magalhães, *op. cit.*, p. 20. Os depoimentos dos entrevistados AZ, RP e CC corroboraram esta informação.

aquele curso preparatório ganhava uma importância tal que gerava um desvirtuamento dos IC como espaços escolares de formação de contabilistas[213].

Quadro VI-12

Evolução do número de alunos matriculados no Instituto Comercial de Lisboa, por ano lectivo e sexo

Anos Lectivos	H	M	T	% de M
1931/32	313	32	345	9,3
1932/33	351	22	373	5,9
1933/34	392	32	424	7,5
1934/35	412	33	445	7,4
1935/36	437	33	470	7,0
1936/37	513	39	552	7,1
1937/38	594	53	647	8,2
1938/39	594	53	647	8,2
1939/40	643	57	700	8,1
1940/41	693	68	761	8,9
1943/44	621	99	720	13,8
1945/46	704	180	884	20,4
1946/47	664	183	847	21,6
1948/49	657	175	832	21,0

Fonte: INE, *Anuário Estatístico* e INE, *Estatísticas de Educação.*

[213] A importância do curso preparatório para o ISCEF era tal que, por exemplo, o número de candidatos a este Instituto era sempre superior ao total de conclusões dos dois IC, como se pode observar no seguinte quadro (retirado do "Relatório da Comissão de Reforma do Ensino Técnico", in *Escolas Técnicas*, nºs 3 e 4, 1947, p. 252):

Anos	Número de diplomados do ICL e ICP	Número de candidatos que requereram exame ao ISCEF
1938	25	31
1939	24	40
1940	16	44
1941	17	24
1942	31	60

Quadro VI-13

Evolução do número de alunos matriculados no Instituto Comercial do Porto, por ano lectivo, tipo de curso e sexo

Anos Lectivos	1			2			3			4			T			% de M
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
1931/32	101	3	104	82	15	97	11	-	11	-	-	-	194	18	212	8,5
1932/33	112	2	114	114	24	138	20	-	20	2	-	2	248	26	274	9,5
1933/34	209	4	213	45	12	57	12	-	12	1	-	1	267	16	283	5,7
1934/35	250	10	260	-	-	-	-	-	-	-	-	-	250	10	260	3,8
1935/36	281	6	287	-	-	-	-	-	-	-	-	-	281	6	287	2,1
1936/37	272	5	277	-	-	-	-	-	-	-	-	-	272	5	277	1,8
1937/38	242	8	250	-	-	-	-	-	-	-	-	-	242	8	250	3,2
1938/39	260	15	275	-	-	-	-	-	-	-	-	-	260	15	275	5,5
1939/40	258	21	279	-	-	-	-	-	-	-	-	-	258	21	279	7,5
1940/41	306	47	353	-	-	-	-	-	-	-	-	-	306	47	353	13,3
1943/44	334	83	417	-	-	-	-	-	-	-	-	-	334	83	417	19,9
1945/46	351	92	443	-	-	-	-	-	-	-	-	-	351	92	443	20,8
1946/47	375	117	492	-	-	-	-	-	-	-	-	-	375	117	492	23,8
1948/49	431	125	556	-	-	-	-	-	-	-	-	-	431	125	556	22,5

Legenda: 1 - Contabilista; 2 - Curso Preparatório para o ISCP e ISCEF; 3 - Curso Preparatório para a Escola Militar e Escola Naval; 4 - Antigo Curso Médio de Comércio; T - Total
Fonte: INE, *Anuário Estatístico* e INE, *Estatísticas de Educação.*

Quais as razões subjacentes ao fracasso da medida da Reforma de 1931 de fixar a posição estatutária dos IC em torno do ensino da contabilidade?

Os diplomados e professores do ensino médio comercial estavam conscientes de que a principal razão se circunscrevia ao facto daqueles que detinham o título académico de contabilista, outorgado pelo ensino médio comercial, não deterem o exclusivo, ou melhor o monopólio, do exercício da actividade de contabilista no mercado de emprego. Se essa razão poderia ser decisiva para a opção da trajectória educativa a seguir por aqueles que davam entrada nos IC, não se nos afigura como a única. Para os potenciais candidatos a contabilistas, a conquista dos lugares na área de contabilidade por parte dos licenciados em ciências económicas e financeiras - que era uma consequência directa da não exclusividade - e o limitado volume de empregos disponíveis naquela área, decorrente fundamentalmente das características que assumiu nos

anos 30 e 40 o capitalismo em Portugal, constituíam outras tantas razões - que se reforçavam mutuamente - para elegerem o curso preparatório ao ISCEF e, por exclusão de partes, desvalorizarem o curso de contabilista. Para parte dos alunos e respectivas famílias, o investimento escolar e financeiro, necessário para se concluir com sucesso os 4 anos do curso de contabilidade, tornava-se fortemente questionável face a um futuro tão incerto, em termos de acesso ao mercado de emprego.

Perante este quadro, a opção pelo curso preparatório de admissão ao ISCEF ganhava espaço. Para o período em estudo, a ausência de informação estatística do volume global de alunos que concluíam este curso e dos que se candidatavam ao ensino superior não nos permite avançar numa análise fina daquela opção. Unicamente nos é permitido neste momento dar conta de algumas pistas, as quais apresentam uma natureza meramente enunciativa e especulativa.

Como se referiu antes, e igualmente de acordo com as informações transmitidas pelos nossos entrevistados[214], a entrada no ISCEF era feita por um baixo número de alunos provenientes dos IC. A atracção pelo ensino superior era fortemente favorecida pela proximidade entre este e o ensino médio comercial, em termos da duração da escolaridade. Destaque-se, mais uma vez, o seguinte: os licenciados em uma das secções do ISCEF que tivessem seguido sempre a via do ensino técnico comercial obtinham o respectivo título académico ao fim de 10 anos de escolaridade pós instrução primária; aqueles que enveredassem pelo curso de contabilista, provenientes dos cursos complementares das escolas comerciais, perfaziam na totalidade 8 anos de escolaridade. Perante a situação de desvalorização material e simbólica que atingia o curso de contabilista, um investimento educativo de mais 2 anos num curso universitário - não obstante as debilidades institucionais que o ISCEF apresentava para a altura e as próprias dificuldades de reconhecimento que os respectivos licenciados tinham das

[214] Segundo informação dos entrevistados AE, RP e AZ.

qualificações por parte do mercado de emprego - poderia ser mais rentável, pelo menos na sua dimensão simbólica. Com efeito, a denominação de "doutor" na vida quotidiana dos anos 30 e 40, em que os títulos universitários eram um bem escasso, só acessível a sujeitos oriundos da burguesia e de algumas fracções da pequena-burguesia urbana, portanto, uma minoria da população, era condição principal para o acesso a benefícios difíceis de serem alcançados por um diplomado do ensino médio.

Os que terminavam a sua escolaridade com a conclusão do curso preparatório para o ISCEF ingressavam no mercado de emprego com uma habilitação académica equivalente ao curso geral dos liceus, não tendo alcançado com a frequência desse curso qualquer preparação para uma actividade ocupacional específica. A preparação de cariz mais profissionalizante, para a área do comércio e dos escritórios, tinha sido por eles obtida durante a sua trajectória escolar nas escolas comerciais. Com efeito, os dois anos do curso preparatório aproximavam-se do modelo liceal. No âmbito da orgânica global do sistema de ensino da época, para os que provinham das escolas comerciais e tinham optado por se manterem, pelo menos, mais dois anos no sistema de ensino, a admissão aos IC e a consequente frequência do curso preparatório era a única via possível. Via que concluída com sucesso lhes possibilitava, então, o acesso a um conjunto mais avultado de benefícios materiais e simbólicos do que o obtido por aqueles cuja habilitação se cingisse ao diploma das escolas comerciais.

Em termos de morfologia escolar, uma das consequências do direccionamento da procura do ensino médio comercial para o curso preparatório materializava-se no baixo número de alunos diplomados face ao volume global daqueles que frequentavam este ensino, conforme se observa no quadro seguinte:

Quadro VI-14

Evolução do número de diplomados nos Instituto Comerciais de Lisboa e do Porto, por ano lectivo e sexo

Anos Lectivos	Instituto Comercial de Lisboa	Instituto Comercial do Porto	Total	% de M
1931/32	-	-	-	-
1932/33	22	11	33	18,2
1933/34	20	27	47	8,5
1934/35	14	8	22	-
1935/36	12	4	16	6,3
1936/37	10	4	14	-
1937/38	15	3	18	22,2
1938/39	15	10	25	24,0
1939/40	14	9	23	13,0
1940/41	-	7	7	-
1943/44	33	19	52	19,2
1945/46	7	11	18	22,2
1946/47	10	6	16	12,5
1948/49	6	15	21	28,6

Fonte: INE, *Anuário Estatístico* e INE, *Estatísticas da Educação.*

Para a baixa rentabilidade apontada contribuía, igualmente, a condição social dos alunos. Seguindo a tendência que subsistia desde o período anterior (1918-1930) da vida institucional dos IC, a maioria deles estavam inscritos como alunos extraordinários, o que apontava para uma condição de trabalhadores-estudantes. O modo de funcionamento, no plano da distribuição dos tempos lectivos, com a existência de aulas nocturnas, incrementava a frequência desses alunos. Contudo, esse modo de funcionamento, ao não ser acompanhado por uma organização curricular e pedagógica mais consentânea com a condição de trabalhador-estudante conduzia, inevitavelmente, a que os ritmos de frequência e aprovação das cadeiras fossem mais distendidos no tempo do que aqueles que caracterizavam os sujeitos com a condição de estudantes. O curso era feito de acordo com as disponibilidades facultadas pela própria vida ocupacional, o que acabava por induzir a baixa rentabilidade dos IC[215].

[215] Como se indicava, em 1939: "Outra classe de alunos há, já empregados, que apenas vêm frequentar algumas cadeiras que mais lhes interessam, sem qualquer preocupação de chegarem a tirar o curso completo." In *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 6, 1939, p. 253.

Ao desvirtuamento dos IC como escolas de formação de contabilistas e à baixa rentabilidade que apresentavam, juntavam-se críticas à própria organização curricular que consideravam desactualizada, no contexto do final dos anos 30, face às mudanças que entretanto ocorreram nas exigências de fiscalização tributária das empresas ou mesmo nas próprias alterações que o regime tinha introduzido a nível das finanças e contabilidade pública ou ainda com a criação dos organismos corporativos[216]. Todos os aspectos apontados contribuíram para a desvalorização dos IC no sistema de ensino e do próprio ensino da contabilidade, não favorecendo a luta dos diplomados pela dignificação do respectivo estatuto socioprofissional ou mesmo pela criação do ensino superior de contabilidade. Por outro lado, dessa desvalorização eram directamente beneficiados, em termos da sua estratégia ofensiva de ocupação de lugares de contabilistas, os licenciados em ciências económicas e financeiras.

3.5. A Reforma do Ensino Técnico de 1948: a derrota das aspirações dos estudantes e diplomados pelos Institutos Comerciais

A situação de instabilidade institucional dos IC e o seu posicionamento contrário aos objectivos apontados pelo governo na Reforma de 1931 serão amplamente detectados e analisados no Relatório da Comissão de Reforma do Ensino Técnico, entregue ao governo em Julho de 1944. Depois de um longo período de trabalhos - a Comissão tinha sido constituída em 1941 pelo ministro da Educação Nacional, Mário de Figueiredo[217] - as suas propostas finais face ao

---

[216] Consulte-se sobre a questão a *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 6, 1939, p. 253.

[217] A Comissão de reforma do ensino técnico seria presidida pelo Director-geral do Ensino Técnico e integrava 2 professores do ISCEF, um deles era o Eng. Francisco Leite Pinto, que terá um papel importante na concepção da própria reforma, 8 do ensino técnico elementar, 1 professor do ISA, 1 professor do ensino médio industrial e outro do comercial.

ensino médio comercial vão completamente ao invés daquilo que os alunos e diplomados pretendiam. Os IC deveriam permanecer como escolas de ensino médio, direccionadas exclusivamente para o ensino da contabilidade e cujo único curso ministrado, o de contabilista, passaria de 4 para 3 anos de duração[218]. Os IC deixavam, portanto, de ser escolas híbridas: de passagem para o ensino superior e de habilitação profissional.

Para os membros da Comissão, a proposta que avançavam de reorganização visava determinados objectivos. Em primeiro lugar, manter em funcionamento os IC. E mantê-los com uma "função social" mais precisa do que aquela que lhes tinha sido conferida pela Reforma de 1931 - preparar diplomados para uma posição hierárquica intermédia na organização e divisão do trabalho administrativo. Embora os trabalhos da Comissão não englobassem o ISCEF, o documento deixa transparecer que no relacionamento entre licenciados e diplomados do ensino médio comercial, caberia aos primeiros as tarefas de administração das organizações económicas e aos segundos o serem os "auxiliares indispensáveis dessa mesma administração[219]. Haveria que manter as hierarquias existentes ao nível escolar e ao nível do mundo do trabalho[220]. Em segundo lugar, a anulação da quase sobreposição "anómala" existente entre o ensino superior e o médio, a qual, note-se, é fortemente contestada no relatório e apontada como geradora das perturbações que se viviam ao nível das escolas. Em

---

[218] Face ao ensino comercial, a Comissão propunha uma nova estrutura. Após a conclusão da instrução primária, o aluno ingressaria num ciclo pré-profissional de 2 anos - a medida mais inovadora e alvo de polémica proposta pela Comissão -, seguindo-se-lhe o Curso Geral de Comércio de 3 anos e, por fim, o Curso de Contabilista dos IC igualmente com 3 anos.

[219] Como se afirma: "Ora a finalidade específica dos institutos comerciais é preparar os quadros dos auxiliares imediatos da gerência das explorações económicas de diversos tipos". "Relatório da Comissão de Reforma do Ensino Técnico" in *Escolas Técnicas*, nºs 3 e 4, 1947, p. 255.

[220] No Relatório da Comissão isso encontra-se bem clarificado: o grau elementar do ensino técnico teria como objectivo a "preparação geral post-primária e formação de simples profissionais, para trabalhos e profissões correspondentes às técnicas mais fáceis e de menor responsabilidade"; o médio correspondente às escolas industriais e comerciais conduzia à "formação de profissionais qualificados para trabalhos e profissões correspondentes às técnicas mais complicadas e de maior responsabilidade"; por último, o médio-superior quedava-se pela "formação de profissionais qualificados para a direcção de trabalhos, incluindo responsabilidades de concepção". In Idem, p. 373.

terceiro, incentivar o acréscimo da frequência dos IC, o que poderia ser, de acordo com o relatório, obtido através da associação de duas medidas: regulamentação das actividades contabilísticas, a qual é sugerida, embora de forma indirecta, ao governo como acção a ser tomada que ao proteger os diplomados potenciaria aquele acréscimo, e direccionamento dos alunos que concluíam o curso geral de comércio e pretendiam continuar estudos para o curso de contabilista, única via plausível para eles no seio do sistema de ensino, face à supressão proposta do curso preparatório de admissão ao ISCEF que os IC acolhiam.

Aquele direccionamento, que significa uma intervenção parcialmente manipuladora das aspirações e dos trajectos futuros dos alunos, vinha ao encontro, de modo genérico, da reivindicação dos contabilistas de tornar os IC quase exclusivos daqueles que provinham do ensino comercial. Só que essa quase exclusividade não seria obtida através de entraves institucionais à entrada de alunos liceais, como eles apontavam, mas sim pelo cerceamento das hipóteses de saída dos alunos do ensino comercial, para o ensino superior, por via de um trajecto académico particular existente no ensino médio. Deste modo, penalizava-se fortemente o acesso ao ensino superior destes alunos, face ao que se encontrava institucionalizado desde a Reforma de 1931. Por sua vez, remetia-se a possibilidade de acesso exclusivamente para depois da conclusão do curso de contabilista[221].

Em síntese, a Comissão não era nada favorável em relação a algumas das reivindicações apresentadas pelos diplomados e estudantes desde os meados dos anos 30. Ignorou completamente o movimento a favor da formação dos Institutos Superiores de Contabilidade. Optou por manter os IC mais estreitamente

[221] A Comissão remetia para o governo a definição precisa da articulação do ensino médio comercial com o ISCEF. Contudo, deixava já no documento uma proposta de solução, em todo idêntica, à que tinha sido preconizada para os agentes técnicos de engenharia que pretendiam obter o diploma de engenheiro. Após a conclusão do curso de contabilista, num regime de auto-didactismo, os candidatos ao título de licenciados em económicas e financeiras submetiam-se a exames realizados pelo próprio ISCEF.

confinados à formação de pessoal intermédio da área da contabilidade, assumindo, de modo claro, que o seu projecto levaria a uma melhor clarificação dos objectivos dessas escolas e, consequentemente, ao abrandamento do conflito entre licenciados e diplomados[222]. Encontra-se, pois, no relatório, e no que se refere ao ensino médio, uma concepção intervencionista na estrutura curricular proporcionadora da resolução de "problemas" que se arrastavam longamente no tempo, tornando-se, por isso, cada vez mais perigosos nas suas consequências sobre a ordem social vigente.

Em meados de 1944, existiam propostas descoincidentes face ao futuro do ensino médio comercial. À dos estudantes e diplomados pelos IC de criação do ensino superior de contabilidade, tinham-se-lhe entretanto juntado outras duas: a dos professores das escolas comerciais que pretendiam transferir para estas a via preparatória de admissão ao ISCEF; a da Comissão da Reforma que, dando razão àqueles que criticavam a "real utilidade" e a duplicidade dos Institutos médios, pura e simplesmente propunha o centramento destes no curso de contabilidade.

Quando, passados dois anos, o ministro da Educação Nacional, Caeiro da Mata, enviou a proposta de lei à Câmara Corporativa, a mesma não acolhia qualquer das propostas acima apontadas. Particular significado tinha a não concordância governamental com a da Comissão, na medida em que a intervenção desta foi decisiva no delineamento da estruturação curricular e pedagógica inovadora que marcou a Reforma do ensino técnico de 1948[223]. O governo não ousou aceitar a radicalidade da configuração avançada pela Comissão. Com efeito, persistia em manter o carácter híbrido dos IC - um curso

---

[222] No Relatório pode ler-se: "Formando contabilistas, estas escolas [referem-se aos IC] preparam igualmente, como se verifica pelo seu elenco de estudos, para outras funções da vida comercial. Há razões para crer que a execução do projecto fornecerá base firme à diferenciação das zonas profissionais próprias dos seus diplomados e dos que se habilitam com os cursos do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, desde que a questão seja versada com bom senso, espírito de justiça e sem apaixonados exclusivismos". In *Escolas Técnicas,* nºs 3 e 4, 1947, p. 259.

[223] Sobre o papel da Comissão da reforma consulte-se Sérgio Grácio, *Política educativa como tecnologia social,* Lisboa, Livros Horizonte, 1986, pp. 78 e segs.

de 3 anos para preparar "auxiliares de administração e contabilistas" e, em paralelo, a organização de "um curso especial preparatório para a admissão ao Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras"[224]. Por outro lado, aceitava plenamente a passagem do curso de contabilista para 3 anos. Somente num aspecto o governo ia ao encontro das aspirações dos estudantes - "os diplomados pelos institutos comerciais têm direito a usar o título profissional de contabilistas"[225].

Perante o revés que representava a proposta do governo, alunos e diplomados dos IC, durante o período em que a mesma se encontrou em análise na Câmara Corporativa (Janeiro a Agosto de 1946), intensificaram as suas movimentações, no sentido dos procuradores, e em especial do relator do parecer, o Eng. Ferreira Dias, acolherem as suas principais reivindicações: a exclusividade no exercício de determinados funções, públicas e privadas e a instauração do ensino superior de contabilidade.

Era a oportunidade derradeira para serem ouvidos não só porque o tempo para a conclusão do processo de concepção da Reforma começava a esgotar-se, mas também porque a Câmara Corporativa, pela sua composição que a relacionava, de modo directo, com os interesses económicos, menos ortodoxos politicamente e mais pragmáticos, poderia demonstrar uma maior sensibilidade para a sua causa.

Em Abril de 1946, a AA do ICL e a então recém-criada Sociedade Portuguesa de Contabilidade (SPC)[226] apresentavam separadamente exposições

---

[224] Cf. *Escolas Técnicas*, nºs 3 e 4, 1947, p. 25.

[225] Cf. *Idem.*

[226] O encerramento do SNCGP, em 1943, e a inclusão dos contabilistas e guarda-livros nos Sindicatos Nacionais de Empregados de Escritório tinha conduzido a que estas ocupações não detivessem uma representação sindical específica no seio da organização corporativa. Em parte para colmatar esta lacuna, um grupo de diplomados do ICL, a partir de Junho de 1945, encetou contactos, fez reuniões com o objectivo de criar uma associação. Em Janeiro do ano seguinte, formava-se a Sociedade Portuguesa de Contabilidade com objectivos unicamente de ordem cultural e científica. Era uma associação fechada. Só a podiam integrar como sócios os diplomados com o curso de contabilista dos IC, individualidades com trabalhos publicados na área da contabilidade e técnicos de contabilidade que ocupassem altos cargos nas organizações

ao Eng. Ferreira Dias. A da SPC focalizava-se na defesa do ensino superior de contabilidade, enquanto a dos estudantes era muito mais abrangente, retomando parte das reivindicações que vinham sendo feitas desde os anos 30: a quase exclusividade do ensino médio comercial para os alunos provenientes das escolas comerciais, a reestruturação curricular das disciplinas de contabilidade e criação de novas cadeiras no curso de contabilista dos IC, a transformação deste curso em curso superior de contabilidade[227], a exclusividade do título de contabilistas para os diplomados pelos IC e, por último, o monopólio do exercício de determinados funções[228].

A reacção do SNC às propostas de diplomados e estudantes não se fez esperar. Considerando que estas eram "lesivas" dos interesses dos licenciados em ciências económicas e financeiras, a direcção do SNC convoca de urgência uma Assembleia Geral Extraordinária para 3 de Junho para a discussão do assunto. Outras duas se lhe seguiram, a 7 e 17 do mesmo mês[229], onde foi decidido, após um estudo rapidamente feito por uma comissão entretanto eleita, apresentar ao relator da reforma do ensino técnico elementar e médio uma exposição que, no essencial, repudiava veementemente as reivindicações de exclusividade no acesso a determinados lugares por diplomados e alunos dos IC. Para os licenciados não

---

privadas ou estatais. A composição reflectia, de modo directo, as intenções de delimitação estrita daqueles que poderiam, segundo o ponto de vista daquela sociedade, usar o título de contabilista. Veja-se *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 50 e 51, 1945, pp. 30 e 81.

[227] Neste ponto, e excluindo a hipótese de qualquer erro de formulação escrita do documento, tornava-se mais concreto aquilo que se pretendia. Os futuros Institutos Superiores de Contabilidade não seriam mais do que os IC reformados curricularmente com as alterações, em termos de cadeiras, propostas no mesmo documento.

[228] No documento remetido ao Engº Ferreira Dias, reivindica-se "o exclusivo dos seguintes cargos: peritos contabilistas dos tribunais; verificadores das escritas das sociedades por acções; administradores de falências; inspectores de contabilidade dos organismos corporativos e de coordenação económica; chefes de contabilidade dos estabelecimentos fabris do Estado e de empresas comerciais e industriais; chefes de contabilidade das Câmaras Municipais, Serviços Municipalizados e serviços autónomos do Estado; chefes de secção e de repartição do Quadro da Direcção Geral da Contabilidade Pública". Cf. *ICL - Jornal dos Alunos do Instituto Comercial de Lisboa*, nº 14, 1946, p. 7.

[229] Consulte-se Livro de Actas das Assembleias Gerais do Sindicato Nacional dos Comercialistas.

era admissível que a sua posição de primazia, na ocupação dos lugares em questão, fosse colocada em causa porque se consideravam, em primeiro lugar, os mais qualificados para o seu exercício, em termos de formação académica e de experiência profissional e, em segundo, indispensáveis ao funcionamento das organizações públicas e privadas. Ora essa indispensabilidade, em particular quanto aos lugares de contabilistas, poderia acabar se a pretensão da criação dos Institutos Superiores de Contabilidade fosse aceite pelo Estado. Assim, outra exigência do SNC passava pela recusa desses estabelecimentos de ensino. O ISCEF deveria continuar a manter-se como a única escola superior nas áreas da economia, contabilidade e comércio.

O modo como o SNC mobilizou os respectivos associados, realizando num curto espaço de tempo três assembleias, o carácter contundente que assumiu o parecer enviado à Câmara Corporativa e a rapidez com que foi elaborado, tendo em conta a vida associativa letárgica desse sindicato, é demonstrativo que os interesses económicos, ao nível do mercado de emprego, dos respectivos associados estariam seriamente "afectados" se os diplomados e estudantes conseguissem concretizar as suas reivindicações[230].

Conhecedores do documento do SNC, rapidamente diplomados e alunos dos IC vão contra-argumentar, realizando no final do mês de Junho uma reunião em que decidem não só contestar a posição do sindicato, como também endurecer a sua posição. A 5 de Agosto, dois dias antes da Câmara Corporativa remeter o seu parecer sobre a reforma do ensino técnico ao governo, uma comissão representativa daqueles agentes era recebida pelo ministro da Educação Nacional, Caeiro da Mata, entregando-lhe uma exposição que retomava as pretensões anteriores, ampliando as referentes às situações de monopólio ocupacional[231].

---

[230] Cf. Livro das Actas das Assembleias Gerais do Sindicato Nacional dos Comercialistas, vol. II, p. 15.

[231] Eram acrescentadas mais duas funções a serem exercidas em exclusividade pelos diplomados do ISC: "Chefes dos Serviços de Contabilidade das Sociedades Anónimas e das empresas comerciais e industriais de capital superior a 500 contos; "Professores de contabilidade das

Esgotada que estava a capacidade de intervenção junto da Câmara Corporativa, e tendo presente que o parecer emitido por este órgão não era vinculativo, os seus esforços dirigiram-se para o ministro. Só que este não atendeu às reivindicações. Os licenciados em ciências económicas e financeiras viam os seus interesses económicos e simbólicos, em especial a sua estratégia de conquista de lugares de contabilistas, não colocados em causa, o que era crucial, na segunda metade dos anos 40, para o acréscimo da sua visibilidade e reconhecimento no mundo laboral.

O parecer da Câmara Corporativa constituiu mais um ponto de derrota para as reivindicações dos diplomados pelos IC. Recusa liminarmente a transformação do curso médio de contabilistas em curso superior de contabilidade:

> "Sem tomar posição sobre se a contabilidade justificaria uma secção privativa no ensino superior comercial, pode aceitar-se que, revendo o regime presente, talvez viesse a concluir-se que ela não teria menos títulos a essa posição do que tem hoje, por exemplo, a secção aduaneira. Mas a maior falha desta pretensão dos contabilistas está precisamente em defenderem que seja a sua escola que passe a superior em vez de afirmarem que é a ciência que cultivam que merece tal distinção."[232]

Todavia, consideramos que a razão principal da recusa não se encontra somente naquele aspecto. Para os procuradores, a criação do ensino superior de contabilidade iria inevitavelmente acabar com o ensino médio comercial, conduzindo, por sua vez, à não formação de sujeitos habilitados para preencherem posições intermédias nas organizações. Dito por outras palavras, o acolhimento pelas instâncias estatais da reivindicação dos estudantes e diplomados implicaria, no plano da orgânica do sistema de ensino, a desmontagem da hierarquia de escolas e de conhecimentos que tinha sido erguida

---

Escolas Comerciais e do Instituto Superior de Contabilidade, mediante doutoramento." Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 53, 1946, pp. 265 e segs.

[232] "Parecer da Câmara Corporativa", in *Escolas Técnicas*, nºs 3 e 4, 1947, p. 77.

com a Reforma do ensino técnico de 1918. O suposto ensino médio teria unicamente como finalidade preparar para o ensino superior, assemelhando-se em tudo à via liceal. Desapareceria, portanto, a denominada função social do ensino médio comercial de preparação para o mundo do trabalho e, sobretudo, de formação para o nível intermédio das organizações. Deixava de existir o paralelismo entre a hierarquia dos vários graus de ensino e a hierarquia das ocupações, o que conduziria a alterações na organização e divisão do trabalho administrativo[233]. Por seu turno, os procuradores à Câmara Corporativa aceitam a proposta de reorganização dos IC elaborada pela Comissão de Reforma, reafirmando que:

> "A arrumação de cursos e de graus ficará com alguma lógica; os diplomados pelos cursos médios perderão um pouco do azedume de quem se julga injustamente tratado, repelido para profissões abaixo daquelas a que se julga com direito, e tomarão porventura um pouco mais de interesse pela conclusão do curso, uma coisa que hoje é rara no ramo comercial (à roda de uma dúzia por ano em cada escola), onde os alunos se servem do instituto mais para se habilitarem à entrada na escola superior daquele ramo ou nos cursos de administração das Escolas Naval e Militar, ou ainda para frequentarem cadeiras avulso, do que para alcançarem o diploma."[234]

Deste modo, o parecer da Câmara Corporativa retoma, sem alterações, a proposta de lei, deixando unicamente como sugestão face à actividade profissional, em primeiro lugar "(...) regular a actividade das escolas particulares de comércio que conferem todos os títulos imagináveis em condições de preparação frequentemente discutíveis"[235], o que, desde que concretizado, iria restringir fortemente a entrada no mercado de emprego dos práticos e a sua

---

[233] Como indicava o Parecer: "(...) mas no ponto em que é posto de transformar duas escolas, criadas com o propósito de darem elementos de formação comercial média, destinados a ocuparem posições profissionais de segundo plano (que alguém há-de ocupar) e pô-las a formar mais um cento de doutores, não parece ideia defensável". In *Escolas Técnicas*, nºs 3 e 4, 1947, p. 77.

[234] Idem, p. 78.

[235] Idem, p. 78.

concorrência face aos diplomados, em segundo lugar, a defesa do acesso dos contabilistas diplomados ao professorado das escolas elementares do ensino técnico.

O debate na Assembleia Nacional da proposta do governo sobre a Reforma do Ensino Técnico, ocorrido em finais de Janeiro e princípios de Fevereiro de 1947, no que diz respeito ao ensino médio não introduz nada de novo face aos documentos anteriores. O debate centrou-se na instauração do ensino preparatório com o consequente aumento da escolaridade e da componente teórica na formação escolar de operários e de empregados de escritório; para os deputados mais ortodoxos subsistia um real perigo da Reforma gerar fortes aspirações de ascensão social, incompatíveis com a ordem social do Estado Novo. Quanto ao ensino médio, a discussão abrangeu parcialmente as condições de titulação ocupacional dos diplomados pelos Institutos Industriais. A apreciação do futuro proposto para os IC desenvolveu-se sem qualquer tipo de polémica. Tal como tinha acontecido com a Comissão da Reforma e a Câmara Corporativa, a preocupação dos deputados centrou-se na anulação da "desproporcionada extensão do curso de contabilista", aprovando, por conseguinte, a proposta do governo. Uma derradeira proposta foi feita pelos estudantes dos IC aos deputados no sentido de alterar o seu título académico de contabilista para o de "agente técnico de administração", estabelecendo, deste modo, no plano nominal uma equiparação com os diplomados pelos Institutos Industriais[236]. Perante a incapacidade política e social que os diplomados tinham para estabelecer o monopólio no acesso e uso do título de contabilista, impedindo a intrusão dos práticos e dos licenciados pelo ISCEF na respectiva área de actividade, a reconversão taxinómica que era proposta pretendia anular a situação de desvalorização social que os diplomados reclamavam estar a viver no mercado de emprego.

---

[236] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio,* nº 57, 1947, p. 320.

Mais uma vez, as reivindicações dos estudantes e diplomados do ensino médio comercial foram derrotadas. Face à natureza política da Assembleia Nacional e ao decorrer do processo de formulação e discussão dos vários documentos sobre a reforma, o resultado obtido deveria, com certeza, ser o esperado. Os estudantes do ICP ainda esboçaram junto do Presidente da Assembleia Nacional um protesto pela redução para 3 anos do curso de contabilista sem qualquer tipo de resultado[237].

Em Julho de 1947, a Lei nº 2.025 estabelece as bases do ensino técnico industrial e comercial[238]. Contudo, somente em 1950 e 1951, o governo fez publicar legislação específica para os IC[239]. Uma conclusão é possível de ser retirada de todo este processo que passámos em revista: a Reforma do ensino

---

[237] Cf. Idem, p. 321.

[238] Só em 1948, passados cerca de 7 anos após a nomeação da Comissão de reforma do ensino técnico, os primeiros contingentes de alunos integravam o novo ciclo preparatório. Um longo período de formulação e discussão de uma reforma do ensino, a qual apresenta aspectos, doutrinários e organizativos, que vão ao arrepio do que era desde 1936 a política do Estado Novo para a educação - concretização de uma escola nacionalista voltada, no essencial, para a inculcação ideológica. Para Sérgio Grácio, a Reforma valoriza e reforça a posição do ensino técnico no seio das hierarquias escolares. Não subsiste uma assunção plena da concepção utilitarista da relação entre a escola e o mundo do trabalho. É patente uma autonomia relativa dos agentes do sistema escolar da altura face aos interesses económicos. Contudo, o mais importante, para aquele sociólogo, é que a Reforma se configurava como uma "tecnologia social", isto é, "um modo de os responsáveis pela política educativa interferirem pela manipulação dos valores e da estrutura do sistema escolar - na formação das expectativas que os utilizadores da escola alimentam quanto ao seu destino social". Se ela permitiu ao governo, nos anos 50 e 60, avançar com os projectos de industrialização, foi igualmente utilizada quer para dar resposta ao aumento da procura social da educação naquelas duas décadas, quer como meio de ascensão social moderada de agentes provenientes, em termos de origem social, de "franjas das classes populares". Para um maior desenvolvimento desta tese, consulte-se Sérgio Grácio, *op. cit.*, pp. 117 e segs.

[239] Decretos-Lei nº 38.031 de 25 de Novembro de 1950 e 38.231 de 23 de Abril de 1951. Segundo o Regulamento, os IC tinham por fim preparar contabilistas, técnicos para os serviços das alfândegas e auxiliares de escritório. Passaram a existir os seguintes cursos, todos com a duração de 3 anos: de contabilista; de perito aduaneiro; de correspondente em línguas estrangeiras. Além destes continuava a existir um curso de 2 anos de preparação para o acesso ao ISCEF. A redução para 3 anos do curso de contabilista implicou a supressão do anterior currículo das cadeiras de formação geral. Ainda durante o período de preparação da Reforma do ensino técnico comercial algumas vozes se fizeram ouvir de professores dos IC, como por exemplo, a de António Júnior, defendendo que essa Reforma deveria ser precedida da regulamentação das profissões de "técnicos de contabilidade". Seria a forma de assegurar que a Reforma não levaria à desvalorização profissional dos diplomados pelos IC. Veja-se *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 53, 1946, p.103.

técnico de 1948, para a configuração da qual foi decisivo o papel da Comissão governamental, materializou uma solução de organização curricular e pedagógica que conduziu a um afastamento institucional dos IC do ISCEF. Afastamento num duplo sentido. Por um lado, na duração dos respectivos cursos: à redução da duração do curso de contabilista, seguiu-se-lhe, no mesmo ano, a Reforma do ensino liceal que passou o respectivo curso geral para 5 anos e, em 1949, a Reforma do ISCEF que criava os cursos de finanças e economia de 5 anos[240]. Por outro, no plano pedagógico e curricular, pois o programa de estudos dos IC, com a Reforma de 1948, abandonava as cadeiras de formação cultural de âmbito geral e reforçava o carácter prático do ensino de contabilidade, em detrimento dos conhecimentos teóricos.

Assim, o ensino médio comercial passou a ocupar uma posição inferior à que detinha desde a Reforma de 1931, na hierarquia das escolas e dos conhecimentos ao nível do sistema de ensino. Este reposicionamento, fruto de uma medida política deliberada e estratégica por parte do Estado, prefigura-se como uma dura derrota para as pretensões dos estudantes e diplomados dos IC na constituição do ensino superior de contabilidade.

Derrota que irá ter efeitos contrários aos interesses daqueles agentes no estabelecimento do monopólio ocupacional da actividade de contabilista, por intermédio de um reconhecimento estatal. O governo, no Regulamento de 1951 dos IC, não inclui qualquer disposição jurídica que dê a exclusividade do título de contabilista aos diplomados por aquelas escolas. Mas mais: comparando-se as habilitações inscritas no Regulamento de 1931 dos IC com as daquele

[240] A confluência das três medidas acabou por ampliar o propósito de afastamento dos IC do ISCEF. Os cursos dos IC obtinham-se ao fim de um trajecto escolar, na via do ensino técnico comercial, de 9 anos, após a instrução primária. Entretanto, se os alunos proviessem do Curso Geral dos liceus (5 anos), obteriam um dos diplomas do ensino médio ao fim de 8 anos de escolaridade. Quanto ao ISCEF: os alunos provenientes do ensino técnico seriam licenciados em 12 anos, antes da Reforma de 1949, e 13 anos após esta; àqueles que tinham sempre cursado o liceu ser-lhes-ia outorgado o título de licenciado após 11 anos de escolaridade, antes daquela Reforma, e 12 anos depois.

Regulamento é visível uma perda de áreas de actividade para os diplomados. Duas destacam-se: a chefia de contabilidade de empresas industriais e comerciais; os "serviços de fiscalização e de comissários de contas de empresas industriais e comerciais"[241]. Precisamente aquelas foram objecto, em especial nos anos 30 e 40, de conflito entre licenciados pelo ISCEF e diplomados pelos IC. Apesar do carácter geralmente não impositivo das disposições dos Regulamentos quanto à inserção no mercado de emprego, a sua supressão não pode deixar de ser interpretada como mais uma derrota das reivindicações dos diplomados. Para eles o segmento do mercado de emprego a que concorriam passava a estar mais reduzido e continuava a estar desprotegido, em termos jurídicos, face à estratégia de conquista de lugares de contabilistas por parte daqueles licenciados, na medida em que não se encontrava, como vimos, regulamentada a actividade dos técnicos de contabilidade.

Para além do sistema de ensino, a Reforma de 1948 consubstancia uma intervenção estatal directa nas relações de natureza conflitual, entre licenciados em ciências económicas e financeiras e diplomados em contabilidade, ao conter as aspirações e reivindicações que a Reforma de 1931 tinha gerado neste últimos - neste caso, ela apresenta-se, de modo claro, no contexto político e social da transição dos anos 40 para os 50, com traços de uma "tecnologia social"[242].

---

[241] Mantinham ainda as seguintes funções: perito contabilista dos tribunais de comércio; chefes de contabilidade dos serviços fabris do Estado e dos serviços municipalizados; oficiais dos serviços da Fazenda e contabilidade do Ultramar; administradores de falências.

[242] Cf. Sérgio Grácio, *op. cit.*, p. 17. Em 1950, 40,4% da população era analfabeta - apesar das ambiguidades do Estado Novo sobre se o povo deveria saber ler, o volume da população analfabeta decresceu, durante os anos 30 e 40, cerca de 21,4%. Quanto à população residente com instrução estimada pelo Recenseamento de 1950 em 4.295.284 pessoas, 26% possuíam como habilitação o ensino primário, 3,1% o secundário e somente 1,0% o superior. Entretanto, recorde-se que a taxa de escolarização era nesse ano de 1,3%. Estávamos neste último caso perante um número restrito de indivíduos não só face à população total do país, como igualmente face ao conjunto de jovens, do qual eles faziam parte, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos. Número por demais indicativo de como os bens escolares se encontravam repartidos desigualmente. E, também, da precária condição da população activa em termos de capital escolar, autêntico entrave a um maior crescimento económico. A Reforma do ensino técnico e industrial e comercial de 1948, o Plano de Educação Popular e a Campanha Nacional de Educação de Adultos, a expansão do ensino primário, o acréscimo da procura social do ensino secundário configuram-se como importantes mudanças ao nível da instrução que não deixaram de

Intervenção do Estado que, ao não legitimar juridicamente a exclusividade ao acesso e ao uso do título de contabilista por parte dos diplomados pelos IC e, em paralelo, ao desvalorizar socialmente o respectivo ensino, só veio beneficiar e fortalecer os interesses, em termos de mercado de emprego, dos licenciados do ISCEF quanto à ocupação dos lugares de contabilistas.

Por outro lado, importa ter ainda presente outro ponto fundamental: a Reforma de 1948 representou o ponto culminante na série de derrotas das pretensões de estudantes e diplomados do ensino médio comercial que vinham sendo formuladas desde o início dos anos 30. Para estes, as décadas seguintes vão ser pautadas pela subalternização das suas reivindicações, mantendo-se o conflito com os licenciados, embora de um modo latente e não assumindo a visibilidade que teve anteriormente. Nesse mesmo período, como veremos, assistir-se-á à diversificação dos papéis profissionais para os licenciados pelo ISCEF. De modo paulatino e profundamente imbricado nas mudanças económicas e sociais do pós Segunda Guerra Mundial, ao lugar de contabilista juntar-se-ão outras actividades, nas organizações económicas privadas e no Estado, que genericamente vão concorrendo, de modo complexo, para a emergência e consolidação de uma nova profissão, a de economista. Todavia, para isso contribuiu decisivamente a estratégia expansionista ao nível do mercado de emprego, levada a cabo nos anos 30 e 40 por parte daqueles licenciados - produtos de um ensino que mantinha os traços científicos e pedagógicos dos ISC - de conquista da função de contabilista. Foi um momento de delimitação e de ocupação de uma área de actividade, não de uma forma monopolista - dito por outras palavras, de construção social de um espaço de intervenção -, que se tornou importante, entre outros aspectos, quer para a inserção laboral desses licenciados como também das gerações vindouras, quer para o reconhecimento de uma parte das respectivas qualificações académicas, em particular pelas

---

ter objectivos económicos de formação da mão-de-obra indispensável para a fase de industrialização dos anos 50 e 60.

empresas, quer, ainda, para a criação das condições básicas para a emergência e desenvolvimento de outras formas de participação nas organizações, alicerçadas no corpo de conhecimentos científicos dos licenciados em ciências económicas e financeiras.

Capítulo VII

SINDICATO NACIONAL DOS COMERCIALISTAS E ESTADO NOVO

O percurso analítico seguido até ao momento levou-nos a equacionar os processos sociais que entre os primeiros anos da I República e o final da década de 40 enformaram o período dos antecedentes longínquos da profissão de economista. A nossa análise centrou-se, no fundamental, nas transformações institucionais e morfológicas do ensino superior comercial, na criação do ISCEF, no modo como se foram construindo as áreas de empregabilidade, primeiro para os diplomados pelos ISC e posteriormente para os licenciados em ciências económicas e financeiras e na débil actividade das instâncias de representação política destes agentes (associações dos comercialistas e SNC). Em termos globais, naquele período os diplomados e os licenciados adquiriram uma mais ampla visibilidade social.

O segundo período da construção social da profissão de economista corresponde à emergência e início da consolidação desta no espaço social, decorrendo entre os anos 50 e 1974. Arco temporal balizado por dois momentos: as alterações no ensino universitário da economia (Reforma curricular do ISCEF em 1949 e criação da FEP em 1953) e a queda do Estado Novo em 25 de Abril de

1974. Justificámos anteriormente a sua pertinência. Aquelas alterações ao valorizarem cientificamente o ensino da economia e ao direccionarem-se para a produção de "técnicos económicos e financeiros" concorreram, de modo fundamental, para a emergência dos economistas, na qualidade de profissionais, na década de 50. Por outro lado, as transformações económicas, sociais e políticas que se seguiram ao 25 de Abril conduziram à consolidação plena dos economistas na sociedade portuguesa.

Deixamos para o próximo capítulo o equacionamento da Reforma curricular do ISCEF e a criação da FEP. No presente, iniciaremos o estudo do segundo período da construção social da profissionalidade dos economistas por uma reflexão sobre a dinâmica institucional do SNC, conferindo particular ênfase a determinados aspectos: a luta por uma nova designação profissional e pela formação de uma outra instituição de representação política; as relações conflituosas entre o SNC e o Estado Novo, que tiveram como consequência principal o bloqueamento institucional do primeiro por um período de cerca de 20 anos. Tal reflexão tem subjacente dois temas: o associativismo profissional e as relações entre as profissões e o Estado.

No âmbito da sociologia das profissões, vários autores apontam a importância que o associativismo profissional tem para a afirmação política, social e económica das profissões. G. Millerson, A. Abbott e M. Larson, entre outros, partindo de diferentes leituras teóricas do fenómeno profissional nas sociedades capitalistas, enfatizaram essa importância. Quer se trate do fechamento social da profissão, do monopólio de várias áreas de actividade ao nível do mercado de emprego, do conflito entre profissões, do exercício do poder profissional, a intervenção das associações não pode ser olvidada, em termos teórico-metodológicos. Relembre-se que as estratégias das instâncias de representação política das profissões concorrem, por exemplo, para a agregação dos membros em torno de objectivos de natureza económica, social e científica, para a conquista e defesa de áreas de actividade específicas, para o combate à

intrusão no respectivo espaço profissional e para a socialização dos próprios profissionais no sentido da formação de uma identidade comum.

No caso dos economistas, as actividades nos EUA da American Economic Association, em Inglaterra da Royal Economic Society, em Espanha dos Colegios de Economistas, apesar das suas diferenças de objectivos, de formas de organização, da natureza e extensão das prerrogativas que detêm, do grau de implementação junto dos profissionais e da capacidade política de defesa dos seus interesses perante outros grupos ou mesmo perante o Estado, contribuíram, de modo relevante, para a construção social da profissão.

Ora, como veremos, uma das particularidades do desenvolvimento desta profissão em Portugal, no período dos anos 50 a 1974, é que ele ganhou uma dinâmica própria, estruturou-se, sem que para tal tenham concorrido decisivamente as actividades da única instância de representação política (o SNC) daqueles que, paulatinamente, vão sendo reconhecidos profissional e socialmente como economistas.

Essa particularidade resultou do posicionamento político antagónico do Estado Novo face ao SNC, intervindo o primeiro, assim, de modo directo, no processo global de desenvolvimento da profissão de economista. A análise do fenómeno profissional passa obrigatoriamente pelo equacionamento das relações entre o Estado e as profissões. E isso ainda é mais válido para Portugal, em que o Estado entre 1933 e 1974 assumiu uma natureza e uma forma político-institucional que o colocou no centro dos processos de regulação da dinâmica social.

1. A luta por um novo título profissional e pela "Ordem dos Técnicos-Economistas"

Vimos antes que, nos últimos anos da década de 40, no seio do SNC se encetaram um conjunto de acções que o retiraram da letargia institucional em que

se encontrava desde a sua criação em 1935. A direcção eleita para o triénio 1947/49 consolidou o Sindicato, dando-lhe uma existência própria. Enquanto o SNC passava por um revigorar das suas actividades, a SCE iria extinguir-se em 1948. Para aqueles que sempre consideraram esta última organização como elitista, deliberadamente distanciada das questões profissionais e, em parte, concorrente da acção do Sindicato, o seu desaparecimento criava finalmente as condições para que os diplomados pelos ISC e os licenciados pelo ISCEF tivessem uma única instância de representação política.

Na continuação do trabalho prosseguido por aquela direcção, unicamente integrada por licenciados em ciências económicas e financeiras, a seguinte que foi eleita para o triénio de 1950/1952 irá desencadear um conjunto de acções que foram marcantes da vida institucional do SNC. Importa, em primeiro lugar, dar conta de quem integrava a direcção. Faziam parte dela António Valadas, na qualidade de presidente, Vergílio Moreira - já nosso conhecido do conflito com os diplomados pelos IC -, Ernesto Pratas, Mário Gomes, Ulpiano Nascimento e Fernando Cabral. Alguns deles tinham transitado da direcção anterior, tendo já, por conseguinte, adquirido certa experiência na gestão de um sindicato corporativo. Numa breve caracterização socioprofissional dos elementos da direcção destaca-se que somente um era funcionário público - Ministério da Economia -, quatro trabalhavam em empresas privadas - Hidro-Eléctrica do Alto Alentejo, Automática Portuguesa, Companhia de Seguros União, Companhia Nacional de Electricidade - e, por último, um num organismo de coordenação económica - Junta Nacional das Frutas. Um deles era administrador de empresa, os restantes ocupavam cargos de nível superior - chefe de serviço, chefe de repartição. Em termos de formação académica, com excepção de um diplomado pelo ISCP, os outros provinham do ISCEF e tinham-se formado entre 1934 e 1946. Encontravam-se, portanto, na direcção sindicalistas que faziam parte, pelos cargos que ocupavam nas organizações económicas, da elite socioprofissional do conjunto dos diplomados pelos ISC e dos licenciados pelo ISCEF e que

provinham de diferentes gerações académicas. Tal facto não deixou, com certeza, de reforçar a credibilidade que essa mesma direcção vai ter junto dos sócios do Sindicato.

Para além disto, alguns deles mantinham estreitas relações com o grupo de licenciados pelo ISCEF que assumiu a liderança política e editorial da *Revista de Economia*[1], desde 1948, as quais irão prosseguir até à suspensão da edição da mesma em 1964. Relações que aproximaram, no plano institucional, o SNC dessa publicação e que se materializaram, ao longo dos anos, de um modo mais formal e visível, por exemplo, na cedência das instalações do Sindicato para reuniões do corpo redactorial da revista[2], na inserção continuada de notícias sobre a actividade dessa estrutura sindical e na colaboração com artigos por parte de membros da direcção (em particular de Vergílio Moreira e Ulpiano Nascimento). As relações com o grupo da *Revista de Economia* eram um indicativo de que a direcção se mantinha politicamente afastada dos sectores apoiantes do Estado Novo. Como iremos abordar mais à frente, o posicionamento político dos membros da direcção de 1950/52 será importante para se compreender, em articulação com outros aspectos, tanto o modo como se desenvolveu a actividade global do SNC, como igualmente a postura estratégica que a direcção irá assumir, a partir de 1952, no conflito com o Ministério das Corporações e Previdência Social.

---

[1] A *Revista de Economia* foi fundada em 1948 por Bento Caraça, ao tempo professor do ISCEF. Com fortes ligações aos sectores oposicionistas, em especial à Comissão de Economistas do Movimento de Unidade Democrática, vai ter um papel importante durante o período da sua publicação - uma primeira série entre 1948 e 1960 e uma segunda entre 1962 e 1964 - na divulgação das novas teorias económicas, em especial do keynesianismo, e também, com menos expressão, em termos de artigos da corrente marxista. Retomaremos, de modo mais desenvolvido, a análise desta publicação no capítulo seguinte.

[2] Geralmente nessas reuniões participavam para além do núcleo central de editores da *Revista de Economia* - Colares Vieira (director), Moura e Sá, Simões de Abreu, Jorge Alarcão, Sá da Costa - diversos colaboradores - Vergílio Moreira, Costa Leal, Esteves Belo, João Vilela, Marques da Silva, Ramos Pereira, Ulpiano Nascimento, entre outros - que pertenciam à direcção do SNC ou então faziam parte de um grupo restrito de sócios que mantinha um forte empenhamento e participação no seio do Sindicato. Veja-se "Entrevista com Ulpiano Nascimento", in *Vértice*, nº 25, 1990, p. 89.

Para a compreensão da natureza e dos objectivos das acções encetadas pela direcção do SNC de 1950/52 importa ter em conta, no plano analítico, alguns aspectos caracterizadores da sociedade portuguesa dos finais dos anos 40 e primeira metade dos anos 50.

Desde logo, o iniciar por parte do governo, nos anos subsequentes ao final da Segunda Guerra Mundial, de uma estratégia económica diferenciada da do primeiro período do Estado Novo, a qual, não obstante as contradições, as indecisões, os conflitos no seio da burguesia, vai progressivamente ter na industrialização um dos seus vectores principais. Igualmente o desenvolvimento de processos de transformação da estrutura social em que sobressaem tendências de polarização social[3] - que se irão consolidar nas décadas seguintes - e de recomposição das alianças e das estratégias ao nível das várias fracções da burguesia. Por outro lado, a Reforma de 1949 do plano de estudos do ISCEF - com a criação das licenciaturas em economia e finanças e principalmente com o reforço, nos currículos da teoria económica, da matemática e, simultaneamente, a perda de importância das cadeiras de índole tecnológica e das perspectivas comercialista e administrativo-contabilista - e ainda, em termos do ensino universitário da economia, a criação, em 1953, da FEP após um continuado movimento em prol da nova escola universitária encetado por personalidades da cidade e por instituições, em que sobressai o Centro de Estudos Económicos e Financeiros da Associação Comercial do Porto, fundado em 1948.

Outro aspecto adquire particular significado para a análise das acções da direcção do SNC de 1950/52 - a emergência de uma nova organização no campo dos conhecimentos económicos na década posterior à Segunda Guerra Mundial. Para isso concorreu: a decadência continuada das teses corporativistas sobre a economia e a sociedade, não obstante a tentativa de reelaboração teórica levada a cabo por um grupo de jovens licenciados do ISCEF nos anos 50, reunidos em

[3] Consulte-se Eduardo de Freitas, "Polarização das relações sociais em Portugal: 1930-1970", in *Análise Social*, nº 39, 1973, pp. 494-505.

torno de Pires Cardoso no Gabinete de Estudos Corporativos; a revitalização da corrente neoclássica e, em simultâneo, um crescente interesse pelas teses keynesianas e, de um modo mais discreto por razões de ordem política, pelo marxismo; o início, já referido, da publicação da *Revista de Economia*, em 1948, com o objectivo primordial de divulgar uma outra visão sobre as questões económicas, em especial referente a Portugal, onde era igualmente patente a influência dos contributos de Keynes.

A direcção do SNC definiu como objectivo prioritário da sua actividade a valorização social e profissional dos associados, em particular, e dos licenciados em ciências económicas e financeiras em geral. Para isso, por um lado rompeu com práticas menos empenhadas na defesa dos interesses económicos e simbólicos dos associados que caracterizaram direcções anteriores; por outro potenciou, em favor do seu objectivo central, uma certa dinâmica contestatária que se fazia sentir desde os finais dos anos 40 - encorajada, em parte, pela direcção de 1947/1949 - em alguns sectores dos sindicalizados.

O programa de actividades apresentado em Assembleia Geral de Maio de 1950, pouco tempo após a tomada de posse daquela direcção, expressava, em termos do que se pretendia realizar, aquele objectivo[4]. Pugnava-se, no essencial, por um novo título profissional que substituísse o de comercialista, tornado obsoleto pelas alterações ocorridas ao nível do mercado de emprego e do próprio ensino universitário da economia, pela transformação do SNC em Ordem profissional, pelo mais amplo reconhecimento das qualificações profissionais possuídas pelos diplomados dos ISC e pelos licenciados provenientes do ISCEF, por parte do Estado e das empresas privadas, pela expansão das áreas de empregabilidade para estes agentes, pelo aumento da sindicalização e pela dinamização cultural e científica do próprio Sindicato.

Por conseguinte, é concebido um amplo programa de actividades para o triénio, tendo por base um forte voluntarismo, militantismo e um certo irrealismo

[4] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 1, 1951, pp. 29 e segs.

político face às possibilidades concretas de sucesso das práticas sindicais no quadro da orgânica corporativa e da ordem social existentes. Na euforia da arrancada para aquilo que se pretendia que fosse uma nova fase da vida institucional do SNC, que vinha na continuação do trabalho político e sindical feito pela direcção de 1947/1949, os elementos da direcção subavaliaram os fortes constrangimentos políticos existentes e também as prováveis reacções de engenheiros e juristas, que considerassem os seus interesses económicos e simbólicos parcialmente ameaçados pelas acções que pretendiam desencadear.

Na senda de uma maior visibilidade para o SNC e para os diplomados pelos ISC e licenciados em ciências económicas e financeiras, a direcção vai estrategicamente aproveitar a realização no país, em Outubro de 1950, do XII Congresso Internacional das Associações de Diplomados das Escolas Superiores de Comércio[5] em que o Sindicato desempenhou, em simultâneo, o papel de anfitrião e organizador. O poder político, por intermédio em particular do Ministro da Economia, Ulisses Cortez, e do ex-subsecretário de Estado das Corporações e da Previdência Social, Mota Veiga, não se fez rogado em participar em determinados momentos dos trabalhos e em prestar as ajudas necessárias para a concretização do evento.

Com o apoio que tinha obtido no plano internacional, na segunda metade dos anos 40, por parte de ingleses e norte-americanos - e apesar das reticências de Salazar a uma rápida e abrangente integração no espaço geo-político dominado por estes últimos[6] -, com a oposição interna politicamente dominada,

[5] Desde 1900 que periodicamente se realizavam estes congressos. A primeira participação portuguesa, tendo como representante oficial o SNC, ocorreu em 1948 na Suiça, no XI Congresso. Por proposta dos elementos da direcção do SNC presentes, foi então aprovado que o XII Congresso seria em Portugal.

[6] Portugal entrou para a ONU em 1948 com o apoio directo da Grã-Bretanha e dos EUA Dois anos antes, o pedido feito pelo governo português fora vetado pela URSS. Entretanto, no início de 1948 foi firmado um acordo com o governo dos EUA, concedendo às forças militares deste último facilidades nos Açores. Após várias vicissitudes, em Setembro desse ano, o país enquadrava-se no plano Marshall. Meses antes, em Abril, Portugal era membro fundador da Organização Europeia de Cooperação Económica (OECE). Estas manifestações de integração externa tiveram como ponto alto a admissão à NATO, na qualidade de membro fundador, em Abril de 1949. No plano interno e para os sectores mais ortodoxos do regime, a integração não

em particular as actividades do Movimento de Unidade Democrática (MUD), o governo viu provavelmente o Congresso como mais uma oportunidade de reafirmar publicamente as virtudes políticas e sociais do regime perante os delegados estrangeiros, a sua maioria proveniente de países europeus democráticos. Com efeito, a participação de alguns membros do governo não andou longe de um mero acto de propaganda político-ideológica[7]. Neste ponto, o apoio do governo dado ao evento foi principalmente direccionado para a projecção da sua imagem para o exterior, acabando mesmo por associar-se a uma direcção sindical que com certeza sabia que não era apoiante incondicional do regime.

Como acima dissemos, o Congresso era importante na acção estratégica da direcção. No discurso de Beirão da Veiga, na qualidade de presidente da comissão executiva do congresso - personalidade politicamente insuspeita para o governo -, durante a sessão de abertura deixava-se bem claro o que o SNC pretendia. Em determinado momento, referindo-se àqueles que continuava a designar por comercialistas, afirma o seguinte:

> "Nós ainda não estamos em plena actividade social. Existem bastantes lugares que nos deveriam pertencer, não pelo efeito de uma disposição legislativa, mas como consequência do nosso prestígio profissional e ético. Não obstante termos certos pontos nevrálgicos de onde podemos comandar certos movimentos económicos de primeira importância. Eis alguns desses aspectos: o controlo da administração pública, das grandes empresas, e igualmente das pequenas organizações; a direcção superior de largos sectores dos negócios públicos e a sua supervisão apoia-se na nossa

era desejada. Unicamente era admitida como o preço político a pagar pelo apoio dado, embora por vezes de forma discreta, pelos governos democratas ocidentais vencedores do último conflito mundial, ao regime do Estado Novo e em especial a Salazar. O contexto internacional que então se vivia marcado já pela "guerra fria" e pela partição do mundo em dois blocos políticos e militares contribuiu também para os críticos da integração baixarem as suas vozes de descontentamento. Sobre esta questão, e em particular sobre a posição que Salazar tomou face ao predomínio político e militar dos norte-americanos face aos seus parceiros europeus, consulte-se Fernando Rosas, "O Estado Novo...", pp. 399 e segs.

[7] Entre outros, tenha-se em atenção o discurso proferido pelo ministro da Economia, Ulisses Cortez. Cf. Confédération Internationale des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Superieur, *XII Congrès International des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur*, Lisboa, s/edit.,1950, pp.xxxiii e segs.

> técnica; frequentemente somos encarregados da orientação e da direcção das mais importantes empresas privadas; e, igualmente, o ensino de matérias administrativas e da técnica profissional dos agentes activos da vida económica, é-nos confiada."[8]

Mais uma vez, a questão fulcral do emprego dos diplomados e licenciados era posta em destaque, tanto em termos do volume, como das funções que se pretendia manter e conquistar para os mesmos. E essa questão irá estar presente, e não podia ser de outra forma sendo o SNC o organizador, nos três temas abordados ao longo do Congresso: "o ensino dos altos estudos comerciais"; "economia e finanças"; "questões profissionais". Temas importantes no início da década de 50 não só para os portugueses, mas também para os delegados estrangeiros presentes. Em alguns países europeus vivia-se um momento histórico de afirmação quer da economia como disciplina científica e autónoma, quer das políticas estatais apoiadas na revolução keynesiana, direccionadas para a construção das bases do Estado-Providência e do crescimento económico que se iria intensificar nos anos posteriores. E isso encontrava-se bem patente em comunicações ao Congresso que centraram o seu interesse mais nas questões económicas, na sua generalidade, do que propriamente nas de âmbito comercial.

O tratamento dos temas pelos congressistas vai ser quase monopolizado pela representação do SNC. Das onze comunicações apresentadas, sete foram de portugueses. E destas somente duas tomaram como referência o tema da "economia e finanças"[9]. O interesse principal dos membros do sindicato que intervieram estava nos outros dois temas, mais directamente relacionados com as preocupações que subsistiam no momento no seio do Sindicato. Quanto à estruturação do ensino superior do comércio e da economia, Vergílio Moreira

---

[8] Beirão da Veiga, in *op. cit.*, p. xxxvii.

[9] Referimo-nos às seguintes comunicações: Beirão da Veiga, "Politique fiscale et diagraphie"; Amaro Duarte Guerreiro, "Sobre alguns meios de alcançar o pleno emprego". Esta última tem como referência teórica principal as teses keynesianas. Veja-se Confédération Internationale des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur, *XII Congrès International des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur*, Lisboa, s/edit.,1950, pp. 35 e segs.

propõe que exista um único curso de economia, ocorrendo as especializações unicamente após a conclusão da licenciatura, criticando, assim, a Reforma de 1949 do ISCEF a qual tinha instituído dois cursos: o de economia e o de finanças[10]. Beirão da Veiga e Sequeira Zilhão, no âmbito das questões profissionais, contrapõem-se quanto às vantagens e desvantagens no uso do título de comercialista[11]. Por último, Remy Freire e António Gonçalves abordam o posicionamento dos licenciados em ciências económicas e financeiras na direcção e controlo das grandes empresas[12].

Dos 165 participantes do Congresso, a maioria, 93, eram portugueses. Este dado reflecte o interesse pelo evento por parte dos membros do SNC (o número total dos mesmos para a época situar-se-ia nos 350). A maioria dos congressistas portugueses, 53,5%[13], tinha-se formado na década de 40 no ISCEF, o que nos leva a concluir que o evento, para além de outros aspectos, foi uma demonstração de empenhamento e de participação por parte das gerações com uma trajectória académica mais recente. Essa demonstração vinha acontecendo de modo mais notório desde 1947, expressando provavelmente um descontentamento pela situação socioprofissional em que se encontrava uma parcela significativa dos licenciados provenientes do ISCEF. Será no seio desta geração académica mais

---

[10] Veja-se Vergílio Moreira, "Curso único ou cursos múltiplos de altos estudos comerciais", in Id., *ibid.*, pp. 23 e segs.

[11] Veja-se Beirão da Veiga, "Commercialiste, comme titre universel" e Sequeira Zilhão, "Para a definição profissional e corporativa dos diplomados por Escolas Superiores de Economia", in Id., *ibid.*, pp. 145 e segs.

[12] Veja-se António Gonçalves, "Orientação de grandes empresas por diplomados pelas E.S.C." e Rémy Freire, "A análise dos resultados na administração das empresas", in Id., *ibid.*, pp. 107 e segs. Em 15 de Junho de 1947, o governo ordenava o saneamento político de vinte e um professores universitários conhecidos pelas suas posições democráticas. Entre eles encontrava-se precisamente Remy Freire, na altura professor do ISCEF. Foram igualmente expulsas individualidades importantes do campo universitário, como por exemplo, Celestino da Costa, Francisco Pulido Valente, Pinto Resende. A medida do governo abrangeu igualmente militares que estiveram envolvidos na tentativa de golpe de Estado de 10 de Abril. Curiosamente, Remy Freire aparece no XII Congresso, o qual foi apoiado pelo governo, três anos após a sua expulsão da Universidade.

[13] Da listagem que obtivemos dos participantes, e no caso dos portugueses, unicamente foi possível apurar determinadas propriedades sociais – ano de formatura, instituição de ensino, sector de actividade – para 71 deles. Os números relativos insertos no texto referem-se a este total.

nova que a direcção de 1950/52 encontrará um forte apoio para as suas actividades. Por seu turno, o número de funcionários públicos, e na sequência da sua forte presença no seio dos associados do SNC, era também elevado, 56,4%, confinando-se os congressistas que trabalhavam em empresas privadas a um total de 35,2%.

As conclusões do XII Congresso Internacional das Associações de Diplomados das Escolas Superiores de Comércio ao centrarem-se quer na necessidade dos vários países valorizarem o "ensino das ciências económicas aplicadas", quer no papel profissional importante que deveria ser desempenhado pelos respectivos diplomados, foram ao encontro dos interesses imediatos do SNC. Uma apreciação final sobre o evento faz ressaltar dois aspectos: constituiu um momento importante no trabalho social e político de conquista de um mais amplo reconhecimento e visibilidade para o Sindicato e para as qualificações profissionais dos seus associados; serviu de impulsionador para a direcção do SNC, nos meses posteriores ao Congresso, encetar um conjunto de acções na tentativa de alcançar o objectivo principal a que se tinha proposto no início do seu mandato, o da valorização profissional e social dos diplomados pelos ISC e dos licenciados pelo ISCEF.

Durante o primeiro semestre de 1950 a vida interna do SNC teve como elemento dinamizador a discussão sobre um novo título profissional e a criação de um novo organismo representativo. Retomavam-se aspirações que subsistiam desde os anos 30 e fundamentalmente pretendia-se romper com aquilo que se tinha herdado: o título de comercialista e um sindicato nacional de natureza comum.

Ruptura que vai ser plenamente assumida pela direcção de 1950/1952, fazendo da mesma um elemento estruturador da sua actividade. O título de comercialista, para os seus opositores, deixara há muito de ser uma designação identificadora daqueles que se licenciavam no ISCEF. As novas gerações não o tomavam como referência para a sua titulação social. Optavam por se auto-

designarem de licenciados em ciências económicas e financeiras, o que não era propriamente, como vimos, um título profissional e muito menos permitia a localização das funções que deveriam corresponder à sua formação académica, no âmbito dos diversos contextos organizacionais, por parte quer dos outros licenciados, quer da generalidade dos não licenciados.

Importa relembrar que para o processo de construção de um grupo profissional no espaço social concorre, entre outros factores, o estabelecimento dos critérios de pertença ao mesmo, e igualmente a fixação, no plano linguístico, do termo que o vai identificar. Sem nome, sem definição de critérios de pertença, "a coisa" não se torna socialmente visível, não é conhecida nem reconhecida pelos outros protagonistas da dinâmica social. O posicionamento específico do título ocorre no "espaço social dos nomes"[14], sendo o mesmo utilizado como operador simbólico-ideológico para a identificação e simultânea classificação dos agentes sociais. No seguimento dos trabalhos pioneiros de Luc Boltanski[15] e Pierre Bourdieu[16], a interpretação sociológica passou a centrar-se nos processos sociais que estão presentes na escolha dos nomes, neste caso da designação ou título profissional.

Para a sociologia espontânea, o título adoptado apresenta-se como o reflexo automático no plano simbólico-ideológico das mudanças de ordem económica, científico-técnica e organizacional que ocorrem no mundo do trabalho. Subentende-se, portanto, a existência de uma relação directa e linear entre o real social e a linguagem que pretende simbolicamente representar esse mesmo real. Dito por outras palavras, a escolha de um título, a sua fixação no plano linguístico com um correspondente significado, são pensadas como um facto inquestionável, como se tivessem ocorrido fora de um contexto sócio-

---

[14] Luc Boltanski, *Les Cadres. La formation d'un groupe social*, Paris, Les Editions Minuit, 1982, p. 407.

[15] Luc Boltanski, *op. cit.*

[16] Pierre Bourdieu, *La Distinction. Critique sociale du jugement,* Paris, Les Editions Minuit, 1979.

histórico marcado, entre outros aspectos, pela conflitualidade social. A provar que esta interpretação é mistificadora, encontra-se aquilo que se designa por "querela de nomes"[17]. Embora por vezes passe despercebida, ela está bem presente nas várias fases de construção e de apropriação das nomenclaturas profissionais. Nestas fases, a querela de nomes tão somente é a expressão dos conflitos entre grupos e classes sociais, com interesses descoincidentes, que pretendem, por exemplo, a conservação do monopólio do uso de um título profissional ou então o acesso a ele. Fundamentalmente o que se encontra em jogo são os benefícios materiais e simbólicos que os agentes sociais terão oportunidade de usufruir pelo uso de um determinado título profissional, o qual expressa socialmente a posse de um conjunto multidimensional de qualificações. Isto não é mais que um processo de reclassificação social para determinados agentes e de desclassificação para outros, o qual, por sua vez, se apresenta, importa sublinhar, como uma das dimensões de luta entre grupos e classes sociais[18].

Quanto ao título profissional a adoptar pelos licenciados em ciências económicas e financeiras, a discussão ocorrida no seio do SNC durante o primeiro semestre de 1950 tinha produzido duas posições que foram, como vimos acima, expressamente enunciadas durante o XII Congresso Internacional das Associações de Diplomados pelas Escolas Superiores de Comércio - a de Beirão da Veiga que pugnava pela manutenção do título de comercialista e a de Sequeira Zilhão, propondo a substituição desse título pelo de técnico-economista ou uma designação equivalente.

Qualquer das duas posições sobre o título era parcialmente tributária quer da história do título de comercialista, quer de propostas feitas anteriormente no

---

[17] Alain Accard, *Initiation à la Sociologie de l'Illusionnisme Social*, Bordeaux, Editions Le Mascaret, 1983, p. 88.

[18] Para um aprofundamento desta questão, tenha-se presente Pierre Bourdieu e Luc Boltanski, *op. cit.*, Pierre Bourdieu, *op. cit.*, pp. 145 e segs.

sentido de o alterar. Importa abrir aqui um parêntese para explorar, no plano analítico, os antecedentes do debate ocorrido nos anos 50.

Tenha-se novamente presente que o título de comercialista foi fixado juridicamente em 1903 no Regulamento do IICL. Com a formação do ISCL, em 1911, o título passou a ser atribuído primeiramente aos diplomados com o curso superior de comércio e anos mais tarde aos que obtivessem a aprovação no curso complementar de ciências económicas e comerciais. Deste modo, só uma parte dos diplomados pelo ensino superior comercial era abrangida pelo título, impossibilitando-os assim de pertencerem às duas associações representativas dos comercialistas, a ACP e a ACNP. Esse carácter restrito manteve-se mesmo após a criação do ISCEF e durante os primeiros anos de existência do SNC. Somente após 1941, com a alteração dos estatutos do Sindicato, o título passava a identificar todos os diplomados pelos ISC e os licenciados em ciências económicas e financeiras.

A par destas alterações, o título de comercialista foi progressivamente deixando de ser utilizado de modo habitual e isto não obstante ele integrar, por exemplo, a nomenclatura de profissões utilizada no censo populacional de 1940, facto em si demonstrativo do reconhecimento por parte do aparelho estatístico-administrativo, e em última instância do Estado, dos comercialistas. Para esse abandono e para a "animosidade" dos licenciados pelo ISCEF pelo título de comercialista concorreram: uma certa indefinição das funções que nele estavam incluídas; a confusão terminológica que subsistia com os especialistas em direito comercial, reclamando estes o uso exclusivo do próprio título; a associação que, em termos comuns, se fazia entre ele e a actividade de comerciante, geradora de uma imagem social desclassificante para aqueles que eram designados por comercialistas. Entretanto, a sua permanência no "espaço social dos nomes" só encontra explicação no facto de até aos anos 50 não ter surgido uma alternativa no plano taxinómico que fosse consensualmente aceite, em particular pelos licenciados em ciências económicas e financeiras. É bem verdade que a

pluralidade de secções curriculares no ISCEF e de áreas de actividade laboral que os licenciados ocupavam nas organizações públicas e privadas, embora as últimas tivessem em comum o tratamento de questões ligadas à economia, contabilidade e comércio, não favorecia, de modo directo, a produção e uso de um título unificador e simultaneamente identificador nos planos profissional e social.

Ao longo dos anos 30 e 40, algumas propostas alternativas foram formuladas. Partiam sempre do mesmo pressuposto, a inadequação do título de comercialista às mudanças que iam ocorrendo no mundo laboral. Uma primeira encontra-se num texto de Jorge Coelho de 1932. A propósito da discussão sobre a eventual formação da Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade do Porto e o futuro do ISCP, ele pugnava, relembre-se, pela transformação deste último numa nova escola, o Instituto Superior de Economia, com um único curso, o de Economia, e pela atribuição aos respectivos diplomados do título profissional de "engenheiro administrativo"[19]. Tal título teria, no essencial, a vantagem de associar

> "(...) as escolas de ensino técnico superior, representativas das três fontes de riqueza duma nação: Indústria, Comércio e Agricultura. Desta forma, tôdas as escolas técnicas superiores poderiam atribuir aos seus diplomados o mesmo título profissional (Engenheiros Civis, Pecuários, Administrativos, Agrónomos e Silvicultores, etc.) ficando ainda, dêste modo, todos os diplomados em escolas técnicas superiores, com dignidades académicas iguais."[20]

Além desta uniformização nas titulações que beneficiaria tanto os licenciados pelo ISCEF, como os pelo novo Instituto a criar na cidade do Porto, o uso do termo de engenheiro não era inócuo e unicamente explicável por critérios gerais ligados à organização e divisão do trabalho. O título apresentado permitiria aos seus possuidores, em termos de distância social, aproximarem-se, de modo notório, do grupo profissional dos engenheiros cujo peso simbólico era já

[19] Cf. Jorge Coelho, "O ensino superior de economia...", p.10.
[20] Id., *ibid.*

relevante, apesar de se encontrar ainda numa fase de expansão, no espaço das profissões científicas e técnicas que existiam na primeira metade dos anos 30[21]. Assim, ele funcionaria como um elemento, entre outros, gerador de prestígio profissional e, por outro lado, possibilitando a reclassificação social daqueles que o usassem.

Em 1943, Pires Cardoso, docente do ISCEF, subscrevia uma outra proposta de reconversão taxinómica. Na sua opinião, no "campo das actividades económicas" não existia, para a época, uma profissão bem delimitada, subsistiam, sim, várias "espécies profissionais" relacionadas entre si, as quais constituíam, em conjunto, aquilo que designava por "categoria profissional de técnicos económicos"[22]. Deste modo não se apresentava uma proposta de titulação para uma profissão específica, mas para algo que era um compósito de um certo "número de profissões de conteúdos afins", as quais desenvolviam as suas actividades unicamente no domínio económico.

À nova categoria caberia uma intervenção profissional de "carácter orientador, consultor ou fiscalizador". Por sua vez, tal intervenção materializava-se ao nível da empresa nas seguintes actividades (às quais corresponderiam, segundo o autor, as tais "espécies profissionais"):

> "Em primeiro lugar, diremos que o meio próprio do "técnico económico" é a Emprêsa, mais objectivamente – a grande emprêsa. Aí lhe cabem, especificamente, as funções de organização e montagem de serviços, inclusivamente os da sua estrutura contabilística. Aí deverá superintender nos serviços de Contabilidade, como coordenador de resultados e de indicadores para a Administração. Aí deverá ser, em muitos casos, o director comercial, o técnico de estudos económicos, e, nas emprêsas de menor envergadura, o consultor em assuntos económicos. Mas, em outros sectores, a sua função é também de assinalado alcance. Vê-lo-emos intervir, como árbitro, nas questões de contencioso particular que

[21] Sobre as estratégias conducentes às reconversões terminológicas dos grupos profissionais e às consequências daí decorrentes veja-se Pierre Bourdieu e Luc Boltanski, *op. cit.*, p.105.

[22] A proposta foi inicialmente apresentada por Pires Cardoso, em 1943, na sua tese de doutoramento. Para a nossa análise recorreremos a: J. Pires Cardoso, "Técnicos económicos", in *Economia e Finanças. Anais do ISCEF*, vol. XII, 1944, pp. 239-258. Texto que tinha sido apresentado na sessão inaugural do ano académico de 1944-45 da SCE.

envolvam matéria económica, ou em estudos económicos sôbre mercados e outros; teremos de reconhecer-lhe o merecido lugar na perícia contabilística, tanto em exames resolvidos extrajudicialmente como na situação de perito junto dos tribunais; havemos de confiar-lhe o cargo de "verificador das sociedades por acções", com a missão de garantir o equilíbrio dos órgãos da emprêsa e de proteger interêsses cujo abandono vai desvirtuar os benefícios do anonimato."[23]

Contudo, para Pires Cardoso a definição da actividade profissional do técnico económico não ficava unicamente pela empresa privada. De acordo com o âmbito global da sua intervenção esse técnico deveria integrar igualmente a administração pública. Não a partir de uma posição isolada, mas inserido em "quadros especiais", idênticos aos que existiam, para a época, para engenheiros e arquitectos e usufruindo das mesmas regalias económicas e de carreira. Em suma, o técnico económico indicava o carácter especializado que os profissionais que trabalhassem no domínio económico deveriam possuir. E isso, segundo ele, não era expresso, por exemplo, pela designação de "economista", a qual, em termos de significado, não remetia para qualquer "sentido profissional" e, por conseguinte, não devia ser utilizada como título profissional[24].

As considerações de Pires Cardoso sobre os técnicos económicos não ficam por aqui. Àquelas juntam-se mais duas. A primeira, é que seria unicamente o ISCEF a formar esses técnicos, negando o autor a possibilidade das Faculdades de Direito também o fazerem[25]. A segunda, deveria ser instituída uma "Ordem

[23] Id., *ibid*, p. 246.

[24] Cf. Id., *ibid.*, p. 257.

[25] A recusa dos licenciados em político-económicas pelas Faculdades de Direito poderem integrar a categoria profissional de técnico económico é explicada do seguinte modo pelo autor: "Antes de tudo, há que considerar a finalidade do ensino nas Faculdades de Direito, e esta ninguém ignora que é procurar a formação jurídica dos seus diplomados. Ainda mesmo quanto ao curso complementar de um ano, tanto na especialidade das ciências jurídicas como na das ciências político-económicas, aquêle próprio diploma de lei [refere-se ao Decreto nº 16.044 de 16 de Outubro de 1928 que implantou a reforma das Faculdades de Direito] estabelece taxativamente que o último ano de especialização tem o objectivo principal de completar a 'formação jurídica' dos futuros licenciados; e estabelece, outrossim, que a licenciatura em ciências político-económicas é habilitação legal e obrigatória para a magistratura nos tribunais fiscais e administrativos, para os lugares de Director Geral e Chefe de Repartição do Ministério do Interior, bem como para o cargo de Secretário Geral dos Governos Civis. Estas simples citações legais proporcionam a resposta mais cabal à objecção posta, mais ilustrada ainda pela análise do

dos Técnicos Económicos", no seio da qual se congregariam as diversas actividades desempenhadas pelos seus associados. Como justifica:

> "Os técnicos, para a disciplina da sua profissão, e tal como os advogados, os médicos ou os engenheiros, devem congregar-se numa corporação profissional que não pode deixar de ter o nível atribuído àquelas outras profissões, em razão da dignidade e altura das funções que lhe são cometidas. O nível e, consequentemente, a designação. Haveria, assim, ao lado das Ordens dos Advogados, dos Médicos e dos Engenheiros, a Ordem dos Técnicos Económicos, com latitude e alcance de molde a fazer-se sentir benéficamente na vida económica da Nação."[26]

Por seu turno, a Ordem teria tanto um "valor psicológico", ao demonstrar publicamente o "carácter elevado" das funções desempenhadas pelos técnicos económicos, como funcionaria como incentivadora do interesse e do "brio" por parte dos profissionais. E isso seria fundamental, pois, de acordo com a sua análise, a "atitude de apatia e descrença" que para a época – meados dos anos 40 – esses profissionais demonstravam tinha "prejudicado a categoria profissional", não evitando que a mesma fosse caracterizada por não ter acções coordenadas que lhe dessem estabilidade e prestígio[27].

A proposta de Pires Cardoso, pelo seu conteúdo, é um dos marcos na discussão sobre o título e o organismo profissional que antecedeu as acções do SNC na década de 50. Proposta que recolhia a sua experiência com os problemas laborais e de reconhecimento social dos diplomados pelos ISC e licenciados pelo ISCEF, quando anos antes ocupara as funções de Presidente da direcção do SNC.

Logo em 1943, uma crítica surge por parte de Vergílio Moreira face à formulação taxinómica apresentada antes. Numa primeira leitura, a discordância faz-se sentir não quanto à premência de outro título profissional que pudesse

---

plano de cadeiras que compreende a estrutura do ensino nas Faculdades de Direito. Êste, por si só, é suficientemente elucidativo, pois denuncia ao primeiro golpe de vista a falta de um grande número de disciplinas, quási um novo curso completo, que não podem dispensar-se como habilitação científica dos técnicos económicos". In Id., *ibid.*, p. 252.

[26] Id., *ibid.*, p. 253.

[27] Cf. Id., *ibid.*, p. 254.

substituir o de comercialista ou de uma nova organização representativa, mas sim perante o nome que foi adoptado. Para o autor não subsistem dúvidas que a designação de

> "Técnicos Económicos, dá uma ideia de técnicos *baratos*, no sentido passivo, ou de técnicos *forretas* ou *avaros*, no sentido actual. Defeitos idênticos, afinal, aos que sofrem as designações de Comercialistas ou de Contabilistas, que restringem o âmbito da profissão. Ora, parece-me que há uma palavra, que ainda não está suficientemente adulterada e que poderia servir para englobar todos os Licenciados em Ciências Económicas e Financeiras, de onde têm de sair os verificadores das sociedades por acções. Essa palavra é *Administração*, englobando a administração pública e privada, num sentido talvez um pouco mais amplo do que o primitivamente fixado por H. Fayol."[28]

Na sequência disto, existiria a "Ordem dos Técnicos de Administração" que englobaria todos os diplomados pelos ISC e os licenciados em ciências económicas e financeiras com ou sem profissão e independentemente da actividade laboral que exercessem em termos efectivos[29].

Só que numa leitura mais fina observa-se que a discordância não era só de índole nominal. Em primeiro lugar, a Ordem dos Técnicos Administrativos e a Ordem dos Técnicos Económicos tinham âmbitos profissionais diferentes. A última, como apontava Pires Cardoso, abrangia unicamente licenciados pelo ISCEF cujas actividades profissionais se confinassem ao domínio do económico. A outra englobava, como vimos acima, para além destes licenciados todos os diplomados pelos ISC. Em segundo lugar, a definição de técnicos de administração - "designação genérica dos profissionais, orientadores, fiscalizadores e verificadores das actividades do Estado ou dos particulares, que

---

[28] Vergílo Moreira, "A propósito da fiscalização das sociedades anónimas", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 43, 1943, p. 372.

[29] Cf. Id., *ibid.*, p. 372. A "Ordem dos Técnicos Administrativos" estaria dividida quer em Câmaras – "dos Verificadores e Orientadores de Empresas Comerciais e a dos Actuários" – quer em Secções – "de Funcionários das Alfândegas, de Professores do Ensino Técnico, de Contabilistas e Empregados de Empresas Particulares, de Funcionários dos Correios, da Contabilidade Pública, da Organização Corporativa, etc".

traduzam movimento ou produção de riqueza"[30] - incluía um conjunto menos amplo de funções, porque circunscritas, por exemplo, às tarefas mais específicas e micro das empresas, do que acontecia com a de técnico económico mais generalista e de âmbito mais macro, em particular quanto às questões económicas.

Tenha-se novamente presente que o título de Técnico de Administração advogado por Vergílio Moreira consubstanciava, no contexto da luta pelos lugares de contabilistas entre licenciados pelo ISCEF e diplomados pelos IC nos anos 40, uma aspiração à criação, no seio das empresas, de uma área de actividade, a da administração, a qual seria apropriada em exclusivo por esses licenciados. Por via da denominada administração, e da consequente reformulação da organização e divisão do trabalho, o que se pretendia era a expansão da empregabilidade dos licenciados e o reforço do seu poder e prestígio no seio das organizações.

Em síntese, engenheiro-administrativo, técnico económico, técnico administrativo foram, portanto, as designações que ao longo das décadas de 30 e 40 emergiram como alternativas à de comercialista. Designações que remetiam, por sua vez, para diferentes critérios de pertença ao grupo que se pretendia formar, dando-lhe uma maior ou menor abrangência.

Regressemos à discussão sobre o título e o novo organismo profissional ocorrida no seio do SNC e que se vai prolongar durante os dois primeiros anos da década de 50. Tendo-se retido os antecedentes dessa mesma discussão, tratamos agora de indicar os elementos principais enformadores das duas propostas apresentadas em 1950, no XII Congresso Internacional das Associações de Diplomados pelas Escolas Superiores de Comércio.

---

[30] Cf. Vergílio Moreira, "Técnicos da administração", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº44, 1945, p. 44.

Posicionando-se de modo contrário à opinião da maioria dos sócios do SNC, Beirão da Veiga vai defender a manutenção do título de comercialista[31]. Esta opção não era mais do que a consequência lógica do autor considerar a actividade comercial como aspecto fundamental da vida económica. Com efeito, era ainda prevalecente, e apesar das mudanças curriculares ocorridas em 1949 no ISCEF, a abordagem comercialista do económico.

A proposta de Sequeira Zilhão contradiz nos pontos principais a de Beirão da Veiga. A argumentação desenvolve-se em vários planos. Em primeiro, rejeita o título de comercialista pelo seu carácter "anacrónico" e pela sua incapacidade de recobrir "todas as especializações e aspectos de que é susceptível uma licenciatura em ciências económicas". Deste modo, o novo título devia romper com a dominância das perspectivas comercial e contabilista que enformavam a designação das actividades laborais dos licenciados em ciências económicas e financeiras. Em segundo, e de acordo com os objectivos dos cursos de finanças e de economia introduzidos com a Reforma do ISCEF de 1949, o título a adoptar teria de estar ligado à ciência económica, mas assumindo um significado simultaneamente técnico e especializado. Recuperando as teses de Pires Cardoso, o autor propõe o termo de "Técnico-economista"[32], atribuído a todos aqueles que tivessem concluído a respectiva formação académica no ISCEF. Por seu turno, para o autor, a profissão

---

[31] Cf. Beirão da Veiga, "Commercialiste, comme titre universel", in Confédération Internationale des Associations d'Anciens Elèves de L'Enseignement Commercial Supérieur, *XII Congrès...*, pp. 147-158.

[32] Sequeira Zilhão, "Para a definição profissional e corporativa dos diplomados por escolas superiores de economia", in Confédération Internationale des Associations d'Anciens..., pp. 159-197. Em simultâneo, o autor rejeita o título de economista que justifica do seguinte modo: "Porque não, apenas e exclusivamente o título 'Economista'? – Talvez pela demasiada latitude que esta designação envolve, segundo o uso corrente e consagrado, para invocar todo aquele que se ocupa de problemas de interesse económico e social. Os técnicos economistas são economistas; mas a recíproca pode falhar porque nem todos os economistas serão economistas técnicos, ou, melhor, técnicos-economistas. Um pouco talvez pela mesma razão por que nem todos os geógrafos são engenheiros-geógrafos. Em certo sentido – e postas as reservas prudentes e necessárias aos raciocínios por analogia – pode admitir-se que a estes engenheiros interessa a Geografia como aos técnicos-economistas interessa a Economia: em termos de medida e planeamento objectivo." In Id., *ibid.*, p.183.

"(...) envolve, no campo vasto e multímodo da vida económica, quer as actividades que se possam definir como profissão liberal, quer as actividades de competência especializada correspondentes aos lugares dos quadros efectivos da administração do Estado ou das empresas e instituições de ordem pública ou privada."[33]

Em terceiro, os profissionais de acordo com os princípios doutrinários e organizativos do corporativismo deveriam integrar-se na "Ordem dos Técnicos-Economistas", a qual teria as já conhecidas atribuições das Ordens profissionais (controlo do acesso ao título e do exercício das actividades profissionais, fomento da "cultura económica", entre outras)[34]. Por último, a proposta só era exequível, ao nível do mercado de emprego, se empresas e Estado reconhecessem quer a exclusividade do uso do título pelos licenciados pelo ISCEF, quer o direito dos técnicos-economistas ocuparem funções que fossem idênticas às dos outros titulados pelo ensino universitário[35].

Em certos pontos, como vimos, a proposta de Sequeira Zilhão acompanha de perto a de Pires Cardoso elaborada sete anos antes. Contudo, é perceptível uma forte dificuldade em definir, de modo preciso, as áreas de actividade dos técnicos-economistas. Opta-se, sim, por uma definição fracamente enumerativa – funções no Estado e nas empresas privadas, estudos e pareceres no domínio da gestão das organizações, etc - sem nunca atingir a discriminação exaustiva apresentada por Pires Cardoso. Esta omissão é, em parte, compensada pela importância que Sequeira Zilhão confere ao económico e à economia como disciplina científica para o desenvolvimento dos países no pós Segunda Guerra Mundial. Se o económico é importante, os técnicos-economistas são para ele indispensáveis às sociedades, como profissionais possuidores de uma "sólida base

---

[33] Id., *ibid.*, p. 188.

[34] Não se propunha que o acesso ao título de técnico-economista atribuído pela Ordem fosse automático. Exigia-se que antes disso, os licenciados tivessem de efectuar "provas complementares e de capacidade demonstrada em estágios e tirocínios de aplicação." Cf. Id., *ibid.*, pp. 188-189.

[35] Cf. Id., *ibid.*

geral de cultura económica", complementada por uma formação especializada. "Cultura económica" que integra, principalmente, a aprendizagem da "feição técnica" da economia, geradora de qualificações para a execução de "estudos e investigações de ordem geral e aplicada", tomando sempre como referência uma "estreita correlação entre teoria e prática". Sem dúvida que, face ao quadro das perspectivas dominantes no campo científico sobre o papel e estatuto da ciência económica no Portugal do início dos anos 50, a postura deste licenciado pelo ISCEF é manifestamente inovadora. Será um dos primeiros textos em que se faz uma clara associação entre ciência económica e actividade profissional, a partir de uma ideia base,

> "Sem se desumanizar e sem se estreitar num especialismo deformador da perspectiva histórica e de conjunto, a Economia pode e deve ser posta em termos de tecnicidade e de precisão científicas e ser desdobrada, aplicada e concretizada nos problemas especiais que comporta; como pode deixar aos seus cultores conhecimentos de alcance prático que favoreçam e valorizem a sua actividade ou intervenções no campo efectivo das administrações."[36]

Em suma, colocavam-se perante os sócios do SNC duas propostas bem diferentes quanto ao título profissional. Uma que enfatizava a tradição, pugnando pela manutenção do título de comercialista. Outra que, enformada por uma visão utilitarista da ciência económica, pelo espectro formativo e pelas múltiplas finalidades, em termos de mercado de emprego, das licenciaturas do ISCEF, pelo propósito da Reforma de 1949 apresentar como objectivo fundamental a preparação de "técnicos económicos e financeiros", apostava num novo título profissional, o de técnico-economista, e, também, na formação de uma Ordem profissional, ao contrário da de Beirão da Veiga que era completamente omissa face a esta questão.

---

[36] Id., *ibid.*, p. 178.

A decisão final por parte dos associados do SNC quanto ao título profissional só veio a acontecer em Junho de 1952. Decorreram, portanto, dois anos após o início formal da discussão. Foi um período em que a dinâmica interna do sindicato girou em torno da decisão que se deveria tomar. Perante a existência de um certo impasse, e de modo a evitar o eternizar da discussão, formou-se, em assembleia geral, uma comissão com o objectivo principal de apresentar uma proposta concreta[37]. Essa comissão optou, por sua vez, por realizar um inquérito sobre o título e organismo profissional aos sócios e não sócios. Dos 588 inquiridos (408 do SNC e 180 licenciados não sindicalizados) foram obtidas 129 respostas (21,9%).

Dos resultados apresentados algumas conclusões são possíveis de retirar[38]. O inquérito tornava evidente que a preferência absoluta ia para uma outra organização profissional que substituísse o SNC. Quanto ao título a opção era clara. Em primeiro lugar, só 22 inquiridos se pronunciaram inequivocamente a favor da manutenção do título de comercialista. Em segundo, os restantes (107), apesar de demonstrarem que consideravam inadequado este título, vão dividir-se quanto à nova designação: para 75, a opção deveria fazer-se pela de técnico-economista, enquanto para 19 pela de economista. Apenas 13 sugeriam outras designações, como a de engenheiro-economista, econo-contista, tecno-economista, etc.

Como se pode observar pelos números apresentados, a questão central do debate não se encontrava na rejeição do título de comercialista (78,1% dos inquiridos faziam-no explicitamente), mas sim sobre que outro título escolher. A questão em si não era redutível a uma opção meramente semântica. Subjacente a cada título proposto encontrava-se uma perspectiva, entre outros aspectos, sobre quais deveriam ser as actividades principais por ele abrangidas (actividades mais ligadas à contabilidade ou então aos estudos económicos de empresas nas quais

[37] Da comissão faziam parte António Zilhão, Augusto Sá da Costa e Vasco Furtado. Segundo informação do entrevistado AC.

[38] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 4, 1952, p. 65.

podia ou não ter uma importância decisiva os conhecimentos sobre direito), qual o papel e a relevância da ciência económica para a época, em especial em Portugal. Isto constituía, sem dúvida, um ponto de discussão e de divisão no seio dos membros do SNC. Não só se optava por um novo nome para um conjunto de agentes que teriam de ter no mínimo como atributo comum a posse de uma formação escolar de nível superior, como igualmente por uma definição que servisse de aglutinadora, contribuindo, deste modo, para a construção de uma identidade profissional.

Contudo, com o inquérito não se pretendia unicamente saber a preferência, em termos de designação profissional futura, também se questionavam os inquiridos sobre as razões que estavam subjacentes às suas opções. Numa análise muito sintética dessas razões sobressai, por um lado, a crítica ao tradicionalismo e à antiguidade do título de comercialista e, por outro, a necessidade de um outro título que pudesse

> "(...) envolver a multiplicidade das ocupações e funções profissionais próprias dos licenciados, e intitulá-los de maneira a não promover o preconceito da restrição do âmbito de tais funções ao puro aspecto da administração ou gerência comercial e contabilística, quer de interesse próprio, quer de interesse alheio. Aliás, está já marcada *oficialmente*, há mais de vinte anos, a orientação a respeito da finalidade profissional específica dos estudos feitos no ISCEF, quando o Estatuto da Universidade Técnica de Lisboa atribui ao Instituto a missão de preparar, profissionalmente, *técnicos-económicos e financeiros* de harmonia com as necessidades da economia nacional."[39]

Entre Abril e Junho de 1952, os sócios durante 5 assembleias gerais consecutivas debateram a questão do título profissional. O número de assembleias ilustra a dificuldade de se chegar a uma decisão final, mesmo depois de todo o trabalho preparatório que a comissão tinha realizado no ano anterior. Sempre contando com um volume de presenças de sócios superior ao verificado

[39] *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 4, 1952, p. 65.

em assembleias anteriores (mas nunca chegando à centena), as mesmas foram trespassadas, por vezes, por emotivas discussões[40], não impeditivas que se aprovasse quer o novo título, denominado de técnico-economista, quer a transformação do SNC em Ordem profissional, no seio da qual se podiam formar "secções de acordo com as especializações profissionais, tais como técnicos-aduaneiros, professores, técnicos de estatísticas, técnicos financeiros, comercialistas, técnicos-administrativos, actuários, etc."[41]

O acesso ao título estaria unicamente reservado aos licenciados em ciências económicas e financeiras (subentende-se que para o SNC os diplomados pelos ISC, independentemente das habilitações académicas específicas que detinham, fossem equiparados aos licenciados). Por seu turno, não se propunha uma definição baseada nos actos profissionais - tal seria conceptualmente impossível perante a então verificada diversidade de funções -, mas uma mera equivalência entre título académico e título profissional[42].

A designação e a definição encontradas para o título enquadravam-se num dos objectivos primordiais que a direcção do SNC pretendia atingir com a reconversão taxinómica: a não exclusão de nenhum licenciado em ciências económicas e financeiras. Se, por exemplo, a definição se estruturasse em torno

---

[40] Veja-se Livro de Actas das Assembleias Gerais do Sindicato Nacional dos Comercialistas, nº 2, p. 3.

[41] *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 4, 1952, p. 66. As propostas foram aprovadas na Assembleia Geral de 4 de Junho de 1952.

[42] Na proposta de alterações dos Estatutos do SNC aprovado em assembleia geral pode ler-se o seguinte: "Artigo 1° - O Sindicato Nacional dos Técnicos Economistas (S.N.T.E.) é o único instituto ou organismo profissional dos Técnicos Economistas, portugueses ou estrangeiros, que exerçam ou estejam em condições de exercer, em território português qualquer das modalidades desta profissão. Entende-se por profissão de Técnico Economista, toda e qualquer actividade dos Licenciados em Ciências Económicas e Financeiras, para o exercício da qual seja necessária a aplicação destas ciências. § único – Para o efeito da representação dos respectivos interesses profissionais e para fins científicos, os sócios do S.N.T.E. agrupar-se-ão em Secções, correspondentes a especialidades, sujeitas a regulamentação interna e disciplina corporativa. (...) Artigo 7° - Sócios efectivos são os indivíduos licenciados em ciências económicas e financeiras por qualquer das secções do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras ou com outro curso superior que lhe seja legalmente equiparado, quando solicitada e obtida a sua admissão nos termos destes estatutos." In *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 4, 1952, p. 71.

dos actos profissionais ou mesmo de áreas de actividade, e atendendo à diversidade de funções que os licenciados desempenhavam, essa pretensão não seria alcançada.

Como sabemos, as definições que os sindicatos atribuem aos grupos profissionais que representam não são mais do que taxinomias oficiais. Nelas está incluído um conjunto, mais ou menos extenso, de atributos, de particularidades, que os agentes devem possuir como condição necessária e suficiente para fazerem parte do grupo designado pela definição. Disto deriva uma das principais consequências das definições: a limitação das fronteiras do grupo perante os restantes. Assim, elas funcionam como instrumentos que possibilitam a partição do real social, utilizando para tal critérios empíricos. O estabelecimento de critérios de pertença a um grupo é um dos primeiros factores para que ocorra a sua objectivação ao nível do espaço social. Torná-lo objectivo, sublinhe-se, é possibilitar o seu (re)conhecimento e, por isso mesmo, distingui-lo dos restantes.

Todavia, nas definições dos grupos profissionais não está em causa somente uma demarcação face a outros grupos. A latitude de critérios e, por vezes, a ambiguidade das fronteiras contidas nas definições se, por um lado expressam a multiplicidade de funções laborais que se inserem no grupo, corporizam, por outro, uma estratégia, em determinados momentos claramente assumida nos documentos que dão forma jurídica à instituição, como são por exemplo os estatutos, de manutenção de uma área de recrutamento e de mobilização o mais ampla possível. Com efeito, quanto mais lata e imprecisa for a definição do grupo, mais alargada será a base de recrutamento do sindicato, o que poderá conduzir - juntamente com outras condições -, em particular perante outras instâncias sindicais, patronato e Estado, a uma maior preponderância no seio do sindicalismo, mas também no plano alargado da luta política.

Ora foi aquela estratégia que a direcção do SNC seguiu durante todo o processo de discussão sobre o título profissional. Atendendo à debilidade de organização e de participação política imposta pelo Estado Novo aos sindicatos, a

uma certa desafeição face ao sindicalismo por parte de diplomados pelos ISC e licenciados pelo ISCEF, a uma parcela importante dos associados serem funcionários públicos, com todos os constrangimentos daí resultantes para a participação sindical, a estratégia da direcção visou sempre fortalecer o SNC, por via de critérios latos de acesso que aumentassem o número de sócios e a consequente capacidade de mobilização.

Por outro lado, como referenciámos antes, tudo aponta para que a direcção estivesse consciente de que só um título alicerçado na posse de determinadas habilitações académicas (neste caso o ser-se licenciado em ciências económicas e financeiras ou equivalente) poderia englobar a diversidade de funções ocupadas por esses licenciados, para além de aumentar a área de recrutamento de novos associados. Ora tal opção sobre o título terá de ser equacionada face a alguns elementos sociográficos sobre os membros do SNC[43], os quais como veremos apontam precisamente para a diversidade de funções ocupadas.

Dos 628 indivíduos dados como inscritos no SNC no final de 1952, só 22 eram mulheres (3,5%)[44]. Em termos de residência concentravam-se maioritariamente em Lisboa, 489 (77,9%), seguindo-se o Porto, 70 (11,0%). Para tal concentração geográfica concorria decisivamente o tipo de instituições empregadoras onde esses sócios exerciam a sua actividade.

De acordo com os dados do quadro seguinte, a maioria dos associados do SNC trabalhava na administração pública[45], precisamente uma das características do seu mercado de emprego, encontrando-se as empresas em segundo lugar.

---

[43] A partir das listagens nominais dos membros do SNC publicadas no *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, referentes àqueles que se tinham inscrito até ao final de 1952 e entre 1953 e 1955, elaborámos uma base de dados que incluía informação sobre as seguintes variáveis: sexo; concelho de residência; instituição de ensino; ano de formatura; actividade ocupacional. Para a construção da base e posterior tratamento da informação utilizámos o programa informático *Statistical Package for the Social Sciences*. O facto de subsistirem fortes lacunas de informação para algumas dessas variáveis torna impossível a concretização de uma análise detalhada dos membros do SNC.

[44] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 2, 1951, pp. 37 e segs., nº 3, 1952, pp. 53 e segs, nº 4, 1952, pp. 75 e segs, nº 5, 1953, pp. 67 e segs.

[45] O elevado valor relativo que assume o item "Sem informação" no Quadro VII-1 não permite que a leitura se faça de modo mais fino e dirigida para a formulação de conclusões precisas.

Quadro VII-1

Distribuição percentual dos membros do Sindicato Nacional dos Comercialistas por tipo de instituição empregadora

Instituição	%
Administração Pública	37,9
Empresas	24,1
Federações e Uniões Sindicais	0,3
Grémios	1,3
Organismos pré-corporativos a)	3,0
Previdência	4,5
Sindicatos	0,2
Sem informação	28,7
Total	100,0
	(N=628)

a) Os organismos pré-corporativos agregavam os vários tipos de organismos de coordenação económica: comissões reguladoras; juntas nacionais; institutos.

Contrastando com esta concentração, vamos encontrar uma forte dispersão dos sócios do SNC pelas diversas actividades ocupacionais recenseadas (Quadro VII-2), esclarecedora, mais uma vez, de que a adopção de um título assente numa delimitação estrita de determinados actos profissionais conduziria, de modo inevitável, ao não acesso ao Sindicato por uma parte dos licenciados em ciências económicas e financeiras.

Indicámos anteriormente que tal situação resulta da listagem dos membros do SNC apresentar fortes lacunas face a algumas das variáveis consideradas. No caso do quadro acima, bem como dos quadros seguintes em que aquele item apresenta valores relativos elevados, as considerações que faremos sobre os mesmos assumem exclusivamente o estatuto de pistas, tendo por isso um carácter indicativo.

Quadro VII-2

Distribuição percentual dos membros do Sindicato Nacional dos Comercialistas por actividades ocupacionais

Actividades Ocupacionais	%
Actuários	7,6
Administradores e gerentes de empresas	5,4
Comercialistas	2,5
Comerciantes	1,0
Consultores económicos	0,3
Contabilistas	13,1
Despachantes	0,3
Directores de organismos corporativos	1,0
Inspectores administrativos	1,8
Empregados de escritório	7,2
Oficiais da marinha	0,8
Professores	11,6
Técnicos Aduaneiros	4,1
Técnicos Estatísticos	0,8
Técnicos Financeiros	0,3
Corretores	0,3
Sem Informação	41,9
Total	100,0
	(N=628)

Os valores que apresentam os contabilistas e os professores confirmam aquilo que já antes tínhamos enunciado sobre a importância, absoluta e relativa, que essas actividades assumiam na inserção laboral dos diplomados pelos ISC e dos licenciados pelo ISCEF, prevalecendo, assim, como referências no reconhecimento das suas qualificações académicas.

Por força da recomposição do ensino superior comercial ocorrida no início dos anos 30, em particular com o encerramento do ISCP, e de uma ausência de diplomados pelos ISC, como se pode observar no Quadro VII–3, a maioria dos sócios provinha do ISCEF.

Quadro VII-3

Distribuição percentual dos membros do Sindicato Nacional dos Comercialistas por instituições de formação académica

Instituições de formação	%
IIC	0,8
ISCL	1,9
ISCP	7,3
ISCEF	60,2
Sem informação	29,8
Total	100,0
	(N=628)

Por outro lado, o predomínio do ISCEF reflectia-se no perfil dos associados quanto ao ano de formação académica.

Quadro VII-4

Distribuição percentual dos membros do Sindicato Nacional dos Comercialistas por anos de conclusão da formação académica

Escalões	%
Antes de 1919	1,1
1920-1922	0,5
1923-1925	0,2
1926-1928	1,9
1929-1931	1,3
1932-1933	2,4
1934-1936	8,1
1937-1939	5,1
1940-1942	6,2
1943-1945	9,4
1946-1948	15,1
1949-1951	19,3
Sem informação	29,4
Total	100,0
	(N=628)

Com efeito, a geração que tinha concluído a licenciatura em ciências económicas e financeiras na década de 40 corresponde a cerca de 50,0% do total dos membros do SNC, assumindo um peso relativo cada vez mais importante a partir de 1940. Por seu turno, o acréscimo do número de membros do Sindicato

(veja-se Anexo H) decorre, como veremos mais à frente, por intermédio do ingresso de elementos dessa geração, os quais dentro do Sindicato vão participar activamente nas mudanças internas e nas tentativas de conferir uma maior visibilidade às qualificações ocupacionais dos licenciados pelo ISCEF.

Em síntese, importa ter presente que a escolha do título de técnico-economista não pode ser interpretada como uma simples reconversão taxinómica ou como um qualquer passo de magia social. Era esperado que o novo título profissional tivesse no espaço social uma dupla acção: por um lado, possibilitando a diplomados pelos ISC e licenciados pelo ISCEF a sua rotulagem ao nível do espaço social dos nomes e a sua reclassificação em termos da hierarquia das organizações; por outro, funcionando como um instrumento - de natureza económica e social - entre outros, que fechasse a determinadas formações académicas (engenheiros e juristas que vinham dominando desde os anos 30 a produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos, como em parte, aos próprios diplomados pelo ensino médio comercial) áreas específicas de inserção laboral, algumas das quais para a época se começavam a estruturar em torno das questões socialmente reconhecidas como sendo de índole económica. O novo título, ao enfatizar o carácter técnico dos agentes no tratamento dessas questões, em termos de estudo e dos modos de intervenção nas organizações, públicas e privadas, seria para os seus defensores um contributo decisivo para manter afastados todos aqueles que não tivessem as habilitações estipuladas como necessárias.

Sublinhámos antes que a escolha de um outro título profissional que substituísse o de comercialista foi simultânea com a decisão de transformar o SNC em Ordem dos Técnicos-Economistas. Só deste modo seria possível completar o fechamento social da profissão que se pretendia instituir, criando nomeadamente as condições para a existência de um monopólio sobre segmentos do mercado de emprego. Tal como tinha acontecido aquando da corporativização das associações dos comercialistas, em 1935, o que a grande maioria dos sócios

do SNC pretendia, nos primeiros anos da década de 50, era que o Estado Novo, de modo semelhante ao que estabeleceu para os engenheiros e médicos, delegasse na ordem a criar um conjunto de poderes que globalmente permitissem o controlo, não só legal mas também social, do acesso ao uso do título, do exercício das plurais actividades dos técnicos-economistas, do incremento cultural e científico dos respectivos membros. Estava por conseguinte em causa, entre outros aspectos, uma tentativa tanto de maximização dos benefícios económicos e simbólicos ao nível do mercado de emprego, como de valorização social dos licenciados em ciências económicas e financeiras.

No conjunto de argumentos avançados pela direcção do SNC em prol da Ordem dos Técnicos-Economistas, um destacava-se. Na proposta aprovada em assembleia geral de Junho de 1952 sobre o título e o organismo profissional pode ler-se:

> "(...) a necessidade de se caminhar para um organismo semelhante à Ordem dos Engenheiros, em que são obrigatoriamente inscritos todos os formados em engenharia, qualquer que seja a sua especialidade ou profissão, exercida em regime liberal ou como empregados do Estado ou de empresas particulares."[46]

Interessa-nos, por agora, sublinhar a estratégia de "colagem" que era desenvolvida face aos engenheiros. Para a direcção, tal era absolutamente natural face a um facto. A criação da Ordem dos Engenheiros, estipulada na própria legislação sobre os sindicatos nacionais - Decreto-Lei nº 23.050 - constituía a prova, para os sócios do SNC, de que as Ordens já não eram exclusivas de profissões liberais tradicionais, como o caso dos advogados e dos médicos, formadas nas universidades clássicas. Por conseguinte, idêntico tipo de organizações poderia ser estabelecido para os técnicos-economistas, tanto mais que estes últimos e os engenheiros tinham uma origem académica comum, o IICL

[46] *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 4, 1952, p. 65.

extinto em 1911, bem como as respectivas escolas, IST e ISCEF, integravam o mesmo espaço universitário, a UTL.

Digamos que aquela estratégia - que recorrentemente vai ser utilizada a propósito de outras questões - pecava por um forte simplismo analítico. Elementos como a trajectória de prestígio que nomeadamente o IST vivia desde meados da primeira década do século, a consolidação da engenharia e do estatuto socioprofissional dos engenheiros, o seu protagonismo na defesa das teses pró-industrialistas, o domínio, embora partilhado com os juristas, da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos, a afirmação pelos próprios da sua indispensabilidade para o funcionamento das estruturas produtivas industriais, contrapunham-se notoriamente a uma trajectória dos ISC (marcada por alguns equívocos e indefinições institucionais e não alterada substancialmente com a criação do ISCEF), a um não reconhecimento prestigiante do título de comercialista, nem do de licenciado em ciências económicas e financeiras e a uma inserção no mercado de emprego, em particular do estatal, mais desvalorizada do que a dos engenheiros em termos de benefícios materiais e simbólicos.

Em Junho de 1952, e no seguimento das decisões tomadas em assembleia geral, a direcção do SNC apresentou as suas pretensões - criação do título profissional de técnico-economista, transformação do SNC em Ordem - ao então ministro das Corporações e Previdência Social, Soares da Fonseca [47]. A elas acrescentava, como medida transitória até que a Ordem fosse instituída, que o Estado impusesse a inscrição obrigatória no SNC a todos os licenciados em ciências económicas e financeiras que exercessem actividades consentâneas com o seu título. Com a apresentação das pretensões finalizava um período importante da vida do SNC, decorrido de forma mais expressiva entre 1950 e meados de 1952. Os tempos futuros iam mostrar-se fortemente antagónicos dos interesses dos sócios do Sindicato.

[47] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas,* nº 4, 1952, p. 63.

2. O conflito com o Ministério das Corporações

Entre os anos de 1949 e 1952, o número de membros do SNC cresceu de forma notória: passou de 234 para 644 (veja-se Anexo H). Tal acréscimo concretizava um dos objectivos primeiros que a direcção do SNC se tinha proposto alcançar no seu programa de actividades. É patente o fortalecimento do SNC, por via do aumento do volume de membros e consequente alargamento da sua capacidade de representação política e mobilização, o que se mostra como um facto notório se atendermos quer à generalizada ausência de confiança por parte dos trabalhadores na real eficácia do sindicalismo corporativo, quer à insuficiente dinâmica e fragilidade organizativa que caracterizava a esmagadora maioria dos sindicatos nacionais.

Os dados apresentados no ponto anterior, em particular os referentes ao ano de conclusão da formação académica (Quadro VII-4), permitem-nos apontar que o crescimento do número de sindicalizados se fez principalmente pelo ingresso dos que se licenciaram nos anos 40 no ISCEF, assistindo-se provavelmente, e em paralelo, a um processo de rejuvenescimento do próprio SNC. Note-se que dos 628 membros, 34,4% concluiu a sua formação académica a partir de 1945, o que era demonstrativo da importância que o Sindicato teria para alguns dos jovens licenciados[48].

Há que atentar que esses jovens efectuaram a sua formação universitária num contexto sócio-histórico bastante peculiar. Contexto profundamente marcado pelos plurais efeitos da Segunda Guerra Mundial. No domínio económico, o conflito colocou em evidência as fraquezas de ordem estrutural que

[48] O número elevado de sócios para os quais não temos qualquer informação sobre a data de conclusão do curso no ISCEF (29,4%, veja-se Quadro VII-4) impossibilita, como sublinhámos antes, a elaboração de conclusões precisas. Sem esquecer isto, optámos por comparar, para o período de 1946 a 1951, o número de conclusões com as inscrições no SNC. Naquele período licenciaram-se 480 indivíduos, destes, 121 inscreveram-se no SNC (25,2%). Com efeito, a grande maioria não se encontrava sindicalizada e isto por várias razões: uma delas era respeitarem à letra a legislação então em vigor que impedia a sindicalização dos funcionários públicos, outra por estarem desempregados.

caracterizavam a economia portuguesa, pondo na ordem do dia a necessidade de uma política mais favorável à industrialização, tanto mais que a posição de neutralidade do país face aos beligerantes possibilitou, entre outros aspectos, a acumulação de meios financeiros importantes para a prossecução dessa política. Nos domínios social e político, e em parte no seguimento dos conflitos nos meios operários industriais e rurais ocorridos de 1942 a 1944 contra os baixos salários, a falta de géneros, a fome e o agravamento das já precárias condições de vida, a oposição ao regime do Estado Novo desenvolveu todos os esforços ainda antes do final da guerra com a criação do Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF), em 1943, na expectativa de que a derrota do nazismo conduziria à queda do regime em Portugal. Será, contudo, com o fim da guerra em Maio de 1945, e perante as frustrações quanto à não concretização daquela aspiração, fundamentalmente pela postura não antagónica dos aliados perante o regime político existente no país[49], que a oposição ganha novo fôlego, constituindo uma estrutura organizativa mais abrangente, o MUD, que desencadeou um forte movimento de massas de contestação ao regime que rapidamente se espalhou pelo país. Após um período de um certo desnorte nas forças apoiantes do regime, realizadas as eleições legislativas marcadas apressadamente em Novembro de 1945, em que o MUD apelou à abstenção - que atingiria os cerca de 40% -, o governo encetou as acções de repressão sobre a oposição, capitalizando a seu favor as próprias incapacidades e contradições que trespassavam a mesma, culminando na ilegalização desse Movimento, em 1948, e

[49] Como sublinha Fernando Rosas: "Em Maio, ao findar a guerra, diversos sectores e organizações da oposição ao regime chamavam a atenção da opinião pública para o facto de, derrotadas as ditaduras do Eixo, ainda permanecer no exercício e na plenitude das suas funções o Estado Novo, uma ditadura sob o Governo liderado por Oliveira Salazar. Era a crença, demasiado ingénua e confiante, de que à derrota das ditaduras e do Eixo corresponderia, de imediato, a queda das ditaduras europeias. Residiu nesta concepção de uma parte das forças da oposição não comunista o primeiro dos fracassos de uma estratégia que desconhecia, de facto, que aos interesses das potências aliadas era indiferente a natureza do regime implantado e em vigor em Portugal, desde que esse mesmo regime os servisse, como acontecera durante todo o decurso da guerra, apesar dos conflitos e do desenvolvimento, em maior ou menor grau, de contradições políticas com os princípios democráticos dos Aliados ocidentais." in Fernando Rosas, *Portugal e o Estado Novo...*, p. 58.

na não criação de condições políticas que tornassem as eleições presidenciais de 1949 minimamente livres, o que conduziu à desistência do candidato da oposição, general Norton de Matos[50].

O movimento de massas contra o regime foi importante para a formação de quadros políticos oposicionistas, a sua maioria oriunda das profissões científicas e técnicas (professores, advogados, médicos, entre outros), os quais irão desempenhar nas décadas seguintes um papel relevante no combate político ao regime do Estado Novo. Neles incluem-se diversos economistas que terão um papel de relevo na afirmação e divulgação da ciência económica, bem como na própria construção da profissão de economista[51].

Afigura-se-nos que a vivência deste contexto sócio-histórico pelos jovens licenciados pelo ISCEF - em especial quanto às expectativas face ao desenvolvimento de um modelo de crescimento económico de cariz expansionista e inovador, em termos organizativos e técnicos, propiciador de um mais amplo reconhecimento das suas qualificações académicas e de um acréscimo do volume de empregos - acabou por influenciá-los, não só no sentido de incrementar a sua adesão ao SNC, mas também no modo interventivo como vão participar nas acções sindicais do início dos anos 50. Com efeito, a dinâmica institucional do Sindicato decorreu bastante do empenhamento destes jovens.

Se o acréscimo notório do número de membros do SNC se ficou a dever a uma estratégia de recrutamento nesse sentido no seio dos licenciados em ciências

---

[50] Sobre este período, consulte-se Fernando Rosas, "O Estado Novo...", pp. 368 e segs.

[51] No âmbito do MUD existia uma "Comissão de Economistas" que assistia a Comissão Central de que faziam parte, entre outros, Henrique de Barros, Sá da Costa, Ramos da Costa, Jorge Alarcão, António de Sousa e Armando de Castro. Essa comissão produziu alguns trabalhos teoricamente ecléticos e marcados pela tentativa de construção de um pensamento económico anticorporativista. Parte dos seus membros integrará, como dissemos antes, o corpo redactorial da *Revista de Economia*, em 1948. Sobre esta questão, consulte-se nomeadamente: João Madeira, *Os engenheiros de almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Estampa, 1996, p. 178; Mário Soares, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia, 1974, p. 129; PCM/CLNSRF, *Presos Políticos no Regime Fascista*, 1940-45, vol. III, Lisboa, 1984, p. 303.

económicas e financeiras[52], é, por outro lado, verdade que para o mesmo concorreu, de modo decisivo, a discussão interna ao Sindicato dos temas do novo título e organismo profissional, bem como o iniciar de acções de defesa dos interesses económicos e simbólicos desses mesmos licenciados. Será, efectivamente, a natureza e a amplitude do trabalho social e político levado a cabo pela direcção de 1950/1952 o ponto fulcral para o aumento do interesse dos licenciados pelo SNC, sempre com o objectivo de não se quedarem por essa forma organizativa, mas sim de a transformarem numa Ordem profissional.

Quais as acções realizadas pela direcção do SNC para além das relacionadas com o novo título e organismo profissional? Uma advertência inicial terá de ser feita. Como veremos, a esmagadora maioria das acções não conduziram, durante o período de 1950 a 1952, a qualquer resolução das questões que lhes estiveram subjacentes. Não há pois resoluções, mas somente debate no seio do SNC e reivindicações perante os serviços do Estado, em especial. Unicamente estes detinham a capacidade política e jurídica, no âmbito da organização corporativa, para concretizar qualquer resolução sobre as reivindicações apresentadas.

Optámos por delimitar quatro grandes grupos de acções protagonizadas pela direcção do SNC, a saber[53]: consolidação e expansão das áreas de actividade profissional dos associados ao nível do mercado de emprego; defesa de uma revalorização material e simbólica daqueles que trabalhavam na administração pública; difusão da ciência económica e das qualificações académicas dos licenciados pelo ISCEF; divulgação das acções do SNC.

No primeiro grupo vamos encontrar acções tendentes a consolidar e expandir as áreas de actividades dos licenciados não especificamente

---

[52] Ao longo dos três anos, essa estratégia vai ter nos jantares de confraternização de antigos alunos do ISCEF, nas conferências promovidas e realizadas no SNC e nos contactos pessoais feitos a partir das listagens fornecidas por este Instituto pontos de apoio fundamentais.

[53] O critério que se teve presente na construção dos grupos foi o do objectivo principal que se encontrava subjacente a cada uma das acções sindicais. Como qualquer partição, a sua concretização é, parcialmente, redutora do fenómeno em análise.

direccionadas para a inserção laboral destes em organizações económicas, públicas ou privadas, mas sim para o exercício profissional em termos liberais. Duas ganharam destaque para a época: as peritagens judiciais e a fiscalização das sociedades anónimas. As peritagens ocorriam a pedido dos serviços do Ministério da Justiça, mais propriamente da Polícia Judiciária, e eram também efectuadas pelos diplomados pelos IC. Não obstante a fraca adesão voluntária a este tipo de trabalho, explicável provavelmente por ele não ser remunerado, o SNC, considerando que a sua manutenção servia os interesses imediatos e a longo prazo de um mais amplo reconhecimento das qualificações profissionais dos seus associados, reclamava junto do ministro da Justiça, por um lado, que os serviços fossem remunerados, de modo a torná-los mais atractivos - o que acabaria por contribuir para o prestígio profissional de quem os executava - e, por outro, que

> "(...) todos os serviços de peritagens económico-comerciais e de contabilidade, requisitados pelos diversos órgãos do Ministério da Justiça, fossem prestados por licenciados em ciências económicas e financeiras fazendo parte dum corpo, duma Câmara de Peritos, integrada neste Sindicato, organismo que exclusivamente regulamentaria, do ponto de vista profissional, a prestação de tais serviços."[54]

Mais uma vez a tónica era colocada na monopolização de um mercado de serviços profissionais, tal como tinha acontecido anteriormente a propósito do conflito entre licenciados pelo ISCEF e diplomados pelos IC. Esse mesmo objectivo encontrava-se presente em outra exigência que, desde os princípios do século, os então denominados comercialistas faziam sobre a fiscalização das sociedades anónimas. Perante o vazio jurídico quanto àqueles que podiam efectivamente exercer a função de verificadores das sociedades por acções, nos anos 30 e 40, a função foi disputada por licenciados pelo ISCEF e diplomados pelos IC. Somente em 1952 era publicado um projecto de decreto regulamentar da Lei nº 1.995 de 17 de Maio de 1943 - estabelecia o enquadramento legal em

[54] *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 1, 1951, p. 21.

que se deveria processar a fiscalização das sociedades anónimas - em que o acesso à "Câmara de Verificadores das Sociedades Anónimas" ficava restrito aos indivíduos de sexo masculino diplomados pelos ISC ou licenciados em ciências económicas e financeiras ou pelas Faculdades de Direito, em número de lugares proporcionais. Eram excluídos, por conseguinte, os diplomados pelos IC.

A posição do SNC vai ser frontalmente contra a partilha dos lugares de verificadores com os licenciados em direito. A sua argumentação estruturava-se em torno quer da posse por parte dos diplomados e dos licenciados das habilitações académicas fundamentais para o exercício desses lugares, o que não acontecia com os outros concorrentes, quer da experiência ocupacional adquirida em actividades de cariz semelhante[55]. A ênfase colocada na formação académica tentava capitalizar, a favor da posição do SNC, a inovação pedagógica e científica que tinha sido introduzida no ISCEF com a Reforma de 1949, a qual criou as condições institucionais para a afirmação deste Instituto no campo universitário como uma escola de economia. Como não podia deixar de acontecer, a reivindicação da direcção do SNC pretendia, mais uma vez, monopolizar um mercado de serviços profissionais cuja importância, em termos de volume de empresas e capitais, vinha a crescer nas últimas décadas como se pode verificar pelos dados insertos no Quadro VI-6. O decreto acabou por não ser publicado e somente em 1969 fixavam-se, pela intervenção directa do Estado, os

[55] A direcção do SNC justificava do seguinte modo a sua posição: "Não nos parece que qualquer outra profissão actualmente existente se ajuste melhor às exigências funcionais da Câmara de Verificadores de que a do técnico-economista ou comercialista, com os seus conhecimentos adquiridos à base universitária, a sua experiência da organização empresarial e a sua prática de verificador obtida directamente das peritagens, incluindo o seu conhecimento jurídico-teórico e aplicado. Do exposto, destaca-se iniludivelmente que a fiscalização se exercerá através de dois serviços: um com atribuições de natureza técnico-económica e outro de competência estritamente jurídica; no primeiro, verificando e formulando pareceres de ordem técnica; no segundo, verificando e julgando com base nesta actividade especializada. Por um lado, a Escola organizada por forma a articular-se com as necessidades da vida económica nacional (Decreto nº 37.584); por outro, a própria actividade de técnico-economista e a existência de um serviço de peritagens neste Sindicato Nacional, são elementos a convergir, convincentemente, para que a função de verificador seja atribuída exclusivamente ao licenciado pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras", in *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 3, 1952, p. 34.

aspectos principais de um nova área profissional, a de revisores oficiais de contas[56].

Ainda no primeiro grupo de acções vamos encontrar a reivindicação de uma velha aspiração. Segundo os Estatutos do SNC, a actividade dos comercialistas era qualificada como uma "profissão liberal", contudo o Estado, no plano do tributário, não a considerava como tal[57]. É perceptível que não estava em causa somente uma questão do foro tributário. Assim, a posição do Estado não permitia, em conjunto com outros factores, uma mais ampla valorização social e profissional dos que se titulavam como comercialistas. Entretanto, os esforços políticos do deputado Pinto Barriga - professor do ISCEF - na Assembleia Nacional, em 1950, de criação de uma nova profissão liberal, a de economista, tinham sido em vão. Constatando a "complexidade dos problemas económicos da vida moderna" que obrigavam comerciantes e industriais a procurarem os serviços de "técnicos diplomados" pelas universidades, a sua proposta reservava o título de economista aos doutores e licenciados em direito ou em ciências económicas e financeiras[58]. O parecer da Câmara Corporativa não foi favorável, a recusa apontava - além de que a "categoria profissional" não existia, como acima já referimos - para que o uso exclusivo do título de

---

[56] Decreto-Lei nº 49.381 de 15 de Novembro de 1969.

[57] Com a reforma tributária de 1929 - Decreto nº 16.731 de 13 de Abril - era instituído o imposto profissional, o qual abrangia duas categorias de contribuintes: empregados por conta de outrem e profissões liberais. Esta partição do mundo laboral, que dava forma a dois conjuntos sociologicamente heterogéneos entre si, foi sendo ampliada ao longo dos anos, sendo somente, em 1942, que engenheiro e agente técnico de engenharia são considerados como profissões liberais em termos tributários. O objectivo do Estado de tipificar e classificar esse mundo laboral, com consequências ao nível da hierarquização social dos indivíduos e dos possíveis benefícios materiais e simbólicos que decorriam das posições que ocupavam, passou igualmente pela Lei nº 1.952 de 10 de Março de 1937, que estabelecia uma divisão entre empregado e assalariado. Dava forma jurídica, instituindo-a como uma representação social do que se passava ao nível da divisão social do trabalho. O empregado caracterizava-se pelo seu trabalho intelectual e pela sua proximidade hierárquica face ao patronato, recebendo a sua remuneração mensalmente, enquanto o assalariado, pago, por exemplo, à tarefa, à semana, tinha um trabalho manual, decorrente da sua especialidade, em termos de ofício, e hierarquicamente subordinado. A diferença apontada só foi abolida, no plano jurídico, em 1966 (Decreto-Lei nº 47.032 de 27 de Maio).

[58] Cf. Projecto de Lei apresentado por Pinto Barriga em 7 de Março de 1950 na Assembleia Nacional.

economista por esses sujeitos acabaria por gerar "(...) inconvenientes graves, pois é do conhecimento geral que a pessoas com outras habilitações têm sido, e nada impede que continuem a ser, atribuídas altas funções de orientação e de consulta económica."[59]

O significado que o termo economista tinha para os membros da Câmara Corporativa apresentava-se bastante mais amplo do que o do deputado, reflectindo directamente a pluralidade de formações académicas que se interessavam pelas questões económicas. Portanto, qualquer restrição, como era o caso da proposta apresentada - que se prefigurava como uma tentativa de estabelecimento de uma forte restrição no acesso a um mercado de serviços profissionais -, conduziria à exclusão de alguns, nomeadamente os engenheiros, impedindo-os de se auto-designarem como economistas e por essa via auferirem dos respectivos benefícios materiais.

A proposta de Pinto Barriga, por seu turno, pela forma como estava formulada não poderia ter um acolhimento favorável no seio do SNC. Desde a criação do Sindicato, em 1935, que o assunto era repetidas vezes tratado pelas sucessivas direcções, sem que o Estado atendesse às justificações para reconhecer os comercialistas como profissão liberal. No início dos anos 50, no âmbito das denominadas profissões liberais, incluía-se só a de perito-contabilista, a qual regra geral englobava as diversas funções contabilísticas, o que era considerado manifestamente insuficiente pois não expressava a pluralidade de actividades e de modos de intervenção que os técnicos-economistas poderiam ter nas empresas, na qualidade de não assalariados. Para o SNC, a posição que deveria ser tomada não era mais do que criar uma rubrica ao nível da legislação fiscal - "Técnicos Economistas e, ou actuários" - na qual estariam incluídos unicamente os licenciados em ciências económicas e financeiras.

---

[59] Cf. *Diário das Sessões da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa* de 13 de Abril de 1950.

Tal como aconteceu nas outras duas acções sindicais acima indicadas, o que se pretendia era expandir as áreas de actividade dos associados do SNC, através da delimitação, com o apoio directo do Estado, de situações de monopolização de determinados segmentos do mercado de emprego, excluindo, conforme o caso, diplomados pelos IC ou engenheiros ou ainda licenciados em direito.

O segundo grupo de acções sindicais abrangia um espectro de acções visando a defesa dos interesses económicos e simbólicos dos diplomados pelos ISC e dos licenciados pelo ISCEF a trabalharem no Estado. As mudanças que o Estado Novo tinha efectuado ao nível dos diversos quadros de pessoal dos ministérios, a partir da Reforma de vencimentos de 1935, foi sucessivamente originando situações discrepantes em termos de carreiras e de vencimentos, entre os serviços da administração pública. Algumas delas abrangiam os sócios do SNC, agravando ainda mais a subalternidade e desvalorização sociais que, como destacámos, caracterizavam, em alguns ministérios, a sua condição socioprofissional. Situações de não equiparação entre o grau académico e as funções desempenhadas - o que explicitamente apontava para o recorrente não reconhecimento das habilitações académicas daqueles diplomados e licenciados -, de impedimento do prosseguimento das carreiras, do início de carreira em posições hierárquicas mais baixas comparativamente a outros licenciados, eram alguns casos que levavam a direcção do SNC a reclamar junto dos responsáveis dos ministérios em que tal era detectado[60].

Essa defesa tornou-se tanto mais importante quanto no ano de 1952, em várias assembleias gerais do SNC, o "desemprego dos licenciados em ciências económicas e financeiras" foi considerado preocupante[61]. Não foram apontados

---

[60] Veja-se, por exemplo, o *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 2, 1951, pp.19 e segs. Mais concretamente, as reclamações referiam-se ao "Quadro Técnico Aduaneiro" do Ministério das Finanças, ao "Quadro da Fazenda do Ultramar" do Ministério do Ultramar e ao "Quadro de Inspecção dos Serviços Agrícolas" do Ministério da Economia.

[61] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 4, 1952, pp. 63 e segs.

dados em particular, o tom das intervenções pautou-se por uma certa dramatização da situação de desemprego, relacionando-a, por sua vez, com as "situações profissionais desprestigiantes" que os diplomados pelos ISC e os licenciados pelo ISCEF viviam nos "departamentos do Estado e organismos corporativos". Na sequência da discussão, os associados do SNC optaram por nomear uma "Comissão do Emprego" que circunscreveu a sua actividade à realização de inquéritos, dos quais não se tem qualquer tipo de informação, e em expor o assunto à Comissão de Estudo da Reforma e Eficiência dos Serviços Públicos criada em 1951[62]. Note-se que o desemprego naquele mesmo ano afectava igualmente os engenheiros. A Ordem dos Engenheiros publicamente apontava que tal resultava não do excesso do número de diplomados provenientes do IST e da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, mas da "falta de compreensão" do papel importante que esses profissionais tinham para o "progresso do país". As medidas preconizadas mais uma vez faziam apelo à intervenção do Estado no mercado de emprego, por intermédio do aumento das restrições à actividade de engenheiros estrangeiros no continente e nas colónias ou da criação de empregos na própria administração pública[63].

A partir da leitura de diversos documentos do SNC - comunicados, actas de assembleias gerais, artigos, exposições, programas de actividades - é-nos possível compreender que para a direcção de 1950/1952, a valorização socioprofissional dos seus associados, bem como dos licenciados pelo ISCEF em geral, não se limitava ao incremento de acções de defesa dos seus interesses materiais e simbólicos ou mesmo da conquista de novos mercados de serviços profissionais; ela encontrava um forte apoio no incremento do que designavam por actividades culturais[64]. Estas constituem o terceiro grupo de acções

---

[62] Veja-se Livro de Actas das Assembleias Gerais do Sindicato Nacional dos Comercialistas, nº 2, p. 5. Sobre a Comissão estatal veja-se o Decreto-Lei nº 38.504 de 12 de Novembro de 1951.

[63] Sobre a questão, consulte-se Maria de Lurdes Rodrigues, *op. cit.*, p. 370.

[64] É mesmo formada uma Comissão composta por Costa Leal, Barros Júnior, Guedes Lebre, Manuel Belo e Morais Cabral, associados que participavam activamente na vida do SNC. Segundo informação dos entrevistados AC e UN.

protagonizadas pela direcção do SNC, no qual se inserem as conferências sobre os problemas económicos nacionais, de actualização profissional ou mesmo sobre o ensino superior da economia que, por razões que abordaremos mais à frente, se irão intensificar após 1953. Em termos globais, pretendia-se, por conseguinte, a divulgação da ciência económica e a demonstração dos conhecimentos e qualificações profissionais que aqueles, que para a época já se auto-designavam como técnicos-economistas, tinham para oferecer às organizações económicas, públicas e privadas.

A realização das conferências correspondia a um manifesto interesse pelos assuntos económicos no final dos anos 40 e princípios dos anos 50, a que não é estranha a influência da acção editorial da *Revista de Economia* e a recepção restrita a determinados meios intelectuais e científicos do Keynesianismo - o campo universitário e em particular o ISCEF progressivamente vão prestando atenção à nova teoria económica e por parte dos dirigentes governamentais imperava o desconhecimento ou a desconfiança política[65]. Por seu turno, essa mesma concretização beneficiou fortemente das relações privilegiadas que, recorde-se, subsistiam entre membros da direcção e alguns sócios do SNC, por um lado - o caso, por exemplo, de Vergílio Moreira, Ulpiano Nascimento, Sá da Costa - e o corpo redactorial daquela publicação, por outro.

Como se pode observar no Anexo I, entre 1950 e 1952, os temas abordados nas conferências centraram-se, de modo predominante, nos estudos parcelares e especializados sobre a economia nacional, não deixando de ser aflorados, embora com uma importância mais restrita, o ensino e a condição socioprofissional dos licenciados pelo ISCEF que trabalhavam no Estado. Atendendo quer às debilidades que caracterizavam a globalidade da produção,

[65] Cf. Carlos Bastien, "A *Revista de Economia* e a introdução do Keynesianismo em Portugal", in *Estudos de Economia*, nº 2, 1984, p. 164. No final dos anos 40, o SNC organizava a primeira conferência sobre as teorias de Keynes.

circulação e apropriação de conhecimentos económicos durante aqueles anos[66], quer ao facto do ISCEF se encontrar ainda numa fase de recomposição, ao nível pedagógico e científico na sequência da Reforma de 1949, quer, ainda, à política de censura e de restrição intelectual imposta pelo Estado Novo, as conferências realizadas, apesar do acentuado cariz técnico que as enformava, não deixaram de se apresentar como momentos de divulgação da análise, ainda incipiente e marcada por um certo empirismo, que alguns dos licenciados pelo ISCEF faziam da dinâmica sócio-económica da sociedade portuguesa da primeira metade dos anos 50.

No último grupo de acções sindicais decidimos incluir as que visavam a divulgação da própria actividade do SNC. Referimo-nos designadamente ao *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas,* cuja publicação se iniciou em Fevereiro de 1951, mantendo-se semestral até 1954. No ano seguinte e até 1957 passou a ser editado anualmente, interrompendo a sua publicação neste ano e reaparecendo em 1969 com um único número. As vicissitudes editoriais do *Boletim* reflectiam directamente as dificuldades organizativas e financeiras que passaram a caracterizar o SNC a partir dos finais de 1952, quando o conflito se iniciou com o Ministério das Corporações e Previdência Social. Percorrendo os seus escassos doze números, observa-se que a linha editorial seguida articulava artigos e crónicas sobre acções de cariz mais sindical, com informações sobre o ensino da economia, organizações de economistas em outros países, artigos de natureza científica, alguns dos quais eram a reprodução das conferências que entretanto se iam realizando pelo SNC.

No período em que a dinâmica sindical foi mais intensa - 1950 a 1952 - o *Boletim* emergiu como o principal meio de difusão de um discurso com o objectivo preciso de conquista da reclassificação profissional e social dos membros do SNC e usando para isso, de modo recorrente, dois argumentos: a

[66] O trabalho editorial da *Revista de Economia* e o ciclo de cursos sobre temas de economia organizado pelo Centro de Estudos Económicos e Financeiros da Associação Comercial do Porto, entre 1948 e 1953, eram excepções de assinalar.

posse por estes de uma formação académica de nível universitário e especializada; a imprescindibilidade dos técnicos-economistas para o estudo e intervenção na dinâmica económica. Era, por conseguinte, um discurso que simultaneamente se direccionava para o exterior do SNC - Estado e empresas - e para os próprios associados. E consubstanciando vários objectivos: o trabalho político de mobilização dos licenciados para a inscrição no SNC e participação na dinâmica sindical; a reafirmação do contributo importante, de natureza científica e técnica, que eles deveriam desempenhar ao nível das organizações ou então na qualidade de profissionais liberais; a construção de elementos identitários que possibilitassem o reconhecimento dos técnicos-economistas, no âmbito mais global das profissões e ocupações existentes para a época, como detentores de conhecimentos científicos e de qualificações profissionais e como especialistas em questões económicas.

Se esta era a perspectiva dos membros do SNC e que o *Boletim*, não obstante a sua não ampla actividade editorial, expressou, ela ia frontalmente contra os interesses materiais e simbólicos daqueles que no início dos anos 50 ainda controlavam a produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos - engenheiros e juristas. O reconhecimento da qualidade de especialistas - sinal igualmente de distinção social e profissional - implicava que engenheiros e juristas, no plano das relações interprofissionais, o aceitassem com todas as consequências daí resultantes para a redefinição da sua posição no campo científico e ao nível do mercado de emprego. Ora a conquista desse reconhecimento vai ser um dos vectores principais da luta que em especial os licenciados pelo ISCEF e pela FEP vão ter nas décadas de 50 e 60. Período crucial em que decorreu um trabalho social rico em acontecimentos, em factos, em lutas e negociações sociais, em estratégias de controlo quer da produção, circulação e apropriação de um corpo de conhecimentos científicos, de natureza formal e abstracta, quer de segmentos do mercado de emprego. Trabalho social

que marcou decisivamente a emergência e o início da consolidação da profissão de economista.

Se as acções protagonizadas pela direcção do SNC entre 1950 e 1952 constituíram um elemento fundamental para a construção da nova profissão, o conflito que a partir do último ano se desenrolou entre o Ministério das Corporações e Previdência Social e o Sindicato conduziu rapidamente ao seu bloqueamento institucional, impedindo-o de participar activamente na qualidade de instância de representação política dos respectivos associados em momentos posteriores daquela construção.

Debrucemo-nos, pois, sobre o conflito entre o SNC e o Estado Novo. A dimensão que tomou, as consequências que teve para o funcionamento da vida institucional do Sindicato faz-nos considerar pertinente, tendo presente o nosso objecto de estudo, olhar atentamente para esse conflito e tentar descortinar, perante os diversos enunciados jurídicos das partes em confronto, os elementos principais que o caracterizaram e as principais razões que lhe estiveram subjacentes. Desde já podemos avançar com duas ideias. Em primeiro lugar, o modo como se desenrolou e as posições que foram tomadas pelo Ministério das Corporações e Previdência Social são bem ilustrativas da fraca capacidade política que os sindicatos corporativos detinham no seio do regime do Estado Novo. Em segundo, esse conflito expressou uma forte posição de antagonismo, por razões de ordem política e profissional, dos vários ministros daquela pasta (Soares da Fonseca e Veiga de Macedo), em termos particulares, e do próprio regime do Estado Novo, em geral, face ao SNC.

Como se recorda, em Junho de 1952, a direcção do SNC apresentava ao ministro das Corporações e Previdência Social, Soares da Fonseca, as suas principais pretensões quanto ao futuro do Sindicato e dos respectivos associados: criação do título profissional de técnico-economista substituindo o de comercialista; transformação do SNC em Ordem profissional; inscrição obrigatória de todos os licenciados em ciências económicas e financeiras no

SNC. Três pretensões que, se atendidas pelo ministério, mudariam radicalmente a posição profissional e social destes licenciados face a outros titulares do ensino universitário que integravam o conjunto das denominadas profissões científicas e intelectuais – principalmente engenheiros e juristas[67].

O ministro das Corporações e Previdência Social, Soares da Fonseca, não respondeu às pretensões apresentadas, mas entendeu prioritário considerar a "(...) reconhecida existência, no Sindicato, de sócios inscritos indevidamente"[68]. Por despacho de 3 de Setembro de 1952 mandou anular as inscrições dos membros do Sindicato que fossem "exclusivamente funcionários do Estado ou dos corpos ou corporações administrativas". Decorridos dois meses, mais especificamente a 24 de Novembro, não só confirmava o despacho anterior, como determinava também a anulação da inscrição de todos os sócios administradores de empresas que exercessem funções patronais[69].

O ministro apoiava-se na interpretação que fazia, em particular, dos artigos nºs 39 e 40 do ETN[70]. Interpretação que se estruturava em três elementos essenciais[71]: aos funcionários públicos estava vedado constituírem sindicatos próprios ou fazerem parte de quaisquer organismos corporativos; aos funcionários que exercessem uma profissão livre era permitido a inscrição no sindicato dessa mesma profissão, não sendo contudo ao mesmo reconhecido

---

[67] A pretensão de uma Ordem profissional era igualmente aspiração, desde 1933, dos médicos veterinários e arquitectos. Igualmente os engenheiros agrónomos e os silvicultores, bem como os engenheiros geógrafos pugnavam pela sua integração na Ordem dos Engenheiros, o que só veio a acontecer em 1956.

[68] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 10, 1956, p. 27.

[69] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 5,1953, pp. 33 e segs.

[70] Segundo o ETN: "Art. 39º Aos funcionários do Estado, dos corpos e corporações administrativos, bem como operários dos respectivos quadros permanentes, é vedado constituírem-se em sindicatos privativos ou fazer parte de quaisquer organismos corporativos.

§ único. Aos funcionários do Estado, dos corpos e corporações administrativos que exerçam profissões livres é contudo permitido fazer parte de organismos corporativos da respectiva profissão, mas nesta última qualidade e não reconhecendo o Estado capacidade àqueles organismos para com êle tratarem dos interêsses dos mesmos como funcionários.

Art. 40º A organização profissional abrange não só o domínio económico mas também o exercício das profissões livres e das artes, subordinando-se a sua acção neste caso a objectivos de perfeição moral e intelectual que concorram para elevar o nível espiritual da Nação."

[71] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 6, 1953, pp. 49-52.

competência jurídica para tratar dos interesses deles perante o Estado; o SNC era considerado um sindicato comum, pelo que não tinha qualquer fundamento a equiparação com as Ordens profissionais existentes. Para a direcção do SNC, outra interpretação prevalecia daqueles artigos do ETN. Os funcionários que fossem profissionais livres podiam inscrever-se no sindicato da respectiva profissão livre, mesmo que só trabalhassem na função pública. Não era, portanto, condição para inscrição nas organizações sindicais referentes às profissões livres, o "efectivo e anterior ou simultâneo exercício da profissão" - a integração no sindicato dependia exclusivamente da posse de um título académico que comprovasse as habilitações para o exercício da profissão livre. Em termos globais, a mesma interpretação era dada para os sócios administradores de empresas. Em síntese, desde as alterações, em 1941, dos Estatutos que no SNC eram admitidos diplomados pelos ISC ou licenciados em ciências económicas e financeiras não tendo em conta a sua situação laboral[72].

No plano estritamente jurídico, encontrava-se no centro da polémica a interpretação a dar quer ao enquadramento corporativo das denominadas "profissões livres", quer à sindicalização dos funcionários públicos e administradores de empresas enquanto também profissionais liberais. Em 1933, a formação das Ordens profissionais tinha materializado a interpretação predominante ao permitir a inclusão nas mesmas dos correspondentes profissionais independentemente da sua situação perante o trabalho. Essa interpretação foi adoptada pelos sindicatos representativos de outras profissões

[72] Em carta enviada ao ministro Soares da Fonseca, após a recepção do primeiro despacho é afirmado o seguinte: "Todos os sócios deste Sindicato são admitidos nos termos dos seus Estatutos mediante proposta, assinada e da responsabilidade de dois outros sócios, conforme modelo que juntamos. A apresentação dessa proposta prova que o interessado é licenciado em Ciências Económicas e Financeiras, que tem idoneidade moral e que pretende exercer actividades em que aplique as ciências económicas e financeiras. Se o interessado é funcionário público ou não, se é director ou empregado de uma empresa, se também é formado em direito ou em medicina, não interessa para a sua admissão. São informações complementares para a organização, tão completa quanto possível, de um ficheiro ou cadastro, mas que nada provam nem obrigam, visto não ser obrigatória a sua actualização." In *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 5, 1953, p. 34.

livres - o caso dos médicos veterinários, dos engenheiros-geógrafos, arquitectos e também dos comercialistas -, criando, assim, uma situação contraditória com a leitura que Soares da Fonseca fazia do ETN.

Antes de prosseguirmos com a análise do conflito, importa reter que o Ministério das Corporações e Previdência Social foi criado em 1950, sucedendo ao Subsecretariado das Corporações e Previdência Social existente desde 1933[73]. A nova pasta ministerial surgia no âmbito de uma importante remodelação governamental que, de modo explícito, colocava o governo nas mãos dos sectores políticos mais conservadores do regime. Na sequência do reagrupamento político das forças apoiantes do regime após 1946, do apoio internacional, político e económico, que o mesmo recebeu por parte de alguns dos vencedores da Segunda Guerra Mundial - Inglaterra e EUA -, da derrota e do desmembramento da oposição depois da crise política da segunda metade dos anos 40, a ultradireita do regime vai reforçar-se e unir-se em torno de Salazar. Começa a viver-se um período em que o "Salazarismo parecia retomar certo arreganho político e ideológico"[74]. Era o retomar dos valores tradicionais e conservadores inspiradores dos primeiros tempos da formação do Estado Novo. Por outro lado, e num contexto internacional fortemente influenciado pelo clima da guerra fria, o poder político colocava uma forte ênfase na ameaça para o Ocidente do comunismo, não deixando de valorizar as virtualidades - para a época consideradas politicamente mais que obsoletas em termos europeus - do corporativismo português face aos sistemas parlamentares. Em simultâneo, nas vésperas da aprovação do I Plano de Fomento, tornavam-se a colocar fortes dúvidas sobre os benefícios económicos e sociais da industrialização. Para a ultradireita, a industrialização continuava a ser sinónimo de indesejáveis mudanças económicas e sociais, de prováveis reformas político-institucionais que ocorreriam sempre de modo contrário à permanência dos tradicionais padrões políticos do Estado Novo.

---

[73] Decreto-Lei nº 37.909 de 1 de Agosto de 1950.

[74] Fernando Rosas, "O Estado Novo...", p. 503.

No entanto, as principais ameaças a essa ultradireita viriam de dentro do próprio regime, de um grupo de quadros, parte deles integrados na administração pública, jovens e formados na Universidade durante o conflito mundial, que tomarão como líder Marcello Caetano[75].

Será precisamente a propósito da intenção de Salazar de criar o Ministério das Corporações, anunciada em Janeiro de 1950, que Marcello Caetano entrará em polémica com o grupo dos incondicionais do regime. Retomando mais uma vez a defesa de um corporativismo de associação, prontamente criticou aquilo que a medida anunciava, o corporativismo de Estado, o qual, sublinhe-se, sempre constituiu uma das características principais do Estado Novo desde 1933. Como veremos mais à frente, essa crítica emergiu num contexto intelectual em que por parte de alguns teóricos do ideário corporativista, entre os quais se contava o próprio Marcello Caetano e Pires Cardoso, se tentava aprofundar teses e concepções como meio de revigorar o próprio regime corporativo que, ao contrário do concebido e defendido nos anos 30, se tinha transformado numa pesada, complexa e inoperante organização estatizante e burocrática.

O Ministério das Corporações e Previdência Social era entregue, na remodelação governamental de 1950, a Soares da Fonseca[76]. Considerado como "uma escolha sentimental de Salazar"[77], situava-se politicamente no sector ultramontano de cariz monárquico e mais conservador do regime[78], integrando um

---

[75] Sobre o início dos anos 50, consulte-se nomeadamente Fernando Rosas, *op. cit.*, pp.503 e segs. e César Oliveira, "A aparente quietude dos anos 50", in António Reis, *Portugal Contemporâneo*, vol. IV, Lisboa, Alfa, 1990, pp. 75 e segs.

[76] Soares da Fonseca nasceu em 1906 no concelho da Guarda e faleceu em 1969. Licenciado em direito pela Universidade de Coimbra em 1931. Advogado. Presidente da direcção do Centro Académico Democracia Cristã e director da sua revista *Estudos*. Eleito deputado à Assembleia Nacional em 1942 e nas legislaturas que se seguiram. Anteriormente tinha exercido, entre outros, o cargo de comissário do governo junto da Companhia Nacional de Navegação. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira.*

[77] Cf. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Bertrand, 1996, p. 365 e Franco Nogueira, *Salazar*, vol. IV, Porto, Civilização, 1986, p. 191.

[78] A composição do governo é elucidativa da preponderância política da direita ultramontana. Foram nomeados os seguintes ministros: Ministro da Presidência, João Costa Leite; Defesa Nacional, Santos Costa; Finanças, Águedo de Oliveira; Exército, Abranches Pinto; Negócios

conjunto restrito de apoiantes incondicionais do Presidente do Conselho, que tinham sido seus colegas do tempo de Coimbra e onde vamos encontrar igualmente Costa Leite (Lumbralles), Castro Fernandes, José Nasolini, Mário de Figueiredo. Vai ser, portanto, com um ministro defensor dos princípios e dos interesses, políticos e económicos, da direita ultramontana que a direcção do SNC se irá defrontar até 1955, ano em que Soares da Fonseca abandonaria o cargo ministerial[79].

Confrontada ainda com o primeiro despacho, a direcção do SNC intercedeu junto do ministro Soares da Fonseca no sentido da posição ser revista. Para além de reafirmar que a sua prática de recrutamento não feria os princípios da organização corporativa vai argumentar com um facto - nos sindicatos dos arquitectos, dos médicos veterinários, dos engenheiros geógrafos, bem como nas Ordens profissionais dos médicos e dos engenheiros, o recrutamento processava-se de modo idêntico ao seguido no SNC. Assim, a interpretação que o ministro dava ao ETN apresentava-se discriminatória, afectando apenas os licenciados em ciências económicas e financeiras. A Ordem dos Engenheiros, confrontada com o despacho, solicitou imediatamente esclarecimentos ao ministério[80]. Era evidente, que a medida de Soares da Fonseca constituía um precedente que poderia atingir a representatividade daqueles organismos profissionais. Não obstante na altura o ministro ter declarado que a medida seria aplicada à totalidade dos sindicatos, tal nunca veio a acontecer, o que só confirma o carácter discriminatório e persecutório que se encontrava subjacente à decisão ministerial[81].

Estrangeiros, Paulo Cunha; Colónias, Sarmento Rodrigues; Economia, Ulisses Cortês; Interior, Trigo de Negreiros e Corporações e Previdência Social, Soares da Fonseca.

[79] Em 1951, Soares da Fonseca emergia como um dos principais apologistas da solução político-constitucional restauracionista para a sucessão de Óscar Carmona, entretanto falecido, o que conduziu à sua incompatibilização com os marcelistas, em especial durante o II Congresso da União Nacional.

[80] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 5, 1953, p. 28.

[81] O ministro Soares da Fonseca não deixou de informar a direcção do SNC que tal medida se aplicaria a seu tempo "(...) não só à Ordem dos Engenheiros e Sindicato Nacional dos Veterinários, dos Arquitectos, dos Engenheiros Geógrafos, dos Agentes Técnicos, dos Regentes Agrícolas, mas também às Ordens dos Médicos e dos Advogados" in *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 5, 1953, p. 39.

Em 20 de Novembro de 1952, a direcção era recebida pelo ministro sem que se tivessem obtido resultados favoráveis para o SNC. Face à complexidade da questão e às consequências políticas que o cumprimento do despacho poderia ter - exclusão do SNC de funcionários públicos que ocupavam funções superiores no seio da administração pública e aplicação desse mesmo despacho a outros sindicatos, como os que apontámos antes - o próprio ministro decidiu não tomar uma posição definitiva sem consultar previamente Salazar[82]. A formulação que tomou o segundo despacho ministerial - datado de 24 de Novembro de 1952, quatro dias após aquela audiência - sugere a concordância do Presidente do Conselho com a perspectiva que Soares da Fonseca tinha em relação ao modo de como proceder face àqueles que considerava estarem indevidamente integrados no SNC.

Os elementos da direcção, estando conscientes que a aplicação do despacho teria graves consequências para a dinâmica institucional do SNC - este poderia conduzir a um decréscimo importante do número de associados, precisamente no momento em que a sindicalização se encontrava numa tendência crescente, o qual, por sua vez, iria reflectir-se no abaixamento do volume de receitas - decidiram mobilizar os sindicalizados para a discussão do despacho e enfrentar a decisão ministerial. Vão fazê-lo com os poucos instrumentos políticos que assistiam aos sindicatos nacionais, no âmbito da orgânica corporativa, para a contestação das medidas estatais. Logo no princípio de Dezembro, ocorreria uma assembleia geral, convocada expressamente para o efeito, com a presença de um número avultado de sócios, 104[83], aliás muito superior ao que era comum, em que num ambiente de um certo dramatismo, de expectativa quanto ao futuro do SNC e de intenso debate, a direcção fazia aprovar uma proposta que, de certo modo, corporizou a resposta política possível ao ministro. Decidiu-se, no fundamental, o seguinte[84]: interpor recurso contencioso para o Supremo Tribunal Administrativo;

[82] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 5, 1953, p. 39.
[83] Livro de Actas de Assembleias Gerais do Sindicato Nacional dos Comercialistas, nº 2, p. 7.
[84] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 5, 1953, p. 29.

aplicar o despacho de 24 de Novembro, por força do seu carácter imperativo, fazendo-o de acordo com as informações que os associados deveriam prestar sobre a sua situação laboral; apelar aos colegas que fossem excluídos do SNC que mantivessem as suas cotizações a título de donativo; incentivar o acréscimo da filiação dos licenciados pelo ISCEF no SNC.

Com efeito, a resposta política possível passava, em primeiro lugar, pela contestação jurídica do despacho. Além de ser uma forma de resistência - a submissão total teria sido o acatamento imediato da decisão - tinha como objectivo principal a anulação do despacho. Para isso, a direcção do SNC vai defender a sua perspectiva, tendo como suporte o parecer jurídico de Raúl Ventura, doutorado em Ciências Histórico-Jurídicas e professor catedrático da Faculdade de Direito de Lisboa. Apoiavam-se não só num especialista em direito do trabalho, mas também num quadro político do Estado Novo com um trajecto profissional relevante ao nível da administração pública[85]. Com efeito, mais que o suporte jurídico - essencial para o sucesso da causa no Supremo Tribunal Administrativo - pretendia-se contrastar as teses do ministro Soares da Fonseca com alguém que era afecto ao regime, retirando daí, se possível, dividendos políticos a favor da anulação do despacho.

Entretanto, a direcção desencadeou alguns procedimentos expeditos que tentariam ladear a aplicação imediata do despacho, de modo a reduzir os seus efeitos nefastos. Essas formas, enunciadas embora não de um modo explícito, tinham sido apresentadas na proposta da direcção, a que nos referimos acima, e aprovadas pela assembleia geral.

Desde logo, tentava-se que a exclusão dos sócios do SNC abrangidos pelo despacho não fosse imediata. Ao fazer-se depender esse acto de uma confirmação burocrática da situação socioprofissional dos associados, em parte dependente

---

[85] Ao nível da administração pública, entre outros cargos, desempenhou os de chefe de Repartição do INTP, de secretário do subsecretário das Corporações e da Assistência Social e representante de Portugal no Bureau International du Travail. Foi subsecretário de Estado do Ultramar de 1953 a 1955, ano em que ascendeu a ministro dessa mesma pasta.

das informações prestadas pelos próprios, não só o processo se tornava bastante mais moroso, como também se procurava ganhar tempo na expectativa de que o despacho acabasse por ser anulado por decisão do tribunal. De acordo com esta acção de resistência, essencialmente passiva - não ferindo, por isso mesmo, de modo directo o quadro político e jurídico-institucional do Estado Novo em que se inseriam os sindicatos nacionais - em 1954 eram suspensos (e não excluídos) 96 sócios[86]. Número que podemos considerar baixo face ao provável volume global de sindicalizados funcionários públicos que não exerciam cumulativamente a profissão liberal. Em paralelo, a direcção do SNC realizou diversos contactos informais, de modo a ganhar espaço político para a sua causa[87]. Igualmente, a questão era levada ao plenário da Assembleia Nacional pelo deputado Pinto Barriga, o qual acabaria por solicitar esclarecimentos ao ministro Soares da Fonseca[88].

Por seu turno, na assembleia geral realizada nos inícios de Dezembro de 1952, por proposta de Beirão da Veiga, decidiu-se constituir um organismo de carácter cultural, designado de "Associação de Diplomados pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras", onde se podiam inscrever todos aqueles que fossem excluídos do SNC em virtude do despacho. Os membros do Sindicato seriam considerados sócios efectivos desse organismo. Para o seu proponente era uma forma de garantir a existência de uma associação que englobasse a totalidade dos licenciados, independentemente da sua situação laboral, e que, para o caso da existência do SNC ser directamente colocada em causa pela redução do volume de sócios, não deixasse esses mesmos licenciados sem qualquer tipo de representação institucional. Só que a constituição da

---

[86] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 9, 1955, p. 44.

[87] Entre outros, os contactos foram feitos com Gonçalves Pereira, Director do ISCEF, Pinto Barbosa, subsecretário de Estado do Tesouro, Pires Cardoso, Director do Centro de Estudos Corporativos, Castro Fernandes, antigo subsecretário de Estado das Corporações, Pinto Barriga, deputado. Veja-se *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 10, 1956, p. 69.

[88] Veja-se *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* de 29 de Novembro de 1952, p. 9.

Associação acabou por ser inviabilizada pelo próprio poder político, através da não concessão do respectivo alvará[89].

Em Julho de 1953, o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo mantinha o despacho ministerial. Desta decisão, mais uma vez a direcção do SNC decidiu recorrer para o Tribunal Pleno dessa instância judicial, no seguimento de decisão tomada em assembleia geral. Esgotavam-se os meios legais de contestação ao ministro. O segundo recurso foi igualmente infrutífero, o Tribunal Pleno confirmava, em Maio de 1955, o acórdão anterior.

A perspectiva da direcção sobre as condições de admissão ao SNC encontrava-se derrotada em meados desse ano; os contactos com os sócios do Sindicato que ocupavam cargos importantes no âmbito da administração pública não geraram qualquer mudança na posição do ministro Soares da Fonseca. Entretanto, o conflito tinha conduzido à interrupção da dinâmica sindical que se vinha desenrolando desde o início dos anos 50. E as consequências do conflito não foram ainda mais prejudiciais para o SNC, porquanto a direcção[90] encetou, logo após o despacho de Novembro de 1952, uma estratégia de resistência que teve no recurso à via judicial um elemento fundamental. Interessa, agora, analisar aquelas consequências e os outros elementos dessa estratégia prosseguida entre 1952 e 1955.

---

[89] Os estatutos da Associação foram elaborados por um grupo formado especialmente para o efeito, em que participaram entre outros, Beirão da Veiga, Gonçalves Pereira (Director do ISCEF), Gonçalves da Silva, Costa Leal, Pires Branco - grupo manifestamente ecléctico do ponto de vista político, albergando oposicionistas e apoiantes do regime - e entregues no Ministério da Educação Nacional. O requerimento da aprovação dos Estatutos não teve qualquer decisão enquanto se manteve Pires de Lima como ministro daquela pasta, tendo sido mesmo dado como desaparecido. Com a entrada de Leite Pinto para o ministério, em 1955, manteve-se a ausência de qualquer decisão. Não pode deixar de ser significativamente político, o facto de Gonçalves Pereira ter participado na elaboração dos estatutos, mas não assinar o requerimento a solicitar o alvará para a associação. Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 12, 1969, p.10.

[90] Para o triénio 1953/1955, manteve-se após eleição, a direcção que se encontrava em exercício anteriormente. Após a morte, em meados de 1951, do Presidente da direcção, Joaquim António Valadas, o cargo foi ocupado por Vergílio Moreira.

Comecemos pelo movimento de sindicalização. Ingressaram no SNC em 1952, 104 licenciados pelo ISCEF. No ano seguinte, o total de licenciados que se sindicalizaram passou para 26 e em 1953 e em 1954, respectivamente para 55 e 14, isto é, um total de 95 novos membros em três anos[91]. A quebra na adesão ao SNC era um dos primeiros sinais, bem explícitos, de como o conflito estava a atingir a dinâmica do Sindicato. Essa quebra reflectia quer a impossibilidade parcial de recrutamento na administração pública, quer ainda a desafeição pelo sindicalismo, provocada directamente pela posição ministerial, por parte dos funcionários públicos que se encontravam com uma situação laboral que lhes possibilitava a inscrição. Como se pode observar no Quadro VII-5, dos 95 sindicalizados, 10 trabalhavam na administração pública e os que se encontravam nas empresas detinham agora uma notória importância relativa.

Quadro VII-5

Distribuição percentual dos inscritos no Sindicato Nacional dos Comercialistas, por ano de inscrição e tipos de organizações

Tipos de organizações	1953	1954	1955	Total
Empresa	53,8	36,4	42,9	42,1
Previdência	7,7	3,6	-	4,2
Organismos pré-corporativos	-	-	7,1	1,1
Administração Pública	-	12,7	21,4	10,5
Sem informação	38,5	47,3	28,6	42,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
	(N=26)	(N=55)	(N=14)	(N=95)

Aquela era a alteração mais significativa face ao que tinha sido a tendência prevalecente até à saída dos despachos ministeriais. Mantinha-se, por outro lado, a preponderância quase absoluta dos sujeitos provenientes do ISCEF - 95,8% do total de inscrições dos três anos -, assim como daqueles que concluíram a respectiva licenciatura a partir de meados dos anos 40.

[91] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 6, 1953, pp. 67 e segs., nº 7, 1954, pp. 48 e segs., nº 8, 1954, pp. 138 e segs., nº 9, 1955, pp. 44 e segs., nº 11, 1957, pp. 35 e segs.

Quadro VII-6

Distribuição percentual dos inscritos no Sindicato Nacional dos Comercialistas, por anos de conclusão da licenciatura e por ano de inscrição

Ano de conclusão	1953	1954	1955	Total
Até 1934	3,8	1,8	21,4	5,3
1940-1942	3,8	-	14,3	3,2
1943-1945	7,7	3,6	-	4,2
1946-1948	7,7	10,9	-	8,4
1949-1951	23,2	18,2	14,3	18,9
1952-1954	53,8	65,5	50,0	60,0
Total	100,0 (N=26)	100,0 (N=55)	100,0 (N=14)	100,0 (N=95)

Na sequência da aplicação do despacho, acabaram por ser eliminados, em 1954, 142 sócios[92]. Contudo, e com a concordância dos sócios directamente implicados, a direcção do SNC vai tentar parcialmente contrariar a aplicação da decisão ministerial. Vimos antes que em 1953 se encontravam suspensos (figura jurídica criada para o efeito) 96 associados e no ano seguinte esse número passou para 76. No seguimento do acórdão do Supremo Tribunal Administrativo de Julho de 1953 que declarou legal o despacho ministerial e encontrando-se bloqueada a formação da Associação de Diplomados pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, a direcção em meados de 1954 implantava um estrutura organizativa com o objectivo de, a partir do ano seguinte, manter ligados ao SNC os sócios que se encontravam na situação de suspensos.

Com efeito, fez aprovar em assembleia geral a criação de um Centro de Estudos Técnicos de Economia, cujo objectivo principal seria de orientar e coordenar as "actividades culturais" do SNC[93]. Passavam a integrar esse Centro para além dos filiados no Sindicato, os designados "membros extraordinários" - diplomados pelo ISC e licenciados em ciências económicas e financeiras - os quais, apesar de não estarem inscritos no SNC, colaboravam nas iniciativas e contribuíam com uma quota igual à dos sindicalizados. Deste modo, todos

[92] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 8, 1954, p. 41.
[93] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 7, 1954, p. 27.

aqueles que fossem excluídos poderiam continuar integrados numa estrutura do SNC. Por sua vez, o Centro de Estudos incorporava-se em outros órgãos do SNC, os denominados órgãos académicos[94], encontrando-se a presidir a um deles - Mesa da Assembleia Académica - Fernando Gonçalves da Silva, professor catedrático do ISCEF. Face ao currículo deste professor, a escolha tinha recaído em alguém que poderia credibilizar esses órgãos, contribuindo, assim, para o seu reconhecimento em especial por parte dos meios universitários ligados ao ensino da economia.

Em 1955, no Centro de Estudos Técnicos de Economia estavam inscritos 87 ex-membros do SNC e no ano seguinte 88. Se tomarmos isto em consideração, o número de membros do SNC apontado pela direcção encontrava-se sobrevalorizado - no ano de 1956, o volume de efectivos deveria ser cerca de 481[95], o que correspondeu a um decréscimo de 25,3% em relação a 1952 (veja-se Anexo H).

A manutenção daqueles diplomados e licenciados na área de influência do SNC expressava a capacidade da direcção em contornar, pelo menos temporariamente, as consequências decorrentes da aplicação do despacho. Era uma pequena vitória face ao ministro Soares da Fonseca. Por outro lado, importa frisar que a integração dos membros excluídos no Centro de Estudos Económicos tinha, para além do objectivo claramente político de manter, embora de modo indirecto, a representatividade do SNC, um outro: a não ruptura financeira do Sindicato. A generalização de um aumento das quotas mensais, a partir de 1953, e a criação de pagamento idêntico para os não sócios pertencentes ao Centro de Estudos evitaram essa ruptura, criando mesmo uma situação financeira estável entre 1953 e 1955[96].

---

[94] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 8, 1954, pp. 135 e segs.

[95] Como vimos antes, entre 1953 e 1955 entraram para o SNC 95 sócios, aos quais temos de acrescentar mais 12 que o fizeram em 1956.

[96] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 7, 1954, pp. 49-53, nº 9, 1955, pp. 39-43, nº 10, 1956, pp. 63-75.

Quanto às acções que a direcção vinha desenvolvendo, desde 1950 - com o objectivo de consolidar e expandir as áreas de actividade profissional e de defender uma revalorização material e simbólica da situação profissional dos licenciados pelo ISCEF na administração pública, e na medida em que a sua concretização exigia a intervenção de diversos departamentos do Estado, entre os quais o Ministério das Corporações e Previdência Social - elas foram brutalmente interrompidas com o início do conflito com aquele ministério. Aquilo que a direcção designava nos seus relatórios anuais como "actividades profissionais" passou a ter uma fraca importância no seio da vida institucional do SNC.

Impossibilitada de prosseguir aquelas acções em termos sindicais, a direcção vai enveredar por intensificar as "actividades culturais" que se vão cingir à realização de conferências[97]. Em 1953 e 1954, o número de conferências foi avultado (veja-se Anexo I), atendendo à situação institucional em que o SNC então se encontrava. Tal não deixa de ser ilustrativo de uma acentuada capacidade de organização e de empenhamento, em especial dos membros que tinham essa tarefa à sua responsabilidade. Predominavam os temas relacionados com aspectos específicos da economia portuguesa, o que, em parte, decorria dos presumíveis objectivos que se pretendiam alcançar com as conferências. Por um lado, impedir a deserção dos sindicalizados - mantendo-os, por intermédio das conferências, empenhados na defesa do SNC perante o Ministério das Corporações e Previdência Social - representava, sem dúvida, um objectivo prioritário. Por outro, demonstrar, em particular face ao ministério, que o SNC se mantinha em actividade, pelo menos quanto à difusão dos conhecimentos económicos e à defesa das qualificações profissionais dos seus membros. Difusão

[97] Sublinhámos antes que em meados de 1954, sob proposta da direcção, a assembleia geral criava os Órgãos Académicos - entre eles o Centro de Estudos Técnicos de Economia - do SNC e estabelecia o respectivo programa de actividades. É certo que esses novos órgãos decorriam, no essencial, de uma acção tendente a impedir que os licenciados excluídos da condição de sócios, por não serem profissionais livres, se afastassem definitivamente do Sindicato, mas também a permitir a continuação dos ciclos de conferências.

que contribuía para que os mesmos fossem socialmente reconhecidos como especialistas em questões económicas, em suma, como técnicos-economistas.

Em síntese, os despachos de 1952 do ministro Soares da Fonseca, impondo ao SNC novas condições de admissão de sócios, tinham tido uma consequência principal: a interrupção da dinâmica sindical ligada estritamente às questões socioprofissionais. Como resultado de uma estratégia de resistência encabeçada pela direcção e fortemente apoiada por um grupo de sócios politicamente mais combativos, que passou, no fundamental, pela contestação jurídica das teses do ministro, pela implementação do Centro de Estudos Técnicos de Economia, pelas acções de divulgação dos conhecimentos económicos, pelo incentivo à permanente participação dos sócios, em especial, por via destas acções, o SNC não soçobrou institucionalmente durante os três anos que durou o conflito com o ministério[98]. É notório que a confirmação pelas instâncias judiciais, em Maio de 1955, da exclusão de todos os membros funcionários públicos não profissionais liberais e daqueles que exerciam a administração de empresas na qualidade de entidade patronal não deixou de constituir uma importante derrota política, principalmente porque reduzia o espaço de representatividade sindical e política do SNC, condicionando, por sua vez, as fortes expectativas, que anos antes existiam, de formação da Ordem dos Técnicos Economistas.

Em Junho de 1955, um mês após a decisão do Supremo Tribunal Administrativo, Soares da Fonseca elaborava outro despacho, pelo qual retirava a aprovação dos Estatutos do SNC e nomeava uma comissão liquidatária[99]. Ainda não refeitos da derrota, os elementos da direcção do SNC vêem-se confrontados com a "morte jurídica" do Sindicato. A surpresa foi total, tanto mais que se sabia encontrar em preparação uma remodelação governamental, a qual ocorreria no mês seguinte, e que o ministro seria substituído no decurso da mesma.

---

[98] Segundo informação dos entrevistados AC, UN e MU.

[99] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 10, 1956, pp. 26 e segs.

Substituição que gerou por parte da direcção a expectativa de que o novo ministro tivesse uma posição diferente face ao SNC e que se criassem as condições institucionais para se retomarem as pretensões apresentadas em 1952 - nova designação profissional, transformação do Sindicato em Ordem dos Técnicos-Economistas [100].

Contudo, para Soares da Fonseca, a decisão não tinha sido elaborada apressadamente. Como afirma nos considerandos ao despacho, foi na sequência da apresentação daquelas pretensões que, após estudos elaborados pelos serviços do ministério, se concluiu pela "injustificável manutenção legal do Sindicato"[101]. Portanto, provavelmente desde finais de 1952 que a decisão estava tomada, mas não fora tornada pública por estar a decorrer nos tribunais o processo respeitante aos primeiros despachos.

Embora não nos querendo alongar na análise dos argumentos aduzidos, afigura-se-nos importante aflorar, pelo menos, alguns aspectos. Para Soares da Fonseca, o SNC era uma "instituição aberrativa" no quadro da organização corporativa, porquanto ao ser um sindicato de profissão, essa mesma profissão não existia - "não há a profissão ou uma profissão dos licenciados em ciências económicas e financeiras" - o que subsistia era, sim, o facto dos licenciados se encontrarem "disseminados pelas mais variadas profissões"[102]. Assim, tornava-se desnecessária a permanência do Sindicato e sem qualquer fundamento jurídico a criação de um novo título profissional e da respectiva Ordem profissional.

A direcção do SNC contestou tal argumento. A profissão de comercialista existia, dependente da posse pelos respectivos titulares de habilitações académicas específicas, e como tal tinha sido reconhecida pelo Estado[103]. À

---

[100] Cf. Idem, p. 72.
[101] Cf. Idem, p. 28.
[102] Cf. Idem, p. 27.
[103] Face à não prevalência para a época, no espaço social dos nomes, das designações de técnico-economista ou mesmo de economista, referenciadas unicamente aos diplomados pelos ISC e aos licenciados em ciências económicas e financeiras, a direcção teve que conjunturalmente socorrer-se do título de comercialista. O título de técnico-economista, por que tanto pugnavam, acaba por não ser utilizado no confronto directo com o ministério.

defesa da existência de uma profissão, era acrescentado um outro aspecto, pelo qual se considerava plenamente justificativo a continuação do Sindicato:

> "Com efeito, não será possível intervir, conscientemente, nos condicionamentos e concessões, na determinação técnica de preços, na fiscalização das sociedades por acções, na determinação de elementos a fornecer pela contabilidade privada para a utilização de estatística e da contabilidade nacional, no estudo da produtividade e rendimento nacionais, como não é possível caminhar-se para uma desejada, por necessária, tributação com bases certas e objectivas, sem que se normalize a contabilidade nem existam os profissionais responsáveis, com deontologia própria, adquirida em organismo competente."[104]

O despacho de Soares da Fonseca retomava a polémica que existiu, no pós 1933, aquando da implantação do corporativismo, sobre o modelo organizativo em que deveriam assentar os sindicatos nacionais: qual o significado do termo profissão e como deveriam organizar-se (por "ramos de actividade" ou por "profissão")[105]. Contudo, no caso do SNC, não se pode reduzir a polémica à dimensão jurídica; afigura-se-nos que, desde 1952, por razões que equacionaremos mais à frente, o ministro tinha a clara intenção de extinguir o Sindicato. O despacho de Junho de 1955, nas vésperas de ser substituído no cargo, deveria constituir a concretização dessa posição.

À direcção do SNC não restava outra alternativa senão recorrer judicialmente do despacho ministerial, fazendo-o um mês depois já com um novo ministro das Corporações e Previdência Social empossado, Veiga de Macedo. Este tinha ocupado no governo anterior o cargo de subsecretário de Estado da Educação[106] e passava agora a integrar, na sequência da remodelação de Julho de

---

[104] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 10, 1956, p. 30.

[105] Veja-se Fátima Patriarca, *A Questão Social do Salazarismo...*, vol. I, pp. 884 e segs.

[106] Veiga de Macedo nasceu em 1914. Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra em 1934. Ingressou no INTP onde ocupou os cargos de subdelegado e delegado. Em 1944 era nomeado subsecretário de Estado da Educação Nacional. Enquanto ministro das Corporações e da Previdência (1955-1961) ocorreram importantes alterações na orgânica corporativa: Plano de Formação Social e Corporativa (1956); constituição das primeiras corporações (1956); reforma da Previdência Social. Após a sua exoneração de ministro, presidirá à Comissão Executiva da União Nacional (1961-1965), será eleito deputado à Assembleia Nacional (1965-1969). Entre

1955, uma equipa ministerial em que se destacava uma importante presença da facção reformista do regime, liderada por Marcello Caetano, a partir dessa data ministro da Presidência. Pastas como a das Finanças - Pinto Barbosa -, da Educação - Leite Pinto -, dos Negócios Estrangeiros - Paulo Cunha - eram igualmente ocupadas pelos denominados reformistas[107]. No entanto, num jogo de equilíbrio, Salazar mantinha nos ministérios militares Santos Costa e alguns dos seus colaboradores[108]. Assim, a direita ultramontana, em que um dos chefes de fila e adversário de Marcello Caetano era o ministro do Exército, permanecia em postos fundamentais da governação - controlo político e ideológico das Forças Armadas - no combate a qualquer veleidade dos reformistas introduzirem alterações de monta no regime político do Estado Novo.

Expectantes face a uma posição diferente perante o SNC, a direcção rapidamente se apressou a solicitar uma entrevista ao ministro Veiga de Macedo. Não só essa entrevista nunca seria concedida, como a sua resposta ao recurso interposto pelo SNC no Supremo Tribunal Administrativo, em Setembro de 1955, destrói redondamente as expectativas. Retoma os argumentos antes avançados por Soares da Fonseca e aprofunda-os, a partir de uma visão substancialista do que deveria ser uma profissão - que sublinhe-se não corporizava mais do que uma concepção sobre as profissões assente no "juridismo formalista"[109], tão caro aos licenciados em direito, que pretendia definir de modo a-histórico a relação entre o posto de trabalho e o diploma académico -, negando a existência do comercialista

---

1961 e 1974 ocupará o cargo de director-geral do Trabalho e Corporações. Cf. *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* e Fernando Rosas e J. Brandão de Brito, *op. cit.*, Vol. III, p. 534. Parte da sua actividade enquanto delegado do INTP no Porto encontra-se documentada no artigo de Fátima Patriarca, "O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-47)", in *Análise Social*, nº 99, 1987, pp. 905-944.

[107] Entravam também para o governo Baltazar Rebelo de Sousa como subsecretário de Estado da Educação e Melo e Castro para subsecretário de Estado da Assistência Social, ambos apoiantes de Marcello Caetano.

[108] Sobre esta remodelação, consulte-se Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 511 e segs.

[109] Cf. Sérgio Gracio, *Política Educativa como Tecnologia Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p. 153.

como profissão "diferenciada e especializada"[110]. Mas não fica por aqui e afirma a dado passo daquele documento:

> "Existem, sim, comercialistas, ou seja, licenciados em Ciências Económicas e Financeiras ou diplomados com habilitações equivalentes, exercendo as mais variadas actividades profissionais em concorrência e em pé de igualdade com indivíduos habilitados com cursos médios ou elementares de comércio e, até, com indivíduos desprovidos de qualquer outra habilitação que não seja a simples prática. É assim que os encontramos empregados em bancos, em companhias de seguros, nas secretarias de organismos corporativos ou de coordenação económica e das instituições de previdência e nos escritórios das mais variadas empresas comerciais e industriais. Em qualquer destas hipóteses não desfrutam da situação privilegiada em razão do seu curso: se uns ocupam posições de chefia, outros formam entre o pessoal subordinado, tal qual como outros empregados com habilitações inferiores ou sem habilitações algumas."[111]

A argumentação de Veiga de Macedo acaba por ser mais contundente para o SNC e para os respectivos associados do que a do seu antecessor. Aquele excerto demonstra isso mesmo. Desqualifica-se profissional e socialmente a actividade dos licenciados em ciências económicas e financeiras, bem como a sua formação académica. Torna-se essa actividade equivalente, no plano dos conteúdos de trabalho e no seio das hierarquias existentes nas organizações, a outras que não exigiam para o seu exercício qualificações académicas de nível universitário, sendo mesmo, em parte, executadas por indivíduos que detinham unicamente qualificações fundadas no empirismo e na experiência das situações de trabalho. Os licenciados eram considerados como fazendo parte do conjunto de empregados de escritório, o que era, para a época, e tendo presente a posição que a generalidade desses funcionários ocupava na estrutura de classes sociais, mais um elemento que concorria para a imagem marcada pela desclassificação social que se pretendia transmitir.

---

[110] *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 10, 1956, p. 39.
[111] *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 10, 1956, p. 39.

Mais do que uma retórica discursiva com o objectivo de convencer o tribunal da validade das suas teses de natureza jurídica sobre a questão, Veiga de Macedo expressava uma perspectiva, que provavelmente seria predominante no seio de determinados sectores da administração pública, sobre o papel e o tipo de intervenção que diziam respeito aos licenciados em ciências económicas e financeiras nas empresas e nos serviços do Estado. Para esses sectores, os licenciados eram reconhecidos socialmente como empregados de escritório. Negava-se-lhes, portanto, por um lado, a posse de um estatuto socioprofissional autónomo ao nível do mercado de emprego assente em qualificações académicas de nível universitário e, por outro, a sua assunção como técnicos especializados em questões económicas. Certo é que as condições objectivas que caracterizavam algumas das actividades laborais daqueles licenciados, em particular no seio do mercado de emprego estatal - conteúdo em regra burocrático-administrativo das tarefas realizadas, cargos menos valorizados material e simbolicamente face aos ocupados por outros licenciados - acabavam por influenciar também aquele tipo de reconhecimento.

Todavia, importa não esquecer que o ministro se mostrou, no mínimo, insensível à tendência que para a época - meados dos anos 50 - começava a ser perceptível de emergência de um outro estatuto socioprofissional para os licenciados pelo ISCEF, no qual as actividades contabilísticas e outras herdadas dos comercialistas perdiam importância face às relacionadas com o estudo e a intervenção nas questões económicas. O trabalho desenvolvido por alguns desses licenciados, como veremos no próximo capítulo, em determinados serviços do Estado (Conselho Técnico Corporativo, até 1950, e na Comissão de Coordenação Económica depois daquela data, nos estudos preparatórios do II Plano de Fomento, no Instituto Nacional de Estatística), a entrada na instância governativa de Pinto Barbosa, em 1951, como subsecretário de Estado do Tesouro, ocupando a partir de 1955 o Ministério das Finanças, substituído por Jacinto Nunes (ambos com a sua formação académica feita no ISCEF), a paulatina afirmação, embora

marcada por alguma invisibilidade social, das teses keynesianas, a recomposição do ensino da economia com a Reforma do ISCEF e a criação da FEP constituíam sinais de mudança e de emergência de uma nova actividade profissional específica, distinta das então existentes, a de economista.

O ministro não só se mostrou insensível às mudanças que se verificavam, como igualmente manteve a sua atitude de intransigência política perante o SNC. Demonstrou-o em vários momentos. Em primeiro, não recebendo, em audiência, e como tinha sido solicitado logo que tomou posse, em Julho de 1955, a direcção do Sindicato. Em Fevereiro de 1956, Marcello Caetano na qualidade de ministro da Presidência recebe a direcção, garantindo "(...) que em qualquer caso, os sócios do Sindicato seriam chamados a deliberar sobre a continuidade da sua associação e sobre os destinos dos valores existentes"[112], demonstrando, assim, uma maior abertura política e indirectamente colocando em causa o despacho ministerial, na sua vertente processual, ao admitir a tal consulta aos sócios.

Em segundo, quando em Março de 1956, confrontado com o acórdão do Supremo Tribunal Administrativo que anulava o despacho ministerial que extinguia o SNC, impôs ao agente do Ministério Público que dele recorresse[113]. Passado cerca de um ano, o Tribunal Pleno daquela instância judicial confirmava o acórdão anterior, conferindo, de modo definitivo, legitimidade às teses da direcção sobre a situação de legalidade em que se encontrava, desde 1935, o SNC no âmbito da organização corporativa[114].

Quando se esperava, após a decisão do Tribunal, o reatamento da dinâmica institucional do SNC, o ministro, num terceiro momento, demonstrou a sua atitude de intransigência política. Recorrendo à legislação sobre os sindicatos nacionais, que estipulava que as eleições deveriam obrigatoriamente ser sancionadas pelo ministro das Corporações - forma de controlo político dos membros dessa direcções que passava pelo crivo da polícia política -, como

[112] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 12, 1969, p. 11.
[113] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 11, 1957, pp. 24 e segs.
[114] Cf. Idem, p. 33.

condição indispensável para que a tomada de posse se concretizasse, vai sucessivamente não homologar as direcções que entretanto foram sendo escolhidas pelos sócios. Essa mesma prática discricionária teve o ministro que lhe sucedeu, Gonçalves de Proença. Após a publicação da principal reforma sindical desde 1933[115], durante a "primavera marcelista" de 1969, a direcção eleita para o triénio 1970/1973 assumia funções, num contexto político e social já fortemente marcado pela conflitualidade social e pelo desmoronamento do regime. Finalmente, em Julho de 1973, era publicado no *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência* a composição dos corpos gerentes do SNC[116]. Em suma, a última direcção a ser homologada, então ainda pelo subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Mota da Veiga, tinha correspondido ao triénio de 1950/52. Em cerca de 23 anos, o ministério não reconheceu nem direcções, nem o SNC.

Durante o que poderemos designar de segunda fase do conflito entre o Ministério das Corporações e o Sindicato, de Junho de 1955 a Fevereiro de 1957 - recorde-se, e usando a mesma terminologia, que a primeira fase ocorreu de Setembro de 1952 a Maio de 1955 -, a actividade sindical voltou a centrar-se, embora com menos expressão que nos anos anteriores, na difusão dos conhecimentos económicos por via das conferências. Os elementos da direcção em exercício desde 1950, no seio da qual se destacava Vergílio Moreira, vão manter a sobrevivência institucional do SNC. Cumprindo um mero ritual, sucessivamente eram eleitos os corpos gerentes do SNC - em assembleias gerais com uma baixa frequência, contrastando com as realizadas no início da década de 50 - que nunca chegavam a tomar posse pela ausência de homologação por parte do ministro Veiga de Macedo[117].

---

[115] Decreto-Lei nº 49.058 de 14 de Junho de 1969.

[116] *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, nº 26 de 15 de Julho de 1973.

[117] Segundo informação dos entrevistados AC e UN.

Não obstante isto, e segundo os dados apresentados pelo SNC (veja-se Anexo H)[118], não se assistiu a uma deserção dos respectivos associados, mantendo-se a publicação do *Boletim...*, numa edição anual, o que poderá ser interpretado como indicador de algumas dificuldades financeiras para manter a periodicidade semestral.

Por seu turno, a situação de inactividade sindical não impediu que a direcção do SNC, e em particular Vergílio Moreira, tentasse reverter a favor da sua posição algumas das mudanças que ocorreram na organização corporativa em 1950. Isso aconteceu na sequência do debate e instituição das corporações[119]. Em

---

[118] Sublinhámos antes que os dados referentes aos anos de 1956 e 1957, pelo menos, se nos afiguram sobrevalorizados pela inclusão daqueles que estavam inscritos no Centro de Estudos Técnicos de Economia, mas que não eram sócios do SNC. Quanto aos anos seguintes, os números terão de ser utilizados com algumas reservas.

[119] Como se sabe, o corporativismo português assumiu-se principalmente como estatizante e de cariz económico. Embora o corporativismo integral fosse reconhecido na Constituição de 1933 como aglutinando os interesses de ordem moral, cultural e económica, acabou por se transformar num corporativismo económico. O Estado Novo foi erguendo uma complexa e burocrática organização corporativa que se constitui rapidamente num autêntico obstáculo à modernização económica. Para além dos organismos corporativos propriamente ditos, primários - sindicatos nacionais, grémios, casas do povo e dos pescadores -, intermédios - federações e uniões sindicais e patronais - e Câmara Corporativa, eram criados por um lado, os organismos de coordenação económica - comissões reguladoras, juntas nacionais e institutos - e, por outro, os organismos estatais "paracorporativos" - subsecretaria e Ministério das Corporações, INTP, Conselho Corporativo, Conselho Técnico-Corporativo do Comércio e da Indústria, Plano de Formação Social e Corporativa, entre outros. Enquanto estes últimos tinham como objectivo a direcção e orientação da organização corporativa, o propósito dos organismos de coordenação económica, no plano formal, circunscrevia-se ao estabelecimento das condições para a edificação integral da estrutura corporativa, devendo subsistir unicamente enquanto as corporações não fossem instituídas, o que não veio a acontecer, persistindo para além disso. Com efeito, a partir de meados dos anos 30 assistiu-se à implementação de uma panóplia desses organismos que irão direccionar e regular a actividade económica ao nível do respectivo sector, assumindo-se como instrumentos institucionais primordiais do dirigismo e da intervenção do Estado Novo nas actividades económicas. Por razões de ordem interna e externa (a Segunda Guerra Mundial) só, em 1956, - Lei nº 2.086 de 22 de Agosto - se fixavam as bases jurídicas para a instituição das corporações, após um intenso debate na Câmara Corporativa (os relatores do parecer foram Pires Cardoso e Braga da Cruz) e na Assembleia Nacional (por unanimidade, os deputados votarão contra o parecer que propunha modificações importantes na organização corporativa que tinha sido montada desde 1933 e, em especial, no papel e atributos dos organismos de coordenação económica que iam frontalmente contra interesses económicos que se tinham consolidado precisamente à sombra da intervenção económica do Estado) entre as várias facções políticas do regime sobre o futuro da organização corporativa. Entre 1957 e 1959, surgiram as primeiras corporações de natureza económica - "lavoura", "transportes e turismo", "crédito e seguros", "pesca e conservas", "indústria", "comércio", "imprensa e artes gráficas", "espectáculos". Em 1966, criavam-se as corporações não-económicas - "artes, ciências e letras", "assistência",

artigo publicado primeiro na *Revista de Economia*, logo em 1956, e no ano posterior no *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, o presidente do SNC mais uma vez argumenta, apoiando-se no parecer da Câmara Corporativa e nas intervenções de alguns deputados, a favor de um novo título e da Ordem profissional[120]. É de realçar, entretanto, que face ao título existe uma alteração que destacamos como importante. O termo técnico-economista dá lugar ao de economista. Como o autor sublinha:

> "Economista é assim a denominação e título profissional genérico mais adequado para todos estes licenciados [refere-se aos do ISCEF e da FEP] e o seu uso deveria ficar dependente da inscrição numa Ordem dos Economistas, com secções especializadas, como de Actuários, Comercialistas, Econometristas, Estatísticos, Aduaneiros, etc., Ordem essa que, com vista à organização futura duma Corporação das Artes e das Técnicas, sucederia ao Sindicato Nacional dos Comercialistas que se pretendia extinguir."[121]

No âmbito da tendência, que apontámos antes, de emergência de outro estatuto socioprofissional para os licenciados pelas duas escolas universitárias de

---

"educação física e desportos". Deste modo, e já no período de declínio do regime, era completada a organização corporativa, mantendo o Estado um papel nuclear na direcção da mesma, contra aqueles que, ao longo de cerca de 30 anos, foram reclamando, cada vez com menos insistência e força política conforme o tempo ia passando, por um corporativismo autónomo e de associação. A propósito da evolução global do corporativismo, consulte-se, entre outros, os seguintes textos: Fernando Rosas, "Portugal e o Estado Novo (1936-1960)...", pp. 130 e segs.; Manuel Lucena, *O Salazarismo...*; Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *op. cit.*, pp. 216-224. Para uma análise específica sobre a actividade dos organismos de coordenação económica, tenha-se presente o artigo de Manuel Lucena, "Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura", in *Análise Social*, nº 56, 1978, pp. 817-862; nº 57, 1979, pp. 117-167; nº 58, 1979, pp. 287-355.

[120] Vergílio Moreira, "A profissão de economista e as corporações", in *Revista de Economia*, vol. IX, Fasc. IV, 1956, pp. 183-187. O autor acrescenta: "Mas, na verdade um organismo profissional de licenciados em ciências económicas e financeiras, como o de quaisquer outros diplomados com curso superior, nunca deveria denominar-se Sindicato, mormente quando outros diplomados com cursos mais antigos ou de nome já feito se organizaram em Ordens. Por outro lado, os cursos que inicialmente eram só Superiores de Comércio preparando comercialistas, foram evoluindo para cursos cada vez mais vastos de ciências económicas e financeiras e a designação de comercialista passou a representar sómente uma especialidade, não abrangendo com propriedade a totalidade dos diplomados, que, além dos do ISCEF, compreenderá agora também os licenciados pela Faculdade de Economia do Porto. In Idem, p. 185.

[121] Vergílio Moreira, *op. cit.*, p. 186.

economia, o termo economista começava a adquirir um significado que apontava para funções especializadas, exercidas em diversos contextos organizacionais. Progressivamente ia-se afirmando como título profissional, sem que para isso tivesse de ser precedido do substantivo técnico.

Por seu turno, a explicitação nos novos Estatutos das Ordens dos Médicos e dos Engenheiros (aprovados em 1956)[122] de que as mesmas constituíam organismos representativos dos diplomados em medicina ou em engenharia e não estritamente de profissionais, não passou despercebida à direcção que vai reclamar para o SNC o mesmo tipo de soluções[123]. De pouco valeu tal reclamação, o ministro Veiga de Macedo, como já apontámos acima, manteve a sua posição inalterável.

Percorremos até ao momento os factos mais relevantes que caracterizaram o conflito entre o SNC e o Ministério das Corporações e Previdência Social. De modo deliberado, optámos por o fazer através da narrativa desses mesmos factos, tentando dar conta dos argumentos e das estratégias que foram sendo adoptadas por ambas as partes. Centremos agora a nossa análise no equacionamento dos factores explicativos do conflito, e em particular do posicionamento que o ministério teve perante o SNC.

Como fomos salientando ao longo do presente texto, a acção do ministério, por via das determinações directas, inicialmente de Soares da Fonseca, depois de Veiga de Macedo que, nos seus aspectos fundamentais, foram perfilhadas pelo sucessor deste no ministério, Gonçalves Pereira, acabou por ter um efeito, em termos globais, desestruturador para o SNC, nos planos da sua dinâmica interna, da intervenção mobilizadora junto dos economistas e da

---

[122] Decreto-Lei nº 40.651 de 21 de Junho de 1956 - Ordem dos Médicos -, Decreto-Lei nº 40.774 de 8 de Setembro de 1956 - Ordem dos Engenheiros. Sobre o processo que conduziu à imposição dos novos estatutos por parte do Estado e às modificações introduzidas nas condições de admissão - passaram a ser admitidos os engenheiros agrónomos e silvicultores e os engenheiros geógrafos - e na estrutura organizativa, consulte-se Maria de Lurdes Rodrigues, *op. cit.*, pp. 381 e segs.

[123] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 11, 1957, p. 18.

capacidade política e social de representação dos interesses da profissão. Durante cerca de 20 anos, o Sindicato teve uma vida institucional semi-pública - reduzida às conferências -, ficou arredado da orgânica corporativa e impedido de desenvolver extensivamente actividades que pudessem contribuir, de formas diversas, para a construção social da profissão de economista.

Para além dos argumentos de natureza jurídica, os quais na sua essência não exprimiam mais do que concepções e interesses de índole política avançados quer pelos diferentes ministros, quer pela direcção do SNC, vários factores, profundamente relacionados entre si concorreram, em nosso entender, para a explicação do conflito[124].

Em primeiro, e tendo presente o conteúdo das próprias pretensões apresentadas ao Ministério das Corporações, a concretização de uma Ordem dos Técnicos-Economistas iria, de modo inevitável, ter repercussões ao nível dos princípios e da estrutura organizativa concebida para enquadrar sindicalmente algumas das profissões livres. Recorde-se que no quadro da organização corporativa era feita uma distinção entre indivíduos que trabalhavam por conta de outrem e aqueles que exerciam essas profissões. Por seu turno, no seio das ditas profissões livres, advogados, engenheiros e médicos organizaram-se em Ordens profissionais, enquanto as restantes profissões em sindicatos comuns. Tinha sido a solução política adoptada que ia ao encontro das reivindicações de membros destas profissões, em especial das duas últimas, e que seria consignada no ETN e no Decreto-Lei nº 23.050. Sendo as Ordens, em simultâneo, um privilégio e uma distinção social característicos de um conjunto restrito de grupos profissionais, a formação de uma outra Ordem ampliaria essa exclusividade, criando, em termos organizativos um precedente que não deixaria de ser aproveitado, em especial pelos médicos veterinários e pelos arquitectos, a favor das suas pretensões, formuladas desde os anos 30, de serem também representados por Ordens e não por sindicatos comuns. Portanto, não só se assistiria a uma mudança da estrutura

[124] Só por comodidade de exposição iremos distinguir os vários factores.

organizativa, como provavelmente se geraria um conjunto de acções em defesa de uma solução idêntica, o que seria um elemento perturbador da ordem social vigente e da quietude política que o Estado Novo tinha imposto ao mundo do trabalho, só conjunturalmente colocada em causa, de modo mais expressivo, na contestação operária ocorrida entre 1942 e 1945. Por outro lado, previamente à formação da Ordem dos Técnicos-Economistas, o próprio ministério teria de reconhecer a existência da profissão que seria representada por esse organismo corporativo. É plausível admitir que a desclassificação social e profissional que caracterizava uma fracção dos diplomados pelos ISC e dos licenciados pelo ISCEF, no âmbito da sociedade portuguesa do início dos anos 50, comparativamente, por exemplo, às profissões que estavam organizadas em Ordens, terá contribuído, em parte, para que o reconhecimento não existisse. E isto não obstante alguns desses diplomados e licenciados ocuparem, para a época, importantes cargos ao nível da administração pública, o que era manifestamente insuficiente para a (re)produção social desse reconhecimento. Entretanto, importa ter presente que para isso concorria o facto de não se ter ainda consolidado a imprescindibilidade que as actividades e as qualificações laborais daqueles agentes tinham para o funcionamento das organizações públicas e privadas.

Em segundo, a fixação no plano jurídico de uma nova Ordem profissional implicaria, para além do estabelecimento das condições de acesso e de uso do título (de acordo com a proposta do SNC, o título de técnico-economista passaria a ser atribuído unicamente aos diplomados pelos ISC e pelas escolas universitárias de economia) a definição das áreas de actividade que seriam exclusivas desses mesmos profissionais, criando-se uma situação de monopólio ao nível do mercado de emprego, a qual expressava um dos objectivos principais das organizações de cariz profissional como eram as Ordens. Ora, essa definição iria provavelmente colocar em causa a posição dominante que engenheiros e juristas, como vimos antes, detinham ao nível da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos. Deste modo, para além das

repercussões que apontámos acima, a formação da Ordem dos Técnicos-Economistas, e em paralelo a adopção de um outro título profissional, teria ainda uma outra: colocaria em causa interesses económicos e simbólicos já institucionalizados. Consideramos, por conseguinte, que não é de excluir que a acção de bloqueio do SNC pelo Ministério das Corporações e Previdência Social tivesse sido determinada pela defesa dos interesses e das áreas de intervenção de engenheiros e juristas e, no seio dos últimos, dos advogados em especial.

Um terceiro factor encontra-se na amplitude que a dinâmica do SNC teve entre 1950 e 1952. Relembre-se que, durante aquele período, o Sindicato se caracterizou por ter uma vida institucional fortemente participada, fruto quer do empenhamento da direcção, quer da natureza das questões em discussão. Questões que não se cingiram ao novo título profissional e à formação da Ordem, mas que abrangeram também a defesa da expansão das áreas de actividade ao nível do mercado de emprego para os associados do Sindicato e da revalorização material e simbólica daqueles que trabalhavam na administração pública. Era uma estratégia global com o objectivo de conquista de um estatuto socioprofissional, o qual, por sua vez, representava, em especial para a direcção do SNC, um instrumento fulcral para a reclassificação social dos diplomados pelos ISC e dos licenciados em ciências económicas e financeiras. Uma das consequências da dinâmica sindical evidencia-se no acréscimo substancial do número de associados ocorrido num curto espaço de tempo. Facto, por seu turno, importante para a estabilidade financeira do próprio SNC, atendendo que era um dos poucos sindicatos em que não vigorava o regime de quotização obrigatória introduzido em 1939[125]. Consideramos que a dinâmica do Sindicato - associada ao conteúdo das pretensões apresentadas - se afastava daquilo que o ministério prefigurava como sendo a normalidade institucional dos sindicatos nacionais. Mas mais: contrastava frontalmente com a "paz" que para a época caracterizava a

[125] Em 1950, dos 306 sindicatos nacionais em actividade, 278 (90,8%) estavam abrangidos pela legislação da quotização obrigatória. Cf. Fernando Rosas, J. Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 918.

generalidade destes organismos corporativos. A intervenção de Soares da Fonseca vai precisamente bloquear essa intervenção, inviabilizando assim a estratégia do SNC.

Por último, o quarto factor. O conflito entre o Ministério das Corporações e Previdência Social e o SNC foi igualmente motivado por razões de índole política. A intransigência e o bloqueio institucional feito ao Sindicato pelos sucessivos ministros, mesmo depois do diferendo jurídico ter terminado, não deixam de sugerir isso. Elementos da direcção do Sindicato, como apontámos antes, como também alguns dos seus membros mais activos - Sá da Costa, Costa Leal, Amaro Guerreiro, entre outros - incorporavam de modo mais ou menos visível os sectores oposicionistas ao Estado Novo[126]. Oposição que depois da derrota política da segunda metade dos anos 40 e particularmente da perseguição policial e da prisão de uma parte dos seus dirigentes em 1949, se apresentava dividida entre os sectores não comunistas e o Partido Comunista Português, com uma escassa capacidade de mobilização e numa clara estratégia defensiva perante a acção política e ideológica do governo. Perante a situação de debilidade da oposição, a dinâmica do SNC não deixou de ser interpretada como uma forma, embora bastante localizada e com resultados políticos nulos, de contestação ao governo, o que não deveria corresponder à motivação generalizada dos membros do Sindicato que participavam sim em prol da sua dignificação profissional. A dinâmica do SNC, o conteúdo das pretensões apresentadas, o posicionamento político oposicionista de alguns dos elementos da direcção face ao regime do Estado Novo, levou o governo, por acção directa do ministro Soares da Fonseca, a considerar e a tratar, no plano político, o Sindicato como uma organização "perigosa" no quadro do sistema corporativo, indo, assim, contra o apoio que as propostas de cariz socioprofissional defendidas pela direcção tinham por parte de indivíduos que se quedavam pelas fileiras do próprio regime, como o caso, por exemplo, de Pinto Barriga, de Raul Ventura, de Beirão da Veiga. A primeira

[126] Veja-se "Entrevista com Ulpiano Nascimento", in *Vértice*, nº 25, 1990, pp. 89 e segs.

metade da década de 50, face ao peso político que a facção ultramontana do regime detinha no seio do governo, foi efectivamente pouco propícia à actividade sindical prosseguida pela direcção do SNC. O objectivo do ministro Soares da Fonseca - a extinção do Sindicato - foi inteiramente assumido pelo seu sucessor Veiga de Macedo que, impedido pelo Supremo Tribunal Administrativo de o concretizar, no plano jurídico enveredou, a partir de 1957, pelo bloqueamento discriminatório do funcionamento do SNC no âmbito da organização corporativa, colocando, assim, de parte a hipótese de sócios apoiantes do regime tentarem disputar as eleições que, apesar da não homologação das direcções escolhidas, se foram sempre realizando. Claro que isso implicaria aceitar o estatuto jurídico do SNC, o que ia frontalmente contra a concretização, no plano político e sindical, daquele objectivo. Entretanto, a prisão em 1959 de elementos da redacção da *Revista de Economia*, alguns deles estreitamente ligados ao SNC, o caso de Ulpiano Nascimento - membro em exercício da direcção -, Costa Leal, Esteves Belo, naquilo que ficou conhecido como "o grupo dos economistas"[127], e que se enquadrou na vaga repressiva que o regime lançou após o "susto" Humberto Delgado nas eleições presidenciais de 1958, contribuiu, embora de modo indirecto, para acentuar a tese governamental do posicionamento oposicionista de quem liderava aquele Sindicato.

Apontámos os quatro factores que concorreram, de forma estritamente interligada, para a explicação do conflito entre o SNC e o Ministério das Corporações. Estamos conscientes que somente um trabalho de investigação centrado nesse conflito poderia possibilitar o aprofundamento daquilo que foi explicitado ao longo do presente capítulo. Não era esse o nosso desiderato principal, o mesmo quedava-se por analisar a relação entre a dinâmica institucional do SNC e a emergência e consolidação da profissão de economista.

---

[127] Veja-se PCM/CLNSRF, *Presos Políticos no Regime Fascista (1952-1960)*, vol. VI, CLNSRF/PCM, Lisboa, 1987, p. 438.

Podemos concluir, pelas razões acima apontadas, que a participação do SNC não foi decisiva para o processo global de construção social da profissão de economista. Isso é fundamentalmente válido para o período de cerca de 20 anos em que o Sindicato esteve bloqueado institucionalmente pelo Ministério das Corporações e Previdência Social. Com excepção das conferências realizadas durante esse período, em número reduzido e esporádicas, a vida sindical esteve cingida à sua expressão mínima. Entretanto para o período de 1950 a 1952, a situação apresenta-se de modo diferenciado. Os debates em torno de um novo título e de uma outra instância de representação política que pudesse suceder ao SNC, com a consequente opção pelo título de técnico-economista e pela formação da respectiva Ordem profissional, o notório acréscimo do volume de sindicalizados, a intensificação da participação sindical foram, a todos os títulos, aspectos que, para além de expressarem por parte dos diplomados pelos ISC e dos licenciados pelo ISCEF uma reacção contrária à sua situação social e profissional ao nível do mercado de emprego, não deixaram de contribuir para a objectivação dos economistas como profissionais no espaço social.

Capítulo VIII

A PROFISSÃO DE ECONOMISTA NOS ANOS 50 E 60

Sublinhámos, antes, que o conflito com o Estado Novo teve um efeito desestruturador e parcialmente paralisante do SNC entre 1953 e 1974, em particular em termos da sua dinâmica interna, da intervenção mobilizadora junto dos seus membros e da capacidade de representação política dos mesmos. Ora durante esse amplo período temporal, a profissão de economista emergiu e iniciou a sua consolidação no espaço social. Em simultâneo com a crescente visibilidade da profissão, o título de economista ganhou destaque e passou a ocupar uma posição no "espaço social dos nomes", remetendo, em termos de definição, não só para uma formação académica específica e de nível universitário, como também para um conjunto articulado de qualificações e de modos particulares de intervenção profissional. No presente capítulo pretende-se prosseguir a análise do segundo período da construção social dos economistas (designado por emergência e início da consolidação da profissão) balizado entre os anos 50 e 1974.

Em especial no decorrer da década de 50, para a emergência da profissão de economista concorreram decisivamente e de modo interdependente: a

dinâmica expansionista da economia; a recomposição científica e pedagógica do ensino universitário da economia, em especial com a Reforma do ISCEF de 1949 e a criação da FEP passado 4 anos; a progressiva modernização do pensamento económico; a formação de uma "nova geração de economistas" que irá divulgar um novo discurso sobre o económico, o qual funcionará também como um elemento caracterizador e identificador dos economistas face a outros profissionais; a diversificação da inserção laboral dos licenciados por aquelas duas escolas, o que em parte expressou o reconhecimento, por parte das organizações económicas, da imprescindibilidade dos conhecimentos científicos e técnicos de que os mesmos eram portadores.

Na década seguinte, estas tendências foram-se ampliando e aprofundando. Num contexto marcado pelo crescimento económico e por importantes processos de mudança social, os economistas iniciaram a consolidação da sua inserção laboral, ao nível dos serviços estatais e das empresas privadas. Simultaneamente, alguns sectores da profissão assumiram um notório protagonismo no âmbito da (re)produção de um discurso desenvolvimentista sobre o país. Por outro lado, no quadro de uma mais ampla afirmação profissional dos economistas no plano do mercado de emprego, e perante o bloqueamento institucional do SNC, desenvolveu-se por parte das novas gerações de licenciados em economia e finanças um movimento que vai retomar uma reivindicação antiga, a criação de uma "Ordem dos Economistas". Tal como tinha acontecido no passado, a reivindicação não se concretizará. Entretanto, e parcialmente resultante da valorização económica e simbólica que a profissão apresentava nos anos 60, assistiu-se ao acréscimo substancial da procura do ensino universitário da economia, com a alteração da respectiva posição relativa, em termos do volume de alunos matriculados, no seio do sistema de ensino universitário.

1. Anos 50: a emergência da profissão de economista

Vimos no capítulo anterior que os dados sobre a distribuição dos membros do SNC por instituições empregadoras nos forneciam provavelmente, para o início dos anos 50, uma imagem aproximada das principais tendências estruturantes do mercado de emprego dos diplomados pelos ISC e licenciados pelo ISCEF[1]. Pelas razões metodológicas já aduzidas é uma avaliação indirecta, da qual se destaca a importância da administração pública, mas em que as empresas assumem um valor com alguma expressão. Analisemos de modo mais fino essa distribuição.

Como se pode observar no Quadro VIII-1, os membros do SNC repartiam-se de forma bastante desigual no seio da administração pública. Nos Ministérios das Finanças e da Educação Nacional concentrava-se uma parcela importante (64,7%), quedando-se o Ministério da Economia pelos 15,1%. Relembre-se que nos dois primeiros se integravam, respectivamente, as carreiras das Alfândegas e do professorado que, ao longo dos anos, foram importantes espaços de empregabilidade para aqueles que provinham primeiro dos ISC e depois do ISCEF. No caso específico do professorado, dos 73 sócios que exerciam essa actividade, 76,7% faziam-no no ensino técnico comercial, o que mais uma vez vem ao encontro das considerações feitas em capítulos anteriores.

[1] Recorde-se que os dados apresentados dizem respeito unicamente aos membros do SNC. Não correspondem ao universo dos diplomados pelos ISC e licenciados pelo ISCEF inseridos no mercado de emprego nos primeiros anos da década de 50. Além disto, como já tivemos oportunidade de sublinhar, subsistem importantes lacunas de informação nas listagens de membros do SNC. Deste modo, aqueles dados permitem-nos unicamente obter uma imagem aproximada das características socioprofissionais que assumia a inserção laboral dos diplomados e licenciados.

Quadro VIII-1

Distribuição percentual dos membros funcionários públicos do Sindicato Nacional dos Comercialistas, por serviços do Estado, em 1952

Serviços do Estado	%
Ministério da Economia	15,1
Ministério da Educação Nacional	30,7
Ministério das Finanças	34,0
Ministério das Corporações	3,8
Ministério das Colónias	2,5
Ministério das Obras Públicas	2,5
Ministério da Marinha	2,9
Ministério do Exército	1,1
Assembleia Nacional	1,0
Tribunal de Contas	1,0
Câmaras Municipais	5,4
Total	100,0
	(N=238)

Se atendermos aos membros do SNC que trabalhavam em empresas (Quadro VIII-2), verifica-se que a maioria estava integrada no sector dos serviços. E neste assume uma forte expressão a "Banca e Seguros". Com efeito, para além do funcionalismo público - incluindo neste o professorado - as funções que desempenhavam naquele sector os diplomados pelos ISC e os licenciados pelo ISCEF eram as que mais se adequavam às suas qualificações académicas. Por outro lado, o valor que se aponta para a "Indústria Transformadora" provavelmente refere-se ao exercício das funções de contabilista e de coordenação administrativa ao nível das grandes empresas. Eram estas que detinham uma dimensão, uma estrutura organizativa, um volume de negócios que tornavam aqueles diplomados e licenciados, pelas qualificações académicas e profissionais que possuíam, indispensáveis para o seu funcionamento.

Quadro VIII-2

Distribuição percentual dos sócios do Sindicato Nacional dos Comercialistas que trabalhavam em empresas, por ramos de actividade, em 1952

Ramos de actividade	%
Agricultura	0,7
Indústria Extractiva	0,7
Indústria Transformadora	25,3
Electricidade e Gás	5,3
Transporte e Comunicações	19,3
Comércio e Hotelaria	12,1
Banca e Seguros	28,6
Serviços Diversos	8,0
Total	100,0
	(N=150)

Há que não esquecer que, no início dos anos 50, os diplomados pelos ISC e os licenciados pelo ISCEF que trabalhavam nas empresas faziam-no naqueles dois tipos de funções - contabilidade e coordenação administrativa - que, em virtude da incipiente especialização existente ao nível da organização do trabalho administrativo, dificilmente se distinguiam entre si, como também do conjunto mais global das funções dos denominados empregados de escritório.

Um dos objectivos, que os defensores da regulamentação de técnicos de contabilidade pretendiam com a aplicação desse instrumento jurídico - que, recorde-se, nunca se concretizou durante o Estado Novo - era forçar a separação entre, por um lado, as funções contabilísticas, de carácter mais técnico e especializado e, por outro, as ligadas às actividades administrativas que se caracterizavam pela sua generalidade. Separação que era também pretendida pelos diplomados pelos ISC e licenciados pelo ISCEF, na qualidade quer de contabilistas, quer de "técnicos-economistas", que rejeitavam directamente a integração no seio dos empregados de escritório, tese que recorrentemente os membros do SNC defendiam no decorrer das assembleias gerais deste Sindicato[2]. Para diplomados e licenciados, o que estava em causa não era uma mera

[2] Veja-se Livro de Actas das Assembleias Gerais do Sindicato Nacional dos Comercialistas, nº 2, pp. 5 e segs.

separação funcional, mas tão somente uma autonomização face aos empregados de escritório que lhes permitisse usufruir de benefícios materiais e simbólicos mais elevados.

Como vimos, contra essa autonomização estiveram os dirigentes políticos do Ministério das Corporações e da Previdência Social durante a primeira metade dos anos 50. Posição que não deixando fundamentalmente de ter subjacente razões políticas, intimamente relacionadas com o conflito que opôs este ministério e o SNC, recuperava o que tinha sido um acto governamental falhado do subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, Mota Veiga, em 1950, com a publicação do "Regulamento da Carteira Profissional dos Empregados de Escritório"[3].

Para Mota Veiga, o Regulamento tinha como objectivo valorizar o que denominava do "prestígio" da profissão de empregado de escritório através de uma "selecção criteriosa dos seus elementos"[4]. Selecção que, por sua vez, se materializava no estabelecimento das habilitações mínimas de acesso a cada uma das categorias profissionais que passavam a integrar essa profissão[5]. Para a categoria de chefe de secção, era estipulado como habilitação mínima de acesso o "curso superior de ciências económicas e financeiras". Enquanto para a de

---

[3] Cf. *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano XVII, nº 3, de 15 de Fevereiro de 1950, pp. 67-72. Segundo o Recenseamento Populacional de 1950, a profissão de "empregado de escritório e de contabilidade" englobava 57.138 indivíduos (representando 1,7% da população activa com profissão), número que apontava para a importância que o regulamento poderia vir a ter na gestão desta mão-de-obra.

[4] Como indica o preâmbulo do regulamento: "Não se trata apenas de enquadrar a realidade actual num conjunto de normas adequadas. Há também que pensar no futuro, iniciando uma tentativa séria no sentido de assegurar o prestígio da categoria profissional, valorizando-a pela selecção criteriosa dos seus elementos e instituindo, progressivamente, a sua hierarquia. Não se pode deixar de ter em conta as quase nulas garantias de competência profissional existentes no regime em vigor, que abandona a admissão dos empregados e a sua classificação ao puro arbítrio das entidades profissionais. Não é lícito, com propriedade, falar de profissões de escritório quando se faz referência à massa inorgânica dos indivíduos que trabalham nos escritórios, porque só pode, em rigor, qualificar-se como profissional aquele que adquiriu a conveniente preparação técnica e desempenha funções para as quais é perfeitamente apto".

[5] Retenha-se, mais uma vez, que o termo profissão usado pelas instâncias governamentais, indicando de modo genérico um conjunto articulado de tarefas, apresenta-se descoincidente face aos diversos significados que o mesmo assume ao nível dos estudos realizados no âmbito da sociologia das profissões.

primeiro-escriturário seria a de diplomado com o "curso médio de comércio (contabilista)" e para a categoria mais baixa na hierarquia - aspirante - o curso geral de comércio ou o 5° ano dos liceus[6].

Para além disto, o Regulamento fazia depender o exercício da profissão de empregado de escritório da posse da carteira profissional e esta, por sua vez, da inscrição num dos respectivos sindicatos existentes na época, o que lhes possibilitava o controlo da entrada na profissão. As entidades patronais só podiam admitir aqueles que estivessem munidos da respectiva carteira profissional. De uma forma directa restringia-se o acesso à profissão aos membros dos sindicatos, compelindo-se, assim, à sindicalização. Este era, sem dúvida, o outro objectivo do regulamento[7].

Assim, o Estado englobava os diplomados pelos ISC e os licenciados pelo ISCEF no conjunto, bastante heterogéneo, dos empregados de escritório. Contra tal integração reagiu a direcção do SNC[8]. Fazia-o com certeza num duplo sentido: por um lado, porque o Regulamento contrariava as pretensões de um pleno

---

[6] O regulamento estabelecia as seguintes categorias profissionais por ordem hierárquica decrescente: "chefe de escritório ou chefe de serviços"; "chefe de divisão"; "chefe de secção"; "primeiro-escriturário"; "segundo-escriturário"; "terceiro-escriturário"; "aspirante". O ingresso na profissão de empregado de escritório era feito com as habilitações mínimas acima apontadas ou então com a prévia aprovação em exame profissional e comprovação da posse de determinado tempo de serviço.

[7] Com excepção das Ordens profissionais, o Decreto-Lei n° 23.050 de 23 de Setembro de 1931, que instituiu a corporativização dos sindicatos, não estabelecia a obrigatoriedade de sindicalização. A partir de 1931, vão sendo tomadas medidas legais que impeliam a sindicalização como forma de combater algum desinteresse, que era notório, pelos sindicatos nacionais. Um dos momentos desse processo consubstanciou-se na publicação do Decreto-Lei n° 29.931 de 15 de Setembro de 1931 que veio impor a quotização obrigatória para o sindicato, não obstante não se ser filiado, as condições em que podiam emitir-se as carteiras profissionais e a cobrança das respectivas quotas por parte da entidade patronal no acto do pagamento do salário. Medidas que foram, por outro lado, reforçadas pelo estabelecimento de instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, resultantes da negociação entre sindicatos e entidades patronais organizadas ou não em grémios, que continham cláusulas que coercitivamente vão impelir à sindicalização, subsistindo dois tipos de instrumentos: contratos de *union shop* em que o patronato unicamente podia contratar assalariados que estivessem sindicalizados; contratos de *closed shop* em que era o sindicato a decidir directamente da contratação dos assalariados, ficando o patronato impedido de o fazer. Sobre a imposição das medidas semiobrigatórias de sindicalização e a posição dos sindicatos nacionais sobre as mesmas, em particular nos anos 30. Consulte-se Fátima Patriarca, *A Questão Social...*, pp. 315 e segs.

[8] Cf. *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, n° 1, 1951, p. 33.

reconhecimento das qualificações académicas daqueles agentes, o qual não passava pela sua identificação com os empregados de escritório; por outro, porque o mecanismo da carteira profissional, se aplicado, acabaria por conduzir à transferência de membros do SNC para os sindicatos de empregados de escritório - em particular os dos distritos de Lisboa e do Porto, onde se concentravam, como demonstrámos antes, a esmagadora maioria desses empregados -, o que inevitavelmente atingiria a capacidade de representação política e de mobilização daquele Sindicato. Por conseguinte, estava em jogo não só a autonomização socioprofissional dos diplomados pelos ISC e dos licenciados pelo ISCEF, como também a amplitude do próprio âmbito profissional do SNC[9].

Só que a reacção contra a integração não deixava de colocar o SNC numa situação embaraçosa, na medida em que o Regulamento conferia aos "diplomados em ciências económicas e financeiras"[10] - parte dos quais era membro do SNC - um espaço de empregabilidade importante ao nível dos escritórios e serviços administrativos das empresas, numa época em que o desemprego afectava esses mesmos diplomados. Era, por isso, uma medida singular que, perante a não concretização até ao início da década de 50 do Regulamento dos Técnicos de Contabilidade, poderia decisivamente influenciar o mercado de emprego dos "diplomados em ciências económicas e financeiras" primeiro, pela possibilidade de vir a gerar um acréscimo da oferta de postos de trabalho pelos sectores económicos privados, segundo, e na sequência do anterior, pela quebra parcial da importância, absoluta e relativa, que no seio da oferta global de emprego tinha a administração pública.

Na apreciação fortemente crítica que o Regulamento motivou por parte dos deputados da Assembleia Nacional, o mesmo foi interpretado, entre outros aspectos, como uma intervenção do Estado no sentido da criação de emprego para os sujeitos provenientes do ensino técnico em geral, inclusive do superior.

[9] A transferência levaria à transformação do SNC em instituição de representação sindical dos diplomados pelos ISC e dos licenciados pelo ISCEF a trabalharem na administração pública.
[10] Subentende-se que nesses diplomados estivessem incluídos os sujeitos provenientes dos ISC.

Como afirmava um deputado, a sua aplicação tinha unicamente um objectivo "(...) obrigar os patrões, que têm de manter os seus quadros organizados, a ir buscar comercialistas, contabilistas, licenciados pelo ISCEF para o preenchimento das funções superiores dos escritórios"[11]. Não era propriamente uma acusação sem fundamento ao subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social, já que no preâmbulo do despacho era referida, de modo explícito, a articulação que se pretendia ver estabelecida entre a Reforma do ensino técnico de 1948 e o Regulamento. Tal deixava antever que a imposição de habilitações mínimas para o acesso às categorias da profissão de empregado de escritório visava a criação de uma oferta que pudesse absorver os jovens saídos do ensino técnico comercial.

Em síntese, se os diplomados pelos ISC e os licenciados pelo ISCEF viam sacrificada a sua autonomização socioprofissional, ficando reduzidos a determinadas categorias da profissão de empregado de escritório - chefe de secção e outras hierarquicamente superiores -, também lhes era criada uma possibilidade, pelo Regulamento, de aumentar a sua presença ao nível das empresas. Contudo, tal possibilidade não se concretizaria. Contando unicamente com os apoios dos sindicatos dos empregados de escritório - em que se destacava o do distrito de Lisboa[12] - e tendo uma forte oposição por parte do patronato e dos deputados, Mota Veiga, em Maio de 1950, vai recuar politicamente, suspendendo a emissão da carteira profissional e remetendo para revisão o articulado do

[11] *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* de 1 de Abril de 1950, p. 674.

[12] Pelo que acima apontámos, é perfeitamente compreensível que a aplicação do regulamento fosse ao encontro dos objectivos dos sindicatos de empregados de escritório, facultando-lhes a possibilidade de controlarem o acesso à profissão e acrescerem a sua representatividade sindical, por via da imposição da "carteira profissional". Na comissão que nos finais dos anos 40 elaborou uma proposta de regulamento, para além dos representantes do INTP e do Ministério da Educação, encontravam-se membros das organizações sindicais dos empregados de escritório. Face à concentração no Distrito de Lisboa de uma parte substancial dos escritórios das empresas, o sindicato dos empregados de escritório dessa zona geográfica era um dos principais beneficiários da sua aplicação.

regulamento. A revisão nunca ocorreu, acabando o "Regulamento da Carteira Profissional dos Empregados de Escritório" por cair no esquecimento[13].

Durante a década de 50, iremos assistir a uma progressiva objectivação dos economistas como profissionais no espaço das profissões existentes em Portugal. A autonomização socioprofissional face, por exemplo, aos empregados de escritório vai ocorrer num contexto marcado por notórias rupturas, em termos económicos, quanto ao passado recente.

Como aflorámos antes, a Segunda Guerra Mundial tinha tornado visível as debilidades estruturais da economia, em especial quanto à fraca capacidade produtiva instalada, à dependência energética e em bens alimentares de primeira necessidade. Debilidades que eram resultantes, em parte, da fragilidade que o processo de industrialização teve sempre no âmbito do modelo de crescimento económico seguido desde os finais do século XIX.

Enformado pela Lei de Fomento e Reorganização Industrial de 1945 – expressão das teses industrialistas e em especial da perspectiva que os

---

[13] Atendendo aos objectivos que nortearam o nosso trabalho de investigação, está fora de causa realizar uma análise minuciosa do "Regulamento da Carteira Profissional dos Empregados de Escritório" e do movimento de contestação que subsistiu até o mesmo ser suspenso. Todavia, tal não é impeditivo que possamos acrescentar dois apontamentos. Em primeiro, a estrutura organizativa, o volume de negócios e a capacidade financeira de uma parte provavelmente considerável das empresas que tinham ao seu serviço empregados de escritório dificilmente se poderiam adequar às disposições de regulamento. Este estava concebido mais para as grandes empresas, que constituíam uma minoria no conjunto da estrutura empresarial, do que propriamente para a generalidade das mesmas. Em segundo, entre Fevereiro e Abril de 1950 o protesto contra o regulamento foi-se avolumando. A rejeição por parte das entidades patronais vinha a público na imprensa, em especial em *O Século*. No entanto, o principal palco de oposição ao regulamento foi a Assembleia Nacional. Assumindo os argumentos do patronato, alguns deputados vão considerá-lo como "um diploma manifestamente infeliz e inconveniente", como um erro político e económico, como uma forte intervenção do Estado "nos domínios mais privados das liberdades individuais", em especial das prerrogativas patronais quanto à contratação e gestão dos empregados de escritório. Para esse deputado, a intervenção do Estado visava o favorecimento dos diplomados - provenientes das escolas comerciais, dos IC e do ISCEF - criando o que designava de um "feudo exclusivo" para os mesmos, hostilizando, em contrapartida, todos aqueles que não tinham habilitações académicas. Após demoradas discussões (tendo o subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social prestado esclarecimentos sobre o regulamento) em 1 de Abril de 1950 era aprovada por unanimidade pelos deputados uma moção que introduzia alterações a esse mesmo regulamento, conduzindo à sua suspensão por Mota Veiga. Sobre os debates, consulte-se *Diário das Sessões da Assembleia Nacional* de Março de 1950.

engenheiros detinham de qual deveria ser o futuro da economia do país –, o modelo de política industrial baseado na substituição de importações vai impor-se nos anos 50[14]. E isto não obstante as contradições, os avanços e os recuos que o processo de industrialização vai sofrer durante esse mesmo período, os quais, no fundamental, expressavam o conflito entre a burguesia agrária e a burguesia industrial, a última em nítida ascensão económica e política[15].

Impulsionado por factores decorrentes da posição de neutralidade do país durante o conflito, dos quais sobressaem a acumulação de capitais, o incremento da produção industrial em determinados sectores de actividade e o alargamento do mercado interno, aquele modelo vai estruturar-se nos seguintes vectores: dinamização de alguns sectores industriais não tradicionais (químicos e petróleo, metalurgias de base, produtos metálicos, material eléctrico e material de transporte) e que foram escolhidos como indústrias substitutivas de importações; estímulo da iniciativa privada por parte do Estado, quer através do apoio financeiro e fiscal, quer de um duplo esquema proteccionista - protecção da concorrência estrangeira por intermédio de barreiras alfandegárias e protecção da concorrência interna pelo regime de condicionamento industrial; imposição de preços baixos para as matérias-primas a utilizar pela indústria e que tinham origem na agricultura, na pesca, nas indústrias extractivas e na exploração dos recursos coloniais; fixação de baixos salários, derivada do congelamento dos preços dos produtos agrícolas, por amplos períodos de tempo, como necessidade de assegurar uma alimentação barata, e da política repressiva levada a cabo pelo Estado, em particular no campo sindical e no dos conflitos laborais; existência de uma relativa abundância de mão-de-obra caracterizada, contudo, pelo seu baixo nível educacional e de qualificação profissional. Como resultante do modelo baseado na substituição de importações nos anos 50, assistiu-se a um relativo crescimento económico, em que o elemento dinamizador principal foi a indústria

[14] Cf. Maria Manuela Silva, "A política industrial em Portugal e os seus efeitos no emprego e na repartição do rendimento", in *Economia e Socialismo*, nº 51, 1980, pp. 3-19.
[15] Sobre a questão consulte-se Fernando Rosas, *O Estado Novo...*, pp. 431 e segs.

transformadora - retenha-se, por exemplo, que entre 1950 e 1960 a população activa a trabalhar na indústria transformadora passou de 24,0% para 28,0% face ao total da população activa, enquanto a produção industrial crescia a uma taxa anual de 7,4% entre 1953 e 1960[16].

Sem ruptura com o período anterior à Segunda Guerra Mundial, o Estado persistiu na sua política de dirigismo económico. Em especial, o condicionamento industrial não deixou de ser um dos principais instrumentos de condução estatal da política económica[17]. Por outro lado, e decorrente da adesão de Portugal ao Plano Marshall (1947-1952) e da sua integração na OECE, em 1948, novas formas de dirigismo estatal foram encetadas com a introdução dos denominados Planos de Fomento, a partir de 1953.

Resultante do crescimento económico e da assunção pelo Estado de novas áreas de intervenção, como a do planeamento económico, algumas alterações ocorreram ao nível do mercado de emprego, nos finais dos anos 40 e durante a década seguinte, para aqueles que vão sendo conhecidos paulatinamente por economistas, sem contudo colocar decisivamente em causa a importância que o Estado detinha como principal empregador. As alterações, segundo alguns dos nossos entrevistados, corresponderam, no essencial, ao desempenho pelos economistas de novas funções nas organizações[18]. Tal aconteceu em serviços estatais que directa ou indirectamente participavam na concepção e aplicação da política económica, exigindo fundamentalmente qualificações em termos do estudo de aspectos macro-económicos e do manuseamento de dados estatísticos. A formação em matemática e estatística que os licenciados pelo ISCEF tinham começava a ser um atributo distintivo no mercado de emprego estatal. Por seu turno, era também patente uma maior receptividade por parte das grandes

---

[16] Francisco Pereira de Moura, *Por onde vai a economia portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1969, p. 155.

[17] Veja-se José Brandão de Brito, *A industrialização portuguesa no pós-guerra* (1948-1965), Lisboa, D. Quixote, 1989.

[18] Segundo informações dos entrevistados AC, RP e UN.

empresas à inserção desses licenciados (o caso, por exemplo, de empresas do grupo CUF) que já não assumiam exclusivamente funções genéricas de contabilistas e de coordenação administrativa, mas outras direccionadas para as questões financeiras ou mais de estratégia empresarial.

Nos serviços estatais incluíam-se, por exemplo, o Conselho Técnico Corporativo e a Comissão de Coordenação Económica e também o Instituto Nacional de Estatística (INE). Deixando para mais tarde a análise da actividade ligada ao planeamento económico, importa atender a alguns traços caracterizadores desses serviços. O Conselho Técnico Corporativo criado no final da Segunda Guerra Mundial[19], substituindo o Conselho Técnico Corporativo do Comércio e da Indústria existente desde 1936, vai quedar-se pelo exercício de funções de coordenação e fiscalização da economia. Um dos aspectos importantes da actividade desenvolvida centrou-se na participação de alguns dos seus técnicos nos contactos internacionais aquando da adesão de Portugal ao Plano Marshall e à OECE[20]. Os contactos então realizados, bem como os que decorreram durante a década de 50 no âmbito das acções da OECE, os quais tiveram por objecto o campo da política económica, representaram importantes oportunidades para a formação dos técnicos que nelas participaram[21]. E isto na medida em que permitiram: o conhecimento mais aprofundado do estado de maturação da teoria económica nos países europeus e nos EUA, em especial quanto ao keynesianismo, colocando assim em relevo a debilidade teórico-metodológica que caracterizava para a altura a ciência económica em Portugal[22]; a

[19] Decreto-Lei nº 34.324 de 26 de Dezembro de 1944.

[20] Sobre as vicissitudes da adesão de Portugal ao Plano Marshall, consulte-se Fernanda Rolo, *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Ed. Estampa, 1944.

[21] Na qualidade de técnicos passaram pelo Conselho Técnico Corporativo licenciados em direito e pelo ISCEF que nos anos 50 e 60 irão ocupar cargos públicos importantes na esfera económica. Referimo-nos, em particular, a António Pinto Barbosa, Jacinto Nunes, Correia de Oliveira (subsecretário de Estado do Comércio - 1958 a 1961 - ministro de Estado adjunto do presidente do Conselho - 1961 a 1965 - e ministro da Economia - 1965 a 1968), Dias Rosas (subsecretário de Estado do Comércio - 1954 a 1962 -, ministro das Finanças - 1968 a 1972 e a partir de 1969 acumularia igualmente a pasta de ministro da Economia).

[22] Cf. Fernando Rosas e J. Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 706. Um episódio exemplificativo dessa debilidade encontra-se no relato que Jacinto Nunes faz de uma das reuniões internacionais em que

aprendizagem do funcionamento, em termos internacionais, das instituições económicas, do comércio e do sistema financeiro; o contacto com as experiências de planeamento económico realizadas em outros países da Europa, as quais influenciaram a concepção dos Planos de Fomento. Por outro lado, esses contactos para além de serem momentos de aprendizagem e contribuírem para a formação de uma "elite técnica", provavelmente induziram a contratação para os serviços estatais de licenciados pelas escolas universitárias de economia, pois eram eles que na década de 50 apresentavam um conjunto de qualificações académicas importantes para o desempenho das novas funções.

A Comissão de Coordenação Económica vai suceder, em 1950[23], ao Conselho Técnico Corporativo. No seguimento dos objectivos e do trabalho realizado neste último, a actividade da Comissão - inserida no Ministério da Economia - vai centrar-se, para além de outros aspectos, na realização de estudos, na definição da política económica e na supervisão da multiplicidade de organismos de coordenação económica. Nessa Comissão integraram-se, em especial, os licenciados pelo ISCEF e pela FEP com uma nova categoria que entretanto tinha sido criada (não obtivemos a data precisa em que tal aconteceu):

---

participou na OECE, em 1949 - "Eu tinha 23 anos, acabara de me formar há um ano, mas tinha audácia própria da idade. Fernando Emydio da Silva que, como referi, presidia à delegação portuguesa, fez uma pequena introdução; e o professor, um dos interrogadores (porque havia uma espécie de exame), era um inglês que a propósito já não me lembro de quê empregou a expressão 'Net Product'. Quando acabou a sessão, Fernando Emydio da Silva virou-se para nós e diz-nos: 'Net Product, Net Product', o que é que ele quer dizer com isto? Quando voltar para Portugal vou falar com o Doutor Salazar e dizer-lhe que nós temos que aprender a falar a linguagem desta gente, se não, não vale a pena vir aqui. Eu com a minha ousadia disse: Senhor professor, em Portugal já se fala nisso; eu próprio elaborei um pequeno trabalho, muito simples e elementar que publiquei nos anais do ISCEF, onde com uma aproximação contabilística, que nessa altura era muito mais facilmente absorvida pelos alunos, procurei mostrar a equivalência das várias ópticas sobre as quais o fluxo despesa, produto e rendimento se equivalem, ou as diferenças que entre elas existem. Se o senhor professor permitir, quando chegar a Portugal vou-lhe dar esse folheto. (Lembro-me de efectivamente lhe ter dado também dois livros, um sobre contabilidade nacional de Richard Stonne, e outro, *Evaluation et théorie du revenu national* de Sotiroff). E nasceu talvez deste 'Net Product' a nossa grande amizade e a grande consideração que tive por ele." Veja-se M. Jacinto Nunes, "Algumas notas sobre a introdução do keynesianismo em Portugal", in Eduardo Sousa Ferreira e José Luís Cardoso (org.), *Cinquentenário da Teoria Geral de Keynes*, Lisboa, UTL/ISEG, 1986, p. 56.

[23] Decreto-Lei nº 38.008 de 23 de Outubro de 1950.

a de "Técnico Económico de 1ª classe" ou de "2ª classe"[24]. Quanto ao INE, encontramos uma geração de licenciados em ciências económicas e financeiras nos anos 40 que, em conjunto com licenciados provenientes de outras formações académicas, vão ter um papel importante na formulação das estimativas do rendimento nacional no início dos anos 50, no quadro dos trabalhos conducentes à formulação de uma contabilidade nacional[25]. Mais uma vez importa sublinhar que essa modernização dos instrumentos de notação estatística foi efectuada por força da participação do país na OECE[26].

Em suma, a integração dos licenciados pelas escolas universitárias de economia nas novas áreas de intervenção estatal pode ser apontada como um exemplo demonstrativo do reconhecimento das suas qualificações académicas, não deixando, assim, de concorrer, nos anos 50, para a afirmação destes licenciados como economistas.

No entanto, para a emergência da profissão de economista e para a afirmação da ciência económica no campo universitário concorreram decisivamente a Reforma curricular do ISCEF de 1949 e a criação de uma Faculdade de Economia na Universidade do Porto em 1953.

Tenha-se novamente presente que a constituição de instituições de ensino de nível superior é um dos aspectos fundamentais na construção social da profissão. É nesse espaço que o conhecimento se standartiza e formaliza, criando-se, assim, as condições para que o mesmo possa ser apropriado e incorporado nos serviços que os profissionais comercializam. Por seu turno, é também nesse espaço que o conhecimento poderá ser produzido e transmitido para outros, para os que, após uma formação académica longa e detentores de um título académico, poderão candidatar-se ao exercício de uma actividade

---

[24] Segundo informação do entrevistado JU.

[25] De acordo com a informação dos entrevistados UN e AC. Faziam parte deste grupo do INE membros do SNC que tiveram um papel destacado na actividade como, por exemplo, Costa Leal e Guedes Lebre. O primeiro pertencia igualmente ao corpo redactorial da *Revista de Economia.*

[26] Veja-se Fernando Rosas e J. Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 707.

profissional específica e socialmente reconhecida como tal. A análise das mudanças institucionais e morfológicas das instâncias de produção dos profissionais, das quais se destacam as universidades, ganha deste modo uma importância notória, em termos teórico-metodológicos, para se compreender a formação e consolidação de uma profissão no espaço social. Notoriedade ainda mais evidente quando, no Portugal dos anos 50, o ensino universitário detinha uma intervenção directa e determinante na (re)produção social das profissões existentes.

Do que em capítulo anterior foi indicado sobre o ensino universitário da ciência económica importa relembrar, pelo menos, dois aspectos. Em primeiro, a criação do ISCEF, em 1931, não foi acompanhada de uma mudança radical, ao nível pedagógico, do leque das cadeiras e da organização curricular face ao que caracterizava o ISCL. Era patente o predomínio de cadeiras de administração e contabilidade, de ciências jurídicas, de matemáticas em detrimento das de economia. O ensino da economia, na qualidade de disciplina científica e autónoma - em particular da teoria económica - encontrava-se desvalorizado. Entre 1930 e meados dos anos 40, não existiram alterações pedagógicas nem científicas assinaláveis. No ISCEF manteve-se a visão comercialista do económico herdada, nos seus aspectos axiais, do ensino ministrado no ISCL. Visão que saía reforçada pela permanência das denominadas cadeiras tecnológicas - "Métodos gerais físicos e químicos", "Matérias primas", "Tecnologias das mercadorias"- justificadas pelos comercialistas devido à existência da secção aduaneira. Em síntese, durante cerca de duas décadas, persistiu a imobilidade pedagógica e curricular, impeditiva, por si só, do ISCEF se converter numa escola em que o ensino e a investigação em economia tivessem uma expressão relevante, o que acabava, por sua vez, por conduzir ao distanciamento entre a formação ministrada e as procuras institucionais de conhecimentos económicos - ainda incipientes - que surgiram no imediato pós

Segunda Guerra Mundial[27]. Em segundo, e parcialmente como consequência do que se acabou de indicar, o ensino ministrado no ISCEF e os licenciados em ciências económicas e financeiras nele formados estiveram marcados pela subalternidade e desvalorização sociais ao nível da Univrsidade e do mercado de emprego, respectivamente. Sobretudo nos anos 30 e 40, o controlo da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos pertenceu aos juristas e aos engenheiros. Deste controlo estiveram portanto excluídos os licenciados pelo ISCEF. Não obstante as fragilidades que em termos teóricos e metodológicos caracterizavam esses conhecimentos, no contexto da sociedade portuguesa o reconhecimento da qualidade - como também da distinção daí resultante - de especialistas em questões económicas era feito unicamente em relação a juristas e a engenheiros.

Um primeiro passo para alterar substancialmente tal situação concretizou-se na Reforma do ISCEF de 1949. Recolhendo as ideias que Pinto Barbosa[28], à época ainda professor do Instituto, e Teixeira Ribeiro tinham sobre qual o modelo

---

[27] Numa apreciação bastante crítica do ensino ministrado no ISCEF, Ulpiano Nascimento afirma o seguinte: "No Instituto, o curso de Economia era francamente modesto; não tanto pelos programas adoptados, mas mais pelos professores, dos quais um ou outro se distinguia pelo saber e dignidade, como Bento de Jesus Caraça, Mira Fernandes, Vitorino Magalhães, Dias Ferreira e poucos mais. Esta mediocridade acontecia por duas razões: a primeira, porque, com o tempo, o pessoal docente do Instituto, assim como das outras Faculdades, vinha a identificar-se ou era constrangido a coexistir com a ordem corporativa vigente; a segunda, causa e efeito da primeira, porque a sociedade portuguesa, nesse tempo da ditadura, estava fechada sobre si mesma, não havia mobilidade de ideias, era proibido pensar." In "Entrevista com Ulpiano Nascimento", *op. cit.*, p. 86.

[28] Como salienta Pinto Barbosa, "(...) Nos cursos professados no ISCEF funcionavam como disciplinas selectivas as de Merceologia (para a secção Aduaneira e Diplomática-consular) e as de Matemática (Álgebra e Cálculo) para as secções de Administração Comercial e Finanças. Se essa situação podia de algum modo compreender-se em função da estrutura e objectivos do antigo Instituto Superior de Comércio, já suscitava sérias reservas quanto à formação do economista, tal como se concebia perante os recentes progressos da Análise Económica e as necessidades do País, que começavam a despontar no horizonte do seu desenvolvimento; não eram a meu ver as Matemáticas nem a Merceologia que estavam mal posicionadas. As disciplinas de Economia é que não ocupavam o lugar que lhes devia competir no elenco de um curso verdadeiramente superior de Economia. Daí que o primeiro esforço devesse incidir no sentido de trazer a Economia, no nível de conhecimento e exigência, para a área das chamadas cadeiras nucleares, passando a selecção a fazer-se também com base nela, como seria lógico". In António Pinto Barbosa, *A reabilitação do quantitativo na economia*, Separata do Boletim de Ciências Económicas, vol. XXVII, Coimbra, 1984, p. 8.

de formação a adoptar-se numa escola universitária de economia, a Reforma introduziu alterações substanciais no quadro de estudos existente desde 1931[29]. Deixando para trás as fórmulas mais ou menos vagas com que em 1931 se definia a finalidade do ISCEF, no âmbito do sistema de ensino, a nova reforma visava criar as condições para que este pudesse preparar "profissionalmente técnicos económicos e financeiros"[30]. Para isso, passavam a existir dois cursos - o Curso Superior de Economia e o Curso Superior de Finanças[31]. Em termos de títulos académicos, ao primeiro correspondia o de licenciado em Economia, enquanto ao outro o de licenciado em Finanças. Assim, a Reforma recolhia as críticas que vinham sendo feitas desde os anos 30 em que se apontava a multiplicidade de secções existentes - administração comercial, finanças, aduaneira, diplomática e consular - como desajustada face aos conhecimentos académicos requeridos pelas organizações económicas, públicas e privadas. Para Vergílio Moreira, tal redução, contudo, continuava a não atender à exiguidade do mercado de emprego para os licenciados provenientes do ISCEF, o qual não comportava especializações académicas,

> "A última reforma do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras separou essas licenciaturas, anteriormente com quatro secções, em duas únicas - Economia e Finanças - com as vantagens inerentes à junção, mas mantendo e aumentando os males da separação, agora ainda mais nítida. Tudo nos leva no entanto a crer que, daqui a alguns anos, continuamos a ter licenciados em Economia a desempenhar funções de orientação ou de estudos especializadamente financeiros, e

[29] Como defende Gonçalves Pereira, "A reforma de 1932 deve hoje ser considerada como um regime de transição e adaptação, pois o antigo Instituto Superior do Comércio, transformado pela criação da Universidade Técnica em Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras, teve de deixar de ser uma escola, ainda que superior, de comércio, para se transformar num centro de formação pedagógica e profissional no vasto domínio das Ciências Económicas e Financeiras. Pode-se, por isso, afirmar que foi pela reforma actual de 1949 que o nosso Instituto se organizou, de facto, no nível universitário, transformando-se mesmo, sem vaidade, numa das escolas superiores mais frequentadas e difíceis do País." In UTL, *Universidade Técnica de Lisboa e seus Mestres*, Lisboa, UTL, 1956, p. 473.

[30] Decreto nº 37.584 de 17 de Outubro de 1949.

[31] Era estabelecida uma equivalência com as secções: o curso superior de Finanças correspondia às secções de administração comercial e finanças, enquanto o curso superior de Economia às secções aduaneira e diplomática e consular.

licenciados em Finanças a orientar departamentos e serviços públicos ou privados, declaradamente de carácter técnico, económico ou administrativo."[32]

Em termos de estrutura curricular, cada um dos cursos tinha a duração de 5 anos lectivos, dos quais os dois primeiros eram comuns, formando o que se poderia definir por um curso geral. Incorporavam essa estrutura 26 cadeiras anuais, 6 "cursos semestrais" e 2 "cursos anuais práticos". Confrontando-se o quadro de disciplinas com o que vigorava desde 1931 (veja-se capítulo V), ressaltam alguns aspectos importantes: o reforço do ensino da teoria económica, repartindo-se o mesmo por 3 cadeiras anuais; a supressão das denominadas cadeiras tecnológicas "cujo conteúdo real, já antes da reforma, não correspondia às respectivas designações, por o Conselho Escolar haver entendido que tinham deixado de interessar à formação dos licenciados pelo Instituto"[33]; a extensão do ensino das disciplinas de matemáticas puras a toda a população discente (recorde-se que tal ensino não fazia parte da estrutura curricular das secções aduaneira e diplomática e consular), a par da criação de outra disciplina de cálculo actuarial e de um curso semestral de econometria, o qual representou uma notória inovação no plano científico-pedagógico, exactamente por ser a primeira vez que no país se leccionava esta matéria[34]; a introdução de outras cadeiras de economia com o objectivo, concretizado no decorrer da aplicação da reforma, do acréscimo de uma formação académica assente na ciência económica; a reformulação e reforço das disciplinas da área financeira e contabilística; por último, e como que servindo de contraponto às alterações anteriores, a formação jurídica expandiu-se ainda mais, passando a integrar 7 disciplinas, enquanto na anterior estrutura curricular era somente de 5.

---

[32] Vergílio Moreira, "Curso único ou cursos múltiplos de altos estudos comerciais", in Confédération Internationale des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur, *XII Congrés International...*, Lisboa, 1950, p. 28.

[33] António Farinha Portela, "A evolução histórica...", p. 828.

[34] Id., *ibid.*

Em suma, o novo quadro de disciplinas apontava para uma formação académica em que se acentuava quer a preponderância da economia como disciplina científica, quer a ruptura parcial com a visão comercialista do económico que tinha norteado tradicionalmente o ensino.

Há que sublinhar que a nova estrutura curricular absorvia determinadas mudanças que tinham ocorrido ao nível de algumas áreas científicas durante os anos 40. Uma delas consubstanciou-se na introdução sistemática das técnicas de investigação quantitativa em economia. Para isso não deixou de ter um papel inovador a acção científica e pedagógica de Bento Caraça, enquanto professor do ISCEF, e do Centro de Estudos de Matemáticas Aplicadas à Economia (anexo ao Instituto) por ele fundado em 1938, em conjunto com Mira Fernandes e Beirão da Veiga. A actividade do Centro, embora condicionada por restrições orçamentais, dirigiu-se para a difusão das possíveis utilizações da matemática ao nível da ciência económica, com especial relevo para as primeiras tentativas de introdução no país dos métodos da econometria[35]. Tal actividade manteve-se em paralelo à preparação de doutoramentos por parte de elementos da equipa docente que Bento Caraça dirigia: Sá da Costa, Morbey Rodrigues, Costa Miranda, entre outros[36]. A extinção do Centro por decisão ministerial teve lugar em Outubro de 1946, dias após o afastamento de Bento Caraça do cargo de professor catedrático do ISCEF, por razões de índole política[37]. Igualmente o Centro de Estudos de Estatística Económica, formado no início do ano lectivo de 1946/47 no ISCEF - em que participaram activamente Mira Fernandes, Pires de Lima, Bento Murteira -, vai incrementar a matematização do ensino da economia, representando mais um importante contributo na revalorização da abordagem quantitativa da ciência

[35] Cf. Sá da Costa, "Um aspecto da acção escolar do Professor Bento Caraça", in *Gazeta de Matemática*, nºs 37-38, 1948, p. 5 e Jucher Oppenheimer e António Ramos, *O ensino e a investigação na ciência económica...*, p. 53. Para uma retrospectiva das actividades do Centro, consulte-se a *Revista de Economia*, vol. I, fasc. 1, 1948, p. 39.

[36] Saliente-se que aqueles doutorandos participaram com Bento Caraça na fundação da *Revista de Economia.*

[37] O afastamento surge na sequência da sua participação no MUD como vice-presidente da respectiva Comissão Central.

económica que irá prosseguir nas décadas seguintes. Embora com uma fraca expressão no seio do campo universitário do país, essa abordagem quantitativa ia ao encontro da crescente formalização matemática que, para a época, caracterizava a teoria económica no estrangeiro[38].

Estes dois centros de investigação, no âmbito do panorama científico da década de 40, são actualmente considerados por investigadores da história da ciência económica em Portugal como tendo tido um contributo, não negligenciável, na transição de uma "tradição económica acentuadamente literária e descritiva de influência francesa e italiana" para uma outra abordagem económica que se começou a desenvolver, no pós Segunda Guerra Mundial, em que vai predominar o formalismo matemático e o instrumental estatístico, inseridos nas concepções teóricas neoclássicas e keynesianas[39].

Vamos ainda encontrar outra mudança ao nível do conteúdo científico do ensino ministrado no ISCEF, antes da Reforma de 1949, na regência da disciplina de "Economia Política. Legislação Industrial" a cargo de Pinto Barbosa. Aquilo que Pereira de Moura qualifica de "revolução no ensino da economia" no Instituto caracterizou-se, e ao contrário do que acontecia até aí, por Pinto Barbosa leccionar, a partir do ano lectivo de 1946/47, um "(...) programa quase exclusivamente de teoria, após uma larga revisão e aprofundamento de problemas, conceitos e soluções da teoria do conhecimento e da metodologia da ciência económica"[40]. Programa no qual se integravam igualmente a exploração de conceitos fundamentais - riqueza e rendimento nacional - do pensamento keynesiano, o que é interpretado como uma nítida inovação pedagógica[41].

---

[38] Sobre esta questão, consulte-se entre outros: Michel Beaud e Gilles Dostaler, *La pensée économique depuis Keynes*, Paris, Seuil, 1996, pp. 101 e segs. e Mauro Guillén, *La profesion de economista*, Barcelona, Ariel, 1984, pp. 88 e segs.

[39] Cf. Carlos Bastien, *Para a História das Ideias Económicas no Portugal Contemporâneo...*, p. 178.

[40] Francisco Pereira de Moura, "O ensino da teoria geral de Keynes no ISCEF/ISE", in Eduardo Sousa Ferreira e José Luís Cardoso (orgs.), *op. cit.*, p. 69.

[41] Cf. Id., *ibid.*, p. 69. Veja-se também António Pinto Barbosa, *op. cit.*, p. 9.

Se a Reforma do ISCEF - sem dúvida considerada como um marco importante para a modernização do ensino universitário da economia - inaugurou um novo período no ensino da ciência económica, não deixou, por outro lado, de criar as condições, em termos de campo universitário, para que sobre as qualificações académicas e a inserção laboral dos licenciados pelo Instituto se produzisse um discurso nitidamente revalorizante. Em meados dos anos 50, num primeiro balanço da aplicação da reforma, Gonçalves Pereira, assumindo a retórica inerente ao cargo de director do ISCEF que então ocupava, referia enfaticamente que

> "O simples facto de inúmeros serviços públicos se dirigirem ao Instituto pedindo indicações de diplomados, que pretendem admitir, demonstra as boas provas dadas e a tradição já criada. E como não seria assim? Os nossos Licenciados trazem a mente disciplinada pela Matemática, estudaram Economia teórica e prática, conhecem o direito, são capazes de dirigir e assumir a responsabilidade de uma Contabilidade e de uma gestão financeira. Eles não pertencem felizmente à categoria de *mangas-de-alpaca* que não tendo capacidade para qualquer actividade ou trabalho útil, recorrem ao Estado, como um vasto e rico asilo cuja lotação é inesgotável..."[42].

Convenhamos que tal leitura do mercado de emprego se mostrava oposta ao que, para a época, o ministro Veiga de Macedo (como sublinhámos no capítulo anterior a propósito do conflito entre o SNC e o ministério das Corporações e Previdência Social) subscrevia sobre os licenciados em ciências económicas e financeiras, não os distinguindo do conjunto heterogéneo dos empregados de escritório ou dos "empregados de carteira" do funcionalismo público.

À Reforma do ISCEF seguiu-se a criação da FEP em 1953. Antes propriamente de apontarmos os principais eixos enformadores do ensino da

[42] UTL, *Universidade Técnica de Lisboa e os seus Mestres*, Lisboa, UTL, 1956, p. 477.

economia na nova faculdade, afigura-se-nos relevante voltarmos à situação do ensino comercial superior na cidade do Porto nos anos 30.

No final do ano lectivo de 1935/36, por determinação do governo, o ISCP era definitivamente encerrado. Como dissemos antes, a extinção deste Instituto sem que tivesse sido criada uma alternativa institucional, ainda que fosse essa a pretensão com o projecto da Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras da Universidade do Porto, representou uma séria derrota para todos aqueles que acerrimamente defendiam a existência da continuação do paralelismo ao nível do ensino superior das questões comerciais e económicas entre o Porto e Lisboa.

Numa derradeira tentativa para que esse ensino não fosse irradiado da cidade, o Centro Comercial do Porto, que se tinha destacado, em 1933, na contestação à medida governamental que encerrou o ISCP, vai realizar entre Junho e Novembro de 1936 um conjunto de "sessões de propaganda tendentes à defesa da Escola Superior de Ciências Económicas e Financeiras"[43], com o apoio de outras associações sedeadas na cidade: Associação Comercial do Porto, Associação Industrial Portuense e Associação dos Comerciantes do Porto.

Organizadas e coordenadas por Raul Tamagnini Barbosa e José Fortes, as sessões tiveram a participação, como conferencistas, de vários professores do ISCP[44], sendo em Novembro de 1936 enviada uma exposição ao Presidente do Conselho e ao ministro da Educação Nacional, em que mais uma vez se vincava a necessidade de manutenção do ensino comercial superior[45].

Passados 12 anos, mais propriamente em Abril de 1948, os alunos do ICP retomavam aquilo que designavam pelo "restabelecimento do Instituto Superior

---

[43] Cf. Livro de Actas da Assembleia Geral do Centro Comercial do Porto, nº 370, pp. 40-41.

[44] Para além dos dois organizadores, intervieram Jaime Lopes Amorim, Lídia Costa, Raul Coelho.

[45] Cf. Livro de Actas da Assembleia Geral do Centro Comercial do Porto, nº 370, p. 65. Em todas as sessões realizadas, a tónica era colocada na necessidade de no Porto continuar a existir o ensino comercial superior. Consulte-se, por exemplo, *0 Comércio do Porto* de 4 de Julho de 1936.

de Ciências Económicas e Financeiras" na cidade do Porto[46]. É significativo que, por um lado, se utilize a palavra restabelecimento, indicativo que o encerramento do ISCP não tinha sido esquecido, como, por outro lado, se adopte para a instituição de ensino a mesma designação que identificava o Instituto de Lisboa. A pretensão foi apresentada, em simultâneo, a Salazar e ao ministro da Educação Nacional, Pires de Lima. Em ambos os documentos, dois argumentos eram avançados a favor desse restabelecimento[47]: as "dificuldades económicas" de uma grande parte dos alunos do ICP que os impossibilitava de frequentarem o ISCEF, não concretizando, assim, "um ideal: o de conseguirem tirar um curso superior"; a "necessidade imperiosa" que para a cidade do Porto era a existência do ensino superior das "ciências económicas e financeiras".

A pretensão dos estudantes do ICP emergia num contexto social em que era patente o interesse pelos temas económicos[48] e provavelmente não esteve completamente separada da criação no ano anterior, 1947, do Centro de Estudos Económicos e Financeiros da Associação Comercial do Porto[49]. O objectivo principal do Centro concretizou-se na divulgação das "ciências económicas e financeiras", através da realização de cursos livres e gratuitos[50]. Tal iniciativa não deixou de ser interpretada, para a época, como uma forma de colmatar a inexistência do correspondente ensino superior na cidade[51]. Entre o ano da sua

---

[46] Na reunião do SUP de Maio daquele ano, a questão da criação da nova escola volta a ser abordada. Os senadores nomearam uma comissão para a elaboração de uma lista de possíveis docentes. Cf. Cândido dos Santos, *op. cit.*, p. 295.

[47] *Revista de Contabilidade e Comércio*, nºs 61-62, 1948, pp. 197-199.

[48] Carlos Bastien, "A *Revista de Economia* e a introdução do keynesianismo em Portugal", in *Estudos de Economia*, nº 2, 1984, pp. 164 e segs.

[49] O Centro de Estudos Económicos e Financeiros foi criado em 2 de Julho de 1947 em Assembleia Geral da Associação Comercial do Porto.

[50] Para a direcção da Associação Comercial do Porto, a "classe mercantil" da cidade sentia-se, desde o encerramento do ISCP, em 1936, "destituída de elementos pedagógicos e informativos" para a "compreensão dos temas que assoberbam o mundo moderno". Deste modo, o Centro visava preencher essa lacuna. Cf. Carlos Bastos, *Associação Comercial do Porto. Resumo histórico da sua actividade desde a fundação*, Porto, s/edit. 1947, pp. 3 e segs.

[51] Na *Revista de Economia* a propósito da criação do Centro, é afirmado o seguinte: "só é de aplaudir a preocupação da Associação Comercial do Porto em difundir a Ciência e a Cultura Económica no seu campo de acção, procurando contrabalançar, a expensas suas e na medida das suas possibilidades, a falta de uma escola Superior de Estudos Económicos na cidade do Porto,

criação e 1953, organizaram-se no Centro vários cursos, ministrados maioritariamente por professores das Faculdades de Direito, a saber[52]: I Curso (1947/48), regido por Teixeira Ribeiro, versando o tema "A economia monetária"; II Curso (1948/49), Ruy Ennes Ulrich, "O comércio e os transportes"; III Curso (1949/50), Pacheco de Amorim, "Economia teórica"; IV Curso (1950/51), Daniel Barbosa, "Estudos de economia aplicada focando alguns dos mais importantes problemas nacionais"; V Curso (1951/52), Araújo Correia, "Problemas da produção e da planificação económica"; VI Curso (1952/53) Marcello Caetano, "Economia colonial. Aspectos da economia de Angola e Moçambique".

Não temos o propósito de analisar o conteúdo científico dos vários cursos. Importa-nos, sim, dar conta de que os mesmos suscitaram uma forte procura, a atestar pelo volume de inscritos, expressiva do interesse pelos temas tratados[53]: I Curso, 665 participantes, II Curso, 561, III Curso, 562, IV Curso, 647, V Curso, 443, VI Curso, 466. Números efectivamente importantes que, aliados aos temas dos cursos, permitem considerar que estes constituíram importantes espaços para a divulgação dos conhecimentos económicos. Tanto mais que foram ministrados por aqueles que, no início dos anos 50, eram considerados, em especial no campo universitário, como os principais especialistas em questões económicas. Por outro lado, o empenhamento demonstrado pela direcção da Associação Comercial do Porto na criação do Centro e na consequente realização daqueles cursos e o volume da procura que se registou não deixaram com certeza de *contribuir*

---

onde a sua necessidade se faz tão fortemente sentir". In *Revista de Economia*, vol. I, nº 2, 1948, p. 241. Dois anos depois, na *Revista de Contabilidade e Comércio,* expressava-se a mesma tese: "quebrando o preconceito da inutilidade do ensino superior e voltando-se, mais uma vez, para a preparação cultural do comerciante e dos seus auxiliares, há dois anos que, mercê da iniciativa desta Associação, funciona nesta cidade um Centro de Estudos Económicos e Financeiros, que, pela sua numerosa e selecta assistência, bem demonstra a necessidade de um estabelecimento oficial dos estudos da especialidade e a justiça com que a cidade e todo o Norte do País o vem reclamando, com persistência." In *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 70, 1950, p. 231.

[52] Cf. José Ribeiro Pereira, *150º aniversário da Associação Comercial do Porto - Contributos para a história dos últimos 50 anos, 1934-1984*, Porto, s/edit., 1992, pp. 47 e segs.

[53] Cf. Carlos Bastos, *op. cit.*, pp. 47 e segs.

directamente para pressionar o governo no sentido da criação de uma instituição de ensino universitário da economia na cidade.

O ministro da Educação, Pires de Lima, num primeiro momento não ignorou a questão da criação da nova escola universitária de economia no Porto. Em Abril de 1950, aquando de uma deslocação ao Porto, e não deixando de frisar que expressava uma opinião pessoal, afirmava o seguinte:

> "Tenho, pois, para mim, como certo que seria um erro a criação no país de uma nova Faculdade de Letras. Todo o meu empenho tem sido o de conservar, o que já tanto tem custado, as duas existentes, mantendo-se, embora cultivada por poucos, a nossa tradição humanista. Não tenho, porém, a mesma opinião quanto à Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras. Julgo que a cidade do Porto tem razão em a pretender e que o país beneficiaria com a sua criação. Centro industrial e comercial dos de maior relevo precisa, sem dúvida, esta cidade, para acompanhar o desenvolvimento da sua indústria e do seu comércio e os novos horizontes que a última guerra abriu ao desenvolvimento da riqueza e ao bem estar material, não só de técnicos competentes como de uma elite de economistas e de dirigentes."[54]

Mais uma vez, a questão da criação da denominada Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras não deixava de ser equacionada paralelamente à reabertura da Faculdade de Letras. Só que no início da década de 50, e ao contrário do que tinha acontecido cerca de 20 anos antes por parte do Ministério da Educação Nacional, as opções estavam mais definidas quanto à possível expansão institucional da Universidade do Porto. E isto não obstante no seio desta se manter uma tendência que persistia em valorizar como objectivo principal a reabertura da Faculdade de Letras[55].

Se as declarações de Pires de Lima vieram fortalecer as expectativas quanto à futura criação do ensino universitário da economia, elas não tiveram

---

[54] *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 70, 1950, p. 231.

[55] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 70, 1950, p. 230.

uma tradução concreta nos anos imediatos[56]. Na inauguração do ano lectivo de 1951/52 da Universidade do Porto, o reitor não deixou de indirectamente lembrar ao ministro o cumprimento da promessa feita[57]. Por outro lado, em reunião da Câmara Municipal do Porto, ocorrida nos finais de 1951, era decidido solicitar ao governo a criação da Faculdade de Ciências Económicas e Financeiras, assim como o restabelecimento da Faculdade de Letras[58].

Será, entretanto, entre Maio e Junho de 1952 que se assistirá ao intensificar da pressão junto do Ministério da Educação Nacional para a institucionalização da nova Faculdade. No decorrer das festas dos finalistas do ICP, era formada uma "Comissão pró-restabelecimento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras", composta exclusivamente por alunos do ensino médio comercial[59]. Contando com o apoio directo do *Jornal de Notícias* na divulgação da sua pretensão e das acções que foi desencadeando[60], a Comissão primeiramente enviou um documento ao Presidente do Conselho, que genericamente retomava os argumentos avançados dois anos antes, já indicados, e apelava para que a instalação do novo estabelecimento de ensino se fizesse logo no ano lectivo de 1952/53[61]. Durante as duas primeiras semanas de Junho de 1952, a Comissão desdobrou-se em múltiplos contactos com diversas entidades políticas, associativas e académicas sedeadas no Porto - Presidente da Câmara Municipal do Porto, Governador Civil, Reitor da UP, Presidente da Comissão

---

[56] A Associação Comercial do Porto apressou-se a enviar ao ministro da Educação Nacional uma carta congratulando-se pelas suas declarações. Cf. José Ribeiro Pereira, *op. cit.*, p. 42.

[57] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 76, 1951, p. 464.

[58] Cf. *Idem*, p. 465.

[59] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 78, 1952, p. 244 e *Jornal de Notícias* de 1 de Junho de 1952.

[60] Durante os primeiros 10 dias do mês de Junho o *Jornal de Notícias* publicou diariamente notícias, na primeira página, sobre as actividades da Comissão, o que não deixa de ser significativo do apoio dado.

[61] O documento não deixa de ser um exemplo ilustrativo do modo como se pautam as relações entre cidadãos e poder político, no quadro de um regime conservador e autoritário como era o do Estado Novo no início da década de 50. Em termos da redacção do documento apresentado, a pretensão dos estudantes aparece literalmente inserida num discurso laudatório face à actividade política de Salazar. Consulte-se a *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 78, 1952, pp. 224 e segs.

Distrital da União Nacional, Associação Comercial do Porto e Associação Industrial Portuense[62]. Segundo as notícias insertas naquele matutino da cidade, dessas entidades foi recebido apoio, assumindo algumas delas publicamente o compromisso de junto do Ministério da Educação Nacional defenderem a criação do designado Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras[63]. Por intervenção directa do governo, a partir de meados de Junho, as acções da Comissão deixaram de ser relatadas minuciosamente no *Jornal de Notícias*[64]. Com efeito, a amplitude que tomou a actividade da Comissão, bem como a divulgação que foi feita da mesma acabavam por chocar com a ordem social instalada. Entretanto, as acções igualmente começaram a escassear a partir dessa data, o que decorria do facto de se terem esgotado os contactos com as diversas entidades que poderiam ser accionados pelos estudantes. Nos meses seguintes surgem notícias e comentários esparsos que, de modo genérico, continuavam a colocar a tónica na já defendida "necessidade" da existência do ensino superior de economia na cidade do Porto[65].

O acréscimo da procura social do ensino do ICP que se verificou, de modo mais notório, a partir de meados dos anos 40 (veja-se o Quadro VI-13) poderia traduzir, em parte, o interesse por uma escolaridade mais prolongada que permitisse o consequente acesso a funções no mercado de emprego mais valorizadas económica e simbolicamente do que aquelas que eram possíveis de ocupar detendo apenas o curso geral das escolas comerciais. Com o encerramento do ISCP, em 1933, esse acréscimo não deixou de constituir um factor de pressão no sentido da criação das condições institucionais para que a instauração do ensino universitário da economia na cidade possibilitasse, provavelmente a um

---

[62] Para além destas entidades, a comissão igualmente contactou o Eng. Ezequiel de Campos e o Eng. Araújo Correia.

[63] Veja-se *Jornal de Notícias* dos dias 3, 5, 7 e 9 de Junho de 1952. Confira-se igualmente a *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 78, 1952, p. 246.

[64] Segundo informação dos entrevistados DA e ME.

[65] Veja-se *Jornal de Notícias* de 27 de Julho, de 12 de Agosto e 1 de Setembro de 1952.

conjunto restrito de alunos, o prosseguimento de estudos[66]. Era isso que, como vimos, estava subjacente às acções da denominada "Comissão pró-restabelecimento do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras". Consideramos que a capacidade de mobilização e de empenhamento que os membros da comissão tiveram durante o Verão de 1952, em especial os apoios que conseguiram obter, fez não só reavivar a questão como lhe deu uma divulgação pública que até àquela época nunca tinha acontecido. Em boa verdade se diga que os apoios recebidos provinham de entidades que demonstraram sempre a sua concordância com a criação de um estabelecimento de ensino que colmatasse a lacuna criada com o encerramento definitivo do ISCP em 1936. No início dos anos 50, a posição dessas entidades, em que se destacavam as associações agregadoras dos interesses económicos - em particular a Associação Comercial do Porto - expressava para além de uma aspiração de verem restabelecido o paralelismo com Lisboa, no plano de ensino universitário, também a constatação de uma carência, ao nível das grandes empresas, de mão-de-obra com habilitações académicas na área disciplinar da ciência económica[67].

Passado cerca de um ano após as acções dos estudantes do ISCP, o próprio ministro da Educação Nacional, Pires de Lima, em entrevista aos jornais em 11 de Maio de 1953, tornava oficial a criação no ano lectivo seguinte - 1953/54 - da Faculdade de Economia do Porto[68]. No preâmbulo do decreto, o governo ao apontar os objectivos da nova faculdade reconhecia, de modo indirecto, aquela carência de mão-de-obra:

> "Mas o Norte do País, com as suas indústrias florescentes, com a sua considerável riqueza agrícola, com o seu largo e intenso comércio, reclama, para valorização dos seus recursos e para aproveitamento das

[66] Uma análise mais fina da procura social do ensino do ICP passava obrigatoriamente por se ter em consideração a distribuição dos alunos matriculados pelos cursos ministrados - curso de contabilista e curso preparatório de admissão ao ISCEF. As *Estatísticas de Educação* publicadas pelo INE, pelo não registo desses dados, tornam inviável tal análise.

[67] Veja-se *Jornal de Notícias* de 27 de Julho de 1952.

[68] Veja-se *Jornal de Notícias* de 11 de Maio de 1953.

perspectivas que se lhe rasgam, não só técnicos competentes, como também uma *élite* de economistas aptos a ocupar, pela sua preparação científica, as situações de mais alta responsabilidade em organizações vastas e complexas. À Faculdade que agora surge cabe papel do maior relevo na formação desta *élite*. Por certo lhe não faltará a necessária massa de recrutamento: hão-de ajudar a constituí-la sobretudo os que até agora tinham de sacrificar à aspiração de possuir um curso superior o desejo de se manterem fiéis às tradições da sua estirpe. Atraindo-os, a Faculdade servirá ainda o interesse geral na medida em que afasta de carreiras superlotadas elementos que porventura para elas não sentiam decidida vocação."[69]

No plano curricular a FEP integrava um único curso, o de Economia, conferindo o correspondente grau de licenciado em Economia. Distribuídas por cinco anos lectivos, estavam 24 disciplinas das quais 6 eram semestrais. Em termos globais não existiam diferenças notórias face aos princípios que enformaram a Reforma do ISCEF de 1949 - o curso assentava prioritariamente nas áreas disciplinares da economia, direito e matemática. Era, de certo modo, um plano curricular que apresentava uma certa hibridez quanto ao perfil de economista a formar. Nem preponderantemente para a administração pública, nem para as organizações empresariais. Por outro lado, no caso da área da contabilidade e comparativamente ao ensino ministrado no ISCEF, era patente a lacuna de determinadas disciplinas, de índole mais teórico-prática[70].

A implementação da FEP não deixou de levantar algumas críticas. Uma dirigia-se especificamente ao facto das disciplinas de "Matemáticas Gerais" e de "Cálculo Infinitesimal" serem cursadas na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto. Considerava-se tal situação como inibidora da "autonomia indispensável ao ensino", perdendo, assim, o mesmo o seu carácter homogeneizante[71]. Outra focava directamente o modo como tinha sido formado o quadro de pessoal da nova Faculdade. Quer no *Boletim do Sindicato Nacional*

---

[69] Decreto-Lei nº 39.226 de 28 de Maio de 1953.

[70] Era o caso das disciplinas de "Balanços e verificação de contas" e "Especulação comercial; organização bancária".

[71] Veja-se o editorial do *Jornal de Notícias* de 11 de Maio de 1953.

dos Comercialistas, quer na *Revista de Economia*, quer ainda na *Revista de Contabilidade e Comércio* chamava-se a atenção para que as disciplinas do 1° ano curricular do curso - ano lectivo de 1953/54[72] - seriam ministradas exclusivamente por licenciados em direito e em matemática, o que se apresentava, segundo os articulistas, contrário ao carácter técnico que o curso deveria patentear, criticando-se o facto de não se ter fixado, no próprio decreto que criava a FEP, a preferência, na admissão aos lugares de docentes, dos licenciados em ciências económicas e financeiras ou mesmo de ter sido reconhecida essa prerrogativa aos antigos professores do ISCP[73].

A recomposição do ensino universitário da economia, materializada na Reforma do ISCEF e na criação da FEP, apresenta-se como um processo fundamental na construção social da profissão de economista. Mais propriamente representou o início da institucionalização do ensino universitário da economia. Condição crucial para a sedimentação do conhecimento científico base que irá enformar as práticas dos economistas na qualidade de profissionais. Institucionalização que foi fundamental para a emergência da profissão.

Por outro lado, aquelas duas mudanças institucionais não deixaram de traduzir, por parte do governo e do meio académico, uma medida com efeitos de revalorização científica e pedagógica do ensino universitário da economia. Revalorização que foi decisiva para este ensino começar a ser reconhecido, no

---

[72] Integravam o 1° ano as seguintes disciplinas: "Matemáticas gerais"; "Geografia Económica Portuguesa"; "Economia I"; "Introdução ao Estado do Direito e Estudo Descritivo das Instituições de Direito Civil".

[73] Consulte-se *Revista de Economia*, vol. IV, Fasc. IV, 1953, p. 245, *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, n° 6, 1953, p. 41, *Revista de Contabilidade e Comércio*, n° 83, 1953, p. 381. Em 1951, na *Revista de Economia*, a propósito das acções dos alunos do ICP, não se deixava de apontar a carência de docentes qualificados como um sério obstáculo à criação do então pretendido ISCEF: "No entanto, a dificuldade maior com que esbarrará a sua organização, supomos que será a falta de pessoal especializado para ministrar o ensino, pois que o actual Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras não tem favorecido, nem fomentado, antes pelo contrário, o aparecimento de candidatos ao magistério superior e ao doutoramento. Ora só a existência de grande número de pessoas habilitadas para o ensino, pode permitir a escolha conveniente para o preenchimento dos lugares docentes. E nada pior do que acontecer que determinados lugares só possam ser preenchidos por determinadas pessoas, sem possibilidades de escolha, nem qualquer emulação". In *Revista de Economia*, vol. V, Fasc. III, 1952, p. 166.

decorrer dos anos 50, como um espaço importante quer no seio da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos - quebrando assim, sublinhe-se a hegemonia das Faculdades de Direito -, quer na formação de novos profissionais, detentores de qualificações académicas, já não limitadas à tradição comercialista e de um discurso profundamente valorizante do económico. Profissionais que passavam a ser progressivamente designados, em termos de título, por economistas.

Em simultâneo com a recomposição do ensino universitário da economia processaram-se outras alterações ao nível da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos que serão cruciais para o estabelecimento das bases cognitivas em que vai assentar a nova profissão de economista. Como defende C. Bastien[74], os anos posteriores ao termo da Segunda Guerra Mundial foram palco em Portugal de uma "ruptura" com a tradição do pensamento económico, a qual se consubstanciou na falência das teses corporativistas e na crescente importância que vai tomar o keynesianismo acompanhado de uma maior visibilidade das correntes neoclássica e marxista, embora quanto à última as fortes restrições intelectuais impostas pelo Estado Novo vão funcionar como um obstáculo que impedirá a sua mais ampla difusão.

Não é nosso propósito equacionar detalhadamente as alterações que ocorreram na produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos, unicamente vamos trazer a debate determinados aspectos sobre o corporativismo e o keynesianismo que consideramos relevantes para a compreensão do processo global de construção social da profissão de economista.

Anteriormente chamámos a atenção para a tentativa de elaboração de uma teoria económica corporativa a partir de meados dos anos 30, fundamentalmente por professores das Faculdades de Direito de Lisboa e de Coimbra. Não obstante o fracasso de tal empresa no plano estritamente científico, os contributos produzidos acabariam por enquadrar e justificar acções tomadas pelo Estado

[74] Cf. Carlos Bastien, *Para a História das Ideias Económicas...*, pp. 290 e segs.

Novo no decorrer das duas primeiras décadas da sua existência. O desfecho da Segunda Guerra Mundial com a derrota dos regimes fascistas que advogavam soluções políticas de cariz corporativista, em especial o italiano, veio definitivamente, no plano europeu, colocar em causa o corporativismo. Após um período de um certo desnorte por parte dos apoiantes do Estado Novo, face ao novo quadro político internacional emergente no pós conflito mundial, no início dos anos 50, derrotada que estava a oposição interna, revigorado politicamente o regime e assegurado o apoio económico e político da Inglaterra e dos EUA, ganhava expressão uma tentativa de reelaboração teórica do corporativismo.

Reelaboração que tomou como ponto de partida as teses defendidas na época por Marcello Caetano e Pires Cardoso que apontavam genericamente para a defesa da exequibilidade de um corporativismo integral, autónomo e de associação em Portugal[75]. Será mais precisamente no âmbito do Gabinete de Estudos Corporativos, criado em 1949 e dirigido por Pires Cardoso, na época docente de Direito Corporativo no ISCEF, que um grupo restrito de licenciados deste Instituto - Sedas Nunes, João Moura, Pereira de Moura, entre outros - focalizará a sua atenção em aspectos como o da "descoincidência entre os princípios corporativos e as realidades sociais"[76] ou então os do cálculo dos salários, da reforma da empresa, do intervencionismo estatal e das estruturas económicas[77]. Não estamos perante um aprofundamento de uma nova teoria económica no sentido literal do termo. Subsistem, sim, formulações que, enformadas por uma perspectiva económica, se pautaram pela sua parcialidade, o que poderia resultar da fragilidade teórica caracterizadora do próprio corporativismo.

---

[75] Veja-se, Marcello Caetano, *Posição actual do corporativismo português*, Lisboa, GECMP, 1950 e J. Pires Cardoso, *Uma escola corporativista portuguesa*, Lisboa, s/ edit., 1949.

[76] Adérito Sedas Nunes, "Histórias, uma história e a História", in *Análise Social*, nº 100, 1988, p. 13. Encontra-se expresso um amplo equacionamento dessas descoincidências e também das propostas para a revitalização do corporativismo em Adérito Sedas Nunes, *Situações e problemas do corporativismo português*, Lisboa, GEC, 1954.

[77] Cf. Carlos Bastien, *op. cit.*, pp. 227 e segs.

Apesar disto, os textos que durante a primeira metade dos anos 50 vão sendo publicados, em particular na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, não deixaram de contribuir para a valorização do discurso sobre o económico. Para esta valorização concorreu, por um lado, o próprio contexto político e social do país naquela época, em que as denominadas questões económicas se encontravam no centro das atenções, em especial por parte do governo e, por outro, a formação académica dos que produziram aquele discurso. Os licenciados em ciências económicas e financeiras - "economistas corporativistas"[78]- eram agora os principais protagonistas da tentativa de reelaboração teórica do corporativismo. Sucederam ao protagonismo dos juristas e das Faculdades de Direito de Lisboa e de Coimbra, o que não deixava, em parte, de ser o produto das mudanças económicas e sociais que se desenvolveram em Portugal nos anos posteriores à Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, e apesar da reelaboração teórica não ter sido plenamente concretizada, o ISCEF, na medida em que era a escola de formação e o local de exercício da docência dos economistas corporativistas, teve a sua posição reforçada no seio do campo universitário.

A derrocada definitiva das teses corporativas ocorreu em simultâneo com a crescente importância do keynesianismo. A partir de meados dos anos 50, quando se inicia a consolidação desta corrente teórica na Universidade, ela passará a estar presente no discurso dos economistas, contribuindo, assim, para a fixação das bases cognitivas da própria profissão. Até ao final dos anos 40 subsistiu uma escassa informação sobre os trabalhos de Keynes, em especial a sua obra *Teoria Geral do Juro, do Emprego e da Moeda* publicada em 1936. As mudanças nas condições de recepção ocorreram após o termo da Segunda Guerra Mundial. Para isso concorreram dois aspectos já referidos[79]: a desvalorização das teses corporativistas e a sua manifesta incapacidade para a formação de um corpo de teoria económica, credível no plano científico e heuristicamente válido para dar

[78] Id., *ibid.*, p. 282.

[79] Para um maior desenvolvimento, consulte-se Carlos Bastien, *op. cit.*, pp. 442 e segs.

conta da situação económica do país; os contactos internacionais dos técnicos portugueses no âmbito da OECE, propiciadores de um conhecimento mais vasto do keynesianismo que enformava a análise económica produzida por esse organismo.

Não obstante as mudanças antes apontadas, as condições em que se processava a vida intelectual e científica do país, fortemente condicionada política e ideologicamente pelo Estado Novo, não deixaram de funcionar como obstáculos a uma expansão mais abrangente da "nova economia". A resistência e a desconfiança por parte do regime surgia inevitavelmente das flagrantes contradições existentes entre os princípios keynesianos - primado do económico, defesa da sociedade de consumo, valorização do curto prazo, recusa de uma forte política de entesouramento em ouro[80] - e o modelo económico do Estado Novo. Além disso, as características da economia portuguesa, nos anos 50 e 60, com seus traços de subdesenvolvimento, não se inseriam plenamente no conjunto de problemas que, em termos conjunturais e estruturais, estavam presentes no quadro keynesiano. A conjugação destes dois aspectos levará a um distanciamento por parte do Estado, em termos de política económica, face às teses de Keynes. E isto não obstante a denominada primeira geração de keynesianos, oriundos do ISCEF - Pinto Barbosa, Jacinto Nunes, Teixeira Pinto - ter ocupado cargos governamentais entre 1950 e 1965. Segundo C. Bastien, a influência do keynesianismo notou-se principalmente ao nível da "linguagem económica" utilizada em documentos técnicos e políticos, como era o caso das Contas Gerais do Estado[81].

---

[80] Veja-se Carlos Bastien, *op. cit.*, pp. 444 e segs.

[81] Cf. Carlos Bastien, *op. cit.*, pp. 455. Como o autor chama a atenção, se a incorporação de algum instrumental conceptual keynesiano influenciou a análise económica que se realizava, o mesmo não aconteceu face ao modo como o Estado intervinha na economia. Aqui a influência foi irrelevante. Consideramos, por outro lado, que a adopção daquela linguagem económica expressou o facto do governo ter que se adaptar aos padrões de formalização conceptual utilizados em organismos internacionais a que pertencia, como era o caso da OECE, e onde o corpo de teoria económica que predominava era keynesiano. Sobre a difusão do Keynesianismo, consulte-se também A. Sousa Franco, "O pensamento financeiro em Portugal no século XX", in AAVV, *Ensaios de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes,* Lisboa, ISEG/UTL, 1996, pp. 11-27.

A *Revista de Economia* criada em 1948 por influência directa de Bento Caraça vai ser até meados dos anos 50 um dos principais instrumentos de divulgação do keynesianismo. Emergindo num contexto marcado pela contestação social face ao Estado Novo, esta publicação ao longo do período da sua existência (de 1948 a 1960 e de 1962 a 1964) vai não só ser o repositório de um conjunto importante de textos sobre a economia portuguesa - alguns deles em que é notória uma deliberada opção por um conhecimento empírico da situação -, mas também expressar uma posição de crítica ao modelo económico adoptado pelo regime, o que decorria directamente do facto, já antes assinalado, dos principais colaboradores da publicação enfileirarem nos sectores oposicionistas[82].

Entre 1948 e 1953 vão suceder-se na *Revista de Economia* vários artigos que abordam as teses de Keynes: fazem-no não só com o objectivo de divulgação de uma corrente teórica que na época, especialmente em Portugal, se distinguia pela modernidade científica face ao corporativismo (nos quais, por vezes, está inserta uma postura crítica) como também, e a partir da leitura da dinâmica económica do país, com o intuito de contestar, dentro dos apertados parâmetros impostos pela censura, a governação económica feita pelo Estado Novo. Estamos perante um "keynesianismo oposicionista"[83] que não deixou igualmente de

---

[82] Para C. Bastien, "É contudo pela abertura às novas concepções económicas (designadamente ao marxismo e ao keynesianismo), pela indagação dos problemas económicos no Portugal real, pela independência crítica e pelo elevado nível científico de significativo número de textos aí publicados que a *Revista de Economia* se individualiza, se rebela contra o *status quo* e, finalmente, se constitui em fonte imprescindível da história das ideias económicas em Portugal." In Carlos Bastien, *op. cit.*, p. 168. Veja-se igualmente Fátima Nunes, "Revista de Economia. O discurso de uma publicação científica (1948-1958)", in AAVV, *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia - 1926-1959*, I vol., Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 229-241. A par da *Revista de Economia* ter sido um instrumento para a modernização dos conhecimentos económicos - retenha-se, por exemplo que, apesar dos fortes condicionalismos impostos pela censura, a revista publicou alguns artigos que expressavam a visão marxista sobre o económico e a sociedade portuguesa -, não deixou igualmente de concorrer para a objectivação dos economistas, através preferencialmente da demonstração que era feita nas suas páginas, em particular por licenciados pelo ISCEF, das respectivas qualificações profissionais. A influência do marxismo na modernização do pensamento económico foi diminuta por força das restrições políticas e ideológicas impostas pelo Estado Novo. Sobre esta última questão consulte-se, em especial, Carlos Bastien, *op. cit.*, pp. 503 e segs. e Id., "Para a história da economia marxista em Portugal", in *Vértice*, nº 42, 1988, pp. 67-74.

[83] Fernando Rosas e J. Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 501.

concorrer quer para a renovação dos conhecimentos económicos, quer para a projecção do próprio discurso que os economistas faziam sobre a sociedade portuguesa[84].

Privilegiadamente relacionado com o corpo redactorial da *Revista de Economia*, o SNC em eventos que realizou, como por exemplo o XII Congresso Internacional das Associações de Diplomados das Escolas Superiores de Comércio ou em algumas das conferências concretizadas nos anos 50 e 60, contribuiu também para a divulgação do keynesianismo, embora não de uma forma sistemática, o que poderá decorrer do bloqueio institucional que o Sindicato sofria por parte do Estado.

A recepção do keynesianismo no meio universitário encontrou pela frente alguns factores de resistência provenientes do fechamento que as respectivas instituições tinham face à importação de concepções teóricas inovadoras e contraditórias com alguns dos princípios político-ideológicos do regime. Como sugere Jacinto Nunes, as primeiras referências a Keynes deveriam ter sido feitas na FDC por Teixeira Ribeiro no final dos anos 40, mantendo, assim, a tradição de uma persistente actualização científica[85]. Face à sua congénere de Lisboa, não existe actualmente convergência na informação que permita um pleno esclarecimento sobre a leccionação da teoria keynesiana[86]. Será, todavia, no ISCEF, e após a Reforma curricular de 1949, que se assistirá a um crescente interesse pedagógico e científico pelo novo corpo teórico, o que não deixou de *contribuir* também para a valorização do Instituto face às Faculdades de Direito no âmbito da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos. Isso foi visível nos conteúdos curriculares - no ano lectivo de 1950/51, segundo

---

[84] Para um maior desenvolvimento, consulte-se Carlos Bastien, "A Revista de Economia e a introdução do keynesianismo em Portugal", in *Estudos de Economia*, vol. IV, nº 2, 1984, pp. 163 e 184.

[85] Manuel Jacinto Nunes, *op. cit.*, pp. 55 e segs. e A. Sousa Franco, "Comentário à intervenção de Jacinto Nunes", in *ibid.*, pp. 61 e segs.

[86] Confronte-se o texto de A. Sousa Franco, *ibid.*, com o de Carlos Bastien, *Para a história...*, pp. 457 e segs.

ano de aplicação da reforma, a cadeira de Economia II leccionada por Teixeira Pinto incorporava um desenvolvido estudo de Keynes[87] - como também no plano da investigação - em 1957, no Instituto eram apresentadas as dissertações de doutoramento de Jacinto Nunes, *Rendimento Nacional e Equilíbrio Orçamental*, e de Teixeira Pinto, *Alguns Aspectos do Crescimento Económico*, as primeiras a expressarem de modo notório a influência keynesiana. Anos antes, o primeiro economista tinha publicado um artigo sobre a teoria do multiplicador de Keynes[88].

Ainda no plano do ensino ministrado no ISCEF, os manuais de Pereira de Moura - *Lições de Economia* e *Análise Económica da Conjuntura* - editados no início dos anos 60, material de estudo importante para sucessivas gerações de economistas, pontificavam também pelo seu cariz keynesiano[89].

Em síntese, nos anos 50 o keynesianismo constituiu não só um elemento de modernização dos conhecimentos económicos, mas também concorreu para a objectivação dos economistas no espaço social, na medida em que lhes forneceu um quadro teórico-metodológico que irá ser importante para a (re)produção de um discurso científico sobre a dinâmica económica e a sociedade portuguesa em geral, o qual se assumirá como específico e diferenciador da própria profissão.

Entretanto, outros eventos ocorridos, em particular na segunda metade dos anos 50, vão contribuir igualmente para a emergência da profissão de economista. Ainda no plano da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos referimo-nos especificamente à publicação em 1954 do estudo intitulado, *Estrutura da economia portuguesa*, e elaborado por Pereira de Moura, Teixeira Pinto e Jacinto Nunes[90]. O estudo adquiriu relevância fundamentalmente

---

[87] Cf. Francisco Pereira de Moura, "O ensino da teoria geral de Keynes no ISCEF/INE", in Eduardo Sousa Ferreira e José Luís Cardoso, *Cinquentenário da Teoria Geral de Keynes*, Lisboa, UTL/ISEG, 1986, p. 71.

[88] Manuel Jacinto Nunes, "Sobre a teoria do multiplicador", in *Boletim de Ciências Económicas*, nº 1, 1953, pp. 27-76.

[89] Sobre estes manuais consulte-se Francisco Pereira de Moura, *op. cit.*, pp. 74 e segs.

[90] Francisco Pereira de Moura, Teixeira Pinto e Manuel Jacinto Nunes, "Estrutura da economia portuguesa", in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 14, 1954.

por duas ordens de razões. Em primeiro, a partir dos parcos dados estatísticos existentes sobre a economia portuguesa indicativos da repartição sectorial da mão-de-obra e do produto, do rendimento nacional, do rendimento por habitante, e tomando igualmente em conta informação referente a outros países, traçava-se um quadro estrutural que apontava para a inserção de Portugal no conjunto dos países subdesenvolvidos. Deste modo, se expressava publicamente, e em particular pela acção deliberada de três economistas, uma consciencialização do atraso em que se encontrava a economia do país. Em segundo, o estudo corporiza um dos primeiros trabalhos produzidos no âmbito do que se pode designar por uma perspectiva económica estruturalista. Pereira de Moura e Teixeira Pinto publicariam nos anos seguintes outros trabalhos reflectindo uma forte influência dessa teoria económica[91]. Não se pode deixar de apontar que um dos efeitos directos destes trabalhos conduziu ao interesse pelas questões de desenvolvimento económico e social, o qual se irá avolumar a partir dos finais dos anos 50 e durante toda a década de 60. Apesar das fragilidades que vão caracterizar o estruturalismo - escasso número de estudos realizados e a não plena utilização das formulações teóricas originais e amplamente divulgadas no estrangeiro - o mesmo acabou por representar mais um elemento de modernização do pensamento económico português, com a particularidade de dar conta da situação de subdesenvolvimento do país[92].

Num contexto em que as questões económicas ocupavam um papel de destaque no quadro da sociedade portuguesa, a colaboração entre Jacinto Nunes, Teixeira Pinto e Pereira de Moura representa um marco importante. A apelidada "nova geração de economistas" dos anos 50, formada no ISCEF e directamente

---

[91] Referimo-nos aos seguintes: Francisco Pereira de Moura, "Estagnação ou crescimento da economia portuguesa", in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, nº 26, 1956 e Francisco Pereira de Moura e Luís Teixeira Pinto, *Problemas do Crescimento Económico Português*, Lisboa, AIP, 1958.

[92] Cf. Carlos Bastien, "A introdução do pensamento económico estruturalista em Portugal (anos 40 e 50)", in *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, Lisboa, CISEP, 1992, pp. 409-425.

influenciada por Pinto Barbosa, foi protagonista, na qualidade de docentes do Instituto, das alterações científicas e pedagógicas que ocorreram com a aplicação da Reforma de 1949, assim como de inovadoras leituras científicas, em termos substantivos e processuais, sobre a economia portuguesa, o que concorreu decisivamente para a crescente autonomia e credibilização da economia no campo científico. Isto encontra-se, por exemplo, bem patente nas respectivas dissertações de doutoramento - como indicámos antes as de Jacinto Nunes e Teixeira Pinto foram defendidas em 1957, enquanto a de Pereira de Moura, *Localização das Indústrias e Desenvolvimento Económico*, em 1961.

É, por seu turno, revelador da importância que os mesmos tiveram, em especial nas décadas de 50 e 60, a sua participação, por exemplo, em diversos departamentos da administração pública ligados à concepção e aplicação da política económica, na assessoria a associações económicas e em órgãos directivos da banca. Embora essas participações fossem diferenciadas, afigura-se-nos que o traço comum entre elas encontra-se precisamente por terem sido realizadas por cada um deles na qualidade de economistas profissionais. Em parte como expressão do reconhecimento como economistas, pode-se entender o facto de terem ocupado cargos elevados no seio da estrutura política do regime - Jacinto Nunes como subsecretário de Estado do Tesouro entre 1955 e 1959, Pereira de Moura, Procurador à Câmara Corporativa, de 1957 a meados dos anos 60 quando inicia o seu processo de afastamento político face ao Estado Novo, Teixeira Pinto, ministro da Economia entre 1962 e 1965.

Os textos, as actividades profissionais e outras de cariz mais político daqueles três economistas expressam, de modo nítido, uma progressiva afirmação dos economistas, já não no sentido de meros intelectuais versados em questões económicas, mas sim de profissionais, formados em instituições universitárias específicas - o caso do ISCEF e da FEP -, portadores de um corpo de conhecimentos científicos e técnicos e de modos de estudo e de intervenção

diferenciados face a outras profissões organizacionais, como, por exemplo, os engenheiros.

Num artigo publicado em 1958, Gonçalves Pereira aponta precisamente para aquela afirmação dos licenciados em ciências económicas e financeiras:

> "Felizmente já hoje se reconhece, mesmo em Portugal, que economista não é o homem da laracha, nem o tal técnico de ideias gerais de que outrora se falava. É um homem que possui formação própria, que usa os seus próprios métodos, fala a sua própria linguagem, possui os seus próprios planos e conhece a forma de os realizar. Numa palavra é um especialista que os políticos, os homens de Estado e de estudo, a gente de negócios e o público em geral, deve ouvir, respeitar e acatar".[93]

Entretanto, a realização do I Congresso dos Economistas em 1955 e, passados dois anos, o II Congresso em simultâneo com o II Congresso da Indústria Portuguesa são eventos, em especial o último, que também temos de ter em consideração na análise da emergência da profissão de economista na década de 50.

O Centro de Estudos Económicos do INE assumiu a realização de ambos os congressos, sendo o segundo em colaboração com a Associação Industrial Portuguesa. Criado em 1944, o Centro foi o primeiro organismo dedicado à investigação económica estabelecido pelo Estado. As suas actividades neste campo foram no entanto bastante diminutas[94], ficando bastante aquém do estudo dos "problemas concretos da vida nacional" que o ministro das Finanças, Costa Leite (Lumbralles), considerava ser um dos desideratos principais do organismo[95]. Em termos globais, as actividades confinaram-se à organização dos Congressos e à edição entre 1948 e 1958 da *Revista do Centro de Estudos Económicos*. Tal

---

[93] Gonçalves Pereira, *op. cit.*, p. 2

[94] Unicamente se tem notícia que "os estudos realizados por incumbência do governo parecem ter-se resumido a um relatório elaborado pelo seu director Rui Ennes Ulrich, sobre a inflação em Portugal". Cf. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 836.

[95] Cf. "Sessão inaugural dos Centros de Estudo", in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 1, 1948, p. 14.

situação foi resultante, em parte, da inexistência de um corpo de investigadores próprio ao Centro e profissionalizado (funcionava em base da colaboração de indivíduos exteriores ao INE) e dos escassos recursos financeiros colocados ao seu dispor. Para além disto, outros aspectos como a escolha preferencialmente feita na base de critérios políticos dos elementos do Centro[96] e o afastamento que os dirigentes governamentais tinham face às possíveis contribuições da ciência económica para a formulação e concretização das medidas de política económica influenciaram a apontada fraca actividade[97]. A dinâmica editorial da *Revista...* não deixou de expressar esta debilidade ao longo dos 21 números publicados. Foram escassos os artigos que em termos teórico-metodologicos inovadores permitiram outras leituras, não coincidentes com a perspectiva do regime, sobre os problemas económicos[98] e, em termos globais, a publicação não contribuiu de forma manifesta para a modernização do pensamento económico. Nem mesmo a reorganização que o Centro sofreu em 1955, com a concomitante substituição no cargo de director de Rui Ennes Ulrich por Teixeira Ribeiro e a entrada de novos membros provocou um revigoramento, com excepção dos dois Congressos.

Em 1952, o Centro tinha 45 membros efectivos e 35 membros colaboradores[99]. A composição em termos de formação académica aponta-nos para o seguinte:

> "Entre os membros efectivos contam-se doutores e licenciados em direito e em ciências económicas e financeiras, engenheiros, engenheiros-agrónomos, etc, com predomínio dos primeiros. Entre os membros colaboradores predominam os doutores e licenciados em ciências económicas e financeiras."[100]

---

[96] Ilustrativo disso era o facto dos membros do Centro serem nomeados pelo Presidente do Conselho.

[97] Cf. Fernando Rosas e J. M. Brandão de Brito, *op. cit.*, p. 836.

[98] Referimo-nos, em particular, ao artigo antes apontado de Francisco Pereira de Moura, Teixeira Pinto, Jacinto Nunes e ao de Azevedo Gomes, Henrique de Barros, Castro Caldas, "Traços principais da evolução da agricultura portuguesa entre as duas guerras mundiais", in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nºs 1 e 2, 1945.

[99] Os membros efectivos poderiam ser nomeados para o conselho orientador e para a direcção do Centro, mas tal não acontecia para os membros colaboradores.

[100] Cf. *Revista de Economia*, vol. V, Fasc. III, 1952, p. 166.

Se esta composição, quanto ao primeiro tipo de membros, era mais um elemento ilustrativo do papel de relevo ainda desempenhado pelos juristas e engenheiros em termos da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos, bem como da abrangência do título de economista quanto às formações académicas, não deixa de ser significativo, por seu turno, a posição que os licenciados em ciências económicas e financeiras detinham no conjunto dos colaboradores. Posição, de certo modo, enunciadora da importância crescente que esses licenciados iriam ter a partir da segunda metade da década de 50.

De acordo com a reorganização de 1951, o Centro ficou explicitamente encarregue de organizar o denominado "Congresso dos Economistas Portugueses". É preciso notar que tal evento, conforme o que se encontrava estipulado legalmente[101], não era mais do que a Assembleia do próprio organismo, em que tinham assento todos os seus membros[102]. Este aspecto não deixou de ser criticado nas páginas da *Revista de Economia*:

> "A assembleia é constituída por todos os membros efectivos e colaboradores e a sua reunião bienal constitui o Congresso dos Economistas Portugueses, designação que parece corresponder à ideia errada de que só os membros daquela são economistas portugueses e cujo uso legal em tais condições inibe a sua aplicação a um congresso mais amplo."[103]

Esta foi a reacção dos economistas ligados à oposição ao regime relativamente à apropriação indevida e exclusivista por parte do Centro - isto é, por parte do governo - do título de economista e da única reunião de economistas possível de se concretizar para a época no país.

Só passados 4 anos após aquela reorganização se realizaria o I Congresso dos Economistas, em Luanda, com o tema "problemas de industrialização

---

[101] Portaria 13.505 de 12 de Abril de 1951.

[102] Para além dos membros do Centro poderiam participar no Congresso "economistas estrangeiros de reconhecido mérito" desde que tivessem a autorização prévia do Presidente do Conselho.

[103] *Revista de Economia*, vol. IV, Fasc. III, 1951, p. 99.

metropolitana". Reunindo um número restrito de participantes, 49 entre membros do Centro e convidados, o evento acabou por não ter uma importância notória em termos científicos.

O mesmo já não pode ser afirmado quanto ao II Congresso dos Economistas e ao II Congresso da Indústria Portuguesa realizados e promovidos em conjunto pelo Centro de Estudos Económicos do INE e pela Associação Industrial Portuguesa, em Junho de 1957. É pacífico actualmente aceitar-se que nos mesmos se efectuou o balanço da política económica prosseguida desde 1945, mais concretamente a partir da Lei nº 2.005 de Fomento e Reorganização Industrial. Relembre-se os pontos principais dessa política, atrás apontados. Em termos genéricos, e apesar das contradições e recuos gerados, no fundamental, por acções de determinados grupos e classes sociais, entre os quais se destacavam os grandes agrários, a industrialização impunha-se de forma progressiva como vector fundamental da dinâmica económica assente na substituição de importações e concomitantemente no condicionamento industrial, no barateamento dos factores produtivos, em particular da mão-de-obra, e no alargamento do mercado interno.

Por outro lado, aquando da realização dos Congressos estava em curso de aplicação o I Plano de Fomento que cobriu o período de 1953-1958. Elaborado na sequência da política económica norteada pela Lei nº 2.005 e da integração de Portugal no seio da OECE, ele não representou propriamente um instrumento pleno de planeamento económico - o que advinha, em parte, do carácter ainda incipiente em termos teórico-metodológicos em que se encontravam as técnicas de planeamento - mas tão somente um conjunto de investimentos a efectuar pelo Estado. Sem objectivos globais, unicamente estruturado em torno de objectivos parciais - desenvolvimento de infraestruturas em termos de transportes, comunicações e produção de energia hídrica, finalização das indústrias lançadas de acordo com a Lei nº 2.005, apoio à agricultura e ao ensino técnico e incremento de indústrias de base -, a concretização do Plano ficará aquém do

inicialmente previsto, absorvendo o investimento em infraestruturas a parcela mais importante dos recursos financeiros disponibilizados pelo orçamento do Estado. Por sua vez, importa ainda reter que o I Plano de Fomento exprime um certo momento de transição entre o país predominantemente agrícola e o país industrializado[104].

Quer o II Congresso dos Economistas, quer o II Congresso da Indústria Portuguesa tomaram como tema central de discussão as questões da industrialização. Apesar do tema comum e de se realizarem em simultâneo, os dois Congressos apresentaram descoincidências que sofreram alguns reparos:

> "Com a orientação seguida de fundir numa só a realização dos dois Congressos, aproveitou o Congresso dos Economistas que, por isso, viu vantajosamente ampliado o número dos seus participantes, doutra forma circunscrito às pessoas que, nos termos do seu regulamento privativo, nele poderiam intervir. Admite-se, porém, que, em contrapartida, o Congresso da Indústria não tenha colhido absoluta vantagem com a unificação praticada, uma vez que a presença e a intervenção de certos membros do Centro de Estudos Económicos tidos por autoridades, incontestadas e incontestáveis, poderá ter exercido influência negativa sobre grande número de congressistas que ou limitaram a intensidade e a extensão das suas intervenções, ou desistiram de ultrapassar a condição de meros espectadores."[105]

Tal facto reflecte directamente o peso das organizações que realizaram os Congressos. Aos traços de um certo academismo e da fraca actividade do Centro contrapunha-se o pragmatismo e a dinâmica da Associação Industrial Portuguesa, no seio da qual se destacava a Secção de Estudos Económicos em que participavam Teixeira Pinto e Pereira de Moura, entre outros economistas.

Globalmente, os dois Congressos apresentaram aspectos que importa destacar. Em primeiro lugar, a reafirmação recorrentemente feita ao longo dos trabalhos da necessidade do incremento da industrialização, na metrópole e nas colónias, e de uma melhoria do nível de vida da população. Isto adquire ainda

---

[104] Cf. Fernando Rosas, *op. cit.*, p. 457.
[105] *Revista de Economia*, vol. X, Fasc. III, 1957, p. 83.

maior importância quando esses dois eventos ocorreram num momento em que as questões do desenvolvimento começavam a estar na ordem do dia. A própria industrialização era apresentada por alguns dos congressistas como o principal elemento gerador do crescimento económico, numa conceptualização muito vulgarizada para a época e assente principalmente numa visão tecnicista dos processos económicos e sociais. Na sessão inaugural dos Congressos, Marcello Caetano, na qualidade de ministro da Presidência, tinha deixado o "recado" para os adversários da industrialização (cada vez mais isolados no plano político e face à dinâmica que a economia vinha tendo desde meados dos anos 50) que esta devia prosseguir[106].

Em segundo, as conclusões dos dois Congressos, para além de se centrarem na importância da industrialização, não deixaram de enunciar os principais eixos enformadores do modelo económico que se deveria seguir[107]. Desde logo, o crescimento económico deveria ter como pressupostos a complementaridade entre a metrópole e as colónias, em termos de liberalização das trocas comerciais, do incremento da emigração da população metropolitana para as colónias, o "planeamento global do desenvolvimento" no sentido de um progresso harmónico da sociedade portuguesa e de molde a atenuar as disparidades e "tensões" sociais decorrentes de um processo de crescimento económico. Por outro lado, a intensificação desse mesmo crescimento deveria decorrer do seguinte: difusão de uma "mentalidade económico-nacional esclarecida", em particular por parte dos industriais; rápida industrialização baseada na instalação de novas indústrias, especialmente as que pudessem gerar um maior volume de empregos, na reorganização técnica das já existentes, na subordinação da agricultura à indústria, no desenvolvimento das vias de

---

[106] Como se pode ler a certo ponto do discurso: "necessidade de prosseguir a industrialização do País para aumentar sensivelmente o produto nacional, criar novos empregos e melhorar o nível de vida médio da população". In *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 20, 1957, p. 13.

[107] Cf. "Conclusões Gerais", in AAVV, *Discursos, Conclusões e Estudo sobre a Indústria Portuguesa, II Congresso da Indústria Portuguesa*, AIP, Lisboa, 1957, pp. 17-25.

comunicação e dos transportes; incremento do ensino técnico de molde a colmatar o défice em mão-de-obra qualificada; criação e reestruturação de instituições ligadas à investigação e ao apoio às empresas nos planos técnico e económico; mudanças no regime do condicionamento industrial; aumento das exportações; redefinição da política fiscal; correcção da repartição funcional e pessoal do rendimento no sentido da resolução dos designados "problemas sociais do trabalho". Por último, as conclusões dos dois Congressos não deixavam de apontar como prioritário a introdução de adequações na economia do país, face às transformações que para a época ocorriam no âmbito da estrutura económica europeia.

Em terceiro, o número avultado de participantes, as ideias expressas nas comunicações e as propostas avançadas nas conclusões apontam não só para um importante interesse pela criação das condições necessárias à concretização de um crescimento económico mais acelerado, mas também para o empenhamento de uma nova geração de técnicos formada nas universidades, com especial incidência no pós Segunda Guerra Mundial. Aquilo que alguns caracterizavam do seguinte modo:

> "Os debates revelaram também a existência, entre nós, duma "elite" na constituição da qual os homens novos têm larga representação, a qual conhece os problemas nacionais e os sabe encarar e discutir, com largueza de vistas, à face dos modernos conceitos da teoria económica."[108]

Ora indubitavelmente daquela nova geração faziam parte licenciados em engenharia e licenciados pelo ISCEF. Os primeiros viviam um momento de consolidação da sua profissionalidade, o qual resultava decisivamente da sua participação científica e técnica quer nos investimentos públicos em infraestruturas - vias de comunicação, transportes, produção de energia eléctrica de origem hídrica - iniciados em meados dos anos 40 e prosseguidos durante os

[108] Cf. *Revista de Economia*, vol. X, Fasc. III, 1957, pp. 82.

anos 50 e 60, quer no próprio incremento da actividade industrial através, em particular, da criação de unidades industriais tecnologicamente mais avançadas como as químicas, metalurgias de base, material eléctrico e material de transporte. Quanto aos licenciados pelo ISCEF a situação era diferente. A profissão de economista encontrava-se ainda no período da sua emergência ao nível do espaço social. O protagonismo que os economistas vão ter durante os trabalhos dos dois Congressos e na própria formulação das conclusões, decorrente particularmente das contribuições científicas que deram para o estudo da economia portuguesa - encontramos exemplo disso no "Estudo sobre a Indústria Portuguesa" coordenado por Pereira de Moura e que serviu de documento base nos Congressos - concorreu, nos finais dos anos 50, também para a objectivação socioprofissional dos economistas. Ao nível do conhecimento económico vivia-se um momento em que se tornava progressivamente mais nítida a imprescindibilidade das qualificações dos economistas para a compreensão da economia e da sociedade portuguesa. As qualificações fornecidas pelas escolas universitárias de economia, nomeadamente após a recomposição científica e pedagógica do respectivo ensino, configuravam-se, notoriamente como um instrumento importante para a construção da profissão de economista e, em simultâneo, da sua denominada utilidade profissional.

O discurso sobre o económico veiculado pela nova geração de licenciados provenientes do ISCEF era tributário, em parte, das novas teorias económicas, do formalismo matemático, de uma utilização o mais extensa possível dos indicadores estatísticos e atento às questões do desenvolvimento sócio-económico e da modernização estrutural da economia. Discurso que ganhava cada vez mais espaço, mais visibilidade e credibilidade no campo universitário e ao nível do mercado do emprego. Isto não deixava de ser também resultante da nítida insuficiência teórico-metodológica dos discursos dos juristas e dos engenheiros sobre o económico. Com efeito, quer o dos primeiros, encerrado numa perspectiva jurídico-económica de preponderância institucionalista e

forçosamente afastado das novas teorias económicas em virtude dos mesmos não possuírem conhecimentos de matemática, quer o dos segundos, ainda marcado pelo voluntarismo e pragmatismo económico, pelo produtivismo, pela omnipresença da racionalidade técnica, pela fraca utilização da conceptualização específica da ciência económica revelavam-se, cada vez menos, como instrumentos heuristicamente virtuosos para dar conta da dinâmica económica da sociedade portuguesa.

A título conclusivo, podemos afirmar que no decorrer da década de 50 confrontamo-nos com a emergência da profissão de economista. Dos processos que conduziram a tal emergência, ganham um particular destaque: a recomposição científica e pedagógica do ensino universitário da economia estritamente associada às alterações ao nível da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos e ao crescente protagonismo da nova geração de economistas; a diversificação da inserção laboral dos licenciados provenientes do ISCEF e da FEP num contexto marcado por uma dinâmica económica mais expansionista. Processos que tiveram em comum um crescente domínio por parte destes licenciados de um corpo de conhecimentos, de natureza abstracta que lhes possibilitou o equacionamento e a resolução de problemas que as organizações, públicas e privadas, apresentavam. Condição fundamental para terem adquirido um papel de técnicos especializados e imprescindíveis ao próprio funcionamento dessas mesmas organizações, o que se tornou, por sua vez, num elemento nuclear na construção social da profissão de economista. Será já no quadro da sociedade portuguesa dos anos 60, marcado pelo crescimento económico e por importantes mudanças sociais, que os economistas vão aprofundar essa imprescindibilidade e, em simultâneo, iniciar a sua consolidação como profissionais.

2. Anos 60: a afirmação profissional dos economistas

2.1. A "Pró-Organização dos Economistas Portugueses". O reconhecimento pelo Estado dos economistas.

No contexto social de uma mais ampla afirmação dos economistas ao nível do mercado de emprego e perante o bloqueio institucional em que se encontrava o SNC, a partir de 1962 desenvolveu-se um "movimento de opinião" que vai ser liderado pela "Pró-Organização dos Economistas Portugueses" (POEP) formada por licenciados do ISCEF e da FEP. O núcleo inicial era composto por ex-membros da direcção da Associação Académica do ISCEF e do Comité Nacional da Association Internationale des Etudiants en Sciences Economiques et Commerciales (AIESEC) e que tinham ocupado os respectivos cargos durante os anos lectivos de 1957/58 e 1958/59[109]. Estávamos, por conseguinte, perante licenciados que tinham adquirido já alguma experiência no seio do débil movimento associativo existente em Portugal.

Logo desde o início que os promotores da POEP delimitaram como objectivo nuclear o estudo das "possibilidades de criação de um organismo de representação nacional aberto a todos os economistas"[110]. Ora para esse organismo previa-se uma configuração jurídica, em todo idêntica à das Ordens profissionais, apontando, assim, para a criação da "Ordem dos Economistas". Deste modo, um grupo de jovens licenciados, formados nos finais dos anos 50, não directamente relacionados com o SNC, voltava a colocar a ênfase na formação de uma Ordem profissional.

---

[109] Cf. POEP, *Orgânica e Programa de Trabalho*, 1969, documento mimeografado. O Comité Nacional da AIESEC foi criado em 1959 por iniciativa directa da Associação de Estudantes do ISCEF. O Comité Nacional era constituído, na época, por dois Comités Locais - o da FEP e o do ISCEF. O objectivo fundamental da AIESEC circunscrevia-se à "valorização dos universitários economistas" através da realização de estágios no país e no estrangeiro. Consulte-se *AIESEC, Portugal, 1959-1960*, Lisboa, s/ edit., 1960.

[110] Cf. POEP, *ibid.*, p. 3.

Será especificamente em torno da "Ordem dos Economistas" que, durante os anos 60, a POEP se vai expandir. Primeiramente localizada em Lisboa, estender-se-á depois ao Porto. Por outro lado, não terá qualquer suporte legal, desenvolvendo-se fora do quadro corporativo e de modo bastante pouco formalizado[111]. Somente em 1968 se tentou conferir-lhe uma organização mais estruturada em que as comissões regionais, o conselho consultivo, o secretariado geral e o conselho geral eram os principais órgãos. Tudo aponta para que, no ano seguinte, algumas das comissões regionais tivessem sido eleitas por intermédio da influência directa do próprio secretariado geral então em funcionamento[112].

Se atendermos aos órgãos previstos, no que se refere à composição e atribuições, é notório que a POEP, nos seus traços organizativos principais, se pretendia aproximar das Ordens existentes na época, tentando congregar, de modo idêntico ao que acontecia para estas, os aspectos profissionais com os científicos. De certo modo, era uma tentativa de, em termos organizacionais, antecipar a formação da Ordem dos Economistas.

No balanço que, em 1968, os responsáveis da POEP fizeram da sua actuação, apontaram os princípios a que a mesma vinha obedecendo e que eram os seguintes[113]: colaboração com as escolas universitárias de economia e com os organismos da profissão, confinados principalmente ao SNC; elaboração de

---

[111] A expansão da POEP vai efectuar-se através de contactos pessoais, do accionamento de redes de amizade e de conhecimento, construídas no decurso da formação académica e da actividade profissional. A divulgação dos objectivos e das acções da POEP era geralmente feita em palestras e jantares de confraternização. Segundo informação do entrevistado JM.

[112] Encontravam-se previstas quatro comissões regionais - Lisboa, Porto, Luanda e Lourenço Marques - constituídas por "grupos de três ou mais economistas, organizadas de forma a representarem os colegas das suas áreas de influência". O conselho consultivo deveria ser constituído pelos "directores do ISCEF e da FEP, por professores dessas mesmas escolas e por outros economistas". Enquanto do secretariado geral - "órgão permanente de execução e coordenação" - fariam parte "cinco ou mais economistas e membros dos seguintes grupos de trabalho: relações públicas; relações com as escolas superiores de economia; relações com instituições congéneres; ficheiro do economista; estudos, inquéritos, colóquios e congressos, serviço de emprego e boletim". Cf. POEP, *Ibid.*, pp. 5-6.

[113] Cf. *ibid.*, p. 4.

estudos sobre as actividades profissionais dos economistas; defesa de uma concepção moderna de economista e da unidade ao nível da profissão.

Ora, a tentativa de concretização de alguns destes princípios conduziu à formulação de elementos sobre a inserção dos economistas como profissionais, a qual se encontra expressa nos escassos documentos produzidos no seio da POEP. Isso encontra-se, por exemplo, bem presente num documento datado de 1966 e intitulado *Organização dos Economistas Portugueses*[114]. Tomando como principal ponto de partida a demonstração da autonomização científica da economia, os autores do documento apontam, em primeiro lugar, para uma lata definição de economista - "(...) é o que possui o domínio dos instrumentos de análise que lhes possibilita apresentar para os múltiplos problemas de natureza económica soluções operacionais"[115] - e, em segundo, para a circunscrição das funções deste profissional ao nível do ensino, da administração pública e das empresas[116]. Por seu turno, optam por uma versão maximalista das funções a desempenhar[117], o que é revelador de uma estratégia clara de valorização do economista face a outros profissionais, aspecto este claramente assumido:

---

[114] Uma primeira edição em stencil do documento foi feita em Julho de 1964, sendo publicado em edição impressa, em 1966, a expensas do SNC.

[115] POEP, *Organização dos Economistas Portugueses*, Lisboa, s/ edit., 1966, p. 15.

[116] Consulte-se Id., *ibid.*, pp. 22 e segs.

[117] Para o que designam por economista de empresa eram apontadas as seguintes funções: "estudos relativos à organização geral, planos de contabilidade e investimentos da empresa; sua rentabilidade, fontes de financiamento, processos de amortizações, etc.; estudo dos custos de produção e da capacidade de produção a médio e longo prazo, tendo em conta a evolução do mercado nos planos nacional e internacional; organizar racionalmente a substituição dos equipamentos de acordo com a política comercial e financeira da empresa; juntamente com outros técnicos, estudar a implantação, consideradas as variáveis geográficas, demográficas, económicas, jurídicas, de maneira a obter uma estrutura correcta da futura empresa; estabelecer relações com os organismos oficiais e sindicais, informando a direcção das tendências por eles manifestadas; elaborar de maneira clara e correcta os relatórios para os accionistas, procurando sintetizar a acção da empresa nos domínios fundamentais e simultaneamente contribuir para a difusão da cultura económica; informar a empresa da evolução económica nacional e internacional, com explicações pormenorizadas dos fenómenos conjunturais; informar a direcção e os departamentos técnicos das tendências da política social, mobilidade da mão-de-obra, níveis de salários, etc.; estudar a variação dos preços não só dos bens e serviços produzidos pela empresa, como também dos produtos complementares e sucedâneos, quer no país, quer no estrangeiro; recolher e interpretar os elementos estatísticos referentes à vida e evolução da empresa de maneira a proporcionar sempre uma fácil e eficiente consulta; desenvolver em todos os departamentos da empresa uma acção formativa em relação aos problemas fundamentais da

"(...) o economista deverá ocupar lugar relevante na sua organização [referem-se à empresa]. Consoante a natureza dos trabalhos por ele efectuados, o economista pode vir a estar directamente ligado à direcção informando aqueles a quem compete as decisões. Ele terá neste caso um papel consultivo. Para outro tipo de problemas, aparece como agente de um serviço funcional que poderá ser chamado a intervir nos mais diversos domínios da empresa. Em qualquer das alternativas pode considerar-se o economista como a peça fundamental e indispensável no funcionamento desta complicada máquina que é a empresa moderna."[118]

Em relação à definição e às funções de economista, o que se pretendia, no fundamental, era a divulgação de uma posição quanto à delimitação das fronteiras interprofissionais, aspecto nuclear para um pleno reconhecimento social da profissão no mercado de trabalho. Posição que, entretanto, estava parcialmente justificada pela apresentação dos resultados de um inquérito feito junto dos licenciados pelo ISCEF por parte da POEP[119].

Recorde-se que o objectivo principal da POEP era a criação de uma "Ordem dos Economistas". E isso adquiria particular significado face ao bloqueamento institucional em que se encontrava o SNC nos anos 60. Ora um dos aspectos nucleares da nova organização residia inevitavelmente na fixação das condições de acesso ao correspondente título profissional. A definição de economista da POEP, antes indicada, era acentuadamente generalista, acabando

---

economia; estudar as políticas fiscais existentes no país e no estrangeiro; verificar os sistemas contabilísticos existentes, realizar peritagens e certificar os resultados apurados; criar e aplicar sistemas contabilísticos eficientes permitindo a gestão orçamental por sectores da empresa; elaborar e controlar a política comercial, gestão de 'stocks', aprovisionamento, vendas, etc.; estudar as relações com outras empresas, em particular, as políticas de integração vertical e horizontal; criar uma documentação económica na empresa, constituindo pontes entre a realidade económica e a própria empresa; estudar as condições de concorrência, o mercado em que esta se desenvolve e as próprias empresas concorrentes." Id., *ibid.*, p. 23.

[118] POEP, *Organização dos Economistas Portugueses*, Lisboa, s/edit.,1966, p. 22.

[119] O estudo baseou-se em inquérito postal enviado aos 413 licenciados pelo ISCEF entre 1954 e 1963 e teve uma percentagem de respostas da ordem dos 67%. Pôde concluir que 57% dos licenciados trabalhavam na actividade privada, enquanto 43% na actividade pública. Em termos de funções, a situação era a seguinte: 12% encontravam-se no ensino; 18%, na administração pública; 22%, em centros de estudos públicos e privados; 46%, em empresas e 20% em outras actividades. Apesar das limitações que o estudo apresenta, não deixa de expressar algumas das principais tendências do mercado de emprego dos economistas, nos inícios da década de 60.

por omitir uma das questões mais sensíveis, a correspondência entre o título escolar e o título profissional ao nível do mercado de emprego. Entretanto, essa omissão era colmatada quando se equacionava, nos vários documentos produzidos pela POEP, a concretização da Ordem. Aqui recuperavam-se as teses que eram defendidas pela direcção do SNC - o título deveria ser usado pelos licenciados pelo ISCEF e pela FEP ou então pelos diplomados pelos extintos ISC. Não se tentava fechar completamente a actividade profissional a todos aqueles que não apresentassem essas formações académicas, o caso dos licenciados em economia no estrangeiro e dos licenciados por escolas universitárias portuguesas com formação em "cadeiras fundamentais de economia", deixando assim antever, face aos últimos, a possibilidade de serem admitidos na Ordem licenciados em direito[120].

Não obstante os principais documentos elaborados pela POEP terem sido enviados ao Ministério das Corporações e Previdência Social não existiu qualquer resposta por parte dos seus responsáveis[121]. Considerando não só o conflito que se mantinha com o SNC, como o conteúdo da principal pretensão apresentada por aqueles que participavam na POEP e ainda o carácter de ilegalidade que a mesma detinha perante a organização corporativa então existente, esta ausência de resposta enquadrava-se no funcionamento político do Ministério das Corporações e Previdência Social.

No contexto social e político dos últimos anos do Estado Novo, as actividades da POEP extinguiram-se. Para isso provavelmente contribuíram dois aspectos: uma maior participação dos economistas na dinâmica interna do SNC, através, em particular, da formação de "grupos de trabalho" para o estudo de

---

[120] Como se afirma a dado ponto: "Que a designação profissional de economista seja privativa dos que, possuindo uma formação universitária: (...) c) são licenciados em Portugal por escolas superiores que incluem nos seus programas cadeiras fundamentais de economia, e que tenham exercido continuamente, e por prazos não inferiores a três anos, actividades próprias do domínio profissional do economista, sujeitando-se as suas propostas a apreciação de uma comissão designada para o efeito pela Ordem dos Economistas." Id., *ibid.*, p. 15.

[121] Segundo de depoimento dos entrevistados JM e ME.

aspectos da economia portuguesa[122], a qual se enquadrou no revigoramento que parte dos sindicatos corporativos tiveram durante o denominado período marcelista; uma forte valorização das teses contrárias à existência de Ordens profissionais, acentuando o seu carácter elitista e corporativo. Assim, encontravam-se presentes duas fortes condicionantes à manutenção da estrutura informal, como era a POEP. Para trás tinha ficado uma actividade que, apesar do seu carácter restrito, não deixou de funcionar quer como geradora da interligação entre os licenciados pelas escolas universitárias de economia, colmatando parcialmente a quase inexistente intervenção por parte do SNC, quer como elemento de difusão do papel dos economistas e do seu estatuto socioprofissional.

É perceptível que, em particular durante a segunda metade dos anos 50, o título de economista passava a estar paulatinamente associado aos licenciados pelo ISCEF e pela FEP. As gerações mais novas de licenciados reconheciam-se no título, o que por si só era um elemento importante, entre outros, para a objectivação no espaço social da profissão de economista[123]. Ultrapassado estava, por conseguinte, o período em que o trabalho político do SNC e de alguns dos licenciados com um maior prestígio social e profissional se tinha centrado na escolha de um nome, de uma designação que funcionasse como instrumento de classificação e de identificação de determinados agentes sociais com uma trajectória académica comum.

Por seu turno, o título de economista assumia cada vez mais um significado que rompia com uma pura actividade intelectual cujo interesse se circunscrevia, no fundamental, em explicar o funcionamento do económico. A tónica era, sim, colocada na necessidade de intervenção técnica do economista.

---

[122] Entre 1970 e 1973 foram criados no SNC os seguintes grupos de trabalho: "Plano Geral da Contabilidade e Regime Jurídico-Contabilístico das Provisões"; "Inflação e Custo de Vida"; "Empresas Multinacionais"; "Indústria"; "Agricultura"; "Emigração". Cf. Sindicato dos Economistas, *Sindicato dos Economistas. Súmula Histórica*, Lisboa, s/ edit., 1985.

[123] Segundo depoimento dos entrevistados JM e ME.

Valorizava-se, deste modo, principalmente a vertente do técnico, o que reflectia as expectativas sociais que, no início dos anos 60, subsistiam perante a intervenção de indivíduos formados pela Universidade, na melhoria das condições de vida da população. Isto não deixava de estar presente na definição que Pereira de Moura, em 1963, apresenta de economista:

> "Técnico universitário, a exercer a actividade profissional colaborando na administração de empresas ou participando na elaboração da política económica, e em qualquer dos casos num país economicamente atrasado, mas onde podem prever-se profundas transformações na estrutura social."[124]

Esta era a leitura que Pereira de Moura fazia do significado do título de economista, num colóquio organizado pela Associação Académica do ISCEF naquele ano e que detém fortes traços de similitude com aquela que a POEP viria a apontar em 1964. Definição que era, por sua vez, complementada com uma descrição que o autor elaborava no seu livro, *Lições de Economia*, datado de 1963, sobre as actividades do economista. Nessa descrição que assume uma configuração eminentemente pedagógica, este é representado como um agente modernizador e inovador:

> "Em certo ponto do relato refere-se o trabalho de economistas, quando se diz ter sido elaborado 'um plano de reorganização interna, abarcando desde o estudo dos *stocks* de materiais e produtos acabados, até à instituição de um sistema de gestão em moldes modernos, envolvendo uma drástica revisão dos sistemas de contabilidade'. E mais adiante esclarece-se terem sido economistas, em colaboração com engenheiros, quem delineou o projecto para uma nova fábrica. Estas são tarefas que, modernamente, os economistas cada vez mais tendem a ser chamados a executar - a gestão ou administração corrente de empresas, e a preparação de projectos para novos empreendimentos."[125]

---

[124] AAVV, *Ensino da economia*, Lisboa, Prelo, 1973, p. 59.

[125] Francisco Pereira de Moura, *Lições de Economia*, Lisboa, Clássica Editora, 1963, p. 15.

Segundo a perspectiva do autor, os economistas destacavam-se também pela posição importante que deveriam ocupar ao nível das empresas, como técnicos e decisores, na medida em que o conhecimento científico que possuíam se tornava imprescindível à manutenção das mesmas. É relevante apontar que esta abordagem sobre as actividades dos economistas na empresa está integrada no livro que servia de principal suporte pedagógico à cadeira de "Economia I" do ISCEF[126]. Assim, ela provavelmente não deixaria de estar presente nas representações que os estudantes detinham sobre a sua futura inserção no mercado de emprego.

Trouxemos aqui a reflexão que Pereira de Moura e a POEP produziram nos anos 60 sobre a profissão de economista, centralizada, entre outros aspectos, nas respostas às questões: como se definiam os economistas e que funções desempenhavam nas organizações. Reflexão que deve ser tomada como ilustrativa dos discursos classificatórios sobre a própria profissão, em particular dos que lhe conferiam especificidades fundamentais para o seu reconhecimento, nos diversos espaços laborais, por parte de outros grupos profissionais.

Não se pode dissociar o arranque da actividade da POEP, bem como o manifesto interesse colocado na fixação de uma definição de economista - acto fundamental para a delimitação da profissão e sua diferenciação face às restantes - de um conjunto de factos, ocorridos na primeira metade dos anos 60 que apontam, genericamente, para o reconhecimento por parte do Estado da profissão de economista, acabando o mesmo por induzir uma mais ampla visibilidade da profissão no espaço social.

Constatamos isso, desde logo, no Código do Imposto Profissional de 1962, em que a profissão de economista passou a integrar a lista das "profissões" juridicamente fixadas como possíveis de serem exercidas "por conta própria"[127].

---

[126] Cadeira que foi leccionada por Francisco Pereira de Moura durante os primeiros anos da década de 60 no ISCEF.

[127] Decreto-Lei nº 44.305 de 27 de Abril de 1962. A designação criada no Código era a de "Economistas e consultores fiscais ou técnicos".

Assim, concretizou-se uma reivindicação que o SNC, em particular, vinha fazendo desde os anos 30: os economistas passavam a ser igualmente reconhecidos como uma profissão liberal. Todavia tratou-se de uma concretização apenas parcial, já que naquele Código não se estabelecia qualquer correspondência entre a actividade profissional e a formação académica obtida nos ISC ou nas duas escolas universitárias de economia. Deste modo, a monopolização de determinados segmentos do mercado de emprego - um dos objectivos centrais para os membros do SNC - não fora ainda alcançada. Claro que não podemos esquecer que, para a época, o título de economista apresentava um significado, embora ainda de contornos não visivelmente traçados, no qual estava já presente aquela correspondência que poderia funcionar como socialmente limitadora de um acesso indiscriminado ao título. Situação incomparável face às prerrogativas que as três Ordens detinham - Ordem dos Médicos, dos Advogados, dos Engenheiros - de controlo do acesso aos respectivos títulos profissionais.

Como se pode observar no Quadro VIII-3, o número de economistas a exercer a actividade por conta própria foi aumentando progressivamente ao longo do período considerado. É por seu turno patente, através dos dados apresentados[128], a importância relativa, face a outras actividades profissionais, que aqueles foram conquistando ao longo do tempo. E isto em particular perante profissões perfeitamente institucionalizadas, como era o caso dos advogados, dos médicos e dos engenheiros. Para isso conjugavam-se, entre outros, dois aspectos: a própria juventude da profissão de economista que, em comparação com essas profissões, conduzia inevitavelmente a um acréscimo mais expressivo; a crescente importância que os conhecimentos científico e técnico foram tendo no seio da globalidade da dinâmica económica.

[128] Note-se que tais dados representam um dos possíveis indicadores da inserção laboral dos economistas e das outras profissões.

Quadro VIII-3

Evolução do número de membros inscritos como "profissionais por conta própria"

Profissões	1963	1967	1971	1975	1979	1983	1987
Advogados	1.641	1.851	1.878	2.113	2.293	3.875	3.395
Engenheiros	908	1.958	1.909	2.065	2.552	4.572	3.611
Médicos	4.470	5.729	6.016	6.557	7.738	11.891	13.009
Contabilistas	64	1.366	1.734	2.579	3.143	6.095	5.872
Economistas	6	323	680	994	997	2.006	2.464

Fonte: INE, *Estatísticas das Contribuições e Impostos*.

Ao nível estatístico-administrativo, a inclusão da designação de economista na taxinomia profissional usada no Recenseamento Populacional de 1960 apresenta-se como outro exemplo do reconhecimento da profissão pelo Estado[129]. O mesmo acontecerá nos recenseamentos das décadas seguintes. Esse reconhecimento poderá expressar uma interligação que subsiste entre as designações utilizadas e as condições sócio-institucionais caracterizadoras da sociedade portuguesa dos anos 60[130]. O Estado, ao acolher a designação de economista, provavelmente tomava em devida conta as mudanças que entretanto iam ocorrendo ao nível do mundo do trabalho.

Retenha-se que é, entre outros factores, pelo trabalho de inclusão da designação nas nomenclaturas profissionais e pela difusão da mesma que a profissão se vai tornando conhecida e passível de ser reconhecida, ganhando notoriedade e, por isso mesmo, objectivando-se. E isto é particularmente notório para um instrumento de notação estatístico tão importante como os recenseamentos que, ao fixarem uma representação quantitativa da profissão, lhe

[129] Pela primeira vez era utilizada a "Classification Internationale Type des Professions" da responsabilidade da OIT.

[130] Sobre esta questão, consulte-se Alain Desrosières, "Eléments pour l'histoire des nomenclatures socio-professionnelles", in *Pour une Histoire de la Statistique*, Paris, INSEE, 1976, pp. 155-231.

fornecem a materialidade tão indispensável para alguns aceitarem a sua existência.

Portanto, a utilização da designação profissional, neste caso a de economista, em documentos cujo objectivo principal é o de construir uma determinada representação ordenada e esquemática da sociedade num dado momento histórico - como se verifica nas classificações de profissões e nos recenseamentos populacionais - se, por um lado, testemunha o reconhecimento da profissão pelo Estado, por outro, apresenta-se como um elemento importante na construção social da profissão.

No final do ano de 1964, o então Ministro das Corporações e Previdência Social, Gonçalves de Proença, considerando "a crescente importância e amplitude dos economistas e os complexos aspectos e vicissitudes que de há muito têm caracterizado a sua organização profissional", nomeava uma comissão para o "estudo do problema do enquadramento corporativo da profissão de economista, visando uma solução completa e definitiva do assunto"[131]. Esta seria composta por um representante do ISCEF - Jacinto Nunes -, da FEP - Almeida Garrett -, do Centro de Estudos Sociais e Corporativos - Geraldes Cardoso - e do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra - João Moura. Resultados concretos da comissão são desconhecidos, apesar de ter tido seis meses para apresentar um relatório ao ministro. A mesma acabou por não desenvolver qualquer tipo de trabalho[132].

Se a criação da comissão e as justificações apresentadas na Portaria devem ser tomadas, na generalidade, como mais um elemento indicador do reconhecimento da profissão de economista por parte do Estado - afastando-se, assim, da posição antagónica expressa por Veiga de Macedo anos antes -, é também patente que por parte do ministério apontava-se provavelmente para a obtenção de uma solução para o bloqueamento institucional em que então se

[131] Portaria nº 20.988 de 19 de Dezembro de 1964.
[132] Segundo informação de entrevistados JU e JA.

encontrava o SNC. Contudo, a composição da Comissão não deixa de revelar, ao incluir, em particular, representantes das escolas universitárias de economia que o "estudo do problema do enquadramento corporativo da profissão de economista" não se restringiria à representação sindical, mas passaria provavelmente também pelo equacionamento quer das relações entre formação académica e inserção laboral, quer das próprias condições de acesso e do uso do título de economista.

Não dispomos de informação sobre as razões que conduziram ao manifesto insucesso da comissão. Unicamente é plausível destacar que, mais uma vez, a profissão de economista ficava marginalizada, no plano jurídico-institucional e, por isso mesmo, impossibilitada de ser objecto de uma visibilidade social mais ampla.

Tendo como referência o quadro teórico-metodológico enformador do nosso trabalho de investigação, os três factos apontados - inclusão dos economistas na listagem das profissões exercidas por conta própria, utilização do título profissional no Recenseamento de 1960, criação da comissão pelo Ministério das Corporações e Previdência Social - embora assumam cada um deles traços particulares, expressam o reconhecimento pelo Estado da profissão de economista. Note-se que esse reconhecimento não deixava de estar profundamente inter-relacionado com o acréscimo do volume da oferta de emprego para economistas e do número de alunos matriculados nas escolas universitárias de economia - como abordaremos mais à frente - e com a progressiva imprescindibilidade dos conhecimentos possuídos pelos mesmos para o funcionamento das organizações públicas e privadas.

2.2. As novas áreas de inserção profissional e o discurso desenvolvimentista dos economistas

A par dos factos que ocorreram na primeira metade dos anos 60, que genericamente apontam para o reconhecimento por parte do Estado dos economistas, é também patente uma alteração das condições institucionais do mercado dos serviços contabilísticos, a qual terá repercussões na actividade desses profissionais.

No âmbito da Reforma Fiscal era publicado, em 1963, um novo Código da Contribuição Industrial[133]. Ao contrário do que aconteceu até essa data, as empresas passaram a ser tributadas pelos denominados "lucros reais efectivos", devidamente comprovados pela apresentação dos registos contabilísticos. Esta alteração teve vários efeitos: a acentuação da formalização e da padronização ao nível da contabilidade das empresas, com o correspondente acréscimo da importância desta em termos científicos e técnicos; a criação pelo Estado dos denominados técnicos de contas; o aumento da procura, por parte das empresas e também dos serviços fiscais, de indivíduos habilitados para o desempenho das novas funções.

Vejamos em particular os dois últimos, por estarem directamente relacionados com a construção social da profissão de economista. Por imposição do novo Código da Contribuição Industrial todas as empresas e pessoas individuais classificadas tributariamente no Grupo A - decorrente, em particular, da sua natureza social, do volume de capital social e do rendimento colectável - passaram a ter, obrigatoriamente, como responsáveis da apresentação dos elementos contabilísticos os técnicos de contas. Por seu turno, a certificação da actividade laboral destes era feita, em exclusivo, pelo próprio Estado. Não existindo para a época qualquer regulamentação sobre a prática contabilística (como vimos no Capítulo V, todas as tentativas que se encetaram com esse

[133] Decreto-Lei nº 45.103 de 1 de Julho de 1963.

objectivo foram goradas), o governo vai administrativamente fazer depender essa certificação da posse de determinados títulos académicos ou de actividades já exercidas na área das funções contabilísticas. No primeiro caso, estavam os licenciados pelos ISC e pelas duas escolas universitárias de economia - ISCEF e FEP -, bem como os diplomados pelos IC e pelo Instituto Técnico-Militar dos Pupilos do Exército. O segundo integrava todos aqueles que já antes apontámos como práticos - sem possuírem aquelas habilitações académicas - e cuja certificação, em definitivo, ficaria dependente da aprovação em exame a realizar pelos próprios serviços estatais. Deste modo, o Estado intervinha directamente no mercado dos serviços contabilísticos, formando um mercado de emprego específico e fechado.

Ora tal intervenção suscita desde logo um comentário. Ela não deixava, em parte, de ir ao encontro das reivindicações feitas, desde os anos 50, pelos diplomados do ensino médio comercial, por um reconhecimento mais amplo das suas qualificações académicas. E isso acontecia principalmente porque, pela primeira vez no plano jurídico, se fazia a equiparação entre os indivíduos provenientes do ensino médio comercial e os do ensino universitário da economia, para efeitos de acesso à actividade dos designados técnicos de contas. Um facto que representava, de certo modo, uma vitória para os primeiros, depois de terem visto, nas décadas anteriores, quer a função de contabilista nas empresas e no Estado ser objecto de uma estratégia de conquista por parte dos licenciados pelo ISCEF, quer as suas propostas sobre o ensino superior da contabilidade recusadas, quer ainda os IC serem sujeitos a uma desvalorização social no âmbito do sistema de ensino, em consequência da Reforma do ensino técnico comercial e industrial de 1948.

Não obstante isto, a intervenção do Estado vai consolidar a posição dos licenciados pelas escolas universitárias de economia, ao nível do mercado dos serviços contabilísticos. Consolidar especialmente em termos do acréscimo do emprego, quer como assalariados quer como profissionais por conta própria, e do

reconhecimento pelas empresas da imprescindibilidade do conhecimento científico e técnico que possuíam para a resolução das novas questões que a reforma fiscal tinha introduzido[134].

Quadro VIII-4

Evolução do número de contribuintes abrangidos pela Contribuição Industrial

	1964	1968	1972
Grupo A	2.609	4.142	5.732
Grupo B	104.942	127.676	147.218
Grupo C	195.225	255.509	180.612
Total	302.776	387.327	333.562

Fonte: INE, *Estatísticas das Contribuições e Impostos*.

Tenha-se presente que o mercado para os técnicos de contas era limitado, dado o cômputo global dos contribuintes, como se pode observar no quadro acima. Ele será sujeito a uma forte pressão a partir de 1965, com o aumento do volume de técnicos de contas. Por força dos protestos dos práticos que não tinham sido abrangidos anteriormente, o governo, nesse ano, decidiu ampliar as condições de acesso à actividade - aos 885 inscritos como técnicos de contas por direito automático das habilitações académicas de que eram titulares, vieram juntar-se 1.091 práticos[135]. Tais protestos, mais uma vez, colocaram na ordem do dia a conflitualidade que subsistia entre aqueles que detinham uma formação escolar específica na área da contabilidade, de nível médio ou superior e os que unicamente possuíam como base da sua qualificação a experiência profissional. Conflito que irá manter-se no pós 1974, levando a avanços e recuos por parte dos diversos governos quanto à fixação de uma regulamentação para os técnicos de contas, o que unicamente se irá concretizar em 1995.

---

[134] Veja-se Camilo Cimourdain de Oliveira, *Lopes Amorim e a Escola do Porto*, Separata da *Revista de Contabilidade e Comércio*, Porto, 1984, p. 13.

[135] Cf. *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 166, 1975, p. 244.

A intervenção do Estado no mercado dos serviços contabilísticos, privilegiando num primeiro momento licenciados pelas escolas universitárias de economia e diplomados pelos IC, fez-se num contexto sócio-económico bastante particular.

Nos primeiros anos da década de 60, eram patentes algumas preocupações face a futuras evoluções do modelo económico seguido a partir da segunda metade dos anos 40. Com efeito, se pacificamente se aceitava o relativo crescimento económico alcançado, em particular entre 1953 e 1959, não deixava de ser também visível que a industrialização continha em si própria a tendência para se esgotar, na medida em que, por razões económicas e políticas, se tornava progressivamente inexequível a concretização da estratégia de substituição de importações. Os vectores económicos de cariz estrutural eram cada vez mais contraditórios perante o processo de industrialização: a incompatibilidade entre a reduzida dimensão do mercado interno e as amplas economias de escala, necessárias para a viabilização do crescimento industrial; a inexistência de avultados meios financeiros estatais - fortemente limitados pelas despesas com a guerra colonial após 1961 - para o investimento, directo e indirecto, em novas actividades industriais; a irreversibilidade da integração de Portugal na economia europeia, colocando, assim, decisivamente em causa a persistência de um modelo económico autárcico, como era o da substituição de importações. A estes, teremos de acrescentar a resistência da burguesia agrária, com uma forte influência ao nível do poder político, em relação à modernização da agricultura que passaria sempre pela reforma agrária, condição essencial para a expansão do mercado interno.

Por outro lado, se indubitavelmente o crescimento industrial dos anos 50 levou à instalação de novas indústrias, em sectores tecnologicamente mais avançados, não foi no entanto acompanhado pela implementação de condições estruturais que permitissem a médio prazo um crescimento mais sustentado. O que aconteceu foi a opção por um crescimento alicerçado numa utilização

intensiva do trabalho, em baixos salários, numa forte dependência da importação de bens de equipamento, em baixas taxas de juro, no condicionamento industrial e num forte proteccionismo alfandegário, o qual levou à predominância no tecido industrial de empresas obsoletas, débeis em termos financeiros, com uma baixa produtividade e fechadas à inovação. Relegada para segundo plano, tinha ficado, por exemplo, a possibilidade de se concretizarem acréscimos de produtividade por intermédio da modernização das condições tecnológicas e organizacionais, pelo incremento das qualificações da mão-de-obra e pelo desenvolvimento da investigação científica.

Dois aspectos podem reforçar o que se acaba de enunciar. Em primeiro lugar, a esmagadora maioria das empresas estava afastada do sistema taylorizado de organização do trabalho industrial. Só ao nível de grandes empresas - CUF, CP, Estaleiros da Rocha - se assistirá, durante os anos 40, a uma aplicação sistemática dos princípios da OCT[136]. Já no final dos anos 50 isso será também patente em empresas da metalomecânica pesada[137]. Na década seguinte, através da acção de gabinetes de estudos de organizações internacionais e também pela actividade formativa do Instituto Nacional de Investigação Industrial e da Associação Industrial Portuguesa será patente uma mais ampla divulgação do taylorismo.

Em segundo, a forma de intervenção do Estado na economia, ao limitar fortemente a concorrência, ao proteger de modo excessivo a actividade industrial, transformou a segurança e a estabilidade alcançadas em verdadeiros obstáculos a uma dinâmica industrial mais sustentada. As empresas acabaram por aumentar a

---

[136] Cf. Marinús Pires de Lima, "Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-80) - alguns resultados preliminares de uma investigação em curso", in *Análise Social*, nºs. 72-73-74, 1982, pp. 1309 e segs. A tese defendida pelo autor é de que "o atraso global e a dependência do capitalismo português, bem como o contexto político do salazarismo, explicam, por um lado, a lentidão e os limites que caracterizam a implantação da OCT e, por outro lado, a sua especificidade, que foi influenciada por uma grande margem de manobra patronal na imposição de soluções autoritárias, facilitada pelo corporativismo". Id., *ibid.*, p. 1348.

[137] Consulte-se Fátima Patriarca, "Taylor no Purgatório - o trabalho na metalomecânica pesada", in *Análise Social*, nº 71, 1982, pp. 432-530.

dependência, no que toca à sua sobrevivência, face ao Estado. No Portugal dos anos 50, o proteccionismo estatal e a pesada máquina burocrática do corporativismo configuraram-se como importantes instrumentos[138] que, não deixando de institucionalizar as condições e a consolidação de posições monopolistas por parte de algumas empresas, vão de modo perverso fomentar a passividade empresarial e a procura fácil e rápida do lucro[139].

A economia e a sociedade portuguesa, entre os inícios da década de 60 e 1974, serão fortemente influenciada por importantes condicionalismos: o acréscimo substancial do movimento emigratório, por parte das populações rurais, acompanhado, embora com uma menor expressão quantitativa, de fluxos migratórios para as cidades do litoral; o início, em 1961, da guerra colonial; a integração de Portugal no quadro mais global da economia europeia.

A integração tomará, como seu ponto formal de partida, a adesão do país, em 1960, à EFTA, seguindo-se nesse mesmo ano a inclusão no GATT, no Banco Mundial e no FMI. No ano seguinte, será a vez da entrada para a OCDE. A integração num espaço económico mais amplo, caracterizado genericamente pela liberalização das trocas comerciais, apesar de ditado mais pelo imperativo de se seguir o principal parceiro económico, a Grã-Bretanha, do que propriamente pela vontade política do governo[140], representou, em simultâneo, um ponto de partida e de chegada da dinâmica económica portuguesa do pós Segunda Guerra Mundial.

Ora será no quadro das condicionantes antes apontadas que se processaram notórias transformações na economia. Importa reter sinteticamente algumas delas: a expansão da industrialização e da terciarização.

Durante a primeira metade dos anos 60, o modelo de política industrial, assente na substituição de importações, esgotar-se-á. A autarcia económica dará

---

[138] Na continuidade do dirigismo económico incrementado nos anos 30 com a emergência do Estado Novo.

[139] Veja-se Alfredo Marques, *Política Económica e Desenvolvimento em Portugal (1926-1954)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1988, pp. 70 e segs.

[140] Governo que para a época se encontrava mais interessado em internamente defender a formação do "mercado único português".

lugar a uma crescente abertura económica e financeira ao estrangeiro e, concomitantemente, a uma industrialização mais acelerada. A parcela do produto da indústria transformadora no PIB vai elevar-se de 28,0% em 1958-1959 para 39,1% em 1972-1973, enquanto o movimento contrário ocorrerá ao nível da agricultura, passando de 26,4% para 12,9%, respectivamente[141]. Só que estamos perante a intensificação de uma industrialização que persiste, globalmente, em apresentar como vectores estruturais os baixos salários, os fracos níveis de qualificação da mão-de-obra, a reduzida capacidade tecnológica instalada e o limitado valor acrescentado. Ao basear-se nos sectores industriais tradicionais - têxteis, vestuário, calçado e conservas, casos paradigmáticos onde predominavam precisamente aqueles vectores - a posição do país, no seio da divisão internacional do trabalho, ficará marcada por uma sobre-especialização produtiva de baixo nível e fortemente vulnerável aos movimentos económicos e financeiros internacionais. Será, por outro lado, fundamentalmente a procura de mão-de-obra barata que estará presente no aumento substancial da importação de capitais[142].

Se a abertura ao exterior foi um elemento impulsionador do crescimento industrial, a mesma não foi acompanhada por uma alteração substancial dos vectores estruturais que configuravam o sector industrial, no sentido de uma mais extensa modernização. As debilidades em que se baseou o crescimento tornaram-se bem visíveis quando, nos primeiros anos da década de 70, a situação económica e financeira do país se degradou rapidamente.

---

[141] Américo Ramos dos Santos, "Abertura e bloqueamento da economia portuguesa", in António Reis, (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol.V, Lisboa, Alfa, 1989, p. 125.

[142] Entre 1968 e 1973, intensifica-se o afluxo de capital estrangeiro, com o consequente aprofundamento da internacionalização da economia portuguesa e a expansão prioritária dos sectores industriais ligados à exportação. Portanto, uma maior dependência face ao capital estrangeiro, por exemplo em termos de investimento e de tecnologia. A reorientação da produção, em particular para a exportação, fazia parte precisamente de uma estratégia de modernização da indústria - a designada "Nova Política Industrial" - preconizada no início dos anos 70 pelos sectores marcelistas e que incluía também uma política de reestruturação da indústria, por intermédio de fusões e absorções de empresas, e a revisão do regime do condicionamento industrial. Consulte-se Mário Murteira, *Desenvolvimento, subdesenvolvimento e o modelo português*, Lisboa, Presença, 1979, pp. 123 e segs. e Manuela Silva, *op. cit.*

Encontramos outro elemento da dinâmica económica dos anos 60 na expansão do sector bancário e segurador. Expansão em termos de volume de negócios, do número de estabelecimentos, da capacidade de afectação de recursos financeiros, a qual incorporou, a partir de 1969, a forte movimentação especulativa que marcou o incremento do mercado de capitais. Por outro lado, inseriu-se no quadro mais global do desenvolvimento dos grupos financeiros nacionais. O caso do grupo CUF, com origem na indústria e o do grupo Espírito Santo, na banca, embora apresentando trajectórias diferenciadas, caracterizaram-se, a partir de finais dos anos 60, na época marcelista, pelo seu alargamento - e simultânea diversificação - a todos os principais sectores da economia. Os múltiplos interesses económicos dos grupos financeiros fizeram deles elementos decisivos com um forte poder político, no decurso dos últimos anos do Estado Novo.

A dinâmica económica da década de 60 induziu importantes mudanças no seio da população activa (Quadro VIII-5). Desenvolveram-se tendências já presentes na década anterior: perda de importância da população activa agrícola, acompanhada do acréscimo das populações industriais e do terciário. Eram os sinais que expressavam não só os traços de modernização do tecido sócio-económico, como também outros processos sociais, tais como a urbanização, a litoralização e a emigração[143].

[143] Veja-se João Ferrão, "Recomposição social: surpresas e confirmações", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. V, Lisboa, Edições Alfa, 1989, pp. 167-190.

Quadro VIII-5

Evolução da população activa (em percentagem)[144]

Sectores de actividade	1960	1970	1981	1991
Primário	43,9	32,7	19,1	10,8
Secundário	29,1	33,4	39,0	37,9
Terciário	27,0	33,9	41,9	51,3
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Recenseamentos da População.*

Aquelas mudanças incorporaram, igualmente, o aumento da categoria "Profissionais Científicos e Técnicos" (Quadro VIII-6)[145]. O seu peso relativo no seio da população activa evoluiu de 2,7% em 1960 para 4,0% dez anos depois e para 7,2% em 1981. Retendo para já a nossa atenção na década de 60[146],

[144] Atendendo a que o Recenseamento Populacional de 1991 utiliza uma classificação dos Ramos de Actividade Económica diferente da usada nos recenseamentos anteriores, os valores indicados unicamente pretendem expressar as principais linhas de evolução da população activa nos anos 80.

[145] A utilização dos Recenseamentos da População de 1960 a 1981 implica ter presente uma certa prudência na interpretação dos dados, fundamentalmente pelo seguinte: deficiente qualidade do recenseamento de 1970; diferença entre as idades mínimas a partir das quais é delimitada a população activa (10 anos em 1960 e 12 em 1970 e 1981); variação de critérios classificatórios das mulheres e outros elementos das famílias camponesas em activos ou inactivos; diferenças entre a classificação das profissões do recenseamento de 1960 e a utilizada nos outros dois recenseamentos. Tendo presente o último aspecto, optámos por efectuar unicamente uma comparação entre os três recenseamentos ao nível de dois dos denominados grandes grupos de profissões - entre o grande grupo, "Pessoas exercendo uma profissão liberal, técnicos e equiparados", do recenseamento de 1960 e o grande grupo 0/1, "Pessoal de profissões científicas, técnicas, artísticas e de profissões similares", dos recenseamentos de 1970 e 1981, utilizando para isso a categoria comum de Profissionais Científicos e Técnicos; entre o grande grupo "Directores e pessoal dos quadros administrativos superiores" de 1960 e os grandes grupos "Quadros Superiores" de 1970 e "Directores e Quadros Superiores Administrativos" de 1981, utilizando a categoria comum de Directores e Quadros Superiores. Igualmente no Quadro acima, encontra-se expressa informação sobre os economistas retirada dos Recenseamentos Populacionais de 1960, 1970 e 1981. Em relação a 1981, e para estes profissionais, utilizou-se os dados contidos num apuramento especial elaborado pelo INE, a nosso pedido, a partir da informação não publicada do Recenseamento desse ano e por nós solicitado durante o decurso da investigação. Atendendo a que subsistem mesmo ao nível dos grandes grupos de profissões, em especial entre 1960 e os restantes anos, ligeiras diferenças classificatórias, enveredámos por dar atenção somente às principais tendências. Tenha-se mais uma vez presente que o termo profissão usado na classificação da população activa remete, genericamente, para o conjunto de tarefas que concorrem para uma mesma finalidade. Ora, tal definição não é conceptualmente comparável às várias que têm sido apresentadas no âmbito da sociologia das profissões.

[146] No capítulo seguinte far-se-á a análise da evolução nas décadas de 70 e 80 dos profissionais científicos e técnicos.

verificamos um acréscimo limitado que não possibilitou uma alteração significativa da importância quantitativa e qualitativa daqueles profissionais.

Embora a categoria Profissionais Científicos e Técnicos, por razões estatístico-administrativas, reúna uma notória diversidade de actividades laborais, é plausível admitir que, durante os anos 60, o acréscimo verificado expressa uma ligeira modernização ao nível do sistema produtivo, no sentido da sua cientificidade e tecnização. Os novos contextos sócio-económicos em que as empresas começaram a viver nos anos 60, associados à expansão e diversificação produtiva patente em algumas delas, não deixaram de induzir um crescimento do volume de empregos mais qualificados, em termos de habilitações escolares. Por outro lado, a mais ampla intervenção do Estado, em particular nos domínios da educação e da saúde, também concorreu para a expansão dos Profissionais Científicos e Técnicos.

Quadro VIII-6

Evolução dos Profissionais Científicos e Técnicos, dos Economistas, dos Directores e Quadros Superiores e da População Activa

	1960	1970	1981	1991
Profissionais Científicos e Técnicos				
H	46.406	65.410	135.698	a)
M	45.667	55.650	141.207	a)
T	92.073	121.060	276.905	a)
Economistas				
H	292	625	2.902	6.676
M	38	95	773	3.527
T	330	720	3.675	10.203
Directores e Quadros Superiores				
H	45.109	10.880	45.657	a)
M	2.554	845	4.886	a)
T	47.663	11.725	50.543	a)
População Activa				
H	2.693.421	2.263.100	2.543.009	2.475.776
M	600.932	797.770	1.303.269	1.651.799
T	3.394.353	3.060.870	3.846.278	4.127.570

a) Atendendo à alteração da Classificação Nacional das Profissões não se torna possível apresentar os dados referentes ao Recenseamento Populacional de 1991 para a categoria Profissionais Científicos e Técnicos e para a categoria Directores e Quadros Superiores.
Fonte: INE, *Recenseamentos da População* de 1960, 1970 1981 e 1991. Em relação a 1991 e para os economistas foi utilizado um apuramento especial do INE.

Observando novamente o Quadro VIII-6, constata-se que o número total daqueles que se declaravam como economistas mais que duplicou entre 1960 e 1970[147]. Crescimento importante que decorre parcialmente do restrito volume de partida[148]. Com efeito, no início da década e face a outras actividades que se inseriam na categoria das profissões científicas e técnicas (Quadro VIII-7), aqueles detêm uma fraca expressão quantitativa. Médicos, advogados, engenheiros e professores destacam-se no conjunto das actividades referenciadas.

Quadro VIII-7

Número de membros de algumas actividades profissionais em 1960

Actividades profissionais	Nº
Advogados	1.585
Arquitectos	689
Economistas	330
Engenheiros Agrónomos e Silvicultores	1.026
Engenheiros	4.702
Médicos	6.324
Médicos Veterinários	673
Professor Universitário	696
Professor do Ensino Secundário	3.763

Fonte: INE, *Recenseamento Populacional de 1960.*

O baixo volume de economistas em 1960 poderá ser o reflexo da conjugação de vários aspectos: o número limitado de licenciados pelas duas escolas universitárias de economia (na década de 50, 553); a ainda incipiente inserção dos que se reconhecem, em termos profissionais, como economistas ao nível das actividades produtivas; a inexistência generalizada, na época, de uma representação estereotipada das funções da própria profissão, o que

[147] No capítulo seguinte far-se-á a analise da evolução dos economistas nas décadas de 70 e 80.

[148] No Recenseamento de 1960 é utilizada a categoria "Economistas, actuários e estatísticos", enquanto em 1970 passa para "Economistas e afins" e em 1981 para "Economistas". A agregação das actividades ocupacionais, feita em 1960, mais uma vez aconselha uma leitura prudente dos dados do correspondente recenseamento.

provavelmente gerou uma não completa identificação com o termo economista, por parte de alguns dos licenciados pelo ISCEF e pela FEP, ao declararem o domínio profissional onde exerciam a sua actividade[149]. Entrecruzando-se, em parte, com este último aspecto outro importa ter presente: a classificação do inquirido com formação universitária em economia, de acordo com a sua posição hierárquica na organização, colocando-o, assim, geralmente na categoria dos "Directores e Quadros Superiores"[150].

Em paralelo ao crescimento global apontado para os economistas durante a década de 60, a proporção de mulheres na profissão passou de 11,5% para 13,2%, tendência que se irá intensificar nos anos seguintes, acompanhando, assim, de perto, as outras profissões científicas e técnicas. Por outro lado, quer em 1960, quer em 1970, a esmagadora maioria daqueles profissionais encontrava-se a trabalhar por conta de outrem, 94,5% e 89,6% respectivamente. Se atendermos à distribuição dos economistas por ramos de actividade, em 1960 (Quadro VIII-8), constata-se a sua concentração na "Administração Pública" e nos "Serviços prestados à Colectividade e às Empresas". Em termos do volume global de economistas, a profissão era, por conseguinte, claramente terciária.

---

[149] Como vários sociólogos destacam sobre os recenseamentos: "Efectivamente, a informação primária recolhida consiste em declarações que os entrevistados prestam sobre profissões, declarações a partir das quais são elaborados dados estatísticos. É uma construção simbólica em que os declarantes desenvolvem estratégias de representação de si (maneiras de se definirem perante os outros) e em que é implicitamente accionado todo um conjunto de estereótipos sociais, mapas cognitivos e representações de identidade por parte dos actores sociais intervenientes: dos declarantes aos entrevistadores, dos codificadores aos analistas, dos construtores de taxinomias aos utilizadores.", in Pedro Lima *et al.*, "Classificações de profissões nos Censos de 1991", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 10, 1991, p. 45.

[150] Um esclarecimento mais preciso passaria pelo cruzamento entre a titulação académica e a actividade profissional.

Quadro VIII-8

Distribuição dos economistas segundo o ramo de actividade para 1960

Ramos de Actividade	H	M	T
Agricultura, Silvicultura e Pesca	2	-	2
Indústria Extractiva	3	-	3
Indústria Transformadora	77	-	77
Construção e Obras Públicas	2	-	2
Electricidade, Gás e Água	4	-	4
Comércio, Bancos, Seguros e Operações sobre Imóveis	53	6	59
Transportes e Comunicações	34	-	34
Administração Pública	74	19	93
Serviços Prestados à Colectividade e às Empresas	41	12	53
Serviços Pessoais	-	-	-
Actividades Mal Definidas	2	1	3
Total	292	38	330

Fonte: INE, *Recenseamento Populacional de 1960.*

Intimamente relacionado com uma fraca utilização de mão-de-obra científica e técnica nos vários sectores de actividade económica, estava o facto de, em 1960, a população activa com profissão se caracterizar por possuir baixos níveis de escolaridade[151]: 31,3% eram analfabetos, enquanto 27,2% sabiam ler sem terem frequentado ou concluído o nível primário de instrução, unicamente 1,2% possuíam um curso de ensino superior; em termos dos "Directores e Quadros Superiores", somente 5,8% tinham um curso deste nível de ensino, enquanto no caso dos "Profissionais Científicos e Técnicos", esse número ascendia aos 33,0%.

Números bem ilustrativos da situação precária em que o país se encontrava e que iria funcionar como um obstáculo a um desenvolvimento sócio-económico mais amplo. No caso da indústria - sector motor do crescimento económico desde os anos 50 -, tal situação era também bem evidente nos resultados do respectivo Inquérito de 1964[152], os quais indicam que, do total do pessoal ao serviço em

[151] INE, *Recenseamento Populacional de 1960.*
[152] INE, *Inquérito Industrial de 1964.*

estabelecimentos com uma dimensão igual ou superior a 21 pessoas, somente 0,6% tinham um curso superior e 0,3% um curso médio. Valores que seriam, com certeza, mais reduzidos se incluíssemos os estabelecimentos industriais com uma menor dimensão.

Analisando de modo mais fino os indivíduos com curso superior recenseados por aquele Inquérito, retém-se que do total, 3094, 68,5% detinham um curso de engenharia, 10,4% o de economia[153] e 21,1% outros cursos superiores. Os que possuíam um curso de economia concentravam-se nos estabelecimentos com mais de 201 pessoas (Quadro VIII-9), o que estaria relacionado com a maior complexidade organizativa, multiplicidade de funções empresariais e volume de negócios que os mesmos apresentavam. Estabelecimentos em que seria importante a racionalidade burocrático-administrativa dos licenciados pelas escolas universitárias em economia.

Quadro VIII-9

Distribuição percentual da população industrial com o curso superior de economia, segundo a dimensão do estabelecimento

Classes do total de pessoas ao serviço	%
De 21 a 50 pessoas	11,5
De 51 a 100 pessoas	14,0
De 101 a 200 pessoas	14,0
De 201 a 500 pessoas	25,6
De 501 a 1000 pessoas	15,6
Mais de 1000 pessoas	14,0
Diversos	5,3
Total	100,0
	(N=321)

Fonte: INE, *Inquérito Industrial de 1964.*

No que se refere à distribuição por ramo de actividade (Quadro VIII-10), observa-se que as maiores incidências se encontram a nível da "Alimentação",

[153] O Inquérito Industrial regista os indivíduos que possuíam um curso superior de economia, sem referenciar a sua actividade profissional. Não será, portanto, lícito falarmos em economistas.

"Têxteis" e "Químicas". Os restantes ramos apresentavam um número mais reduzido de indivíduos com o curso de economia .

Quadro VIII-10

Distribuição percentual da população industrial com o curso superior de economia, segundo o ramo de actividade

Ramos de Actividade	%
Indústria Extractiva	2,2
Alimentação	13,1
Têxteis	13,4
Papel e Artigos de Papel	5,3
Químicas	11,5
Produtos Minerais não Metálicos	8,4
Construção de Máquinas	5,0
Construção de Material de Transporte	9,3
Outras Indústrias Transformadoras	27,1
Construção e Obras Públicas	3,1
Electricidade, Gás e Vapor	1,6
Total	100,0
	(N=321)

Fonte: INE, *Inquérito Industrial de 1964.*

Retivemos anteriormente que, para 1960, dois campos de actividade se destacavam para os economistas: o comércio, banca e seguros; a administração pública. No caso deste último, e no seguimento do que já era patente na década anterior, os licenciados pelas escolas universitárias de economia vão tendo, paulatinamente, uma presença cada vez mais marcante na década de 60, em departamentos directamente relacionados com novas áreas de intervenção estatal.

Exemplo disto era a participação dos economistas ao nível do planeamento económico. Em particular através da sua inserção, em conjunto com outros licenciados, na estrutura técnica de planeamento, a qual seria implementada no decurso dos trabalhos preparatórios do Plano Intercalar do Fomento (1965-1967). Estrutura que tinha como órgão central o Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, criado em 1962, que se organizava em diversas comissões de

planeamento, grupos de trabalho e gabinetes de planeamento[154]. Para além deste órgão, ao nível de vários ministérios existiam departamentos técnicos específicos para o planeamento do respectivo sector[155].

Tal como tinha acontecido em outros serviços do Estado no pós Segunda Guerra Mundial, a afirmação dos economistas far-se-á como técnicos especializados em questões económicas, possuidores de qualificações - alicerçadas num conhecimento científico em que a matriz keynesiana tinha relevância - assaz importantes, ou mesmos imprescindíveis, para uma compreensão, o mais abrangente possível, dos problemas que se colocavam à economia e à sociedade portuguesa e que directamente eram equacionados pelo planeamento. Qualificações em termos, nomeadamente, do tratamento e análise de dados macro-económicos, da construção de modelos prospectivos e de técnicas de programação. A essas mesmas qualificações estava subjacente um discurso sobre o económico, em que as principais vertentes se situavam na problematização das questões do desenvolvimento sócio-económico, a médio e a longo prazo, na racionalização dos recursos face aos objectivos a alcançar e na análise da eficiência e da eficácia das políticas[156].

Considerados como "uma grande escola de formação de economistas"[157], os Planos de Fomento, em particular a partir do Plano Intercalar, expressam, em termos da sua preparação e de algumas das propostas indicadas, a preponderância dos economistas no âmbito dos órgãos estatais de planeamento. Com efeito, enquanto os dois primeiros Planos de Fomento se apresentam, no fundamental, como uma enumeração de investimentos estatais em infra-estruturas, o Plano

---

[154] Cf. Secretariado Técnico da Presidência do Conselho, *Planeamento em Portugal, Orgânica e Processo*, Lisboa, STPC, 1973, pp. 9 e segs.

[155] Para o sector industrial, tenha-se em consideração o texto de Aurora Murteira, "A experiência de planeamento industrial", in AAVV, *O planeamento económico em Portugal: lições da experiência*, Lisboa, Sá da Costa, 1984, pp. 98-101.

[156] Encontramos um exemplo desse discurso em João Salgueiro, "O II Plano de Fomento: objectivos e condições gerais de realização", in *Economia e Sociologia*, nº 5, 1968, pp. 19-45. João Salgueiro, licenciado pelo ISCEF, seria um dos primeiros directores do Secretariado Técnico da Presidência do Conselho.

[157] Segundo informação do entrevistado JA.

Intercalar e o III Plano de Fomento (1968-1973) incorporam, de modo bem mais nítido, para além de dimensões estritamente de cariz económico, outras de ordem social que, não obstante os constrangimentos político-ideológicos impostos pelo regime, reflectiam o equacionamento de algumas das questões do subdesenvolvimento português[158]. As virtualidades dos Planos de Fomento foram a introdução de uma maior racionalização dos investimentos públicos, o diagnóstico e a previsão do estado de subdesenvolvimento do país e não propriamente a concretização dos objectivos apontados para o planeamento. Todavia, como vários economistas sublinham, quanto ao Plano Intercalar e ao III Plano de Fomento persistiu uma importante descoincidência entre os objectivos traçados e a sua implementação[159]. Para isso concorreram as condições políticas e económicas – a guerra colonial, o forte crescimento em alguns sectores industriais, a internacionalização da economia do país -, bem como o próprio afastamento que subsistia entre as propostas dos técnicos ligados ao planeamento e as opções do poder político[160].

---

[158] Contudo, tenha-se presente que o II Plano de Fomento incorpora já objectivos especificamente enunciados - melhoria do nível de vida da população, ajuda à resolução dos problemas de desemprego, acréscimo do PIB, melhoria da balança de pagamentos - ao contrário do que aconteceu no Plano de Fomento anterior. Pereira de Moura descreve o período de preparação do II Plano de Fomento como importante em termos da "renovação do ambiente português em torno das questões básicas da economia nacional", Francisco Pereira de Moura, *Estrutura e conjuntura nas economias mundial e portuguesa,* Lisboa, AIP, 1960, p. 71.

[159] Sobre esta questão, consulte-se Manuela Silva, *op. cit.*, pp. 13-41 e Francisco Pereira de Moura e Sérgio Ribeiro, *A política económica portuguesa*, Lisboa, Seara Nova, 1969, pp. 17 e segs.

[160] Como sublinha Manuela Silva, "A partir de meados de 60, a realidade a enfrentar reveste cada vez maior complexidade e apresenta-se com crescente grau de incerteza. Paradoxalmente, o poder político torna-se cada vez mais fraco e as contradições sociais mais notórias. A prioridade das prioridades vai para o esforço da guerra colonial, declarada em 1961 e que vem a durar 13 anos, consumindo recursos e contribuindo para a desarticulação da economia nacional. A progressiva abertura da economia ao exterior cria interesses e forças contraditórias no seio da burguesia e concomitantemente reflecte-se na perda de coerência do modelo nacional de desenvolvimento. A classe política envelhece, perde a visão e deixa-se ir ao sabor dos acontecimentos, assumindo funções cada vez mais defensivas. As estruturas de planeamento aperfeiçoam-se, mas a tecnologia não é de molde a impor normas de racionalização nem ao conjunto da Administração nem muito menos ao sector privado; quando muito, esforça-se por apresentar um quadro de coerência global e empenha-se em definir os limites do possível ou em pôr em destaque as contradições mais gritantes. O poder de decisão está, cada vez mais, concentrado nas mãos dos grandes grupos financeiros que, por coincidência, acumulam também

Pode-se, portanto, entender que a inserção de economistas na estrutura técnica do planeamento, para além de se configurar como uma procura estatal de qualificações específicas, ampliou o reconhecimento da importância da ciência económica e das actividades dos economistas, contribuindo, assim, para a objectivação social destes profissionais. A profissão adquiriu contornos mais visíveis, fazendo realçar a sua vertente macro-económica, distanciando-se deste modo das práticas profissionais intimamente ligadas às questões contabilísticas e administrativas.

Por outro lado, a inserção de economistas na administração pública, durante os anos 60, vai também fazer-se ao nível de órgãos como o Instituto Nacional de Investigação Industrial, o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra e o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa[161]. Qualquer deles corporizava novas áreas de intervenção estatal. O primeiro foi pioneiro na promoção do incremento da produtividade, em particular ao nível da indústria, e na realização de acções de formação para quadros empresariais. Enquanto os outros dois departamentos tiveram como objectos privilegiados da sua actuação o emprego, a formação profissional e a educação.

Ainda actualmente se encontra por esclarecer, de forma sistemática e aprofundada, o papel daqueles organismos no seio da administração pública. São considerados organismos "desenvolvimentistas" pelos seus técnicos - entre eles economistas - por se posicionarem favoravelmente a uma acção mais interventiva e reguladora por parte do Estado, no sentido de alteração da situação de subdesenvolvimento que caracterizava o país nos anos 60[162].

---

as decisões principais quanto à expansão da indústria e às relações económicas com o exterior. Assiste-se à situação aberrante de ver traçar as grandes linhas de política industrial, completamente à margem do plano, ou vê-se definir as bases do sistema educativo de forma autónoma em relação ao processo de desenvolvimento e ao plano." In Id., *ibid.*, p. 28.

161 O Instituto Nacional de Investigação Industrial foi criado em 1954, o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra em 1962 e, passados três anos, o Gabinete de Estudos e Planeamento da Acção Educativa.

162 Para S. de Miranda "O papel destes organismos desenvolvimentistas dentro do aparelho de estado fascista não foi ainda completamente entendido. De certo modo, funcionavam como uma 5ª coluna dentro da própria estrutura governamental, com actividades que eram oficialmente

A par de uma maior importância dos licenciados pelas escolas universitárias de economia, por força das suas qualificações, nas novas áreas de intervenção estatal, directamente relacionadas com as questões do planeamento, do emprego e da educação, ocorreu um movimento inverso nas carreiras diplomática e consular. Estas duas carreiras, embora com quadros restritos em termos de volume de lugares a preencher, constituíam, até à Reforma de 1949 do ISCEF, o objectivo daqueles que concluíam a respectiva secção diplomática e consular. Relembre-se que na sequência dessa Reforma, a especialização desapareceu, passando a concorrer ao Ministério dos Negócios Estrangeiros os licenciados em economia ou em finanças daquele Instituto, bem como os licenciados em economia pela FEP, disputando os lugares, através de concursos públicos, com os licenciados em histórico-filosóficas e em direito. Estes últimos, no período entre 1940 e 1970, tiveram um importante aumento, enquanto os licenciados em economia ou em finanças, a partir de 1950, vão paulatinamente enfraquecendo a sua posição relativa.

Quadro VIII-11

Evolução do número de membros das carreiras diplomática e consular por áreas de formação académica

Áreas de formação	1940		1950		1961		1970	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Direito	54	44,6	98	64,9	128	67,7	182	68,7
Economia e Finanças	24	19,8	24	15,9	28	14,8	26	9,8
Histórico-Filosóficas	-	-	9	5,9	23	12,2	28	10,6
Outras	43	35,6	20	13,3	10	5,3	29	10,9
Total	121	100,0	151	100,0	189	100,0	265	100,0

Fonte: Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Anuário Diplomático*.

---

aceites mas que podiam por vezes ser reprimidas como quando, por exemplo, um grande número de funcionários do FDMO [Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra] foram presos por suspeita de 'actividades subversivas'. Por outro lado, eram considerados como parte da atitude demagógica do regime, que pretendia apresentar uma nova imagem face à opinião pública internacional. Qualquer que fosse a sua natureza, o certo é que conseguiram uma larga difusão da ideologia ocedeísta, e que, em certa medida, chegaram a ultrapassá-la". Sacuntala de Miranda, "Portugal e o ocedeísmo", in *Análise Psicológica*, nº 1, 1981, p. 32.

O discurso desenvolvimentista que alguns economistas vão protagonizar nos anos 60 vai também contribuir para o processo global de construção social da profissão. Esses economistas integravam aquilo que Sedas Nunes designa por "geração social desenvolvimentista". Aquando da sua passagem pela Universidade, na década de 50, militaram na Juventude Universitária Católica e, anos mais tarde, parte deles integraram a denominada corrente do catolicismo progressista[163]. Encontramo-los como técnicos na administração pública, com particular destaque no Instituto Nacional de Investigação Industrial, no Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, nos diversos departamentos ligados ao planeamento económico, como docentes no ensino superior ou então em ambas as situações em simultâneo.

As teses defendidas pela geração desenvolvimentista encontram-se na continuidade de múltiplas actividades encetadas nos anos 50. Desde logo, na discussão sobre a industrialização realizada no II Congresso dos Economistas e no II Congresso da Indústria Portuguesa, nos textos de Jacinto Nunes, Pereira de Moura, Teixeira Pinto, publicados individual ou colectivamente, e na actividade editorial da *Revista de Economia* e da *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*. Três eixos entre outros, em que, partindo-se de uma leitura económica, se demonstrava, através de uma exploração intensiva da limitada informação estatística existente, a situação de subdesenvolvimento em que o país se encontrava.

Será de certo modo imbuída por uma forte esperança na virtualidade do planeamento económico e na intervenção reguladora do Estado que aquela geração participará nos trabalhos dos já referidos órgãos desenvolvimentistas. Num dos principais vectores dessa participação, os economistas vão ter um papel relevante. Referimo-nos à divulgação das teses da OCDE sobre as relações entre

---

[163] Sobre a questão em apreço consulte-se Adérito Sedas Nunes, "Histórias, uma história e a História", in *Análise Social*, nº 100, 1988, pp. 11-55.

a educação e o desenvolvimento. Defendia-se principalmente o acréscimo da escolarização e a articulação funcional entre sistema escolar e actividades produtivas, a partir da premissa de que um dos factores decisivos para o incremento do desenvolvimento sócio-económico se situava na valorização educacional dos recursos humanos.

Precisamente um dos principais trabalhos a veicular tais teses foi o Projecto Regional do Mediterrâneo, elaborado no início dos anos 60 por um grupo de economistas do Centro de Estudos de Estatística Económica do ISCEF e coordenado por Morgado Cândido e Alves Caetano, docentes deste Instituto[164]. No âmbito da preparação de uma futura reforma do ensino, que só se iria iniciar nos primeiros anos da década de 70, o Projecto apresentou um estudo quantitativo sobre o sistema de ensino entre 1950 e 1959 e a previsão das necessidades de mão-de-obra e a capacidade de formação por parte desse sistema, para o período de 1960 a 1975[165]. A sua temática, a metodologia usada e as conclusões enunciadas proporcionaram, para além de um conhecimento mais detalhado das fortes debilidades estruturais que a educação apresentava, a difusão das teses da OCDE sobre o binómio educação-desenvolvimento no seio dos próprios economistas[166].

Constatamos exemplos do protagonismo dos economistas, no seio do discurso desenvolvimentista, em eventos realizados por organizações católicas. Patrocinado pelas Liga Universitária Católica e Liga Universitária Católica Feminina ocorria, em 1963, o II Encontro de Diplomados Católicos com o tema

---

[164] Em 1959, o então ministro da Educação, Leite Pinto, docente do ISCEF, convidou a OCDE a apoiar em termos financeiros e técnicos um estudo sobre o sistema de ensino português. Por seu turno, essa organização internacional alargou o âmbito geográfico do estudo a outros países do sul da Europa - Espanha, Itália, Jugoslávia, Grécia e Turquia. O ministro Leite Pinto, contrastando com os seus antecessores, advogou uma modernização do sistema educativo, no sentido de uma maior contribuição deste para o crescimento económico. Veja-se, por exemplo, Rui Grácio, "A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 5, Lisboa, 1984, pp. 232-234.

[165] Veja-se OCDE, *Le Projet Régional Mediterranéen. Portugal*, Paris, OCDE, 1966.

[166] Encontramos exemplo da influência das teses da OCDE no texto de Mário Murteira e Isilda Branquinho, "Desenvolvimento dos recursos humanos e ensino superior: problemática portuguesa numa perspectiva comparativa", in *Análise Social*, nº 20-21, 1968, pp. 81-95.

"Perspectivas Cristãs do Desenvolvimento Económico". Economistas como Mário Murteira, Pereira de Moura, Xavier Pintado, João Moura, João Salgueiro, em conjunto com outros profissionais, equacionaram ao longo das várias sessões do Encontro questões como as da "repartição do rendimento", "utilização da riqueza", "financiamento", "investimento produtivo", "problemas de emprego" e "poder político e promoção do desenvolvimento económico"[167]. Se um dos aspectos principais do evento, se encontra na apologia do desenvolvimento, outro adquire também um significado particular: a divulgação dos conhecimentos económicos e, em simultâneo, da abordagem sobre o desenvolvimento sócio-económico veiculada pelos economistas. Os documentos de trabalho e as discussões ocorridas, que assumiram uma natureza pedagógica, exprimem precisamente a intenção deliberada dessa divulgação. Não deixando, por outro lado, de para a época ser interpretada como um facto indicador do protagonismo dos diversos oradores:

> "(...) os termos foram expostos por um grupo de economistas, quase todos jovens e ligados ao ISCEF. Impressionou sobretudo a numerosa assistência a competência científica e técnica de que deram provas, bem como o espírito cristão que a todos dominava."[168]

O debate em torno das questões do desenvolvimento e principalmente do papel profissional dos técnicos na sociedade portuguesa vai constituir o elemento central, em 1965, do Encontro de Engenheiros e Economistas Católicos. Sobressaem das intervenções dos membros das duas profissões três grandes eixos[169]: defesa da não neutralidade social dos técnicos e de uma participação mais activa na formulação das decisões para além da preparação das mesmas;

---

[167] Sobre o II Encontro de Diplomados Católicos, consulte-se integralmente o *Boletim da Liga Universitária Católica*, nº 13, 1962 e o nº 17, 1963.

[168] *Brotéria*, nº 6, 1963, p. 25.

[169] Ao nível dos economistas, destacam-se as participações de Pereira de Moura e Mário Murteira.

reafirmação da indispensabilidade da matriz católica na forma de pensar o desenvolvimento sócio-económico; crítica à situação económica e social do país.

Para o caso dos economistas, advogava-se que os mesmos nunca poderiam ser politicamente neutros, na medida em que a sua actividade tinha por objecto central os "problemas humanos da sociedade"[170]. Isto seria, em particular, válido para aqueles que, na opinião de Pereira de Moura, detinham uma posição de definição de objectivos ao nível da administração pública. Como sublinha aquele economista[171]:

> "Não há técnicos que possam manter-se indiferentes perante o problema básico da nossa sociedade actual, o do subdesenvolvimento, que se traduz por condições de vida más, muito más, mesmo indignas de seres que dizemos filhos de Deus e irmãos nossos - e é a condição de grande parte dos portugueses."[172]

Daqui pode-se depreender que se apontava, em 1965, para uma concepção do papel profissional dos economistas, incluídos na categoria mais lata dos técnicos, baseado na sua intervenção ao nível da sociedade portuguesa, sempre no sentido da melhoria das condições de vida da população. Mas mais. Por um lado, não se deixava de realçar que aos técnicos competia exercer uma acção persuasiva junto do poder político para "uma orientação cientificamente e tecnicamente correcta da política de desenvolvimento do país"[173]. Por outro, de modo explícito, defendia-se que não bastava acelerar o ritmo de crescimento económico, eram indispensáveis reformas, de natureza política e social - "(...) não é possível um desenvolvimento económico e social a ritmos desejáveis, sem que se façam determinadas alterações fundamentais no sistema social"[174].

---

[170] AAVV, *Técnica e Sociedade Humana*, Lisboa, Logos, 1965, p. 82.

[171] Sem dúvida um dos principais animadores do Encontro e, na época, em processo de afastamento político face ao regime.

[172] AAVV, *Técnica e Sociedade Humana...*, p. 83.

[173] Id., *ibid.*, p. 83.

[174] Id., *ibid.*, p. 84.

A partir de meados dos anos 60, e no rescaldo das eleições presidenciais de 1965, a geração social desenvolvimentista, em particular os que estavam inseridos em organizações católicas vão perdendo progressivamente as esperanças, geradas anos antes, na hipotética auto-reconfiguração política do regime e na eficácia do planeamento económico para a melhoria das condições de vida da população[175]. Começava então a ser evidente que o crescimento económico era acompanhado, entre outros aspectos: pelo reforço do dualismo entre uma agricultura estagnada e um sector moderno da indústria, tal como entre áreas geográficas do litoral e do interior, submetidas as últimas a um intenso processo de marginalidade social, económica e cultural, assim como de empobrecimento; pelo aumento das desigualdades inter-regionais, no que diz respeito à localização industrial e do sector terciário; pelo forte acréscimo da população nos principais centros urbanos do litoral e, em paralelo, pela degradação das condições de vida de parte dessa mesma população.

Economistas pertencentes àquela geração vão enveredar por uma crítica política mais intensa ao Estado Novo, integrando-se nos sectores oposicionistas e expressando publicamente, quando tal era permitido pela censura, a sua contestação perante a situação económica e social do país - o que se encontra patente, por exemplo, no livro de Pereira de Moura *Por onde vai a economia portuguesa?* publicado em 1964.

Entretanto, alguns dos economistas que integravam a geração social desenvolvimentista - Mário Murteira, João Moura, entre outros - vão encetar, nos anos 60, uma abordagem de cariz económico sobre as questões do trabalho. Abordagem que, embora com diferenças teórico-metodológicas, continuava reflexões publicadas na década anterior na *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*. Encontram-se neste caso alguns dos artigos de Sedas Nunes e de economistas como Manuela Silva e João Moura, que são um importante

[175] Consulte-se Mário Murteira, O *Problema do Desenvolvimento Português*, Lisboa, Moraes, 1974, pp. 54 e segs. e Adérito Sedas Nunes, *op. cit.*, pp. 50 e segs.

repertório analítico sobre a empresa e a actividade laboral em geral[176]. A expansão da abordagem da economia do trabalho será realizada, fundamentalmente através dos seguintes eixos[177]: incremento de estudos no âmbito do Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra; trabalho preparatório do Plano Intercalar de Fomento (grupo de trabalho "Mão-de-obra e Aspectos Sociais") e do III Plano de Fomento ("Mão-de-obra e Problemas Sociais"); criação da disciplina de "Economia do Trabalho" no Instituto de Estudos Sociais, em 1962; publicação de textos que funcionaram como importantes referências, dos quais se destacam os de Mário Murteira[178].

Sublinhe-se, mais uma vez, que o discurso desenvolvimentista não era exclusivo de alguns sectores da profissão de economista. Outros profissionais, como por exemplo os engenheiros, participaram na divulgação desse mesmo discurso. Deparamo-nos com isso mesmo nos vários números da *Análise Social*, publicados no decurso dos anos 60[179]. Eles incorporam textos cruciais para se perceber os principais eixos temáticos daquele discurso, tais como a produtividade, a industrialização, o emprego e políticas de emprego, os rendimentos, o nível de vida, a educação, para além do questionamento da natureza e das formas do próprio desenvolvimento económico e social[180].

---

[176] Referimo-nos, em particular, aos seguintes artigos: Adérito Sedas Nunes, "Crise social e reforma da empresa", in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, nº 10, 1952, pp. 100-222; Manuela Silva, "O salário e a reforma da empresa", in *ibid.*, nº 30, 1957, pp. 127-151; João Moura, "A desproletarização e a empresa", in *ibid*, nº 3, 1950, pp. 50-57; Id., "Os trabalhadores e a vida da empresa", in *ibid.*, nº 24, 1957, pp. 21-54.

[177] Cf. Maria João Rodrigues e Marinús Pires de Lima, "Trabalho. Emprego e transformações sociais; trajectórias e dilemas das ciências sociais em Portugal", in *Análise Social*, nº 95, 1987, pp. 119-149.

[178] Consulte-se Mário Murteira, *A determinação do salário na indústria*, Lisboa, Moraes, 1968 e Id., *Economia do Trabalho*, Lisboa, Livraria Clássica, 1968. Este livro correspondia às lições ministradas pelo autor no Instituto de Estudos Sociais. Para um aprofundamento da actividade dos economistas do trabalho, consulte-se Maria João Rodrigues e Marinús Pires de Lima, *op. cit.*, pp. 122 e segs.

[179] Não cabe aqui fazer um estudo da *Análise Social* e principalmente da sua contribuição para a divulgação das teses desenvolvimentistas, em especial no seio da intelectualidade portuguesa dos anos 60. Sobre a revista consulte-se, em particular, Adérito Sedas Nunes, *op. cit.*, pp. 50 e segs.

[180] Um exemplo paradigmático é o conjunto de artigos insertos nos nºs. 7-8 da *Análise Social* com o título "Aspectos sociais do desenvolvimento económico em Portugal".

A ressalva feita não coloca em causa o protagonismo que alguns economistas tiveram na defesa das teses desenvolvimentistas. Esse mesmo protagonismo configurou-se como um elemento importante para a objectivação social da sua profissão. Em parte, a formação académica dos economistas e as actividades profissionais que desenvolviam ao nível da administração pública possibilitaram-lhes desempenhar o papel de técnicos profundamente interessados e empenhados nas questões do desenvolvimento económico e social. E, por seu turno, produzir um discurso que, ao alicerçar-se na defesa do desenvolvimento sócio-económico, vai funcionar como elemento identificador da própria profissão.

A par da presença importante de economistas ao nível dos organismos desenvolvimentistas da administração pública - acentue-se, uma vez mais, produtores de um discurso marcado pelo reformismo social e político -, encontramos, nos anos 60, uma mais expressiva afirmação destes profissionais na banca, com especial destaque para o Banco de Portugal, o Banco de Fomento e o Banco Português do Atlântico, nas Associações Industriais, na Corporação da Indústria e nas empresas dos grupos financeiros[181].

As funções que desempenhavam estavam direccionadas para as questões da gestão global das organizações, do planeamento, das relações entre as empresas e a banca, da investigação económica. O acréscimo do volume de empregos para os licenciados pelas duas escolas universitárias de economia e, em paralelo, o acesso a funções mais valorizadas material e simbolicamente concorreram para gerar uma representação dos economistas como uma "profissão de sucesso"[182]. Ora todo este processo era, por sua vez, a consequência de um vector crucial para a consolidação da profissão no espaço social: o conhecimento científico que esses profissionais possuíam possibilitava-lhes o equacionamento e

[181] Cf. Jochen Oppenheimer e António Ramos, *op. cit.*, p. 6 e os depoimentos dos entrevistados JA, AR, BR e CA.
[182] Segundo os entrevistados JA e BR.

a resolução dos problemas com que se confrontavam as organizações económicas mais modernas, tornando-os imprescindíveis para o seu funcionamento.

Uma mais ampla presença dos economistas no sector privado foi acompanhada, por outro lado, não só pelo desempenho de funções que os situavam como agentes privilegiados de mudança, mas também, e para o caso das escassas empresas de maior envergadura económica, como membros do núcleo estratégico com elevado poder na definição e condução das políticas desenvolvidas por essas mesmas empresas[183]. Isso ocorria, como destaca Ramos Santos, no seio dos grandes grupos financeiros, principalmente entre 1968 e 1973, em que "tecnocratas e quadros" desenvolveram uma actividade de reformulação do posicionamento estratégico desses grupos, incrementando a inovação tecnológica, a expansão das actividades e o crescente domínio sobre relevantes sectores da economia portuguesa[184]. Numa análise mais detalhada da importância da tecnocracia, aquele economista delimita várias fracções[185]: "os tecnocratas da primeira linha" que preenchiam alguns lugares dos conselhos de administração ou funções de director-geral, "homens de mão", de inteira confiança dos accionistas maioritários, remunerados a nível europeu e principais responsáveis pelas decisões macro-estratégicas dos grupos; "os tecnocratas da segunda linha" posicionados nas direcções de serviços ou em cargos de assessoria da primeira linha, considerados como possuindo elevada competência técnica, os quais tinham a seu cargo a gestão corrente das empresas, tal como o estudo dos futuros investimentos a realizar e as negociações com empresas nacionais e estrangeiras; por último, "os jovens turcos", recém-licenciados com elevadas notas finais (razão pela qual foram captados para os grupos) e que exerciam

---

[183] Por outro lado, a presença de licenciados pelas duas escolas universitárias de economia era reduzida no seio dos dirigentes da indústria. Segundo o estudo feito por M. Makler quedava-se pelos 6%. Veja-se Harry Mark Makler, *A "Élite" Industrial Portuguesa*, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Economia e Finanças, 1969.

[184] Américo Ramos dos Santos, "Desenvolvimento monopolista de Portugal (fase 1968-73): estruturas fundamentais", in *Análise Social*, nº 49, 1977, pp. 92-93.

[185] Id., *ibid.*, pp. 94-95.

funções de apoio, como consultores em gestão, aos "tecnocratas da segunda linha".

A consolidação da tecnocracia ao nível do sector empresarial privado esteve intimamente relacionada com o crescimento económico, em especial com a expansão dos grupos financeiros, e com a internacionalização da economia portuguesa. Aquela genericamente expressava os interesses económicos e políticos dos sectores empresariais mais modernos. Uma ideia estruturante do discurso da tecnocracia residia na possibilidade do desenvolvimento e concretização de um processo controlado de alteração política do regime, no sentido do seu afastamento da matriz ditatorial.

Por seu turno, a consolidação dessa mesma tecnocracia era a expressão de alguns elementos principais do denominado marcelismo[186]. Entre eles, vamos encontrar a formulação e defesa de um projecto modernizador para a sociedade portuguesa, que englobava a "Nova Política Industrial", a "Nova Política Agrícola" e a "Nova Política Colonial", como também a reforma da educação (Reforma Veiga Simão) e que, ao nível do discurso político, se traduziu na substituição nominal do termo Estado Novo pelo de "Estado Social". Tal projecto tinha sido concebido precisamente por um conjunto de tecnocratas, em que pontificavam Xavier Pintado, Rogério Martins e João Salgueiro, os quais integrariam a partir de 1969 o elenco governativo liderado por Marcello Caetano, ocupando os cargos de secretário de Estado das Finanças, da Indústria e subsecretário de Estado do Planeamento Económico, respectivamente[187].

---

[186] Para além das fortes reacções que os sectores mais conservadores tiveram face ao projecto de modernização dos tecnocratas - também designados por reformistas - as críticas surgiram, igualmente, de alguns sectores oposicionistas, veja-se, a título de exemplo, os textos insertos em AAVV, *Sobre o capitalismo português*, Coimbra, Atlântida Editora, 1974.

[187] Para uma caracterização mais fina das teses e da intervenção política da tecnocracia consulte-se, entre outras, as seguintes obras: João Martins Pereira, *Indústria, ideologia e quotidiano*, Porto, Afrontamento, 1974 (em especial pp. 17 e segs.); António Ramos dos Santos, "Tecnocracia e desenvolvimento monopolista (1968-1973)", in *Economia e Socialismo*, nº 14, 1977, pp. 24-34; Marcelino Lyra Passos, "Resistência e desfasamento num processo de modernização e desenvolvimento. Os reformadores no governo de Marcello Caetano", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 10, 1991, pp. 21-42.

A entrada para o governo destes jovens tecnocratas, integrantes da geração social desenvolvimentista a que antes fizemos referência, inscreveu-se no quadro da formação de uma "coligação marcelista"[188] englobando, também, companheiros políticos do Presidente do Conselho - o caso, por exemplo, de Baltazar Rebelo de Sousa, Melo e Castro, Moreira Baptista - e a designada "ala liberal" da Assembleia Nacional - Pinto Balsemão, Sá Carneiro, Pinto Leite, Magalhães Mota, entre outros.

Contudo, a "coligação marcelista" seria de curta duração. A partir de 1971, assistiu-se à sua decomposição com a saída dos tecnocratas do governo - primeiro, João Salgueiro, em finais de 1971, e Xavier Pintado e Rogério Martins, no ano seguinte - e o desmembramento político da "ala liberal". Em simultâneo, o próprio regime endurecia a sua posição política, tentando, sem êxito, conter a conflitualidade social[189].

Com efeito, por razões de ordem política, económica e social, o desiderato da tecnocracia de uma evolução política gradual do regime, bem como o projecto modernizante advogado para a sociedade portuguesa fracassaram. O discurso tecnocrático acabou por ser esmagado pelas contradições e conflitos que trespassavam a sociedade portuguesa da época: a subsistência de um projecto de capitalismo nacional fechado sobre si próprio e, por seu turno, a necessidade de corresponder às solicitações de uma maior abertura ao capitalismo internacional; a impossibilidade de encontrar uma forma de articulação entre a não resolução da questão colonial e a integração política e económica na Europa; a instabilidade monetária e financeira que teve as suas principais origens no crescimento das despesas com a guerra colonial, e na rigidez da oferta interna perante uma procura pressionada pelo efeito das receitas do turismo e das remessas monetárias dos emigrantes e no consequente acentuar da espiral inflacionária; o conflito de interesses económicos entre as várias fracções da burguesia, quanto à definição

---

[188] Fernando Rosas, "O Estado Novo", *op. cit.*, p. 548.

[189] Sobre este período, consulte-se Fernando Rosas, *op. cit.*, pp. 545 e segs.

do futuro político-institucional e à reorganização dos mecanismos económicos - condicionamento industrial, concorrência e preços, relações económicas com as colónias; as alterações da relação salarial - elevação dos salários directos e indirectos, transformação da estrutura sindical de modo a permitir uma maior participação dos sindicatos.

2.3. Transformações no ensino universitário da economia

No decurso dos anos 60, os economistas vão paulatinamente consolidando a sua posição no mercado de emprego, em especial ao nível do Estado e das empresas privadas. Movimento que, por sua vez, expressava o crescente reconhecimento das suas qualificações académicas. Integradas nesse período fundamental para a construção social da profissão, encontramos, igualmente, importantes mudanças ao nível do ensino universitário da economia. No presente ponto iremos dar conta dos principais eixos que caracterizaram essas mudanças.

Se recuarmos à primeira metade da década de 50, verificamos uma evolução bastante irregular do volume de alunos matriculados em economia (veja-se o Anexo E e o Quadro VIII-12). Para isso concorreu decisivamente a quebra do volume de matriculados no ISCEF (Anexo C), a qual irá prosseguir até ao termo da década. A criação da FEP em 1953/54 vai colmatar tal quebra, permitindo acréscimos importantes, em particular a partir de 1955/56.

Quadro VIII-12

Alunos matriculados no ensino da economia e no ensino universitário
Ritmo de evolução (%)

	1950/51 a 1955/56	1955/56 a 1960/61	1960/61 a 1965/66	1965/66 a 1970/71	1970/71 a 1973/74
Ensino da Economia					
H	2,1	62,2	68,5	77,1	13,5 a)
M	-10,1	86,3	103,0	163,1	83,3 a)
T	0,3	65,4	73,7	92,0	30,1 a)
Total da Universidade					
H	9,6	27,2	25,6	39,8	11,8
M	36,9	35,0	81,9	75,5	22,9
T	16,7	29,6	43,5	54,2	17,0

a) Inclui os cursos de Gestão e Organização e Administração de Empresas.
Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

Deparamos com uma situação completamente diversa na década seguinte. Com efeito, nos anos 60, em termos globais, a procura do ensino da economia assumiu valores importantes. O número de alunos matriculados passou de 1.556 em 1960/61 para 6.749 ao fim de 13 anos. Como se pode observar no quadro acima, o crescimento mais expressivo ocorreu no pós 1965. Tal movimento acompanhava, grosso modo, o acréscimo global do ensino universitário. Numa década, o volume de matriculados na Universidade cresceu cerca de uma vez e meia, isto é, evoluiu de 19.522 alunos, em 1960, para 43.191, em 1970[190]. Note-se que a expressividade deste aumento encontra um dos elementos explicativos nos fracos valores absolutos que, para a época, o ensino universitário apresentava.

Quanto aos licenciados em economia, a tendência é igualmente de uma paulatina expansão. Nos anos 50, licenciaram-se 553 indivíduos e na década seguinte esse número duplicou (Anexo G).

[190] Sobre o ensino universitário consulte-se, entre outros, os seguintes textos: Rui Grácio, "A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. V, Lisboa, Edições Alfa, 1989, pp. 221-258; João Peixoto, "Alguns dados sobre o ensino superior em Portugal", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 27/28, 1989, pp. 167-188.

Por outro lado, é notório o crescimento continuado em termos absolutos e relativos das estudantes de economia (Anexo E). Em 1950/51, a proporção de mulheres era de 14,7%, progredindo para os 23,8% em 1970 e depois para os 33,5% em 1973. Os maiores acréscimos percentuais da população estudantil feminina de economia ocorreram entre 1965/66 e 1970/71 (163,1%) e entre este último ano lectivo e 1973/74 (83,3%). Mais uma vez, o ensino da economia segue, embora mais moderadamente, a tendência global da feminização do ensino universitário - 31,8% para 1960 e 45,8% para 1970. Ora, como vários estudos salientam, o substancial aumento da participação feminina constitui-se historicamente como um dos elementos que contribuíram, de modo decisivo, para a expansão do volume de alunos universitários[191].

Quanto à participação relativa dos alunos matriculados no ISCEF e na FEP no total da população universitária (veja-se Anexo F e Quadro VIII-13), depois de um acréscimo moderado nos anos 50, ela torna-se mais expressiva na década seguinte – 8,0% em 1960/61 e 12,0% em 1970/71. Será nesse mesmo período, em que a procura social da universidade se dirigia predominantemente para os ramos das Ciências Naturais e Exactas, da Medicina e das Letras, que a Economia reforça a sua posição relativa, em particular face ao Direito e à Engenharia[192]. Ora tal facto, provavelmente, reflectia a opção por uma formação académica que possibilitasse o acesso a funções que, na época, eram objecto de uma notória valorização simbólica e material ao nível das organizações[193].

---

[191] Sobre esta questão veja-se, entre outros, Adérito Sedas Nunes, "A população universitária portuguesa: uma análise preliminar", in *Análise Social*, nºs 22-23-24, 1968, pp. 295-385; Id., "O sistema universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento", in *ibid.*, pp. 386-474; Id., "A Universidade no sistema social português - uma primeira abordagem", in *Análise Social*, nº 32, 1970, pp. 646-707.; Maria Manuel Vieira, "Transformação recente no campo do ensino superior...", p. 321.

[192] Recorde-se que as opções pelos vários ramos de ensino não só expressavam a procura de determinadas carreiras profissionais, mas também os fortes condicionalismos impostos pela oferta institucional, em termos do leque dos cursos disponibilizados e da localização geográfica das Universidades. Veja-se Adérito Sedas Nunes, "O sistema universitário em Portugal: alguns mecanismos...", pp. 386-438.

[193] Com base nos resultados de um inquérito realizado pelo Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, em 1965, é-nos possível fazer uma primeira aproximação às remunerações que os

Quadro VIII-13

Distribuição percentual dos alunos matriculados
no ensino universitário por ramos de ensino

Ramos de ensino	1950/51	1960/61	1970/71
Ciências Naturais e Exactas	24,2	23,4	14,1
Direito	11,1	14,9	10,8
Economia	7,3	8,0	12,0
Engenharia	12,6	11,8	11,4
Letras	12,8	20,7	29,5
Medicina	20,3	15,5	14,3
Outras	11,9	5,7	7,9
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação.*

Se agora atendermos à evolução da população escolar do ISCEF, alguns aspectos ressaltam como importantes. Em primeiro lugar, a redução do número de alunos matriculados na década de 50 (Anexo C e Quadro VIII-14). Não possuímos informação sobre as razões que se encontram subjacentes a essa redução. O que constatamos é que só nos anos 60 ocorrerá a forte expansão da procura daquele instituto. A população estudantil passou de 866 indivíduos em 1960/61 para 3.571 em 1970/71 e 3.696 em 1973/74. Expansão que atinge um ritmo de acréscimo percentual elevado na segunda metade da década, desacelerando significativamente no triénio após 1970. Para isto concorreu, como veremos mais à frente, a criação em 1972/73, no âmbito da denominada Reforma Veiga Simão, de outras escolas universitárias de economia e gestão. É, por sua vez, evidente o expressivo aumento da proporção de mulheres: no início da década representavam 14,3% do volume global de matriculados, registando

economistas auferiam unicamente ao nível das empresas. Se ocupassem funções incluídas no "Pessoal Dirigente", o respectivo salário diário era 262$00, enquanto as do "Pessoal Técnico" apresentavam um salário de 179$00. Os assalariados "Não especializados" auferiam um salário diário no montante 36$00. Fica plenamente demonstrada a acentuada diferença de remunerações entre esses graus de qualificação, bem como a valorização material das funções ocupadas pelos economistas. Para uma análise mais detalhada daquele inquérito consulte-se: Maria da Galhardo e Maria Castanheira, *Análise das Diferenciações Salariais Inter-qualificações em 1965*, Lisboa, FDMO, 1969; Odete Esteves de Carvalho, "A repartição funcional do rendimento em Portugal: análise do I e II Planos de Fomento", in *Análise Social*, nº 19, 1967, pp. 458 e segs.

22,5% em 1970/71 e 31,2% passados três anos. Para a já referida expansão do estudantado do ISCEF contribuiu decisivamente a incorporação da população feminina, como já referimos.

Quadro VIII-14

Alunos matriculados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras/Instituto Superior de Economia - Ritmo de evolução (%)

Cursos	1950/51 a 1956/57	1956/57 a 1960/61	1960/61 a 1966/67	1966/67 a 1970/71
Economia				
H	78,0	56,6	190,4	76,9
M	123,8	78,7	267,9	89,6
T	84,5	60,4	205,3	79,9
Finanças				
H	13,6	18,6	13,0	123,3
M	28,3	-7,0	50,0	261,7
T	6,2	15,6	16,6	140,4
Outros				
H	-84,5	-	-	-
M	-91,2	-	-	-
T	-85,4	-	-	-
Total				
H	-24,5	22,8	95,8	90,5
M	-31,2	30,5	197,6	117,6
T	-25,5	23,9	110,4	96,0

Fonte: Anexo C.

Em segundo lugar, a crescente importância relativa que o curso de economia vai tendo ao longo da década de 50, apresentando-se na década seguinte como a opção preferencial daqueles que ingressavam no ISCEF.

Quadro VIII-15

Distribuição percentual dos alunos matriculados no ISCEF por cursos e anos lectivos

Cursos	1953/54	1960/61	1966/67	1970/71
Economia	28,7	50,6	73,4	67,3
Finanças	49,4	48,0	26,6	32,7
Outros	21,9	1,4	-	-
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Anexo C.

No caso da população feminina, subsistiu a mesma tendência de preferência pelo curso de Economia. Em 1960/61, 67,8% dos estudantes optavam por tal curso, 10 anos depois esse valor aumentava para 73,0%. Os dados apresentados demonstram que o ISCEF, no decorrer dos anos 60, se foi afirmando no campo universitário como uma escola fundamentalmente dirigida para a formação académica do designado macro-economista que tinha na administração pública um espaço privilegiado de inserção profissional.

Em terceiro lugar, a fraca produtividade do ensino ministrado no Instituto (Anexo C), acompanhando, assim, a situação que caracterizava, de modo global, o ensino universitário, nos anos 50 e 60[194].

As tendências que apontámos para o ISCEF encontram-se genericamente presentes ao nível da evolução da procura social do ensino ministrado na FEP (Anexo D). O quadro abaixo traduz a expansão do volume de matriculados nos anos 60. Não obstante com ritmos bem diferentes da primeira para a segunda metade da década, verificou-se no período imediatamente anterior a 1974 uma forte desaceleração.

Quadro VIII-16

Alunos matriculados na Faculdade de Economia do Porto
– Ritmo de Evolução (%)

Sexo	1955/56 a 1960/61	1960/61 a 1965/66	1965/66 a 1970/71	1970/71 a 1973/74
H	216,8	622,6	25,5	-1,0
M	296,3	80,4	123,3	66,1
Total	249,0	65,1	42,1	18,4

Fonte: Anexo D.

[194] Veja-se Adérito Sedas Nunes, "A população universitária: uma análise preliminar...", p. 354.

Tal como aconteceu para a generalidade do ensino universitário, a expansão da procura foi acompanhada pelo aumento substancial da proporção das mulheres no seio do estudantado da FEP - 15,5% no ano lectivo de 1960/61, 37,4% em 1973/74. Todavia, e de modo idêntico à composição sexual da população do ISCEF, essa Faculdade permanecia como maioritariamente masculina[195].

Se retomarmos o ano de 1960, verificamos que o valor da taxa de escolarização na Universidade se cingia a 1,3%[196]. Passados 10 anos, essa taxa atingia os 3,5%. O acréscimo expressa a importância que teve a expansão da procura social desse ensino. Contudo, tal movimento não deixa de colocar em evidência o facto de que, no início dos anos 60, os títulos universitários persistiam em ser um bem escasso que possibilitavam aos seus possuidores o acesso a determinadas actividades ou profissões e aos correspondentes elevados benefícios materiais e simbólicos. Por outro lado, como demonstra Sedas Nunes, para aquele período subsistia uma forte selectividade social no acesso à Universidade. O próprio sistema universitário intervinha nessa selectividade, através de diversos "mecanismos" - exame de admissão, organização pedagógica e curricular, estruturas institucionais[197]. Mas, saliente-se, a selecção social começava logo ao nível do ensino primário. Retenha-se que do total das crianças que tinham completado a 4ª classe em 1957/58, "houve 36,4% de ingressos, em 1958/59, nos cursos secundários; 23,8% de conclusões do 1° ciclo liceal ou técnico, em 1959/60; 14,0% de conclusões do 2° ciclo liceal ou técnico, em 1962/63; 5,9% de conclusões do 3° ciclo liceal, em 1964/65; 6,8% de conclusões

---

[195] Em termos do ensino universitário, a proporção de mulheres tinha passado de 31,8% no ano lectivo de 1960/61 para 45,8% passados 10 anos, atingindo 50,7% em 1973/74.

[196] Corresponde ao número de estudantes com 18-24 anos matriculados na Universidade/População Total com a mesma idade. Cf. INE, *Estatísticas da Educação* e *Recenseamento da População.*

[197] Cf. Adérito Sedas Nunes, "O sistema universitário em Portugal", in *Análise Social*, nºs 22-23-24, 1968, pp. 389 e segs.

do 3° ciclo liceal ou de habilitações equivalentes ao ensino técnico, em 1964/65"[198]. Assim, só uma parcela restrita do conjunto dos jovens portugueses conseguia alcançar a Universidade.

Esta parcela era composta maioritariamente por estudantes provenientes de fracções de classe e de classes com um importante capital económico e/ou cultural. Embora de modo indirecto, a informação contida no Quadro VIII-17 demonstra o que se acabou de afirmar[199]. No início dos anos 60, predominavam os estudantes universitários cujos pais eram "funcionários superiores do Estado", "pequeno industrial ou comerciante de retalho", "profissão liberal", "proprietário rural ou urbano" e "empregado categorizado de empresa particular e industrial ou comerciante grossista. Por seu turno, categorias como "trabalhador" e "empregado ou auxiliar" quedavam-se por valores modestos. Era, por conseguinte, bem patente a forte sobre-representatividade destas categorias no seio do sistema de ensino universitário [200].

---

[198] Id., *ibid.*, p. 390.

[199] Como indicámos anteriormente a respeito de um quadro de cariz semelhante, referente ao ano lectivo de 1951/52, a leitura do Quadro VIII-17 terá de ser feita tendo presente duas condicionantes: a utilização exclusiva da profissão do pai como indicador, o que limita necessariamente a análise e a imprecisão conceptual que recobre algumas das categorias.

[200] Sobre a origem social do estudantado universitário dos anos 60 consulte-se, para além dos textos atrás indicados de Adérito Sedas Nunes, os seguintes: Rui Machete, "A origem social dos estudantes portugueses", in *Análise Social*, n°s 20-21, 1968, pp. 213-247; David Miranda, "A população universitária e a população portuguesa: um confronto da sua composição social", in *Análise Social*, n°s 25-26, 1969, pp. 158-166.

Quadro VIII-17

Distribuição percentual dos estudantes universitários segundo a profissão do pai e ramos de ensino para o ano lectivo de 1963-64

Profissão do Pai	1	2	3	4	5	6	7	8	T
Trabalhador	3,9	5,4	7,0	3,1	7,0	2,3	2,5	2,7	4,2
Empregado ou auxiliar	3,4	3,6	6,7	3,7	2,5	3,0	0,0	4,0	3,6
Membro de patente das forças armadas	2,7	2,1	2,6	2,8	1,2	1,4	5,0	5,9	2,4
Funcionário do Estado	17,7	18,3	16,0	16,7	12,2	13,4	17,5	21,1	16,1
Funcionários Superiores	14,2	16,4	11,2	15,2	10,4	12,0	17,5	15,8	13,8
Pequeno industrial/Comerciante a retalho	13,3	10,0	17,4	14,9	14,4	12,9	0,0	11,6	13,4
Empregado categorizado de empresa particular	8,4	6,0	10,1	10,0	7,9	7,5	2,5	9,9	8,4
Industrial/Comerciante grossista	7,8	4,3	8,9	6,2	5,9	10,3	7,5	7,2	7,4
Professor do ensino primário	2,1	0,6	0,8	2,3	0,8	1,6	2,5	0,0	1,5
Professor do ensino secundário ou superior	4,0	2,1	0,4	2,7	2,6	3,7	2,5	7,2	2,9
Director/Funcionário superior de empresa particular	5,1	5,5	7,2	5,9	9,1	3,8	5,0	5,1	5,8
Profissão liberal	12,4	14,6	5,6	7,3	12,1	22,3	17,5	9,0	12,1
Oficial das forças armadas/ marinha mercante	2,8	3,5	1,2	4,6	7,3	1,2	2,5	3,3	3,5
Proprietário rural ou urbano	10,1	14,6	9,1	14,0	10,0	11,3	32,5	3,8	12,1
Proprietário rural	8,1	12,2	1,8	10,8	1,2	9,1	20,0	3,8	8,9
Outras profissões	5,6	9,2	6,8	5,0	7,1	4,6	0,0	9,2	6,0
Sem resposta	0,8	0,0	0,0	0,7	0,0	0,7	2,5	0,0	0,7

Legenda: 1-Letras; 2-Direito; 3-Ciências Sociais; 4-Ciências Exactas e Naturais; 5-Engenharia; 6-Ciências relativas à Medicina; 7-Agricultura; 8-Belas Artes

Fonte: CODES, Situação e opinião dos Universitários - *Inquérito promovido pelas Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Sócio Económico, 1967, pp. 201 e segs.

Qual o perfil socioprofissional dos pais dos estudantes de economia? O quadro acima permite-nos somente uma aproximação à questão, já que inclui esses estudantes no ramo das Ciências Sociais, no qual se encontram também os do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina.

Pelo menos três aspectos se destacam quanto ao ramo das Ciências Sociais. Em primeiro lugar, e comparativamente aos restantes ramos de ensino, detinha os valores relativos mais elevados de pais que se inseriam na categoria de "trabalhador" e "empregado ou auxiliar", 13,7% no conjunto, afastando-se significativamente dos 7,8% do total da população inquirida. O ramo das ciências

sociais apresentava, no início da década de 60, uma forte representatividade, relativamente à globalidade da Universidade, de estudantes cujos pais exerciam actividades laborais caracterizadas por fracos benefícios materiais. Em segundo, registava os valores relativos mais expressivos das categorias "empregado categorizado de empresa particular" e "pequeno industrial/comerciante a retalho". Em especial, face à última, a correspondente procura social dos cursos do ISCEF e da FEP expressaria, provavelmente, a opção por uma formação, e correspondente titulação académica, que visava a assunção pelos estudantes do património dos progenitores. Importa ter presente que para os estudantes cujos pais exerciam aquelas actividades laborais, bem como as que se incluíam nas categorias de "trabalhador" e "empregado ou auxiliar", a Universidade representava um espaço fundamental de mobilidade social ascendente. Em terceiro, os valores percentuais de categorias como as de "funcionários superiores do Estado", "professores do ensino secundário ou superior", "profissão liberal" e "oficial das forças armadas/marinha mercante" são os mais baixos face aos dos restantes ramos de ensino. Será, por seu turno, nos ramos do Direito, das Ciências relativas à Medicina e da Agricultura que encontramos uma importante posição relativa de estudantes com progenitores nessas categorias.

Por outro lado, estas considerações permitem colocar em relevo que subsistiam algumas diferenciações, no início dos anos 60, quanto à situação socioprofissional dos pais dos estudantes universitários, entre os diversos ramos de ensino[201]. Diferenciações que eram também patentes ao nível do volume do capital cultural.

[201] Maria Manuela, *op. cit.*, p. 349.

Quadro VIII-18

Distribuição percentual dos estudantes universitários, segundo o nível de instrução do pai e ramos de ensino para o ano lectivo de 1963-64

Nível de Instrução	1	2	3	4	5	6	7	8	T
Sem instrução	3,1	2,3	4,8	2,7	3,5	1,1	5,0	0,0	2,7
Instrução primária	31,5	30,8	38,9	38,7	22,5	33,0	12,5	26,3	32,6
Instrução secundária	29,8	24,6	30,1	27,3	26,0	22,6	25,0	32,5	27,4
Curso médio	8,5	6,2	7,2	8,1	13,3	8,9	12,5	8,0	8,7
Curso superior	26,2	34,4	18,4	21,7	33,7	33,7	42,5	31,2	27,5
Sem resposta	0,9	1,8	0,6	1,5	1,2	0,8	2,5	2,0	1,2

Legenda: 1-Letras; 2-Direito; 3-Ciências Sociais; 4-Ciências Exactas e Naturais; 5-Engenharia; 6-Ciências relativas à Medicina; 7-Agricultura; 8-Belas Artes
Fonte: CODES, Situação e opinião dos Universitários - *Inquérito promovido pelas Direcções-Gerais da Juventude Universitária Católica*, Lisboa, Gabinete de Estudos e Projectos de Desenvolvimento Sócio Económico, 1967, pp. 201 e segs.

Ao observarmos o quadro imediatamente acima, destaca-se que o ramo das Ciências Sociais - acompanhado de perto pelo das Ciências Exactas e Naturais - caracterizava-se por ter a mais elevada proporção de universitários cujo pai apenas possuía como nível de instrução a 4ª classe. Quanto aos pais com um grau do ensino superior, a percentagem era a mais baixa, destacando-se notoriamente dos valores que esse grau tinha nos outros ramos.

Relacionando as considerações que fizemos a propósito do perfil socioprofissional dos pais dos estudantes do ramo das Ciências Sociais com as respeitantes ao capital cultural dos mesmos, afigura-se-nos pertinente destacar que nos diversos cursos englobados nesse ramo encontravam-se, numa proporção mais elevada comparativamente aos outros cursos universitários, estudantes provenientes do operariado e de fracções da pequena-burguesia caracterizadas, por conseguinte, por reduzidos volumes de capital económico e cultural. Ora tal conclusão apresenta-se genericamente idêntica ao perfil, em termos de origem social, da procura do ensino do ISCEF nos anos 40, como vimos em capítulo anterior.

Para além do perfil socioprofissional e educacional dos pais dos estudantes das Ciências Sociais, que admitimos, de modo genérico, serem também atributos

do estudantado de economia, importa ir um pouco mais longe e trazer à reflexão outros elementos que permitam aprofundar a identificação social destes últimos.

Relembre-se que o acesso ao ISCEF e à FEP efectuava-se por duas vias de ensino: a liceal e a do ensino técnico comercial através da conclusão nos IC do curso preparatório de admissão a essas escolas, com a duração de 2 anos. Vias de ensino que tinham durações diferentes. Os alunos provenientes do ensino técnico comercial obtinham a licenciatura no ISCEF e na FEP ao fim de 13 anos de escolaridade após a instrução primária, enquanto os do liceu em 12 anos. Como vários estudos apontam, estamos perante duas populações escolares socialmente diferentes[202]. O ensino técnico secundário vai ser objecto de uma procura social por parte das classes e das fracções de classe de menores recursos económicos e culturais. Procura social que se intensificou no decorrer dos anos 50 e 60, constituindo para os jovens oriundos dessas classes um importante meio de acesso a funções ocupacionais mais qualificadas e, concomitantemente, de mobilidade social ascensional[203]. Será, portanto, uma pequena parcela dessa procura do ensino técnico que, por via da frequência dos dois IC, o de Lisboa e o do Porto, irá ingressar nas escolas universitárias de economia.

Entretanto, outro elemento caracterizava o estudantado do ISCEF. Se tivermos em conta a informação contida no Quadro VIII-19, verifica-se que, para esses três anos lectivos, parte importante desses estudantes tinha uma idade igual ou superior aos 27 anos, o que já não acontecia quanto à FEP.

---

[202] Veja-se M. Eduarda Cruzeiro e M. C. Marinho Antunes, "Ensino secundário: duas populações, duas escolas", in *Análise Social*, nº 55, 1978, pp. 443-502 e Vitor Ângelo, "O ensino discriminatório: liceu e escola técnica", in *Análise Social*, nº 44, 1975, pp. 576-629.

[203] Sérgio Grácio, *Política Educativa como Tecnologia Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986, p. 88.

Quadro VIII-19

Distribuição percentual dos alunos matriculados por escalões etários e anos lectivos

Escalões Etários	1962/63			1970/71			1973/74		
	ISCEF	FEP	Univ.	ISCEF	FEP	Univ.	ISCEF	FEP	Univ.
< 18 anos	2,3	1,8	2,6	-	-	1,9	-	-	3,1
18-20 anos	24,2	25,8	27,0	17,4	20,8	24,9	19,8	29,0	25,5
21-23 anos	26,0	29,3	30,1	33,7	38,1	30,6	16,2	35,1	30,7
24-26 anos	18,0	20,0	18,9	17,2	19,9	18,3	16,6	17,0	17,5
27-29 anos	12,3	10,3	9,1	9,6	9,2	8,7	12,2	8,7	8,4
> 30 anos	17,2	12,8	12,3	22,1	12,0	15,6	35,2	10,2	14,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

A propósito da análise que realizámos em capítulo anterior sobre a população escolar do ISCEF nos finais dos anos 40, havíamos já constatado a mesma situação. Retenha-se, mais uma vez, que a existência de um estudantado não "jovem" poderia reflectir quer o atraso nos estudos, quer a existência da já designada "procura tardia" por parte de um conjunto de estudantes[204]. Sedas Nunes, nos estudos que levou a cabo sobre a população universitária dos anos 60, destaca precisamente não só a importância relativa que os estudantes não "jovens" detinham, em especial, no ramo das Ciências Sociais e do Direito, mas também a deficiente capacidade institucional da Universidade para acolher aquela procura[205].

Esta fazia-se por parte daqueles que já se encontravam inseridos no mercado de emprego. Afigura-se-nos plausível admitir que a opção pelos cursos de economia e de finanças não deixaria de traduzir o privilegiar por parte dos "não jovens" de uma formação académica que possibilitasse o acesso, no seio das organizações - públicas ou privadas - onde trabalhavam, a funções mais

[204] Relembre-se o que dissemos antes sobre o estudantado universitário não jovem. Perante a ausência de informação estatística sobre o mesmo, em particular quanto à idade de ingresso no ISCEF e na FEP e à sua condição perante o trabalho, é-nos permitido, unicamente, apontar pistas de cariz indicativo, a merecerem um estudo mais aprofundado.

[205] Cf. Adérito Sedas Nunes, "A população universitária portuguesa...", pp. 344-349 e Id., "O sistema universitário em Portugal...", pp. 346 e segs.

qualificadas e caracterizadas por benefícios materiais e simbólicos mais elevados[206].

Como atrás salientámos, a Reforma do ISCEF de 1949 e a criação da FEP em 1953 foram factos importantes no processo de valorização científica e pedagógica do ensino universitário da economia, contribuindo decisivamente para a emergência da profissão de economista. Nos anos 50 e 60, o ensino da economia atravessou um período marcado por uma crescente modernização científica e actualização face ao que era produzido internacionalmente. Claro que estamos perante uma modernização que não podemos deixar de considerar limitada, atendendo aos constrangimentos políticos e ideológicos impostos pelo Estado Novo à produção, circulação e apropriação dos conhecimentos científicos.

Para J. Oppenheimer e A. Romão, os anos 60 evidenciam uma modernização ao nível da ciência económica:

> "O paradigma keynesiano começa a penetrar o pensamento económico em profundidade. Importa acrescentar que a concepção da política económico-financeira decorrente da teoria keynesiana, contraria frontalmente o dogma do necessário equilíbrio orçamental, caro à política Salazarista, muito baseado na perspectiva das finanças públicas ortodoxas. Para essa abertura ao nível da teoria e política económicas participaram grandemente as influências estrangeiras que se manifestaram para além da evidente dimensão bibliográfica, através de um grande número de lições, conferências e seminários proferidos por especialistas estrangeiros e através dos doutoramentos e estágios realizados por economistas universitários portugueses especialmente na Inglaterra, França e Alemanha."[207]

[206] A existência do regime de voluntariado na frequência às aulas na FEP e no ISCEF, bem como a formação de turmas no horário pós-laboral, a partir de 1970, nesta última escola, concorreram para a existência de uma procura por parte daqueles que tinham uma actividade laboral.

[207] Jochen Oppenheimer e António Romão, *op. cit.*, p. 7.

Em paralelo ao interesse pelo keynesianismo - prova disso é o trabalho pedagógico de Pereira de Moura no ISCEF[208] - a influência do marxismo, nos anos 60, tornou-se progressivamente notória, em especial ao nível dos estudantes de economia.

Relembre-se que a referida modernização esteve associada a uma crescente afirmação profissional dos economistas, a qual passou pelo reconhecimento da imprescindibilidade dos seus conhecimentos científicos para o funcionamento dos organismos do Estado e das empresas, em particular daquelas que se pautavam pela inovação.

Entretanto em 1965, Jacinto Nunes, a propósito da reforma global da universidade, defende a reforma do ensino das ciências económicas[209]. Fá-lo partindo significativamente de um enunciado dos "campos de actividade" para economistas[210],

> "Dois grandes campos de actividade se deparam hoje ao economista: o estudo, a elaboração e a execução da política económica, exercida em geral no Estado e nos organismos para-estatais, ou ainda em grandes empresas, e a administração de empresas, na maioria dos casos no sector privado, mas abrangendo a administração das empresas públicas."[211]

Dois campos que recobriam genericamente as denominadas actividades mais direccionadas para a abordagem quer das questões macro-económicas, quer da economia de empresa, que seriam o resultado de uma formação académica, à qual se deveria encontrar subjacente uma forte consonância com as exigências que a sociedade de então colocava ao economista profissional. Jacinto Nunes

---

[208] Consulte-se Francisco Pereira de Moura, "O ensino da teoria geral de Keynes no ISCEF/ISE", in *op. cit.*, pp. 74 e segs.

[209] Manuel Jacinto Nunes, "Para uma reforma da Universidade - o ensino das ciências económicas", in *Economia e Finanças - Anais do ISCEF*, vol. XXXIII, tomo II, 1965, pp. 271-290.

[210] A análise de Manuel Jacinto Nunes assume um particular significado, porquanto equaciona o ensino universitário da economia numa relação estrita com o mercado de emprego para os respectivos licenciados.

[211] Id., *ibid.*, p. 284.

assume de modo implícito que não era propriamente essa a consonância que subsistia ao nível do ensino universitário da economia. No caso específico do ISCEF não só faltavam disciplinas, como também a configuração curricular do curso de economia e do de finanças necessitava de ser revista. Sempre no sentido de tais cursos corresponderam às "exigências profissionais do economista no mundo contemporâneo"[212]. Mas mais, a formação académica do economista deveria passar a alicerçar-se em determinados elementos base[213]: aprofundamento da teoria económica e dos métodos de análise económica; "associação entre a teoria económica e a economia aplicada", equilíbrio entre a generalidade dos conhecimentos científicos ministrados e a especialização; importância da economia de empresa, da matemática e da estatística; inclusão no currículo de "cadeiras de sociologia" e de "política", para além das já existentes de direito.

Em síntese, a par do reconhecimento que é feito da necessidade de uma reforma dos currículos do ISCEF e da FEP, a análise de Jacinto Nunes defende a autonomização da economia como ciência - e correlativamente do respectivo ensino universitário - e a imprescindibilidade da actividade profissional dos licenciados por aquelas escolas, na qualidade de economistas.

Essa mesma tónica é colocada num texto do autor, datado de 1967. Só que um outro aspecto ganha relevo: o ensino da economia nas Faculdades de Direito e a finalidade das mesmas, em termos das actividades profissionais a desempenhar pelos respectivos licenciados.

Para aquele economista, em meados dos anos 60, a situação era perfeitamente clara:

> "No que respeita ao ensino da Economia nas Universidades, o caso das Faculdades de Direito é (...) um caso especial, que assenta em razões históricas. Mas não constitui fim específico das Faculdades de Direito formar economistas profissionais; o seu fim é a formação jurídica. É certo que existe nas referidas Faculdades um curso complementar de ciências

[212] Manuel Jacinto Nunes, *op. cit.*, p. 287.
[213] Id., *ibid.*, pp. 288 e segs.

político-económicas, mas a sua finalidade não é a formação específica de economistas, mas antes, sim, principalmente a preparação para o exercício de funções públicas elevadas nas quais assume relevância a cultura económica."[214]

É, de modo notório, uma posição de demarcação que pretendia, na época, salvaguardar, em primeiro lugar, aquilo que as duas escolas universitárias de economia tinham conquistado desde os anos 50 - serem espaços de formação académica de economistas - e, em segundo, o próprio mercado de emprego para os licenciados provenientes dessas escolas.

A posição assumida por Jacinto Nunes vinha provavelmente na consequência directa da reflexão que vários professores das Faculdades de Direito de Lisboa e de Coimbra efectuaram entre 1964 e 1966 sobre a reforma do ensino do direito e, em especial, do ensino da economia nos currículos de ambas as Faculdades, bem como do mercado de emprego para os futuros juristas. Tal como acontecia em relação à generalidade do ensino universitário, os currículos dos cursos já não sofriam qualquer alteração substancial há longos anos. A última reforma datava de 1945, o que era indicativo do imobilismo que caracterizava o ensino do direito.

Costa Leite (Lumbralles) constatava, precisamente, que o ensino da economia, em ambas as Faculdades de Direito, se encontrava num "período crítico", o que era o resultado de vários factores[215]: o desenvolvimento da ciência económica não tinha sido acompanhado pela expansão da correspondente estrutura curricular; o incremento do ensino universitário da economia, por intermédio do ISCEF e da FEP; a importância da formalização matemática da economia.

---

[214] Manuel Jacinto Nunes, "O ensino das ciências económicas em Portugal e os objectivos da Universidade", in *Análise Social*, nºs 22-23-24, 1968, p. 689.

[215] João Costa Leite (Lumbralles), "Lugar das ciências económicas no ensino de direito", in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XVIII, 1964, p. 23.

Ora para o autor, ao tempo docente da Faculdade de Direito de Lisboa e responsável pela cadeira de Economia Política, aqueles factores ajudaram

> "(...) a criar em muitos espíritos a convicção de que, constituído um ramo de ensino em que a matéria económica é a parte fundamental e básica – ramo de ensino esse reforçado com a criação da Faculdade de Economia do Porto - a função, que as Faculdades de Direito durante um século desempenharam, de centro de formação superior em matéria económica tende a desaparecer e que, quando muito, nelas deverá haver uma ou outra cadeira de conteúdo económico, destinada a pôr os juristas em contacto com algumas noções gerais daquela ciência, exactamente como acontece em cadeiras de Economia existentes em outras escolas superiores - as de Engenharia, Agronomia, etc."[216]

Por conseguinte, o que estava em causa era a crescente perda de importância das Faculdades de Direito como instituições predominantes no seio da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos. Para a quebra da hegemonia dessas Faculdades tinha concorrido quer a recomposição do ensino no ISCEF e a criação da FEP, quer o protagonismo científico da nova geração de economistas, quer, ainda, a clara insuficiência de ordem teórico-metodológica do discurso veiculado pelos juristas sobre a dinâmica económica. Por outro lado, a questão não se cingia somente à perda de importância no plano estritamente científico. Uma centralização quase exclusiva das Faculdades de Direito nas ciências jurídicas conduziria a que a inserção profissional se confinasse à magistratura e à advocacia, ficando preteridas outras áreas, como a administração pública e as empresas, em que os licenciados em direito vinham desempenhando, por exemplo, funções de natureza jurídico-económica[217].

---

[216] Id, *ibid.*, p. 24.

[217] Como aponta: "Se as Faculdades de Direito, em vez de procurarem adaptar-se à evolução dos conhecimentos e da vida, criando para isso as secções especializadas indispensáveis, reagirem ao fenómeno concentrando-se cada vez mais no domínio da cultura jurídica tradicional, certamente produzirão juristas de alto nível, mas o seu papel e a sua influência na vida cultural do país serão cada vez menores. Pelo contrário, se, sem prejuízo da formação das escolas profissionais indispensáveis, se adaptarem àquela evolução e não descuidarem a cultura económica e sociológica, em que tanto se distinguiram alguns dos seus professores, elas continuarão a poder afirmar a superioridade dos seus diplomados no puro domínio das actividades jurídicas, seja qual

Ora, para Costa Leite (Lumbralles) a valorização do ensino da economia nas Faculdades de Direito, com a não consequente redução das áreas de inserção profissional dos seus titulados, implicaria a reforma do ensino do direito:

> "(...) a conveniência de dar às disciplinas económicas, nas nossas Faculdades de Direito, um maior desenvolvimento, não só para que haja juristas profissionais com nível suficiente de cultura económica, como ainda pela necessidade de formar um escol de economistas com formação jurídica e sociológica que, embora não possam, ao terminar o seu curso, considerar-se inteiramente senhores de todas as técnicas modernas de análise e planificação, tenham as bases suficientes para empreender em qualquer domínio da Economia investigações úteis, e para desempenhar na administração pública e nas actividades particulares funções em que a cultura económica seja necessária."[218]

O referido "escol de economistas com formação jurídico-sociológica" - ou como designa em determinadas passagens do texto os "juristas-economistas" - seriam licenciados em direito "especializados em problemas económicos". E nem mesmo a ausência de preparação académica desses licenciados quanto à formalização matemática da economia deveria ser impeditivo do tratamento desses problemas. Sem deixar de reconhecer a importância dos métodos de análise económica baseados na matemática, o que não obsta que enverede por uma forte crítica, sublinhando os seus limites, o autor acaba por defender a virtualidade dos métodos não matemáticos, em especial aqueles que se fundamentam numa "orientação sociológica"[219]. Com efeito, só este argumento

---

for a sua natureza - Direito Privado, Direito Público, Direito do Trabalho, Direito Financeiro, Direito Económico - e continuarão a ser aquele viveiro para a formação do escol intelectual do país no domínio das Ciências Sociais que tradicionalmente têm sido. Por outro lado, constituirão como que uma força cultural compensadora das tendências excessivamente mecanicistas que naturalmente caracterizam as escolas onde a Economia é ensinada com base em critérios e em métodos dominantemente matemáticos. Com isto não se defenderá só o prestígio tradicional das Faculdades de Direito, servir-se-á também, estou disso convencido, o interesse nacional." In Id., *ibid.*, p. 38.

[218] Id. *ibid.*, p. 32.

[219] O ensino da economia nas Faculdades de Direito é visto em contraponto ao das escolas universitárias de economia: "Por outro lado, constituirão [as Faculdades de Direito] como que uma força cultural compensadora das tendências excessivamente mecanicistas que naturalmente

poderia tornar exequível, em termos pedagógicos e científicos, o incremento do ensino da economia no quadro curricular dos cursos de direito. Recusa, deste modo, o fechamento da ciência económica ao número restrito dos que, na época, possuíam uma formação económica de nível universitário, como era o caso dos licenciados pelo ISCEF e pela FEP.

Apesar de Costa Leite (Lumbralles) indicar que a sua proposta de reforma não tinha como objectivo principal criar as condições institucionais para que os cursos de direito passassem a formar "economistas profissionais" - essa deveria continuar a ser a finalidade do ISCEF e da FEP - afigura-se-nos plausível interpretá-la como uma tentativa que visaria, entre outros aspectos, reforçar a posição dos licenciados em direito, ao nível dos segmentos do mercado de emprego em que a competição interprofissional poderia ser mais acentuada com os licenciados em economia e em finanças. Sabendo-se que para a época, e face a outros títulos académicos, o de licenciado em direito persistia, privilegiadamente, em dar acesso a títulos profissionais marcados pelos elevados benefícios materiais e simbólicos e a cargos políticos nas várias instâncias do regime do Estado Novo, a proposta de reforma teria, por outro lado, como objectivo global manter, pelo menos, tal condição socioprofissional.

Na reflexão sobre a importância do ensino da economia nos cursos de direito, bem como sobre a finalidade dos mesmos em termos de mercado de emprego, outras análises foram efectuadas. A determinado momento de um texto sobre a futura organização dos estudos jurídicos, Marcello Caetano afirma o seguinte:

> "(...) as Faculdades devem formar juristas, apenas, ou também economistas, cultores da ciência política, historiadores do Direito...? Como veremos, penso que as disciplinas não jurídicas desempenham no currículo dos estudos um papel meramente preparatório ou complementar do ensino jurídico. Isso não quer dizer que não sejam importantes para a

caracterizam as escolas onde a Economia é ensinada com base em critérios e em métodos dominantemente matemáticos." In Id., *ibid.*, p. 38.

formação do jurista e que não devam ser ministradas com esmero. Pode resultar do seu estudo o gosto pelas suas matérias e, por isso, o licenciado em direito, uma vez o curso terminado, virá a dedicar-se porventura aos problemas económicos, políticos ou históricos e até vir a marcar posição como economista, político ou historiador. Mas uma coisa é essa abertura de possibilidades ao espírito do jurista e outra é as Faculdades de Direito proporem-se, como objectivo próprio e específico, a formação de economistas, por exemplo, e até a concessão do grau de licenciado em ciências económicas. Tal objectivo, a meu ver, seria prejudicial na medida em que, para ser atingido, iria necessariamente sacrificar a formação do jurista, transformando o ensino da Economia, de meramente propedêutico, em matéria principal com as implicações daí decorrentes, como o estudo da matemática, por exemplo. Nem deve uma Faculdade de Direito disputar às Faculdades de Economia as funções próprias destas, pois com a mesma legitimidade com que se arrogasse conferir graus de licenciado em Ciências Económicas, pretenderiam estas atribuir os de licenciado em Direito... Na verdade, nas Faculdades ou Institutos Superiores de Economia há várias cadeiras de ciências jurídicas. O papel das Faculdades de Direito é o de prepararem e fornecerem os professores dessas cadeiras, funcionando nesse ponto como escolas normais."[220]

Não obstante considerar que o ensino da economia tem um "papel meramente preparatório" no âmbito dos cursos de direito, utiliza o termo economista como indicativo de uma presumível actividade profissional para os licenciados provenientes desses cursos. Neste aspecto, Costa Leite (Lumbralles) vai mais longe: ao indicar que o "economista profissional" formado nestas escolas contrapunha-se ao "economista-jurista" das Faculdades de Direito. Ou melhor por outras palavras: uma dicotomia entre o economista prático e o economista teórico, o que apontaria para uma hierarquização social entre os dois, ocupando o último uma posição mais elevada. Marcello Caetano não aponta no texto tal dicotomia, embora se possa subentender uma diferenciação entre, por um lado, o título académico de licenciado em economia, propriedade dos titulados pelo ISCEF e pela FEP e, por outro, o título profissional de economista, a que poderiam concorrer licenciados provenientes de outras formações académicas, neste caso em direito.

---

[220] Marcello Caetano, "A reforma dos estudos jurídicos", in *O Direito*, nº 2, 1966, p. 153.

As considerações que Costa Leite (Lumbralles) e Marcello Caetano elaboram sobre a finalidade dos cursos de direito fazem entender que persistia a conflitualidade profissional entre os licenciados provenientes das duas formações académicas, economia e direito, em particular ao nível dos segmentos do mercado de trabalho, por exemplo serviços estatais ligados à administração fiscal, em que por força do conteúdo das funções, poderia ocorrer uma intermutabilidade entre aquelas formações.

Uma outra postura sobre a reforma dos estudos jurídicos é apresentada por Teixeira Ribeiro. Para o docente da Faculdade de Direito de Coimbra, a finalidade dos cursos de direito deveria ser equacionada do seguinte modo:

> "As Faculdades devem propor-se formar somente juristas, isto é, pessoas aptas para o exercício das actividades que requerem o conhecimento da dogmática jurídica, ou formar ainda pessoas aptas para o exercício de outras actividades? O problema põe-se, sobretudo, a propósito do ensino das ciências económicas: devem as Faculdades propor-se formar também economistas? Eu entendo que não, dado a formação de economistas exigir hoje que se incluam as matemáticas nas Faculdades de Direito, e logo nos primeiros anos, como é óbvio. Ora, se tal se fizer, uma de duas: ou as matemáticas se tornam obrigatórias para todos - juristas e economistas -, o que não tem sentido; ou só se tornam obrigatórias para os últimos, e isso equivale a criar nas Faculdades de Direito, desde o 1° ano, um curso especial para economistas. Por outras palavras, isso equivale a criar, dentro da mesma escola, duas Faculdades: uma Faculdade de Direito, frequentada pelos juristas, e uma Faculdade de Direito e Economia, frequentada pelos economistas (...).Volto ao curso das ciências económicas: há que estudar nas Faculdades uma Economia para juristas e não uma Economia para economistas. Sim, que interessa aos juristas saber se a inflação tem a sua origem na alta dos custos ou no aumento da procura? Se a taxa de juro depende da preferência pela liquidez ou dos efeitos e procura de fundos? Se os ciclos curtos são inevitáveis? Mais do que a explicação dos fenómenos económicos, interessa aos juristas a sua importância social, os quadros e as constituições que a revelam."[221]

[221] Teixeira Ribeiro, "Sobre a reforma das Faculdades de Direito – (Respostas a um inquérito de alunos)", in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. XCII, 1966, p. 371.

É, portanto, uma postura que assume peremptoriamente a diferenciação entre as Faculdades de Direito e as escolas universitárias de economia quanto às respectivas finalidades, o que vinha, de modo explícito, a favor das teses da autonomização da economia como ciência e do reconhecimento das actividades dos economistas.

Em 1967, os currículos dos cursos de Economia e de Finanças foram parcialmente alterados[222]. Não estamos perante uma reforma, mas sim um ajustamento que se alicerçou: na introdução de novas designações para as cadeiras; na actualização científica dos cursos ministrados; no acréscimo do número semanal de aulas do ensino prático; na ampliação do ensino da economia. Passado um ano, era a vez do curso de Economia da FEP sofrer algumas reformulações, as quais seguiram as tendências já apontadas para a escola de Lisboa[223]. A principal diferença subsistiu na criação da disciplina de "Introdução às Ciências Sociais".

Não obstante o esforço de uniformização curricular entre as duas escolas universitárias de economia[224], no final dos anos 60 era visível a existência de algumas diferenciações:

> "Destacando o essencial, parece poder dizer-se que, enquanto o Curso da Universidade Técnica se encontra hoje estruturado em termos que o orientam claramente, do ponto de vista profissional, para a preparação de técnicos superiores de economia destinados a trabalhar numa perspectiva macro-económica (ou, por outras palavras, numa perspectiva de administração pública), no Curso do Porto essa orientação é menos nítida,

---

[222] Decreto nº 47.986 de 7 de Outubro de 1967.

[223] Decreto nº 48.626 de 12 de Outubro de 1968.

[224] A intenção de uniformização era explicitamente assumida pelo governo. No preâmbulo do Decreto nº 48.626 de 12 de Outubro de 1968 pode-se ler: "Considerando ainda que, por um lado, está legalmente reconhecida a equivalência entre a licenciatura em Economia pela Universidade do Porto e a licenciatura em Economia pela Universidade Técnica e que, por outro, se impõe evitar, na medida do possível, que diferenças muito acentuadas entre os elencos das duas licenciaturas tornem praticamente impossível aos alunos o exercício do direito de transferência de uma para a outra das Universidades".

notando-se um certo 'compromisso' com uma orientação no sentido da administração privada."[225]

Entretanto, a partir de meados dos anos 60 emergiram, no âmbito do ensino superior privado, várias escolas com cursos na área da economia e organização e gestão das empresas. Encontramos o Instituto de Estudos Superiores de Évora com dois cursos - um em Ciências Empresariais, que tinha por finalidade a formação de "economistas dirigentes e chefes de empresa", e outro, impropriamente designado de Sociologia, dirigido para a preparação de "dirigentes para as obras sociais das empresas ou outros centros"[226]. No pós 1974, esses cursos darão origem, respectivamente, às licenciaturas em Economia e em Sociologia da Universidade de Évora. Por seu turno, na Escola Superior de Organização Científica do Trabalho, anexa ao Instituto Superior de Línguas e Administração, sedeada em Lisboa, era formado, no início dos anos 70, o curso de Administração Económico-Financeiras.

Considerando que naqueles cursos o volume de alunos matriculados era bastante restrito[227], a criação daquelas escolas não teve qualquer efeito na redução da pressão da procura social a que estavam sujeitos a FEP e o ISCEF. Aliás, tenha-se presente que esta questão não pode ser unicamente equacionada numa estrita interpretação quantitativa. Um aspecto importante importa sublinhar: os cursos do ensino superior privado, face à sua juventude e concomitante débil património institucional, para além do facto de só o Instituto de Évora conferir o grau de licenciado, não se configuravam como concorrentes das duas escolas de economia.

---

[225] António Farinha Portela, "A evolução histórica do ensino das Ciências Económicas em Portugal", in *Análise Social*, nºs 22-23-24, 1968, p. 836.

[226] Ministério da Educação Nacional, *Possibilidades Educativas em Portugal*, Lisboa, MEN, 1966, p. 147.

[227] O curso de Administração Económico-Financeiras detinha no ano lectivo de 1971/72, 80 alunos, em 1972/73, 105 e em 1973/74, 88. O número de alunos do Curso de Ciências Empresariais evoluiu do seguinte modo: 1964/65, 26; 1965/66, 94; 1966/67, 67; 1967/68, 195; 1968/69, 120; 1969/70, 98; 1970/71, 86; 1971/72, 89; 1972/73, 132; 1973/74, 191. Cf. INE *Estatísticas da Educação.*

O acima referido acréscimo da procura social do ensino da economia, em particular a partir de meados dos anos 60 e de forma mais notória no ISCEF, desenvolveu-se no quadro de uma notória insuficiência de infra-estruturas escolares e de docentes[228]. No plano pedagógico foram ensaiadas novas formas de relacionamento entre docentes e alunos, em especial quanto à avaliação escolar[229]. A partir de 1968 aquele Instituto, como também o IST, constituíram-se em importantes espaços de mobilização e contestação ao próprio sistema de ensino e, de modo mais geral, ao Estado Novo, por parte de um dinâmico e aguerrido movimento estudantil[230].

De modo precisamente a reduzir a procura do ensino do ISCEF e a cercear a contestação estudantil, bem como a que subsistia por parte dos elementos mais jovens do corpo docente, em 1972 o ministro da educação, Veiga Simão, no âmbito da proposta de reforma global do sistema de ensino, vai proceder a importantes alterações na configuração institucional do ensino universitário da economia[231]. O ISCEF passou a designar-se por Instituto Superior de Economia (ISE), ministrando os bacharelatos e as licenciaturas em Economia e Organização e Gestão de Empresas. Ainda em Lisboa, criou-se no Instituto

---

[228] O total de docentes do ISCEF era de 84 em 1969/70, passando para 340 em 1971/72. Facto ilustrativo das transformações pedagógicas que então estavam em curso nessa escola. Veja-se sobre a questão Adérito Sedas Nunes, "História, uma história...", pp. 42-44.

[229] Uma análise detalhada dessas novas formas de relacionamento está indicada no texto de Francisco Pereira de Moura e Filipe Carlos Antunes, "Uma experiência de colaboração professores-alunos", in *Economia e Finanças*, vol. XXXV, 1967, pp. 73-88.

[230] A contestação estudantil ia ter um dos momentos mais importantes na denominada crise académica da Universidade de Coimbra de 1969. Encontramos uma documentada referência àquele período em Francisco Pereira Moura, "O ensino da teoria geral de Keynes no ISCEF/ISE", in *op. cit.*, pp. 77 e segs. Por outro lado, sobre o movimento estudantil no ISCEF consulte-se Nuno Caiado, *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, IEQ, 1990, pp. 195 e segs.

[231] Como atrás indicámos, tal projecto de reforma, que ficou conhecido como Reforma de Veiga Simão, enquadrava-se na tentativa de modernização do sistema político defendida pelos sectores tecnocratas. Essa mesma reforma tem sido apreciada, quanto às propostas nela contidas sobre o ensino superior, como dirigida principalmente para a formação de uma relação mais estreita entre o ensino e a actividade económica, como um meio de potenciar uma maior oferta de diplomados. A reforma previa a extinção do ensino médio comercial e industrial e a formação do ensino politécnico, conferindo unicamente o grau de bacharel. Sobre a Reforma Veiga Simão e as suas diversas interpretações, consulte-se Stephen Stoer, *Educação e Mudança Social em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1982, pp. 71 e segs.

Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina os bacharelatos em Economia e Ciências do Trabalho e a licenciatura em Ciências Sociais, e no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)[232], os bacharelatos e as licenciaturas em Ciências do Trabalho e em Organização e Gestão de Empresas[233]. Todavia, as mudanças não ficaram por aqui. Igualmente era criada a Faculdade de Economia na Universidade de Coimbra (FEC) com os bacharelatos e as licenciaturas em Economia e Organização e Gestão de Empresas[234].

Retenhamos os aspectos da nova configuração institucional do ensino universitário da economia. Em primeiro lugar, diversificação da oferta de ensino, acompanhada da uniformização curricular e pedagógica. Com excepção do curso de Economia da FEP que não foi abrangido pela Reforma, todos os restantes cursos de Economia, bem como os de Organização e Gestão de Empresas tinham dois graus académicos - bacharelato de 3 anos e licenciatura de 5 - e apresentavam a mesma estrutura curricular. Em segundo, a criação dos cursos de Organização e Gestão de Empresas que, no caso do ex-ISCEF, sucediam ao de Finanças. Neste ponto, a Reforma recolhia críticas e sugestões que vinham sendo feitas desde os finais dos anos 60. Para Gonçalves da Silva, a questão principal encontrava-se especificamente nas "deficiências lamentáveis" que os licenciados tinham em termos da "matéria financeira, comercial e administrativa", o que originava que a formação académica daqueles que ele apelida de "economistas empresariais" ficasse aquém de corresponder às "necessidades da economia portuguesa"[235]. Para colmatar tal lacuna, preconiza a criação de um curso de Administração de Empresas.

Em terceiro, a Reforma de 1972 vai aprofundar a autonomização do ensino da economia, principalmente através da redução do peso curricular do

---

[232] O ISCTE sucedeu ao Instituto de Estudos Sociais formado em 1962, por iniciativa do Ministério das Corporações e Previdência Social.

[233] Decreto-Lei nº 520/72 de 15 de Dezembro.

[234] Decreto-Lei nº 521/72 de 15 de Dezembro.

[235] F. S. Gonçalves da Silva, "A Reforma do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras", in *Economia e Finanças - Anais do ISCEF*, vol. XXXVI, 1968, pp. 29-30.

direito e da vertente comercialista e geográfica. É, igualmente, evidente o aumento da importância das cadeiras de economia e a introdução de novos temas curriculares, tentando, assim, realizar a actualização científica dos cursos - o caso, por exemplo, da "Investigação Operacional", "Informática", "Economia Internacional", "Contabilidade Nacional". Duas inovações marcam os novos currículos[236]: a criação das cadeiras de "Introdução ao Estudo das Ciências Sociais" e de "Metodologia Geral das Ciências Sociais", iniciando, por esta via, uma abordagem mais interdisciplinar das questões económicas; a abertura da formação académica às temáticas do desenvolvimento.

Para além do facto, já apontado, da Reforma de 1972 ter tido como um dos principais objectivos a contenção, no plano político, da contestação do movimento estudantil no ISCEF - o que manifestamente não foi alcançado, permanecendo o mesmo fortemente activo até aos últimos anos da existência política do regime do Estado Novo[237] -, essa mesma Reforma introduziu uma mais ampla actualização curricular, em termos globais, na formação académica dos futuros economistas. Contudo, os novos currículos de 1972, no período imediato a Abril de 1974, foram substituídos, parcial ou totalmente, por outras composições de disciplinas curriculares. O seu principal elemento caracterizador residiu na possibilidade de determinadas perspectivas teóricas, como o marxismo, até aí ausentes de forma explícita e sistemática dos programas, por razões de cerceamento político e ideológico, passarem a ser ensinados. Em simultâneo com este movimento, a uniformização curricular entre as várias escolas universitárias

---

[236] Consulte-se Jochen Oppenheimer e António Ramos, *op. cit.*, pp. 8-9 e Adérito Sedas Nunes, *op. cit.*, pp. 42 e segs.

[237] Para Pereira de Moura, a Reforma de 1972 visava mesmo a criação de condições para o encerramento do ISCEF, como sublinha: "E pouco depois, saiu legislação tentando reduzir a instituição 'incómoda' a uma escola de Economia (não foi o Instituto que propôs a designação de ISE), ao mesmo tempo que se estabelecia um quadro de ensino de bacharelato e licenciatura em Organização e Gestão de Empresas e em economia, distribuído por várias escolas, de modo que pudesse encerrar-se o antigo mas irrequieto Quelhas quando a ocasião se proporcionasse... ou fosse artificialmente criada". In Francisco Pereira de Moura, *op. cit.*, p. 81. Sobre a conflitualidade social nos últimos anos do Estado Novo, consulte-se Maria de Lurdes Lima dos Santos *et al.*, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, I vol., Porto, Edições Afrontamento, 1976, pp. 7-31.

de economia - com excepção, recorde-se, da FEP - será perfeitamente estilhaçada, assumindo cada uma dessas escolas uma configuração curricular e pedagógica própria.

No decorrer das páginas anteriores equacionámos os processos sociais que estiveram subjacentes à construção social da profissão de economista na década de 60 e nos primeiros anos da década seguinte. Eles integraram o que delimitámos como o segundo período dessa construção social, que se caracteriza pela emergência e início da consolidação dos economistas.

Constatámos como os licenciados pelo ISCEF e pela FEP foram dominando um corpo de conhecimentos económicos. Por seu turno, a inserção destes nas organizações públicas e privadas desenvolveu-se na qualidade de economistas. Profissionais detentores de um conjunto de qualificações, o qual ao possibilitar o equacionamento e a resolução de problemas contribuiu, de modo decisivo, para a afirmação da sua imprescindibilidade para o funcionamento das organizações. No caso das empresas, às tradicionais funções contabilísticas e de controlo administrativo, agregaram-se as que se direccionavam para a gestão global das organizações, para o planeamento, para as relações entre as empresas e a banca. Ao nível da administração económica, para além das funções burocrático-administrativas desempenhadas, por exemplo, no Ministério das Finanças, os licenciados afirmaram-se como especialistas em questões macro-económicas no âmbito dos departamentos ligados ao planeamento económico, bem como em outras novas áreas de intervenção estatal relacionadas com o emprego, a formação profissional e a educação.

O progressivo reconhecimento da imprescindibilidade das qualificações, em especial do conhecimento científico, dos economistas constitui um elemento explicativo da diversificação institucional das procuras sociais destes profissionais e do correspondente aumento do emprego nos anos 60. Por sua vez, este movimento global de construção da empregabilidade dos economistas foi

induzido, de modo determinante, pela dinâmica de crescimento económico ocorrido nessa década. A expansão do volume de empregos para estes profissionais - num quadro de uma oferta limitada de licenciados pelo ISCEF e pela FEP - associada a um acesso mais expressivo dos mesmos a funções valorizadas material e simbolicamente não deixou de produzir uma representação dos economistas como "uma profissão de sucesso".

A par deste reconhecimento que teve essencialmente por objecto os economistas que exerciam a sua actividade ao nível das empresas dos grupos económicos, outros economistas ligados ao ensino e aos organismos da administração pública vão protagonizar a defesa das teses desenvolvimentistas. O seu interesse centrou-se nas questões do desenvolvimento económico e social pugnando por uma acção mais interventiva e reguladora do Estado. Assumindo mesmo alguns deles um posicionamento contestatário face ao regime do Estado Novo. Ora defendemos que o discurso veiculado pelos economistas de defesa das teses de desenvolvimento contribuiu igualmente para a objectivação social da própria profissão, na medida em que permitiu a identificação dos economistas com as questões do desenvolvimento sócio-económico. Desta forma, os economistas por força da sua formação académica e da sua inserção nos organismos de Estado apropriaram-se, em parte, da problemática do desenvolvimento.

Ao nível do ensino universitário da economia para além do acréscimo substancial da respectiva procura social, assistiu-se à sua modernização embora limitada em termos científicos. As limitações político-ideológicas impostas pelo Estado Novo às universidades impediu uma divulgação mais intensa do keynesianismo para não referir outras correntes teóricas, entre elas a marxista que para os anos 60 era objecto de um forte interesse no ensino universitário europeu. Não obstante esta limitação, na década de 60 eram já visíveis sinais indicativos de uma progressiva autonomização do ensino da economia como disciplina científica, incrementada por sua vez com a Reforma de 1972.

Entretanto, e com uma actividade parcialmente clandestina, a POEP liderada por jovens licenciados desenvolveu um trabalho social no sentido de divulgar a própria profissão. Por força da não formalização jurídica da POEP, a qual, sublinhe-se, não poderia ocorrer face ao quadro normativo do Estado Novo, tal divulgação ocorreu no círculo mais restrito dos licenciados do ISCEF e da FEP. Aqui a tónica foi colocada na delimitação da definição de economista, peça essencial para a objectivação social da profissão no espaço social, e no retomar da pretensão da Ordem dos Economistas. Para os activistas da POEP, tal como era igualmente protagonizado pela direcção do SNC, a Ordem apresentava-se como a única solução organizativa para a profissão. Afigura-se-nos que tal reivindicação não visava unicamente que fosse alcançado o monopólio de segmentos específicos do mercado; pretendia-se também que a profissão de economista tivesse o mesmo modelo de organização profissional dos advogados, médicos e engenheiros, o que criaria as condições institucionais para o incremento da valorização simbólica dos economistas e para a sua não subalternização no espaço social face a essas profissões.

Podemos considerar os anos 60 como um momento importante na construção social dos economistas. A consolidação da profissão iniciada irá aprofundar-se no quadro das plurais transformações económicas, sociais e políticas que vão atravessar longitudinalmente a sociedade portuguesa no pós 1974.

Capítulo IX

CONSOLIDAÇÃO DA PROFISSÃO DE ECONOMISTA

Nos capítulos anteriores estudámos os principais processos que estiveram subjacentes à construção social da profissão de economista. Fizemo-lo destacando um primeiro período - sobre os antecedentes longínquos da profissão - balizado entre os anos 10 e final dos anos 40 e um segundo até 1974 - sobre a emergência dos economistas e o início da sua consolidação no espaço social. Apesar das particularidades que caracterizam cada um deles, e tendo como ponto de partida o quadro teórico anteriormente formulado, apontámos para o modo como, ao nível do ensino universitário da economia, da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos e do mercado de emprego, a profissão de economista se foi objectivando, adquirindo uma mais ampla visibilidade e reconhecimento social. Consideramos que nos temos confrontado com a institucionalização de uma profissão, a qual se distingue por ser prolongada no tempo, complexa e permeada por rupturas e continuidades, assim como por contradições e conflitualidades.

No presente capítulo interessa-nos abordar o terceiro período da construção social dos economistas, intitulado a consolidação plena da profissão,

que se desenrola desde 1974. Torna-se necessário introduzir previamente duas notas. Em primeiro lugar, vamos abordá-lo não de um modo extensivo, mas sim dando unicamente conta, numa leitura breve, dos elementos que identificam os principais processos sociais. Será, por conseguinte, um texto que necessariamente se apresenta como um ponto de reflexão iniciático. No fundamental, pretende-se avançar com pistas interrogativas, mais do que obter respostas. Uma compreensão da amplitude e da complexidade das plurais transformações que têm marcado, nas últimas décadas, o mercado de emprego, a dinâmica dos grupos profissionais, entre eles a de economista, a crescente centralidade do conhecimento científico e técnico nas organizações económicas e as recomposições morfológicas e institucionais do ensino superior da economia, exigiria uma análise que não se enquadrava nos objectivos e na estratégia que presidiram ao nosso trabalho de investigação.

Em segundo lugar, importa ter presente que optámos por prolongar o nosso estudo até aos inícios dos anos 90, de modo a estudarmos as acções protagonizadas num passado recente por instâncias de representação política da profissão - Sindicato dos Economistas (SE) e Associação Portuguesa de Economistas (APEC) - com o objectivo de criação da, sempre pretendida, Ordem dos Economistas.

1. Mercado de emprego e ensino universitário da economia e da gestão: alguns eixos caracterizadores

Na sequência do 25 de Abril de 1974, profundas mudanças vão trespassar a sociedade portuguesa. Mudanças de cariz complexo e, por vezes, profundamente contraditórias entre si. No plano político, e após um período de intensa conflitualidade social, a consagração constitucional, a partir de 1976, de um regime democrático com uma pesada vertente parlamentar. No plano económico, o derrube do Estado Novo arrastou consigo a armadura jurídico-

institucional do corporativismo e, em particular, do condicionamento industrial que cingia a actividade dos vários agentes económicos. Entre 1974 e os finais dos anos 90, sucederam-se alterações estruturais na economia. Passou-se de um forte intervencionismo estatal, através das nacionalizações, da formação das empresas públicas e do cerceamento do acesso dos capitais privados a determinados sectores da economia, a uma progressiva redução desse intervencionismo, consubstanciada nas (re)privatizações e na criação das condições políticas para uma mais ampla expansão do sector privado. Entretanto, acentuaram-se as fortes clivagens entre empresas tecnológica e organizacionalmente modernas, inovadoras e competitivas e aquelas que se caracterizavam pela sua global obsolescência. Por outro lado, a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia, em 1986, irá possibilitar uma mais profunda internacionalização da economia portuguesa, para além da captação de um importante volume de fundos comunitários.

Neste quadro global a profissão de economista consolidou-se, ganhou protagonismo e ampliou a sua visibilidade. Encontra-se um primeiro elemento ilustrativo na configuração que tomou a sua evolução quantitativa. Durante cerca de 20 anos, verificamos um forte acréscimo daqueles que se reconhecem como economistas (retome-se a informação contida no Quadro VIII-6). Estavam recenseados 720 economistas em 1970, passando para 3.675 após 11 anos e para 10.203 em 1991 - uma variação de 410,4% e de 177,6%, na década de 60 e 70, respectivamente. Com efeito, um importante e rápido crescimento que assume, sem dúvida, uma acentuada expressividade pelo baixo valor de partida, mas que, apesar disso, não deve deixar de ser interpretado como um indicador da importância profissional dos economistas ao nível do tecido sócio-económico.

O aumento do número de economistas deverá ser referenciado face à evolução quantitativa dos designados Profissionais Científicos e Técnicos: entre 1970 e 1981, estes registam um aumento de 128,7% (Quadro VIII-6). Por outro lado, as profissões agregadas nesta categoria representam unicamente 4,0% do

total da população activa no início daquele período, passando para 7,2% em 1981. O incremento absoluto e relativo verificado integrou um dos principais vectores da recomposição da população activa - o substancial aumento das denominadas ocupações terciárias. A par da terciarização que se começou a desenhar, de uma forma nítida, no decorrer dos anos 60, a população integrada no sector primário sofreu uma drástica redução, enquanto o secundário apresentou uma evolução que aponta genericamente para um ligeiro acréscimo nos anos 70, seguido de uma ligeira quebra na década seguinte (Quadro VIII-5). Importa sublinhar que o incremento dos Profissionais Científicos e Técnicos é indicativo de uma crescente complexificação da divisão social do trabalho, não deixando também de reflectir uma mais ampla cientificidade e tecnicidade das organizações económicas, em particular, e uma modernização e desenvolvimento sócio-económico do país, em geral. Evolução quantitativa que se encontra, por sua vez, profundamente inter-relacionada com determinados processos sociais, de âmbito e temporalidades descoincidentes. Referimo-nos, em especial, ao crescimento e diferenciação das actividades do Estado, ao aumento da escolarização e da urbanização, à recomposição das classes sociais, à adesão de Portugal à Comunidade Europeia e às mudanças nos estilos de vida e nos quadros culturais[1].

Como consequência do crescimento e diferenciação das actividades do Estado, sobretudo nos sectores da saúde, da educação e da assistência, numa versão mitigada do Estado-Providência, e também na edificação da estrutura administrativa de âmbito local e regional, o mesmo acentuará o seu papel de forte empregador nos anos 70 e 80 - os efectivos da administração pública passaram de 190.755 em 1968 para 464.321 em 1986, isto é, uma variação de 267,6%[2]. Na

[1] Cf. João Ferreira de Almeida *et al.*, "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", in António Reis (coord.), *Portugal 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996, pp. 307-330. Consulte-se também João Ferrão, "Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81)", in *Análise Social*, nºs 87-88-89, 1985, pp. 565-604.

[2] Ministério das Finanças, *Inquérito aos Recursos Humanos da Função Pública*, Lisboa, MF, 1989, p. 27.

medida em que esse movimento passou por uma crescente incorporação na administração pública de funções com um perfil de cariz mais científico e técnico, o mesmo concorreu, entre outros aspectos, para o aumento do peso relativo do grupo Técnico Superior[3] (Quadro IX-1), no seio do funcionalismo público, que se traduz por um aumento do volume de empregos para a categoria dos Profissionais Científicos e Técnicos, o qual não deixou provavelmente de englobar também os economistas.

Quadro IX-1

Evolução da Estrutura Profissional dos Efectivos da Administração Pública
(em percentagem)

Grupo Profissional	1968	1974	1983	1986
Dirigente	0,7	0,7	0,9	1,1
Técnico Superior	4,0	7,1	8,1	8,4
Técnico	0,2	1,0	1,1	2,8
Docente	17,5	23,2	26,0	26,0
Informático	0,2	0,2	0,3	0,4
Técnico Profissional	6,3	11,9	12,5	13,2
Administrativo	17,3	20,0	17,4	16,3
Operário	13,2	9,1	10,5	9,2
Auxiliar	31,4	24,1	23,2	22,6
Outros	9,2	2,7	0,0	0,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: Ministério das Finanças, *Inquérito aos Recursos Humanos da Função Pública*, Lisboa, MF, 1989, p. 27.

Tendo presente o que acima indicámos sobre a evolução quantitativa dos Profissionais Científicos e Técnicos, afigura-se-nos pertinente avançar ainda com algumas considerações sobre o emprego dos economistas.

O forte acréscimo do volume de economistas que detectámos (veja-se o Quadro VIII-6) é resultante não só do avolumar dos licenciados pelas escolas universitárias de economia e de gestão, o qual se encontra profundamente associado à dinâmica expansionista da oferta institucional de ensino nestas áreas

[3] O grupo profissional "Técnico Superior" da administração pública abrange genericamente os Profissionais Científicos e Técnicos.

na década de 80, mas também do já referido crescimento e diversificação das actividades estatais, da terciarização da economia e das plurais mutações que ocorreram ao nível das organizações empresariais, públicas e privadas.

Face às organizações empresariais importa concretizar: mutações quanto ao redesenho das suas estruturas organizacionais e actividades, como a introdução ou desenvolvimento das funções ligadas às áreas administrativa, financeira, de planeamento e controlo, *marketing* e informática, isto é, a ampliação dessas organizações e correspondente complexificação crescente da divisão social do trabalho, como meio de responder às novas condições políticas, económicas e sociais. Em especial ganharam maior pertinência as funções ligadas às relações entre as empresas e o sector bancário, em que o conhecimento científico e técnico dos economistas vai ser importante, por exemplo, para a formulação das candidaturas - baseadas em estudos, pareceres e previsões económicas - aos programas de viabilização financeira e, posteriormente, para a sua concretização ao nível das empresas. O mesmo se verificou face a toda a panóplia de esquemas de financiamento das empresas fixados nos anos 80 - Sistema Integrado de Incentivos ao Investimento, Sistema de Estímulos de Base Regional, entre outros - para além das candidaturas aos programas de captação de fundos comunitários, já depois da adesão à Comunidade Económica Europeia.

Outro vector que concorreu para o acréscimo do número de economistas, bem como para o prosseguimento da sua consolidação socioprofissional, prende-se com as transformações institucionais do sistema financeiro, a partir de meados dos anos 80. Por força da abertura do sector bancário a capitais privados, nacionais e estrangeiros, do desenvolvimento do mercado monetário e do mercado de capitais e da instalação de numerosas empresas financeiras não bancárias - sociedades de investimento, sociedades de *leasing*, fundos de investimento mobiliário e imobiliário, sociedade de capital de risco, etc.- o

sistema financeiro dinamizou-se (Quadro IX-2) gerando emprego para os licenciados provenientes das escolas de economia e de gestão[4].

Quadro IX-2

Evolução do número de instituições financeiras, em 1985 e 1989

Tipo de instituições	1985	1989
Sociedades de investimento	4	15
Sociedades de *leasing*	7	16
Sociedades de capital de risco e fomento empresarial	0	22
SGPS (*holdings*)	18	108
Sociedades correctoras e financeiras de corretagem	0	7
Sociedades gestoras de fundos de investimento	0	18
Sociedades gestoras de fundos de pensões	0	14
Fundos de investimento	0	28
Fundos de pensões	0	175
Sociedades gestoras de patrimónios	0	8
SGII	0	58
SACEG	0	28
Total	29	497

Fonte: A. L. Sousa Franco, "O período crítico (1986-1993)", in António Reis (coord.), *Portugal 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, p. 273.

Passemos agora a considerar outros elementos caracterizadores da profissão de economista. Começamos por salientar que a proporção de mulheres economistas aumenta substancialmente: 13,2% em 1970, 21,0% em 1981 e 34,6% em 1991. Tal tendência encontra-se intrinsecamente associada quer à feminização do ensino universitário da economia e da gestão, quer à crescente participação das mulheres no mercado de emprego que se cingia aos 19,0% em 1970, evoluindo para os 40,0% em 1991[5].

Por outro lado, os economistas são predominantemente assalariados (Quadro IX-3). Atributo em si que os configura como uma profissão organizacional. Uma situação idêntica caracteriza os engenheiros e os

[4] Segundo informação dos entrevistados HE, MV, BR e JG.

[5] INE, *Recenseamentos da População de 1960 e 1991.*

engenheiros técnicos, como demonstra Lurdes Rodrigues[6]. Aqueles que desempenham a profissão como "trabalhador por conta própria" e "patrão" apresentam uma limitada expressão quantitativa, apesar do seu peso relativo ter vindo a crescer ligeiramente ao longo do período em análise.

Quadro IX-3

Evolução do número de economistas por situação na profissão e sexo

Situação na Profissão	1970		1981		1991	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Patrão						
H	25	4,0	86	3,0	436	6,5
M	-	-	13	1,7	99	2,8
T	25	3,5	99	2,7	535	5,2
Trabalhador por conta própria						
H	45	7,2	271	9,4	591	8,9
M	-	-	29	3,8	139	3,9
T	45	6,3	300	8,2	730	7,2
Trabalhador por conta de outrem						
H	550	88,0	2.523	87,5	5.587	83,7
M	95	100,0	728	94,4	3.249	92,2
T	645	89,6	3.251	88,9	8.836	86,6
Outro						
H	5	0,8	5	0,1	62	0,9
M	-	-	1	0,1	40	1,1
T	5	0,6	6	0,2	102	1,0
Total						
H	625	100,0	2.885	100,0	6.676	100,0
M	95	100,0	771	100,0	3.527	100,0
T	720	100,0	3.656	100,0	10.203	100,0

Fonte: INE, *Recenseamentos da População de 1970 e de 1981.* Apuramento especial do INE para 1991.

A par da importância relativa do assalariamento, e não rompendo com uma tendência que sempre caracterizou a profissão, os economistas exercem as suas actividades profissionais maioritariamente no sector terciário (Quadro IX-4). No

[6] Cf. Maria de Lurdes Rodrigues, *op. cit.*, p. 428. Face às agregações que presidem à classificação das actividades profissionais, no âmbito dos recenseamentos populacionais, é manifestamente impossível dar conta da presença de outras profissões, em especial do seu assalariamento.

conjunto heterogéneo de actividades económicas que se incluem neste sector, os valores relativos mais elevados encontram-se na "Administração Pública" (18,9%), nas "Actividades Financeiras" (18,4%) e nas "Actividades Imobiliárias e Serviços Prestados às Empresas" (16,5%). Por sua vez, as "Indústrias Transformadoras" confinam-se aos 16,9%. É igualmente ao nível de alguns dos ramos de actividade do terciário que a proporção das economistas é mais elevada. Facto que se encontra em consonância com o peso relativo das mulheres no seio do total da população activa que trabalha naquele sector (47,9% para 1991).

Quadro IX-4

Distribuição percentual dos economistas por ramos de actividade e por sexo para 1991

Ramos de Actividade	H		M		T		% de M
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Agricultura	28	0,4	11	0,3	39	0,4	28,2
Pesca	11	0,2	4	0,1	15	0,2	26,7
Indústrias Extractivas	22	0,3	8	0,2	30	0,3	26,7
Indústrias Transformadoras	1.224	18,3	496	14,1	1.720	16,9	28,8
Electricidade, Gás e Água	92	1,4	41	1,2	133	1,3	30,8
Construção	162	2,4	67	1,9	229	2,2	29,3
Comércio	618	9,3	233	6,6	851	8,3	27,4
Hotelaria	70	1,0	24	0,7	94	0,9	25,5
Transportes e Comunicações	571	8,6	419	11,9	990	9,7	42,3
Actividades Financeiras	1.262	18,9	612	17,4	1.874	18,4	32,7
Actividades Imobiliárias e Serviços Prestados às Empresas	1.206	18,1	474	13,4	1.680	16,5	28,2
Administração Pública	1.018	15,3	908	25,8	1.926	18,9	47,1
Educação	86	1,3	58	1,6	144	1,4	40,3
Saúde e Acção Social	80	1,2	40	1,1	120	1,2	33,3
Outras Actividades	216	3,2	121	3,4	337	3,2	35,9
Organismos Internacionais	8	0,1	9	0,3	17	0,2	52,9
Total	6.674	100,0	3.525	100,0	10.199	100,0	34,6

Fonte: Apuramento especial do INE para 1991.

Nesta breve caracterização de algumas das propriedades socioprofissionais dos economistas a partir dos dados insertos nos Recenseamentos Populacionais, importa ainda, para finalizar, indicar outro aspecto: a inserção geográfica da

profissão (Quadro IX-5). Entre 1970 e 1991, dois distritos, Lisboa e Porto, concentram fortemente os economistas e de ambos os sexos. Contudo, é bem notório o decréscimo do peso relativo de Lisboa face ao Porto e aos restantes distritos. Ora este ainda ténue movimento de desconcentração estará provavelmente relacionado com o aumento da procura de economistas gerado, entre outros aspectos, pelo acréscimo do número de empresas e pela própria expansão das actividades do Estado não sedeadas em Lisboa.

Quadro IX-5

Evolução do número de economistas por distritos e sexo

	1970		1981		1991	
Distritos	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Lisboa						
H	480	76,8	1.870	64,4	3.697	55,4
M	65	68,4	508	65,7	2.067	58,6
T	545	75,7	2.378	64,7	5.764	56,5
Porto						
H	80	12,8	487	16,8	1.343	20,1
M	30	31,6	148	19,1	721	20,5
T	110	15,3	635	17,3	2.064	20,2
Outros						
H	65	10,4	545	18,8	1.636	24,5
M	-	-	117	15,2	739	20,9
T	65	9,0	662	18,0	2.375	23,3
Total						
H	625	100,0	2.902	100,0	6.676	100,0
M	95	100,0	773	100,0	3.527	100,0
T	720	100,0	3.675	100,0	10.203	100,0

Fonte: INE, *Recenseamentos da População de 1970 e 1981.* Apuramento especial do INE para 1991.

Em síntese, o importante crescimento do número de economistas, entre 1970 e 1991, expressa, entre outros aspectos, a relevância que as qualificações possuídas por estes profissionais, parcialmente adquiridas no âmbito da correspondente formação académica, têm para o funcionamento das organizações, públicas e privadas. Durante o período em questão, acentua-se a imprescindibilidade do conhecimento científico de que os economistas são

portadores, o que contribui, de modo decisivo, para a consolidação da respectiva profissão no espaço social. O próprio avolumar do número destes profissionais, na medida em que esbate a rarificação a que o título de economista esteve sujeito nas décadas de 50 e 60, conduziu ao seu mais amplo reconhecimento por parte de outras profissões.

Todo este movimento de consolidação, ao nível das organizações económicas, em particular, e da sociedade portuguesa, em geral, encontra-se profundamente articulado, em termos históricos, com a recomposição global que ocorreu no ensino universitário da economia e da gestão[7].

No capítulo imediatamente anterior, afirmámos que a denominada Reforma Veiga Simão introduziu alterações significativas na configuração institucional do ensino universitário da economia. Para além de aumentar a oferta de ensino, através da criação de novas escolas e cursos, criou o grau de bacharelato, mantendo o de licenciado existente desde o início dos anos 30. Todavia, tais alterações não chegaram propriamente a consolidar-se. Na sequência da queda do Estado Novo, em Abril de 1974, os princípios da Reforma foram abandonados. Abriu-se um novo período para o ensino universitário da economia, como também para o da gestão, cujos primeiros cursos surgem em 1972, caracterizados pelo intenso e rápido crescimento da sua procura social, pela múltipla criação de estabelecimentos de ensino e de cursos, públicos e privados, e pela renovação científica e pedagógica[8]. Ora tal recomposição do ensino universitário da economia e da gestão reflectiu os principais eixos de

---

[7] A análise que passaremos a desenvolver abrange também o ensino universitário da gestão. Apesar de este apresentar objectivos e currículos parcialmente diferenciados dos de economia, decidimos ter presente as transformações morfológicas e institucionais que têm caracterizado o ensino da gestão, na medida em que, por um lado, as duas áreas científicas fazem parte do ramo mais vasto da ciência económica e, por outro, pelo facto do mercado de emprego ser genericamente comum para os licenciados em economia e para os licenciados em gestão.

[8] Nas áreas de ensino da economia e da gestão englobaram-se somente os cursos do ensino universitário público e privado com o grau de licenciatura. Na área da economia considerámos os de economia, enquanto na da gestão agregámos os cursos designados de "Gestão", "Organização e Gestão de Empresas" e "Gestão de Empresas", que se caracterizavam por deterem objectivos e estruturas curriculares semelhantes.

transformação que trespassaram as Universidades e o ensino superior em geral. Importa ter presente, em primeiro lugar, embora de modo esquemático, alguns desses eixos.

Desde logo, ressalta a acentuada expansão do número de alunos matriculados no ensino universitário (Anexo F)[9]. O enfraquecimento da selectividade na fase terminal do ensino liceal, consequência directa da nova dinâmica política e social que emergiu nos meses imediatos ao 25 de Abril, o incremento das aspirações face à presumível obtenção de um título universitário e o aumento da procura por parte daqueles que já tinham abandonado o sistema de ensino foram alguns dos factores que geraram um acréscimo substancial de novas matrículas no ensino universitário, e no ensino superior em geral, no ano lectivo de 1975/76. Perante tal afluxo, no ano lectivo seguinte era generalizada pelo Ministério da Educação a política do *numerus clausus*, como igualmente se institucionalizava, de modo definitivo, o designado ano propedêutico, que será posteriormente reconvertido no 12º ano[10]. A expansão do número de alunos matriculados prosseguirá depois de 1975/76, com especial incidência no período posterior a 1986/87, consequência directa do acréscimo da oferta do ensino privado.

Este movimento expansionista e rápido da frequência das universidades, como também da globalidade do ensino superior, expressa, numa complexa trama social, a conjugação de vários processos. Encontramos, entre eles, o ingresso mais generalizado de estudantes provenientes das classes sociais com fracos

---

9 Saliente-se que os dados publicados pelo INE respeitantes ao ensino universitário apresentam para o período pós 1975/76 lacunas em termos do recenseamento global dos estabelecimentos de ensino. Deste modo, tudo aponta para que esses mesmos dados se encontrem calculados por defeito, o que deve ser tomado em consideração numa análise mais fina da informação expressa naquele anexo. Esta chamada de atenção quanto à qualidade dos dados estatísticos é igualmente válida para os outros anexos e correspondentes quadros insertos no presente capítulo referentes ao período pós 1975/76.

10 Perante o forte afluxo de candidatos à matrícula nas Universidades em 1974/75, o Ministério da Educação incapaz de os integrar face aos fracos recursos então existentes, em termos de infra-estruturas e de pessoal docente, decidiu suspender o funcionamento do 1º ano curricular de todos os cursos, criando posteriormente uma alternativa temporária, o Serviço Cívico Estudantil.

recursos em termos de capital económico e cultural, protagonizando, assim, importantes estratégias de mobilidade social ascensional. Ingresso este que foi acompanhado de uma reconfiguração das estratégias das classes sociais mais capitalizadas face ao ensino universitário, no sentido de garantir sempre o acesso e a permanência nos cursos que possibilitassem a obtenção de títulos académicos com uma elevada rentabilidade económica e simbólica[11].

Em especial a partir de meados dos anos 80, o aumento do volume de alunos universitários está intimamente associado à proliferação de cursos criados por instituições privadas de ensino. Seria precisamente a persistente incapacidade do ensino público, por razões de índole financeira, em ampliar o respectivo número de vagas de ingresso face ao avolumar do contingente de candidatos ao ensino superior, em geral proveniente do secundário[12], que forçará a criação das condições, em especial em termos políticos, para a emergência de uma diversificada oferta privada, que irá ter no conjunto dos "não colocados" no ensino superior público um vasto mercado[13]. E isto, não obstante se ter assistido,

---

11 Consulte-se: João Ferreira de Almeida, António Firmino da Costa e Fernando Luís Machado, "Famílias, estudantes e universidade - painéis de observação sociográfica", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 4, 1986, pp. 14-44; Maria Manuel Vieira, "Transformação recente no campo do ensino superior..."; Carlos Manuel Gonçalves, Isabel Dias e João Teixeira Lopes, "A sociologia e os seus estudantes. Caracterização social e trajectória escolar", in *Sociologia*, nº 5, 1995, pp. 177-195; Manuel Braga da Cruz, Maria Eduarda Cruzeiro, Maria Ema Leandro e Nelson Matias, *A PGA e os estudantes ingressados no ensino superior*, relatório encomendado pelo ministro da Educação, Lisboa, 1992.

12 Para uma abordagem quantitativa do efeito do não alargamento dos *numerus clausus*, consulte-se Maria Manual Vieira, *op. cit.*, pp. 332-333.

13 Entre o ano lectivo de 1974/75 e meados dos anos 80, o ensino superior privado apresentava uma limitada importância quantitativa. Do conjunto de instituições existentes destacava-se a Universidade Católica Portuguesa, que se encontrava ao abrigo do regime concordatário entre Portugal e a Santa Sé. Ainda nos anos 70, emergia, em Lisboa, a Universidade Livre constituída por professores afastados, por razões políticas, da Universidade pública, que se vai tentar constituir em alternativa política e ideológica ao ensino estatal. A aprovação pela Assembleia da República da Lei de Bases do Ensino Particular e Cooperativo - Lei nº 9/79 de 19 de Março - e a revisão da Constituição de 1982 estabeleceram os princípios jurídico-políticos do ensino privado. Todavia tais princípios só seriam objecto de uma fixação mais pormenorizada, em 1989, com a publicação do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo. E isto acontecia já num momento em que o mesmo estava em pleno desenvolvimento quantitativo. No ano lectivo de 1990/91, dos 186.780 matriculados no ensino superior, 27,5% estavam no sector privado e cooperativo; passados três anos, do total dos 270.009 alunos a proporção desse sector ascendia a 34,7% - números que se afastavam consideravelmente dos escassos 10,3% dos 87.256 alunos

no sector do ensino público, ao surgimento de universidades novas e à implementação dos institutos politécnicos na segunda metade dos anos 70, inaugurando, deste modo, uma descentralização do ensino superior, ainda que forçosamente tímida no início[14].

Da leitura do Anexo E[15] e do Quadro IX-6 destaca-se o substancial aumento absoluto e relativo verificado no número de alunos matriculados na totalidade dos cursos de economia e de gestão. Aumento que regista ritmos de crescimento diferentes para os vários períodos considerados. Encontramos os mais elevados entre 1975/76 e 1986/87 (47,3%) e entre 1986/87 e 1991/92 (85,5%), explicado o último pela multiplicação de cursos no ensino universitário privado.

Quadro IX-6

Alunos matriculados no ensino da economia e da gestão – Ritmo de evolução (%)

	1975/76 a 1986/87	1986/87 a 1991/92	1991/92 a 1993/94
Economia	-3,8	25,7	19,0
Gestão	230,4	148,9	24,0
Total	47,3	85,5	22,3

Fonte: Anexo E.

matriculados na globalidade do ensino superior em 1980/81. Cf. António Barreto (org.), *A Situação Social em Portugal*, 1960-1995, Lisboa, IC, 1996, p. 93. Veja-se também E. Marçal Grilo, "O sistema educativo", in António Reis (coord.), *Portugal. 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Temas e Debates, 1996, pp. 417 e segs.

[14] Num curto período de 5 anos emergiram várias instituições universitárias públicas. Em 1974/75 era criada a Universidade de Aveiro, no ano lectivo seguinte era a vez das Universidades do Minho e da Nova, de Lisboa. As Universidades dos Açores e de Évora formavam-se em 1976/77. Passado um ano, a descentralização do ensino superior prosseguia com a criação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e do Instituto Universitário da Beira Interior que seria posteriormente reconvertido em Universidade. Uma apreciação das alterações morfológicas induzidas pelas novas universidades é feita por João Peixoto, "Alguns dados sobre o Ensino Superior em Portugal", in *Revista Crítica das Ciências Sociais*, nºs. 27/28, 1989, pp. 168-172.

[15] A falta de dados para alguns dos cursos de economia e de gestão levou-nos a não registar o volume de alunos matriculados para o período de 1978/79 a 1985/86.

Por outro lado, verifica-se que subsiste uma diferenciada evolução quantitativa entre o ensino universitário da economia e o da gestão (Anexo E e Quadro IX-6). No ano lectivo de 1975/76, estavam matriculados nos cursos de economia então existentes 7.773 alunos com uma proporção de mulheres de 35,6%, e nos cursos de gestão 2.137, com 25,4% de estudantes do sexo feminino. Ao fim de cerca de 18 anos, a situação tinha-se invertido de modo bem expressivo - o volume de alunos nestes últimos cursos ascendia agora aos 21.787, com 47,8% de mulheres, enquanto em economia os inscritos se quedavam pelos 11.193, com 51,5% de mulheres. Daqui pode-se concluir que houve um volumoso e rápido acréscimo do estudantado dos cursos de gestão comparativamente aos de economia (o que não deixa de se configurar como um processo de massificação) e ainda que o único elemento que ambas as áreas de ensino tiveram em comum foi o incremento da taxa de feminização, a qual seguiu de perto a tendência global do ensino universitário;. Note-se que os grandes acréscimos relativos dos alunos matriculados na área da gestão ocorreram entre 1975 e o início da década de 90. Importa desde já adiantar dois elementos explicativos para tal facto. Por um lado, os baixos valores de partida que caracterizavam essa área de ensino, consequência da sua institucionalização ao nível universitário só ter ocorrido nos inícios dos anos 70 e, por outro, a expansão da procura social e da oferta institucional, pública e privada, do respectivo ensino.

Na sequência, em parte, daquele acréscimo da frequência dos cursos de gestão, a posição relativa desta área face ao total da população universitária sofreu uma forte valorização quantitativa (Anexo F). Em 1975/76, 4,1% dos alunos universitários estavam inseridos em cursos de gestão, em 1986/87 esse número eleva-se para 7,2%, situando-se, por fim, em 11,6% em 1993/94. Tal evolução contrasta fortemente com aquela que ocorreu para a área da economia. Os expressivos 15,0% em 1975/76, que vinham na sequência do incremento da procura nos anos antecedentes, deram lugar, em 1993/94, a um valor bastante

mais baixo, 5,9%. É, por conseguinte, notória a perda de importância relativa do volume de alunos matriculados em cursos de economia no seio da população universitária.

Quanto à evolução do número de licenciados, a ausência sistemática de dados para alguns dos cursos impede a elaboração de uma análise desenvolvida (Anexo G). Com todas as reservas que daí decorrem, somente registamos, a partir de meados dos anos 80, o substancial avolumar do conjunto de titulares de uma licenciatura em gestão ou em economia (o qual se encontra subestimado), o que decorre, como temos vindo a demonstrar, da intensidade que tem assumido a procura social destes títulos.

Passemos agora a considerar a formação universitária em economia e em gestão, segundo a dicotomia ensino público/ensino privado para o período entre 1986/87 e 1993/94 (Quadro IX-7)[16]. Um primeiro aspecto se destaca, o qual confirma, num nível de análise mais específico, considerações feitas anteriormente. Os ritmos de crescimento são bastante diferenciados para esse período: ensino público de economia, 9,4%; ensino privado de economia, 305,6%; ensino público de gestão, 78,3%; ensino privado de gestão, 365,8%. Não obstante os baixos valores absolutos de partida, resultante do facto dos estabelecimentos do ensino universitário privado se encontrarem ainda numa fase de formação, é patente a intensidade e rapidez do acréscimo do volume de alunos matriculados nos cursos de economia e de gestão ministrados nesses estabelecimentos.

[16] Optámos por iniciar o período de análise em 1986/87, precisamente por ser o ano lectivo a partir do qual subsiste uma informação mais detalhada sobre os cursos de economia e de gestão quer para o ensino universitário público, quer para o ensino universitário privado.

Quadro IX-7

Evolução do número de alunos matriculados nas áreas da economia e da gestão no ensino universitário público e no privado por anos lectivos

Anos	Ensino Universitário da Economia			Ensino Universitário da Gestão		
Lectivos	Público	Privado	Total	Público	Privado	Total
1986/87	6.463	1.016	7.479	3.861	3.199	7.060
1987/88	6.136	921	7.057	4.569	3.115	7.684
1988/89	5.971	1.030	7.001	5.095	4.416	9.511
1989/90	6.323	1.465	7.788	5.627	6.536	12.163
1990/91	6.566	1.849	8.415	6.053	8.767	14.820
1991/92	6.732	2.672	9.404	6.536	11.034	17.570
1992/93	7.034	3.371	10.405	7.185	13.475	20.660
1993/94	7.072	4.121	11.193	6.885	14.902	21.787

Fonte: Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação* de 1993, 1994 e 1995. Ministério da Educação, *Ensino Superior. Cursos de Bacharelato e Licenciatura. Alunos Inscritos. Anos Lectivos de 1982/83 a 1987/88*, Lisboa, ME, 1988; Ministério da Educação, *Ensino Superior. Alunos Inscritos. Cursos de Licenciatura e Bacharelato. Anos lectivos: 1988/89 a 1991/92*, Lisboa, ME, 1992.

Se centrarmos a nossa atenção no passado recente - ano lectivo de 1993/94 - verificamos que enquanto na área da economia predomina o ensino universitário público (63,2% do total de matriculados nessa área), na da gestão cabe tal posição ao privado (68,4%). A opção dos investimentos privados foi dirigida especialmente para os cursos de gestão. Como se pode observar nos Gráficos IX-1 e IX-2, em ambas as áreas o ensino privado, num curto espaço de tempo (7 anos), consolidou a sua posição. No caso da área da economia isso é francamente notório - em 1986/87, a mesma representava 13,6%, subindo para 36,8% em 1993/94. Enquanto na da gestão, o início dos anos 90 marca o arranque do substancial acréscimo do volume de alunos matriculados, o qual não foi acompanhado pelas universidades públicas.

Gráfico IX - 1
Evolução percentual dos alunos matriculados na área da economia no ensino universitário público e no ensino universitário privado

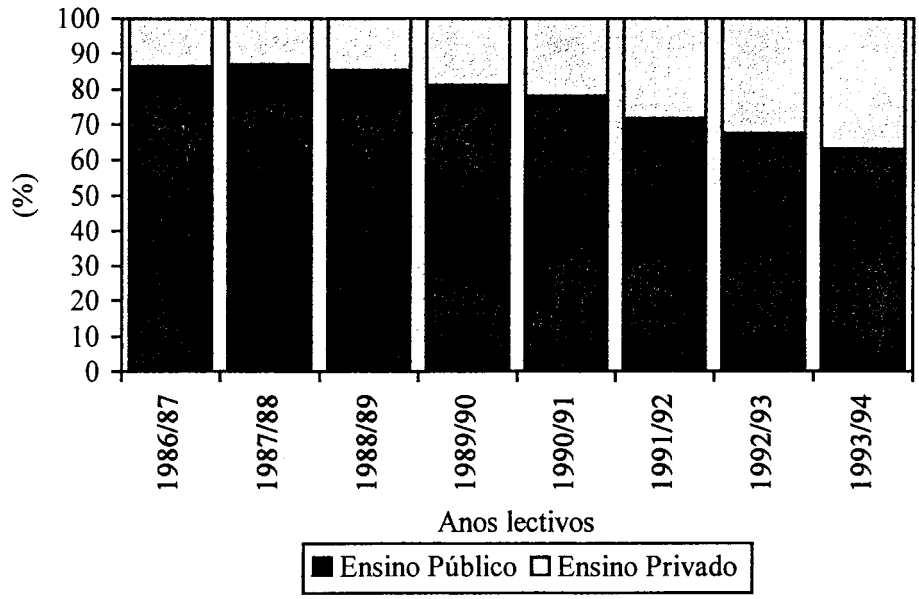
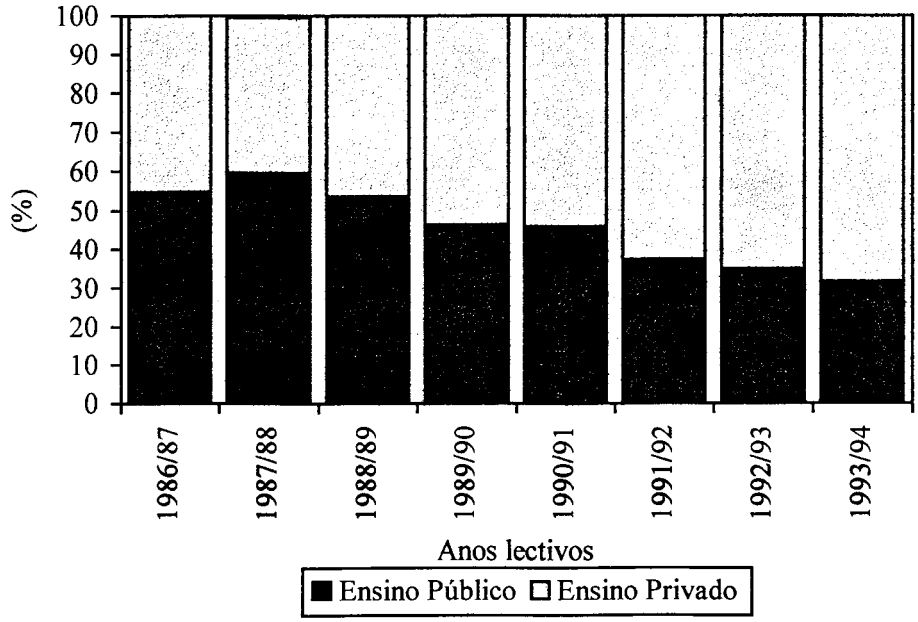


Gráfico IX - 2
Evolução percentual dos alunos matriculados na área da gestão no ensino universitário público e no ensino universitário privado



O Quadro IX-8 respeitante à evolução do número de alunos matriculados pela primeira vez reforça o que temos vindo a afirmar sobre o ensino da economia e da gestão[17]. Entre outros aspectos destaca-se o facto de em 1993/94, o volume destes alunos ser idêntico entre o ensino público e o privado na área da economia, contrastando com a forte disparidade quanto à gestão. Embora com uma maior expressão no ensino universitário privado, no período considerado no quadro seguinte, é manifesto o ritmo avassalador e rápido de admissão de novos alunos.

Quadro IX-8

Evolução do número de alunos matriculados pela primeira vez no ensino universitário da economia e da gestão por ano lectivo

	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91	1991/92	1992/93	1993/94
Economia							
Público	466a)	953	972	959	1.041	1.101	1.092
Privado	262	b)	467c)	643	1.066	920	1.012
Total	728	b)	1.439	1.602	2.107	2.021	2.104
Gestão							
Público	660a)	1.063	1.171	1.206	1.297	1.287	1.223
Privado	1.244	b)	2.138c)	3.217	3.465	3.326	2.872
Total	1.904	b)	3.309	4.423	4.762	4.613	4.095
Economia e Gestão							
Público	1.126	2.016	2.143	2.165	2.338	2.388	2.315
Privado	1.506	b)	2.605	3.860	4.531	4.246	3.884
Total	2.632	2.016	4.748	6.025	6.869	6.634	6.199

a) Não inclui a FEP e o Instituto Superior de Economia e Gestão por ausência de informação.
b) Sem informação.
c) Não inclui Universidade Católica por ausência de informação.
Fonte: Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação* de 1993, 1994 e 1995. Ministério da Educação, *Ensino Superior. Cursos de Bacharelato e Licenciatura. Alunos Inscritos. Anos Lectivos de 1982/83 a 1987/88*, Lisboa, ME, 1988; Ministério da Educação, *Ensino Superior. Alunos Inscritos. Cursos de Licenciatura e Bacharelato. Anos lectivos: 1988/89 a 1991/92*, Lisboa, ME, 1992.

[17] A ausência de dados para alguns dos estabelecimentos de ensino impediu-nos de registar o volume de alunos matriculados para o total da Universidade.

A configuração que tomou a evolução quantitativa do ensino da economia e da gestão, no privado e no público, não deixou de induzir, ao longo da segunda metade dos anos 80 e primeiros anos da década seguinte, alterações das correspondentes posições relativas no seio das populações universitárias, expressas no seguinte quadro:

Quadro IX-9

Indicadores sobre a evolução dos alunos matriculados no ensino universitário da economia e da gestão

	1986/87	1990/91	1993/94
Ensino Universitário Público (1)	77.617	97.609	122.787
Ensino Universitário Privado (2)	20.325	35.785	65.657
Ensino Universitário Público de Economia (3)	6.463	6.566	7.072
Ensino Universitário Privado de Economia (4)	1.016	1.849	4.121
Ensino Universitário Público de Gestão (5)	3.861	6.053	6.885
Ensino Universitário Privado de Gestão (6)	3.199	8.767	14.902
3/1 x 100 %	8,3	6,7	5,8
5/1 x 100 %	5,0	6,2	5,6
4/2 x 100 %	5,0	5,2	6,3
6/2 x 100 %	15,7	24,5	22,7

Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação* de 1993, 1994 e 1995. Ministério da Educação, *Ensino Superior. Cursos de Bacharelato e Licenciatura. Alunos Inscritos. Anos Lectivos de 1982/83 a 1987/88*, Lisboa, ME, 1988; Ministério da Educação, *Ensino Superior. Alunos Inscritos. Cursos de Licenciatura e Bacharelato. Anos lectivos: 1988/89 a 1991/92*, Lisboa, ME, 1992.

Se ao nível das universidades públicas, o peso relativo das áreas da economia e da gestão sofreu alterações com um fraco significado quantitativo, o mesmo já não pode ser afirmado quando à evolução desta última área no ensino universitário privado. Com efeito, o volume de alunos matriculados nos cursos de gestão apresenta uma notória posição relativa no seio da população universitária

privada. Passou de 15,7% em 1986/87 para 22,7% em 1993/94 depois de ter atingido um valor máximo de 24,5% três anos antes.

Uma compreensão mais ampla das características quantitativas que a expansão do volume de alunos, matriculados no ensino universitário da economia e da gestão, assumiu, implica necessariamente que tenhamos em consideração os principais vectores que têm estado presentes na configuração da oferta institucional de ensino nessas áreas.

Encontra-se bem patente no Quadro IX-10 quer a proliferação de cursos desde 1972/73, quer a diversidade institucional da oferta de ensino universitário da economia e da gestão em 1993/94. No ensino universitário público existiam, neste último ano lectivo, para ambas as áreas um total de 17 cursos, dos quais 8 eram de economia, enquanto no privado ascendiam aos 29, com somente 7 desta área. A área da gestão caracteriza-se não só por ser aquela em que é patente um acréscimo importante do número de cursos, mas também como a que regista uma notória discrepância entre os 22 cursos do ensino privado e os 9 do público. Como salientam J. Oppenheimer e A. Romão, tomando como referência os anos 80, a diversificação da oferta institucional de ensino foi acompanhada da institucionalização de diferentes perfis de formação académica, em termos curriculares e científicos[18].

[18] Cf. Jochen Oppenheimer e António Romão, *op. cit.*, pp. 13 e segs.

Quadro IX-10

Evolução da oferta institucional do ensino universitário da economia e da gestão

	1972/73		1977/78		1986/87		1993/94	
Oferta Institucional	1	2	1	2	1	2	1	2
Economia								
Público	4	4	5	5	6	6	8	8
Privado	-	-	1	1	4	4	6	7
Total	4	4	6	6	10	10	14	15
Gestão								
Público	3	3	3	3	7	7	9	9
Privado	1	1	1	1	7	9	10	22
Total	4	4	4	4	14	16	19	31
Economia e Gestão								
Público	8	8	8	8	13	13	17	17
Privado	-	-	2	2	11	13	16	29
Total	8	8	10	10	24	25	33	46

Legenda: 1 - Número de instituições de ensino; 2 - Número de Cursos.
Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*. Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação* de 1993, 1994 e 1995. Ministério da Educação, *Ensino Superior. Cursos de Bacharelato e Licenciatura. Alunos Inscritos. Anos Lectivos de 1982/83 a 1987/88*, Lisboa, ME, 1988; Ministério da Educação, *Ensino Superior. Alunos Inscritos. Cursos de Licenciatura e Bacharelato. Anos lectivos: 1988/89 a 1991/92*, Lisboa, ME, 1992.

A panóplia de instituições de ensino existente em 1993/94, com cursos na área da economia e da gestão, contrasta fortemente com a oferta dos anos 70. Com a Reforma de ensino protagonizada pelo ministro Veiga Simão, em 1972/73, os cursos da área da gestão emergiram no ensino universitário público, a par dos de economia. Entre 1974/75 e 1977/78 importantes alterações ocorreram. Por um lado, após um período em que nas principais escolas, ISE e FEP, se sucederam profundas mudanças curriculares e pedagógicas, a consolidação do ensino da economia e da gestão passou pela abolição do grau de bacharelato e pelo encerramento dos cursos de economia no ISCTE e no ex-ISCSUP. A par disto, a Universidade Católica, em 1974/75, criava a licenciatura em economia, à qual se veio juntar a licenciatura em administração de empresas[19]. Anos mais

[19] A licenciatura em administração de empresas sucedia ao curso de ciências empresariais criado em 1972 pela Universidade Católica.

tarde, em 1977, formava-se a Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa com um curso de economia, o qual apresentava para a época um perfil de formação académica alternativo ao do ISE, em especial em termos científicos[20]. Deste modo, no ano lectivo de 1977/78 existiam, para além do curso da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e dos da Universidade Católica, um curso de economia e outro de gestão no ISE, um de economia na FEC e, por fim, dois cursos de gestão, um no ISCTE e o outro na Universidade de Évora.

Nos primeiros anos da década de 80, aos cursos antes indicados vêm agregar-se quer os de gestão da Universidade do Minho, da Universidade dos Açores e da Universidade do Algarve, quer os de economia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e da Universidade de Évora. Com a criação destes cursos nas Universidades novas, descentralizando, assim, o ensino, terminava um período de intensa e rápida diversificação institucional do ensino universitário público da economia e da gestão. Diversificação que apontava para a crescente importância que iam adquirindo os cursos referentes a esta última área.

Entre 1984 e 1986, o movimento de expansão da oferta institucional ganha um novo fôlego, em especial, com a multiplicação de cursos de economia e de gestão por parte das recém-criadas universidades privadas - Universidade Autónoma Luís de Camões, Universidade Internacional, Universidade Portucalense e Universidade Lusíada. Movimento que prosseguirá no pós 1986 com os cursos instituídos, entre outras escolas, pela Dinensino/Universidade Moderna, pelo Instituto Erasmus e pelo Instituto Superior de Matemáticas e Gestão. Para além destes, a Universidade Católica criava um curso na área da gestão, na cidade do Porto, enquanto outras universidades privadas abriam pólos em várias cidades, como por exemplo, Caldas da Rainha, Chaves, Figueira da Foz e Setúbal, em que se ministravam cursos de economia e de gestão. Ao nível do ensino universitário público, a FEP quebrava a tradição instituída em 1953 de

[20] Cf. Jochen Oppenheimer e António Romão, *op. cit.*, pp. 26 e segs.

ter um único curso na área da economia, formando um outro em gestão, enquanto na Universidade da Beira Interior e na Universidade do Algarve a opção recaía em cursos de economia.

Em síntese, da análise que temos vindo a desenvolver importa retirar algumas conclusões. Desde logo, o importante acréscimo dos cursos de economia e de gestão e do número de alunos neles matriculados, o qual assumiu uma maior expressividade na primeira área de ensino. Tal recomposição fez-se à custa, em particular a partir de meados dos anos 80, da forte expansão do ensino universitário privado. Sublinhámos antes que o substancial avolumar dos não colocados no ensino superior público, quer ao nível das universidades, quer do politécnico, por força do não alargamento do *numerus clausus,* criou uma ampla clientela para os cursos que emergiram no ensino privado. Num curto período de tempo, implantava-se uma rede diversificada de cursos, não só em Lisboa e no Porto, mas também em outras cidades, cujas vagas foram privilegiadamente ocupadas pelos jovens que não tinham ingressado no ensino universitário público. Para estes jovens, e em especial para aqueles que eram oriundos da burguesia e das fracções da pequena-burguesia com um maior volume de capital económico e/ou cultural, a única possibilidade de continuarem os estudos cingiu-se aos cursos entretanto criados no ensino privado, caracterizados pelos seus elevados custos monetários de frequência e cuja credibilidade científica e pedagógica para a época estava ainda por reconhecer no seio do campo universitário.

Por outro lado, a forte procura social do ensino da economia e da gestão terá de ser equacionada não só atendendo à expansão da sua oferta institucional, em particular por parte das universidades privadas (a estrita imbricação entre oferta e procura de ensino), como também ao facto de, em particular durante a segunda metade dos anos 80 e os primeiros anos da presente década, os títulos de licenciado em economia e em gestão permitirem uma rápida inserção no mercado de emprego, com o acesso a funções valorizadas material e simbolicamente nas

organizações empresariais[21]. Como indicámos, a dinamização do sector financeiro e a integração de Portugal na Comunidade Europeia com toda a panóplia de estudos e projectos necessários para a obtenção de recursos financeiros, entre outros vectores, geraram, durante aquele período, um aumento de oferta de emprego para licenciados das escolas universitárias de economia e gestão por parte das empresas.

É de considerar que uma parte da procura social dessas escolas, especificamente aquela que tinha informações sobre os prognósticos de evolução do mercado de emprego, o que lhe possibilitava uma avaliação do mercado dos títulos escolares, pretendeu garantir a posse de um título académico que, no contexto daquele período e face às restantes opções académicas, apresentasse no futuro uma maior rentabilidade material e simbólica[22]. A predominante difusão de imagens do sucesso de empresários e de quadros superiores, da revitalização económica de empresas e do êxito profissional dos *yuppies*[23] nas capitais financeiras - considerados como os bons exemplos da geração do *baby-boom* - levada a cabo por diversos órgãos de comunicação social e enformada globalmente pelas teses neo-liberais, pela valorização da denominada livre iniciativa e do funcionamento do mercado não deixou provavelmente de ser incorporada nas representações sociais que jovens e famílias detinham sobre a relação entre ensino e mercado de emprego, concorrendo, em conjunto com outros factores, para que a formação académica em economia ou em gestão fosse percepcionada como uma importante via para a obtenção de uma rentável carreira profissional.

---

21 Segundo informação dos entrevistados AE, DE, HE e AR.

22 Avaliação que não deixa de comportar erros decorrentes de uma concepção de intemporalidade do valor dos títulos académicos. Por outro lado, a informação sobre o valor dos títulos encontrava-se inserta nos suplementos económicos de jornais de Lisboa e do Porto e em revistas especializadas no tratamento jornalístico das questões económicas e empresariais. Veja-se, por exemplo, a *Exame* de Agosto de 1990, de Agosto de 1991 e de Agosto de 1993.

23 Veja-se José Resende e Maria Manuel Vieira, "Subculturas juvenis nas sociedades modernas: os *hippies* e os *yuppies*", in *Revista de Ciências Sociais*, nº 35, 1992, pp. 131-147.

Uma última nota importa indicar. Constatámos quer o aumento do número de cursos na área da gestão e do correspondente volume de alunos matriculados, quer o facto da maioria desses cursos estar sedeada no ensino universitário privado. Em primeiro lugar, não cabe no nosso estudo uma exploração sistemática das razões que presidiram a uma clara opção pelos cursos de gestão, em detrimento dos de economia, em particular por parte do ensino privado[24]. Unicamente em termos de mera pista enunciativa afigura-se-nos que essa opção poderia ter traduzido quer a procura crescente de licenciados em gestão pelas empresas[25] - deste modo o sistema de ensino tentaria responder à dinâmica económica e às necessidades de pessoal qualificado - quer o domínio da perspectiva teórica neo-liberal que privilegia as questões de âmbito micro-económico, directamente relacionadas com a denominada economia de empresa, as quais se integravam plenamente no que para a época se concebia como o quadro curricular da formação académica em gestão, ao contrário do de economia. Em segundo lugar, afigura-se-nos relevante ter presente que a expansão destes cursos, na segunda metade dos anos 80 e primeiros anos da década de 90, se inseriu num autêntico "boom" da oferta de formação em gestão. Cursos de bacharelato no ensino politécnico, público e privado, de cariz mais ou menos especializado, mestrados, cursos de pós-graduação do tipo "Master's Business Administration" (MBA) com diferentes temáticas particulares da área científica da gestão, para além das acções de formação profissional propriamente ditas, multiplicaram-se num curto espaço de tempo. Foi um momento marcado por uma certa euforia na procura e na oferta de formação em gestão e na

---

24 Sobre o ensino da gestão, consulte-se J. A. Pinto Correia, *O ensino superior de gestão de empresas em Portugal (1974-1980)*, Lisboa, GEC, 1985 e C. Caiano Pereira, "Ensino superior de gestão de empresas", *Revista de Gestão*, nº 1, 1986, pp. 7-10. Tenha-se igualmente em atenção o artigo de Francisco Jaime Quesado, "A adequação do ensino às necessidades das empresas", in *Cadernos de Economia,* Julho/Setembro, 1991, pp. 41-43

25 Cf. Mário Murteira, "A Europa face às novas tendências", in *Cadernos de Economia*, Julho/Setembro, 1991, p.15.

actualidade permanece ainda por descortinar a dinâmica que o caracterizou, a qual com certeza merece, noutro espaço e tempo, um olhar questionador.

A partir dos inícios dos anos 80, emergiam os cursos de mestrado nestas duas áreas, no âmbito dos programas de formação da FEP, do ISE e da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Em 1993/94 subsistia já um número avultado destes cursos, como se pode observar no quadro seguinte:

Quadro IX-11[26]

Elementos caracterizadores dos cursos de mestrado em economia e gestão para 1993/94

	Nº de Instituições de ensino	Nº de cursos	Alunos matriculados	
			Nº	% de M
Ensino Universitário Público	9	15	751	33,6
Ensino Universitário Privado	2	3	116	29,3
Total	11	18	867	33,0

Fonte: Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação*

O acréscimo dos cursos de mestrado pode ser apontado como mais um dos elementos cruciais das mudanças qualitativas do ensino da economia e da gestão no pós 1974. Encontramos outro elemento, para além da própria diversificação da oferta institucional de licenciaturas nessas áreas, no incremento do volume de doutoramentos realizados no país e no estrangeiro (Quadro IX-11)[27]. Cumpria-se,

[26] Unicamente foram considerados os cursos de mestrado que registavam alunos matriculados no ano lectivo de 1993/94.

[27] Como sublinham J. Oppenheimer e A. Romão, "(...) só no ISE onde de 1970 a 1979 não se realizou qualquer defesa de tese, de 1980 a 1984, realizaram-se 10 doutoramentos, a par de um número quase igual que defendeu teses em França e em Inglaterra. O recurso a Universidades estrangeiras tem sido também a regra nas restantes Faculdades de Economia, sendo de salientar uma maior diversidade de contactos para as Faculdades de Economia das Universidades de Coimbra e do Porto (EUA, França, Inglaterra, Itália, RFA) e uma concentração nos EUA por parte da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e do Departamento de Economia da Universidade Católica Portuguesa. Este novo 'élan', fruto de uma liberalização político-ideológica, de um maior contacto interno e internacional de economistas portugueses e de uma resposta das camadas mais jovens de assistentes universitários perante uma certa letargia até aí existente, faz com que neste momento (1984) se encontrem a preparar doutoramento cerca de

por conseguinte, uma condição fundamental para uma mais ampla institucionalização do ensino da economia e da gestão no seio do campo universitário.

Quadro IX-12

Evolução do número de doutoramentos nas áreas científicas da economia e da gestão

Áreas científicas	1970 a 1980			1981 a 1992		
	Doutor. nacionais	Equivalência	Total	Doutor. nacionais	Equivalência	Total
Economia	3	20	23	63	97	160
Gestão	-	-	-	3	25	28
Total de Doutor.	339	547	886	1.917	1.016	2.933

Fonte: José Mariano Gago, *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, 1973, pp. 446 e segs.

Por seu turno, o incremento dos doutoramentos encontra-se intrinsecamente associado às alterações por que tem vindo a passar a investigação científica em economia. Uma dessas alterações reside no aumento do número de centros de investigação, particularmente daqueles que se encontram sedeados nas universidades, aos quais se devem juntar os existentes ao nível de diversos organismos estatais e do sector empresarial privado, com especial destaque para as empresas bancárias[28]. Para J. Oppenheimer e A. Romão, além deste aspecto, o conteúdo da investigação económica, em meados dos anos 80, caracteriza-se, entre outros elementos, pela debilidade da "investigação teórica fundamental", pela importância da análise da economia portuguesa, pela utilização da formalização matemática e ainda pela multiplicidade de temas de investigação. Quanto propriamente às perspectivas teóricas enformadoras da investigação empírica, a situação pauta-se pelo eclectismo, ou melhor, pela

130 docentes. Destes, encontram-se no estrangeiro, nos mais diversos domínios da Ciência Económica, cerca de 70 investigadores ligados a Universidades portuguesas." In Jochen Oppenheimer e António Romão, *op. cit.*, p. 62.

[28] Id., *ibid.*, pp. 51 e segs.

"(...) forte presença do paradigma neo-clássico e keynesiano, aliado por vezes a uma perspectiva monetarista; presença do pensamento marxista, abrangendo várias perspectivas, desde a mais tradicional às novas perspectivas de interpretação e desenvolvimento desta corrente; presença menos influente de outras correntes, tais como o pensamento estruturalista, a nova escola da regulação e as estratégias de desenvolvimento fundamentadas na satisfação das necessidades básicas."[29]

A recomposição global que caracterizou o ensino da economia e da gestão no pós 1974 permitiu o rompimento em definitivo com a tradição comercialista e jurídica que enformou durante várias décadas a formação de gerações sucessivas de economistas. Passo fundamental para a autonomização e afirmação do ensino da ciência económica no seio do campo universitário. Sabendo-se da centralidade que as universidades detêm no processo global de construção social de uma profissão, na medida em que é nelas que ocorre a formação de futuros profissionais e a (re)produção do conhecimento científico formalizado que está subjacente à actividade destes, a autonomização que passou a caracterizar o ensino da ciência económica - para a qual não deixaram de contribuir as transformações curriculares ocorridas na sequência da Reforma do ISCEF de 1949 e da criação da FEP em 1953 - concorreu, em conjunto com outros processos, para a construção social da profissão de economista no decorrer dos anos 70 e 80. Mais propriamente essa autonomização incrementou a consolidação dos economistas no espaço social, conferindo-lhes um mais amplo reconhecimento profissional.

2. A actividade do Sindicato dos Economistas e da Associação Portuguesa de Economista - a revitalização do projecto da Ordem dos Economistas

No pós 1974, o trabalho social e político das instâncias de representação política dos economistas - referimo-nos ao SE e à APEC - vai ser outro dos

[29] Id., *ibid.*, pp. 72.

processos que concorreram para a construção social da profissão. Esse processo, entre outros aspectos, materializou-se tanto na inserção dos economistas como assalariados no movimento de contratualização das relações laborais, como também na revitalização do projecto de criação de uma Ordem dos Economistas.

Referimos no Capítulo VII que, nos anos imediatamente anteriores ao 25 de Abril, se assistiu a uma maior actividade no seio do SNC. Por um lado, a direcção eleita para o triénio 1970-73 assumiu funções, embora continuasse a não ser homologada pelo Ministério das Corporações e Previdência Social. Por outro, formaram-se vários grupos de trabalho sobre temas económicos e financeiros[30].

Tal incremento da actividade sindical não deixava de reflectir algumas das mudanças que, embora ainda de contornos não nítidos, trespassavam a sociedade portuguesa. Nos finais dos anos 60, as profundas contradições políticas e sociais em que o país se encontrava mergulhado, a aceleração da dinâmica económica em que sobressaem alguns elementos que apontavam para uma passagem ao regime de acumulação extensivo do capital[31], as teses tecnocráticas sobre uma maior participação política dos sindicatos - que implicava o reforço e a credibilização dos mesmos - e o acréscimo da conflitualidade laboral levaram o governo de Marcello Caetano a introduzir alterações limitadas no edifício jurídico que regia os sindicatos nacionais[32]. Será neste contexto que, em 1970, um grupo restrito de sindicatos (13) constitui a Intersindical, a qual não obstante ser clandestina - a legislação então vigente proibia a existência de confederações sindicais - teve um papel importante na dinamização das acções sindicais,

---

30 Cf. Sindicato dos Economistas, *Sindicato dos Economistas - Súmula Histórica*, Lisboa, s/ edit., s/data, p. 5.

31 Cf. António Mil-Homens, "A importância de uma estratégia de desenvolvimento dos recursos humanos num país de fordismo perifério", in *Economia e Socialismo*, nºs 66-67, 1985, pp. 42 e segs.

32 Referimo-nos ao Decreto-Lei nº 45.758 de 12 de Junho de 1964, ao Decreto-Lei nº 49.058 de 14 de Junho de 1964, ao Decreto-Lei nº 51/72 de 10 de Fevereiro, ao Decreto-Lei nº 321/72 de 18 de Agosto e ao Decreto-Lei nº 340/72 de 13 de Outubro. Documentos legais que apontavam para a intervenção dos tribunais na supervisão e substituição dos dirigentes sindicais, para a obrigatoriedade de resposta às propostas de revisão dos CCT, para a fixação dos prazos da negociação colectiva, para a criação dos tribunais arbitrais e para a regulamentação das estruturas sindicais intermédias (Uniões e Federações Sindicais).

nomeadamente na área da contratação colectiva[33]. Entretanto começava-se a desenhar a emergência de um "sindicalismo de quadros", em que iriam pontificar as actividades desenvolvidas pela direcção da Secção Regional de Lisboa da Ordem dos Engenheiros. Como registámos em trabalho anterior, a partir de 1964 a instância política de representação dos engenheiros outorgará vários acordos colectivos de trabalho com importantes empresas do sector dos transportes e dos petróleos[34]. Foi um passo inicial, aprofundado nos anos seguintes, no sentido da contratualização das relações laborais dos quadros, no conjunto dos quais estavam incluídos os economistas.

Na sequência do 25 de Abril de 1974, ocorreu uma profunda mudança ao nível das condições de gestão e reprodução da mão-de-obra e da formação e utilização dos salários. Destacamos nomeadamente: o reforço da intervenção do Estado no mercado de emprego, quer como empregador, quer como regulador do seu funcionamento; a quebra das restrições quanto ao associativismo sindical e à greve, impostas pelo Estado Novo; o acréscimo da protecção jurídica contra os despedimentos individuais e colectivos; o alargamento organizativo e da capacidade interventiva do movimento sindical; a generalização dos mecanismos de contratação colectiva; a criação do salário mínimo nacional e a fixação das revisões salariais periódicas, para além da extensão dos 13° e 14° meses.

À data da queda do regime, a estrutura sindical caracterizava-se pela pulverização organizativa, pela fragilidade económica e participativa e pela sujeição aos princípios políticos e ideológicos do Estado Novo[35]. Um maior

---

33 Sobre as origens da Intersindical, consulte-se José Barreto, "Os primórdios da Intersindical sob Marcello Caetano", in *Análise Social*, n°s. 105-106, 1990, pp. 57-117.

34 Veja-se Carlos Manuel Gonçalves, *Construção social dos quadros: uma proposta para a sua análise*, Dissertação de Mestrado apresentada na FCSH/UNL (documento mimeografado), 1990, pp. 278 e segs.

35 Em 1974 existiam 307 sindicatos. Em termos de formas organizativas, 51,1% eram sindicatos de "profissão", 1,3% de "categoria" e 47,6% de "sector/indústria". Quanto ao âmbito geográfico, o total de sindicatos distribuía-se do seguinte modo: de âmbito nacional, 12,0%, de distrital, 54,0% e pluridistrital, 24,0%. Cf. Maria da Conceição Cerdeira e Maria Edite Padilha, *As estruturas sindicais portuguesas - uma análise evolutiva de Setembro de 1933 a 31 de Dezembro de 1984*, vol. I, Lisboa, MESS, 1988, pp. 89 e segs.

empenhamento político e contestatário, em especial por via da contratação colectiva, foi somente perceptível, a partir de 1970, nos grandes sindicatos de Lisboa e do Porto - Empregados de Escritório, Bancários, Seguros, Metalúrgicos -, alguns dos quais participavam nas actividades da Intersindical.

No período imediato ao 25 de Abril caracterizado por uma intensa conflitualidade social[36], o SNC vai ser reconvertido nominalmente no SE[37]. Concretizava-se, deste modo, uma das principais reivindicações dos membros do SNC. O caduco termo de comercialista era, por fim, substituído pelo de economista. Contudo, esta não era, para a época, a questão central que animava as assembleias gerais do SE. Ela incidia, sim, na forma organizativa que deveria assumir a futura instância de representação política dos economistas. Num documento elaborado por um grupo de trabalho do SE, intitulado "Economista: funções e enquadramento sindical" e datado de Julho de 1974, duas opções eram explicitadas: manutenção de uma organização com funções sindicais ou então a criação de uma forma associativa sem este tipo de funções.

A primeira opção implicava, por sua vez, que fosse previamente esclarecido um aspecto de cariz essencialista: como definir economista? Dois critérios emergiam: idêntica formação académica, isto é, licenciados pelas escolas universitárias de economia; uso em situações de trabalho de técnicas de "análise micro ou macro-económica", o que levaria a que pudessem pertencer ao SE membros titulados com uma formação académica sem ser em economia. Por conseguinte, propunha-se uma definição baseada na formação académica ou na natureza das funções efectivamente exercidas ou, ainda, a adopção dos dois critérios, cumulativamente. Num momento de procura de um reposicionamento da instância política representativa dos economistas, retomava-se a questão da definição da própria actividade profissional. Voltava-se, em parte, à discussão do

---

36 Sobre este período, entre outras obras, consulte-se: Maria de Lurdes Lima dos Santos, *op. cit.*; Boaventura Sousa Santos, "A crise e a reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 14, 1994, pp. 7-29.

37 Conforme Alvará de 3 de Outubro de 1974 emitido pelo Ministério do Trabalho.

início dos anos 50, ocorrida no seio do então SNC sobre o título e definição dos atributos dos membros do Sindicato. A opção de então tinha sido clara, o título profissional de técnico-economista só poderia ser usado por aqueles que tivessem concluído as suas formações académicas nos ISC ou no ISCEF.

A segunda opção - extinção do SE e criação de uma forma associativa sem funções sindicais - obrigava, por outro lado, a equacionar qual o futuro sindical para os economistas. O documento do grupo de trabalho apontava duas soluções. Estes profissionais seriam inseridos em sindicatos verticais ou então nos sindicatos de "grupos profissionais mais amplos".

Ora o equacionamento daquela segunda opção remeteu para uma questão de natureza mais global e que, em 1974 e 1975, se tornou alvo de intensa polémica: como organizar os sindicatos. Dois modelos estiveram então em discussão: privilegiar as organizações sindicais que agregavam unicamente os assalariados pertencentes a uma mesma profissão, não rompendo, portanto, com uma das características que tinha marcado os sindicatos nacionais durante o Estado Novo ou, pelo contrário, enveredar decisivamente pelo denominado sindicalismo vertical, em que a organização reunia os assalariados a trabalharem no mesmo ramo ou sector de actividade, independentemente da sua profissão, ocupação e posição hierárquica.

Acabaria por, em 1975, se materializar uma solução que, em parte, recolhia elementos das duas opções que eram colocadas pelo documento "Economista: funções e enquadramento sindical". Mantinha-se o SE, o qual abrangia todos os "licenciados em qualquer ramo das ciências económicas e financeiras"[38]. Contudo, em simultâneo, tornava-se mais explícito o propósito de alguns economistas em formarem uma associação para a profissão. Ao abrigo da lei das associações sindicais aprovada em Abril de 1975[39], tal organismo não poderia ter qualquer tipo de funções de natureza sindical, unicamente de

[38] Estatutos do Sindicato dos Economistas, Diário da República, III Série de 29 de Agosto de 1975.

[39] Decreto-Lei nº 215-B/75 de 30 de Abril.

representatividade dos aspectos estritamente profissionais dos economistas e de incremento da actualização científica dos membros da profissão. Estavam, portanto, criadas as condições para a emergência, em 1976, da APEC. A esta questão voltaremos mais à frente.

É importante salientar que a opção entre o sindicalismo vertical e o sindicalismo por profissões colocou-se também ao nível de outras organizações de licenciados. Foi o caso da Ordem dos Engenheiros, em particular da Secção Regional do Sul. Tal como tinha acontecido no SE, a discussão girou em torno da manutenção ou não da Ordem, da criação de um sindicato para engenheiros ou então da integração destes em sindicatos de ramo ou sector de actividade. Com a publicação da lei das associações sindicais, a Ordem passou a não poder representar aqueles profissionais em termos sindicais, ocorrendo em simultâneo a formação do Sindicato dos Engenheiros da Região Sul.

Só que a opção pelo sindicato de profissão quer para os economistas, quer para os engenheiros foi assumida pelas respectivas direcções, durante o ano de 1975, como uma situação transitória. Em Julho desse ano, as conclusões do I Encontro dos Quadros Técnicos promovido por vários sindicatos, entre eles o SE, testemunham isso mesmo:

> "Reconhece-se que os quadros técnicos, em conjunto com os restantes trabalhadores, só podem assegurar a defesa colectiva dos seus reais interesses em sindicatos verticais, de que as múltiplas contratações verticais até agora concretizadas são um verdadeiro embrião. A integração em sindicatos verticais facilitará, ainda, a sua ligação aos restantes trabalhadores; reconhece-se que a horizontalização dos sindicatos de quadros técnicos não cumpre o espírito de unidade dos quadros com os restantes trabalhadores, acentuando um cunho elitista que urge eliminar; reconhece-se que urge dinamizar a integração dos quadros técnicos na vida sindical, por forma a que a sua participação nos sindicatos verticais seja consciente e realista."[40]

[40] *Boletim Informativo do Sindicato dos Engenheiros Técnicos*, nº 7, 1975, p. 6.

Com efeito, as direcções daqueles dois sindicatos vão perfilhar a tese do sindicalismo vertical, bem como, de modo global, os princípios do sindicalismo de classe protagonizado pela Intersindical.

Se nos meses imediatos ao 25 de Abril, os sindicatos herdados do corporativismo foram politicamente ultrapassados pela dinâmica e espontaneidade que o movimento reivindicativo tomou, a partir do final de 1974 a prática sindical tornou-se mais controladora e interventiva. Os sindicatos, e em especial a Intersindical, vão paulatinamente controlando o movimento reivindicativo e passando de um discurso, e correspondentes práticas, articulado em torno da luta anti-fascista e da defesa das liberdades e da democracia para um outro, em que a luta anti-capitalista e a defesa das medidas económicas e sociais que iam sendo tomadas pelos vários governos provisórios - legislação sindical, intervenção nas empresas, nacionalizações, etc. - ganhavam uma notória centralidade[41]. Afirmava-se, por conseguinte, ultrapassados que estavam os primeiros momentos de uma certa indefinição ideológica, um sindicalismo de classe por parte da maioria dos sindicatos e da Intersindical.

Como indicámos acima, as direcções dos sindicatos dos economistas e dos engenheiros, em exercício em 1975, vão também advogar as teses do sindicalismo veiculadas pela Intersindical. São os próprios estatutos do SE de 1975 que o testemunham, quando estabelecem como princípios fundamentais da organização, entre outros, a defesa da unicidade sindical[42] e da "luta pela emancipação da classe trabalhadora", a recusa do direito de tendência, para além da adesão à própria Intersindical.

---

41 Sobre as práticas sindicais, em 1974 e 1975, consulte-se o texto de Maria Luísa Cristovam, "A acção sindical em Portugal: entre mobilização por uma mudança e o compromisso social (1974-1982)", in Eduardo Ferreira e J. Walter Opello, *Conflitos e Mudanças em Portugal, 1974-1984*, Lisboa, Teorema, 1985, pp. 171-177.

42 Recorde-se que o debate em torno da unicidade sindical, que ocorreu durante os primeiros meses de 1975, constitui um dos momentos de maior confronto político entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista. Pelo Decreto-Lei nº 215-A/75 de 30 de Abril reconhecia-se a Intersindical como central sindical única e pelo Decreto-Lei nº 215-B/75 com a mesma data era fixada a unicidade sindical como um princípio da organização sindical portuguesa.

Esta formulação dos Estatutos do SE expressava a vitória da perspectiva política dos economistas afectos à Intersindical e ao PCP. E, por outro lado, essa mesma vitória era particularmente significativa, se tivermos presente o quadro de agudização da conflitualidade social e política depois do 11 de Março, quando genericamente os quadros, entre eles os economistas, nas empresas e nos serviços estatais, viram as suas posições socialmente desvalorizadas, fruto das reivindicações e práticas anti-hierárquicas, anti-autoritárias e igualitaristas levadas a cabo pelos sindicatos e outras organizações operárias[43].

Só que a vitória dos economistas afectos à Intersindical e ao PCP não se prolongou muito no tempo. As direcções do SE eleitas a partir de 1976 vão distanciar-se dos princípios e das práticas do sindicalismo de classe. Já no quadro da consolidação do novo regime democrático, alicerçado no voto popular e na Constituição de 1976, revogada que estava a legislação da unidade sindical, o SE participou nesse ano no movimento "Carta Aberta", liderado por socialistas e sociais-democratas, de contestação à Intersindical e, em 1978, na formação da União Geral de Trabalhadores[44]. As direcções do SE integravam, por conseguinte, a corrente do sindicalismo de negociação, apostando nos princípios da concertação e do consenso social como eixos orientadores das suas actividades, não só face às questões mais restritas do trabalho, como igualmente quanto à configuração política e social que deveria enformar a sociedade portuguesa, ultrapassado que estava o período revolucionário.

---

43 Consulte-se Carlos Manuel Gonçalves, *op. cit.*, pp. 249 e segs.

44 O processo que conduziu à criação da União Geral de Trabalhadores (UGT) foi fortemente permeado por conflitos inter-partidários, o que não deixava de expressar o controlo que os principais partidos políticos tinham sobre os sindicatos. Para A. Stoleroff, a denominada politização/partidarização do sindicalismo é um dos atributos principais das relações industriais em Portugal - "(...) as condições de luta contra a ditadura e a revolução que se seguiu à queda do regime articularam-se com outras características sociais (sobretudo aquelas que resultam numa fraca capacidade comunicativa autónoma da classe operária) de tal forma que os aparelhos partidários se tornaram veículos decisivos da representação de interesses." In Alain Stoleroff, "Sindicalismo e relações industriais em Portugal", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 4, 1988, p. 156.

Em simultâneo, aquelas direcções do SE retomavam a proposta política de um sindicalismo de quadros, em conjunto com outros sindicatos (Sindicato dos Engenheiros da Região Sul e Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul). Entre 1976 e 1977, a acção sindical do SE, bem como a dos restantes sindicatos, vai estruturar-se em torno da contratação colectiva. A instância de representação política dos economistas pretendia, em primeiro lugar, restabelecer a hierarquia salarial ao nível das organizações. Esta deveria ter por principais critérios a natureza das funções desempenhadas e a formação académica, em segundo, obter aumentos salariais que permitissem, em parte, colmatar a descida dos salários reais gerada pela combinação entre o não acréscimo dos salários dos quadros, em 1974 e 1975, e o incremento da taxa de inflação e da carga fiscal[45]. As reivindicações igualitárias, em termos de distribuição dos rendimentos, impostas pelos sindicatos operários nesses anos e a própria intervenção do Estado no sentido da redução das disparidades salariais conduziu, como se pode observar no Quadro IX-13, ao fechamento do leque salarial. Em 1973, a relação entre o salário base mensal do "Pessoal técnico" e do "Pessoal não-qualificado" era de 5,1, passou para 3,6 no ano seguinte, continuando a baixar em 1975 e 1976. A redução que sofreu o leque salarial é, sem dúvida, um dos indicadores importantes das transformações que, no período imediato ao 25 de Abril, trespassaram as organizações económicas, públicas e privadas[46].

---

[45] Conforme informação dos entrevistados JM, DE e AE.

[46] Não obstante a redução global do leque salarial que se verificou, persistiram e, nalguns casos, aprofundaram-se as disparidades salariais, em particular entre os diversos sectores de actividade, consequência, em parte, da diferenciada capacidade reivindicativa dos sindicatos. Sobre a questão consulte-se: Maria Lúcia Leitão e Vera Freitas, *Análise das disparidades salariais no pós 25 de Abril*, Lisboa, MESS, 1982; Aida Maria Marcelino e Maria Henriqueta de Almeida, *Análise das Diferenciações Salariais no Continente*, Lisboa, MT, 1977; Maria João Rodrigues, *O Sistema de Emprego em Portugal*, Lisboa, D. Quixote, 1988, pp. 190-203.

Quadro IX-13

Índices de dispersão dos salários de base mensais
nos vários níveis de qualificação, em relação ao não qualificado

Níveis de Qualificação	1973	1974	1975	1976	1981
Pessoal dirigente	716,2	505,2	432,1	415,6	388,4
Pessoal técnico	509,1	355,8	312,6	283,7	307,2
Enc. mestres, capatazes	282,8	206,3	186,2	176,7	180,1
Pessoal alt. qualificado	255,2	180,6	168,4	161,2	153,1
Pessoal administrativo	241,5	189,1	173,6	164,7	171,0
Chefes de equipa	216,8	179,1	160,6	159,6	159,7
Pessoal comercial	201,2	155,1	156,8	159,3	158,6
Pessoal qualificado	144,2	130,7	128,6	127,0	125,8
Pessoal semiqualificado	116,2	115,3	101,2	106,6	108,3
Pessoal não-qualificado	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Praticantes	85,4	87,0	86,9	88,8	86,1
Aprendizes	59,8	56,0	62,6	64,7	59,6
Amplitude máxima	656,4	449,2	369,5	350,9	328,8

Nota: Os salários de base não incluem subsídios, prémios, gratificações, horas extraordinárias, etc.
Fonte: MTSS, SE - *Inquérito aos Níveis de Qualificação.*

Por outro lado, se retivermos a nossa atenção na evolução dos salários reais dos quadros ao longo da década de 70 (Quadro IX-14), verifica-se que os mesmos vão sendo fortemente desvalorizados.

Quadro IX-14

Evolução dos salários reais (referenciados ao mês de Setembro)
Números-índices

	Set.74	Set.76	Set.78	Set.80	Set.82
Total das qualificações	100,0	98,9	78,7	80,8	80,5
Quadros superiores	100,0	79,5	61,7	61,8	66,0
Quadros médios	100,0	84,7	66,1	69,7	73,7
Encarregados, mestres e capatazes	100,0	89,1	70,5	71,4	70,9
Operários qualificados	100,0	101,1	79,9	79,9	81,3
Pessoal não qualificado	100,0	104,1	82,1	81,4	80,3
Salário mínimo nacional	100,0	90,7	79,9	74,4	71,1

Fonte: Maria E. Ribeiro, "Desigualdades salariais e política salarial", in *SERS*, nº16, 1985, p. 40.

Para além dos aspectos fundamentais já apontados, entre 1976 e 1977 o incremento da taxa de inflação e da carga fiscal e o modo como se vai processar a negociação colectiva impediram os sindicatos dos quadros, e em particular o SE, de inverter a tendência de desvalorização salarial dos quadros. Com efeito, a integração dos sindicatos de quadros em comissões de negociações verticais, abrangendo a totalidade dos sindicatos representativos dos assalariados de cada um dos ramos de actividade ou empresa pública, conduziu ao seu enfraquecimento negocial, na medida em que a respectiva área de representação era comparativamente limitada face à dos grandes sindicatos operários[47]. Atendendo a isto e à capacidade de mobilização e de contestação por parte destes últimos sindicatos, filiados na Intersindical, as instâncias políticas representativas dos quadros acabaram por não conseguir fixar nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho o seu principal objectivo: a valorização salarial dos quadros[48].

A intervenção sindical do SE, na área da contratação colectiva, limitou-se em especial às grandes empresas públicas (nomeadamente Companhia de Caminhos de Ferro Portugueses, Companhia Carris de Ferro de Lisboa, Petrogal) e nestas à negociação do clausulado pecuniário e do referente às carreiras profissionais dos economistas.

Como meio de consolidar o sindicalismo de quadros e deste modo enfrentar, em termos políticos, os sindicatos operários e aumentar a sua capacidade negocial perante as entidades patronais, um grupo de sindicatos de quadros formava em Agosto de 1977, a Federação Nacional de Sindicatos de

---

47 Sobre a evolução da contratação colectiva depois de 1974 tenha-se em atenção os seguintes textos: António Monteiro Fernandes, "A evolução das relações de trabalho desde 1974: algumas tendências gerais", in *Pessoal*, nº 54, 1980, pp. 17-25; José Manuel Rocha Pimentel, "Aspectos jurídico-institucionais da contratação colectiva em Portugal", in *Cadernos Sindicais*, nº 7, 1985, pp. 9-28.

48 É também de considerar que o conflito que para a época subsistia entre a Intersindical e o movimento "Carta Aberta", o qual incorporava sindicatos de quadros, reflectia-se directamente no bloqueio que os sindicatos operários faziam às reivindicações destes últimos.

Quadros (FENSIQ)[49]. Nesse grupo, o SE vai ter um papel importante como dinamizador da nova estrutura sindical. Para isso contribuiu não só o facto de, face aos restantes sindicatos[50], se apresentar mais forte em termos organizativos, fruto da sua própria antiguidade, mas também a valorização simbólica que a profissão de economista teve no pós 1974.

A principal área de afirmação política da FENSIQ vai ser a contratação colectiva. Prosseguindo a estratégia que os vários sindicatos de quadros tinham iniciado nos anos anteriores, essa organização intensificou a contratualização das relações de trabalho dos quadros. Representando nas diversas mesas negociais um conjunto amplo de sindicalizados, a FENSIQ num primeiro momento irá centrar-se na defesa da valorização salarial dos quadros. No entanto, como se pode concluir do Quadro IX-13 e Quadro IX-14 tal não foi alcançado. E isso deveu-se, nos últimos anos da década de 70, à resistência dos sindicatos operários a acréscimos salariais substanciais para os quadros, mas também ao estabelecimento dos denominados tectos salariais por parte dos governos constitucionais e à política restritiva de aumento da massa salarial imposta pelas entidades patronais.

Face a estes obstáculos, a FENSIQ mudou a sua estratégia de negociação colectiva. Por um lado, optou por uma negociação com as entidades patronais separada da dos sindicatos operários. Por outro, passou a incidir fundamentalmente as suas propostas não ao nível dos salários, mas sim das carreiras dos quadros[51]. A expansão da contratualização das relações laborais dos quadros, e em especial a formalização das carreiras, foi um vector que

---

[49] Sobre o sindicalismo dos quadros, entre outras obras, consulte-se Gérard Grunberg e René Mouriaux, *L'Univers Politique e Syndical des Cadres*, Paris, PFNSP, 1979.

[50] Para além do SE, a FENSIQ foi fundada pelo Sindicato dos Engenheiros da Região Sul, pelo Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Sul, pelo Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte, pelo Sindicato dos Oficiais e Engenheiros Maquinistas da Marinha Mercante e pelo Sindicato dos Engenheiros Técnicos Agrários.

[51] Será no âmbito desta negociação colectiva separada que a FENSIQ concretiza a fixação nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho de aspectos específicos para os quadros: regimes de seguro social supletivos face ao da segurança social; formação profissional; critérios de promoção nas carreiras.

possibilitou uma mais ampla consolidação do estatuto socioprofissional dos economistas nas empresas.

Atentemos nesta questão. A partir de 1979, os instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho assinados pela FENSIQ ou pelo SE incluíam, quando tal era objecto de negociação, uma carreira profissional específica para os economistas[52]. Ora essa autonomização, no plano contratual, que também se verificava para os engenheiros, ia no sentido da indicada consolidação desses profissionais, para além de expressar aquilo que já era um facto assente ao nível das organizações, a imprescindibilidade da sua participação científica e técnica.

Só que a contratualização das relações laborais dos economistas conduziu igualmente ao sedimentar da sua diferenciação face aos restantes profissionais, o que aconteceu por intermédio de dois aspectos. Em primeiro lugar, pela definição de quem poderia ser designado, em termos de título profissional, por economista. Já tivemos ocasião anteriormente de apontar a importância que quer o nome, quer os atributos que lhe estão subjacentes têm na construção social de uma profissão. A definição aparece sempre como um instrumento de limitação das fronteiras do grupo profissional e, por sua vez, como classificada e classificadora, ao permitir, a ordenação hierárquica e a localização dos profissionais no espaço social[53]. Relembre-se que a fixação, particularmente em instrumentos de natureza jurídica - como são os documentos contratuais entre sindicatos e entidades patronais -, de critérios de pertença à profissão é uma das condições fundamentais para possibilitar o seu conhecimento e renovar o seu reconhecimento e, por isso mesmo, distingui-la das restantes. No caso dos economistas, encontramos dois

---

52 Em plenário dos sindicatos pertencentes à FENSIQ, realizado em Maio de 1978, era estipulado um modelo de carreira para os quadros a apresentar no âmbito das negociações colectivas. Por seu turno, esse modelo subdividia-se em duas carreiras profissionais: a dos profissionais de engenharia (englobando licenciados e bacharéis em engenharia) e a dos economistas. Cf. *Boletim do Sindicato dos Engenheiros Técnicos do Norte*, nº 1, 1979, p. 10.

53 Cf. Pierre Bourdieu, *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Editions Minuit, 1974, pp. 166 e segs.

tipos de definições. Aquelas que tomam por atributo principal a posse de uma formação académica no "ramo das ciências económicas e financeiras", incluindo, por conseguinte, os cursos universitários de economia, finanças e gestão[54]. Este tipo de definição é, recorrentemente, completada por uma outra que, de modo mais ou menos extenso, aponta as funções gerais e específicas dos economistas, isto é, remete para a natureza e conteúdo do trabalho destes profissionais[55]. Numa clara estratégia de demarcação de territórios, essas funções são fixadas nos instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho, de uma forma detalhada, assumindo explicitamente os economistas a responsabilidade científica e técnica das actividades económicas e financeiras das empresas.

Em segundo lugar, o estabelecimento de uma carreira específica para os economistas - estruturada em seis graus, subsistindo para cada um deles uma

---

[54] Exemplo disso encontramos no Acordo Colectivo de Trabalho entre a Rodoviária Nacional, EP e a FENSIQ: "Consideram-se economistas os trabalhadores licenciados em qualquer ramo das ciências económicas ou financeiras por estabelecimento de ensino nacional ou estrangeiro oficialmente reconhecido". In *Boletim do Trabalho e do Emprego*, nº 24 de 29 de Junho de 1980.

[55] Como se indica no Acordo Colectivo de Trabalho da TAP, o economista "organiza, coordena e executa actividades no âmbito da micro e macroeconomia, elabora estudos e emite pareceres sobre problemas da sua especialidade, pode orientar outros técnicos de nível igual ou inferior". In *Boletim do Trabalho e da Previdência*, nº 18 de 15 de Maio de 1985. Esta definição é semelhante à existente na Classificação Nacional de Profissões: o economista "Estuda e analisa dados económicos e elabora previsões, planos, projectos, pareceres, peritagens e auditorias em assuntos relativos aos ramos da ciência económica: efectua análises macro-económicas de projectos de investimento com vista à determinação das necessidades de financiamento e à concessão de incentivos por sectores de actividade e/ou com fins de racionalização económica e harmonização dos vários sectores; concebe e implementa modelos econométricos, tendo em vista a obtenção de metas de desenvolvimento; efectua análises comparadas de evolução económica nacional e internacional; concebe ou desenvolve e/ou implementa técnicas actuariais e modelos econométricos de gestão; efectua a análise económico-financeira de projectos de investimento, desinvestimento e de empresas; concebe novos produtos financeiros; participa na planificação estratégica e operacional da empresa relativamente às suas áreas fundamentais e/ou definição de políticas gerais e assegura a coordenação, orçamentação, execução e avaliação dos planos aprovados; concebe e implementa sistemas de informação de gestão; efectua auditoria económica, financeira e de gestão; desenvolve e assegura a organização e gestão administrativo-contabilística; efectua estudos de mercado com vista à identificação dos sectores tendenciais de procura e de concorrência, avalia as potencialidades do mesmo, a receptividade a novos produtos e define a estratégia de produtos a utilizar, bem como a política comercial. Pode dedicar-se a uma determinada área, designadamente macro-económica, economia nacional e internacional, economia de empresa, gestão de empresa, 'marketing', planeamento económico e mercado financeiro. Retenha-se que naquela Classificação, as profissões são definidas a partir de dois critérios: a natureza dos trabalhos efectuados e as competências requeridas para o desempenho do mesmo."

delimitação das funções a desempenhar -vai também sedimentar a diferenciação destes profissionais ao nível das organizações[56].

Contudo, importa registar que os dois aspectos que acabámos de enunciar e que enformaram, de modo predominante, a contratualização das relações laborais dos economistas só se tornaram possíveis, porquanto eram principalmente aplicados em empresas públicas de uma ampla dimensão, com uma complexa estrutura organizativa e um importante volume de negócios, o que permitia uma notória divisão hierárquica e funcional entre os economistas. O mesmo já não acontecia na esmagadora maioria das empresas onde trabalhavam economistas. Nestas não subsistia uma estrita divisão das tarefas. Predominava, sim, a polivalência e também, face a determinadas funções - controlo de gestão, *marketing*, por exemplo - a intermutabilidade das formações académicas.

Apesar de fundamentalmente circunscrita às empresas públicas, a contratualização das relações laborais dos economistas, ao fixar, em termos jurídicos, o título, as funções e a carreira, concorreu para a autonomização desses profissionais face aos restantes quadros e consolidou, por outro lado, o seu estatuto socioprofissional.

Tal consolidação estava profundamente inter-relacionada com o crescente protagonismo que os economistas vão adquirir no pós 1974. A forte valorização que as denominadas questões económicas tiveram depois daquela data, devido às profundas transformações que atravessaram a sociedade portuguesa, impulsionou o acesso dos economistas a funções de natureza política, ao nível dos vários órgãos do Estado. E isto num quadro societal em que no período posterior a 1976 se foram sucedendo diferentes e contraditórias políticas económicas, enformadas por um maior ou menor peso das teses neo-liberais. Como sublinha S. Franco na apreciação que faz, em especial, do período de 1976 a 1985:

---

56 Um exemplo dessa carreira podemos encontrar no Acordo Colectivo de Trabalho da Siderurgia Nacional, EP publicado no *Boletim do Trabalho e Emprego*, nº 20 de 29 de Maio de 1979. Veja-se Anexo I.

"Predomina uma combinação de Keynesianismo com elementos monetaristas e alguma doutrina liberal - sobretudo a que é crescentemente veiculada pelos economistas recentemente mestrados ou doutorados em universidades norte-americanas de diferentes níveis científicos, mas cuidadosamente seleccionados no plano ideológico."[57]

Entretanto, no decorrer da fase de consolidação plena da profissão de economista, a questão da respectiva Ordem profissional vai novamente colocar-se, no final dos anos 80. O objectivo da constituição de uma Ordem profissional para os licenciados formados pelas escolas universitárias de economia constitui, como vimos, uma tendência importante do processo global de construção social da profissão de economista. Num primeiro momento, início da década de 50, foi a tentativa, politicamente gorada, de criação da Ordem dos Técnico-Economistas pelo SNC. Num segundo, anos 60, a POEP retomava a defesa da Ordem sem qualquer tipo de efeito sobre as condições jurídico-institucionais que enformavam o estatuto socioprofissional dos economistas. Num terceiro, em meados dos anos 80, o SE e a APEC vão igualmente desenvolver um conjunto de acções junto do governo de modo a que, definitivamente, a Ordem dos Economistas pudesse ser estabelecida. Apesar de tal desiderato não ter sido ainda alcançado, optámos por trazer a debate alguns dos aspectos que caracterizaram essas mesmas acções. É este o nosso propósito principal. Encontra-se, por conseguinte, fora de questão traçar um quadro analítico, o mais abrangente possível daquelas acções, o que poderia revelar-se, em parte, heuristicamente infrutífero face à proximidade do tempo histórico em que as mesmas ocorreram.

A reivindicação da Ordem dos Economistas emergiu, embora de modo indirecto, no decorrer do I Congresso dos Economistas realizado em 1987 e promovido pelo SE. As conclusões deste evento sublinharam a "importância da

---

[57] A. L. Sousa Franco, "O tempo crítico (1976-1985)", in António Reis (coord.), *Portugal. 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Temas e Debates, 1996, p. 207. Consulte-se, igualmente, sobre a evolução global do pós 1974 o texto de José da Silva Lopes, "A economia portuguesa desde 1960", in António Barreto (org.), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, IC, 1996, pp. 233-364.

elaboração de um código deontológico para os economistas"[58]. Seria, contudo, no II Congresso, que ocorreu passado dois anos, que se tornou patente uma opção definitiva pela institucionalização de uma Ordem profissional. Enveredava-se, deste modo, por um modelo de organização de cariz corporativo baseado na delimitação de monopólios profissionais, no bloqueamento à intrusão e consequente concorrência interprofissional e na criação das condições institucionais para a transformação da profissão em grupo de pressão, como condição primeira para a defesa dos respectivos interesses económicos e simbólicos, em particular perante as outras profissões e o próprio Estado. Em suma, as instâncias de representação política dos economistas - SE e APEC - propunham que a profissão tivesse por padrão os parâmetros normativos que regem outras profissões e que remetem sempre para o modelo da profissionalidade liberal. Só por intermédio da criação da Ordem se asseguraria a regulação interna da própria profissão, em termos do controlo sobre o acesso e exercício da mesma, mas também, embora de modo indirecto, da formação académica, e a representação política face ao Estado, aos clientes e outras profissões, sempre com objectivo de defesa e de expansão das áreas de actividade da profissão.

Os documentos sobre o II Congresso dos Economistas enunciam debilmente as razões que eram avançadas para justificar essa opção. Unicamente um dos conferencistas, a propósito do ensino superior de economia no país, vai mais uma vez colocar a tónica na concorrência interprofissional:

> "Muitos profissionais sem qualificação superior específica tendem a realizar tarefas próprias dos economistas com os prejuízos concomitantes, já que não se encontram devidamente habilitados para tal. Isto ocorre no nosso país em especial com os engenheiros e advogados. A solução não está evidentemente em queixarmo-nos da intromissão destes profissionais cujo esforço de competência respeitamos e com os quais desenvolvemos

[58] Sindicato dos Economistas, *Livro do I Congresso Nacional dos Economistas*, Lisboa, SE, s/ data, p. 31.

tantas vezes uma colaboração indispensável, mas sim numa maior afirmação positiva dos economistas."[59]

A contenção da concorrência interprofissional era, portanto, uma das principais razões para a formação da Ordem dos Economistas. Mas afigura-se-nos que não era a única. Se tivermos presente que a reivindicação desta associação, com fortes poderes de regulação da actividade profissional, aconteceu num momento em que subsistia um forte incremento de alunos e de cursos de economia e de gestão, é plausível admitir que para os dirigentes do SE e da APEC, a existência de uma Ordem, por força das suas prerrogativas de controlo do acesso à profissão, poderia limitar os efeitos desvalorizantes, em termos materiais e simbólicos, sobre o estatuto socioprofissional dos economistas que já se encontravam inseridos no mercado de emprego, decorrentes de uma inflação de títulos académicos[60].

No final dos anos 80, a dinâmica de crescimento da economia, a notória importância que as questões económicas apresentavam no quadro da sociedade portuguesa, o protagonismo assumido pelos economistas em funções de natureza política, a sedimentação da imprescindibilidade, para o funcionamento das organizações, do conhecimento científico possuído pelos economistas, a expansão quantitativa daqueles que se reconheciam como membros da profissão e a própria consolidação do ensino universitário da economia e da gestão tinham gerado, genericamente, uma valorização profissional e social dos economistas. Contudo, tal valorização não fora acompanhada pela criação das condições

---

59 Joaquim Ramos dos Santos, "O reconhecimento comunitário de diplomados e o ensino superior de economia em Portugal", in *Gestão & Economia*, nº 6, 1989, p. 21.

60 Isso poderia ser obtido fundamentalmente por três medidas, aplicadas ou não em simultâneo: selecção dos cursos de economia e de gestão cujos licenciados estariam habilitados a candidatar-se à admissão na Ordem; imposição de que a candidatura pudesse ocorrer unicamente após o exercício de funções específicas à profissão durante um período de tempo pré-determinado; acréscimo da selectividade nos exames de admissão à Ordem. Nos últimos anos, as Ordens dos Advogados e dos Engenheiros têm reforçado os obstáculos de admissão numa clara estratégia de fechamento das correspondentes profissões a uma entrada maciça de recém-licenciados. Mais uma vez, o que aqui está em causa é a manutenção dos benefícios económicos e simbólicos dos profissionais que já se encontram inseridos no mercado de emprego.

jurídico-institucionais para o cerceamento do acesso indiscriminado ao uso do título e a determinados segmentos do mercado de emprego. Precisamente, o principal objectivo da futura Ordem seria o de manter e incrementar essa valorização, o que passaria pelo fechamento social da profissão e, em especial, pela institucionalização de monopólios profissionais.

Um estudo publicado, em 1988, sobre as características da inserção laboral dos economistas registava precisamente as áreas em que os mesmos se defrontavam com uma concorrência interprofissional mais notória[61]. Ao observarmos o Quadro IX-15, respeitante à distribuição de diversas licenciaturas por áreas funcionais, um aspecto ressalta: uma das áreas mais estritamente relacionadas com a formação académica dos economistas - "Gestão Financeira" - é desempenhada, numa percentagem não restrita, por indivíduos com outras formações.

Quadro IX-15

Repartição percentual das licenciaturas por áreas funcionais
(percentagem em linha)

Áreas funcionais	Economia	Engenharia	Direito	Outros Quadros	Total
Gestão Financeira	47,1	16,9	8,5	27,5	100,0
Gestão da Produção	29,1	31,0	16,8	23,1	100,0
Gestão de Recursos Humanos	41,0	18,0	15,5	25,5	100,0
Gestão Administrativa	34,5	28,4	13,5	23,6	100,0
Planeamento	18,3	48,3	11,7	21,7	100,0
Marketing	25,0	15,0	7,5	52,5	100,0
Organização e Métodos	32,0	26,0	15,2	26,8	100,0
Informática	37,5	50,0	7,5	5,0	100,0
Outra	35,3	18,9	15,1	30,7	100,0

Fonte: Jorge Santos *et al.*, "Estudo sobre o economista na sociedade portuguesa", in *Gestão e Economia*, nº 3, 1988, p. 10.

61 O estudo foi realizado por uma equipa de docentes do Instituto Superior de Economia e Gestão e abrangeu o universo dos membros do SE (5.000), aos quais foi enviado por via postal um inquérito. O volume de inquéritos recebidos ascendeu a 792, representando, portanto, 16% do total. Assim, os resultados apresentados devem ser tomados somente como uma mera pista indicativa sobre a situação global dos economistas no mercado de emprego.

É, por seu turno, bem patente que os economistas desempenhavam funções mais directamente relacionadas com outras formações académicas, o caso, por exemplo, da "Gestão da Produção". Em termos globais, os resultados expressos no quadro acima testemunham a intermutabilidade entre formações académicas para o desempenho de determinadas funções ao nível das organizações económicas. Algumas pistas explicativas podem ser avançadas para se dar conta de tal situação.

Em primeiro lugar, a existência de áreas funcionais que, pela natureza das respectivas tarefas, não se encontram historicamente ancoradas numa formação académica específica, conduz a que possam ser desempenhados por uma diversidade de formações académicas. Referimo-nos, em especial, ao "*Marketing*", à "Gestão de Recursos humanos" e à "Informática". Em segundo, a centralidade que algumas das profissões conquistaram nas organizações, o caso dos engenheiros, não só por força da indispensabilidade do seu conhecimento científico e técnico, mas também pela sua importância quantitativa, que lhes possibilita, em momentos de reconfiguração e diversificação das actividades internas dessas organizações, a ocupação das novas áreas funcionais[62]. Tal processo entrecruza-se com uma estratégia expansionista por parte dos grupos profissionais de conquista dessas áreas, ampliando e consolidando, assim, a sua inserção no mercado de emprego. Estratégia que, por outro lado, permite preservar a profissão de uma possível restrição da sua indispensabilidade, resultante da conjugação de uma multiplicidade de factores que desvalorizam o conhecimento científico que está subjacente à sua empregabilidade, tais como: a restrição da indeterminação deste conhecimento e do controlo monopolista sobre o mesmo; a sua rotinização e obsolescência face aos objectivos produtivos e económicos das organizações. Em terceiro, as políticas de gestão da mão-de-obra desenvolvidas nas organizações, as quais se podem conjugar com as aspirações

62 Um apoio directo para a concretização de certos percursos de mobilidade entre áreas funcionais é fornecido pelos cursos de formação, cujo objectivo principal se materializa na aquisição de conhecimentos para o desempenho das novas tarefas.

dos próprios quadros face ao prosseguimento da sua carreira, geram processos de transferência de áreas funcionais. Em quarto, factores como a dimensão, o volume de negócios, o grau de tecnização e a maior ou menor complexificação da estrutura hierárquica e funcional da organização poderão incrementar ou não a intermutabilidade entre formações académicas.

Passado que estava o período imediatamente posterior a Abril de 1974, em que as Ordens profissionais foram fortemente criticadas pela sua natureza elitista e corporativa, e tendo-se entretanto esclarecido a natureza jurídica das associações sindicais pelo Decreto-Lei nº 215-B/75 de 30 de Abril, a Ordem dos Economistas perfilava-se como um objectivo crucial para o SE e para a APEC. Tanto mais que as condições jurídico-institucionais deixaram de se apresentar como um obstáculo quase intransponível, como tinha acontecido durante o Estado Novo. Com efeito, o novo ordenamento jurídico dos sindicatos inviabilizava que, em particular, as Ordens dos Engenheiros e a dos Médicos, continuassem a ter funções de natureza sindical. Uma das consequências directas de tal alteração materializou-se na constituição, durante a segunda metade dos anos 70, de vários sindicatos de engenheiros e de médicos. Por seu turno, as Ordens das profissões historicamente mais institucionalizadas - médicos, advogados, engenheiros - mantiveram-se, mas na qualidade de associações públicas[63], detendo as prerrogativas, delegadas pelo Estado, quanto ao controlo do acesso, do uso do título e do exercício profissional. Para além daquelas profissões, outras, mais propriamente médicos veterinários e farmacêuticos, constituíram as respectivas Ordens.

A reafirmação da reivindicação da Ordem dos Economistas entrecruza-se com a formação, em 1984, do denominado Conselho Nacional das Profissões

63 A configuração das Ordens profissionais como associações públicas não é perfeitamente consensual no seio dos juristas. Sobre a questão, consulte-se Jorge Miranda, "As associações no direito português", in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, XXVII, 1986.

Liberais, em que se integrava a APEC[64]. Não é este o momento de se enveredar por uma análise do projecto que esteve subjacente à constituição desse Conselho. Todavia, um aspecto importa, pelo menos, registar: a assunção pública pelos dirigentes deste Conselho de que as políticas económicas e sociais desenvolvidas pelo Estado vinham conduzindo à "asfixia" e à "marginalização" das denominadas profissões liberais[65]. Para obstar a isso são os próprios membros do novo Conselho que assumem uma clara estratégia de revalorização, em absoluto, dos princípios do modelo das profissões - altruísmo, não mercantilismo, universalismo, independência face aos clientes e ao Estado e auto-regulação do exercício profissional[66]. Estratégia que passava, também, pela institucionalização do Conselho, na qualidade de representante político dos seus membros, como um autêntico grupo de pressão, junto dos órgãos do Estado na defesa dos interesses materiais e simbólicos das designadas profissões liberais. Quer as mudanças estruturais que caracterizaram essas profissões, em especial no pós anos 60 - acréscimo substancial do número de profissionais, feminização, crescente inserção nas organizações económicas, desvalorização salarial, entre outras -, quer a relevância que o conhecimento científico e técnico passou progressivamente a ter no seio do tecido produtivo, acompanhada de um questionamento da própria actividade dos profissionais por parte dos clientes, quer, ainda, a inflação dos títulos académicos - e a sua simultânea desvalorização - que habilitavam para o exercício de algumas das profissões liberais, colocaram em causa os interesses que em especial as profissões consolidadas

---

64 Para além da APEC, faziam parte daquele Conselho as Ordens dos Advogados, Médicos, Engenheiros e Farmacêuticos, a Associação dos Arquitectos Portugueses, a Câmara dos Solicitadores e a Sociedade Portuguesa de Ciências Veterinárias.

65 O Bastonário da Ordem dos Advogados chega a afirmar o seguinte: "Não tenho dúvidas em afirmar que as profissões liberais são um pulmão de liberdade e independência numa sociedade em que se absolutiza a relação de dependência laboral ou de funcionalização. São, pois, factores de democracia e de fortalecimento de relações sociais livres, até porque em poucos campos como nos destas profissões os utentes gravitam numa profunda relação de confiança com o profissional." In *Cadernos e Economia*, Abril, 1989, p. 92.

66 Veja-se *Idem*, p. 89.

institucionalmente tinham conquistado, como no caso dos médicos e dos advogados.

Deste modo, a formação do Conselho Nacional das Profissões Liberais não pode deixar de ser interpretada como uma acção, embora já tardia, cujo objectivo principal passa por manter inviolável a situação de monopólio não só de segmentos específicos do mercado de emprego, mas também da apropriação e uso do conhecimento científico, que caracteriza o exercício profissional de todos aqueles, com excepção dos economistas, que o Conselho tem por finalidade representar[67]. Ora a integração da APEC no Conselho acabou por expressar, para a época, uma tentativa de identificar os economistas com os profissionais liberais, retirando daí os benefícios possíveis para a concretização da reivindicação da Ordem.

Na sequência do II Congresso dos Economistas, era formado um grupo de trabalho que incluía, para além do SE, a APEC e o Instituto Português dos Executivos Financeiros que, no princípio dos anos 90, apresentaria uma proposta de estatutos da Ordem dos Economistas e os correspondentes códigos deontológico e disciplinar[68]. Subjacente à proposta estava, primordialmente, a transformação da APEC em Ordem. Era, com efeito, a única decisão política possível para que essa associação, por força da formação da Ordem, não ficasse completamente esvaziada de sentido. Relembre-se que no seguimento da aprovação dos Estatutos do SE, em 1975, os economistas deliberaram a fundação de uma associação, o que veio a acontecer no ano seguinte, originando a APEC. Optava-se, assim, por criar as condições institucionais para uma dupla representação política da profissão, tal como acontecia nessa época em outras

---

67 No quadro recente da sociedade portuguesa, encontramos exemplos de uma defesa cerrada dos benefícios materiais e simbólicos específicos ao grupo profissional, em actividades desencadeadas pela Ordem dos Médicos de oposição ao Serviço Nacional de Saúde e a uma hipotética expansão da oferta institucional da educação na área da medicina. Veja-se Maria Manuel Vieira, "Transformação recente no campo...", pp. 355 e segs. e Boaventura Sousa Santos, "O Estado, a sociedade e as políticas sociais. O caso das políticas de saúde", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 23, 1987, pp. 51 e segs.

68 Segundo informação dos entrevistados SD e FA.

profissões, como no caso dos engenheiros e dos médicos. Enquanto o SE ficava com as funções de representação da profissão - ou melhor, dos economistas assalariados - no plano das relações colectivas de trabalho, a APEC emergia, congregando potencialmente todos os economistas independentemente da sua situação perante o trabalho e da sua filiação ou não sindical, e com um vasto campo de atribuições:

> "(...) contribuir no plano associativo para a convivência intelectual dos licenciados no mesmo ramo de saber; facilitar o contacto e o diálogo entre as diversas experiências profissionais dos trabalhadores com a mesma habilitação científica; promover o estudo, debate e divulgação das ciências económicas; manter relações com sociedades culturais, nacionais e estrangeiras, como forma de intercâmbio; e debruçar-se sobre a técnica e deontologia profissionais, com especial incidência na definição da actividade do economista."[69]

No decurso da segunda metade dos anos 70 e na década de 80, as acções da APEC tiveram como centro a divulgação da ciência económica e a formação científica dos próprios economistas, sobretudo através das Conferências Nacionais realizadas a partir de 1982[70]. Ora tal facto não deixou de concorrer para que essa associação fosse assumindo um posicionamento importante, como instância de representação política dos economistas.

Por outro lado, os resultados de um referendo que a APEC realizou entre os seus membros, em 1992, expressaram uma adesão maioritária à institucionalização da Ordem dos Economistas: do total de 4.631 inscritos na associação, 57,3% pronunciaram-se favoravelmente[71]. Facto este que vai ser utilizado perante o Governo como um importante argumento favorável à criação da Ordem.

---

69 *Diário de Notícias* de 31 de Janeiro de 1976.

70 Para uma visão global dessas Conferências, como igualmente das actividades da APEC, tenha-se em atenção o *Jornal da APEC* publicado em 1982 e 1983 e os *Cadernos de Economia*, a partir de 1987.

71 "Súmula do referendo efectuado aos sócios em 1992" da Associação Portuguesa de Economistas.

Tendo presente o que antes se indicou sobre a inserção laboral dos economistas, não é de estranhar que uma das principais dificuldades que o grupo de trabalho teve na elaboração da proposta de estatutos da Ordem se situasse ao nível da delimitação das condições de acesso ao título profissional de economista e das funções específicas da profissão. No âmbito de uma perspectiva essencialista sobre as situações de trabalho, tal delimitação era impossível de não ser concretizável. A existência e a capacidade da futura Ordem dependiam estritamente disso mesmo. Como se salienta num texto de reflexão sobre o problema:

> "A caracterização dos actos próprios da profissão, devido à curta tradição e aos contornos ainda imprecisos da profissão, é susceptível de criar mais e maiores problemas na passagem à prática. A abordagem deste aspecto terá de ser cautelosa. Uma definição inicial exaustiva e em termos genéricos ou abstractos dos actos, intervenções, funções ou cargos próprios ou específicos da profissão talvez não seja a melhor orientação. Talvez seja preferível avançar casuística e gradualmente nessa caracterização e na concomitante exigência, por via legislativa ou outra, de reserva dos mesmos para os economistas. Será esta certamente uma das principais e a mais decisiva tarefa para a consolidação e o prestígio de uma Ordem ou Associação Pública dos Economistas. As condições do exercício da profissão de economista devem ser, à semelhança do que acontece noutras profissões liberais, a licenciatura por escola superior de economia e a inscrição na Ordem ou associação pública dos economistas. Assim, logo à partida ficaria vedado o uso do título 'economista' a quem não satisfizesse cumulativamente as duas condições: licenciatura e inscrição. Esta proibição não impediria, mas é curial, o uso do título 'licenciado em economia' pelos não inscritos possuidores desse grau académico."[72]

Ora esta prudência expressa a multiplicidade de questões que se coloca a uma delimitação dos segmentos de mercado de emprego a monopolizar pelos membros da futura Ordem. Desde logo, porque no seio dos economistas se congregavam vários perfis profissionais que genericamente se estruturavam em

---

[72] Fernando Cardote, "O exercício da profissão de economista", in *Cadernos de Economia*, nº 9, Outubro, 1989, p. 87.

torno de uma maior ou menor prevalência quer das funções directamente relacionadas com o equacionamento das questões macroeconómicas, quer das direccionadas para a economia empresarial[73]. A diversificação das procuras por parte das organizações tinha gerado, no decurso dos anos 80, por via fundamentalmente da expansão do sector financeiro, o incremento da pluralidade de perfis profissionais.

Por outro lado, a crescente afirmação dos cursos universitários de gestão, com um perfil de formação académico mais ou menos disjunto dos de economia, não deixava de colocar algumas interrogações quanto ao âmbito, em termos dos atributos académicos, que os membros da Ordem deveriam possuir.

No caso dos Estatutos do SE e da APEC, constata-se, na definição da qualidade dos correspondentes membros, uma evolução no sentido de contemplar a formação académica em economia e em gestão[74]. Contudo, tal não é entendido como reflectindo a existência de duas actividades profissionais diferenciadas, a de economista e a de gestor. Para aquelas instâncias de representação, o título profissional de economista engloba os titulares de licenciaturas em qualquer das duas áreas. Deste modo, criaram-se as condições para que não se verificasse uma autonomização, em termos organizativos, dos titulares com uma formação em

---

73 Uma primeira aproximação a uma análise das tarefas dos economistas está presente no texto de A. Coats, *The Sociology and Professionalization of Economics*, London, Routledge, 1995, pp. 399 e segs.

74 Vale a pena compaginar alguns elementos sobre esta questão. No artigo 1° dos Estatutos do SE de 1975, pode ler-se: "O Sindicato dos Economistas é a associação constituída pelos trabalhadores licenciados em qualquer ramo das ciências económicas e financeiras que, comprovadamente, exerçam actividades por conta de outrem, excepto os representados por outro sindicato, nos termos da lei das associações sindicais". Nos Estatutos actualmente em vigor, a nova redacção é a seguinte: "O Sindicato dos Economistas é a associação sindical constituída pelos trabalhadores graduados em qualquer ramo das Ciências Económicas, Financeiras e ou de Gestão de Empresas, por estabelecimentos de ensino superior portugueses, ou por estrangeiros desde que oficialmente reconhecidos, que comprovadamente exerçam a sua actividade". Quanto à APEC a evolução é genericamente semelhante. Nos Estatutos de 1976 poderiam adquirir a qualidade de associados "(...) os licenciados por escolas superiores nacionais de ciências económicas e financeiras para o efeito citadas nos presentes estatutos ou que venham a ser reconhecidos pela assembleia geral". A partir de 1986 a redacção desse artigo altera-se para: "(...) os licenciados por escolas superiores nacionais de economia, finanças e gestão referidas no Regulamento de Admissão de Associados da APEC."

gestão. E isto não obstante dois factores. Em primeiro, a imagem prestigiante que o título de gestor adquiriu nos anos 80, a qual, sublinhe-se, foi na mesma época colocada rapidamente em causa, entre outros aspectos, pelo uso massificante a que o mesmo foi sujeito e pela multiplicação de títulos académicos, bacharelatos e licenciaturas, que incorporavam o termo gestão. Em segundo, a importância que as questões de índole micro-económica, relacionadas com a denominada economia de empresa, a valorização dos mecanismos de livre funcionamento do mercado e a própria ideologia económica neo-liberal passaram a ter ao nível do discurso governamental sobre o económico, conferindo, assim, uma maior relevância aos profissionais directamente relacionados com os problemas da economia das empresas, os designados gestores.

Em 1993, a proposta de estatutos remetida ao governo, liderado por um economista, Cavaco Silva, foi concebida em torno de três grandes objectivos: "defesa dos utilizadores dos serviços dos economistas, defesa da profissão de economista, defesa dos economistas"[75]. São unicamente considerados membros da futura Ordem aqueles que reúnam dois atributos: serem licenciados num "ramo da ciência económica"; terem desempenhado "(...)cargos, categorias, lugares e postos em áreas económicas e financeiras" durante pelo menos doze meses[76]. Deste modo, pretendia-se garantir uma relação directa entre uma área específica de formação académica e a profissão economista, a qual passaria sempre pelo filtro da inserção laboral, de forma a evitar, em especial, o acesso ao

---

75 Como se refere na apresentação da proposta da Ordem dos Economistas, a mesma tem por objectivos: "*Defesa dos utilizadores dos serviços dos Economistas* - através de uma intervenção preventiva e de controlo de qualidade e como instituição de recorrência, nomeadamente nas situações de falta do foro deontológico, negligência, ou abuso de qualquer natureza praticado por Economistas no exercício da profissão; *Defesa da profissão de Economista* - tanto nas vocações e aptidões próprias de intervenção social, sejam exclusivas, preferenciais, ou genéricas, como na garantia de prestígio e credibilidade que, por aquela via, lhe acrescenta; *Defesa dos Economistas* – no controlo do acesso à profissão, na recusa de sujeições eticamente condenáveis, nas relações intra-profissionais e com outros grupos profissionais, bem como com as instituições e a Sociedade em geral." In Sindicato dos Economistas, *Ordem dos Economistas. Projecto e Documentos*, Lisboa, SE, s/ data, p. 7.

76 Id., *ibid.*, p. 13.

título dos licenciados que efectivamente não estivessem a exercer as funções de economista. Nessas funções inclui-se o seguinte:

> "(...) estudos, pesquisas, análises, relatórios, pareceres, peritagens, auditorias, arbitragens, projectos, planos, previsões, certificações e outros actos, decisórios ou não, relativos a assuntos específicos das áreas económicas e financeiras."[77]

Estamos perante uma delimitação caracterizada pela extensividade e por uma certa ambiguidade, o que não deixa de ser resultante da impossibilidade de se obter uma representação de contornos perfeitamente definidos do conteúdo do trabalho dos economistas. Não obstante isto, a delimitação proposta pretendia alcançar um objectivo bem preciso: a monopolização de segmentos do mercado de emprego, terminando, assim, com a prática do intrusismo profissional.

Passadas cerca de quatro décadas após a primeira reivindicação de uma Ordem profissional, feita pelos membros do SNC, que defendesse os interesses materiais e simbólicos daqueles que para a época ainda se auto-designavam como Técnicos-economistas, essa mesma reivindicação volta a colocar-se. Se o título profissional sofreu uma pequena mutação, dando lugar ao de economista, os objectivos principais que se pretendem, na actualidade, alcançar com a Ordem mantêm-se os mesmos do passado. Entre eles, ganha destaque o fechamento social da profissão; ou melhor, a materialização, por delegação do Estado, da prerrogativa política através da qual uma instância de representação dos próprios economistas possa controlar o acesso ao título e o exercício profissional. Esse objectivo manteve-se sempre ao longo do percurso de formação e consolidação da profissão de economista. Podemos afirmar que ele funcionou como elemento agregador das várias gerações de economistas, e isto mesmo em momentos históricos, como os anos 50 e 60, em que as condições políticas eram fortemente

---

[77] Id., *ibid.*, p. 43.

adversas à institucionalização de uma Ordem para os licenciados pelas escolas universitárias de economia.

No pós 1974, o trabalho social e político das instâncias de representação dos economistas foi importante para a consolidação da profissão. Trabalho que se estruturou em torno de dois eixos: contratualização das relações laborais desses profissionais e reivindicação da Ordem dos Economistas. Apesar do importante acréscimo do número de economistas, da sua afirmação ao nível das organizações por via da imprescindibilidade do seu conhecimento científico, da consolidação do ensino universitário da economia e da gestão, do próprio protagonismo político dos economistas, factores estes que contribuíram para a institucionalização da profissão e para o seu mais amplo reconhecimento, a questão da formação da Ordem persistia em manter-se insolúvel, nos primeiros anos da década de 90.

CONCLUSÃO

Uma interrogação principal presidiu ao nosso trabalho de investigação - como se desenvolveu a construção social da profissão de economista em Portugal?

Lembre-se que problematizámos tal interrogação alicerçados num quadro teórico-metodológico que se estruturou em torno de determinados vectores analíticos. Consideramos as profissões como construídos sócio-históricos, referenciados, portanto, a dimensões espácio-temporais. Recusada ficou uma visão naturalista e substancialista. O interesse interpretativo direcciona-se para a institucionalização dos economistas, perspectivando-a como um movimento prolongado no tempo e permeado por uma multiplicidade de contradições e conflitos. Tal possibilita conferir destaque ao trabalho social - com uma forte espessura em acontecimentos, em factos, em lutas sociais - que ocorre sempre que um grupo profissional se constitui e quando o mesmo conquista, de modo progressivo, a autonomização social face aos restantes e o reconhecimento da sua existência no espaço societal. O estudo da conflitualidade interprofissional e das estratégias com o objectivo de controlo de segmentos do mercado de emprego é, deste modo, importante para a interpretação do fenómeno profissional.

Na sequência destes vectores analíticos, ao longo dos capítulos constitutivos da Parte II do presente texto equacionámos, em termos demonstrativos, como a construção social da profissão de economista tem sido

resultante da conjugação de processos sociais específicos, tais como: a dinâmica económica; a expansão e diversificação das actividades estatais; a consolidação da ciência económica no campo científico; a constituição e sedimentação do ensino universitário da economia; a produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos; a criação e divulgação do título e das definições da profissão; o trabalho social e político desenvolvido pelas instâncias de representação política dos economistas, com o objectivo de conquista de privilégios materiais e simbólicos; a acção do Estado.

Defendemos, por conseguinte, ao longo do nosso trabalho, uma perspectiva sociológica que, ao rejeitar a conceptualização fundada no modelo das profissões liberais avançado pelas teses essencialistas, valoriza, em contrapartida, a complexa malha de interdependências que subsiste entre os processos sociais acima apontados, os quais concorreram, de modo decisivo, para a emergência e consolidação da profissão de economista no quadro global das plurais mudanças sociais que atravessaram longitudinalmente a sociedade portuguesa entre os primeiros anos da I República e o início da década de 90.

Um primeiro elemento analítico caracterizador da construção social da profissão de economista encontra-se na sua delimitação em três grandes períodos. Em termos conclusivos, importa retomar os principais eixos interpretativos, que apontámos em diversos momentos do nosso texto, relativamente ao modo como se configuraram cada um deles.

Entre os anos 10 e o final dos anos 40 desenvolveu-se o período que denominamos de antecedentes longínquos da profissão de economista.

Um processo ganhou então destaque. Não obstante os estudos comerciais e económicos terem sido integrados no campo universitário, através da criação, em 1931, do ISCEF, não houve simultaneamente uma transformação do ensino que conferisse à economia, na qualidade de disciplina científica como na época já era reconhecida, uma posição mais valorizada em termos curriculares. Persistiu durante várias décadas a perspectiva comercial do económico.

Ora tal continuidade curricular do ISCEF face à instituição de ensino que o precedeu - o ISCL -, bem como à débil produção científica que verificámos existir no âmbito das actividades dessa escola universitária induziram que os seus titulados não integrassem o conjunto de licenciados que detiveram o controlo sobre a produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos nas décadas de 30 e 40. Controlo que foi exercido pelos juristas e pelos engenheiros, o que ampliou as suas qualificações e, consequentemente, as suas posições ao nível do mercado de emprego.

Enquanto os juristas e os engenheiros se assumiam como os únicos especialistas em questões económicas, protagonizando, embora de forma diversa, um discurso sobre o económico mais de cariz político-ideológico do que propriamente científico, os licenciados pelo ISCEF confinavam-se a actividades quer no mercado de emprego estatal caracterizadas pelo seu perfil burocrático-administrativo, quer ao nível da empresa relacionadas com tarefas contabilísticas. Actividades que apresentavam benefícios materiais e simbólicos mais reduzidos face àquelas que eram desenvolvidas pelos juristas, em particular advogados, e pelos engenheiros.

No contexto de subalternização ocupacional dos licenciados em ciências económicas e financeiras em relação aos licenciados provenientes de outras formações académicas, o Estado manteve-se como principal empregador, o que já tinha ocorrido para os diplomados pelos ISC. A inserção laboral desses licenciados ao nível das empresas será feita fundamentalmente, nos anos 30 e 40, na qualidade de contabilistas. Tal facto constituiu o reconhecimento das suas qualificações académicas por parte do tecido empresarial.

Reconhecimento que decorreu, em parte, da estratégia de conquista da função contabilística desenvolvida pelos licenciados do ISCEF. Em conflito directo com os diplomados pelos IC, os licenciados procuraram alcançar uma maior visibilidade para as suas qualificações, acrescendo ao mesmo tempo a sua presença ao nível do mercado de emprego. Não só por força da sua formação

académica, mas também da procura limitada dos mesmos por parte de empresas e do Estado, a conquista parcial da função contabilística, nestes dois contextos laborais, possibilitou para os licenciados a criação de empregos. Facto que se tornou primordial para a sedimentação e afirmação profissional dos mesmos no seio da globalidade do tecido económico.

Por outro lado, essa estratégia impediu que os diplomados pelos IC obtivessem a seu favor o monopólio do mercado dos serviços contabilísticos, o que sugere que por parte dos licenciados pelo ISCEF subsistiu uma capacidade política, embora fortemente limitada pelo próprio quadro jurídico-institucional imposto pelo Estado Novo, para construir áreas de actividade específicas ao nível do mercado de emprego.

A partir de tais áreas vão desenvolver-se formas de participação daqueles licenciados nas organizações, baseadas já não só nas qualificações directamente relacionadas com o exercício da contabilidade, mas também num conjunto plural de conhecimentos económicos. Essas formas de participação irão configurar a emergência de uma actividade profissional nova, a de economista.

Os processos sociais que apontámos, ocorridos substancialmente nos planos da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos e do mercado de emprego, concorreram, por conseguinte, nos anos 30 e 40, para a objectivação social dos diplomados pelos ISC e dos licenciados em ciências económicas e financeiras.

O segundo período da construção social da profissão de economista decorreu entre os anos 50 e 1974. Correspondeu à emergência e início da consolidação dos economistas no espaço social.

Traduzindo a complexidade que se encontra subjacente à emergência de uma nova profissão, constatámos como ao longo dos anos 50 vários processos, de natureza diferenciada, contribuíram para isso. Por um lado, o crescimento económico e a assunção pelo Estado de novas áreas de intervenção, embora ainda com uma fraca expressão institucional, geraram uma diversificação da inserção

laboral dos licenciados em ciências económicas e financeiras. Tal diversificação correspondeu a uma procura por parte das organizações, públicas e privadas, das qualificações possuídas por esses licenciados como forma de resolução dos problemas que as mesmas enfrentavam no quadro global da dinâmica económica do pós Segunda Guerra Mundial. Por outro lado, este processo de reconhecimento das qualificações encontrou-se fortemente imbricado com a recomposição do ensino da economia, consubstanciada na Reforma curricular do ISCEF de 1949 e na criação da FEP em 1953. Para além de se apresentar como um momento importante para a afirmação da ciência económica no campo universitário, essa recomposição foi crucial para a própria emergência da profissão de economista. E isto porque possibilitou a formação académica dos então denominados "técnicos económicos e financeiros" e criou as condições para a (re)produção do conhecimento científico base - ainda marcado por fortes debilidades teórico-metodológicas - que irá incorporar as actividades daqueles que paulatinamente passam a ser reconhecidos, no plano dos títulos profissionais, como economistas.

Será também na sequência da recomposição do ensino da economia que o ISCEF passará a ser reconhecido como um espaço importante no seio da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos. Deste modo quebrou-se a hegemonia que as Faculdades de Direito tinham conquistado.

Por seu turno, para a objectivação social dos economistas e para a afirmação da ciência económica no campo universitário foi decisiva a crescente importância que vão ter as teses keynesianas e a corrente neoclássica nos anos 50. Apesar de limitada pelos condicionalismos político-ideológicos impostos pelo Estado Novo à actividade científica, a modernização do pensamento económico proporcionou igualmente o estabelecimento dos recursos cognitivos nos quais se alicerçou a actividade profissional dos economistas.

Nos finais dos anos 50 era patente que os licenciados pelo ISCEF e pela FEP começavam a perfilar-se como economistas. Podemos dizer que

paulatinamente conquistavam visibilidade como profissionais, formados em instituições universitárias, portadores de um corpo de conhecimentos científicos e de modos de estudo e de intervenção nas organizações diferenciados face aos engenheiros e aos juristas no equacionamento das denominadas questões económicas. Parcialmente enformado pelas novas teorias económicas, pelo formalismo matemático, pela análise extensiva dos indicadores estatísticos, pela problematização da industrialização e do desenvolvimento sócio-económico e pelas teses de modernização estrutural da economia, o discurso dos economistas profissionais - veiculado primordialmente por jovens docentes do ISCEF - foi conquistando uma maior visibilidade e credibilidade tanto no campo universitário, como no mercado de emprego. Discurso que se configurou como um instrumento importante na construção da empregabilidade dos economistas, na medida em que permitiu principalmente a difusão das potenciais qualificações destes profissionais, não deixando, portanto, de induzir a imprescindibilidade das mesmas para o funcionamento das organizações e para a compreensão da economia e da sociedade portuguesa. Na verdade, sublinhe-se que os efeitos desta retórica discursiva sobre os economistas provavelmente se cingiram ao restrito número de empresas que, no final dos anos 50, se pautavam por uma modernização organizacional e tecnológica.

Defendemos que por força do bloqueio institucional imposto pelo Ministério das Corporações e Previdência Social, o SNC teve uma fraca participação no processo global de construção social da profissão de economista. Este bloqueio representou, no fundamental, uma resposta do Estado Novo quer às reivindicações e ao dinamismo do SNC entre 1950 e 1952, quer à postura oposicionista perfilhada por elementos da sua direcção, quer ainda de defesa dos interesses económicos de profissões institucionalizadas.

Recorde-se que naquele período aumentou substancialmente o número de licenciados em ciências económicas e financeiras que se sindicalizaram no SNC, intensificou-se a participação dos seus membros em torno do debate por um outro

título profissional que substituísse o de comercialista e pela criação da Ordem dos Técnicos-Economistas. Acontecimentos que expressaram um forte empenho por parte desses licenciados, bem como dos diplomados pelos ISC, na conquista de uma mais ampla reclassificação material e simbólica das suas funções no mercado de emprego. Para os membros do SNC, a reclassificação passaria por uma ruptura com o passado, ou melhor, por uma reconversão nominal e pela institucionalização de uma forma de organização que, a exemplo do que acontecia para as denominadas profissões liberais, tomasse a configuração de uma Ordem profissional.

Ora, quanto a estes aspectos, o trabalho social e político realizado pelo SNC, no curto espaço de tempo que mediou entre 1950 e 1952, afigura-se-nos um marco relevante na construção social dos economistas. E isto por duas razões: porque se investiu, no plano simbólico, num título profissional, o de técnico-economista, e na correspondente definição de funções (condição básica, mas não única, para a emergência de uma profissão); e porque agregou, no plano da dinâmica social, os licenciados pelo ISCEF e os diplomados pelos ISC em torno da reivindicação de um outro título e de uma Ordem, contribuindo, assim, não só para a tomada de consciência, por parte destes agentes, das possibilidades e dos fortes obstáculos à sua afirmação profissional, mas também para a construção dos traços identitários ao nível do grupo que se estava a formar.

A reivindicação de uma Ordem profissional, no início dos anos 50, para aqueles que se auto-classificavam como técnicos-economistas vai ser retomada na década seguinte pelos jovens licenciados do ISCEF e da FEP, empenhados na actividade da POEP. Para estes, como igualmente para os membros da direcção do SNC de 1950/52, a Ordem era percepcionada como um instrumento principal, de natureza corporativa, para a conquista, no sentido da monopolização, de determinados segmentos do mercado de emprego. Convenhamos que face quer aos escassos recursos políticos dos economistas, quer à sua limitada visibilidade social, a reivindicação de uma instância de representação política com os

atributos das Ordens profissionais, no início dos anos 50, foi enformada por aquilo que podemos designar de um irrealismo político quanto às possibilidades de concretização do projecto. Tanto mais que a presumível constituição da Ordem que regularia a actividade dos economistas colocaria parcialmente em causa os interesses económicos e simbólicos já fortemente institucionalizados dos engenheiros e dos juristas e, entre estes, dos advogados.

No quadro global da sociedade portuguesa dos anos 60, caracterizado pelo crescimento económico, pela desagregação do Estado Novo e pelo avolumar das contradições políticas e sociais, os licenciados das duas escolas universitárias de economia alcançaram uma maior visibilidade profissional no seio das organizações. Por um lado, o título de economista adquiriu uma maior espessura ao nível do "espaço social dos nomes". No complexo jogo simbólico que se encontra subjacente ao accionamento dos títulos profissionais, os licenciados em economia e finanças apropriaram-se da designação de economista. Assistiu-se, por conseguinte, a um processo de reconversão nominal crucial para a identificação destes agentes no espaço social. Por outro lado, aqueles licenciados vão paulatinamente conquistando uma posição dominante no seio da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos. Este processo encontrou-se profundamente inter-relacionado com a modernização do pensamento económico, embora limitada pelo cerceamento intelectual imposto pelo Estado Novo, com a (re)produção de um discurso valorizador do desenvolvimento sócio-económico, com a diversificação institucional da inserção dos economistas no mercado de emprego e com o desempenho por estes de novas funções nas organizações, públicas e privadas. Estas novas funções, ao requererem para o seu desempenho o conhecimento científico possuído pelos economistas, contribuíram decisivamente, nos anos 60, para a sua afirmação como profissionais, ou melhor, como especialistas em questões económicas.

Este movimento de afirmação profissional irá ampliar-se fortemente no terceiro período da construção social da profissão de economista, iniciado em

1974 e actualmente em curso. Um dos principais traços identificadores deste período reside no importante aumento do número de economistas, o que resultou da conjugação entre as plurais transformações que ocorreram ao nível do tecido económico, o acréscimo e diversificação das actividades do Estado e a dinâmica expansionista da oferta institucional do ensino universitário em economia e gestão.

Aquele acréscimo quantitativo é, por outro lado, indicador, entre outros aspectos, da imprescindibilidade do seu conhecimento científico para o funcionamento das organizações. Seguindo a tendência que se definiu nos anos 50 e 60, a objectivação social da profissão vai ser fortemente tributária dessa imprescindibilidade. Aspecto que foi crucial para a sua consolidação nos contextos organizacionais e para o reconhecimento pelos outros grupos profissionais das suas áreas de actividade.

Para o consolidar da profissão vai ser igualmente decisiva a recomposição do ensino universitário da economia e da gestão. Desde logo através do rompimento em definitivo com a tradição comercialista e jurídica que tinha enquadrado por várias décadas a formação dos licenciados pelas escolas universitárias de economia, o que conduziu, por sua vez, à autonomização do ensino da economia, na qualidade de disciplina científica. Um passo importante neste sentido tinha já sido dado com a Reforma curricular de 1972, antecedida pela limitada modernização científica do ensino ministrado no ISCEF e na FEP nos anos 60. Com efeito, essa autonomização, no pós 1974, não só se materializou nas alterações curriculares que vão possibilitar a actualização e renovação dos conteúdos científicos, mas também na maior expressão da investigação científica, em especial a desenvolvida no âmbito de mestrados e doutoramentos.

Por outro lado, encontramos um dos aspectos mais marcantes da recomposição do ensino no acréscimo substancial do número de alunos matriculados e de cursos universitários de economia e de gestão, o que se

verificou com maior intensidade a partir de meados dos anos 80, com a abertura sucessiva e em vaga destes cursos, no âmbito do ensino universitário privado. O acréscimo do estudantado expressa quer o incremento da oferta institucional do ensino da economia e da gestão, quer a valorização material e simbólica que caracterizava, para a época, os títulos académicos obtidos nestas duas áreas. Valorização que decorreu do aumento da procura desses títulos por parte das empresas, num contexto de dinamização do sector financeiro e de integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia.

Será especificamente no quadro de uma valorização da profissão de economista, do reconhecimento da sua imprescindibilidade para o funcionamento das organizações, do acréscimo da oferta de empregos e de um mais amplo protagonismo político dos seus membros que a proposta da criação de uma Ordem dos Economistas vai ser novamente activada nos últimos anos da década de 80. Esta era defendida pelas instâncias de representação política da profissão - Sindicato dos Economistas e Associação Portuguesa dos Economistas - e nos seus principais eixos apresentava-se na continuidade da reivindicação formulada no início dos anos 50 pelo SNC. No quadro de uma lógica corporativista da afirmação dos economistas, o fechamento social da profissão e, consequentemente, a fixação de uma situação de monopólio ao nível do mercado de emprego, intrinsecamente relacionados com a natureza e princípios políticos enformadores das Ordens profissionais, mantêm-se como um dos objectivos cruciais que se pretendem atingir.

Na verdade, a formação da Ordem não deixa de colocar algumas interrogações quando principalmente se tem em conta a fixação dos parâmetros delimitadores do exercício profissional dos economistas. Interrogações que passam pelo equacionamento de vários aspectos, dos quais destacamos: a apropriação que outras profissões fazem da ciência económica e o modo como a utilizam nas suas práticas, reclamando a partir daí a condição de especialistas em questões económicas e entrando em conflito com os interesses dos economistas; a

crescente complexificação da divisão social do trabalho que estilhaça uma definição rígida dos papéis profissionais, contribuindo sobretudo para o esbater das fronteiras rigorosamente marcadas entre disciplinas científicas e para a concomitante valorização dos quadros analíticos interdisciplinares; a importância dos cursos de gestão, na medida em que formam profissionais cujo perfil de qualificações apresenta uma maior ou menor proximidade face aos que são provenientes dos cursos de economia, o que poderá induzir a uma segmentação da profissão de economista.

Ora o equacionamento de tais aspectos remete-nos para um eixo global de investigação que não integrou o nosso objecto de análise - problematizar a construção da profissionalidade dos economistas a partir de uma análise fina das suas situações de trabalho, privilegiando, portanto, o quadro organizacional e as múltiplas interacções sociais que se estabelecem no seu seio e que concorrem para essa mesma profissionalidade. Retemos, em especial, questões como: perfis de actividade da profissão, no que diz respeito à divisão do trabalho, ao conteúdo das tarefas e ao accionamento dos conhecimentos científicos; processos de qualificação *versus* desqualificação, o que remete para aspectos como o da autoridade, poder e autonomia profissional; estratégias de relacionamento com outras profissões organizacionais; trajectórias de mobilidade intra-organizacional.

Em termos conclusivos, constatamos que dos processos que têm enformado a construção social da profissão de economista, dois assumem uma notória relevância. Referimo-nos quer à dinâmica do tecido económico e à expansão e diversificação das actividades do Estado que geraram empregos para os economistas, quer à autonomização científica e curricular do ensino universitário da economia face às perspectivas comercialista e jurídica. Enquanto o primeiro não deixa de expressar a articulação entre a evolução do capitalismo e a emergência e consolidação dos economistas, bem como a já enunciada imprescindibilidade que o conhecimento científico, os modos de estudo e de intervenção possuídos por estes têm para o funcionamento das organizações, num

contexto marcado pela crescente complexificação da divisão social do trabalho, o segundo remete para a centralidade que a Universidade tem no quadro da construção social da profissão, na medida em que cria e incrementa as condições para a (re)produção do conhecimento científico base à actividade profissional. As reformas do ensino universitário da economia no início dos anos 50 e em 1972 foram momentos importantes na autonomização deste ensino, a qual só foi plenamente consolidada no pós 1974.

Por outro lado, o processo global de construção social da profissão de economista foi permeado pela conflitualidade interprofissional. Embora não tivesse assumido uma notória visibilidade, essa conflitualidade esteve presente, por exemplo, ao nível da produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos e do mercado de emprego. Nestes dois espaços, os economistas foram-se definindo profissionalmente e conquistando posições em confronto com as estratégias e os interesses dos engenheiros e juristas. Luta prolongada no tempo e para a qual os economistas nunca dispuseram de importantes recursos políticos e sociais. Os seus principais recursos encontram-se no plano cognitivo, gerados no quadro da formação académica ministrada nas escolas universitárias de economia. Ora podemos dizer que estes têm sido cruciais para a conquista e consolidação de posições nas organizações por parte dos economistas, o que não obsta a que subsista uma intermutabilidade de formações académicas face ao desempenho das funções dos economistas. Facto em si que está profundamente inter-relacionado não só com a apropriação que outros profissionais fazem dos conhecimentos económicos, mas principalmente com a crescente complexificação da divisão social do trabalho.

A conquista de posições nas organizações pelos licenciados das escolas universitárias de economia foi acompanhada por um trabalho social de fixação, no plano linguístico, do termo que irá identificar a profissão e também dos critérios de pertença à mesma. Como defendemos, sem nome, sem critérios de pertença, a profissão não se torna socialmente visível, não é conhecida nem

reconhecida pelos outros grupos profissionais. O nome é um dos elementos cruciais da identidade social da profissão. Ora a partir dos anos 50, o título de economista foi assumindo um significado que se distanciou de uma estrita actividade intelectual cujo interesse se cingia ao mero estudo do funcionamento do económico. Ganhou visibilidade outro significado que passou a apontar para um conjunto de funções a serem desempenhadas por profissionais com uma formação ministrada nas escolas universitárias de economia. Pretendia-se, assim, garantir uma relação directa entre uma área específica de formação académica e a profissão de economista, o que acabou por ser reforçado pelo facto dos licenciados provenientes daquelas escolas se apropriarem do correspondente título.

O modo como, ao longo do tempo, se foi desenvolvendo a construção social da profissão de economista leva-nos a apontar para a sua singularidade, comparativamente aos processos de profissionalização dos médicos, dos advogados e dos engenheiros que ocorreram em Portugal. Singularidade quanto à forte determinação que assumiu a construção da profissionalidade dos economistas devido a factores sociais, económicos e políticos, portanto, a factores externos ao próprio grupo. Os factores internos ao grupo profissional tiveram uma importância mais restrita naquela construção. Singularidade quanto à sua não linearidade, a qual se encontra entrecortada por momentos de descontinuidade. E, ainda, singularidade quanto ao facto de os economistas não terem conquistado o monopólio do acesso ao título e ao exercício da profissão.

Vejamos o último elemento. Antes de 1974, a intervenção do Estado na construção da profissionalidade dos economistas fez-se precisamente através do impedimento da formação de uma Ordem que os pudesse representar politicamente e regulasse a própria profissão, para além do bloqueio que impôs ao SNC. Ao contrário do que aconteceu com os médicos, os advogados e os engenheiros, o Estado Novo não apoiou directamente a institucionalização dos economistas. O principal indicador do reconhecimento dos economistas como

profissionais aconteceu por via da sua inserção nos departamentos estatais. Relembre-se que, em particular nos anos 60, no contexto de um forte intervencionismo do Estado na economia, o conhecimento científico - e de modo mais global as qualificações - dos economistas foi imprescindível para o desenvolvimento do planeamento económico. No quadro do regime democrático, o reconhecimento pelo Estado dos economistas como profissionais ampliou-se não só através do aumento do volume de empregos estatais criados para eles, mas também da consagração da sua importância como especialistas em questões económicas. Contudo, o Estado não incorporou nesse reconhecimento a formação da Ordem dos Economistas. Como verificámos, essa tem sido no passado recente o objectivo principal do trabalho político das instâncias de representação da profissão, o SE e a APEC. O projecto de Ordem expressa a aspiração por uma organização de cariz corporativo estruturada em torno do monopólio do mercado de serviços profissionais, da defesa dos interesses simbólicos e materiais dos membros da profissão e da consagração jurídica do poder dos profissionais face ao Estado, aos clientes e, principalmente, às outras profissões.

Esta última singularidade é forçosamente um elemento diferenciador dos economistas face a outras profissões, em especial aos engenheiros que foram sempre tomados como exemplo a perfilhar quanto ao modelo de organização profissional a criar. A Ordem, quando concretizada, não deixará de constituir um marco importante no movimento de consolidação dos economistas no espaço social. No quadro das teses essencialistas sobre o fenómeno profissional, a inexistência de uma Ordem profissional seria tomada como um elemento que, de forma clara, impossibilitaria rotular os economistas como constituindo uma profissão.

Como foi enunciado aquando da formulação do quadro teórico, não perfilhamos uma tal concepção sobre as profissões. Consideramos os economistas como uma profissão organizacional caracterizada por possuir uma formação académica específica de nível universitário e prolongada no tempo, que

se encontra certificada por um diploma e por um título académico. Em termos de actividade laboral, eles encontram-se predominantemente inseridos em empresas, em especial do terciário, e departamentos estatais, na situação de assalariamento, sujeitos a directivas e a procedimentos próprios a esses espaços organizacionais, participando na sua elaboração e aplicação. As suas funções enquadram-se nos objectivos das empresas e do Estado, os quais se cingem frequentemente à prestação de um serviço público ou então à rentabilização dos capitais investidos. Objectivos que, por sua vez, se integram num conjunto articulado de normas, de valores e de racionalidades científico-técnicas partilhadas pelos economistas, em que eles se socializaram no decurso da sua formação académica e nas organizações em que exercem a sua actividade. Enformador destes traços da profissionalidade dos economistas encontramos um corpo de conhecimentos científicos - principalmente (re)produzido nos contextos universitários -, o qual é socialmente reconhecido, em especial pelos não-profissionais, como um domínio dos economistas. Em simultâneo, e tendo em conta os elementos carreados para a análise que desenvolvemos, os próprios economistas reconhecem-se como profissionais, com um título comum e identificador, tomando como uma referência aglutinadora a defesa de interesses materiais e simbólicos, desenvolvendo estratégias de diferenciação profissional, de defesa e de conquista de áreas de actividade e de criação das condições institucionais para a monopolização do mercado, no sentido de consolidarem a sua profissionalidade.

Ora tais traços identificadores da profissionalidade dos economistas, como demonstrámos ao longo do nosso trabalho, têm vindo a ser (re)construídos num movimento feito de instabilidade, de rupturas e continuidades, de contradições e conflitos e enformado por uma complexa trama de factos, acontecimentos e processos sociais no quadro mais global das plurais transformações estruturais da sociedade portuguesa do pós final dos anos 40.

ANEXOS

ANEXO A

GUIÃO GERAL UTILIZADO NAS ENTREVISTAS

Temas do guião geral das entrevistas

- Instituto Superior de Comércio do Porto. Aspectos científicos e pedagógicos.

- Actividades laborais dos licenciados em ciências económicas e financeiras nos anos 40

- Acções do Sindicato Nacional dos Comercialistas

. Conflito entre o Sindicato Nacional dos Comercialistas e o Ministério das Corporações

. Inserção laboral dos economistas no pós anos 50

. Economistas e planeamento económico

. Discurso desenvolvimentista protagonizado pelos economistas

. Conflitos inter-profissionais

. Título profissional e reconhecimento social

. Acções do Sindicato dos Economistas e da Associação Portuguesa de Economistas

. Ensino universitário da economia. Aspectos pedagógicos e científicos

. Produção, circulação e apropriação dos conhecimentos económicos

ANEXO B

CODIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

CODIFICAÇÃO DAS ENTREVISTAS

AC - Economista. Membro do Sindicato Nacional dos Comercialistas. Quadro superior de empresa privada

AE - Economista. Quadro de empresa privada

AR - Economista. Professor universitário. Consultor

AV - Economista. Quadro superior de empresa privada

AZ - Economista. Membro da direcção do Sindicato Nacional dos Comercialistas.

BR - Economista. Professor universitário

CC - Economista. Professor universitário. Consultor

DA - Economista. Consultor

DE - Economista. Professor universitário. Administrador de empresa privada

FA - Economista. Membro da Associação Portuguesa de Economistas. Quadro superior de empresa pública

HE - Economista. Quadro de empresa bancária

JA - Economista. Administrador bancário

JG - Economista. Quadro superior de empresa privada

JM - Economista. Membro da Pró-Organização dos Economistas Portugueses. Quadro superior de empresa

JU - Economista. Professor universitário. Administrador de empresa

ME - Economista. Membro da Pró-Organização dos Economistas Portugueses. Consultor

MU - Economista. Professor universitário. Director de empresa privada

PO - Economista. Professor universitário

RP - Economista. Director de empresa privada

SD - Economista. Membro da direcção do Sindicato dos Economistas. Quadro superior da administração pública

UN - Economista. Membro do Sindicato Nacional dos Comercialistas

ANEXO C

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS E DOS LICENCIADOS PELO INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS E FINANCEIRAS

Evolução do número de alunos matriculados
no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras por secções, anos lectivos e sexo

Secção	Aduaneiro			Diplomático e Consular			Finanças			Administração Comercial			Total			% de M
Ano lectivo	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
1931/32	71	-	71	105	-	105	20	-	20	84	9	93	280	9	289	3,1
1932/33	60	-	60	92	3	95	14	1	15	62	3	65	228	7	235	3,0
1933/34	86	1	87	119	1	120	13	-	13	90	3	93	308	5	313	1,6
1934/35	94	2	96	133	2	135	36	-	36	116	4	120	379	8	387	2,1
1935/36	107	6	113	134	-	134	40	-	40	126	4	130	407	10	417	2,4
1936/37	59	2	61	155	2	157	60	-	60	143	6	149	417	10	427	2,4
1937/38	78	2	80	139	4	143	92	-	92	126	6	132	435	12	447	2,7
1938/39	114	3	117	103	2	105	130	3	133	123	7	130	470	15	485	3,1
1939/40	124	1	125	101	5	106	162	2	164	137	13	150	524	21	545	3,9
1940/41	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	579	32	611	5,2
1941/42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	599	40	639	6,3
1942/43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	572	38	610	6,2
1943/44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	625	42	667	6,3
1944/45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	691	52	743	7,0
1945/46	118	7	125	165	6	171	275	23	298	260	28	288	818	64	882	7,3
1946/47	109	6	115	166	8	174	289	32	321	239	32	271	803	78	881	8,9
1947/48	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	853	107	960	11,2
1948/49	148	18	166	181	31	212	215	26	241	294	45	339	838	120	958	12,5

Fonte: INE, *Estatísticas de Educação.*

Evolução do número de alunos matriculados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras por ano lectivo e sexo (1949/50 a 1972/73)

Curso / Ano lectivo	Economia			Finanças			Outros			Total			% de M
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
1949/50	88	10	98	271	55	326	460	68	528	819	133	952	14,0
1950/51	127	21	148	279	60	339	394	57	451	800	138	938	14,7
1951/52	153	22	175	279	68	347	342	45	387	774	135	909	14,9
1952/53	174	24	198	300	60	360	227	36	263	701	120	821	14,6
1953/54	188	39	227	329	61	390	155	18	173	672	118	790	14,8
1954/55	300	41	341	23	1	24	302	64	366	625	106	731	14,6
1955/56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	633	108	741	14,6
1956/57	226	47	273	317	43	360	61	5	66	604	95	699	15,7
1957/58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	580	98	678	14,5
1958/59	242	60	302	318	43	361	30	2	32	590	105	695	15,1
1959/60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1960/61	354	84	438	376	40	416	12	0	12	742	124	866	14,3

(Continua)

Evolução do número de alunos matriculados no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras por ano lectivo e sexo (1949/50 a 1972/73) (Continuação)

Curso / Anos Lectivos	Economia			Finanças			Outros			Total			% de M
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
1961/62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	809	140	949	14,8
1962/63	585	145	730	344	18	362	9	1	10	938	164	1.102	14,9
1963/64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	970	202	1.172	17,3
1964/65	758	194	952	310	28	338	2	1	3	1.070	223	1.293	17,2
1965/66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.287	276	1.563	17,7
1966/67	1.028	309	1.337	425	60	485	-	-	-	1.453	369	1.822	20,6
1967/68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.725	448	2.173	20,6
1968/69	1.300	451	1.751	632	118	750	-	-	-	1.932	569	2.501	22,8
1969/70	1.470	599	2.069	681	145	826	-	-	-	2.151	744	2.895	25,7
1970/71	1.819	586	2.405	949	217	1.166	-	-	-	2.768	803	3.571	22,5
1971/72 a)	1.126	570	1.696	1.041	318	1.359	764	383	1.147	2.931	1.271	4.202	30,2
1972/73 a)	1.030	455	1.485	1.152	496	1.648	464	248	712	2.646	1.199	3.845	31,2
1973/74 b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.543	1.153	3.696	31,2

a) Nos "Outros" está incluído o Curso Geral. b) Inclui os Cursos de Organização e Gestão de Empresas
Fonte: INE, *Estatísticas da Educação.*

Evolução do número de licenciados do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras por secções, anos lectivos e sexo

Secção	Aduaneiro			Diplomático e Consular			Finanças			Administração Comercial			Outra			Total			% de M
Ano lectivo	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
1931/32	-	-	-	4	1	5	4	2	6	-	2	2	-	-	-	8	5	13	38,5
1932/33	16	1	17	21	1	22	11	3	14	7	1	8	-	-	-	55	6	61	9,8
1933/34	23	-	23	19	-	19	8	-	8	8	-	8	-	-	-	58	-	58	-
1934/35	12	-	12	28	-	28	2	-	2	2	-	2	-	-	-	44	-	44	-
1935/36	22	-	22	28	-	28	10	-	10	8	-	8	-	-	-	68	-	68	-
1936/37	2	-	2	10	-	10	-	-	-	-	-	-	8	1	9	20	1	21	4,8
1937/38	-	-	-	13	-	13	3	-	3	-	-	-	17	-	17	33	-	33	0
1938/39	1	-	1	9	-	9	6	-	6	1	-	1	24	2	26	41	2	43	4,7
1939/40	26	-	26	39	1	40	30	-	30	13	-	13	-	-	-	108	1	109	0,9
1940/41	-	-	-	2	-	2	5	-	5	-	-	-	12	3	15	19	3	22	13,6
1941/42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1942/43	12	1	13	17	2	19	16	2	18	8	1	9	-	-	-	53	6	59	10,2
1943/44	6	-	6	12	-	12	11	3	14	-	-	-	14	1	15	43	4	47	8,5
1944/45	3	-	3	4	1	5	18	3	21	-	-	-	28	5	33	53	9	62	14,5
1945/46	14	-	14	21	2	23	23	-	23	3	-	3	-	-	-	61	2	63	3,2
1946/47	6	-	6	6	1	7	30	4	34	1	-	1	20	3	23	63	8	71	11,3
1947/48	4	-	4	7	-	7	25	4	29	2	-	2	8	3	11	46	7	53	13,2
1948/49	6	3	9	15	1	16	36	6	42	1	-	1	25	2	27	83	12	95	12,6
1949/50	-	-	-	-	-	-	8	1	9	41	2	43	5	1	6	54	4	58	6,9
1950/51	15	4	19	17	1	18	32	3	35	3	2	5	5	2	7	72	12	84	14,3
1951/52	12	1	13	9	-	9	18	4	22	1	0	1	23	12	35	63	17	80	22,3
1952/53	12	2	14	5	1	6	11	1	12	-	-	-	18	3	21	46	7	53	13,2

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação.*

Evolução do número de licenciados do Instituto Superior
de Ciências Económicas e Financeiras por ano lectivo e sexo (1953/54 a 1972/73)

Curso	Economia			Finanças			Outros			Total			% de M
Ano lectivo	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
1953/54	3	1	4	17	7	24	24	4	28	44	12	56	21,4
1954/55	20	6	26	11	3	14	12	3	15	43	12	55	21,8
1955/56	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	16	46	34,8
1956/57	15	8	23	14	0	14	6	0	6	35	8	43	18,6
1957/58	-	-	-	-	-	-	-	-	-	34	7	41	17,1
1958/59	9	3	12	25	1	26	6	0	6	40	4	44	9,1
1959/60	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1960/61	6	4	10	26	5	31	-	-	-	32	9	41	21,9
1961/62	-	-	-	-	-	-	-	-	-	35	13	48	27,1
1962/63	12	8	20	19	0	19	-	-	-	31	8	39	20,5

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação.*

(Continua)

Evolução do número de licenciados do Instituto Superior
de Ciências Económicas e Financeiras por ano lectivo e sexo (1953/54 a 1972/73) (Continuação)

Curso / Ano lectivo	Economia			Finanças			Outros			Total			% de M
	H	M	T	H	M	T	H	M	T	H	M	T	
1963/64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	13	52	25,0
1964/65	25	13	38	23	0	23	-	-	-	48	13	61	21,3
1965/66	-	-	-	-	-	-	-	-	-	62	15	77	19,5
1966/67	29	5	34	24	4	28	-	-	-	53	9	62	14,5
1967/68	-	-	-	-	-	-	-	-	-	71	19	90	21,1
1968/69	32	15	47	45	5	50	-	-	-	77	20	97	20,6
1969/70	53	11	64	60	9	69	-	-	-	113	20	133	15,0
1970/71	50	25	75	51	12	63	-	-	-	101	37	138	26,8
1971/72	62	12	74	100	14	114	-	-	-	162	26	188	13,8
1972/73	108	39	147	207	62	269	-	-	-	315	101	416	24,3

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*.

ANEXO D

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS E DOS LICENCIADOS PELA FACULDADE DE ECONOMIA DO PORTO

Evolução do número de alunos matriculados e
de licenciados da Faculdade de Economia do Porto por ano lectivo e sexo

Ano lectivo	Matriculados				Licenciados			
	H	M	T	% M	H	M	T	% M
1953/54	63	2	65	3,1	-	-	-	-
1954/55	114	7	121	5,8	-	-	-	-
1955/56	184	16	200	8,0	-	-	-	-
1956/57	260	27	287	9,4	-	-	-	-
1957/58	371	45	416	10,8	24	-	24	-
1958/59	434	74	508	14,6	17	3	20	15,0
1959/60	-	-	-	-	-	-	-	-
1960/61	583	107	690	15,5	24	2	26	7,7
1961/62	628	125	753	16,6	24	1	25	4,0
1962/63	662	137	799	17,1	27	11	38	28,9
1963/64	748	136	884	15,4	11	9	20	45,0
1964/65	851	151	1002	15,1	26	13	39	33,3
1965/66	946	193	1139	16,9	37	6	43	14,0

(Continua)

Evolução do número de alunos matriculados e
de licenciados da Faculdade de Economia do Porto por ano lectivo e sexo (Continuação)

Ano lectivo	Matriculados				Licenciados			
	H	M	T	% M	H	M	T	% M
1966/67	983	250	1.233	20,3	31	8	39	21,0
1967/68	1.032	299	1.331	22,5	47	13	60	22,0
1968/69	1.153	337	1.490	22,6	49	10	59	16,9
1969/70	1.163	410	1.573	26,1	52	17	69	25,0
1970/71	1.187	431	1.618	26,6	71	18	89	20,2
1971/72	1.093	509	1.602	31,8	74	9	83	10,8
1972/73	1.139	695	1.834	37,9	71	25	96	26,0
1973/74	1.99	716	1.915	37,4	46	46	92	50,0
1974/75	1.454	670	2.124	31,5	-	-	-	-
1975/76	2.191	1.383	3.574	38,7	135	93	228	40,8
1976/77	1.987	906	2.893	31,3	134	53	187	28,3
1977/78	1.778	913	2.691	33,9	54	35	89	39,3

Fonte: INE, *Estatísticas da Educação*

ANEXO E

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NAS ÁREAS DE ECONOMIA E DE GESTÃO

Evolução do número de alunos matriculados
nas áreas da Economia e da Gestão por ano lectivo e sexo

Ano lectivo	Economia				Gestão				Total			
	H	M	T	% de M	H	M	T	% de M	H	M	T	% de M
1930/31 a)	272	7	279	2,5	-	-	-	-	272	7	279	2,5
1931/32 a)	280	9	289	3,1	-	-	-	-	280	9	289	3,1
1932/33 a)	228	7	235	3,0	-	-	-	-	228	7	235	3,0
1933/34 a)	308	5	313	1,6	-	-	-	-	308	5	313	1,6
1934/35a)	379	8	387	2,1	-	-	-	-	379	8	387	2,1
1935/36 a)	407	10	417	2,4	-	-	-	-	407	10	417	2,4
1936/37 a)	417	10	427	2,4	-	-	-	-	417	10	427	2,4
1937/38 a)	435	12	447	2,7	-	-	-	-	435	12	447	2,7
1938/39 a)	470	15	485	3,1	-	-	-	-	470	15	485	3,1
1939/40 a)	524	21	545	3,9	-	-	-	-	524	21	545	3,9
1940/41 a)	579	32	611	5,2	-	-	-	-	579	32	611	5,2
1941/42 a)	599	40	639	6,3	-	-	-	-	599	40	639	6,3
1942/43 a)	572	38	610	6,2	-	-	-	-	572	38	610	6,2
1943/44 a)	625	42	667	6,3	-	-	-	-	625	42	667	6,3

(Continua)

Evolução do número de alunos matriculados
nas áreas da Economia e da Gestão por ano lectivo e sexo (Continuação)

Ano lectivo	Economia				Gestão				Total			
	H	M	T	% de M	H	M	T	% de M	H	M	T	% de M
1944/45 a)	691	52	743	7,0		-	-	-	691	52	743	7,0
1945/46 a)	818	64	882	7,3	-	-	-	-	818	64	882	7,3
1946/47 a)	803	78	881	8,9	-	-	-	-	803	78	881	8,9
1947/48 a)	853	107	960	11,2	-	-	-	-	853	107	960	11,2
1948/49 a)	838	120	958	12,5	-	-	-	-	838	102	958	12,5
1949/50 a)	819	133	952	14,0	-	-	-	-	819	133	952	14,0
1950/51 a)	800	138	938	14,7	-	-	-	-	800	138	938	14,7
1951/52 a)	774	135	909	14,9	-	-	-	-	774	135	909	14,9
1952/53 a)	701	120	821	14,6	-	-	-	-	401	120	821	14,6
1953/54 b)	735	120	855	14,0	-	-	-	-	735	102	855	14,0
1954/55 b)	739	113	852	13,3	-	-	-	-	739	113	852	13,3
1955/56 b)	817	124	941	13,2	-	-	-	-	817	124	941	13,2
1956/57 b)	864	122	986	12,4	-	-	-	-	864	122	986	12,4
1957/58 b)	951	143	1.094	13,1	-	-	-	-	951	143	1094	13,1

(Continua)

Evolução do número de alunos matriculados
nas áreas da Economia e da Gestão por ano lectivo e sexo (Continuação)

Ano lectivo	Economia				Gestão				Total			
	H	M	T	% de M	H	M	T	% de M	H	M	T	% de M
1958/59 b)	1.024	179	1.203	14,9	-	-	-	-	1.024	179	1.203	14,9
1959/60 b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1960/61 b)	1.325	231	1.556	14,9	-	-	-	-	1.324	232	1.556	14,9
1961/62 b)	1.437	265	1.702	15,6	-	-	-	-	1.437	265	1.702	15,6
1962/63 b)	1.600	301	1.901	15,8	-	-	-	-	1.600	301	1.901	15,8
1963/64 b)	1.718	338	2.056	16,4	-	-	-	-	1.718	338	2.056	16,4
1964/65 b)	1.921	374	2.295	16,3	-	-	-	-	1.921	374	2.295	16,3
1965/66 b)	2.233	469	2.702	17,4	-	-	-	-	2.233	469	2.702	17,4
1966/67 b)	2.436	619	3.055	20,3	-	-	-	-	2.436	619	3.055	20,3
1967/68 b)	2.757	747	3.504	21,3	-	-	-	-	2.757	747	3.504	21,3
1968/69 b)	3.085	906	3.991	22,7	-	-	-	-	3.085	906	3.991	22,7
1969/70 b)	3.314	1.154	4.468	25,8	-	-	-	-	3.314	1.154	4.468	25,8
1970/71 b)	3.955	1.234	5.189	23,8	-	-	-	-	3.955	1.234	5.189	23,8
1971/72 b)	4.024	1.780	5.804	30,7	-	-	-	-	4.024	1.780	5.804	30,7

(Continua)

Evolução do número de alunos matriculados
nas áreas da Economia e da Gestão por ano lectivo e sexo (Continuação)

Ano lectivo	Economia				Gestão				Total			
	H	M	T	% de M	H	M	T	% de M	H	M	T	% de M
1972/73 c)	-	-	-	-	-	-	-	-	4.113	2.072	6.185	33,5
1973/74 d)	-	-	-	-	-	-	-	-	4.487	2.262	6.749	33,5
1974/75 e)	3.113	1.552	4.665	33,3	1.324	611	1.935	31,6	4.437	2.163	6.600	32,8
1975/76 e)	4.961	2.769	7.773	35,6	1.543	594	2.137	25,4	6.504	3.363	9.867	34,1
1976/77 f)	4.602	2.278	6.922	32,9	1.338	486	1.824	26,6	5.440	2.764	8.704	31,8
1977/78 g)	4.335	2.126	6.603	32,2	1.687	686	2.373	28,9	6.022	2.812	8.834	31,8
...												
1986/87 h)	-	-	7.479	-	-	-	7.060	-	-	-	14.539	-
1987/88 i)	-	-	7.057	-	-	-	7.684	-	-	-	14.741	-
1988/89 j)	-	-	7.001	-	-	-	9.511	-	-	-	16.512	-
1989/90 l)	-	-	7.788	-	-	-	12.163	-	-	-	19.951	-
1990/91 l)	-	-	8.415	-	-	-	14.820	-	-	-	23.235	-
1991/92 m)	-	-	9.404	-	-	-	17.570	-	-	-	26.974	-
1992/93 n)	-	-	10.405	-	-	-	20.660	-	-	-	31.065	-
1993/94 o)	5.431	5.762	11.193	51,5	11.368	10.419	21.787	47,8	16.799	16.181	32.980	49,1

Legenda:
a) Inclui o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.
b) Inclui o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e a Faculdade de Economia do Porto.
c) Inclui: Instituto Superior de Economia; Faculdade de Economia do Porto; Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina; Universidade Católica.
d) Inclui: Instituto Superior de Economia; Faculdade de Economia do Porto; Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina; Faculdade de Economia de Coimbra; Universidade Católica.
e) Inclui: Economia/público – cursos do Instituto Superior de Economia, da Faculdade de Economia do Porto, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; Faculdade de Economia de Coimbra; Instituto Universitário de Évora. Economia/privado - Universidade Católica; Gestão/público – cursos do Instituto Superior de Economia, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Superior de Ciências e Política Ultramarina; Instituto Universitário de Évora; Gestão/privado - Universidade Católica.
f) Inclui: Economia/público – cursos do Instituto Superior de Economia, da Faculdade de Economia do Porto; Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; Faculdade de Economia de Coimbra; Instituto Universitário de Évora. Economia/privado - Universidade Católica; Gestão/público – cursos do Instituto Superior de Economia, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Universitário de Évora; Gestão/privado - Universidade Católica.
g) Inclui: Economia/público –Faculdade de Economia do Porto, Faculdade de Economia de Coimbra, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Instituto Superior de Economia; Economia/privado – Universidade Católica; Gestão/público – Instituto Superior de Economia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade de Évora; Gestão/privado – Universidade Católica.
h) Inclui: Economia/público –Faculdade de Economia do Porto, Faculdade de Economia de Coimbra, Universidade de Évora, Instituto Superior de Economia, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Economia/privado - Universidade Católica, Universidade Autónoma, Universidade Lusíada e Uniersidade Portucalense; Gestão/público – Instituto Superior de Economia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade de Évora, Universidade dos Açores, Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho; Gestão/privado – Universidade Católica; Instituto Novas Profissões; Instituto Superior de Línguas e Administração; Universidade Autónoma, Universidade Internacional; Universidade Lusíada, Universidade Portucalense.

i) Inclui: Economia/público –Faculdade de Economia do Porto, Faculdade de Economia de Coimbra, Universidade de Évora, Instituto Superior de Economia, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Economia/privado - Universidade Católica, Universidade Autónoma, Universidade Lusíada e Uniersidade Portucalense; Gestão/público – Instituto Superior de Economia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade de Évora, Universidade dos Açores, Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho, Faculdade de Economia do Porto; Gestão/privado – Universidade Católica; Instituto Novas Profissões; Instituto Superior de Línguas e Administração; Universidade Autónoma, Universidade Internacional; Universidade Lusíada, Universidade Portucalense.

j) Inclui: Economia/público –Faculdade de Economia do Porto, Faculdade de Economia de Coimbra, Universidade de Évora, Instituto Superior de Economia, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Economia/privado - Universidade Católica, Universidade Autónoma, Universidade Lusíada e Uniersidade Portucalense; Gestão/público – Instituto Superior de Economia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade de Évora, Universidade dos Açores, Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho, Faculdade de Economia do Porto; Gestão/privado – Universidade Católica; Instituto Novas Profissões; Instituto Superior de Línguas e Administração; Universidade Autónoma, Universidade Internacional; Universidade Lusíada, Universidade Portucalense. Instituto Superior de Gestão.

l) Inclui: Economia/público –Faculdade de Economia do Porto, Faculdade de Economia de Coimbra, Universidade de Évora, Instituto Superior de Economia, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Economia/privado - Universidade Católica, Universidade Autónoma, Universidade Lusíada e Uniersidade Portucalense; Gestão/público – Instituto Superior de Economia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade de Évora, Universidade dos Açores, Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho, Faculdade de Economia do Porto, Faculdade de Economia de Coimbra; Gestão/privado – Universidade Católica; Instituto Novas Profissões; Instituto Superior de Línguas e Administração; Universidade Autónoma, Universidade Internacional; Universidade Lusíada, Universidade Portucalense, Instituto Superior de Gestão, Universidade Moderna.

m) Inclui: Economia/público –Faculdade de Economia do Porto, Faculdade de Economia de Coimbra, Universidade de Évora, Instituto Superior de Economia, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade do Algarve; Economia/privado - Universidade Católica, Universidade Autónoma, Universidade Lusíada e Universidade Portucalense; Gestão/público – Instituto Superior de Economia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade de Évora, Universidade dos Açores, Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho, Faculdade de Economia do Porto, Faculdade de Economia de Coimbra; Gestão/privado – Universidade Católica; Instituto Novas Profissões; Instituto Superior de Línguas e Administração; Universidade Autónoma, Universidade Internacional; Universidade Lusíada, Universidade Portucalense. Instituto Superior de Gestão, Universidade Moderna.

n) Inclui: Economia/público –Faculdade de Economia do Porto, Faculdade de Economia de Coimbra, Universidade de Évora, Instituto Superior de Economia, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro,

Universidade do Algarve; Economia/privado - Universidade Católica, Universidade Autónoma, Universidade Lusíada e Universidade Portucalense, Instituto Superior de Matemáticas e Gestão, Erasmus; Gestão/público – Instituto Superior de Economia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade de Évora, Universidade dos Açores, Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho, Faculdade de Economia do Porto, Faculdade de Economia de Coimbra; Gestão/privado – Universidade Católica; Instituto Novas Profissões; Instituto Superior de Línguas e Administração; Universidade Autónoma, Universidade Internacional; Universidade Lusíada, Universidade Portucalense. Instituto Superior de Gestão, Erasmus, Universidade Moderna.

o) Inclui: Economia/público –Faculdade de Economia do Porto, Faculdade de Economia de Coimbra, Universidade de Évora, Instituto Superior de Economia, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior; Economia/privado - Universidade Católica, Universidade Autónoma, Universidade Lusíada, Universidade Portucalense, Instituto Superior de Matemáticas e Gestão, Erasmus; Gestão/público – Instituto Superior de Economia, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Universidade de Évora, Universidade dos Açores, Universidade do Algarve, Universidade da Beira Interior, Universidade do Minho, Faculdade de Economia do Porto, Faculdade de Economia de Coimbra; Gestão/privado – Universidade Católica; Instituto Novas Profissões; Instituto Superior de Línguas e Administração; Universidade Autónoma, Universidade Internacional; Universidade Lusíada, Universidade Portucalense. Instituto Superior de Gestão, Erasmus, Universidade Moderna.

Fontes: INE, *Estatísticas da Educação*; Ministério da Educação, *Ensino Superior. Cursos de Bacharelato e Licenciatura. Alunos Inscritos. Anos Lectivos de 1982/83 a 1987/88*, Lisboa, ME, 1988; Ministério da Educação, *Ensino Superior. Alunos Inscritos. Cursos de Licenciatura e Bacharelato. Anos lectivos: 1988/89 a 1991/92*, Lisboa, ME, 1992; Ministério da Educação, *Estatísticas da Eduacação.*

ANEXO F

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO UNIVERSITÁRIO, PROPORÇÃO DOS ALUNOS MATRICULADOS NAS ÁREAS DE ECONOMIA E DE GESTÃO FACE AO TOTAL DA UNIVERSIDADE

Evolução do número de matriculados no ensino universitário e proporção de alunos matriculados em economia e gestão face ao total deste ensino

Anos Lectivos	Universitário				Economia			Gestão			Total		
	H	M	T	% de M	H	M	T	H	M	T	H	M	T
1931/32 a)	-	-	6.977	-	-	-	4,1						
1935/36 a)	6.634	819	7.453	11,0	6,1	1,2	5,6						
1940/41 a)	6.939	1.766	8.705	20,3	8,3	1,8	7,0						
1945/46 a)	8.972	2.500	11.474	21,8	9,1	2,6	7,7						
1950/51 a)	9.549	3.354	12.903	26,0	8,4	4,1	7,3						
1955/56 a)	10.473	4.593	15.066	30,5	8,7	2,7	6,2						
1960/61 a)	13.321	6.201	19.522	31,8	9,9	3,7	8,0						
1965/66 a)	16.731	11.281	28.012	40,3	13,3	4,2	9,6						
1970/71 a)	23.394	19.797	43.191	45,8	16,9	6,2	12,0						
1975/76 b)	27.753	23.981	51.734	46,4	17,8	11,5	15,0	5,6	2,3	4,1	23,4	14,0	19,1
1980/81 c)	36.798	33.081	69.879	47,3	-	-		-	-		-	-	
1986/87 c)	-	-	97.942	-	-	-	7,6	-	-	7,2	-	-	14,8
1990/91 c)	-	-	133.394	-	-	-	6,3	-	-	11,1	-	-	17,4
1993/94 c)	-	-	188.444	-	-	-	5,9	-	-	11,6	-	-	17,5

Legenda:

a) Inclui as Universidades de Lisboa, do Porto e de Coimbra e ainda a Universidade Técnica de Lisboa.

b) Inclui as Universidades de Lisboa, do Porto, de Coimbra e Técnica de Lisboa como também o Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, a Universidade Católica e os Institutos Universitários de Évora e dos Açores.

c) Inclui a totalidade dos cursos de universidades públicas e dos estabelecimentos de ensino superior universitário público. Consideraram-se igualmente os cursos das universidades privadas e os cursos que conferissem o grau de licenciado.

Fontes: INE, Estatísticas da Educação; Ministério da Educação, Ensino Superior. Cursos de Bacharelato e Licenciatura. Alunos Inscritos. Anos Lectivos de 1982/83 a 1987/88, Lisboa, ME, 1988; Ministério da Educação, Ensino Superior. Alunos Inscritos. Cursos de Licenciatura e Bacharelato. Anos lectivos: 1988/89 a 1991/92, Lisboa, ME, 1992; Ministério da Educação, Estatísticas da Educação.

ANEXO G

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE LICENCIADOS NAS ÁREAS DE ECONOMIA E DE GESTÃO

Evolução do número de licenciados
nas áreas da Economia e da Gestão por ano lectivo e sexo

Ano lectivo	Economia				Gestão				Total			
	H	M	T	%de M	H	M	T	%de M	H	M	T	%de M
1930/31 a)	99	-	99	-	-	-	-	-	99	-	99	-
1931/32 a)	8	5	13	38,5	-	-	-	-	8	5	13	38,5
1932/33 a)	55	6	61	9,8	-	-	-	-	55	6	61	9,8
1933/34 a)	58	-	58	-	-	-	-	-	58	-	58	-
1934/35 a)	44	-	44	-	-	-	-	-	44	-	44	-
1935/36 a)	68	-	68	-	-	-	-	-	68	-	68	-
1936/37 a)	20	1	21	4,8	-	-	-	-	20	1	21	4,8
1937/38 a)	33	-	33	-	-	-	-	-	33	-	33	-
1938/39 a)	41	2	43	4,7	-	-	-	-	41	2	43	4,7
1939/40 a)	108	1	109	0,9	-	-	-	-	108	1	109	0,9
1940/41 a)	19	3	22	13,6	-	-	-	-	19	3	22	13,6
1941/42 a)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1942/43 a)	53	6	59	10,2	-	-	-	-	53	6	59	10,2
1943/44 a)	43	4	47	8,5	-	-	-	-	43	4	47	8,5

(Continua)

Evolução do número de licenciados
nas áreas da Economia e da Gestão por ano lectivo e sexo (Continuação)

Ano lectivo	Economia				Gestão				Total			
	H	M	T	%de M	H	M	T	%de M	H	M	T	%de M
1944/45 a)	53	9	62	4,5	-	-	-	-	53	9	62	14,5
1945/46 a)	61	2	63	3,2	-	-	-	-	61	2	63	3,2
1946/47 a)	63	8	71	11,3	-	-	-	-	63	8	71	11,3
1947/48 a)	46	7	53	13,2	-	-	-	-	46	7	53	13,2
1948/49 a)	83	12	95	12,6	-	-	-	-	83	12	95	12,6
1949/50 a)	102	5	107	4,7	-	-	-	-	102	5	107	4,7
1950/51 a)	79	12	91	13,2	-	-	-	-	79	12	91	13,2
1951/52 a)	63	17	80	21,3	-	-	-	-	63	17	80	22,3
1952/53 a)	46	7	53	13,2	-	-	-	-	46	7	53	13,2
1953/54 a)	44	12	56	21,4	-	-	-	-	44	12	56	21,4
1954/55 a)	43	12	55	21,8	-	-	-	-	43	12	55	21,8
1955/56 a)	30	16	46	34,8	-	-	-	-	30	16	46	34,8
1956/57 a)	35	8	43	18,6	-	-	-	-	35	8	43	18,6
1957/58 b)	58	7	65	10,8	-	-	-	-	58	7	65	10,8

(Continua)

Evolução do número de licenciados
nas áreas da Economia e da Gestão por ano lectivo e sexo (Continuação)

Ano lectivo	Economia				Gestão				Total			
	H	M	T	%de M	H	M	T	%de M	H	M	T	%de M
1958/59 b)	57	7	64	10,9	-	-	-	-	57	7	64	10,9
1959/60 b)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1960/61 b)	56	11	67	16,4	-	-	-	-	56	11	67	16,4
1961/62 b)	59	14	73	19,2	-	-	-	-	59	14	73	19,2
1962/63 b)	58	19	77	24,7	-	-	-	-	58	19	77	24,7
1963/64 b)	50	22	72	31,0	-	-	-	-	50	22	72	31,0
1964/65 b)	74	26	100	26,0	-	-	-	-	74	26	100	26,0
1965/66 b)	99	21	120	18,0	-	-	-	-	99	21	120	18,0
1966/67 b)	84	17	101	16,8	-	-	-	-	84	17	101	16,8
1967/68 b)	118	32	150	21,3	-	-	-	-	118	32	150	21,3
1968/69 b)	126	30	156	19,2	-	-	-	-	126	30	156	19,2
1969/70 b)	165	37	202	18,3	-	-	-	-	165	37	202	18,3
1970/71 b)	172	55	227	24,2	-	-	-	-	172	55	227	24,2
1971/72 b)	236	35	271	12,9	-	-	-	-	236	35	271	12,9

(Continua)

Evolução do número de licenciados
nas áreas da Economia e da Gestão por ano lectivo e sexo (Continuação)

Ano lectivo	Economia				Gestão				Total			
	H	M	T	%de M	H	M	T	%de M	H	M	T	%de M
1972/73 b)	386	126	512	24,6	-	-	-	-	386	126	512	24,6
1973/74 b)	395	174	569	30,6	-	-	-	-	395	174	569	30,6
1974/75 c)	228	160	388	41,2	591	239	830	28,8	819	399	1.218	32,8
1975/76 c)	388	247	635	38,9	396	156	552	28,3	784	403	1.187	34,0
1976/77 d)	262	156	418	37,3	245	96	341	28,2	507	252	759	33,2
1977/78 d)	341	213	554	38,4	346	142	488	29,1	687	355	1.042	34,1
...												
1986/87 e)	247	190	437	43,5	231	164	395	41,5	478	354	832	42,5
1987/88 e)	206	204	410	49,8	287	214	501	42,7	493	418	911	45,9
1988/89 e)	253	238	491	48,5	219	201	420	47,9	472	439	911	48,2
1989/90 f)	-	-	293	-	8	14	22	63,6	-	-	315	-
1990/91 f)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1991/92 g)	-	-	712	-	-	-	1.124	-	-	-	1.836	-
1992/93 h)	-	-	765	-	-	-	1.160	-	-	-	1.925	-
1993/94 i)	599	646	1.245	51,9	944	891	1.835	48,6	1.543	1.537	3.080	49,9

Legenda:
a) Inclui o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras.
b) Inclui o Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras e Faculdade de Economia do Porto.
c) Inclui: Economia/público - cursos da Faculdade de Economia do Porto, do Instituto Superior de Economia, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Faculdade de Economia, Instituto Universitário de Évora; Gestão/público - cursos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Superior de Economia.
d) Inclui: Economia/público - cursos da Faculdade de Economia do Porto, do Instituto Superior de Economia, do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina, do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa; Economia/privado - Universidade Católica; Gestão/público - cursos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Superior de Economia; Gestão/privado - curso da Universidade Católica.
e) Inclui: Economia/público - cursos da Faculdade de Economia do Porto, do Instituto Superior de Economia, da Faculdade de Economia de Coimdra, Universidade de Évora, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa; Gestão/público - cursos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Superior de Economia, da Universidade da Beira Interior, da Universidade dos Açores, da Universidade de Évora, da Universidade do Minho.
f) Inclui: Economia/público - cursos da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa e da Faculdade de Economia do Porto; Gestão/público - Universidade Beira Interior.
g) Inclui: Economia/público - cursos da Faculdade de Economia do Porto, do Instituto Superior de Economia, da Faculdade de Economia de Coimbra, Universidade de Évora, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa; Economia/privado - cursos da Universidade Católica, da Universidade Autónoma, da Universidade Lusíada, da Universidade Portucalense; Gestão/público - cursos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Superior de Economia, da Universidade da Beira Interior, da Universidade dos Açores, da Universidade de Évora, da Universidade do Minho, Universidade do Algarve; Gestão/privado - curso da Universidade Autónoma, do Instituto de Novas Profissões, do Instituto Superior de Línguas e Administração, da Universidade Lusíada, do Instituto Superior de Gestão, da Universidade Lusíada, da Universidade Portucalense, Universidade Católica.
h) Inclui: Economia/público - cursos da Faculdade de Economia do Porto, do Instituto Superior de Economia, da Faculdade de Economia de Coimbra, Universidade de Évora, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa; Economia/privado - cursos do Instituto Superior de Matemáticas e Gestão, da Universidade Autónoma, da Universidade Lusíada, da Universidade Portucalense, Universidade Católica; Gestão/público - cursos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Superior de Economia, da

Universidade da Beira Interior, da Universidade dos Açores, da Universidade de Évora, da Universidade do Minho, da Universidade do Algarve, da Faculdade de Economia do Porto; Gestão/privado - curso da Universidade Autónoma, do Instituto de Novas Profissões, do Instituto Superior de Línguas e Administração, da Universidade Lusíada, do Instituto Superior de Gestão, da Universidade Lusíada, da Universidade Portucalense, Universidade Internacional.

i) Inclui: Economia/público - cursos da Faculdade de Economia do Porto, do Instituto Superior de Economia, da Faculdade de Economia do Porto, Universidade de Évora, Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa; Economia/privado - cursos do Instituto Superior de Matemáticas e Gestão, da Universidade Autónoma, da Universidade Lusíada, da Universidade Católica, da Universidade Portucalense; Gestão/público - cursos do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, do Instituto Superior de Economia, da Universidade da Beira Interior, da Universidade dos Açores, da Universidade de Évora, da Universidade do Minho, da Universidade do Algarve, da Faculdade de Economia do Porto, da Faculdade de Economia de Coimbra; Gestão/privado - curso da Universidade Autónoma, do Instituto de Novas Profissões, do Instituto Superior de Línguas e Administração, da Universidade Lusíada, do Instituto Superior de Gestão, da Universidade Lusíada, da Universidade Portucalense, Universidade Internacional, do Erasmus, da Universidade Moderna, da Universidade Católica.

Fontes: INE, *Estatísticas da Educação*; Ministério da Educação, *Ensino Superior. Cursos de Bacharelato e Licenciatura. Alunos Inscritos. Anos Lectivos de 1982/83 a 1987/88*, Lisboa, ME, 1988; Ministério da Educação, *Ensino Superior. Alunos Inscritos. Cursos de Licenciatura e Bacharelato. Anos lectivos: 1988/89 a 1991/92*, Lisboa, ME, 1992; Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação.*

ANEXO H

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE MEMBROS DO SINDICATO NACIONAL DOS COMERCIALISTAS

Evolução do número de membros do Sindicato Nacional dos Comercialistas

Ano	Número de sócios
1933	150
1941	212
1947	394
1949	234
1950	397
1951	544
1952	644
1953	652 a)
1954	559 b)
1955	563 c)
1956	569 d)
1957	591
1958	474
1959	471
1960	498
1961	537
1962	553
1963	519
1964	684
1965	695
1966	700
1967	701
1968	699

a) Inclui 96 sócios suspensos nos termos do despacho do Ministro das Corporações de 24 de Novembro de 1952.
b) Inclui 79 sócios suspensos nos termos do despacho do Ministro das Corporações de 24 de Novembro de 1952.
c) Inclui 87 contribuintes do Centro de Estudos do Sindicato Nacional dos Comercialistas.
d) Inclui 88 contribuintes do Centro de Estudos do Sindicato Nacional dos Comercialistas.

Fonte: *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas.*

ANEXO I

CONFERÊNCIAS REALIZADAS PELO SINDICATO NACIONAL DOS COMERCIALISTAS

Sindicato Nacional dos Comercialistas

Conferências e cursos do Centro de Estudos

- 12/1950

. Jaime Lopes Amorim
"As repercussões da política económica do após-guerra, na exportação de alguns produtos portugueses."

- 6/1951

. Vergílio Moreira
"Sistema Tributário Português."
. Alfredo Salas
"Crédito à Vinicultura."

- 5/1952

. Sebastião Gonçalves
"Algumas consequências económicas da recente legislação sobre exportação dos produtos alimentares."

- 6/1952

. Aureliano Felismino
"Algumas experiências profissionais e notas sobre o Congresso de Madrid."

- 11/1952

. Gonçalves da Silva
"O ensino da contabilidade nas Escolas Superiores de Economia."
. Mário Gomes
"Cursos de Aperfeiçoamento Profissional."
. Deniz Curson
"Os diplomados em CEF na actividade aduaneira."

-12/1952

. Sebastião Gama
"Alterações no capital das sociedades anónimas."
. Soares de Oliveira
"Generalidades sobre o Crédito Marítimo."

- 1/1953

. Ramos Pereira
"Problemas Monetários."
. Alfredo da Costa Miranda
"A actividade resseguradora do ponto de vista financeiro."

- 2/1953

. Moura e Sá
"Considerações sobre a Previdência Social Portuguesa."

- 3/1953

. Amaro Guerreiro
"Em torno do ensino da Estatística."

- 6/1953

. Ulpiano Nascimento
"Aspectos da Economia Pecuária Nacional."
. Sá da Costa
"Tentativa de caracterização do Ensino Superior de Economia."

- 1/1954

. Jacobety Rosa
"Aspectos económicos e contabilísticos do Património."

- 2/1954

. Vergílio Moreira
"Sistema Tributário Português."

- 3/1954

. Mário Gomes
"Planos Contabilísticos."
. António Coelho
"A economia lanar portuguesa."

- 4/1954

. Caetano Beirão da Veiga
"A instrução superior comercial."

- 5/1954

. A. Sebastião Gonçalves
"O conceito de lucro líquido nos seus contactos com o conceito de dividendo."

- 6/1954

. Manuel Santos Ferreira
"Atribuição das Câmaras Municipais e meios financeiros de que dispõem."

- 12/1954

. A. Ramos Pereira
"Organização Económicos Internacionais - De Bretton Woods à U.E.P."

- 3/1954

. A. Tavares Júnior
"Encargos de reversão nas Sociedades concessionárias. Autofinanciamento."

- 5/1955

. Amaro Guerreiro
"Contabilidade Nacional."

- 9/1955

. A. Ramos Pereira
"Moeda e Crédito."

- 6/1958

. Costa Leal
"Requisitos para uma Política de Desenvolvimento Económico."
. Álvaro Ramos Pereira
"Aspectos Monetários do Desenvolvimento Económico."
. H. Caeiro Pereira
"Mercado comum e a Zona do Comércio Livre."

- 7/1958

. Raúl Silva Pereira
"Reorganização Industrial."

- 2/1959

. José da Silva Lopes
"Evolução do Comércio Externo Português."

- 3/1959

. Eduardo Serra Brandão
"Alguns aspectos actuais da Economia Marítima Portuguesa."

- 4/1961

. M. Alain
"Evaluation de l'Entreprise et Plan de Developpment à court e a long terme."

- 6/1961

. Armando Santos Nogueira
"Novas Perspectivas do Comércio Internacional."

- 12/1961

.Nuno Monteiro
"Gestão Orçamental e Simulação de Administração de Empresas."
(Curso do Centro de Estudos)

- 5/1962

. Nuno Monteiro
"Programação Linear."
(Curso do Centro de Estudos)

- 4/1964

. Nuno Monteiro
"Contabilidade Industrial como Instrumento de Gestão."
(Curso do Centro de Estudos)

- 10/1964

. Nuno Monteiro
"Os orçamentos da empresa privada e o seu controle."
(Curso do Centro de Estudos)

- 6/1966

. Nuno Monteiro
"Alguns problemas do gestor financeiro."
(Curso do Centro de Estudos)

ANEXO J

CARREIRA PROFISSIONAL DOS ECONOMISTAS

"Economistas:
1 – Para efeitos deste acordo, consideram-se economistas os trabalhadores licenciados em qualquer ramo das Ciências Económicas e Financeiras (Economia, Finanças ou Organização e Gestão de Empresas) que, comprovadamente, exerçam a sua actividade por conta de outrem.

2 – Os economistas que exerçam as funções de consultores e assessores terão, para efeitos de aplicação deste acordo, os graus seguintes:

Economista assistente de grau I – assessor II ou chefe de serviços;
Economista assistente de grau II – assessor III ou chefe de departamento;
Economista qualificado do 1° grau – assessor IV;
Economista qualificado do 2° grau – consultor I ou chefe de divisão;
Economista de qualificação superior – consultor II.
Economista altamente qualificado – consultor III.

3 – Funções genéricas de economista:
Consideram-se funções genéricas de economista as seguintes:

a) Análise da influência na economia da empresa do comportamento das variáveis macro e microeconómicas;

b) Desenvolvimento e aplicação de técnicas próprias na elaboração e coordenação de planeamento estratégico da empresa a curto, médio e longo prazos;

c) Estudo e elaboração de planos de organização e métodos de gestão de empresa, no âmbito das suas grandes funções, para a prossecução dos objectivos definitivos;

d) Elaboração de estudos de estrutura organizacional, bem como quaisquer outros específicos no âmbito da economia da empresa;

e) Elaboração de estudos de planeamento operacional e respectivo *contrôle* de execução;

f) Análise da influência da empresa sobre os parâmetros variáveis sócio-económicos a nível sectorial e global;

g) Organização e gestão administrativo-contabilística;

h) Organização e supervisão financeira da empresa, nomeadamente através do estabelecimento de políticas de aplicação de recursos financeiros e de rentabilidade;

i) Análise económico-financeira de projectos de investimento, desinvestimento e reconversão de actividades ou unidades produtivos;

j) Desenvolvimento, *contrôle* e coordenação de gestão empresarial, global ou relativa aos diferentes graus e áreas específicas de decisão;

l) Elaboração de modelos matemáticos ou cibernéticos de gestão;

m) Realização de estudos de *marketing* e de promoção de vendas;

n) Elaboração de estudos de avalização ou de viabilização de empresas;

o) Elaboração de estudos dos aspectos fiscais, patrimoniais, aduaneiros e de seguros de empresas;

p) Planeamento e *contrôle* da análise de custos, auditoria interna e inspecção administrativa;

q) Elaboração de estudos de gestão de recursos financeiros e materiais;

r) Realização de trabalhos de concepção, implantação e *contrôle* de sistemas de informação, convencionais ou automatizados, para a gestão de empresas;

s) Elaboração de planificação de registos matriciais ou "bancos ou bases de dados" susceptíveis de computorização;

t) Elaboração de estudos económicos de projectos e desenvolvimento de planos estratégicos e tácticos de produção, comerciais e financeiros.

As funções correspondentes aos seis graus em que são classificados os economistas são as seguintes:

Economista altamente qualificado (licenciado):

a) Exerce cargos de responsabilidade directa e/ou administrativa sobre vários grupos em assuntos interligados;

b) Realiza investigações dirigindo uma equipa no estudo de novos processos para o desenvolvimento das ciências, visando adquirir independência ou técnicas de alto nível;

c) Participa na orientação geral de estudos e de desenvolvimento a nível empresarial, exercendo cargos de responsabilidade administrativa, assegurando a realização de programas superiores sujeitos somente à política global e *contrôle* financeiro da empresa; ou trata-se de economista consultor de categoria reconhecida no seu campo de actividade, traduzida não apenas por capacidade comprovada para o trabalho científico autónomo, mas também por comprovada propriedade intelectual própria, traduzida em realizações comerciais;

d) O seu trabalho é revisto somente para assegurar conformidade com a política global e coordenação com outros sectores;

e) Como gestor, faz a coordenação dos programas sujeitos a política global da empresa para atingir os objectivos e toma decisões em matéria de escolha, disciplina e remunerações de pessoal.

Economista assistente de grau I (licenciado):

a) Executa trabalhos de carácter económico-financeiro de baixa complexidade, incluindo projectos e cálculos, sob a orientação e *contrôle* de economista de grau superior;

b) Estuda a aplicação das técnicas de planeamento, comerciais e de gestão económica;

c) Pode participar em equipas de estudo como executante, mas sem iniciativa de orientação de projectos de desenvolvimento;

d) Pode tomar decisões, desde que tecnicamente orientadas por economistas de grau superior;

e) Pode orientar, sem funções de chefia, outros técnicos.

Economista assistente de grau II (licenciado):

a) Presta assistência a economistas mais qualificados nos cálculos, ensaios, análises, projectos, computação e actividade técnico-comercial;

b) Pode participar em equipas de estudos e desenvolvimento como colaborador executante, podendo receber o encargo de execução de tarefas parcelares simples e individuais de ensaios ou projectos de desenvolvimento;

c) Está mais ligado à solução dos problemas do que os resultados finais;

d) Toma decisões dentro da orientação estabelecida pela chefia;

e) Pode actuar em funções de chefia, mas segundo instruções detalhadas, orais ou escritas, sobre métodos e processos. Receberá assistência técnica de um economista mais qualificado sempre que necessite. Quando ligado a projectos, não tem funções de chefia;

f) Pode orientar e coordenar outros técnicos numa actividade comum;

g) Utiliza a experiência acumulada pela empresa dando assistência a economistas de um grau superior.

Economista qualificado do 1º grau (licenciado):

a) Executa trabalhos para os quais a experiência acumulada pela empresa é reduzida, ou

g) Utiliza a experiência acumulada pela experiência pela /

b) Toma decisões de responsabilidade a curto e médio prazos;

c) Pode exercer actividades técnico-comerciais a nível de chefia de outros técnicos de grau inferior;

d) O seu trabalho não é normalmente supervisado em pormenor, embora receba orientação técnica em problemas invulgares e complexos;

e) Pode dar orientação técnica a economistas de grau inferior, cuja actividade pode agregar ou coordenar;

f) Faz estudos independentes, análises e juízos e retira conclusões;

g) Pode participar em equipas de estudos e desenvolvimento, coordenando e orientando outros economistas ou profissionais com outro título académico equivalente, podendo ainda receber o encargo da execução de tarefas parcelares a nível de equipa de trabalhadores sem qualquer grau ou outro título académico equivalente.

Economista qualificado do 2º grau (licenciado):

a) Procura o desenvolvimento de técnicas de estatística, de econometria, de investigação operacional e financeiras para o que é requerida elevada especialização;

b) Realiza a orientação e coordenação complexa de actividades técnico-comerciais;

c) Elabora recomendações geralmente revistas quanto ao valor dos pareceres, mas aceites quanto ao rigor técnico e exequibilidade;

d) Pode participar em equipas de estudos e desenvolvimento com possível exercício de chefia sobre outros economistas ou com grau académico equivalente, podendo tomar a seu cargo a planificação e execução de uma tarefa completa de estudo ou de desenvolvimento que lhe seja confiada; ou realiza tarefas que requerem capacidade comprovada para trabalho científico ou técnico sob orientação;

e) Pode distribuir e delinear trabalho, dar indicações em problemas técnicos e rever trabalhos de outros quanto à precisão técnica. Assume a responsabilidade permanente pelos outros técnicos ou economistas que supervisiona;

f) Recebe trabalhos com simples indicação do seu objectivo, de prioridades relativas e de interferência com outros trabalhos ou sectores. Responde pelo orçamento e prazos desses trabalhos;

g) Realiza a aplicação de conhecimentos económico-financeiros e direcção de actividades com o fim de realização independente.

Economista de qualificação superior (licenciado):

a) Assegura a supervisão de várias equipas de economistas do mesmo ou de vários ramos, cuja actividade coordena, fazendo normalmente o planeamento a médio e longo prazo do trabalho dessas equipas;

b) Orienta e coordena diversas actividades de estudo e desenvolvimento dentro de uma direcção correspondente, confiadas a economistas de grau inferior e é responsável pela planificação e gestão económica; ou realiza tarefas que requerem capacidade comprovada para trabalho científico ou tecnicamente autónomo;

c) Toma decisões de responsabilidade normalmente não sujeitas a revisão, excepto as que envolvem grande dispêndio ou objectivos a longo prazo;

d) Recebe trabalho com simples indicação dos objectivos finais e é revisto somente quanto à política de acção e eficiência geral, podendo eventualmente ser revisto quanto à justeza da solução;

e) Orienta e coordena programas de trabalho

Como gestor pode ter a seu cargo uma das grandes unidades orgânicas da empresa;

f) Elabora geralmente recomendações em matéria de escolha, disciplina e remunerações de pessoal. Pode tomar decisões nesta matéria, no âmbito das funções de gestor que lhe estejam atribuídas.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

FONTES

ESTATÍSTICAS

Instituto Nacional de Estatística, *Anuário Estatístico*, 1935-1997.

Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas da Educação,* 1940-1986.

Instituto Nacional de Estatistica, *Estatísticas das Contribuições e Impostos*, 1963-1987.

Instituto Nacional de Estatística, *Estatísticas das Sociedades,* 1940-1960.

Instituto Nacional de Estatística, *Inquérito Industrial*, 1964.

Instituto Nacional de Estatística, *Recenseamentos Populacionais,* 1940, 1950, 1960, 1970, 1981, 1991.

Ministério da Educação, *Ensino Superior. Cursos de Bacharelato e Licenciatura. Alunos Inscritos. Anos Lectivos de 1982/83 a 1987/88*, Lisboa, ME, 1988.

Ministério da Educação, *Ensino Superior. Alunos Inscritos. Cursos de Licenciatura e Bacharelato. Anos lectivos: 1988/89 a 1991/92*, Lisboa, ME, 1992.

Ministério da Educação, *Estatísticas da Educação,* 1991-1993.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Anuário Diplomático*, 1940-1970.

PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

Análise Económica
Análise Social
Anuário da Universidade do Porto
Anuário da Universidade Técnica de Lisboa
Anuário do Instituto Superior de Comércio de Lisboa
Boletim da Associação dos Comercialistas Portugueses
Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas
Cadernos de Economia
Economia
Economia e Finanças - Anais do Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras

Economia e Socialismo
Economia. Questões Económicas e Sociais
O Economista: Anuário da Economia Portuguesa
Estudos de Economia
Gestão & Economia
ICL - Jornal dos Alunos do Instituto Comercial de Lisboa
Jornal da APEC
Revista de Contabilidade e Comércio
Revista de Economia
Revista do Centro de Estudos Económicos
Revista do Instituto Superior de Comércio de Lisboa
Revista Economia Lusitânia
Revista Exame

BIBLIOGRAFIA

SOCIOLOGIA GERAL E SOCIOLOGIA DAS PROFISSÕES

AAVV, *Le travail et sa sociologie. Essais critiques*, Paris, L'Harmattan, 1985.

ABBOTT, Andrew, "Professional ethics", in *American Journal of Sociology*, vol. 88, nº 5, 1983, pp. 855-885.

ABBOTT, Andrew, *The System of Professions. An Essay on the Division of Expert Labour*, London, The University of Chicago Press, 1988.

ABBOTT, Andrew, "The order of profesionalization. An empirical analysis", in *Work and Occupations*, vol. 18, nº 4, 1991, pp. 355-384.

ACCARDO, Alain, *Initiation à la Sociologie de l'Illusionnisme Social*, Bordeaux, Editions Le Mascaret, 1983.

ACCARDO, Alain e CORCUFF, Philipe, *La Sociologie de Bourdieu*, Bordeaux, Editions Le Mascaret, 1988.

AER,"The structure of economist's employment", in *American Economic Review*, vol. LV, nº 5, 1990, pp. 320-350.

ALLEN, William, "Economics, economists and economic policy: modern american experiences", in *History of Political Economy*, nº 9, 1977, pp. 48-88.

ALMEIDA, João Ferreira e PINTO, José Madureira, *A investigação nas ciências sociais*, Lisboa, Editorial Presença, 1976.

ALTER, Norbert, *Sociologie de l'entreprise et de l'innovation*, Paris, PUF, 1996.

AMARK, Klas, "Open cartels and social closures: professional strategies in Sweden, 1860 - 1950", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl (orgs.), *The Professions in Theory and History*, London, Sage, pp. 94-114.

AMBLARD, Henri *et al., Les nouvelles approches sociologiques des organisations*, Paris, Seuil, 1996.

ARAÚJO, Helena, "Profissionalismo e ensino", in *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 3, 1985, pp. 30-55.

ARMSTRONG, Peter, "Competition between the organizational professions and the evolution of management control strategies", in K. Thompson (ed.), *Work, Employment and Unemployment*, London, 1988, pp. 97-120.

ARROW, K. J., "Uncertainty and the welfare economics of medical care", in *American Economic Review,* nº 53, 1963, pp. 941-973.

BACHARACH, Samuel *et al.*, "Work processes, role conflit and role overload", in *Work and Occupations*, vol. XVII, nº 2, 1990, pp. 199-228.

BAER, William, "Expertise and professional standards", in *Work and Occupations*, nº 13, 1986, pp. 532-552.

BARBER, Bernard, "Some problems in the sociology of the professions", in Kenneth Lynn (ed.), *The professions in America*, Boston, Houghton Mifflin Company, 1965, pp. 669-688.

BASZANGER, Isabelle, "La construction d'un monde professionnel: entrées des jeunes praticiens dans la médecine générale", in *Sociologie du Travail*, nº 3, 1983, pp. 275-294.

BEAUD, Michel e DOSTALER, Gilles, *La Pensée Économique depuis Keynes*, Paris, PUF, 1996.

BECKER, Howard S. et al., (orgs.), *Institutions and the person: essays in honor of Everett Hugues*, Chicago, Albine Publishing Company, 1968.

BECKMAN, S., "Professionalization: bordeline authority and autonomy in work", in Michael Burrage e Rolf Torthendahl (orgs.), *Professions in Theory and History*, London, Sage, 1990, pp. 115-138.

BEGUN, James, "Economic and sociological approaches to professionalism", in *Work and Occupations*, vol. 13, nº 1, 1986, pp. 113-129.

BEGUN, James W. e LIPPINCOTT, Ronald C., "The origins and resolution of interoccupational conflit", in *Work and Occupations*, vol. 14, n°3, 1987, pp. 368-386.

BELL, Daniel, *Vers la Société post-industrielle*, Paris, Laffont, 1976.

BELL, Daniel, *Las Ciencias Sociales desde la Segunda Guerra Mundial*, Madrid, Alianza, 1982.

BELTRAN, Miguel, *Ciencia y Sociologia*, Madrid, CIS, 1979.

BENGUIGUI, Georges *et al.*, *La fonction d'encadrement*, Paris, La Documentation Française, 1978.

BENJAMIN, Isabelle e ABALLEA, François, "Evolution de la professionnalité des architectes", in *Recherche Sociale*, n°s. 113 e 114, 1990, pp. 1-109.

BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomas, *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Vozes, 1987.

BERNARD, Francine e HAMEL, Pierre, "Vers une déprofessionnalisation de la profession comptable? La situation au Québec", in *Sociologie du Travail*, n° 2, 1982, pp. 117-134.

BERNOUX, Philippe, *La sociologie des organisations*, Paris, Points, 1985.

BERNOUX, Philippe, *La sociologie des entreprises*, Paris, Points, 1995.

BERTHELOT, Jean-Michel, "Réflexions sur les théories de la scolarisation", in *Revue Française de Sociologie*, n° 30, 1982, pp. 100-120.

BERTILSSON, Margareta, "The welfare state, the professions and citizens", in Rolf Torstendahl e Michael Burrage (eds.), *The Formation of Professions*, London, Sage, pp. 114-123.

BESSON, Jean-Louis e COMTE, Maurice, *Desmesures*, Lyon, Press Universitaires de Lyon, 1986.

BLUMER, Herbert, *Symbolic Interaction: perspective and method*, Englewood Clifs, Prentice Hall, 1969.

BOIGEUL, Anne, "De l'idéologie du desintéressement chez les avocats", in *Sociologie du Travail*, n° 1, 1981, pp. 78-85.

BOLTANSKI, Luc, "Les systèmes de représentation d'un groupe social: les cadres", in *Revue Française de Sociologie*, vol. XX, 1979, pp. 631-667.

BOLTANSKI, Luc, *Les Cadres. La Formation d'un Groupe Sociale*, Paris, Les Editions Minuit, 1982.

BOREHAM, Paul, "Indetermination: professional knowledge, organization and control", in *The Sociological Review*, nº 31, 1983, pp. 693-718.

BOUCHAYER, Françoise, "Médecins et puéricultrices de protection maternelle et infantile. La recherche d'une identité et d'une légitimité professionnelles", in *Revue Française de Sociologie*, nº 1, 1984, pp. 67-90.

BOURDIEU, Pierre, "La force du droit. Eléments pour une Sociologie du champ juridique", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 64, 1968, pp. 3-19.

BOURDIEU, Pierre, "Classement, déclassement, réclassement", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Novembro, 1978, pp.1-22.

BOURDIEU, Pierre, *La Distinction. Critique Sociale du Jugement*, Paris, Les Editions Minuit, 1979.

BOURDIEU, Pierre, *Questions de sociologie*, Paris, Editions Minuit, 1980.

BOURDIEU, Pierre, *Homo academicus*, Paris, Editions Minuit, 1984.

BOURDIEU, Pierre, *La noblesse d'Etat*, Paris, Editions Minuit, 1989.

BOURDIEU, Pierre, *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre, *Réponses*, Paris, Seuil, 1992.

BOURDIEU, Pierre e BOLTANSKI, Luc, "Le titre et le poste: rapports entre le système de production et le système de reproduction", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales,* nº 2, 1975, pp. 95-107.

BOURDIEU, Pierre *et al.*, *El oficio de sociólogo*, Madrid, Siglo Veintiuno, 1976.

BOURDIEU, Pierre y PASSERON, J.C., *La reproduction: éléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Editions Minuit, 1970.

BRAVERMAN, Henry, *Trabalho e Capital Monopolista: a Degradação do Trabalho no Século XX*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977.

BRINT, Steven, "Eliot Freidson's contribution to the sociology of professions", in *Work and Occupations*, vol. 20, nº 3, 1993, pp. 259-278.

BURRAGE, Michael, "Introduction: the professions in sociology and history", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl (orgs.), *Professions in Theory and History*, London, Sage, 1990.

BURRAGE, Michael *et al.*, "An actor-based framework for the study of the professions", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl (orgs.), *Professions in Theory and History*, London, Sage, 1990, pp. 203-225.

BURRAGE, Michael e TORSTENDAHL, Rolf (orgs.), *Professions in Theory and History*, London, Sage, 1990.

CACOUAULT, Marlaine e OEUVRAD, Françoise, *Sociologie de l'éducation*, Paris, La Découverte, 1995.

CAPLOW, Teodoro, *The Sociology of Work*, Minneapolis, University of Minesota, 1954.

CARAPINHEIRO, Graça, "Cenários de estratégias médicas no hospital", in *Revista Crítica de Ciências Sociais,* nº 23, 1987, pp. 141-155.

CARAPINHEIRO, Graça, "Médicos e representações da medicina: humanismo e tecnicismo nas práticas médicas hospitalares", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 9, 1991, pp. 27-41.

CARAPINHEIRO, Graça, *Saberes e Poderes no Hospital. Uma Sociologia dos Serviços Hospitalares*, Porto, Edições Afontamento, 1993.

CARAPINHEIRO, Graça e AMÂNCIO, Lígia, "A ciência como profissão", in Jorge Correia Jesuíno (coord.), *A Comunidade Científica Portuguesa nos finais do século XX*, Oeiras, Celta, 1995, pp. 47-71.

CARCHEDI, G., *On the Economic Identification of Social Class*, London, Routledge & Kegan, 1977.

CARO, J. Y., *Les économistes distingués. Logique sociale d'un champ scientifique*, Paris, PFMSP, 1983.

CARR-SAUNDERS e WILSON, *The Professions*, London, Oxford University Press, 1933.

CHANDLER, H., *Strategy and Structure*, Cambridge, MIT Press, 1962.

CHAPOULIE, Jean-Michel, "Sur l'analyse sociologique des groupes professionnels", in *Revue Française de Sociologie*, vol. XIV, 1973, pp. 86-114.

CHILD, John e FULK, Janet, "Maintenance of occupational control. The case of professions", in *Work and Occupations*, vol. 9, n°2, 1982, pp. 155-192.

CLEGG, Stewart (ed.), *Organization Theory and Class Analysis. New Approches and New Issues*, New York, Walter de Gruyter, 1989.

COATS, A. (coord.), *Economists in government (an international comparative study)*, Durham Duke University Press, 1981.

COATS, A. (edit.), *Economists in International Agencies*, New York, Praeger, 1986.

COATS, A., *The Sociology and Professionalization of Economics*, London, Routledge & Kegan,1993.

COLANDER, David, "Research on the economics profession", in *Journal of Economic Perspectives,* vol. 3, n°4, 1987, pp. 137-148.

COLANDER, David e KLAMER, Arjo, "The making of an economist", in *Economic Perspectives*, vol. l, n° 2, 1989, pp. 95-111.

COLANDER, David e KLAMER, Arjo, *The Making of an Economist*, Bouedes, Westview Press, 1990.

COLEGIO DE ECONOMISTAS DE BARCELONA, *El Economista en Cataluña*, Barcelona, s/editor, s/data.

COLLINS, Randall, *The Credential Society - an Historical Sociology of Education and Stratification*, Orlando, Academic Press, 1979.

COLLINS, Randall, "Changing conceptions in the sociology of the professions", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl (eds.), *The Formation of Professions*, London, Sage, 1990, pp. 11-23.

COLLINS, Randall, "Market closure and the comflit theory of the professions", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl (orgs.), *Professions in Theory and History*, London, Sage, 1990, pp. 24-43.

CORCUFF, Philippe, *Les Nouvelles Sociologies*, Paris, Nathan, 1995.

COSTA, António Firmino da, "Cultura profissional dos sociólogos", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, n° 5, 1988, pp. 107-124.

COUTORE, Denise, "Enjeux actuels en sociologie des professions", in *Sociologie et Sociétés*, vol. XX, n° 2, 1988, pp. 5-7.

CRAWFORD, Stephen, *Technical Workers in an Advanced Society*, Cambridge, Cambridge University Press, 1989.

CRESWELL, John W. *Research Design. Qualitative & Quantitative Approaches*, London, Sage, 1994.

CROMPTON, Rosemary, *Clase y Estratificación*, Madrid,Tecnos, 1994.

CRUZ, Manuel Braga da *et al.*, "A situação do professor em Portugal", in *Análise Social*, n°s. 103/104, 1988, pp. 1187-1293.

CULLEN, John, "Professional differentiation and occupational earnings", in *Work and Occupations*, vol. 12, n°3, 1985, pp. 351-372.

DENZIN, Norman e LINCOLN, Yvonna, *Handbook of qualitative research*, London, Sage, 1994.

DERBER, Charles, "Ideological proletianization and post-industrial labour", in *Theory and Society*, n° 12, 1983, pp. 281-308.

DERBER, Charles *et al.*, *Power in the highest Degree*, New York, Oxford University Press, 1990.

DERBER, Charles e SCHWARTZ, William, "Des hiérarchies à l'intérieur de hiérarchies. Le pouvoir professionnel à l'oeuvre", in *Sociologie et Sociétés,* n° 2, 1988, pp. 55-76.

DERBER, Charles e SCHWARTZ, William A., "Nuevos mandarins o nuevo proletariado?: poder profissional en el trabajo", in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n° 59, 1992, pp. 57-87.

DESCOSTES, Marc e ROBERT, Jean Louis (org.), *Clefs pour une Histoire du syndicalisme cadre*, Paris, Les Editions Ouvrières, 1984.

DESMAREZ, Pierre, *La Sociologie Industrielle aux Etats-Unis*, Paris, Armand Colin, 1986.

DESROSIÈRES, Alain e THÉVENOT, Laurent, "Les mots et les chiffres: les nomenclatures socioprofessionnelles", in *Economie et Statistique*, n° 110, 1979, pp. 49-65.

DESROSIÈRES, Alain e THÉVENOT, Laurent, *Les Categories Socioprofessionnelles*, Paris, Les Editions La Découverte, 1988.

DINGWALL, Robert, "In the beginning was the work... Reflections on the genesis of occupations", in *The Sociological Review*, vol. 31, nº 4, 1983, pp. 605-624.

DINGWALL, Robert e PHILIP, Lewis (orgs.), *The sociology of the professions: lawyers, doctors and others*, London, Macmilan, 1985.

DOMÍNGUEZ-ALCON, Carmen *et al.*, *Sociologia y Enfermeria*, Madrid, Ediciones Pirámide, 1983.

DUBAR, Claude, *La Socialisation*, Paris, Armand Colin, 1991.

DUBAR, Claude, "De la sociologie des 'professions' à la sociologie des groupes professionnels et des formes identitaires", in Yvette Lucas & Claude Dubar (éds.), *Genèse & Dynamique des Groupes Professionnels*, Lille, Presses Universitaires de Lille, 1994, pp. 249-260.

DUBOST, Françoise, "Les nouveaux professionnels de l'aménagement et de l'urbanisme", in *Sociologie du Travail*, nº 2, 1985, pp. 154-164.

DURAND, Jean-Pierre e WEIL, Robert (orgs.), *Sociologie Contemporaine*, Paris, Vigot, 1990.

DURKHEIM, Emile, *O Suicídio*, Lisboa, Editorial Presença, 1973.

DURKHEIM, Emile, *A Divisão do Trabalho Social*, Lisboa, Editoral Presença,1984.

DUSSALT, Gilles, "La régulation des professions sanitaires; l'expérience du Québec", in *Sociologie et Sociétés*, vol. XX, nº 2, 1988, pp. 125-139.

EHRENREICH, Barbara e EHRENREICH, John, "The professional-managerial class", in P. Walker (ed.), *Between Labour and Capital*, Boston, South end Press, 1979, pp. 5-45.

ESLAND, Geoff, "Professions and professionalism", in Geoff Esland e George Salaman (eds.), *The Politics of Work and Occupations*, London, Open University Press, 1980, pp. 213-250.

FARGAS, Ramon Trías e BASTARD, Pedro Puig, *Las condiciones de trabajo de los economistas españoles: el empleo y la remuneración de los licenciados en ciências económicas*, Barcelona, Sirven Sae, 1972.

FERNANDES, António Teixeira, *O conhecimento sociológico. A espiral teórica*, Porto, Brasilia Editora, 1983.

FERNANDES, António Teixeira, *Sociologia e sócio-lógica*, Porto, Brasília Editora, 1985.

FERNANDES, António Teixeira, "A Sociologia e a Modernidade", in *Sociologia. Revista da Faculdade de Letras*, vol. II, 1992, pp. 7-28.

FERNÁNDEZ, Manuel Martin, *La Profesión de Policía*, Madrid, CIS, 1990.

FERRÉOL, Gilles e DEUBEL, Philippe, *Méthodologie des sciences sociales*, Paris, A. Colin, 1993.

FIELDING, Allen e PORTWOOD, Derek, "Professions and the state - towards a typology of bureaucratic professions", in *Sociological Review,* vol. 28, nº 1, 1980, pp. 23-53.

FINKEL, Lucilia, *La Organización social del trabajo*, Madrid, Piramide, 1994.

FINO-DHERS, Aline, *Assistance sociale*, Paris, L'Harmattan, 1994.

FOLEY, P. *et al., The economics of the professions: an introductory guide of literature*, London, London School of Economics, 1981.

FORSYTH, Patrick e DANISIEWICZ, Thomas, "Toward a theory of professionalization", in *Work and Occupations*, vol. 12, nº 1, 1985, pp. 59-76.

FREIDSON, Eliot, *La Profesión Médica*, Barcelona, Ediciones Península, 1978.

FREIDSON, Eliot, "The theory of professions: state of art", in R. Dingwall e P. Lewis (eds.), *The Sociology of Professions: Lawyers, Doctors and Others*, Nova York, St. Martins, 1983, pp. 19-37.

FREIDSON, Eliot, "Les professions artistiques comme défi à l'analyse sociologique", in *Revue Française de Sociologie*, Paris, nº 3, 1986, pp. 431-443.

FREIDSON, Eliot, *Professional Powers*, London, The University of Chicago Press, 1986.

FREIDSON, Eliot, *Professionalism Reborn*, London, Polity Press, 1994.

FREIRE, João, *Sociologia do trabalho: uma introdução*, Porto, Afrontamento, 1993.

FREY, Bruno *et al.*, "Consensus and Dissension among economist: an empirical inquiry", in *The American Economic Reviw,* vol. 74, nº 5, 1984, pp. 986-994.

FRIEDMAN, Georges e NAVILE, Pierre, *Tratado de Sociologia do Trabalho*, S. Paulo, Cultrix, 1973.

FRIEDMAN, Milton, *Capitalism and Freedom*, Chicago, University of Chicago Press, 1961.

GALBRAITH, John, *O Novo Estado Industrial*, Lisboa, D.Quixote, 1973.

GALBRAITH, John, *Economics in Perspective. A critical history*, Boston, Mifflin, 1987.

GALBRAITH, John, *Viagem Através da Economia do nosso Século*, Lisboa, D. Quixote, 1996.

GAMBIER, Dominique e VERNIERES, Michel, *Le marché du travail*, Paris, Economica, 1985.

GARCIA, Luís e CASTRO, José, "Os produtores de opinião pública: entre o grupo profissional e o grupo de status", in *Estruturas Sociais e Desenvolvimento - Actas do II Congresso Português de Sociologia*, Lisboa, Fragmentos, 1993, pp. 141-156.

GARMENDIA, Jose A. *et al.*, *Sociologia Industrial y de la Empresa*, Madrid, Aguilar, 1989.

GIDDENS, Anthony, *A estrutura de classes das sociedades avançadas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1975.

GIDDENS, Anthony, *Sociologia. Uma breve porém crítica introdução*, Rio de Janeiro, Zaher, 1984.

GIDDENS, Anthony, *A constituição da sociedade*, Rio de Janeiro, Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, Anthony, *Sociology*, London, Polity Press, 1989.

GIDDENS, Anthony, *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta, 1992.

GIDDENS, Anthony, *Novas regras do método sociológico*, Lisboa, Gradiva, 1996.

GIDDENS, Anthony e MACKENZIE, Gavin (orgs.), *Social class and the division of labour. Essays in honour of Ilya Neustadt*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982.

GOLDSTEIN, Jan, "Foucault among the sociologists: the disciplines and the history of professions", in *History and theory,* n° 2, 1984, pp. 170-192.

GOMES, Rui, *Culturas de Escola e Identidades dos Professores*, Lisboa, FPCE, 1993.

GOODE, William, "Encroachment, charlatanism and the emerging profession: psychology, sociology and medecine", in *American Sociological Review*, n° 25, 1960, pp. 902 -914.

GRAWITZ, Madeleine, *Méthodes des Sciences Sociales*, Paris, 1993.

GRUNBERG, Gérard e MOURIAUX, René, *L'Univers Politique et Syndical des Cadres*, Paris, PFNSP, 1979.

GUAY, Louis e GAGNON, Eric, "Légitimité professionnelle et reconnaissance sociale: l'exemple des ingénieurs forestiers du Québec", in *Sociologie et Sociétés*, n° 2, 1988, pp. 141-162.

GUILLÉN, Mauro, *La Profesión de economista. El auge de economistas, ejecutivos y empresarios en España*, Barcelona, Ariel, 1989.

GUILLÉN, Mauro, "Profesionales y burocracia: desprofesionalizacion, proletarizacion y poder profesional en las organizaciones complejas", in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n° 51, 1990, pp. 35-51.

GUILLÉN, Mauro, *States, profession and organizational paradigms: german scientific management, human relations and structural analysis in comparative perspective*, Madrid, CEACS, 1991.

GUILLÉN, Mauro, "El sistema de professiones: el caso de las professiones economicas en España", in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n° 59, 1992, pp. 243-259.

GYARMATI, Gabriel, "La doctrine des professions: fondement d'un pouvoir", in *Revue Internationale des Sciences Sociales*, vol. 27, n° 4, 1975, pp. 673-699.

HABERMAS, Jurgen, *Técnica e Ciência como "Ideologia"*, Lisboa, Edições 70, 1987.

HALL, Richard, "Professionalization and bureaucratization", in *American Sociological Review*, vol. 33, n° 1, 1968, pp. 92-104.

HALL, Richard, *Occupations and social structure*, New York, Prentice-Hall, 1975.

HALL, Richard, "The social construction of the professions", in *Sociology of Work and Occupation*, vol. 6, nº 1, 1979, pp. 124-126.

HALL, Richard, *Organizações. Estrutura e Processos*, Rio de Janeiro,PHB, 1982.

HALL, Richard, "Theoretical trends in the sociology of occupations", in *The Sociological Quartely*, nº 24, 1983, pp. 5-23.

HALL, Richard, *Dimensions of work*, London, Sage, 1986.

HALLIDAY, Terence, "Professions, class and capitalism", in *Archives Européens de Sociologie*, nº 24, 1983, pp. 321-346.

HALLIDAY, Terence, "Knowledge mandates: collective influence by scientific, normative and syncretic professions", in *The British Journal of Sociology*, vol. XXXVI, nº 3, 1985, pp. 421-447.

HAUG, Marie, "Deprofessionalization: an alternate hypothesis for the future", in *Sociological Review Monograph*, nº 20, 1973, pp. 215-228.

HAUG, Marie, "The deprofessionalization of everyone?", in *Sociological Focus*, vol. 8, nº3, 1975, pp. 197-213.

HEIDENHEIMER, Arnold, "Analyse historique comparée du savoir professionnel et des politiques étatiques: les juristes et les médecins en Grand-Bretagne, en Allemagne et aux Etats-Unis", in *Revue Internationale des Sciences Sociales,* nº 122, 1989, pp. 587-615.

HEINICH, Nathalie, "Les traducteurs littéraires: l'art et la profession", in *Revue Française de Sociologie*, nº 25, 1984, pp. 264-280.

HENNION, Antoine, "Une sociologie de l'intermédiare: le cas du directeur artistisque des variétés", in *Sociologie du Travail*, nº 4, 1983, pp. 454-488.

HUGHES, Everett, *Men and Their Work*, Connecticut, Greenwood Press, 1958.

HUGHES, Everett, "Professions", in *Daedalus*, vol. 92, nº 4, 1963, pp. 655-668.

HYMAN, R. e PRICE, R. (eds.), *The New Working Class? White-Collar Workers and their Organizations*, London, Macmillan, 1983.

ILLICH, Ivan, *Towards a History of Needs*, New York, Bantam Books, 1980.

ION, Jacques e TRICART, Jean-Paul, "Une entité professionnelle problématique: les travailleurs sociaux", in *Sociologie du Travail*, nº 2, 1985, pp. 137-153.

JAMOUS H. e PELLOILE B., "Changes in the french university-hospital system", in J. Jackson (ed.), *Professions and Professionalization*, Cambridge, Cambridge University Press, 1970, pp. 11-152.

JOHNSON, T. *et al.*, *The Structure of Social Theory,* London, Macmillan, 1990.

JOHNSON, Terence, *Professions and Power,* London, Macmillan, 1972.

JOHNSON, Terence, "Professions in the class structure", in R. Case (ed.), *Industrial Society: Class, Cleavage and Control*, London, Allyn & Unwin, 1977, pp. 93-110.

JOHNSON, Terence, "The state and the professions peculiarities of the British", in Anthony Giddens e Gravin Mackenzie (eds), *Social Class and the Division of Labour*, Cambridge, Cambridge University Press, 1982, pp. 186-280.

JOHNSON, Terry, "Work and Power", in G. Esland e G. Salaman (orgs.), *The Politics of Work and Occupations*, London, Open University Press, 1980, pp. 335-371.

KARPIK, Lucien, "Avocat: une nouvelle profession?", in *Revue Française de Sociologie*, Paris, n° 4, 1985, pp. 571-600.

KLEGON, Douglas, "The sociology of professions. An emerging perspective", in *Sociology of Work and Occupations*, vol. 5, n° 3, 1978, pp. 259-283.

KRAUSE, Elliot, "Les guildes, l'Etat et la progression du capitalisme: les professions savants de 1930 à nos jours", in *Sociologie et Sociétés*, vol. XX, n° 2, 1988, pp. 91-124.

LACALLE, Daniel, *Los Trabajadores Intelectuales y la Estructura de Clases*, Madrid, CIS, 1982.

LAGUNA, Francisco, *El Economista, la Profesión y la Sociedade,* Madrid, Ayuso, 1975.

LARSON, Magali, *The Rise of Professionalism. A sociological analysis*, London, University of California Press, 1977.

LARSON, Magali, "Professionalism: rise and fall", in *International Journal of Health Services*, vol. 9, n° 4, 1979, pp. 607-627.

LARSON, Magali, "Proletarianization and educated labour", in *Theory and Society*, vol. 9, n° 1, 1980, pp. 131-175.

LARSON, Magali, "A propos des professionnels et des experts ou comme il est peu utile d'essayer de tout dire", in *Sociologie et Sociétés*, vol. XX, nº 2, 1988, pp. 23-40.

LATREILLE, Geneviève, *La naissance des métiers en France 1950-1975 - étude psycho-sociale*, Lyon, PUL, 1980.

LIMA, Pedro *et al.*, "Classificações de profissões nos Censos 91", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 10, 1991, pp. 43-66.

LLUVET, Juan, "El control de la prensa sobre la profesion medica: el caso de El País", in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 59, 1992, pp. 261-285.

LOUREIRO, Maria, "L'ascension des économistes au Brésil", in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, nº 108, 1995, p. 70-78.

LUCAS, Yvette, "Introduction. Qu'est-ce qu'une sociologie des groupes professionnels?", in Yvette Lucas & Claude Dubar (éds.), *Genèse & Dynamique des Groupes Professionnels*, Lille, Press Universitaires de Lille, 1994, pp. 11-26.

LUCAS, Yvette & DUBAR, Claude (éds.), *Genèse & Dynamique des Groupres Professionnels*, Lille, Presses Universitaires de Lille, 1994.

MACDONALD, Keith, "Professional formation: the case of Scottish accountants", in *The British Journal of Sociology*, nº 35, 1984, pp. 117-189.

MACDONALD, Keith, "Social closure and occupational registration", in *Sociology*, vol. 19, nº 4, 1985, pp. 541-556.

MACDONALD, Keith, *The Sociology of the Professions*, London, Sage, 1995.

MACDONALD, Keith e RITZER, George, "The sociology of the professions", in *Work and Occupations*, vol. 15, nº 3, 1988, pp. 251-272.

MANIEZ, Jean-Pierre e PERNIN, Claude, *Un Métier Moderne. Conseiller d' Orientation*, Paris, L'Harmattan, 1988.

MARAUNI, Margaret e REYNAUD, Emmanuèle, *Sociologie de l'emploi*, Paris, La Découverte, 1993.

MARÍN, António Lucas (org.), *Sociologia para la Empresa*, Madrid, Mcgraw-Hill, 1994.

MARÍN, António Lucas, *Sociologia de la Empresa*, Madrid, Iberico, 1984.

MARTÍN-MORENO, Jaime e MIGUEL, Amando, *Sociologia de las Profesiones*, Madrid, CIS, 1982.

MAURICE, Marc, "Propos sur la sociologie des professions", in *Sociologie du Travail*, n° 2, 1972, pp. 213-225.

MAURICE, Marc, "Le déterminisme technologique dans la sociologie du travail (1955-1980). Un changement de paradigme?", in *Sociologie du Travail*, n° 1, 1980, pp. 22-37.

MAURICE, Marc, SELLIER, François y SILVESTRE, J.J., *Politique d'éducation et organisation industrielle en France et en Allemagne*, Paris, PUF, 1982.

MEDINA, Esteban, "Sistema educativo y proceso de cualificación: la crisis de los modelos conectivos", in Mariano F. Enguita (ed.), *Marxismo y Sociologia de la educacion*, Madrid, Akal, 1986, pp. 187-218.

MESSANT-LAURENT, Françoise, *La Secrétaire modèle – études sociologiques*, Paris, L'Harmattan, 1990.

MIGUEL, Jesús, "Para un analisis sociologico de la profesion medica", in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, n° 20, 1982, pp. 101-120.

MIGUEL, Jesús e SALCEDO, Juan, *La Profession Farmacéutica*, Madrid, CIS, 1987.

MILLERSON, Geoffrey, *The Qualifying Associations: a study of professionalisation*, London, Routledge & Kegan, 1964.

MILLS, C. Wright, *Les cols blancs*, Paris, Maspero, 1966.

MINTZBERG, Henry, *Le manager du quotidien - Les dix rules du cadre*, Paris, Les Editions d'Organisation, 1984.

MINTZEBERG, Henry, *Le pouvoir dans les organisations*, Paris, Les Éditions d'Organisations, 1986.

MINTZBERG, Henry, *La Estructuración de las Organizaciones*, Barcelona, Ariel, 1987.

MONTAGNA, P. D., *Occupations and society: towards a theiry of the labour market*, New York, John Wiley, 1977.

MOORE, Wilbert, *The professions: roles and rules*, New York, Rusell Sage Foundation, 1970.

MOULIN, Raymonde, "De l'artisan au professionnel: l'artiste", in *Sociologie du Travail*, nº 4, 1983, pp. 388-403.

MURPHY, Randall, "The structure of closure: a critique and development of the theories of Weber, Collins and Parkin", in *The British Journal of Sociology*, nº 35, 1984, pp. 547-567.

MURPHY, Randall, *Social closure*, Oxford, Claredon Press, 1988.

MURPHY, Raymond, "Proletarianization or bureaucratization: the fall of the professional?", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl (eds.), *The Formation of Professions*, London, Sage, 1990, pp. 35-57.

MYRDAL, Gunnar, *A Objectividade nas Ciências Sociais*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1970.

NEGREIROS, Maria, "Estado e Profissões", in *Intervenção Social*, nº 8, 1993, pp. 9-33.

NELSON, Robert, "The economics profession and the making of public policy", in *Journal of Economic Literature*, vol. XXV, 1987, pp. 49-91.

NISBET, Robert H., *The Sociological Tradition*, New York, Basic Books, 1967.

NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, Lisboa, INIC, I e II vol., 1987.

NUNES, José Arriscado, "A poética e a política da Ciência Económica: para uma sociologia da economia", in *Notas Económicas,* nº 3, 1994, pp. 112 - 122.

OLSON, Mancur, *Logique de l' Action Collective,* Paris, PUF, 1978.

OPPENHEIMER, Martin, "The proletarianization of the professional", in *Sociological Review Monographes,* nº 20, 1973, pp. 213-227.

PARADEISE, Catherine, "La marine marchande française: un marché du travail fermé?", in *Revue Française de Sociologie*, nº 3, 1984, pp. 352-375.

PARADEISE, Catherine, "Rhétorique professionnelle et expertise", in *Sociologie du Travail*, nº 1, 1985, pp. 17-31.

PARADEISE, Catherine, "Les professions comme marchés du travail fermés", in *Sociologie et Société*, vol. XX, nº 2, 1988, pp. 9-21.

PARKIN, Frank, *Marxism and Class Theory. A Bourgeois Critique*, London, Tavistock Publications, 1978.

PARRY, Noel e PARRY, José, *The Rise of the Medical Profession: A study of Collective Social Mobility*, London, Croom Helm, 1976.

PARSONS, Talcott, "The professions and social structure", in *Essays in Sociological Theory*, Glencoe, The Free Press, 1958, pp. 34-50 (1ª edição de 1939).

PARSONS, Talcott, "Professions", in *International Encyclopedia of the Social Sciences*, London, Macmillan Company, 1972, vol. 12, pp. 536-546.

PARSONS, Talcott, "Estructura social y proceso dinámico: el caso de la prática moderna", in Talcott Parsons, *El Sistema Social*, Madrid, Alianza Editorial, 1982, pp. 399-444.

PARSONS, Talcott, *El Sistema Social*, Madrid, Alianza Editorial, 1982 (1ª edição de 1951).

PASSERON, Jean-Claude, "A democratização do ensino superior nos países europeus: tentativa de retrospectiva", in *Perspectivas*, UNESCO, vol. IX, ñº 1, 1979, pp. 38-48.

PAVALKO, Ronald, *Sociology of Ocupations and Professions,* Illinois, Peacock Publishers, 1988.

PEREIRA, Caiano, "Ensino superior de gestão de empresas", in *Revista de Gestão*, nº 1, 1986, pp. 7-10.

PERROW, Charles, *Sociología de las Organizaciones*, Madrid, McGraw-Hill/Interamericana, 1990.

PERROW, Charles, "Una sociedad de organizaciones", in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 59, 1992, pp. 19-55.

PIMENTEL, Duarte *et al.*, "A estruturação das identidades no quotidiano do trabalho. O caso dos profissionais de enfermagem", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 9, 1991, pp. 43-56.

PINTO, José Madureira, "Questões de metodologia sociológica (III)", in *Cadernos de Ciências Sociais,* nº 3, 1985, pp. 133-156.

PINTO, José Madureira, *Propostas para o Ensino das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1994.

PINTOR, Rafael, *Sociología Industrial*, Madrid, Alianza Editorial, 1986.

PORTELA, António Farinha, "A evolução histórica do ensino das ciências económicas em Portugal", in *Análise Social*, vol. VI, nºs 22-23-24, 1968, pp. 787-836.

PORTWOOD, Derek e FIELDING, Alan, "Privilege and the professions", in *Sociological Review,* vol. 29, nº 4, 1981, pp. 749-773.

POUJOL, Geneviève, *Profession: animateur*, Paris, Editions Privat, 1989.

POULANTZAS, Nicos, *Pouvoir Politique et Classes Sociales*, Paris, Maspero, 1968.

POULANTZAS, Nicos, *Les Classes Sociales dans le Capitalisme Aujourd'hui*, Paris, Seuil, 1974.

PRANDSTRALLER, Gian (org.), *Sociologia delle Professioni*, Roma, Città Nouva Editrice, 1980.

REICH, Robert, *O Trabalho das Nações*, Lisboa, Quetzal, 1993.

REINHARDT, V., "The theory of physycian-induced demand: reflections after a decade", in *Journal of Health Economics*, nº 4 (2), 1985, pp. 187 - 193.

RICHARDSON, Alan, "Professionalization and intraprofessional competition in the canadian accounting profession", in *Work and Occupations,* vol. 14, nº4, 1987, pp. 597-615.

RITZER, George, *Sociological Theory*, London, McGRAW-HILL, 1992.

RODRIGUES, Maria de Lurdes, *Os engenheiros na sociedade portuguesa. Profissionalização e protagonismo*, Dissertação de Doutoramento apresentada no ISCTE, (texto policopiado), Lisboa, 1996.

RODRIGUES, Maria João e MARINÚS, Pires de Lima, "Trabalho, emprego e transformações sociais: trajectórias e dilemas das ciências sociais em Portugal", in *Análise Social*, vol. XXXIII, nº 1, 1987, pp. 119-149.

RODRÍGUEZ, Josep, "Estructura de la profesion medica española", in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 39, 1987, pp. 141-166.

RODRÍGUEZ, Josep, "La politica de las organizaciones de interesses médicos", in *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, nº 52, 1992, pp. 121-160.

RODRIGUEZ, Josep e GUILLÉN, Mauro, "Organizaciones y profesiones en la sociedad contemporânea, in *Revista Española de Investigaciones Sociales*, nº 59, 1992, pp. 9-18.

ROSLENDER, Robin, *Sociological Perspectives on Modern Accountancy*, London, Routledge & Kegan, 1992.

ROTH, Julius A., "Professionalism. The sociologist's decoy", in *Sociology of Work and Occupations*, nº 1, 1974, pp. 6-23.

ROTHMAN, R. A., "Deprofessionalization: the case of law in America" in *Work and Occupations*, nº 11, 1984, pp. 183 - 206.

RUESCHEMEYER, Dietrich, *Power and the Division of Labour*, London, Polity Press, 1986.

RUIVO, Fernando, "A construção de um projecto profissional: o caso da medicina", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 23, 1987, pp. 129-139.

SAINSAULIEU, Renaud, "Para uma teoria sociológica da empresa", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 3, 1987, pp. 199-215.

SAINSAULIEU, Renaud, *Sociologie de l'organisation et de l'entreprise*, Paris, Dalloz/FNSP, 1987.

SAKS, Mike, "Removing the blinkers? A critique of recent contributions to the sociology of the professions", in *Sociological Review,* nº 31, 1983, pp. 1-21.

SAMUELSON, Paul A., *Economia*, 2 vols., Lisboa, F.C.G., 1977.

SANTOS, Boaventura de Sousa, *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Porto, Afrontamento, 1989.

SANTOS, Jorge *et al.*, "Estudo sobre o economista na sociedade portuguesa", in *Gestão e Economia*, nº 3, 1988, pp. 3-11.

SCASE, Richard (ed.), *Industrial Society: Classe Cleavage and Control*, London, Allen & Unwin, 1997.

SCASE, Richard e GOFFEE, Robert, *Reluctant Managers. Their work and lifestyle*, London, Unwin Hyman, 1989.

SCHNEIDER, Eugene, *Sociologia Industrial - revoluções sociais entre a indústria e a comunidade*, Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

SCHUDSON, Michael, "A discussion of Magali Sarfatti Larson's The Rise of Professionalism: a sociological analysis", in *Theory and Society*, nº 9, 1980, pp. 177-214.

SCOTT, Charles, "The market for Ph.D. Economists: the academic sector", in *The American Economic Review*, vol. 69, n°2, 1979, pp. 137-147.

SCOTT, Richard, *Organizations: rational, natural and open systems*, New Jersey, Prentice-Hall, 1987.

SEGRESTIN, Denis, *Le phénomène corporatiste: essai sur l'avenir des systèmes professionnels fermés en France*, Paris, Fayard, 1985.

SEGRESTIN, Denis, *Sociologie de l'entreprise*, Paris, Armand Colin, 1992.

SIEGRIST, Hannes, "Professionalization as a process: patterns, progression and discontinuity", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl (orgs.), *Professions in Theory and History*, London, Sage, 1990, pp. 177-202.

SILVA, Augusto Santos e PINTO, José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1986.

STANO, M., "A further analysis of the physician inducement controversy", in *Journal of Health Economics*, 6 (3), 1987, pp. 227 - 238.

STIGLER, George, "Occupational Licensure for Economists?", in Simon Rottenberg (ed.), *Occupational licensure and regulation*, New York, American Entreprise Institute, 1980, pp. 349-353.

STONER, James A. e FREEMAN, R. Edward, *Administração*, Rio de Janeiro, PHB, 1992.

THÉVENOT, Laurent, "L'économie du codage social", in *Critiques de l'Economie Politique*, n°s 23/24, 1983, pp. 188-222.

THOMPSON, Paul, *The nature of work*, Londres, Macmillan Publishers, 1985.

TOREN, Nina, "Deprofessionalization and its sources", in *Sociology of work and occupations*, vol. 2, n° 4, 1975, pp 323-337.

TORSTENDAHL, Rolf, "Essential properties, strategic aims and historical development: tree approaches to theories of professionalism", in Michael Burrage e Rolf Torstendahl (orgs.), *Professions in Theory and History*, London, Sage, 1990, pp. 44-61.

TORSTENDAHL, Rolf e BURRAGE Michael, (eds.), *The Formation of Professions*, London, Sage, 1990.

TOURAINE, Alain, *A Sociedade Pós-Industrial,* Lisboa, Moraes Editora, 1970.

TOWSE, Ruth e BLAUG, Mark, "The current state of the british economics profession", in *The Economic Journal*, nº 100, 1990, pp. 227-236.

TRIPIER, Pierre, *Du Travail à l'Emploi,* Bruxelas, Institut de Sociologie, 1991.

UHR, C. G., "Economists and policymaking 1930-1936: Sweden's experience", in *History of Political Economy,* nº 9, 1977, pp. 89-105.

WATSON, Tony, *Sociology, Work and Industry*, London, Routledge & Kegan, 1987.

WATSON, Tony J. *Sociology, work and industry*, London, Routledge, 1989.

WEBER, Max, *Economie et Société*, Paris, Plon, 1971.

WILENSKY, Harold, "The professionalization of everyone?", in *The American Journal of Sociology,* vol. LXX, nº 2, 1964, pp. 137-158.

WRIGHT, Erik Olin, *Classes*, London, Verso Editions, 1985.

SOCIEDADE PORTUGUESA

AAVV, *Discursos, Conclusões e Estudo sobre a Indústria Portuguesa, II Congresso da Indústria Portuguesa*, AIP, Lisboa, 1957, pp. 17-25.

AAVV, *Técnica e Sociedade Humana*, Lisboa, Logos, 1965.

AAVV, *Ensino da economia*, Lisboa, Prelo, 1973.

AAVV, *Sobre o capitalismo português*, Coimbra, Atlântida Editora, 1974.

AAVV, *O Fascismo em Portugal. Actas do Colóquio*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.

AAVV, *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia (1926-1929)*, 2 vol., Lisboa, Fragmentos, 1987.

AAVV, *Nova Economia em Portugal*, Lisboa, UNL, 1989.

AAVV, *Ensaios de Homenagem a Francisco Pereira de Moura*, Lisboa, ISEG, 1996.

AAVV, *Ensaios de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes*, Lisboa, ISEG, 1996.

AIESEC, *Portugal, 1959-1960*, Lisboa, s/ edit., 1960.

AIP, *Conclusões. II Congresso de Economistas Portugueses e II Congresso da Indústria Portuguesa*, Lisboa, AIP, 1957.

AIP, *II Congresso da Indústria Portuguesa – Plano Geral do Congresso*, Lisboa, AIP, 1957.

ALARCÃO, J., "Estimativa do nível de vida da população operária portuguesa", in *Revista de Economia,* vol.I, 1948, pp. 12-24.

ALMEIDA, João Ferreira de, *Portugal os próximos 20 anos - valores e representações sociais*, Lisboa, FCG, 1990.

ALMEIDA, João Ferreira de, COSTA, António Firmino da e MACHADO, Fernando Luís, "Famílias, estudantes e universidade - painéis de observação sociográfica", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 4, 1986, pp. 14-44.

ALMEIDA, João Ferreira de *et al.*, "Recomposição socioprofissional e novos protagonismos", in António Reis (coord.), *Portugal 20 anos de Democracia*, Lisboa, Círculo dos Leitores, 1996, pp. 307-330.

ALMODOVOR, António, *A institucionalização da economia política clássica em Portugal*, Dissertação de Doutoramento em Economia apresentada na FEP, 1993.

AMARO, Rogério Roque, "O salazarismo na lógica do capitalismo em Portugal", in *Análise Social*, nºs 72-73-74, 1982, pp. 995-1011.

AMARO, Rogério Roque, "A economia nos primórdios do Estado Novo - estagnação ou crescimento?", in AAVV, *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia*, I vol., Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 233-248.

AMORIM, Jaime Lopes, *Lições de Contabilidade Geral*, Porto, Gráfica do Porto, 1929.

AMZALAK, Moisés Bensabat, *Para a História da Universidade Técnica de Lisboa - A fundação da Universidade*, Lisboa, Editorial Império, 1956.

ÂNGELO, Vítor, "O ensino discriminatório: liceu e escola técnica: resultados de um inquérito", in *Análise Social*, nº 44, 1975, pp. 576-629.

ANTUNES, Francisco, "Organizemos a Câmara dos Contabilistas Portugueses", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 27, 1939, pp. 306-308.

BARBOSA, António Manuel Pinto, *A reabilitação do quantitativo na economia*, Separata do Boletim de Ciências Económicas, vol. XXVII, Coimbra, 1984.

BARBOSA, Daniel Vieira, *Na pasta da economia*, Lisboa, Portugália Editora, s/ data.

BARBOSA, Daniel Viera, *Alguns aspectos da economia portuguesa,* Porto, Lello & Irmão, 1949.

BARBOSA, Daniel Vieira, *O problema económico português*, Porto, Livraria Tavares Martins, 1958.

BARBOSA, Daniel Vieira, *Problemas Económicos na formação do engenheiro*, Lisboa, I.S.T, 1958.

BARBOSA, Daniel Vieira, *Análise Económica* (I vol.), Lisboa, Aster, 1960.

BARRETO, António (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS, 1996.

BARRETO, José, "Os primórdios da Intersindical sob Marcello Caetano", in *Análise Social*, n°s. 105-106, 1990, pp. 57-117.

BASTIEN, Carlos, "A *Revista de Economia* e a introdução do Keynesianismo em Portugal", in *Estudos de Economia*, vol. 4, n° 2, 1984, pp. 163 e 184.

BASTIEN, Carlos, "O economista Araújo Correia", in *Estudos Económicos*, n° 3, 1985, pp. 291-319.

BASTIEN, Carlos, "Para a história da economia marxista em Portugal", in *Vértice*, n° 42, 1988, pp. 67-74.

BASTIEN, Carlos *et al.*, "Entrevista com Armando de Castro", in *Vértice*, n° 4, 2ª Série, Julho de 1988, pp. 85-93.

BASTIEN, Carlos, *Para a História das Ideias Económicas no Portugal Contemporâneo. A crise dos anos 1945-54*, dissertação de doutoramento apresentada no ISE, Lisboa, (texto policopiado),1989.

BASTIEN, Carlos, "A introdução do pensamento económico estruturalista em Portugal (anos 40 e 50)", in *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, Lisboa, CISEP, 1992, pp. 409-425.

BASTIEN, Carlos *et al.*, "A emergência do pensamento político e teórico no Portugal contemporâneo", in *Cadernos de Ciências Sociais*, n° 12/13, 1993, pp. 149-178.

BASTOS, Carlos, *Associação Comercial do Porto. Resumo histórico da sua actividade desde a fundação*, Porto, s/edit., 1947.

BEAUD, Michel e DOSTALER, Gilles, *La pensée économique depuis Keynes*, Paris, Seuil, 1996.

BELO, Maria Oliveira, "A missão do Instituto Superior de Comércio de Lisboa na nossa preparação económica", in *Anuário do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*, Lisboa, s/edit., 1918/19, pp. 5-7.

BENSAÚDE, Alfredo, "Notas histórico-pedagógicas sobre o Instituto Superior Técnico", in *Técnica*, nº 170, 1947, pp. 101-107.

BESSA, Daniel, *O processo inflacionário português, 1945-1980*, Porto, Afrontamento, 1988.

BRITO, António, "Algumas considerações profissionais", in *ICL - Jornal dos Alunos do Instituto Comercial de Lisboa,* nº 27, 1939, pp. 6-7.

BRITO, António, "Confusão de cursos e de funções", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 37, 1942, pp. 11-113.

BRITO, José Brandão de, "Os engenheiros e o pensamento económico do Estado Novo", in José Luís Cardoso (org.), *Contributos para a história do pensamento económico em Portugal*, Lisboa, D. Quixote, 1988, pp. 210-234.

BRITO, José Brandão de, "Sobre as ideias económicas de Salazar", in AAVV, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, D. Quixote, 1989, pp. 35-58.

BRITO, José Brandão de, *A industrialização portuguesa no pós-guerra* (1948-1965), Lisboa, D. Quixote, 1989.

BRITO, José Brandão de, "Da ditadura financeira ao difícil triunfo da industrialização", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 125-162.

CABRAL, Manuel Villaverde, "Sobre o fascismo e o seu advento em Portugal - ensaio de interpretação a pretexto de alguns livros recentes", in *Análise Social*, nº 48, 1976, pp. 873-915.

CABRAL, Manuel Villaverde, *Portugal na alvorada do século XX*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

CAETANO, Marcello, *Lições de Direito Corporativo,* Lisboa, s/edit., 1935.

CAETANO, Marcello, *O Sistema Corporativo*, Lisboa, s/ edit., 1938.

CAETANO, Marcello, *Posição actual do Corporativismo Português*, Lisboa, GECMP, 1950.

CAETANO, Marcello, "O pensamento económico em Portugal", in *Estudos de Ciências Políticas e Sociais*, Junta de Investigação do Ultramar, nº 21, 1954.

CAETANO, Marcello, "Apontamentos para a história da Faculdade de Direito de Lisboa", in *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XIII, 1959, pp. 11-182.

CAETANO, Marcello, "A reforma dos estudos jurídicos", in *O Direito*, nº 2, 1966, pp. 148-167.

CAIADO, Nuno, *Movimentos estudantis em Portugal: 1945-1980*, Lisboa, IEQ, 1990.

CARDIA, Mário, *Nem individualismo, nem estatismo; mas sim corporação médica*, Lisboa, s/edit., 1937.

CARDIA, Mário, *Ordem dos Médicos*, Lisboa, Cadernos Corporativos, 1933.

CARDOSO, Augusto Lopes, *Da Associação dos Advogados de Lisboa à Ordem dos Advogados/Subsídios históricos e doutrinais para o estudo da natureza jurídica da Ordem dos Advogados*, Lisboa, ROA, 1988.

CARDOSO, J. Pires, "Técnicos económicos", in *Economia e Finanças. Anais do ISCEF*, vol. XII, 1944, pp. 239-258.

CARDOSO, J. Pires, *Uma escola corporativa portuguesa*, Lisboa, s/ edit., 1949.

CARDOSO, José Luís (org.), *Contribuições para a História do Pensamento Económico em Portugal*, Lisboa, D. Quixote, 1988.

CARDOTE, Fernando, "O exercício da profissão de economista", in *Cadernos de Economia*, nº 9, 1989, pp. 81-87.

CARNEIRO, Roberto, *Portugal os próximos 20 anos - educação e mercado de emprego no Portugal: uma leitura de modernização*, Lisboa, FCG, 1988.

CARQUEJA, Bento, *Economia Política*, Vols. I e II, Porto, s/ edit., 1926.

CARVALHO, Odete Esteves de, "A repartição funcional do rendimento em Portugal: análise no período do I e II Planos de Fomento", in *Análise Social*, nº 19, 1967, pp. 436-502.

CARVALHO, Rómulo de, *História do Ensino em Portugal desde a Fundação da Universidade até ao fim do Regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.

CASTRO, Armando, *Estudos de Economia Teórica e Aplicada*, Lisboa, Seara Nova, 1968.

CASTRO, Armando, *Desenvolvimento Económico ou estagnação?*, Lisboa, D. Quixote, 1970.

CASTRO, Armando de, *A Economia Portuguesa 1900-1925*, Lisboa, Seara Nova,1973.

CASTRO, Armando de, "O ensino da ciência económica na segunda metade dos anos trinta e a acção pedagógica do Professor Doutor Teixeira Ribeiro", in *Boletim da Faculdade de Direito*, nº especial, 1978, pp. 245-253.

CASTRO, Armando de, "A dinâmica económico-social portuguesa do pós-guerra, 1946-1974, numa perspectiva teórico-crítica testemunhal", in *Análise Social*, nºs 72-73-74, 1982, pp. 1013-1032.

CERDEIRA, Maria da Conceição e PADILHA, Maria Edite, *As estruturas sindicais portuguesas - uma análise evolutiva de Setembro de 1933 a 31 de Dezembro de 1984*, vol. I, Lisboa, MESS, 1988.

COATS, A., *The Sociology and Professionalization of Economics*, London, Routledge, 1995.

COELHO, Jorge, "O ensino superior de economia", in *Economia - Revista de Comércio, agricultura e indústria,* nº 1, 1932, pp. 8-9.

CONFÉDÉRATION INTERNATIONALE DES ASSOCIATIONS D'ANCIENS ÉLÈVES DE L'ENSEIGNEMENT COMMERCIAL SUPÉRIEUR, *XII Congrès International des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur*, Lisboa, s/edit.,1950.

CORREIA, Araújo, "A função social do engenheiro", in *Técnica*, nº 6, 1927, pp. 1-2.

CORREIA, Araújo, *Portugal Económico e financeiro*, vols. I e II, Lisboa, Imprensa Nacional, 1938.

CORREIA, Araújo, *Ensaios de economia aplicada*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1948.

CORREIA, Araújo, *Estudos de economia aplicada*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1950.

CORREIA, Araújo, *Elementos de Planificação Económica*, Lisboa, Imprensa Nacional,1952.

CORREIA, Francisco António (Director do ISCL), in *Anuário do Instituto Superior de Lisboa de 1918/19*, Lisboa, Tipografia Universal, 1918.

CORREIA, Francisco António, *A função económica do ensino comercial superior*, Porto, Renascença Portuguesa, 1918.

CORREIA, J. A. Pinto, *O ensino superior de gestão de empresas em Portugal (1974-1980)*, Lisboa, GEC, 1985.

CORTEZ, Ulisses, in Confédération Internationale des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur, *XII Congrès International des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur*, Lisboa, s/edit.,1950, pp.xxxiii.

COSTA, Ramiro da, *O Desenvolvimento do Capitalismo em Portugal*, Lisboa, Assírio e Alvim, 1975, p. 5.

COSTA, Sá da, "Um aspecto da acção escolar do Professor Bento Caraça", in *Gazeta de Matemática*, nºs 37-38, 1948, p. 5.

CRAVINHO, João, "Fundamentação das decisões de planeamento em Portugal", in *Análise Social*, nºs. 27-28, 1969, pp. 420-446.

CRISTÓVAM, Maria Luísa, "A acção sindical em Portugal: entre mobilização por uma mudança e o compromisso social (1974-1982)", in Eduardo Ferreira e J. Walter Opello, *Conflitos e Mudanças em Portugal, 1974-1984*, Lisboa, Teorema, 1985, pp. 171-177.

CRISTÓVAM, Maria Luísa, *L' action Syndicale au Portugal 1980-84.* Thèse de doctorat, IIIème cycle, 1985.

CRUZ, Manuel Braga da, *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, GIS, Editorial Presença, 1980.

CRUZ, Manuel Braga da, "Notas para a caracterização política do Salazarismo", in *Análise Social*, nºs. 72-73-74, 1982, pp. 773-794.

CRUZ, Manuel Braga da, *O partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Editorial Presença, 1988.

CRUZ, Manuel Braga da; CRUZEIRO, Maria Eduarda; LEANDRO, Maria Ema e MATIAS, Nelson, *A PGA e os estudantes ingressados no ensino superior*, relatório encomendado pelo ministro da Educação, Lisboa, 1992.

CRUZEIRO, Maria Eduarda, "A população universitária portuguesa: uma nota estatística", in *Análise Social*, nº 32, 1970, pp. 721-740.

CRUZEIRO, Maria Eduarda,"Capital simbólico e memória institucional", in *Análise Social*, nºs 101-102, 1988, pp. 593-607.

CRUZEIRO, Maria Eduarda e PEREIRA, R. Silva, "Cronologia histórica das universidades portuguesas", in *Análise Social*, nºs 22-23-24, 1968, pp. 837-899.

CRUZEIRO, Maria Eduarda e ANTUNES, M.L. Marinho, "Ensino Secundário: duas populações, duas escolas", in *Análise Social*, nº 55, 1978, pp. 443-502.

DESCAMPS, Paul, *Le Portugal. La vie sociale actuelle*, Paris, Didot, 1935.

DIAS, Caetano, "A administração económica. Comercialistas.", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 2, 1933, pp. 77-80.

DIAS, J. Ferreira, *Linhas de Rumo, Notas de Economia Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1945.

FARIA, Cristina, "A elite universitária da ditadura", in *História*, nº 23/24, 1996, pp. 42-59.

FERNANDES, António Monteiro, "A evolução das relações de trabalho desde 1974: algumas tendências gerais", in *Pessoal*, nº 54, 1980, pp. 17-25.

FERRÃO, João, "Evolução e estrutura regional das classes sociais em Portugal (1960-70)", in *Finisterra*, XVII, nº 34, 1982, pp. 223 a 265.

FERRÃO, João, *Indústria e Valorização do capital. Uma análise geográfica*, Lisboa, CEG/UL/INIC, 1985.

FERRÃO, João, "Recomposição social e estruturas regionais de classes (1970-81)", in *Análise Social*, nºs 87-88-89, 1985, pp. 565-604.

FERRÃO, João, "Recomposição social: surpresas e confirmações", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. V, Lisboa, Edições Alfa, 1989, pp. 167-190.

FERREIRA, Eduardo Sousa e CARDOSO, José Luís (orgs.), *Cinquentenário da Teoria Geral de Keynes*, Lisboa, UTL/ISEG, 1986.

FERREIRA, José Medeiros, "Portugal em Transe", in José Mattoso, *História de Portugal*, vol. VIII, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

FERRÃO, João, *Indústria e Valorização do capital. Uma análise geográfica*, Lisboa, CEG/UL/INIC, 1985.

FERREIRA, Vítor Matias, "Inventário analítico da imprensa estudantil em 1945-1967", in *Análise Social*, nºs. 25-26, 1964, pp. 223-281.

FIGUEIREDO, Mário, *Princípios Essenciais do Estado Novo Corporativo*, Coimbra, Biblioteca da Universidade, 1936.

FRANCO, A. Sousa, "Comentário à intervenção de Jacinto Nunes", in *Estudos de Economia*, vol. IV, nº 2, 1984, pp. 61-65.

FRANCO, A. Sousa, "O tempo crítico (1976-1985)", in António Reis (coord.), *Portugal. 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Temas e Debates, 1996, pp. 206-293.

FREIRE, João, *Anarquistas e operários. Ideologia, ofício e práticas sociais: o anarquismo e o operariado em Portugal, 1900-1940*, Porto, Afrontamento, 1992.

FREIRE, Rémy, "A análise dos resultados na administração das empresas", in Confédération Internationale des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur, *XII Congrès International des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur*, Lisboa, s/edit.,1950, pp. 121-135.

FREITAS, Eduardo de, "Polarização das relações sociais em Portugal: 1930-1970", in *Análise Social*, nº 39, 1973, pp. 494-505.

GALHARDO, Maria da, e CASTANHEIRA, Maria, *Análise das Diferenciações Salariais Inter-qualificações em 1965*, Lisboa, FDMO, 1969.

GONÇALVES, António, "Orientação de grandes empresas por diplomados pelas E.S.C.", in Confédération Internationale des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur, *XII Congrès International des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur*, Lisboa, s/edit.,1950, pp. 107-119.

GONÇALVES, Carlos Manuel, *Construção social dos quadros: uma proposta para a sua análise*, Dissertação de Mestrado apresentada na FCSH/UNL (documento mimeografado), 1990.

GONÇALVES, Carlos Manuel, DIAS, Isabel e LOPES, João Teixeira, "A sociologia e os seus estudantes. Caracterização social e trajectória escolar", in *Sociologia*, nº 5, 1995, pp. 177-195.

GRÁCIO, Rui, "Evolução política e sistema de ensino em Portugal: dos anos 60 aos anos 80", in João Evangelista Loureiro, *O futuro da educação nas novas condições sociais, económicas e tecnológicas*, Aveiro, V.A., 1985, pp. 53-154.

GRÁCIO, Rui, "A expansão do sistema de ensino e a movimentação estudantil", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. V, Lisboa, Edições Alfa, 1989, pp. 221-258.

GRÁCIO, Sérgio, *Política Educativa como Tecnologia Social*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

GRÁCIO, Sérgio, *Destinos do Ensino Técnico em Portugal (1910-1990)*, Dissertação de Doutoramento apresentada à UNL, Lisboa, (texto policopiado), 1992.

GRILO, Eduardo Marçal, "Algumas notas sobre o ensino superior em Portugal", in *Economia*, vol. V, nº 3, Outubro de 1981, pp. 513-531.

GRILO, Eduardo Marçal, "O sistema educativo", in António Reis (coord.), *Portugal. 20 Anos de Democracia*, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996, pp. 406-435.

GUEDES, Armando Marques, "O ensino técnico superior e a Universidade", in *Indústria Portuguesa*, nºs 189-190, 1943, pp. 55-62.

GUEDES, Armando Marques, "Notas para um curso de economia política", in *Economia e Finanças*, vol.12, 1944, pp. 131-226.

GUERRA, Eduardo, *Evolução da Economia Portuguesa e outros estudos*, Lisboa, Seara Nova, 1967.

GUERRA, J. P. e Nunes, A. Sedas Nunes, "A crise da Universidade em Portugal: reflexões e sugestões", in *Análise Social*, nºs. 25-26, 1969, pp. 5-49.

GUERREIRO, Amaro Duarte, "Sobre alguns meios de alcançar o pleno emprego", in Confédération Internationale des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur, *XII Congrès International des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur*, Lisboa, s/edit.,1950, pp. 63-81.

GUINOTE, Paulo, "A sociedade: da agitação ao desencanto", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. 3, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 171-230.

I.S.E., *I.S.E.: 75 anos ao serviço do ensino e da investigação e da sociedade*, Lisboa, ISE, 1986.

I.S.E.G., *Documentos de Trabalho*, Lisboa, ISEG, 1991.

II Congresso dos Economistas Portugueses, INE, Lisboa, 1957.

JANEIRO, Luís Duarte, "Objectivo técnico e cultura geral", in *ICL - Jornal dos alunos do Instituto Comercial de Lisboa*, nº 6, 1940, pp. 5-6.

LAMY, Alberto Sousa, *A Ordem dos Advogados Portugueses*, Lisboa, Ordem dos Advogados, 1984.

LEITÃO, Maria Lúcia e FREITAS, Vera, *Análise das disparidades salariais no pós 25 de Abril*, Lisboa, MESS, 1982.

LEITE, João Pinto da Costa (Lumbralles), *Ensaio sobre a Teoria das Ciências Económicas*, Coimbra, Coimbra Editora, 1933.

LEITE, João Pinto da Costa (Lumbralles), *A Doutrina Corporativa em Portugal*, Lisboa, Clássica Editora, 1936.

LEITE, João Pinto da Costa (Lumbralles), *A crise Actual do pensamento Económico (Separata das memórias)*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa, 1961.

LEITE, João Pinto da Costa (Lumbralles), "Lugar das ciências económicas no ensino de direito", in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, vol. XVIII, 1964, pp. 7-49.

LEITE, João Pinto da Costa (Lumbralles), *Economia Política (Lições dadas aos alunos da cadeira de Economia Política do 2º ano da FDL)*, Coimbra, s/edit., 1967.

LEWIS, Paul H., "Salazar ministerial Elite 1932-1968", in *Journal of Politics*, nº 4, 1978, pp. 622-647.

LIMA, Marinús Pires de, "Notas para uma história da organização racional do trabalho em Portugal (1900-80) - alguns resultados preliminares de uma investigação em curso", in *Análise Social*, nºs. 72-73-74, 1982, pp. 1299-1366.

LIMA, Pedro *et al.*, "Classificações de profissões nos Censos de 1991", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 10, 1991, pp. 43-66.

LOPES, José da Silva, "A economia portuguesa desde 1960", in António Barreto (org.), *A situação social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, ICS, 1996, pp. 233-364.

LOUREIRO, João Adolfo, *Economia e Sociedade. A indústria no Após-Guerra. Anos 50 e 60*, Lisboa, Ed. Cosmos, 1991.

LUCENA, Manuel, *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, vols. I e II, Lisboa, Editora Perspectivas e Realidades, 1976.

LUCENA, Manuel, "Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura", in *Análise Social*, nº 56, 1978, pp. 817-862; nº 57, 1979, pp. 117-167; nº 58, 1979, pp. 287-355.

LUCENA, Manuel, "Interpretações do Salazarismo: notas de leitura crítica", in *Análise Social*, nº 83, 1984, pp. 423-451.

LUCENA, Manuel, "Neocorporativismo? – conceito, interesse e aplicação ao caso português", in *Análise Social*, nºs. 87-88-89, 1985, pp. 819-865.

LUDOVICO, Morgado Cândido, "A evolução recente da estrutura escolar portuguesa", in *Análise Social*, nºs. 7-8, 1964, pp. 671-698.

MACHETE, Rui, "A origem social dos estudantes portugueses", in *Análise Social*, nºs 20-21, 1968, pp. 213-247.

MADEIRA, João, *Os engenheiros de almas. O Partido Comunista e os Intelectuais*, Lisboa, Estampa, 1996.

MADUREIRA, Arnaldo. *O "28 de Maio". Elementos para a sua compreensão*, vol. I, Lisboa, Editorial Presença, 1978.

MAGALHÃES, Alfredo, "Os Institutos Comerciais e a formação do contabilista", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 27, 1939, pp. 235-240.

MAGALHÃES, Alfredo, *Relatório do Instituto Comercial do Porto (1933-1945)*, Porto, Imprensa Moderna, 1945.

MAKLER, Harry, *A "Élite" Industrial Portuguesa*, Lisboa, Instituto Gulbenkian de Ciência, Centro de Economia e Finanças, 1969.

MALHEIROS, Artur, *Um modelo de técnica futurista,* folheto editado pelo próprio intitulado, s/data.

MARCELINO, Aida Maria e ALMEIDA, Maria Henriqueta de, *Análise das Diferenciações Salariais no Continente*, Lisboa, MT, 1977.

MARQUES, A. H. Oliveira, *História de Portugal*, vol. II, Lisboa, Palas Editores, 1973.

MARQUES, A. H. Oliveira, *Ensaios de História da I República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1988.

MARQUES, Alfredo, *Política económica e desenvolvimento de Portugal (1926-1959)*, Lisboa, Horizonte, 1988.

MARTINS, C. M. Alves, "Alguns aspectos do ensino em Portugal", in *Análise Social*, nºs. 20-21, 1968, pp. 57-80.

MARTINS, G. de Oliveira, *O Ministério das Finanças - Subsídio para a sua história*, Lisboa, MF, 1988.

MARTINS, Hermínio, "Portugal", in M. S. Archer and S. Guiner (eds.), *Contemporary Europe. Class, Status and Power*, Londres, Weidenfeld and Nicolson, 1971.

MARTINS, Maria Belmira, *Sociedades e grupos em Portugal*, Lisboa, Estampa, 1976.

MEDEIROS, Fernando, *A Sociedade e a Economia Portuguesa na Origem do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1979.

MENDONÇA, António, "O ensino da economia internacional no ISEG: uma digressão histórica", in *Actas do Encontro Ibérico sobre História do Pensamento Económico*, Lisboa, CISEP, 1992, pp. 439-457.

MIL-HOMENS, António, "A importância de uma estratégia de desenvolvimento dos recursos humanos num país de fordismo periférico", in *Economia e Socialismo*, nºs 66-67, 1985, pp. 42-52.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL, *Possibilidades Educativas em Portugal*, Lisboa, MEN, 1966.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS, *Inquérito aos Recursos Humanos da Função Pública*, Lisboa, MF, 1989.

MIRANDA, David, "A população universitária e a população portuguesa: um confronto da sua composição social", in *Análise Social*, nºs 25-26, 1969, pp. 158-166.

MIRANDA, Sacuntala de, "Portugal e o ocedeísmo", in *Análise Psicológica*, nº 1, 1981, pp. 25-38.

MÓNICA, Maria Filomena, *Educação e Sociedade em Portugal de Salazar*, Lisboa, Editorial Presença/GIS, 1978.

MONTEIRO, R. Chaves, "A vulgarização económica e o Diário de Lisboa", in *Seara Nova*, nº 1383, Janeiro/Fevereiro, 1961, pp. 124-125.

MORAIS, João e VIOLANTE, Luís, *Contribuição para uma cronologia dos factos económicos e sociais. Portugal 1926-1985*, Lisboa, Livros Horizonte, 1986.

MOREIRA, Vergílio, "Confusões", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 39, 1942, pp. 371-374.

MOREIRA, Vergílio, "A propósito da fiscalização das sociedades anónimas", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 43, 1943, pp. 50-55.

MOREIRA, Vergílio, "Discussões", *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 41, 1943, pp. 44-48.

MOREIRA, Vergílio, "Técnicos de Administração", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 49, 1945, pp. 41-44.

MOREIRA, Vergílio, "Curso único ou cursos múltiplos de altos estudos comerciais", in Confédération Internationale des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur, *XII Congrès International des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur*, Lisboa, s/edit.,1950, pp. 23-33.

MOREIRA, Vergílio, "A profissão de economista e as corporações", in *Revista de Economia*, vol. IX, Fasc. IV, 1956, pp. 183-187.

MOREIRA, Vital, "Portugal: (neo)capitalismo?", in AAVV, *Sobre o Capitalismo Português*, Coimbra, Atlântida, 1974, pp. 127-139.

MOURA, Francisco Pereira de, "Estagnação ou crescimento da economia portuguesa", in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, nº 20, 1956, pp. 119-184.

MOURA, Francisco Pereira de e PINTO, Teixeira, *Problemas do Crescimento Económico Português*, Lisboa, AIP, 1958.

MOURA, Francisco Pereira de, *Estrutura e conjuntura nas economias mundial e portuguesa,* Lisboa, AIP, 1960.

MOURA, Francisco Pereira, *Reorganização das Indústrias*, A.I.P., Lisboa, 1960.

MOURA, Francisco Pereira de, *Lições de Economia*, Lisboa, Clássica Editora, 1963.

MOURA, Francisco Pereira, *Problemas fundamentais da economia*, Lisboa, Clássica Editora, 1963.

MOURA, Francisco Pereira de, *Por onde vai a economia portuguesa*, Lisboa, D. Quixote, 1969.

MOURA, Francisco Pereira de e RIBEIRO, Sérgio, *A política económica portuguesa*, Lisboa, Seara Nova, 1969.

MOURA, Francisco Pereira, "Problemas do ensino da Economia no primeiro ano da Universidade", in *Nova Economia em Portugal*, Lisboa, UNL, 1988, pp. 35-51.

MOURA, Francisco Pereira de, "O ensino da teoria geral de Keynes no ISCEF/ISE", in Eduardo Sousa Ferreira e José Luís Cardoso, *Cinquentenário da Teoria Geral de Keynes*, Lisboa, UTL/ISEG, 1986, pp. 67-90.

MOURA, Francisco Pereira de, PINTO, Teixeira e NUNES, Jacinto, "Estrutura da economia portuguesa", in *Revista do Centro de Estudos Económicos*, nº 14, 1954.

MOURA, Francisco Pereira *et al.*, "Estudo sobre a Indústria Portuguesa", in *II Congresso da Indústria Portuguesa*, Lisboa, Centro Estudos Económicos/Comissão Organizadora e Executiva do II Congresso, 1957.

MOURA, Francisco Pereira de e ANTUNES, Filipe Carlos, "Uma experiência de colaboração professores-alunos", in *Economia e Finanças*, vol. XXXV, 1967, pp. 73-88.

MOURA, João, "A desproletarização e a empresa", in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, nº 3, 1950, pp. 50-57.

MOURA, João, "Os trabalhadores e a vida da empresa", in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, nº 24, 1957, pp. 21-54.

MOURA, João, "Desenvolvimento económico e emprego no continente português, in *Análise Social*, nºs 7-8, 1964, pp. 699-719.

MOURA, João, *Desenvolvimento Económico e Emprego no Continente Português*, Lisboa, FDMO, 1965.

MOURÃO, Luís, "Da regulamentação dos técnicos de contas", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 8, 1934, pp. 50-52.

MURTEIRA, Aurora, "A experiência de planeamento industrial", in AAVV, *O planeamento económico em Portugal: lições da experiência*, Lisboa, Sá da Costa, 1984, pp. 98-101.

MURTEIRA, Mário, "Formação de técnicos em desenvolvimento económico", in *Análise Social*, nº 4, 1963, pp. 617-623.

MURTEIRA, Mário, "A economia ao serviço da política social", in *o Tempo e o Modo*, nº 43/44, 1966, pp. 1022-1028.

MURTEIRA, Mário, "Educação, Mão-de-Obra e Planeamento Económico em Portugal", in *Economia e Sociologia*, nº 5, 1968.

MURTEIRA, Mário, *A determinação do salário na indústria*, Lisboa, Moraes, 1968.

MURTEIRA, Mário, *Economia do Trabalho*, Lisboa, Livraria Clássica, 1968.

MURTEIRA, Mário, *Portugal, anos 70*, Lisboa, Moraes Editora, 1970.

MURTEIRA, Mário, O *Problema do Desenvolvimento Português*, Lisboa, Moraes, 1974.

MURTEIRA, Mário, "A situação económica em Portugal: origens e perspectivas", in *Análise Social*, nº 46, 1976, pp. 279-287.

MURTEIRA, Mário, *Desenvolvimento, subdesenvolvimento e o modelo português*, Lisboa, Editorial Presença/GIS, 1979.

MURTEIRA, Mário, "Do estado obsoleto à nação democrática (portugal na periferia europeia na segunda metade do Século XX)", in *Análise Social*, nº2, 1986, pp. 254-277.

MURTEIRA, Mário e BRANQUINHO, Isilda, "Desenvolvimento dos recursos humanos e ensino superior: problemática portuguesa numa perspectiva comparativa", in *Análise Social*, nºs. 20-21, 1968, pp. 81-95.

NETO, Lino (director do ISCEF), in *O Primeiro de Janeiro* de 3 de Agosto de 1933.

NETTO, António Lima, *Elementos de Economia Política*, Lisboa, s/edit., 1936.

NOGUEIRA, Franco, *Salazar*, vol. IV, Porto, Civilização, 1986.

NÓVOA, António, *Le Temps des Professeurs*, vol. II, Lisboa, INIC, 1987.

NÓVOA, António, "A Educação Nacional", in Fernando Rosas (Coord.), *Portugal e o Estado Novo* (1930-1960), Lisboa, Editorial Presença, 1990, pp. 455-519.

NUNES, Adérito Sedas, "Crise social e reforma da empresa", in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, nº 10, 1952, pp. 100-222.

NUNES, Adérito Sedas, *Situações e problemas do corporativismo português*, Lisboa, GEC, 1954.

NUNES, Adérito Sedas, *Princípios de Doutrina Social*, Lisboa, Editorial Logos, 1958.

NUNES, Adérito Sedas, "Portugal, sociedade dualista em evolução", in *Análise Social*, nºs. 7-8, 1964, pp. 407-462.

NUNES, Adérito Sedas, "A população universitária portuguesa: uma análise preliminar", in *Análise Social*, nºs. 22-23-24, 1968, pp. 295-385.

NUNES, Adérito Sedas, "O sistema universitário em Portugal: alguns mecanismos, efeitos e perspectivas do seu funcionamento", in *Análise Social*, nºs. 22-23-24, 1968, pp. 386-474.

NUNES, Adérito Sedas, FERREIRA, Vítor e AGUIAR, J., "Níveis de instrução na indústria portuguesa", in *Análise Social*, nºs 27-28, 1969, pp. 645-705.

NUNES, Adérito Sedas, "A Universidade no sistema social português - uma primeira abordagem", in *Análise Social*, nº 32, 1970, pp. 646-707.

NUNES, Adérito Sedas, "Histórias, uma história e a História", in *Análise Social*, nº 100, 1988, pp. 11-55.

NUNES, Adérito Sedas e MIRANDA, J. David, "A composição social da população portuguesa: alguns aspectos e implicações", in *Análise Social,* nº 27-28, 1969, pp. 333-381.

NUNES, Ana Bela *et al.*, "Portuguese economic growth, 1883-1995", in *Journal of european economic history*, nº 2, 1989, pp. 291-330.

NUNES, Ana Bela, *População activa e actividade económica em Portugal nos finais do século XIX à actualidade*, Dissertação de Doutoramento apresentada no ISEG (texto policopiado), Lisboa, 1990.

NUNES, Ana Bela, *População activa e actividade económica em Portugal nos finais do século XIX à actualidade*, Dissertação de Doutoramento apresentada no ISEG (texto policopiado), Lisboa, 1990.

NUNES, Ana Bela, "Política económica, industrialização e crescimento", in *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença, 1992, pp. 301-351.

NUNES, Ana Bela e VALÉRIO, Nuno, "A lei da reconstituição económica e a sua execução – um exemplo dos projectos e a realização da política económica do Estado Novo", in *Estudos de Economia*, nº 3, pp. 331-359.

NUNES, António Avelar, "Notas sobre o ensino das ciências económicas nas Faculdades de Direito", in *Boletim de Ciências Económicas*, vol. XXXI, 1988, pp. 197-217.

NUNES, Fátima, "Revista de Economia. O discurso de uma publicação científica (1948-1958)", in AAVV, *O Estado Novo. Das origens ao fim da autarcia - 1926-1959*, vol. I., Lisboa, Fragmentos, 1987, pp. 229-241.

NUNES, Manuel Jacinto, "Sobre a teoria do multiplicador", in *Boletim de Ciências Económicas*, nº 1, 1953, pp. 27-76.

NUNES, Manuel Jacinto, "Para uma reforma da Universidade - o ensino das ciências económicas", in *Economia e Finanças - Anais do ISCEF*, vol. XXXIII, tomo II, 1965, pp. 271-290.

NUNES, Manuel Jacinto, *Para uma reforma da Universidade – O ensino das ciências económicas*, Lisboa, GIS/ISCEF, 1965.

NUNES, Manuel Jacinto, "O ensino das ciências económicas em Portugal e os objectivos da Universidade", in *Análise Social*, nºs. 22-23-24, 1968, pp. 682-696.

NUNES, Manuel Jacinto, "Algumas notas sobre a introdução do keynesianismo em Portugal", in Eduardo Sousa Ferreira e José Luís Cardoso (org.), *Cinquentenário da Teoria Geral de Keynes*, Lisboa, UTL/ISEG, 1986, pp. 53-65.

NUNES, Manuel Jacinto, *Os economistas*, Lisboa, Ed. do Autor, 1989.

OCDE, *Le Projet Régional Mediterranéen. Portugal*, Paris, OCDE, 1966.

OLIVEIRA, Camilo Cimourdain de, AMORIM, Lopes e a ESCOLA do PORTO, *Separata da Revista de Contabilidade e Comércio*, Porto,1984.

OLIVEIRA, César, "A evolução social: modificação e tensões", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. IV, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 163-175.

OLIVEIRA, César, "A aparente quietude dos anos 50", in António Reis, *Portugal Contemporâneo*, vol. IV, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 75-80.

OLIVEIRA, César, *Salazar e o seu Tempo*, Lisboa, Edições "O Jornal", 1990.

OPPENHEIMER, Jochen e ROMÃO, António, *O ensino e a investigação na ciência económica em Portugal - um contributo*, ISE, documento mimeografado, 1985.

PASSOS, Marcelino Lyra, "Resistência e desfasamento num processo de modernização e desenvolvimento. Os reformadores no governo de Marcello Caetano", in *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 10, 1991, pp. 21-42.

PATRIARCA, Fátima, "Taylor no Purgatório - o trabalho na metalomecânica pesada", in *Análise Social*, nº 71, 1982, pp. 432-530.

PATRIARCA, Fátima, "O triângulo corporativo. Acta e encenação de um despacho salarial (1946-47)", in *Análise Social*, nº 99, 1987, pp. 905-944.

PATRIARCA, Fátima, *A Questão Social do Salazarismo 1930-1947*, 2 vol., Lisboa, I.N.C.M., 1995.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira, "A instrução pública: os limites de uma reforma" in António Reis (coord.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, 1990, pp. 233-252.

PCM/CLNRF, *Os estudantes no regime fascista*, Lisboa, PCM/CLNRF, 1983.

PCM/CLNSRF, *Presos Políticos no Regime Fascista (1940-45)*, vol. III, Lisboa,

CLNSRF/PCM, 1984.

PCM/CLNSRF, *Presos Políticos no Regime Fascista (1952-1960)*, vol. VI, CLNSRF/PCM, 1987.

PEIXOTO, João, "Alguns dados sobre o ensino superior em Portugal", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 27/28, 1989, pp. 167-188.

PEREIRA, A. Gonçalves, "ISCEF. A recente reforma de estudos", *in Economia e Finanças*, vol. XVII, 1949, pp. 445-447.

PEREIRA, A. Gonçalves, "Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras", in *Economia e Finanças*, vol. XXV, tomo 1, 1959, pp. 692-700.

PEREIRA, C. Caiano, "Ensino superior de gestão de empresas", *Revista de Gestão*, nº 1, 1986, pp. 7-10.

PEREIRA, João Martins, *Pensar Portugal Hoje*, Lisboa, D. Quixote, 1971.

PEREIRA, João Martins, *Indústria, ideologia e quotidiano*, Porto, Afrontamento, 1974.

PEREIRA, José Ribeiro, *150° aniversário da Associação Comercial do Porto - Contributos para a história dos últimos 50 anos, 1934-1984*, Porto, s/edit., 1992.

PEREIRA, Pedro Teotónio, *A Batalha do Futuro - Organização Corporativa*, Lisboa, Clássica Editora, 1937.

PIMENTEL, José Manuel Rocha, "Aspectos jurídico-institucionais da contratação colectiva em Portugal", in *Cadernos Sindicais*, n° 7, 1985, pp. 9-28.

PINTO, José Madureira, *Propostas para o ensino das ciências sociais*, Porto, Afrontamento, 1994.

PINTO, António Costa, "O Salazarismo e o fascismo europeu. Os primeiros debates nas ciências sociais", in Fernando Rosas e José Brandão de Brito (orgs.) *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, D. Quixote, 1989.

PINTO, Francisco de Paula Leite, "O papel da Universidade na Formação dos dirigentes ", in *Análise Social*, n°s. 22-23-24, 1968, pp. 599-638.

PINTO, Mário e MOURA, Carlos, "As estruturas sindicais portuguesas", *Análise Social*, n°33, 1972, pp. 140-190.

POEP, *Organização dos Economistas Portugueses*, Lisboa, s/ edit., 1966.

POEP, *Orgânica e Programa de Trabalho*, 1969, documento mimeografado.

PORTELA, António Farinha, "A evolução histórica do ensino das Ciências Económicas em Portugal", in Análise Social, n°s. 22-23-24, 1968, pp. 787-836.

QUESADO, Francisco Jaime, "A adequação do ensino às necessidades das empresas", in *Cadernos de Economia,* Julho/Setembro, 1991, pp. 41-43.

RAMOS, Rui, "A Segunda Fundação (1890-1926)", vol. VI, in José Mattoso (Dir.), *História de Portugal*, Lisboa, Editorial Estampa, 1994.

REIS, António (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. V, Lisboa, 1984.

REIS, António "Os valores salazaristas", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. IV, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 333-338.

REIS, António (coord.), *Portugal. 20 anos de democracia*, Lisboa, Temas & Debates, 1996.

RIBEIRO, J. J. Teixeira, *Teoria Económica dos Monopólios*, Coimbra, Coimbra Editora, 1934.

RIBEIRO, J. J. Teixeira, *Lições de Direito Corporativo*, Coimbra, Coimbra Editora, 1938.

RIBEIRO, J.J. Teixeira, "Sobre a reforma das Faculdades de Direito – (Respostas a um inquérito de alunos)", in *Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra*, vol. XCII, 1966, pp. 370-378.

RIBEIRO, J.J. Teixeira, "A Faculdade de Direito de Coimbra na Renovação do Ensino e do Estudo da Economia", in *Boletim de Ciências Económicas*, vol. XXXVI, 1993, pp. 248-260.

RIBEIRO, Luís, "Os economistas e a inovação", in *Cadernos de Economia*, nº3, 1988, p. 108.

ROCHA, Filipe, *Fins e Objectivos do Sistema Escolar Português*, Aveiro, Livraria Estante Editora, 1987.

RODRIGUES, Maria de Lurdes, *Os Engenheiros na Sociedade Portuguesa. Profissionalização e Protagonismo*, Lisboa, Dissertação de Doutoramento apresentada no ISCTE, 1996.

RODRIGUES, Maria João, *O Sistema de Emprego em Portugal*, Lisboa, D. Quixote, 1988.

RODRIGUES, Maria João e LIMA, Marinús Pires de, "Trabalho. Emprego e transformações sociais; trajectórias e dilemas das ciências sociais em Portugal", in *Análise Social*, nº 95, 1987, pp. 119-149.

RODRIGUES, Virgílio, "Apontamentos para a história do ensino médio comercial", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 21, 1938, pp. 20-25.

ROLLO, Fernanda, *Portugal e o Plano Marshall*, Lisboa, Ed. Estampa, 1994.

ROSAS, Fernando, *As primeiras eleições legislativas sob o Estado Novo*, Lisboa, O Jornal, 1985.

ROSAS, Fernando, *O Estado Novo nos anos trinta*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986.

ROSAS, Fernando, *Portugal entre a paz e a guerra. 1939-1945*, Lisboa, Estampa, 1990.

ROSAS, Fernando (coord.), *Portugal e o Estado Novo (1930-1960)*, Lisboa, Editorial Presença, 1992.

ROSAS, Fernando, "O Estado Novo (1926-1974)", in José Mattoso (dir.), *História de Portugal,* vol. VII, Lisboa, Estampa, 1994.

ROSAS, Fernando e BRITO, José Brandão de, *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, D. Quixote, 1989.

ROSAS, Fernando e BRITO, José Brandão de, *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Bertrand, 1996.

ROSAS, Fernando e Ó, Jorge do, *Estado Novo – Das origens ao Fim da Autarcia*, Lisboa, Ed. Biblioteca nacional, 1986.

SALGUEIRO, João, "O II Plano de Fomento: objectivos e condições gerais de realização", in *Economia e Sociologia*, nº 5, 1968, pp. 19-45.

SALGUEIRO, João, "A profissão de economista face aos desafios da integração", *Cadernos de Economia*, nº 1, 1987, pp. 9-12.

SANTOS, Américo Ramos dos, "Desenvolvimento monopolista de Portugal (fase 1968-73): estruturas fundamentais", in *Análise Social*, nº 49, 1977, pp. 69-95.

SANTOS, Américo Ramos dos, "Tecnocracia e desenvolvimento monopolista (1968-1973)", in *Economia e Socialismo*, nº 14, 1977, pp. 24-34.

SANTOS, Américo Ramos dos, "Política económica e política de emprego: o modelo dos anos 50-60", in *Análise Social*, nº 59, 1979, pp. 611-653.

SANTOS, Américo Ramos dos, "Abertura e bloqueamento da economia portuguesa", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. V, Lisboa, Edições Alfa, 1989, pp. 109-150.

SANTOS, Boaventura Sousa, "A crise e a reconstituição do Estado em Portugal (1974-1984)", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 14, 1984, pp. 7-29.

SANTOS, Boaventura Sousa, "Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português", in *Análise Social*, nºs. 87-88-89, 1985, pp. 869-901.

SANTOS, Boaventura Sousa, "O Estado, a sociedade e as políticas sociais. O caso das políticas de saúde", in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 23, 1987, pp. 13-73.

SANTOS, Cândido dos, *Universidade do Porto. Raízes e memórias da Instituição*, Porto, U.P., 1996.

SANTOS, Joaquim Ramos dos, "O reconhecimento comunitário de diplomados e o ensino superior de economia em Portugal", in *Gestão & Economia*, nº 6, 1989, pp. 20-22.

SANTOS, Jorge *et al.*, "Estudo sobre o economista na sociedade portuguesa", *in Gestão e Economia*, nº 3, 1988, pp. 7-11.

SANTOS, Maria de Lurdes Lima dos *et al.*, *O 25 de Abril e as lutas sociais nas empresas*, vol. I, Porto, Edições Afrontamento, 1976.

SANTOS, Mário Cardoso Santos, "Estrutura e evolução da população activa em Portugal", in *Análise Social*, nº 12, 1965, pp. 441-474.

SANTOS, Rafael dos, "Ainda as confusões dos cursos", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 40, 1942, pp. 468-471.

SEABRA, Fernando, "A posição de economista no mundo moderno", *in Anuário da Universidade do Porto 1955/56*, Porto, 1956, pp. 53-74.

SECRETARIADO TÉCNICO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO, *Planeamento em Portugal, Orgânica e Processo*, Lisboa, STPC, 1973.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *A Universidade Técnica de Lisboa*, Lisboa, UTL, 1980.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História das Universidades*, Porto, Lello & Irmãos, 1983.

SILVA, F. V. Gonçalves da, "A contabilidade e administração de empresas", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nº 50, 1945

SILVA, F. V. Gonçalves da, "A Reforma do Instituto de Ciências Económicas e Financeiras", in *Economia e Finanças - Anais do ISCEF*, vol. XXXVI, 1968, pp. 28-39.

SILVA, F. V. Gonçalves da, "Boquejo duma sucinta história da contabilidade em Portugal", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nºs 187-192, 1983/1984, pp. 100-120.

SILVA, Manuela, "O salário e a reforma da empresa", in *Revista do Gabinete de Estudos Corporativos*, nº 30, 1957, pp. 127-151.

SILVA, Manuela, "A política industrial em Portugal e os seus efeitos no emprego e na repartição do rendimento", in *Economia e Socialismo*, nº 51, 1980, pp. 3-19.

SILVA, Manuela e TAMEN, M. Isabel (eds.), *Sistema de ensino em Portugal*, Lisboa, FCG, 1981.

SINDICATO DOS ECONOMISTAS, *Livro do I Congresso Nacional dos Economistas*, Lisboa, SE, s/ data.

SINDICATO DOS ECONOMISTAS, *Ordem dos Economistas. Projecto e Documentos*, Lisboa, SE, s/ data.

SINDICATO DOS ECONOMISTAS, *Sindicato dos Economistas. Súmula Histórica*, Lisboa, s/ edit., 1985.

SOARES, Mário, *Portugal Amordaçado*, Lisboa, Arcádia, 1974.

SOUSA, Alfredo, "A evolução da sociedade portuguesa e 'classe' dos diplomados", in *Análise Social*, nºs. 22-23-24, 1968, pp. 475-491.

SOUSA, Alfredo, "O desenvolvimento económico e social português: reflexão crítica", in *Análise Social*, nºs. 27-28, 1969, pp. 393-419.

SOUSA, Carlos Hermenegildo de, *Tratado de Economia Corporativa*, Lisboa, s/ data.

STOER, Stephen, *Educação e Mudança Social em Portugal*, Porto, Edições Afrontamento, 1982.

STOLEROFF, Alain, "Sindicalismo e relações industriais em Portugal", in *Sociologia-Problemas e Práticas*, nº 4, 1988, pp. 147-164.

TELO, António José, "A busca frustrada do desenvolvimento", in António Reis (dir.), *Portugal Contemporâneo*, vol. III, Lisboa, Edições Alfa, 1990, pp. 123-170.

TRIBUNUS, *Problemas fundamentais da Economia portuguesa*, Lisboa, Sá da Costa, 1957.

UTL, *Universidade Técnica de Lisboa e os seus Mestres*, Lisboa, UTL, 1956.

VALÉRIO, Nuno, "Oliveira Salazar (1889-1970) et le régime autoritaure portugais (1926-1974)", in *Estudos de Economia*, nº 2, 1993, pp. 129-144.

VEIGA, António Jorge da Motta, *A Economia Corporativa e o problema dos preços*, Lisboa, s/edit., 1941.

VEIGA, Caetano Beirão da, "Reorganização do ensino comercial", in *Revista do Instituto Superior de Comércio de Lisboa*, Ano II, Junho de 1919, pp. 96-113.

VEIGA, Caetano Beirão da, "Commercialiste, comme titre universel", in Confédération Internationale des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur, *XII Congrès International des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur*, Lisboa, s/edit., 1950, pp. 147-158.

VEIGA, Caetano Beirão da, "Politique fiscale et diagraphie", in Confédération Internationale des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur, *XII Congrès International des Associations d'Anciens Elèves de l'Enseignement Commercial Supérieur*, Lisboa, s/edit., 1950, pp. 35-39.

VEIGA, Caetano Beirão da, "A instrução superior comercial. Sua génese, metamorfoses e actual aspecto", in *Boletim do Sindicato Nacional dos Comercialistas*, nº 8, 1954, pp. 3-43.
VIEGAS, Luís, "Guarda-livros e contabilistas", in *Revista do Comércio e da Contabilidade*, nº 1, 1933, pp. 3-43.

VIEIRA, Maria Manuel, "Transformação recente no campo do ensino superior", in *Análise Social*, nºs 131-132, 1995, pp. 315-373.

VIDAL, Caetano L'Eglise, "O ensino das ciências empresariais em Portugal", in *Revista de Contabilidade e Comércio*, nºs 185-186, 1983, pp. 71-81.

ZILHÃO, Sequeira, "Para a definição profissional e corporativa dos diplomados por escolas superiores de economia", in Confédération Internationale des Associations d'Anciens Élèves de l'Enseignement Commercial Supérieur, *XII Congrès International des Associations d'Anciens Élèves de l'Enseignement Commercial Supérieur*, Lisboa, s/edit.,1950, pp. 159-197.

LEGISLAÇÃO

Decreto de 9 de Julho de 1903.
Decreto de 22 de Março de 1911.
Decreto de 19 de Abril de 1911.
Decreto de 23 de Maio de 1911.
Decreto de 7 de Maio de 1912.
Decreto de 5 de Junho de 1913.
Decreto de 23 de Setembro de 1915.
Decreto de 6 de Julho de 1918.
Decreto nº 5.029 de 1 de Dezembro de 1918.

Decreto nº 5.162 de 18 de Fevereiro de 1919.
Decreto nº 11.225 de 7 de Novembro de 1925.
Decreto nº 11.770 de 12 de Junho de 1926.
Decreto nº 12.147 de 19 de Agosto de 1926.
Decreto nº 12.771 de 30 de Novembro de 1926.
Lei nº 14.291 de 14 de Setembro de 1927.
Decreto nº 14.291 de 15 de Setembro de 1927.
Decreto nº 15.365 de 12 de Abril de 1928.
Decreto nº 16.044 de 16 de Outubro de 1928.
Decreto nº 16.822 de 2 de Março de 1929.
Decreto nº 16.731 de 13 de Abril de 1929.
Decreto nº 18.420 de 4 de Junho de 1930.
Decreto nº 18.717 de 2 de Agosto de 1930.
Decreto nº 19.081 de 2 de Dezembro de 1930.
Decreto-Lei nº 29.931 de 15 de Setembro de 1931.
Decreto-Lei nº 23.050 de 23 de Setembro de 1931.
Decreto-Lei nº 20.328 de 21 de Setembro de 1931.
Decreto-Lei nº 20.420 de 21 de Outubro de 1931.
Decreto-Lei nº 20.440 de 27 de Outubro de 1931.
Decreto-Lei nº 22.739 de 26 de Junho de 1933.
Decreto-Lei nº 23.048 de 23 de Setembro de 1933.
Decreto-Lei nº 23.049 de 23 de Setembro de 1933.
Decreto-Lei nº 23.050 de 23 de Setembro de 1993.
Decreto-Lei nº 23.051 de 23 de Setembro de 1933.
Decreto-Lei nº 23.103 de 9 de Outubro de 1933.
Decreto-Lei nº 24.683 de 27 de Novembro de 1934.
Decreto-Lei nº 24.702 de 29 de Novembro de 1934.
Decreto-Lei nº 24.904 de 10 de Janeiro de 1935.
Decreto-Lei nº 25.037 de 12 de Fevereiro de 1935.
Lei nº 1.914 de 24 de Maio de 1935.
Decreto-Lei nº 25.981 de 26 de Outubro de 1935.
Decreto-Lei nº 26.115 de 23 de Novembro de 1935.
Decreto-Lei nº 26.162 de 28 de Dezembro de 1935.
Lei nº 1.935 de 24 de Fevereiro de 1936.
Lei nº 1.936 de 24 de Fevereiro de 1936.
Decreto-Lei nº 27.153 de 31 de Outubro de 1936.
Decreto-Lei nº 27.228 de 23 de Novembro de 1936.
Decreto-Lei nº 27.288 de 24 de Novembro de 1936.
Lei nº 1.952 de 10 de Março de 1937.
Decreto-Lei nº 23.870 de 28 de Maio de 1937.
Decreto-Lei nº 29.931 de 15 de Setembro de 1939.
Decreto-Lei nº 31.665 de 22 de Novembro de 1941.
Lei nº 2.002, de 26 de Janeiro de 1944.
Decreto-Lei nº 34.324 de 26 de Dezembro de 1944.
Lei nº 2.002, de 27 de Dezembro de 1944.
Lei nº 2.005, de 14 de Março de 1945.

Decreto-Lei nº 34.850 de 21 de Agosto de 1945.
Decreto-Lei nº 37.584 de 17 de Outubro de 1949.
Decreto-Lei nº 37.909 de 1 de Agosto de 1950.
Decreto-Lei nº 38.008 de 23 de Outubro de 1950.
Decreto-Lei nº 38.031 de 25 de Novembro de 1950.
Portaria nº 13.505 de 12 de Abril de 1951.
Decreto-Lei nº 38.231 de 23 de Abril de 1951.
Decreto-Lei nº 38.504 de 12 de Novembro de 1951.
Decreto-Lei nº 39.226 de 28 de Maio de 1953.
Decreto-Lei nº 40.651 de 21 de Junho de 1956.
Lei nº 2.086 de 22 de Agosto de 1956.
Decreto-Lei nº 40.774 de 8 Setembro de 1956.
Decreto-Lei nº 44.305 de 27 de Abril de 1962.
Decreto-Lei nº 45.103 de 1 de Julho de 1963.
Decreto-Lei nº 45.758 de 12 de Junho de 1964.
Decreto-Lei nº 49.058 de 14 de Junho de 1964.
Portaria nº 20.988 de 19 de Dezembro de 1964.
Decreto-Lei nº 47.032 de 27 de Maio de 1966.
Decreto-Lei nº 47.986 de 7 de Outubro de 1967.
Decreto-Lei nº 48.626 de 12 de Outubro de 1968.
Decreto-Lei nº 49.058 de 14 de Junho de 1969.
Decreto-Lei nº 49.381 de 15 de Novembro de 1969.
Decreto-Lei nº 51/72 de 10 de Fevereiro.
Decreto-Lei nº 321/72 de 18 de Agosto.
Decreto-Lei nº 340/72 de 13 de Outubro.
Decreto-Lei nº 520/72 de 15 de Dezembro.
Decreto-Lei nº 521/72 de 15 de Dezembro.
Decreto-Lei nº 215-A/75 de 30 de Abril.
Decreto-Lei nº 215-B/75 de 30 de Abril.
Lei nº 9/79 de 19 de Março.